

Dizer que estamos em uma época de mudança e de instabilidade parece até redundância ou afirmação prosaica. Contudo, o que importa é que à medida que o ambiente se torna mais instável e turbulento - como é o que está acontecendo no mundo de hoje -, maior a necessidade de opções diferentes para a solução dos problemas e situações que se alternam e se diferenciam de maneira crescentemente diversa. À medida que o profissional que se dedica à Administração cresce e se desloca dos trabalhos meramente operacionais e orientados para o campo da ação e da operação - onde geralmente utiliza suas habilidades práticas e concretas de como fazer e executar certas coisas de maneira correta e eficiente -, para atividades administrativas e orientadas para o campo do diagnóstico e da decisão - onde geralmente utiliza suas habilidades conceituais de sentir e de definir situações e equacionar estratégias de ação adequadas e eficazes para aquelas situações -, maior a necessidade de se fundamentar em conceitos, idéias, teorias e valores que lhe permitam a orientação e o balizamento do seu comportamento, o qual obviamente influenciará poderosamente o comportamento de todos aqueles que trabalham sob sua direção e orientação.

Neste sentido, a Teoria Geral da Administração é uma disciplina eminentemente orientadora do comportamento do profissional de Administração. Ao invés de se preocupar em ensinar a executar ou fazer certas coisas - o como -, ela busca ensinar quais as coisas que devem ser feitas em determinadas circunstâncias ou ambientes - o porquê. A TGA não visa formar o profissional prático que sai da escola pronto e acabado para executar algumas coisas e tarefas, quaisquer que sejam as situações ou circunstâncias que o envolvam. Pelo contrário, a TGA procura ensinar o futuro profissional a pensar e, sobretudo, a raciocinar a partir de uma bagagem de conceitos e idéias que traz como ferramentas de trabalho. Aliás, o que diferencia o administrador de um simples executor de tarefas é exatamente o fato de que enquanto o segundo sabe fazer e executar certas coisas que aprendeu mecanicamente (como desenhar organogramas e fluxogramas, compor orçamentos, operar lançamentos e registros, montar previsões de vendas etc.), de maneira prática, concreta e imediatista, o primeiro sabe analisar e resolver situações problemáticas variadas e complexas, pois aprendeu a pensar,

Este livro, quase um manual introdutório, quase uma antologia pela sua própria natureza, é destinado tanto aos estudantes de Administração, como àqueles que necessitam de uma base conceptual e teórica indispensável à prática administrativa.

Desejo externar meus sinceros agradecimentos às editoras Atlas, Livraria Pioneira Editora, Edgard Bliicher, Zahar Editores, Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas, Vozes, Livraria Freitas Bastos, Editora Pedagógica e Universitária, Livros Técnicos e Científicos, Artenova, e às editoras estrangeiras, pela permissão de fazer referências a textos e gráficos de autores e obras referidos neste trabalho.

Idalberto Chiavenato

SUMARIO

Parte 1: INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Capitulo 1. A Administração e suas Perspectivas .	5
Conteúdo e objeto de estudo da Administração	6
O Estado Atual da Teoria Geral da Administração	9
A Administração na sociedade moderna	10
Perspectivas futuras da Administração	12
Sumário	14
Perguntas para revisão e discussão	14
Caso: Método do caso .	14

Parte 2 : OS PRIMÓRDIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Capitulo 2. Antecedentes Históricos da Administração . .	21
Influência dos filósofos .	22
Influência da organização da Igreja Católica . . .	24
Influência da organização militar .	24
Influência da Revolução Industrial . .	25
Influência dos economistas liberais . .	29
Sumário .	31
Perguntas para revisão e discussão . . .	32

Parte 3 : ABORDAGEM CLÁSSICA DA ADMINISTRAÇÃO

Origens da abordagem clássica	34
Capitulo 3. Administração Científica .	37
A obra de Taylor . . .	
Administração como ciência . .	40
Organização racional do trabalho.	41
Princípios da Administração Científica .	51
Apreciação crítica da Administração Científica .	55
Sumário . .	62
Perguntas para revisão e discussão . . .	63
Caso: Indústria São Pedro, Autopeças S.A. . .	68
Caso: Alfa S. A. . .	68
Capitulo 4. Teoria Clássica da Administração	70
A obra de Fayol	71
Teoria da Organização	
Elementos da Administração .	80
Princípios de Administração .	83
Apreciação crítica da Teoria Clássica .	84
Sumário	
Perguntas para revisão e discussão . .	
Caso: Fundação Rio Negro . .	90

Parte 4 :

Capítulo 5. Teoria das Relações Humanas . . .	96
Origens da Teoria das Relações Humanas . . .	97
A Experiência de Hawthorne	
A civilização industrializada e o homem . . .	106
Funções básicas da organização industrial . . .	108
Sumário . . .	110
Perguntas para revisão e discussão . . .	111
Caso: Helny S.A., Ind. e Com. de Embalagens Especiais . . .	111
Caso : Construtora Imóvilis S A	
. I 13	
Capítulo 6. Decorrências da Teoria das Relações Humanas . . .	116
Influência da motivação humana . . .	I 17
I derança . . .	124
Comunicações . . .	133
Organização informal . . .	136
Din mica de grupo . . .	139
Apreciação crítica da Teoria das Relações Humanas . . .	144
Sumário . . .	154
Perguntas para revisão e discussão . . .	155
Caso: Produtos Alimentícios Ce este . . .	156

1

SUMARIO

WII

Caso: Loja Independência . . .	159
Caso: Cia. Regência de Roupas . . .	161

Parte 5 :

ABORDAGEM NEOCLÁSSICA DA ADMINISTRAÇÃO

Capítulo 7. Teoria Neoclássica da Administração . . .	
166	
166	
Características principais da Teoria Neoclássica . . .	
Administração como técnica social . . .	170
Centralização X descentralização . . .	I 3
Funções do administrador . . .	
Sumário . . .	180
Perguntas para revisão e discussão . . .	
180	
Caso: Textim S.A., Produtos Têxteis . . .	181
Caso: Detex . . .	I83
Capítulo 8. Decorrências da Abordagem Neoclássica; Tipos de Organização . . .	
185	
186	
Características básicas da organização formal	
Organização linear . . .	192
Organização funcional . . .	195
Organização linha-"staff" . . .	
Comissões	199
Sumário . . .	207

		211
211	Perguntas para revisão e discussão . . .	
212	Caso: Cia. "Açotec" - Ind. e Com. de Aço .	
	Caso: Cia. Manufatureira K .	213
	Caso: Cia. Montebelo .	215
217	Capítulo 9. Decorrências da Abordagem Neoclássica: Departamento	
	Conceito de departamentalização . . .	217
	Tipos de departamentalização :	220
221	Departamentalização por funções . .	
224	Departamentalização por produtos ou serviços	
228	Departamentalização geográfica	
230	Departamentalização por clientela . . .	
231	Departamentalização por processo . .	
232	Departamentalização por projetos . . .	
235	Departamentalização por outros critérios . . .	
235	Escolhas de alternativas de departamentalização . . .	
237	Apreciação crítica da departamentalização . .	
	Sumário	238
	Perguntas para revisão e discussão . . .	
	Caso: Empresa Ioly Móveis S.A	239
	Capítulo 10. Administração por Objetivos (APO) . .	241
	Origens da Administração por Objetivos . . .	242
	Características da APO . .	242
	Fixação de objetivos . .	246
	Planejamento estratégico e planejamento tático . . .	250
	Ciclo da APO . .	255
	Desenvolvimento de executivos	259
	Apreciação crítica da APO . .	262
	Sumário	265
	Perguntas para revisão e discussão . .	267
	Caso: Ferramentas Franco S.A . .	267

Parte 6 :

ABORDAGEM ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

Capítulo 11. Modelo Burocrático de Organização . .	275
Origens da Teoria da Burocracia . . .	276
Origens da Burocracia . .	277
Características da burocracia segundo Weber . .	282

Disfunções da burocracia	291
Interação da burocracia com o ambiente	297
Graus de burocratização nas organizações	300
Apreciação crítica da Teoria da Burocracia	305
Sumário	313
Perguntas para revisão e discussão	314
Caso: Ind. Mobilenha S.A.	315
Caso: O Supervisor Henricão	316
Capítulo 12. Teoria Estruturalista da Administração	319
Origens da Teoria Estruturalista	320
A sociedade de organizações	322
Análise das organizações	327
Tipologias das organizações	333
Objetivos organizacionais	337
Ambiente organizacional	340
Condições organizacionais	340
Sátiras à organização	346
Apreciação crítica do estruturalismo	354
Sumário	357
Perguntas para revisão e discussão	358
Caso: Ind. de Calçados New York Ltda.	359

SUMARIO

XV

Parte 7 :

ABORDAGEM COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO

364	Capítulo 13. Teoria Comportamental da Administração	
	Origens da Teoria Comportamental	365
	Novas proposições sobre a motivação humana . .	366
	Estilos de administração	373
	Sistemas de administração	377
	Organização como um sistema social cooperativo	384
	Processo decisório	386
	Homem administrativo.	391
	Comportamento organizacional	392
	Conflito entre os objetivos organizacionais e os objetivos individuais .	
395	Apreciação crítica da Teoria Comportamental . .	397
	Sumário	402
	Perguntas para revisão e discussão	403
	Caso: Eletro Bimba S.A.	404
	Caso: Grupo XYZ	405
	Caso : Euterpe Ltda	406
408	Capítulo 14. Teoria do Desenvolvimento Organizacional (D.O.)	
	Origens do D.O.	408
	As mudanças e a organização	414
	O que é desenvolvimento organizacional	422
	O processo de D.O.	427
	Modelos de D.O.	428
	Apreciação crítica do D.O.	460
	Sumário	463

Parte 8 :
ABORDAGEM SISTEMICA DA ADMINISTRAÇÃO

CapftWo 15. Cibernética e Administração	470
Origens da Cibernética . .	471
Principais conceitos da Cibernética	472
Conceito de entrada (input) . . .	478
Conceito de saída (output)	
Conceito de caixa-negra (black box) . . .	479
Conceito de retroação (feedback)	480
Conceito de homeostasia	482
Conceito de informação .	483
Principais conseq éncias da Cibernética na Administração	

Sumário 489
Perguntas para revisão e discussão 490
Caso: Ind. Farmacêutica Remédio S.A. 490
Capítulo 16. Teoria Matemática da Administração	.. 493
Origens da Teoria Matemática na Administração 494
Processo decisório .	.. 494
Necessidade de modelos matemáticos em Administração 497
Pesquisa operacional .	.. 498
Apreciação crítica da Teoria Matemática 505
Sumário 507
Perguntas para revisão e discussão 507
Caso: Cia. de Navegação do Rio São Francisco 508
Capítulo 17. Teoria de Sistemas 512
Origens da Teoria de Sistemas	.. 512
Conceito de sistemas	.. 515
Parâmetros dos sistemas 518
O sistema aberto. 520
A organização como um sistema aberto 523
Modelos de organizações 527
Apreciação crítica da Teoria de Sistemas 537
Sumário	.. 541
Perguntas para revisão e discussão 542
Caso: INPEL - Ind. Nacional de Papéis S.A. .	.. 543

Parte 9 : ABORDAGEM CONTINGENCIAL DA ADMINISTRAÇÃO

Capítulo 18. Teoria da Contingência	.. 551
Origens da Teoria da Contingência. .	.. 552
Ambiente 557
Tecnologia 563
As organizações e seus níveis	.. 573
Conclusões 577
Apreciação crítica da Teoria da Contingência	.. 577
Sumário	.. 579
Perguntas para revisão e discussão 580
Caso: Cia. de Perfuradeiras Carneiro S.A. 580
Bibliografia . .	
Índice Onomástico . .	
Oe AnálftiCO	

PARTE I

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

O mundo de hoje é uma sociedade composta de organizações. Todas as atividades voltadas para a produção de bens (produtos) ou para a prestação de serviços (atividades especializadas) são planejadas, coordenadas, dirigidas e controladas dentro de organizações. Todas as organizações são constituídas de pessoas e de recursos não-humanos (como recursos físicos e materiais, recursos financeiros, recursos tecnológicos, recursos mercadológicos etc.). A vida das pessoas depende das organizações e estas dependem do trabalho daquelas. As pessoas nascem, crescem, aprendem, vivem, trabalham, se divertem, são tratadas e morrem dentro de organizações. As organizações são extremamente heterogêneas e diversificadas, de tamanhos diferentes, de características diferentes, de estruturas diferentes, de objetivos diferentes. Existem organizações lucrativas (chamadas empresas) e organizações não-lucrativas (como o Exército, a Igreja, os serviços públicos de natureza gratuita, as entidades filantrópicas etc.). A Teoria das Organizações (TO) é o campo do conhecimento humano que se ocupa do estudo das organizações em geral. Pelo seu tamanho e pela complexidade de suas operações, as organizações quando atingem um certo porte precisam ser administradas e a sua administração requer todo um aparato de pessoas estratificadas em diversos níveis hierárquicos que se ocupam de incumbências diferentes. A administração nada mais é do que a condução racional das atividades de uma organização, seja ela lucrativa ou não-lucrativa. A Administração trata do planejamento, da organização (estruturação), da direção e do controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão de trabalho que ocorrem dentro de uma organização. Assim, a Administração é algo imprescindível para a existência, sobrevivência e sucesso das organizações. Sem a Administração, as organizações jamais teriam condições de existir e de crescer. A Teoria Geral da Administração (TGA) é o campo do conhecimento humano que se ocupa do estudo da Administração em geral, não se preocupando onde ela seja aplicada, se nas organizações lucrativas (empresas) ou nas organizações não-lucrativas. A TGA trata do estudo da Administração das organizações.

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração revela-se nos dias de hoje como uma das áreas do Conhecimento humano mais impregnadas de complexidades e de desafios. O profissional que utiliza a Administração como meio de vida, pode trabalhar nos mais variados níveis de uma organização: desde o nível hierárquico de supervisão elementar até o nível de dirigente máximo da organização. Pode trabalhar nas diversas especializações da Administração: seja a Administração da Produção (dos bens ou dos serviços prestados pela organização), ou a Administração Financeira, ou a Administração de Recursos Humanos, ou a Administração Mercadológica, ou ainda a Administração Geral. Em cada nível e em cada especialização da Administração, as situações são altamente diversificadas. Por outro lado, as organizações são também extremamente diversificadas e diferenciadas. Não há duas organizações iguais, assim como não existem duas pessoas idênticas. Cada organização tem os seus objetivos, o seu ramo de atividade, os seus dirigentes e o seu pessoal, os seus problemas internos e externos, o seu mercado, a sua situação financeira, a sua tecnologia, os seus recursos básicos, a sua ideologia e política de negócios etc.

Em cada organização, portanto, o administrador soluciona problemas, dimensiona recursos, planeja sua aplicação, desenvolve estratégias, efetua diagnósticos de situações etc., exclusivos daquela organização. Um administrador bem sucedido em uma organização pode não sê-lo em outra. Toda vez que uma organização pretende admitir um executivo em seus quadros administrativos, os candidatos são submetidos a uma infinidade de testes e de entrevistas que procuram investigar em profundidade os seus conhecimentos, as suas características de personalidade, o seu passado profissional, a sua formação escolar, os seus antecedentes morais, o seu sucesso ou fracasso em determinadas atividades e outras coisas mais. Talvez até a sua situação conjugal ou sua estabilidade emocional. Isto porque o executivo dificilmente pode ser transferido de uma organização para outra sem que algum problema de adaptação deixe de ocorrer. Mesmo que o executivo tenha profundos conhecimentos de Administração e apresente um invejável currículo profissional, ele não é julgado pelo que sabe a respeito das funções que exerce em sua especialidade, mas simples maneira com que execute o seu trabalho e os resultados que consegue obter dos recursos disponíveis. Levitt, professor de Administração de Harvard Business School, chega a refutar a existência do "administrador em profissional", porque, enquanto um advogado ou um médico são considerados profissionais porque passaram num teste de conhecimentos acerca de suas profissões, o mesmo não acontece com o administrador, cujo conhecimento é apenas um dos múltiplos aspectos na avaliação de sua capacitação profissional. Ele não é apenas analisado pelas organizações, por seus conhecimentos tecnológicos de Administração, mas, principalmente, por seu modo de agir, suas atitudes, personalidade e filosofia de trabalho. Segundo Levitt, a finalidade é verificar se essas qualidades se condizem com os novos padrões, com a situação da empresa e o pessoal que vai trabalhar com ele, pois não existe uma única maneira certa de um administrador agir ou se conduzir. O que existe são maneiras corretas de executar determinadas tarefas em certas empresas, em condições específicas, por dirigentes de temperamentos diversos e modos de agir próprios. Aliás, Levitt lembre a lei de indeterminação de Heisenberg, pela qual o processo de se observar um fenômeno altera esse fenômeno. Se na Física a observação dos átomos equivale a alterar a posição e velocidade destes, na administração de uma organização simplesmente a presença de um profissional com uma determinada função afeta e modifica essa função, independentemente do que seja realizado. A presença de outro profissional produziria outra alteração. Além do mais, se a modificação ocorre, a maneira de agir deve ser e acaba sendo diferentes.

Assim, a conclusão óbvia é a de que Administração não é coisa mecânica que dependa de certos hábitos físicos que devem ser superados ou corrigidos a fim de se obter o comportamento correto. Pode-se ensinar o que um administrador deve fazer, mas isto não o capacitará efetivamente a fazê-lo em todas as organizações. O sucesso

de um administrador na vida profissional não está inteiramente correlacionado com aquilo que lhe foi ensinado, com o seu brilhantismo acadêmico ou com o seu interesse pessoal em praticar o que lhe foi ensinado nas escolas. Esses aspectos são importantes, porém estão condicionados a características de personalidade ao modo pessoal de agir de cada um. O conhecimento tecnológico da Administração é importantíssimo, básico e indispensável, mas depende sobretudo da personalidade e do modo de agir do administrador.

Há pelo menos três tipos de habilidades necessárias para que o administrador possa executar eficazmente o processo administrativo: a habilidade técnica; a humana e a conceitual':

Habilidade técnica: consiste em utilizar conhecimentos, métodos, técnicas e equipamentos necessários para a realização de suas tarefas específicas, através de sua instrução, experiência e educação.

Habilidade humana: consiste na capacidade e discernimento para trabalhar com pessoas, compreender suas atitudes e motivações e aplicar uma liderança eficaz.

Habilidade conceitual: consiste na habilidade para compreender as complexidades da organização global e o ajustamento do comportamento da pessoa dentro da organização. Esta habilidade permite que a pessoa se comporte de acordo com os objetivos da organização total e não apenas de acordo com os objetivos e as necessidades de seu grupo imediato.

A adequada combinação dessas habilidades varia à medida que um indivíduo sobe na escala hierárquica, de posições de supervisão a posições de alta direção'.

Níveis administrativos	Habilidades necessárias
Alta direção	
Administração de nível intermediário	
Administração de nível de supervisão	

HABILIDADES ADMINISTRATIVAS NECESSÁRIAS EM VARIOS
NÍVEIS DA ORGANIZAÇÃO COMERCIAL OU INDUSTRIAL

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

À medida que se sobe dos níveis inferiores a níveis mais elevados da organização, diminui a necessidade de habilidades técnicas, enquanto aumenta a necessidade de habilidade conceitual. Nos níveis inferiores, os supervisores precisam de considerável habilidade técnica para poder instruir e formar técnicos e demais subordinados. Nos níveis mais altos, os executivos não precisam conhecer em detalhes as tarefas específicas executadas no nível operacional. Embora varie a proporção das habilidades técnicas e conceituais necessárias aos diferentes níveis da organização, o denominador comum aparentemente crucial em todos os níveis é a habilidade conceitual.

A TGA se propõe a desenvolver a habilidade conceitual, embora não deixe totalmente de lado as habilidades humanas e técnicas. Em outros termos, se propõe a desenvolver a capacidade de pensar, de definir situações organizacionais (ou empresariais) complexas, de diagnosticar e de propor soluções. As aplicações práticas da TGA serão desenvolvidas através das diferentes disciplinas especializadas da Administração.

CAPÍTULO 1

A ADMINISTRAÇÃO E SUAS PERSPECTIVAS

Objetivos deste Capítulo

Definir o que é Administração e o que é TGA.

Mostrar a importância da Administração nos dias atuais e como ela se tornou uma atividade imprescindível na condução da moderna sociedade.

Explorar o conteúdo e objeto do estudo da Administração.

Projetar as perspectivas futuras da Administração e a crescente complexidade do seu papel na sociedade moderna.

Numa época de complexidades, mudanças e incertezas como a que atravessamos hoje, a Administração tornou-se uma das mais importantes áreas de atividade humana. Vivemos em uma civilização onde o esforço cooperativo do homem é a base fundamental da sociedade. A tarefa básica da Administração é a de fazer as coisas através das pessoas. Seja nas indústrias, no comércio, nas organizações de serviços públicos, nos hospitais, nas universidades, nas instituições militares ou em qualquer outra forma de empreendimento humano, a eficácia com que as pessoas trabalham em conjunto para conseguir objetivos comuns depende principalmente da capacidade daqueles que exercem função administrativa. O avanço tecnológico e o

desenvolvimento do conhecimento humano, por si apenas, não produzem efeitos se a qualidade da administração efetuada sobre os grupos organizados de pessoas não permitir uma aplicação efetiva desses recursos humanos. A Administração, com suas novas concepções, como veremos adiante, está sendo considerada uma das principais chaves para a solução dos mais graves problemas que afligem atualmente o mundo moderno.

Peter Drucker, autor nitidamente neoclássico, afirma que não existem países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, mas sim países que sabem administrar a tecnologia existente e seus recursos disponíveis e potenciais e países que ainda não o sabem. Em outros termos existem países administrados e países subadministrados.

O trabalho do administrador em uma organização qualquer, seja ele um supervisor de primeira linha ou o dirigente mínimo da organização, é essencialmente o mesmo. Não há, neste sentido, uma distinção básica entre diretores, gerentes, chefes ou supervisores, como administradores. Qualquer que seja a posição ou o nível que ocupe o administrador, quando tem responsabilidade pela cooperação dos subordinados, só pode alcançar resultados através da efetiva cooperação dos subordinados. Essa tarefa envolve a aplicação de princípios bem diferentes daqueles aplicados pelo técnico de contabilidade, pelo economista, pelo vendedor ou pelo engenheiro, no exercício de suas ocupações. Embora a tarefa que cabe ao administrador possa variar infinitamente, embora um dirigente máximo de uma organização possa ter uma área de autoridade muito mais ampla e elevada do que aquela que tem o supervisor de nível mais baixo, o fato permanece, isto é, todos os que obtêm resultados através do desempenho dos subordinados subscrevem basicamente as mesmas funções como administrador.

A tarefa de administrar se aplica a qualquer tipo ou tamanho de organização, seja ela uma grande indústria, uma cadeia de supermercados, uma escola, um clube, um hospital ou uma empresa de consultoria.

Toda organização, seja ela industrial ou prestadora de qualquer tipo de serviço, precisa ser administrada adequadamente para alcançar os seus objetivos com a maior eficiência e economia de ação e de recursos. Devido às suas limitações físicas, biológicas e psíquicas, o homem tem necessidade de cooperar com outros homens para, em conjunto alcançar objetivos. Quer sejam esses objetivos industriais, comerciais, militares, religiosos caritativos, educacionais; a coordenação do esforço humano torna-se um problema essencialmente administrativo. Onde quer que a cooperação de indivíduos no sentido de alcançar um ou mais objetivos comuns se torne organizada e formal, o componente essencial e fundamental dessas associações é a Administração a função de se conseguir fazer as coisas através das pessoas, com os melhores resultados.

Somente a partir do momento em que as organizações alcançaram um certo tamanho e complexidade e que a sua administração começou a apresentar dificuldades e desafios até então intransponíveis para os seus dirigentes. Foi nesse momento que surgiu uma crescente necessidade de uma Teoria da Administração que permitisse oferecer aos dirigentes das organizações os modelos e as estratégias adequadas para a solução dos seus problemas empresariais.

CONTEÚDO E OBJETO DE ESTUDO DA ADMINISTRAÇÃO

A palavra administração vem do latim *ad* (direção para, tendência para) e *minister* (subordinação ou obediência), e significa aquele que realiza uma função abaixo do comando de outrem, isto é, aquele que presta um serviço a outro. No entanto, a palavra administração sofreu uma radical transformação no seu significado original. A tarefa atual da Administração é a de interpretar os objetivos propostos pela organização e transformá-los em ação organizacional através do planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da organização, a fim de alcançar tais objetivos da maneira mais adequada à situação.

O significado e o conteúdo da Administração sofreram uma formidável ampliação e aprofundamento através das diferentes teorias que abordaremos neste livro. O próprio conteúdo do estudo da Administração varia enormemente de acordo com a teoria ou escola considerada. Normalmente, cada autor ou estudioso da Administração tende a abordar as variáveis e assuntos típicos da orientação teórica de sua escola ou teoria. Aliás, uma das razões que nos levou a escrever este livro foi exatamente a necessidade de abordarmos as principais Teorias da Administração, os seus respectivos assuntos e conteúdo. Com isto, pretendemos apresentar, não especificamente a abordagem e conteúdo de uma única corrente com o agravante de desconhecermos as demais, mas uma visão ampla, simplificada, comparativa e, sobretudo, crítica de cada teoria da Administração.

A Teoria Geral da Administração começou com o que chamaremos de "ênfase nas tarefas" (atividades executadas pelos operários em uma fábrica), com a Administração Científica de Taylor. A seguir, a reocupação básica passou para a "ênfase na estrutura" com a Teoria Clássica de Fayol e com a Teoria da Burocracia de Weber, seguindo-se mais tarde a Teoria Estruturalista da Administração. A reação humanística surgiu com a "ênfase nas pessoas", através da Teoria das Relações Humanas, mais tarde desenvolvida pela Teoria Comportamental e pela Teoria do desenvolvimento Organizacional. A "ênfase no ambiente" surgiu com a Teoria dos Sistemas, sendo completada pela Teoria da Contingência. Esta, posteriormente, desenvolveu a "ênfase na tecnologia". Cada uma dessas cinco variáveis - tarefas, estrutura, pessoas, ambiente e tecnologia - provocou a seu tempo uma diferente teoria administrativa, marcando um gradativo passo no desenvolvimento da TGA.

Cada teoria administrativa procurou privilegiar ou enfatizar uma dessas cinco variáveis, omitindo ou relegando a um plano secundário todas as demais.

A ADMINISTRAÇÃO E SUAS PERSPECTIVAS

O ESTADO ATUAL DA TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Com as rápidas pinceladas a respeito dos gradativos passos da TGA, procuramos demonstrar o efeito cumulativo e gradativamente abrangente das diversas teóricas com suas diferentes contribuições e diferentes enfoques. Todas as teorias administrativas apresentadas são válidas, embora cada qual valorize apenas uma ou algumas das cinco variáveis básicas. Na realidade, cada teoria administrativa surgiu como uma resposta aos problemas empresariais mais relevantes de sua época. E, neste aspecto, todas elas foram bem sucedidas ao apresentarem soluções específicas para tais problemas. De certo modo, todas as teorias administrativas são aplicáveis às situações de hoje. E o administrador precisa conhecê-las bem para ter à sua disposição um naipe de alternativas interessantes para cada situação. A moderna indústria automobilística utiliza em suas linhas de montagens os mesmos princípios da Administração Científica, em sua estrutura organizacional os mesmos princípios da Teoria Clássica e Neoclássica. A sua organização empresarial como um todo pode ser explicada pela Teoria da Burocracia. Seus supervisores são pregados segundo a abordagem da Teoria das Relações Humanas, enquanto os gerentes se preocupam com a Teoria do Comportamento Organizacional, e os dirigentes da área de recursos humanos, com a Teoria do desenvolvimento Organizacional. As relações desse tipo de empresa com a sua comunidade são consideradas sob o prisma da Teoria Estruturalista e Neoestruturalista e da Teoria da Contingência. Sua inter-face com a tecnologia é explicada pela Teoria da Contingência. O estado atual da TGA é bastante complexo: ela permite uma variedade enorme de abordagens a respeito de seu objeto de estudo e engloba um enorme leque de variáveis que devem ser levadas em consideração.

Hoje em dia, a TGA estuda a Administração das expressas e demais tipos de organização do ponto de vista da interação e interdependência entre as cinco variáveis principais, cada qual objeto específico de estudo por parte de uma ou mais correntes da teoria administrativa. As cinco variáveis básicas: tarefa, estrutura, tecnologia e

ambiente constituem os principais componentes no estudo da Administração das empresas. O comportamento desses componentes é sistêmico e complexo: cada qual influencia e é influenciado pelos outros componentes. Modificações em um provocam modificações em maior ou menor grau nos demais. O comportamento do conjunto desses componentes é diferente da soma dos comportamentos de cada componente considerado isoladamente.

Na realidade, a adequação entre essas cinco variáveis constitui o principal desafio da administração. Ao nível de uma subunidade especializada (p. ex., um departamento, uma divisão, uma seção), algumas dessas variáveis podem assumir papel preponderante.

Devido à crescente importância da Administração e devido aos novos e complexos desafios com que ela se defronta, os autores e pesquisadores têm se concentrado em algumas partes ou em algumas variáveis isoladas do enorme contexto de variáveis que intervêm - cada qual com sua natureza, seu impacto, sua duração, sua importância etc: - na estrutura e no comportamento das organizações que dificultam enormemente sua visão global: À medida que a Administração se defronta com novos desafios e novas situações que se desenvolvem com o decorrer do tempo, as doutrinas e teorias administrativas precisam adaptar suas abordagens ou modificá-las completamente para continuarem úteis e aplicáveis. Isto explica, em parte, os gradativos passos da TGA no decorrer deste século. O resultado disso tudo é a gradativa abrangência e complexidade que acabamos de discuti-los.

O leitor notará que para a Teoria Clássica - em seu pioneirismo na história da Administração - o conteúdo do estudo da Administração eram os métodos e processo de trabalho de cada operário, inicialmente. Em algumas décadas esse conteúdo foi gradativamente se elevando em nível e em amplitude organizacional até chegar, com a Teoria da Contingência, àquilo que está mais fora do que dentro da organização: o seu contexto ambiental. A teoria administrativa vem se expandindo e se ampliando rapidamente, levando o estudante de Administração a uma dificuldade enorme de se familiarizar, mesmo que superficialmente, com alguma amostra representativa da literatura existente sobre Administração.

O objeto de estudo da Administração sempre foi a ação organizacional inicialmente entendida como um conjunto de cargos e tarefas, mais além como um conjunto de órgãos e funções, desdobrando-se posteriormente em uma complexa gama de variáveis até chegar à concepção de sistema. As mais recentes teorias administrativas têm por objeto o estudo da organização como um sistema composto de e subsistemas que interagem entre si e com o ambiente externo. Obviamente, o objeto de estudo da Administração sofreu uma ampliação enorme ao mesmo tempo em que se apresentou com uma quantidade enorme de variáveis importantes para a sua compreensão.

A ADMINISTRAÇÃO NA SOCIEDADE MODERNA

Muito embora a Administração seja uma disciplina relativamente nova, o seu desenvolvimento foi muito rápido. A própria história do pensamento administrativo proporciona uma perspectiva das contribuições e dos problemas e situações com que se defrontou no correr destas últimas sete décadas no mundo industrial.

A ADMINISTRAÇÃO E SUAS PERSPECTIVAS

A Administração é um fenômeno universal no mundo moderno. Cada organização e cada empresa requer a tomada de decisões, a coordenação de múltiplas atividades, a condução de pessoas, a avaliação do desempenho dirigido a objetivos previamente determinados, a obtenção e alocação de diferentes recursos etc. Numerosas atividades administrativas desempenhadas por diversos administradores, voltadas para tipos específicos de áreas e de problemas, precisam ser realizadas em cada organização ou empresa. O profissional pode ser um engenheiro, um economista, um contabilista, um

médico etc. e precisa conhecer profundamente a sua especialidade. Mas, no momento em que é promovido em sua empresa a supervisor, chefe, gerente ou diretor, exatamente a partir desse momento, ele deve ser administrador. Precisa então dedicar-se a uma série de responsabilidades que lhe exigirão conhecimentos e posturas completamente novos e diferentes que a sua especialidade não lhe ensinou em momento algum. Daí o caráter eminentemente universal da Administração: cada empresa, necessita não de um administrador apenas, mas de uma equipe de administradores em vários níveis e nas suas várias áreas e funções para levarem adiante as diversas especialidades dentro de um conjunto integrado e harmonioso de esforços em direção aos objetivos da empresa. É isto o que leva muitos profissionais de nível superior a retornarem mais tarde aos bancos universitários para cursarem Administração: quando são promovidos do nível operacional onde, executam suas especialidades para o nível intermediário, eles deixam de ser engenheiros, economistas, contabilistas, médicos etc. para se tornarem administradores. Como o administrador não é executor, mas o responsável pelo trabalho dos outros, ele não pode se dar ao luxo de errar ou de arriscar apelando para estratégias de ensaio-e-erro, já que isto implicaria conduzir seus subordinados pelo caminho menos indicado. O administrador é um profissional cuja formação é extremamente ampla e variada: precisa conhecer disciplinas heterogêneas (como Matemática, Direito, Psicologia, Sociologia, Estatística etc.); precisa lidar com pessoas (que executam tarefas ou que planejam, organizam, controlam; assessoram, pesquisam etc.) que lhe estão subordinadas ou que estão no mesmo nível ou acima dele; ele precisa estar atento aos eventos passados e presentes, bem como às previsões futuras, pois o seu horizonte deve ser mais amplo, já que ele é o responsável pela direção de outras pessoas que, seguem as suas ordens e orientação; precisa lidar com eventos internos (localizados dentro da empresa) e externos (localizados no ambiente de tarefa e no ambiente geral que envolve externamente a empresa); precisa ver mais longe que os outros pois deve estar ligado aos objetivos que a empresa pretende alcançar através da atividade conjunta de todos. Não que o administrador seja um herói que pretendamos consagrar, mas é ele um agente de mudança e de transformação das empresas, levando-as a novos rumos, novos processos, novos objetivos, novas estratégias, novas tecnologias; é ele um agente educador no sentido de que, os sua direção e orientação, modifica comportamentos e atitudes das pessoas; é ele um agente cultural na medida em que, com o seu estilo de Administração, modifica a cultura organizacional existente nas empresas. Mais do que isso, o administrador deixa marcas profundas na vida das pessoas, à medida que lida com elas e com seus destinos dentro das empresas e à medida que sua atuação na empresa influi no comportamento dos consumidores, fornecedores, concorrentes e demais organizações humanas.

A Administração tornou-se tão importante quanto o próprio trabalho a ser executado, conforme este se foi especializando e a escala de operações crescendo assustadoramente. A Administração não é um fim em si mesma, mas um meio de fazer com que as coisas sejam realizadas da melhor forma possível, com o menor custo e com a maior eficiência e eficácia.

Estes conceitos serão discutidos mais adiante.

PERSPECTIVAS FUTURAS DA ADMINISTRAÇÃO

Recentemente, Warren G. Bennis' fez uma previsão de que nos próximos 25 a 50 anos o mundo verá o fim da forma organizacional de hoje (a organização burocrática) e o surgimento de novos sistemas mais adequados às demandas da pós-industrialização. Essa previsão se baseia no princípio evolucionário de que cada idade desenvolve uma forma organizacional apropriada às suas características. Bennis salienta que as fraquezas da organização burocrática serão exatamente os germes dos futuros sistemas organizacionais.

Bennis refere-se:

1. Às mudanças rápidas e inesperadas, principalmente no campo do

conhecimento e da explosão populacional, impondo novas e crescentes necessidades a que as atuais organizações não têm condições de atender.

2. Ao crescimento em tamanho das organizações, que se tornam complexas e internacionais.

3. Às atividades de hoje, que exigem pessoas de competências diversas e altamente especializadas, envolvendo problemas de coordenação e, principalmente, de acompanhamento das rápidas mudanças.

A tarefa administrativa nas próximas décadas será incerta e desafiadora, pois deverá ser atingida por um sem-número de variáveis e de mudanças e transformações carregadas de ambigüidades e de incertezas. O administrador se defrontará com problemas multifacetados e cada vez mais diferentes e mais complexos do que os anteriores, e sua atenção será disputada por eventos e por grupos situados dentro e fora da empresa que lhe proporcionarão informações contraditórias que complicarão o seu diagnóstico perceptivo e a sua visão dos problemas a resolver ou das situações a enfrentar: são as exigências da sociedade, dos clientes, dos fornecedores, das agências regulamentadoras, são os desafios dos concorrentes, as expectativas da alta administração, dos subordinados, dos acionistas etc. Porém, todas essas exigências, desafios e expectativas sofrem profundas mudanças que ultrapassam a capacidade que o administrador tem para poder acompanhá-las de perto e compreendê-las adequadamente. Essas mudanças tendem aumentar, em face da inclusão de outras novas variáveis, à medida que o processo se desenvolve criando uma turbulência que perturba e complica a tarefa administrativa de planejar, organizar, dirigir e controlar uma empresa eficiente e eficaz. Basil e Cook se referem à necessidade de funções administrativas voláteis e transitórias para que o administrador possa enfrentar essa turbulência: enquanto todos os indivíduos rotinizam grande parte de seu comportamento para simplificar o processo da vida diária, existem numerosas mudanças no meio ambiente que ficam completamente fora dos limites normais do comportamento condicionado. E o futuro parece complicar essa realidade. Inúmeros fatores causarão profundos impactos sobre as empresas.

Nas próximas décadas, os principais desafios para a Administração serão os seguintes:

1. Crescimento das organizações as organizações bem sucedidas tendem ao crescimento e à ampliação de suas atividades, seja no crescimento em termos de tamanho e de recursos, seja na expansão de seus mercados, seja no volume de suas operações. O crescimento é uma decorrência inevitável do êxito organizacional.

À medida que uma organização cresce, ocorre uma conseqüente subdivisão interna (divisão do trabalho) e especialização dos órgãos e das pessoas e, em decorrência, uma maior necessidade de coordenação e integração das partes envolvidas para garantir a eficiência e eficácia. Como o mundo externo é caracterizado por mudanças rápidas e inesperadas, a organização do futuro deverá ter uma estrutura e comportamento capazes de mudanças rápidas e freqüentes para acompanhar com sucesso as mudanças do mundo. Nestas circunstâncias, os administradores "generalistas" e dotados de habilidades genéricas e variadas terão perspectivas mais promissoras do que os administradores "especialistas" e concentrados em poucas habilidades gerenciais.

2. Conforme diriam alguns: à medida que aumentam os mercados e os negócios, crescem também os riscos na atividade organizacional e, principalmente, na atividade empresarial. O produto ou serviço que demonstre ser superior ou melhor será o mais procurado. O desenvolvimento de tal produto ou serviço exigirá maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento, aperfeiçoamento das tecnologias, dissolução de velhos e criação de novos departamentos e diversos, busca incessante de novos mercados e a necessidade de lutar contra outras organizações, concorrendo com elas para sobreviver e crescer.

3. Sofisticação da tecnologia: com o progresso das comunicações, do computador e do transporte a jato, as organizações e empresas estão internacionalizando suas

operações e atividades. A tecnologia proporcionará uma eficiência maior, uma precisão maior e a liberação da atividade humana para tarefas mais complicadas e que exijam planejamento e criatividade.

A tecnologia introduzirá novos processos e novos instrumentos que causarão impactos sobre a estrutura e comportamento das organizações.

4. Taxas elevadas de inflação: os custos de energia, de matérias-primas, de mão-de-obra, do dinheiro estão se elevando continuamente. A inflação exigirá, cada vez mais, maior eficiência da administração das organizações e empresas, para que estas possam obter melhores resultados com os recursos disponíveis e programas de redução de custos operacionais. A inflação imporá fatalmente novas pressões e ameaças sobre as organizações lucrativas: estas deverão lutar pelo lucro e pela sobrevivência através da procura de maior produtividade.

5. Internacionalização dos negócios' o esforço de exportação, a criação de novas subsidiárias, para deitar raízes em outros territórios estrangeiros, é um fenômeno recente ocorrido após as duas guerras mundiais e que influenciará as organizações do futuro e a sua administração.

6. Visibilidade maior das organizações: enquanto crescem, as organizações tornam-se mais competitivas, mais sofisticadas tecnologicamente, internacionalizam-se mais e, com isto, aumentam sua influência ambiental. Em outros termos, gradativamente as organizações chamam mais a atenção do ambiente e do público e passam a ser mais visíveis e percebidas pela opinião pública. A visibilidade da organização - a sua capacidade de chamar a atenção dos outros - pode ocorrer de maneira positiva (imagem positiva dá organização perante o público) ou de maneira negativa (imagem negativa). Em qualquer forma, a organização jamais será ignorada pelos outros: consumidores, fornecedores, imprensa, sindicatos, governo etc.

E isto influenciará o seu comportamento.

Todos esses desafios trarão obrigatoriamente uma consequência para a administração das organizações e empresas: a administração da incerteza. As mudanças rápidas e bruscas, o crescimento organizacional, a concorrência das demais organizações e empresas, o desenvolvimento tecnológico, os fenômenos econômicos da inflação, a internacionalização das atividades, a visibilidade e interferência da opinião pública farão com que as organizações do futuro (e desta década de 80) passem a lidar, não mais com a previsibilidade, continuidade e estabilidade, mas com a imprevisibilidade, descontinuidade e instabilidade em todos os setores de atividade. Novas formas e modelos de organização serão necessários, e uma nova mentalidade dos administradores, imprescindível.

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

SUMÁRIO

1. A Administração constitui uma importante atividade em uma sociedade pluralista que se baseia no esforço cooperativo do homem através das organizações.

2. A tarefa básica da Administração é fazer as coisas através das pessoas, com os melhores resultados. Em qualquer tipo de organização humana, busca-se o alcance de determinados objetivos com eficiência e eficácia. A Administração dirige o esforço dos grupos organizados.

3. O conteúdo da Administração varia conforme a teoria considerada: para a Administração Científica eram os métodos e processos de trabalho de cada operário; para a Teoria Clássica da Administração, a Administração envolve previsão, organização, direção, coordenação e controle do trabalho realizado em toda a organização; para a Teoria das Relações Humanas, a Administração deve buscar os melhores resultados através de condições que permitam a integração das pessoas nos grupos sociais e a satisfação das necessidades individuais.

4. O objeto da Administração é a própria atividade organizacional. Inicialmente, o objeto da Administração era simplesmente a atividade fabril; depois estendeu-se às empresas industriais e, mais adiante, a todo tipo de organização humana, passando gradativamente a envolver também o intercâmbio entre as organizações e seus ambientes.

5. A Administração na sociedade moderna tornou-se vital e indispensável. Em uma sociedade de organizações, onde a complexidade e a interdependência das organizações são o aspecto crucial, a Administração avulta como o fator-chave tanto para a melhoria da qualidade de vida como para a solução dos problemas mais complexos que afligem a humanidade de hoje.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Quais as habilidades necessárias ao administrador, tendo em vista a variedade de situações com que se defronta?

2. Qual o objeto de estudo da Administração?

3. Comente o estado atual da TGA.

4. O que diz sobre a Administração na sociedade moderna?

5. Quais os principais desafios para a Administração na década de 80?

CASO

Método do Caso

O método do caso é uma técnica de simulação. Como o aluno não pode manipular experimentalmente uma empresa - da mesma forma como um estudante de Medicina aprende fazer cirurgia em cadáveres, ou o estudante de Engenharia aprende a fazer reações químicas ou físicas no laboratório -, o método do caso procura simular uma realidade fictícia, na qual o aluno pode aplicar seus conhecimentos "na prática". Como o administrador nunca trabalha sozinho, mas em contato com outros administradores encarregados de outras áreas ou tarefas da empresa, o método do caso é uma técnica que tanto pode ser aplicada individualmente ou em grupos de alunos. Quando aplicada individualmente, é uma técnica de resolução de problemas e de tomada de decisão pessoal. Mas, quando aplicada em grupos, torna-se uma técnica eminentemente social e que requer de cada aluno a exata compreensão do problema e, mais do que isso, o conhecimento necessário e a argumentação suficiente para convencer seus colegas de grupo de que seus pontos de vista devem ser aceitos. Além do mais, o método do caso impõe a cada aluno tanto a habilidade de argumentar, como a capacidade de aceitar idéias melhores de seus colegas. É um aprendizado que lhe será útil na vida profissional, pois desenvolverá suas habilidades sociais que lhe permitirão uma

proveitosa bagagem para conviver com os problemas e com os colegas de sua empresa no futuro.

O método do caso se baseia no processo decisória. Parte do princípio de que existe sempre mais de uma solução adequada para qualquer problema em Administração de empresas. A solução que um administrador propõe poderá ser diferente da de outro. Igualmente, o mesmo administrador poderá propor diferentes soluções para o mesmo problema, tendo em vista determinados objetivos e à medida que mudam os recursos disponíveis, a situação ambiental ou os aspectos envolvidos. Dificilmente haverá um completo acordo entre administradores em relação a determinadas soluções, já que cada um pode perceber diferentes configurações no problema, partir de diferentes valores e objetivos, privilegiar determinados aspectos envolvidos no problema, visualizar diferentes conseqüências futuras de suas decisões, e assim por diante.

O método do caso, quando aplicado em grupos, requer que cada grupo escolha um coordenador que deverá ser o elemento capaz de fazer o grupo trabalhar em conjunto. O coordenador deve equilibrar a contribuição dos membros do seu grupo, de modo que todos possam contribuir igualmente com suas idéias e pontos de vista e impedir que um ou outro membro tenha exclusividade ou predomine sobre os demais; deverá escolher um secretário ou secretária para fazer todas as anotações principais a respeito das conclusões do grupo.

Terminado o trabalho, o coordenador deverá escolher um membro do grupo para apresentar à classe ou aos outros grupos as conclusões do seu grupo. O apresentador poderá ser um ou mais membros, e a utilização de recursos audiovisuais (lousa, painéis, quadros etc.) é recomendável para auxiliar na apresentação.

O método do caso segue as seguintes etapas:

1. Leia o caso cuidadosamente. O caso relatado é geralmente colhido da vida real. Pode incluir fatos e opiniões disparatadas que podem esconder ou camuflar fatos que realmente ocorreram.

2. Reúna os fatos. É conveniente coletar os principais fatos por escrito, para não confiar exclusivamente na memória. Se parecer conveniente considerar também as opiniões, rumores ou sentimentos, disponha-os juntamente com os fatos objetivos, mas reconheça-os como elementos subjetivos. No final, verifique se todos os fatos principais do caso estão reunidos.

3. Avalie os fatos. determine a importância relativa dos fatos reunidos e abandone os que não têm relevância para o caso. É conveniente indicar quais os fatos mais importantes e os de menor importância, através de um sistema de sinais ou indicadores.

4. Oeja o problema. Esta costuma ser à parte mais difícil do caso. Assegure-se de que compreendeu o qual e de que conseguiu equacionar o problema e quais as conseqüências que dele poderia resultar. Tome cuidado, pois uma definição errada do problema poderá conduzi-lo a caminhos muito diferentes.

5. Estabeleça alternativas de soluções para o problema. Não busque uma solução rápida, mas diversas soluções diferentes fundamentadas em atos. É conveniente escrever todas as alternativas de soluções e suas possíveis conseqüências no presente e no futuro da empresa.

6. Escolha a alternativa de solução mais adequada. Em outros termos, tome uma decisão que ha a alternativa melhor ou mais adequada, levando em conta a situação envolvida.

A - Se sabe por que escolheu esta solução. Verifique se sua decisão se apóia em seus próprios preconceitos, sentimentos ou experiência ou se baseia exclusivamente nos fatos apresentados no caso.

Prepare um plano de ação. À luz dos fatos, prepare um plano para executar a solução escolhida. Considere á empresa como uma totalidade e o envolvimento de outros departamentos, se o caso abranger. Procure ser didático na exposição aos demais colegas da classe.

Todas estas etapas deverão ser cumpridas em conjunto, sede que for trabalhado em equipe não haja perda de grupos. O coordenador deverá conduzir os debates no sentido tempo ou discussões inúteis.no seu grupo.

PARTE 2

OS PRIMÓRDIOS

DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração, tal como a encontramos hoje, é o resultado histórico e integrado da contribuição cumulativa de numerosos precursores, alguns filósofos, outros físicos, economistas, estadistas, e outros até mesmo empresários que, no decorrer dos tempos, foram, cada qual no seu campo de atividades, desenvolvendo e divulgando as suas obras e teorias.

Assim sendo, não é de se estranhar que a moderna Administração utilize largamente certos conceitos e princípios descobertos e utilizados nas Ciências Matemáticas (inclusive a Estatística), nas Ciências Humanas (como a Psicologia, Sociologia, Biologia, Educação etc.), nas Ciências Físicas (como a Física, Química etc.), como também no Direito, Engenharia etc.

A história nos demonstra que a maioria dos empreendimentos militares, sociais, políticos, econômicos e religiosos teve uma estrutura orgânica piramidal. Embora de forma não muito regular, essa pirâmide retrata uma estrutura hierárquica, concentrando no vértice as funções de poder e de decisão. A teoria da estrutura hierárquica não é nova: Platão, Aristóteles, Hamurabi etc. já tratavam dela. A Bíblia nos conta os conselhos de Jetro, sogro de Moisés e sacerdote de Midiã; que, notando as dificuldades do genro em atender ao povo e julgar as suas lides, num dia em que aguardava o líder durante o dia inteiro em uma sela, à espera de suas decisões para cada caso, perguntou a Moisés:

L - Que é isto que fazes ao povo? Por que te assentas se, e todo o povo está em pé diante de ti, desde a manhã até o por-do-sol?

Ao que Moisés respondeu:

- É porque o povo vem a mim para consultar a Deus. Quando tem alguma quesito, vem a mim, para que eu julgue entre um e outro, e lhe declare os estatutos de Ikus e as suas leis.

Jetro, porém, o admoestou:

- Não é bom o que fazes. Sem dúvida, desfalecerás, assim tu, como este povo que está contigo: pois isto é pesado demais para ti; tu não o podes fazer assim, sozinho. Ouve, pois, minhas palavras. Eu te aconselharei, e Deus seja contigo. Representa o povo perante Deus. Leva a Deus as suas causas, ensina-lhes os estatutos e as leis, e faze-lhes saber o caminho em que devem andar, e a obra que devem fazer. Procura dentre o voz homens capazes, tementes a Deus homens de verdade, aos quais aborreça a avareza. Põe-nos sobrepeles, por chefes de 1000, chefes de 100, chefes de 50 e chefes de 10 para que julguem este povo em todo tempo. Toda causa grave, trá-la-ão a ti, mas toda causa pequena, eles mesmos a julgarão. Será assim, mais fácil para ti, e eles levarão a carga contigo. Se isto fizeres, e assim Deus to mandar, poderás então suportar; e assim, também, todo este povo tornará em paz ao seu lugar.

Exodo, cap.18, v.13-27

O texto bíblico conta que Moisés seguiu os conselhos do sogro: escolheu homens capazes de todo o Israel e dele ou-lhes autoridade como se fossem os seus representantes - chefes de 1000, chefes de 100, chefes de 50 e chefes de 10 - que dali para a frente passaram a exercer jurisdição, conforme o nível de competência delegada. Todas as causas simples, julgaram-nas eles mesmos, enquanto apenas as mais graves trouxeram-nas a Moisés.

Certas referências pré-históricas acerca das magníficas construções erigidas durante a Antigüidade no Egito, na Mesopotâmia, na Assíria, testemunharam a

existência, em remotas épocas, de dirigentes capazes de planejar e guiar os esforços de milhares de trabalhadores em monumentais obras que perduram até os nossos dias.

Os papiros egípcios atribuídos à época de 1300 a.C. já indicam a importância da organização e administração da burocracia pública no Antigo Egito. Na China, as parábolas de Confúcio sugerem práticas para a boa administração pública.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS DOS PRIMÓRDIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Anos	Autores	Eventos
4000 a.C.	Egípcios	Reconhecimento da necessidade de planejar, organizar e controlar.
2600 a.C.	Egípcios	Descentralização na organização.
2000 a.C.	Egípcios	Reconhecimento da necessidade de ordens escritas.
Uso de consultoria de stá,f I.		
1800 a.C.	Hamurabi	Uso de controle escrito e testemunhal;
estabelecimento do salário	(Babilônia)	mínimo; reconhecimento de que a responsabilidade não pode ser transferida.
1491 a.C.	Hebreus	Conceitos de organização; princípio escalar;
princípio da exceção.		
600 a.C.	Nabucodonosor	Controle de produção e incentivos salariais.
	(Babilônia)	
500 a.C.	Mencius	Reconhecimento da necessidade de sistemas e padrões.
	(China)	
400 a.C.	Sócrates (Grécia)	Enunciado da universalidade da Administração.
	Ciro (Pérsia)	Reconhecimento da necessidade de relações humanas; uso do estudo de movimentos, arranjo físico e manuseio de materiais.
	Platão (Grécia)	Enunciado do princípio da especialização.
175 a.C.	Cato (Roma)	Uso de descrições de funções.
20	Jesus (Judéia)	Unidade de comando; regulamentos; relações humanas.
284	Diocleciano (Roma)	Delegação de autoridade.
1436	Arsenal de Veneza	Contabilidade de custos; verificações e balanços para controle; numeração de inventários; intercâmbio de partes; utilização da técnica de linha de montagem; uso da Administração de Pessoal; estandardização das partes; controle de inventário; controle de Custos.
1525	Niccoló Machiavelli (Itália)	Confiança no princípio do consenso da massa; reconhecimento da necessidade de coesão na organização; enunciado das qualidades de liderança; descrição de táticas políticas.
1767	Sir James Stuart (Inglaterra)	Teoria da fonte da autoridade; impacto da automação; diferenciação entre gerentes e trabalhadores baseada nas vantagens da especialização.
1776	Adam Smith (Inglaterra)	Aplicação do princípio de especialização aos trabalhadores manufatureiros; conceitos de Controle.
1799	Eli Whitney (EUA)	Método científico; uso da contabilidade de custos e do controle de qualidade; aplicação do conceito de internacionalização das partes; reconhecimento da amplitude administrativa.
1800	James Watt	Procedimentos padronizados de operação; especificações; métodos de trabalho; planejamento; incentivo salarial; tempos-
	Mathew Boulton (Inglaterra)	padrões; dados padronizados; gratificações natalinas; seguros mútuos aos empregados; utilização de auditoria.
1810	Robert Owen (Inglaterra)	Reconhecimento e aplicação de práticas de pessoal; assunção da responsabilidade pelo treinamento dos operários; introdução de planos de casas para os operários.

1832 Charles Babbage (Inglaterra) Ênfase na abordagem científica; ênfase na especialização; divisão do trabalho; estudo de tempos e movimentos; contabilidade de custos; efeito das várias cores na eficiência do operário.

1856 Daniel C. McCallum (EUA) Uso de organogramas para mostrar a estrutura organizacional: aplicação da Administração sistemática em ferrovias.

1886 Henry M. Lippitt (EUA) Pioneiro da Administração; ciência da Administração.

Frederick W. Taylor Administração científica; ampliação de sistemas; Administração de

Pessoal; necessidade de equilíbrio entre o trabalho e a gerência; salários elevados; divisão equitativa entre trabalho e gerência; organização funcional; princípio da exceção aplicado à oficina; sistema de custos; estudo de métodos; estudo de tempos; definição da Administração científica; ênfase na tarefa administrativa; ênfase na pesquisa, planejamento, controle e cooperação.

Apesar de todo o progresso ocorrido no conhecimento humano, a chamada "Ciência da Administração" somente surgiu no despertar do século XX, como um acontecimento histórico da maior transcendência. A TGA é uma área nova e recente do conhecimento humano. Para que ela surgisse foram necessários muitos séculos de preparação e muitos antecedentes históricos capazes de permitir e viabilizar as condições indispensáveis ao seu aparecimento.

CAPÍTULO 2

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ADMINISTRAÇÃO

Objetivos deste capítulo

Mostrar a histórica e incipiente preocupação com a Administração durante a Antiguidade até o século passado.

Alinhar a influência dos filósofos, da organização eclesiástica, da organização militar e dos economistas liberais no pensamento administrativo e nas formas de organização e Administração existentes no passado.

Mostrar a influência da Revolução Industrial e como ela preparou o terreno onde vicejariam as primeiras tentativas de se construir uma Ciência da Administração.

Em toda a sua longa história até o início do século XX, a Administração se desenvolveu com uma lentidão impressionante. Somente a partir deste século passou por fases de desenvolvimento de notável pujança e inovação. Enquanto nos dias de hoje a sociedade da maioria dos países desenvolvidos é uma sociedade pluralista de organizações, onde a maior parte das obrigações sociais (como a produção, a prestação de um serviço especializado de educação ou de atendimento hospitalar, a garantia da defesa nacional ou a preservação do meio ambiente) é confiada a organizações (como indústrias, universidades e escolas, hospitais, exército, organizações de serviços públicos) que são administradas por grupos diretivos próprios para poderem se tornar mais eficazes, no final do século passado a sociedade era completamente diferente. Há 80 anos atrás, as organizações eram poucas e pequenas: predominavam as pequenas oficinas, os artesãos independentes, as pequenas escolas, os profissionais autônomos (como os médicos, os advogados que trabalhavam por conta própria), o lavrador, o armazém da esquina etc. Apesar de sempre ter existido o trabalho na história da humanidade, a história das organizações e da sua administração é um capítulo que teve o seu início há muito pouco tempo.

INFLUÊNCIA DOS FILÓSOFOS

A Administração recebeu enorme influência da Filosofia, desde os tempos da

Antigüidade.

Haimann', bem como Koontz e O'Donnellz se referem ao filósofo grego Sócrates 470 a.C. que em sua discussão com Nicomaquides, expõe o seu ponto de vista sobre a separação Administração como uma habilidade pessoal

2 - 399 a.C, da do conhecimento técnico e da experiência:

"Sobre qualquer coisa que um homem possa presidir, ele será, se souber do que precisa e se for capaz de provê-lo, um bom presidente, quer tenha a direção de um coro, uma família, uma cidade por um exército.

Não é também uma tarefa unir os maus e honrar os bons? Portanto, Nicomaquides, não desprezeis homens

hábeis em administrar seu haveres; pois os afazeres privados diferem dos públicos somente em magnitude; em outros aspectos os similares; mas o que mais se deve observar é que nenhum deles pode ser gerido sem homens, nem os afazeres privados são geridos por uma espécie de homem e os públicos por outra: pois aqueles que conduzem os negócios públicos não utilizam homens de natureza diferente daqueles empregados pelos que gerem negócio privados; e os que sabem empregá-los conduzem tanto os negócios públicos quanto privados, judiciosamente, enquanto que aqueles que não sabem, errarão na administração de ambos"

3 - Platão (429 a.C. - 347 a.C.), filósofo grego, discípulo de Sócrates, preocupou-se profundamente com os problemas políticos e sociais inerentes ao desenvolvimento social e cultural do povo grego. Em sua obra, A República, expõe o seu ponto de vista sobre a formação democrática de governo e de administração dos negócios públicos de Platão, do qual Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.), outro filósofo grego, bastante divergiu, deu enorme impulso à Filosofia, principalmente à Cosmologia à Nosologia, à Metafísica, às Ciências Naturais, abrindo as perspectivas estudando o ser humano na sua época. Foi o criador da Lógica. No seu livro Política, do Estado e distingue três formas de Administração pública, a saber:

1. Monarquia ou governo de um só (que pode redundar em tirania).
2. Aristocracia ou governo de uma elite (que pode descambar em oligarquia).
3. Democracia ou governo do povo (que pode degenerar em anarquia).

Durante os séculos que vão da Antigüidade até o início da Idade Moderna, a Filosofia voltou-se para uma variedade de preocupações que nada tinham a ver com problemas administrativos.

É com Francis Bacon (1561-1626) filósofo e estadista inglês, considerado o fundador da Lógica Moderna baseada no método experimental e indutivo, que vamos encontrar alguma preocupação prática de se arar experimentalmente o que é essencial do que é acidental ou acessório. Bacon antecipou ao princípio conhecido em Administração como "princípio da prevalência do principal sobre o acessório".

Realmente, o maior expoente da época foi René Descartes (1596-1650), um filósofo matemático e físico francês considerado o fundador da Filosofia Moderna. As famosas coordenadas cartesianas foram criadas por Descartes e foi muito valioso o impulso que deu à Matemática e à Geometria da época. Na Filosofia, celebrou-se pelo livro O Discurso do Método, onde descreve os principais preceitos do seu método filosófico, hoje denominado "método cartesiano" cujos princípios são:

1. Princípio da Dúvida Sistemática ou da Evidência que Consiste em não aceitar como verdadeira coisa alguma, enquanto não se souber com evidência - ou seja, clara e distintamente - aquilo que é realmente verdadeiro: Com esta dúvida sistemática evita-se a prevenção e a preúmpção, aceitando-se apenas como certo aquilo que seja evidentemente certo.

2. Princípio da Análise da Decomposição; que Consiste em dividir e decompor cada dificuldade ou problema em tantas partes quantas sejam possível e necessário à sua melhor adequação e solução, e resolvê-las cada uma separadamente.

3. Princípio da Síntese ou da Composição que Consiste em conduzir ordenadamente os nossos pensamentos e o nosso raciocínio, começando pelos objetivos e assuntos mais fáceis e simples de se conhecer, para caminharmos gradualmente aos mais difíceis.

4. Princípio da Enumeração ou da Verificação que Consiste em fazer, em tudo, recontagens, verificações e revisões tão gerais que se fique seguro de nada haver omitido ou deixado de lado.

Thomas Hobbes (1588-1679) desenvolveu uma teoria da origem contratualista do Estado, segundo a qual o homem primitivo, vivendo em estado selvagem, passou lentamente à vida social, através de um pacto entre todos. Todavia, "o homem é lobo do próprio homem", ou seja, o homem primitivo era um ser anti-social por definição, vivendo em guerra permanente com o próximo. O Estado viria a ser; portanto, a inevitável resultante da questão, impondo a ordem e organizando a vida social, qual um Levita. Este, ao crescer, apresenta as dimensões de um dinossauro, ameaçando a liberdade de todos.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) desenvolveu a teoria do Contrato Social: o Estado sárge de um acordo de vontades. Rousseau imagina uma convivência individualista, vivendo os homens cordial e pacificamente, sem atritos com seus semelhantes. Porém, se o homem é por natureza bom e afável, a vida em sociedade o deturpa.

Karl Marx (1818-1883) e seu parceiro Friedrich Engels (1820-1895) propõem uma teoria da origem econômica do Estado. O surgimento do poder político e do Estado nada mais é do que o fruto da dominação econômica do homem pelo homem.

O Estado vem a ser uma ordem coativa imposta por uma classe social exploradora. No Manifesto Comunista, eles afirmam que a história da humanidade sempre foi a história da luta de classes. Homens livres. e escravos, patrícios e plebeus, nobres e servos, mestres e artesãos, numa palavra, exploradores e explorados, sempre mantiveram uma luta, às vezes oculta, às vezes patente.

Marx afirma que todos os fenômenos históricos são o produto das relações econômicas entre os homens. O marxismo foi a primeira ideologia a afirmar o estudo das leis objetivas do desenvolvimento econômico da sociedade, em oposição aos ideais metafísicos.

Como veremos mais adiante, vários princípios da moderna Administração, como os da divisão do trabalho, da ordem, do controle etc., estão basicamente contidos nos princípios cartesianos.

Com o surgimento da Filosofia Moderna, deixa a Administração de receber contribuições e influências, uma vez que o campo de estudo filosófico se afasta enormemente dos problemas organizacionais.

INFLUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA

Através dos séculos, as normas administrativas e princípios de organização pública foram se transferindo das instituições dos Estados (como era o caso de Atenas, Roma etc.) para as instituições da nascente Igreja Católica e para as organizações militares. Essa transferência se fez de modo lento, mas efetivo, talvez porque a unidade de propósitos e de objetivos - princípios fundamentais na organização eclesiástica e na organização militar - nem sempre é encontrada na ação política que se desenvolvia nos Estados, geralmente movida por objetivos contraditórios de cada partido, dirigente ou classe social.

James D. Mooney' fez uma interessante pesquisa sobre a estruturação da Igreja Católica, mostrando a sua organização no tempo, sua hierarquia de autoridade, seu estado-maior(assessoria) e sua coordenação funcional. A Igreja tem uma organização hierárquica tão simples e eficiente que a sua enorme organização mundial pode operar satisfatoriamente sob o comando de uma só cabeça executiva: o Papa, cuja autoridade coordenadora lhe foi delegada de forma mediata por uma autoridade divina superior.

De qualquer forma, a estrutura da organização eclesiástica serviu de modelo para muitas organizações que, ávidas de experiências bem sucedidas, passaram a incorporar uma infinidade de princípios e normas administrativas utilizadas na Igreja Católica.

INFLUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO MILITAR

A organização militar tem influenciado enormemente o desenvolvimento das teorias da Administração ao longo do tempo. A organização linear, por exemplo, tem suas origens na organização militar dos exércitos da Antiguidade e da época medieval. O princípio da unidade de comando (pelo qual cada subordinado só pode ter um superior) – fundamental para a função de direção – é o núcleo central de todas as organizações militares daquelas épocas. A escala hierárquica, ou seja, a escala de níveis de comando de acordo com o grau de autoridade e responsabilidade correspondente é tipicamente um aspecto da organização militar utilizado em outras organizações. Com o passar dos tempos, a gradativa ampliação da escala de comando trouxe também uma correspondente ampliação da graduação da autoridade delegada: à medida que o volume e operações militares aumentava, crescia também a necessidade de delegar autoridade para níveis mais baixos dentro da organização militar.

Ainda na época de Napoleão (1769-1821), o general, ao chefiar o seu exército, tinha a responsabilidade de vigiar a totalidade do campo de batalha. Porém, com as batalhas de maior alcance, inclusive de âmbito continental, o comando das operações de guerra exigiu, não novos princípios de organização, mas a extensão dos princípios então utilizados, conduzindo assim a um planejamento e controle centralizados em paralelo a o relações descentralizadas ou seja, passou-se à centralização do comando e à descentralização da execução.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ADMINISTRAÇÃO

O conceito d hierarquia dentro da organização militar é provavelmente tão antigo quanto a própria guerra, pois a necessidade de um estado-maior sempre existiu para um exército. Todavia, o estado-maior formal como um quartel-general somente apareceu em 1665 com a Marca de Brandenburgo, precursor do exército prussiano. A evolução do princípio de assessoria e a formação de um estado-maior geral teve sua origem no século XVIII na Prússia, com o Imperador Frederico II, o Grande (1712-178b), que, desejoso de aumentar a eficiência do seu exército, fez algumas inovações na estrutura da organização militar. Com a ajuda do General Scharnhorst foi criado um estado-maior para assessorar o comando (linha) militar. Os oficiais de linha e de assessoria trabalhavam independentemente, numa nítida separação entre o planejamento e a execução das operações de guerra. Os oficiais formados no estado-maior eram transferidos posteriormente para posições de comando (linha) e novamente para o estado-maior, o que assegurava uma intensa experiência e vivência nas funções de gabinete, de campo e novamente de gabinete'.

Uma outra contribuição da organização militar é o princípio de direção, através do qual todo soldado deve saber perfeitamente o que se espera dele e aquilo que ele deve fazer.

Salienta Mooney que mesmo Napoleão, o general mais autocrata da história militar, nunca deu uma ordem sem explicar o seu objetivo e certificar-se de que a haviam compreendido corretamente, pois estava convencido de que a obediência cega jamais leva a uma execução inteligente de qualquer coisa.

No início do século XIX, Carl von Clausewitz (1780-1831), general prussiano, escreveu um Tratado sobre a Guerra e os Princípios de Guerras, sugerindo como administrar os exércitos em períodos de guerra. Foi o grande inspirador de muitos teóricos da Administração que posteriormente se basearam na organização e estratégia militares para adaptá-las à organização e estratégia industriais.

Clausewitz considerava a disciplina como um requisito básico para uma boa organização. Para ele toda organização requer um cuidadoso planejamento, no qual as decisões devem ser científicas e não simplesmente intuitivas. As decisões devem e basear na probabilidade e não apenas na necessidade lógica. O administrador deve

aceitar a incerteza e planejar de maneira a poder minimizar essa incerteza.

INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A partir de 1776, com a invenção da máquina a vapor por James Watt (1736-1819) e a sua posterior aplicação à produção, uma nova concepção de trabalho veio modificar completamente a estrutura social e comercial da época, provocando profundas e rápidas mudanças de ordem econômica, política e social que, num lapso de aproximadamente um século, foram maiores do que as mudanças havidas no milênio anterior. É o período chamado de Revolução Industrial, que se iniciou na Inglaterra e rapidamente se alastrou por todo o mundo civilizado.

A Revolução Industrial pode ser dividida em duas épocas bem distintas:

1780 a 1860: 1ª Revolução Industrial ou revolução do carvão e do ferro.

1860 a 1914: 2ª Revolução Industrial ou revolução do aço e da eletricidade.

Embora tenha se iniciado a partir de 1780, a Revolução Industrial não adquiriu todo o seu ímpeto antes do século XIX. Ela surgiu como uma bola de neve em aceleração crescente.

A 1ª Revolução Industrial pode ser dividida em 4 fases :

1ª fase: a mecanização da indústria e da agricultura nos fins do século XVIII com o aparecimento da máquina de jour (inventada pelo inglês Hargreaves em 1767), do tedor de algodão (por Whi poy A k 92 t m

1769), do tear mecânico (por Cartwright em 1785), do descaroça vieram substituir o trabalho do homem e a força motriz muscular do homem do animal ou ainda da roda d'água. Eram máquinas grandes e pesadas mas com incrível superioridade sobre os processos manuais de produção da época. O descaroçador de algodão tinha capacidade para trabalhar mil libras de algodão enquanto, no mesmo tempo, um escravo conseguia trabalhar cinco.

2ª fase: a aplicação da força motriz da indústria. A força elástica do vapor descoberta por Ilénis Papin no século XVII ficou sem aplicação até 1776 quando Watt inventou a máquina a vapor. Com a aplicação do vapor às máquinas, iniciam-se as grandes transformações nas oficinas, que se converteram em fábricas, nos transportes, nas comunicações e na agricultura.

3ª fase: o desenvolvimento do sistema fabril. O artesão e a sua pequena oficina patronal desapareceram para dar lugar ao operário e às fábricas e às usinas, baseadas na divisão do trabalho. Surgem novas indústrias em detrimento da atividade rural. A migração de massas humanas das áreas agrícolas para as proximidades das fábricas provoca o crescimento das populações urbanas.

4ª fase: um espetacular aceleração dos transportes e das comunicações. A navegação a vapor surgiu com Robert Fulton (1807) nos Estados Unidos e logo depois as rodas propulsoras foram substituídas por hélices. A locomotiva a vapor foi aperfeiçoada por Stephenson, surgindo a primeira estrada de ferro na Inglaterra (1825) e logo depois nos Estados Unidos (1829). Esse novo meio de transporte propagou-se vertiginosamente. Outros meios de comunicações foram aparecendo com uma rapidez surpreendente: Morse inventa o telégrafo elétrico (1835), surge o selo postal na Inglaterra (1840), Graham Bell inventa o telefone (1876). Já se esboçam os primeiros sintomas do enorme desenvolvimento econômico, social, tecnológico e industrial e as profundas transformações e mudanças que ocorreriam com uma velocidade gradativamente maior.

Com todos esses aspectos define-se cada vez mais um considerável controle capitalista sobre quase todos os ramos da atividade econômica.

A partir de 1860, a Revolução Industrial entrou em uma nova fase profundamente diferente da 1ª Revolução Industrial. É a chamada 2ª Revolução Industrial, provocada por três acontecimentos importantes:

- desenvolvimento de novo processo de fabricação de aço (1856);
- aperfeiçoamento do dínamo (1873);

- invenção do motor de combustão interna (1873) por Daimler.

As principais características da 2ª Revolução Industrial são as seguintes:

1. A substituição do ferro pelo aço como material industrial básico.
2. A substituição do vapor pela eletricidade e pelos derivados de petróleo como principais fontes de energia.
3. O desenvolvimento da maquinaria automática e um alto grau de especialização do trabalho.
4. O crescente domínio da indústria pela ciência.
5. Transformações radicais nos transportes e nas comunicações. As vias férreas são melhoradas e ampliadas.

A partir de 1880, Daimler e Benz constroem automóveis na Alemanha, Dunlop aperfeiçoa o pneumático em 1888 e Henry Ford inicia a produção do seu modelo "T" em 1908, nos Estados Unidos. Em 1906, Santos Dumont faz a primeira experiência com o avião.

6. O desenvolvimento de novas formas de organização capitalista. As firmas de sócios solidários, formas típicas de organização comercial, cujo capital provinha dos lucros auferidos (capitalismo industrial, e que tomavam parte ativa na direção dos negócios, deram lugar ao chamado capitalismo financeiro. O capitalismo financeiro tem quatro características principais):

a) a dominação da indústria pelas inversões bancárias e instituições financeiras e de crédito, como foi o caso da formação da United States Steel Corporation, em 1901; pela J. P. Morgan & Co.;

b) a formação de imensas acumulações de capital, provenientes de trustes e fusões de empresas;

c) a separação entre a propriedade particular e a direção das empresas;

d) o desenvolvimento das holding companies.

7. A expansão da industrialização até a Europa Central e Oriental, e até o Extremo Oriente.

Em 1871, a Inglaterra era a maior potência econômica mundial. Em 1865, John D. Rockefeller (1839-1937) funda a Standard Oil. Ao redor de 1889 o capital da General Electric e da Westinghouse Electric já ultrapassava 40 milhões de dólares em cada uma dessas empresas. Em 1890, Carnegie forma o truste do aço, ultrapassando a produção de toda a Inglaterra, Swift e Armour formam o truste das conservas, Guggenheim forma o truste do cobre e Mellon o truste do alumínio.

Da calma produção do artesanato, em que os operários eram organizados em corporações de ofício regidas por estatutos, onde todos se conheciam, em que o aprendiz, para passar a artesão ou a mestre, tinha de produzir uma obra perfeita perante os jurados e os síndicos, que eram as autoridades da corporação, passou o homem rapidamente para o regime da produção feita através de máquinas, dentro de grandes fábricas. Não houve uma gradativa adaptação entre as duas situações sociais. Houve, isto sim, uma súbita modificação de situação, provocada por dois aspectos, a saber:

1. A transferência da habilidade do artesão para a máquina, que passou a produzir com maior rapidez, maior quantidade e melhor qualidade, possibilitando uma redução no custo da produção.

2. A substituição da força do animal ou do músculo humano pela maior potência da máquina a vapor (e posteriormente pelo motor), que permitia maior produção e maior economia.

Os proprietários de oficinas, que não estavam em condições financeiras de adquirir máquinas e maquinizar a sua produção, foram obrigados, por força da concorrência, a trabalhar para outros proprietários de oficinas que possuíam a maquinaria necessária. Esse fenômeno da maquinização das oficinas - rápido e intenso - provocou uma série de fusões de pequenas oficinas que passaram a integrar outras maiores que, aos poucos, foram crescendo e se transformando em fábricas. Esse crescimento foi acelerado graças ao abaixamento dos custos de produção que propiciou

preços competitivos e um alargamento do mercado consumidor da época. Isso aumentou a demanda de produção e, ao contrário do que se previa na ocasião, as máquinas não substituíram totalmente o homem, mas deram-lhe melhores condições de produção. O homem foi substituído pela máquina naquelas tarefas em que se podia automatizar e acelerar pela repetição. Com o aumento dos mercados, decorrente da popularização dos preços, às fábricas passaram a exigir grandes contingentes humanos.

Aumentou a necessidade de volume e de qualidade dos recursos humanos. A mecanização do trabalho levou à divisão do trabalho e à simplificação das operações, fazendo com que os ofícios tradicionais fossem substituídos por tarefas semi-automatizadas e repetitivas, que pessoas sem nenhuma qualificação e com enorme podiam ser executadas com facilidade o tipo de produção, ou seja simplicidade de controle. A unidade dom, a oficina, o artesanato em família, desapareceu com a súbita e violenta competição, surgindo daí uma pluralidade de operários e de máquinas nas fábricas. Com a concentração de indústrias e fusão das pequenas oficinas alimentadas pelo fenômeno da competição, grandes contingentes de operários assaram a trabalhar untos, durante as jornadas diárias de trabalho, que se estendiam por 12 ou 13 horas de labor, dentro de condições ambientais perigosas e insalubres, provocando acidentes e doenças em larga escala. O crescimento industrial era improvisado e totalmente baseado no em ritmo, uma vez que a situação era totalmente nova e desconhecida. Ao mesmo tempo em que intensa migração de mão-de-obra se desenvolvia dos campos agrícolas para os industriais, surge um surto acelerado de urbanização, também sem nenhum pane amento ou orientação. Ao mesmo tempo em que o capitalismo se solidifica, cresce o p lume de uma nova classe social: o proletariado. As transações se multiplicaram e a demanda de mão-de-obra nas minas, nas usinas siderúrgicas e nas fábricas aumentou substancialmente. Os proprietários passaram a enfrentar os novos problemas de gerência, improvisando suas decisões e sofrendo os erros de administração ou de uma nascente tecnologia.

Obviamente esses erros, em muitos casos, eram cobertos pela mínima paga aos trabalhadores, cujos salários eram,baixíssimos. A par do baixo padrão de vida, da promiscuidade nas fábricas e os tremendos riscos de graves acidentes, o longo período de trabalho em conjunto permitia uma interação mais estreita entre os trabalhadores e uma crescente conscientização da precariedade de suas condições de vida e de trabalho e da intensa exploração por uma classe social economicamente melhor favorecida. As primeiras tensões entre as classes operária e os proprietários de indústrias não tardaram a aparecer. Os próprios Estados passaram a intervirem alguns aspectos das relações entre operários e fábricas, baixando algumas leis trabalhistas. Em 1802, o governo inglês sanciona uma lei protegendo a saúde dos trabalhadores nas indústrias têxteis. A fiscalização do cumprimento dessa lei era feita voluntariamente pelos pastores protestantes e juízes locais. Outras leis esparsas são aos poucos impostas, na medida em que os problemas vão se agravando.

Com a nova tecnologia dos processos de produção e da construção e funcionamento das máquinas com a crescente legislação que procura defender e proteger a saúde e a integridade física do trabalhador e, conseqüentemente, da coletividade, a administração e a gerência das empresas industriais passaram ser a preocupação permanente dos seus proprietários. A prática foi lentamente ajudando a selecionar idéias e métodos empíricos. Ao invés de pequenos grupos de aprendizes e artesãos dirigidos por mestres habilitados, o problema agora era o de dirigir batalhões de operários da nova classe proletária que se criou. Ao invés de instrumentos rudimentares de trabalho manual, o problema era o de operar máquinas, cuja complexidade aumentava. Os produtos passaram a ser elaborados em operações parciais que se sucediam, cada uma delas entregue a um grupo de operários especializados em tarefas específicas, estranhos quase sempre às demais outras operações, ignorando até a finalidade da peça ou da tarefa que estavam executando. Essa nova situação contribuiu para a a ar da mente do operário o veículo social mais intenso, ou seja, o sentimento de estar produzindo e contribuindo para o bem da

sociedade. O capitalista passou a distanciar-se dos seus operários e a considerá-los uma enorme massa anônima, ao mesmo tempo em que os esperavam problemas sociais e reivindicavam agrupamentos sociais, mais condensados nas empresas

vos; ao lado de outros problemas de rendimento do trabalho e do alívio que

que buscavam de uma rápida e adequada solução. A principal preocupação dos empresários

era focava logicamente na melhoria dos aspectos mecânicos e tecnológicos da produção, com

o objetivo de produzir quantidades maiores de produtos melhores e de menor custo. A gestão

do pessoal e a coordenação do esforço produtivo eram aspectos de pouca ou nenhuma

importância. Assim, a Revolução Industrial, embora tenha provocado uma profunda modi-

cação na estrutura empresarial e econômica da época, não chegou a influenciar diretamente

os princípios de administração das empresas então utilizados. Os dirigentes de empresas

simplesmente trataram de cuidar como podiam ou como sabiam das demandas de uma economia

em rápida expansão e carente de especialização. Alguns empresários baseavam as suas

decisões tendo por modelos as organizações militares ou eclesiásticas bem sucedidas nos

seculos anteriores. '2

Tragtenberg salienta que "a utilização capitalista das máquinas no sistema fabril intensi-

fica o caráter social do trabalho. Por sua vez, implica:

- a) ritmos rígidos;
- b) normas de comportamento estritas;
- c) maior interdependência mútua.

A máquina impõe como absolutamente necessário o caráter cooperativo do trabalho, a

necessidade de uma regulação social. Porém, o uso capitalista das máquinas leva a uma dire-

ção autoritária, à regulamentação administrativa sobre o operário, tendo em vista a extorsão

exercida mais-valia pelos membros do quadro administrativo, executivos, diretores, supervisores,

capatazes. Os patrões conseguem fazer passar por simples regulamentação social o que na

realidade é o seu código autoritário. Direção autoritária é objetivo capitalista que, pela cha-

mada 'racionalização do trabalho' e controle do comportamento do operário, define as

garantias da cooperação""

Para obter cooperação na indústria, as funções diretivas transformam-se de normas de

controle em normas de repressão.

Para a TGA, a principal consequência disto tudo é que a organização e a empresa

modernas nasceram com a Revolução Industrial, graças a uma multidão de fatores, dentre

os quais podemos destacar principalmente:

- a) a ruptura das estruturas corporativas da Idade Média;
- b) o avanço tecnológico, graças ao aperfeiçoamento dos progressos científicos à produção, com a descoberta de novas formas de energia e a possibilidade de uma enorme ampliação de mercados
- c) a substituição do tipo artesanal por um tipo industrial de produção.

INFLUÊNCIA DOS ECONOMISTAS LIBERAIS

A partir do século XVII desenvolveu-se principalmente na Europa, e paralelamente às diversas correntes filosóficas, uma grande quantidade de teorias econômicas concentradas na explicação dos fenômenos empresariais (microeconômicos) e baseadas inicialmente em dados empíricos, ou seja, na simples experiência corrente e nas tradições do comércio da época. Ao término do século XVIII, os economistas clássicos liberais conseguem grande aceitação de suas teorias. Essa reação para o liberalismo culmina com a ocorrência da Revolução Francesa. As idéias liberais decorrem do direito natural: a ordem natural é a ordem mais perfeita.

Os bens naturais, sociais e econômicos são os bens que possuem caráter eterno. Os direitos econômicos humanos são inalienáveis e existe uma harmonia preestabelecida em toda a coletividade de indivíduos. Segundo o liberalismo a vida econômica deve afastar-se da influência estatal, uma vez que o trabalho segue os princípios econômicos e a mão-de-obra está sujeita às mesmas leis da economia que regem o mercado de matérias-primas ou o comércio internacional. Os operários, contudo, estão à mercê dos patrões, porque estes são os donos dos meios de produção. A livre concorrência é o postulado principal do liberalismo econômico.

Para muitos autores, as idéias básicas dos economistas clássicos liberais constituem os alicerces iniciais do pensamento administrativo de nossos dias. O próprio criador da Escola Clássica da Economia, Adam Smith (1723-1790), já visualizava o princípio da especialização dos operários em uma manufatura de agulhas e já enfatizava a necessidade de se racionalizar a produção. O princípio da especialização e o refinamento da divisão do trabalho aparecem em referências interessantes em seu livro *Da Riqueza das Nações* publicado em 1776. Para Adam Smith a origem da riqueza das nações reside na divisão do trabalho e na especialização das tarefas, preconizando o estudo de tempos e movimentos que, mais tarde, Taylor e Gil-

breth iriam desenvolver como a base fundamental da Administração Científica nos Estados

Unidos. Adam Smith reforçou bastante a importância do planejamento e da organização

dentro das funções da Administração. O bom administrador, segundo ele, deve preservar a

ordem, a economia e a atenção, não devendo se descuidar dos aspectos do controle e da

remuneração dos trabalhadores.

James Mill (1773-1836), outro economista liberal, sugeria em seu livro Elementos de

Economia Política, publicado em 1826, uma série de medidas relacionadas com os estudos

de tempos e movimentos como meio de se obter incremento da produção nas indústrias da

época. (), , ,

Em 1817, David Ricardo 1772-1823 e, em 1820, Thomas Robert Malthus

(1766-1834), publicam respectivamente os seus Princípios de Economia Política. Em 1835,

Samuel P. Newman, outro economista clássico, em seu livro Elementos de Economia Política,

escrevia que o administrador deve ser uma combinação de inúmeras qualidades raras-

mente encontradas em um só indivíduo, a saber:

- capacidade de previsões e cálculos, para que seus planos sejam bem fundados;

- perseverança e constância de propósitos ao executar seus planos;

- decisão e caráter para poder superintender e dirigir os esforços dos outros;

- conhecimento, tanto do estado do mundo em geral, como dos detalhes de empregos e empreendimento,

particulares, para poder conduzir alguns ramos da produção.

Newman assinala que as funções da Administração consistem em:

- planejamento;

- arranjo;

- condução dos diferentes processos de produção.

John Stuart Mill (1806-1873), filósofo utilitarista, filho de James Mill, publicou também

um livro, Princípios de Economia Política's onde propõe um conceito de controle extremamente

voltado para o problema de como evitar furtos nas empresas.

O liberalismo econômico corresponde ao período de máximo desenvolvimento da economia

capitalista, a qual, baseada no individualismo e no jogo das leis econômicas naturais,

pregava a livre concorrência. A livre concorrência, por seu turno, criou áreas de conflitos

sociais intensos. A acumulação crescente de capitais gerou profundos desequilíbrios pela dificuldade de assegurar imobilizações com renda compatível para o bom funcionamento do sistema. A partir da segunda metade do século XIX, o liberalismo econômico começou a perder sua enorme influência, enfraquecendo à medida que o capitalismo se agigantou com o despontar dos Du Pont, Rockefeller, Morgan, Krupp etc. O novo capitalismo se inicia com a produção em larga escala a partir das grandes concentrações de maquinaria e de mão-de-obra, criando situações extremamente problemáticas de organização de trabalho, de ambiente, de concorrência econômica, de padrão de vida etc.

O socialismo e o sindicalismo passam a ser os agentes essenciais da nova civilização, obrigando o capitalismo do início do século XX a enveredar pelo caminho do máximo aperfeiçoamento possível de todos os fatores de produção envolvidos e a sua adequada remuneração. Assim, quanto maior a pressão exercida pelas exigências proletárias, menos graves se tornam as injustiças e mais acelerado e intenso o processo de desenvolvimento da tecnologia.

Dentro dessa nova situação, surgem os primeiros esforços realizados nas empresas capitalistas para a implantação de métodos e processos de racionalização do trabalho, cujo estudo metódico e exposição teórica coincidiram com o início deste século.

SUMÁRIO

- 1: Sempre existiu no decorrer da história da humanidade alguma forma rudimentar de administrar as organizações, desde as mais simples até as mais complexas.
2. O desenvolvimento das idéias e teorias acerca da Administração foi extremamente lento até o século XIX, acelerando-se incrivelmente a partir do início do século atual.
3. A influência dos filósofos, como Sócrates, Platão e Aristóteles, nas tarefas de Administração na antiguidade é remarcável. Com o surgimento da Filosofia Moderna, destacam-se Bacon e Descartes.
4. A organização eclesiástica da Igreja Católica influenciou de certa maneira o pensamento administrativo, conforme a pesquisa de Mooney.
5. Igualmente, a organização militar trouxe grande influência para a Administração, contribuindo com alguns princípios que a Teoria Clássica iria mais adiante assimilar e incorporar.
6. A Revolução Industrial veio produzir o contexto industrial, tecnológico, social, político e

econômico de situações, problemas e variáveis, a partir do qual teria início a Teoria Clássica da Administração.

7. Também os economistas liberais (como James Mill, David Ricardo, John Stuart Mill e outros) deram algum suporte para o aparecimento de alguns princípios de Administração que teriam enorme aceitação posteriormente.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Qual a contribuição dos antigos filósofos gregos, como Sócrates, Platão e Aristóteles

para a Administração?

2. Qual a contribuição de René Descartes para a Administração?

3. Qual a influência da Organização Eclesiástica da Igreja Católica na Administração?

4. Qual a influência da organização militar?

5. Em que aspectos a Revolução Industrial provocou o ambiente propício para o surgimento

da moderna Administração?

6. Qual a influência dos economistas liberais?

PARTE 3

ABORDAGEM CLÁSSICA DA ADMINISTRAÇÃO

No despoitar do século XX, dois engenheiros desenvolveram os primeiros trabalhos pionei-

ros a respeito da Administração. Um era americano, Frederick Winslow Taylor, e veio a

desenvolver a chamada Escola da Administração Científica, preocupada em aumentar a efi-

ciência da indústria através, inicialmente, da racionalização do trabalho do operário. O

outro era europeu, Henri Fayol, e veio a desenvolver a chamada Teoria Clássica, preocupa-

da em aumentar a eficiência da empresa através da sua organização e da aplicação de princí-

pios gerais da Administração em bases científicas. Muito embora ambos não tenham se

comunicado entre si e tenham partido de pontos de vista diferentes e mesmo opostos, o certo

é que as suas idéias constituem as bases da chamada Abordagem Clássica ou Tradicional da

Administração, cujos postulados dominaram aproximadamente as quatro primeiras décadas

deste século no panorama administrativo das organizações.

Assim, de um modo geral, a Abordagem Clássica da Administração pode ser desdo-

brada em duas orientações bastante diferentes e, até certo ponto, opostas entre si, mas que se

cómplementam com relativa coerência:

De um lado a Escola da Administração Científica, desenvolvida nos Estados Unidos, a partir dos tra-

ços de Taylor. Essa escola era formada principalmente por engenheiros, como Frederick Winslow Taylor

(1856-1915), Henry Lawrence Gantt (1861-1919), Frank Bunker Gilbreth

(1868-1949), Harrington Emerson (1853-1931) e outros. Henry Ford (1863-1947) costuma ser incluído entre eles, pela aplicação de seus princípios nos seus negócios.

A preocupação básica era aumentar a produtividade da empresa através do aumento de eficiência no nível

operacional, isto é, no nível dos operários. Daí a 2ª fase na análise e na divisão do trabalho do operário,

uma vez que as tarefas do cargo e o ocupante constituem

a unidade fundamental da organização. Neste

sentido, a abordagem da Administração Científica é uma abordagem de baixo para cima (do operário

para o supervisor e gerente) e das partes (operários e seus cargos) para o todo (organização empresarial).

Predominava a atenção para o método de trabalho, para os movimentos necessários à execução de uma

tarefa, para o tempo-padrão determinado para sua execução: esse cuidado analítico e detalhista permitia a

especialização do operário e o reagrupamento de movimentos, operações, tarefas, cargos etc., que constituem a chamada "Organização Racional do Trabalho" (ORT). Foi, acima de tudo, uma corrente de

idéias desenvolvida por engenheiros, que procuravam elaborar uma verdadeira engenharia industrial

dentro de uma concepção eminentemente pragmática. A ênfase nas tarefas é a principal característica da

Administração Científica.

2. De outro lado, a corrente dos Anatomistas e Fisiologistas da organização, desenvolvida na França, com

os trabalhos pioneiros de Fayol. Essa escola era formada principalmente por executivos de empresas da

época. Dentre eles: Henri Fayol (1841-1925), James D. Mooney, Lyndall F. Urwick (n. 1891), Luther ;

Gulick e outros. A esta corrente chamaremos Teoria Clássica. A preocupação básica era aumentar a efi-

ciência da empresa através da forma e disposição dos órgãos componentes da organização (departamen-

tos) e das suas inter-relações estruturais. Daí a ênfase na anatomia (estrutura) e na fisiologia (funciona-

mento) da organização. Neste sentido, a abordagem da Corrente Anatômica e Fisiologista é uma abor-

dagem inversa à da Administração Científica: de cima para baixo (da direção para a execução) e do todo

(organização) para as suas partes componentes (departamentos) .

Predominava a atenção para a estrutura

organizacional, com os elementos da Administração, com os princípios gerais da Administração, com a

departamentalização. Esse cuidado com a síntese e com a visão global permitia a melhor maneira de

subdividir a empresa sob a centralização de um chefe principal . Foi uma corrente eminentemente teórica

e "administrativamente orientada"³. A ênfase na estrutura é a sua principal

característica.

Abordagem dássica da administração	Administração científica	Taylor	fase nas tarefas
	Teoria dássica	Fayol	fase na estrutura

DESDOBRAMENTOS DA ABORDAGEM CLASSICA

ORIGENS DA ABORDAGEM CLÁSSICA

As origens da Abordagem Clássica da Administração remontam às conseqüências geradas pela Revolução Industrial e que poderiam ser resumidas em dois fatos bastante genéricos, a saber :

1. O crescimento acelerado e desorganizado das empresas, ocasionando uma gradativa complexidade na sua administração e exigindo uma abordagem científica e mais apurada que substituísse o empirismo e a improvisação até então dominantes.
O aumento da dimensão das empresas no período da 2ª Revolução Industrial leva a uma substituição das teorias de caráter totalizante e global - como vimos no capítulo anterior - por teorias microindustriais de alcance médio e parcial - como veremos nos próximos capítulos.

Com a grande empresa de dimensões mais amplas surgem as condições iniciais de planejamento a longo prazo da produção, reduzindo a instabilidade e a improvisação.

2. A necessidade de aumentar a eficiência e a competência das organizações, no sentido de se obter o melhor rendimento possível dos seus recursos e fazer face à concorrência e competição que se avolumavam entre as empresas. Com a substituição do capitalismo liberal pelos monopólios, instala-se nos Estados Unidos, entre 1880 e 1890, a produção em massa, aumentando o número de assalariados nas indústrias: torna-se necessário evitar o desperdício e economizar mão-de-obra. Surge o início da divisão de trabalho entre os que pensam e os que executam. Os primeiros fixam os padrões de produção, descrevem os cargos, fixam funções, estudam métodos de Administração e normas de trabalho, criando as condições econômicas e técnicas para o surgimento do taylorismo nos Estados Unidos e do fayolismo na Europa.

O panorama industrial no início deste século tinha todas as características e elementos

para poder inspirar uma Ciência da Administração: uma variedade incrível de empresas, com tamanhos altamente diferenciados, problemas de baixo rendimento da maquinaria utilizada, desperdício, insatisfação generalizada entre os operários, concorrência intensa, mas com tendências pouco definidas, elevado volume de perdas envolvido quando as decisões eram mal formuladas etc. Inicialmente, os autores clássicos pretenderam desenvolver uma Ciência da Administração, cujos princípios, em substituição às leis científicas, pudessem ser aplicados para resolver os problemas da organização'. Para melhor enfoque da Abordagem Clássica da Administração, desenvolveremos inicialmente um capítulo sobre a Administração Científica de Taylor e de seus seguidores (Cap. 3) e depois um capítulo sobre a Teoria Clássica de Fayol (Cap. 4). Nesses dois capítulos pretendemos desenvolver uma ideia aproximada do que significa a Abordagem Clássica, quais as suas características e modelos de aplicação. Em outros termos, pretendemos mostrar qual foi o figurino de Administração utilizado amplamente pelas empresas americanas e europeias nas primeiras décadas deste século, e, com isto, demonstrar quais as adequações e vantagens, de um lado, e quais as restrições e falhas, de outro, que a aplicação dessa abordagem pode trazer à organização nos dias de hoje.

Merrill expõe os pontos predominantes daqueles autores que considera os clássicos em Administração, a saber: Robert Owen (1771-1858), Charles Babbage (1792-1871), Henry Metcalfe (1847-1917), Henry Robinson Towne (1844-1924), Frederick Winslow Taylor (1856-1915), Henry Lawrence Gantt (1861-1919), Russell Robb (1864-1927), Harrington Emerson (1853-1931), Alexander Hamilton Church (1866-1936), Henri Fayol (1841-1925), Leon Pratt Alford (1877-1942), Frank Bunker Gilbreth (1868-1924), Oliver Sheldon (1894-1951), Mary Parker Follett (1868-1933); Harry Arthur Hopt (1882-1949) e George Elton Mayo (1880-1949). Miss Follett e Elton Mayo serão tratados em outros capítulos deste livro destinados à abordagem humanística da Administração. Harwood F. Merrill (ed.), *Classics in Management*, New York, American Management Association, Inc., 1960.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS DA ABORDAGEM CLÁSSICA

Ano	Autores	Livros
1776	Adam Smith	<i>An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations</i>
1832	Charles Babbage	<i>On the Economy of Machinery and Manufactures</i>
1895	Frederick W. Taylor	<i>Piece Rating System</i>
1903	Frederick W. Taylor	<i>Shop Management</i>
1909	Harrington Emerson	<i>Efficiency as a Basis for Operations and Wages</i>
1910	H. L. Gantt	<i>Work, Wages and Profits</i>
1911	F. B. Gilbreth	<i>Motion Study</i>

- Frederick W. Taylor The Principles of Scientific Management
- 1912 - Harrington Emerson The Twelve Principles of Efficiency
- F. B. Gilbreth Primer of Scientific Management
- 1914 - L. M. Gilbreth The Psychology of Management
- 1915 - R. F. Hoxie Scientific Management and Labor
- 1916 - Henri Fayol Administration Industrielle et Générale
- 1919 - F. B. Gilbreth Fatigue Study
- H. L. Gantt Organizing for Work
- 1923 - Oliver Sheldon The Philosophy of Management
- Henry Ford My Life and Work
- 1930 - Henri Fayol Industrial and General Administration (trad.)
- 1931 - J. D. Mooney & A. C. Reiley Onward Industry
- H. S. Dennison Organization Engineering
- 1932 - H. Myers Human Engineering
- 1933 - Lyndall F. Urwick Management of Tomorrow
- 1937 - L. Gulick & L. F. Urwick Papers on the Science of Administration
- Stuart Chase Men and Machines
- 1938 - C. P. McCormick Multiple Management
- 1939 - James D. Mooney The Principles of Organization
- L. D. White Introduction to the Study of Public Administration
- 1943 - Lyndall F. Urwick The Elements of Administration
- 1944 - Peter F. Drucker Concept of a Corporation
- 1945 - L. Urwick & E. F. L. Brech The Making of Scientific Management
- M. Dimock The Executive in Action
- 1949 - M. C. H. Niles Middle Management
- R. M. Barnes Motion and Time Study

CAPÍTULO 3

ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA

Objetivos deste capítulo

Mostrar os fundamentos da chamada Administração Científica e sua preocupação com os Princípios de Administração e com a chamada Organização Racional do Trabalho como a base para a Administração dentro das indústrias.

Identificar a ênfase exagerada colocada na tarefa e nos meios (métodos e processos de trabalho) e, conseqüentemente, na busca da eficiência (a melhor maneira de fazer um trabalho), como os aspectos que modelaram a Administração no decorrer das quatro primeiras décadas deste século nos países industrializados.

Indicar a mudança das atitudes e comportamentos das organizações e das pessoas requeridas pela nova empostação da Administração Científica.

Esclarecer como a tecnologia influenciou o pensamento da época em detrimento do ser humano e a conseqüente ênfase sobre a tarefa.

Delinear o conceito de "homem econômico".

Identificar as limitações e restrições da Administração Científica dentro de uma

apreciação crítica.

A abordagem típica da Escola da Administração Científica é a ênfase nas tarefas. O nome Administração Científica é devido à tentativa de aplicação dos métodos da ciência aos problemas da Administração, a fim de alcançar elevada eficiência industrial. Os principais métodos científicos aplicáveis aos problemas da Administração são a observação e a mensuração. A Escola da Administração Científica foi iniciada no começo deste século pelo engenheiro americano Frederick W. Taylor, considerado o fundador da moderna TGA. Taylor teve inúmeros seguidores (como Gantt, Gilbreth, Emerson, Ford, Barth e outros) e provocou verdadeira revolução no pensamento administrativo e no mundo industrial da sua época.

Sua preocupação original foi tentar eliminar o fantasma do desperdício e das perdas sofridas pelas indústrias americanas e elevar os níveis de produtividade através da aplicação de métodos e técnicas da engenharia industrial.

A OBRA DE TAYLOR

Frederick Winslow Taylor (1856-1915), o fundador da Administração Científica, nasceu em Filadélfia, nos Estados Unidos. Veio de uma família "quaker" de princípios rígidos e foi educado dentro de uma mentalidade de disciplina, devoção ao trabalho e poupança. Nos seus primeiros estudos tomou contato direto com os problemas sociais e empresariais decorrentes da Revolução Industrial. Iniciou sua vida profissional como operário em 1878, na Midvale Steel Co., passando a capataz, contramestre, chefe de oficina, a engenheiro em 1885, quando se formou pelo Stevens Institute. Naquela época, estava em moda o sistema de pagamento por peça ou por tarefa. Os patrões procuravam ganhar o máximo na hora de fixar o preço da tarefa e os operários, por seu turno, reduziam a um terço o ritmo de produção das máquinas, procurando contrabalançar desta forma o pagamento por peça determinado pelos patrões. Isto levou Taylor a estudar o problema de produção nos seus mínimos detalhes, pois não podia decepcionar os seus patrões, graças ao seu progresso na companhia, nem decepcionar seus colegas de trabalho, que desejavam que o então chefe de oficina não fosse duro com eles, no

planejamento
do trabalho por peça.

1. Primeiro Período de Taylor

Taylor iniciou suas experiências e estudos pelo trabalho do operário e, mais tarde, generalizou as suas conclusões para a Administração geral: sua teoria seguiu um caminho de baixo para cima e das partes para o todo.

Permaneceu na Midvale até 1889, onde iniciara suas experiências, que o tornariam famoso, quando entrou para a Bethlehem Steel Works, onde tentou aplicar as suas conclusões, vencendo enorme resistência às suas idéias. Registrou cerca de cinquenta patentes de invenções sobre máquinas, ferramentas e processos de trabalho.

Em 1895, apresentou à "American Society of Mechanical Engineers" um estudo experimental denominado A Note on Belting (Notas sobre as Correias). Pouco depois publicava outro trabalho, A Piece Rate System (Um Sistema de Gratificação por Peça), um sistema de administração e direção por ele criado e desenvolvido, de remuneração aos operários.

O primeiro período de Taylor corresponde à época da publicação do seu livro Shop Management (Administração de Oficinas) (1903) onde se preocupa exclusivamente com as técnicas de racionalização do trabalho do operário; através do Estudo de Tempos e Movimentos (Motion-time Study), Taylor começou por baixo, junto com os operários no nível de execução, efetuando um paciente trabalho de análise das tarefas de cada operário, decompondo os seus movimentos e processos de trabalho, aperfeiçoando-os e racionalizando-os gradativamente. Verificou que o operário médio produzia muito menos do que era potencialmente capaz com o equipamento disponível. Concluiu que se o operário diligente e mais predisposto à produtividade perceber que no final acabará ganhando a mesma remuneração que o seu colega menos interessado e menos produtivo, acabará se acomodando, perdendo o interesse e não produzindo de acordo com a sua capacidade. Daí a necessidade de criar condições de pagar mais ao operário que produz mais.

Claude S. George Jr. salienta que, em essência, o que Taylor procurou dizer em Shop Management foi que:

" 1. O objetivo de uma boa Administração era pagar salários altos e ter baixos custos unitários de produção.

2. Para realizar esse objetivo, a Administração tinha de aplicar métodos científicos de pesquisa e experi-

mento para o seu problema global, a fim de formul t princípios e estabelecer processos padronizados

que permitissem o controle das operações fabris. ;

3. Os empregados tinham de ser cientificamente coloca os em serviços ou postos em que os materiais e as condições de trabalho fossem cientificamente selecionados, para que as normas pudessem ser cumpridas.

4. Os empregados deviam ser cientificamente adestrados para aperfeiçoar suas aptidões e, portanto, executar um serviço ou tarefa de modo que a produção normal fosse cumprida.

5. Uma atmosfera de íntima e cordial cooperação teria de ser cultivada entre a Administração e os trabalhadores, para garantir a continuidade desse ambiente psicológico que possibilite a aplicação dos outros princípios por ele mencionados"2.

2. Segundo Período de Taylor

Corresponde à época da publicação do seu livro Princípios de Administração Científica

(1911)', quando concluiu que a racionalização do trabalho operário deveria ser logicamente

acompanhada de uma estruturação geral da empresa e que tornasse coerente a aplicação dos

seus princípios. Nesse segundo período, desenvolveu os seus estudos sobre a Administração

geral; a qual denominou Administração Científica, sem deixar contudo sua preocupação

com relação à tarefa do operário.

Taylor assegurava que as indústrias de sua época padeciam de males que poderiam ser agrupados em três fatores:

Vadiagem sistemática por parte dos operários, que reduziam propositadamente a produção a cerca de um terço da que seria normal, para evitar a redução das tarifas de salários pela gerência.

Há três causas determinantes da vadiagem no trabalho, que podem ser assim resumidas4:

- o erro que vem de época imemorial e quase universalmente dissimulado entre os trabalhadores, de que

o maior rendimento do homem e da máquina terá como resultante o desemprego de grande número de operários;

- o sistema defeituoso de Administração, comumente em uso, que força os operários à ociosidade no trabalho, a fim de melhor proteger os seus interesses;

- os métodos empíricos ineficientes, geralmente utilizados em todas as empresas, com os quais o operário desperdiça grande parte do seu esforço e do seu tempo.

2. Desconhecimento, pela gerência, das rotinas de trabalho e do

tempo necessário para sua realização.

3. Falta de uniformidade das técnicas ou métodos de trabalho.

Para sanar esses males, idealizou o seu famoso sistema de Administração que denominou *Scientific Management* e que nos países de língua latina foi difundido sob os nomes de Sistema de Taylor, Gerência Científica, Organização Científica no Trabalho e Organização Racional do Trabalho. Segundo o próprio Taylor, o *Scientific Management* é antes uma evolução do que uma teoria, tendo como ingredientes 75% de análise e 25% de bom senso.

De acordo com Taylor, a implantação da Administração Científica deve ser gradual e obedecer a um certo período de tempo, para evitar alterações bruscas que causem descontentamento por parte dos empregados e prejuízos aos patrões. Essa implantação requer um período de quatro a cinco anos para um progresso efetivo. Apesar de sua atitude francamente pessimista a respeito da natureza humana, já que considera o operário como irresponsável, vadio e negligente, Taylor se preocupou em criar um sistema educativo baseado na intensificação do ritmo de trabalho em busca da eficiência empresarial é, em nível mais amplo, ressaltar a enorme perda que o país vinha sofrendo com a vaguidade e a ineficiência dos operários em quase todos os atos diários.

ADMINISTRAÇÃO COMO CIÊNCIA

Para Taylor a organização e a Administração devem ser estudadas e tratadas cientificamente e não empiricamente. A improvisação deve ceder lugar ao planejamento e o empirismo, à ciência. Pretendia elaborar uma Ciência da Administração. Como pioneiro, o maior mérito de Taylor está realmente na sua contribuição para que se encarasse sistematicamente o estudo da organização, o que não só revolucionou completamente a indústria como também teve grande impacto sobre a Administração. Sua obra não deve ser avaliada em termos de um ou outro de seus elementos, mas sim, principalmente, pela importância da aplicação de uma metodologia sistemática na análise e na solução dos problemas de organização, no sentido de baixo para cima.

O fato de ter sido ele o primeiro a fazer uma análise completa do trabalho, inclusive dos tempos e dos movimentos, de ter sido ele que estabeleceu padrões precisos de execução,

que treinou o operário, que especializou o pessoal, inclusive o de direção, que instalou uma sala de planejamento, em resumo, que assumiu uma atitude metódica ao analisar e organizar a unidade fundamental de qualquer estrutura, adotando esse critério até o topo da organização, tudo isto o eleva a uma altura não comum no campo da organização"6.

A Administração Científica constitui uma combinação global que pode ser assim sumariada:

"Ciência, em lugar de empirismo
Harmonia, em vez de discórdia.
Cooperação, não individualismo.

Rendimento máximo, em lugar de produção reduzida.
Desenvolvimento de cada homem, no sentido de alcançar maior eficiência e prosperidade"

Para Taylor, os elementos de aplicação da Administração Científica são':

- a) estudo de tempo e padrões de produção;
- b) supervisão funcional;
- c) padronização de ferramentas e instrumentos;
- d) planejamento das tarefas e cargos;
- e) o princípio da exceção;
- f) a utilização da régua de cálculo e instrumentos para economizar tempo;
- g) fichas de instruções de serviço;
- h) a idéia de tarefa, associada a prêmios de produção pela sua execução eficiente;
- i) sistemas para classificação dos produtos e do material utilizado na manufatura;
- j) sistema de delineamento da rotina de trabalho.

Se bem que Taylor se preocupasse mais com a filosofia - com a essência do sistema

-, que exige uma revolução mental tanto da parte da direção como da parte dos operários, a

tendência de seus seguidores foi uma preocupação maior com o mecanismo e com as técnicas

do que com a filosofia da Administração Científica.

O principal objetivo da Administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado.

O princípio da máxima prosperidade para o patrão acompanhada da máxima prosperidade para o empregado devem ser os dois fins principais da Administração, sendo desne-

cessário demonstrá-lo. Assim, deve haver uma identidade de interesses entre empregados e empregadores.

Taylor salienta que a maioria das pessoas crê que os interesses fundamentais dos empregadores e dos empregados sejam necessariamente antagônicos. Ao contrário, a Administração

ção Científica tem por seus fundamentos a certeza de que os verdadeiros interesses de ambos são um único e mesmo interesse: o de que a prosperidade do empregador não pode existir por muito tempo se não for acompanhada da prosperidade do empregado, e vice-versa. É preciso dar ao trabalhador o que ele mais deseja:

- altos salários
- e ao empregador, também, o que ele realmente almeja
- baixo custo de produção.

ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO

Taylor verificou que, em todos os ofícios, os operários aprendiam a maneira de executar as tarefas do trabalho por meio da observação dos companheiros vizinhos. Notou que isso levava a diferentes maneiras e métodos para fazer a mesma tarefa, em cada ofício, e a uma grande variedade de instrumentos e ferramentas diferentes em cada operação. Como, entre os diferentes métodos e instrumentos usados em cada trabalho, há sempre um método mais rápido e um instrumento mais adequado que os demais, estes métodos e instrumentos melhores devem ser encontrados e aperfeiçoados por meio de uma análise científica mais acurada dos tempos e movimentos, ao invés de ficar a critério pessoal de cada operário. Essa tentativa de substituir métodos empíricos e rudimentares pelos métodos científicos em todos os ofícios recebeu o nome de Organização Racional do Trabalho (ORT). Para Taylor, o operário não tem capacidade, nem formação, nem meios para analisar cientificamente o seu trabalho e estabelecer racionalmente qual o método ou processo mais eficiente. Geralmente, o supervisor comum deixava ao arbítrio de cada operário a escolha do método ou processo para executar seu trabalho, transferindo as responsabilidades administrativas para o(a) Administração Científica. Ocorre uma repartição de responsabilidade: a administração fica com o planejamento (estudo minucioso do trabalho do operário e o estabelecimento do método de trabalho) e a supervisão (assistência contínua ao trabalhador durante a produção), e o trabalhador fica com a execução do trabalho, pura e simplesmente.

1, Análise do Trabalho e Estudo dos Tempos e Movimentos

Para Taylor e seus seguidores, o instrumento básico para se racionalizar o

trabalho dos ope-

rários e o estudo de tempos e movimentos (motion-time study). Ver t i o
balho t b o

de ser executado melhor e mais economicamente através da análise o
! divisão e subdivisão de todos os movimentos necessários à execução de cada
operação de

uma tarefa. Observando metódica e pacientemente a execução de cada
operação a cargo dos

operários, Taylor viu a possibilidade de decompor cada tarefa e cada
operação da tarefa em

uma série ordenada de movimentos simples. Os movimentos inúteis eram
eliminados

en uanto os movimentos úteis eram simplificados, racionalizados ou fundidos
com outros

m imentos, para proporcionar economia de tempo e de é fó ço a d Pe io A
do tempo

do trabalho seguia-se o estudo dos tempos e mo imentos, l
médio que um operário comum levaria para a execução da

tarefa t t esd muitos (pe-

cronômetro. A esse tempo médio eram adicionados os tempo

ras, tempos destinados à saída do operário da linha para suas necessidades
pessoais etc.),

; para resultar o chamado tem o adrão d Com i ei ádr 5 um do de
trabalho e

o tempo destinado à sua execução. Méto a coisa para obter
um determinado resultado. O estudo dos tempos e movimentos, além de

ermitir a racionali-

zação dos métodos de trabalho do operário e a lxação dos tempos-padrões
para a execução

das operações e tarefas, trouxe ainda outras vantagens, a saber:

1. EGminar os movimentos inúteis e substitul-os por outros mais
eflcazes.

2. Tornar mais racional a seleção e treinamento do pessoal.

3. Melhorar a efcic2ncia do operário e, consoq0entemente, o rendimento
da produçgo.

4. Distribuir uniformemente o trabalho, para que não haja pertodos de
falta ou excesso de trabalho.

Os objetivos de Taylor eram; mais ou menos, os seguintes9:

. 1. Eliminação de todo desperdício de esforço :humano.

2: Adaptação dos operários à própria tarefa.

3: Treinarriento dos operários para que respondam às exigências de seus
réspectivos trabalhos.

4. Maior especializaçãó de ativida es.

5: Estabelecimento de normas bem detalhadas de atuação no trabalho.

Frank B. Gilbreth (1868-1924) foi outro engenheiro americano que
acompanhou .Taylor

no seu interesse pelo esforço humano como meio de aumentar a produtividade' .
Foi o res-

ponsável pela intròdução do estudo de tempos e movimentos dos operários como
técnica

admrnistrativa básica para a racionalização do trabalho, aplicando inicialmente
os métodos

de Taylor, passando depois a desenvolver suas próprias técnicas. Chegou à

conclusão de que

todo trabalho manual pode ser reduzido a movimentos elementares (aos quais deu o nome de

1. Procurar
2. Escolher
- 3 . Pegar
4. Transportar vazio
- 5 . Transportar cheio
6. Posicionar (colocar em posição)
7. Préposicionar (preparar para colocar em posição)
8. Unir (amontoar)
9. Separar
10. Utilizar
11. Soltar a carga
12. Inspeccionar
- 13 . Segurar
14. Esperar inevitavelmente
15. Esperar quando inevitável
16. Repousar
- 17 . Planejar

OS MOVIMENTOS ELEMENTARES (THERBLIGS)

para definir os movimentos necessários à execução de uma tarefa qualquer" .

Com esses movimentos elementares (therbligs) pode-se decompor e analisar Qu Quer

tarefa. A tarefa de colocar parafusos, por exemplo, pode representar sete movimentos ele-

mentares: pegar o parafuso, transportá-lo até a peça, posicioná-lo, pegar e transportar a

chave de fenda até o parafuso, utilizá-la e posicioná-la na situação anterior. O therblig cons-

titui o último elemento da Administração Científica e a unidade fundamental de trabalho

com que pode ser construída uma organização.

Com a análise do trabalho e o estudo de tempos e movimentos se procurava a melhor

maneira (the best way) de se executar uma tarefa e elevar a eficiência do operário.

Um conceito muito importante para a Administração Científica é o conceito de eficiên-

cia. A eficiência significa a correta utilização dos recursos (meios de produção) disponíveis.

Pode ser definida pela equação $E = P/R$, onde P são os produtos resultantes e R os recursos

utilizados. A organização racional do trabalho busca a melhor maneira, isto é, os métodos

de trabalho para estabelecer os padrões de desempenho das tarefas. Uma vez estabelecidos

os padrões de desempenho, a eficiência do operário passou a ser a relação entre o desempe-

nho real e o desempenho estabelecido previamente como eficiência igual a 100% (tempo

padrão). Daí, a expressão percentagem de eficiência para representar o resultado daquela equação. Assim, a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos de trabalho), a fim de que os recursos (pessoas, máquinas, matérias-primas etc.) sejam aplicados da forma mais racional possível. A eficiência preocupa-se com os meios, com os métodos mais indicados, que precisam ser planejados a fim de assegurar a otimização dos recursos disponíveis. Emerson utiliza a expressão engenharia de eficiência como uma especialidade na obtenção e maximização da eficiência. Para ele, "eficiência é a relação entre o que é conseguido e o que pode ser conseguido". A consequência direta da eficiência é a produtividade. A produtividade pode ser definida como a introdução de uma unidade produtora por unidade de tempo, isto é, o resultado da produção de alguém por um determinado período de tempo. Quanto maior a eficiência, maior a produtividade.

I - 2. Estudo da Fadiga Humana

Para Gilbreth, o estudo dos movimentos é realizado com uma tríplice finalidade:

- a) evitar os movimentos inúteis na execução de uma tarefa
- b) executar o mais economicamente possível - do ponto de vista fisiológico - os movimentos úteis;
- c) dar a esses movimentos selecionados uma seqüência apropriada (princípios de economia de movimentos)

O estudo dos movimentos baseia-se na anatomia e fisiologia humanas. Neste sentido,

Gilbreth efetuou estudos (estatísticos e não fisiológicos, pois era engenheiro) sobre os efeitos da fadiga na produtividade do operário. Gilbreth verificou que a fadiga prejudica o trabalhador para:

- diminuição da produtividade e da qualidade do trabalho;
- perda de tempo;
- aumento da rotação do
- acidentes;
- diminuição da capacidade de esforço.

Em suma, a fadiga é considerada um redutor da eficiência. Para reduzir a fadiga, Gilbreth propôs alguns princípios de economia de movimentos, os quais podem ser classificados em três grupos, a saber:

- a) relativos ao uso do corpo humano;
- b) relativos ao arranjo material do local do trabalho;
- c) relativos ao desempenho das funções do equipamento.

Com isto, a Administração Científica pretendia racionalizar todos os movimentos, eliminando aqueles que produzem fadiga e que estejam ou não diretamente relacionados com a tarefa executada pelo trabalhador.

3. Divisão do Trabalho e Especialização do Operário

A análise do trabalho e o estudo dos tempos e movimentos criaram condições para uma total reestruturação das operações industriais; eliminando os movimentos desnecessários e economizando energia e tempo. Uma das decorrências do estudo dos movimentos foi a divisão do trabalho e a especialização do operário a fim de elevar sua produtividade. Ao verificar que o trabalho pode ser melhor executado e de maneira mais econômica através da subdivisão das tarefas, chegou-se à conclusão de que o trabalho de cada pessoa deveria, tanto quanto possível, se limitar à execução de uma única e simples tarefa predominante.

Com isto, cada operário passou a ser especializado na execução de uma única tarefa ou de tarefas simples e elementares, para ajustar-se aos padrões descritos e às normas de desempenho estabelecidas pelo método. A limitação de cada operário à execução de uma única operação ou tarefa, de maneira contínua e repetitiva, encontrou a linha de produção (ou linha de montagem) como sua principal base de aplicação. Estas idéias encontraram rápida aplicação na indústria americana e estenderam-se rapidamente a todos os demais países e a todos os campos de atividades. A partir daí, o operário perdeu a liberdade e a iniciativa de estabelecer a sua maneira de trabalhar e passou a ser confinado à execução automática e repetitiva; durante toda a sua jornada de trabalho, de uma operação ou tarefa manual; simples e padronizada.

A idéia básica era a de que a eficiência aumenta com a especialização: quanto mais especializado for um operário, tanto maior será a sua eficiência.

O -'
O "
O ' ' ' O ' O ~ O O - O

O '
O -

Um operário desempenha a tarefa total.
Vários operários desempenham em série partes da tarefa total.
Vários operários desempenham em paralelo partes da tarefa.

OPERÁRIO

A DIVISÃO DO TRABALHO E A ESPECIALIZAÇÃO DO

4. Desenho de Cargos e Tarefas

A primeira tentativa de se definir e estabelecer racionalmente os cargos e tarefas a serem desempenhados pelas pessoas aconteceu com a Administração Científica. Neste aspecto, Taylor foi o pioneiro. E como todo pioneiro, é muito reverenciado por alguns e muito criticado por outros:

Tarefa é toda e qualquer atividade executada por alguém no seu trabalho dentro da organização. A tarefa constitui a menor unidade possível dentro da divisão do trabalho em uma organização.

Cargo é o conjunto de tarefas executadas de maneira cíclica ou repetitiva. Cada cargo tem um ou mais ocupantes (pessoas) que executam determinadas tarefas específicas.

Se um cargo é extremamente simples e elementar (como, p. ex., o cargo de operário braçal) ele é constituído de apenas uma tarefa que o seu ocupante deve executar repetitivamente, enquanto trabalha. Se um cargo é complexo, ele é constituído de uma variedade de tarefas diferentes que o seu ocupante deve executar enquanto trabalha. Um conjunto de cargos forma uma seção; um conjunto de seções forma um departamento, e assim por diante.

Desenhar um cargo é especificar seu conteúdo (tarefas), os métodos de executar as tarefas e as relações com os demais cargos existentes. O desenho de cargos é a maneira pela qual um cargo é criado e projetado e combinado com outros cargos para a execução de tarefas maiores.

Com a Administração Científica, a preocupação básica era a racionalização do trabalho do operário e, conseqüentemente, o desenho dos cargos mais simples e elementares. A ênfase sobre as tarefas a serem executadas levou os engenheiros americanos a simplificar os

cargos no sentido de obter o máximo de especialização de cada trabalhador: cada operário

ficaria restrito a uma específica tarefa que deveria ser executada cíclica e repetitivamente,

Í para aumentar sua eficiência. O princípio básico no desenho dos cargos é que cada cargo

deve conter um número limitado de tarefas relacionadas, cada qual requerendo habilidades

similares e em períodos de tempo que permitam controlar e comparar os resultados com

! determinados padrões de produção. Para cada tarefa há um método apropriado, pois os car-

Í gos e tarefas são desenhados para uma execução automatizada por parte do trabalhador:

É este deve fazer e não pensar ou decidir. Pela simplicidade dos cargos, o ocupante pode

, rapidamente os métodos prescritos, exigindo um mínimo de treinamento. Igual-

, a simplicidade permite um controle e acompanhamento visual por parte do supervi-

Pr: Com isto, cnfatizou-se o conceito de linha de montagem ou linha de produção: ao invés

I um operário executar uma tarefa complexa ao redor da matéria-prima, esta passa por

Vma linha móvel de produç o, na qual cada oper rio especializado executa seqüencialmente

ra tarefa específica. Ao final da linha de produção, a matéria-prima caminhou e foi pro-

por uma seqüência de operários, cada qual realizando uma tarefa particular, repeti-

van't nte, contribuindo para a execução da tarefa maior de processá-la.

No método de trabalho, isto é, na maneira de executar a tarefa específica, cada ope-

io é treinado para desempenhar as atividades rotinizadas do cargo. Em caso de ocorrên-

imprevista, o ocupante deve procurar seu superior. A relação de trabalho de cada operá-

não É diádica: cada ocupante relaciona-se exclusivamente com seu superior. Os contatos com

aotegas relacionados com a tarefa são formalizados e controlados para evitar perda de tempo.

O fluxo seqüencial do trabalho é previamente estabelecido e o tempo de sua duração igual-

m nte.

A exagerada simplifica ão no desenho dos cargos manuais permite as seguintes van-

tagens:

a) admiss o de empregados com qualificações mtnimas e salários menores, reduzindo os custos de produção;

b) minimizaçgo dos custos de treinamento (aprendizagem do método de trabalho);

c) redução da possibilidade de erros na execução, diminuindo os refugos e rejeições;

d) facilidade à supervisão, permitindo que cada supervisor possa controlar um

número maior de subordinados;

e) aumento da eficiência do trabalhador, permitindo-lhe uma produtividade maior.

: Incentivos Salariais e Prêmios de Produção

Uma vez analisado o trabalho, racionalizadas as tarefas e padronizado o tempo para sua execução, uma vez selecionado cientificamente o operário e treinado de acordo com o método

preestabelecido, restava fazer com que o operário colaborasse com a empresa e trabalhasse

de acordo com os padrões de tempo previstos. Para alcançar essa colaboração do operário, Taylor

teve seguidores desenvolverem planos de incentivos salariais e de prêmios de produção. A

idéia básica era a de que a remuneração baseada no tempo (empregados mensais, diários

ou horistas, p. ex.) não estimulava ninguém a trabalhar mais e deveria ser substituída por

remuneração baseada na produção de cada operário (salário por peça, p. ex.): o operário

que produzisse pouco ganharia pouco e o que produzisse muito, ganharia na proporção de

sua produção. Entretanto, fazia-se necessário um estímulo salarial que fizesse com que os

operários trabalhassem de acordo com o tempo padrão ou, se possível, o ultrapassassem.

isto requeria um incentivo salarial ou um prêmio de produção. O tempo padrão - isto é, o

tempo médio necessário para um operário normal realizar a tarefa devidamente racionalizada

foi dada - constitui o nível de eficiência equivalente a 100%. A produção individual até o nível

de 100% de eficiência passou a ser remunerada conforme o número de peças produzidas.

A partir de 100% de eficiência, a remuneração por peça passou a ser acrescida de um prêmio

de produção ou incentivo salarial adicional que aumentava à medida que se elevava a eficiência

do operário.

INTRODUÇÃO A TEORIA GERAL DA

ADMINISTRAÇÃO

Prêmio de
produção

100% 110%
Peças produzidas e nível de eficiência

PLANO DE INCENTIVO SALARIAL

Com o plano de incentivo salarial, Taylor procurava conciliar os interesses da empresa em obter um custo de produção cada vez mais reduzido e, conseqüentemente, maior produtividade e maior rendimento, com os interesses dos operários em obter salários mais elevados. Essa identidade de interesses de patrões e empregados quanto à participação nos ganhos proporcionados pela Administração Científica levou Taylor a julgar que o que era bom para a empresa (eficiência = maior lucro) era igualmente bom para os empregados (maior produção = maior salário). Realmente, a implantação da Administração Científica levou o operário americano a ser um dos operários mais bem pagos do mundo industrializado e detentor de elevado padrão de vida, graças aos seus salários. Contudo, esse operário de bom salário e de bom padrão de vida teve de suportar durante longas décadas o seu trabalho simples, repetitivo, padronizado, robotizado. É que os engenheiros da Administração Científica partiam de certas pressuposições a respeito da natureza humana, que veremos a seguir.

1. Conceito de "Homo Economicus"

Com a Administração Científica implantou-se o conceito de homo economicus, isto é, do homem econômico. Segundo esse conceito, toda pessoa é concebida como profundamente influenciada por recompensas salariais, econômicas e materiais. Em outros termos, o homem procura o trabalho não porque gosta dele, mas como um meio de ganhar a vida através do salário que o trabalho proporciona. O homem é exclusivamente motivado a trabalhar pelo medo da fome e pela necessidade de dinheiro para viver. Assim, as recompensas salariais e os prêmios de produção (e o salário baseado na produção) influenciam profundamente

l' os esforços individuais no trabalho, fazendo com que o trabalhador desenvolva o máximo de

produção de que é fisicamente capaz de atingir para obter um ganho maior. Os principais

partidários da Administração Científica achavam que, uma vez selecionado cientificamente

o trabalhador do ponto de vista físico, ensinado o melhor método de trabalho e condieio-

nada sua remuneração à eficiência, o trabalhador passaria a produzir o máximo de que fosse

capaz fisicamente. Assim, procurou-se relacionar o mais próximo possível o pagamento do

trabalhador com sua produção, através de remuneração por produção e planos de incentivos

salariais.

Essa estreita visão da natureza humana - o homem econômico - não se limitava a ver

o homem como um empregado por dinheiro. Pior ainda, via, no operário da época, um indi-

víduo limitado e niesquinho, preguiçoso e culpado pela vadiagem e desperdício das empresas

e que deveria ser controlado continuamente através do trabalho previamente racionalizado e

do tempo-padrão.

7. Condições de Trabalho

Taylor e seus seguidores verificaram que a eficiência depende não somente do método de

trabalho e do incentivo salarial, mas também de um conjunto de condições que garantam

o bem-estar físico do trabalhador e diminuam a fadiga.

As condições de trabalho que mais preocuparam os engenheiros da Administração

Científica foram as seguintes:

a) adequação de instrumentos e ferramentas de trabalho e de equipamentos de produção para minimizar o

esforço do operador e a perda de tempo na execução da tarefa;

b) arranjo físico das máquinas e equipamentos para racionalizar o fluxo da produção;

c) melhoria do ambiente físico de trabalho de maneira que o ruído, a ventilação, a iluminação, o conforto

geral no trabalho não reduzam a eficiência do trabalhador;

d) projeto de instrumentos e equipamentos especiais para cargos específicos, como transportadores, segui-

dores, contadores e outros utensílios para reduzir movimentos desnecessários.

Com a Administração Científica, as condições de trabalho passam a ser consideradas

como importantes elementos no aumento da eficiência. O conforto do operário e a melhoria

do ambiente físico (iluminação, ventilação, aspectos visuais da fábrica, eliminação do ruído etc.) passaram a ser muito valorizados, não porque as pessoas o merecessem, mas porque eram essenciais para a obtenção da eficiência do trabalhador.

8. Padronização

A organização racional do trabalho não se preocupou somente com a análise do trabalho, com o estudo de tempos e movimentos, com a fadiga do operário, com a divisão do trabalho e especialização do operário e com os planos de incentivos salariais. Foi mais além e passou a se preocupar não somente com a padronização dos métodos e processos de trabalho, mas também com a padronização das máquinas e equipamentos, ferramentas e instrumentos de trabalho, matérias-primas e componentes, no sentido de reduzir a variabilidade e

a diversidade no processo produtivo e, conseqüentemente, eliminar o desperdício e aumentar a eficiência.

Um padrão é uma unidade de medida adotada e aceita comumente como critério. Os padrões representam o desempenho desejado e estão sempre relacionados com o resultado que se deseja alcançar. A padronização é a aplicação de padrões em uma organização ou sociedade. A padronização significa a aplicação de métodos científicos para obter a uniformidade e reduzir os custos.

Com a Administração Científica, a padronização passa a ser uma preocupação constante na obtenção da eficiência. A padronização pode conduzir à simplificação, na medida em que a uniformidade obtida reduza a variabilidade e as exceções que complicam as coisas.

9. Supervisão Funcional

A especialização do operário deve ser acompanhada da especialização do supervisor e não de uma centralização da autoridade.

Taylor propunha a chamada supervisão funcional, que nada mais é do que a existência de diversos supervisores, cada qual especializado em determinada área, e que tem autoridade funcional (relativa somente à sua especialidade) sobre os mesmos subordinados. Essa autoridade funcional é relativa e parcial. Para Taylor, o tipo de organização por excelência é a organização funcional.

' A administração funcional consiste em dividir o trabalho de maneira que cada homem, desde o assistente até o superintendente, tenha que executar a menor variedade possível de funções. Sempre que possível, o trabalho de cada homem deverá limitar-se à execução de uma única função"i3. Para Taylor, "a característica mais marcante e visível da administração funcional consiste no fato de que cada operário em lugar de se pdr em contato direto com a administração num único ponto, isto é, por intermédio de seu chefe de turma, recebe orientação e ordens diárias de oito encarregados diferentes, cada um dos quais desempenhando sua própria função particular". 4

A SUPERVISÃO FUNCIONAL DE TAYLOR

A supervisão funcional é exatamente a aplicação da divisão do trabalho e da especialização ao nível dos supervisores e chefes. Kimball argumenta que "as vantagens do tipo de organização chamada administração funcional são patentes. Especialistas - e não mestres - apenas parcialmente conhecedores dos diversos setores - é que transmitem a cada operário conhecimento específico e orientação. Planeja-se a separação do trabalho mental e braçal, tendo-se em vista as funções a serem executadas, e não como se as mesmas estivessem subordinadas a outras fases da Administração. A administração funcional assenta, também, providências para a máxima utilização do princípio da divisão do trabalho, reduzindo ao mínimo as funções que cada homem deve executar. Tende, portanto, a produzir alta eficiência funcional, em cada homem e no conjunto deles"".

Na realidade, a funcionalização da supervisão foi uma contribuição da Administração Científica que se estendeu rapidamente a todas as demais áreas da Administração. A supervisão funcional pressupõe uma autoridade relativa, dividida e zoneada.

Tal concepção trouxe muitos ataques ao seu idealizador, pois se argumentava que um homem não pode subordinar-se a dois ou mais superiores. Todavia, a proposição do tipo funcional de Administração foi uma verdadeira revolução e, mais do que isto, foi uma previsão notável, na época do rumo que os problemas administrativos e empresariais haveriam de tomar com a crescente complexidade das empresas.

PRINCIPIOS DA ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA

A preocupação em racionalizar, em padronizar e em prescrever normas de conduta ao administrador levou a maioria dos engenheiros da Administração Científica a pensar que estes princípios pudessem ser aplicados a todas as situações possíveis da empresa. Cada autor procurou estabelecer os seus próprios princípios de administração. Um princípio é uma afirmação válida para uma determinada situação prevista; é uma previsão antecipada do que deverá ser feito quando ocorrer aquela determinada situação. Dentre a profusão de princípios defendidos pelos diversos autores da Administração Científica, os mais importantes são:

1. Princípios da Administração Científica de Taylor

Para Taylor, a gerência adquiriu novas atribuições e responsabilidades descritas pelos quatro princípios a seguir :

INTRODUÇÃO A TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

1. Princípio de planejamento: substituir no trabalho o critério individual do operário, a improvisação e a atuação empírico-prática, pelos métodos baseados em procedimentos científicos. Substituir a improvisação pela ciência, através do planejamento do método.
2. Princípio de preparo: selecionar cientificamente os trabalhadores de acordo com suas aptidões e prepará-los e treiná-los para produzirem mais e melhor, de acordo com o método planejado. Além do preparo da mão-de-obra, preparar também as máquinas e equipamentos de produção, bem como o arranjo físico e a disposição racional das ferramentas e materiais.
3. Princípio do controle: controlar o trabalho para se certificar de que o mesmo está sendo executado de acordo com as normas estabelecidas e segundo o plano previsto. A gerência deve cooperar com os trabalhadores, para que a execução seja a melhor possível.
4. Princípio da execução: distribuir distintamente as atribuições e as

responsabilida-

des, para que a execução do trabalho seja bem mais disciplinada.

OS QUATRO PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA DE TAYLOR

2. Outros Princípios Implícitos de Administração Científica Segundo Taylor

Além dos quatro princípios explícitos acima, podemos considerar outros princípios que

Taylor enunciou dispersivamente em sua obra, quais sejam:

1. Estudar o trabalho dos operários, decomp8-lo em seus movimentos elementares e cronometrá-lo para, após uma análise cuidadosa, eliminar os reduzir os movimentos inúteis e aperfeiçoar e racionalizar os movimentos úteis.
2. Estudar cada trabalho antes de fixar o modo como deverá ser executado.
3. Selecionar cientificamente os trabalhadores de acordo com as tarefas que lhes serão atribuídas.
4. Dar aos trabalhadores instruções técnicas sobre o modo de trabalhgr, ou seja, treiná-los adequadamente.
5. Separar as funções de preparação e as de execução, dando-lhes atribuições precisas e delimitadas.
6. Especializar e treinar os trabalhadores, tanto na preparação e no controle do trabalho quanto na sua execução.
7. Preparar a produção ou seja planejá-la e estabelecer prêmios e incentivos para quando forem atingidos os padrões estabelecidos, bem como outros prêmios e incentivos maiores para quando os padrões forem ultrapassados.
8. Padronizar os utensílios, os materiais, o maquinário e o equipamento e os métodos e processos de trabalho a serem utilizados.
9. Dividir proporcionalmente (entre a empresa, os acionistas, os trabalhadores e os consumidores) as vantagens que resultarem do aumento da produção proporcionado pela racionalização.
10. Controlar a execução do trabalho, para mant2-lo nos níveis desejados, aperfeiçoá-lo, corrigi-lo e premiá-lo.
11. Classificar de forma prática e simples os equipamentos, os processos e os materiais a serem empregados ou produzidos, de forma a tornar fácil o seu trato e o seu uso.

3. Princípios de Eficiência de Emerson

Hamngton Emerson (1853-1931), um dos principais auxiliares de Taylor, também enge-

nheiro, procurou simplificar os métodos de estudos e de trabalho do seu mestre, achando

que, mesmo prejudicando a perfeição da organização, seria mais razoável

realizar menores

despesas na análise do trabalho. Foi o homem que popularizou a Administração Científica e

desenvolveu os primeiros trabalhos sobre seleção e treinamento de empregados. Os princípios

de rendimento preconizados por Emerson no seu livro *The Twelve Principles of*

Efficiency são os seguintes:

1. Traçar um plano objetivo e bem definido, de acordo com os ideais.
2. Estabelecer o predomínio do bom senso.
3. Manter orientação e supervisão competentes.
4. Manter disciplina.
5. Manter honestidade nos acordos, ou seja, justiça social no trabalho.
6. Manter registros precisos, imediatos e adequados.
7. Fixar remuneração proporcional ao trabalho.
8. Fixar normas padronizadas para as condições de trabalho.
9. Fixar normas padronizadas para o trabalho.
10. Fixar normas padronizadas para as operações.
11. Estabelecer instruções precisas.
12. Fixar incentivos eficientes ao maior rendimento e à eficiência.

Emerson antecipou-se à Administração por Objetivos proposta por Peter Ducker por volta da década de 60.

4. Princípios Básicos de Ford

Talvez o mais conhecido de todos os precursores da moderna Administração, Henry Ford

(1863-1947), iniciou a sua vida como simples mecânico, chegando posteriormente a engenheiro-chefe de uma fábrica. Nessa época, idealizou e projetou um modelo de

carro auto-propelido e, em 1899, fundou com alguns colaboradores a sua primeira fábrica de

automóveis, que logo depois foi fechada. Continuou seus projetos sem desanimar e conseguiu o

financiamento com o qual fundou a Ford Motor Co., fabricando um modelo de

carro a preços populares dentro de um plano de vendas e de assistência técnica de grande

alcance, revolucionando a estratégia comercial da época. Em 1913, já

fabricava 800 carros por dia. Em

1914, repartiu com seus empregados uma parte do controle acionário da sua

empresa. Estabeleceu nessa época o salário mínimo de cinco dólares (US \$ 5.00) por dia e a

jornada diária de oito horas de trabalho, quando, na época, na maioria dos países da Europa, a

jornada diária variava entre dez e doze horas. Em 1926, já tinha 88 usinas e já empregava

150.000 pessoas, fabricando então 2.000.000 de carros por ano. Contudo, teve outros

méritos que

simplesmente o de haver construído o primeiro carro popular em larga escala e ter feito for-

tuna principalmente por haver formulado um punhado de idéias e de teorias próprias a respeito da Administração. Utilizou um sistema de concentração vertical e horizontal, produzindo desde a matéria-prima inicial ao produto final acabado, além de uma cadeia de distribuição comercial através de agências próprias.

Fez uma das maiores fortunas do mundo graças ao constante aperfeiçoamento de seus métodos, processos e produtos. Através da racionalização da produção, idealizou a linha de montagem, o que lhe permitiu a produção em série, isto é, o moderno método que permite

fabricar grandes quantidades de um determinado produto padronizado. Na produção em série ou em massa, o produto é padronizado em seu material, mão-de-obra, desenho e ao mí-

nimo custo possível. A condição precedente, necessária e suficiente para a existência da pro-

dução em massa, é a capacidade de consumo em massa, seja real ou potencial.

A condição-chave da produção em massa é a simplicidade. Três aspectos suportam o sistema:

1. A progressão do produto produzido através do processo produtivo é planejada, ordenada e contínua.
2. O trabalho é entregue ao trabalhador ao invés de deixá-lo com a iniciativa de ir buscá-lo.
3. As operações são analisadas e divididas em seus elementos constituintes.

Ford adotou três princípios básicos, a saber:

Princípio de intensificação: Consiste em diminuir o tempo de produção com o emprego imediato dos equi-

pamentos e da matéria-prima e a rápida colocação do produto no mercado.

Princípio de economia: Consiste em reduzir ao mínimo o volume do estoque da matéria-prima em transformação. Por meio desse princípio, Ford conseguiu fazer com que o trator ou o automóvel fossem

pagos à sua empresa antes de vencido o prazo de pagamento da matéria-prima adquirida, bem como do

pagamento de salários. A velocidade de produção deve ser rápida. Diz Ford, em seu livro: "o minério sai

da mina sábado e é entregue sob a forma de um carro, ao consumidor, na terça-feira, à tarde" .

Princípio de produtividade: Consiste em aumentar a capacidade de produção do homem no mesmo perío-

do (produtividade) através da especialização e da linha de montagem. Assim, o operário pode ganhar

mais, num mesmo período de tempo, e o empresário ter maior produção.

O esquema se caracteriza pela aceleração da produção, por meio de um

trabalho ritma-

do, coordenado e econômico. Ford foi um dos introdutores da produção em série, em massa, através da padronização do maquinário e equipamento, da mão-de-obra e das matérias-primas e, conseqüentemente, dos produtos. Foi também um dos primeiros homens de empresa a utilizar incentivos não-salariais para seus empregados. Na área mercadológica implementou a assistência técnica, o sistema de concessionários e uma inteligente política de preços.

5. Princípio da Exceção

Taylor adotou um sistema de controle operacional bastante simples e que se baseava não no desempenho médio, mas apenas na verificação das exceções ou desvios dos padrões normais.

Em outros termos, tudo o que ocorre dentro dos padrões normais não deve ocupar dema-

siado a atenção do administrador. Este deveria prioritariamente verificar as ocorrências que se afastassem dos padrões, ou seja, as exceções, para corrigi-las adequadamente. Desta forma,

tanto os desvios positivos ou negativos que fugissem dos padrões normais deveriam ser rapidamente identificados e localizados para a devida tomada de providências.

Daí o princípio da exceção, segundo o qual as decisões mais freqüentes devem reduzir-

se à rotina e delegadas aos subordinados, deixando os problemas mais sérios e importantes para os superiores. O princípio da exceção é um sistema de informação que apresenta seus

dados somente quando os resultados efetivamente verificados na prática divergem ou se distanciam dos resultados previstos em algum programa's.

O princípio da exceção é fundamentado em relatórios condensados e resumidos que

acusam apenas os desvios ou afastamentos, omitindo as ocorrências normais, tornando-os

comparativos e de fácil utilização e visualização. Segundo alguns autores, esta foi a forma

pela qual Taylor concebeu a delegação, que se tornaria posteriormente um princípio de orga-

nização amplamente aceito⁹.

PRINCIPIO DA EXCEÇÃO

APRECIACÃO CRÍTICA DA TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA

A obra de Taylor e de seus seguidores é susceptível de numerosas e graves críticas. Todavia, essas críticas não lhes diminuem o mérito e o galardão de verdadeiros pioneiros e desbravadores da então nascente Teoria da Administração. Na sua época, a mentalidade e os preconceitos tanto dos dirigentes quanto dos empregados, a falta de conhecimentos sedimentados

sobre os assuntos administrativos, a precária experiência industrial e empresarial que não apresentava condições razoáveis de formulação de hipóteses válidas para a solução dos problemas da empresa, tudo isto não lhes permitia o adequado suporte para a elaboração de conceitos mais rigorosos e melhor fundamentados. As principais críticas à Administração Científica podem ser assim resumidas:

1. Mecanicismo da Administração Científica

A Administração Científica restringiu-se basicamente às tarefas e aos fatores diretamente relacionados com o cargo e função do operário. Muito embora a organização seja constituída de pessoas, deu-se pouca atenção ao elemento humano e concebeu-se a organização como "um arranjo rígido e estático de peças", ou seja, como uma máquina: assim como construímos uma máquina dentro de uma série de peças e especificações, também construímos uma organização de acordo com um projeto. Daí a denominação "teoria da máquina", dada por alguns autores, não só à Administração Científica, mas a toda a Teoria Clássica da Administração, bem como à Teoria da Burocracia, que surgiu posteriormente.

A ABORDAGEM MICROSCÓPICA E MECANICISTA DA ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA

A abordagem da Administração Científica preocupou-se com as especificações de

como as tarefas devem ser organizadas e executadas. "Suas principais ferramentas foram os

estudos de tempos e movimentos. Os períodos de descanso durante o dia de trabalho foram

em termos de recuperação ótima da fadiga fisiológica. Os salários e pagamentos

atuais, como fontes de motivação, foram concebidos em termos de um modelo do

homem "mecânico." A pressuposição era a de que os empregados "são essencialmente

seres passivos, capazes de executar o trabalho e receber ordens, mas sem poder de

influência e sem exercerem influência provida de qualquer significação"²³.

;; A primeira crítica séria sofrida pelo taylorismo ocorreu em 1911, com a chamada "pesquisa Hoxie" organi-

zada pelo Senado Americano e dirigida pelo Prof. Hoxie, da Universidade de Chicago, para estudar o pro-

blema de greves e tumultos operários da maioria das empresas americanas. Foi constituído um "Comitê

para as Relações Industriais" que, através dos resultados dessa pesquisa, mostrou os inconvenientes morais,

psicológicos e sociais do sistema baseado exclusivamente no rendimento e na eficiência, justificando a reação

dos trabalhadores através de greves e protestos. A filosofia do taylorismo destinada a estabelecer

a harmonia industrial ao invés da discórdia encontrou feroz oposição desde 1910 entre os trabalhadores e os

^ sindicatos. Isto porque alguns trabalhadores não conseguiam trabalhar dentro do ritmo de tempo-padrão

estabelecido pelos técnicos e passaram a se queixar de uma nova forma de exploração sutil do empregado:

"= ti &o de padrões elevados de desempenho extremamente favoráveis à empresa e desfavoráveis aos traba-

ra. O trabalho qualificado e superespecializado passou a ser considerado degradante e humilhante

=, . _ trabalhadores, seja pela monotonia, pelo automatismo, pela diminuição da exigência de raciocínio ou

' ; pela destituição completa de qualquer significado psicológico do trabalho. O homem deveria produzir como

uma máquina ou robô, uma vez que Taylor procurava, sem conhecer devidamente o organismo humano,

conseguir o rendimento máximo, quando deveria conseguir o rendimento ótimo.

- d ' Verificou-se posteriormente que o estudo dos movimentos depende das dificuldades de

cargo. A velocidade não é o melhor critério para medir a facilidade com que o operário

iza a operação. Seu método é mais uma intensificação do trabalho do que racionalização

Processo de trabalho, procurando sempre o rendimento máximo e não o rendimento ótimo-

lpto. "Quanto aos tempos, verificou-se posteriormente ser impossível decompor minuciosamente

uma operação em seus elementos, de forma que os tempos correspondentes sejam

pre úteis. O chamado tempo morto tem um papel positivo, qual seja, de restabelecer a

perda para a continuidade do processo produtivo. Por outro lado, o aumento de

atividade, apresentado por Taylor como um dos resultados do sistema novo, na medida

em que ele tem como elemento motivador o aumento salarial, é difícil saber se ele se deve à

uma técnica de trabalho ou ao prêmio."2s

Por incrível que pareça, os mesmos princípios que Taylor adotou para conciliar os interesses

entre patrões e empregados foram a causa de sérios transtornos e críticas sofridas posteriormente.

O fato de supor que o empregado age motivado exclusivamente pelo interesse

do ganho material e financeiro, produzindo individualmente o máximo possível (conceito do

homo economicus), mas sem levar em consideração outros fatores motivacionais importantes,

foi, sem dúvida alguma, outro aspecto mecanicista típico desta teoria.

De um modo geral, a abordagem dos engenheiros americanos concebeu a organização

de um sentido mecânico, não relevando na devida medida os aspectos humanos da

organização. Assim, o emprego de técnicas mecanicistas passou a representar o máximo de

desumanização do trabalho industrial.

2. Superespecialização do Operário

Na busca da eficiência, a Administração Científica preconizava a especialização do operário,

através da divisão e da subdivisão de toda operação em seus elementos constitutivos.

As tarefas mais simples - o resultado daquela subdivisão - podem ser mais facilmente

ensinadas e a perícia do operário pode ser incrivelmente aumentada. Por outro lado,

alcança-se uma respeitável padronização no desempenho dos operários, pois à medida que as

tarefas vão se fracionando, a maneira de executá-las torna-se padronizada. Essas "formas

de organização de tarefas não apenas privam os trabalhadores de satisfação no trabalho,

mas, o que é pior, violam a dignidade humana"2'.

A especialização extrema do operário, através da fragmentação das tarefas, torna

superflua sua qualificação: facilita-se com isso a seleção, o treinamento e a

supervisão do pessoal. A partir daí, a intensa divisão do trabalho contribui para facilitar a execução da tarefa e permitir a constante troca de indivíduos, além de incorporar forças de trabalho de nível mais baixo e ainda não desenvolvidas, ampliando o mercado de trabalho. Até certo ponto, este esquema será o responsável pelo alcance de altos lucros a curto prazo, com baixo nível salarial e à custa de tensões sociais e sindicais.

O filme Tempos Modernos de Charlie Chaplin (Carlitos), produzido em 1936, retrata pitorescamente as agruras do operário americano robotizado pela extrema especialização de tarefas e pelo excesso de automação dentro das fábricas. Ao trabalhar em uma linha de montagem de uma fábrica americana, Carlitos tinha dificuldade em parar seus movimentos manuais quando soavam os intervalos de descanso.

Meigniez²⁸ ressalta que "o taylorismo realmente demonstrou que a maneira espontânea com que os trabalhadores executavam suas tarefas não era a menos fatigante, nem a mais econômica do ponto de vista do tempo, e nem a mais segura. Em lugar dos erros consagrados, o taylorismo propõe uma verdadeira racionalização: este o seu papel positivo. Uma nova ordem de coisas. O taylorismo propunha diminuir ao máximo o número de atribuições de cada indivíduo, bem como especializar as atribuições de cada chefe dando-lhe uma margem de atribuições estreitamente definida. Isto é a negação da necessidade de aprender a situação total em cada nível. Trata-se de uma decomposição analítica das funções, recusa de reconhecimento dos grupos e negação da noção de interpretação da situação a cada nível".

A proposição de Taylor de que "a eficiência administrativa aumenta com a especialização do trabalho" não encontrou amparo nos resultados de pesquisas posteriores: qualquer aumento na especialização não reduziu necessariamente nem o aumento da eficiência²⁹.

"Para Taylor trata-se de prescrever exatamente o método de trabalho, indicar as ferramentas e o material a utilizar (de acordo com os estudos de movimentos) e estabelecer o tempo dentro do qual a tarefa deve ser cumprida (graças ao estudo dos tempos). Essa atribuição de responsabilidade mostra que o trabalhador é passivo, uma espécie de autômato

para o qual se predetermina a priori seus gestos e cadências. Não há aqui o problema de

transmitir informações pela hierarquia, uma vez que essas informações são instruções detalhadas e que nada deixam ao acaso."30

3. Visão Microscópica do Homem

A Administração Científica refere-se ao homem como o empregado tomado individualmen-

te, ignorando que o trabalhador é um ser humano e social.

A partir de sua concepção negativista do homem - onde os indivíduos são preguiçosos

e ineficientes - Taylor enfatiza o papel monocrático do administrador: "A aceleração do

trabalho só poderá ser obtida por meio da padronização obrigatória dos métodos, adoção

obrigatória dos melhores instrumentos e condições de trabalho e cooperação obrigatórias. E

esta atribuição de impor padrões e forçar a cooperação compete exclusivamente à gerên-

cia"31. Tragtenberg salienta que "a industrialização extensiva inerente ao esquema de Taylor

implica a proliferação do trabalho desqualificado que coexiste com a estrutura administra-

tiva monocrática, alienante, onde a principal virtude é a obediência a ordens"32.

Uma das críticas mais comuns feitas a Taylor é de que o pioneiro da Administração

Científica "perpetrou um erro (de pioneiro) ao basear seu sistema, visando à produtividade

industrial, num princípio que individualizou cada operário em termos de suas relações com

seus instrumentos de trabalho, seus companheiros e seus superiores, quando nenhum resul-

tado de recentes pesquisas no terreno social-psicológico é mais impressionante do que a una-

nimidade de opinião quanto à importância do pequeno grupo informal"33.

"É evidente que em certas oficinas de mecânica de precisão, onde os postos de trabalho

são numerosos e variados e que, por utilizarem máquinas ligeiras de comando manual, se

encontrem correntemente normas coletivas, mais ou menos secretas e informais, porém

imperativas, que se transmitem entre os trabalhadores quanto à cadência dentro da qual

devem produzir em tal ou qual posto de trabalho; aquele que vai rápido e que é advertido

para reduzir o ritmo, ou aquele que produz muito na manhã deve diminuir no período da

tarde. Daí o pressuposto capital do taylorismo: os homens que trabalham individualmente

são interessados em fazer um bom trabalho, tanto quanto

aqueles que trabalham em grupos

estão unicamente interessados em não trabalhar mais duro do que os demais.

Além do mais,

a única motivação do trabalhador é o salário."34

A falta de uma visão mais ampla permitiu uma intensa crítica à obra dos

engenheiros

americanos: desenvolveram uma engenharia humana com uma enorme escassez de variá-

veis e mesmo com um desequilíbrio na ponderação dessas variáveis. Daí o unilateralismo

dessa teoria³⁵ e a sua concentração exclusivamente nos aspectos relacionados com o cargo ou função.

Ao lado dessa concepção atomística do homem há outra decorrente da visão microscópica do trabalhador. Apesar de Taylor e seus seguidores terem se preocupado inicialmente

com a adequação dos dois elementos que constituem a essência do trabalho - as características

do homem e as características da máquina -, essa preocupação inicial não chegou a

confirmar-se nos seus trabalhos posteriores. No fundo, os engenheiros americanos limita-

ram-se às características físicas do corpo humano em trabalhos rotineiros, com ênfase nos

estudos dos movimentos e da fadiga. O trabalho do homem foi, aos poucos, sendo abordado

como um processo acessório da máquina, substituindo a inicial preocupação de se adaptar-

rem mutuamente os recursos humanos e mecânicos. O desempenho humano passou a ser

estudado pelos engenheiros industriais, dentro dos seus limites físicos, em termos de cargas,

velocidade e fadiga. A utilização dos seres humanos na organização limitou-se às tarefas que

se executam na linha de produção e nos escritórios, abrangendo sobretudo as variáveis fisiológicas,

psíquicas e psicológicas. Tanto assim que March e Simon preferem denominar a Administração Científica de teoria fisiológica da organização.

Taylor preocupou-se em aumentar o ritmo de trabalho de operários que executavam

tarefas pesadas e não qualificadas - como o trabalho com a pá, o de fundição, o de pedreiro

- valorizando apenas a fadiga muscular e ignorando um tipo de fadiga mais sutil, que é a

nervosa. A fadiga era considerada exclusivamente um fenômeno muscular e fisiológico

estudada principalmente através de dados estatísticos. Procuravam-se os movimentos musculares

mais eficientes e menos cansativos para se aumentar o rendimento dos operários. A

iluminação e outras condições ambientais de trabalho, como a proximidade física dos instrumentos

e materiais, a ventilação, a comodidade dos equipamentos, o conforto dos operários,

eram consideradas fatores redutores da fadiga e, portanto, influenciadores da eficiência

humana.

Assim, no fundo, Taylor considerou os recursos humanos e materiais não tanto reciprocamente ajustáveis, mas, sobretudo, o homem trabalhando como um apêndice da maquinaria industrial".

4. Ausência de Comprovação Científica

A Administração Científica é também criticada pelo fato de pretender elaborar uma ciência, sem ainda procurar apresentar comprovação científica das suas proposições e dos seus princípios. Em outros termos; os engenheiros americanos utilizaram muito pouca pesquisa e experimentação científica para comprovar as suas teses.

O método utilizado por Taylor é um método empírico e concreto, onde o conhecimento é alcançado pela evidência e não pela abstração: baseia-se em dados singulares observáveis pelo analista de tempos e movimentos. Os aspectos mais importantes referem-se ao como e não ao porquê da ação do operário.

: Abordagem Incompleta da Organização

Administração Científica, para muitos autores, é considerada incompleta, parcial e inadequada, por se restringir apenas aos aspectos formais da organização, omitindo completamente a organização informal e, principalmente, os aspectos humanos da organização. Essa perspectiva incompleta ignora a vida social interna dos participantes da organização, que são tomados como indivíduos isolados e que são arranjados de acordo com suas habilidades pessoais e demandas da tarefa a ser executada. Também omite interações entre muitas variáveis críticas, como o compromisso pessoal e a orientação profissional dos membros da organização, o conflito entre objetivos individuais e objetivos organizacionais etc.

6. Limitação do Campo de Aplicação

As observações de Taylor e de seus seguidores foram quase que exclusivamente limitadas a problemas de produção localizados na fábrica, não considerando com maior detalhe os demais aspectos da vida de uma empresa, como os financeiros, comerciais etc. Seus princípios e métodos carecem de uma complementação mais ampla, pois Taylor encara o problema de organização racional do trabalho, partindo de um ponto limitado e

específico na empresa, que fatalmente limita e restringe a sua abordagem.

As tarefas constituem a própria razão da existência da organização e a própria essência

de suas operações (como a manufatura, a produção de bens, a prestação de serviços etc.).

Nas organizações complexas; de grande porte, as tarefas incluem um grande número de sub-

tarefas diferentes, mas operacionalmente significativas.

O desenho de cargos e tarefas de acordo com a Administração Científica não somente

retrata suas concepções a respeito da natureza humana (homem econômico), mas principal-

mente se fundamenta em uma expectativa de estabilidade e previsibilidade das operações da

organização. Em outros termos, o desenho de cargos e tarefas e o desenvolvimento de instru-

mentos, métodos e procedimentos padronizados e rotinizados baseiam-se na presunção de

que a tecnologia utilizada permanecerá inalterada o tempo suficiente para compensar o

investimento de tempo, dinheiro e esforço aplicado à análise e

ao estudo do trabalho. A esta-

bilidade do produto e do processo é que serve de restrição ao desenho dos cargos e tarefas: a

freqüência de mudanças é essencial para que o pensar seja separado do fazer, o que per-

mite que os empregados sejam selecionados e treinados para executar a longo prazo tarefas

simples, repetitivas e estreitamente definidas. Esses aspectos são importantes na continui-

dade da produção em massa, da superespecialização dos cargos e da repetição constante do

trabalho.

7. Abordagem Prescritiva e Normativa

A Administração Científica se caracteriza pela preocupação em estabelecer e prescrever prin-

cípios normativos que devem ser aplicados como receituário em determinadas circunstân-

cias, para que o administrador possa ser bem sucedido. Essa abordagem prescritiva e norma-

tiva procura padronizar certas situações para poder padronizar a maneira como elas deverão

ser administradas. É uma abordagem voltada para as receitas antecipadas, para as soluções

enlatadas e para princípios normativos que devem reger o como fazer as coisas dentro das

organizações. Essa perspectiva visualiza a organização como ela deveria funcionar, ao invés

de explicar o seu funcionamento.

8. Abordagem de Sistema Fechado

A Administração Científica visualizava as empresas como se elas existissem no vácuo, ou

como se fossem entidades autônomas, absolutas e hermeticamente fechadas a qualquer

influência vinda de fora delas. É uma abordagem de sistema fechado, que, como veremos em

capítulos posteriores, se caracteriza pelo fato de visualizar somente aquilo que acontece dentro

de uma organização, sem se levar em conta o meio ambiente em que ela está situada.

Ademais, uma outra característica da Abordagem de sistema fechado é a maneira de ver

tudo o que acontece dentro de uma organização do ponto de vista de algumas variáveis mais

importantes apenas, omitindo-se outras cuja influência não seja suficientemente conhecida

no conjunto. O comportamento de um sistema fechado é mecânico, previsível e determinístico:

suas partes funcionam dentro de uma lógica irrepreensível. Porém, as organizações

nunca se comportam como sistemas fechados e nem podem ser reduzidas a apenas algumas

poucas variáveis ou a alguns poucos aspectos mais importantes.

Apesar de todas as críticas formuladas a Taylor e seus seguidores da Administração

Científica, recentemente esboça-se uma forte tendência no sentido de reabilitar a imagem de

Taylor. Alguns autores³⁹ procuram demonstrar que Taylor, apontado como o criador da

Administração Científica, foi realmente o pai da Teoria das Relações Humanas, considerando-o

um cientista social tanto quanto Elton Mayo, uma vez que ambos se interessaram

profundamente pelos problemas de motivação e de comportamento individual.

SUMARIO

A Administração Científica, fundada por Taylor e seus

seguidores, constitui a primeira

tentativa da Teoria da Administração. A preocupação em criar uma Ciência da Administração

começou com a experiência concreta e imediata do trabalho de operários e com a ênfase

nas tarefas. No primeiro período de sua obra, Taylor voltou-se exclusivamente para a racionalização

do trabalho dos operários, estendendo-se no segundo período à definição de princípios

de Administração aplicáveis a todas as situações da empresa. A organização racional

do trabalho se fundamenta na análise do trabalho operário, no estudo dos tempos

e movi-

mentos; na fragmentação das tarefas e na especialização do trabalhador. Buscava-se a eliminação do desperdício, da ociosidade operária e a redução dos custos de produção. A única forma de obter a colaboração dos operários foi o apelo aos planos de incentivos salariais e de prêmios de produção, com base no tempo-padrão (eficiência = 100%) e na convicção de que o salário constitui a única fonte de motivação para o trabalhador (homem econômico). O desenho de cargos e tarefas enfatizava o trabalho simples e repetitivo das linhas de produção e montagem, a padronização e as condições de trabalho que assegurassem a eficiência. Verificou-se que não adiantava racionalizar o trabalho do operário se o supervisor, o chefe, o gerente, o diretor continuavam a trabalhar dentro do mesmo empirismo anterior. Para envolver esses escalões mais elevados, os engenheiros da Administração Científica passaram a se preocupar com os princípios de Administração capazes de balizar o comportamento dos gerentes e chefes. Contudo, inúmeras críticas podem ser feitas à Administração Científica: o mecanicismo de sua abordagem que lhe garante o nome de teoria da máquina, a superespecialização que robotiza o operário, a visão microscópica do homem tomado isoladamente e como um apêndice da maquinaria industrial, a ausência de qualquer comprovação científica de suas afirmações e princípios, a abordagem incompleta envolvendo apenas a organização formal, a limitação do campo de aplicação à fábrica, omitindo o restante da vida de uma empresa, a abordagem eminentemente prescritiva e normativa e tipicamente de sistema fechado são inúmeras dessas críticas. Contudo, estas limitações e restrições não apagam o fato de que a Administração Científica foi o primeiro passo na busca de uma teoria administrativa. É um passo pioneiro e irreversível.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Comente os princípios de Administração de Taylor.
2. Em que aspectos a análise do trabalho e o estudo dos tempos e movimentos serviram de base para o trabalho de Taylor?
3. Explique o que é eficiência.
4. O que é divisão do trabalho e especialização do operário?
5. O que é desenho de cargos e de tarefas para a Administração Científica?
6. Explique o conceito de homo economicus.

7. Qual a influência das condições de trabalho para a Administração Científica?
8. O que é padronização?
9. O que é supervisão funcional?
10. Comente os princípios de eficiência de Emerson.
11. Comente os princípios básicos de Ford.
12. O que é princípio da exceção?
13. Explique o mecanicismo da Administração Científica.
14. Explique a superespecialização do operário como um problema imposto pela Administração Científica.
15. Por que se fala em visão microscópica do homem?
16. A Administração Científica se caracteriza por ausência de comprovação científica? Como?
17. Por que se fala em abordagem incompleta da organização?
18. O que significa limitação do campo de aplicação?

CASO INDÚSTRIA SÃO PEDRO, AUTOPEÇAS S.A.

A Indústria São Pedro, Autopeças S.A., localizada em São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, é atualmente uma das maiores fabricantes de peças para automóveis. O resultado bruto de vendas ultrapassou a casa de 10 bilhões de cruzeiros no ano de 1979.

A empresa tem operado com uma fábrica básica no mesmo local por mais de trinta anos, porém o crescimento constante da companhia tem criado condições difíceis na área de manufatura. Com a implantação de novas máquinas e equipamentos e a implementação de novos processos, desapareceu aos poucos o fluxo funcional de produção em linha que, originalmente, era a característica principal de seu esquema produtivo. Devido às limitações de espaço físico na fábrica, as peças têm de ser transportadas em engradados por empilhadeiras de um lado para o outro, e de volta novamente para completar as operações de produção, o que resulta em uma movimentação sem precedentes dentro da fábrica. Muito embora estejam completados os planos de construção de uma nova fábrica em outro local, a sua execução deverá levar pelo menos dois anos até ser inaugurada e reduzir a sobrecarga existente na fábrica atual :

O Diretor-Geral da empresa é um homem dotado de grande força de vontade e que progrediu dentro dos próprios escalões da companhia. Trabalha duro e espera que todos os empregados façam o mesmo. Já se tornou conhecido por sua tendência em envolver-se em problemas de todas as áreas sem olhar as verdadeiras dimensões da situação e sem se preocupar com o que sua interferência poderá causar nas outras áreas..No entanto, está

sempre

pronto a ouvir e aceitar sugestões e decisões contrárias à sua própria opinião se a alternativa

apresentada for acompanhada de fatos e argumentos razoáveis.

Certo dia, o Diretor-Geral iniciou uma ação destinada a corrigir duas situações que

o vinham aborrecendo há alguns meses. Como os operadores de empilhadeiras estão atra-

sando a produção deliberadamente e os Supervisores da Produção, do Controle de Produção

e da Manutenção não estão motivando adequadamente os seus subordinados, ordenou aos

gerentes de Produção, de Recursos Humanos, do Controle de Produção e de Manutenção

que se reunissem e desenvolvessem um programa combinado de treinamento sobre "Discipli-

na e Motivação", para eliminar o problema existente. O Diretor-Geral pediu uma cópia do

programa já elaborado em sua mesa quando retornasse de suas quatro semanas de férias na

Europa.

Cada um dos gerentes via a situação sob um ângulo completamente diferente.

1 Gerente da Produção

Acha que, finalmente, a companhia vai ter algum plano para forçar os Feitores do Controle da Produção a

fazerem os operadores de empilhadeiras trabalharem no duro, pois estes passam a maior parte do seu tempo

na área de carga das baterias ao invés de transportarem peças. Os operadores estão prejudicando seriamente

a produção com os atrasos no transporte de peças.

Sua opinião é que geralmente as coisas andam certinhas nas segundas-feiras e nas terças-feiras de manhã. De

repente tudo se transforma em um inferno de reclamações e de atrasos. Isto já está acontecendo há mais de

um ano, mas somente agora está prejudicando realmente a programação de produção. É cada vez mais difícil

entender-se com os operadores de empilhadeiras: transportam o que querem transportar por algumas horas e

então param para substituir a bateria da empilhadeira. Dizem que não há baterias suficientes, porém o Con-

trole de Produção e a Manutenção afirmam que há mais de duas baterias para cada empilhadeira, sendo que

devem utilizar somente uma bateria por turno de trabalho. Certamente, o Controle de Produção não tem

controle algum sobre os operadores de empilhadeiras.

Acha que a reunião de hoje com os demais Gerentes deverá ser bastante interessante, pois terá a chance de

dizer umas verdades ao Gerente de Recursos Humanos sobre a disciplina na área e ainda dizer ao Gerente de

Controle da Produção para acabar com os atrasos de seus operadores. Há cinco anos atrás, concordou em

não criar nenhum obstáculo quando decidiram utilizar parte de seu espaço físico na produção para instalar o

sistema de recarregamento de baterias de empilhadeiras e a área de serviço de manutenção. Também concor-
dou em que instalassem motores diesel para suprir os três geradores CC de 1.600 ampères de capacidade ao invés de funcionarem com motores elétricos CA das linhas de 440 volts que existem na fábrica, pois não haveria eletricidade suficiente para suprir esse equipamento, o que traria sobrecarga para o sistema elétrico da fábrica.

2. Gerente do Controle da Produção

Acha que o trabalho está longe de ser dos mais fáceis, por causa do arranjo físico (layout) da fábrica completamente saturado e congestionado, da diversidade das peças manufaturadas, da multiplicidade de operações pelas quais as peças têm de passar e principalmente devido ao enorme volume de produção. Os ajudantes de estocagem e os operadores de empilhadeiras passam por sessenta lugares diferentes ao mesmo tempo. Estamos ansiosos por ver a nova fábrica funcionando, para eliminar parte do congestionamento, de maneira que o pessoal do layout possa voltar a projetar um fluxo de produção decente. Agora, infelizmente, os problemas são enormes e difíceis de resolver. No último ano e meio, as animosidades existentes entre o nosso pessoal e o da Produção aumentaram sensivelmente. A Produção acusa-nos de não supervisionarmos corretamente o nosso pessoal e dizem que os operadores de empilhadeiras estão atrasando deliberadamente a produção, porque querem ganhar mais horas extras e, por isso, passam a maior parte do tempo na área de Manutenção trocando baterias desnecessariamente ao invés de transportar as peças. Não gostamos muito da idéia do Diretor-Geral a respeito de um programa de treinamento para nossos supervisores, pois não temos um minuto disponível para nos envolvermos com isto agora. O que realmente precisamos é conseguir algumas respostas sobre o arranjo físico e problemas reais de transporte que enfrentamos no momento. Quando as dificuldades com a Produção se desenvolveram pela primeira vez, conseguimos, junto à Manutenção, que todas as baterias das empilhadeiras fossem totalmente recarregadas durante os fins de semana, o que significou a admissão de mais uma pessoa na Manutenção para substituir mais rapidamente as baterias. De qualquer maneira, esta foi uma solução mais barata do que ter a Produção parada esperando as empilhadeiras substituindo suas baterias. Atualmente, o Controle de Produção tem à sua disposição cerca de sessenta e quatro empilhadeiras de 2.000 kg. Há cinco anos atrás desativamos os antigos recarregadores de baterias e montamos um novo sistema de carga alimentado por três conjuntos geradores diesel de 1.600 ampères na área de Manutenção, com 66 pos-

tos de carga e mais uma área de resfriamento de baterias. Também pedimos baterias adicionais para que cada empilhadeira tivesse pelo menos duas baterias à sua disposição. As baterias devem sofrer uma manutenção periódica e a empresa fabricante de baterias nos informou que a vida útil de cada bateria poderia ser prolongada por cinco anos e meio se elas fossem cuidadas adequadamente. O pessoal da Manutenção foi treinado

elo pessoal técnico da fabricante de baterias na utilização de procedimentos corretos para a sua manutenção. Normalmente utilizamos cinqüenta e cinco empilhadeiras de 2.000 kg nos primeiro e segundo turnos de produção e aproveitamos o terceiro turno para fazer os reparos necessários.

icamos todas as semanas esperançosos de que os problemas terminarão de uma vez por todas, porém, no final da terça-feira a Produção está reclamando que as peças não foram entregues a tempo. Temos seguro de alguns funcionários do segundo turno durante o terceiro turno e solicitado a alguns do primeiro turno que entrem mais cedo para colocar as peças em ordem para a Produção. Por esta razão, os nossos custos estão completamente desordenados: as horas extras não orçadas estão aumentando; os custos de substituição de baterias estão altos; a vida das baterias tem sido muito menor do que a estimada durante os últimos três anos; os custos de manutenção de baterias também estão altos; os operadores de empilhadeiras andam reclamando do excesso de trabalho e de horas extras e de que as baterias andam exalando fumos de ácido nocivos à sua saúde. Como se isto não bastasse, estão reclamando que os Feitores da Produção estão lhes dando ordens conflitantes, tentando fazê-los andar mais depressa do que a empilhadeira realmente consegue e se irritam quando uma empilhadeira precisa de uma bateria recarregada. Os operadores de empilhadeira "sentem" quando uma bateria precisa ser recarregada através do desempenho da máquina que dirigem. Dizem que não há baterias suficientes. Uma bateria adequadamente recarregada deve proporcionar oito horas de uso e, portanto, não deveria haver problemas neste aspecto. Porém, a superutilização das empilhadeiras provoca desgaste rápido das baterias: daí as filas de empilhadeiras esperando pela troca de bateria na área de Manutenção. O pessoal da área de Manutenção anda dormindo no trabalho pois não troca rapidamente as baterias. Talvez juntamente com os Gerentes da Produção e da Manutenção possamos resolver algumas coisas na reunião de hoje, após elaborarmos o programa de treinamento que o Diretor-Geral deseja.

3. Gerente da Manutenção

Por que temos de ajudar a elaborar um programa de treinamento com tantas outras coisas importantes a resolver? O nosso pessoal da área de trocas de baterias tem andado meio louco durante os últimos três anos, trocando baterias de empilhadeiras tão depressa quanto podem para não permitir demoras ou filas de empi-

lhadeiras. Estamos sem espaço físico disponível para estocar as baterias que não podem ser facilmente reparadas pelo nosso pessoal.

Pensamos que havíamos resolvido definitivamente o problema quando instalamos os postos de carga alimentados por geradores diesel e quando compramos duas baterias para cada empilhadeira e mais algumas extras.

Segundo nossos cálculos, isto permitiria um ciclo normal de 8 horas de utilização e mais 8 horas de carga, mais 8 horas de resfriamento, para uma utilização adequada das baterias.

Não estamos realmente interessados em elaborar um programa de treinamento, mas quando a reunião terminar, aproveitaremos a oportunidade para falar com os Gerentes da Produção e do Controle de Produção sobre o que deveria ser feito para manter as empilhadeiras rodando, pois elas estão vindo para trocas e reparos com muita frequência.

O pessoal da firma fornecedora que nos vendeu as baterias foi muito prestativo no treinamento do nosso

pessoal. Para trocar e reparar uma bateria levamos 7 minutos para retirá-la da empilhadeira e substituí-la

com uma já recarregada. É impossível manter o ciclo uso-carga-resfriamento para se prevenir de qualquer

dano às baterias e possíveis lesões aos operadores e outros empregados que as manuseiam, pois as baterias

recarregadas ou resfriadas inadequadamente liberam fumos de ácido em excesso e não duram o quanto deveriam durante a fase de utilização.

O nosso pessoal da área de baterias não remove a bateria do sistema de carga até que esta não tenha alcan-

ado o seu próprio índice final de carga. O sistema de carga tem um medidor que mostra o número total de

ampères e indica quando a quantidade cai a 4 ampères. A bateria estará completamente recarregada quando

ampères/horas de capacidade, conforme o gráfico

seguinte.

atingir 100

Multiplicar o número de ampères/horas da capacidade da bateria pela corrente de carga da bateria em qual-

quer hora (instante) para obter a corrente total absorvida na carga para qualquer bateria.

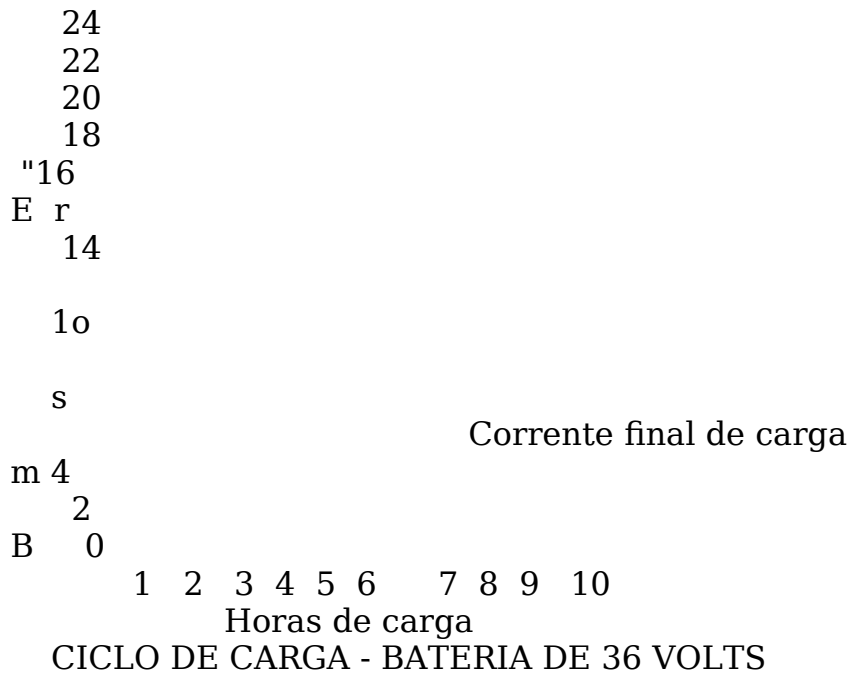
Com o aumento do número de empilhadeiras paradas para reparos no motor, suspeitamos de que os operadores estejam tentando levantar muito volume de peças de uma só vez.

O excesso de peso levantado está queimando os polos das baterias e levando-as a recargas mais frequentes.

Por várias vezes, temos ouvido os

Feitores da Produção pressionarem os

operadores de empilhadeiras a apanharem volumes maiores de peças.



4. Gerente de Recursos Humanos

Temos a responsabilidade pelo preenchimento da mão-de-obra necessária aos vários Departamentos da

Empresa, pelo estabelecimento e manutenção de vários planos de benefícios, pela administração de salários,

pela segurança e higiene da fábrica, pelo treinamento do pessoal e pelo Departamento Médico e Departamento de Relações Trabalhistas.

Esta manhã o Diretor-Geral nos pediu para marcar uma reunião com os gerentes da Produção, do Controle

da Produção e da Manutenção para elaborarmos em conjunto um programa de treinamento para a supervisão sobre "Disciplina e Motivação".

Ultimamente, temos nos defrontado com problemas de negligência de alguns Feitores da Produção em fazer

obedecer os procedimentos nas suas áreas de trabalho; reclamações de riscos de segurança devido a fumos de

ácido; o Departamento Médico tem dispensado por um ou mais dias os operadores que se apresentam com

sintomas de intoxicação; e reclamações sobre a qualidade da mão-de-obra admitida na firma durante os últimos anos.

Não acreditamos na necessidade de um programa de disciplina, uma vez que temos obtido considerável

sucesso nas tentativas de fazer com que os chefes de primeira linha resolvam os problemas de pessoal através

de aconselhamento e orientação ao invés da força e imposição. Motivação é uma das coisas que poderia ser

ensinada, mas a verba disponível em nosso orçamento para este tipo de

treinamento é insuficiente para con-
tratar qualquer consultoria externa em recursos humanos, pois o nosso
pessoal já está completamente sobre-
carregado com as incumbências do dia-a-dia.
De qualquer maneira, a reunião com os gerentes será uma ótima oportunidade
para discutirmos alguns
assuntos pendentes.

CASO ALFA S.A.

A Alfa S.A. é uma conhecida empresa metalúrgica que fabrica tanques e caldeiras
de aço
para o mercado industrial. Produz exclusivamente sob encomenda e de acordo com
as especificações e necessidades de cada cliente. Assim, cada produto apresenta especi-
ficações fe-
rentes, devendo ser projetado pelo Departamento Técnico, composto de
engenheiros e proje-
tistas, antes de iniciadas a fabricação e a montagem.
A Diretoria da Alfa S.A. é composta de:

Diretor-Presidente: Alfredo Batista de Campos

Diretor Financeiro: Eduardo Negreiros

Diretor Industrial: Oswaldo Leone

Oswaldo Leone é um engenheiro mecânico de 45 anos de idade, amigo íntimo
de Alfredo
Batista de Campos. Ambos têm muitos pontos de vista em comum como, por
exemplo,
de que nenhum operário é digno de confiança. Acha que os operários são vagabundos,
preguiçosos e espertalhões que precisam ser tratados com muita disciplina, controles e
supervisão
rígida, com o que não concorda Eduardo Negreiros, o Diretor Financeiro:
Eduardo é bacha-
rel em Administração pelas Faculdades São Judas Tadeu, tem 38 anos e é o único
diretor que
não tem participação acionária na empresa. Tem fama de ser o defensor dos
operários, desde
que era Assistente da Diretoria e, posteriormente, Gerente do Departamento de
Pessoal,
quando então tinha contatos frequentes com todos os empregados. Ao ser
nomeado Diretor
Financeiro foi incumbido da administração de uma empresa de serviços
subsidiária, locali-
zada no Rio de Janeiro. Há dois anos, retornou a São Paulo, como Diretor
Financeiro da
Alfa S.A., sediando-se na fábrica localizada em Santo Amaro. Rapidamente
renovou seus
contatos com os empregados, que sempre nutriram grande simpatia por ele.
Oswaldo Leone é mais novo de casa. Foi nomeado Diretor Industrial há pouco
menos
de dois anos, tendo antes trabalhado como Gerente de Produção de uma grande
indústria
têxtil. Logo que assumiu a direção industrial, Leone percebeu que existia na Alfa

um grande

número de pequenas turmas de trabalho, de 5 a 6 operários sob a chefia de um mestre, que também trabalhava diretamente na produção, em face do pequeno número de subordinados.

Cada turma trabalhava em um ou dois projetos de cada vez, passando a outros projetos

toda vez que faltava matéria-prima ou terminava a obra. As tarefas eram sempre não repeti-

tivas, envolvendo os operários em uma variedade de atividades da produção realizadas.

Leone achava que tal sistema dificultava o trabalho. Como cada turma era pequena, não dispunha de todos os especialistas (como serralheiros, mecâni-

cos, soldados etc.) necessários para executar totalmente o trabalho. Além disso, como as turnias gozavam de um excesso de autonomia na execução do trabalho, por indicação de Leone para o cargo de Diretor Industrial foi provocada pela aprovação

de um plano de ampliação da produção (na parte de tanques de solda). Após de produtos (envolvendo outros tipos de equipamentos industriais) 15 mais o número de operários elevou-se de 550 para 1.200. Assim, ao lado de empregados

("novatos"), passou a trabalhar um volume que na maioria tinham mais de 10 anos de firma os "estáveis" não viam com bons

me a chegada de novos empregados (os novatos) olho a crescente contratação de "novatos", a quem chamavam de "baianos" e a quem

criticavam acerbamente pela sua inexperiência no setor e pela sua capacidade de trabalho

ainda carente de treinamento. Um dos empregados "estáveis" chegou em certa ocasião a

reclamar ao Engº Leone: "Por que vocês contrataram tantos "baianos"? Nós podemos tra-

balhar muito mais e melhor. Leone passou a raciocinar que aquele desabafo significava que

os operários poderiam trabalhar muito mais. E não o faziam por falta de vontade de traba-

lhar e não por falta de trabalho.

Assim, Leone aproveitou a situação para aumentar o tamanho das turmas de produ-

ção, para 20 operários subordinados a um mestre, que não precisaria mais trabalhar direta-

mente na produção, mas apenas na supervisão. O planejamento e controle da produção fica-

ria totalmente a cargo do escritório e todas as tarefas passariam a ser escrupulosamente defi-

nidas, detalhadas e mensuradas em termos de tempo. O mestre teria todo o tempo disponível

para a disciplina, supervisão e controles sobre os seus operários. Como tal sistema havia

dado bons resultados na indústria têxtil onde trabalhara, Leone acreditava aumentar poder-

samente a eficiência dos operários e reduzir drasticamente os custos industriais de produção.

Leone tem fama de ser um administrador "duro" e voltado quase que exclusivamente

para os problemas técnicos de produção. Embora tenha ordenado um mínimo de medidas

disciplinares, como suspensões e demissões, mantém muita distância com relação aos operá-

rios e somente conversa com eles assuntos relacionados com o trabalho.

O novo sistema imposto por Leone não foi bem aceito pelos operários: os "estáveis"

consideravam o antigo sistema muito melhor e mais saudável. Assim, constituíram uma

pequena comissão para tratar de certas reivindicações com Leone, mas encontraram tanta

dificuldade em marcar uma entrevista que acabaram desistindo. O relacionamento entre a

administração da Alfa S.A. e os seus operários sempre foi relativamente bom, com alguns

altos e baixos de vez em quando. Porém, todos os problemas eram sempre resolvidos inter-

namente. A Diretoria da empresa, contudo, recebeu com espanto um manifesto do sindicato

dos operários, denunciando em termos violentos uma série de medidas erradas e injustas

tomadas pela Alfa S.A. contra os seus operários, acusando-a também de pagar salários bai-

xos, de propiciar condições péssimas de trabalho, de controlar rigidamente o pessoal e de

exigir uma produção acima do normal de cada um. Esse manifesto foi também distribuído

entre os operários e entre os sindicalizados empregados em outras empresas.

Eduardo Negreiros não se conformou com a forma e o conteúdo das acusações feitas.

Principalmente porque muitas acusações não eram corretas. Os salários da Alfa, por exem-

plo, sempre foram equiparados à média do mercado. As condições físicas de trabalho eram

relativamente satisfatórias. O sistema de trabalho era o mesmo desenvolvido sem problemas

por outras empresas. As exigências de produção eram baseadas em tempos-adrdes estima=

dos por cronometristas e cronoanalistas experientes. E por que os operários não vieram

reclamar diretamente conosco, que estamos mais próximos e que temos todas as condições

de resolver os seus problemas?

CAPÍTULO 4

TEORIA CLÁSSICA DA ADMINISTRAÇÃO

Objetivos Deste Capítulo

Mostrar os fundamentos da chamada Teoria Clássica da Administração.
Identificar a exagerada ênfase na estrutura da organização como base para o alcance da eficiência.
Definir os elementos da Administração e os princípios de Administração, como as bases do processo administrativo.
Identificar as limitações e restrições da Teoria Clássica dentro de uma apreciação crítica.

Enquanto Taylor e outros engenheiros americanos desenvolviam a chamada Administração Científica nos Estados Unidos, em 1916 surgia na França, espalhando-se rapidamente pela Europa, a chamada Teoria Clássica da Administração. Se a Administração Científica se caracterizava pela ênfase na tarefa realizada pelo operário, a Teoria Clássica se caracterizava pela ênfase na estrutura que a organização deveria possuir para ser eficiente. Na realidade, o objetivo de ambas as teorias era o mesmo: a busca da eficiência das organizações. Segundo a Administração Científica, essa eficiência era alcançada através da racionalização do trabalho do operário e no somatório da eficiência individual. Na Teoria Clássica, ao contrário, partia-se do todo organizacional e da sua estrutura para garantir eficiência a todas as partes envolvidas, fossem elas órgãos (como seções, departamentos etc.) ou pessoas (como ocupantes de cargos e executores de tarefas). A microabordagem ao nível individual de cada operário com relação à tarefa é enormemente ampliada ao nível da organização como um todo em relação à sua estrutura organizacional. A preocupação com a estrutura da organização como um todo constitui, sem dúvida, uma substancial ampliação do objeto de estudo da TGA. Fayol, um engenheiro francês, o fundador da Teoria Clássica da Administração, partiu de uma abordagem sintética, global e universal da empresa, inaugurando uma abordagem anatômica e estrutural que rapidamente suplantou a abordagem analítica e concreta de Taylor.

A OBRA DE FAYOL

Henri Fayol (1841-1925), o fundador da Teoria Clássica, nasceu em Constantinopla e faleceu em Paris, vivendo as conseqüências da Revolução Industrial e, mais tarde, da I Guerra Mundial.

Formou-se em engenharia de minas aos 19 anos e entrou para uma empresa metalúrgica e carbonífera onde desenvolveu toda a sua carreira. Aos 25 anos foi nomeado gerente das minas e aos 47 anos assumiu a gerência geral da "Compagnie Commantry Fourchambault et Decazeville", que então se achava em situação difícil. Sua administração foi muito bem sucedida. Em 1918 transmitiu a empresa ao seu sucessor, dentro de uma situação de notável estabilidade.

Fayol expôs sua Teoria de Administração em seu famoso livro *Administration Industrielle et Générale*, publicado em Paris em 1916, traduzido em 1926 para os idiomas inglês e alemão por iniciativa do "International Management Institute" de Genebra; e para o português em 1950, pela Editora Atlas de São Paulo. Os trabalhos de Fayol, antes de sua tradução para o inglês, foram bastante divulgados por Urwick e Gulick.

Fayol sempre afirmou que seu êxito se devia não só às suas qualidades pessoais, mas aos métodos que empregava. Exatamente como Taylor, Fayol empregou seus últimos anos de vida à tarefa de demonstrar que, com previsão científica e métodos adequados de gerência, resultados satisfatórios eram inevitáveis. Assim como nos Estados Unidos a Taylor Society foi fundada para divulgação e desenvolvimento da obra de Taylor, na França o ensino e o desenvolvimento da obra de Fayol deram motivo à fundação do Centro de Estudos Administrativos.

1. As Seis Funções Básicas da Empresa

Fayol parte da proposição de que toda empresa pode ser dividida em seis grupos, a saber:

1. Funções técnicas, relacionadas com a produção de bens ou de serviços da empresa.
2. Funções comerciais, relacionadas com a compra, venda e permutação.
3. Funções financeiras, relacionadas com a procura e gerência de capitais.
4. Funções de segurança, relacionadas com a proteção e preservação dos bens e das pessoas.
5. Funções contábeis relacionadas com os inventários, registros, balanços, custos e estatísticas.
6. Funções administrativas relacionadas com a integração de cúpula das outras cinco funções. As funções administrativas coordenam e sincronizam as demais funções da empresa, pairando sempre acima delas.

Henri Fayol, Administração Industrial e Geral, São Paulo, Ed. Atlas, 1950.

2 Lyndall Urwick, "The Functions of Administration with Special Reference to the Work of Henri Fayol"
apud Luther Gulick & Lyndall F. Urwick, Papers on the Science of Administration, cit.

3 Henri Fayol, Administração Industrial e Geral, cit., p. 7.

Alega Fayol que "nenhuma das cinco funções essenciais precedentes tem o encargo de formular o programa de ação geral da empresa, de constituir o seu corpo social, de coordenar os esforços e de harmonizar os atos. Essas atribuições não fazem parte da função técnica, nem da comercial, ou da financeira, ou da de segurança, nem da de contabilidade. Elas constituem uma outra função, designada habitualmente pelo nome de Administração".

2. Conceito de Administração

Para aclarar o que sejam as funções administrativas, Fayol define o ato de administrar como

sendo: prever, organizar, comandar, coordenar e controlar.

As funções administrativas englobam os elementos da Administração, isto é, as funções do administrador, a saber:

1. Prever visualizar o futuro e traçar o programa de ação.
2. Organizar constituir o duplo organismo material e social da empresa.
3. Comandar: dirigir e orientar o pessoal.
4. Coordenar: ligar, unir, harmonizar todos os atos e todos os esforços

coletivos.

5. Controlar: verificar que tudo ocorra de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas.

Estes são os elementos da Administração que constituem o chamado processo administrativo,

e que são localizáveis em qualquer trabalho do administrador em qualquer nível ou

área de atividade da empresa. Em outros termos, tanto o diretor, o gerente, o chefe, o super-

vi or, como o encarregado - cada qual em seu nível - desempenham atividades de previsão,

organização, comando, coordenação e controle, como atividades administrativas essenciais.

Para Fayol, as funções administrativas diferem claramente das outras cinco funções

essenciais. É necessário não confundi-las com direção. Dirigir é conduzir a empresa, tendo

em vista os fins visados e procurando obter as maiores vantagens possíveis de todos os recur-

sos de que ela dispõe; é assegurar a marcha das seis funções essenciais.

AS FUNÇÕES DA EMPRESA

A Administração não é senão uma das seis funções, cujo ritmo é assegurado pela direção. Mas ocupa tamanho lugar nas funções dos altos chefes que, às vezes, pode parecer que as funções administrativas estejam concentradas exclusivamente no topo da organização, o que não é verdade.

FUNÇÕES UNIVERSAIS DA ADMINISTRAÇÃO:

1. Previsão: envolve avaliação do futuro e provisionamento em função dele. Unidade, continuidade, flexibilidade e precisão são os aspectos principais de um bom plano de ação.
2. Organização: proporciona todas as coisas úteis ao funcionamento da empresa e pode ser dividida em organização material e organização social.
3. Comando: leva a organização a funcionar. Seu objetivo é alcançar o máximo retorno de todos os empregados no interesse dos aspectos globais.
4. Coordenação harmoniza todas as atividades do negócio, facilitando seu trabalho e seu sucesso. Ela sincroniza coisas e ações em suas proporções certas e adapta os meios aos fins.
5. Controle: consiste na verificação para certificar se todas as coisas ocorrem em conformidade com o plano adotado, as instruções transmitidas e os princípios estabelecidos. O objetivo é localizar as fraquezas e erros no sentido de retificá-los e prevenir a recorrência.

3. Proporcionalidade das Funções Administrativas

Para Fayol existe uma proporcionalidade da função administrativa, isto é, ela se reparte por todos os níveis da hierarquia da empresa e não é privativa da alta cúpula. Em outros termos, a função administrativa não se concentra exclusivamente no topo da empresa, nem é privativa dos diretores, mas é distribuída proporcionalmente entre todos os níveis hierárquicos. À medida que se desce na escala hierárquica, mais aumenta a proporção das outras funções

dá empresa e, à medida que se sobe na escala hierárquica, mais aumenta a extensão e o volume das funções administrativas.

Diz Fayol que, em todos os tipos de empresas, a capacidade essencial das pessoas situa-

das nos níveis inferiores é a capacidade profissional característica da empresa e a capacidade

essencial dos grandes chefes é a capacidade administrativa. Suas conclusões são as seguintes:

a) A capacidade principal de um operário é a capacidade técnica.

b) À medida que se eleva na escala hierárquica, a importância relativa da capacidade administrativa aumenta,

enquanto a da capacidade técnica diminui. A equivalência entre essas capacidades se estabelece ao nível

do terceiro ou do quarto grau da hierarquia.

c) A capacidade principal do diretor é a capacidade administrativa. Quanto mais elevado o nível hierárquico

do diretor mais essa capacidade domina.

d) As capacidades comerciais, financeira, de segurança e contabilidade têm máxima importância para os

agentes do 5º ou 6º grau hierárquico. À medida que se sobe, a importância relativa dessas capacidades,

no valor de cada categoria de agentes, diminui e tende a nivelar-se.

e) A partir do 4º ou 5º grau hierárquico, o coeficiente aumenta à custa das outras funções que diminuem.

Níveis Hierárquicos:

Mais altos

FUNÇÕES
ADMINISTRATIVAS:

- Prever
 - Organizar
 - Comandar
 - Coordenar
 - Controlar
- OUTRAS

FUNÇÕES

NÃO-ADMINISTRATIVAS

Mais baixos

A PROPORCIONALIDADE DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA NOS
DIFERENTES

NÍVEIS HIERÁRQUICOS DA EMPRESA

4. Diferença entre Administração e Organização

Ainda que reconhecendo o emprego da palavra Administração como sinônimo de organização, Fayol faz uma profunda distinção entre ambas as palavras. Para ele, Administração é um todo do qual a organização é uma das partes. O seu conceito amplo e compreensivo de Administração, como um conjunto de processos entrosados e unificados, abrange aspectos que a organização por si só não envolveria, tais como os da previsão, comando e controle. A organização abrange somente o estabelecimento da estrutura e da forma, sendo, portanto, estática e limitada. A partir daqui, a palavra organização passa a ser usada com dois significados diferentes :

1. Organização como uma unidade ou entidade social, na qual as pessoas interagem entre si para alcançar objetivos específicos. Neste sentido, a palavra organização denota qualquer empreendimento humano moldado intencionalmente para atingir determinados objetivos. As empresas constituem um exemplo de organização social.

Dentro deste ponto de vista, a organização pode ser visualizada sob dois aspectos:

a) Organização formal é a organização baseada em uma divisão do trabalho racional, na diferenciação e integração dos participantes de acordo com algum critério estabelecido por aqueles que detêm o processo decisório. É a organização planejada: a que está no papel. É geralmente aprovada pela Direção e comunicada a todos através de manuais de organização; de descrições de cargos, de organogramas, de regras e regulamentos etc. Em outros termos, é a organização formalizada oficialmente.

b) Organização informal: é a organização que emerge espontânea e naturalmente entre as pessoas que ocupam posições na organização formal e a partir dos relacionamentos como ocupantes de cargos. Forma-se a partir das relações de amizade (ou de antagonismo) e do surgimento de grupos informais que não aparecem no organograma ou em qualquer outro documento formal. Assim, a organização informal é constituída de interações e relacionamentos sociais entre as pessoas,

dotadas em certas posições da organização formal. A organização informal surge a partir das relações e interações impostas pela organização formal para o desempenho dos cargos.

2. Organização como função administrativa e parte do processo administrativo (como a previsão, o comando, a coordenação e o controle). Neste sentido, organização significa o ato de organizar, estruturar e integrar os recursos e os órgãos incumbidos de sua administração e estabelecer relações entre eles e atribuições de cada um deles.

5. Princípios Gerais de Administração para Fayol

A ciência da Administração, como toda ciência, deve se basear em leis ou em princípios.

Fayol tentou também definir os "princípios gerais" de Administração, sistematizando-os muito bem, embora sem muita originalidade, porquanto os coletou de diversos autores de sua época. Como a função administrativa restringe-se somente ao pessoal, isto é, ao corpo social, é necessário um certo número de condições e regras, a que se poderia dar o nome de princípios, para assegurar o seu bom funcionamento. Fayol adota a denominação princípio, afastando dela qualquer idéia de rigidez, porquanto nada existe de rígido ou de absoluto em matéria administrativa. Tudo em Administração é questão de medida, de ponderação e de bom senso. Tais princípios, portanto, são maleáveis e adaptam-se a qualquer circunstância, tempo ou lugar.

Os Princípios Gerais da Administração segundo Fayol são :

PRINCÍPIOS UNIVERSAIS DE FAYOL:

1. Divisão do trabalho consiste na especialização das tarefas e das pessoas para aumentar a eficiência.
2. Autoridade e responsabilidade: autoridade é o direito de dar ordens e o poder de esperar obediência; a responsabilidade é uma consequência natural da autoridade. Ambas devem estar equilibradas entre si.
3. Disciplina: depende da obediência, aplicação, energia, comportamento e respeito aos acordos estabelecidos.
4. Unidade de comando: cada empregado deve receber ordens de apenas um superior. É o princípio da autoridade única.

5. Unidade de direção: uma cabeça e um plano para cada grupo de atividades que tenham o mesmo objetivo.
6. Subordinação dos interesses individuais aos interesses gerais: os interesses gerais devem sobrepor-se aos interesses particulares.
7. Remuneração do pessoal: deve haver justa e garantida satisfação para os empregados e para a organização em termos de retribuição.
8. Centralização: refere-se à concentração da autoridade no topo da hierarquia da organização.
9. Cadeia escalar: é a linha de autoridade que vai do escalão mais alto ao mais baixo. É o princípio do comando.
10. Ordem: um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar. É a ordem material e humana.
11. Equidade: amabilidade e justiça para alcançar lealdade do pessoal.
12. Estabilidade e duração (num cargo do pessoal: a rotação tem um impacto negativo sobre a eficiência da organização. Quanto mais tempo uma pessoa permanecer num cargo, tanto melhor.
13. Iniciativa: a capacidade de visualizar um plano e assegurar seu sucesso.
14. Espírito de equipe: harmonia e união entre as pessoas são grandes forças para a organização.

TEORIA DA ORGANIZAÇÃO

1. Administração como Ciência

Todos os autores da Teoria Clássica são unânimes em afirmar que se deve estudar e tratar a organização e a Administração cientificamente, substituindo o empirismo e a improvisação por técnicas científicas. Pretendia-se elaborar uma Ciência da Administração. Fayol já afirmara a possibilidade e mesmo a necessidade de um ensino organizado e metódico da Administração, de caráter geral para formar melhores administradores, a partir de suas aptidões e qualidades pessoais. Na sua época, essa idéia era uma novidade. Sua posição era a de que, sendo a Administração uma ciência como as demais, o seu ensino nas escolas e universidades era plenamente possível e necessário.

A Teoria Clássica põe exagerada ênfase na estrutura ao tratar da Administração e da organização.

2. Teoria da Organização

A Teoria Clássica concebe a organização como se fora uma estrutura. E a maneira de conce-

ber a estrutura organizacional é bastante influenciada pelas concepções antigas de organiza-

ção (como a organização militar e a organização eclesiástica) tradicionais, rígidas e hierar-

quizadas. Neste aspecto, a Teoria Clássica não se desligou totalmente do passado'. Embora

tenha contribuído enormemente para tirar a organização industrial do caos primitivo que

enfrentava desde o início deste século, em decorrência da Revolução Industrial, a Teoria

Clássica pouco avançou em termos de teoria da organização.

Para Fayol, a organização abrange somente o estabelecimento da estrutura e da forma,

sendo, portanto, estática e limitada.

Mooney, considerado o inovador da Teoria da Organização, fez um levantamento

histórico das estruturas de organização, procurando localizar nas estruturas militares e na

estrutura eclesiástica as origens da moderna estrutura industriais. Para Mooney, "a organi-

zação é a forma de toda associação humana para a realização de um fim comum. A técnica

de organização pode ser descrita como a técnica de correlacionar atividades específicas ou

funções num todo coordenado"⁹. Daí a importância que assume a coordenação. Para Moo-

ney, como para Fayol e Urwick (este, principalmente), a organização militar é o modelo do

comportamento administrativo.

Assim, a preocupação com a estrutura e com a forma da organização marca a essência

da Teoria Clássica.

Os principais aspectos da Teoria da Organização para Fayol são tratados por alguns de

seus princípios gerais de Administração a saber:

a) Divisão do trabalho' é o princípio da especialização necessária à eficiência na utilização das pessoas.

Consiste na designação de tarefas específicas a cada uma das partes da organização.

b) Autoridade e responsabilidade: a autoridade é o poder derivado da posição ocupada pela pessoa (auto-

ridade própria!) e deve ser combinada com a inteligência, experiência, valor moral da pessoa (autoridade pessoal).

c) Unidade de comando: uma pessoa deve receber ordens de um e apenas um único superior. É o princípio da autoridade única.

d) Unidade de direção'. É o princípio segundo o qual cada grupo de atividades que tem o mesmo objetivo,

deve ter um só chefe e um só plano.

e) Centralização: refere-se à concentração da autoridade no topo da hierarquia da organização.

f) Hierarquia ou cadeia escalonada deve haver uma linha de autoridade do escalão

mais alto ao escalão mais

baixo da organização. Toda ordem passa por todos os escalões intermediários até chegar ao ponto onde

deve ser executada: é a cadeia escalar ou princípio escalar.

A Teoria Clássica concebe a organização em termos de estrutura, forma e disposição

das partes que a constituem, além do inter-relacionamento entre essas partes. Restringe-se

apenas aos aspectos da organização formal.

CADEIA DE COMANDO E CADEIA ESCALAR DE FAYOL

Para a Teoria Clássica, os aspectos organizacionais são analisados de cima para baixo

(da direção para a execução) e do todo para as partes (da síntese para a análise), exatamente

ao contrário da abordagem da Administração Científica.

3. Divisão do Trabalho e Especialização

A organização deve caracterizar-se por uma divisão do trabalho claramente definida. Para !

Gulick "a divisão do trabalho constitui a base da organização; na verdade, é a própria

razão da organização "o. A divisão do trabalho conduz à especialização e à diferenciação das

tarefas, ou seja, à heterogeneidade. A ideia básica era a de que as organizações com elevada

divisão do trabalho seriam mais eficientes do que aquelas com pouca divisão do trabalho.

Enquanto a Administração Científica se preocupava com a divisão do trabalho no nível do

operário fragmentando as tarefas deste, a Teoria Clássica se preocupava com a divisão ao

nível dos órgãos que compõem a organização, isto é, com os departamentos, divisões,

seções, unidades etc. Porém, para a Teoria Clássica, a divisão do trabalho pode dar-se em

duas direções, a saber:

a Verticalmente, segundo os níveis de autoridade e responsabilidade (como na escala hierárquica de Fayol

) ou no princípio escalar de Mooney) definindo os diferentes escalões da organização que detêm diferentes

níveis de autoridade. Esta aumenta à medida que se sobe na hierarquia da organização. A ideia básica era

a de que as organizações com linha de autoridade rigidamente especificada seriam mais eficientes do que aquelas com linhas de autoridade menos rigidamente especificadas. É a hierarquia que define a graduação

to Luther Gulick, Papers on the Science of Administration, cit., p. 3.

das responsabilidades, não de acordo com as diferentes funções, mas conforme os diferentes graus de autoridade. Em toda organização deve haver uma escala hierárquica de autoridade (princípio escalar ou cadeia escalar). Daí a denominação autoridade de linha para significar a autoridade de comando e hierárquica de um superior sobre um subordinado.

b) Horizontalmente, segundo os diferentes tipos de atividades desenvolvidas na organização (como na especialização de Fayol ou no princípio de homogeneidade de Gulick). Num mesmo nível hierárquico, cada departamento ou seção passa a ser responsável por uma atividade específica e própria.

Urwick salienta melhor essas duas formas de divisão do trabalho ao enunciar: "em

uma organização, o agrupamento de atividades se processa sempre em dois sentidos contrá-

rios: um, em que as linhas divisórias são verticais, indicando tipos ou variedades de atividades,

des, e outro no qual as linhas delimitadoras são horizontais, indicando níveis de autoridade.

É impossível definir qualquer atividade, precisamente, em qualquer organização, sem enquadrá-la

nesses dois sentidos, da mesma maneira que é impossível fixar um ponto num mapa

ou numa carta a não ser em termos de suas coordenadas ' ' ' ' .

Ao falar sobre a divisão do trabalho no sentido horizontal, Gulick afirma que a divisão

dos órgãos que compõem a estrutura da empresa deve ser feita através de um esquema que

assegure a homogeneidade e equilíbrio: a departamentalização. A departamentalização

refere-se à especialização e desdobramento horizontal da organização. Gulick salienta que a

homogeneidade na organização é obtida quando são reunidos, na mesma unidade, todos os

que estiverem executando o mesmo trabalho, pelo mesmo processo, para a mesma clientela,

no mesmo lugar. "Quando qualquer um desses quatro fatores -função, processo, clientela,

localização - varia, torna-se necessária uma seleção para determinar a qual deles se deve dar

precedência, na delimitação do que é e do que não é homogêneo e, portanto, combinável."2

A homogeneidade é obtida através da departamentalização por função exercida, por pro-

cesso, por clientela ou por localização geográfica. De acordo com este princípio da homoge

neidade Gulick achava possível departamentalizar qualquer tipo de organização. A idéia básica era a de que quanto melhor departamentalizada uma organização tanto mais eficiente ela será.

4. Coordenação

Fayol incluía a coordenação como um dos elementos da Administração, enquanto outros autores clássicos a incluíram dentre os princípios de Administração. Para Fayol, a coordenação é a reunião, a unificação e a harmonização de toda a atividade e esforço, enquanto para Gulick, se a subdivisão do trabalho é indispensável, a coordenação é obrigatória. Para Mooney, a coordenação é a distribuição ordenada do esforço do grupo, a fim de obter unidade de ação na consecução de um fim comum. A coordenação deve ser baseada numa realidade comum de interesses. A coordenação indica que há um alvo ou objetivo a alcançar e que deve guiar os atos de todos.

A pressuposição básica era a de que quanto maior a organização e quanto maior a divisão do trabalho, tanto maior será a necessidade de coordenação, para assegurar a eficiência da organização como um todo.

5. Conceito de Linha e de Staff

Fayol se interessou muito pela chamada organização linear, que constitui um dos tipos mais simples de organização. A organização linear se baseia nos princípios de:

- a) Unidade de comando ou supervisão única: cada indivíduo tem apenas um único e exclusivo chefe.
- b) Unidade de direção: todos os planos devem se integrar a planos maiores que conduzam aos objetivos da organização.
- c) Centralização da autoridade: toda autoridade máxima de uma organização deve estar concentrada no seu topo.
- d) Cadeia escalar: a autoridade deve estar disposta em uma hierarquia, isto é, em escalões hierárquicos, de maneira que um nível hierárquico inferior deve estar sempre subordinado ao nível hierárquico imediatamente superior (autoridade de comando).

Essa organização linear, como veremos em capítulos posteriores, apresenta uma forma típica piramidal. Nela ocorre a supervisão linear (ou autoridade linear),

baseada na

unidade de comando e que é o oposto da supervisão funcional proposta por Taylor na Administração Científica. Fayol e seus seguidores discordam profundamente da supervisão funcional! por acharem que ela constitui uma negação da unidade de comando, princípio vital

para a perfeita coordenação das atividades da organização. Na organização linear, os órgãos

de linha, ou seja, os órgãos que compõem a organização, seguem rigidamente o princípio

escalar (autoridade de comando). Porém, para que os órgãos de linha possam se dedicar

exclusivamente às suas atividades especializadas, tornam-se necessários outros órgãos

prestadores de serviços especializados estranhos às atividades, dos órgãos de linha. Esses

prestadores de serviços - denominados órgãos de staff ou de assessoria - fornecem órgãos de linha serviços, conselhos, recomendações, assessoria e consultoria, que estes

órgãos não têm condições de prover por si próprios. Tais serviços e assessoria não podem ser

impostos obrigatoriamente aos órgãos de linha, mas simplesmente oferecidos. Assim, os

órgãos de "staff" não obedecem ao princípio escalar nem possuem autoridade de comando

em relação aos órgãos de linha. Sua autoridade - chamada autoridade de "staff" - é simplesmente autoridade de especialista e não autoridade de comando.

Assim, os órgãos de "staff" não obedecem ao princípio escalar nem possuem autoridade de comando

em relação aos órgãos de linha. Sua autoridade - chamada autoridade de "staff" - é simplesmente autoridade de especialista e não autoridade de comando.

Assim, os órgãos de "staff" não obedecem ao princípio escalar nem possuem autoridade de comando

em relação aos órgãos de linha. Sua autoridade - chamada autoridade de "staff" - é simplesmente autoridade de especialista e não autoridade de comando.

ELEMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO

Ao definir o que é Administração, Fayol implicitamente definiu os elementos que compõem

a Administração: previsão, organização, comando, coordenação e controle. Esses cinco elementos

constituem as chamadas funções do administrador. Contudo, os seguidores de Fayol

não aceitaram os elementos da Administração tais como o velho mestre afirmara. Cada

autor clássico define de modo ligeiramente diferente os elementos da Administração, mas

não se afastam muito da concepção fayoliana.

1. Elementos da Administração para Urwick

Os elementos da Administração segundo Urwick, ou seja, as funções do administrador, são

exatamente os propostos por Fayol. Todavia, Urwick os desdobra em sete elementos, a

saber :

- a) investigação;
- b) previsão;
- c) planejamento;
- d) organização;
- e) coordenação;
- f) comando.
- g) controle.

No fundo, Urwick nada mais fez do que desdobrar o primeiro elemento de Fayol, a previsão, em três fases distintas (investigação, previsão e planejamento) para melhor esclarecimento.

Os elementos da Administração constituem, para Urwick, a base de uma boa organização, uma vez que uma empresa não pode ser desenvolvida em torno de pessoas, mas da sua organização⁶. Um esquema lógico de organização deve estar baseado em princípios que tenham prioridade sobre pessoas e que sejam assentados a longo prazo.

2. Elementos da Administração para Galick

Luther Gulick, considerado o autor mais erudito da Teoria Clássica, propõe sete elementos da Administração como as principais funções do administrador":

- a) planejamento (planning);
- b) organização (organizing);
- c) assessoria (staffing);
- d) direção (directing);
- e) coordenação (coordinating) ;
- f) informação (reporting);
- g) orçamento (budgeting) .

As palavras em inglês (planning, organizing, staffing, directing, coordinating, reporting e budgeting) formam o acróstico POSDCORB, que Gulick utilizava para melhor memorizar os elementos da Administração. Para Gulick, o significado de cada um dos elementos é o seguinte:

Planejamento é a tarefa de traçar as linhas gerais das coisas que devem ser feitas e dos métodos de fazê-las, a fim de atingir os objetivos da empresa.

Organização é o estabelecimento da estrutura formal de autoridade, através da qual as subdivisões de trabalho

são integradas, definidas e coordenadas para o objetivo em vista.

Assessoria é a função de preparar e treinar o pessoal e manter condições favoráveis de trabalho.

Direção é a tarefa contínua de tomar decisões e incorporá-las em ordens e instruções específicas e gerais, e ainda a de funcionar como líder da empresa.

Coordenação é o dever de estabelecer relações entre as várias partes do trabalho.

Informação (ou relato) é o esforço de manter informados, a respeito do que se passa, aqueles perante quem o

chefe é responsável; esforço que pressupõe naturalmente a existência de registros, documentação, pesquisa e inspeções.

Orçamento é a função inclusiva de tudo o que diz respeito à elaboração, execução e fiscalização orçamentárias, ou seja, o plano fiscal, a contabilidade e o controle.

Nos elementos da Administração (POSDCORB), Gulick enumera o planejamento,

organização, comando e coordenação mencionados por Fayol. Porém, os elementos staff

planning, reporting e budgeting são aparentemente novos. Na realidade, a organização para Fayol

implica a constituição do duplo organismo material e social da empresa, o que contém o staff

Níveis da administração	Processos
Nível de direção	envolvidos
	Planejamento
	Organização
Nível de departamento	
	Assessoramento
Nível de divisão	Direção
	Coordenação
Nível de setor	
	Informação
Nível de seção	Orçamento

OS PROCESSOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERAGEM HORIZONTALMENTE E VERTICALMENTE

Adequado de: Chester Barnard, *Organization and Management: Theory and Practice*, Washington

The American University Press, 1955, p. 61.

Plano de Gulick. O reporting participa da previsão e do controle de Fayol, simultaneamente,

porquanto a fase preliminar da previsão se assenta na pesquisa e documentação, e a fase do

controle envolve a apresentação de dados e relatórios para a autoridade superior. O budgeting,

na concepção moderna, é um instrumento, tanto de planejamento e previsão, quanto

de controle.

A proposição fayoliana foi alterada por Urwick (investigação, previsão, planejamento, organização, coordenação, comando e controle) e por Gulick (POSDCORB). Outros autores neoclássicos, como veremos no capítulo dedicado à Teoria Neoclássica, retomaram o assunto e fizeram outras proposições aceitas na atualidade. Hoje em dia, os elementos da Administração tomados em seu conjunto formam o chamado processo administrativo que será abordado no decorrer da Teoria Neoclássica.

PRINCÍPIOS DE ADMINISTRAÇÃO

Para os autores clássicos não bastava simplesmente enunciar os elementos da Administração que serviriam como base para as funções do administrador. Era preciso ir além e estabelecer as condições e normas dentro das quais as funções do administrador deveriam ser aplicadas e desenvolvidas. O administrador deve obedecer a certas normas ou regras de comportamento, isto é, a princípios gerais que lhe permitam bem desempenhar as suas funções de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar. Daí surgirem os chamados princípios gerais de Administração ou simplesmente princípios de Administração, desenvolvidos por quase todos os autores clássicos, como normas ou leis capazes de resolver os problemas organizacionais. Contudo, a colocação dos princípios mostra algumas divergências entre os autores clássicos. Fayol chegou a coletar cerca de quatorze princípios. Os demais autores são certamente menos ambiciosos e propõem uma quantidade gratificadamente menor, como veremos a seguir.

1. Princípios de Administração para Urwick

Urwick foi um autor que promoveu divulgar os pontos de vista dos autores clássicos de sua época. Quatro princípios de Administração foram propostos por Urwick's:

a) Princípio da especialização: uma pessoa deve preencher uma só função o quanto for possível, o que determina uma divisão especializada do trabalho. Este princípio dá origem à organização de linha, à de staff e à funcional. A coordenação das especializações, segundo Urwick, deve ser efetuada por especialistas de

sraff

b) Princípio de autoridade: deve haver uma linha de autoridade claramente definida, conhecida e reconhe-

cida por todos, desde o topo da organização até cada indivíduo da base.

c) Princípio da amplitude administrativa: este princípio (span of control) salienta que cada superior não

deve ter mais do que um certo número de subordinados. O superior não tem apenas pessoas para supervi-

e Lyndall F. Urwick, *The Elements of Administration*, cit.

...sionar, mas também e principalmente as relações entre as pessoas que supervisionar. O número de subordinados que cada superior pode ter varia enormemente segundo o nível dos cargos e a natureza dos outros cargos devem ser uniformes.

2. A CRÍTICA DA TEORIA CLÁSSICA A APPRECIATION

As críticas à Teoria Clássica são numerosas, contundentes e generalizadas. Todas as demais outras Teorias da Administração se preocuparam em apontar falhas, distorções e omissões nessa abordagem que representou durante algumas décadas o paradigma que serviu de modelo para as organizações. Na tentativa de uma facilitação didática classificamos abaixo algumas das principais críticas atribuídas à Teoria Clássica:

1. Abordagem Simplificada da Organização Formal

Todos os autores clássicos concebem a organização apenas em termos lógicos, formais, rígidos e abstratos, sem considerar o seu conteúdo psicológico e social com a devida importância. Restringem-se apenas à organização formal, estabelecendo esquemas lógico-formais e preestabelecidos, segundo os quais todas as organizações devem ser construídas e aos quais todas devem obedecer. Neste sentido são todos prescritivos e normativos: como o administrador deve conduzir-se em todas as situações através do processo administrativo e quais os princípios que deve seguir para obter a máxima eficiência. A preocupação com as relações humanas é fundamental.

A ABORDAGEM PRESCRITIVA E NORMATIVA DA TEORIA CLÁSSICA

A preocupação com a estrutura da organização constitui uma substancial

ampliação do

objeto de estudo da TGA. A microabordagem ao nível individual de cada operário com relação à tarefa é enormemente ampliada ao nível da empresa como um todo em relação à sua estrutura organizacional.

2. Ausência de Trabalhos Experimentais

A Teoria Clássica pretendeu elaborar uma Ciência da Administração, para estudar e tratar a organização e a Administração cientificamente, substituindo o empirismo e a improvisação por técnicas científicas. Porém, como Taylor, Fayol fundamenta seus conceitos na observação e no senso comum. Seu método é empírico e concreto, baseado na experiência direta e no pragmatismo.

Em outros termos, os autores clássicos se caracterizam pela ausência de método rigoroso-

samente científico. March e Simon consideram a falta mais grave dessa abordagem o fato

de seus autores não confrontarem a teoria com elementos de prova: as afirmações dos autores

clássicos se dissolvem quando postas em experimentação. O fato de denominarem princípios

a muitas das suas proposições é criticado hoje em dia como um procedimento muito

presunçoso dos autores da época. Costumavam caracterizar as ideias mais importantes

como princípios, o que provocou muitas críticas, pois o princípio utilizado como sinônimo

de lei deve, como esta, envolver um alto grau de regularidade e consistência, permitindo

razoável previsão na sua aplicação, tal como acontece nas outras ciências. Beatriz M. S.

Wahrlich salienta que Fayol, "com os seus princípios de Administração, complementados

pelo estudo dos elementos da Administração, lançou as bases para uma concepção teórica do

assunto. Muitos de seus princípios resistem melhor à crítica do que outros sugeridos mais

tarde, por outros componentes do grupo; tanto assim que vários dos seus princípios soam

hoje como truismos". A mesma autora acrescenta: "seus princípios da Administração,

contudo, carecem de apresentação metódica; muitas vezes apresenta-se muito enfático e

mesmo dogmático em seus esforços para provar o acerto de suas opiniões".

Em resumo, falta comprovação científica para as afirmações dos autores clássicos.

3. O Extremo Racionalismo na Concepção da Administração

Os autores clássicos se preocupam demasiado com a apresentação racional e lógica das suas proposições, sacrificando mesmo a clareza das suas idéias. O abstracionismo e o formalismo são criticados intensamente por levarem a análise da Administração à superficialidade, á

supersimplificação e à falta de realismo⁵. Também o fato da insistência sobre a concepção da Administração com um conjunto de princípios universalmente aplicáveis tem provocado a denominação Escola Universalista⁶, enquanto outros, pelo seu espírito pragmático e utilitarista, têm preferido a denominação Teoria Pragmática⁷. O pragmatismo de seu sistema leva-o a apelar à experiência direta e não representativa para obter soluções aplicáveis de modo imediato⁸.

O racionalismo da Teoria Clássica visa a eficiência do ponto de vista técnico e econômico; em outros termos, a organização é um meio para atingir a eficiência máxima sob o aspecto técnico e econômico. Daí a visão anatômica da organização em termos de organização formal apenas, isto é, a síntese dos diferentes órgãos que compõem a estrutura organizacional, suas relações e suas funções dentro do todo, que assegurem a máxima eficiência.

4. Teoria da Máquina' '

Alguns autores modernos denominam a Teoria Clássica de teoria da máquina exatamente pelo fato de seus autores considerarem o comportamento mecânico de uma máquina: a determinadas ações ou causas decorrerão certamente determinados efeitos ou conseqüências dentro de alguma correlação razoável. A organização deve ser arranjada tal como uma máquina.

Os modelos administrativos Taylor-Fayol correspondem à divisão mecânica do trabalho, em que o parcelamento de tarefas é a mola do sistema. Daí ser importante nesse sistema que o operário saiba muito a respeito de pouca coisa.

Essa abordagem mecânica, lógica e determinística da organização foi o fator principal que conduziu erradamente os clássicos à busca de uma ciência da Administração.

5. Abordagem Incompleta da Organização

Como aconteceu com a Administração Científica, também a Teoria Clássica somente se

preocupou com a organização formal, descuidando-se completamente da organização infor-

mal. A preocupação com a forma, a ênfase na estrutura, obviamente levou a exageros.

A chamada teoria da organização formal realmente não ignorava os problemas huma-

nos da organização, porém não conseguiu dar um tratamento sistemático à interação entre

as personalidades e os grupos informais, nem aos conflitos intra-organizacionais; nem ainda

ao processo decisório⁹. Apesar dessa limitação aos aspectos formais, "isto não quer dizer

que a Teoria Clássica esteja completamente errada ou tenha que ser totalmente substituída.

Quer dizer que, em certas circunstâncias (...) tratar uma organização como sililples mecanis-

mo produz resultados não previstos pela Teoria Clássica"o. Em outros termos, a abordagem

está exageradamente simplificada e incompleta, pois não considera o comportamento huma-

no dentro da organização. Mesmo Urwick e Gulick, quando escreveram suas obras, já

conheciam as primeiras informações a respeito da experiência de Hawthorne, que inaugurou

a abordagem que trata da importância das relações humanas e do componente humano

dentro das organizações. Porém, preferiram manter a posição ortodoxa da Teoria Clássica.

Pfiffner" referindo-se a Gulick salienta que "o criador do POSDCORB preferiu ignorar as

novas tendências, ficando com a corrente tradicionalista que, muito embora tomasse em

consideração o fator humano, não o fazia como um dos elementos fundamentais para a

uer a encaremos como atividade, quer a encaremos como disciplina" .
Administração, q e forma da organização

Essa preocupação exclusiva com a estrutura caracteriza a abordagem anatômica típica da Teoria Clássica: o estudo da organização do ponto de vista de sua anatomia.

6. abordagem de Sistema Fechado

Da mesma forma como ocorreu na Administração Científica, a Teoria Clássica trata a orga-

nização como se ela fosse um sistema fechado, composto de algumas poucas variáveis perfei-

tamente conhecidas e previsíveis e de alguns poucos aspectos que podem ser manipulados através de princípios gerais e universais de Administração. Contudo, salienta Wadia que, apesar de todas as críticas, a Teoria Clássica "é a abor- da em mais amplamente utilizada para treinamento em Administração . . . Ela é especialmente indicada para o treinamento de neófitos. Para aqueles que estejam se iniciando no desafiante cam o da Administração, permite uma abordagem sistemática no campo. Também para o ma seio de tarefas administrativas rotineiras, a abordagem clássica dissecar o trabalho gerencial em categorias facilmente compreensíveis e úteis . Os princípios proporcionam guias gerais e permitem ao neófito gerente manipular os deveres do dia a dia do seu trabalho com confian a. Mantendo essa filosofia dos fatores básicos da Administração, a escola clássica permite uma aborda em contínua ao campo. Sem mudar sua base, ela absorve novos ele- rr32 mentos como fatores adicionais em sua filosofia .

SUMÁRIO

O pioneiro da Teoria Clássica, Henri Fayol, é considerado, juntamente com Taylor, um dos fundadores da moderna Administração. Preocupou-se em definir as funções básicas da em- presa, o conceito de Administração (prever, organizar, comandar, coordenar e controlar), bem como os chamados princípios gerdis de Administração como procedimentos universais a serem aplicados a qualquer tipó de organização ou empresa. Para Fayol existe uma propor- cionalidade da função administrativa que se reparte proporcionalmente por todos os níveis da empresa. A Teoria Clássica formulou uma Teoria da Organização , tendo por base a Administra- ão como uma ciência. A ênfase na estrutura faz com que a organização seja entendida como uma disposição das partes (órgãos) que a constituem, ú f lu ment à organ zação fo entre essas partes. Essa teoria da organização restringe mal. Para tratar racionalmente a organização, esta deve se caracterizar or uma divisão dc trabalho e eorrespondente especialização das partes (órgãos) que a constituem. A divisão do trabalho pode dar-se verticalmente (níveis de autoridade) e horizontalmente (departamenta- lização). Porém, à medida que ocorre divisão do trabalho e especialização, deve ocorrer

coordenação para garantir a perfeita harmonia do conjunto e, conseqüentemente, a eficiência da organização. Além do mais, existem órgãos de linha (autoridade linear) e órgãos de staff (autoridade de "staff" para prestação de serviços e consultoria).

Para melhor conceituar o que é Administração, os autores lançam mão dos elementos da Administração (ou funções do administrador).

A abordagem normativa e prescritiva da Teoria Clássica é melhor visualizada através dos princípios de Administração, uma espécie de receituário de como o administrador deve proceder em determinadas situações.

Entretanto, várias críticas podem ser atribuídas à Teoria Clássica: a abordagem extremamente simplificada da organização formal, deixando de lado a organização informal, a ausência de trabalhos experimentais capazes de dar base científica às suas afirmações e princípios, o mecanicismo de sua abordagem que também lhe valeu o nome de teoria da máquina, a abordagem incompleta da organização e a visualização da organização como se esta fosse um sistema fechado. Contudo, todas as críticas feitas à Teoria Clássica não chegam a empanar o fato de que a ela devemos as bases da moderna teoria administrativa.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Quais as funções básicas da Empresa, para Fayol?
2. Como o conceito de Administração para Fayol e a função administrativa.
3. Comente os princípios gerais de Administração para Fayol.
4. Qual a diferença entre Administração e organização?
5. Defina a Administração como ciência, para Fayol.
6. Defina a Teoria da Organização.
7. O que é coordenação?
8. Defina o conceito de linha e de "staff".
9. Comente os elementos de Administração para Urwick.
10. Comente os elementos de Administração para Gulick.
11. Defina os princípios de Administração segundo Urwick.
12. O que significa a abordagem simplificada da organização formal?
13. Explique o racionalismo na concepção da Administração.
14. O que é "teoria da máquina"?
15. O que significa abordagem de sistema fechado?

CA O FUNDAÇÃO RIO NEGRO

A Fundação Rio Negro é uma empresa cujo ramo de atividade é a produção e venda de equipamentos e maquinarias para fundição. É uma empresa de médio porte, cuja diretoria se compõe de:

Diretor-Presidente: Alberto dos Santos Novaes

Diretor Comercial: Júlio Siqueira Campos
Diretor Industrial: Marcos Roberto Magalhães

Alberto dos Santos Novaes é uma pessoa desinteressada completamente pelos problemas da empresa, deixando isso a cargo dos outros diretores. Não se preocupa nem com os operários nem com o trabalho. É o acionista majoritário da empresa, importando-se apenas com sua situação financeira e com seu status social.

Júlio Siqueira Campos está ligado aos setores de Produção (peças prontas para serem vendidas) e Vendas. Ficam a seu cargo as comissões sobre as vendas próprias e dos outros vendedores, no que tem demonstrado excesso de interesse, pois solicita mensalmente o custo dos equipamentos, peças e acessórios, para posterior ajuste no preço, aumentando, assim, suas comissões nas vendas. Divide o número de ações com o terceiro diretor, Marcos Roberto Magalhães. Este é voltado exclusivamente para a Produção, porém levando em consideração as condições de seus subordinados. Constantemente, supervisiona a fábrica no que se refere ao serviço dos operários. Quando encontra alguma dificuldade, costuma dirigir-se ao encarregado do setor, porém, em alguns casos de indisciplina ou falha técnica, não respeita a autoridade do mestre, dirigindo-se diretamente ao operário.

Cada um dos três diretores possui autoridade suficiente para contratar novos empregados e despedi-los sem dar satisfação a nenhum dos outros, não permitindo qualquer intervenção em suas respectivas áreas.

A empresa fabrica equipamentos padronizados para fundição, através de produção em série, embora fabrique também equipamentos diferenciados sob encomenda, conforme especificações solicitadas pelos clientes. É a única empresa que produz tal tipo de equipamento no País.

O Departamento de Compras está sob a gerência de Luiz Alves Macedo, que executa suas tarefas mecanicamente, sem nenhum planejamento ou controle e sem o mínimo interesse pelo cargo que ocupa. É totalmente inoperante e sua atuação só funciona quando pressionado pelas circunstâncias. Apesar disso, Luiz não é inexperiente, mas seu procedimento acarreta vários problemas para os demais setores da empresa, pois não se coordena nem mesmo com o setor de almoxarifado. Falta-lhe técnica de compras e sua função é independente, sem nenhum superior supervisionando suas tarefas. Sua permanência dentro da empresa, apesar desses problemas, é devida à sua estreita amizade com o

Diretor Industrial.

O Departamento Técnico está subordinado ao Diretor Industrial e apresenta várias deficiências na elaboração de desenhos e projetos, erros nos cálculos, na escolha dos materiais similares no lugar dos originais e colocação de materiais em lugares indevidos no desenho e projeto. O seu gerente, Manoel de Oliveira, não se interessa em corrigir os erros encontrados nos desenhos e projetos, para não atrasar a produção do seu pessoal, acarretando, portanto, problemas para o Departamento de Custos e principalmente para o Departamento de Produção, que corre o risco de confeccionar e produzir equipamentos com defeitos, caso nenhum especialista neste tipo de equipamento localize o erro a tempo.

Com todos esses problemas dentro da empresa, surgem constantemente atrasos na

entrega dos equipamentos aos clientes e, às vezes, devoluções em virtude de defeitos apresentados ou desvios de especificações.

Em certa ocasião, uma fundição de grande renome efetuou diretamente a Júlio Siqueira

Campos a compra de um equipamento, com data marcada para a entrega. O pedido foi

encaminhado pelo Diretor Comercial ao departamento competente, para as devidas providências.

Houve, porém, um considerável atraso na execução do pedido, havendo necessidade

de de intervenção direta e constante do Diretor Comercial na produção. Apesar da demora e

da insistência o equipamento foi concluído e entregue, mas devolvido alguns dias depois por

ter apresentado defeitos no seu funcionamento. A compra não foi simplesmente cancelada

devido à necessidade que a firma compradora tinha de utilizar o equipamento com urgência.

Embora fosse um bom cliente, a firma compradora provocou um conflito que atingiu os

diretores da Rio Negro, os gerentes, os supervisores e até mesmo os operários. Cada departamento

apresenta a sua desculpa, jogando a culpa sobre os demais, pois ninguém queria assumir

a responsabilidade do que acontecera. O Departamento de Produção acusava o Departamento

de Compras, que por sua vez acusava o Almoxarifado, e assim por diante, formando

um conflito que ocasionaria diversas mudanças dentro da empresa. Com os atrasos na entrega

do equipamento e as devoluções causadas por defeitos, a imagem da empresa estava se

deteriorando no mercado.

ABORDAGEM HUMANÍSTICA DA ADMINISTRAÇÃO

Com a Abordagem Humanística a Teoria Administrativa sofre uma verdadeira revolução conceitual: a transferência da ênfase antes colocada na tarefa (pela Administração Científica) e na estrutura organizacional (pela Teoria Clássica da Administração) para a ênfase nas pessoas que trabalham ou que participam nas organizações. Com a Abordagem Humanística, a preocupação com a máquina e com o método de trabalho e a preocupação com a organização formal e os princípios de Administração aplicáveis aos aspectos organizacionais cedem prioridade para a preocupação com o homem e seu grupo social: dos aspectos técnicos e formais para os aspectos psicológicos e sociológicos.

A Abordagem Humanística ocorre com o aparecimento da Teoria das Relações Humanas, nos Estados Unidos, a partir da década de 30: Seu surgimento, porém, somente foi possível com o desenvolvimento das ciências sociais, notadamente a Psicologia, e, em particular, a Psicologia do Trabalho. Esta surgiu na primeira década deste século e estava voltada principalmente para dois assuntos básicos que ocuparam duas etapas do seu desenvolvimento:

- a) a análise do trabalho e adaptação do trabalhador ao trabalho. Nesta primeira etapa, domina o aspecto meramente produtivo. O objetivo da Psicologia do Trabalho - ou Psicologia Industrial para a maioria - era a verificação das características humanas que cada tarefa exigia do seu executante e a seleção científica dos empregados baseada nessas características. Essa seleção científica a baseada em testes. Os temas predominantes da Psicologia Industrial, nesta etapa, eram a seleção pessoal, a orientação profissional, os métodos de aprendizagem e de trabalho, a fisiologia do trabalho e o estudo dos acidentes e da fadiga.
- b) A adaptação do trabalho ao trabalhador. Esta segunda etapa se caracteriza pela crescente atenção voltada para os aspectos individuais e sociais do trabalho, com ênfase predominante nesses aspectos sobre o produtivo. Pelo menos em teoria. Os temas predominantes nesta segunda etapa eram o estudo da personalidade do trabalhador e do chefe, da motivação e dos incentivos do trabalho,

da liderança, das comunicações, das relações interpessoais e sociais dentro da organização.

Inegavelmente, a Psicologia Industrial contribuiu valorosamente para demonstrar a parcialidade dos princípios de Administração adotados pela Teoria Clássica. Além do mais, as profundas modificações ocorridas no panorama social, econômico, político, tecnológico vieram trazer novas variáveis para o estudo da Administração. C7corre que, enquanto nos demais países o liberalismo econômico típico do século XIX passou, a partir da I Guerra Mundial, a ser substituído por uma crescente interferência do Estado na economia, com o surgimento de alguns governos totalitários (nos quais Teoria Clássica encontrava um ambiente extremamente favorável), nos Estados Unidos, os pressupostos democráticos eram desenvolvidos e reafirmados. Além do mais, com a I Guerra Mundial começa o declínio da Europa Centro-Occidental na liderança no mundo e a espetacular ascensão dos Estados Unidos como potência mundial. Com a grande depressão econômica que atormentou o mundo todo ao redor de 1929, a busca da eficiência nas organizações passou a ser intensificada. Se essa crise mundial teve suas origens nas dificuldades econômicas dos Estados Unidos e na situação de dependência da maioria dos países capitalistas em relação à economia americana, ela provocou indiretamente uma verdadeira reelaboração de conceitos e uma reavaliação dos princípios de Administração até então aceitos com todo o seu caráter dogmático e prescritivo. Como veremos adiante, a Abordagem Humanfstica da Administração começou logo após a morte de Taylor, porém, apenas a partir da década de 30 encontrou enorme aceitação nos Estados Unidos, principalmente pelas suas características eminentemente democráticas. Sua divulgação fora dos Estados Unidos somente ocorreu bem depois do final da II Guerra Mundial .

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS DA TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS

Ano	Autores	Livros
1911-	Hug Munsterberg	Psychologie und Wirtshatleben
1918 -	Ordway Tead	Instincts in Industry
1920 -	Mary Parker Follett	?7te New State
1925 -	William James	The Principles of Psycho/ogy
1927 -	John Dewey	The Public ond its Problems
1927 a 1932		Experiência de Hawthorne
1929 -	Ordway Tead	Humon Noture and Management

1930 - JohP Dewey	Human Nature ond Conduct
1932 - Morris Viteles	Industria/ Psychology
1933 - Elton Mayo	TMe Humon Problems ofan Industrial Civilization
1934 - Morris Viteles	The Science of Work
- Jacob Moreno	Who Shall Survive?
1935 - Kurt Lewin	A Dynamic Theory ofPersonality
- Ordway Tead	The Art of Leadership
- Vilfredo Pareto	The Mind and Society
1936 - T. N. .Whitehead	Leodership in a Free Society
- Kurt Lewin	Principles of Topological Psychology
I 937 - Dale Yoder	Labor Economics and Labor Relations
1938 - T. N. Whitehead	The Industrio! Worker
1939 - F. J. Roethlisberger & W. Dickson	Management and the Worker
- P. Pigors, L. C. McKenney & T. O. Armstrong	Social Problems in Labor Relations
1940 - H. C. Metcalf & L. Urwick	7he Co!ected Papers of Mory P. Follett
1941- F. J. Roethlisberger	Management and Morole
- Carl Rogers	Counselihg and Psychotherapy
1942 - Joseph Tiffin	Industrio/ Psychology
1943 - J. B. Fox & J. F. Scott	Absenteeism, Monagement s Problems
1945 - Elton Mayo	The Social Problems ofan Industrial Civilization
- Burleigh B. Gardner	Human Relations in Industry
1946 - Jacob Moreno	Psychodrama
1947 - Elton Mayo	The Political Problems in an Industrial Civilization
- Alcx Bavelas	Role Playing and Management Training
- T. M. Newcomb & E. L. Hartley	Readings in Socia! Psychology
- P. Pigors & C. Myers	Personnel Administration
I948 - Kurt Lewin	Resolving Social Conflicts
- E. E. Ghiselli & C. W. Brown	Personne! and Industrial Psychology
1949 - N. R. F. Maier	Frustration
1950 - George C. Homans	The Humon Group
1951 - Kurt Lewin	Field Theory in Socio/ Science
- Robert Dubin	Human Relations in A .dm istration
1952 - N. R. F. Maier	Principles of Human Relations
1953 - D. Cartwright & A. Zar,der	Group Dynamics
1958 - A. Zalesnik, C. R. Christensen &	The Motivotion, Productivity and Satisfaction of
F. J. Roethlisberger	Workers
- H. A. Landsberger	Hawthorne Revisited
1959 - J. C. Worthy & W. F. Whyte	Man ond Organization
1960 - R. Lippitt & R. K. White	Autocracy ond Democracy: An Experimental
1%1- R. Tannenbaum, I. Weschler	Inquiry
& F. Massarik	Leadership and Orgonization
1%2 - R. T. Golembiewski	7he Sma!! Group
1966 - W. J. Dickson & F. J. Roethlisberger	Couseling in an Organization
1975 - E. L. Cass & F. G. Zimmer	Man and Work in Society

TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS

Objetivos Deste Capítulo

Relações a ênfase nas pessoas. Identificar as origens e o contexto dentro do qual surgiu a Teoria das Humanas, deslocando a ênfase na estrutura e a ênfase nas tarefas para pessoas. Mostrar o desenvolvimento da famosa Experiência de Hawthorne e suas conclusões. Mostrar a preocupação psicológica e sociológica quanto à influência massificante da civilização industrial sobre o ser humano e o papel da Administração neste aspecto. Identificar a nova concepção de Administração a partir de uma nova concepção da natureza do ser humano: o homem social.

A Teoria das Relações Humanas (também denominada Escola Humanística da Administração) surgiu nos Estados Unidos, como consequência imediata das conclusões obtidas na Experiência de Hawthorne, desenvolvida por Elton Mayo e seus colaboradores. Foi basicamente um movimento de reação e de oposição à Teoria Clássica da Administração. A Teoria Clássica pretendeu desenvolver uma nova filosofia empresarial, uma civilização industrial, na qual a tecnologia e o método de trabalho constituem as mais importantes preocupações do administrador. Ainda, apesar da hegemonia da Teoria Clássica e do fato de esta não ser questionada por nenhuma outra teoria administrativa importante durante as quatro primeiras décadas deste século, os seus princípios nem sempre foram pacificamente aceitos, principalmente pelos trabalhadores e sindicatos americanos. Num país eminentemente democrático, como os Estados Unidos, os trabalhadores e respectivos sindicatos passaram a visualizar e interpretar a Administração Científica como um meio sofisticado de exploração dos empregados

a favor dos interesses patronais. A Pesquisa de Hoxie já fora um dos primeiros alertas à autocracia do sistema de Taylor. Verificou-se que a Administração se baseava em princípios inadequados ao estilo de vida americano. Assim, a Teoria das Relações Humanas nasceu da necessidade de se corrigir a forte

tendência à desumanização do trabalho surgida com a aplicação de métodos rigorosos, científicos e precisos, aos quais os trabalhadores deveriam forçosamente se submeter.

ORIGENS DA TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS

As principais origens da Teoria das Relações Humanas são as seguintes:

1. A necessidade de se humanizar e democratizar a Administração, libertando-a dos conceitos rígidos e mecanicistas da Teoria Clássica e adequando-a aos novos padrões de vida do povo americano. Neste sentido; a Teoria das Relações Humanas se revelou um movimento tipicamente americano e voltado para uma democratização dos conceitos administrativos.
2. O desenvolvimento das chamadas ciências humanas, principalmente a psicologia e a sociologia, bem como a sua crescente influência intelectual e suas primeiras tentativas de aplicação à organização industrial. Realmente, as ciências humanas, gradativamente, vieram demonstrar a inadequação dos princípios da Teoria Clássica.
3. As idéias da filosofia pragmática de John Dewey e da Psicologia Dinâmica de Kurt Lewin foram capitais para o humanismo na Administração. Elton Mayo é considerado o fundador da escola. Dewey, indiretamente, e Lewin, mais diretamente, também contribuíram enormemente para a sua concepção.
4. Também a sociologia de Pareto foi fundamental, apesar de nenhum dos autores do movimento inicial ter tido contato direto com a sua obra, mas apenas com o seu maior divulgador na época, nos Estados Unidos.
5. As conclusões da Experiência de Hawthorne, desenvolvida entre 1927 e 1932, sob a coordenação de Elton Mayo, pondo em xeque os principais postulados da Teoria Clássica da Administração.

A EXPERIÊNCIA DE HAWTHORNE

A partir de 1924, a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos iniciou alguns estudos para verificar a correlação entre produtividade e iluminação do local de trabalho, dentro dos pressupostos clássicos de Taylor e de Gilbreth.

R. F. Hoxie, "Scientific Management and Labor", Journal of Political Economy, vol. 24, p. 838, nov 1916.

2 A Teoria das Relações Humanas foi desenvolvida principalmente por cientistas sociais. Dentre suas principais figuras estão: George Elton Mayo (1880-1949); Kurt Lewin (1890-1947); Fritz J. Roethlisberger; George C. Homans; Robert Tannenbaum; Ronald Lippitt; Ralph K. White; Norman R. F. Maier; T. N. Whitehead; Jack R.

P. French; Dorwin Cartwright; Leon Festinger; Alex Bavelas; Moshe Sherif; Irving Knickbocker; Fred Mas-

sarik; Burleigh B. Gardner; Morris S. Viteles; Alvin Zander e L. Coch.

3 Kurt Lewin, o fundador da Psicologia Social, chegou aos Estados Unidos em 1932. Foi professor da Uni-

versidade de Cornell e posteriormente da de Iowa. Em 1944 tornou-se o Diretor do Centro de Pesquisas para Din -

mica de Grupo de Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.).

4 Amitai Etzioni, Organizações Modernas, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967, p. 54.

5 Lawrence J. Henderson, Pareto's General Sociology, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1935.

1923 Mas o conduziu uma pesquisa em uma indústria têxtil pró-

Um pouco antes, em sua indústria tinha problemas de produção, uma rotação de pessoal anual

próxima a Filadélfia. Essa indústria tentado inutilmente vários esquemas para a decisão de

ao redor de 250 % e havia e de incentivos. Mas o intro

quando as máquinas começaram a produzir aumentou e a rotação de pessoal emergiu um espírito de grupo, a produção

Em 1927, o Conselho Nacional de Pesquisas iniciou uma experiência em uma fábrica

Pré situada em Chicago, no bairro de Hawthorne e cuja finalidade-

que a", v. --

operários, medida através da produção e também ao estudo da fadiga, dos acidentes, = v

nada por turnover) e do efeito das condições

por Elton Mayo, condições físicas de trabalho sobre

trabalho da rotação do pessoal (que os resultados da experiência produtividade dos empregados. Os pesquisadores verificaram

Tentaram eliminar ou neu-

as variáveis de natureza psicológica

experiência eram prejudicados impertinente, razão pela qual a experiência se

trabalhar o fator psicológico então estranho e

permaneceu até 1932, quando foi suspensa a de Hawthorne e é bastante óbvia uma p

A literatura a respeito da Experiência tem sido. A Western

na fábrica equipamentos e componentes eletrônicos, mas,

desenvolvia elétrica

o

Electrical

antendo salários satisfató-

mento de montagem de relés utilizados

colocadas em linhas e repetitivas que dependiam enormemente de mãos na qual eram

eram tarefas simples base mantida por quatro pessoas havia uma

época, de relés era executada sobre mesas de contato e isolantes elétricos. Na

T

das as bobinas, armaduras,

em aumentar a produção, mas em cVl= vvv-

' ra Fase da Experiência

1. Primeira Fase de Hawthorne

dois grupos de operários que faziam o mes-
eriência de Hawthorne, , o de obser-
Na primeira fase da Ex P p

vação trabalhou SVU ul vii .-.-

intensidade constante. Pretendia-se conhecer o efeito aa iturr , uruv ..

- -

. To avia, os observadores não encontraram uma relação direta
entre ambas as

ladas. Um dos fatores descobertos foi o a U , vv o---

de acordo com as suas suposições pessoais, ou seja, eles se julgavam na
obrigação de produ-

zir mais quando a intensidade de iluminação aumentava e, o contrário, quando
diminuía.

Esse fato foi comprovado, trocando-se as lâmpadas por outras da mesma
potência, fazendo-

se crer aos operários que a intensidade variava. Verificou-se um nível de
rendimento propor-

cional à intensidade de luz sob a qual os operários supunham trabalhar.
Comprovou-se a

preponderância do fator psicológico sobre o fator fisiológico: a relação entre
condições fisi-

cas e a eficiência dos operários pode ser afetada por condições psicológicas⁹.

Reconhecendo a existência do fator psicológico apenas quanto à sua influência
nega-

tiva, os pesquisadores pretenderam isolá-lo ou eliminá-lo da experiência, por
considerá-lo

inoportuno. Assim, passaram a estender a experiência à verificação da fadiga no
trabalho,

da mudança de horários, da introdução de intervalos de descanso, aspectos
basicamente

fisiológicos.

2. Segunda Fase da Experiência de Hawthorne (Sala de Experiência de Montagem de Relés)

A segunda fase da Experiência de Hawthorne começou em abril de 1927¹⁰. Foram
seleciona-

das e convidadas seis moças de nível médio - nem novatas, nem peritas - para
constituírem

o grupo de observação (ou grupo experimental): cinco moças montavam os relés,
enquanto a

sexta fornecia as peças necessárias para manter o trabalho contínuo. A sala de
provas era

separada do restante do departamento (onde estava o grupo de controle) por uma
divisão de

madeira. Tanto a mesa como o equipamento de trabalho eram idênticos aos
usados no

departamento, apenas incluindo um plano inclinado com um contador de peças individual que marcava a produção de cada moça, em uma fita perfurada. A produção, facilmente mensurável, passou a ser o índice de comparação entre o grupo experimental (sujeito a mudanças nas condições de trabalho) e o grupo de controle (constituído do restante do departamento que continuava a trabalhar sempre nas mesmas condições).

O grupo experimental tinha um supervisor comum, como no grupo de controle, mas tinha também um observador que permanecia na sala e observava, ordenava o trabalho e assegurava o espírito de cooperação das moças. Posteriormente, esse observador passou a ter vários assistentes para ajudá-lo, na medida em que a experiência se tornava mais complexa.

As moças foram convidadas para participar na pesquisa e completamente esclarecidas quanto aos objetivos desta: determinar o efeito de certas mudanças nas condições de trabalho (períodos de descanso, lanches, redução no horário de trabalho etc.). Eram informadas constantemente a respeito dos resultados e as modificações eram antes submetidas à sua aprovação. Insistia-se para que trabalhassem dentro do normal e que ficassem à vontade no trabalho.

A pesquisa feita sobre o grupo experimental foi dividida em doze períodos experimentais, para se observar quais as condições mais satisfatórias de rendimento, a saber:

9 George C. Homans, O Comportamento Humano na Empresa - Uma Antologia, cit., pp. 6 e 7.

o George C. Homans, O Comportamento Humano na Empresa - Uma Antologia, cit., pp. 8 a 17

1º Período: foi registrada a produção de cada operária ainda no seu local original de serviço, sem que o soubesse, e estabelecida a sua capacidade produtiva em condições normais de trabalho. Essa média (2.400 unidades semanais por moça) passou a ser comparada com a dos demais períodos. O 1º período durou duas semanas.

2º Período: o grupo experimental foi isolado na sala de provas, mantendo-se as condições e o horário de trabalho normais e medindo-se o ritmo de produção. O 2º período durou cinco semanas e serviu para verificar o efeito da mudança de local de trabalho.

3º Período: fez-se uma modificação no sistema de pagamento. No grupo de controle havia o pagamento por tarefas em grupo. Como os grupos eram numerosos - compostos de mais de cem moças - as variações de produção de cada moça eram diluídas na produção do grupo e não

se refletiam no seu salário individual.

Assim, separou-se o pagamento das moças do grupo experimental e, como o grupo era pequeno verificou-se que elas perceberam que seus esforços individuais repercutiam diretamente no seu salário. Esse período durou oito semanas. Verificou-se aumento de produção.

4" Período: marca o início da introdução de mudança direta no trabalho. Introduziu-se um intervalo de cinco minutos de descanso no meio da manhã e outro igual no meio da tarde. Verificou-se novo aumento de produção.

5 " Período: os intervalos de descanso foram aumentados para dez minutos cada, verificando-se novo aumento de produção.

6" Período: deram-se três intervalos de cinco minutos na manhã e outros três à tarde. Notou-se que a produção não aumentou, havendo queixas das moças quanto à quebra do ritmo de trabalho.

7" Período: passou-se novamente a dois intervalos de dez minutos, um pela manhã e outro à tarde, servindo-se em um deles um lanche leve. A produção aumentou novamente.

8" Período: com as mesmas condições do período anterior, o grupo experimental passou a trabalhar somente até às 16,30 horas e não até às 17,00 horas, como o grupo de controle. Houve um acentuado aumento da produção.

9" Período: o trabalho do grupo experimental passou a terminar às 16,00 horas. A produção permaneceu estacionária.

10" Período: o grupo experimental voltou a trabalhar até as 17,00 horas, como no 7" Período. A produção aumentou bastante.

11 " Período: estabeleceu-se uma semana de cinco dias, com o sábado livre para o grupo experimental. Verificou-se que a produção diária das moças continuou a subir.

12" Período: voltou-se às mesmas condições do 3" Período, tirando-se todos os benefícios dados durante a experiência, com o assentimento das moças. Este período, último e decisivo, durou doze semanas. Verificou-se, inesperadamente, que a produção diária e semanal atingiu um índice jamais alcançado anteriormente (3.000 unidades semanais por moça do grupo experimental!).

As condições físicas de trabalho nos 7", 10" e 12" Períodos foram equivalentes. Contudo, a produção aumentou de um período para o outro, seguidamente. Já no II " Período,

que transcorreu no verão de 1928, isto é, um ano após o início da experiência, os pesquisadores haviam percebido que os resultados não eram os esperados.

Havia um fator que não podia ser explicado apenas através das condições de trabalho experimentalmente controladas e que já havia aparecido anteriormente na experiência sobre iluminação. Aliás, apesar de

! não se poder inferir, pelos resultados da pesquisa, de que não houve nenhuma relação entre a produção e as condições físicas, o certo é que as variações efetuadas na sala de provas não chegaram a afetar o ritmo de trabalho das moças. O problema passou então a ser com quais fatores correlacionar as modificações no ritmo de produção das moças.

A experiência da sala de montagem de relés trouxe algumas conclusões:

- a) as moças alegavam gostar de trabalhar na sala de provas, porque era divertido e a supervisão branda (ao contrário da supervisão de controle rígido na sala de montagem) lhes permitia trabalhar com mais liberdade e menor ansiedade;
- b) havia um ambiente amistoso e sem pressões, onde a convessa era permitida, aumentando a satisfação no trabalho;
- c) não havia temor ao supervisor. Apesar de terem maior supervisão na sala de provas do que no departamento (onde havia apenas um supervisor para um número maior de operárias), a característica e o objetivo da supervisão eram diferentes e as moças bem o sabiam. E principalmente sentiam que participavam de uma experiência interessante e que deveriam produzir resultados que, embora não os conhecessem bem, deveriam redundar em benefício para as demais colegas de trabalho;
- d) houve um desenvolvimento social do grupo experimental. As moças faziam amizades entre si e essas amizades se estendiam para fora do trabalho. As moças passaram a se preocupar umas com as outras, acelerando sua produção quando alguma colega se mostrava cansada: tornaram-se uma equipe;
- e) o grupo desenvolveu solidariedade e objetivos comuns. Depois que duas moças do grupo original saíram, uma das substitutas tornou-se espontaneamente a líder, ajudando as colegas a alcançarem o objetivo comum de aumentar continuamente o ritmo de produção, embora as moças fossem constantemente solicitadas a trabalhar normalmente.

3. Terceira Fase da Experiência de Hawthorne (Programa de Entrevistas)

Preocupados com a diferença de atitudes entre as moças do grupo experimental e as do grupo de controle, os pesquisadores, aos poucos, foram se afastando do interesse inicial de verificar as melhores condições físicas de trabalho e passaram a se fixar definitivamente no estudo das relações humanas no trabalho. Verificaram que, no departamento, as moças

conside-

ravam humilhante a supervisão vigilante e constrangedora. Sobretudo, verificaram que a empresa, apesar de sua política de pessoal aberta, pouco ou nada sabia acerca dos fatores

determinantes das atitudes das operárias em relação à supervisão, aos equipamentos de trabalho e à própria empresa.

Assim, em setembro de 1928, iniciou-se o Programa de Entrevistas (Interviewing Program), inicialmente no setor de inspeção, depois incluindo o setor de operações e, mais tarde, mais outros setores da fábrica.

Esse programa compreendia entrevista com os empregados para obtenção de maiores conhecimentos sobre suas atitudes e sentimentos, ouvir suas opiniões quanto ao seu trabalho e quanto ao tratamento que recebiam, bem como ouvir as suas sugestões que pudessem ser aproveitadas no treinamento dos supervisores.

Como o programa foi muito bem recebido entre operários e supervisores e os resultados se mostraram animadores, em fevereiro de 1929, foi criada na empresa uma Divisão de

Pesquisas Industriais para absorver e ampliar o programa de entrevistas, no sentido de entrevistar anualmente todos os empregados. Tratando-se de uma empresa com mais 40.000 empregados, tal plano se revelou muito ambicioso. Contudo, entre 1928 e 1930 foram entrevistados cerca de 21.126 empregados' ' .

Em 1931, o sistema de entrevista sofreu uma alteração: adotou-se a técnica da entrevista não diretiva, através da qual se permitia que os operários falassem livremente, sem que o entrevistador desviasse o assunto ou tentasse estabelecer algum roteiro prévio.

Homans² salienta que o Programa de Entrevistas revelou a existência de uma organização informal dos operários a fim de se protegerem contra aquilo que consideravam ameaças da Administração contra o seu bem-estar. Essa organização informal manifestou-se através de:

- a) produção controlada por padrões que os próprios operários julgavam ser a produção normal que deveriam dar e que não eram ultrapassados por nenhum deles;
- b) práticas não formalizadas de punição que o grupo aplicava aos operários que excediam aqueles padrões e que eram considerados sabotadores; aos resultados do sistema de pagamento
- c) expressões que faziam transparecer a insatisfação quanto
- d) incentivos por produção;
- e) liderança informal por certos operários que mantinham unidos os

grupos e asseguravam o respeito pelas

regras de conduta;

e) preocupações fúteis com relação a promoções;

f) contentamentos e descontentamentos exagerados com relação às atitudes dos superiores imediatos a

respeito do comportamento dos operários.

Através dessa organização informal, os operários se mantinham unidos através de uma

certa lealdade entre si. Porém, os pesquisadores notaram que, muitas vezes, o operário pre-

tendia também ser leal à empresa. Essa lealdade dividida entre o grupo e a companhia pode-

ria trazer certo conflito, tensão, inquietação e provável descontentamento. Para estudarem

esse fenômeno, os pesquisadores desenvolveram uma quarta fase da experiência.

4. Quarta Fase da Experiência de Hawthorne (Sala de

Escolheu-se um grupo experimental - nove operadores, nove soldadores e dois inspetores

- todos da montagem de terminais para estações telefônicas, que passaram a trabalhar em

uma sala especial com idênticas condições de trabalho do departamento. Havia um observa-

dor dentro da sala e um entrevistador que ficava do lado de fora e que entrevistava esporadi-

9 eamente aqueles operários.

4 Essa experiência durou de novembro de 1931 a maio de 1932 e visava analisar a organi-

zação informal dos operários.

O complexo sistema de pagamento era baseado na produção do grupo, havendo um

salário-hora com base em inúmeros fatores e um salário mínimo horário, para o caso de

total dução. Os salários somente podiam ser elevados se a produção

! interrupções na produção

: aumentasse.

Assim que se familiarizou com o grupo experimental, o observador pôde constatar que

os operários dentro da sala usavam de uma porção de artimanhas: logo que os operários

montavam o que julgavam ser a sua produção normal, reduziam seu ritmo de trabalho. Rela-

i tavam sua produção de forma tal que a produção em excesso de um dia pudesse ser somente

acusada num dia deficitário, como também solicitavam pagamento por excesso de produ-

ção. Verificou-se que esses operários passaram a apresentar certa uniformidade de sentimen-

tos e solidariedade grupal. O grupo desenvolveu métodos para assegurar suas atitudes, considerando delator o membro que prejudicasse algum companheiro e pressionando os mais rápidos para "estabilizarem" a sua produção, através de punições simbólicas. Essa quarta fase permitiu o estudo das relações entre a organização informal dos empregados e a organização formal da fábrica. A experiência de Hawthorne foi suspensa em 1932 por motivos não vinculados ao seu desenvolvimento. Entretanto, a influência dos seus resultados sobre a teoria administrativa foi fundamental, abalando terrivelmente os princípios básicos da Teoria Clássica então dominante. Deixamos a apreciação crítica dessa experiência para o final do capítulo seguinte.

5. Conclusões da Experiência de Hawthorne

A Experiência de Hawthorne permitiu o delineamento dos princípios básicos da Escola das Relações Humanas que veio a se formar logo em seguida, através dos seus principais pesquisadores. Dentre as principais conclusões permitimo-nos alinhar as seguintes:

a) Nível de Produção é Resultante da Integração Social

Verificou-se que o nível de produção não é determinado pela capacidade física ou fisiológica do empregado (como afirmava a Teoria Clássica), mas por normas sociais e expectativas que o envolvem. É a capacidade social do trabalhador que estabelece o seu nível de competência e de eficiência e não a sua capacidade de executar corretamente os movimentos eficientes dentro de um tempo previamente estabelecido. Quanto mais integrado socialmente no grupo de trabalho, tanto maior será a disposição de produzir. Se o empregado reunir excelentes condições físicas e fisiológicas para o trabalho e não estiver integrado socialmente, a sua eficiência sofrerá enormemente a influência do seu desajuste social.

b) Comportamento Social dos Empregados

A Experiência de Hawthorne permitiu verificar que o comportamento do indivíduo se apóia totalmente no grupo. Em geral, os trabalhadores não agem ou reagem isoladamente como

indivíduos, mas como membros de grupos. Na Experiência de Hawthorne, cada indivíduo não se sentia livre para estabelecer, por si mesmo, a sua quota de produção, pois esta era estabelecida e imposta pelo grupo. A qualquer desvio das normas grupais, o indivíduo sofria punições sociais ou morais dos colegas, no sentido de se ajustar aos padrões do grupo. A Teoria Clássica não chegara a perceber que o comportamento dos empregados sofre enorme influência das normas e valores desenvolvidos pelos grupos sociais de que participam.

Kurt Lewin verificou posteriormente que, "enquanto os padrões do grupo permanecerem imutáveis, o indivíduo resistirá a mudanças tão mais firmemente quanto menos disposto estiver a se afastar dos padrões do

grupo. Se o padrão do grupo for modificado, elimina-se a resistência devido à relação entre o indivíduo e o padrão do grupo". O comportamento individual é muito grande e a administração I : O poder do grupo de provocar mudanças no comportamento como se fossem átomos isolados. Precisa tratá-los, isto sim, como indivíduos e não como grupos. O indivíduo não pode tratar os outros em si mesmos, um a um, mas os trabalhadores não reagem à influência dos membros de outros grupos de trabalho, sujeitos às influências pessoais de punições e recompensas como indivíduos isolados, mas como membros da organização, às suas decisões, às suas normas, regras e códigos de conduta grupais. É a teoria do controle social sobre o comportamento. A amizade e o relacionamento social dos trabalhadores também são aspectos importantes para a administração e devem ser considerados como um significado transcendental para a organização e a teoria da Administração.

A Teoria das Relações Humanas contrapõe o comportamento social do empregado ao comportamento do tipo máquina proposto pela Teoria Clássica, baseado na concepção atomística do homem.

c) As Recompensas e Sanções Sociais

Durante a Experiência de Hawthorne, constatou-se que os operários trabalhavam acima ou muito abaixo da norma socialmente determinada, dependendo dos colegas em quanto os trabalhadores da sala de montagem de terminais preferiram pro-

1. ...duzir menos e, conseqüentemente, ganhar menos, do que p8r em risco as relações amistosas com os seus colegas. O comportamento dos trabalhadores está condicionado a nortxias e adrões sociais. Cada grupo social desenvolve crenças e expectativas com relação à Adminis- p - reais ou imaginárias tração: essas crenças e ex ectativas - influem não somente nas atitu- 'Íl des, como também n normas e padrões de comportam nto q8e o grupo de tne como acei-

táveis. As pessoas passam a ser avaliadas pelob o hfront c 1 as sas normas e padrões de com ortamento. São tomadas como se o seu com- ortamento se ajusta a essas normas e padrões de com ortamento e são avaliadas como pés- pmas colegas ou desleais se o seu comportamento transgride aquelas normas e padrões.

Para Taylor e a maioria dos autores clássicos, predominava oa nos Da1 hf de qú rrus, pe lo qual o

1. ...efici2ncia e baixarem os custos operacionats. inyiv` o" adequadamente o seu executor, de acord com suas caracterlsticas ftsicas e oferecido um es uema ae remu- 'neraç o baseado na rodução e ue cre qsse desproporcionalmente à medida que a efici2ncia do empregado

ue essa motivação ecUllVuuro ,...- Mayo e seus seguidores achavam q soas sgo motivadas principalmente pela mento do trabalhador. Para a T ria das Rel< Bes Human6s, as p necessidade de "reconhecimento", de "aprovação social" e de "participação nas atividades dos BruPos sociais oride convivem. Dat o conceito de homem sociul.

M'Í 8 As recom ensas e sanç es não-econ8micas influem si niflcativamente no com ' mento dos trabalhadores e limitam, em 8i'ande p -e, o resultado dos planos de incentivo econômico. Essas recompensas sociais e morais s o simbólicas e não materiais, porém influenciam decisivamente a motivação e a felicidade do trabalhador".

Grupos Informais

Enquanto os clássieos se preocupavam exclusivamente com os aspectosformais da organizd- ção (autoridade; responsabilidade, especialização, estudos de tempos e movimentos, princí-

pios gerais de Administração, departamentalização etc.), os pesquisadores de Hawthorne se concentravam quase que exclusivamente sobre os aspectos informais da organização (grupos informais, comportamento social dos empregados, crenças, atitude e expectativa etc.). A empresa passou a ser visualizada como uma organização social composta de diversos grupos sociais informais, cuja estrutura nem sempre coincide com a organização formal da empresa, ou seja, com os propósitos e estrutura definidas pela empresa. Os grupos informais constituem a organização humana da empresa, muitas vezes em contraposição à organização formal estabelecida pela direção": Esses grupos informais definem suas regras de comportamento, suas formas de recompensas ou sanções sociais, seus objetivos, sua escala de valores sociais, suas crenças e expectativas, que cada participante vai assimilando e integrando em suas atitudes e comportamento. Com a Teoria das Relações Humanas delineou-se o conceito de organização informal: a organização não é só composta de pessoas, mas é o próprio conjunto das pessoas que se relacionam espontaneamente entre si. Roethlisberger e Dickson verificaram que "uma organização industrial é mais do que uma multiplicidade de indivíduos agindo apenas em relação a seus interesses econômicos. Esses indivíduos têm também afetos e sentimentos, uns em relação aos outros, e, em suas relações diárias, tendem a estabelecer padrões de interação. A maioria dos indivíduos que vivem sob esses padrões tendem a aceitá-los como verdades imprescindíveis e óbvias, reagindo de acordo com o que eles determinam"⁶.

e) As Relações Humanas

Os indivíduos dentro da organização participam de grupos sociais e mantêm-se em uma constante interação social. Para poder explicar e justificar o comportamento humano nas organizações, a Teoria das Relações Humanas passou a estudar intensamente essa interação social. Relações humanas são as ações e atitudes desenvolvidas pelos contatos entre pessoas e grupos. Cada indivíduo é uma personalidade altamente diferenciada que influi no comportamento e atitudes dos outros com quem mantém contatos e é, por outro lado, igualmente bastante influenciado pelos outros. Cada indivíduo procura ajustar-se a outros indivíduos e a outros grupos definidos, pretendendo ser compreendido, ser bem aceito e

participar, no sentido de atender aos seus interesses e aspirações mais imediatos. Seu comportamento é fortemente influenciado pelo meio ambiente e pelas várias atitudes e normas informais existentes nos vários grupos. É principalmente dentro da empresa que surgem as oportunidades de relações humanas, em face do grande número de grupos e às interações necessariamente resultantes. É exatamente a compreensão da natureza dessas relações humanas que permite ao administrador melhores resultados de seus subordinados: uma compreensão das relações humanas permite uma atmosfera onde cada indivíduo é encorajado a exprimir-se livre e sadamente.

f) A Importância do Conteúdo do Cargo

A maior especialização (e portanto a maior fragmentação) do trabalho não é a forma mais eficiente de divisão do trabalho. Embora não tenham se preocupado muito com este aspecto, Mayo e seus colaboradores verificaram que a extrema especialização defendida pela Teoria Clássica não cria necessariamente a organização mais eficiente. Observaram que os operários da sala de montagem de terminais freqüentemente trocavam de posição para variar e evitar a monotonia, contrariamente à política da administração da empresa. Essas trocas apresentavam efeitos negativos na produção, mas parece que elevavam o moral de todo o grupo. A partir dessas conjecturas, passou-se a verificar que o conteúdo e a natureza do trabalho têm enorme influência sobre o moral do trabalhador. Trabalhos simples e repetitivos tendem a se tornar monótonos e maçantes afetando negativamente as atitudes do trabalhador e reduzindo sua eficiência.

g) Ênfase nos Aspectos Emocionais

Os elementos emocionais, não planejados e mesmo irracionais do comportamento humano, passam a merecer um aspecto especial por parte de quase todas as grandes figuras da Teoria das Relações Humanas. Daí o fato de serem denominadas sociólogos da organização, por alguns autores".

A CIVILIZAÇÃO INDUSTRIALIZADA E o HOMEM

A Teoria das Relações Humanas preocupou-se intensamente com o esmagamento do homem pelo impetuoso desenvolvimento da civilização industrializada. Elton Mayo, o fundador do movimento, dedicou seus três livros aos problemas humanos, sociais e políticos decorrentes de uma civilização baseada quase que exclusivamente na industrialização e na tecnologia.

Mayo salienta que, enquanto a eficiência material aumentou poderosamente nos últimos duzentos anos, a capacidade humana para o trabalho coletivo não manteve o mesmo ritmo de desenvolvimento. Lembrando os sociólogos Le Play e Durkheim, cujas observações nas comunidades mais simples demonstraram que o progresso industrial foi acompanhado por um profundo desgaste do sentimento espontâneo de cooperação, Mayo afirma que a solução do problema da cooperação não pode ser resolvida apenas através do retorno às formas tradicionais de organização. O que deve haver é uma nova concepção das relações humanas no trabalho. Como resultado da Experiência de Hawthorne, verificou-se que a colaboração na sociedade industrializada não pode ser entregue ao acaso, enquanto se cuida apenas dos aspectos materiais e tecnológicos do progresso humano.

Os métodos de trabalho tendem todos para a eficiência, nenhum para a cooperação. A cooperação humana não é o resultado das determinações legais ou da lógica organizacional, mas tem causas mais profundas que a Experiência de Hawthorne revelou. A partir dessa experiência, Mayo passa a defender os seguintes pontos de vista:

1. O trabalho é uma atividade tipicamente grupal. A primeira conclusão fornecida pela pesquisa é a de que o nível de produção é mais influenciado pelas normas do grupo do que pelos incentivos salariais e materiais de produção. Para Mayo, a atitude do empregado em face de seu trabalho e a natureza do grupo do qual ele participa são fatores decisivos da produtividade.
2. O operário não reage como indivíduo isolado, mas como membro de um grupo social. As mudanças tecnológicas, contudo, tendem constantemente a romper os laços informais de camaradagem e de amizade dentro do trabalho e a privar o operário do espírito gregário, enquanto é o responsável pela sua produção.
3. A tarefa básica da Administração é formar uma elite capaz de compreender e de comunicar, dotada de chefes democráticos, persuasivos e simpáticos a todo o pessoal. Ao invés de se tentar fazer os empregados compreenderem a lógica da administração da empresa, a nova elite de administradores deve compreender as limitações dessa lógica e ser capaz de entender a lógica dos

trabalhadores.

ExpBe Mayo que, "de fato, já passamos além do estágio de organização humana em que a comunicação efetiva e a colaboração estavam asseguradas pelas rotinas de relação estabelecidas. A sociedade civilizada alterou completamente seus postulados" 9. Passamos de uma sociedade estabelecida para uma sociedade adaptável, porém, negligenciamos a habilidade social. A nossa capacidade de colaborar com os outros está se deteriorando. "Somos tecnicamente competentes como nenhuma outra idade na História o foi: e combinamos isto com uma total incompetência social." 2o Torna-se necessária a educação de uma elite social capaz de recobrar a cooperação.

4. A pessoa humana é motivada essencialmente pela necessidade de "estar junto", de "ser reconhecida", de receber adequada comunicação. Mayo se contrapõe à afirmação de Taylor de que a motivação básica do empregado era meramente salarial (*homo economicus*), uma vez que este estava preocupado em produzir o máximo possível, se suas condições físicas assim o permitissem, a fim de usufruir uma remuneração mais elevada. Para Mayo, a organização eficiente, por si só, não leva à melhor produção: a organização eficiente é incapaz de elevar a produtividade se as necessidades psicológicas do trabalhador não forem devidamente descobertas, localizadas e satisfeitas. Lodi² procura explicar essas diferentes posições de Taylor e de Mayo, pelo fato de o primeiro haver subido na empresa através de um trabalho árduo e dedicado, acreditando que todos os empregados eram movidos como ele, enquanto o segundo era um sociólogo, vivendo quase que exclusivamente no meio universitário e penalizado com as condições dos operários de seu tempo e com a pouca possibilidade de satisfação das suas necessidades psicológicas e sociais.

5 . A civilização industrializada trata como consequência a desintegração dos grupos primários da sociedade, como a família, os grupos informais e a religião, enquanto a fábrica surgirá como uma nova unidade

social que proporcionará um novo lar, um local de compreensão e de segurança emocional para os indivíduos. O operário, dentro dessa visão romântica, encontrará na fábrica uma administração compreensiva e paternal, capaz de satisfazer plenamente as suas necessidades psicológicas e sociais.

Mayo critica a validade dos métodos democráticos para solucionar os problemas da sociedade industrial, uma vez que a sociedade industrial cria a cooperação forçada através da intervenção estatal. "Os métodos da democracia, longe de proporcionarem os meios de solução do problema da sociedade industrial, provaram ser inteiramente

inadequados para a tarefa. ' ' Mayo afirma ainda que ' ' o Estado não pode produzir a cooperação por meio da regulamentação; a cooperação apenas pode ser o resultado do crescimento espontâneo"22.

Já que todos os métodos convergem para a eficiência e não para a cooperação humana - e muito menos para objetivos humanos -, surge um conflito social nessa sociedade industrial: a incompatibilidade entre os objetivos organizacionais da empresa e os objetivos pessoais dos empregados. Ambos nunca se deram muito bem, principalmente quando a preocupação exclusiva com a eficiência sufoca o trabalhador. Para Mayo o conflito social deve ser evitado a todo custo através de uma administração humanizada que faça um tratamento preventivo e profilático. As relações humanas e a cooperação constituem a chave para evitar o conflito social.

Mayo não vê possibilidades de solução construtiva e positiva do conflito social. Para ele, o conflito social é o germe da destruição da própria sociedade. "O conflito é uma chaga social, a cooperação é o bem-estar social."23

FUNÇÕES BÁSICAS DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL

A Experiência de Hawthorne permitiu o aparecimento de um novo tipo de literatura e de novos conceitos sobre a Administração. Roethlisberger e Dickson , dois dos mais renomados relatores da pesquisa, esclarecem alguns conceitos bastante representativos da Teoria das Relações Humanas, concebendo a fábrica como um sistema social. Para ambos, a organização industrial tem duas funções principais: produzir bens ou serviços (função econômica que busca o equilíbrio externo) e distribuir satisfações entre os seus participantes (função social que busca o equilíbrio interno da organização) . A organização industrial deve buscar concientemente essas duas formas de equilíbrio. Salientam aqueles autores que a organização da época - estritamente calcada na Teoria Clássica - somente se preocupava com o seu equilíbrio econômico e externo e não apresentava a maturidade suficiente para obter a cooperação do pessoal, característica fundamental para o alcance do equilíbrio interno.

A organização industrial é composta de uma organização técnica (prédios, máquinas, equipamentos, produtos ou serviços produzidos, matérias-primas etc.) e de uma organização

humana (ou organização social). A

! organização humana da fábrica tem por base os indivíduos. Cada indivíduo avalia o ambiente onde vive, as circunstâncias que o cercam, de acordo com sua vivência anterior, que é fruto das interações humanas de que

Função económica :	Equilíbrio
produzir bens ou serviço:	externo
I	I

Organização industrial

Função social :	Equilíbrio
Distribuir satisfações	interno
entre seu: participante	

AS FUNÇÕES BÁSICAS DA ORGANIZAÇÃO SEGUNDO ROETHLISBERGER E DICKSON

participou durante toda a sua vida. Porém a organização humana de uma fábrica é mais do que simplesmente a soma dos indivíduos, pois a interação diária e constante desses indivíduos dentro do trabalho origina um elemento comum que é a organização social da fábrica.

Todo evento dentro da fábrica torna-se objeto de um sistema de sentimentos, de idéias, de crenças e de expectativas, que deforma os fatos e os representa sob a forma de símbolos que distinguem o comportamento

"bom" ou "mau" e o nível social "superior" e "inferior". Cada fato, atitude ou decisão se torna objeto de

um sistema de sentimentos: de aprovação, de rejeição, de neutralidade ou de resistência. Os fatos, atitudes

ou decisões são sempre portadores de valores sociais ("bons ou maus") e passam a ter um significado social.

Algumas dessas idéias e crenças representam mais do que o esperado numa dada situação: podem levar à cooperação ou à confusão, dependendo da forma como são compreendidas, interpretadas e aplicadas.

A organização técnica e a organização humana, a organização formal e a organização informal são subsis-

temas interligados e interdependentes. Qualquer modificação em algum deles provoca modificações nos

demais. Além do mais, esses subsistemas são concebidos como permanecendo num estado de equilíbrio, no

qual uma modificação em alguma parte provoca reação das demais, no sentido de restabelecer uma condição

de equilíbrio preexistente, anterior àquela modificação. Isso assinala a influência do conceito de equilíbrio social de Vilfredo Pareto nessa concepção.

A colaboração humana é determinada antes pela organização informal do que pela organização formal. A colaboração é um fenômeno estritamente social, não lógico, baseado inteiramente em códigos sociais, convenções, tradições, expectativas e modos rotineiros de reagir às situações. Não é questão de lógica, mas de psicologia. Assim, para a maioria dos operários, os estímulos psicológicos e sociais são mais importantes do que as condições de ordem material ou econômica. A concepção do homem econômico não explica adequadamente o comportamento humano e precisa estabelecer uma relação lógica e primária entre causa (condições físicas) e efeito (cooperação). Também a fadiga não tem apenas origem orgânica e fisiológica, mas principalmente subjetiva e psicológica. Dentro desse espírito, a Teoria das Relações Humanas trouxe novas dimensões e novas variáveis para a TGA.

Teoria Clássica	Teoria das Relações Humanas
Trata a organização como uma máquina.	Trata a organização como grupos de pessoas.
Enfatiza as tarefas ou a tecnologia.	Enfatiza as pessoas.
Inspirada em sistemas de engenharia.	Inspirada em sistemas de psicologia.
Autoridade centralizada.	Delegação plena de autoridade.
Linhas claras de autoridade.	Autonomia do empregado.
Especialização e competência técnica.	Confiança e abertura.
Acentuada divisão do trabalho.	Ênfase nas relações humanas entre as pessoas.
Confiança nas regras e nos regulamentos.	Confiança nas pessoas.
Clara separação entre linha e "staff".	Dinâmica grupal e interpessoal.

COMPARAÇÃO ENTRE TEORIA CLÁSSICA E TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS

Adaptado de: Charles Perrow, apud Fred Luthans, "The Short and Glorious History of Organizational Theory", in Contemporary Readings in Organizational Behavior, New York, McGraw-Hill Book Co., 1977, p.106.

SUMÁRIO

1. As origens da Teoria das Relações Humanas remontam a algumas décadas antes de seu aparecimento nos Estados Unidos, berço da democracia, do pragmatismo e da iniciativa individual. Efetivamente, porém, esta teoria surgiu com a Experiência de

Hawthorne.

2. Sem o pretender, a Experiência de Hawthorne marca, ao longo de sua duração de cinco anos, o início de uma nova teoria calcada em valores humanísticos na Administração, deslocando totalmente a preocupação anteriormente voltada para a tarefa e para a estrutura para a preocupação com as pessoas.
3. Com as conclusões iniciais tomadas a partir da Experiência de Hawthorne, novas variáveis são acrescentadas ao já enriquecido dicionário da Administração: a integração social e o comportamento social dos empregados, as necessidades psicológicas e sociais e a atenção para novas formas de recompensas e sanções não-materiais, o estudo dos grupos informais e da chamada organização informal, o despertar para as relações humanas dentro das organizações, a ênfase nos aspectos emocionais e não-rationais do comportamento das pessoas e a importância do conteúdo dos cargos e tarefas para as pessoas que os realizam e executam.
4. Dentro dessa abordagem humanística, um quadro maior se depara aos olhos dos pesquisadores: a própria civilização industrializada que leva as empresas a uma preocupação confinada apenas à sua sobrevivência financeira e à necessidade de maior eficiência para o alcance de lucros garantidos. Assim, todos os métodos convergem para a eficiência e não para a cooperação humana e, muito menos, para objetivos humanos. Daí o conflito industrial (objetivos das organizações versus objetivos individuais dos seus participantes) merecer um tratamento profilático e preventivo.
5. Assim, torna-se indispensável conciliar e harmonizar as duas funções básicas da organização industrial: a função econômica (roduzir bens ou serviços para garantir o equilíbrio externo) e a função social (distribui satisfações entre os participantes para garantir o equilíbrio interno).

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Quais as origens da Teoria das Relações Humanas?
2. Comente a 1ª fase da experiência de Hawthorne.
3. Comente a 2ª fase da experiência de Hawthorne.
4. Quais as conclusões da experiência de Hawthorne?
5. Comente o impacto da civilização industrializada sobre a criatura humana.
6. Quais as funções básicas da organização industrial?
7. Faça um confronto entre a Teoria Clássica e a Teoria das Relações Humanas.

CASO HELNY S.A., INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS ESPECIAIS

A Helny S.A., Indústria e Comércio de Embalagens Especiais, é uma empresa que fabrica embalagens e fechamentos especiais para indústrias farmacêuticas e de bebidas. Foi fundada por Alfredo Brunassi, homem que trabalhava em uma fábrica de fiação e tecelagem. Brunassi iniciou suas atividades em um pequeno armazém, com apenas duas pequenas máquinas dotadas de certa automatização, compradas de segunda mão, para a produção de fechamentos de alumínio para medicamentos. Vendo boas perspectivas de progresso com a pequena fábrica, e faltando-lhe mais recursos financeiros para aumentar a produção, propôs sociedade a seu amigo Sérgio de Castro, um torneiro-mecânico formado pelo SENAI. Sérgio estudou as condições propostas por Brunassi e concordou com a sociedade, já que tinham algum capital disponível, acumulando as funções de Chefe de Produção e mecânico e projetista de novas máquinas.

A pequena fábrica teve uma evolução muito grande, sendo os produtos muito bem aceitos pelas indústrias farmacêuticas. Percebendo esse avanço, Sérgio e Brunassi verificaram que não tinham tempo suficiente para visitas e contatos com a clientela. Resolveram contratar uma pessoa experiente em vendas para exercer a função de vendedor, chamando Sebastião de Souza. Com a admissão de Sebastião, houve um grande incremento de pedidos e conseqüentemente de produção, de tal forma que a fábrica teve de ser mudada para outro local com dependências maiores. Com as novas instalações e contando com 8 máquinas projetadas e desenvolvidas por Sérgio em sua linha de produção, a Helny defrontou-se com um novo, e sério problema: a falta de alumínio no mercado para abastecer sua produção. A dificuldade em encontrar alumínio e os preços, já vertiginosa alta provocaram dificuldades financeiras na empresa devido aos atrasos na produção: pedidos iam se acumulando e entregues se atrasando; baixa produtividade decorrente da falta de matéria-prima; paralisações da produção por falta de material de trabalho e precária cobertura financeira, pois os atrasos de pagamento dos clientes pelo retardamento das entregas provocaram igualmente atrasos no pagamento dos fornecedores e das comissões de vendas realizadas por Sebastião. Recorrendo a empréstimos externos, a Helny conseguiu liquidar suas dívidas com os fornecedores, mas

não conseguiu liquidar o montante das comissões acumuladas de Sebastião. Com a falta de

condições financeiras para acerto, Brunassi e Sérgio chegaram à conclusão de que a única maneira de conseguir essa liquidação em caráter imediato seria convidar Sebastião a participar da sociedade na proporção da dívida, o que foi prontamente aceito por Sebastião.

Após alguns meses, o fornecimento de alumínio regularizou-se no mercado graças ao início de operações de uma grande multinacional e a Helny voltou a trabalhar com regularidade. Tendo certas idéias inovadoras que visavam principalmente ao aumento e à eficiência da produção, e agora fazendo parte da sociedade, Sebastião propôs a admissão de alguns funcionários a fim de proporcionar maior tempo possível a Sérgio, para que este pudesse criar e projetar novas máquinas e diversificar os produtos de acordo com as exigências dos clientes, bem como substituir as máquinas existentes para melhorar a qualidade dos produtos, já que este era um aspecto importantíssimo no ramo em que se encontravam, pois os laboratórios farmacêuticos eram muito exigentes com relação às suas embalagens.

Com novas máquinas e com técnicas operacionais mais modernas, a Helny experimentou uma fase de enorme evolução. Porém, devido a desentendimentos com Brunassi, Sérgio retirou-se da sociedade, vendendo sua cota para Sebastião, que passou a ser o possuidor da maior parte das ações da sociedade. Com a saída de Sérgio e aproveitando certas idéias deste, Sebastião e Brunassi concordaram com a criação do Departamento de Desenhos e Projetos, admitindo um experiente desenhista-projetista que chefiava um departamento de projetos em outra empresa. Com o crescimento da empresa que chegou a mais de 200 empregados, a fábrica foi novamente transferida para novo local com melhores condições de trabalho. Brunassi cuidava diretamente da área de produção e mantinha um bom relacionamento com o pessoal, enquanto Sebastião se dedicava exclusivamente aos problemas administrativos, financeiros e comerciais da empresa. Sebastião não concordava com o excesso de liberdade no relacionamento que Brunassi mantinha com o pessoal, pois achava que isto trazia certos resultados negativos, pois os operários tornavam-se preguiçosos, vadios e desinteressados em relação às suas tarefas.

Com a evolução da empresa, Sebastião e Brunassi resolveram

transformar a firma em uma sociedade anônima. Como Sebastião era o maior cotista, foi eleito Diretor-Presidente, e Brunassi, Diretor de Produção. Para as demais funções administrativas foram nomeados e incorporados à sociedade um Diretor Financeiro, Mauro Ramos Cardoso, um Diretor Comercial, Luiz Carlos de Souza, um Diretor Administrativo, Celso de Souza. Os dois últimos eram filhos de Sebastião. Mauro Ramos Cardoso era um administrador formado pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas e, sobretudo, um executivo bem sucedido na área financeira. Luiz Carlos de Souza era administrador formado pelas Faculdades São Judas Tadeu, com boa experiência na área comercial, enquanto Celso de Souza, apesar de também formado em Administração, tinha pouca vivência empresarial.

Após algum tempo de empresa, Luiz Carlos desenvolveu algumas estratégias revolucionárias em sintonia com os objetivos da empresa, procurando diversificar ainda mais a produção, mas sem sair do ramo de atividade de embalagens e fechamentos especiais. Iniciou contatos com uma empresa italiana de grande porte para aplicação de know-how no setor de embalagens e fechamentos para bebidas, principalmente tampinhas de garrafas. Após intensas conversações e viagens, a empresa italiana concedeu à Helny a licença e exclusividade para a fabricação desses fechamentos especiais no Brasil. A Helny montou uma nova fábrica, com grande número de máquinas injetoras de plástico, pois tais fechamentos são feitos quase que totalmente de material plástico. Para tanto, a Helny teve de fazer pesados investimentos financeiros.

O novo produto de plástico teve imediata e excepcional aceitação pelas indústrias de bebidas. Como não se esperavam resultados tão imediatos, a produção mostrou-se insuficiente. Luiz Carlos passou a preocupar-se também com problemas de produção e propôs elevar o número de operários da produção para 600. Porém, possuía as mesmas idéias do pai quanto ao tratamento dos operários. Passou a exigir uma produção mais elevada. A nova fábrica funcionava em três turnos ininterruptos de 8 horas cada um, para melhor aproveitamento das máquinas existentes. Os operários achavam impossível aumentar a produção, pois as máquinas injetoras trabalham dentro de um processo semi-automatizado que requer tempos predeterminados para o aquecimento, injeção e prensagem do material plástico e, se os tempos fossem desobedecidos, as peças sairiam com deformações ou com defeitos. Conforme os operários previam, as peças realmente começaram a sair deformadas e com defeitos. Porém, Luiz Carlos estava preocupado com a produção e com a quantidade e não com a qualidade das peças. Para elevar a produção, passou a exigir a admissão de pessoal experiente no setor plástico para supervisionar e controlar os operários, implantou sistemas de controles rígidos que passaram a ser coordenados e executados por cronometristas e cronoanalistas, elaborou mapas de produção que visualizavam os setores mais ineficientes da produção. Os fabricantes de bebidas começaram a reclamar da baixa qualidade dos produtos que recebiam, o que ia justamente contra as idéias do pai e de Brunassi, que sempre se preocuparam com o máximo em qualidade. As constantes devoluções levaram a uma grande queda nos pedidos e, conseqüentemente, da produção, provocando índices elevados de despesas e baixíssima rentabilidade. Os demais membros da diretoria, preocupados com o problema, convocaram uma reunião com os chefes de seções, chefes de manutenção, supervisores etc. Após acalorada discussão, Luiz Carlos salientou que os culpados eram os próprios operários que haviam contrariado as suas determinações. Isto causou uma repercussão fortemente negativa na firma, gerando um clima de profundo descontentamento e insatisfação, fazendo com que os operários se tornassem antagônicos com a permanência do jovem diretor na empresa. Os diretores conseguiram controlar a situação mas não conseguiram ameni-

zar a mágoa dos operários. Por sua vez, Luiz Carlos reconheceu que sua atitude não fora correta e procurou solucionar o problema introduzindo prêmios de produção, aumentos salariais, maiores contatos com os operários, mas não obteve muito êxito.

CASO CONSTRUTORA IMÓBILIS S.A.

A Construtora Imóbilis S.A. passou por um período de enorme prosperidade na década de

70. Seus negócios, nesse período, cresceram a uma taxa de 15% ao ano, em média. Contudo, nos anos de 1980 e 1981, a empresa experimentou forte retração em seus negócios, provocada pela conjuntura nacional extremamente desfavorável, especialmente para o ramo de construção de imóveis. A maior parte das operações (construção, vendas e financiamentos de apartamentos) da empresa se concentra no eixo da grande São Paulo e do Rio de Janeiro.

O pessoal de vendas - os chamados corretores de imóveis - é predominantemente constituído de pessoas da classe média inferior, com formação colegial e cuja remuneração é baseada exclusivamente em comissões sobre as vendas efetuadas.

Com a diminuição das vendas, com a dificuldade de desovar os estoques acumulados de apartamentos disponíveis, com o crescente custo financeiro do dinheiro empadado, a

Diretoria da Imóbilis decidiu impor um rígido plano de contenção de certas despesas inadiáveis e de redução drástica de outras despesas que pudessem ser cortadas.

O Diretor Comercial resolveu distribuir uma comunicação interna a todo o seu pessoal de vendas, com o seguinte teor:

"Prezados Colaboradores

Como é do conhecimento de todos, a companhia atravessa um difícil período de sua existência, em que as

vendas sofreram forte retração e o faturamento caiu a níveis muito baixos.

Como a expectativa para o próximo

ano é de continuidade e permanência dessa situação crítica, precisamos envia-los todos os esforços possíveis

para reduzir drasticamente todas as despesas. Como providência inicial, solicito sejam canceladas todas

as despesas de almoços e recepções para fins promocionais e que sejam profundamente reduzidas todas as

despesas de quilometragem semanal para o transporte de clientes aos locais de venda. Se, porventura, não

tivermos um volume maior de vendas de um lado e, de outro, uma redução sensível nas despesas acima, tere-

mos de efetuar novos cortes nos orçamentos de despesas. Provavelmente, seremos obrigados a reduzir o

número de nossos empregados, como providência seguinte.

Para que possamos atingir os objetivos da empresa, deveremos comprimir as despesas em, pelo menos, 20%

no próximo ano.

Coloco-me à inteira disposição de todos para quaisquer esclarecimentos ou troca de sugestões a respeito.

Alberto Chagas
DIRETOR COMERCIAL"

Essa comunicação interna provocou forte impacto em todo o pessoal, chocando-o pelo

seu conteúdo. Todas as manhãs de segunda-feira, o pessoal de vendas se reunia no escritório

do Gerente de Vendas, Frederico Bustamante, para discutir as ocorrências da semana e traçar

a estratégia a ser adotada para a semana seguinte. Nessas reuniões, é costume todo o pessoal

de vendas se aglutinar, trocar idéias e interagir informalmente entre si. Na reunião em que se

tomou conhecimento dessa comunicação interna, o pessoal de vendas pediu a João Manga-

reira que apresentasse a Frederico a opinião do grupo e suas reclamações quanto à forma

pela qual a comunicação fora feita, sem qualquer explicação prévia ou participação do grupo

na decisão nela contida. Ademais, o grupo já havia anteriormente, e em várias ocasiões,

se queixado do sistema de remuneração por comissões calculadas sobre as vendas feitas. O grupo achava que a companhia devesse conceder aumentos por mérito em função do alcance dos objetivos específicos de vendas alcançados durante o ano. Bssa solicitação do pessoal de vendas foi sumariamente rejeitada pel Diretoria Comercial, qtie simplesmente argumentou que quanto maiores as vendas, melhores as comissões recebidas: `o alcance dos objetivos de vendas proporciona, em conseq ência, um volume proporcional de comissões.

João Mangabeira, seguro de si, procurando representar o consenso dos colegas a respeito, levantou-se, em plena reunião, para apresentar formalmente, ao Gerente de vendas, a posição do pessoal de vendas. Explicou que todos os colegas estavam dando tudo de si e que os clientes precisariam ser estimulados para comprarem, o que exigia dinheiro para promoções e para gastos com gasolina para transportá-los aos locais de exposição de apartamentos.

Frederico escutou atentamente o que João expunha e explicou pacientemente que essa era a política da empresa e não uma idéia própria dele, somente. Mais do que isso, Frederico afirmou que os termos da comunicação interna seriam levados a cabo de qualquer maneira, por que estavam em jogo os interesses da empresa. Qualquer manifestação contrária seria puni-

da rigorosamente. A empresa estava em perigo e tudo deveria ser feito para salvá-la das ameaças. A reunião terminou friamente.

No dia seguinte, pela manhã, João foi chamado à sala de Frederrcee ali foi informado

de que, a partir desse dia, seus serviços não seriam mais necessários à companhia. Recebeu

um envelope com o pagamento do mês e a notificação de seu desligamento da empresa.

CAPÍTULO 6

DECORRENCIAS DA TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS

Objetivos deste Capítulo

Identificar a nova concepção de Administração a partir de uma nova concepção da natureza do ser humano: o homem social que passou a substituir o homem econômico.

Delinear a influência da motivação humana dentro da Administração, bem como a complexidade de seu estudo, sua repercussão sobre o moral e a atitude das pessoas.

Mostrar as primeiras experiências sobre liderança e sobre comunicações e o impacto dos seus resultados sobre a teoria administrativa.

Conceituar a organização informal, suas origens e suas principais características.

Introduzir o aluno no conhecimento da dinâmica de grupo, das características dos grupos, seu comportamento diante de mudanças.

Permitir uma apreciação crítica a respeito das restrições, limitações e distorções da Teoria das Relações Humanas.

Com o advento da Teoria das Relações Humanas uma nova linguagem passa a dominar o repertório administrativo: fala-se agora em motivação, liderança, comunicação, organização informal, dinâmica de grupo etc. Os antigos conceitos clássicos de autoridade, hierarquia, racionalização do trabalho, departamentalização, princípios gerais de Administração etc. passam a ser duramente contestados. Subitamente, passa-se a explorar o reverso da medalha. O engenheiro e o técnico cedem lugar ao psicólogo e ao sociólogo. O método e a máquina perdem a primazia em favor da dinâmica de grupo. A felicidade humana passa a ser vista sob um ângulo completamente diferente, pois o *homo economicus* cede o lugar para o homem social. Essa verdadeira revolução na Administração ocorreu justamente nos primeiros

cios da II Guerra Mundial, ressaltando o caráter democrático da A
 ir a,s
 nas tanefas e na atrutura b substitufda pela ê fasr nas
 Com a Teoria das RelafBes Humanas surge uma nova concepção sobre a
 natureza do
 homem, o homem social:

1. Os trabalhadorCs são criatures sociais eomplCxas, com sCntimCntos, dCsCjos C tCmora. O oomportemCnto no trabalho - como o comportemCnto Cm QualquCr lugar - E uma consCqU2ncia dC muitos fetorCs moti-vecioneis.
2. As são moúv por oatas nCceasidedCs C setisf primáries com os quais intCregCm. IlificuldedCs Cm perticiper C Cm sC rclacioner com o grupo ocesionam clCvação da rotação dC pCssoel, ebeixemCnto do morel, fediga meis rlpida, redução dos nfvCis dC dCsCmpCnho Mc. Os intCrvelos dC dCscenso c paredes pera cefE são importantCs não somCntC porquC rcduzCm fadiga fisica individuel, mes principeltnCntC porquC pCrmitCm um máo para quC as intCrejam, formando gru-pos sociais (org ' informal).
3. O comportentento dos grupos podC ser manipul8do etravEs dC um edCquado Cstilo dc supCrvisão C lidC-rençe. O supcrvisor Cfcez E equClC que possui hebilidedC pare manipul8r sCus subordinados, obtCndo 1C81d8dC, pBdrÕCS ClCvados dC dCsCmpCnho C elto compromisso com os objCtivos da org '.
4. As normas do grupo funcionam como mCcanismos rCgulBdorCs do eomportemCnto dos mCmbros. Os nfvCis dC produção são controlados informalmCntC pCls norntes do grupo. EssC kontrok social podC ad ter tento sençeCs positivas (Csttmutos, ecCit sociel Ctc.) como nCgetivs (gozaçBCs, CsfriamCnto por pertC do grupo, sanç8es simbófices Ctc.).

INFLUENCIA DA MOTIVAÇÃO HUMANA

A motivaç o procura explicar por que as pessoas se comportam. Vimos que a Administração Científica de Taylor e de seus seguidores baseava-se na concepção do homo economicus, segundo a qual o comportamento do homem é motivado exclusivamente pela busca do dinheiro e pelas recompensas salariais e materiais do trabalho. Assim sendo, toda a Abordagem Clássica da Administra ão se alicerçava nessa teoria da motivação'. Contudo, as teses dos engenheiros da organização enfrentavam uma forte reação por parte dos trabalhadores das empresas onde se implantavam as técnicas de estudos de tempos e

movimentos e os pla-

nos de incentivos salariais típicos da Administração Científica. Em face do envolvimento dos

sindicatos americanos, a Comissão Hoxie trouxe à baila o exagero do tecnicismo e a aborda-

gem mecanicista da Administração Científica.

A Experiência de Hawthorne veio demonstrar que o pagamento ou recompensa salarial

- mesmo quando efetuado em bases justas ou generosas - não é o único fator decisivo na

satisfação do trabalhador dentro da situação de trabalho. Elton Mayo e sua equipe passaram

a chamar a atenção para uma nova teoria da motivação antagônica à do homo economicus

dos clássicos: o homem é motivado, não por estímulos econômicos e salariais, mas por

recompensas sociais, simbólicas e não materiais. Com o passar do tempo, as empresas ameri-

canas tomaram consciência de um terrível paradoxo: "o trabalhador americano vem sendo

cada vez mais valorizado; quer pelo seu nível de educação, quer pelo seu salário; ao mesmo

tempo, vão se degradando as suas funções, pela extensão e intensificação da automação e

Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit.

2 H. C. J. Aitken, Taylorism at Watertown Arsenal, cit.

por uma organização cada vez mais precisa e detalhada. As conseqüências são duplas: de um lado, temos o desestímulo à produtividade devido à crise de motivações e, de um modo geral, o subemprego do capital humano; no plano político, temos o mal-estar de hoje e talvez a revolta de amanhã".

Com a Teoria das Relações Humanas passou-se a estudar a influência da motivação no comportamento das pessoas.

1. Teoria de Campo de Lewin

Em 1935, Kurt Lewin já se referia em suas pesquisas sobre o comportamento social ao

importante papel da motivação. Para melhor explicar a motivação do comportamento ela-

borou a teoria de campo, que se baseia em duas suposições fundamentais :

- a) o comportamento humano é derivado da totalidade de fatos coexistentes'
- b) esses fatos coexistentes têm o caráter de um campo dinâmico, no qual cada parte do campo depende de uma inter-relação com as demais outras partes

O comportamento humano não depende somente do passado ou do futuro mas do campo dinâmico atual e presente. Esse campo dinâmico é o espaço de vida que contém a pessoa e o seu ambiente psicológico"

Lewin propõe a seguinte equação, para explicar o comportamento humano:

$$C = f(P, M)$$

onde o comportamento (C) é função (f) ou resultado da interação entre a pessoa (P) e o meio ambiente (M) que a rodeia.

O ambiente psicológico (ou ambiente comportamental) é o ambiente tal como é percebido e interpretado pela

pessoa. Mais do que isso, é o ambiente relacionado com as atuais necessidades do indivíduo. Alguns objetos, pessoas ou situações podem adquirir valência no ambiente psicológico, determinando um campo dinâmico

de forças psicológicas. Os objetos, pessoas ou situações adquirem para o indivíduo uma valência

positiva (quando podem ou prometem satisfazer necessidades presentes do indivíduo) ou valência negativa (quando

podem ou prometem ocasionar algum prejuízo). Os objetos;

pessoas ou situações de valência positiva atraem

o indivíduo e os de valência negativa o repelem. A atração é a força ou vetor dirigido para o objeto, pessoa

ou situação; a repulsa é a força ou vetor que o leva a se afastar do objeto; pessoa ou situação, tentando escapar.

Um vetor tende sempre a produzir locomoção em uma certa direção. Quando dois ou mais vetores

atuam sobre uma pessoa ao mesmo tempo, a locomoção é uma espécie de resultante de forças. Algumas

vezes, a locomoção produzida pelos vetores pode ser impedida ou completamente bloqueada por uma barreira

ou, que é algum impedimento ou obstáculo. De um modo geral, a locomoção pode ser de abordagem ou de

aproximação (a abordagem ou de fuga ou repulsa (avoidance) em relação a algum objeto, pessoa ou situação.

Algumas vezes, a locomoção produzida pelos vetores pode ser impedida ou completamente bloqueada por

uma barreira. A barreira não tem valência por si mesma e não exerce nenhuma força: ela oferece resistência

(ver "A Motivação: Taylor e Morreu" Les Informations, Paris, maio 1970. e anexos,

4 Kurt Lewin, A Dynamic Theory of Personality, New York, McGraw-Hill Book Co. 1935.

Kurt Lewin; Principles of Topological Psychology, New York, McGraw-Hill Book Co., 1936.

sempre que alguma força E exercida sobre ela. Quando a borretro E rfgida, ela exige do indivfduo tentativas de exploração para ultrapassá-la e, quando inultrapassável, adquire como que uma volência negativa.

Para Lewin, toda necessidade cria um estado de tensão no individuo, uma predisposição à açgo, s<< u u- ma direçgo especffca. Quando um objeto exeq0fvel ó encontrado, ele adquire uma val ncia positiva, e um vetor 8 despertado para dirigir locomoção para o objeto. Quando a tensão 8 excessiva (muita fome, p. ex.), ela pode tumultuar a percepç o do ambiente e desorientar o comportamento do indivfduo. Se surge uma bor niro, ocorre a frustração pelo não alcance do objeto, provocando aumento da tensão e levando a um com- portamento ainda mais desorientado.

Lewin utilizou uma combinação de onálrse topológica (para mapear o espaço vital) e vetoriol (para indicar a força dos motivos no comportamento), desenvolveu uma strie de experimentos sobre a motivaçgo, a satis- fação e a frustração, Qs efeitos da liderança autocrática e democrática em grupos de trabalho etc.

Lewin foi um profundo inspirador dos autores da Escola das RelaçBes Humanas e das demais outras teorias desenvolvidas a partir desta.

2. As Necessidades Humanas Básicas

A compreensão da motivação do comportamento exige o conhecimento das necessidades humanas. A Teoria das Rela ões Humanas constatou a existência de certas necessidades humanas fundamentais. Verificou-se que o comportamento humano é determinado por cau- sas que, às vezes, escapam ao próprio entendimento e controle do homem. Essas causas se chamam necessidades ou motivos: são forças conscientes ou inconscientes que levam o indi- víduo a um determinado comportamento. A motivação se refere ao comportamento que é causado por necessidades dentro do indivíduo e que é dirigido em direção aos objetivos que podem satisfazer essas necessidades.

Assim, o homem passou a ser considerado um animal dotado de necessidades que se alternam ou se sucedem conjunta ou isoladamente. Satisfeita uma necessidade, surge outra em seu lugar e, assim por diante, contínua e in mitamente. As necessidades motivam o com- portamento humano dando-lhe direção e conteúdo.

Ao longo de sua vida, o homem evolui por três nfveis ou estágios de motivação :

à medi-

da que vai crescendo e amadurecendo, vai ultrapassando os
estágios mais baixos e desenvol-

vendo necessidades de níveis gradativamente mais elevados. As diferenças
individuais

influem poderosamente quanto à duração, intensidade e possível fixação em cada
um desses

estágios .

Os três níveis ou estágios de motivação correspondem às necessidades f
iológicas,

psicológicas e de auto-realização.

a) Necessidades Fisiológicas

São as chamadas necessidades vitais ou vegetativas, relacionadas com a
sobrevivência do

indivíduo. São inatas e instintivas. Situadas no nível mais baixo, as
necessidades fisiológicas

são também comuns aos animais. Exigem satisfações periódicas e cíclicas.

As principais necessidades fisiológicas são as de alimentação, sono, atividade
física,

satisfação sexual, abrigo e proteção contra os elementos e de segurança física
contra os pe-
rigos .

Se um indivíduo tem fome, procura alimento; porém, quando come regularmente, a fome deixa de ser uma motivação importante. As necessidades fisiológicas podem ser satisfeitas por antecipação, sem mesmo atuarem sobre o comportamento humano. Assim, a vida moderna com os horários de refeições, de sono, bem como a adequação do vestuário etc. permite que essas necessidades passem a ser controladas pelo cotidiano, sem que cheguem a influenciar o comportamento. Contudo, à medida que, por qualquer eventualidade, o indivíduo deixa de satisfazê-las, elas passam a atuar com intensidade extremamente forte.

A Experiência de Hawthorne revelou que a Western Electric desenvolvia uma política com relação ao seu pessoal que atendia plenamente às necessidades mais básicas dos empregados. Uma vez satisfeitas essas necessidades elas passaram a não mais influenciar o comportamento dos mesmos. Deste modo, o comportamento passou a ser motivado por outras necessidades mais complexas: as necessidades psicológicas.

b) Necessidades psicológicas

São necessidades exclusivas do homem. São aprendidas e adquiridas no decorrer da vida e representam um padrão mais elevado e complexo de necessidades. As necessidades psicológicas são raramente satisfeitas em sua plenitude. O homem procura indefinidamente maiores satisfações dessas necessidades, que vão se desenvolvendo e se sofisticando gradativamente.

Dentre as necessidades psicológicas estão:

1. Necessidade de segurança íntima:

É a necessidade que leva o indivíduo à sua autodefesa, à procura de proteção contra o perigo, à ameaça ou à privação potenciais. A necessidade de segurança íntima conduz a uma busca incessante de ajustamento e tranquilidade pessoal em direção a uma situação segura para o indivíduo.

2. Necessidade de participação

É a necessidade de fazer parte, de ter contato humano, de participar conjuntamente com outras pessoas de alguma coisa ou empreendimento. A necessidade de participação foi bastante enfatizada por Elton Mayo na explicação do comportamento em grupo. A aprovação social, o reconhecimento do grupo, a necessidade de calor humano, de fazer parte de algum grupo, de dar e receber amizade são necessidades que fazem parte desta classe de necessidade e que levam o homem a viver em grupo e socializar-se. Dentro do

grupo social existe a simpatia (que leva à coesão social) e a antipatia (que leva à dispersão social), dependendo da maneira como esta necessidade é satisfeita ou não nos diversos indivíduos.

3. Necessidade de autoconfiança: 1

É uma necessidade decorrente da auto-avaliação de cada indivíduo. Refere-se à maneira pela qual cada

pessoa se vê ou se avalia, ao auto-respeito e à consideração que tem para consigo mesmo.

4. Necessidade de afeto:

É a necessidade de dar e receber amor e carinho

c) As Necessidades de Auto-Realização

São produtos da educação e da cultura e também elas; como as necessidades psicológicas,

são raramente satisfeitas em sua plenitude, pois o homem vai procurando gradativamente

maiores satisfações e estabelecendo metas crescentemente sofisticadas.

A necessidade de auto-realização é a síntese de todas as outras necessidades. É o impulso de cada um realizar o seu próprio potencial, de estar em contínuo autodesenvolvimento no sentido mais elevado do termo.

3. Ciclo Motivacional

A partir da Teoria das Relações Humanas, todo o acervo de teorias psicológicas acerca da motivação humana passou a ser aplicado dentro da empresa. Verificou-se que todo comportamento humano é motivado. Que a motivação, no sentido psicológico, é a tensão persistente que leva o indivíduo a alguma forma de comportamento visando à satisfação de uma ou mais determinadas necessidades. Daí o conceito de ciclo motivacional. O ciclo motivacional pode ser assim explicado : O organismo humano permanece todo de equilíbrio psicológico (equilíbrio de forças psicológicas, segundo Lewin), até que um estímulo o rompa e crie uma necessidade. Essa necessidade provoca um estado de tensão em substituição ao anterior estado de equilíbrio. A tensão conduz a um comportamento ou ação capaz de atingir alguma forma de satisfação daquela necessidade. Se satisfeita a necessidade, o organismo retorna ao seu estado de equilíbrio inicial, até que outro estímulo sobrevenha. Toda satisfação é basicamente uma liberação de tensão, uma descarga tensional que permite o retorno ao equilíbrio anterior.

Equilíbrio

Estímulo ou
incentivo

Satisfação

Necessidade

Tensão

Comportamento
ou ação

AS ETAPAS DO CICLO MOTIVACIONAL, ENVOLVENDO A SATISFAÇÃO DE
UMA NECESSIDADE.

4. Frustração e Compensação

fi
alguma barreira ou obstá-
alguma satisfação é blo-
tensão existen não
tensão acumulada no or anis-
mo mantém o estado de desequilíbrio.
da satisfação da
transferência. Ocorre a compensação
<essidade impossível de ser
ou substitutiva. Assim, a
importante e reduz ou evita afrus-
frustrada ou compensada.
variações intermediárias.
fixados e quase não
i
alimentação, a sede somente
i ;
satisfeitos. Para as necessidades
transferências
pree
ainda pela conduta atlé-
i
;
porém, quando uma
passa a ser um motivo frus-
trado.

I em sempre a satisfaç o das necessidades é obtida. Pode existir
lo ao alcance da satisfaçgo de alguma n <essidade. Toda vez que
queada por alguma rr lra, ocorre afrustração. Havendofrustração a
é liberada através da descarga provocada pela satisfação. Essa
Por outro lado, o ciclo motivacional pode ter outra solução além
necessidade ou da sua frustração: a compensa<io ou
(ou transferência) quando o indivíduo tenta satisfazer alguma n
satisfeita, através da satisfaç o de outra necessidade complementar
satisfaçgo de outra necessidade aplaca a necessidade mais
trt Do. Desta forma toda necessidade humana pode ser satsrfeita,
Cada uma dessas soluções envolve uma in lidade de nuances e de
para as necessidades j iológicas os objetivos são relativamente
têm compensações ou substitutos: a fome só se satisfaz com
com a ingest o de líquidos, se estes são os motivos a serem
uto-reali ão os objetivos são mais flexíveis e possibilitam
psicnlógicas e de a r exemplo, pode ser satisfeita pela
e compensações. A necessidade de prestlgio, po mi-
nência social, pelo sucesso profissional, pelo poder do dinheiro ou
tica.
Toda necessidade não satisfeita é motivadora de com ortamento,
necessidade n o é satisfeita dentro de algum tempo razoável, ela

AS ETAPAS DO CICLO MOTIVACIONAL COM

FRUSTRAÇÃO OU

COMPENSAÇÃO QUANDO HÁ IMPOSSIBILIDADE DE
SATISFAÇÃO DA NECESSIDADE

A frustração pode levar a certas reações generalizadas, a saber

- a) desorganização do comportamento: a conduta do homem frustrado pode se tornar repentinamente ilógica e sem explicação aparente;
- b) agressividade: o homem frustrado pode se tornar agressivo. A liberação da tensão acumulada pode acontecer através de agressividade física, verbal, simbólica etc.;
- c) reações emocionais: a tensão retida pela não-satisfação da necessidade pode provocar formas de reação, como ansiedade, aflição, estados de intenso nervosismo ou ainda outras formas de consequência, como insônia, distúrbios circulatorios, digestivos etc.;
- d) alienação e apatia: o desagrado em face da não-satisfação pode ocasionar reações de alienação, de apatia e de desinteresse pelo alcance dos objetivos frustrados como forma ou mecanismo inconsciente de defesa do ego.

5. O Moral e Atitude

A literatura sobre o moral dos empregados teve seu início com a Teoria das Relações

Humanas. O moral é um conceito abstrato, intangível, porém perfeitamente perceptível. O

Moral elevado	T	Fanatismo
I		Euforia
		Atitudes positivas
		Satisfação
		Otimismo
		Cooperação
		Coesão
		Colaboração
		Aceitação dos objetivos
		Boa Vontade
I		Identificação
I		Atitudes negativas
		Insatisfação
		Pessimismo
		Oposição
		Negação
		Rejeição dos objetivos
		Má vontade
		Resistência
		Dispersão
I		Disforia
Moral baixo	j	Agressão

6 Fritz J. Roethlisberger, *Management and Morale*, Cambridge, Mass.,
Harvard University Press, 1941

moral é uma decorrência do estado motivacional, uma atitude mental provocada pela satis-

fação ou não-satisfação das necessidades dos indivíduos. Como o moral está intimamente

relacionado com o estado motivacional, na medida em que as necessidades dos indivíduos

são satisfeitas pela organização, ocorre uma elevação do moral, enquanto, na medida em

que as necessidades dos indivíduos são frustradas pela organização, ocorre um abaixamento

do moral. Via de regra, quando o moral está elevado é porque as necessidades individuais

encontram meios e condições de satisfação; quando o moral está baixo é porque as necessi-

dades individuais encontram barreiras internas ou externas que impedem sua satisfação e

provocam a frustração.

O moral elevado é acompanhado de uma atitude de interesse, identificação, aceitação

fácil, entusiasmo e impulso positivo em relação ao trabalho e geralmente em paralelo a uma

diminuição dos problemas de supervisão e de disciplina. O moral elevado desenvolve a co)a-

boração, porquanto ele se apóia em uma base psicológica onde predomina o desejo de per-

tencer e a satisfação de trabalhar em grupo. Depende invariavelmente do clima de relações

humanas que se desenvolve dentro de uma organização, principalmente quando a organiza-

ção formal permite um adequado entrosamento com a organização ir formal, quando as

comunicações são de boa qualidade e o nível de supervisão é satisfatório.

Por outro lado, o moral baixo é acompanhado por uma atitude de desinteresse, nega-

ção, rejeição, pessimismo e apatia com relação ao trabalho e geralmente trazendo problemas

de supervisão e de disciplina. Assim, o moral é uma conseqüência do grau de satisfação das

necessidades individuais.

LIDERANÇA

A Teoria Clássica não se preocupou virtualmente com a liderança e suas implicações. Apesar

de Urwick, Gulick e Mooney se referirem superficialmente à liderança, ela não constituiu um

assunto de muito interesse, mesmo para os posteriores autores clássicos.

Com a Teoria das Relações Humanas passou-se a constatar a enorme influência da

liderança informal sobre o comportamento das pessoas. Enquanto a Teoria Clássica enfi-

zava unicamente a autoridade formal, considerando apenas a chefia dos níveis hierárquicos

superiores sobre os níveis inferiores exclusivamente nos aspectos relacionados com as ativi-

dades e funções do cargo, a Experiência de Hawthorne teve o mérito - entre outros - de

demonstrar a existência de líderes informais que encarnavam as normas e expectativas do

grupo e que mantinham estrito controle sobre o comportamento do grupo, ajudando os ope-

rários a atuarem como um grupo social coeso e integrado. Nessa experiência, verificou-se,

por exemplo, que o supervisor da sala de ligações não exercia grande influência sobre o grupo

de operários, pois estava sob forte pressão para se conformar às normas e expectativas do

grupo, sobre o qual deveria exercer controle formal.

Conceito de Liderança

A liderança é necessária em todos os tipos de organização humana, principalmente nas em-

presas e em cada um de seus departamentos. Ela é igualmente essencial em todas as demais

funções da Administração: o administrador precisa conhecer a motivação humana e saber-

conduzir as pessoas, isto é, liderar.

"Liderança é a influência interpessoal exercida numa situação e dirigida através do

processo da comunicação humana à consecução de um ou de diversos objetivos específicos-

cos." A liderança é encarada como um fenômeno social e que ocorre exclusivamente em

grupos sociais.

A liderança deve ser considerada em função dos relacionamentos que existem entre as

pessoas em uma determinada estrutura social, e não pelo exame de uma série de traços individuais.

viduais.

Há uma distinção entre o conceito de liderança como uma qualidade pessoal (combina-

ção especial de características pessoais que fazem de um indivíduo um líder) e de liderança

como função (decorrente da distribuição da autoridade de tomar decisões dentro de uma

empresa): "o grau em que um indivíduo demonstra qualidade de liderança depende não

somente de suas próprias características, mas também das características da situação na qual

se encontra"9. O comportamento de liderança (que envolve funções como planejar, dar

informações, avaliar, arbitrar, controlar, recompensar, estimular, punir etc.) deve ajudar o

grupo a atingir, os seus objetivos, ou, em outras palavras, a satisfazer suas necessidades.

Assim, o indivíduo que possa dar maior assistência e orientação ao grupo (escolher ou aju-

dar o grupo a escolher as melhores soluções para seus problemas) para que atinja um estado

satisfatório, tem maiores possibilidades de ser considerado seu líder. A liderança é, pois,

uma questão de redução de incerteza do grupo. O comportamento pelo qual se consegue essa

redução é a escolha. A liderança é "um processo contínuo de escolha que permite à empresa

caminhar em direção à sua meta, apesar de todas as perturbações internas e externas"10.

Assim, a liderança é uma questão de tomada de decisão do grupo.

Dentro de uma outra concepção, Knickerbocker salienta que a relação entre líder e

liderados repousa em três generalizações, a saber":

a) "A vida, para cada indivíduo, pode ser vista como uma contínua luta para satisfazer necessidades, aliviar

tensões e manter equilíbrio.

b) A maior parte das necessidades individuais, em nossa cultura, é satisfeita através de relações com outros

indivíduos ou com grupos de indivíduos.

c) Para qualquer indivíduo, o processo de usar as relações com outros indivíduos é um processo ativo - e não passivo - de satisfazer necessidades. Em outros termos, o indivíduo não espera passivamente que a relação capaz de proporcionar-lhe os meios de satisfazer uma necessidade ocorra naturalmente, mas ele próprio procura os relacionamentos adequados para tanto ou utiliza aqueles relacionamentos que já existem com o propósito de satisfazer suas necessidades pessoais".

R. Tannenbaum, I. Weschler e F. Massarik, Liderança e Organização, São Paulo, Ed. Atlas, 1970.

s Cecil A. Gibb, "Leadership", Handbook of Social Psychology, G. Lindzey (coord.), Reading, Mass.,

Addison-Wesley Publishing Co., 1954, vol. II.

9 Alex Bavelas, "Liderança: O Homem e a Função", in O Comportamento Humano na Empresa - Uma

Antologia, Yolanda Ferreira Balcão e Laerte Leite Cordeiro (coords.), Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas,

Serviço de Publicações, 1971, p.123.

o Alex Bavelas, O Comportamento Humano na Empresa - Uma Antologia cit., p.130.

Irving Knickerbocker, "Liderança: Um Conceito e Algumas Implicações" in op. cit., Yolanda Ferreira

Balcão e Laerte Leite Cordeiro (coords.), pp.102-103.

Dentro dessa concepção, "a liderança é função das necessidades existentes numa determinada situação e consiste numa relação entre um indivíduo e um grupo"²: Nestes termos, o conceito de liderança repousa numa relação funcional. Essa relação funcional somente existe quando um líder é percebido por um grupo como o possuidor ou controlador de meios para a satisfação de suas necessidades. Assim, segui-lo pode constituir para o grupo um meio para aumentar a satisfação de suas necessidades ou de evitar sua diminuição. O líder surge como um meio para a consecução dos objetivos desejados por um grupo. E o grupo pode selecionar, eleger, aceitar espontaneamente um indivíduo como líder, porque ele possui e controla os meios (como habilidade pessoal, conhecimento, dinheiro, relacionamentos, propriedade etc.) que o grupo deseja utilizar para atingir seus objetivos, ou seja, para obter um aumento de satisfação de suas necessidades.

Fazendo uma resenha sobre o que já se escreveu sobre liderança, Hersey e Blanchard resumem que "a liderança é o processo de exercer influência sobre um indivíduo ou um grupo de indivíduos nos esforços para a realização de objetivo em determinada situação. Dessa definição, segue-se que o processo de liderança é uma função do líder, do seguidor e de variáveis da situação: $L = f(l, s, v)$ "³.

Se a liderança é uma influência interpessoal, convém explicitar o que significa influência. A influência é uma força psicológica, "uma transação interpessoal na qual uma pessoa age de modo a modificar o comportamento de uma outra, de algum modo intencional. Um policial entra em uma rua e ergue sua mão enluvada de branco; um motorista aplica os freios e faz o automóvel parar. Inferimos, na ausência de outra prova, que o policial influenciou o motorista e que tinha a intenção de fazê-lo". Geralmente, a influência envolve conceitos como poder e autoridade, abrangendo todas as maneiras pelas quais se introduzem mudanças no comportamento de pessoas ou de grupos de pessoas. O controle representa as tentativas de influência que são bem sucedidas, isto é, que produzem as consequências desejadas pelo agente influenciador. O poder é o potencial de influência de uma pessoa sobre outra ou outras; é a capacidade de exercer influência, embora isto não signifique que essa influência seja realmente exercida. O poder é potencial influenciador que pode ou não ser realizado. A

autoridade (que é o conceito mais restrito destes todos) é o poder legítimo, isto é, o poder que tem uma pessoa em virtude do seu papel, de sua posição em uma estrutura organizacional. É, portanto, o poder legal e socialmente aceito.

Teorias Sobre Liderança

A liderança constitui um dos temas administrativos mais pesquisados e estudados nos últimos

cinquenta anos. Para melhor explicar a influência do superior sobre os subordinados ou

grupos de subordinados, muitos autores desenvolveram várias teorias sobre a liderança.

Essas teorias acompanharam mais ou menos o desenvolvimento da Teoria das Organizações

2 Irving Knickerbocker, op. cit., pp.111-112.

3 Paul Hersey e Kenneth H. Blanchard, Psicologia para Administradores de Empresas' A Utilização de Recursos Humanos, cit., 1971, p. 86.

4 Daniel Katz e Robert L. Kahn, Psicologia Social das Organizações, cit., pp. 253-254.

e influenciaram sensivelmente a teoria administrativa. As teorias sobre a liderança podem ser classificadas em três grandes grupos:

- a) Teorias de traços de personalidade.
- b) Teorias sobre estilos de liderança.
- c) Teorias situacionais da liderança.

Cada um desses grupos de teorias apresenta características e abordagens próprias muito interessantes.

a) Teorias de Traços de Personalidade

São as teorias mais antigas a respeito da liderança. Um traço é uma qualidade ou característica distintiva da personalidade. Segundo estas teorias, o líder é aquele que possui alguns traços específicos de personalidade que o distinguem das demais pessoas. Assim, o líder apresenta características marcantes de personalidade através das quais pode influenciar o comportamento das demais pessoas. Essas teorias baseadas nos traços de personalidade do líder foram marcadamente influenciadas pela chamada teoria do "grande homem" que foi defendida por Carlyle em 1910 para explicar que o progresso do mundo foi produto das realizações pessoais de alguns grandes homens que dominam a história da Humanidade. As teorias dos traços partem do pressuposto de que certos indivíduos possuem uma combinação especial de traços de personalidade que podem ser definidos e utilizados para identificar futuros líderes potenciais, bem como para avaliar a eficácia da liderança. Todavia, cada autor especifica alguns traços característicos da liderança, o que tumultuou esta forma de abordagem.

Um minucioso levantamento sobre a extensa literatura a respeito dos traços de personalidade que definem o líder resume alguns dos principais traços enumerados pelos diversos autores.

Segundo ele, os traços mais comumente apontados foram os seguintes:

1. Traços físicos: energia, aparência e peso.
2. Traços intelectuais: adaptabilidade, agressividade, entusiasmo e autoconfiança.
3. Traços sociais: cooperação, habilidades interpessoais e habilidade administrativa.
4. Traços relacionados com a tarefa: impulso de realização, persistência e iniciativa.

Em resumo, pelas teorias dos traços de personalidade, um líder deve inspirar

confian-

ça, ser inteligente, perceptivo e decisivo para ter melhores condições de lidar com sucesso".

Porém, as teorias de traços apresentam alguns aspectos falhos, a saber:

1. As teorias dos traços não ponderam a importância relativa de cada uma das várias características e traços de personalidade que realçam os aspectos da liderança. Em outras palavras, nem todos os traços são igualmente importantes na definição de um líder, pois alguns deveriam ter maior realce do que outros.

5 Thomas Carlyle, *Lectures on Heroes Hero-Worship, and the Heroic in History*, Oxford, Clarendon Press, 1910.

6 Ralph M. Stogdill, "Personal Factors Associated with Leadership: A Survey of the literature", *Journal of Applied Psychology*, vol. 25, pp. 35-71, jan.1948.

Mervin Kohn, *Dynamic Managing: Principles, Process, Practice*, Menlo Park, Cal., Cummings Publishing Company, 1977, pp. 358-359.

2. As teorias dos traços ignoram a influência e reação dos subordinados nos resultados da liderança. A pergunta que paira no ar é: um indivíduo pode ser líder para todo e qualquer tipo de subordinado?
3. Essas teorias não fazem qualquer distinção entre os traços válidos quanto ao alcance de diferentes tipos de objetivos a serem alcançados. Em algumas missões alguns traços de personalidade são mais importantes do que outros: uma missão militar de guerra exige traços diferentes de um líder, enquanto uma missão religiosa ou filantrópica exige outros.
4. As teorias dos traços ignoram completamente a situação em que a liderança se efetiva. Em uma empresa existe uma infinidade de diferentes situações que exigem características diferentes dos líderes. Uma situação de emergência exige um tipo de comportamento do líder, enquanto uma situação de estabilidade e calma tem outras características diferentes.
5. Dentro dessa abordagem simplista, um indivíduo dotado de traços de liderança é sempre líder durante todo o tempo e em toda e qualquer situação, o que não ocorre na realidade. Um sujeito pode ser o líder incontestado em sua seção onde trabalha e o último a dar palpites em seu lar.

Por estas razões, as teorias que procuram explicar a liderança através de traços de personalidade do líder caíram em descrédito e perderam sua importância. No entanto, acreditamos que a simples enumeração de algumas características pessoais de liderança constitui muitas vezes um exemplo e um paradigma interessante para o administrador ter em mente.

Não resta dúvida de que grandes mudanças na história das sociedades e das empresas foram devidas ao esforço inovativo de alguns indivíduos dotados de características excepcionais, como é o exemplo de certos reis, militares, heróis e estadistas. Todavia, as teorias da liderança, baseadas em características do "grande homem", constituem uma ficção. O próprio Stogdill, em 1948, já verificava que "torna-se claro que uma análise adequada da liderança envolve não apenas o estudo dos líderes em si, mas também das situações em que estão envolvidos" (19).

b) Teorias Sobre Estilos de Liderança

São as teorias que estudam a liderança em termos de estilos de comportamento do líder em relação aos seus subordinados, isto é, maneiras pelas quais o líder orienta sua conduta.

Enquanto a abordagem dos traços se refere àquilo que o líder

é, a abordagem dos estilos de liderança se refere àquilo que o líder faz, isto é, o seu estilo de comportamento para liderar.

A principal teoria que procura explicar a liderança através de estilos de comportamento,

sem se preocupar com características de personalidade é a que se refere a três estilos de liderança: autoritária, liberal e democrática.

1. Estilo de liderança autoritária, liberal e democrática.

Wittig e Lippitt fizeram um

estudo em 1939 para verificar o impacto causado por três diferentes estilos de liderança em

meninos de dez anos, orientados para a execução de tarefas. Os meninos foram divididos em

quatro grupos e, de seis em seis semanas, a direção de cada grupo era desenvolvida por líderes

que utilizavam três estilos diferentes: a liderança autocrática, a liderança liberal (laissez-

faire e a liderança democrática. O quadro a seguir dá uma idéia das principais características

de cada um desses estilos de liderança.

s Eugene Jennings, *An Anatomy of Leadership*, New York, McGraw-Hill Book Co., 1972.

9 Ralph M. Stogdill *Journal of Applied Psychology*, cit., p. 71.

Zo Kurt Lewin, R. Lippitt and R. K. White, "Patterns of Aggressive Behavior in Experimentally Created

Social Climates", *Journal of Social Psychology*, vol.10, maio 1939.

A utocrática	Democrática	Liberal (laissez faire)
Apenas o líder fixa as diretrizes, liberdade completa para as sem qualquer participação do grupais ou individuais, grupo. mínima do	As diretrizes são debatidas e decididas pelo grupo, estimulado e assistido pelo líder.	Há decisões com participação do líder.
O líder determina as providências e as técnicas para a execução das tarefas, cada uma por materiais variados ao vez, na medida em que se torna esclarecendo que podem necessárias e de modo fornecer informações desde imprevisível para o grupo. pedissem.	O próprio grupo esboça as providências e as técnicas para atingir o alvo, solicitando aconselhamento técnico ao líder quando necessário, passando este a sugerir duas ou mais alternativas para o grupo escolher. As tarefas ganham novas perspectivas com os debates.	A abordagem é apenas grupo, e a liderança que as
O líder determina qual a tarefa divisão das tarefas, que cada um deve executar e escolha dos companheiros qual o seu companheiro de trabalho fica totalmente a cargo do trabalho. falta de participação do líder.	A divisão das tarefas fica a critério do próprio grupo e cada membro tem liberdade de escolha. Absoluta participação do líder.	Tanto a como a dos, e a participação do líder.
O líder é dominador e é "pessôal" nos elogios e nas críticas avaliar ou de regular o trabalho de cada membro. O dos acontecimentos. O comentários atividades pergun-	O líder procura ser um membro normal do grupo, em espírito, sem encarregar-se muito de tarefas. O líder é "objetivo" e limita-se aos "fatos" em suas críticas e elogios.	O líder teve de curso e a liderança somente faz irregularidades sobre as dos membros quando
tado.		

Adaptado de: Ralph White e Ronald Lippitt, "Comportamento do Líder e Reação dos Membros em Três Climas Sociais", in Dinâmica de Grupo: Pesquisa e Teoria, Dorwin Cartwright e Alvin Zander (orgs.), São Paulo, E.P.U., 1975, vol. 2, p. 658.

Os resultados dessa experiência tiveram uma entusiástica repercussão nos Estados Unidos, pois os meninos se comportaram da seguinte forma aos diferentes tipos de liderança a que foram submetidos²:

Liderança autocrática: o comportamento dos grupos mostrou forte tensão, frustração e, sobretudo, agressividade, de um lado, e, de outro, nenhuma espontaneidade, nem iniciativa, nem formação de grupos de amizade. Embora aparentemente gostassem das tarefas, não demonstraram satisfação com relação à situação. O trabalho somente se desenvolvia com a presença física do líder. Quando este se ausentava, as atividades paravam e os grupos expandiam seus sentimentos reprimidos, chegando a explosões de indisciplina e de agressividade.

zi R. Lippitt e R. K. White, "An Experimental Study of Leadership and Group Life", in Readings in Social Psychology, G. E. Swanson, T. M. Newcomb and E. L. Hartley (eds.), New York, Holt, Publishers, Inc., 1952.

Liderança liberal: embora a atividade dos grupos fosse intensa, a produção foi simplesmente medíocre. As tarefas se desenvolviam ao acaso, com muitas oscilações, perdendo-se muito tempo com discussões mais voltadas para motivos pessoais do que relacionadas com o trabalho em si. Notou-se forte individualismo agressivo e pouco respeito com relação ao líder.

Liderança democrática: houve formação de grupos de amizade e de relacionamentos cordiais entre os meninos. Líder e subordinados passaram a desenvolver comunicações espontâneas, francas e cordiais. O trabalho mostrou um ritmo suave e seguro, sem alterações, mesmo quando o líder se ausentava. Houve um nítido sentido de responsabilidade e de comprometimento pessoal além de uma impressionante integração grupal, dentro de um clima de satisfação.

Os grupos submetidos à liderança autocrática apresentaram a maior quantidade de trabalho produzido. Sob a liderança liberal não se saíram bem quanto à quantidade e quanto à qualidade. Com a liderança democrática, os grupos não apresentaram um nível quantitativo de produção como quando submetidos à liderança autocrática, porém a qualidade do seu trabalho foi surpreendentemente superior.

Os próprios autores repetiram várias ressalvas quanto a algumas variáveis não controladas na experiência, quanto ao fato de o comportamento dos meninos ser diferente do comportamento de adultos, quanto à diferenciação das atividades escolares em relação às atividades empresariais, quanto ao período relativamente curto da realização da experiência e quanto ao fato de não terem sido utilizados incentivos salariais. A partir dessa experiência, passou-se a defender intensamente o papel da liderança democrática - perfeitamente compatível com o espírito americano da época -, extremamente comunicativa, que encoraja a participação do empregado, que é justa e não arbitrária e que se preocupa não somente com os problemas do trabalho, mas também com os problemas dos trabalhadores²³.

Estilo
Autocrático

Estilo
Democrático

Estilo
Liberal

Líder

Subordin
dos I

Ent
no I der

Ent
no Itder e subordinados

Entase
nos subordinados

AS DIFERENTES ENFASES DECORRENTES DOS TRES ESTILOS DE LIDERANÇA

Adaptado de: Keith Davis, Human Relations at Work: The Dynamics of
Organizational Behavior New York,
McGraw-Hill Book Co., 1967, p. 106.

Ronald Lippitt e Ralph K. White, Autocracy and Democracy: An Experimental
Inquiry, New York, Harper
& Row Publishers Inc., 1960.

Idalberto Chiavenato, Teoria Geral da Administração, São Paulo, McGraw-
Hill do Brasil, 1980, vol.1,
p.162.

O que realmente chamou a atenção do público foi que, em todas as demais pesquisas posteriormente desenvolvidas, "os grupos dirigidos democraticamente eram mais eficientes, pelo fato de serem, no mínimo, tão produtivos quanto os outros e também mais criativos".

Três conclusões transpareceram dentre as demais ':

- e) Sob certas circunstâncias, a liderança autocrática dá resultados e funciona quando falham os processos anárquicos e liberais.
- b) Sob certas circunstâncias, a liderança democrática dá resultados e funciona quando falham os processos autocráticos e liberais.
- c) Sob certas circunstâncias, a liderança liberal dá resultados e funciona quando falham os processos autocráticos e democráticos.

Na vida prática, o líder utiliza os três processos de liderança, de acordo com a situação, com as pessoas e com a tarefa a ser executada ou levada adiante. O líder tanto manda cumprir ordens, como consulta os subordinados antes de tomar uma decisão, como também sugere a algum subordinado realizar determinadas tarefas : ele utiliza a liderança autocrática, a democrática e a liberal. A principal problemática da liderança é saber quando aplicar qual processo, com quem e dentro de que circunstâncias e atividades a serem desenvolvidas.

c) Teorias Situacionais da Liderança

São as teorias que procuram explicar a liderança dentro de um contexto bem mais amplo do que as teorias anteriormente apresentadas. Enquanto as teorias de traços de personalidade são demasiado simplistas e limitadas , as teorias sobre estilos de liderança também deixam de considerar variáveis situacionais importantes e que não podem ser desprezadas. As teorias situacionais partem do princípio de que não existe um único estilo ou característica de liderança válida para toda e qualquer situação. A recíproca é que é verdadeira: cada tipo de situação requer um tipo de liderança diferente para se alcançar a eficácia dos subordinados. As teorias situacionais são mais atrativas ao gerente, uma vez que aumentam as suas opções e suas possibilidades de mudar a situação para adequá-la a um modelo de liderança ou então

mudar o modelo de liderança para adequá-lo à situação. Na década passada, alguns autores formularam abordagens à liderança que enfatizam a capacidade do líder de se adaptar a contingências, incluindo fatores ambientais, sobre as quais possui pouco ou nenhum controle pessoal. Assim, o verdadeiro líder é aquele que é capaz de se ajustar a um grupo particular de pessoas sob condições extremamente variadas. Sob este prisma, os ingredientes fundamentais na teoria contingencial da liderança são três: o líder, o grupo e a situação. E a variável situação assume a maior importância na determinação de quem será o líder e o que ele deverá desempenhar.

BevelB; um dos grandes estudiosos do fenômeno de liderança, salientava em um estudo experimental que a liderança é determinada pelo líder, pelo grupo e pela situação. Um líder eficaz deve adaptar-se às condições ambientais e às necessidades do grupo. O líder deve ser capaz de lidar com a situação e de influenciar o grupo a atingir os objetivos.

u Paul R. Lawrence e Jay W. Lorsch, As Empresas e o Ambiente: Diferenciação e Integração Administrativas, Petrópolis, Ed. Vozes, 1973, p. 201.
u Auren Uris, How to be a Successful Leader New York, McGraw-Hill Book Co., 1953.

cadeia de comunicações, muito mais do que em suas características de personalidade. Aos poucos, a abordagem situacional da liderança passou a ganhar terreno.

1. O "Continuum" de Liderança: Em 1958, Tannenbaum e Schmidt publicaram um artigo no qual expõem uma abordagem situacional da liderança, sugerindo uma gama bastante ampla de padrões de comportamento de liderança que o administrador pode escolher para as suas relações com os subordinados. Cada tipo de comportamento está relacionado com o grau de autoridade utilizado pelo líder e o grau de liberdade disponível para os subordinados na tomada de decisões, dentro de um "continuum" de padrões de liderança.

autor na análise,
nome: subordinado

autor na análise
nome, função

titular da autoridade pelo administrador: Vador
do ponto de vista: subordinado

Administrador	Administrador	Administrador	Administrador
Administrador	Administrador	Administrador	Administrador
torre e	vand	:w	aprrrrnte o d final o:
d d:ão a	daci o	idóiu a pada	problem:,
furiéiorNm	p r9untm	tantativa	prdr ao grupo
	:u"iu a	u r:	qw tonr urma t
	modificação	toma :ua	da
			d finido:
			por wp rior

CONTINUUM DE PADRÕES DE LIDERANÇA

Fonte: Robert Tannenbaum e Warren H. Schmidt, "How to Choose a Leadership Pattern", Harvard Business Review, vol. 36. p. 96. mar.-abr. 1958. Transcrito em Robert Tannenbaum e Warren H. Schmidt, "Como Escolher um Padrão de Liderança", in Comportamento Humano na Empresa: Uma Antologia, Yolanda Ferreira Balcão e Laerte Leite Cordeiro Icoords.l, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Serviço de Publicações, 1967. p. 191.

No gráfico acima, o comportamento localizado no lado extremo direito denota o administrador que mantém um alto grau de controle sobre os subordinados, enquanto o comportamento

tamento localizado no lado extremo esquerdo denota o administrador que permite ampla liberdade de ação para os subordinados. Nenhum dos extremos é absoluto, pois autoridade e liberdade nunca são ilimitadas. Para que o administrador escolha qual o padrão de liderança

zb Alex Bavelas, "Communication Patterns in Task-Oriented Groups", in *The Policy Sciences*, D. Lerner and H. D. Lassell (eds.), Palo Alto, Cal., Stanford University Press, 1961, pp. 193-202.

z Robert Tannenbaum e Warren H. Schmidt, "How to Choose a Leadership Pattern", *Harvard Business Review*, vol. 36, p. %, março-abril 1958. Transcrito em R. Tannenbaum e W. H. Schmidt, "Como Escolher um Padrão de Liderança", in *Comportamento Humano na Empresa: Uma Antologia*, Yolanda Ferreira Balcão e Laerte Leite Cordeiro (coords.)` Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1977, pp.173-191.

que desenvolverá em relação aos seus subordinados, ele deve considerar e avaliar três forças, a sabers:

- a) Forças no odminútrador como:
 - 1. Seu sistema de valores e convicções pessoais.
 - 2. Sua óonfiança nos subordinados.
 - 3. Suas inclinações pessoais a respeito de como liderar.
 - 4. Seus sentimentos de segurança em situações incertas.
- b) Fonras nos subordinados, como:
 - 1. Sua necessidade de liberdade ou de orientação superior.
 - 2. Sua disposição de assumir responsabilidade.
 - 3. Sua segurança na incerteza.
 - 4. Seu interesse pelo problema ou pelo trabalho.
 - 5. Sua compreensão e identificação do problema.
 - 6. Seus conhecimentos e experiência para resolver o problema.
 - 7. Sua expectativa de participação nas decisões.
- c) For as no situação, como:
 - 1. O tipo de empresa, seus valores e tradições, suas políticas e diretrizes
 - 2. A eficiência do grupo de subordinados.
 - 3. O problema a ser resolvido ou a complexidade do trabalho.
 - 4. A premência de tempo.

Da abordagem situacional, pode-se inferir as seguintes proposições:

- a) Quando as tarefas são rotineiras e repetitivas, a liderança é geralmente limitada e sujeita a controles pelo chefe, que passa a se situar num padrão de liderança próximo ao extremo esquerdo do gráfico.
- b) Um líder pode assumir diferentes padrdes de liderança para cada um de seus subordinados, de acordo com as forças acima.
- c) Para um mesmo subordinado, o líder também pode assumir diferentes padrdes de liderança, conforme a situação envolvida. Em situações em que o subordinado apresenta alto nível de eficiência, o líder pode dar-lhe maior liberdade nas decises, mas se o subordinado apresenta erros seguidos e imperdoáveis, o líder pode impor-lhe maior autoridade pessoal e menor liberdade de trabalho.

COMUNICAÇÕES

Com o desenrolar das conseqüências das Experiências de Hawthorne e das experiências sobre liderança, os pesquisadores passaram a concentrar sua atenção nas oportunidades de ouvir e aprender em reuniões de grupo e notar os problemas das comunicações entre grupos nas empresas. Passou-se a identificar a necessidade de se elevar a competência

dos adminis-

tradores através do trato interpessoal, no sentido de adquirirem condições de enfrentar com

eficiência os complexos problemas de comunicação, bem como de adquirirem confiança e

franqueza no seu relacionamento humano.

2s Robert Tannenbaum e Warren H. Schmidt, "How to Choose a Leadership Pattern" in op. cit., pp. 173-

191.

Neste sentido, a Teoria das Relações Humanas criou uma pressão sobre a

Administração no sentido de modificar as habituais maneiras de dirigir as organizações. Quando

o que das relações humanas adquiriu certa imagem popular, cujo efeito líquido foi compelir os administradores a:

1. a) a utilização dos escalões inferiores na solução dos problemas da empresa, e

b) entre os indivíduos e os grupos.

2. b) incentivar maior franqueza e confiança em

A comunicação é uma atividade administrativa que tem dois propósitos principais:

a) Proporcionar informação e compreensão necessárias para que as pessoas se conduzam nas suas

b) Proporcionar as atitudes necessárias que promovam a motivação, cooperação e satisfação nos cargos.

Estes dois propósitos, em conjunto, promovem um ambiente que conduz a um espírito

de equipe e a um melhor desempenho nas tarefas.

COMUNICAÇÃO COMO ATIVIDADE GERENCIAL

(Processo pelo qual os gerentes gerem a ação)

Dois propósitos:

1. Proporcionar a informação e 2. Proporcionar as atitudes necessárias. Melhor comunicação conduz a

para a motivação, cooperação e um melhor desempenho nos

compreensão necessárias ao sucesso e satisfação nos cargos. Satisfação nos cargos.

esforço das pessoas.

capacidade

Habilidade de trabalhar

Vontade de trabalhar

- Trabalho de

Equipe

OS DOIS PRINCIPAIS PROPÓSITOS DA COMUNICAÇÃO COMO ATIVIDADE GERENCIAL

Fonte: Keith Davis, Human Relations at Work: The Dynamics of Organizational Behavior, New York, McGraw-Hill Book Co., 1972, p. 321.

Para a Teoria das Relações Humanas, a comunicação é importante no relacionamento

entre as posições e no esclarecimento e na explicação aos participantes inferiores das razões

das orientações tomadas. Os subordinados devem receber continuamente dos superiores um

fluxo de comunicações capaz de suprir-lhes as necessidades. Por outro lado, os superiores

devem receber dos subordinados um fluxo de comunicações capaz de lhes fornecer uma ideia

adequada do que está acontecendo.

Dentro deste aspecto surge a necessidade de o administrador rever o trabalho dos seus

subordinados, periodicamente, para avaliar o seu desempenho e habilidades. Essa

necessi-

dade de avaliação se fundamenta em 3 pontos:

29 Paul R. Lawrence e Jay W. Lorsch, As Empresas e o Ambiente:
Diferenciação e Integração Administra-
tiva, 1ª ed. p. 202.

- a) o homem trabalha melhor quando conhece os padrões do seu trabalho;
- b) a org ' opera mais eficientemente quando um homem e seu chefe t2m um entendimento comum das suas responsabilidades e padrees de desempenho que a empresa espera obter deles;
- c) cada homem pode ser auxiliado a dar a máxima contribuiç9o à empresa e a utilizar ao máximo as suas habilidades e capacidades.

Todavia, a ê fase que a Teoria das Rela ões Humanas coloca é no desenvolvimento de grupos e n o no comportamento individual. Assim, também a comunica ão é tratada como fen8meno social.

Redes de Comunicações

Os padrões ou cadeias ou redes de comunica ões têm sido extensamente pesquisados. Uma mensagem pode ser enviada de uma pessoa a outra dentro de várias alternativas de padrões ou canais de comunicação. Cada um desses padrões Qu canais apresenta características dife- rentes de eficiência, rapidez, ligaç o, acuracidade etc. O estudo das redes de comunicaç o tentou inicialmente encontrar a maneira melhor (the best way) de comunicar. A conclusão atual é de que não existe uma maneira universal de comunicar dentro das empresas, pois os dados e informações são enviados dentro de uma imensa variedade de propósitos. A maneira mais eficaz de comunicar mensagens depende de fatores situacionais, que já estudamos no titulo destinado à liderança. Todavia, uma análise das redes de comunicação pode ajudar- nos a determinar qual a maneira mais indicada de comunicar em cada uma das situações.

Carecterlsticas	Roda	Cadeia	Circu/o
Rapidez de influenciação	rápida	rápida	lenta
Acuracidade	boa	boa	I
pobre			

Enfase do Idfer	muito pronunciada	marcada	nenhuma
Moral	muito pobre	pobre	muito bom
Flexibilidade para mudança no cargo	lenta	lenta	muito rápida

EFEITO DE DIFERENTES PADRões DE COMUNICAÇÃO SOBRE AS PESSOAS

Adaptado de: Alex Bavelas e Dermot Barrett, "An Experimental Approach to Organizational Communication", Personnel, March 1951. pp. 370-371.

Leavitt'o fez uma experiência para verificar qual a melhor estrutura de redes ou cadeias de comunicações em um grupo de cinco pessoas. Tentou três tipos de redes: em forma de roda, de cadeia e de círculo.

As conclusões de Leavitt foram as seguintes: Nas tarefas simples, a roda é muito mais eficiente do que a cadeia a qual, por sua vez, é mais eficiente do que o círculo. Noutras palavras, os grupos de indivíduos colocados na roda, ao cabo de alguns poucos ensaios, resolvem os problemas de maneira ordenada, nítida, rápida, clara e bem estruturada, com o mínimo de mensagens. No círculo, grupos comparáveis resolvem o mesmo problema menos rapidamente, menos nitidamente, com menos ordem e com menos clareza com relação às tarefas individuais e à estrutura da organização e gastam também mais papel". Além disso, observou que quando se introduz uma nova idéia brilhante em cada uma dessas redes é mais provável haver rápida aceitação no círculo do que na roda. Se uma nova idéia é introduzida na roda, é provável que seja rejeitada, com a desculpa de que estão todos ocupados³². Para certas atividades industriais que envolvam velocidade, clareza de organização e classe de tarefa, uso parcimonioso de papel etc., a roda, por ser altamente rotineira, não abrangendo muita coisa e por ser de caráter centralizado, parece funcionar melhor. Mas, se os critérios de eficiência envolvem aspectos mais efêmeros como aceitação da criatividade, flexibilidade no trato com novos problemas, moral geralmente alto, o círculo, por ser mais igualitário e descentralizado, parece funcionar melhor³.

ORGANIZAÇÃO INFORMAL

Os primeiros conceitos fundamentais da Teoria das Relações Humanas foram expostos por Roethlisberger e Dickson na quinta e última parte do seu memorável livro⁴, onde relatam a Experiência de Hawthorne. Ambos verificaram que o comportamento dos indivíduos no trabalho não poderia ser adequadamente compreendido sem que se considerasse a organização informal dos grupos, bem como as relações entre essa organização informal com a organização total da fábrica. Existem padrões de relações encontrados na empresa mas que não aparecem no orga-

nograma. Encontramos amizades e antagonismos, indivíduos que se identificam com outros, grupos que se afastam de outros e uma grande variedade de relações no trabalho ou fora dele e que constituem a chamada organização informal. Essa organização informal se desenvolve a partir da interação imposta e determinada pela organização formal. Os padrões informais de relações são extremamente diversos quanto à forma, conteúdo e duração e nos mostram que nem sempre a organização social de uma empresa corresponde exatamente ao seu nograma. Isto porque a organização formal de uma empresa pouco considera as distinções sociais e não exprime as diferenças em distância social e valores sociais, atendendo-se simplesmente-

Harold J. Leavitt, "Organizações Desumanas", in Yolanda Ferreira Balção e Laerte Leite Cordeiro, op. cit., pp. 399 a 419.

3 Harold J. Leavitt, op. cit., pp. 408 a 410.

32 Harold J. Leavitt, op. cit., p. 410.

33 Harold J. Leavitt, op. cit., p. 411.

34 F. J. Roethlisberger e W. Dickson, A Organização e o Trabalhador, cit.

mente às relações funcionais e às linhas lógicas de comunicação e coordenação horizontal e vertical. O trabalho na empresa requer, indiscutivelmente, a interação entre os indivíduos.

As pessoas que ocupam os cargos existentes numa empresa estabelecem forçosamente um sistema de interação social, condição fundamental para a vida social dentro de uma organização que é a sociabilidade humana. Cada indivíduo necessita de um mínimo de interação com outros indivíduos, dentro de um sistema informal de relacionamento.

O conjunto de interações e de relacionamentos consequentes que se estabelecem entre os vários elementos humanos, lotados numa organização, denomina-se organização informal, em contraposição à organização formal, que é constituída pela própria estrutura organizacional composta de órgãos, cargos, relações funcionais, níveis hierárquicos etc. Assim, em uma empresa, o comportamento dos grupos sociais está condicionado a dois tipos de organização: a organização formal ou racional e a organização informal ou natural.

Desta forma, existem os processos sociais que participam diretamente da realização do objetivo da empresa e que culminam na organização formal ou racional. Na indústria, por exemplo, a organização formal é conduzida pelas práticas estabelecidas pela lei, pelas disposições de uma política previamente traçada, pelas especificações e padrões melhor ajustados para atingirem determinados objetivos e que, como tais, podem ser rapidamente modificados pela empresa. Tais manifestações da organização formal têm um caráter essencialmente

lógico. Através desta organização, o homem expressa as suas faculdades lógicas: ela é um dos principais meios de expressão das faculdades lógicas e racionais do homem.

Por outro lado, há os processos espontâneos de evolução social que se exercem no seio de toda atividade humana organizada, sem qualquer objetivo determinado, consciente ou preciso, e que conduzem à organização informal natural. A organização informal

concretiza-se nos usos e costumes, nas tradições, nos ideais e nas normas sociais. Na indústria,

por exemplo, traduz-se no nível do trabalhador, por tudo o que constitui o salário justo, boas condições de trabalho, as tradições do ofício, o dia de trabalho normal etc. Manifesta-se nos diversos sistemas de hierarquia, através de atitudes e disposições

baseadas na opinião e no sentimento. São a expressão da necessidade de

"associar-se" e não se modificam rapidamente. Estas manifestações da organização informal não procedem da lógica: estão relacionadas com o senso dos valores, os estilos de vida, as causas finais, com aquelas aquisições da vida social que o homem se esforça por preservar e pela defesa das quais está disposto, algumas vezes, a lutar e a resistir.

Características da Organização Informal

A organização informal apresenta as seguintes características:

- a) Relação de coesão ou de antagonismo: Os indivíduos em sua associação com os outros, situados em diferentes níveis e setores da empresa, criam relações pessoais de simpatia (de identificação) ou de antagonismo (de antipatia), cuja duração e intensidade são extremamente variáveis.
- b) "Status": Dai os indivíduos integrarem-se em grupos informais, dentro dos quais cada um, independentemente da sua posição na organização formal, adquire uma certa posição social ou status em função do seu papel em cada grupo. A posição social e o prestígio de cada componente são determinados mais pela sua participação e integração na vida do grupo do que propriamente pela sua posição e prestígio dentro da organização formal.

- c) Colaboração espontânea: Destarte, a organização informal existe em toda empresa e é um pré-requisito necessário à colaboração efetiva de pessoal, pois no nível informal existe um alto índice de colaboração espontânea que pode e deve ser aplicado a favor da empresa.
- d) A possibilidade da oposição da organização informal: Quando não bem entendida ou manipulada inadequadamente, a organização informal pode se desenvolver em oposição à organização formal e em desarmonia com os objetivos da empresa. Isto geralmente resulta da inabilidade da direção em propiciar um clima adequado de boas relações humanas com o pessoal.
- e) Padrões de relações e atitudes: Em qualquer empresa há grupos informais que desenvolvem, espontaneamente, padrões de relações e de atitudes e que passam a ser aceitos e assimilados pelos seus componentes, pois traduzem os interesses e aspirações do grupo.
- f) Mudanças de níveis e alterações dos grupos informais: A mudança de nível funcional de um indivíduo na organização informal pode levá-lo a ingressar em outros grupos informais em face das relações funcionais que deverá manter com outros indivíduos em outros níveis e setores da empresa. Os grupos informais, portanto, tendem a se alterar com as modificações na organização formal.
- g) A organização informal transcende a organização formal: A organização informal é constituída por interações e relações espontâneas, cuja duração e natureza transcendem as interações e relações meramente formais. Enquanto a organização formal está circunscrita ao local físico e ao horário de trabalho da empresa, a organização informal escapa a essas limitações.
- h) Padrões de desempenho nos grupos informais: Os padrões de desempenho e de trabalho estabelecidos pelo grupo informal nem sempre correspondem aos padrões estabelecidos pela administração. Podem ser maiores ou menores, bem como podem estar em perfeita harmonia ou em completa oposição dependendo do grau de motivação do grupo quanto aos objetivos da empresa. Se a administração avalia o desempenho do pessoal pelos padrões que estabelece, cada indivíduo é avaliado pelo seu grupo em função dos padrões grupais. Na organização informal, o indivíduo preocupa-se com o reconhecimento e aprovação social do grupo ao qual pertence. O seu ajustamento social reflete sua integração ao seu grupo.

A organização informal tem sua origem na necessidade do indivíduo de conviver com os demais seres humanos. Quando alguém entra em um novo ambiente de trabalho, certamente apresenta elevado interesse em estabelecer relações satisfatórias informais com seus novos companheiros de trabalho. Esta necessidade será realizada através das ligações que se

estabelecem na organização ir formal e no seio dos grupos que aí mesmo se formam. A organização formal, em si, não pode levar em conta os sentimentos e valores inerentes à organização social através dos quais os indivíduos ou grupos são diferenciados e integrados de maneira informal. Os indivíduos, em sua associação com outros na empresa, criam relações pessoais, integram-se em grupos il formais, nos quais cada pessoa adquire uma certa posição ou status.

Origens da Organização Informal

Existem quatro fatores que condicionam o aparecimento dos chamados grupos informais:

a) os "interesses comuns" que se desenvolvem em certo número de pessoas e que através deles, passam a se sintonizar mais intimamente. Como as pessoas passam juntas a maior parte de seu tempo nos locais de trabalho, É muito comum que passem a identificar interesses comuns quanto a assuntos de política, esportes, de acontecimentos públicos; de atividade etc. No processo diário de trabalho, há uma prolongada

3s Robert Dubin, Relações Humanas na Administração, São Paulo, Ed: Atlas, 1968.

interação que passa a exprintir aspir ; ìsperanças e desajos mais óti menós omuns entn as pessoa e

que vão forjar o esquema da organização informal. Os intercsses comuns aglutinam as pessoas;

b) o intera 8oprovocadopelapnópria organrza 8ojormol. O cargo que eadá pessoa octlpa ná empresa exige

uma sErie de contatos e de relações formais com outras pessoas, a f un di qué as responsabilidades sejam

devidamente cumpridas. PorEm, a inter=relaçãó d corrente da prbprias funçbes do cãrgo geralmenté se

prolonga e se amplia alÉM dos rnomentós do trabalho, propiciando a formação dé contatos informais.

Assim, as relações estabelecidas pela organlzaçúo formal dão margem a uma vida grupal intensa que se

realiza fora dela;

c) ofluturaçã do pesrool deniro da empresa provoca normalmente a alteração dos grupos sociais ir ormars.

O turnover a movimentaç8o horizontal e vertical do pessoal, as transfer2ncias etc. causam também

mudanças na estrutura informal, pois as interações se alteram e com elas ós vfnculos hùmanos: Os novos

elementos são devidamente induzidos e integrados pelos mais antigos, no sentido de se adaptarem e se

submeterem aos padrbes estabelecidos pelo grupo. Esse processo de indução dos novos elementos 6 uma

conseqtlência da afirmaçgo dos valores e padrões determinados pelo grupo e das ligaç8es nele existentes e

que visam ao fortalecimento da organizafdo ir ormal;

d) os perlodos de lazer ou seja, os chamados "tempos llvres" permitem uma intensa interação entre as

pessoás, possibilitando úm estabelecimento e fortalecimento dos vfnculos sociais entre o pessoal. Os

períodos de lazer ou tempos livres sgo os intervalos de tempo nos quais o indivíduo não trabalha, mas

durante os quais permanece ao redor de seu local de trabalho, em contato com outras pessoas.

Os grupos il formais, também chamados grupos da amizade, v o se organizando natu-

ralmente por meio de adesões espontâneas de individuos que com eles se identificam. Os

grupos informais são encontrados, às vezes, dentro da organização formal. Entretanto,

geralmente se compõem de elementos de diversos grupos e níveis hierárquicos da empresa.

Assim, como nem sempre existe uma correspondência entre a formação dos gruposformais e

formais, a hierarquia funcional existente na organizaçd'oformal nem sempre prevalece nos

grupos informais.

DINÂMICA DE GRUPO

A dinâmica de grupo é um dos assuntos preferidos na Teoria das Relações Humanas.

Kurt Lewin é considerado o fundador da Escola da Dinâmica de Grupo. Convencido

de que a sociedade precisava de um método científico para entender a dinâmica do compor-

tamento grupal, fundou o Centro de Pesquisas de Dinâmica de Grupo da Universidade de

Michigan, que tem se dedicado intensivamente a estudos de laboratório e pesquisa de ação,

visando à compreensão científica dos grupos. A maior parte das experiências sobre dinâmica

de grupo provém desse centro. Lewin introduziu o conceito de equilíbrio "quase-estacio-

nário" nos processos grupais para significar as constelações de forças existentes dentro dos

grupos e que conduzem a processos de auto-regulação e de manutenção de equilíbrio. Da

mesma forma que no nível fisiológico o corpo se mantém em um nível relativamente cons-

tante durante longos períodos de tempo, através de processos reguladores, um grupo pode

compensar a ausência de um colega pela contribuição aumentada dos outros membros. Para

Lewin, os processos grupais e os hábitos sociais não são estáticos; ao contrário, são proces-

sos vivos e dinâmicos decorrentes de uma constelação de forças causais, cujo estudo é difícil

e complexo .

1. Dinâmica de Grupo e as Mudanças

A Escola da Dinâmica de Grupo desenvolve uma proposição geral de que "o comportamento, as atitudes, as crenças e os valores do indivíduo baseiam-se firmemente nos grupos aos quais pertence. O grau de agressividade ou cooperação de uma pessoa, seu grau de autoconfiança, sua energia e produtividade no trabalho, suas aspirações, sua opinião sobre o que é verdadeiro e bom, seus amores ou ódios e suas crenças e preconceitos, todas essas características são determinadas em alto grau pelo grupo a que pertence o indivíduo. Essas características são próprias de grupos e de relações entre pessoas" .

A sobrevivência da nossa civilização, dizem os autores da Teoria das Relações Humanas, dependerá da capacidade do homem para criar invenções sociais capazes de aproveitarem todas as energias físicas do homem para o uso construtivo da sociedade. É preciso, pois, mudar o comportamento das pessoas nas suas relações reciprocas, sem que se restrinja sua liberdade, nem se limite o seu potencial de desenvolvimento, para que se aceitem e se respeitem reciprocamente, qualquer que seja a sua raça, religião, política ou nacionalidade. Para tanto, indicam uma tecnologia social para orientar programas de mudança social. Como a mudança ou a resistência à mudança são grandemente influenciadas pela natureza dos grupos aos quais a pessoa pertence, as tentativas de mudanças devem necessariamente considerar a dinâmica dos grupos.

3

Os grupos podem participar do processo de mudança em pelo menos três perspectivas diferentes, a saber:

- a) o grupo como instrumento de mudança;
- b) o grupo como meta de mudança;
- c) o grupo como agente de mudança.

A melhor compreensão dessas três perspectivas exige alguns esclarecimentos:

a) O grupo como instrumento de mudança:
Nesta perspectiva, o grupo aparece como fonte de influência sobre seus membros. Os esforços para mudar o comportamento podem encontrar apoio ou resistência do grupo sobre os seus membros. Cinco princípios explicam o grupo como instrumento de mudança:

I . "Para que o grupo seja usado eficazmente como instrumento de

mudança, as pessoas que devem mudar e

aquelas que devem exercer sua influência na mudança precisam ter sentimento intenso de pertencimento ao grupo."

2. "O grupo será tão mais atraente para seus membros quanto maior for a influência que exerça sobre eles."

3. "Nas tentativas de mudar atitudes, valores ou comportamento, quanto mais relevantes esses forem para atrair o grupo, tanto maior será a influência que o grupo exercerá sobre eles."

4. "Quanto maior for o prestígio de um membro do grupo aos olhos de outros membros, tanto maior a influência que ele pode exercer."

5. "Os esforços para mudar indivíduo ou partes de um grupo que tenham por objetivo desviá-los das normas do grupo encontrarão forte resistência."

3. Erwin Canwright, "Como Mudar as Pessoas: Algumas Aplicações da Teoria da Influência de Grupo",
in Yolanda Ferreira Balcão e Laerte Leite Cordeiro, op. cit., p. 331.

b) O grupo como meta de mudança:

Nesta perspectiva, para mudar o comportamento de indivíduos, pode-se tornar necessário mudar os padrões do grupo, seu estilo de liderança, seu ambiente emotivo etc. Muito

embora a finalidade possa ser a mudança do comportamento de indivíduos, o grupo se torna a meta da mudança.

6. "Podemos provocar forte pressão para mudança no grupo, criando em seus membros uma consciência comum da necessidade de mudança, de modo que a fonte de pressão venha a situar-se dentro do grupo."

7. "As informações referentes à necessidade de mudar, os planos de mudança e as consequências da mudança devem ser compartilhados por todas as pessoas importantes do grupo."

8. "Mudanças numa das partes do grupo provocam tensões nas outras partes, que podem ser reduzidas somente pela eliminação da mudança ou por ajustes nas outras partes."

c) O grupo como agente de mudança:

Certas mudanças de comportamento podem ser provocadas somente através de esforços organizacionais de grupos que atuem como agentes de mudança. A resistência à mudança foi definida por Lewin como um fenômeno geral dos organismos sociais. Pode ser esquematizada como uma lei de ação e reação: toda ação tende a provocar uma reação que visa a

anular os seus efeitos. A preocupação apenas recente com a resistência à mudança deve-se ao fato de que somente há pouco tempo a indústria desenvolveu plenamente suas características essenciais: a complexidade organizacional e a necessidade de uma adaptação a uma mudança permanente. Essas duas características se acentuam de forma concomitante: a mudança permanente leva a uma complexidade crescente e esta provoca novas mudanças.

Assim, com a complexidade das empresas e do seu meio ambiente, com a evolução rápida das técnicas e conhecimentos utilizados, o problema da adaptação interna e externa da empresa torna-se permanente. Dentro dessa ótica, visualiza-se uma resposta sempre renovada a novas mudanças por novas modalidades de ação e de comportamento.

Esta perspectiva de mudança será desenvolvida no capítulo dedicado ao desenvolvimento Organizacional.

2. As Características dos Grupos

As relações humanas são os contatos conscientes estabelecidos entre indivíduos e grupos,

entre os empregados e seus colegas, entre os subordinados e seus chefes, entre os elementos

de uma seção e aqueles de outra.

O conceito de grupo é dos mais difíceis de se definir. Não basta uma convergência de

pessoas no espaço e no tempo para constituir um grupo. Nem tampouco o define o fato de

terem tais pessoas um ou vários traços em comum, fato que constituirá apenas uma classe. O

que caracteriza o grupo humano é o fato de terem os seus membros um alvo comum, um

objetivo comum. O grupo, portanto, tem as seguintes características":

3 Robert Dubin, Relações Humanas na Administração, cit

- a) uma finalidade, ou seja, um objetivo comum;
- b) uma estrutura;
- c) uma organização dinâmica;
- d) uma coesão interna.

Dinâmica de um grupo é a "soma de interesses" dos componentes do grupo, e pode ser "ativada" através de estímulos e motivações, no sentido de maior harmonia e aumento do relacionamento. As relações existentes entre os membros de um grupo recebem 4 nome de

p 8 p ,

relações intrínsecas. O chefe deve estar atento às relações entre os componentes do grupo. O chefe deve procurar desenvolver o sentido de "equipe", estimulando os seus elementos ao respeito e à estima recíprocos. As reuniões periódicas, as palestras, as conversas informais com os componentes do grupo colaboram para que estes resultados sejam alcançados. Relações extrínsecas são as relações que o grupo ou membros do grupo mantêm com os outros grupos ou pessoas. As relações extrínsecas, quando habilmente orientadas, podem auxiliar o trabalho do chefe.

A necessidade de se estabelecer relações com outras pessoas é um dos mais fortes e constantes impulsos. É uma característica básica, pois o homem é um ser eminentemente social. Os empregados, sem condições de estabelecerem contatos sociais no serviço, tendem a achar o trabalho desagradável, motivo pelo qual a produtividade e mecânica, o que pode se refletir em baixa produção e alta mobilidade do pessoal. Segundo a Escola das Relações Humanas, a produção tende a aumentar quando há contatos sociais entre os elementos que executam uma determinada operação, fazendo com que o trabalho se torne menos insatisfatório. As pessoas normalmente desejam mais do que ter apenas amigos: elas desejam fazer parte, participar de um papel dentro de uma organização ou de um grupo. O convívio social e as experiências compartilhadas com os colegas de trabalho situam-se entre as fontes mais poderosas e significativas de satisfação no trabalho. O grupo formado de menor número de pessoas tende a desfrutar de um moral mais elevado do que os grupos formados por número elevado de indivíduos, onde todos fazem o mesmo serviço e onde há dificuldade de se formar grupos estáveis e perfeitamente identificados. O trabalho rotineiro é rico em oportunidades de frustrações, e experiências desagradáveis, fazendo com que o trabalhador procure seus colegas que já tenham tido experiências similares, para que possa compartilhar com eles as suas dificuldades e compreendê-

las melhor.

Saber lidar com pessoas, individualmente ou em grupos, passou a ser um dos maiores

problemas da empresa, no sentido de se obter o maior rendimento da mão-de-obra, dentro

do máximo de satisfação e do mínimo de desgaste. O administrador de empresa deve, de um

lado, ser capaz de criar condições para que sua empresa atinja da melllor forma os seus obje-

tivos e, de outro lado, criar condições para que o seu pessoal atinja os seus objetivos indi-

viduais . espírito

As relações humanas representam "uma atitude, um estado de espírito que deve prevalecer

no estabelecimento e/ou na manutenção dos contatos entre pessoas. Essa atitude deve

basear-se no princípio do reconhecimento de que os seres humanos são entes possuidores de

uma personalidade própria que merece ser respeitada. Isso implica uma compreensão sadia

de que toda pessoa traz consigo, em todas as situações, necessidades materiais, sociais ou

psicológicas, que procura satisfazer e que motivam e dirigem o seu comportamento neste ou

naquele sentido. Assim como as pessoas são diferentes entre si, também a composição e

estrutura das necessidades variam de indivíduo para indivíduo"³⁸

³⁸ Laerte Leite Cordeiro, "O Significado de Relações Humanas", in Yolanda Ferreira Balcão e Laerte

Cordeiro, (coords.) op. cit., p. 4.

De acordo com esse conceito, "praticar relações humanas significa, portanto, muito mais do que estabelecermos e/ou mantermos contatos com outros indivíduos. Significa estarmos condicionados nessas nossas relações por uma atitude, um estado de espírito, ou uma maneira de ver as coisas, que nos permita compreender as outras pessoas, respeitando a sua personalidade, cuja estrutura é, sem dúvida, diferente da nossa"³⁹. É exatamente no trabalho que se reúne certo número de pessoas carentes de ajustamentos, de compreensão, de orientação e de estímulo, atuando em áreas, níveis e atividades extremamente heterogêneas.

Também, de acordo com esse conceito mais amplo, onde se estabeleçam e/ou se mantenham contatos entre pessoas, poderá ou não estar presente aquela atitude de relações humanas. Quando aquela atitude não está presente, os contatos se realizam dentro de um clima de resistência, de ressentimento, de incompreensão, de falta de colaboração e de iniciativa, enfim, dentro de uma atmosfera negativa. Quando aquela atitude está presente, os contatos se realizam dentro de um clima favorável, ameno, positivo, porquanto aquela atitude eliminará, em princípio, qualquer fricção graças ao crédito preliminar que se dá às diferenças individuais .

Esse conceito amplo se aplica também a qualquer situação: no lar, na escola, no trabalho etc. Como o interesse se concentra nas relações humanas no trabalho, cada colega, chefe e subordinado passam a ser considerados mais do que simples executores de determinadas tarefas: são seres humanos e não se pode esperar que se comportem única e exclusivamente de acordo com a "lógica" da Administração e segundo os padrões de expectativa dos superiores, pois têm sentimentos, sensibilidade e emoções inerentes às personalidades de cada um.

Cabe ao administrador, em todos os níveis de supervisão, aprender a influenciar e orientar o sentido das relações entre os indivíduos na empresa e propiciar um clima positivo e favorável às boas relações humanas, para que a empresa possa realizar as suas funções principais. Um programa de relações humanas tem por objeto fomentar a cooperação eficaz entre todos os membros de uma comunidade de trabalho. Através de tal cooperação se consegue, não só uma maior satisfação das necessidades materiais e espirituais do

homem, mas também um substancial aumento da produtividade". Para se conseguir um clima de cooperação de trabalho, não basta apenas melhorar as condições e métodos do trabalho e remunerá-lo, mas é necessário que os empregados tenham os meios adequados de trabalho, as aptidões para empregá-los e um bom "moral" de trabalho. Isto requer, em primeiro lugar, uma adequada organização da estrutura empresarial, bem como vivência e qualidades pessoais por parte dos dirigentes que não podem deixar de lado os problemas psicológicos que orientam a estrutura orgânica da empresa. t

3. Estudos Sobre Dinâmica de Grupo

As orientações a respeito da pesquisa sobre dinâmica de grupo são bastante diversas, embora não cheguem a formar escolas de pensamentos diferentes.

39 Laerte Leite Cordeiro, op. cit., pp. 84 e 85.

Laerte Leite Cordeiro, op. cit.

4 Robert Katz, "Human Relations Skills Can Be Sharpened", Harvard Business Review, vol. 34, n° 4, pp 61-72, jul./ago. 1956.

Existem oito orientações diferentes na pesquisa da dinâmica de grupo, a saber :

- a) teoria de campo: criada por Lewin segundo a qual "o comportamento é o produto de um campo da determinantes interdependentes (conhecidos como 'espaço de vida' ou 'espaço social'). As características estruturais desse campo são representadas por conceitos extraídos da topologia e da teoria de conjuntos, e as características dinâmicas são representadas através de conceitos de forças psicológicas e sociais";
- b) teoria da interação: desenvolvida por Bales, Homans e Whyte, segundo a qual o grupo é um sistema de indivíduos em interação. A atividade, a interação e o sentimento são os conceitos básicos dessa teoria;
- c) teorias de sistemas: desenvolvidas por Newcomb, Miller e Stogdill segundo as quais o grupo é um "sistema aberto" (concepção derivada da biologia e tratada no Cap.17) que recebe estímulos (entradas) e manifesta um comportamento como resposta (saída). A noção de equilíbrio, os sistemas de interação, os "sistemas de encadeamento de posições e papéis", os "sistemas de comunicações" são os conceitos principais dessas teorias;
- d) teoria sociométrica: criada por Moreno e elaborada por Jennings. O grupo é analisado pelas escolhas interpessoais que ligam as pessoas;
- e) teoria psicanalítica: criada por Freud e ampliada por ele mesmo para a vida coletiva. Coloca ênfase nos processos motivadores e defensivos do indivíduo. Os conceitos de identificação, regressão, mecanismos de defesa e o inconsciente são os conceitos principais dessa teoria;
- f) teoria cognitiva: procura interpretar como os indivíduos recebem e integram as informações sobre o mundo social e como essa informação influencia seu comportamento. Muito influenciada pelas teorias da motivação. Os conceitos de aprendizagem e percepção são fundamentais. Foi desenvolvida por Asch, Festinger, Krech e Crutchfield;
- g) orientação empírico-estatística: segundo a qual a dinâmica de grupo deve ser pesquisada por processos estatísticos, como a análise fatorial, ao invés do tratamento a priori e teórico. Utiliza testes de personalidade, procurando caracterizar os grupos através de resultados estatísticos. Desenvolvida por Cattell e Meyer, principalmente;
- h) modelos formais: orientação completamente oposta à anterior, segundo a qual tentam se construir modelos formais, utilizando-se a matemática e conceitos extraídos das ciências sociais. Desenvolvida por Simon, French e outros.

APRECIÇÃO CRÍTICA DA TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS

A partir de 1939, com a publicação do livro de Roethlisberger e Dickson", relatando e interpretando a Experiência de Hawthorn, a Teoria das Relações Humanas passou a dominar, quase que inteiramente a teoria administrativa por cerca de mais de uma década. Ao final da década de 50, a Teoria das Relações Humanas entrou em declínio, passando a ser intensamente criticada, a tal ponto que suas concepções passaram a ser profundamente revistas e alteradas. Dentre as principais críticas à Teoria das Relações Humanas, podemos alinhar as seguintes:

42 I7orwin Cartwright e Alvin Zander, Dinâmica de Grupo, Pesquisa e Teoria, São Paulo, E.P.U. e Editora da USP pp. 48 a 51.

43 F. J. Roethlisberger e W. Dickson, A Organização e o Trabalhador, cit.

Humanas	Características e Premissas	Teoria Clássica	Teoria das Relações
1. Abordagem básica	Engenharia humana	Ciência Social aplicada	
organi-	- adaptação do homem à máquina e vice-versa	- adaptação do homem à máquina e vice-versa	
2. Modelo de homem	Econômico-racional	Racional-emocional	
	- maximizador de vantagens financeiras	- também motivado por sentimentos e critérios "não racionais"	
3. Comportamento organizacional do indivíduo	Animal isolado	Animal social	
participa-	- atomismo tayloriano	- carência de apoio e de	
	- reagir como indivíduo	ação grupal	
4. Comportamento funcional do indivíduo	Padronizável	Não padronizável	
j	- the one best way para todos	- diferenças individuais	
justifi-		com métodos diferentes	
5. Incentivação	Financeira (material)	Psicológica	
	- melhor remuneração por maior produção	- apoio, elogio, consideração	
6. Fadiga	Fisiológica	Psicológica	
	- atordoamento de tempos e movimentos, pausas adequadas	- monotonia, rotinização	
		- ausência de criatividade	
		- subutilização de aptidões	
		- programação excessiva	
7. Unidade de análise	Cargo	Grupo	
	- a tarefa, tempos e movimentos	- a equipe	
	- avaliação de cargos e salários	- avaliação do potencial grupal	
pcs-	- diferenças nas relações intercargos	- diferenças nas relações entre	
	soas no trabalho		
8. Conceito de organização	Estrutural formal	Sistema social	
	- conjunto de cargos, cargos e tarefas	- conjunto de papéis	
9. Representação gráfica	Organograma, fluxograma	Sociograma	
descjads,	- relações entre cargos e funções	- relações percebidas,	
		rejeitadas e reais entre pessoas	

A EVOLUÇÃO CONCEPTUAL: TEORIA CLÁSSICA E TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS

Adaptado de: Kleber T. Nascimento, "A Revolução Conceptual da Administração: Implicações para a Formulação dos Papéis e Funções Essenciais de um Executivo", Revista de Administração Pública, vol. 6, n° 2, p. 27, abr./jun. 1972.

1. Oposição Cerrada à Teoria Clássica

Em muitos aspectos, a Teoria das Relações Humanas foi diametralmente oposta à Administração Científica: os fatores considerados como decisivos e cruciais por uma escola, eram focalizados pela outra, e as variáveis que uma considerava centrais, eram quase ignoradas pela outra. O único ponto em comum de ambas as escolas, oponentes e contraditórias entre si, é que nenhuma delas assinala qualquer conflito fundamental ou dilema insolúvel entre a procura de racionalidade da organização e a busca de felicidade humana". Enquanto a Administração Científica afirmava que a organização mais competente seria igualmente a mais satisfatória, uma vez que a maximização da produtividade seria acompanhada de um incremento no pagamento de salários aos trabalhadores, a Escola das Relações Humanas achava que a principal tarefa da Administração seria a de solucionar qualquer conflito entre os interesses humanos e os interesses da organização, no sentido de aumentar a satisfação e a felicidade. Etzioni chega a afirmar que "a Teoria das Relações Humanas nasceu de uma reação à abordagem formal clássica. Focaliza, na organização, elementos de pouca ou nenhuma importância para a escola clássica. A produtividade de trabalho executada pelos trabalhadores (e, portanto, o nível de competência e racionalidade da organização) não é determinada pela sua capacidade física, mas por sua capacidade social; as recompensas não-econômicas desempenham um papel central na determinação da motivação e da felicidade do trabalhador; a maior especialização não é a forma mais eficiente de divisão do trabalho; e os trabalhadores não reagem à Administração e suas normas e recompensas como indivíduos, mas como membros de grupos. Acima de tudo, a Escola das Relações Humanas (...) salientava o papel da comunicação, da participação e da liderança".

Se, de um lado, se reconhece que o que a teoria da organização formal prega a das relações humanas nega, até certo ponto, de outro lado se reconhece também que cada uma dessas teorias se aplica a determinadas condições e situações ambientais: em termos simplificados, a Teoria Clássica tende a valer para condições e situações mais estáveis, e quanto a Teoria das Relações Humanas parece mais apropriada às

condições e situações dinâmicas.

Assim, para alguns autores, uma teoria não poderia deslocar a outra . Este aspecto, em que

uma teoria complementa a outra, será analisado no capítulo sobre a Teoria da Contingência.

Ultimamente a Teoria das Relações Humanas vem sendo encarada mais f mo uma compensação ou complemento do que uma contradição da Administração Científica

" Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit., p. 65.

45)it Etzioni, Organizações Modernas, cit., p. 54.

Paul R. Lawrence e Jay W. Lorsch, As Empresas e o Ambiente - Diferenciação e Integração Administrativas; cit. p. 206.

4 Joan Woodward, Industrial Organization, Theory and Practice, London, Oxford University Press, 1955. p. 243.

2. Inadequada Visualização dos Problemas das Relações Industriais

O grupo de cientistas coordenado por Elton Mayo, em particular, e a Escola das Relações

Humanas, em geral, são intensamente criticados pela interpretação inadequada e distorcida

dos problemas de relações industriais, seja da compreensão do problema do conflito e dos

interesses conflitantes dos empregados e da organização, seja da própria localização das

causas e das implicações desse conflito. Assim, durante a insegura e hesitante seqüência da

Experiência de Hawthorne, o grupo desviou-se para fenômenos e conceitos bastante superfi-

ciais e corriqueiros, como a busca de status pelos empregados, as relações dentro dos grupos

informais de uma fábrica, a necessidade de catarse (descarga emocional) através do conse-

lhamento psicológico (técnica não-diretiva de Rogers), o aperfeiçoamento das comunicações

e outros aspectos de importância secundária, omitindo os principais .

Essa visualização inadequada e distorcida foi pressentida por alguns dos componentes do grupo de Mayo,

como Whyte, que salienta que "o que tínhamos aprendido de Mayo era, em grande parte, esclarecimento

daquilo que não era verdadeiro sobre o comportamento na indústria, em vez de informações sobre o que era

verdadeiro. Assim, enquanto, às vezes, chegávamos a conclusões úteis, mais e mais nos encontrávamos em

becos sem saída. Compreendendo que não tínhamos todas as respostas, éramos forçados a pensar novamente

no trabalho que estávamos fazendo. Isto nos levou a um novo padrão de teoria e pesquisa, ainda não sufi-

cientemente claro para proporcionar conclusões práticas. Todavia, está surgindo a promessa de um futuro mais

iluminado tanto para o desenvolvimento da pesquisa, quanto para sua aplicação a problemas humanos na

indústria' ' :9

Enquanto os autores clássicos não viam o conflito industrial, uma vez que acreditavam

na perfeita compatibilidade entre os interesses da empresa e os dos empregados (o que é bom

para a organização, como os métodos racionalizados de trabalho, é igualmente bom para os

empregados, pois trazem melhor remuneração), os autores da Escola das Relações Humanas

consideravam o conflito industrial entre os interesses da organização e os interesses dos

empregados como basicamente indesejável. Assim, procuram promover a

harmonia indus-

trial, descurando-se das importantes e numerosas funções do conflito. A função do adminis-

trador passa a ser substancialmente a de solucionar conflitos, evitando que eles apareçam e

interferam negativamente na harmonia industrial.

Essa inadequada visualização dos problemas das relações industriais talvez tenha suas

causas no fato de a Teoria das Relações Humanas ter sido um produto da ética e do espírito

democrático então vigente nos Estados Unidos . Através dessa teoria, o administrador ameri-

cano passou a encontrar um instrumento clínico para solucionar problemas de conflito e de

insatisfação humana no trabalho. Daí o seu caráter pragmático e orientado para a ação:

visava implantar medidas capazes de promover relações humanas harmoniosas.

Assim,

oito proposições representam a promoção típica de práticas eficazes de relações humanas no

trabalho:

4s Henry A. Landsberger, *Howthorne Revisited* Ithaca, New York, Cornell University Press, 1958, p. 30.

49 William F. Whyte, "Relações Humanas - Um Relatório sobre o Progresso", in *Organizações Comple-*

xas, Amitai Etzioni (ed.), São Paulo, Ed. Atlas, 1977, p.108.

so William G. Scott; *Organization Theory - A Behavioral Analysis* Management, cit., pp: 54 a 58.

1. A n idadc dc o administrador utiliur sua upai náa c sua intuição, assim como g cr inta-
disáplinara, para oricntar-sc adcq cntc quanto às dccisõa a tomar.
2. A importitnáa da partiá do cmprcgado.
3. O cstudo dos várion papEis que o cmprcgado dcscmpcnha na organização.
4. A função da comunicação.
5. O trabalho dc cquipc.
6. O rconclícamento da divcrsidadc dc motivação dos indivfduos.
7. A constatação dc que a org f um sistcma soáal.
8. O fato dc que a capacidadc do administrador cm rclações humanas podc sa dcscnvolvida.

Contudo, ao ver de Kleber Nascimento" a Fscola das Rela Bes Humanas concentrou-se naquilo que chama de pseudo-soluç o do problema da integração do homem ao trabalho, já que ao invés de atuar sobre as causas da alienaç o e do co f ito (controles formais, subuti-
lização das aptidões dos operários etc.), procurou tornar mais agradáveis e compensadoras para o trabalhador as atividades extrafuncionais (como os intervalos de trabalho, refeições no restaurante da fábrica, associações de empregados, torneio de esportes, excursões, folhe-
tos ou boletins de empregados, salões de jogos, col8nias de férias etc.). Assim, o trabalho tornou-se um sacrifício compensado pela felicidade a ser gozada fora dele.

' 'A Escola de RelaçBes Humanas representa a cvitação e a negaç8o - no sentido psi-
coanalftico - em nfvel institucional do cor lito de classes, procurando alcançar a maior pro-
dutividade da empresa por intermédio de entrevistas de diagnóstico do candidato a trabalha-
dor com os inevitáveis testes de personalidade, criando uma rede de serviços sociais na em-
presa, o sempre presente jornalzinho interno, a assistênciapersonalizada de casos, mantendo
cursos e cursilhos que impõem sub-repticiamente maneiras de pensar, sentir e agir através
das quais é transmitida a ideologia dos donos da vida.'"z

3. Concepção Ingênua e Romântica do Operário

Outro aspecto dessa inadequada visualização dos problemas das relações industriais é exata-
mente a concepç o ingênua e romântica do operário desenvolvida por esta teoria. Os autores
da década de 40 e infcio da de 50 imaginavam um trabalhador feliz, produtivo e integrado no
ambiente de trabalho. Contudo, essa imagem nem sempre foi confirmada por pesquisas pos-
teriores, que descobriram trabalhadores felizes e improdutivos, bem como

infelizes e produ-

tivos, descaracterizando a correlaçãp entre satisfaç o e produtividade.

Igualmente, verifi-

cou-se que o supervisor liberal e concentrado no trabalhador nê m sempre era o responsável

pelos grupos mais produtivos, que a consulta participativa criava muitas vezes mais proble-

mas do que aqueles que resolvia. Também os trabalhos de dindmica de grupo, inicialmente

otimistas, visionários e calcados em principios éticos preconcebidos, foram paulatinamente

seguindo uma linha analitica e experimental'3.

5 Klcbcr T. Nasámcnto, "A Rcvolução Conccptual da Administraç8o - Implicaç8cs para a Formulação

dos PapEis c Funçõcs csscnáais dc um Exccutivo Público", Revista de AdministraçDo de Empresos Rio de Janciro,

Fundaç8o Cictúlio Vargas, vol. 6, pp. 25 c 26, abr./jun.1972.

z Mauriáo Tragtcnberg, Idcologia e Burocrario, clt., p. 85.

53 G. g, rothcr, "Problcms in thc Dcvlopment of a Social Scicncc of Organization", in The Socia! Scicnve

ol : > izQtions H. J. Lcavitt (cd.), Englcwood Cliffs, Ncw Jcrscy, Prcntióc-Hall,1%3, p.14.

4. Limitação do Campo Experimental

Os autores da Escola das Relações Humanas, pelo menos os do grupo de Elton Mayo, limitaram-se ao mesmo ambiente restrito de pesquisa da Administração Científica: a fábrica. Evitaram de verificar outros tipos de organização (como bancos, hospitais, universidades etc.), o que reduz enormemente a aplicabilidade das suas teorias e conclusões. A Experimentação de Hawthorne baseou-se em uma amostra de cinco moças, inicialmente, dentro de uma específica situação industrial. As generalizações fundamentadas no número de pessoas pesquisadas tornaram-se até mesmo frágeis para os próprios pesquisadores, que tentaram ampliar o grau de certeza através do programa de entrevistas que abrangeu mais de 211.000 empregados da fábrica. Mesmo assim, a transição a uma situação industrial permanece. Tragtenberg, numa crítica mais generosa, salienta que "a Escola das Relações Humanas só examina as relações homem x grupo na área da empresa, não as ultrapassa".

5. Parcialidade das Conclusões

Se a Teoria Clássica se restringiu apenas à organização formal revelando "escassez de variáveis", isto é, abrangendo um pequeno número de variáveis somente, para explicar seus pontos de vista, a Teoria das Relações Humanas também se mostra parcialista, restringindo-se apenas à organização informal. Neste sentido, afirma-se que a Escola das Relações Humanas sofreu de pleora de variáveis, todas elas enfatizando apenas os fatores humanos. A nosso ver, entretanto, julgamos que esta teoria também sofreu da mesma escassez de variáveis, apresentando um forte desequilíbrio de afirmações, enfatizando os aspectos informais da organização e relegando os aspectos formais a um plano bastante inferior. Mesmo na abordagem dos fatores humanos, onde esta teoria se concentrou em detrimento da abordagem dos demais fatores igualmente importantes envolvidos na situação organizacional, as conclusões de Mayo "não vão ao fundo do problema" e, para Motta, se expõem às seguintes críticas:

"a) Mayo investigou a indústria com a exclusão quase completa de seu background social.

b) Mayo e seus seguidores apresentam uma tendência a favorecer a Administração em detrimento dos trabalhadores.

c) No campo do método científico, Mayo ignora a teoria e adota uma atitude que exalta o empirismo, a observação e a descoberta de dados" .

Tragtenberg salienta que "a pesquisa de Hawthorne básica para a definição da ideologia das relações humanas, funda-se em evidências diretas, não demonstrando ser o fruto

William F. Whyte, "Relações Humanas - Um Relatório sobre o Progresso", in Organiz. e Comportamento, cit., p. 108.

55 Mas o Tragtenberg, Ideologia e Burocracia, cit., p. 84.

Kleba T. Nascimento, "A Revolução Conceptual...", Revista de Administração de Empresas, cit., pp. 25 e 26.

56 Fernando C. Prates Motta, Teoria Geral da Administração - Um Introdução; São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975, p. 23.

conclusivo de hipóteses básicas, que seriam testadas pela realidade. Suas pesquisas movem-

se no universo do empirismo radical".

Além disso, Viteles expõe outros exemplos da parcialidade de conclusões:

"Em especial, experiências não demonstram que as pausas de descanso e os salários sejam sem valor

incentivo para a produção. Também elas não justificam a firme conclusão de que estas ou outras condições

falhassem em exercer efeitos independentes sobre o indivíduo. Contudo, as experiências conseguiram o objetivo

importante de chamar a atenção para o fato de que as relações interpessoais e o caráter da situação social

podem alterar os efeitos de tais incentivos específicos."59

Tragtenberg procura mostrar que "para Taylor e Mayo, os operários têm idéias

interesses aos da Administração patronal na empresa, daí achá-los não-cooperativos em função

dos alvos da Administração patronal. É sabido que a cooperação operária na empresa

capitalista aparece na forma do estabelecimento de determinados padrões sociais. O medo

do desemprego leva operários a limitar a produção a determinado nível; é o caso da situação

operária nos anos de 1931-1932. E isso não se constituía um fator específico do grupo, mas

sim um fator estrutural do contexto" .

6. Ênfase nos Grupos Informais

A Teoria das Relações Humanas, e principalmente Mayo, concentra-se exageradamente no

estudo dos grupos primários, colocando-os como o seu principal campo de atuação. E vão

mais além. Supervalorizam a coesão grupal como condição de elevação da produtividade.

Elton Mayo salientava que "na indústria e em outras situações humanas, o administrador

lida com grupos humanos bem entrelaçados e não com uma horda de indivíduos . . . o de-

sejo que tem o homem de ser constantemente associado em seu trabalho a seus colegas, com anseios

é uma forte, senão a mais forte, característica humana . O trabalho de Mayo procurou

demonstrar que o problema de abstenção, mobilidade, baixo moral e baixa eficiência se

reduz ao problema de saber como os grupos podem ser solidificados e a colaboração aumentar,

tanto na grande como na pequena indústria. As principais conclusões de Mayo foram :

1. O trabalho é uma atividade grupal.
2. O mundo social do adulto é primariamente padronizado em relação à sua atividade no trabalho.
3. A necessidade de reconhecimento e segurança e o senso de pertencer a algo são mais importantes na determinação do moral do operário e da produtividade do que as condições físicas sob as quais ele trabalha.
4. Uma reclamação não é necessariamente o enunciado objetivo de fatos; comumente é um sintoma de distúrbio relacionado com o status do indivíduo.
5. O trabalhador é uma pessoa cujas atitudes e eficiência são condicionadas pelas demandas sociais, tanto dentro como fora da fábrica.

5s Maurício Tragtenberg, Ideologia e Burocracia, cit., p.197.

59 Morris S. Viteles, Motivation and Morale in Industry, New York, Norton, 1953, p.193.

Maurício Tragtenberg, Ideologia e Burocracia, cit., p. 84.

6! Elton Mayo The Social Problems of an Industrial Civilization, cit., p. 99.

62 Ibert C. Miller e William H. Form, Industrial Sociology, New York, Harper & Row, Publ., 1951

6. Irrupos inF dentro da fábrica exercem Brande controle social sobre os hábitos no trabalho e atitudes do operário indtvidual.

7. A mudança de uma sociedade estabelecida para outra em adaptação (isto E, do tipo antigo de comunidade para a sociedade atomtstica de indivfduos isolados, da sociedade paleotfcnis para a eot&nica) tende a desmembrar continuamente a organização social de uma fábrica ou indústria em geral.

8. A colaboraço grupal não ocone por acidente; ela deve ser planejada e desenvolvida. Se essa colaboraço for alcançada, as relaço8es no trabalho dentro da fábrica podem chegar a uma coesgo que resiste aos efei- tos do desmembramento de uma sociedade em adaptaço.

Não resta dúvida, a Teoria das Relações Humanas trouxe uma nova visão da Adminis- tração, incluindo:

a participação dos escalbes mais inferiores na solução dos problemas da organização;

o incentivo de maior relacionamento e franqueza entre os indivfduos e grupos nas organizações.

a identificação da necessidade dc se melhorar a compet2ncia dos administradores no trato interpessoal;

. a melhoria das comunicaço8es de baixo para cima na hierarquia das organizaço8es, para diminuir o abismo

entre o mundo da Administração e o mundo dos operários;

a introduço das ci2ncias do comportamento nas práticas administrativas;

a definição de uma filosofia humanfstica e democrática do papel do homem na organização;

uma atitude voltada para a pesquisa e para o conhecimento mais profundo da natureza humana.

A idéia de uma Administração participativa, como uma maneira de aumentar a inclu-

são dos operários nas metas da empresa e de motivá-los adequadamente no sentido de alcan-

çarem essa metas, é uma das principais decorrências dessa teoria.

Contudo, pesquisas têm revelado que a coesão de grupo não está necessariamente cor-

relacionada com o aumento de produtividade, podendo até ser disfuncional, integrando o

grupo contra a direçãoó3.

7. O Enfoque Manipulativo das Relações Humanas

Pode até parecer que os autores da Escola das Relações Humanas tenham se preocupado

exclusivamente com o bem-estar e com a felicidade dos trabalhadores, esquecendo-se de que

esta preocupação não é a função principal da empresa, que é a de produzir bens e gerar

lucros. Contudo, no fundo, a Escola das Relações Humanas e, principalmente, Mayo e seus

colaboradores mais diretos favoreciam decisivamente a Administração, talvez porque a

Experiência de Hawthorne tenha sido patrocinada pela Western Electric. Assim, essa teoria

tem sido criticada tenazmente pelo fato de desenvolver uma sutil estratégia de enganar os

operários e fazê-los trabalhar mais e exigir menos. Essa estratégia manipulativa visava mo-

dificar o comportamento do empregado em favor dos objetivos da Administração.

Manipulação é todo e qualquer processo através do qual se condiciona o indivíduo a

fazer qualquer coisa sem a sua participação realmente livre. A manipulação tem mais um

sentido de imposição ou ordem emitida em função de autoridade do que decorrência de um

ato de vontade ou de iniciativa, que exprima desejo espontâneo de colaboração do indiví-

63 e r T. Nascimento, "A Revolução...", Rwrsto de AdrninrstrurBo dc Empnesas, clt., pp. 25 e 26.

J. A. C. Brown, P cnlogia Social du Indústrm, São Paulo, Ed. Atlas, 1977.

duo. A manipulação, de que estamos falando aqui, envolve um processo através do qual o indivíduo acredita estar fazendo algo que realmente vem de encontro à sua vontade, quando na realidade ele foi condicionado cuidadosamente para pensar assim. No fundo, o indivíduo acha que faz o que vem do seu íntimo, quando realmente faz o que outros pretendem que ele faça para que esses outros consigam atingir os seus objetivos.

O ENFOQUE MANIPULATIVO DAS RELAÇÕES HUMANAS

"Com a Escola das Relações Humanas (Mayo, Roethlisberger etc.), principalmente a partir de 1946 verificou-se que o fator humano ajuda na compreensão e controle da situação de trabalho: há uma confrontação inevitável entre a organização e os problemas humanos. A noção de produtividade (mais ampla) substitui a de rendimento (mais estreita), a otimização substitui a maximização e os organizadores passam a considerar os fatores humanos (motivações, reações afetivas etc.) em todas as situações. A resistência à mudança é reconhecida, identificada e explorada. Porém, essa tomada de consciência que podia ser positiva, ao tentar apenas contornar as dificuldades ao invés de saná-las, tornou-se negativa e exploratória"6'.

Tragtenberg argumenta que "na empresa norte-americana onde a acumulação e reprodução ampliada do capital foram realizadas, o fator humano começa a ter status. Tem-se o surgimento da Escola de Relações Humanas de Mayo, como resposta intelectual a um sistema industrial onde a alta concentração do capital foi traduzida na formação de grandes corporations, em que as formas de regulamentação da força de trabalho

Os métodos de controle operário efetuados por via autoritária de Fayol (esquema Taylor-Fayol) cedem lugar à sua exploração de forma indireta: pelo manipulado do operário por especialistas, os quais, por sua vez, são instrumentos manipulados pela direção das empresas onde a força de trabalho é recrutada pelos chamados conselheiros psicológicos, especialistas em técnicas humanas e relações industriais". Mais adiante, adiciona que "a Escola de Relações Humanas define-se como uma ideologia manipulatória da empresa capitalista num determinado momento histórico de seu desenvolvimento. Acentua a preferência do operário fora do trabalho pelos

de Ross Meigniez, *A História Social da Empresa; a Crise da Direção*, cit., p. 28.

seus companheiros, quando na realidade ele quer, após o trabalho, ir a casa; E sua maior satisfação. Valoriza
 baratos símbolos de prestígio, quando o operário procura maior salário. V2 os conflitos da empresa na forma de desajustes individuais, quando atrás disso se esconde a oposição de duas lógicas: a do empresário que procura maximizar lucros e a do trabalhador que procura maximizar seu salário" .

Essa premissa equivocada de que apenas o empregado é que precisa mudar, quando, na maioria das vezes, é a própria Administração que precisa de mudanças, é um traço típico dessa teoria. A Teoria das Relações Humanas tem sido responsabilizada pela justificativa ideológica da estrutura organizacional (estrutura formal) que procura proteger, desviando a atenção para os problemas relativos ao ajustamento da estrutura informal. A abordagem parcialista da Teoria das Relações Humanas também se revela na relegate a plano secundário das recompensas salariais e materiais, enfatizando unicamente as recompensas sociais na indústria e, mesmo, utilizando-as com a finalidade manipulativa de apaziguar os operários, concedendo-lhes símbolos baratos de prestígio e afeição, em vez de aumento de salários .

8. Outras Críticas

Perrow salienta que "é visível que tanto a Escola da Administração Científica como a de Relações Humanas possuem idéias úteis, mas que se aplicam a situações diferentes. Os partidários intelectualizados de ambas as escolas entendem como 'exceções' os casos em que suas abordagens não podem ser aplicadas".

Para Kleber Nascimento, "de qualquer modo, foi a Escola das Relações Humanas que marcou o início do reenfoque, hoje definitivo, da Administração como ciência social aplicada. Como engenharia humana, a área de investigação intelectual da Administração confinava-se à divisão do trabalho, à redistribuição de competências, à fusão e desmembramento de órgãos, à racionalização de tempos e movimentos, à simplificação de fluxos, à combinação de métodos e à coordenação pela autoridade. Hoje, como ciência social aplicada, o discurso da moderna disciplina da Administração passou a incluir - e a enfatizar prioritariamente -

as relações pessoais entre os membros da organização, os conflitos de valores, a competência interpessoal, o clima psicossociológico organizacional, as condições de feedback espontâneo e não censurado entre as pessoas, o estilo de liderança das chefias, as possibilidades de auto-realização no trabalho, as condições de favorecimento ou obstaculização da criatividade e a coordenação pela idéia, mediante o desenvolvimento de um consenso de valores entre os membros da organização.

Em suma, a ênfase deixou de ser colocada nas técnicas administrativas para ser colocada nas pessoas. O administrador deixou de ser o engenheiro para ser um experiente na aplicação

Maurício Tragtenberg, *Ideologia e Burocracia*, cit., p.197.

6 Kleber T. Nascimento, "A Revolução...", *Revista de Administração das Empresas*, cit., pp. 25-26.

J. A. C. Brown, *Psicologia Social da Indústria*, cit.

Amitai Etzioni, *Organizações Modernas*, cit., p. 71.

a Charles Perrow, *Análise Organizacional: Um Exercício Sociológico*, São Paulo, Ed. Atlas, 1972, p. 41

ção das ciências do comportamento à dinâmica da sua organização. O enfoque do engenhei-

ro, que concebia a organização como um conjunto de peças e de relações entre homens, car-

gos e materiais ou equipamentos, cedeu vez ao enfoque psicossociológico, segundo o qual os

problemas críticos são as relações entre os membros dos grupos e entre os grupos, os estilos

de liderança, a motivação, os incentivos e a auto-realização no trabalho".

No decorrer dos demais capítulos, voltaremos a nos referir à Teoria das Relações

Humanas, ampliando a nossa apreciação crítica com novos conceitos e abordagens decor-

rentes de outras teorias administrativas.

SUMARIO

1. A partir da Experiência de Hawthorne desenvolveu-se uma nova concepção a respeito da

natureza humana: o homem social. Concomitantemente, verificou-se que a formação e os

processos de grupos podem ser manipulados através de algum estilo de liderança e comu-

nicação.

2. Com os primeiros estudos sobre a motivação humana (Teoria de Campo e o levantamento

das necessidades humanas básicas), chegou-se à noção do ciclo motivacional e suas reso-

luções em termos de satisfação, frustração ou compensação. Com isto, chegou-se à noção

de objetivos individuais e sua influência sobre o moral e a atitude das pessoas e grupos.

3. Além do mais, experiências pioneiras sobre liderança e seus resultados quanto ao desem-

penho dos subordinados mostraram a excelência da liderança democrática. Outros estu-

dos posteriores passaram a envolver outras variáveis além das características pessoais do

líder e concluíram que o padrão de liderança deve ser escolhido em função de outras

variáveis (forças no administrador, nos subordinados e na situação).

4. Também os estudos sobre as comunicações indicaram a importância da comunicação

sobre os relacionamentos entre as pessoas e o seu desempenho.

5. A organização informal passou a ser profundamente pesquisada, tanto nas suas caracte-

rfísticas como nas suas origens. Praticamente, os autores humanistas deixaram a organiza-

ção formal de lado para se concentrarem unicamente na organização informal.

6. A dinâmica de grupo e o profundo interesse sobre os grupos informais foram outro aspec-

to típico da Escola das Relações Humanas.

7. Como toda corrente de oposição ferrenha, esta teoria apresentou profundas distorções e limitações: uma visão inadequada dos problemas de relações industriais, limitação no campo experimental e parcialidade nas conclusões levaram gradativamente essa teoria a um certo descrédito. A concepção ingênua e romântica do operário e a ênfase exagerada nos grupos informais colaboraram rapidamente para que esta teoria fosse repensada e criticada acerbamente. O seu enfoque manipulativo e certamente demagógico não deixou de ser descoberto e identificado pelos operários e seus sindicatos. Recebendo tantas pedras-

Kleba T. N. In: Imepto, "A Revolução...", Revista de Administração de Empresas, p. 26.

das, a Teoria das Relações Humanas precisou passar por uma completa reelaboração a partir da Teoria Comportamental, que veremos adiante.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Explique a teoria de campo de Lewin.
2. Quais as necessidades humanas básicas? i
3. Explique o ciclo motivacional.
4. O que é frustração e compensação?
5. Defina moral.
6. Defina os diversos conceitos de liderança.
7. Explique a teoria de traços de personalidade.
8. Explique o conceito situacional de liderança e a escolha de um padrão de liderança.
9. Quais são as alternativas de comportamentos de liderança segundo Tannenbaum e Schmidt?
10. Quais são as forças no administrador, nos subordinados e na situação?
11. Quais são os três tipos de redes de comunicação descobertos por Leavitt?
12. O que significa Organização Informal?
13. Quais as características e origens da Organização Informal? 1
14. O que significa o "equilíbrio quase-estacionário" nos processos grupais?
15. O que é dinâmica de grupo?
16. Defina o grupo como instrumento de mudança, como meta de mudança e o grupo como agente de mudanças.
17. Quais as características dos grupos?
18. O que são relações intrínsecas quando se fala em grupo social?
19. O que são relações humanas?
20. O que são relações extrínsecas nos processos grupais?
21. A Teoria das Relações Humanas se caracteriza por uma oposição cerrada à Teoria Clássica. Comente e explique.
22. Por que se fala em visualização inadequada dos problemas das Relações Industriais quando se fala em Teoria das Relações Humanas?
23. A Teoria das Relações Humanas se caracteriza por uma concepção ingênua e romântica. I
- do operário. Explique.
2. O que significa a limitação do campo experimental quando se critica a Teoria das Relações Humanas?

25. Por que se fala em parcialidade das conclusões quando se critica a Teoria das Relações

Humanas?

26. A Teoria das Relações Humanas é criticada pela exagerada ênfase nos grupos informais.

Explique.

27. A Teoria das Relações Humanas é criticada pelo enfoque manipulativo das Relações

Humanas. Explique.

CASO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS CELESTE*

Além de se colocar entre as mais antigas empresas de uma pequena cidade de 30.000 habitan-

tes, a Produtos Alimentícios Celeste vem sendo, já há alguns anos, a que emprega maior

número de operários. Dedica-se ao fabrico de bens de consumo perecíveis, no caso, produtos

alimentícios, ramo que durante anos tem sofrido relativamente poucas mudanças, seja de

ordem tecnológica ou de estilo. A produção sofre variações sazonais, mas esse fato é tradi-

cional e tanto a administração quanto os operários consideram-no como característica nor-

mal desse tipo de indústria. Há cerca de 500 operários trabalhando na fábrica.

Durante um determinado período de prosperidade econômica, o sindicato representa-

tivo dos operários da indústria alimentícia organizou uma greve geral para a melhoria de

salário. A greve suspendeu a produção em todas as grandes empresas da indústria alimentí-

cia. Os operários da Produtos Alimentícios Celeste resolveram aderir e abandonaram o em-

prego. Em toda a indústria, a greve se caracterizou pelo aspecto pacífico. Todavia, o mesmo

não aconteceu na Celeste, em que se pôde observar alta dose de ressentimento e antagonismo

por parte dos operários em relação à empresa. Manifestaram-se atos de violência nos grupos

de operários postados nas proximidades da fábrica, o que acarretou a intervenção policial.

Ante a intensidade e violência das reações dos operários, a alta administração da companhia

ficou profundamente preocupada, uma vez que os altos funcionários esperavam justamente

o contrário. Acreditavam que os operários aderissem à greve por questões de solidariedade,

mas não estavam absolutamente preparados, nem mesmo em pensamento, para o ressen-
timento evidente na atitude tomada em relação à empresa. Perceberam que o

antagonismo de
seus operários era mais forte que os sentimentos demonstrados pelos

trabalhadores de outras

empresas da indústria alimentícia. Os altos funcionários da empresa julgavam, até então,

que o tamanho reduzido da comunidade(a posição de liderança exercida pela Produtos AG-

mentícios Celeste em sua qualidade de empregador, e a intimidade existente entre a adminis-

tração e o resto da organização constituíam fatores de ordem positiva no encorajamento de

boas relações e lealdade por parte dos operários. Ora, tendo em vista o comportamento dos

operários durante a greve, já não era mais possível manter tal ponto de vista. Em consequên-

cia, a administração chegou à conclusão de que era preciso adotar um novo ponto de vista

no exame dos problemas da organização. Nas fileiras da alta administração havia um certo

desacordo quanto à interpretação a ser dada à reação dos operários.

Extraído de Robert Durbin, Human Relations in Administration. The Sociology of Organization. Englewood Cliffs, N.J. Prentice-Hall, Inc., 1954, p. 423.

Tratou-se imediatamente de formular um plano para atingir as razões da insatisfação.

Como primeiro passo decidiu-se realizar uma pesquisa de opinião entre os empregados. Para

tal fim, contrataram-se os serviços de uma firma consultora de administração. Acreditava-se

que, naquele momento, um estudo tendo por base a opinião dos operários seria excessiva-

mente influenciado por considerações de ordem emocional relacionadas com a greve. Além

disso, havia o problema de entrar em contato com trabalhadores que se encontravam afasta-

dos do trabalho. Daí, resolveu-se realizar uma pesquisa no nível de supervisão, como meio

de auscultar a opinião existente na companhia.

Em entrevista pessoal e informal, os membros da firma de consultores faziam duas

perguntas a cada um dos supervisores:

1. Por que acha que os nossos operários se mostram tão perturbados com a greve?

2. Tem algum comentário a fazer sobre o seu trabalho nesta companhia?

Garantiu-se a cada supervisor que as respostas eram confidenciais e não seriam identi-

ficadas perante os altos funcionários. As respostas foram extremamente francas e demons-

traram geral boa vontade em ``dizer umas verdades''. Segue-se um breve sumário das obser-

vações feitas com base nas respostas dadas à segunda pergunta. Quase todos os supervisores

entrevistados deram a entender que grande parte das razões causadoras da atual situação esta-

va diretamente ligada ao que acontecera sob a direção do anterior

Superintendente da Fábrica,

o Sr. Grolim. Por ocasião de sua aposentadoria, o Sr. Grolim havia completado 12 anos

de trabalho na firma. Reconheciam-no por indivíduo entendido em produção, mas pobre

como administrador. As queixas específicas prendiam-se à crença de que protegia e favorecia

determinados operários, especialmente aqueles que eram seus compatriotas. Os supervisores

diziam também que ele nunca procurara instruir seus subordinados. Acusavam-no de lançar

um operário contra outro, de dominar cada um de maneira a desencorajar o trabalho em

conjunto, enquanto, por outro lado, encorajava concorrência desleal entre os supervisores.

O Sr. Cardoso, atual Superintendente, fora precedido por três outros, os quais haviam

servido em conjunto durante um total de quatro anos e meio. Os supervisores tinham gran-

Ç ,

des expectativas em relação ao Sr. Cardoso e esperavam que ele pudesse melhorar a situação

desde que, segundo dizia um funcionário do departamento, não morresse de tanto trabalhar". O Sr. Cardoso viera transferido de outra empresa na indústria alimentícia e já estava

com a Produtos Alimentícios Celeste há cerca de um ano.

Os supervisores manifestavam profunda preocupação com a coordenação de Vendas e

Produção feita pela Administração. Os representantes do grupo de Produção diziam que o

grupo de Vendas era que tomava as decisões na determinação da produção. Os supervisores

de Produção citavam repetidos exemplos de inúteis e custosas modificações na produção,

ordenadas pelo Departamento de Vendas a fim de cumprir com os programas de entrega.

Afirmavam também que, muitas vezes, no princípio da semana, a fábrica despachava lotes

insuficientes de material e, no fim da semana, era preciso fazer trabalho extraordinário no

Setor de Despacho para dar saída às encomendas. Por sua vez, os representantes da organização de Vendas contra-atacavam acusando o pessoal da fábrica de não

compreender quanto

importante era entregar na época determinada, de maneira que se pudesse manter as vendas

num mercado de concorrência. Foram bem poucos os supervisores da Fábrica que, ao serem

entrevistados, afirmaram serem-lhes possível manter boas relações de trabalho com os supervisores

de Vendas com quem eram obrigados a tratar.

Os comentários sobre os problemas relacionados com a administração da organização

apresentaram-se sob diversas formas. Um dos homens dizia o seguinte:

"Nesta companhia

não existe trabalho de equipe; é apenas um aglomerado de indivíduos sem direção superior".

Outras pessoas afirmavam haver "um excesso de departamentos" e "muita burocracia".

Vários supervisores achavam que eram obrigados a um trabalho burocrático que lhes exigia

dar atenção a detalhes desnecessários. A maioria dos supervisores entrevistados dizia que a

alta administração era responsável pela situação atual. Segundo um comentário geral, "as

promoções ocorriam sempre dentro de um mesmo grupo da administração" e, em conse-

quência, eram bem poucas as idéias renovadoras que influenciavam o pensamento do grupo

responsável pela determinação da alta política. Achavam os supervisores que havia "muita

gente da família na organização" (o controle da firma estava em mãos de um pequeno grupo

familiar, o que não é fora do comum em certas indústrias). Disse um dos supervisores: "aqui

quem manda é um homem só. A companhia é dirigida por um pequeno grupo da família".

Diversos supervisores afirmaram que "o Sr. Cardoso deveria estar dirigindo esta fábrica sem

restrições. Se ele fracassar deverá ser substituído, mas enquanto estiver à testa das operações

deveriam deixá-lo só".

Alguns elementos da organização de Vendas fizeram críticas à maneira pela qual se

havia negado responsabilidade ao pessoal de Vendas. Queixavam-se de que haviam sido

afastados e não se lhes permitira participar na determinação das diretrizes da companhia.

Os supervisores da fábrica freqüentemente diziam receber ordens e não podiam exe-

cutá-las, especialmente em questões de disciplina. Um exemplo citado foi de uma mudança

de última hora na regulamentação do tempo concedido aos operários para que se lavassem e

se arrumassem antes de deixar o serviço. Inicialmente os supervisores haviam sido instruídos

a conceder aos operários apenas 12 minutos para esse fim e fazer cumprir esse regulamento

ainda que à custa de avisos e suspensões. Na ocasião precisa em que as suspensões discipli-

nares estavam prestes a ser aplicadas, a alta administração voltou atrás na decisão de manter

rigidamente as ordens baixadas a este respeito. De acordo com um dos mestres, foi o Sindi-

cató de Classe que se apresentou como responsável pela segunda decisão,

ainda que, na sua

opinião, o sindicato nada tivesse a ver com o que acontecera. Afirmou, além disso, que tal

atitude solapara a confiança que os supervisores punham em si próprios e na alta administração .

Fizeram-se muitas referências à impressão mantida pelos supervisores de que eram

obrigados a "trabalhar no escuro". Dizia-se que as diretrizes eram tornadas públicas sem

qualquer comunicação prévia e modificadas sem aviso. Um chefe de departamento afirmava

que "sinceramente eu não sei quais são as diretrizes existentes aqui. Quando tenho que cum-

prir minhas funções sou sempre obrigado a imaginar quais são as diretrizes existentes".

Outro funcionário referia-se à "cortina de ferro existente entre a Fábrica e o Escritório Cen-

tral". Alguns supervisores achavam que havia um número muito reduzido de mestres na

Fábrica. Afirmavam que os mestres existentes trabalhavam demais. Houve diversas refe-

rências ao caso de um mestre que supervisionava trabalhadores em 4 andares da fábrica ao

, mesmo tempo.

Obtiveram-se, por parte dos supervisores, comentários sobre outros assuntos que lhe

diziam respeito, tais como: "Há 10 anos estou nesta companhia e nada me disseram sobre a

qualidade do meu trabalho". "A companhia obrigou os supervisores de Escritório a traba-

lharem na fábrica durante a greve. Não veio ninguém do Escritório dizer-nos que apreciavam

nosso lealdade. Afinal de contas não foi coisa fácil passar entre os grupos de operários esta-

cionados nas proximidades das fábricas, especialmente quando se conhecem muitos daqueles homens."

CASO LOJA INDEPENDÊNCIA*

O narrador deste caso foi um dos 6 vendedores da Loja Independência, uma loja de artigos para cavalheiros, què trabalhava com artigos médios e finos. O Sr. Borba, o proprietário, dirigia sua loja com bons resultados há 20 anos e havia conseguido um considerável número de clientes habituais. Muitos dos seus fregueses, contudo, compravam certos artigos em qualquer outro lugar. Havia também um bom movimento de vendas a fregueses eventuais, pois a loja estava muito bem localizada na zona comercial central de uma cidade de 100.000 habitantes. Diz o narrador:

Juntei-me à turma, fui imediatamente aceito e consegui conhecer meus companheiros muito bem. Nós nos dávamos muito bem e muitas vezes nos encontrávamos depois da hora do expediente. O Sr. Borba às vezes nos pagava um aperitivo no fim de um dia de muito trabalho e ocasionalmente levava-nos à capital para assistir a um jogo de fubetol. O Sr. Borba e os rapazes tinham certos hábitos de negociar de que eu não gostava, isto para dizer delicadamente. N o era meramente uma questão de dirigir a loja; para mim, era uma questão de ética. Por exemplo, no primeiro dia em que comecei a trabalhar, entrou um freguês e perguntou se o chapéu que ele havia encomendado já tinha chegado. O Sr. Borba respondeu que deveria chegar no sábado e pediu-lhe que voltasse naquele dia. Quando o freguês saiu da loja os rapazes se entreolharam e o Sr. Borba disse: "Bem, capazes, nós vamos lhe dizer no sábado". Eu não compreendi e por isso perguntei: "Dizer o quê?". Antdnio, o jovem assistente do Sr. Borba, explicou-me que eles haviam prometido ao freguês fazer um pedido especial para um certo tipo de chapéu que ele queria e que deixaram de mandar o pedido. "Na próxima vez que ele vier nós vamos lhe dizer que sentimos muito não ter conseguido o chapéu que ele queria. Uma vez pensando que tivemos muito trabalho em enviar o pedido especial somente para ele, sentir-se-á na obrigação de comprar um chapéu aqui na loja e, provavelmente, um chapéu até caro. Há uma porção de truques neste negócio."

Bem, eu havia feito um grande número de vendas na minha curta existência para saber que há "truques",
portanto não fiquei surpreendido com este - fiquei somente desgostoso.
Tódos os dias eu observava os rapazes "em ação" e ficava imaginando sobre o que significavam seus sorrisos
orgulhosos cada vez que eles pregavam alguma num freguês. Os "truques" mais bem imaginados obtinham
um elogio especial do Sr. Borba e de Antônio. Se a média dos fregueses de lojas a varejo pudessem ouvir o
que se diz depois que eles saem da loja jamais comprariam dos varejistas novamente. Elé prefeririam fazer
sua própria roca e também tecer sua própria fazenda.
O Sr. Borba gostava de contar a respeito de uma família de caipiras que certa vez tinha entrado na loja para
comprar um terno com o qual o pai iria ser enterrado. Antes que os familiares percebessem o que estava
acontecendo, ele havia vendido um terno com duas calças. Os rapazes muitas vezes vendiam gravatas de
rayon como se fossem de "pura seda". Um número surpreendente de mulheres, que supostamente são boas
conhecedoras de tecidos, caía nesta história.
O tamanho de pijamas é dado pelas letras A, B, C, D e E, em vez de números. A maioria dos fregueses dá a
medida de seu tórax e deixa a cargo do vendedor traduzir isso no tamanho que corresponde à letra. Assim,
quando o estoque dé "C" estava se acabando e havia bastante "D", era fácil para os rapazes se concentra-

* Extraído de Robert Dubin, Human Relations in Admlnislration, cit., p. 560-1

rem na venda de "D" por algum tempo. Algumas pessoas devolviam-nos, mas a maioria não. Talvu eles dobrassem a manga ou as cortassem, eu não sei. Aos fregueses eventuais e àqueles que procuravam artigos para presente, eram muitas vezes vendidos artigos de tamanho incorreto ou defeituosos. Os viajantes logo estavam longe para devolver as mercadorias e os que recebiam presentes hesitavam em dizer ao doador que "a camisa que você me deu n o me serve e tem um defeito na manga".

Ik maio a junho, tñhamos somente uns poucos tamanhos de mai8s em estoque. Se um garoto vinha procurar um maid e não estava certo sobre o tamanho, o sistema usado era o de mostrar um que fosse duas ou três medidas de diferença. O vendedor dizia "que tal este? Acha que ele serve? Eles esticam bastante, se você precisar' '. O garoto, aceitando a sabedoria do vendedor, concordaria que ele parecia bem, tomando assim a responsabilidade de haver escolhido o tamanho. Entretanto, depois de experimentar o mai8 em casa, se ele voltasse para trocar por um tamanho mais adequado, ser-lhe-ia dito que a lei profbe a troca ou devolução de maiôs e seria gentilmente lembrado que fora ele e não o vendedor que havia escolhido o mai8.

Por muitas semanas observei este estado de coisas e não disse uma palavra. Pensei seriamente em largar meu emprego, mas não podia ver em que isto melhoraria as coisas. Parecia-me que a atitude do caveot emptor (deixe o freguês se precaver) era tão prevalecente, pelo menos no varejo, que eu a encontraria em qualquer lugar onde trabalhasse. Decidi nada fazer ou dizer a respeito, a menos que tivesse necessidade. Logo tive necessidade.

Um dia estava mostrando a uma senhora idosa alguns pul8veres para seu marido. Ela queria o melhor artigo que tivéssemos em algodgo, pois seu marido era alérgico à lã. Eu tive que ir ao depósito para procurar. O Sr. Borba e AntBnio estavam trabalhando lá e ofereceram-se para me ajudar. Assim, expliquei-lhes o problcma da senhora. O Sr. Borba apanhou um pul8ver, arrancou a etiqueta " 100% lã" e disse "dê-lhe este. Essas mu-Iheres só querem ser diferentes".

&m, aquilo foi a proverbial palha que quebra as costas do camelo. Devolvi o pul8ver ao Sr. Borba e dissc-Ihe que, se ele quisesse mentir a um freguês, isto era da sua conta, mas eu não o faria. Disse-lhe que passava aquela venda para ele, e saf para beber uma coca-cola e espairecer. Fiquei tomando aquele refrigerante durante longo tempo, tentando decidir o que diabo faria em seguida. Eu não podia imaginar voltar à loja e pedir desculpas ao Sr. Borba, mesmo que meu emprego dependesse disto, de vez que tudo aquilo parecia tão errado. Um dos meus chefes, durante o tempo em que freqttentava o ginásio, havia dito jocosamente que "Deus dá aos vendedores um pequeno

desconto" . Parecia-me que cada ven-

dedor com quem eu havia trabalhado havia obtido mais do que a sua porção de desconto.

Decidi-me voltar e ver o que aconteceria mas não estava preocupado se continuava ainda no emprego ou

no. Para minha surpresa, Antônio e o Sr. Borba foram muito agradáveis, quase que se desculpando. Eles

"me disseram que não tinham a menor idéia de que eu pensava daquela maneira e que eu poderia tê-los mata-

do de surpresa quando saí intempestivamente do depósito. Eles tentaram me convencer de que eu havia com-

preendido mal e que estas "pequenas mentiras brancas" não eram realmente mentiras mas somente uma

parte de qualquer negócio. "Toda gente tem que fazer isto para se manter no negócio", disseram. Naquela

ocasião, pareceu-me que se tratava de uma interpretação pobre dos fatos, mas, em retrospecto, penso que

eles realmente viam as coisas daquela maneira.

Continuei lá por mais dois meses, quando fui de volta para o colégio. Não tivemos mais dificuldades e não fui

outra vez pressionado a enganar um freguês. Entretanto, de alguma forma eu não me sentia mais como "um

dos rapazes". Nós ainda safamos juntos, mas creio que eles achavam que tinham alguém de fora em seu

meio. Talvez fosse apenas minha imaginação.

Eu, não sou uma pessoa fervorosamente religiosa e penso que fui um "moleque" tantas vezes quanto qual-

quer outra pessoa, mas ainda sinto-me chocado com estas coisas. Podem dar a isto o nome de honra. O

seguinte o meu problema:

Como é possível reconciliar-se honra com as coisas práticas da vida real? Deve-se comprometer o padrão de

honra de forma a se dar com todos em um negócio e continuar empregado? Não tenho a menor idéia de

que todos aqueles colegas eram basicamente honestos e consideravam-se honestos. Acredito que eles sincera-

mente julgavam suas táticas como simplesmente um bom jeito de negociar. Mas como pode uma pessoa, que

não vê as coisas pelo mesmo prisma, conduzir-se em tal ambiente? Que atitude e que tipos de concessões

constituiriam ajustamento adequado?

Quanto comerciantes pregam honestidade absoluta e integridade em todas as transações - da boca para

fora? Quanto comerciantes penduram o código Rotariano de ética na parede de seus escritórios, em lindas

molduras brancas e depois saem de suas cadeiras para prosseguir em seu trabalho em busca do todo-poderoso-

DECORRÊNCIA DA TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS

so dinheiro? É isto que eu quero saber - quantos? São todos eles porque "toda a gente tem que fazer isto",
ou são somente aqueles que eu tive a oportunidade de conhecer? Espero que sejam aqueles que eu conheci,
porque, se assim não for, errei a profissão e comentei para mim.

Este relatório da sua própria existência foi escrito por um "pracinha" que estava
fazendo um curso de comércio. A narração de sua experiência expressa
vivamente a intensidade de sua maneira de sentir a respeito dos problemas que ele aborda.

CASO COMPANHIA REGÊNCIA DE ROUPAS

Quando o Diretor de Vendas da Companhia Regência de Roupas se aposentou, o

Diretor-Presidente decidiu que o seu substituto deveria ser um elemento obtido de uma fonte externa
à empresa. Como esta é uma posição que requer alto grau de habilidade administrativa e

criativa, e como a empresa não dispunha de elementos com tal combinação de talentos, foi

feito um recrutamento externo através de uma firma de consultoria de recursos humanos.

O candidato escolhido foi um engenheiro de vendas, com 35 anos de idade vindo de

uma firma concorrente, chamado João Cândido. O novo Diretor de Vendas parecia realmente

um elemento possuidor de muita iniciativa e criatividade segundo a opinião do Presidente,

que o havia conhecido anteriormente em uma conferência de empresários, na qual

João Cândido estava encarregado de fazer a exibição de produtos de sua firma anterior.

João tinha argumentado em termos brilhantes as características e vantagens do produto que

exibia e apresentou suas idéias quanto às tendências de utilização do produto e das futuras

linhas que seriam fabricadas.

Durante o primeiro ano em seu novo cargo, João não produziu nenhum aumento considerável

de vendas para a Regência. Embora tivesse conseguido obter novas firmas como

clientes, pelos seus contatos anteriores, a Regência conseguiu perder alguns de seus antigos e

importantes clientes. Além disso, o Assistente da Diretoria de Vendas, elemento antigo e

experimentado, deixou a empresa após trabalhar um ano sob a orientação de João, enquanto

a equipe de vendas sofreu uma rotatividade considerável de vendedores que deixavam a

empresa para procurar outros empregos. Os vendedores se

queixavam de que João não tinha bom relacionamento com os clientes antigos, preferindo os clientes de seu relacionamento anterior. Alegavam que João não aceitava sugestões dos seus auxiliares e impunha suas idéias que nem sempre eram as mais adequadas à situação. João se baseava - para fazer prevalecer suas ordens - no fato de ser engenheiro e possuir mais visão dos negócios do que os vendedores que apenas possuíam a prática e a experiência e não a instrução e a cultura profissional que ele possuía.

Tomando conhecimento do problema, o Diretor-Presidente tratou de imaginar alguma solução plausível para o caso.

PARTE 5

ABORDAGEM NEOCLASSICA DA ADMINISTRAÇÃO

Apesar de toda a profunda influência das ciências do comportamento sobre a teoria administrativa, os pontos de vista dos autores clássicos nunca deixaram de subsistir. Malgrado toda a crítica estruturalista e behaviorista aos postulados clássicos, ao novo enfoque da organização como um sistema aberto, verifica-se que os princípios de Administração, a racionalização do trabalho, a estruturação linear ou funcional, enfim, a abordagem clássica, nunca foi totalmente substituída por outra abordagem, sem que alguma coisa fosse mantida. Todas as teorias administrativas se assentaram na Teoria Clássica, seja como ponto de partida, seja como crítica para tentar uma posição diferente, mas a ela relacionada intimamente.

A abordagem neoclássica nada mais é do que a redenção da Teoria Clássica devidamente atualizada e redimensionada aos problemas administrativos atuais e ao tamanho das organizações de hoje. Em outros termos, a Teoria Neoclássica é exatamente a Teoria Clássica colocada no figurino das empresas de hoje, dentro de um ecletismo que proveita a contribuição de todas as demais teorias administrativas.

Salienta Drucker que hoje em dia é moda menosprezar Taylor e descreditar sua psicologia antiquada, mas ele foi o primeiro homem de que se tem notícia que não aceitou o trabalho como favas contadas, mas o examinou e o estudou a fundo. A maneira como abordou o trabalho continua sendo a fundação básica. E, embora Taylor em seu enfoque do trabalho tenha sido indubitavelmente um homem do século XIX, ele partiu de objetivos sociais e não da engenharia ou do lucro. O que levou Taylor ao seu trabalho e proporcionou a moti-

vação em toda a sua existência foi, em primeiro lugar, o desejo de libertar o trabalhador do

encargo do trabalho excessivo, que destrói tanto o organismo como a alma. Depois, foi a

esperança de romper a Lei de Ferro dos Salários, dos economistas clássicos (inclusive Márx) ,

a qual condenava o trabalhador à insegurança econômica e a resignar-se com a miséria. A

esperança de Taylor - e isso em grande parte foi conseguido nos países adiantados - era tornar possível ao trabalhador uma vida digna por meio de uma produtividade maior do seu trabalho' ' ' .

Por outro lado, na França, Fayol tentou uma estrutura de organização e desenvolveu a

primeira abordagem racional de organização de empresa.

É a partir do trabalho desses dois engenheiros que se iniciou "a moda da Administração-

ção", ou, no dizer de Drucker - um dos autores neoclássicos mais importantes - o "boom" administrativo após a I Guerra Mundial. E, no decorrer de todo o complexo ema-

ranhado histórico das teorias administrativas, a abordagem clássica nunca foi totalmente

removida. E ressurge ampliada, revista e melhorada com a Teoria Neoclássica, tão ampla-

mente conhecida em nossas instituições universitárias.

A abordagem neoclássica, segundo Koontz e O'Donnell, baseia sua análise de Admi-

nistração nos seguintes fundamentos:

"1. A Administração é um processo operacional que, para ser melhor desmembrado intelectualmente,

requer uma análise das funções que o compõem.

2. Uma longa experiência em Administração numa variedade de situações empresariais pode construir o

campo para a destilação de verdades básicas ou de princípios com valor elucidativo e preditivo para a

compreensão e melhoramento da Administração.

3. Estes princípios podem converter-se em pontos-chaves para pesquisa útil, tanto para verificar sua validade

como para melhorar sua aplicabilidade.

4. Tais princípios podem fornecer elementos, pelo menos enquanto não forem invalidados e, à medida que

forem exatos, para uma teoria útil de Administração.

5. A Administração é uma arte que, como a Medicina ou a Engenharia, deve se apoiar num completo ali-

cerçamento em princípios.

6. Os princípios de Administração, a exemplo dos das ciências lógicas e físicas, são verdadeiros, ainda que

um praticante numa situação dada prefira ignorá-los, acarretando perdas por uma tal ignorância, ou

intente alcançar alguma outra vantagem que venha a compensar as perdas sofridas.

7. Se bem que a cultura global e o universo físico e biológico afetem de diversas formas o meio ambiente do

administrador, do mesmo modo que a todo campo de ciência ou de arte, a teoria da Administração não

precisa abarcar todo o conhecimento para poder servir de fundamentação científica dos princípios de

Administração. ' ' ' .

Ainda Koontz e O'Donnell, dois autores bem

representativos da abordagem neoclássica, salientam que a base desta abordagem "consiste em: primeiro identificar as funções dos administradores e, em seguida, destilar delas os princípios fundamentais da complicada prática da Administração".

Peter F. Drucker, *Management: Tasks, Responsibilities, Practices*, New York, Harper & Row, Publishers,

1974. O trecho acima está publicado também na Revista *Exparisdo - A Revista Brasileira de Negócios* de 22 jan.

1975, vol. IV, n° 76, pp. 34-64. V. também a edição em português: *Administração: Tarefas, Responsabilidades*

Práticas, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975.

2 Harold Koontz e Cyril O'Donnell, *Princípios de Administração - Uma Análise das Funções Administrativas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1976, pp. 34-35.

3 Harold Koontz e Cyril O'Donnell, *Princípios de Administração: Uma Análise das Funções Administrativas*, cit., pp. 35-36.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS DA TEORIA NEOCLÁSSICA

Ano	Autores	Livros
1935	Peter F. Drucker	The End of the Economic Man
1943	Peter F. Drucker	The Future of the Industrial Mon
1946	Peter F. Drucker	The Concept of the Corporation
1947	A. Brown	Organization in Industry
1950	Peter F. Drucker - William H. Newman	The New Society Administrative Action
1951	Ralph C. Davis	The Fundamentals of Top Management!
1952	Ernest Dale	Planning and Developing the Company
Organization		
Structure (AMA)		
	- A. E. Benn	The Management Dictionary
1953	George R. Terry	Principles of Management!
	- Morris E. Hurley	Elements of Business Administration
1954	Peter F. Drucker	The Practice of Management
1955	H. Koontz & C. O'Donnell	Principles of Management
1956	Ralph Cordiner	New Frontiers for Professional Managers
1958	Louis A. Allen	Management and Organization
1960	M. J. Lucius & W. E. Schlender	Elements of Managerial Action
	- J. M. Pfiffner & F. P. Sherwood	Administrative Organization
	- Peter F. Drucker	Landmarks of Tomorrow
	- Ernest Dale	The Great Organizers
	- E. Dale & L. F. Urwick	Staff in Organizations
	- H. B. Maynard	Top Management Handbook
1961	E. Schleh	Management by Results
1962	Bruce Payne	Planning for Company Growth
	- S. Thompson	How Companies Plan
	- A. D. Chandler Jr.	Strategy and Structure
	- Alfred Sloan Jr.	My Years with General Motors
1964	Harold Koontz	Toward a Unified Theory of Management
	- Peter F. Drucker	Managing for Results
	- H. I. Ansoff	Corporate Strategy
	- C. H. Granger	The Hierarchy of Objectives
	- R. H. Schaffer	Managing by Total Objectives
1965	George Odiorne	Management by Objectives
1966	R. Valentine	Performance Objectives for Managers
	- E. C. Miller	Objectives and Standards
	- Octave G��linier	Le Secret des Structures Comp��titives
	- E. K. Warren	Long Range Planning' The Executive Viewpoint
1967	Peter F. Drucker	The Effective Executive
	- Ernest Dale	Organizations
	- John W. Humble	Improving Management Performance
	- J. D. Batten	Beyond Management! by Objectives
1968	Ernest Dale	Management, Theory and Practice
	- George Odiorne	Management Decisions by Objectives
	- Dale McConkey	How to Manage by Results
	- W. Wikstrom	Managing by and with Objectives
1969	Peter F. Drucker	The Age of Discontinuity
	- G. Steiner	Top Management Planning
	- John W. Humble	Improving Business Results
1970	Peter F. Drucker	Technology, Management and Society
1974	Peter F. Drucker	Management: Tasks, Responsibilities, Practices

CAPÍTULO 7

TEORIA NEOCLASSICA DA ADMINISTRAÇÃO

Objetivos Deste Capítulo

Mostrar o ecletismo da Teoria Neoclássica da Administração, sua preocupação com a prática administrativa (ação administrativa e sua ênfase nos objetivos e resultados. Por outro lado, como toda teoria eclética, o relativismo com que assume os postulados dos clássicos embora mantendo ênfase sobre os princípios clássicos da Administração. Afirmar a Administração como técnica social básica, através da qual o administrador alcança resultados por meio das pessoas com as quais trabalha. Definir as funções do administrador que formam o processo administrativo. Considerar o dilema centralização "versus" descentralização, os fatores que afetam as decisões a respeito da descentralização, as suas vantagens e desvantagens.

O termo Teoria Neoclássica é, na realidade, um tanto quanto exagerado. Os autores aqui abordados (Peter F. Drucker, Ernest Dale, Harold Koontz, Cyril O'Donnell, Michael Jucius, William Newman, Ralph Davis, George Terry, Morris Hurley, Louis Allen, sem contar os autores da escola da Administração e outros), apresentam pontos de vista divergentes, também não se preocupam em se alinhar dentro de uma orientação comum. Em resumo, os autores neoclássicos não formam propriamente uma escola bem definida, mas um movimento relativamente heterogêneo. Preferimos a denominação teórica para melhor enquadramento didático e facilidade de apresentação, muito embora alguns autores a denominem Escola Operacional, Escola do Processo Administrativo, ou ainda Abordagem Universalista da Administração.

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA TEORIA NEOCLÁSSICA

As principais características básicas da Teoria Neoclássica são, aproximadamente, as se-

guintes :

1. A Ênfase na Prática da Administração

A Teoria Neoclássica se caracteriza por uma forte ênfase nos aspectos práticos da Administração, pelo pragmatismo e pela busca de resultados concretos e palpáveis, muito embora não se tenha descurado dos conceitos teóricos da Administração. Os autores neoclássicos procuram desenvolver os seus conceitos de forma prática e utilizável, visando principalmente a ação administrativa. A teoria somente tem valor quando operacionalizada na prática. Quase todos os neoclássicos se referem a essa prática da Administração ou a essa ação administrativa, enfatizando os aspectos instrumentais da Administração. A Teoria Neoclássica representa uma enorme contribuição do espírito pragmático americano.

2. A Reafirmação Relativa dos Postulados Clássicos

A Teoria Neoclássica é quase como uma reação à enorme influência das ciências do comportamento no campo da Administração em detrimento dos aspectos econômicos e concretos que envolvem o comportamento das organizações. Os neoclássicos pretendem colocar as coisas nos seus devidos lugares. E, para tanto, retomam grande parte do material desenvolvido pela Teoria Clássica, redimensionando-o e reestruturando-o de acordo com as contingências da época atual, dando-lhe uma configuração mais ampla e flexível. A estrutura de organização do tipo linear, funcional e linha- "staff", as relações de linha e assessoria, o problema da autoridade e responsabilidade, a departamentalização, e toda uma avalanche de conceitos clássicos são realinhados dentro da nova abordagem neoclássica.

3. A Ênfase nos Princípios Gerais de Administração

Os neoclássicos se preocupam em estabelecer normas de comportamento administrativo. Os princípios de Administração que os clássicos utilizavam como "leis" científicas são retomados pelos neoclássicos como critérios mais ou menos elásticos para a busca de soluções administrativas práticas. O estudo da Administração para alguns autores, como Koontz e O'Donnell³, Theo Haiman e outros³, se baseia na apresentação e

discussão de princípios gerais de
como planejar, como organizar, como dirigir, como controlar etc. Os
administradores são
essenciais a qualquer empresa dinâmica e bem sucedida. São homens que devem
planejar,
dirigir e controlar as operações do negócio. Qualquer que seja a organização -
uma indústria,
o governo, a Igreja, o exército, um supermercado etc. -, apesar das
diferentes atividades

Harold Koontz e Cyril O'Donnell, *Princípios de Administração - Uma Análise das Funções Administrativas*, cit.

2 Theo Haiman, *Dirección y Gerencia*, cit.

3 V. também: William H. Newman, *Ação Administrativa. As Técnicas de Organização e Gerência*, São Paulo, Ed. Atlas, 1972;

Michael J. Jucius e William E. Schlender, *Introdução à Administração - Elementos de*

Ação Administrativa, São Paulo, Ed. Atlas, 1972; Ernest Dale e L. C. Michelon, *Gerência Empresarial - Métodos*

Modernos, Rio de Janeiro, Edições Bloch, 1969.

des envolvidas, os problemas administrativos de seleção dos chefes, de estabelecer planos e diretrizes, de avaliar resultados, de coordenar e controlar as operações para o alcance dos objetivos desejados são relativamente comuns. Os aspectos básicos da Administração são

comuns a qualquer tipo de empreendimento humano.

Como quase todos os autores da Teoria Clássica, os neoclássicos também se preocu-

pam em estabelecer os princípios gerais de Administração capazes de orientar o administra-

dor no desenvolvimento de suas funções. Esses princípios gerais, apresertados sob forma e

conteúdo variados por parte de cada autor, procuram definir a maneira pela qual o adminis-

trador deve planejar, organizar, dirigir, e controlar o trabalho dos seus subordinados .

Nesse sentido, como os autores clássicos, os neoclássicos procuraram prescrever princi-

pios básicos apoiados na experiência e na pesquisa e que visam facilitar o trabalho do admi-

nistrador. Alvin Brown chegou a coletar 96 princípios gerais de Admini.stração.

Os onze Princípios de Organização mais mencionados segundo o Conjerence Board

Objetivos:

1. Os objetivos da empresa e de seus elementos componentes devem ser claramente definidos e estabelecidos por escrito. A organização deve ser simples e flexível.

Atividades e Agrupamento de Atividades:

2. As responsabilidades designadas para uma posição devem ser confinadas tanto quanto possível ao desempenho de uma simples função.

3. As funções devem ser designadas para as unidades orgânicas na base da homogeneidade no sentido de alcançar a operação mais eficiente e econômica.

Autorid de:

4. Deve haver linhas claras de autoridade descendo do topo até a base da organiza ão e responsabilidade da base ao topo.

5. A responsabilidade e a autoridade de cada posição devem ser claramente definidas por escrito.

6. A responsabilidade deve ser sempre acompanhada de correspondente autoridade.

7. Autoridade para tomar ou iniciar ação deve ser delegada o mais próximo possível da cena de ação.

8. O número de níveis de autoridade deve ser tomado ao mínimo.

Relações:

9. Há um limite quanto ao número de posições que pode ser eficientemente

super-

visionado por um único indivíduo.

10. Cada indivíduo na organização deve reportar-se a apenas um único supervisor.

11. A responsabilidade da autoridade mais elevada para com os atos de seus subordinados é absoluta.

4 Philip B. Niles, "Six Standards for Executive Conduct", in Readings in Management, Max D. Richards e William A. Niellander, Cincinnati, Ohio, South-Western Publishing Co., 1958, pp. 722-728.

5 Alvin Brown, Organization in Industry. New York, Prentice-Hall. Englewood Cliffs, N. J., 1947.

Os princípios têm um papel na Administração equivalente ao das leis nas ciências físicas. Os princípios visam demonstrar uma relação de causa e efeito. Enquanto a lei é uma demonstração de certos fenômenos que, uma vez conhecidos; são invariáveis sob determinadas condições, um princípio é uma proposição geral aplicável a determinados fenômenos para proporcionar um guia para a ação.

Os princípios não devem ser abordados de uma forma rígida e absoluta, mas relativa e flexível, porquanto devem ser aplicados a situações extremamente diversas, sujeitas a uma multiplicidade de variáveis que independem muitas vezes do controle do administrador. Daí o nome de princípios gerais de Administração, pois devem ser aplicados em aspectos genéricos, de uma forma maleável e flexível, com base no bom senso do administrador.

Ocasionalmente acontecem em que a aplicação de um dos princípios pode contrariar a aplicação de um outro.

O aspecto mais vantajoso ou mesmo o bom senso deverá ser o critério na escolha do princípio mais adequado a uma situação.

4. A Ênfase nos Objetivos e nos Resultados

Toda organização existe, não para si mesma, mas para alcançar objetivos e produzir resultados. É em função dos objetivos e resultados que a organização deve ser dimensionada, estruturada e orientada. Daí a ênfase colocada nos objetivos organizacionais e nos resultados pretendidos, como meio de avaliar o desempenho das organizações. Os objetivos são valores visados ou resultados desejados pela organização. A organização espera alcançá-los através de sua operação eficiente. Se esta operação falha, os objetivos ou resultados são alcançados parcialmente ou simplesmente frustrados. São exatamente os objetivos que justificam a existência e operação de uma organização. Um dos melhores produtos da Teoria Neoclássica é a chamada Administração por Objetivos (APO), de que trataremos mais adiante.

Enquanto a Administração Científica punha ênfase nos métodos e na racionalização do trabalho e a Teoria Clássica punha ênfase nos princípios gerais da Administração, a Teoria Neoclássica considera os meios na busca da eficiência, mas enfatiza fortemente os fins e resultados, na busca de eficácia. Há um forte deslocamento para os objetivos e

resultados.

5. O Ecletismo da Teoria Neoclássica

Os autores neoclássicos, embora se baseiem pesadamente na Teoria Clássica, são ampla-

mente ecléticos, absorvendo conteúdo de quase todas as outras teorias administrativas, a saber:

a) da Teoria das Relações Humanas: os conceitos de organização informal, de dinâmica de grupos, de comunicações, de liderança, bem como a abertura democrática iniciada por esta teoria administrativa;

6 Leon C. Mcguison, "The Pressure for Principles: A Challenge to Management Profession", in Readings in Management, Harold Koontz e Cyril O'Donnell (eds.), New York, McGraw-Hill Book Co., 1959, p.13.

- b) da Teoria da Burocracia: a ênfase nos princípios e normas formais da organização, a organização hierárquica e os aspectos relativos a autoridade e responsabilidade;
- c) da Teoria Estruturalista: a perspectiva da organização dentro de uma sociedade de organizações, o relacionamento entre organização e ambiente externo, o estudo comparativo das organizações através das suas estruturas, a adoção paralela e simultânea de conceitos relativos à organização formal (típicos da Teoria Clássica), ao lado de conceitos relativos à organização informal (típicos da Teoria das Relações Humanas) tentando a sua compatibilidade, bem como o estudo dos objetivos organizacionais e os objetivos individuais, seus conflitos e possibilidades de integração;
- d) da Teoria Behaviorista: como os recentes conceitos sobre motivação humana, estilos de Administração, a teoria das decisões, o comportamento humano nas organizações, os conflitos organizacionais, o jogo entre objetivos organizacionais e objetivos individuais, o equilíbrio organizacional como um sistema de recompensas e contribuições etc.;
- e) da Teoria Matemática: como a tentativa de aplicação da Pesquisa Operacional e seus métodos de quantificação, a abordagem de mensuração de resultados, o estudo das decisões quantitativas e programáveis etc.;
- f) da Teoria dos Sistemas: a abordagem da organização como um sistema composto de múltiplos subsistemas, a sua interação e reciprocidade, as demandas do ambiente externo, a retroação das consequências, o ciclo de eventos que constitui a Administração etc.

Devido a esse ecletismo é que consideramos a Teoria Neoclássica como uma Teoria

Clássica atualizada com os conceitos da Administração moderna e dentro do figurino eclético que representa a formação do administrador de hoje.

ADMINISTRAÇÃO COMO TÉCNICA SOCIAL

Para os autores neoclássicos, a "Administração consiste em orientar, dirigir e controlar os esforços de um grupo de indivíduos para um objetivo comum. E o bom administrador é, naturalmente, aquele que possibilita ao grupo alcançar seus objetivos com o mínimo dispêndio de recursos e de esforço e com menos atritos com outras atividades úteis".

A Administração é uma atividade generalizada e essencial a todo esforço humano coletivo, seja na empresa industrial, na empresa de serviços, no exército, nos hospitais, na Igreja etc. O homem cada vez mais necessita cooperar com outros homens para atingir

seus objeti-

vos: nesse sentido, a Administração é basicamente à coordenação de atividades grupais.

Um dos fenômenos marcantes do século atual é o surgimento de uma sociedade de organizações. Nessa sociedade, as tarefas sociais importantes estão sendo confiadas a grandes instituições, como o governo, as universidades, os sindicatos, as empresas etc. Essa sociedade de organizações tende a um pluralismo de objetivos, a uma diversidade de instituições e a uma difusão do poder. Essas organizações agem entre si e, embora sejam interdependentes, elas têm de viver e trabalhar juntas. Nenhuma dessas organizações existe por si só. Cada vez mais aumenta a interdependência organizacional, pois as organizações contratam entre si a própria execução das suas funções. Cada vez mais cada organização utiliza as outras como agentes para a realização de algumas de suas próprias tarefas.

William H. Newman, Ação Administrativa. As Técnicas de Organização e Gerência, cit., pp.15 e 16.

o Peter F. Drucker, Uma Era de descontinuidade, cit., pp. 215 a 229.

Aspe tos Administrativos Comuns às Organizações

No fundo, todas as instituições são organizações e, conseqüentemente, têm uma dimensão

administrativa comum. Ao formular uma teoria das organizações, Drucker salienta que há

três aspectos principais nas organizações:

a) Quanto aos objetivos: as organizações não vivem para si próprias, mas são meios, são órgãos sociais que visam à realização de uma tarefa social. A sobrevivência - objetivo típico da espécie biológica - não é um objetivo adequado da organização. O objetivo da organização está fora dela, e é sempre uma contradição específica para o indivíduo e a sociedade. Se a organização não definir claramente seus objetivos, não haverá possibilidade alguma de avaliar os resultados ou a sua eficiência. Não há um processo científico para estabelecer os objetivos de uma organização. Os objetivos são julgamentos de valor, são escalas de prioridades no atendimento de necessidades da comunidade por parte da organização.

b) Quanto à administração: todas as grandes organizações são diferentes em seus objetivos, em seus propósitos, mas são essencialmente semelhantes na área administrativa. Todas elas exigem uma reunião de muitas pessoas que devem atuar em conjunto e se integrar num empreendimento comum. Assim, todas as organizações têm o mesmo problema de equilibrar os objetivos da instituição com as necessidades e desejos do indivíduo, isto é, equilibrar a necessidade de ordem com a necessidade de flexibilidade e de liberdade individual. Todas elas exigem uma estrutura determinada, de um lado, pela tarefa e por suas demandas e, de outro, por "princípios de Administração" genéricos e adequados à "lógica da situação".

É no campo da Administração que mais se tem trabalhado neste meio século: organizar e dirigir grandes organizações baseadas no conhecimento. No momento, existe um forte conflito entre a ênfase na eficiência da Administração (onde os esforços são considerados fundamentais e a principal característica é a ordem) e a ênfase na eficácia (onde os resultados são considerados fundamentais e a principal característica é a vitalidade). Drucker inclina-se mais para a eficácia, embora saliente que as inclinações podem variar abundantemente.

c) Quanto ao desempenho individual: é o campo onde há menor diferença entre as organizações. O desempenho individual é a essência do pessoal que trabalha dentro das organizações. São os indivíduos que fazem, decidem e planejam, enquanto as organizações são ficções legais pois, por si, nada fazem, nada

decidem, não planejam. As organizações só atuam na medida em que os seus administradores agem e é cada vez maior o número de pessoas que têm de ser eficientes para que a organização funcione, de um lado, e para que se auto-realizem e satisfaçam suas próprias necessidades, de outro lado. A eficiência é necessária à organização (para poder funcionar) e ao próprio indivíduo (para poder alcançar satisfação). A organização é o seu instrumento, enquanto, concomitantemente, produz resultados necessários à sociedade. Mas, a eficiência administrativa não é automática: o administrador tem de decidir por si mesmo, sem receber informações adequadas do seu ambiente e conseguir que as coisas certas sejam realizadas. A organização é um ambiente novo e diferente e faz exigências novas e diferentes ao administrador. Este não é como o camponês que sabe pela tradição o que fazer e como fazê-lo. Ressalta Drucker que a teoria administrativa tem salientado as capacidades do administrador, seu treinamento, conhecimentos, mas descuidou de seu atributo específico que é a eficácia⁹.

Cada empresa deve ser considerada sob o ponto de vista de eficácia e de eficiência, simultaneamente. Eficácia é uma medida normativa do alcance de resultados, enquanto a eficiência é uma medida normativa da utilização dos recursos nesse processo. Em termos econômicos, a eficácia de uma empresa se refere à sua capacidade de satisfazer uma necessidade da sociedade através do suprimento de seus produtos (bens ou serviços), enquanto a eficiência é uma relação técnica entre entradas e saídas. Nestes termos, a eficiência é uma relação entre custos e benefícios.

⁹ Peter F. Drucker, Uma Era de Descontinuidade, cit., p. 226

A eficiência representa a relação entre os recursos aplicados e o produto final obtido: é a razão entre o esforço e o resultado, entre a despesa e a receita, entre o custo e o benefício resultante. Com a Administração Científica, Taylor e seus seguidores preocuparam-se com a organização racional do trabalho e com os métodos de trabalho para estabelecer padrões de desempenho para a realização de tarefas ao nível dos operários. Uma vez estabelecidos os padrões de desempenho, a eficiência dos operários passou a ser a relação entre o desempenho real e o padrão de desempenho estabelecido previamente e arbitrado como eficiência ao nível de 100%. Emerson utilizou a expressão "engenharia de eficiência" como uma especialidade na obtenção e maximização da eficiência. Para ele, eficiência "é a relação entre o que é conseguido e o que pode ser conseguido". Daí a expressão "percentagem de eficiência" utilizada para melhor representar aquela razão. Assim, a eficiência está voltada para a melhor maneira (the best way) pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos) a fim de que os recursos (pessoas, máquinas, matérias-primas) sejam aplicados da forma mais racional possível. A eficiência preocupa-se com os meios, com os métodos e procedimentos mais indicados que precisam ser devidamente planejados e organizados a fim de assegurar a otimização da utilização dos recursos disponíveis. A eficiência não se preocupa com os fins, mas simplesmente com os meios. O alcance dos objetivos visados não entra na esfera de competência da eficiência; é um assunto ligado à eficácia.

Na medida em que o administrador se preocupa em fazer corretamente as coisas, ele estará se voltando para a eficiência (melhor utilização dos recursos disponíveis). Porém, quando ele utiliza estes instrumentos fornecidos por aqueles que executam para avaliar o alcance dos resultados, isto é, para verificar se as coisas bem feitas são as coisas que realmente deveriam ser feitas, então ele estará se voltando para a eficácia (alcance dos objetivos através dos recursos disponíveis).

Eficiência

Ênfase nos meios.

Fazer corretamente as coisas.

Resolver problemas.

Salvaguardar os recursos.

Eficácia

Ênfase nos resultados.

Fazer as coisas corretas.

Atingir objetivos.

Otimizar a utilização

dos recursos.

Cumprir tarefas e obrigações. Obter resultados.

Treinar os subordinados. Proporcionar eficácia aos subordinados

Manter as máquinas. I Máquinas disponíveis.

Presença nos templos. Prática dos valores religiosos.

Rezar. Ganhar o céu.

ALGUMAS DIFERENÇAS ENTRE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA

Adaptado de: William J. Reddin, Administração por Objetivos: O Método 3-D, São Paulo, Ed. Atlas, 1978, pp. 22, 43 e 79.

o J. Kreiken, "Formulating and Implementing a More Systematic Approach to Strategic Management",

Management Review, vol. 69, n° 7, p. 24, jul. 1980.

Harrington Emerson, The Twelve Principles of Efficiency, cit.

Contudo, nem sempre a eficácia e a eficiência andam de mãos dadas. Uma empresa pode ser eficiente em suas operações e pode não ser eficaz, ou vice-versa. Pode ser ineficiente em suas operações e, apesar disso, ser eficaz, muito embora a eficácia fosse bem melhor quando acompanhada da eficiência. Pode também não ser nem eficiente, nem eficaz. O ideal seria uma empresa igualmente eficiente e eficaz. A eficiência se preocupa em fazer corretamente as coisas e da melhor maneira possível. Daí a ênfase nos métodos e procedimentos internos. A eficácia se preocupa em fazer as coisas corretas para atender às necessidades da empresa e do ambiente que a circunda. Enquanto a eficiência se concentra nas operações e tem a atenção voltada para os aspectos internos da organização, a eficácia se concentra no sucesso quanto ao alcance dos objetivos e tem a atenção voltada para os aspectos externos da organização.

CENTRALIZAÇÃO x DESCENTRALIZAÇÃO

A Abordagem Clássica não esteve totalmente a salvo de algumas discussões internas. Enquanto a Teoria Clássica de Fayol defendia a organização linear caracterizada pela ênfase dada à centralização da autoridade, a Administração Científica de Taylor defendia a organização funcional/ caracterizada pela excessiva descentralização da autoridade. Na organização linha-"staff", freqüentemente encontrada nas organizações de hoje, pode-se encontrar uma enorme gama de variações na distribuição da autoridade, indo desde uma forte centralização até uma descentralização muito ampla. O problema da centralização "versus" descentralização é um assunto muito discutido pela Teoria Neoclássica. Geralmente os autores neoclássicos dedicam um ou mais capítulos de suas obras ao problema da centralização x descentralização, salientando as suas vantagens e desvantagens.

Características da Descentralização

O grau de descentralização administrativa de uma organização depende dos seguintes fatores:

- a) tamanho da organização;

- b) tipo do negócio (ramo de atividade) da organização;
- c) tendências econômicas e políticas do país;
- d) filosofia da administração e personalidades envolvidas;
- e) competência dos subordinados e confiança dos superiores nessa competência.
- f) facilidade de informações que permitam a tomada de decisões.

A descentralização, em si, não é boa ou má, indicável ou contra-indicável. Os fatores

acima, em conjunto, irão determinar o grau de centralização ou de descentralização mais

adequado para a organização. A mudança de um só desses fatores poderá, por si só, alterar

o grau de centralização ou de descentralização da organização. Esse grau define até que ponto

Ernest Dale, "Planning and Developing the Company Organization Structure", Research Report 20, American Management Association, Inc., New York, 1955.

a autoridade para tomar decisões deve ser centralizada na cúpula da organização ou descentralizada para os órgãos periféricos situados nos escalões inferiores. Daí o nome centralização ou descentralização administrativa.

O grau de descentralização administrativa de uma organização é maior":

a) quanto maior for o número de decisões tomadas nas escalas mais baixas da hierarquia administrativa;

b) quanto mais importantes forem as decisões tomadas nas escalas mais baixas da hierarquia administrativa.

Assim, quanto maior for o valor das despesas que um gerente pode aprovar sem consultar os seus superiores, maior será o grau de descentralização em seu setor de atividades;

c) quanto maior for o número de funções afetadas pelas decisões nas escalas mais baixas. Assim, as companhias que permitem que somente as decisões operacionais sejam tomadas nas filiais são menos descentralizadas do que aquelas que também permitem decisões financeiras e de pessoal nas filiais;

d) quanto menor for a supervisão da decisão. A descentralização é maior quando nenhuma supervisão é

feita ao tomar-se uma decisão: menor, quando os superiores têm de ser informados da decisão depois que

é tomada; ainda menor quando os superiores têm de ser consultados antes de tomar a decisão. Quanto

menor o número de pessoas consultadas e mais baixo estiverem na hierarquia administrativa, maior será o grau de descentralização.

centralizada	Organização descentralizada
--------------	--------------------------------

ORGANIZAÇÃO CENTRALIZADA VERSUS DESCENTRALIZADA
A INTENSIDADE DA COR ESCURA INDICA O GRAU DE AUTORIDADE PARA DECIDIR.

Há dois outros elementos que concorrem para acelerar a descentralização, como:

a) Complexidade dos problemas empresariais: o avanço tecnológico, as inovações, a intensificação das

comunicações, a diversificação das linhas de produção e os mercados em desenvolvimento requerem versatilidade, rapidez e precisão nas decisões, o que é impossível obter se toda a autoridade for concentrada nas mãos de um só executivo no topo da organização.

b) Delegação de autoridade: a empresa, como organismo vivo, deve estar apta para se ajustar e se expandir para sobreviver. O crescimento é sinal de vitalidade e garantia de sobrevivência. Para não atrofiar essa vitalidade, com sobrecarga de trabalho e estagnação, a delegação de autoridade parece ser a resposta correta para o esforço total de expansão.

3 Ernest Dale, "Planning and Developing:..", Research Report 20, cit., p. 107

Alguns autores acham que a descentralização permite a formação de executivos locais ou regionais mais motivados e mais conscientes dos resultados operacionais do que o executivo nacional, pois a estrutura descentralizada produz gerentes gerais ao invés de especialistas em produção, em vendas ou em pesquisa e descentralização.

A centralização ocorre quando a autoridade é retida e circunscrita nas mãos do executivo máximo da organização. A descentralização permite uma autoridade parcialmente delegada e distribuída aos níveis de supervisão situados nas camadas hierárquicas inferiores.

O princípio que rege a descentralização é assim definido: a autoridade para tomar ou iniciar a ação deve ser delegada tão próxima da cena quanto possível.

Vantagens da Descentralização

A descentralização permite que as decisões sejam tomadas pelas unidades situadas nos níveis mais baixos da organização, proporcionando um considerável aumento de eficiência. As principais vantagens que a descentralização pode proporcionar são as seguintes :

- a) os chefes ficam mais próximos do ponto onde se devem tomar as decisões. A descentralização administrativa corta os atrasos nas decisões causadas pelas consultas à matriz ou aos superiores distantes. As pessoas que vivem os problemas são as mais indicadas para resolvê-los no local, economizando tempo e dinheiro;
- b) permite aumentar a eficiência aproveitando melhor o tempo e aptidão dos funcionários, evitando que fujam à responsabilidade por ser mais fácil recorrer à matriz ou ao chefe;
- c) permite melhorar a qualidade das decisões à medida que seu volume e complexidade se reduzem, aliviando os chefes principais do excesso de trabalho decisório. Os altos funcionários podem concentrar-se nas decisões de maior importância, deixando as menores decisões para os níveis mais baixos;
- d) a quantia e gastos com papelório do pessoal dos escritórios centrais podem ser consideravelmente reduzidos. Além disso, ganha-se tempo: toma-se na hora uma decisão que levaria vários dias para ser comunicada;
- e) os gastos de coordenação podem ser reduzidos devido à maior autonomia para tomar decisões. Isto requer o estabelecimento de uma estrutura organizacional bem definida, além de políticas da companhia definindo até que ponto as unidades subsidiárias podem tomar suas decisões;
- f) permite a formação de executivos locais ou regionais mais motivados e mais conscientes dos seus resultados.

dos operacionais do que o executivo nacional, pois a estrutura descentralizada produz gerentes gerais ao invés de vários especialistas em produção, em vendas, em finanças ou em recursos humanos.

Desvantagens da Descentralização

A descentralização, contudo, tem suas limitações e pode trazer certas desvantagens, a saber":

ã) falta de uniformidade nas decisões. Já vimos que a padronização e a uniformidade trazem a vantagem da redução de custos operacionais. A descentralização provoca perda de uniformidade nas decisões. Porém, reuniões de "coordenação" entre os escritórios centrais e o pessoal regional que desempenha a mesma função podem reduzir tal problema;

4 Ernest Dale, "Planning and Developing...", Research Report 20, cit., p.107.

5 Ernest Dale, "Planning and Developing...", Research Report 20, cit., p.118.

b) insuficiente aproveitamento dos especialistas. Geralmente, os maiores especialistas estão concentrados nos escritórios centrais. Com a descentralização, a tendência é pensar que já não se necessita da assessoria da matriz. Pode-se utilizar adequadamente o staff da matriz desde que a direção defina com cuidado as relações entre a matriz e o campo de atividades, a fim de encontrar o equilíbrio melhor entre as vantagens de aguardar que chegue o assessoramento superior é a ação no mesmo lugar;

c) falta de equipe apropriada ou defuncionários no campo de atividades. Quando o staff da matriz é utilizado apenas parcialmente, ocorre diminuição de sua eficácia. A matriz pode considerar que, enquanto for de fato responsável pelos resultados (independentemente de delegar o formal que se faça), deve ter autoridade para conseguir os resultados desejados. Consequentemente, por recear delegar muita autoridade à periferia, a descentralização não será mais do que uma ficção. Algumas funções não se prestam muito à delegação. A falta de chefes capacitados é outro obstáculo. Os antigos chefes capacitados são outro obstáculo: os antigos chefes talvez não queiram novas responsabilidades, e os jovens geralmente não têm a necessária experiência. Ao proceder-se à descentralização, deve-se prever o treinamento. Talvez o melhor sistema consista na designação paulatina de funções, comprovando com regularidade a atuação para certificar-se de que as funções existentes foram satisfatoriamente assimiladas antes de acrescentar outras novas.

Um caso clássico de descentralização - e um dos exemplos mais bem sucedidos de Administração - é o da General Motors Corporation, no tempo em que Alfred Sloan Jr. foi seu presidente (1921 a 1955). Ao contrário da Ford - que começara como uma pequena indústria individual e extremamente centralizada -, a G.M. foi criada em 1910 por William C. Durant como uma organizadora composta de pequenos empreendimentos adquiridos juntamente com seus antigos proprietários que controlavam os seus respectivos negócios. Ao assumir a presidência da companhia, em 1921, Sloan decidiu substituir os antigos donos por gerentes profissionais, desenvolvendo um programa de organização descentralizada que levou a G. M. à posição de primeira indústria automobilística americana nos primeiros cinco anos. Essa história da maior corporação americana é contada detalhadamente em dois livros clássicos⁶. A filosofia de descentralização da G. M. é chamada por Drucker de "ensaio de federalismo", por buscar autoridade e operações

descentralizadas com um controle centralizado e coordenado. Em outros termos, Sloan procurava fazer com que cada divisão tomasse suas próprias decisões, dentro das bases da diretriz geral da companhia. Com isto, fortalecia a alta administração permitindo-lhe concentrar-se nas tarefas mais importantes da organização, ao mesmo tempo em que concedia certo grau de liberdade para as divisões operacionais. Sloan partiu do pressuposto de que uma liderança ditatorial em uma grande indústria causa profundos problemas para o moral interno do negócio. Era exatamente a antítese do estilo autocrático exercido por Henry Ford nos seus últimos anos de gestão. A corporação se fundamenta em dois princípios básicos:

- I . O estilo de liderança voltada para os resultados: o da sobrevivência como organização, na base dos seus recursos gerenciais. A corporação deve ter dentro de si mesma todos os talentos e habilidades de que necessita para atingir os seus objetivos. Deve desenvolver tanto os especialistas capazes de incrementar as operações, como os generalistas capazes de dirigir os negócios da organização. A corporação deve desenvolver uma liderança voltada para os resultados, favorecendo a tomada de decisões nos níveis mais baixos da organização, e a iniciativa do seu pessoal.
2. Os princípios orientadores: o do equilíbrio sadio entre os princípios e a prática. A corporação deve buscar uma harmonia entre os princípios estabelecidos graças à sua experiência passada e a necessidade de adap-

Peter F. Drucker, *Concepts of Corporation*, New York, John Day, 1946; Alfred Sloan Jr., *My Life in Business*, New York, Simon and Schuster, 1940; General Motors. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1963.
' Peter F. Drucker, *Concepts of Corporation*, cit. p. 46.

TEORIA NEOCLÁSSICA DA ADMINISTRAÇÃO

tação às contínuas mudanças da sociedade moderna. A predominância em um desses dois extremos pode conduzir a dois resultados inversos bastante negativos: o pragmatismo e a insistência na prática podem levar a experiências frustradas, enquanto a insistência nos princípios e procedimentos impede a flexibilidade da organizações.

No seu livro, Drucker relata a estruturação descentralizada da G. M., o relacionamento entre a Administração Central e as Gerências Divisionais, o fluxo de informações nos dois sentidos e as medidas de avaliação do desempenho das divisões. Essas divisões (como a "Chevrolet", a "Buick", a "Frigidaire", a "Oldsmobile" etc.) desenvolvem negócios independentes, mas sujeitos às diretrizes gerais da Administração Central. Cada divisão, embora submetida àquelas diretrizes e ao controle imposto por elas, projeta, desenvolve, fabrica e comercializa os seus produtos, independentemente. Cada divisão efetua as suas próprias compras das outras divisões da companhia ou de outras companhias, tendo por base o melhor preço e a qualidade necessária. Cada divisão seleciona e treina os seus próprios empregados, estabelece a sua própria organização de linha e assessoria e toma as suas decisões internas. Com isto, a G. M. estabeleceu uma centralização na formulação de diretrizes na alta administração, um controle centralizado (de auditoria, de contabilidade, de finanças etc.), mas permitiu uma total descentralização da autoridade no âmbito das operações de cada divisão.

Drucker aponta as seguintes vantagens obtidas pela G. M.:

1. Rapidez e ausência de confusão na decisão.
2. Ausência de conflito entre a alta administração e as divisões.
3. Um sentimento de equidade ao lidar com executivos, confiança em que um trabalho bem feito seria reconhecido e ausência de "politicagem" na organização.
4. Informalidade e democracia na organização.
5. Inexistência de separação entre os poucos altos administradores e os muitos administradores subordinados.
6. Disponibilidade de uma grande reserva de pessoal administrativo com possibilidade de promoção.
7. Rápida visão de Administração fraca através dos resultados de divisões competidoras semi-independentes.
8. Ausência de "Administração por editais" e presença de informações e considerações completas em relação às decisões da Administração Central.

O impacto do livro de Drucker provocou profundas

influências na reorganização de
muitas empresas multinacionais, como a General Electric, a própria Ford, a
Imperial Chemi-
cal Ind. inglesa etc.z'.

FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR

Para a Teoria Neoclássica, as Funções do administrador correspondem aos
elementos da

Administração, que Fayol definia no seu tempo (prever, organizar, comandar,
coordenar e

s João Bosco Lodi, Administração por Objetivos, São Paulo, Livraria Pioneira
Editora, 1970, pp. 8 e 9.

9 Harold Koontz e Cyril O'Donnell, Princípios de Administração cit., pp. 234 a
240.

za Peter F. Drucker, Concept of Corporation, c.N., pp. 47 e 48.

2 João Bosco Lodi, Administração por Objetivos, cit., p. 7.

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

controlar) com uma roupagem atualizada. Basicamente, as funções do administrador são:

planejamento, organização, direção e controle. O desempenho dessas quatro funções básicas

forma o chamado processo administrativo.

Dentro da linha proposta por Fayol, os autores clássicos e neoclássicos adotam o pro-

cesso administrativo como núcleo de sua teoria eminentemente eclética e utilitarista. Cada

autor, todavia, desvia-se dos demais por adotar funções administrativas ligeiramente dife-

rentes. O quadro abaixo permite uma rápida idéia dessa diferenciação, a nosso ver mais

adjetiva do que substantiva:

Oale	FeKol Wedie	Urwick Minei		Gulick	Koontre	Newmen
				O'Onnell		
	Prever	Investigação		Planejamento	Planejamento	
Organização	Planejamento	Planejamento		Planejamento		
	Organizar	Previsão		Organização	Organização	
Planejamento	Organização	Organização		Organização		
	Comandar	Planejamento		Administração	Designação	
Liderança	Direção	Motivação	Direção			
	Coordenação	Organização		de Pessoal	de Pessoal	Controle
Controle	Inovação	Coordenação				
	Controlar	Coordenação		Direção ou	Direção	
Controle	e Controle					
	Comando			Comando	Controle	
	Controle			Coordenação		
				Informação		
				Orçamento		

O PROCESSO ADMINISTRATIVO E SUAS FUNÇÕES PRINCIPAIS SEGUNDO CADA AUTOR CLÁSSICO OU NEOCLÁSSICO

Cada uma das funções administrativas - que Fayol denominava elementos da Administração - repercute na seguinte, determinando o seu desenvolvimento. Assim:

Planejamento Organização Direção Controle

SEQUENCIAL

FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR COMO UM PROCESSO

O desempenho dessas funções forma o chamado ciclo administrativo, a saber:

Planejamento

Controle ! Cicloadministrativo Organização

Direção

FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR COMO UM CICLO ADMINISTRATIVO

TEORIA NEOCLÁSSICA DA ADMINISTRAÇÃO

O ciclo administrativo, à medida que se repete, permite uma contínua correção e ajustamento através da retroação. Assim, o desenvolvimento de um ciclo permite, até certo ponto, definir quais as correções que deverão ser introduzidas no ciclo seguinte, e assim por diante. Graficamente, a representação dessas correções e ajustamentos seria a seguinte:

Planejamento

Controle

Organização

Direção

AS CORREÇÕES E AJUSTAMENTOS NO CICLO ADMINISTRATIVO

Na realidade, as Junções do administrador, ou seja, o processo administrativo, não chegam a formar apenas uma seqüência cíclica: além de cíclico é um processo de funções intimamente relacionadas em uma interação dinâmica. A figura abaixo mostra uma imagem realística do processo administrativo tomado dinâmica e interativamente:

O PROCESSO ADMINISTRATIVO: A INTERAÇÃO DINÂMICA DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

As junções administrativas quando consideradas como um todo formam o processo administrativo. Quando consideradas isoladamente, o planejamento, a direção, a organização,

ção e o controle são funções administrativas; quando consideradas em sua abordagem global

para alcançar objetivos, formam o processo administrativo. O processo administrativo é

determinado pelo conjunto das funções administrativas.

Nos próximos capítulos serão abordados alguns dos principais temas da Teoria Neo-

clássica, a saber:

a) Tipos de Organização, detalhando a organização linear, a funcional, a linha-"staff" e as comissões.

b) Departamentalização, detalhando os principais tipos de organização.

c) Administração por Objetivos (ARO).

A rigor, esses temas são originários da Abordagem Clássica, e a Abordagem Neo-

clássica se incumbiu de atualizá-los e redefiní-los. Daí o fato de tratarmos tais temas como

decorrências da Abordagem Neoclássica.

SUMÁRIO

1. A Teoria Neoclássica (ou Escola Operacional, ou do Processo Administrativo) surgiu da

necessidade de se utilizarem os conceitos válidos e relevantes da Teoria Clássica, expur-

gando-os dos exageros e distorções típicos de qualquer teoria pioneira e condensando-os

com outros conceitos igualmente válidos e relevantes oferecidos por outras teorias admi-

nistrativas ao longo das três últimas décadas.

2. A Teoria Neoclássica pode ser identificada através de algumas características marcantes:

a ênfase na prática da Administração, a reafirmação relativa (e não absoluta) dos postula-

dos clássicos, a ênfase nos princípios clássicos de Administração, a ênfase nos resultados

e objetivos e, sobretudo, pelo ecletismo aberto e receptivo.

3. O ponto fundamental da Teoria Neoclássica é o de ser a Administração uma técnica social

básica. Isto leva à necessidade de o administrador conhecer, além dos aspectos técnicos e

específicos de seu trabalho, também os aspectos relacionados com a direção de pessoas

dentro das organizações.

4. A Teoria Neoclássica surgiu com o crescimento exagerado das organizações. Uma das res-

postas que procurou dar foi a respeito do dilema centralização versus descentralização.

Boa parte do trabalho dos neoclássicos está voltada para os fatores que levam à decisão

de descentralização, bem como às vantagens e desvantagens, que a descentralização pro-

porciona.

5 . A Teoria Neoclássica enfatiza as funções do administrador: o planejamento, a organização, a direção e o controle. No seu conjunto, essas funções administrativas formam o processo administrativo.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Quais as características principais da Teoria Neoclássica?
2. A Teoria Neoclássica se caracteriza por uma ênfase nos Principios Clássicos da Administração. Explique.

3. O que se pretende dizer por reafirmação relativa dos postulados clássicos, quando se fala nas características da Teoria Neoclássica?
4. Por que a Teoria Neoclássica é também chamada Escola Operacional?
5. A Teoria Neoclássica se caracteriza por uma ênfase nos objetivos e nos resultados.
Explique.
6. O que se pretende dizer por ecletismo da Teoria Neoclássica?
7. O que significa a Administração como técnica social básica?
8. Quais os aspectos administrativos comuns às diferentes organizações?
9. Quais as funções do administrador?
10. O grau de descentralização administrativa de uma organização é maior em que condições?
11. Quais os elementos que concorrem para acelerar a descentralização?
12. Quais fatores afetam a decisão de descentralização?
13. Quais as principais vantagens, desvantagens e limitações da descentralização?
14. Quais as três dimensões da empresa para Peter Drucker?

CASO TEXTIM S.A., PRODUTOS TÊXTEIS

A Textim S.A. é uma firma de porte médio, fundada em 1949 e com certa tradição no ramo.

Montada inicialmente com 50 teares modernos na época e adquiridos da indústria italiana, a

Textim procurou atender a um aumento da procura de tecidos nacionais. Conseguiu um

rápido desenvolvimento e uma ampla aceitação de seu produto, o cretone. Aliás, o produto

exclusivo da Textim era o cretone, uma fazenda branca muito forte, fabricada com algodão

e cujo processo de fabricação não requer grande conhecimento técnico. Seu acabamento

requer bastante esmero para que a apresentação tenha boa qualidade e resistência. O cretone

é geralmente utilizado para a confecção de vestimentas simples, roupas de cama (como

lençóis e fronhas), aventais, uniformes etc. O produto é fabricado com diversas medidas

para atender à demanda do mercado consumidor. A produção é totalmente colocada junto

ao comércio atacadista.

I

A partir de 1952, as grandes tecelagens brasileiras que dominavam cerca de 80% do

mercado interno passaram gradativamente a produzir para exportação. Com isto, a Textim

assegurou uma fatia maior do mercado nacional, ocasião em que aumentou excepcional-

mente a colocação de seus produtos. Seus concorrentes diretos, nesta época, operavam com

400 teares cada e, embora fossem modelos já superados e de menor capacidade produtiva,

sua produção global era maior do que a da Textim.

Nessa ocasião, a situação financeira da Textim era muito boa, devido ao progresso

alcançado com os . bons preços do cimento e a facilidade de colocação de sua produção no

mercado. Porém, em consequência do reingresso das grandes indústrias no mercado nacional

devido a problemas de exportação, a oferta do produto sofreu grande acréscimo, originando

forte queda nos preços e dificuldades na colocação do produto. Atingida pela nova

situação, a Textim procurou diversificar sua produção, passando a confeccionar diretamente

lençóis e fronhas com o seu próprio produto principal, o cretone branco, e vendendo a pro-

dução totalmente a atacadistas. Assim, desfrutou por algum tempo de uma posição vanta-

josa no mercado, até que a concorrência entrasse com o mesmo produto.

Com o aumento da concorrência, a Textim tratou de distribuir seus produtos direta-

mente a varejistas, eliminando o intermediário e possibilitando a venda a um preço inferior.

Porém, decorrido algum tempo, viu-se novamente em situação semelhante à da concorrên-

cia. Visando a preferência dos consumidores, passou a produzir lençóis e fronhas coloridas.

Com isto, obteve novamente uma situação privilegiada no mercado, em face da sua inicia-

tiva. O problema seria avaliar o quanto uma pessoa estaria disposta a pagar a mais por um

lençol colorido. Concluiu-se que o potencial de mercado de lençóis coloridos era proporcio-

nalmente pequeno em relação ao de lençóis brancos, podendo ser desenvolvido a longo prazo.

Ao produzir fronhas e lençóis surgiu o problema dos retalhos de tamanhos variados e

de difícil aproveitamento na linha de produção. Esses retalhos representavam de 10 a 15%

da produção total de cretone e passaram a ser vendidos aos chamados "retalhistas" que os

destinavam à venda no varejo, como pano de segunda qualidade ou venda às indústrias que

os utilizavam para diversas finalidades, como estopa etc. O preço do retalho é aproxima-

damente igual a 1/4 do preço do produto de primeira qualidade. Tentando minimizar seu

custo, a Textim criou uma forma de aproveitamento integral desses retalhos, montando uma

nova linha de fabricação de rodas politrizes feitas de resíduos de retalhos pregados a uma

roda ou polia com encaixe especial para ser acoplada a algum motor. As rodas politrizes

constituem um utensílio necessário em indústrias metalúrgicas para o polimento e acaba-

mento de metais. A procura desse novo produto foi tão grande que obrigou a Textim a apro-

veitar totalmente seus retalhos e a comprar retalhos de outras tecelagens, reduzindo enorme-

mente seus custos de fabricação dos lençóis e fronhas. Com isto, passou a operar com maior

eficiência de produção, conseguindo vender seu produto principal a um preço compatível

com a concorrência.

Com o resultado de sua iniciativa e a diminuição dos seus custos de produção, a Textim

encontra-se no momento em segurança com relação aos seus concorrentes, mas continua preocupando-se com o futuro, de vez que não há possibilidade de avaliar até quando esta situação vantajosa poderá ser mantida. A experiência tem demonstrado que, após ter tomado alguma nova iniciativa, esta sempre foi seguida pelos concorrentes um curto espaço de tempo. Como a Textim está preocupada com o constante progresso, procura estimular o aparecimento de novas idéias.

Em uma reunião, um dos diretores manifestou-se favorável à importação de maquinaria moderna, altamente produtiva, com o objetivo de minimizar ainda mais os custos de produção, que nesse caso iriam ser mais baixos durante um longo período de tempo. Outro diretor opinou que se deve continuar a diferenciação do produto, utilizando-se a mesma diretriz adotada até o momento. Ambos, contudo, concordam em que alguma decisão deve ser tomada em curto prazo, pois não demorará muito para que se esgotem as vantagens que a empresa vem desfrutando no momento.

CASO DETEX

A Indústria DETEX é uma tradicional fabricante de detergentes domésticos localizada em São Paulo. Sua participação no mercado brasileiro de detergentes é de aproximadamente 65%. Há cinco anos atrás, quando ainda não havia projeto de expansão de sua fábrica e com o aumento da demanda do mercado consumidor, a DETEX foi obrigada a expandir sua produção através de contratos de industrialização com outras empresas. Esta solução permitiu que a DETEX elevasse sua capacidade produtiva sem necessidade de investimentos vultosos em suas instalações fabris. Desta solução resultaram dois contratos de industrialização. O primeiro foi com a Indústria A SA localizada em São Paulo que recebe as matérias-primas da própria DETEX, industrializando-as e remetendo o detergente produzido para a DETEX que o embala e o distribui no mercado. O segundo contrato foi efetuado com a Indústria Indu localizada em Recife. O tipo de contrato com a Indu é diferente do da ASA, pois a Indu além de receber as matérias-primas e de industrializá-las, também embala o detergente produzido, ficando sob sua responsabilidade a manutenção dos padrões de qualidade impostos pela DETEX.

Como a Indu é uma indústria recentemente montada, a DETEX foi obrigada a deslocar de São Paulo para Recife alguns técnicos para aplicar o know-how da DETEX na produção de detergentes. Depois de muitas adaptações e ajustes foi iniciada a produção da Indu dentro dos padrões da DETEX. O contrato com a Indu foi realizado para que a sua produção viesse a atender ao mercado consumidor do norte e nordeste do país e o excedente seria destinado ao mercado consumidor do sudeste.

Para a industrialização pela Indu, a DETEX remete todas as matérias-primas e o material de acondicionamento de São Paulo, pois no norte e nordeste não existem indústrias locais produtoras dessas matérias-primas e dos materiais de acondicionamento e embalagem.

Após a industrialização, a Indu remete o detergente produzido e embalado para o depósito regional da DETEX, localizado também em Recife, que por sua vez o distribui ao mercado consumidor.

O contrato da DETEX com a Indu está prestes a vencer. A DETEX desenvolveu alguns

estudos para verificar a viabilidade de sua reforma e prosseguimento. Algumas conclusões

básicas desses estudos são as seguintes:

a) A produção industrializada pela Indu representa 9,8% da tonelagem de detergentes colocada no mercado pela DETEX.

b) O custo médio do produto industrializado pela Indu é aproximadamente 20% superior ao fabricado em São Paulo.

PREÇO DE CUSTO POR TONELADA

Detergente produzido pela	Materiais	diretas	Totois Crl
Indu	5.665 ,88	1.031 ,98	6.697,86
DETEX	5.210,55	371,00	5.581,55

c) O custo de distribuição por tonelada através da Indu é mais elevado.

Indu (inclui remessa para outras regiões) .	CrI 55,00
DETEX(total Brasil) . .	CrI 51,60

- d) Com a dificuldade no transporte das matérias-primas e material de embalagem, a fábrica da Indu é obrigada a paralisar muitas vezes, o que acarreta maiores custos, uma vez que a mão-de-obra direta é utilizada exclusivamente para a fabricação das detergentes da DETEX.
- e) A DETEX mantém um técnico na fábrica da Indu para acompanhamento da produção.
- f) Alguns controles tornaram-se necessários e a DETEX foi obrigada a admitir novos funcionários, que indiretamente aumentaram o seu custo geral.
- g) A DETEX produz vinte e cinco diferentes tipos de detergentes, dos quais a Indu produz apenas dois tipos.
- h) Os produtos de maior rentabilidade da DETEX são os detergentes em pó X e Y e o detergente líquido Z.
- i) A Indu industrializa os detergentes em pó X e Y.
- j) A DETEX utiliza somente 70% de sua capacidade instalada de produção em São Paulo, e o seu projeto de expansão terminou três anos após o contrato com a Indu.
- l) Não há possibilidades de a DETEX construir uma fábrica de detergentes no Nordeste, pois a Indu foi beneficiada pelos incentivos da SUDENE. A SUDENE não permite outra fábrica de detergentes na mesma região, pois isto provocaria concorrência nem sempre benéfica para a etapa de expansão de certas indústrias no Nordeste.
- m) O Departamento de Marketing da DETEX é favorável à renovação do contrato com a Indu, pois acredita que não se deve abandonar o industrializador, pois este poderá produzir o seu próprio produto ou ainda industrializá-lo para outro fabricante do mesmo ramo, facilitando a entrada da concorrência.
- n) O Departamento de Vendas não é favorável à renovação do contrato, pois considera o mercado de detergentes no Nordeste relativamente fraco. Segundo os dados do Departamento de Vendas, o mercado consumidor do Nordeste suporta apenas 5% da produção da DETEX, uma vez que 5% do detergente da DETEX industrializado pela Indu são remetidos para o mercado consumidor do Sudeste.

Como se vê, o assunto não é tranqüilo

CAPÍTULO 8

DECORRENCIAS DA ABORDAGEM NEOCLASSICA: TIPOS DE ORGANIZAÇÃO

Objetivos Deste Capítulo

- Definir as características básicas da organização formal.
- Definir as características principais, as vantagens, as limitações e a esfera de aplicação da organização linear.
- Definir as características principais, as vantagens, as limitações e a esfera de aplicação da organização funcional.
- Definir as características principais, as vantagens, as limitações e a esfera de aplicação da organização linha-"staff".
- Definir as características principais, as vantagens, as limitações e a esfera de aplicação das comissões.

Uma das principais características da Teoria Clássica foi a demasiada ênfase dada à estrutura, ou seja, à organização formal: Os autores clássicos se restringiram quase que exclusivamente aos aspectos formais da organização, como a divisão do trabalho, a especialização, a hierarquia dos níveis dentro da organização, a autoridade, a responsabilidade, a coordenação etc. Todos esses aspectos formais foram abordados pelos autores clássicos em termos normativos e prescritivos, em função dos interesses da organização e no sentido único de alcançar a máxima eficiência possível. A organização formal se compõe de um certo número de camadas hierárquicas ou níveis funcionais estabelecidos pelo organograma e com ênfase nas funções e nas tarefas. Esses níveis são rigidamente definidos e diferenciam o grau de autoridade delegada e o endereçamento das ordens, instruções e compensações. A organização formal, portanto, compreende a estrutura organizacional, a filosofia, as diretrizes, as normas e regulamentos da organização, as rotinas e procedimentos, enfim, todos os aspectos que exprimem como esta pretende que sejam as relações entre os órgãos, cargos e ocupantes,

a fim de que os seus objetivos sejam atingidos e o seu equilíbrio interno seja mantido. Em síntese, a organização formal é a determinação dos padrões de inter-relações entre os órgãos ou cargos, definidos logicamente através das normas, diretrizes e regulamentos da organização, para o alcance dos seus objetivos. A estrutura organizacional é um meio de que se serve uma organização qualquer para atingir eficientemente seus objetivos.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA ORGANIZAÇÃO FORMAL

Sob o ponto de vista da organização formal, uma organização empresarial consiste em um conjunto de encargos funcionais e hierárquicos, orientados para o objetivo econômico de produzir bens ou serviços. A estrutura orgânica deste conjunto de encargos está condicionada pela natureza do ramo de atividade, pelos meios de trabalho, pelas circunstâncias sócio-econômicas da comunidade e pela maneira de conceber a atividade empresarial. As principais características da organização formal são:

1. Divisão do Trabalho

O objetivo imediato e fundamental de todo e qualquer tipo de organização é produzir algo: é a produção. Para ser eficiente, a produção deve se basear na divisão do trabalho, que nada mais é do que a maneira pela qual um processo complexo pode ser decomposto em uma série de pequenas tarefas: O procedimento de dividir o trabalho começou a ser praticado mais intensamente com o advento da Revolução Industrial, provocando uma mudança radical no conceito de produção, principalmente pela fabricação maciça de grandes quantidades através do uso da máquina, em substituição ao artesanato, e do uso da especialização do trabalhador na linha de montagem. O importante era que cada pessoa pudesse produzir a maior quantidade possível de unidades dentro de um padrão aceitável de qualidade, objetivo que somente poderia ser atingido por uma relativa automatização na atividade humana baseada na repetição constante da mesma tarefa. Por extensão, essa divisão do trabalho, iniciada ao nível dos operários, com a Administração Científica, foi alcançando os diversos escalões mais elevados da

organização, com a

Teoria Clássica. A grande aceitação e divulgação da divisão do trabalho foi devida a uma

série de fatores positivos, a saber:

a) padronização e simplificação das atividades dos operários e posteriormente do pessoal de nível mais ele-

vado;

b) maior especialização e detalhamento das tarefas;

c) melhor aproveitamento do trabalho especializado através da departamentalização.

As conseqüências que a divisão do trabalho trouxe, a curto prazo, foram

a) maior produtividade e melhor rendimento do pessoal envolvido;

- b) maior eficiência da organização, como resultante do item anterior;
- c) redução dos custos de produção, principalmente os de mão-de-obra e de materiais diretos.

2. Especialização

Como consequência da divisão do trabalho, cada órgão ou cargo passa a ter funções específicas e especializadas. A Teoria Clássica defende o pressuposto de que a concentração dos esforços em campos limitados e restritos permite incrementar a quantidade e a qualidade da produção. A especialização do trabalho proposta pela Administração Científica constitui uma maneira de aumentar a eficiência e de diminuir os custos de produção. Simplificando as tarefas, atribuindo a cada posto de trabalho tarefas simples e repetitivas que requeiram pouca experiência do executor e escassos conhecimentos prévios, reduzem-se os períodos de aprendizagem, facilitando-se substituições de uns indivíduos por outros, permitindo-se melhorias de métodos de incentivos no trabalho e, decididamente, aumentando-se o rendimento da produção. A separação do planejamento e da organização do trabalho, bem como a separação do controle e da execução, proposta por Taylor, são corolários deste princípio. Os demais autores clássicos passaram a se preocupar posteriormente com a especialização dos órgãos que compõem a estrutura organizacional.

3. Hierarquia

Uma das consequências do princípio da divisão do trabalho é a intensa diversificação funcional dentro da organização. Porém, uma pluralidade de funções desarticuladas entre si não forma uma organização eficiente. Como decorrência das funções especializadas surge inevitavelmente a função do comando, cuja missão é dirigir e controlar todas as atividades para que cumpram harmoniosamente as suas respectivas missões. Portanto, a organização precisa, além de uma estrutura de funções, de uma estrutura hierárquica, cuja missão é dirigir as operações dos níveis que lhes estão subordinados. Daí o princípio escalar, ou seja, o princípio da hierarquia. Em toda organização formal existe uma hierarquia. Esta divide

a organi-

Nível
decisório

Nível intermediário

Nível operacional

A PIRÂMIDE HIERARQUICA

zação em camadas ou escalas ou níveis de autoridade, tendo os superiores certo tipo de autoridade sobre os inferiores. À medida que se sobe na escala hierárquica, aumenta o volume de autoridade do ocupante do cargo.

Quanto maior a organização, maior tende a ser o número de níveis hierárquicos de sua estrutura. A nivelação hierárquica representa fundamentalmente a especialização da direção, ou seja, a distribuição do volume de autoridade e responsabilidade em cada um dos níveis da organização. Assim, a estrutura formal representa uma cadeia de níveis hierárquicos (cadeia escalar) sobrepostos, formando geralmente uma pirâmide, tendo a direção (nível decisório) no topo, os executores (nível operacional ou executório) na base e, nos níveis intermediários, as demais camadas hierárquicas.

2 Nível decisório

3

5 Níveis intermediários

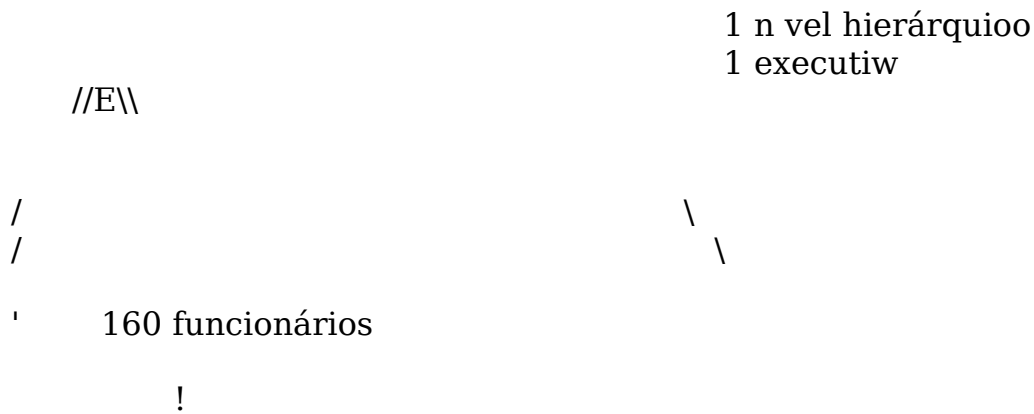
Nível operacional

A CADEIA ESCALAR REPRESENTANDO A HIERARQUIA NA ORGANIZAÇÃO FORMAL

Seja, por exemplo, o caso de uma empresa com uma força de trabalho de 160 homens.

Para supervisioná-los, a empresa poderia lançar mão de uma organização de apenas um nível hierárquico e um só chefe. Assim, os 160 homens se reportariam todos ao único executivo de nível um :

Theo Haiman, Dirección y Gerencia, cit., p. 190.



Para aumentar a eficiência da supervisão, a empresa poderia desdobrar a sua estrutura em dois níveis hierárquicos, o primeiro composto de um executivo e o segundo de quatro outros, subordinados àquele. A cada executivo do nível dois reportam-se 40 homens.

2 n íveis
5 executiws

A eficiência da supervisão pode ser ainda aumentada pela especialização vertical da organização, desdobrando-a em três níveis hierárquicos. A cada executivo do nível três reportam-se agora 10 homens:

E 3 ntveis
21 executivos

10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 ,ó ,

Daí decorre o aspecto piramidal da estrutura hierárquica.

4. Distribuição da Autoridade e da Responsabilidade

A hierarquia da organização formal representa a distribuição da autoridade e da responsabilidade entre os diversos níveis da estrutura. Cada nível hierárquico que está acima dos demais níveis tem maior peso nas decisões. Por toda a organização existem pessoas cumprindo ordens de outras situadas em níveis mais elevados, o que denota suas posições relativas, bem como o volume de sua autoridade em relação às demais posições. Para os autores clássicos, autoridade é o poder de comandar outros, para que executem ou deixem de executar algo, da maneira considerada, pelo possuidor dessa autoridade, como adequada para a realização dos objetivos da empresa ou do grupo. A autoridade é o fundamento da responsabilidade. Dentro da organização formal, ela deve ser delimitada explicitamente. De um modo geral, a generalidade do direito de comandar diminui à medida que se vai do alto para baixo na estrutura hierárquica. Pode-se imaginar essa característica da autoridade como uma pirâmide invertida, na qual o contramestre ocupa a parte mais baixa, indicando que seu direito de comandar é rigorosamente limitado em todas as direções. Mas, à medida que se sobe na cadeia de comando até o alto da estrutura da organização, a área de autoridade expande-se gradualmente em cada escalão².

A autoridade, para os clássicos, é conceituada como um poder formal, ou seja, uma propriedade de uma pessoa ou de uma instituição, significando principalmente o direito de dar ordens. Fayol dizia que a "autoridade é o direito de dar ordens e o poder de exigir obediência", conceituando-a, ao mesmo tempo, como poder formal e poder legitimado'. Assim, como condição básica para a tarefa administrativa, a autoridade investe o administrador do direito reconhecido de dirigir subordinados, para que desempenhem atividades dirigidas para a obtenção dos objetivos da empresa. A autoridade formal é sempre um poder, uma faculdade, concedidos pela organização ao indivíduo que nela ocupe

uma posi-

ção determinada em relação aos outros.

Da mesma forma que ocorre com a autoridade, a responsabilidade é um dos termos

mais mal compreendidos da literatura administrativa. Muitas vezes, o termo responsabi-

lidade é utilizado com o significado de dever, de atividade, de atribuição.

Para os autores clássicos, a responsabilidade provém da relação superior-subordinado

e do fato de alguém ter autoridade para exigir determinadas tarefas de outras pessoas. É a

relação contratual, pela qual o subordinado concorda em executar certos serviços - talvez

2 Theo Haiman, Dirección y Gerencia, cit., p. 62.

3 Henri Fayol, Administração Industrial e Geral, cit., 1954.

4 Gustavo F. Bayer, "Considerações sobre a Conceituação de Autoridade", Revista de Administração

Pública, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol. 5, n° 1, p.102; set. 1971.

usando autoridade delegada - em troca de compensação monetária ou de outras formas de retribuição. A autoridade emana do superior para o subordinado, quando se faz uma designação de deveres, enquanto a responsabilidade é a obrigação simultaneamente exigida do subordinado para que este realize tais deveres. Por conseguinte, diz-se que a responsabilidade é delegada a subordinados, embora, na realidade, o que se delega é a autoridade e não a responsabilidade. Sobre esse assunto há muita discussão. A essência da responsabilidade é a obrigação, ou seja, a obrigação de utilizar a autoridade para exigir que sejam executadas as tarefas.

5. Racionalismo da Organização Formal

Uma das características básicas da organização formal é o seu racionalismo. Uma organização é substancialmente um conjunto de encargos funcionais e hierárquicos a cujas prescrições e normas de comportamento todos os seus membros devem se sujeitar. O princípio básico desta forma de conceber uma organização é que, dentro de limites toleráveis, os seus membros se comportarão racionalmente, isto é, de acordo com as normas lógicas de comportamento prescritas para cada um deles. Dito de outra forma, a formulação orgânica de um conjunto lógico de encargos funcionais e hierárquicos está baseada no princípio de que os homens vão funcionar efetivamente de acordo com tal sistema racional.

A Teoria Clássica deu exagerada ênfase à organização formal. Enquanto para Taylor e seus seguidores da Administração Científica, a organização deve se basear em uma divisão do trabalho e consequente especialização do operário, para Fayol e seus seguidores da Escola Anatômica a organização deve preservar o seu todo, a sua integridade global. Taylor advogava a organização funcional e superespecializada, enquanto Fayol defendia a organização linear e centralizada.

De qualquer forma, para os autores clássicos, via de regra, toda organização se estrutura a fim de atingir os seus objetivos, procurando com a sua estrutura organizacional a minimização de esforços e a maximização do rendimento. Em outras palavras, o maior lucro, pelo menor custo, dentro de um certo padrão de qualidade. A organização, portanto, não é

um fim, mas um meio de permitir à empresa atingir adequadamente determinados objetivos.

Assim, cada empresa tem a sua própria organização em função dos seus objetivos, do seu tamanho, da conjuntura que atravessa e da natureza dos produtos que fabrica ou dos

serviços que presta. Não há duas empresas idênticas, muito embora existam certos princípios

e tipos básicos que são utilizados como diretrizes no estudo da organização empresarial.

Assim, todas as empresas, desde as que se dedicam à produção de bens ou à prestação de ser-

viços, possuem uma organização própria, específica e individual.

Para efeito puramente didático, podemos distinguir três tipos tradicionais de organização-

ção, a saber:

- a) organização linear;
- b) organização funcional;
- c) organização linha-str f.

Esses tipos tradicionais de organização raramente são encontrados no seu estado puro,

isto é, dentro do modelo teórico que aqui será apresentado, de modo que os conceitos adian-

te alinhados devem ser considerados com bastante relatividade.

ORGANIZAÇÃO LINEAR

Organização linear constitui a forma estrutural mais simples e mais antiga. Tem a sua origem na organização dos antigos exércitos e na organização eclesiástica dos tempos medievais. Em sua pesquisa sobre as formas mais antigas de organização, Mooney concluiu que elas possuem em comum o princípio da autoridade linear, também chamado de escalão : há uma hierarquia da autoridade, na qual os superiores recebem obediência dos subordinados. Existem linhas diretas e únicas, simples e de conformação piramidal, onde cada chefe recebe e transmite suas ordens, e as funções são geralmente estabelecidas. É típica sua área uma vez que as linhas de comunicação são pequenas e as tarefas nos estágios iniciais. Normalmente uma forma de organização encontra a primária das organizações geralmente aparecendo em organizações, pois as funções básicas são o fundamento da organização. Numa empresa comercial em primeiro lugar e passam a ser () ou numa empresa de varejo (compras, industrial (produção, vendas e atividades diretamente pelos destinos da organização) e os seus funcionários), essas funções são responsáveis. Executivos são geralmente encarregados de todas as atividades diretas ou indiretamente vinculadas às funções primárias sob sua responsabilidade.

Típicos
hierárquicos

Características da Organização Linear

A organização linear apresenta as seguintes características, em geral :

- a) autoridade linear ou única: a principal característica da organização linear é a autoridade única e absoluta do superior sobre seus subordinados, decorrente do princípio da unidade de comando, típica da existente nos militares, antigamente. É uma autoridade baseada no nível hierárquico.

requer o tempo

nas organizações. Assim, cada subordinado se reporta única e exclusivamente ao seu chefe: recebe ordens exclusivamente dele e reporta-se exclusivamente a ele. A autoridade linear é uma autoridade de comando;

s D. Mooney, The Principles of Organization, cit

linhas formais de comunicação: as comunicações entre os órgãos ou cargos existentes na organização são efetuadas unicamente através das linhas existentes no organograma. Todo órgão ou cargo (com exceção daqueles situados no topo e daqueles situados no rodapé do organograma) possui dois terminais de comunicação: um orientado para cima e que o liga exclusivamente ao órgão ou cargo superior, representando sua responsabilidade perante o escalão mais elevado, e outro orientado para baixo e que o liga exclusivamente aos órgãos ou cargos diretamente subordinados, representa a sua autoridade perante o escalão mais baixo. Cada superior centraliza as comunicações em linha ascendente dos subordinados. As comunicações são, portanto, lineares e formais, isto é, limitadas exclusivamente às relações formais descritas no organograma.

Centralização das decisões: como o terminal da comunicação liga invariavelmente o órgão ou cargo subordinado ao seu superior e, assim por diante, até a cúpula da organização, sucede que a autoridade linear que comanda a organização toda centraliza-se no topo do organograma e os canais de responsabilidade são conduzidos através dos níveis hierárquicos de forma convergente até ali. A organização linear caracteriza-se pelo deslocamento e convergência da autoridade para a cúpula da organização: só existe uma autoridade máxima que centraliza todas as decisões e o controle da organização; aspecto piramidal: em decorrência da centralização da autoridade no topo da organização e da autoridade linear que cada superior centraliza em relação aos subordinados, geralmente a organização linear apresenta uma conformação tipicamente piramidal. A medida que se sobe na escala hierárquica diminui o número de cargos ou órgãos. De certo modo, o resultado é que, à medida que aumenta o nível hierárquico, mais aumenta a generalização e a centralização (visão global da organização), e à medida que diminui o nível hierárquico mais aumenta a especialização e a delimitação das responsabilidades (visão específica do cargo ou função).

Vantagens da Organização Linear

As principais vantagens decorrentes da organização linear são:

estrutura simples e fácil compreensão: devido ao relativamente pequeno número de órgãos ou cargos, a cúpula apresenta apenas um órgão ou cargo centralizador, e o subordinado só se relaciona formalmente

com o seu superior. As opções de comunicação e de relações formais são mínimas e, portanto, restritas, simples e elementares; nítida e clara delimitação das responsabilidades dos órgãos ou cargos envolvidos e, conseqüentemente, uma notável precisão de jurisdição. Nenhum órgão ou cargo interfere em área alheia, de tal modo que as atribuições e responsabilidades são claramente definidas e delimitadas;

A CADEIA ESCALAR DE FAYOL

c) Jocilidade de implantação em outros termos, a organização linear, ao incrementar a unidade de comando, oferece colateralmente facilidade no estabelecimento do funcionamento, no controle e na disciplina.

O pequeno número de relações formais, a estrutura simples e a clara delimitação das responsabilidades permitem eliminar qualquer dificuldade no fazer funcionar este tipo de organização;

d) é bastante estável, permitindo uma tranq0ila manutenção do funcionamento da organização, graças à centralização do controle e das decisões de um lado, e graças à rígida disciplina garantida pela unidade de comando, de outro;

e) é o tipo de organização mais indicado para pequenas empresas: tanto pela fácil operacionalização, quanto pela economia que sua estrutura simples pode proporcionar.

Desvantagens da Organização Linear

A organização linear apresenta, entretanto, sérias desvantagens e limitações que podem pôr

em cheque as vantagens anteriormente apontadas. Dentre as principais desvantagens estão:

a) a estabilidade e constância das relações formais podem levar à rigidez e à inflexibilidade da organização linear, dificultando a inovação e a adaptação da organização a novas situações ou condições externas.

Como as relações formais não mudam, a tendência para a manutenção do status quo é inevitável. A organização linear não responde adequadamente às modificações rápidas e constantes da sociedade moderna;

b) a autoridade linear baseada no comando único e direto pode tornar-se autocrática, provocando rigidez na disciplina e dificultando a cooperação e a iniciativa das pessoas;

c) a organização linear enjato e exagera a função de chefia e de comando, pressupondo a existência de chefes capazes de fazer tudo e saber tudo. Os chefes tornam-se generalistas, portadores de todas as deci-

ões e ordens que venham do topo da organização e transmissores de todas as informações que venham da

base da organização dentro de sua área de atuação. No fundo, cada chefe é uma espécie de gargalo de entrada e de saída de comunicações em sua área de atuação. Cada chefe possui o monopólio das comuni-

cações em sua área. Quando bem dosado, este monopólio pode resultar em perfeito controle do anda-

mento dos assuntos, mas também pode provocar congestionamentos nas mesas dos chefes, demora na

tramitação das comunicações ou ainda - no caso de ausência do chefe - paralisação de toda a sua área de atuação;

d) a unidade de comando torna o chefe um generalista que não pode se

especializar em coisa nenhuma. Além

da desvantagem da excessiva ênfase na chefia, a organização linear impede a especialização, uma vez que

acumula todos os chefes com todos os assuntos possíveis dentro da organização. Através do chefe transi-

tam todos os assuntos, informações, relatórios etc., que deverão ser processados em sua área de atuação

ou que deverão ser encaminhados a outras áreas. De tudo o chefe tem de tomar conhecimento. Ele assume

todos os assuntos principais de sua área como também os assuntos auxiliares ou secundários, enfrentando

uma multiplicidade de obrigações, que dificilmente lhe permitiria alguma oportunidade de especialização;

e) à medida que a empresa cresce, a organização linear conduz inevitavelmente ao congestionamento das

linhas formais de comunicação, principalmente nos níveis de cúpula da organização, que centralizam for-

temente as decisões e o controle, já que não utilizam assessoria auxiliar. Assim, a estrutura linear é típica

de pequenas empresas, sendo extremamente problemática a sua aplicação a grandes ou médias empresas;

f) as comunicações por serem lineares tornam-se indiretas, demoradas, sujeitas a intermediários e a distorções.

Esfera de Aplicação da Organização Linear

A organização linear é aplicável especificamente nos seguintes casos:

a) quando a organização é pequena e não requer executivos especialistas em tarefas altamente técnicas.

b) quando a organização está nos estágios iniciais de sua história.

- c) quando as tarefas desenvolvidas pela organização são padronizadas, rotineiras e com raras alterações ou modificações, permitindo plena concentração nas atividades principais de operação, já que a estrutura é estável e permanente;
- d) quando a organização tiver vida curta e a rapidez na execução do trabalho se tornar mais importante do que a qualidade do trabalho;
- e) quando a organização julgar mais interessante investir em consultoria externa ou obter serviços externos do que em estabelecer órgãos internos de assessoria.

Em resumo, a esfera de aplicação da organização linear é bastante limitada. Este tipo de organização foi muito defendido por Fayol, que via nele a estrutura ideal para as organizações do porte da sua época.

ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

A organização funcional é o tipo de estrutura organizacional que aplica o princípio funcional ou princípio da especialização das funções para cada tarefa. Em sua pesquisa sobre as organizações, Mooney já encontrara em organizações da Antiguidade o princípio funcional responsável pela diferenciação entre diversos tipos de atividades ou funções. O princípio funcional separa, distingue e especializa: é o germe do staff. Mooney encontrou os antecedentes históricos do staff nos chefes homéricos que aconselhavam os antigos reis da Grécia e também no conselho dos sábios dos reis anglo-saxões.

Mais recentemente, os dirigentes de indústria notaram que, à medida que o negócio cresce e se desenvolve, a empresa entra no campo da competição e da produção em massa, aumenta consideravelmente a necessidade de se contar com órgãos altamente especializados capazes de propiciar inovações rápidas e substanciais. Essa flexibilidade indispensável à organização competitiva e inovadora é um dos principais pontos fracos da estrutura linear.

O tipo de estrutura funcional foi consagrado por Frederick W. Taylor que, preocupado com as dificuldades trazidas pelo excessivo e variado volume de atribuições dadas aos mestres de produção, na estrutura linear de uma siderúrgica americana, optou pela supervisão funcional. O tipo de organização que Taylor encontrou era linear. Cada mestre de produção, dentro dessa estrutura linear, era o chefe absoluto

dos seus

operários. A qualquer problema (de reparação da máquina, p. ex.), cada operário se reportava

exclusivamente ao seu mestre de produção, solicitando uma providência. O mestre de

produção, por sua vez, se reportava exclusivamente ao mestre geral, para enéaminhar a soli-

citação da providência. O mestre geral passava a solicitação ao mestre de reparações e este

dava a ordem ao seu subordinado (o mecânico), que deveria então executar o serviço solici-

tado. Uma vez executado o serviço, este subordinado (o mecânico) se reportava ao seu mes-

tre, o qual informava o mestre geral, que, por sua vez, comunicava ao mestre de produção a

providência tomada. Daí, o mestre de produção ordenava ao operário o retorno à sua ativi-

dade, uma vez que a máquina já estava reparada. O percurso da comunicação para solicitar

a providência era o seguinte:

6 James D. Mooney, *The Principles of Organizations*, cit

Uma vez executado o serviço pelo mecânico, o percurso da comunicação para informar

a providência executada era exatamente o inverso.

Taylor verificou que, além do tempo despendido na comunicação, havia a necessidade

c) e envolver o mestre de produção, o mestre geral e o mestre de reparações em um problema

de mera rotina. Assim, Taylor substituiu a supervisão linear dos mestres de produção por

uma supervisão Juncional: cada operário passou a se reportar, funcionalmente e concomi-

tantemente, a quatro mestres: o seu mestre de produção, o mestre de controle, o mestre de

reparações e o mestre de velocidade. Porém, cada mestre supervisionaria os operários apenas

nos assuntos de sua especialidade. Cada operário procuraria, em cada situação problemá-

tica, aquele mestre que poderia resolver o seu problema, evitando intermediações do mestre

de grupo, cujas atribuições seriam limitadas a assuntos de produção. Em outros termos, o

mestre de produção tornou-se um especialista em assuntos de produção, não mais sendo pro-

curado pelos operários para cuidar de outros problemas.

(estria funcional :

Mestre
controle

Mestre Mestre
repara ões velocidade

Inspetores

Mecsnicos Alimenta-

dores

A ESTRUTURA FUNCIONAL SEGUNDO TAYLOR

Características da Organização Funcional

A organização Juncional apresenta as seguintes características:

- a) autoridade Juncional ou dividida. Na organização Juncional existe a autoridade Juncional ou dividida. que é relativa e baseada na especialização. É uma autoridade do conhecimento e estende-se a toda a organização. Nada tem de linear ou hierárquica ou de comando. Cada subordinado se reporta a muitos superiores, concomitantemente, porém, reporta-se a cada um deles somente nos assuntos da especialidade de cada um. Nenhum superior tem autoridade total sobre os subordinados, mas autoridade parcial e relativa, decorrente da sua especialidade. Isso representa total negação do princípio da unidade de comando ou supervisão único, tão importante para Fayol;
- b) linhas diretas de comunicação: as comunicações entre os órgãos ou cargos existentes na organização são efetuadas diretamente, sem necessidade de intermediação. O tipo de organização Juncional busca a maior rapidez possível nas comunicações entre os diferentes níveis;
- c) descentralização das decisões: as decisões são delegadas aos órgãos ou cargos especializados que possuam conhecimento necessário para melhor implementá-las. Não é a hierarquia, mas a especialidade quem promove as decisões. Portanto, a organização Juncional caracteriza-se pela descentralização das decisões, ou seja, pelo deslocamento e distribuição das decisões para os órgãos ou cargos mais adequados para sua tomada e implementação;
- d) ênfase na especialização: a organização Juncional baseia-se no primado da especialização de todos os órgãos ou cargos, em todos os níveis da organização. Há uma profunda separação das funções de acordo com as especialidades envolvidas. Cada órgão ou cargo contribui com a sua especialidade para a organização. As responsabilidades são delimitadas de acordo com as especializações.

Vantagens da Organização Funcional

A organização Juncional pode trazer inúmeras vantagens bastante interessantes, a saber:

- a) proporciona o máximo de especialização nos diversos órgãos ou cargos da organização. Isto permite a cada órgão ou cargo concentrar-se total e unicamente sobre o seu trabalho e sua função, livremente de todas as demais tarefas assessórias ou subsidiárias. Obviamente, isto traz maior eficiência e profundidade

no desempenho de cada órgão ou cargo, permitindo-lhe um desenvolvimento apreciável em sua especiali-

zação;

b) permite a melhor supervisão técnica possível, com a especialização em todos os níveis, pois cada órgão ou

cargo reporta-se a "experts" no seu campo de especialização;

c) desenvolve comunicações diretas, sem intermediação, mais rápidas e menos sujeitas a distorções de trans-

missão. A organização funcional permite contatos diretos entre os órgãos ou cargo interessados, sem

necessidade de seguir estritamente os canais formais e indiretos de comunicação;

d) separa as funções de planejamento e de controle das funções de execução.

Há uma especialização do

planejamento e do controle, bem como da execução, permitindo plena concentração em cada atividade.

sem necessidade de voltar a atenção para as demais. O órgão que faz planejamento, o faz para todos os

demais órgãos, podendo desdobrar-se em outros órgãos mais específicos de planejamento. O órgão que

executa, só faz a execução. Cada órgão realiza especificamente a sua atividade, sem ter de acompanhar o

demais.

Desvantagens da Organização Funcional

A organização do tipo funcional traz, entretanto, inúmeras e sérias desvantagens:

- a) diluição e conseqüente perda de autoridade de comando: a substituição da autoridade linear pela autoridade funcional - relativa e dividida - traz como consequência uma enorme dificuldade dos órgãos ou cargos superiores em controlar o funcionamento dos órgãos ou cargos inferiores. A exigência de obediência e a imposição de disciplina, aspectos típicos da organização linear, não constituem o ponto forte da organização funcional. Um órgão, ou cargo, quando recebe orientação diferente de dois órgãos ou cargos especializados em diferentes funções, nem sempre faz aquilo que lhe é solicitado, ainda mais quando essa orientação, partida dos dois órgãos ou cargos, se mostra contraditória ou pouco compatível;
- b) subordinação múltipla: se a organização funcional traz problemas quanto à distribuição da autoridade, ela traz igualmente problemas quanto à delimitação das responsabilidades. Como cada subordinado se reporta funcionalmente a muitos superiores, cada qual especialista em uma determinada função e, como existem funções que se sobrepõem, há sempre o perigo de o subordinado procurar a orientação do especialista menos indicado para o problema. Nem sempre os órgãos ou cargos sabem exatamente a quem recorrer para resolver determinados assuntos ou problemas. Isto leva à perda de tempo e a algumas consequências imprevisíveis;
- c) tendência à concorrência entre os especialistas: como os diversos órgãos ou cargos são especializados em determinadas atividades, sua tendência é impor à organização o seu ponto de vista e a sua abordagem aos problemas que geralmente aparecem. Isto leva a uma perda da visão de conjunto da organização e, consequentemente, a uma tendência de defender o seu ponto de vista em detrimento dos pontos de vista dos outros especialistas. Não é de se estranhar que na organização funcional exista forte tendência para a competição e concorrência entre os especialistas, trazendo distorções realmente danosas à organização;
- d) tendência à tensão e conflitos dentro da organização: a competição e a concorrência, aliadas à perda da visão de conjunto da organização, podem levar à divergência e à multiplicidade de objetivos, que podem se antagonizar, criando tensões e conflitos entre os especialistas. Apesar de trabalharem juntos, eles podem se sentir adversários, defendendo posições antagônicas e contrárias, tornando-se presas de ressentimentos e de frustrações. Com isto surgem a animosidade, os sentimentos de oposição e a resistência a cooperarem entre si;

e) confusão quanto aos objetivos: como a subordinação é feita a vários especialistas ao mesmo tempo, isto é, como a organização funcional exige a subordinação múltiplo, nem sempre o subordinado sabe exatamente a quem reportar um problema. Essa dúvida gera contatos improdutivos e dificuldades de orientação e, em consequência, confusão quanto aos objetivos que devem ser atingidos. Essa situação geral-mente é acompanhada de diminuição do moral dos subordinados e, em alguns casos, quebra de disciplina. Se, além disso, os subordinados também receberem orientações opostas e contraditórias dos vários especialistas, cada qual preocupado com a sua atividade dentro da organização, então o problema se agrava mais.

Esfera de Aplicação da Organização Funcional

Apesar da organização funcional ter sido tentada em larga escala pelos defensores da Administração Científica, ela tem fracassado em muitos casos. O "multiple management" introduzido pelos engenheiros americanos trouxe alguns problemas, principalmente de coordenação e de controle. É que mesmo o treinamento e o bom senso não conseguem, muitas vezes, evitar que haja confusão com as linhas divididas de autoridade.

A utilização da organização funcional deve ser restrita aos seguintes casos, em geral:

a) quando a organização, por ser pequena, tem uma equipe de especialistas bem entrosada, reportando-se a um dirigente eficaz e orientada para objetivos comuns muito bem definidos e colocados.

b) quando em determinadas circunstâncias, e tão-somente, a organização delega, durante um certo período, autoridade funcional a algum órgão especializado sobre os demais órgãos, a fim de implantar alguma rotina ou procedimento ou a fim de avaliar e controlar alguma atividade.

ORGANIZAÇÃO LINHA-STAFF

O tipo de organização linha-staff é o resultado da combinação dos tipos de organização linear e funcional, buscando-se incrementar as vantagens desses dois tipos de organização e reduzir as suas desvantagens. Alguns autores o denominam organização do tipo hierárquico-consultivo. Na organização linha-staff há característica do tipo linear e do tipo funcional, reunidas para proporcionarem um tipo organizacional mais completo e complexo.

É o tipo de organização mais empregado atualmente. Suas origens remontam à Antiguidade. Dale e Urwick, dois autores clássicos (e mesmo neoclássicos), defensores deste tipo de organização, fazem referência ao exército do faraó egípcio Tutmés que, ao redor do ano de 1500 a.C., já possuía uma assessoria parecida com um serviço de inteligência, com rudimentos de um sistema administrativo. Ao estudar a evolução histórica da organização desde a Antiguidade, Mooney⁹ encontrou o staff em organizações militares bastante antigas.

Todavia, foi somente no início do século XIX que o tamanho e a complexidade dos exércitos provocaram o

desenvolvimento de um sistema completo de assessoria aos órgãos de linha. Foi o que aconteceu com a reor-

ganização do estado-maior prussiano pelo Mal. Scharnhorst.

Frederico II notou que os seus excelentes generais apresentavam pontos fracos, como falta de tempo para a

estratégia militar, para planificar ou reunir rapidamente informações para a tomada de suas decisões.

Forçou-os a delegar suas funções de gabinete e de planejamento para um estado-maior (staff), o qual passou

a resolver todos os assuntos de planejamento e organização militar dentro dos moldes propostos por Scharn-

horst. Ao diminuir as responsabilidades de linha, aumentou a autoridade dos generais elevando assustado-

ramente a sua eficiência. Posteriormente, o exército americano, em 1902, adotou um esquema de assessoria

geral que desenvolveu até chegar à organização linha-staff. Nas empresas privadas, o esquema de asses-

soria iniciou-se mais tarde com a utilização de assistentes contratados para cuidarem dos pormenores dos

trabalhos administrativos, para fornecerem informações

necessárias à tomada de decisões ou para prestarem aconselhamento e assistência na formulação de planos. Com os trabalhos de Taylor e seus seguidores, separando o planejamento e o desempenho em busca da especialização funcional, começaram a surgir as assessorias nas empresas industriais.

Com a depressão econômica, entre 1929 e 1932, propagou-se intensamente a utilização das agências de assessoria como um meio de resolver problemas empresariais a baixo custo. A ênfase colocada no planejamento e no controle, o crescimento acelerado das empresas, o avanço tecnológico, a crescente necessidade de especialização, o volume e complexidade das leis e regulamentações, condicionando e restringindo as atividades das empresas, vieram incrementar a utilização cada vez maior do tipo de organização linha-"staff".

Na organização linha- "staff" existem órgãos de linha (órgãos de execução) e de assessoria (órgãos de apoio e de consultoria) mantendo relações entre si. Os órgãos de linha se

Michael J. Jucius e William E. Schlender, Introdução à Administração - Elementos de Ação Administrativa, cit., p. 223.

s Ernest Dale e Lyndall F. Urwick, Organização e Assessoria, São Paulo, Ed. Atlas, 1971, p. 77.

9 James D. Mooney, The Principles of Organizations, cit.
o Frederico II, O Grande (1688-1740), rei da Prússia, cognominado o "rei sargento" pois aplicou um regime de quartel em seu país. Baseou seu absolutismo em uma administração burocrática centralizada e modelar e chegou a organizar um exército poderoso e exemplar. Embora não belicoso, seu reinado austero levou a Prússia à sua época mais brilhante.

caracterizam pela autoridade linear e pelo princípio escalar, enquanto os órgãos de "staff" prestam assessoria e serviços especializados.

Critérios de Distinção entre Linha e Staff

Existem dois critérios para se distinguir quais são os órgãos de linha e os de "staff":

a) relacionamento com os objetivos da organização: segundo este critério, as atividades de linha estão diretamente e intimamente ligadas aos objetivos básicos da organização ou do órgão do qual fazem parte, enquanto as atividades de staff estão ligadas a eles indiretamente. Se o objetivo principal da organização é produzir, somente a área de produção é considerada de linha e todas as demais, de staff. Mas se o objetivo passa a ser também vender, então a área de vendas passa a ser considerada de linha, juntamente com a de produção. As demais áreas serão de staff. Os órgãos de produção e de vendas representam, no caso, as atividades básicas e fundamentais da organização: as atividades-fim. Os demais órgãos serão complementares e subsidiários. Representam as atividades-meio. Se houver mudança nos objetivos da organização, fatalmente a estrutura linha-staff a acompanhará. Geralmente, nas empresas industriais, os órgãos de produção e de vendas são os órgãos de linha, isto é, os órgãos que traduzem os objetivos básicos para os quais a organização está orientada.

Quase sempre os órgãos de linha estão voltados para fora da organização, onde se situam os seus objetivos, enquanto os órgãos de staff são intra-orientados, ou seja, estão voltados para dentro da organização, assessorando os demais órgãos, sejam de linha ou de staff. Um órgão de linha ou de staff pode ter órgãos subordinados de linha ou de staff depende do fato de estarem ou não vinculados diretamente aos objetivos do órgão superior. Nesse sentido, podemos encontrar órgãos de linha ou de staff da linha ou de staff de linha ou ainda "staff" de staff;

b) tipo de autoridade: os órgãos de linha têm autoridade para decidir e executar as atividades principais ou vinculadas diretamente aos objetivos da organização (autoridade linear). Os órgãos de staff, por seu lado, têm autoridade de assessoria, de planejamento e controle, de consultoria e recomendação (autoridade funcional).

De um modo geral, a área de linha tem autoridade para executar e para decidir os assuntos principais da organização. A sua atividade é decidir, comandar, executar, fazer. Sua autoridade é exercida sobre pessoas, principalmente. A área de staff não precisa dessa

autoridade, uma vez que a sua autoridade é exercida sobre idéias ou planos. A sua atividade é pensar, planejar, sugerir, recomendar, assessorar e prestar serviços especializados. Na linha, a autoridade é absoluta e total e se faz mediante uma relação hierárquica e linear entre chefe e subordinado, enquanto no staff a autoridade é relativa e parcial e se faz mediante uma relação funcional e de consultoria. Portanto, o homem de linha necessita do staff para poder desenvolver suas atividades, enquanto o homem de staff necessita da linha para poder fazer aplicar as suas idéias e planos.

Na organização da linha- "staff" convivem órgãos de linha e órgãos de staff. Os órgãos de linha são os órgãos responsáveis pelo alcance dos objetivos básicos da organização: são os órgãos que produzem resultados para a organização. Os órgãos de staff são os órgãos de apoio e de auxílio que assessoram os órgãos de linha. As principais funções do "staff" são:

- a) Serviços: isto é, atividades especializadas, como contabilidade, compras, pessoal, pesquisa e desenvolvimento, processamento de dados, propaganda etc. realizadas e executadas pelo staff;
- b) Consultoria e assessoria: isto é, atividades especializadas, como assistência jurídica, métodos e processos, consultoria trabalhista etc., que são fornecidas pelo staff, como orientação e recomendação.

David R. Hampton, Administração Contemporânea, São Paulo, Ed. McGraw-Hill, pp. 238-239

c) Monitorização: monitorizar significa acompanhar e avaliar uma determinada atividade ou processo sem nelc intervir ou influenciar. O stqjlgcralmente se incumbe de levantamento de dados, elaboração de rela-
tórios e pesquisas, acompanhamento de processos etc.

d) Planeamento e controle: quase sempre as atividades de planeamento e controle estão delegadas aos
órgãos de staff. Assim, o planeamento e controle financeiro ou orçamentário, o planeamento e controle
de produção, o planeamento e controle de manutenção de máquinas e equipamentos, o controle de quali-
dade etc. são atividades eminentemente desenvolvidas pelo staff

As funções de staff podem existir em qualquer nível de uma organização do tipo linha-

"staff", desde o nível mais alto até o nível mais baixo da organização. Nos órgãos de staff,

em si, à medida que se sobe na escala hierárquica, aumenta a proporção das funções de con-

sultoria, assessoramento, aconselhamento e recomendação e diminui a proporção das fun-

ções de prestação de serviços especializados. Em sentido inverso, à medida que se desce na

escala hierárquica, aumenta a proporção das funções de prestação de serviços especializados

e diminui a proporção das funções de consultoria, assessoramento, aconselhamento e reco-
mendação dos órgãos de staff.

Níveis hierárquicos:

Consultoria	Direção
Assessoramento	
Aconselhamento	Gestão
Recomendação	
	Atividade
Prestação	Supervisão
execução de	
serviço:	Execução
especializado:	

FUNÇÕES DO ÓRGÃO DE STAFF

Características da Organização Linha- Staff"

A organização linha- "staff" apresenta características bem mais complexas do que

os outros

tipos de organização vistos anteriormente. Dentre as principais características da organização

<io linha-"staff" convém ressaltar:

a) I do da estrutura linear com a estruturaluncional; com predominio da primeira. A principal característica

da organização é a de que existem características lineares e características funcionais

simultaneamente. Cada órgão se reporta a um e apenas um órgão superior: isto é o princípio da autoridade

única ou unidade de comando típica da organização linear. Porém, cada órgão recebe também assessoria

e serviços especializados de diversos órgãos de staff

Em outros termos, existe sempre autoridade linear de um órgão (seja de linha ou de staff) sobre seus subordinados, e existe também autoridade funcional de um órgão de staff em relação a todos os demais órgãos da organização, quando se tratar de assuntos de sua especialidade. No organograma abaixo, os serviços de recrutamento e seleção de pessoal (anúncios de recrutamento, recepção de candidatos, entrevistas preliminares, aplicação de testes, tomada de informações, classificação dos candidatos etc.) são realizados pelo Departamento de Suprimento Humano. Este departamento encaminha os candidatos aprovados no processo seletivo às seções requisitantes que irão rejeitá-los ou aceitá-los. Aquele presta serviços e recomenda os candidatos aprovados, estas tomam a decisão final com base naquela recomendação. Aquele não pode compelir os demais órgãos a aceitarem seus serviços e recomendações, porquanto não tem autoridade de linha sobre esses, mas apenas autoridade de staff, ou seja, de assessoria e de prestação de serviços especializados.

A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO STAFF

Existe alguma confusão na distinção entre linha e staff, pelo fato de se acreditar que unidades fazendo trabalho de linha têm automaticamente autoridade de linha e que unidades fazendo trabalho de staff não têm 'autoridade de linha sobre seus subordinados. Há uma crença errônea de que o trabalho de linha é sinônimo de autoridade de linha e o trabalho de staff é sinônimo de autoridade de staff sobre os subordinados. Todos os órgãos - sejam de linha ou de staff - têm autoridade linear sobre seus subordinados, apesar de ter autoridade funcional em relação aos demais órgãos da organização naquilo que se refere à

sua especialidade. Um departamento de Controle de Qualidade tem autoridade linear sobre seu próprio pessoal embora tenha autoridade funcional sobre assuntos de qualidade dos produtos da empresa;

b) coexistência entre as linhas formais de comunicação com as linhas diretas de comunicação' Na organização linha-` staff" há uma conciliação entre as linhas formais de comunicação existentes entre superiores e subordinados e que representam a hierarquia e as linhas diretas de comunicação existentes entre qualquer órgão ou cargo e o staffe que representam o suprimento de assessoria e de serviços especializados.

Assim, a complexa rede de comunicações da organização linha-` staff" é formada de linhas formais de autoridade e responsabilidade lineares e de linhas diretas de assessoria e prestação de serviços de staff;

c) separação entre órgãos operacionais (executivos) e órgãos de apoio (assessores): Na organização linha-` staff" há uma separação entre órgãos operacionais (linha , que são os órgãos executivos das operações básicas da organização, e os órgãos de apoio (staff, que são os órgãos assessores e consultores que prestam serviços especializados aos diversos órgãos da organização.

De um modo geral, a organização linha-` staff" refere-se a um padrão de organização, no qual órgãos especializados e grupos de especialistas aconselham os chefes de linha no que diz respeito a alguns aspectos

tos de suas atividades. Os membros do staff dedicam-se a trabalhos que requerem estudo e pesquisa e concentram sua atenção sobre assuntos de planejamento e problemas do negócio ou da organização. Os chefes de linha ficam, dessa forma, mais livres para devotar sua atenção para a execução dos regulamentos e prescrições, uma vez tenham sido eles formulados pelo staff. A autoridade e responsabilidade dos membros do staff são de natureza aconselhadora e não diminuem a autoridade e responsabilidade dos chefes de linha. Os chefes de linha especializam-se em um ou mais dos vários tipos de problemas que dizem respeito aos trabalhos de linha. Ambos os tipos de especialistas desempenham importantes papéis nas atividades que devem ser cobertas pela organização. No entanto, são os chefes de linha que retêm a completa autoridade e responsabilidade pela execução desses planos, uma vez se tenham tornado parte integrante das normas e regulamentos da empresa;

d) hierarquia "vertical" especializada. Apesar do convívio entre as características lineares e funcionais, há uma nítida predominância dos aspectos lineares na organização linha-"staff". A organização linha-"staff" se caracteriza pela manutenção do princípio da hierarquia (cadeio escolar), ou seja, da nivelção dos graus de autoridade linear, sem abrir mão da especialização. Assim, a hierarquia (linha) assegura o comando e a disciplina, enquanto a especialização (staff) fornece os serviços de consultoria e de assessoria. Reúnem-se num só tipo de organização a autoridade hierárquica e a autoridade do conhecimento especializado.

Desenvolvimento da Organização Linha- Staff

A organização linha- "staff" é uma organização complexa. É a evolução da hierarquia funcional em face da divisão do trabalho na organização". Ela não surge ou é implantada de maneira imediata e pronta, mas depende de um desenvolvimento e desdobramento que exige, quase sempre, algumas fases consecutivas, a saber:

1ª fase: não há especialização de serviços. Cada órgão faz, além das suas atividades principais, outras atividades secundárias e que não têm relação direta com seus objetivos.

Nível de depto.

Nível de seção

2ª fase passa a haver especialização de serviços ao nível de seção. As atividades de serviços distribuídas e dispersas pelas seções de um departamento passam a ser executadas por uma só seção especialmente criada para este fim, em cada departamento, a fim de aliviar o aumento da carga de trabalho das seções.

2 Morris Hurley, Elements of Business Administration, New York, Prentice-Hall, 1953, pp. 346 e 347.

3 Ralph C. Davis, The Fundamentals of Top Management, New York, Harper & Bros., 1951, pp. 786 a 794.

Nível de direção

Nível de depto.

Nível de s

3ª fase: passa a haver especialização de serviços ao nível de departamento. As atividades de serviços são

centralizadas em um nível mais elevado e retiradas das diversas seções, em face do aumento de requisitos.

Um departamento de serviços especializados é criado para prestar serviços a todos os órgãos da empresa,

para que estes possam se dedicar única e exclusivamente às suas atividades principais.

Nível de direção

Nível de depto.

Nível de seção

Na fase das atividades de serviços centralizadas ao nível de departamento passam a ser descentralizadas ao

nível de seção, em órgãos especialmente criados para melhor assessoria das seções, em cada departamento.

Cada uma dessas seções de staff recebe autoridade linear do seu respectivo departamento e autoridade funcional do departamento de staff.

Nível de direção

Nível de depto

Nível de seção

Os órgãos de staff assistem a linha e os demais órgãos de staff (assistência lateral) no desempenho de algumas

fases de uma função de gerência. O staff pode desempenhar alguns serviços de ajuda ou facilitativos. A

natureza, extensão e o grau de desempenho do staff são geralmente determinados por delegação. As funções

de staff geralmente envolvem atividades de planejamento, organização e controle das atividades dos demais órgãos para permitir o alcance dos objetivos organizacionais. Assim, as funções de staff são essencialmente

6:

aconseja o chefe de suprimento. O staff é uma organização independente da linha de ação, a fim de poder assessorar, aconselhar e assistir a linha. As funções do staff na responsabilidade de obter os dados das ações mais adequadas. O staff CVC provê o aconselhamento apropriado. Continuamente ele controla as operações da linha, determinando as rotinas e os regulamentos, colocando-os à disposição da organização linear.

= Autoridade funcional
de staff

SENTIDO DE CIRCULAÇÃO DA AUTORIDADE FUNCIONAL

Vantagens da Organização Linha- Staff

A organização linha-"staff" apresenta uma série de vantagens realmente importantes, a saber:

e) assegura assessoria especializada e movedora, mantendo o princípio de autoridade única. Os órgãos de staff providenciam serviços especializados, fator bastante importante em uma era de intensa especialização. Como os especialistas de staff não podem interferir na autoridade dos órgãos aos quais prestam serviços e assessoram, a estrutura linha- staff tem a vantagem de oferecer uma área de assessoria e de prestação de serviços, com predomínio da estrutura linear e conservando o princípio da autoridade única do superior sobre os seus subordinados diretos. Em resumo, os especialistas prestam serviços, mas os serviços que oferecem não precisam ser exatamente aceitos como estão recomendados. Obviamente, a linha os adotará à sua maneira. Assim, o staff alivia a linha daquelas tarefas

assessórias e especializadas, permitindo-lhe concentrar-se sobre as principais atividades e responsabilidades. Simultaneamente, a organização linha-1 assegura a unidade de comando e a assessoria especializada;

b) atividade conjunta e coordenada dos órgãos de linha e órgãos de staff. A organização linha-staff

caracteriza-se pela existência de órgãos de linha e de órgãos de staff. Os órgãos de linha responsabilizam-

se pela execução das atividades básicas da organização (p. ex., produzir e vender), enquanto os órgãos de

staff responsabilizam-se pela execução de serviços especializados (p. ex., financiar, comprar, gerir recur-

sos humanos, planejar e controlar etc.). Enquanto os órgãos de linha estão concentrados nas suas atividades

através dos seus próprios meios e recursos, os órgãos de staff desenvolvem suas atividades voltadas

para os demais órgãos da organização, e, por vezes, utilizando os meios e recursos dos outros órgãos.

ESTRUTURA LINEAR E HIERARQUICA LINHA E STAFF

ESTRUTURA

Desvantagens da Organização Linha- Staff

A organização linha- "staff" apresenta algumas desvantagens e limitações que não chegam a prejudicar as vantagens oferecidas.

a) possibilidade de conflitos entre a assessoria e os demais órgãos e vice-versa: existe uma enorme possibilidade de conflitos entre os órgãos de linha e de staff. Como o assessor de staff não tem autoridade linear sobre os executores, e como o gerente de linha não tem tempo nem preparo profissional para se especializar, os conflitos entre linha e staff se caracterizam por 4:

1. O assessor de staff é geralmente um técnico com preparo profissional, enquanto o homem de linha é um homem de prática, promovido pela experiência e pelos conhecimentos adquiridos diretamente no trabalho. Um lida com o conhecimento; o outro, com a experiência imediata.
2. O assessor geralmente tem idade menor, com melhor formação escolar mas com menor experiência. O homem de linha subiu na hierarquia com a experiência adquirida ao longo dos anos. A diferença de formação e de idade predispõe a uma rejeição das idéias do staff pelo pessoal de linha.
3. O pessoal de linha pode desenvolver sentimentos de que os assessores pretendem roubar-lhes parcelas cada vez maiores de autoridade, a fim de aumentarem seu prestígio e posição.
4. Ao planejar e recomendar, o assessor não assume responsabilidade imediata pelos resultados dos planos que apresenta. A situação é propícia ao conflito, porque, a qualquer dificuldade, o assessor pode assegurar que seu plano falhou por inépcia do pessoal de linha na sua execução, enquanto o pessoal de linha pode argumentar que o plano era impraticável e teórico.
5. A assessoria representa custos elevados para a empresa, na forma de despesas operacionais e de salários dos especialistas, e surge sempre a preocupação do pessoal de linha quanto aos resultados finan-

ceiros da contribuição do staff para as operações da empresa. Isto leva os assessores a apresentarem trabalho na forma de planos e idéias em quantidade, a fim de justificar seu custo.

Esse conflito pode ser danoso quando provoca ações negativas ou sabotadoras. Mas também pode ser extremamente útil para a organização quando traz competição sã, desejo de cooperar, ações positivas, troca de idéias e de experiências diferentes;

b) dificuldade na obtenção e manutenção do equilíbrio dinâmico entre linha e "staff": o tipo de organização linha-"staff" pode levar a inevitáveis desequilíbrios e distorções. Os especialistas de staff oferecem voluntariamente a sua assessoria, tendem a forçar as suas sugestões e tentar fazer valerem as suas idéias e pontos de vista em detrimento do ponto de vista dos órgãos assessorados. Isto pode levar a um enfraquecimento da linha ou à chamada "linha dividida" de autoridade tão peculiar à organização do tipo funcional e que pode ser perfeitamente evitada se os especialistas tiverem o seu campo de ação bem

14 Melville Dalton, *Men Who Manage*, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1959.

definido e delimitado. Todavia, se essa delimitação for muito rfgida e exagerada, a organização linha-
' staff" poderá apresentar baixo rendimento em situações de emergência, enfraquecendo e restringindo a
aç o do sta,/ I, levando-o, muitas vezes, a uma situação de passividade e de acomodação. No primeiró
caso, o stjse fortalece em detrimento da linha e, no segundo, o stjse enfraquece a favnr do fortaleci-
mento da linha. Realmente, uma situação de equilíbrio din mico e de perfeita sincronização entre a linha
e o staff, de modo que ambos tenham um comportamento cooperativo e integrativo, é difícil de alcançar e
de manter 5.

Esfera da Aplicação da Organização Linha- Staff ' '

Exceto nas pequenas empresas onde aforma linear é melhor sucedida, a organização linha-
"staff" tem sido a mais amplamente aplicada e utilizada forma de organização. Se conside-
rarmos que os especialistas podem incorporar-se à organização, quando seus serviços são
necessários e podem ser obtidos a um custo razoável, é evidente que isto é altamente desejá-
vel desde que estes especialistas não interfiram nas linhas de autoridade dos órgãos aos quais
prestarão assessoria .

COMISSÕES

As comissões têm recebido uma infinidade de denominações: comitês, juntas, conselhos,
grupos de trabalho etc., revelando forte discordância quanto à sua nomenclatura. Sobre a natureza e conteúdo das comissões, também não existe uniformidade de crité-
ri s, pois certas comissões desempenham funções administrativas, outras funções técnicas,
outras estudam problemas, outras ainda apenas fornecem recomendações. A autoridade
dada às comissões é tão variada que reina bastante confusão acerca de sua natureza. Para
alguns autores, a comrssão é um "tipo distinto de organização de assessoria", não possuindo
características de linha'6. Outros conceituám a comissão como um "grupo de pessoas especi-
ficamente designadas para desempenhar um ato administrativo". Uma comissão, depen-
dendo da autoridade de que é revestida, pode ter autoridade de tomada de decisão sobre os

subordinados (administração múltipla, ou seja, comissão administrativa) ou pode ter autoridade de aconselhamento (comissão de assessoria) ou ainda pode ser utilizada como meio de recepção e estudo de informações.^t

No fundo, comissão "é um grupo de pessoas a quem, como um grupo, se dá um assunto para estudar. É esta característica de ação em grupo que distingue a comissão dos outros instrumentos administrativos".^s

- 5 Philip J. Browne e Robert T. Golembiewski, "The Line-Staff Concept Revisited: An Empirical Study of Organizational Images", *Academy of Management Journal*, set. 1974, pp. 406-417.
- 6 Ralph C. Davis, *The Fundamentals of Top Management*, cit., pp. 468 a 469.
- William H. Newman, *Ação Administrativa*, cit., p. 224.
- ^s William H. Newman, *Ação Administrativa*, cit., p. 224.

Características das Comissões

Malgrado a diversidade de conceitos sobre a natureza e conteúdo das comissões, podemos alinhar certas características genéricas que normalmente podem ser aplicáveis à maioria das comissões:

a) A comissão é um órgão da estrutura organizacional. A comissão, principalmente a informal, não é propriamente um órgão, pois:

1. Enquanto o órgão tem um objetivo específico, próprio e particular, a comissão tem um objetivo que geralmente abrange vários órgãos (assuntos interdepartamentais). A comissão é geralmente criada para analisar certos problemas que ultrapassam os limites ou a competência de um ou mais órgãos da empresa.
2. Enquanto cada órgão tem o seu pessoal próprio, a comissão tem participantes que, na realidade, pertencem a vários e diferentes órgãos e a vários e diferentes níveis hierárquicos da organização e que são cedidos provisoriamente.
3. Enquanto o órgão tem posição definida na estrutura organizacional da organização, a comissão geralmente é colocada em termos de assessoria de algum órgão, em situação de dependência da posição desse órgão.
4. Enquanto o órgão funciona ininterruptamente durante todo o período de funcionamento da empresa, a comissão funciona esporádica ou intermitentemente durante certos dias ou em determinadas horas.
5. Enquanto um órgão é permanente e definitivo na organização da organização, a vida da comissão é provisória e instável. A comissão dura enquanto não atingir o seu objetivo ou não realizar a tarefa para a qual foi criada.

b) As comissões podem assumir tipos bastante diferentes: É possível fazer uma tipologia das comissões. As comissões podem ser 9:

1. Formais: quando fazem parte integrante da estrutura formal da organização com deveres e autoridade especificamente delegados. Assim, a maioria das comissões tem existência duradoura e posição definida na estrutura da organização.
2. Informais: quando são organizadas por uma pessoa que deseja algum estudo, plano ou decisão grupal sobre algum problema especial. Neste caso, a comissão não tem posição definida, nem qualquer delegação de autoridade.
3. Temporárias: quando sua existência está relacionada com o estudo ou

trabalho ou tratamento de

algum assunto, sendo sua duração relativamente curta.

4. Relativamente permanente: quando sua existência é mais prolongada no tempo. Normalmente, as comissões devem ser mais permanentes do que as interinas.

Disso tudo conclui-se que a comissão não é propriamente um tipo de organização, mas uma excelente ferramenta de trabalho, de desenvolvimento de idéias e de recomendações sobre decisões a tomar, e que pode ser aplicada dentro de qualquer tipo de organização.

c) As comissões estão assentadas sobre os seguintes princípios básicos:

1. Devem nascer de uma necessidade sentida pelos representantes dos diversos departamentos ou áreas da empresa e por todo o pessoal nela envolvido, nos casos em que cada departamento ou área tomada isoladamente é insuficiente para resolver o problema ou para estudar amplamente o assunto. A comissão deve ter assuntos ou objetivos apropriados.

9 Harold Koontz e Cyril O'Donnell Princípios de Administração, cit., pp. 247 a 249.

em Louis A. Allen, "Making Better Use of Committees", in Readings in Management, Max D. Richards e

William A. Nienlander, Cincinnati, Ohio, South-Western Publishing Co., 1958, pp. 668-678.

2. Devem representar as funções e o pessoal interessado, para poderem envolver todas as opiniões, pontos de vista e abordagens. Em resumo, as comissões devem ter membros apropriados em função do assunto que devam estudar.
3. Sua autoridade e seus objetivos devem ser claramente definidos, bem como a sua responsabilidade.
Para serem bem sucedidas, as comissões têm necessidade de autoridade e objetivo muito bem definidos.
4. Devem compensar o seu custo. Os benefícios que uma comissão pode trazer devem ser comparados com o custo de sua instalação, principalmente porque a maior parte deles são intangíveis ou colocados a médio ou longo prazo.
5. O tamanho das comissões deve ser cuidadosamente estudado. Sobre este assunto não há uma posição definida entre os autores. Uma comissão deve ser suficientemente grande para, de um lado, poder induzir a quantidade de especialistas exigida pelo trabalho e promover o intercâmbio de idéias e as deliberações, e, de outro lado, não apresentar um custo elevado de tempo e de pessoal aplicados, ou de se tornar indecisa pela grande quantidade de membros. Alguns autores salientam que a comissão deve ter entre cinco ou seis membros, porém não mais do que quinze ou dezesseis. Outros dizem que o número de membros da comissão deve ser o mínimo possível². A American Management Association efectuou uma pesquisa sobre comissões em várias empresas, encontrando comissões que variavam entre seis a dez participantes, havendo um número maior de comissões com menos de cinco membros do que com mais de dez.
6. O funcionamento das comissões deve basear-se na cooperação entre seus membros participantes. Isto porque os participantes de uma comissão, por pertencem a diversos órgãos da empresa e por estarem situados em níveis hierárquicos nem sempre equivalentes, não recebem autoridade linear por parte do coordenador ou do presidente desta comissão.
7. Devem ter uma agenda bem preparada e escalonada, sob pena de se estenderem indefinidamente no tempo, perdendo a sua produtividade.
8. Devem oferecer oportunidade de participação a todos os seus membros.

Vantagens das Comissões

Desde que bem dosada, a utilização das comissões pode dar excelentes resultados. As comissões podem ser utilizadas vantajosamente nos seguintes casos:

- a) Tomadas de decisões e julgamentos grupais. Este parece ser o motivo mais importante para a utilização de comissões. Geralmente, um grupo de pessoas de diferentes especialidades e diferentes áreas da empresa traz soluções mais criativas e adequadas para um problema do que uma só pessoa. A comissão traz variedades de abordagens, visão muito mais ampla do problema, intercâmbio de ideias e uma diversidade de opiniões, que enriquecem as alternativas de soluções apontadas.
- b) Coordenação. A comissão parece ser uma das melhores e mais eficientes maneiras de se obter a coordenação e o alcance dos objetivos, principalmente quando os planos a serem executados envolvem diferentes áreas, órgãos e pessoas da empresa, dentro de uma situação conjunta.
- c) Transmissão de informações. A comissão tem se prestado eficientemente como um meio de transmitir informações às partes interessadas, simultaneamente, com economia de tempo e com provável coleta de sugestões diversificadas, principalmente quando as partes afetadas pertencem a diversas áreas e órgãos da empresa.
- d) Restrições de delegação de autoridade. Muitas vezes, a utilização das comissões ou da administração múltipla pode ser decorrente do medo de se delegar autoridade a uma única pessoa ou órgão. O temor à delegação de muita autoridade a um só indivíduo pode ser a causa da organização de muitas comissões. Um exe-

2 William H. Newman, Ação Administrativa, cit., p. 232.

u A. M. A. - American Management Association, "Committee: Their Role in Management Today", Management Review, vol. 46, pp. 4 e seqs., out.1957.

cutivo, por receio de assumir a responsabilidade por uma decisão difícil ou de confiá-la a um único subor-

dinado, pode utilizar a comissão para obter recomendações a respeito.

e) Consolidação de autoridade. Algumas vezes, podem surgir certos assuntos que exijam o exercício de um

volume amplo de autoridade que nenhum administrador de certo nível tenha individualmente. Esses

assuntos podem ser resolvidos fazendo os administradores subirem na hierarquia da organização até que

alcancem o ponto em que haja a autoridade exigida para a decisão. Isto é conseguido através da comissão,

que dá a flexibilidade necessária à organização, evitando que a estrutura organizacional seja constantemente

mente modificada para atender a alterações de autoridade. necessária para a realização de certas tarefas .

Desvantagens das Comissões

As desvantagens que as comissões podem trazer são as seguintes:

a) Elas podem levar à perda de tempo na tomada de decisões. Muitas vezes, uma comissão se torna indecisa,

pois o tempo exigido para uma deliberação é gasto em aspectos variados e pontos de vista divergentes dos

diversos participantes. Daí a dificuldade em se chegar a um termo comum em face da heterogeneidade dos participantes.

b) Custo em tempo e em dinheiro. Geralmente, uma comissão envolve especialistas de áreas diferentes, cujo

parecer exige argumentação, discussão, ponderação e pouca concisão. O custo financeiro de uma comissão

geralmente é elevado quando se conta com especialistas de alto nível, em face dos salários do pessoal envolvido.

c) Substituição do administrador. Em alguns casos, por temor à delegação de autoridade centralizada em

alguns executivos, a empresa pode utilizar comissões. Todavia, nas decisões que individualmente certos

executivos podem tomar, as comissões são frágeis e morosas. Poucas são as funções administrativas capa-

zes de serem desenvolvidas adequadamente através de comissões. A liderança é assunto individual. A

comissão debilita e tira a iniciativa do comando.

d) Absorvem tempo útil de numerosos participantes e trazem desperdício de tempo ao membro desinteressado

em alguns aspectos específicos do assunto tratado.

e) Divisão da responsabilidade. Como um grupo, a comissão tem autoridade para estudar, recomendar ou

decidir sobre algo. Essa autoridade, em princípio, distribui-se por todo esse grupo, mas nem sempre igualmente,

na realidade. O perigo oferecido pela comissão é que os seus membros não têm o mesmo grau de

responsabilidade que teriam se se tivesse encarregado cada um deles da

mesma tarefa. Assim, nem sempre

todos os indivíduos que compõem uma comissão se sentem igualmente responsáveis pelos seus próprios atos dentro da comissão e, muito menos, por certas deliberações da comissão.

f) Exigem um presidente ou coordenador excepcionalmente eficiente, capaz de vencer a tendência para a

intransigência ou para a acomodação de alguns participantes, capaz de vencer a lentidão que é caracterís-

tica de qualquer procedimento democrático de deliberação e ainda capaz de evitar que a comissão se per-

petua e se torne inativa sem uma coordenação adequada.

Esfera de Aplicação das Comissões

Existem inúmeras aplicações das comissões, a saber²⁴

a) Quando uma conclusão justa exige uma grande variedade de informações, como é o caso da formação de

comissões de pesquisa sobre produtos, preços, orçamentos, salários etc.

z Harold Koontz e Cyril O'Donnell, *Princípios de Administração*, 1948, pp. 253 e 254.

u William H. Newman, *Administração*, 1948, pp. 228 a 229.

- b) Quando é necessário obter o julgamento de várias pessoas qualificadas para a tomada de uma decisão importante.
- c) Quando o êxito do cumprimento das decisões depende da perfeita compreensão de todos os seus aspectos e detalhes.
- d) Quando uma efetiva coordenação exige que as atividades de alguns departamentos ou divisões sejam bem ajustadas.

SUMÁRIO

1. A organização formal apresenta cinco características básicas, a saber: a divisão do trabalho, a especialização, a hierarquia, a distribuição da autoridade e da responsabilidade e o racionalismo da organização formal. Para atender a essas características que mudam de acordo com as organizações, a organização formal pode ser estruturada através de três tipos: linear, funcional e linha- "staff", de acordo com os autores clássicos e neoclássicos.
2. Cada organização - linear, funcional e linha- "staff" - apresenta certas características vantagens e limitações que condicionam sua aplicação a alguns casos.
3. As comissões representam uma interessante ferramenta administrativa e apresentam características, vantagens e limitações.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. A Teoria Clássica deu demasiada ênfase à organização formal. Explique.
2. Quais as características básicas da organização formal?
3. O que é Divisão do Trabalho?
4. O que é especialização na organização formal?
5. O que é hierarquia na organização formal?
6. Defina distribuição da autoridade e da responsabilidade na organização formal.
7. Explique o racionalismo na organização formal.
8. Caracterize a organização linear, suas vantagens e limitações.
9. Caracterize a organização funcional, suas vantagens e limitações.
10. Caracterize a organização linha-staff , suas vantagens e limitações.
11. Defina comissões e explique suas principais características.
12. Compare a esfera de aplicação da organização linear, da funcional, da linha-staff e das comissões.

CASO COMPANHIA AÇOTEC' ' - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AÇO

A Companhia "Açotec" dedica-se à fabricação de máquinas de enlatamento de produtos alimentícios. A princípio, produzia apenas alguns poucos tipos de equipamento, cujos modelos eram sempre repetidos. Com o correr do tempo, porém, houve diversificação crescente dos modelos em virtude das exigências e das especificações estabelecidas pelos clientes. A "Açotec" iniciou suas atividades em 1969 e, devido à boa qualidade de seus produtos e aos curtos prazos de entrega, conseguiu uma excelente reputação no ramo, o que provocou a sua rápida expansão. Atualmente, a companhia emprega 150 homens em sua oficina.

Os homens-chave que iniciaram as atividades da companhia são ainda os seus chefes e encarregados de diversos departamentos funcionais, como o Presidente-Tesoureiro, Engenheiro-Chefe, Gerente da Fábrica, Gerente de Vendas e o Contador-Chefe. Conservou-se uma organização simples e estritamente funcional, sendo que todos os chefes e encarregados cresceram em suas posições juntamente com a companhia. Entretanto, durante os dois últimos anos, o aumento do volume de vendas e a grande quantidade de pedidos especiais resultaram em uma sobrecarga de trabalho para o Departamento de Produção.

Tornou-se cada vez mais evidente que o Gerente da Fábrica, embora competente para resolver os problemas relacionados à produção em uma escala menor, não estava mais à altura de manter a produção em bases satisfatórias. As encomendas dos clientes não eram mais entregues dentro dos prazos prometidos, a qualidade não se mantinha mais no mesmo nível anterior, os custos elevaram-se desproporcionalmente, as reclamações dos operários e do sindicato exigiam e desviavam uma atenção sempre maior por parte do Gerente da Fábrica e a rotação de pessoal, que antigamente era insignificante, estava em constante crescimento.

Desde o início das atividades da companhia, os seus problemas mais importantes eram discutidos e decididos em reunião de caráter mais ou menos informal entre os chefes da empresa. Em uma dessas reuniões, há 9 meses atrás, ficou decidido que o Gerente da Fábrica contaria, doravante, com a ajuda de alguns assistentes em seu trabalho, sendo que com esta decisão concordou ele plenamente. Desta forma, a companhia contratou um Comprador e

um Supervisor para o Controle de Produção (v. esquema nº 1). Estes dois elementos alivia-

ESQUEMA Nº 1

ram de certa forma as funções do Gerente da Fábrica mas, apesar disto, as condições e a fabricação não melhoraram suficientemente.

O Gerente de Fábrica, além de continuar sobrecarregado de serviço, achava difícil -

gerir responsabilidades e autoridade e continuava praticamente a tratar de todos os assuntos

referentes à produção. Continuava com a rotina de aprovação de todos os pedidos de com-

pras, independentemente de seu valor. Imediatamente, determinava em consulta com os Mestres

a programação diária do trabalho, mesmo que tal programação fosse entrar em conflito com

a programação geral elaborada pelo Supervisor do Controle de Produção.

Recentemente, o Presidente da "Açotec" sugeriu uma nova estrutura de organização,

de acordo com o esquema nº 2. A idéia principal deste plano consistia na formação de uma

equipe de produção, visando terminar com o controle puramente individual exercido pelo

Gerente da Fábrica na produção. O Presidente acreditava que havia uma necessidade maior

ainda de assistência à produção, a fim de corrigir as suas falhas.

ESQUEMA Nº 2

1. Comente o plano de organização sugerido pelo Presidente (esquema nº 2).
2. Supondo que tivesse sido decidida a formação da equipe de produção, que atribuições específicas deveria ter esta equipe?
3. Prepare a estrutura organizacional que achar mais adequada para o presente caso.

A Companhia Manu Jatureira K é uma empresa estabelecida há mais de 30 anos, produzindo uma linha de máquinas e ferramentas de precisão. Até 1979, o Diretor da Fábrica estava

encarregado da fábrica e do pessoal de produção. Como não tinha auxiliares, encarregava-se

pessoalmente de todos os problemas de produção e da fábrica, mediante um contato pessoal

frequente e contínuo com os chefes de departamento sob suas ordens.

Em 1979, quando os pedidos começaram a aumentar, foram ampliados os planos de

produção e evidenciou-se para a direção da empresa que a organização diretora da fábrica

criava uma supercentralização dos esforços. Em consequência, foi solicitado ao referido

Diretor da Fábrica que:

1. Tomasse as medidas necessárias para contar com uma organização fabril mais adequada, criando um

Departamento de Compras, outro de Controle de Produção e outro de Processos de Fabricação.

2. Aumentasse a produção a uma velocidade determinada e especificada pela direção da empresa.

Em colaboração com um dos funcionários da companhia, o Diretor da Fábrica propôs

uma organização aproximadamente do tipo funcional. Foi selecionado um elemento para

encarregar-se das tarefas de Chefe de Compras e para a criação do Departamento de Com-

pras. A função do Controle da Produção foi delegada por este Diretor a um novo emprega-

do, o Gerente de Produção. Além disso, o Diretor da Fábrica propôs e recebeu autorização

para ampliar os meios de produção de forma que permitissem o aumento da produção de

acordo com as exigências.

Passados 6 meses de atuação de acordo com este plano de organização, a direção da

empresa mostrou-se insatisfeita com os progressos da reorganização e com a pequena rapi-

dez da expansão da produção. As principais razões dadas para explicar o fracasso foram:

1. Devido ao controle pessoal e centralizado de todas as operações da fábrica, segundo métodos bem esta-

belecidos e contatos pessoais, o Diretor da Fábrica encontrava dificuldades em ajustar-se à nova organi-

zação, delegar a autoridade adequada aos seus subordinados e solucionar os problemas pelos canais adequados.

2. Devido a um aumento das atividades sindicais, um fator que até aquele momento não se havia apresen-

tado com tão sério aspecto, o Diretor da Fábrica se encontrava enormemente sobrecarregado com os pro-

blemas trabalhistas e o tempo que devia prestar a estes problemas desviava seriamente a sua atenção dos

problemas urgentes da fábrica.

Por conseguinte, ao terminar o período de seis meses, a direção da empresa decidiu realizar outra revisão da organização da fábrica em um ensaio para melhorar o seu funcionamento. De acordo com esta segunda revisão, a organização superior da fábrica passou a consistir em seis chefes de departamento que deveriam atuar conjuntamente, como um Comitê, para tomar as decisões da política da fábrica. Os departamentos e seus chefes eram os seguintes:

Departamento	Chefe
Engenharia e pesquisa	Engenheiro-Chefe
Fábrica e equipamentos	Gerente da Fábrica
Processos de fabricação	Engenheiro de Processos
Produção	Gerente de Produção
Compras	Chefe de Compras
Relações Trabalhistas	Diretor de Relações Trabalhistas (recém-admitido)

ORGANOGRAMA DA FABRICA DA COMPANHIA MANUFACTUREIRA K

Esta organização era do tipo funciona! puro e de comitê. Cada chefe de departamento tinha autoridade sobre todos os mestres de fábrica em questões concernentes ao seu departamento. Quando surgiam problemas que afetavam mais de um departamento, reunia-se o comitê com a participação de todos os membros interessados. Cada um deles tinha a mesma autoridade e a assembléia de seus componentes tomava decisões sobre o caso. O Engenheiro- Chefe, alto funcionário dentro da Companhia, presidia as reunides e, quando os membros do comitê não conseguiam chegar a um acordo, atuava como árbitro. Quando um chefe dg departamento ultrapassava seus limites de autoridade, o assunto era levado à consideração de seus colegas, pois era questão que reclamava a reunião do comitê. Tomadas as decisões, era dever de cada chefe de departamento realizar aquelas fases relacionadas com o seu setor na organização .

Faça uma lista de vantagens e falhas da reorganização da Companhia Manufactureira K.

CASO COMPANHIA MONTEBELO

Como Gerente do Departamento de Treinamento da Companhia Montebelo, Marcos Ander- son recebeu a incumbência de verificar as necessidades de treinamento do

peçoal dentro da
companhia e apresentar os resultados desses estudos, bem como
os planos de ação recomen-
dados, ao seu superior, o Diretor de Recursos Humanos. O Departamento de
Marcos é res-
ponsável pela implementação das decisões tomadas pela direção da companhia
referentes ao
treinamento e desenvolvimento do pessoal, isto é, pelo planejamento e condução
dos progra-

mas de treinamento do pessoal da matriz e que são utilizados como protótipos para os programas conduzidos pelos demais órgãos geograficamente descentralizados da companhia. A

empresa dedica-se ao ramo de bens de consumo e possui diversas filiais nas principais capitais dos Estados brasileiros, com operações totalmente descentralizadas, mas com o planejamento e controle centralizados na matriz localizada em São Paulo.

O Departamento de Treinamento é um órgão de "staff" localizado na matriz e é composto de quatro seções, cada qual especializada em um tipo particular de atividade desenvolvida na companhia. O Departamento inclui seções cujo principal trabalho envolve o desenvolvimento profissional dos empregados, treinamento de supervisores,

treinamento de pessoal de vendas e treinamento de pessoal de processamento de dados. No decorrer de uma reunião semanal regular mantida com os supervisores de seção e seus subordinados, Marcos focalizou a discussão sobre os objetivos do departamento e das respectivas seções. Especificamente, cada supervisor de seção deveria definir os objetivos de sua seção em termos de oferta de serviços de treinamento a serem requisitados pelos órgãos de linha, para que os demais supervisores da companhia pudessem descobrir necessidades de treinamento em suas seções a partir daqueles objetivos. Em face da diversidade de opiniões expressadas no decorrer da reunião, Marcos reconheceu que deveria devotar maior atenção ao planejamento de cada uma das seções de seu departamento. Colocou então a seguinte questão aos quatro supervisores de seção: "Quais são os objetivos que guiam as atividades em sua seção? ' ' .

Marcos pediu que cada supervisor apresentasse um pequeno relatório a ele, no decorrer da semana seguinte, respondendo àquela pergunta. Dentro do exposto:

1. Quais resultados positivos imediatos poderiam advir da solicitação de Marcos?

2. Quais as falhas nesta abordagem ampla de definição de objetivos?

3. Em que aspectos esta solicitação está incompleta?

4. Qual meio poderia ser mais eficaz para proceder após a entrega dos relatórios pelos supervisores de seção .

5. O que você faria no caso?

CAPÍTULO 9

DECORRENCIAS DA ABORDAGEM NEOCLASSICA: DEPARTAMENTALIZA AO

Objetivos Deste Capítulo

Mostrar os mecanismos de especialização vertical e horizontal que ocorrem nas organizações em resposta às exigências internas e externas.
Caracterizar os diversos tipos de departamentalização possíveis: por funções, por produtos ou serviços, por localização geográfica, por clientes, por fases do processo, por projetos e por ajustamento funcional.
Indicar as vantagens e limitações dos diferentes tipos de departamentalização e as escolhas alternativas de departamentalização principal e combinada.

Para a abordagem clássica, a base fundamental da organização é a divisão do trabalho. À medida que uma organização cresce, ela tende a se diferenciar e a especializar cada vez mais as unidades que compõem a sua estrutura organizacional. Enquanto os engenheiros da Administração Científica se preocupavam com a especialização do trabalho ao nível do operário, com os métodos e processos de trabalho (ênfase nas tarefas), os autores clássicos se voltavam para a estruturação dos órgãos (ênfase na estrutura organizacional).

CONCEITO DE DEPARTAMENTALIZAÇÃO

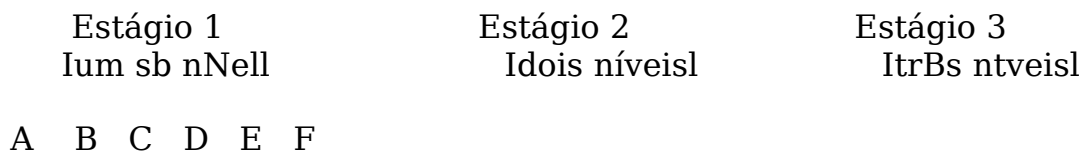
Para os autores clássicos, a especialização na organização pode dar-se em dois sentidos: vertical e horizontal.
A especialização vertical ocorre quando em uma organização se verifica a necessidade de aumentar a qualidade da supervisão ou chefia acrescentando mais níveis hierárquicos na

estrutura. A especialização vertical se faz à custa de um aumento de níveis hierárquicos. É

um desdobramento da autoridade. É também denominada processo escalar e refere-se ao

crescimento da cadeia de comando. A especialização vertical se caracteriza sempre pelo cres-

cimento vertical do organograma, isto é, pelo aumento do número de níveis hierárquicos.



g C I D I E I F I

O PROCESSO ESCALAR ESPECIALIZAÇÃO VERTICAL COM DESDOBRAMENTOS DOS NÍVEIS HIERÁRQUICOS

Por outro lado, a especialização horizontal ocorre. quando se verifica, em uma organização, a necessidade de aumentar a perícia, a eficiência e a melhor qualidade do trabalho em

si. Corresponde a uma especialização de atividade e de conhecimentos. A especialização

horizontal se faz à custa de um maior número de órgãos especializados, no mesmo nível hie-

rárquico, cada qual em sua tarefa. A especialização horizontal é também denominada processo funcional.



A+B+C+DI ABCD

O PROCESSO FUNCIONAL ESPECIALIZAÇÃO HORIZONTAL COM DESDOBRAMENTO DE ÓRGÃOS NO MESMO NÍVEL HIERÁRQUICO

A especialização horizontal se caracteriza sempre pelo crescimento horizontal do organograma. É mais conhecida pelo nome de departamentalização, pela sua tendência incrível de criar departamentos.

Todavia, dificilmente ocorre a especialização vertical sem que ocorra também a espe-

cialização horizontal, e vice-versa. Ambas se completam e dificilmente andam separadas.

Ambas, a especialização vertical e a horizontal, constituem formas diferentes de divisão do

trabalho: a especialização vertical é uma divisão do trabalho em termos de autoridade e res-

ponsabilidade, enquanto a departamentalização é uma divisão do trabalho em termos de diferenciação entre os diversos e diferentes tipos de tarefas executados pelos órgãos.

Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
PanBo	Patrão	Pstrfo
Produz	Distribui	Supervsioi
Distribui	Financia	
Financia		
	Empregado no cargo de produ ão	Representa

A ESPECIALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL SIMULTANEAMENTE

A departamentalização pode ocorrer em qualquer nível hierárquico da organização.

Ela é um meio pelo qual se atribuem e se agrupam atividades diferentes através da especialização dos brgãos, a fim de se obterem melhores resultados no conjunto, do que se tivesse de dispersar todas as atividades e tarefas possíveis de uma organização indistintamente entre todos os seus órgãos.

"Departarr nto" designa uma área, divisão ou segmento distintos de uma empresa sobre a qual um administrador (seja diretor, gerente, ehefe, supervisor etc.) tem autoridade para o desempenho de atividades específicas. Assim, um departamento ou divisão é aqui empregado com um significado genérico e aproximativo: pode ser um departamento de produção, ou uma divisão de vendas, ou a seção de contabilidade, ou a unidade de pesquisa e desenvolvimento ou o setor de compras. Em algumas empresas, a terminologia departamental é levada a sério e indica relações hierárquicas bem definidas: um superintendente cuida de uma divisão; um gerente, de um departamento; um chefe, de uma seção; um supervisor, de um setor. Em outras empresas, a terminologia é simplesmente casual e pouco ordenada. Daí a dificuldade de uma terminologia universal.

À medida que ocorre a especialização do trabalho efetuado através de diferentes funções especializadas, a organização passa a necessitar de coordenação dessas

diferentes ativi-

dades, agrupando-as em unidades maiores. Daí o princípio da homogeneidade: as funções

devem ser designadas a unidades organizacionais na base da homogeneidade de conteúdo,

com o objetivo de alcançar operações mais eficientes e econômicas. As funções são homogê-

neas, na medida em que seu conteúdo apresente certas semelhanças entre si.

Assim, o prin-

cípio que deve reger a departamentalização ou agrupamento de atividades é o princípio da

homogeneidade.

A departamentalização é uma característica típica das grandes organizações.

Ela é

diretamente relacionada com o tamanho da organização e com a complexidade das opera-

INTRODUÇÃO A TEORIA GERAL DA ADMW

ções'. Quando a organização se torna grande, todas as atividades não podem ser supervisionadas diretamente pelo proprietário ou diretor. -A tarefa de supervisão pode ser facilitada

através de diferentes executivos que se tornam responsáveis pelas diferentes fases da atividade ou pelos diferentes aspectos dessa atividade.

Os engenheiros da Administração Científica não cogitaram da departamentalização,

uma vez que estavam preocupados mais com tarefas e operações do que com métodos e estruturas organizacionais. A departamentalização foi exaustivamente estudada pelos autores

clássicos, a partir de Gulick, que lhe deu enorme ênfase. O próprio Fayol não chegou a se preocupar muito com a departamentalização.

TIPOS DE DEPARTAMENTALIZAÇÃO

A departamentalização é um meio para se obter homogeneidade de tarefas em cada departamento.

Essa homogeneidade somente poderia ser alcançada, segundo Gulick, quando se reunissem, na mesma unidade, todos aqueles que estivessem executando "o mesmo trabalho, pelo mesmo

processo, para a mesma clientela, no mesmo lugar...". Mais adiante, adiciona que "qualquer um desses quatro fatores varia, torna-se necessária uma seleção

para determinar a qual deles se deve dar precedência, na delimitação do que é e do que não é homogêneo e,

portanto, combinável". Em outros termos, os quatro fatores de departamentalização para

Gulick são:

1. Organização por objetivo: de acordo com o produto ou serviço.
2. Organização por processo: de acordo com a função ou tipo de trabalho a ser desempenhado.
3. Organização por clientela: de acordo com o tipo de pessoas a quem o trabalho é feito.
4. Organização por área geográfica: de acordo com a localização servida pela organização e/ou onde o trabalho é realizado.

Para Gulick, "organização por objetivo dominante, como o abastecimento de água,

controle da criminalidade, ou educação, serve para reunir num único grande departamento

todos aqueles que trabalham na consecução de um determinado serviço (...)

Organização por processo dominante, como engenharia, ensino, direito ou medicina, tende a reunir num

único departamento todos os que trabalham utilizando-se de uma técnica ou habilitação especial, ou então o que sejam elementos integrantes de uma determinada profissão (...) Organização à base das pessoas atendidas ou das pessoas com as quais se lida, ou à base das coisas com que se lida, conduz à reunião, num único departamento, independentemente da finalidade do serviço ou da técnica utilizada, de todos aqueles que trabalham com um determinado grupo de pessoas ou coisas (...) Organização à base do local em que o serviço é executado reúne todos aqueles que trabalham numa determinada área, seja qual for o serviço que

Ralph M. Stogdill, "Dimensions of Organization Theory", in *Organizational Design and Research*:

Approaches to Organizational Design, James D. Thompson (ed.), Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1971,

. 8.

L. J. Gulick, "Notes on the Theory of Organization" in *Papers on the Science of Administration*, cit.,

, P

p.15.

estejam desempenhando ou a técnica que representam". Posteriormente, outros autores

clássicos e neoclássicos passaram a indentificar mais outros tipos de departamentaliza ão.

17e um modo geral, os tipos de departamentalizaç o mais indicados pela Teoria Clás-

sica são os seguintes:

1. departamentalização por funções.

2. Por produtos ou serviços.

3. Por localização 8 er

4. Por clientes.

5. Por fases do Qrocesso (ou processamento)

6. Por projetos.

7. Por tempo.

8. Por número.

9. Por ajustamento funcional.

No fundo, a departamentaliza ão consiste na escolha de modalidades de homogeneizar

atividades, agrupando os componentes da organizaç o.

Vejamos cada um desses critérios, separadamente.

DEPARTAMENTALIZAÇÃO POR FUNÇÕES

Também denominada departamentalizaç o funcional', consiste no agrupamento das ativi-

dades e tarefas de acordo com as funções principais desenvolvidas dentro da empresa.

Se partirmos do ponto de vista de que qualquer empreendimento compreende a criação

de alguma utilidade dentro de uma economia de troca e as funções fundamentais de qualquer

empresa consistem em produçBo (criaç o de uúlidez ou acréscimo de utilidade de um produ-

to ou serviço), venda (procura de fregueses, pacientes, clientes, estudantes ou membros que

concordem em aeeitar o produto ou serviço a um determinado preço) efmanciamento (levan-

tamento, obtenç o, desembolso de recursos financeiros da empresa), nada mais lbgico do

que agrupar tais atividades básicas em departamentos: de produ ão, de vendas e defmanças.

DEPARTAMENTALIZAÇÃO FUNCIONAL BÁSICA

3 L. J. Gulick, "Notes on the Theory of Organization", in *Papers on the Science of Administration*, cit., pp. 21 a 26.

Não confundir com organização ou estrutura funcional.

Se em função da divisão do trabalho em uma organização se departamentalizam os seus órgãos, agrupando-os de acordo com o critério de semelhança de funções, todas as atividades similares são agrupadas e identificadas pela mesma classificação funcional, como produção, vendas e finanças.

O DESDOBRAMENTO DA TAREFA TOTAL DA ORGANIZAÇÃO DEPARTAMENTALIZAÇÃO NA BASE DE FUNÇÕES

Esse tipo de desdobramento pode ser demonstrado na estrutura organizacional tradicional baseada nas funções, como abaixo:

DEPARTAMENTALIZAÇÃO POR FUNÇÕES

Todavia, existem três razões pelas quais estes termos nem sempre aparecem exatamente nos organogramas de algumas empresas:

- a) Não existe uma terminologia única amplamente aceita pelas empresas. Enquanto muitas indústrias empregam os termos "produção", "vendas" e "finanças", uma trata de feró i á v d fego termos de "compras", "vendas" e "finanças", enquanto um "vendas" e "finanças", e assim por diante.
- b) Além da terminologia variável, as atividades básicas diferem em importância de produção e sa. Um hospital não tem um departamento de vendas e uma indústria de serviços. Isso não significa que essas atividades fundamentais não sejam desenvolvidas na empresa, mas simplesmente não são especializadas.

c) Outra razão para a ausência dos departamentos de vendas, produção ou finanças em muitos organogramas é terem sido escolhidos deliberadamente outros critérios de departamentalização. Departamentalizar por função é simplesmente um dos modos de organizar uma empresa. Pode-se preferir departamentalizar por produto, fregueses ou território.

Indústria

Empreendedorista

Estrada de ferro

Hospital

Clube

AS DIFERENTES DENOMINAÇÕES DOS MESMOS DEPARTAMENTOS

A departamentalização por funções, contudo, é o critério mais empregado para organizar atividades empresariais e existe em quase todas as empresas, em algum nível da estrutura da organização.

Vantagens da Departamentalização Funcional

A departamentalização por funções pode apresentar as seguintes vantagens:

a) Quando há uma tarefa especializada ou uma seqüência de tarefas especializadas que exijam um acompanhamento mais intenso que permite agrupar os especialistas sob uma única chefia comum.

5 Luther Gulick, "Notes on the Theory of Organization", in Papers on the Science of Administration, cit.,
p. 23.

- b) Quando há uma exigência de produto ou serviço de qualidade superior, a departamentalização funcional garante o máximo de utilização das habilidades técnicas atualizadas das pessoas⁶. Isto porque se baseia no princípio da especialização ocupacional.
- c) Permite economia pela utilização máxima de pessoas, máquinas e produção em massa.
- d) Orienta as pessoas para uma específica atividade, concentrando sua competência de maneira eficaz e simplifica o treinamento do pessoal.
- e) A departamentalização funcional é mais indicada para circunstâncias estáveis e de pouca mudança e que requeiram desempenho continuado de tarefas rotineiras.
- f) Aconselhada para empresas que tenham poucas linhas de produtos ou serviços e que permaneçam inalterados por longo tempo⁹.
- g) A departamentalização funcional reflete um dos mais altos níveis de auto-orientação de uma organização, de introversão administrativa.

Desvantagens da Departamentalização Funcional

Todavia, a departamentalização funcional apresenta algumas desvantagens:

- a) Tende a reduzir a cooperação interdepartamental, uma vez que exige forte concentração intradepartamental e cria barreira entre os departamentos em face da ênfase nas especialidades.
- b) Mostra-se inadequada quando a tecnologia e as circunstâncias externas são mutáveis ou imprevisíveis.
- c) Dificulta a adaptação e flexibilidade a mudanças externas, pois a abordagem introvertida da departamentalização funcional quase não percebe e não visualiza o que acontece fora da organização.
- d) Tende a fazer com que as pessoas focalizem seus esforços sobre suas próprias especialidades em detrimento do objetivo global da empresa.

Aplicações

A estrutura funcional é mais indicada para circunstâncias estáveis e de pouca mudança e que requeiram desempenho constante de tarefas rotineiras. É aconselhada para empresas que tenham poucas linhas de produtos ou de serviços e que permaneçam inalterados por longo tempo. Ela reflete um dos mais altos níveis de auto-orientação e de introversão administrativa, demonstrando a preocupação da empresa com a sua própria estrutura interna.

DEPARTAMENTALIZAÇÃO POR PRODUTOS

OU SERVIÇOS

Este tipo de departamen alização envolvé diferenciação e agrupamento de atividades de

acordo com o resultado da organização, isto é, de acordo com o produto ou serviço realiza-

6 Luther Gulick, "Notes on the Theory of Organization", in Papers on the Sscience ofAdminrstration, rit.,

p. 24.

David R. Hampton, Conlemporary Management, New York, McGraw-Hill Book Co.,1977, p. 210,.

s Arthur H. Walker e lay Lorsch, "Organizational Choice: Product `versus' Functiort", Hurvard Business

Review, nov./dez.1%8, pp. 129-138. Este artigo também está incluído em Stephen J. Carroll, Jr., Frank T. Paine e

John B. Miner, The Munagement Process, Cases and Readings, New York, Macmillan Publ. Co.;1973, pp.169 a

184.

9 Alfred D. Chandler Jr., Strategy and Strurture, Cambridge, Mass., The M. I. T. Press, 1%2

do. Todas as atividades requeridas para suprir um produto ou serviço - mesmo que sejam dissimilares - deverão ser agrupadas no mesmo departamento. Se o propósito da organização é produzir quatro produtos, as atividades A, B, C e D, requeridas para cada produto, deverão ser agrupadas em cada departamento por produto, como abaixo:

DEPARTAMENTALIZAÇÃO POR PRODUTOS

É um dos tipos de departamentalização mais utilizados: baseia-se nos produtos ou serviços executados pela organização, que se descentraliza em função deles. O agrupamento das atividades da organização pelos produtos ou linhas de produtos facilita o emprego da tecnologia, das máquinas e equipamentos, do conhecimento, da mão-de-obra, permitindo uma intensificação de esforços e concentração que aumentam sobremaneira a eficiência da organização. Se a produção de um artigo ou grupo de artigos é suficientemente volumosa e permanente para utilizar completamente as instalações especializadas e o pessoal, haverá interesse na departamentalização por produtos a fim de se obter vantagens econômicas na produção.

NIVEIS

DEPARTAMENTALIZAÇÃO POR PRODUTOS NOS
DE DIVISÃO E DE DEPARTAMENTO

A departamentalização nas empresas não-industriais que equivale ao critério por produtos é a departamentalização por serviços. A única diferença é que o agrupamento das atividades nessas organizações se fundamenta nos serviços prestados ou executados ao invés de produtos.

DEPARTAMENTALIZAÇÃO POR SERVIÇOS

Os hospitais costumam departamentalizar suas atividades por serviços tais como cirurgia, radiologia, pediatria etc. , enquanto as associações de caridade podem ter departamentos de alimentação, vestuário, alojamento e assistência médica. Um banco poderá departamentalizar suas operações em contas correntes, câmbio, cobrança, empréstimos etc. Uma instituição de ensino pode departamentalizar suas atividades em curso ginásial, curso de madureza, curso de secretariado etc.

Quando a estrutura da organização está departamentalizada por produtos, é comum continuar a usar subdepartamentos por produtos, pelo menos por mais um nível abaixo.

Quando o primeiro departamento derivado reúne um grupo de produtos, podem-se esperar dois ou mais departamentos derivados nesse segundo nível; daí por diante, a organização será departamentalizada por funções, territórios, fregueses etc.

Diretoria

Fábricas

Filiais

Grupo de
analistas

Grupos de
compradores

Laboratórios

DIVISIONALIZAÇÃO DESCENTRALIZADA POR LINHAS DE PRODUTOS

A departamentalização por produtos divide a estrutura organizacional em unidades na base dos produtos, projetos ou programas desenvolvidos pela organização. Geralmente apresenta um ciclo de vida longo, como no caso das indústrias automobilísticas. Quando envolve ciclos de vida mais rápidos, surge a departamentalização por projeto, que veremos logo adiante.

Vantagens da Departamentalização por Produtos

A departamentalização por produtos apresenta as seguintes vantagens :

1. Fixa a responsabilidade dos departamentos para um produto ou linha de produto ou serviço. O departamento é avaliado pelo sucesso do produto ou serviço. O executivo maior de cada departamento é orientado para todos os aspectos básicos do seu produto, como comercialização, desenvolvimento do produto, custo, lucratividade e desempenho etc.
2. Facilita enormemente a coordenação interdepartamental, uma vez que a preocupação básica é o produto e as diversas atividades departamentais tornam-se secundárias e precisam sujeitar-se ao objetivo principal que é o produto.
3. Facilita a inovação, já que a inovação requer cooperação e comunicação de vários grupos contribuintes para o produto. Muitas empresas buscaram uma estratégia de crescimento, abandonando a estrutura de departamentalização funcional, para adotar uma estrutura de departamentos focalizados sobre produtos ou grupos de produtos.
4. Indicada para circunstâncias externas, instáveis e mutáveis, pois induz à cooperação entre especialistas e coordenação de seus esforços para um melhor desempenho do produto.
5. Permite flexibilidade, pois as unidades de produção podem ser maiores ou menores, conforme as condições mudem, sem interferir na estrutura organizacional como um todo. O enfoque da organização é predominantemente sobre os produtos e não sobre a sua estrutura organizacional interna.

Desvantagens da Departamentalização por Produtos

A departamentalização por produtos pode apresentar algumas desvantagens, a saber:

1. Enquanto a departamentoliz Fão funciona! concentra especialistas em um grupo sob uma só chefia, a departamentalização por produtos dispersa-os em subgrupos orientados para diferentes produtos. Como a competência de um especialista é continuamente melhorada e desenvolvida através da interação com ' ', outros especialistas, pode ocorrer algum enfraquecimento na excelência técnica dos especialistas orientados para o produto.
2. A departamentoliz ao porprodutos é contra-indicada para circunstgncias externas estáveis (estabilidade ambiental), para empresas com poucos produtos diferentes ou linhas reduzidas de produtos, por trazer elevado custo operacional nestas situações.
3. Pode provocar problemas humanos de temores e ansiedades, quando em situação de instabilidade externa: os empregados tendem a ser mais inseguros com relação a alguma possibilidade de desemprego ou por retardamento na sua carreira profissional.
4. Enfatiza a coordenação em detrimento da especialização.

o Alfred D. Chandler Jr., Slrotesy and Struclure, cil.
David R. Hampton, Contemporary Monagement, cit., p. 212.

Aplicações

A estrutura por produtos/serviços é indicada para circunstâncias ambientais instáveis e mutáveis, pois induz à cooperação entre especialistas e coordenação de seus esforços para um melhor desempenho do produto/serviço². Além disso, cada departamento passa a ter completa autonomia e auto-suficiência com suas próprias unidades de produção, vendas, pesquisa e desenvolvimento etc.

Newman faz uma referência interessante: se existe uma tecnologia estável, então a departamentalização funcional e uma organização do tipo linear são mais apropriadas; todavia, se existe uma tecnologia adaptativa e modificável, então a departamentalização por produto e uma forte estrutura de staff são mais apropriadas³.

DEPARTAMENTALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

É também denominada departamentalização territorial ou regional ou por localização geográfica. Requer diferenciação e agrupamento das atividades de acordo com a localização onde o trabalho será desempenhado ou uma área de mercado a ser servida pela empresa. A presunção implícita nesta estratégia é que, onde os mercados estão dispersos, a eficiência poderá ser melhorada se todas as atividades relacionadas com um produto forem agrupadas em uma área geográfica específica. Assim, as funções e os produtos/serviços - sejam similares ou dissimilares - deverão ser agrupados na base dos interesses geográficos.

A departamentalização por base territorial é geralmente utilizada por empresas que cobrem grandes áreas geográficas e cujos mercados são extensos. É especialmente atrativa para empresas de larga-escala e cujas atividades são física ou geograficamente dispersas. As empresas multina-

AGRUPAMENTO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA NOS NÍVEIS 2 e 3

2 David R. Hampton, *Contemporary Management*, cit., pp. 211-213.

3 William H. Newman, "Strategy and Management Structure", *Journal of Business Policy*, inverno 1971-1972, pp. 56-66.

cionais utilizam esta estratégia para as suas operações fora do país onde estão sediadas. É

mais indicada para a área de produção (operações) e de vendas, sendo pouco utilizada pela área financeira, que nem sempre permite descentralização.

Vantagens

A departamentalização geográfica pode apresentar as seguintes vantagens

1. Quando as circunstâncias externas indicam que o sucesso da organização depende particularmente do seu ajustamento às condições e necessidades locais ou regionais, a estratégia territorial torna-se imprescindível.
2. A organização territorial permite fixar a responsabilidade de lucro e desempenho, da mesma forma que a organização por produtos, apenas que, no caso, a ênfase é colocada no comportamento regional ou local.
3. Permite encorajar os executivos a pensar em termos de sucesso do território, melhor que em termos de sucesso de um departamento especializado em uma departamentalização funcional ou em termos de sucesso de um produto em uma departamentalização por produtos.
4. É especialmente indicada para firmas de varejo, desde que certas funções (como, p. ex., compras ou finanças) sejam centralizadas.
5. Variando as condições e características locais, o delineamento da organização na base de departamentalização territorial pode acompanhar adequadamente essas variações, sem grandes problemas. Como cada divisão opera em um território como se fora uma companhia independente, cada gerente divisional pode tomar decisões adequadas e adaptadas às diferenças territoriais. A organização está mais voltada para seu ambiente territorial, para o seu mercado do que para seus aspectos internos.

Desvantagens

Dentre as desvantagens potenciais da departamentalização geográfica estão:

1. O enfoque territorial da organização pode deixar em segundo plano a coordenação tanto dos aspectos de planejamento, execução ou controle da organização como um todo, em face do grau de liberdade e autonomia colocado nas regiões ou filiais.
2. A preocupação estritamente territorial concentra-se mais nos aspectos mercadológicos e de produção e quase não requer especialização. As outras áreas da empresa, como finanças, pesquisa e desenvolvimento,

recursos humanos, tornam-se secundárias.

Aplicações

A preocupação estritamente territorial é uma característica típica da área mercadológica

(filiais e agências distribuídas territorialmente) e da área de produção ou operações (fábricas

e instalações distribuídas territorialmente para melhor utilização dos recursos locais). As

demais áreas da empresa - como finanças e recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento

- tornam-se secundárias, e dificilmente poderiam ser aplicadas ao nível local das operações.

O agrupamento territorial aumenta sobremaneira o problema do controle ao nível institu-

cional da empresa. De um modo geral, a estrutura geográfica é aplicável quando a empresa pretende dar efetiva cobertura a um mercado de consumidores ou usuários (através da área mercadológica descentralizada) ou a um mercado de fornecedores de recursos de produção (através da área de produção descentralizada).

DEPARTAMENTALIZAÇÃO POR CLIENTELA

A organização na base da clientela envolve a diferenciação e agrupamento das atividades de acordo com o tipo de pessoa ou pessoas para quem o trabalho é executado. As características dos clientes - como idade, sexo, nível sócio-econômico, tipo de consumidor etc. - constituem a base para este tipo de departamentalização.

A departamentalização por clientes ou por Jregueses é um agrupamento de atividades que reflete um interesse fundamental pelo consumidor do produto ou serviço executado pela organização. É um critério importante, principalmente quando a organização lida com diferentes classes de clientes com diferentes características e necessidades.

A departamentalização por cliente divide as unidades organizacionais para que cada uma possa servir um diferente cliente, quando diferentes clientes requerem diferentes métodos e características de vendas, diferentes características de produtos e, às vezes, diferentes serviços adicionais. Quando a acomodação dessas diferenças for vital para o sucesso da organização, a estrutura centrada no cliente é a mais indicada.

AGRUPAMENTO POR CLIENTELA EM UMA LOJA

Vantagens

A departamentalização por cliente pode apresentar as seguintes vantagens

1. Quando a satisfação do cliente é o aspecto mais crítico da organização. A departamentalização por cliente

é a abordagem mais extrovertida da organização mais preocupada com o cliente do que consigo mesma.

2. Quando o negócio depende de diferentes tamanhos ou características de produtos ou serviços que variam

conforme o tipo de cliente. O cliente é mais importante do que os produtos ou serviços que devem ser

adaptados a ele, principalmente quando os clientes podem ser indivíduos, organizações, ou o próprio governo.

3. Dispee os executivos e todos os párticipantes da organização para a tarefa de satisfazer as neecessidades e os requisitos dos clientes.
4. Permite à organizaç o concentrar seus conhecimentos sobre as distintas necessidades e exigências dos canais mercadológicos.

Desvantagens

Em contrapartida, a departamentaliza d'o por cliente pode apresentar as seguintes desvan- tagens:

1. As demais atividades da organização (como produção, finanças etc.) podem tornar-se secundárias ou acessórias, em face da preocupação compulsiva pelo cliente.
2. Os demais objetivos da organização (como lucratividade, produtividade, eficiência etc.) podem ser deixa- dos de lado ou sacrificados em função da satisfação do cliente.

Aplicações

Constitui a abordagem mais extrovertida da empresa, cuja ênfase está mais voltada para o cliente do que para si mesma. É indicada quando o negócio depende de diferentes caracterís- ticas de produtos/serviços que variam conforme o tipo e necessidades do cliente. O cliente é mais importante do que os produtos/serviços que devem ser adaptados e ajustados a ele e às suas necessidades, principalmente quando o cliente pode ser um indivíduo, uma outra em- presa ou o governo. É uma estratégia que predispde os executivos e todos os participantes à satisfação das necessidades e requ sitos dos clientes, e permite concentrar todos os conheci- mentos sobre as diferentes necessidades e exigências dos diferentes canais mercadológicos.

DEPARTAMENTALIZAÇÃO POR PROCESSO

Também denominada departamentalização por fases do processo ou por processamento ou ainda por equipamento. É freqüentemente utilizada nas empresas industriais aos níveis mais baixos da estrutura organizacional das áreas produtivas ou de operações. A diferenciação e o agrupamento se fazem através de seqüência do processo produtivo ou operacional ou, ainda, através do arranjo e disposição racional do equipamento utilizado. É o rocesso de

ção dos bens ou serviços que determina a estratégia de diferenciação e agrupamento.

Seção
preparação lavagem rdagem espulas
i matéria-prima mat ria-prima
Entradas L - Sa tdas
AGRUPAMENTO POR PROCESSO

Esta estratégia representa a influência pura da tecnologia utilizada pela empresa em sua estrutura organizacional. É o que ocorre nos centros de processamento de dados, onde as instalações são demasiado onerosas e complexas, o arranjo físico das máquinas e equipamentos define o agrupamento de pessoas e de materiais para processar as operações.

Vantagens

A vantagem deste tipo de departamentalização é extrair vantagens econômicas oferecidas pela própria natureza do equipamento ou da tecnologia. A tecnologia passa a ser o foco e o ponto de referência para o agrupamento de unidades e posições.

Desvantagens

Contudo, quando a tecnologia utilizada sofre mudanças e desenvolvimento revolucionários, a ponto de alterar profundamente o processo, este tipo de departamentalização peca pela absoluta falta de flexibilidade e de adaptação. No caso do computador, apesar dos tremendos desenvolvimentos tecnológicos, o processamento de dados tem mantido o mesmo processo básico: as mudanças têm ocorrido no equipamento (hardware), enquanto o processo tem sofrido poucas mudanças substanciais.

Aplicações

Além de intensamente ligado à tecnologia, este tipo de agrupamento está também ligado ao produto/serviço produzido através do processo. Em outros termos, a estrutura do processo utilizado pelas empresas está relacionada com a estrutura do produto. Vale dizer que o processo é uma variável dependente da tecnologia empregada para produzir um dado produto/serviço.

O agrupamento por processo é interessante quando tanto os produtos como a tecnologia aplicada são estáveis e duradouros.

DEPARTAMENTALIZAÇÃO POR PROJETOS

O agrupamento ou organização na base de projetos envolve a diferenciação e o agrupamento

das atividades de acordo com as saídas e resultados (outputs) relativos a um ou vários projetos da empresa. É uma estratégia utilizada em empresas de grande porte e que produzem produtos que envolvam grande concentração de recursos e prolongado tempo para sua produção. É o caso de estaleiros navais que produzem navios, de obras de construção civil (edifícios) ou industrial (fábricas e usinas hidrelétricas) que exigem tecnologia sofisticada, pessoal especializado, reunião de recursos diferentes ao longo do produto. Como o produto é de grande porte e exige planejamento individual e detalhado e um extenso período de tempo para a execução, cada produto é tratado como um projeto especial e sob encomenda. Esta

estratégia de organização adapta a estrutura da empresa aos projetos que ela se propõe a

construir. Através deste critério, unidades e grupos de empregados são destacados e concen-

trados durante longo lapso de tempo em projetos específicos e os recursos necessários s o

alocados em cada projeto.

A departamentali aÇdo por projetos requer uma estrutura organizacional flexível e

mutável, capaz de adaptar-se rapidamente e sem conseqtlências imprevistas às necessidades

de cada projeto a ser desenvolvido e execut do durante um determinado prazo de tempo.

Como o proje o é geràlmente definido pelo cGente, de acordo com suas necessidades e espe-

cificaç8es, e como requer uma determinada tecnologia, a adaptabilidade organizacional

constitui um problema de base. O agrup mento por projeto representa a estratégia que per-

mite elevado grau de coordenaç o entre as partes envolvidas, qué deixam suas posições ante-

riores para se fixarem temporariamente em um determinado projeto que passa a envolvê-las

totalmente.

r-----

L-----

AGRUPAMENTO POR PROJETO

Vantagens

A departamentalização por projeto é, no fundo, uma departamentaliza o temporária por

produto, quando este assume proporções enormes, requerendo investimentos e recursos ele-

vados, tecnologia específica e períodos prolongados de tempo para seu planejamento e exe-

uç o. Sua principal vantagem é a enormé concentração de diferentes recursos em uma ativi-

dade complexa e que exige pontos definidos de início e término, com datas e prazos determi-

nados. Cadaprojeto tem seu ciclo de vida específico. É o tipo de departamentalização orien-

tado para resultados.

Illes antagens

Geralmente, cada projeto é único e inédito e envolve muitas habilidades e conhecimentos

dispersos na empresa, com os quais pode passar de uma fase para a outra dentro do ciclo de

vida. Assim, quando termina um projeto, a empresa pode ser obrigada a dispensar pessoal

ou paralisar máquinas e equipamentos se não tiver outro projeto em vista. Além dessa possi-

vel descontinuidade, a departamentalizaçtto por projeto pode provocar em muitas pessoas

fnrte dose de ansiedade e angústia pela imprevisibilidade de futuro no emprego.

O agrupamento por projeto é amplamente utilizado por empresas que se dedicam a atividades fortemente influenciadas pelo desenvolvimento tecnológico. Neste caso, estamos nos referindo a tarefas de pesquisa e desenvolvimento em empresas do ramo de eletrônica, energia nuclear, astronáutica, aeronáutica, farmacêutico etc., quando o projeto se refere a um novo produto a ser pesquisado e desenvolvido para ser futuramente colocado em linha de produção. A principal tarefa é reunir uma equipe de especialistas em diversos campos de atividade". A Administração por projetos é uma decorrência desta estratégia organizacional e está centrada na adaptação de certos segmentos da empresa a um produto complexo e manufaturado a partir de uma enorme concentração de recursos e de especialistas diferentes para atender a especificações predeterminadas voltadas quase que exclusivamente para atender a exigências e necessidades de clientes.

O desenho organizacional por projeto é particularmente indicado para situações onde o empreendimento é muito grande e tecnicamente complexo, acabado em si mesmo, tal como ocorre nas indústrias de construção (civil, de maquinaria pesada e de produtos de grande porte) e em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Em termos contingenciais, e a tecnologia é autônoma (isto é, auto-suficiente e que não depende de outras atividades ou órgãos para o seu desempenho eficaz), então a estrutura por projeto é a mais indicada.

PROJETOS	ESTRUTURA FUNCIONAL	ESTRUTURA POR
	Orientação: Especialização	Orientação: Resultados
	Eficiência no Uso de Recursos	Sensibilidade ao Ambiente Externo
	- menor duplicação de esforços na execução de projetos	- maior orientação dos gerentes de projeto a programas externos
	- menor ociosidade de recursos a nível da instituição	- maior rapidez no empreendimento de ação operacional integrada
	Capacidade Técnica Especializada	Coordenação Sobre o Produto
	- maior desenvolvimento de potencialidades tecnológicas especializadas a longo prazo	- maior capacidade de planejamento e controle
	administrativo de projetos	
	- maior absorção e menção do know-how de projeto como um todo	- maior descentralização para a decisão a nível do projeto

Progresso Técnico do Especialista	Desenvolvimento de Gerentes de
Projeto	
- maior facilidade de desenvolvimento na carreira	- maiores habilidades de
liderança orientadas a	
técnica	projetos
- maior identificação profissional	- maior estímulo à formação de
Gerentes de Pro-	
	jeto

AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS A ESTRUTURA FUNCIONAL E DA ESTRUTURA POR PROJETOS

Fonte: Roberto Sbragia, "Algumas Características da Estrutura Matricial",
Revista de Administração, FEA/USP,
vol.13, n° 1, p. 53, jan./maio 1978.

Paul O. Gaddis, "The Project Manager"; Harvard Business Review; vol. 37, n°
3, p. 89; maio/jun.1959

Uma interessante variante do agrupamento por projeto é a chamada "equipe-tarefa" ou "força-tarefa", de dimensões bem mais reduzidas é de duração mais limitada do que o projeto. A força-tarefa é geralmente constituída de uma equipe heterogênea de especialistas em diferentes áreas, que são deslocados de suas funções habituais para, em conjunto, se dedicarem a uma tarefa específica e complexa, que exija abordagens e enfoques diferentes. Geralmente a força-tarefa é uma técnica adotada para resolver problemas gerados pela alta taxa de mudança ambiental ou tecnológica. Trata-se de um esforço de equipe que se ajusta para tratar de uma tarefa específica. A força-tarefa tem duas características básicas e fundamentais: é transitória e de curta duração. É geralmente usada para missões específicas, nas quais se determina com clareza o que, por que, quem, quando e quanto fazer. Atingidos os objetivos das missões específicas, os membros devem retornar às suas unidades de origem e às suas atividades habituais, as quais devem ter o poder de reabsorção dos integrantes. Assim, a força-tarefa é criada para resolver um problema específico. É composta de pessoas representando as funções administrativas relevantes para a solução do problema em foco. À cada membro é dada igual responsabilidade e poder para tratar de sua especialidade em relação ao problema e espera-se que os membros trabalhem como uma unidade coesa e integrada. Resolvido o problema, a equipe pode receber nova atribuição ou simplesmente pode ser dissolvida. Se o problema é recorrente, a equipe permanece ativa. Em muitos casos, a força-tarefa tem um coordenador ou encarregado que recebe total autoridade e responsabilidade pela tarefa, inclusive para recompensar ou punir os membros da equipe. A força-tarefa é uma técnica para solucionar e controlar problemas típicos de uma era de complexidade.

DEPARTAMENTALIZAÇÃO POR OUTROS CRITÉRIOS

Muitas vezes, os tipos de departamentalização já apontados são insuficientes para resolver casos que não se enquadram adequadamente em nenhum deles. Utiliza-se então o critério de ajustamento pessoal ou funcional: escolhe-se o departamento que, pela sua menor carga de

trabalho ou pela sua maior afinidade com o setor a ser subordinado, tenha condições funcionais de absorvê-lo. É o caso, muitas vezes, em que o setor de Serviços Gerais, de Portaria, de Cafeteria, de Telefonistas; de Empresas de pequeno porte são alocados em departamentos cujas atividades são completamente diferentes, pelo fato de não haver possibilidade de usar um dos tipos de departamentalização já apontados.

ESCOLHAS DE ALTERNATIVAS DE DEPARTAMENTALIZAÇÃO

Difícilmente se encontra, na prática, a aplicação pura de um único tipo de departamentalização em toda a organização. É comum encontrar-se uma conjugação de diversos tipos de departamentalização, seja no mesmo nível ou nos diferentes níveis hierárquicos da organização. Isto, porque os tipos de departamentalização expostos não são suficientes para, através

estruturarem uma organização: não indicam claramente como são estabelecidas as inter-relações entre os diversos departamentos nem como devem estar subordinados.

A departamentalização, para os autores clássicos, não é um fim em si, mas simplesmente um método de organizar as atividades da empresa, de forma a facilitar a consecução dos seus objetivos. Não é tampouco a solução ideal, pois a separação de atividades, qualquer que seja o tipo adotado, cria problemas de coordenação geralmente de difícil solução.

Existem várias alternativas do ponto de vista da departamentalização principal, da departamentalização intermediária e da departamentalização combinada.

1. Departamentalização Principal

É a departamentalização existente no nível mais elevado da organização. No primeiro nível é mais comum a departamentalização funcional, pois é a que melhor se adapta às atividades de cada empresa, seja qual for o seu ramo de atividade. Entretanto, a departamentalização pode ser feita sob outros tipos mais adequados para a situação. É o que ocorre nas firmas com multiplicidade de produtos ou nas empresas que vendem ou prestam serviços em áreas geográficas extensas. Porém, mesmo nesses casos, a coordenação segundo linhas funcionais é feita geralmente pelos assessores.

2. Departamentalização Intermediária

É a departamentalização que ocorre no nível intermediário, isto é, entre os departamentos principais na cúpula e os departamentos existentes na base da hierarquia da organização.

A departamentalização intermediária envolve certas dificuldades, pois não existem regras gerais e, por outro lado, a pressão para aplicação dos outros critérios de agrupamento de atividades se faz sentir com maior força. Geralmente, na área de produção a tendência é departamentalizar por produtos, ou departamentalizar territorialmente quando existe uma dispersão geográfica das fábricas. Algumas vezes, é possível aproveitar as vantagens de dois ou mais critérios num mesmo nível, como no caso em que o departamento por produtos no

segundo nível permita a uma firma localizar sua fábrica num ponto onde ela possa também

usufruir das economias da departamentalização territorial. As vantagens da departamentali-

zação territorial num nível secundário podem ser grandes até para firmas que restringem sua

distribuição a uma área limitada, como é o caso de certos bancos regionais.

Também a departamentalização por fregueses é geralmente utilizada no nível secundário.

Não há vantagens em se manter um mesmo tipo de departamentalização no mesmo

nível ou nos vários níveis do organograma. Embora no nível principal a pressão maior é

departamentalar por funções, o nível secundário no departamento de vendas pode ser com-

posto de agrupamentos por territórios ou fregueses, enquanto o departamento de produção

pode ter uma departamentalização por produto, e o departamento de finanças pode utilizar

agrupamentos funcionais derivados.

O critério deve ser sempre determinado em função da vantagem real que traxer para a empresa e não simplesmente para haver paralelismo de atividades.

3. Departamentalização Combinada

Consiste na aplicação de vários tipos combinados de departamentalização a fim de obter o máximo rendimento da organização.

Cada tipo apresenta certas vantagens, que são geralmente reduzidas pelas dificuldades

na coordenação dos diferentes departamentos. Podem-se empregar dois ou mais critérios

para agrupar atividades no mesmo nível de organização, pois o objetivo da departamentali-

zr não é traçar uma estrutura rígida e equilibrada em termos de níveis e caracterizada por

consistência e critérios paralelos, mas sim agrupar as atividades de maneira que melhor

contribuam para a obtenção dos objetivos da empresa. Se uma variedade de critérios conse-

gue isso, não há razão para que um administrador não tire partido das alternativas que se lhe

oferecem.

A departamentalização combinada é, portanto, uma aplicação do princípio da divisão

do trabalho. Em face das limitações da amplitude administrativa criam-se departamentos

para permitir a mais eficiente estruturação das atividades da empresa. Mesmo que esta seja

pequena a ponto de não exigir departamentalização, ainda assim o princípio de especializa-

ção organizacional funcionará como um meio para a realização dos objetivos da empresa.

Existem quatro princípios que; embora não sejam absolutos, e apesar de se conflitarem

entre si algumas vezes, permitem ao administrador resolver o problema de departamentali-

zação :

a) Princípio de Menor Uso: O departamento que mais uso fizer de uma atividade deve tê-la sob sua jurisdição.

b) Princípio de Menor Interferência: O departamento que mais interesse tenha por uma atividade deve supervi-

sioná-la, porque isto torna proveitoso. Esse princípio pode criar discussões em relação aos aspectos do

competência ou incompatibilidade com o princípio de menor uso..

c) Princípio de Separação do Controle: As atividades de controle devem ser autônomas, independentes e

paradas das atividades que estão sendo controladas.

d) Princípio da Supressão da Concorrência: Deve-se eliminar a concorrência entre departamentos, agrupando atividades diversas em um só departamento, embora, em certos casos, a rivalidade interdepartamental possa ser salutar quando cria uma competição natural e leal.

APRECIÇÃO CRÍTICA DA DEPARTAMENTALIZAÇÃO

March e Simon⁶, dois grandes críticos da Teoria Clássica, salientam que o raciocínio dos autores clássicos parte do fato de que toda organização possui um objetivo a alcançar e, de

Claude Machlino, Ivan de Sá Motta, Kurt E. Weick e Wolfgang Schoeps, Manual de Administração da

Produção. Rio de Janeiro, Inst. de Documentação, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1976, pp.14 a 17.

⁶ James G. March e Herbert A. Simon, Teoria das Organizações. cit., p. 30.

um modo geral, é possível identificar as tarefas unitárias necessárias à consecução desse objetivo.

Essas tarefas geralmente envolvem atividades produtivas básicas, atividades auxiliares, ati-

vidades de coordenação, atividades de supervisão etc. O problema consiste em agrupar essas

atividades em funções individuais, agrupar essas funções em unidades administrativas, agru-

par essas unidades em unidades maiores e, afinal, estabelecer departamentos de cúpula pro-

vendo todos esses agrupamentos, de modo a minimizarem o custo total das atividades desem-

penhadas. No processo de organização de cada departamento é considerado um conjunto

definido de tarefas a serem distribuídas entre os empregados encarregados da sua execução.

Em outro livro", Simon critica o princípio que diz que "a eficiência aumenta quando

as pessoas, em uma organização, são agrupadas por propósito, processo, clientela ou área

geográfica", pois alega que a distinção entre propósito e processo não existe realmente em

escala substancial, pois os propósitos formam entre si uma hierarquia, de tal modo que cada

um contribui para um objetivo mais amplo e mais próximo do fim: qualquer propósito tem

natureza processual dentro da hierarquia. Quanto à departamentalização por clientela ou

por área geográfica, elas tanto podem estar contidas como poderão conter subáreas dividi-

das por propósitos e por processos. Para Simon, o princípio não ajuda em nada os execu-

tivos a decidirem como suas áreas operativas deveriam ser estruturadas. Para exemplificar a

inoperância do princípio; cita o problema de se escolher em que departamento deveria ficar a

seção de treinamento de operários: com o departamento de Produção ou com o de Relações

Industriais. Na primeira hipótese (o de Produção), seus funcionários iriam estar familiariza-

dos com as técnicas de fabricação, porém não teriam os conhecimentos didáticos modernos

para treinar os operários. Na segunda hipótese (o de Relações Industriais), os métodos mais

adequados para lidar com pessoas e ensiná-las seriam conhecidos, porém as técnicas de

fabricação teriam de ser absorvidas pelo instrutor. Posta a questão desta maneira, não há

nenhum indício de que a primeira ou a segunda posição sejam as melhores.

A conclusão de Simon sobre a Teoria Clássica é de que "dos escombros que restaram

pode-se aproveitar quase tudo: as dificuldades surgem do fato de se querer tratar como prin-

cípios de Administração algumas afirmações que são apenas

critérios para descrever situações administrativas". Baseado nestas críticas, Simon propõe o caminho para sua teoria, a qual deve ocupar-se simultaneamente dos processos de decisão e dos processos de ação. "A maneira tradicional de conceber a Administração faz com que se dê maior destaque ao que é realmente feito e muito pouca atenção à escolha que antecede qualquer ação, isto é, à determinação do que se deva fazer. ' ' '9

SUMÁRIO

1. A fim de responder às exigências internas e externas, a organização pode desenvolver uma especialização vertical (proporcionando maior número de níveis hierárquicos) e uma especialização horizontal (proporcionando maior número de órgãos especializados, ou seja, a departamentalização).

Herbert A. Simon, Comportamento Administrativo, cit., pp. 29 a 37
s Herbert A. Simon, Comportamento Administrativo, cit., p. 31.
9 Herbert A. Simon, Comportamento Administrativo, cit., p. 31.

2. A departamentalização constitui a combinação e/ou agrupamento adequados das atividades necessárias à organização em departamentos específicos. Assim, a departamentalização pode apresentar vários tipos: por funções, por produtos ou serviços, por localização geográfica, por clientes, por fases do processo, por projetos ou por ajustamento funcional .

3. Cada tipo de departamentalização apresenta características, vantagens e limitações que irão influir nas decisões quanto às escolhas de alternativas de departamentalização a adotar em cada organização.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Defina especialização vertical e horizontal nas organizações.
- 2: Defina departamentalização.
3. Quais os tipos de departamentalização?
4. Departamentalização por funções: características, vantagens, desvantagens e aplicações.
5. De,partamentalização por produtos ou serviços: características, vantagens, desvantagens e aplicações .
6. Departamentalização por localização geográfica: características, vantagens, desvantagens e aplicações.
7. Departamentalização por clientela: características, vantagens, desvantagens e aplicações.
8. Departamentalização por processo: características, vantagens, desvantagens e aplicações.
9. Departamentalização por projetos: características, vantagens, desvantagens e aplicações.
10. Departamentalização principal, intermediária e combinada: caracterize cada uma delas.
11. Explique os princípios utilizados para a departamentalização.

CASO EMPRESA JOLY MÓVEIS S.A:

A Joly Móveis S.A. é uma empresa industrial que fabrica móveis para escritórios e para residências. O capital social da Joly é de Cr 8.000.000,00 e suas vendas atingiram aproximadamente Cr 2.500.000,00 mensais, no decorrer do ano de 1978.

Sua Diretoria é composta de treze acionistas, sendo que somente três deles exercem funções administrativas dentro da organização. A empresa conta atualmente com 160 funcionários, tendo esse número se elevado (eram 80 funcionários inicialmente) em virtude do

planejamento para o lançamento de uma nova linha de produtos residenciais, que se espe-

rava fazer grande sucesso no mercado.

A estrutura da cúpula administrativa é baseada em três diretores:

1. O Diretor Superintendente, por ser o acionista majoritário, somente faz dentro da empresa aquilo de que gosta, desenha o dia todo esboços de conjuntos de estofados e os mostra ao Gerente de Vendas que, a ém de empregado da empresa, é também seu amigo particular.

2. O Diretor Comercial cobre em parte as falhas do Diretor Superintendente e não delega suas funções por achar que ninguém faz tão bem como ele as atribuições inerentes à área comercial da empresa. Por esse motivo, sai todos os dias da empresa ao redor das 21 horas e é o primeiro a chegar no dia seguinte pela manhã. Seu estado psicológico normal e de profundo rancor e impaciência com relação ao mundo que o rodeia.
3. O Diretor Industrial é engenheiro civil, tendo antes participado de uma empresa especializada em estruturas de concreto durante doze anos. Não leva muito a sério os problemas com os quais se defronta, por achá-los relativamente simples.

Na Joly, o Diretor Industrial tem um Gerente de Produção como subordinado, o qual se aposentará dentro de dois anos, e por este motivo não se empenha muito para com a produção da empresa.

Há aproximadamente um ano, uma empresa alemã ofereceu know-how técnico para

fabricação exclusiva de móveis estofados para residências em troca de uma comissão de 1 %

sobre as vendas dos conjuntos, tão logo se amortizassem os custos de aquisição de maquinaria e aumento da planta industrial, que de 2.000 m² passaria para 9.000 m², prevendo-se a

compra de um terreno situado atrás da firma. Seriam contratados mais 80 funcionários,

sendo 15 técnicos especializados em processos de fabricação para a nova linha.

Após rápidos estudos, o Diretor Superintendente decidiu aceitar de imediato o contrato oferecido, assegurando que os desenhos da nova linha deveriam enquadrar-se ao gosto

dos consumidores brasileiros. Com tal argumento, o Diretor Superintendente converteu

praticamente os demais acionistas a optarem pela nova linha de produtos e pelo contrato de

fornecimento de tecnologia alemã.

Após a obtenção de empréstimos em diversos bancos, com garantia hipotecária,

construiu-se a nova fábrica, dentro dos padrões da mais moderna técnica alemã; admitiram-

se novos funcionários e iniciou-se a produção em grande escala da nova linha de produtos.

Paralelamente à produção desses novos produtos, que eram elaborados em série e em

volume industrial, havia também a produção dos móveis que a firma já vinha produzindo há

muito tempo e que, apesar de serem produzidos quase artesanalmente, satisfaziam plena-

mente ao mercado em função de uma demanda razoavelmente boa, proporcionando uma

rentabilidade adequada ao esquema industrial então montado para isto.

enormes e os representantes de venda5 - havia um para cada capital brasileira -

fizeram uma

visita à fábrica em comissão para expor os seguintes problemas:

1. A nova série de móveis tinha uma linha muito austera, própria ao gosto dos europeus, visto que no Brasil,

descontraídas. pelo seu clima tropical, os consumidores preferiam linhas mais

2. As cores dos móveis também foram alvo de severas críticas:

3. Os preços elevados não condiziam com a qualidade dos estofados.

Nessa reunião, surgiram vários problemas relacionados com as dificuldades de vendas

dos novos produtos. Discutiu-se que até a linha convencional que proporcionava boa mar-

gem de lucro para a companhia fora sacrificada, pois muitas despesas foram transferidas

totalmente para ela, na tentativa de minimizar o preço de venda dos novos produtos.

anos, No decorrer da reunião, o Diretor Superintendente percebeu que, durante 30

sempre havia planejado as formas, o estilo, as cores e o revestimento dos móveis da Joly e

consequira vender toda a produção da fábrica. Onde estaria o erro?

E ;

CAPÍTULO 10

ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS (APO)

Objetivos deste Capítulo

Mostrar as origens que proporcionaram o aparecimento da APO.

Definir as características principais da APO.

Definir os critérios para afinação de objetivos e quais as relações entre a Administração e os objetivos fixados.

Mostrar a ênfase colocada nos objetivos e resultados (fins) e consequentemente a

busca da eficácia (otimização de resultados):

Caracterizar o Planejamento Estratégico e o Planejamento Tático.

Caracterizar o ciclo da APO segundo vários autores mais representativos.

Caracterizar o desenvolvimento de executivos segundo a APO.

Proporcionar uma apreciação crítica a respeito da APO.

A Teoria Neoclássica deslocou progressivamente a atenção antes colocada nas chamadas

"atividades-meio" para os objetivos ou finalidades da organização. O enfoque baseado no

"processo" e a preocupação maior com as atividades (meios) passou a ser substituído por

um enfoque nos resultados e objetivos alcançados (fins): A preocupação de "como" administrar passou à preocupação de "por que" ou "para que" administrar. A ênfase em fazer

corretamente o trabalho (the best way de Taylor) para alcançar eficiência passou à ênfase

em fazer o trabalho mais relevante aos objetivos da organização para alcançar eficácia. O

trabalho passou de um fim em si mesmo, para ser um meio de

obter resultados. Essa profunda

reformulação representa uma outra espécie de revolução copernicana dentro da Administração.

tração: uma nova mudança no panorama gravitacional do universo administrativo. Isto

"porque" as pessoas e a organização provavelmente estão mais preocupadas em trabalhar

do que em produzir resultados. -

ORIGENS DA ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS

A Administração por Objetivos (APO) ou Administração por resultados constitui um modelo administrativo bastante difundido e plenamente identificado com o espírito pragmático e democrático da Teoria Neoclássica. Seu aparecimento é recente: em 1954, Peter F. Drucker publicou um livro¹, no qual caracteriza pela primeira vez a Administração por Objetivos, sendo considerado o criador da APO.

A APO surgiu na década de 50, quando a empresa privada norte-americana estava sofrendo pressões acen- tuadas. Desde a intervenção keynesiana durante a depressão que se seguiu à crise de 29, o capitalismo sofreu sucessivamente maiores intervenções e controles governamentais, pois passou-se a acreditar que as decisões nacionais não podiam depender do acaso da ação dos empresários. O empresário na década de 50 estava mais consciente da queda de suas margens de lucros e da necessidade de reduzir despesas, e se concentrava mais nos resultados do que em esforços supérfluos e dispersivos. A pressão econômica da época gerou dentro das empresas uma "Administração por pressão", e a pressão exercida sobre os gerentes não conduziu a melhores resultados. Isto porque os dirigentes das empresas interpretavam a apatia dos gerentes em produzir os resultados esperados como rebeldia. Em resposta, as empresas endureciam seus controles, e com isso apertava-se o círculo vicioso: maior controle, maior resistência; maior resistência, maior controle. Foi então que se buscou uma forma de equilibrar objetivos, admitir maior participação, descentralizar decisões, permitir autocontrole e auto-avaliação, proporcionando maior liberdade ou maior relaxamento dos controles^{2 e 3}.

A Administração por objetivos surgiu como método de avaliação e controle sobre o desempenho de áreas e organizações em crescimento rápido. Inicialmente constituiu-se em um critério financeiro de avaliação e de controle. Como critério financeiro foi válido mas, na abordagem global da empresa resultou em uma deformação profissional, pois os critérios de lucro ou de custo não são suficientes para explicar a organização social e humana. A resposta produzida nos níveis médios e inferiores da organização a esse critério foi de descontentamento e apatia, provocando atrito entre funcionários de nível médio e inferior e a alta direção.

Foi então que começaram a surgir as idéias de descentralização e de Administração por resultados. A única forma que a direção encontrou para reverter o processo acima descrito foi a descentralização das decisões e a fixação de objetivos para cada área-chave: cada qual escolheria "como" atingir os resultados. Aboliram-se

os órgãos de staff, ficando a cargo de cada divisão a criação dos "serviços que necessitasse para atingir seus objetivos", o que fortaleceu a posição de autoridade de cada chefe operativo.

CARACTERÍSTICAS DA APO

A APO é uma técnica de direção de esforços através do planejamento e controle administrativo fundamentado no princípio de que, para atingir resultados, a organização precisa antes definir em que negócio está atuando e aonde pretende chegar. Inicialmente se estabelecem os objetivos anuais da empresa, formulados na base de um plano de objetivos a longo prazo (que podem ser quinquênnais ou decenais), e os objetivos de cada gerente ou departamento são feitos na base dos objetivos anuais da empresa. A APO é um processo pelo qual os gerentes, superior e subordinado, de uma organização identificam objetivos comuns, definem as áreas de responsabilidade de cada um em termos de resultados esperados e usam esses

Peter F. Drucker, *The Practice of Management*, New York, Harper & Row, 1954. Traduzido para o português: *Prática de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro Ed. Fundo de Cultura, 1962.

z George Odiorne, *Management by Objectives*, New York, Pitman 1965.

3 Edgard Schleh, *Management by Results*, New York, McGraw-Hill, 1962.

objetivos como guias para a operação dos negócios. Obtêm-se objetivos comuns e firmes que eliminam qualquer hesitação do gerente, ao lado de uma coesão de esforços em direção aos objetivos principais da organização. Assim, "o desempenho esperado de um gerente deve ser o reflexo do que se espera quanto à realização dos objetivos da empresa; seus resultados devem ser medidos pela contribuição que dêem para o êxito do negócio. O administrador tem de saber e entender o que as metas da empresa esperam dele em termos de desempenho e o seu superior deve saber que contribuição pode exigir e esperar dele e deve julgá-lo de conformidade com a mesma".

Na realidade, a "APO é um sistema dinâmico que integra a necessidade da companhia de alcançar os seus objetivos de lucro e crescimento, a par da necessidade do gerente de contribuir para o seu próprio desenvolvimento. É um estilo exigente e compensador de administração de empresas". "Na APO, os gerentes superiores e subordinados de uma organização em conjunto definem suas metas comuns e especificam as áreas principais de responsabilidade de cada posição em relação aos resultados esperados de cada um, e utiliza essas medidas como guias para a melhor operação do setor e verificação da contribuição de cada um de seus membros"⁶. Assim, a APO é um método no qual as metas são definidas em conjunto entre administrador e seu superior, as responsabilidades são especificadas para cada posição em função dos resultados esperados, que passam a integrar os padrões de desempenho sob os quais os gerentes serão avaliados. Analisado o resultado final, o desempenho do gerente pode ser avaliado objetivamente e os resultados atingidos são comparados com os resultados esperados.

Em suma, a APO apresenta as seguintes características principais:

1. Estabelecimento conjunto de objetivos entre o executivo e o seu superior.
2. Estabelecimento de objetivos para cada departamento ou posição.
3. Interligação dos objetivos departamentais.
4. Elaboração de planos táticos e de planos operacionais, com ênfase na mensuração e no controle.
5. Contínua avaliação, revisão e reciclagem dos planos.
6. Participação atuante da chefia.
- 7: Apoio intenso do staff durante os primeiros períodos.

Vejamos cada uma dessas características da APO separadamente

1. Estabelecimento Conjunto de Objetivos entre o Executivo e o seu Superior

A maior parte dos sistemas de APO utiliza o estabelecimento conjunto de objetivos: tanto o executivo quanto o seu superior participam do processo de estabelecimento e fixação de objetivos. Essa participação, no entanto, varia muito conforme o sistema adotado. Na maior parte dos casos, o superior faz o trabalho preliminar, enquanto em outros os consultores externos fazem quase tudo. A participação do executivo pode variar, indo desde sua

:S

4 Peter F. Drucker, *The Practice of Management*, cit.

5 John W. Humble, *Improving Business Results*, London, McGraw-Hill, 1969.

6 George Odiorne, *Management by Objectives*, cit.

INTRODUÇÃO A TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

simples presença durante as reuniões, onde pode ser ouvido, até a possibilidade de o executivo iniciar a proposta de reestruturação do trabalho com relativa autonomia no desenvolvimento do plano.

2. Estabelecimento de Objetivos para cada Departamento ou Posição

Basicamente, a APO está fundamentada no estabelecimento de objetivos por posições de gerência. Os objetivos, em alto nível, podem ser denominados "objetivos" "metas", "alvos" ou "finalidades", porém, a idéia básica é a mesma: determinar os resultados que um gerente em determinado cargo deverá alcançar. Frequentemente, os sistemas de APO definem objetivos quantificados (numéricos) e com tempos predeterminados. Alguns definem objetivos subjetivos para cargos de staff. A maioria dos sistemas admite quatro a oito objetivos para cada posição específica, podendo existir até dez objetivos, em muitos casos.

Situação atual	Grado de desenvolvimento	Situação desejável
----------------	--------------------------	--------------------

3. Interligação de Objetivos Departamentais

Sempre existe alguma forma de correlacionar os objetivos dos vários órgãos ou gerentes envolvidos, mesmo que nem todos os objetivos estejam apoiados nos mesmos princípios básicos. Essa ligação é virtualmente automática, envolvendo objetivos comerciais com objetivos de produção, por exemplo, ou objetivos de um nível com os objetivos dos níveis superiores e inferiores.

4. Elaboração de Planos Táticos e de Planos Operacionais, com Ênfase na Mensuração e no Controle

A partir dos objetivos departamentais traçados, o executivo e o seu superior (ou somente o executivo, que posteriormente obtém a aprovação do seu superior) elaboram os

Planos Táti-

cos adequados para alcançá-los da melhor maneira. Assim, os Planos Táticos constituirão os

meios capazes de alcançar aqueles objetivos departamentais. Na seqüência, os Planos Táti-

cos serão desdobrados e melhor detalhados em Planos Operacionais, como veremos adiante.

Em todos esses planos, a APO enfatiza a quantificação, a mensuração e o controle.

Torna-se necessário mensurar os resultados atingidos e compará-los com os resultados pla-

alcançados. Se um objetivo não pode ser medido, seus resultados não podem ser conhecidos, e se um objetivo não pode ser controlado, o ato de atingi-lo não pode ser avaliado. Exatamente a mensuração e o controle que causam as maiores dificuldades de implantação da APO; pois se não puder ser medido o resultado, É melhor esquecer o assunto.

5. Contínua Avaliação, Revisão e Reciclagem dos Planos

Praticamente, todos os sistemas de APO possuem alguma forma de avaliação e de revisão regular do processo efetuado, através dos objetivos já alcançados e dos objetivos a serem alcançados, permitindo que algumas providências sejam tomadas e novos objetivos fixados.

Fixar Qto de

Fluxo no

Atualizar o plano

Eliminar o desnecessário

Atualizar o plano

Eliminar o desnecessário

Monitorar o plano

O CICLO CONTÍNUO DA APO

para o período seguinte. Geralmente há um ciclo típico da APO que envolve as seguintes etapas :

- a) a partir dos objetivos globais da empresa e do Planejamento Estratégico, estabelecem-se os objetivos departamentais para o primeiro ano, numa reunião entre o executivo (gerente do departamento) e o seu superior;
- b) o executivo (ou em outra reunião com o seu superior) elabora o seu Plano Tático que lhe permita alcançar os objetivos departamentais fixados;
- c) o executivo elabora juntamente com os seus subordinados os Planos Operacionais necessários à implementação do Plano Tático do departamento;
- d) os resultados da execução dos planos são continuamente avaliados e comparados com os objetivos fixados;
- e) em função dos resultados obtidos procede-se à revisão ou reajustes dos planos ou a alterações nos objetivos estabelecidos;
- f) no ciclo seguinte, estabelecem-se os objetivos departamentais para o segundo ano, numa reunião entre o executivo e o seu superior, tomando por base os resultados do primeiro ano;
- g) repete-se a sequência do ciclo anterior.

6. Participação Atual da Chefia

Há grande participação do superior. A maior parte dos sistemas de APO envolve mais o superior do que o subordinado. Há casos em que o superior estabelece os objetivos, "vende-os", mensura-os e avalia o progresso. Esse processo frequentemente usado é muito mais "controle por objetivos" do que "Administração por Objetivos".

7. Apoio Intenso do Staff', Durante os Primeiros Períodos

A implantação da APO requer o apoio intenso de um staff previamente treinado e preparado. A abordagem do tipo "faça-o você mesmo", não é aconselhável em APO, pois ela exige coordenação e integração de esforços, o que pode ser feito pelo staff.

FIXAÇÃO DE OBJETIVOS

A "Administração por Objetivos é um modelo de administração através do qual todas as

gerências de uma organização estabelecem metas para suas administrações, no início de cada período ou exercício fiscal, de preferência coincidindo com o exercício fiscal da empresa, em consonância com as metas gerais da organização, fixadas pelos acionistas, através da Diretoria". Um "objetivo é um enunciado escrito sobre resultados a serem alcançados num período determinado. O objetivo deve ser quantificado, difícil, relevante e compatível. Objetivo é uma declaração escrita, um enunciado, uma frase; é um conjunto de números. O quanto possível, números. A quase totalidade dos objetivos é quantificada. São números que orien-

ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS (APO)

tam o desempenho dos gerentes para um resultado mensurável, difícil, importante e compatível com os demais resultados".

Nafixação dos objetivos, devem-se considerar os seguintes aspectos:

a) A expressão "objetivo da empresa" é realmente imprópria. A empresa é algo inanimado e, em conse-

quência, não tem objetivos, metas ou planos. Os objetivos de uma empresa representam em verdade os propósitos dos indivíduos que nela exercem o poder de liderança.

b) Os objetivos são fundamentalmente necessidades a satisfazer. Os objetivos da empresa podem representar

exclusivamente as necessidades vistas pela liderança, ou podem ter bases mais amplas representando os interesses dos acionistas, da equipe administrativa, dos funcionários, dos clientes, ou do público em geral.

c) Os subordinados e demais funcionários têm uma série bem grande de necessidades pessoais. Estas neces-

sidades, por sua vez, desdobram-se em objetivos e metas pessoais, que podem ser declarados ou ocultos.

d) Os objetivos e as metas pessoais não são sempre idênticos aos objetivos e metas da empresa. Entretanto,

não devem estar em conflito: o desafio da gerência moderna é conseguir torná-los compatíveis.

Estas considerações devem ser sempre lembradas para acompanhar a análise dos obje-

tivos. A importância dos objetivos pode ser avaliada pelos seguintes aspectos:

a) os objetivos proporcionam à organização uma diretriz certa no sentido de uma finalidade comum;

b) provocam o trabalho em equipe e podem ser usados para eliminar as tendências egocêntricas de grupos existentes na organização;

c) servem de base segura para verificar o valor das metas e dos planos e ajudam a evitar erros devidos à omissão;

d) tornam maiores as possibilidades de previsão do futuro. Uma organização deve dirigir o seu destino, ao

invés de submeter-se a fatalidades ou ao acaso;

e) muitas vezes os recursos são escassos ou mal colocados. Os objetivos ajudam a orientar e a prever a sua distribuição criteriosa.

A Administração por Objetivos implica uma técnica sistemática de gerência. Forte

ênfase é colocada no planejamento e no controle. Há características estruturais e comporta-

mentais nesta sistemática de fixação de objetivos.

As características estruturais são:

- Os executivos fixam alvos a longo e a curto prazo. Os de longo prazo são em geral estabelecidos pelos dirigentes da cúpula.

- Os objetivos e metas são expressos como resultados finais e não como tarefas ou atividades.

- Os objetivos e metas devem ser coerentes, bem como coordenados nos sucessivos níveis e áreas da organização.

As características comportamentais são:

- Dá-se ênfase no compromisso próprio dos subordinados em relação às metas, isto é; os subordinados

preparam suas próprias metas e passam a ser responsáveis por elas.

- Dá-se ênfase à auto-análise do desempenho e ao consequente autocontrole, em relação aos resultados

obtidos à frente das metas predeterminadas.

- Os desvios de resultados em relação às metas provocam autocorreção no desempenho é, se necessário, orientação específica do superior.

João Bosco Lodi, Administração por Objetivos. Uma Crítica, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1972,
p. 33

Administração por Objetivos:

é uma técnica participativa de planejamento e avaliação;
através da qual superiores e subordinados, conjuntamente, definem aspectos
priori-
tários e
estabelecem objetivos (resultados) a serem alcançados, num determinado
período
de tempo e em termos quantitativos, dimensionando as respectivas
contribuições
(metas);
e acompanham sistematicamente o desempenho (controle) procedendo às
correções
necessárias .

UMA CONCEITUAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS

1. Critérios de Escolha dos Objetivos

Os critérios para escolha dos objetivos devem ser estabelecidos de acordo com a
prioridade e
a sua contribuição para o alcance dos resultados-chave da empresa. Eis alguns
critérios:

- a) procurar as atividades que têm maior impacto sobre os resultados;
- b) o objetivo deve ser específico quanto aos dados concretos: o que, quanto,
quando. Os resultados espera-
dos devem ser enunciados em termos mensuráveis e bastante claros;
- c) focalizar objetivos no trabalho e não no homem;
- d) detalhar cada objetivo em metas subsidiárias;
- e) usar linguagem compreensível para os gerentes;
- f) manter-se dentro dos princípios de Administração. Concentrar-se nos alvos
vitais do negócio e não se
dispersar em atividades secundárias;
- g) o objetivo deve indicar os resultados a serem atingidos, mas não deve
limitar a liberdade de escolha dos
métodos. Indicar o quanto, mas não o como;
- h) o objetivo deve ser difícil de ser atingido, requerendo um esforço especial,
mas não a ponto de ser impos-
sível;
- i) o objetivo deve representar uma tarefa suficiente para todo o exercício fiscal
da empresa;
- j) o objetivo deve ter alguma ligação remota com o plano de lucros da
empresa, que é geralmente o objetivo
último.

Cada área de atividade da empresa apresenta uma tendência muito forte a
maximizar
os seus objetivos e resultados, de tal maneira que o esforço de uma área
geralmente anula o
de outra, estabelecendo na empresa um esforço de
subobjetivação. Cada subobjetivo maxi-
mizado leva a empresa a se transformar num sistema centrífugo de esforços: os

esforços mais

se separam do que se conjugam, tendendo a sair do sistema. Ansoff salienta que o ideal seria

o efeito não simplesmente da soma dos esforços, mas da sua multiplicação: o sinergismo⁹.

O sinergismo significa o efeito multiplicador da combinação dos recursos, pois os recursos

utilizados conjugadamente produzem um efeito maior do que simplesmente a sua soma. Daí

a necessidade de um sistema de resultados globais previamente definidos por divisões, por

s João Bosco Lodi, Administração por Objetivos. cit., 1970, pp. 99 a 102.

⁹ H. Igor Ansoff, Corporate Strategy, New York, McGraw-Hill, 1965, pp. 75 a

103.

departamentos etc. convergindo os objetivos em uma direção única. É o que salienta Lodi:

"Quando os resultados colidem entre si (porque o lucro colide com a produtividade, a inovação colide com o aspecto operacional atual e assim por diante) nenhum objetivo trabalha junto com outro. O trabalho da administração, pois, é o de compatibilizar objetivos conflitantes. Toda empresa, no fundo, é um conjunto de conflitos que vão existindo num equilíbrio instável. Focalizando-se uma coisa, tira-se de outra"o.

2. Hierarquia de Objetivos

Como as organizações sempre perseguem mais de um objetivo, surge o problema de qual ou

quais são os objetivos mais importantes e prioritários. Os objetivos precisam ser escalonados

em uma ordem gradativa de importância, relevância ou de prioridade, em uma hierarquia de

objetivos, em função de sua contribuição relativa à organização como um todo. Cada organização tem, implícita ou explicitamente, a seguinte hierarquia de objetivos.

Os objetivos mais comuns às empresas privadas, por exemplo, costumam ser os seguintes:

II C li.
Le S

- a) posição competitiva no mercado;
- b) inovação e criatividade nos produtos;
- c) produtividade e índices de eficiência;
- d) aplicação rentável dos recursos físicos e financeiros;
- e) taxa de dividendos ou índice de retorno do capital investido (lucro);
- f) qualidade da administração e desenvolvimento dos executivos;
- g) responsabilidade pública e social da empresa.

A hierarquia de objetivos de uma organização pode sofrer inúmeras mudanças, seja na

colocação relativa dos objetivos, seja na substituição de certos objetivos por outros objetivos

diferentes. Alguns objetivos podem dificultar o alcance de outros, enquanto alguns objetivos

podem facilitar outros, provocando o efeito sinérgico. Para que a hierarquia de objetivos

possa ser eficientemente alcançada, tornam-se necessários os seguintes cuidados":

- a) os objetivos não precisam inicialmente traduzir as grandes aspirações fundamentais da empresa, porém todos os objetivos incluídos na hierarquia devem ser compatíveis com tais aspirações;

- b) devem fazer com que todos os órgãos e componentes da empresa contribuam com a parcela do esforço geral;
- c) devem levar em conta a necessidade de várias alternativas para sua execução, assim como a relativa eficiência e o custo de cada uma delas;
- d) devem ser comunicados a todos os interessados para que cada qual compreenda as metas da respectiva função e suas relações com os objetivos fundamentais da empresa;
- e) devem ser periodicamente reexaminados e reformulados, não apenas para serem atualizados de acordo com a mudança das condições do mercado, mas, também, devido aos benefícios que podem ser obtidos com a revisão atenta dos fins visados pela organização.

33. o João Bosco Lodi, Administração por Objetivos. Uma Crítica, cit., pp. 32 e

Peter F. Drucker, The Practice of Management, cit.

2 João Bosco Lodi, Administração por Objetivos, cit., pp. 93 e 94.

3 Charles H. Granger, "The Hierarchy of Objectives", Harvard Business Review, maio/jun. 1964.

' PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PLANEJAMENTO TÁTICO

Escolhidos e fixados os objetivos organizacionais, isto é, os objetivos globais da empresa a serem alcançados, o próximo passo é saber como alcançá-los, isto é, estabelecer a estratégia empresarial a ser utilizada para melhor alcançar aqueles objetivos e quais as táticas que melhor implementem a estratégia adotada.

1. Conceito de Estratégia e de Tática

O antigo conceito militar define estratégia como a aplicação de forças em larga escala contra algum inimigo. Em termos empresariais, podemos definir a estratégia como "a mobilização de todos os recursos da empresa no âmbito global visando a atingir objetivos a longo prazo.

Tática é um esquema específico de emprego de recursos dentro de uma estratégia geral. No plano militar, uma mobilização de tropa é uma tática dentro de uma estratégia mais ampla; no plano gerencial, o orçamento anual ou o plano anual de investimentos é um plano tático dentro de uma estratégia global a longo prazo. Uma guerra requer uma ou mais estratégias; cada estratégia requer uma proliferação de ações ou medidas táticas. O planejamento para cinco anos na empresa requer uma estratégia, à qual se ligam os planos táticos de cada ano compreendido nesse período".

A diferença básica entre estratégia e tática reside nos seguintes aspectos: em primeiro lugar, a estratégia se refere à organização como um todo, pois procura alcançar objetivos organizacionais globais, enquanto a tática se refere a um de seus componentes (departamentos ou unidades, isoladamente), pois procura alcançar objetivos departamentais. A estratégia é composta de muitas táticas simultâneas e integradas entre si. Em segundo lugar, a estratégia se refere a objetivos situados a longo prazo, enquanto a tática se refere a objetivos situados a médio e curto prazo. Para a implementação da estratégia, tornam-se necessárias muitas táticas que se sucedem ordenadamente no tempo. Em terceiro lugar, a estratégia é definida pela alta administração, enquanto a tática é da responsabilidade da gerência de cada departamento ou unidade da empresa.

Estratégia

Tática

Envolve a organização como uma totalidade Refere-se a cada departamento ou unidade da

organização

É um meio para alcançar objetivos organizacionais É um meio para alcançar objetivos departamentais

É orientada para longo prazo É orientada para médio ou curto prazo

É decidida pela alta administração da organização É da responsabilidade de cada gerente de departa-

mento ou unidade da organização

COMPARAÇÃO ENTRE ESTRATÉGIA E TÁTICA

4 João Bosco Lodi, Administração por Objetivos. Uma Crítica, cit., p.112.

Lodi esclarece alguns mal-entendidos a respeito de estratégia⁵:

- a) quando se constrói uma estratégia, não se pretende tomar hoje decisões sobre o futuro, mas tomar hoje decisões tendo em mente o futuro;
- b) a estratégia não deve ser confundida com um de seus planos táticos: estratégia não é só inovação, ou só diversificação ou planejamento financeiro, mas o conjunto disso dirigido a objetivos a longo prazo que se pretende atingir;
- c) a estratégia não é um fim em si mesma, mas apenas um meio. Deve ser reavaliada e reajustada constantemente em função das mudanças;
- d) estratégia não dá a certeza, mas apenas probabilidade com relação ao futuro.

Ansoff propõe certas categorias de estratégias, assegurando que cada empresa se enquadra em uma delas quando se dirige a determinados objetivos a longo prazo⁶. Sua tipologia de estratégias é a seguinte:

- a) máximo rendimento atual: é uma estratégia que tende a extrair o máximo de seu ativo e a elevar ao máximo a liquidez de caixa, visando unicamente sobreviver para produzir rendimentos;
- b) ganhos de capital' é uma estratégia que tende a obter lucratividade a curto prazo, desprezando os objetivos a longo prazo, a fim de criar uma imagem pública de empresa em rápido crescimento. É típica de empresas que pretendem atrair capital ou atenção, mas que andam na corda bamba em qualquer crise que sobrevenha;
- c) liquidez de patrimônio: é uma estratégia que busca atrair compradores, procurando demonstrar elevada flexibilidade patrimonial, mesmo que com baixa rentabilidade. É típica de empresas que pretendem abrir seu capital ou que pretendem fundir-se com outros grupos empresariais;
- d) responsabilidade social: é uma estratégia que demonstra um certo interesse em questões civis ou nacionais, com as quais o seu interesse está identificado. É o caso de empresas fabricantes de papel ao fazerem campanhas de proteção às reservas florestais, protegendo seus interesses a longo prazo.
- e) jantropia: é uma estratégia pela qual a empresa envida recursos a objetivos não-econômicos ou institucionais não-lucrativos (como fundações científicas ou humanitárias).
- f) atitude para com os riscos: é uma estratégia voltada para a redução dos riscos do negócio, mesmo que isto reduza também o volume dos lucros. É o caso de uma administração velha que pretende perpetuar-se no poder.

Essa tipologia de estratégias de Ansoff não esgota o assunto, podendo ocorrer

outras

categorias de estratégias, assim como combinações das mais variadas entre as estratégias

acima enumeradas.

Tanto a estratégia empresarial como as táticas dela decorrente exigem planejamento. E

o planejamento é a base da APO. Aliás, a APO se fundamenta no planejamento estratégico

da empresa e nos planos táticos dos diversos departamentos ou unidades da empresa.

2. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico se refere à maneira pela qual uma empresa pretende aplicar uma

determinada estratégia para alcançar os objetivos propostos. É geralmente um planejamento global e a longo prazo.

14. 5 João Bosco Lodi, Administração por Objetivos. Uma Crítica, cit., pp. 112 a 114.

6 H. Igor Ansoff, Corporate Strategy, cit.

A elaboração do Planejamento Estratégico exige quatro fases bem definidas:

a) Formulação dos Objetivos Organizacionais a Serem Alcançados

Nesta primeira fase, a empresa escolhe os objetivos globais que pretende alcançar a longo prazo e define a ordem de importância e de prioridade de cada um em uma hierarquia de objetivos.

b) Análise Interna das Forças e Limitações da Empresa

Trata-se de uma análise organizacional, ou seja, de uma análise das condições internas para permitir uma avaliação dos principais pontos fortes e dos pontos fracos que a empresa possui. Os pontos fortes constituem as forças propulsoras da empresa que facilitam o alcance dos objetivos organizacionais, enquanto os pontos fracos constituem as limitações e forças restritivas que dificultam ou impedem o alcance daqueles objetivos. Essa análise interna geralmente envolve:

- análise dos recursos (recursos financeiros, máquinas, equipamentos, matérias-primas, recursos humanos, tecnologia etc.) de que a empresa dispõe ou pode dispor, para as suas operações atuais ou futuras;
- análise da estrutura organizacional da empresa, seus aspectos positivos e negativos, a divisão de trabalho entre os departamentos e unidades e como os objetivos organizacionais foram distribuídos em objetivos departamentais;
- avaliação do desempenho da empresa, em termos de resultados de lucratividade, produção, produtividade, inovação, crescimento e desenvolvimento dos negócios etc., no momento em relação aos anos anteriores.

c) Análise Externa do Meio Ambiente

Trata-se de uma análise do ambiente externo, ou seja, das condições externas que rodeiam a empresa e que lhe impõem desafios e oportunidades. Essa análise externa geralmente envolve:

- mercados abrangidos pela empresa, suas características atuais e tendências futuras, oportunidades e perspectivas;
- concorrência ou competição, isto é, empresas que atuam no mesmo mercado, disputando os mesmos clientes ou consumidores ou disputando os mesmos recursos;
- fatores externos como a conjuntura econômica, tendências políticas, sociais,

culturais, legais etc., que afetam toda a sociedade e todas as empresas nela situadas.

d) Formulação das Alternativas Estratégicas

Nesta quarta fase do Planejamento Estratégico procura-se formular as várias alternativas possíveis de estratégias ou de meios que a empresa pode adotar para melhor alcançar os objetivos organizacionais pretendidos, tendo em vista as suas condições internas e as condições externas existentes ao seu redor. As alternativas estratégicas constituem os cursos de ação futura que a empresa pode adotar para atingir seus objetivos globais.

ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS (AFO)

De um modo genérico, o Planejamento Estratégico de uma empresa se refere ao produto (os bens que a empresa produz ou os serviços que presta) ou ao mercado (onde a empresa coloca seus produtos ou bens ou onde ela presta seus serviços). Daí a matriz produto/mercado com as várias alternativas estratégicas:

A MATRIZ PRODUTO/MERCADO E SUAS ALTERNATIVAS

Se o principal objetivo organizacional, por exemplo, é o lucro, parece intuitivo que existe uma infinidade de cursos de ação futura que a empresa pode adotar para alcançar esse objetivo. Cada um desses possíveis cursos de ação futura deve ser analisado, avaliado e comparado com os demais em termos de custos, investimentos necessários, riscos envolvidos, disponibilidades existentes, possíveis resultados decorrentes e interesses envolvidos.

I 1. MERCADOS

A. Fator xtarno::

1. EoonBmicos

I 2. Sociologia:

I 3. Tecnológico:

i. Polttioo:

I B. Matriz produtò/nerr. O:

Produto atwl: Now oroduto:

Mtrc,do

I atwl

no .illk

I 2. CONCORRENZIA

A. P r a o o n : u m i d o r n :

I 1. Q ,p,n ,o m nrrado: ~I.cionrdo:

I 2. Outn: rrrrrrriru d

g. P n ncurt :

I 1. Finrno:iro:

I 2. P i:

d xprctrtn:

I ~.Outro:

d oninrt

DESENVOLVIMENTO DO PLANO

ESTRATÉGICO

Adaptado de: John W. Humble, Improving Business Results, London, McGraw-Hill Book Co.. 1969.

Com todos esses elementos - objetivos organizacionais, análise das condições inter-nas, análise das condições externas e alternativas estratégicas, a empresa tem condições para preparar seu Planejamento Estratégico. O Planejamento Estratégico deve especificar, em linhas gerais, onde a empresa pretende chegar no futuro e como se propõe a fazê-lo a partir do presente.

O Planejamento Estratégico deve comportar decisões sobre o futuro da empresa. As principais decisões incluídas em um Planejamento Estratégico são as seguintes:

- objetivos orgonizocionais globais que a empresa pretende atingir a longo prazo e seu desdobramento em
- objetivos departamentais detalhados para cada um de seus departamentos ou unidades;
- as atividades esco/hidas, isto é, os produtos (bens ou serviços) que a empresa pretende produzir;
- o mercado visado pela empresa, ou seja, os consumidores ou clientes que a empresa pretende abranger
- com seus produtos;
- os /ucros esperados para cada uma de suas atividades;
- alternativas estratégicas quanto às suas atividodes (manter o produto atual; desenvolver o produto atual, introduzir novos produtos);
- alternativas estratégicas quanto ao mercado (manter o mercado atual, maior penetração no mercado atual, desenvolver novos mercados);
- interação vertical em direção aos fornecedores de recursos ou integração horizontal em direção aos últimos consumidores ou clientes;
- novos investimentos em recursos (materiais, financeiros, máquinas e equipamentos, recursos humanos, tecnologia etc.) para inovação (mudanças) ou para crescimento (expansão); etc.

3. Desenvolvimento dos Planos Táticos

A partir do Planejamento Estratégico, a empresa pode partir para o Planejamento Tático.

Melhor dizendo, o Planejamento Estratégico passa a ser desdobrado em vários Planejam-
tos Táticos, ou Planos Táticos, simplesmente. Os Planos Táticos precisam ser adequada-
mente integrados e coordenados para não prejudicar o Planejamento Estratégico. Humble" salienta que, geralmente, os principais Planos Táticos se referem a quatro áreas de atuação: ,

a) P/anejamento organizacional a respeito da estrutura da organização mais adequada ao alcance dos obje-

tivos globais e estratégicos da empresa, suas possíveis alterações e suas tendências para o futuro.

b) Planejamento do desenvolvimento produto/mercado, indicando as opções, da empresa em relação à

matriz produto/mercado e aos seus desdobramentos possíveis em termos de alternativas estratégicas

quanto às suas atividades (produto) e quanto ao seu mercado, a possível integração vertical ou horizontal

daí decorrente.

c) Planejamento do desenvolvimento de recursos para as operações da empresa, envolvendo recursos físicos

e materiais (máquinas, equipamentos, matérias-primas), recursos tecnológicos (métodos e processos,

tecnologias), recursos financeiros (investimentos, financiamentos), recursos humanos (treinamento e

desenvolvimento de pessoal e de gerentes) etc.

d) Planejamento de operações da empresa relacionadas com a produção e com a comercialização. Enquanto

o planejamento da produção se refere a como o produto será produzido (quantidades, matéria-prima

necessária, mão-de-obra envolvida, carga de máquinas, níveis de qualidade, estoque de matérias-primas e

John W. Humble, Improving Business Results, London, McGraw-Hill Book Co., 1984

de produtos acabados etc.), o planejamento da comercialização se refere a como o produto será comercializado ou vendido (preços, cotas por regiões e pelo vendedor, previsão de vendas, programação de propaganda e de promoção etc.).

Planos
táticos:

Planos
operacionais:

Planos
detalhados:

Objetivos
departamentais
de cada gerente

DESENVOLVIMENTO DOS PLANOS TÁTICOS

Adaptado de: John W. Humble, *Improving Business Results*, London, McGraw-Hill Book Co., 1969

Para que cada um desses quatro planos táticos possa ser implementado e produzir efeitos, é preciso que cada um deles seja novamente desdobrado em outros planos operacionais mais específicos. Enquanto o Planejamento Tático se refere ao médio prazo, um Plano Operacional é mais detalhado e se refere ao curto prazo.

CICLO DA APO

A APO envolve um comportamento cíclico de tal forma que o resultado de um ciclo permite, através de correções e ajustamentos no ciclo seguinte, a retroação proporcionada pela avaliação dos resultados. Esse ciclo, como já vimos, costuma corresponder ao exercício fiscal da empresa (geralmente um ano) para facilidade de execução e de controle. Os principais auto-

res da APO apresentam modelos bastante variados, cujos ciclos apresentam conteúdos diferentes. À guisa de mera amostragem, damos abaixo alguns modelos de ciclos de APO:

1. Modelo de Humble

John W. Humble define a APO como "um sistema dinâmico que procura integrar as necessidades da companhia de definir e atingir seus alvos de lucro e crescimento com a necessidade

Planos
táticos:

Planos
operacionais:

ESQUEMA TÍPICO DE PLANOS TÁTICOS

Adaptado de: John W. Humble, Improving Business Results, London, McGraw-Hill Book Co., 1969

ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS (APO1)

do gerente de contribuir e de desenvolver-se. É um estilo de gerência exigente e recompensador.

Humble salienta que o funcionamento de um programa de APO provê os seguintes aspectos

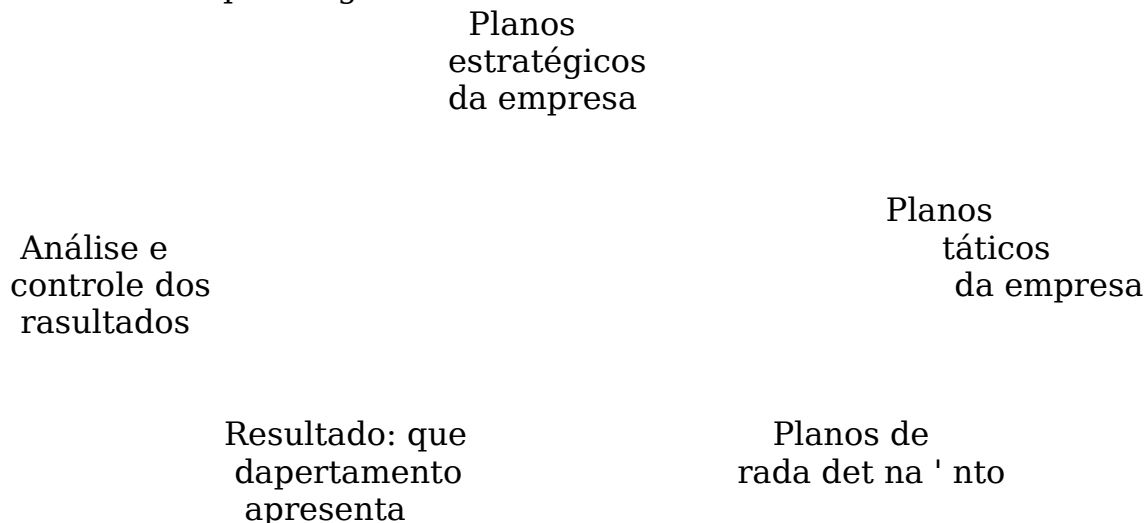
- . A revisão crítica dos planos estratégicos e táticos da companhia.
- . Esclarecimento para cada gerente dos resultados-chave e padrões de desempenho que ele precisa atingir.
- . Estes estão ligados aos objetivos departamentais e organizacionais, aumentando seu engajamento e sua contribuição para estes objetivos.
- . Criação de um plano de melhoria da função que permita mensurar sua contribuição para o alcance dos objetivos da companhia.
- . Estabelecimento de condições que permitam atingir os resultados-chave e o plano de melhorias, como:

- uma estrutura de organização que dê ao gerente a máxima liberdade e flexibilidade de operação,
- um sistema de informações para a gerência com uma frequência e dinamismo que tornem mais eficaz o autocontrole e possibilitem decisões melhores e mais rápidas.

- . Uso sistemático da avaliação de desempenho para ajudar os gerentes a superarem seus pontos fracos, aproveitarem seus pontos fortes e aceitar a responsabilidade pelo autodesenvolvimento.
- . Aumento da motivação do gerente por maior responsabilidade, melhores planos de salário e planejamento de carreira.

Todos esses aspectos são interdependentes e a natureza dinâmica do sistema pode ser

demonstrada pelo seguinte ciclo:



George Odiorne propõe um modelo composto por um ciclo de sete etapas, a saber:

a) Estabelecimento de medidas de desempenho da organização e delineamento dos objetivos organizacionais a serem alcançados.

de John W. Humble, *Improving Business Results* etc.

9 John W. Humble, *Improving Management Performance*, London, British Institute of Management, 1977

de George Odiorne, *Management by Objectives*, etc., p. 79.

b) Revisão na estrutura da organização em função dos objetivos pretendidos.

c) A partir das duas etapas anteriores, cada superior estabelece alvos e medidas de avaliação para seus subordinados. Cada subordinado, por seu lado, propõe alvos e medidas de avaliação para o seu próprio trabalho.

d) O superior e cada um de seus subordinados chegam a um acordo comum em relação aos alvos e medidas de avaliação do trabalho do subordinado, levando-se em consideração os objetivos da organização, bem como as medidas de desempenho da organização.

e) Acompanhamento contínuo efetuado sobre resultados periódicos do trabalho do subordinado à frente dos prazos intermediários previamente estabelecidos na etapa 4.

Consideram-se aqui novas entradas de dados e situações capazes de modificar os objetivos e abandonam-se os alvos inadequados.

f) Avaliação periódica e cumulativa dos resultados do trabalho do subordinado em relação aos alvos estabelecidos para ele. Trata-se aqui de uma avaliação do desempenho do subordinado, dos seus pontos fortes e fracos, bem como da proposição de medidas para o seu desenvolvimento.

g) Avaliação do desempenho da organização como um todo. Essa avaliação do desempenho da organização (das suas divisões, departamentos etc., do seu potencial humano e dos demais recursos à disposição) é o elemento de retroação para o início do ciclo seguinte.

MODE O DE ODIORNE

fonte: George Odiorne, Management by Objectives, New York, Pitman Publishing Co., 1965, p. 78

ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS (APO1

DESENVOLVIMENTO DE EXECUTIVOS

A Administração por Objetivos geralmente está interligada a um Programa de Desenvolvimento de Executivos.

Diz Humble² que o homem é a base da empresa e, no entanto, o que se faz é torná-lo elemento passivo apático, atento ao relógio, desinteressado de atingir os alvos estabelecidos, rotineiro, inflexível, dependente de seus superiores. "A Administração por Objetivos tem um ponto de vista completamente diferente.

Suas técnicas baseiam-se na experiência prática de que o administrador responde com vitalidade aos objetivos verdadeiramente desafiantes, se tiver colaborado na fixação desses

objetivos e se trabalhar num clima organizacional que estimule o autodesenvolvimento e o autocontrole e que facilite as comunicações." Mais

adiante, acrescenta que "pode-se recear que a Administração por Objetivos venha a provocar antagonismos

entre os administradores: sua insistência quanto à mensurabilidade e resultados pode torná-los mais vulneráveis

ao mal uso. O administrador, em geral, deseja profundamente merecer o uso favorável quando submetido a provas cujos critérios tenham sido por ele oportunamente influenciados

Um grave problema das organizações é o conflito entre as aspirações e expectativas democráticas dos empregados e a participação muito limitada na tomada de decisões. O problema está na grande dificuldade de

integrarem objetivos pessoais e objetivos organizacionais.

A Administração por Objetivos é "... um processo pelo qual os gerentes e subordinados de uma

organização de responsabilidade compartilhada identificam em conjunto seus objetivos comuns, definem as áreas de atuação e as medidas como orientações para

cada indivíduo em termos dos resultados que dele se esperam, usando essa orientação para operar a unidade e assessorar a contribuição de cada um de seus membros"²³.

Os diversos sistemas de APO variam muito quanto à ênfase dada ao desempenho e à

recompensa como salários, promoção e maiores responsabilidades. A maioria sugere que a

discussão sobre desempenho deve ser separada da revisão de salário. Alguns chegam a sugerir

que o que acontece entre o superior e o subordinado em relação à obtenção de resultados

não deve ser considerado durante a revisão de salário. No fundo, a APO está estreitamente

ligada à motivação e ao desenvolvimento pessoal do executivo

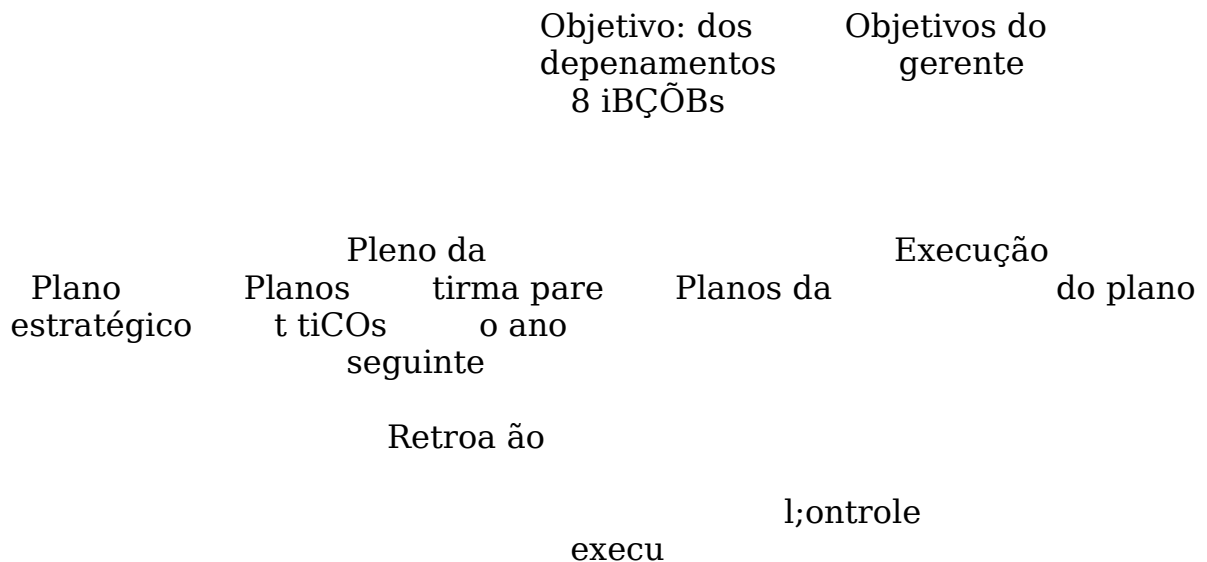
Introduzida de maneira certa, a APO pode provocar um aumento de motivação, especialmente

se os objetivos forem determinados em conjunto com os superiores e se o superior for considerado mais como um orientador do que como um juiz, e se todos os que alcançaram um bom desempenho forem recompensados. Alguns administradores de alto nível cometem o erro de ver a APO principalmente como uma ferramenta de controle e avaliação. Certamente, a APO pode conter ambos, mas essa não é a sua idéia principal.

Programa de Desenvolvimento de Executivos

Terminada a elaboração dos Planos Táticos, dentro da orientação traçada pelo Plano Estratégico, a empresa já tem condições de estabelecer os planos para cada unidade da organização (departamentos e seções) e, a partir daí, os objetivos que caberão a cada executivo.

- 2 John W. Humble, Improving Management Performance, cit.
- 22 John W. Humble, Improving Management Performance, cit.
- 23 John W. Humble, Improving Management Performance, cit.



ASPECTOS DA APO QUE PROPORCIONAM O DESENVOLVIMENTO DOS EXECUTIVOS

Adaptado de: John W. Humble, *Improving Business Results*, London, McGraw-Hill Book Co., 1969.

Paralelamente, aparece o problema de preparação adequada do executivo que o habi-

lite a alcançar adequadamente os objetivos propostos. Surge então um dos aspectos mais

intéressantes da APO: o programa de desenvolvimento de executivos. Não adianta traçar

objetivos se o executivo não tem condições, pessoais e profissionais, de alcançá-los, colo-

=:; cando em risco todo o funcionamento do sistema.

Lodiu expõe o problema das necessidades da empresa em paralelo com as necessidades

do executivo e o plano de desenvolvimento de executivos capaz de propiciar uma solução

adequada (ver quadro da página seguinte).

A simples definição dos objetivos e dos resultados que cada executivo deve alcançar de

nada vale se não for feito paralelamente um programa de desenvolvimento dos executivos

que trate das qualificações necessárias dos executivos, seu recrutamento e seleção, a classifi-

cação e avaliação do cargo e estruturas de salário. Na avaliação dos resultados alcançados,

identifica-se também o desenvolvimento potencial de cada executivo, seu treinamento e aper-

feiçoamento, bem como seu esquema de recompensas salariais.

O programa de desenvolvimento de executivos geralmente segue as seguintes fases:

- a) análise dos resultados-chave do ciclo de atividades
- b) plano de ação em termos de prioridades preestabelecidas;
- c) avaliação do desempenho dos executivos em função dos resultados alcançados;
- d) elaboração do próximo plano de ação cobrindo um novo ciclo de

atividades;

e) treinamento individual e em grupo baseado na análise de necessidades do executivo e nos resultados avaliados.

Lodizs apresenta um modelo que pode ser sintetizado no gráfico da página seguinte:

z` João Bosco Lodi, Admtnistrução por Objetivos, cit.
zs Jogo Bosco Lodi, Administração por Objetivos, cit., p. 87

ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS (APO)

NECESSIDADES DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA	FASES DO PROGRAMA	
	NECESSIDADES DO EXECUTIVO	DE DE EXECUTIVOS
Fixar metas para esclarecer os Objetivos Anuais	"Digam-me o que esperam de mim."	Plano de Objetivos
Individuais		
Conseguir a melhor utilização dos Planejamento da Organização	"Dêem-me oportunidade de fazê-lo."	Remoção de barreiras à ciência
Recursos Humanos		
efi-		
Orientar os Recursos Humanos de Desempenho	"Digam-me como vou indo."	Avaliação
para atingir a eficiência.		
Corrigir desvios no desempenho	"Orientem-me quando eu pre-	
Treinamento e Orientação dos executivos.		
Retribuir o valor da contribuição	"Paguem-me de acordo com minha	
Classificação de Cargos Execu-	contribuição."	tivos
individual.		Sistema de Remuneração
Garantir o futuro do negócio.	"Favoreçam meu progresso."	Plano de
Sucessão		

A INTER-RELAÇÃO DE NECESSIDADES

Fonte: João Bosco Lodi, desenvolvimento de Executivos. A Experiência Brasileira. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1978, p. 7.

MODELO PARA DESENVOLVIMENTO DE EXECUTIVOS

SEGUNDO LODI

Fonte: João Bosco Lodi, Administração por Objetivos. Uma Crítica, São Paulo. Livraria Pioneira Editora. 1972, p. 87.

No fundo, a APO procura integrar os objetivos de lucro e desenvolvimento da empresa com os objetivos individuais dos executivos que estão incumbidos de sua execução. Mais ainda, o desenvolvimento da empresa deve ser conduzido em paralelo com o desenvolvimento de seus gerentes e de todo o pessoal envolvido.

APRECIÇÃO CRÍTICA DA APO

A APO não é uma fórmula mágica, mas um meio de desenvolver um trabalho ordenado e consciente para conhecer com razoável probabilidade o resultado futuro das decisões. Como a APO envolve um processo político (definição política dos propósitos que animam a organização), um processo de planejamento (o planejamento organizacional, o planejamento estratégico e o planejamento tático) e um processo de direção (envolvendo a supervisão média e a execução), é muito comum que um ou mais desses três processos não funcione bem. Aí começam a ocorrer problemas com a APO.

1. Os Dez Pecados Capitais da APO

Humble assegura que existem dez maneiras garantidas de se fracassar com a APO, a saber:

- a) não obter a participação da alta gerência;
- b) dizer a todos que a APO é uma técnica suprema capaz de resolver todos os problemas;
- c) adotar a APO dentro de um programa acelerado;
- d) fixar somente objetivos quantificáveis;
- e) simplificar ao extremo todos os procedimentos;
- f) aplicar a APO em áreas isoladas - não fazer a companhia participar globalmente;
- g) delegar todo o projeto da APO a pessoal de nível inferior;
- h) concentrar em indivíduos e ignorar os problemas de grupo;
- i) inaugurar o sistema com uma festa e depois deixá-lo andar sozinho: nunca verificar como está andando;
- j) ignorar as metas pessoais dos gerentes, concentrando-se apenas nos objetivos da companhia.

2. Crítica de Levinson

Levinson salienta que a APO deixa de levar em conta as raízes mais profundas,

emocionais

e motivacionais de um gerente, pois ela pode colocar o gerente em uma posição parecida com

a de uma cobaia em laboratório, à frente de apenas duas alternativas: ou acerta o caminho

pelo labirinto e come ou então passa fome simplesmente.

7. zb John W. Humble, citado na Revista International Management, mar.1971, p.

z Harry Levinson, "Administração pelos Objetivos de Quem?", Harvard Business Review, jul.1970. Arti-

go publicado em português pela Revista Expansão, n° 14, pp. 53 a 62, jun. 1972.

Levinson acha bastante sensata a intenção da APO em:

- a) esclarecer as funções de um cargo e medir o desempenho em relação às próprias metas do funcionário;
- b) fazer com que ambos, superior e subordinado, examinem as mesmas questões ao avaliar o desempenho do último;
- c) tentar para que haja acordo mútuo quanto às obrigações do subordinado.

Segundo Levinson, o processo "ideal" da APO deve desenvolver-se em cinco etapas, a saber:

- a) "discussão do funcionário com seu superior a respeito da descrição de funções feita pelo próprio subordinado;
- b) fixação de alvos de desempenho a curto prazo;
- c) entrevistas com o superior para discussão do progresso alcançado até certo momento;
- d) estabelecimento de pontos de verificação para aferir o progresso;
- e) discussão entre o superior e o subordinado, ao fim de determinado prazo, para avaliar resultados dos esforços desenvolvidos pelo subordinado.

O ideal é que esse processo seja acompanhado de contatos mais frequentes, até mesmo

; diários, e esteja separado da análise salarial^{2s}.

Assim, os principais aspectos críticos da APO são:

- a) A descrição de funções é essencialmente estática: compõe-se de uma série de afirmações e dificilmente identifica os objetivos do trabalho. Quando muito, caracteriza objetivos que representam uma pequena fração do trabalho.
- b) O preestabelecimento de metas e de tarefas permite pouca ênfase às partes que ficam a critério do funcionário.
- c) A descrição de funções se limita àquilo que o próprio funcionário executa em seu trabalho, não considerando a interdependência com os outros cargos. Quanto mais a eficiência de um homem depende do que fazem outras pessoas, menos ele pode ser responsabilizado pelos resultados de seus esforços.
- d) A avaliação do desempenho visa a orientar o subordinado, e deveria considerar as condições gerais em que estão trabalhando o superior e o subordinado, bem como informar a respeito do ajustamento do subordinado ao sistema.
- e) A fixação e evolução de objetivos é feita durante um período curto demais para que haja interações adequadas entre os diferentes níveis da organização. Não há muita oportunidade para que colegas de traba-

Isto estabelece juntos, seus objetivos: tanto a fixação dos objetivos como a avaliação do desempenho contribuem muito pouco para a criação de um espírito de equipe e de um autocontrole mais eficiente.

Concluindo, Levinson afirma que "a Administração por Objetivos e os processos de avaliação de desempenho, como são geralmente executados, são inerentemente autodestrutivos a longo prazo, por serem baseados em uma psicologia de recompensa e punição que intensifica a pressão exercida sobre cada indivíduo, proporcionando-lhe ao mesmo tempo uma escolha de objetivos muito limitada. Tais processos podem ser melhorados, examinando-se as pressuposições psicológicas nas quais se baseiam, ampliando-os de forma a incluir avaliação coletiva e dando-se prioridade às metas pessoais dos funcionários. Essas práticas exigem que haja na organização elevados padrões éticos e responsabilidade pessoal em alto grau" '29.

2s Harry Levinson, "Administração pelos Objetivos...", Harvard Business Review, cit., p. 54.

29 Harry Levinson, "Administração pelos Objetivos...", Harvard Business Review, cit., p. 62.

3. Crítica de Lodi

Lodi refere-se aos riscos da APO e à vantagem ou ameaça dos objetivos⁰:
Embora a APO

seja um método provado capaz de obter resultados acima daqueles que em geral são alcança-

dos por empresas que não formulam suas próprias metas, nem procuram motivar seus geren-

tes e direiores, Lodi lembra que a APO. tende a exigir muito de cada um e que as pessoas

devem ser preparadas para receberem o método e para poderem aplicá-lo criteriosamente.

Do contrário, poderão advir diversos males, a saber:

a) Irritação, hostilidade e perda do cliente, pois um gerente apressado e tenso transfere para o cliente a pres-

sgo que recebe da organização para produzir mais.

b) Crises pessoais - o gerente que não está no lugar certo e que não ajustou suas metas pessoais aos obje-

tivos da organização tem uma dupla batalha a travar: consigo mesmo e com os objetivos.

c) Oportunismo e desprezo pelos meios - o gerente pode ser levado a desprezar as atividades-meio e que lhe

dão apoio (contabilidade, pessoal, administração etc.) para se concentrar exclusivamente nos seus obje-

tivos.

d) Individualismo e falta de colaboração - é o caso do salve-se quem puder, muito comum quando os obje-

tivos não foram aplicados com o devido equilíbrio³.

e) Geralmente, a APO implica uma centralização das metas e uma certa descentralizaçã da execução. Há o

perigo de tudo ser desfeito pelo temperamento irascível e voluntarioso de um presidente^{3z}.

f) O contínuo desempenho para resultados a curto prazo produz oportunismo e desprezo aos meios de

trabalho. O planejamento do trabalho é uma das tarefas que mais sofrem com isso. A liderança baseada

em princípios também pode degenerar em pressgo para lucros.

g) A ênfase nos resultados a curto prazo leva os gerentes a pensarem que os resultados menos tangíveis e os

de longo prazo são problemas da alta direção e não seus.

h) Pode ocorrer falta de colaboração entre departamentos. Cada executivo de alto nível, nessas unidades, é

levado a crer que o que interessa são os resultados de sua área e que ele não é co-responsável pela colabo-

ração comum. Essa crença no trabalho isolado é prejudicial à organização moderna, pois a tarefa organi-

zacional é fruto de interdependência dos vários departamentos.

i) A APO pode levar o gerente a se concentrar exclusivamente nos resultados a curto prazo que provoquem

a sua promoção, deixando de lado os resultados de longo prazo pois estes trarão recompensas apenas ao seu sucessor.

Lodi" lembra ainda que a formulação de uma estratégia esbarra num conflito entre os objetivos a longo prazo e os objetivos a curto prazo. O planejamento a longo prazo apresenta diversas vantagens educativas para a gerência: permite compreensão mais clara dos futuros impactos sobre as decisões atuais, maior consciência das mudanças econômicas e sociais, antecipação das áreas que requerem mudanças futuras, aumento da velocidade das informações relevantes para controle e implementação mais rápida das futuras decisões. Porém, os gerentes tendem a desprezar os objetivos estratégicos em benefício de resultados espetaculares a curto prazo, porque percebem que o sistema de compensação premia o desempenho espetacular imediato, em detrimento de uma contribuição para os resultados futuros do negócio.

30 Jogo Bosco Lodi, Administração por Objetivos, cit., Cap. 2. Jogo Bosco Lodi, Administração por Objetivos. Uma Crítica. cit., Cap. 3.

3 Jogo Bosco Lodi, Administração por Objetivos. Uma Crítica, cit., p. 95.

32 Jogo Bosco Lodi, Administração por Objetivos, cit., p. 60.

33 Jogo Bosco Lodi, Administração por Objetivos, cit., p. 131.

ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS (APO)

4. Outras Críticas

Existem inúmeras outras críticas à APO, a saber:

- a) Os objetivos da empresa são definidos muito superficialmente e não retêm todos os interesses da companhia.
- b) Não houve experiência adequada para a realização do plano; o levantamento foi incompleto ou foi efetuado fora de época.
- c) Quando os resultados imediatos não são acessíveis, as pessoas ficam impacientes para com todo o projeto.
- d) As empresas geralmente falham em tomar providências para revisar, atualizar periodicamente o plano em vista de mudanças na companhia, flutuações econômicas e mudanças nas tendências sociais.

ALGUNS BENEFÍCIOS DA APO	ALGUNS PROBLEMAS COM A APO
Aclaramento dos objetivos	Coerção sobre subordinados
Melhoria do planejamento	: Aprovação de objetivos incompatíveis
Padrões claros para controle	Papelório em excesso
. Aumento da motivação	Focalização sobre resultados mais
facilmente mensuráveis do	que sobre resultados mais importantes
Avaliação mais objetiva	Perseguição rígida de objetivos que
Melhoria do moral	
poderiam ser abandonados	

Fonte: David R. Hampton, Contemporary Management, New York, McGraw-Hill Book Co., 1977, p. 137

Há que se considerar, entretanto, que todas as críticas aqui expostas são decorrentes dos abusos e da má interpretação da APO. Sua aplicação apressada sem a devida preparação das políticas e do pessoal pode conduzir a resultados desastrosos. Em boas mãos e, dependendo do tipo de organização, a APO pode levar a empresa a uma eficácia sem precedentes.

SUMÁRIO

1. A APO surgiu a partir da década de 50 em função de exigências ambientais e internas que as organizações passaram a sofrer.

2. Cada autor tende a desenvolver o seu modelo de APO. As características da APO, malgrado as diferenças de enfoque dos vários autores, podem ser definidas genericamente:

- estabelecimento conjunto de objetivos para cada departamento, entre o executivo e o superior,
- interligação de objetivos departamentais, elaboração de planos táticos e planos operacionais, com ênfase na mensuração e no controle, sistema contínuo de avaliação, revisão e reciclagem, participação atuante da chefia, apoio intenso do staff principalmente durante os primeiros períodos.

3 . Como a APO se assenta sobre objetivos, os critérios para fixação de objetivos são fundamentais para o sucesso do sistema.

ABORDAGENS PRESCRITIVAS E NORMATIVAS
DA ADMINISTRAÇÃO

ASPECTOS PRINCIPAIS NEOCLÁSSICA	TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS		
	TEORIA CLÁSSICA	TEORIA CLÁSSICA	TEORIA CLÁSSICA
Abordagem da Organização Formal e Organização	Organização Formal	Organização Informal	Organização Informal
	Exclusivamente	Exclusivamente	Informal
Conceito de Social com Organização serem	Estrutura Formal como conjunto de órgãos, cargos e tarefas	Sistema Social como conjunto de papéis sociais alcançados racionalmente	Sistema objetivos a
Principais Representantes Newmann, Humble,	Taylor, Fayol, Gilbreth, Gantt, Gulick, Urwick, Mooney, Emerson. Sheldon	Mayo, Follett, Roethlisberger, Dubin, Jucius, Cartwright, French, Zalesnick, Tannen- baum, Lewin, Viteles, Homans, Maier	Drucker, Koontz, Gelinier, Schleh, Dale
Característica Básica Técnica Social Básica, da Administração	Engenharia Humana/ Engenharia de Produção		Ciência Social Aplicada
Concepção do Homem Homem Organizacional	Homo Economicus		Homem Social e Administrativo
Comportamento racional e social Organizacional do para o alcance i Indivíduo individuais	Ser isolado que reage como indivíduo (atomismo tayloriano)	Ser social que reage como membro de grupo de objetivos e organizacionais	Ser voltado
	Ciência mais relacionada	Engenharia	Psicologia Social
Tipos de Incentivos Incentivos mistos	Incentivos materiais e salariais	Incentivos sociais e simbólicos	

Relação entre Objetivos Interesse5. Integração entre Objetivos	Identidade de Interesses. Identidade de	
Organizacionais e	Não há conflito	. Todo conflito é
Objetivos Individuais	perceptível	indesejável e deve ser
Organizacionais e	evitado	Objetivos Individuais
Resultados Almejados: Eficiência Ótima	Máxima Eficiência	Máxima Eficiência

AS ABORDAGENS PRESCRITIVAS E NORMATIVAS DA TEORIA ADMINISTRATIVA

4. O Planejamento Estratégico é geralmente o planejamento global e a longo prazo que orienta todo o sistema. Para tanto, deve ser desdobrado e detalhado em Planos Táticos, os quais são detalhados ainda em Planos Operacionais.

ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS (APO)

5. A APO é desenvolvida através de ciclos que variam conforme os autores.
6. Igualmente os esquemas de desenvolvimento de executivos segundo a APO variam conforme os autores.
7. Todavia, a APO apresenta uma série de limitações ao lado das vantagens que proporciona. Torna-se necessária uma cuidadosa apreciação crítica, pois a APO não é um remédio para todos os males da organização.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Como surgiu a APO?
2. Quais as principais características da APO?
3. Quais os critérios para a fixação de objetivos?
4. O que é um objetivo?
5. Explique o que significa uma hierarquia de objetivos.
6. Defina estratégia e tática.
7. O que é Planejamento Estratégico, Planejamento Tático e Planos Operacionais?
8. Explique o ciclo da APO.
9. O que é um Programa de Desenvolvimento de Executivos, segundo a APO?
10. Quais as principais críticas feitas à APO?
11. Faça um comparativo entre alguns benefícios e alguns problemas trazidos pela APO.

CASO FERRAMENTAS FRANCO S.A.

A Ferramentas Franco S.A. é uma das componentes do Grupo Franco, de características multinacionais, especializada na fabricação de ferramentas manuais. A Ferramentas Franco possui uma fábrica em São Paulo, com 15.000 m² de área construída, abrangendo um total de 600 operários. Além desta fábrica, o Grupo Franco possui uma unidade fabril na Alemanha, destinada a abastecer o Mercado Comum Europeu (MCE) e a Alemanha propriamente dita, e uma fábrica na Irlanda do Norte, com a finalidade de suprir os países não pertencentes ao Mercado Comum Europeu.

A linha de produtos de ferramentas manuais é extremamente extensa, sendo que a matriz na Alemanha apresenta em seu catálogo cerca de 22.000 artigos diferentes. Sua congênera no Brasil apresenta 2.000 artigos em sua linha de produtos.

A Ferramentas Franco começou a operar em outubro de 1964 no Brasil, com um programa bastante reduzido de fabricação, estendendo-se tão-somente à linha

de chaves (fixas,
estrela e combinadas) e enfrentando na ocasião a forte concorrência dos
fabricantes euro-
peus e especialmente a importação de ferramentas oriundas dos países da
cortina de ferro
(Tchecoslováquia, Polônia etc.), geralmente chegadas ao país a preços de
dumping.

Com grandes dificuldades, a companhia subsistiu ao mercado brasileiro, procurando utilizar uma estratégia de venda de competição aos produtos importados para conquistar palmo a palmo a revenda a cada freguês. Esta política veio provocar, pela competição que se desenvolvera, baixa remuneração e rentabilidade pelos produtos vendidos, aumentos consideráveis nas condições de pagamento e enormes problemas de cadastro e cobrança, já que a política de vendas dirigida às indústrias consumidoras de ferramentas importadas criou 7.000 clientes a serem atendidos em todo o país. Tal situação perdurou até 1968, quando a empresa conseguiu inscrever seu produto na pauta de produtos protegidos com relação às importações de produtos estrangeiros permitida pelo governo. Com esta proteção conferida ao produto nacional (proibição de importação de produto congênere) a Ferramentas Franco pôde desenvolver-se rapidamente, atingindo em 1969 uma produção de 2.000 artigos diferentes, detendo 80% do mercado nacional para as referidas ferramentas. Entretanto, nesse mesmo ano, dois concorrentes até então bastante inexpressivos obtiveram junto a fabricantes europeus a adesão para concessão de know-how para a fabricação de ferramentas, sendo que, após determinado período de tempo, as empresas européias passariam a deter a maioria das ações das duas referidas empresas nacionais. Os dois concorrentes utilizaram-se de uma forma bastante rápida e eficaz para contornar sua inexpressividade no mercado em termos de produto, conseguindo uma interessante jogada: equipamento, tecnologia e financiamento generoso para suas realizações.

No início de 1970, a Ferramentas Franco viu-se colocada diante de dois competidores também multinacionais e que, por uma estratégia que visava unicamente assumir melhor posição no mercado, fabricavam a mesma linha de produtos e procuravam penetrar na clientela da Ferramentas Franco a todo custo, forçando uma guerra de preços e de condições de pagamento. Esse estado de coisas perdurou durante o ano de 1970, sendo o resultado final bastante desalentador. A Ferramentas Franco apresentara prejuízos em seu balanço de 1970.

Para o período de 1971, e em virtude dos resultados negativos, foi eleita uma nova diretoria, composta em parte de elementos participantes de diretorias anteriores e em parte de novos elementos, a saber:

1. Diretor Superintendente, Alvin Strottenberg 48 anos de idade, homem do grande sucesso profissional, novo na empresa, tendo exercido a mesma função em importante companhia do setor automobilístico.

Sua formação profissional é bastante eclética.

2. Diretor Financeiro, José Paulo Soares, 46 anos de idade, remanescente na companhia. Homem de formação especializada, com trabalhos sempre voltados para a área financeira. Elemento de grande reputação profissional, tendo participado de várias missões financeiras do governo, antes de dedicar ao setor privado.

3. Diretor Industrial, Francesco Cardinale, 37 anos, elemento novo na companhia tendo ocupado diversas funções de responsabilidade, sendo sua última ocupação o cargo de Gerente de Produção de uma das maiores indústrias automobilísticas do país.

4. Diretor Comercial, Florencius Augustus Magnus, 35 anos, formação eclética, com substancial experiência profissional no campo de vendas. Elemento remanescente da diretoria anterior.

A Ferramentas Franco tinha como objetivo básico e determinado firmemente pela matriz desenvolver investimentos capazes de proporcionar retorno do capital aplicado ao longo de 4 anos. Este critério de retorno do capital atendia aos mesmos critérios utilizados pelas outras companhias pertencentes ao grupo, em função da experiência econômico-financeira da companhia, no âmbito europeu.

ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS (APO)

O Diretor Financeiro, acompanhado do Diretor Superintendente e do Diretor Industrial, colocava-se na posição rígida de somente aprovar o investimento caso o retorno fosse obtido em 4 anos, sem entretanto analisar outros aspectos do problema. O Diretor Comercial, ao analisar a posição relativa da companhia, demonstrara que a participação no mercado era de 80% em 1969, baixando para 65% em 1970. Em função da competição desenfreada no mercado, era cada vez mais baixa a contribuição dos produtos para o lucro da companhia. Notara uma brecha na linha de produtos dos concorrentes, o que permitiria à companhia não só ganhar novos mercados e fugir da faixa competitiva, como também preencher a lacuna de vendas dos demais produtos da atual linha de fabricação.

A Ferramentas Franco possui uma linha bastante extensa de ferramentas manuais, tendo realizado até 1969 uma política de vendas agressiva na distribuição de seus produtos já que seus concorrentes possuíam linhas incompletas. Entretanto, tornava-se necessário localizar uma brecha em torno da estratégia do produto; já que os concorrentes haviam obtido a tecnologia europeia a partir de 1969 e colocaram a Ferramentas Franco numa posição de baixa remuneração e lucratividade em suas vendas. O Diretor Comercial pesquisara e constatara que uma linha de alicates seria a solução como estratégia em termos de produto para a companhia. Examinara o mercado e chegara à conclusão de que as importações de alicates, que chegaram a US 2.000.000 em 1970, por correlação chegariam a US 3.000.000 em 1971. Com estes números obtidos a partir das licenças de importações no órgão controlador do governo, o Diretor Comercial constatara que nenhum dos concorrentes no mercado possuía a referida linha de alicates, nem tinham condições de desenvolvê-la imediatamente, já que a tecnologia para a sua fabricação seria extremamente especializada e exigiria um vultoso investimento. Calculou que o investimento para a implantação dessa linha chegaria a US\$ 800.000, com ampla margem de segurança. Magnus salientava que a matriz na Alemanha já havia desenvolvido com bastante sucesso a referida linha, tendo adquirido razoável experiência no setor. A única dificuldade era que o mercado interno não estava protegido (através de restrições à importação) contra importações de alicates, sendo que a tramitação

do processo para obtenção de uma Pauta de Preços de Referência poderia levar pelo menos dois anos até que fosse concedida pelo governo. Isto, evidentemente, prejudicaria o retorno do capital dentro do tempo previsto de 4 anos.

Em reunião da Diretoria realizada em fevereiro de 1971, o Diretor de Vendas expôs o seguinte ponto de vista:

- a) As contribuições por produto estavam caindo consideravelmente em função da guerra de preços.
- b) Uma possibilidade de compatibilização ou negociação com os concorrentes era praticamente impossível.
- c) As linhas dos três fabricantes eram similares quanto à qualidade do produto. Em função do know-how estrangeiro obtido pela concorrência, constatou-se uma similaridade da linha em torno da espécie do produto e variedade.
- d) A companhia não possuía uma estratégia de produto eficiente para fugir da competição dos concorrentes, em função da similaridade da espécie e variedade de produtos.

Tornava-se necessária a introdução imediata de uma linha de produtos capaz de permitir uma rentabilidade maior à companhia e que fugisse da competição direta e puxasse as vendas dos demais produtos. O investimento de US 800.000 (Cr 5.000.000,00 ao câmbio da época) era interessante, pois o mercado apresentava perspectivas de vendas para 600.000 alicates por ano. Um pré-cálculo de custo indicou um preço possível unitário de Cr 15,00

por alicate, o que possibilitaria um faturamento de Cr 9.000.000,00 que, comparado com a faturamento global da companhia de Cr 20.000.000,00, significaria um acréscimo de 45%.

Entretanto, o retorno do investimento somente seria possível ao cabo de 6 anos, já que haveria necessidade de um árduo período para introdução do artigo em termos de preços competitivos em relação aos alicates estrangeiros que abundavam o mercado nacional, ainda livres de qualquer proteção à indústria nacional. Além disso, a linha em termos de fabricação não se completaria em uma só oportunidade, mas em etapas, o que prejudicaria a andamento rápido das vendas desde o início do investimento. Por outro lado, argumentava Magnus que, uma vez ampliada e completada a linha, melhoraria sensivelmente a comercialização dos demais produtos da companhia junto aos seus clientes: o mercado estaria seduzido por alicates e faria concessões em torno de outros produtos para poder obtê-los. Salientava que o mercado seria conquistado em torno da linha global de produtos, com uma lucratividade maior para estes. Apenas restaria a impossibilidade de retorno do capital investido em 4 anos, em função principalmente da demorada regularização das pautas de importação de produtos estrangeiros congêneres e que somente poderiam ser eliminados gradualmente do mercado. Os revendedores jamais fariam estoques sobre estoques, mas os canais de distribuição seletiva (revendedores) utilizados pela companhia poderiam ser mais bem controlados em termos de cooperação e fidelidade à marca, pois:

a) Os concorrentes não tinham know-how específico para alicates e o volume de investimento necessário

seria, para estes, extremamente elevado, pois acabavam de investir em outras linhas para acompanhar o retorno de vendas da Ferramentas Franco.

b) A Ferramentas Franco poderia estabelecer um diálogo mais forte com seus revendedores em função de possuir uma linha exclusiva de extrema importância para o mercado.

As idéias do Diretor Comercial foram energicamente repelidas pelos demais membros

da Diretoria, que formulavam os seguintes pontos básicos:

a) Só achavam viável a introdução de uma linha de produtos que lhes desse um retorno em 4 anos, baseados

não-somente na linha de pensamento dos Acionistas europeus, que só consideravam rentável em torno de

25% ao ano para o capital investido.

b) Achavam a linha de produtos atual suficiente para o bom desenvolvimento das vendas no mercado.

c) Culpavam o Departamento de Vendas por utilizar inadequadamente as vias de distribuição, já que:

1. A linha de distribuição através de revendedores teria seus canais saturados pelas ofertas maciças dos três fabricantes.

2. O revendedor jamais trabalhava em termos de fidelidade com uma das marcas. Comprava geralmente de todos, jogando uns contra os outros para obter o melhor preço.

3. Por pesquisas levadas a efeito em outros anos, verificou-se que a indústria era um cliente potencial de ferramentas.

4. A venda direta à indústria permitiria a melhor divulgação da linha de produtos junto ao usuário, fuga da terrível competição de preços existente no nível do distribuidor e os novos custos de venda direta poderiam ser cobertos satisfatoriamente.

PARTE 6

ABORDAGEM ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

No início deste século, Max Weber, um sociólogo alemão, publicou uma extensa bibliografia a respeito das grandes organizações da sua época. Deu-lhes o nome de burocracia e passou a considerar o século XX como o século das burocracias, pois achava que estas eram as organizações características de uma nova época, plena de novos valores e de novas exigências. O aparecimento das burocracias coincidiu com o despontar do capitalismo, graças a inúmeros fatores, dentre os quais, a economia do tipo monetário, o mercado de mão-de-obra, o aparecimento do estado-nação centralizado e a divulgação da ética protestante (que enfatizava o trabalho como um dom de Deus e a poupança como forma de evitar a vaidade e a ostentação) .

As burocracias surgiram a partir da era vitoriana como decorrência da necessidade que as organizações sentiram de ordem e de exatidão e das reivindicações dos trabalhadores por um tratamento justo e imparcial. O modelo burocrático de organização surgiu como uma reação contra a crueldade e nepotismo e contra os julgamentos tendenciosos e parcialistas, típicos das práticas administrativas, desumanas e injustas do início da Revolução Industrial . Basicamente, a burocracia foi uma invenção social aperfeiçoada ao decorrer da Revolução Industrial, embora tenha suas raízes na Antiguidade histórica, com a finalidade de organizar detalhadamente e de dirigir rigidamente as atividades das empresas com a maior eficiência possível. Rapidamente, a forma burocrática de Administração alastrou-se por todos os tipos de organizações humanas, como as indústrias, as empresas de prestação de serviços, as repartições públicas e os órgãos governamentais, as organizações educacionais, militares, religiosas, filantrópicas etc. Certamente, caminhamos para uma crescente burocratização da sociedade. A organização burocrática é nitidamente

monocrática e está sustentada exclusivamente no direito de propriedade privada. Os dirigentes das organizações burocráticas - sejam proprietários ou não destas - possuem um poder muito grande e um elevado status social e económico. Passaram a constituir uma poderosa classe social.

W. G. Bennis e P. E. Slater, *The Temporary Society*, New York, Harper & Brothers, Publishers, 1968,
Cap. 3.

Sobre essa nova classe, um professor americano de Filosofia² publicou um livro, no decorrer da II Guerra Mundial, que veio a ter um sucesso editorial fora do comum³. Burnham parte do princípio de que nem o capitalismo, nem o socialismo terão longa duração. O sistema do futuro será o gerencialismo (managerialism), e a nova classe dirigente do mundo serão os administradores. O capitalismo, no sentido de propriedade, está ultrapassado e tende a desaparecer, constituindo apenas uma pequena fração no tempo da história humana. A classe dos gerentes nos levará a uma Revolução Gerencial e, com ela, a uma sociedade dirigida por gerentes, isto é, por administradores profissionais. O capitalismo está com seus dias contados devido à sua incapacidade de resolver os grandes problemas da humanidade, como o endividamento público e privado, o desemprego em massa, a depressão econômica, a precária distribuição da riqueza etc. Os próprios fundamentos básicos do capitalismo, como a propriedade privada, a iniciativa privada e o individualismo não seriam mais aceitos na sociedade do porvir. Também o socialismo estaria falido e prestes a desaparecer. A classe operária estaria se esvaziando e se tornando classe média. Os próprios países socialistas estariam dominados por uma nova classe dominante, divorciada dos interesses do povo: os burocratas.

Para Burnham, os gerentes seriam, no futuro, a nova classe dominante, a política seria totalmente dominada pela administração e pela economia, as posições-chaves seriam ocupadas por gerentes profissionais. Uma nova ideologia seria desenvolvida: maior ênfase no planejamento em detrimento da liberdade individual, mais responsabilidades e ordem do que direitos naturais, mais empregos do que oportunidades de emprego, o Estado se torna proprietário dos principais meios de produção.

No fundo, o livro de Burnham retrata o início de uma nova preocupação dentro da teoria administrativa: a visão de uma nova sociedade de organizações. O primeiro teórico das organizações foi incontestavelmente Max Weber. Weber estudou as organizações sob um ponto de vista estruturalista, preocupando-se fundamentalmente com sua racionalidade, isto é, com a relação entre os meios e recursos utilizados e os objetivos a serem alcançados pelas organizações burocráticas. A organização por excelência, para Weber, é a burocracia.

Com o aparecimento das burocracias, seu crescimento e proliferação, a teoria administrativa - até então eminentemente introspectiva e voltada apenas para os fenômenos internos da organização - ganhou uma nova dimensão através da abordagem estruturalista: além do enfoque intra-organizacional, surgiu o enfoque interorganizacional. A visão estreita e limitada aos aspectos internos da organização passou a ser ampliada e substituída por uma visão mais ampla, envolvendo a organização e suas relações com outras organizações dentro de uma sociedade maior. A partir daqui, a abordagem estruturalista se impõe definitivamente sobre a Abordagem Clássica e a Abordagem das Relações Humanas. Embora predomine a ênfase na estrutura, a visão teórica ganha novas dimensões e novas variáveis.

3 James Burnham, nascido em 1905, professor de Filosofia da Universidade de New York, entre 1932 e 195a.

3 James Burnham, The Managerial Revolution, New York, Day Company, 1941.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS DA ABORDAGEM ESTRUTURAL

'A .

Ano	Autorrs	
1930	Max Weber	The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism (tradução inglesa)
	Émile Durkheim	On the Division of Labor in Society (tradução inglesa)
1937	Talcott Parsons	The Structure of Social Action
1940	Karl Mannheim	Man and Society in an Age of Reconstruction
1941	James Burnham	The Managerial Revolution
1946	Philip Selznick	TYA and the Grass Roots
	William F. White	Industry and Society
	H. H. Gerth & C. Wright Mills	From Max Weber: Essays in Sociology
1947	Max Weber	The Theory of Social and Economic Organization (tradução inglesa)
1949	Robert Michels	Political Parties
1951	Talcott Parsons	The Social System
1952	Talcott Parsons	Toward a General Theory of Action
1953	Kenneth Boulding	The Organizational Revolution
	J. Pfeffer & R. V. Presthus	Public Administration
1954	Alvin W. Gouldner	Patterns of Industrial Bureaucracy
1955	Peter M. Blau	The Dynamics of Bureaucracy
1956	W. F. Whyte, Jr.	The Organization Man
	Talcott Parsons	Suggestions for a Sociological Approach to the Theory of Organizations
1957	Philip Selznick	Leadership in Administration
	C. Northcote Parkinson	Parkinson's Law
1958	William R. Dill	Environment as an Influence on Managerial Autonomy
1959	R. K. Menon, L. Broom & L. S. Cottrell, Jr.	Sociology Today
	Melville Dalton	Men Who Manage
1960	Talcott Parsons	Structure and Process in Modern Society
1961	Victor A. Thompson	Modern Organization
	H. A. Landsberger	The Horizontal Dimension in Bureaucracy
	S. Levine & P. E. White	Exchange as a Conceptual Framework for the Study of Organizations
1962	Reinhard Bendix	Max Weber: An Intellectual Portrait
	Amitai Etzioni	A Comparative Analysis of Complex Organizations
	P. M. Blau & W. R. Scott	Formal Organizations
	Robert Presthus	The Organizational Society
1963	Richard H. Hall	The Concept of Bureaucracy
	Joseph A. Lippert	Organizations: Structure and Behavior
1964	Michel Crozier	The Bureaucratic Phenomenon
	Amitai Etzioni	Modern Organizations
1966	William M. Evan	The Organization-Set: Toward a Theory of Interorganizational Relations
1967	JAMES D. THOMPSON	Organizations in Action
	Charles Perrow	Organizational Analysis: A Sociological View
	Anthony Jay	Mocriavelli and Management

1968 - Roben K. M rton	Social Theory and Social Structure
- Amitai Etrioni	Thc Activc Society
- Nicos P. Mouzelis	Organization and Buneaucracy
- J. D. Thompson 6t W. J. McEwen	Organizational Goals and Environment
1%9 - Victor A. Thompson	Bureaucracy and Innovation
- Amitai Etzioni	Readings on Modern Orgonizations
- L. J. PMer & R. Hull	The Petcr Principle
1970 - R. Towsend	Up thc Organization
1971 - Richard H. Hall	Organizations Structun and P
1972 - Charles Pcrron	Complex Organizations: A Critical Fxsay
1973 - J. E. Hams dt T. E. Drabet	Complcx Organizations: A Sociologica/
Rerspective	
1974 - Claude Lofon	Qur fs la Buno<racia?

A Abordagem Estruturalista será estudada através da Teoria da Burocracia e da Teoria

Estruturalista, que lhe deu continuidade.

Ênfase na estrutura

Ênfase na estrutura, nas
relações e no ambiente

MODELO BUROCRÁTICO DE ORGANIZAÇÃO

Objetivos Deste Capítulo

Mostrar as origens que proporcionaram a inclusão da Teoria da Burocracia na teoria administrativa.
Identificar as características do modelo burocrático proposto por Weber.
Definir a racionalidade burocrática e os dilemas da burocracia.
Identificar e definir as disfunções da burocracia.
Verificar como a burocracia interage com o ambiente externo e como ela ocorre em diferentes graus na realidade.
Proporcionar uma apreciação crítica acerca da Teoria da Burocracia.

Í A partir da década de 40, as críticas feitas tanto à Teoria Clássica - pelo seu mecanicismo - como à Teoria das Relações Humanas - pelo seu romantismo ingênuo = revelavam a falta de uma teoria da organização sólida e abrangente e que servisse de orientação para o trabalho do administrador. Alguns estudiosos foram buscar nas obras de um economista e sociólogo já falecido, Max Weber, a inspiração para essa nova teoria da organização. Surgiu, assim, a Teoria da Burocracia na Administração.

Max Weber (1864-1920), sociólogo alemão, foi o criador da Sociologia da Burocracia. Foi professor das Universidades de Friburgo e de Heidelberg e ficou famoso pela teoria das estruturas de autoridade. Com a tradução de alguns de seus livros para a língua inglesa, por Talcott Parsons, tomou corpo nos Estados Unidos a Teoria da Burocracia em Administração. Sua obra é realmente muito vasta. Seus principais livros são: *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (trad. de Talcott Parsons), New York, Scribner, 1958. Trad. bras.: *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967. *The Theory of Social and Economic Organization* (trad. de A. M. Henderson e Talcott Parsons), New York, Oxford University Press, 1947.

ORIGENS DA TEORIA DA BUROCRACIA

A Teoria da Burocracia desenvolveu-se dentro da Administração ao redor dos anos 40, em

função principalmente dos seguintes aspectos:

a) A fragilidade e parcialidade tanto da Teoria Clássica como da Teoria das Relações Humanas, ambas oponentes e contraditórias entre si, mas sem possibilitarem uma abordagem global, integrada e envolvente dos problemas organizacionais. Ambas revelavam dois pontos de vista extremistas e incompletos sobre a organização, gerando a necessidade de um enfoque mais amplo e completo, tanto da estrutura como dos participantes da organização.

b) Tornou-se necessário um modelo de organização racional capaz de caracterizar todas as variáveis envolvidas, bem como o comportamento dos membros dela participantes, e aplicável não somente à fábrica, mas a todas as formas de organização humana e principalmente às empresas.

c) O crescente tamanho e complexidade das empresas passou a exigir modelos organizacionais mais bem definidos. Alguns historiadores verificaram que a "indústria em grande escala depende de sua organização, da Administração e do grande número de pessoas com diferentes habilidades. Milhares de homens e mulheres devem ser colocados em diferentes setores de produção e em diferentes níveis hierárquicos: os engenheiros e administradores no alto da pirâmide e os operários na base. Devem executar tarefas específicas, devem ser dirigidos e controlados"2. Tanto a Teoria Clássica como a Teoria das Relações Humanas se mostraram insuficientes para responder à nova situação que se tornava mais complexa.

d) O ressurgimento da Sociologia da Burocracia, a partir da descoberta dos trabalhos de Max Weber, o seu criador. Segundo essa teoria, um homem pode ser pago para agir e se comportar de certa maneira preestabelecida, a qual lhe deve ser explicada exatamente, muito minuciosamente e, em hipótese alguma, permitindo que suas emoções interfiram no seu desempenho. A Sociologia da Burocracia propôs um modelo de organização e os administradores não tardaram em tentar aplicá-lo na

Para maiores consultas a respeito de Weber, sugerimos:

Julien Freund, Sociologia de Max Weber, Rio de

Janeiro, Editora Forense, 1979. E. A. Shils & H. A. Finch, The Methodology of the Social Sciences, Glencoe, Ill.,

The Free Press, 1949. Reinhard Bendix, Max Weber: An Intellectual Portrait, Garden City, New York, Doubleday,

1962. Raymond Aron, Sociologie Allemande Contemporaine. Paris, Presses Universitaires de France, 1962. Hans

Gerth & C. Wright Mills (eds.), From Max Weber: Essays in Sociology, New York, Oxford University Press, 1946.

2 Charles A. Brand, Public Policy and the General Welfare, New York, Holt, Rinehart & Winston, 1941,

.148.

Dentre as principais figuras que se destacaram dentro da Teoria da Burocracia, avultam:

- Max Weber, o criador e inspirador dos demais;
- Robert K. Merton;
- Philip Selznick;
- Alvin Gouldner;
- = Peter M. Blau;
- Richard Scott;
- Reinhard Bendix;
- Robert Michels;
- Terence Hopkins etc.

prática em suas empresas. A partir daí; surge a Teoria da Burocracia na Administração.

ORIGENS DA BUROCRACIA

A burocracia é uma forma de organização humana e que se baseia na racionalidade, isto é, na adequação dos meios aos objetivos (fins) pretendidos, a fim de garantir a máxima eficiência possível no alcance desses objetivos. As origens da burocracia - como forma de organização humana - remontam à época da Antiguidade'. Contudo, a burocracia - tal como ela existe hoje, como a base do moderno sistema de produção - teve sua origem nas mudanças religiosas verificadas após o Renascimento. Aliás, Weber salienta que o sistema moderno de produção, eminentemente racional e capitalista, não se originou das mudanças tecnológicas, nem das relações de propriedade, como afirmava Karl Marx, mas de um novo conjunto de normas morais, às quais denominou "ética protestante": o trabalho duro e árduo como dádiva de Deus, a poupança e o ascetismo que proporcionaram a reaplicação das rendas excedentes, ao invés do seu dispêndio e consumo em símbolos materiais e improdutivos de vaidade e prestígio. Verificou que o capitalismo, a burocracia (como forma de organização) e a ciência moderna constituem três formas de racionalidade que surgiram a partir dessas mudanças religiosas ocorridas inicialmente nos países protestantes - como a Inglaterra e a Holanda - e não em países católicos. As semelhanças entre o protestante (e principalmente o calvinista) e o comportamento capitalista são impressionantes. E essas três formas de racionalidade se apoiaram mutuamente nas mudanças religiosas'. Weber não considerou a burocracia como um sistema social, mas principalmente como um tipo de poder. Para melhor compreender a burocracia, Weber estudou os tipos de sociedade e os tipos de autoridade.

Tipos de Sociedade

Weber distingue três tipos de sociedade:

a) sociedade triidicional, onde predominam características patriarais e patrimonia-
listas, como a família, o clã, a sociedade medieval etc.;

3 Karl Marx estuda o surgimento da burocracia como forma de dominação estatal na antiga Mesopotâmia, China. Índia, Império Inca, Antigo Egito e Rússia. A burocracia emerge como mediação entre os interesses particulares e gerais em função do modo de produção asiático para explorar as obras hidráulicas de irrigação do solo, coordenando os esforços da sociedade de então e posteriormente explorando as comunidades subordinadas através da apropriação da terra pelo Estado e da posse do excedente econômico. O modo de produção asiático caracterizou-se pela intervenção do Estado na economia, tendo como base a burocracia. Seja ao nível estatal ou ao de corporação privada, a burocracia mantinha sob sua tutela a classe comerciante, a campesina e a aristocracia territorial, que dependiam dela para manter as obras hidráulicas e a nomeação para a administração pública.

4 Max Weber. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, cit.

5 Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit.

- b) sociedade carismática, onde predominam características místicas; arbitrárias e personalísticas, como nos grupos revolucionários, nos partidos políticos, nas nações em revolução etc. ;
- c) sociedade legal, racional ou burocrática, onde predominam normas pessoais e uma racionalidade na escolha dos meios e dos fins, como nas grandes empresas, nos estados modernos, nos exércitos etc.

Tipos de Autoridade

A cada tipo de sociedade corresponde, para Weber, um tipo de autoridade. "Autoridade significa probabilidade de que um comando ou ordem específica seja obedecido."⁶ A autoridade representa o poder institucionalizado e oficializado. Poder implica potencial para exercer influência sobre as outras pessoas. Poder significa, para Weber, a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra qualquer forma de resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade: O poder, portanto, é a possibilidade de imposição de arbítrio por parte de uma pessoa sobre a conduta das outras.

A autoridade proporciona o poder: ter autoridade é ter poder. A recíproca, contudo, nem sempre é verdadeira, pois ter poder nem sempre significa ter autoridade. A autoridade - e o poder dela decorrente - depende da legitimidade, que é a capacidade de justificar seu exercício. A legitimidade é o motivo que explica por que um determinado número de pessoas obedece às ordens de alguém, conferindo-lhe poder. Essa aceitação, essa justificação do poder é chamada legitimação. A autoridade é legítima quando é aceita. Se a autoridade proporciona poder, o poder conduz à dominação. Dominação significa que a vontade manifesta (ordem) do dominador influencia a conduta dos outros (dominados) de tal forma que o conteúdo da ordem, por si mesma, se transforma em norma de conduta (obediência), para os subordinados. A dominação é uma relação de poder na qual o governante (ou dominador) - ou a pessoa que impõe seu arbítrio sobre as demais - acredita ter o direito de exercer o poder, e o governado (dominado) considera como sendo sua obrigação obedecer-lhe as ordens. As crenças que legitimam o exercício do poder existem tanto na mente

do líder como

na dos subordinados. Tais crenças determinam a relativa estabilidade da dominação, ao mesmo tempo em que retratam as diferenças básicas entre os diversos sistemas de dominação. Weber estabelece uma tipologia de autoridade baseando-se, não nos tipos de poder empregados, mas nas fontes e tipos de legitimidade aplicados.

A dominação requer um aparato administrativo, isto é, a dominação, principalmente

quando exercida sobre um grande número de pessoas e um vasto território, necessita de um

b Max Weber, "Os Três Aspectos da Autoridade Legítima", in Organizações Complexas, apud Amitai

Etzioni São Paulo, Ed. Atlas, 1965, p. 17.

Gustavo F. Bayer, "Considerações sobre a Conceituação de Autoridade", Revista de Administração

Pública cit. . 1º sem. 1971.

Gustavo F. Bayer, "Considerações sobre a Conceituação de Autoridade", Revista de Administração Pública cit.

9 Nicos P. Mouzelis, "Weber's Political Sociology", in Organization and Bureaucracy, Chicago, Aldine Publishing Co., 1968, Cap. 1.

MODELO BUROCRÁTICO DE ORGANIZAÇÃO

o pessoal administrativo para executar as ordens e servir como ponto de ligação entre o governante e os governados. Para Mouzelis¹, a legitimação e o aparato administrativo são os dois principais critérios para a tipologia weberiana que passaremos a discutir. Weber aponta três tipos de autoridade legítima, a saber²:

- autoridade tradicional;
- autoridade carismática;
- autoridade racional, legal ou burocrática.

a) A Autoridade Tradicional

Quando os subordinados aceitam as ordens dos superiores como justificadas, porque essa sempre foi a maneira pela qual as coisas foram feitas. O domínio patriarcal do pai de família, do chefe do clã, o despotismo real representam apenas o tipo mais puro de autoridade tradicional. O poder tradicional não é racional, pode ser transmitido por herança e é extremamente conservador. Toda mudança social implica rompimento mais ou menos violento das tradições. Também ocorre em certos tipos de empresas familiares mais fechadas³.

A legitimação do poder na dominação tradicional vem da crença no passado eterno, na justiça e na pertinência da maneira tradicional de agir. O líder tradicional é o senhor, que comanda em virtude do seu status de herdeiro ou sucessor. Embora suas ordens sejam pessoais e arbitrárias, seus limites são fixados pelos costumes e hábitos; seus súditos obedecem-no por respeito ao seu status tradicional.

A dominação tradicional - típica da sociedade patriarcal -, quando se estende sobre um grande número de pessoas e um vasto território, pode assumir duas formas de aparato administrativo para garantir sua sobrevivência³:

Forma patrimonial: na qual os funcionários que preservam a dominação tradicional são os servidores pessoais do senhor - parentes, favoritos, empregados etc. - e são geralmente dependentes economicamente dele.

Forma feudal: na qual o aparato administrativo apresenta maior grau de autonomia com relação ao senhor. Os funcionários, na qualidade de vassallos ou suseranos, são aliados do senhor e lhe prestam um juramento de fidelidade. Em virtude deste tipo de contrato, os vassallos exercem uma jurisdição independente, dispõem de seus próprios domínios administrativos e não dependem do senhor no que tange à

remuneração e subsistência.

b) Autoridade Carismática

Quando os subordinados aceitam as ordens do superior como justificadas, por causa da influência da personalidade e da liderança do superior com o qual se identificam. Carisma é um termo usado anteriormente com sentido religioso, significando o dom gratuito de Deus,

o Nicos P. Mouzelis, "Weber's Political Sociology", in Organization and Bureaucracy, cit.

Max Weber, Os Três Aspectos da Autoridade Legítima, cit.

2 Max Weber, Os Três Aspectos da Autoridade Legítima. cit. pp. 20 a 23.

3 Nicos P. Mouzelis, "Weber's Political Sociology", in Organization and Bureaucracy, cit., pp. 23 a 26.

estado de graça etc. Modernamente, Weber e outros usaram o termo com o sentido de uma qualidade extraordinária e indefinível de uma pessoa. É aplicável a grandes líderes políticos, como Hitler, Kennedy etc., a capitães de indústria, como Matarazzo, Ford etc. O poder carismático é um poder sem base racional, é instável e facilmente adquire características revolucionárias. Não pode ser delegado, nem recebido em herança, como o tradicional.

As sociedades em períodos revolucionários, como a Rússia em 1917, ou a Alemanha nazista em 1933, os partidos políticos revolucionários ou líderes como Jânio Quadros ou Getúlio Vargas constituem exemplos de autoridade carismática. O líder se impõe por ser alguém fora do comum, possuindo habilidades mágicas ou revelações de heroísmo ou poder mental de locução e não devido à sua posição ou hierarquia. É uma autoridade baseada na devoção afetiva e pessoal e no arrebatamento emocional dos seguidores em relação à sua pessoa.

A legitimação da autoridade carismática provém das características pessoais carismáticas do líder e da devoção e arrebatamento que consegue impor aos seguidores.

O aparato administrativo, quando a dominação carismática envolve um grande número de seguidores, é constituído de discípulos e subordinados mais leais e devotados, para desempenharem o papel de intermediários entre o líder carismático e a massa. Esse aparato administrativo é inconstante e instável. O pessoal administrativo é escolhido e selecionado segundo a confiança que o líder deposita nos subordinados. A seleção não se baseia na qualificação pessoal, nem na capacidade técnica, mas na devoção; autenticidade e confiabilidade no subordinado. Se o subordinado deixa de merecer a confiança do líder, ele passa a ser substituído por outro subordinado mais confiável. Daí a inconstância e instabilidade do aparato administrativo na dominação carismática.

c) Autoridade Legal, Racional ou Burocrática

Quando os subordinados aceitam as ordens dos superiores como justificadas, porque concordam com um conjunto de preceitos ou normas que consideram legítimos e dos quais deriva o comando. É o tipo de autoridade técnica, meritocrática e administrada. Baseia-se na

promulgação. A idéia básica se fundamenta no fato de que as leis podem ser promulgadas e regulamentadas livremente por procedimentos formais e corretos. O conjunto governante é eleito e exerce o comando de autoridade sobre seus comandados" seguindo certas normas e leis. A obediência não é devida a alguma pessoa em si, seja por suas qualidades pessoais excepcionais ou pela tradição, mas a um conjunto de regras e regulamentos legais previamente estabelecidos".

A legitimidade do poder racional e legal se baseia em normas legais racionalmente definidas.

Na dominação legal, a crença na justiça da lei é o sustentáculo da legitimação. O povo obedece às leis porque acredita que elas são decretadas por um procedimento escolhido tanto pelos governados como pelos governantes. Além disso, o governante é visto como uma pessoa que alcançou tal posição exclusivamente por procedimentos legais (como nomeação,

Nicos P. Mouzelis; "Weber's Political Sociology", in organization and Bureaucracy, clt., pp. 18 a 20.

eleições; concursos etc.) e é em virtude de sua posição alcançada que ele exerce o poder dentro dos limites fixados pelas regras e regulamentos sancionados legalmente. O aparato administrativo que corresponde à dominação legal é a burocracia. Tem seu fundamento nas leis e na ordem legal. A posição dos funcionários (burocratas) e suas relações com o governante, os governados e seus próprios colegas burocratas são estritamente definidas por regras impessoais e escritas, que delineiam de forma racional a hierarquia do aparato administrativo, os direitos e deveres inerentes a cada posição, os métodos de recrutamento e seleção etc., como veremos adiante. A burocracia é a organização típica da sociedade moderna democrática e das grandes empresas. A autoridade legal, por esse motivo, não abrange apenas a moderna estrutura do Estado, mas principalmente as organizações não-estatais, particularmente as grandes empresas. Através do "contrato" ou instrumento representativo da relação de autoridade dentro da empresa capitalista, as relações de hierarquia nelas passam a constituir esquemas de autoridade legal.

	Tipos de sociedade	Características	Tipos de autoridade	Características	Aparato administrativo
Forma tradicional.	Tradicional.	Patriarcal e feudal.	Clã, tribo, família, sociedade medieval.	Tradicional. Não é racional. Poder herdado e costumes.	Tradição, hábitos, usos moniais e forma
		Conservantismo.	val .	ou delegado. Baseada no "senhor".	
Característica instável. Escorrida e conforme lealdade e devoção ao	Carismática. Inconstante e mística e arbitrária. Revolucionária.	Personalista, grupos revolucionários, partidos políticos, nações em revolução.	Grupos revolucionários	Carismática. Não é racional, nem herdada, nem delegável. Baseada no	Não é racional, nem herdada, nem delegável. Baseada no
	"carisma".	máticas do líder e não por		líder.	qualificações técnicas.
lei. Burocracia.	Legal, racional ou	Racionalidade dos meios e	Estados modernos, gran-	Legal, racional ou	Legal, racional ou
					Justiça da

Promulgação

burocrática.. dos objetivos. des empresas, burocrática. soal, formal. e regulamen-

exércitos.

Meritocrática. tação dB nor-
mas legais
previamente
definidas.

TIPOLOGIA DE SOCIEDADE E TIPOLOGIA DE AUTORIDADE E SUAS CARACTERÍSTICAS SECUNDO WEBER

Muito embora tenham existido administrações burocráticas no passado, somente com

á emergência do Estado Moderno - o exemplo mais próximo do tipo legal de dominação -

é que a burocracia passou a prevalecer em tão larga escala. Todavia, a burocratização não se

limita à organização estatal, pois embora Weber tenha elaborado o conceito de burocracia a

partir de sua sociologia política, ele usou o conceito de modo mais abrangente, englobando

as demais instituições sociais além da administração pública. Weber notou a proliferação de

organizações de grande porte, tanto no domínio religioso (a Igreja), como no educacional (a

Universidade), ou no econômico (as grandes empresas), que adotaram o tipo burocrático de

organização, concentrando os meios de administração no topo da hierarquia e utilizando

regras racionais e impessoais, visando à máxima eficiência.

Weber identifica três fatores principais que favorecem o desenvolvimento da moderna

burocracia: '

O desenvolvimento de uma economia monetária: a moeda não apenas facilita, mas racionaliza as transa-

ções econômicas. Na burocracia a moeda assume o lugar da remuneração em espécie para os funcioná-

rios, permitindo a centralização da autoridade e o fortalecimento da administração burocrática.

O crescimento quantitativo e qualitativo das tarefas administrativas do Estado Moderno: apenas um tipo

burocrático de organização poderia arcar com a enorme complexidade e tamanho de tais tarefas.

A superioridade técnica - em termos de eficiência - do tipo burocrático de administração' que serviu

como uma força autônoma interna para impor sua prevalência. "A razão decisiva da superioridade da

organização burocrática sempre foi unicamente sua superioridade técnica sobre qualquer outra forma de

organização. ' ' i 5

O desenvolvimento tecnológico fez com que as tarefas administrativas, para o acompanharem, tendessem

ao aperfeiçoamento. Assim, os sistemas sociais cresceram em demasia, as grandes empresas passaram a

produzir em massa, sufocando as pequenas. Além disso, nas grandes empresas há uma necessidade cres-

cente de cada vez mais se obter um controle e uma maior previsibilidade do seu funcionamento.

O modelo concebido com grande antecipação por Max Weber tem muita semelhança

com as grandes organizações modernas, como a General Motors, a Philips, a Sears Roebuck,

a Ford etc.

CARACTERÍSTICAS DA BUROCRACIA SEGUNDO WEBER

Segundo o conceito popular, a burocracia é visualizada geralmente como uma empresa ou

organização onde o papelório se multiplica e se avoluma, impedindo as soluções

rápidas ou

eficientes. O termo também é empregado com o sentido de apego dos funcionários aos regu-

lamentos e rotinas, causando ineficiência à organização. O leigo passou a dar o nome de

burocracia aos defeitos do sistema (disfunções) e não ao sistema em si mesmo.

O conceito de burocracia para Max iWeber é exatamente o contrário. A burocracia é a

organização eficiente por excelência. E para conseguir essa eficiênt'ia, a burocracia precisa

detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.

Segundo Max Weber, a burocracia tem as seguintes caracter.ísticas principais'b:

1. Caráter legal das normas e regulamentos
2. Caráter formal das comunicações.
3. Caráter racional e divisão do trabalho.

5 Max Weber, Os Três Aspectos da Autoridade Legítima, cit.

ib Max Weber, "The Theory of Social and Economic Organization", Talcott Parsons, org., New York,

Oxford University Press, 1947, pp. 320 a 329, citado em Amitai Etzioni, Organizações Complexas, cit., pp. 85 a 87.

4. Impessoalidade nas relações.
5. Hierarquia de autoridade.
6. Rotinas e procedimentos standardizados.
7. Competência técnica e meritocracia.
8. Especialização da administração que é separada da propriedade.
9. Profissionalização dos participantes.
10. Completa previsibilidade do funcionamento.

Vejamos, separadamente, cada uma dessas características da burocracia:

1. Caráter Legal das Normas e Regulamentos

A burocracia é uma organização ligada por normas e regulamentos previamente estabelecidos por escrito. Em outros termos, é uma organização baseada em uma espécie de legislação própria (como a Constituição para o Estado, os estatutos para a empresa privada etc.) que define antecipadamente como a organização burocrática deverá funcionar. Essas normas e regulamentos são escritos. Também são exaustivos porque procuram cobrir todas as áreas da organização, prever todas as ocorrências possíveis e enquadrá-las dentro de um esquema previamente definido capaz de regular tudo o que ocorra dentro da organização. As normas e regulamentos são racionais porque são coerentes com os objetivos visados. Neste sentido, a burocracia é uma estrutura social racionalmente organizada. As normas e regulamentos são legais porque conferem às pessoas investidas da autoridade um poder de coação sobre os subordinados e também os meios coercitivos capazes de impor a disciplina. As normas e regulamentos são escritos para assegurar uma interpretação sistemática e unívoca. Desta maneira, economizam esforços e possibilitam a padronização dentro da organização.

2: Caráter Formal das Comunicações

A burocracia é uma organização ligada por comunicações escritas. As regras, decisões e ações administrativas são formuladas e registradas por escrito. Daí o caráter formal da burocracia: todas as ações e procedimentos são feitos por escrito para proporcionar comprovação e documentação adequadas. Além disso, a interpretação unívoca das comunicações também é assegurada. Como muitas vezes certos tipos de comunicações são feitos

reiterada e cons-

tantemente, a burocracia lança mão de rotinas e de formulários para facilitar as comunicações e para rotinizar o preenchimento de sua formalização.

3. Caráter Racional e Divisão do Trabalho

A burocracia é uma organização que se caracteriza por uma sistemática divisão do trabalho.

Essa divisão do trabalho atende a uma racionalidade, isto é, ela é adequada aos objetivos a

serem atingidos: a eficiência da organização. Daí o aspecto racional da burocracia. Há uma

divisão sistemática do trabalho, do direito e do poder, estabelecendo as atribuições de cada participante, os meios de obrigatoriedade e as condições necessárias. Cada participante passa a ter o seu cargo específico, as suas funções específicas e a sua específica esfera de competência e de responsabilidade. Cada participante deve saber qual a sua tarefa, qual a sua capacidade de comando sobre os outros e, sobretudo, quais os limites de sua tarefa, direitos e poder, para não ultrapassar esses limites nem interferir na competência alheia nem prejudicar a estrutura existente. Assim, as incumbências administrativas são altamente diferenciadas e especializadas e as atividades são distribuídas de acordo com os objetivos a serem atingidos.

4. Impessoalidade nas Relações

Essa distribuição de atividades é feita impessoalmente, ou seja, é feita em termos de cargos e funções e não de pessoas envolvidas. Daí o caráter impessoal da burocracia. A administração da burocracia é realizada sem considerar as pessoas como pessoas, mas como ocupantes de cargos e de funções. O poder de cada pessoa é impessoal e deriva do cargo que ocupa. Também a obediência prestada pelo subordinado ao superior é impessoal. Ele obedece ao superior, não em consideração à sua pessoa, mas ao cargo que o superior ocupa. A burocracia precisa garantir a sua continuidade ao longo do tempo: as pessoas vêm e se vão, os cargos e funções permanecem. Cada cargo abrange uma área ou setor de competência e de responsabilidade.

5. Hierarquia da Autoridade

A burocracia é uma organização que estabelece os cargos segundo o princípio da hierarquia. Cada cargo inferior deve estar sob o controle e supervisão de um posto superior. Nenhum cargo fica sem controle ou supervisão. Daí a necessidade da hierarquia, porque a autoridade para fixar as chefias nos diversos escalões de autoridade. Esses escalões proporcionarão a estrutura hierárquica da organização. A hierarquia é a ordem de subordinação, a graduação de autoridade correspondente às diversas categorias de participantes, funcionários, classes etc.

Todos os cargos estão dispostos em grad ações hierárquicas que encerram determinados privilégios e obrigações, estreitamente definidos por meio de regras limitadas e específicas.

A autoridade - o poder de controle resultante de uma posição reconhecida - é inerente

ao cargo e não ao indivíduo específico que desempenha o papel oficial. A distribuição

de autoridade dentro do sistema serve para reduzir ao mínimo o atrito, por via do contato

(oficial) amplamente restritivo, em relação às maneiras previamente definidas pelas regras de

organização. Desta forma, o subordinado está protegido da ação arbitrária do seu superior,

dado que as ações de ambos se processam dentro de um conjunto mutuamente reconhecido

de regras".

Robert K. Merton apud Amitai Etzioni, "Estrutura Burocrática e Personalidade", in Organizações Complexas, cJt., pp. 57-58.

6. Rotinas e Procedimentos Estandarizados

A burocracia é uma organização que fixa as regras e normas técnicas para o desempenho de cada cargo. O ocupante de um cargo - o funcionário - não pode fazer o que quiser; mas o que a burocracia impõe que ele faça. As regras e normas técnicas regulam a conduta do

ocupante de cada cargo, cujas atividades devem ser executadas de acordo com as rotinas e procedimentos fixados pelas regras e normas técnicas.

Toda a estrutura da burocracia é projetada intencionalmente de acordo com princípios

racionalis: a disciplina no trabalho e o desempenho no cargo são assegurados por um conjunto de regras e normas que tentam ajustar completamente o funcionário às exigências do

cargo e às exigências da organização: a máxima produtividade. Essa racionalização do trabalho encontra sua forma mais extremada na Administração Científica, que atingiu os maiores triunfos no condicionamento e treinamento racionalis do desempenho no trabalho".

Todas as atividades de cada cargo são desempenhadas segundo padrões claramente definidos, nos quais cada conjunto de ações está funcionalmente relacionado com os propósitos da organização, segundo uma maneira ideal. Esses padrões facilitam a pronta avaliação do desempenho de cada participante.

7. Competência Técnica e Meritocracia

A burocracia é uma organização na qual a escolha das pessoas é baseada no mérito e na competência técnica e não em preferências pessoais. A admissão, a transferência e a promoção dos funcionários são baseadas em critérios, válidos para toda a organização, de avaliação e de classificação e não em critérios particulares e arbitrários. Esses critérios universais são

racionalis é levam em conta a competência, o mérito e a capacidade do funcionário em relação ao cargo ou função considerados. Daí a necessidade de exames, concursos, testes e títulos para a admissão e promoção dos funcionários.

racionalis é levam em conta a competência, o mérito e a capacidade do funcionário em relação ao cargo ou função considerados. Daí a necessidade de exames, concursos, testes e títulos para a admissão e promoção dos funcionários.

racionalis é levam em conta a competência, o mérito e a capacidade do funcionário em relação ao cargo ou função considerados. Daí a necessidade de exames, concursos, testes e títulos para a admissão e promoção dos funcionários.

racionalis é levam em conta a competência, o mérito e a capacidade do funcionário em relação ao cargo ou função considerados. Daí a necessidade de exames, concursos, testes e títulos para a admissão e promoção dos funcionários.

racionalis é levam em conta a competência, o mérito e a capacidade do funcionário em relação ao cargo ou função considerados. Daí a necessidade de exames, concursos, testes e títulos para a admissão e promoção dos funcionários.

8. Especialização da Administração

A burocracia é uma organização que se baseia na separação entre a propriedade e a administração.

tração. Os membros do corpo administrativo devem estar completamente separados da propriedade dos meios de produção. Em outros termos, os administradores da burocracia não são os seus donos ou proprietários. O dirigente não é necessariamente o dono do negócio ou um grande acionista da organização, mas um profissional especializado na sua administração. Com a burocracia surge o profissional que se especializa em gerir a organização e daí o gradativo afastamento do capitalista da gestão dos negócios, diversificando as suas aplicações financeiras de capital. Os meios de produção, isto é, os recursos necessários para desempenhar as tarefas da organização, não são propriedade dos burocratas, mas estão acima

s H. H. Gerth e C. Wright Mills (eds.), *From Max Weber: Essays in Sociology*, New York, Oxford University Press, 1961, pp. 70-74.

destes. O funcionário não pode vender, comprar ou herdar sua posição ou seu cargo, e sua posição e seu cargo não podem ser apropriados e integrados ao seu patrimônio privado. Essa

estrita separação entre os rendimentos e os bens privados e os públicos é a característica espe-

cífica da burocracia e que a distingue dos tipos patrimonial e feudal de Administração⁹.

"Existe um princípio de completa separação entre propriedade que pertence à organização

e a propriedade pessoal do funcionário. . . "2o.

9. Profissionalização dos Participantes

A burocracia é uma organização que se caracteriza pela profissionalização dos seus partici-

pantes. Cada funcionário da burocracia é um profissional, pelas seguintes razões:

a) É um especialista: cada funcionário é especializado nas atividades do seu cargo. Sua especialização varia

conforme o nível onde está situado. Enquanto os que ocupam posições no topo da organização são gene-

ralistas, à medida que se desce nos escalões hierárquicos, os que ocupam posições mais baixas vão se tornando gradativamente mais especialistas.

b) É assalariado: os funcionários da burocracia participam da organização e, para tanto, percebem salários

correspondentes ao cargo que ocupam. Quanto mais elevado o cargo na escala hierárquica, maior o salário,

e obviamente o poder. Os funcionários devem ser recompensados exclusivamente por salários e não

devem receber pagamentos de clientes, a fim de preservarem sua orientação para a organização, suas nor-

mas e regulamentos. O trabalho na burocracia representa geralmente a principal ou única fonte de renda

do funcionário.

c) É ocupante de cargo: o funcionário da burocracia é um ocupante de cargo e seu cargo é a sua principal ati-

vidade dentro da organização, tomando todo o seu tempo de permanência nela. O funcionário não ocupa

um cargo por vaidade ou por honraria, mas sim porque é o seu meio de vida, o seu ganha-pão.

d) É nomeado por superior hierárquico: o funcionário é um profissional selecionado e escolhido por sua

competência e capacidade, nomeado (admitido), assalariado, promovido ou demitido da organização

pelo seu superior hierárquico. O superior hierárquico tem plena autoridade (autoridade de linha) sobre

seus subordinados. Em outros termos, é o superior hierárquico quem toma decisões a respeito de seus

subordinados.

e) Seu mandato é por tempo indeterminado: quando um

funcionário ocupa um cargo dentro da burocracia,
o seu tempo de permanência nesse cargo é indefinido e indeterminado. Não
que o cargo seja vitalício, mas
porque não existe uma norma ou regra que determine previamente o tempo
de permanência de um funcio-
nário, seja no cargo, seja na organização.

f) Segue carreira dentro da organização: na medida em que um funcionário
demonstre mérito, capacidade e
competência, ele pode vir a ser promovido para outros cargos superiores.
outros termos, o funcioná-
rio na burocracia também é recompensado por uma sistemática promoção,
através de uma carreira dentro
da organização. O funcionário é um profissional que faz do trabalho a sua
carreira, ao longo de sua vida.

g) Não possui a propriedade dos meios de produção e administração: o
administrador administra a organi-
zação em nome dos proprietários, enquanto o funcionário, para trabalhar,
precisa das máquinas e dos
equipamentos fornecidos pela organização. Como essas máquinas e
equipamentos vão se tornando sofis-
ticados pela tecnologia e, portanto, caros, somente as grandes organizações
passam a ter condições finan-
ceiras de adquiri-los. Daí as organizações gradativamente assumem o
monopólio dos meios de produç o.

O administrador administra a organização, mas não é o proprietário dos
meios de produção. O funcioná-
rio utiliza as máquinas e equipamentos mas não é o dono delas.

214. 9 H. H. Gerth e C. Wright Mills, From Max Weber: Essays in Sociology, cit., p.
zo Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit., p. 86.

MODELO BUROCRÁTICO DE ORGANIZAÇÃO

h) É fiel ao cargo e identifica-se com os objetivos da empresa: o funcionário é dedicado ao seu cargo e da sua organização, em detrimento dos demais interesses envolvidos.

i) O administrador profissional tende a controlar cada vez mais completamente as burocracias. Segundo

Weber, as burocracias tendem a ser controladas pelos administradores profissionais, pelas seguintes

razões:

o aumento do número de acionistas das grandes organizações, ocasionando dispersão e fragmentação da

propriedade das suas ações;

os proprietários que, em função de sua riqueza, controlavam uma única organização, concentrando

nela toda a sua fortuna, passaram a dispersar o risco do seu investimento em muitas outras organiza-

ções. Em decorrência disso, hoje em dia, o controle acionário está subdividido - diminuído com o cres-

cimento do número de acionistas;

os administradores profissionais, através de sua carreira dentro da organização, chegam a posições de

comando e de controle, sem possuírem a propriedade da coisa comandada e controlada. Assim, um

administrador pode ter mais poder sobre a organização do que um grande acionista.

10. Completa Previsibilidade do Funcionamento

A consequência desejada da burocracia é a previsibilidade do comportamento dos seus mem-

bros. O modelo burocrático de Weber parte da suposição de que o comportamento dos

membros da organização é perfeitamente previsível: todos os funcionários deverão compor-

tar-se de acordo com as normas e regulamentos da organização, a fim de que esta atinja a

máxima eficiência possível. Tudo na burocracia é estabelecido no sentido de prever antecipa-

damente todas as ocorrências e rotinizar sua execução, para que a máxima eficiência do siste-

ma seja plenamente alcançada.

Aparentemente, Weber não previu nenhuma diferenciação no comportamento huma-

no dentro da organização. Antes, pelo contrário, a burocracia parece assentar-se numa visão

padronizada do comportamento humano. Weber não considera a organização informal.

Parere simplesmente ignorá-la. Na verdade, a organização informal não é prevista por

Weber, ou seja, não está considerada nas consequências desejadas das organizações. A orga-

nização informal aparece como um fator de imprevisibilidade das burocracias,

pois o siste-

Características		Objetivo:
A burocracia é baseada em:		
1. Caráter legal das normas.		
2. Caráter formal das comunicações.		
3. Divisão do trabalho.	Previsibilidade do	
4. Impessoalidade no relacionamento.	comportamento	
5. Hierarquização da autoridade.	humano.	Máxima eficiência
6. Rotinas e procedimentos.	Padronização do	da organização.
7. Competência técnica e mérito.	desempenho dos	
8. Especialização da administração.	participantes.	
9. Profissionalização.		
10. Previsibilidade do funcionamento.		

AS CARACTERÍSTICAS DA BUROCRACIA SEGUNDO WEBER

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

ma social racional puro de Weber pressupõe que as reações e o comportamento humano sejam perfeitamente previsíveis, uma vez que tudo estará sob o controle de normas racionais e legais, escritas e exaustivas. A organização informal surge como uma derivação direta do sistema burocrático, como uma consequência da impossibilidade prática de se padronizar completamente o comportamento humano nas organizações'.

Vantagens da Burocracia

Weber viu inúmeras razões para explicar o avanço da burocracia sobre as outras formas de associação. Para ele, comparar os mecanismos burocráticos com outras organizações é o mesmo que comparar a produção da máquina com outros modos não-mecânicos de produção.

As vantagens da burocracia, para Weber, são:

1. Racionalidade, em relação ao alcance dos objetivos da organização.
2. Precisão na definição do cargo e na operação, pelo conhecimento exato dos deveres.
3. Rapidez nas decisões, pois cada um conhece o que deve ser feito e por quem e as ordens e papéis tramitam através de canais preestabelecidos.
4. Univocidade de interpretação garantida pela regulamentação específica e escrita. Por outro lado, a informação é discreta, pois é fornecida apenas a quem deve recebê-la.
5. Uniformidade de rotinas e procedimentos que favorece a padronização, redução de custos e de erros, pois os procedimentos são definidos por escrito.
6. Continuidade da organização através da substituição do pessoal que é afastado. Além disso, os critérios de seleção e escolha do pessoal se baseiam na capacidade e na competência técnica.
7. Redução da fricção entre as pessoas, pois cada funcionário conhece aquilo que é exigido dele e quais são os limites entre suas responsabilidades e as dos outros.
8. Constância, pois os mesmos tipos de decisão devem ser tomados nas mesmas circunstâncias.
9. Subordinação dos mais novos aos mais antigos dentro de uma forma estrita e bem conhecida, de modo que o superior possa tomar decisões que afetem o nível mais baixo.
10. Conjugalidade, pois o negócio é conduzido de acordo com regras conhecidas, sendo que grande número de casos similares são metodicamente tratados dentro da mesma maneira sistemática. As decisões são previsíveis e o processo decisório, por ser despersonalizado no sentido de excluir sentimentos irracionais, como o amor, raiva, preferências pessoais, elimina a discriminação pessoal.

11. Existem bene, lcios sob oprlsma das pessoas na organização, pois a hierarquia é formalizada, o trabalho é dividido entre as pessoas de maneira ordenada, as pessoas são treinadas, para se tornarem especialistas em seus campos particulares, podendo enc rreirar-se na organização em fuqção de seu mérito pessoal e competência técnica.

Laskizz acrescenta que o trabalho é profissionalizado, o nepotismo é evitado e as condi-
ções de trabalho favorecem a moralidade econômica e dificultam a corrupção.
Blaunerz'
ênfatiza a eq idade das normas burocráticas quase sempre baseadas em padrões universalís-

2 H. H. Gerth e C. Wright Mills, From Max Weber: Essays in Sociology, clt., p. 293.

2z H. Laski, "Bureaucracy", in Encyclopaedia of the Social Sciences, London, apud E. R. A. Seligman, The Macmillan Company, 1931.

z3 R. Blauner, Alienation and Freedom, The Factory Worker and His Industry, Chicago, University of Chicago Press, 1964, pp. 181 a 182.

ticos de justiça e de tratamento igualitário. Moore² salienta que a burocracia tem a virtude de assegurar cooperação entre grandes números de pessoas sem que essas pessoas se sintam necessariamente cooperadoras. As pessoas cumprem as regras organizacionais principalmente porque os fins alcançados pela estrutura total são altamente valorizados e cada qual deve fazer a sua própria parte para que o objetivo seja alcançado.

Racionalidade Burocrática

Um conceito muito ligado à burocracia é o de racionalidade. No sentido weberiano, a racionalidade implica adequação dos meios aos fins. No contexto burocrático, isto significa eficiência²⁵. Uma organização é racional se os meios mais eficientes são escolhidos para a implementação das metas. No entanto, são as metas coletivas da organização e não as dos seus membros individuais que são levadas em consideração. Deste modo, o fato de uma organização ser racional não implica necessariamente que seus membros ajam racionalmente no que concerne às suas próprias metas e aspirações. Muito ao contrário, quanto mais racional e burocrática se torna uma organização, tanto mais os membros individuais se tornam simples engrenagens de uma máquina, ignorando o propósito e o significado de seu comportamento²⁶. Este é o tipo de racionalidade que Mannheim² denomina racionalidade funcional. Para Weber, a racionalidade funcional é atingida pela elaboração baseada no conhecimento científico - de regras que servem para dirigir, partindo de cima, todo comportamento de encontro à eficiência. Segundo Mouzelis²⁹ é esta concepção de racionalidade que fundamenta a teoria de Administração Científica que almeja a descoberta e aplicação da melhor maneira de desempenho e de trabalho industrial. Weber usa o termo burocratização em um sentido mais amplo, referindo-se também às formas de agir e de pensar que existem não somente no contexto organizacional, mas que permeiam toda a vida social. Para Mouzelis²⁹, o termo burocratização usado por Weber coincide mais ou menos com o conceito de racionalização: O racionalismo para Weber tanto pode referir-se aos meios racionais e sua adequação ou inadequação para se chegar a um fim, qualquer que seja (atividade racional da organização burocrática), como

também pode se

referir à visão racional do mundo através de conceitos cada vez mais precisos e abstratos,

desenvolvidos inclusive pela ciência e rejeitando toda religião e valores metafísicos ou tradicionais (desmistificação do próprio mundo).

Embora considerasse a burocracia como a mais eficiente forma de organização criada

pelo homem, Weber temia esta grande eficiência, cujos resultados, advindos da crescente

burocratização do mundo moderno, seriam uma enorme ameaça à liberdade individual e às

instituições democráticas das sociedades ocidentais³⁰.

24 W. E. Moore, *The Conduct of the Corporation*, New York, Random, 1962.

25 H. H. Gerth e C. Wright Mills (eds.), *From Max Weber: Essays in Sociology*, cit., pp. 214 a 216.

26 Nicos P. Mouzelis, "Weber's Political Sociology", in *Organization and Bureaucracy*, cit., Cap. II.

27 Karl Mannheim, *Homem e Sociedade na Idade da Reconstrução*, 1948, p. 51.

28 Nicos P. Mouzelis, "Weber's Political Sociology", in *Organization and Bureaucracy*, cit., Cap. II.

29 Nicos P. Mouzelis, "Weber's Political Sociology", in *Organization and Bureaucracy*, cit., Cap. 1.

30 Reinhard Bendix, *Max Weber: An Intellectual Portrait*, Garden City, New York, Doubleday, 1962,

Dilemas da Burocracia

O próprio Weber notou a fragilidade da estrutura burocrática, que enfrenta um dilema típico: de um lado, existem pressões constantes de forças exteriores para enervar o burocrata a seguir outras normas diferentes das da organização e, de outro lado, o compromisso dos subordinados com as regras burocráticas tende a se enfraquecer gradativamente. A organização, para ser eficiente, exige um tipo especial de legitimidade, racionalidade, disciplina e limitação de alcance.

Etzioni³ salienta que a capacidade para aceitar ordens e regras como legítimas, principalmente quando repugnam os desejos da pessoa, exige um nível de renúncia que é difícil de se manter. Assim, as organizações burocráticas apresentam uma tendência a se desfazerem, seja na direção carismática, seja na tradicional, onde as relações disciplinares são mais "naturais" e "afetuosas" e menos separadas das outras. Além disso, a capacidade de renúncia exigida pela organização racional não pode se desenvolver no seu interior, pois, como diz Etzioni, depende de relações sociais mais amplas, que existem na família tradicional ou no grupo carismático. Assim, a racionalidade da estrutura racional é frágil e precisa ser constantemente protegida contra pressões externas, a fim de poder ser dirigida para os seus objetivos e não para outros".

Para Weber, os burocratas são pessoas que formam o corpo administrativo da hierarquia e estrutura da organização, devidamente indicadas, que seguem as regras impostas e servem aos objetivos da organização. Contudo, Weber salienta também a existência de chefes não burocráticos, que indicam e nomeiam os subordinados, que estabelecem as regras, que resolvem os objetivos que deverão ser atingidos e geralmente são eleitos ou herdaram sua posição, como, por exemplo, os presidentes, os diretores e os reis. Esses chefes (não burocráticos) da organização desempenham o importante papel de estimular a ligação emocional e mesmo irracional dos participantes com a racionalidade, pois a identificação com uma pessoa, um líder ou um chefe da organização influi psicologicamente, reforçando o compromisso abstrato com as regras da organização e dela permitindo uma imagem mais concreta e "afetiva".

Na organização burocrática, as identificações referem-se à posição e não

ao ocupanle.

: & Se os indivíduos se ausentam, morrem ou se aposentam, são substituídos por outros pelo

critério de qualificação técnica e a eficiência da organização não é prejudicada. Porém, a

ausência ou morte de um chefe não burocrático da organização - único indivíduo perante o

d' qual as identificações são pessoais e não burocráticas - provoca uma crise, a chamada crise

de sucessão, que geralmente é, acompanhada de um período de instabilidade. Alega Weber

que a crise de sucessão é mais evidente nos estados totalitários, mas que também as empre-

sas, igrejas, exércitos ou outras organizações podem estar sujeitos a ela³.

As burocracias estabelecem normas e precisam impô-las. Têm regulamentos e regras.

Dão ordens que devem ser obedecidas a fim de que a organização funcione com eficiência.

3 Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit., p. 85.

3z Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit., pp. 85-87.

33 Gernard Levenson, apud Amitai Etzioni, "Sucessão Burocrática", in Organizações Complexas, cit., pp.

352 a 365.

DISFUNÇÕES DA BUROCRACIA

Para Weber, a burocracia é uma organização cujas consequências desejadas se resumem na

previsibilidade do seu funcionamento no sentido de obter a maior eficiência da organização:

Todavia, ao estudar as consequências previstas (ou desejadas) da burocracia que a con-

duzem à máxima eficiência, Merton³⁴ notou também as consequências imprevistas (ou inde-

sejadas) e que a levam à ineficiência e às imperfeições. A estas consequências imprevistas

Merton deu o nome de disfunções da burocracia, para designar as anomalias de funciona-

mento responsáveis pelo sentido pejorativo que o termo burocracia adquiriu junto aos leigos

no assunto.

Merton salienta que os cientistas têm dado muita ênfase aos resultados positivos e às

funções da organização burocrática, descuidando-se das tensões internas de tais estruturas,

enquanto o leigo, ao contrário, tem exagerado exatamente as imperfeições da burocracia.

Para Merton, não existe uma organização plenamente racional e o formalismo não tem

a profundidade descrita por Weber. Por outro lado, o conceito popular de burocracia faz

pensar que o grau de eficiência administrativa deste sistema social racional é baixíssimo. Isto

porque o tipo ideal de burocracia sofre transformações quando operado por homens. Segun-

do Merton, o homem (excluído dos estudos de Max Weber, que descreveu um sistema social

desumano e mecanicista), quando participa da burocracia, faz com que toda a previsibilida-

de do comportamento, que deveria ser a maior consequência da organização, escape ao mo-

delo preestabelecido. Verifica-se, então, o que Merton chamou de disfunções da burocracia³⁵,

isto é, anomalias e imperfeições no funcionamento da burocracia. Cada disfunção é o resul-

to de algum desvio ou exagero em cada uma das características do modelo burocrático

explicado por Weber. Cada disfunção é uma consequência não prevista pelo modelo webe-

riano. As disfunções da burocracia são basicamente as seguintes:

1. Maior Internalização das Regras e Exagerado Apego aos Regulamentos

As diretrizes da burocracia, emanadas através das normas e regulamentos, pára atingir os objetivos da organização, tendem a adquirir um valor positivo, próprio importante, independentemente daqueles objetivos, passando a substituí-los gradativamente. As normas e regulamentos passam a se transformar de meios em objetivos. Passam a ser absolutos e prioritários: o funcionário adquire "viseiras" e esquece que a flexibilidade é uma das principais características de qualquer atividade racional. Com isto, o funcionário burocrata torna-se um especialista, não por possuir conhecimento de suas tarefas, mas por conhecer profundamente as normas e os regulamentos que dizem respeito ao seu cargo ou função. Os regulamentos, de meios, passam a ser os principais objetivos do burocrata.

34 Robert K. Merton, A. P. Gray, B. Hockey e H. Selvin, Readers in Bureaucrocy, Glencoe, Ill., The Free Press, 1952; Social Theory and Social Structure, Glencoe, Ill., The Free Press, 1957.

35 Robert K. Merton, "Estrutura Burocrática e Personalidade", in Organizações Complexas, cit., pp. 57-58.

2. Excesso de Formalismo e de Papelório

A necessidade de documentar e de formalizar todas as comunicações dentro da burocracia a fim de que tudo possa ser devidamente testemunhado por escrito pode conduzir a tendência ao excesso de formalismo, de documentação e, conseqüentemente, de papelório. Aliás, o papelório constitui uma das mais gritantes disfunções da burocracia, o que leva o leigo, muitas vezes, a imaginar que toda burocracia tem necessariamente um volume inusitado de papelório, de vias adicionais de formulários e de comunicações.

3. Resistência a Mudanças

Como tudo dentro da burocracia é rotinizado, padronizado, previsto com antecipação, o funcionário geralmente se acostuma a uma completa estabilidade e repetição daquilo que faz, o que passa a lhe proporcionar uma completa segurança a respeito de seu futuro na burocracia. Atendendo às normas e regulamentos impostos pela burocracia, o funcionário se torna simplesmente um executor das rotinas e procedimentos, os quais passa a dominar com plena segurança e tranqüilidade com o passar do tempo. Quando surge alguma possibilidade de mudança dentro da organização, essa mudança tende a ser interpretada pelo funcionário como algo que ele desconhece, e, portanto, algo que pode trazer perigo à sua segurança e tranqüilidade. Com isto, a mudança passa a ser indesejável para o funcionário. E, na medida do possível, ele passa a resistir a qualquer tipo de mudança que se queira implantar na burocracia. Essa resistência à mudança pode ser passiva e quieta, como pode ser ativa e agressiva através de comportamentos de reclamação, tumultos e greves.

4. Despersonalização do Relacionamento

A burocracia tem como uma de suas características a impessoalidade no relacionamento entre os funcionários. Daí o seu caráter impessoal, pois ela enfatiza os cargos e não as pessoas que os ocupam. Isto leva a uma diminuição das relações personalizadas entre os membros da organização: diante dos demais funcionários, o burocrata não os toma mais como pessoas mais ou menos individualizadas, mas como ocupantes de cargos, com direitos e

deveres previamente especificados. Daí á despersonalização gradativa do relacionamento entre os funcionários da burocracia. Os funcionários passam a conhecer os colegas, não

7

pelos seus nomes pessoais, mas pelos títulos dos cargos que ocupam. Algumas vezes, o conhecimento é feito pelo número do registro do colega ou de qualquer outra forma de identificação das pessoas imposta pela organização.

5. Categorização como Base do Processo Decisorial

A burocracia se assenta em uma rígida hierarquização da autoridade. Portanto, quem toma decisões em qualquer situação será aquele que possui a mais elevada categoria hierárquica,

independentemente do seu conhecimento sobre o assunto. Quem decide é sempre aquele que ocupa o posto hierárquico mais alto, mesmo que nada saiba a respeito do problema a ser resolvido. Por outro lado, categorizar significa uma maneira de classificar as coisas, estereotipadamente, a fim de lidar com elas com mais facilidades. Quanto mais se lançar mão da categorização no processo decisório, menor será a procura de alternativas diferentes de solução.

6. Superconformidade às Rotinas e Procedimentos

A burocracia se baseia em rotinas e procedimentos, como meio de garantir que as pessoas façam exatamente aquilo que delas se espera. Como uma burocracia eficaz exige devoção estrita às normas e regulamentos, essa devoção às regras e regulamentos conduz à sua transformação em coisas absolutas: as regras e rotinas não mais são consideradas como relativas a um conjunto de objetivos, mas passam a ser absolutas. Com o tempo, as regras e as rotinas se tornam sagradas para o funcionário. O impacto dessas exigências burocráticas sobre a pessoa provoca profunda limitação em sua liberdade e espontaneidade pessoal, além da crescente incapacidade de compreender o significado de suas próprias tarefas e atividades dentro da organização como um todo. Estudando o efeito da estrutura burocrática sobre a personalidade dos indivíduos, alguns autores chegaram a algumas conclusões, como a "incapacidade treinada" (no conceito de Veblen⁶, ou a "deformação profissional" (no conceito de Warnotte), ou ainda a "psicose ocupacional" (segundo Dewey), para mostrar que o funcionário burocrata trabalha em função dos regulamentos e das rotinas e não em função dos objetivos organizacionais que foram realmente estabelecidos". Essa superconformidade às regras, aos regulamentos, às rotinas e procedimentos conduz a uma rigidez no comportamento do burocrata: o funcionário passa a fazer o estritamente contido nas normas, nas regras, nos regulamentos, nas rotinas e procedimentos impostos pela organização. Esta perde toda a sua flexibilidade, pois o funcionário se restringe ao desempenho mínimo. Perde sua iniciativa, criatividade e inovação.

7. Exibição de sinais e a autoridade

Como a burocracia enfatiza a hierarquia de autoridade, torna-se necessário um sistema

capaz de indicar, aos olhos de todos, aqueles que detêm o poder. Daí surge a tendência à uti-

lização intensiva de símbolos ou de sinais de status para demonstrar a posição hierárquica dos

funcionários, como o uniforme, localização da sala, do banheiro, do estacionamento, do

refeitório, tipo de mesa etc., como meios de indicar quais são os principais chefes da organi-

zação. Em algumas organizações - como o exército, a Igreja etc. - o uniforme constitui

um dos principais sinais de autoridade.

; Thorstein Veblen, *The Instinct of Workmunship*, The Macmillan Co., New York, 1914.

= ' Daniel Katz e Robert L. Kahn, *Psicologia Social das Organizações*, cit., p. 227.

8: Dificuldade no Atendimento a Clientes e Conflitos com o Público

O funcionário está completamente voltado para dentro da organização, para suas normas e regulamentos internos, para suas rotinas e procedimentos, para seu superior hierárquico que avalia o seu desempenho. Essa sua atuação interiorizada para a organização geralmente o leva a criar conflitos com os clientes da organização. Todos os clientes são atendidos de forma padronizada, de acordo com os regulamentos e rotinas internos, fazendo com que o público se irrite com a pouca atenção e descaso para com os seus problemas particulares e pessoais. Com as pressões do público, que pretende soluções personalizadas que a burocracia padroniza, o funcionário passa a perceber essas pressões como ameaças à sua própria segurança. Daí a tendência à defesa contra pressões externas à burocracia. Com essas disfunções, a burocracia torna-se esclerosada, fecha-se ao cliente, que é o seu próprio objetivo, e impede totalmente a inovação e a criatividade.

Características da burocracia

1. Caracter legal das normas
2. Caracter formal das comunicações
3. Divisão do trabalho
4. Impessoalidade no relacionamento
5. Hierarquização da autoridade
6. Rotinas e procedimentos
7. Competência técnica e mérito
8. Especialização da Administração
9. Profissionalização

Disfunções da burocracia

1. Internalização das normas
2. Excesso de formalismo e
3. Resistência a mudanças
4. Despersonalização do
5. Categorização das decisões
6. Superconformidade
7. Exibição de sinais de autoridade
8. Dificuldades com clientes

Previsibilidade do funcionamento

Imprevisibilidade do

AS CARACTERÍSTICAS E AS DISFUNÇÕES DA BUROCRACIA

As causas das disfunções da burocracia residem basicamente no fato de que a burocracia não leva em conta a chamada organização informal que existe fatalmente em qualquer tipo de organização, nem se preocupa com a variabilidade humana (diferenças individuais entre as pessoas) que necessariamente introduz variações no desempenho das atividades organizacionais. Em face da exigência de controle que norteia toda a atividade organizacional é que surgem as conseqüências imprevistas da burocracia.

SISTEMA SOCIAL RACIONAL: Burocracia

EXIGENCIA DE CONTROLE

CONSEQUENCIAS
PREVISTAS:
Previsibilidade
do comportamento

CONSEQUÊNCIAS
IMPREVISTAS:
Disfunções da
burocracia

MAIOR EFICIÊNCIA

INEFICIÊNCIA

O MODELO BUROCRÁTICO DE WEBER: AS CONSEQUÊNCIAS
PREVISTAS

IMPREVISIBILIDADE DO COMPORTAMENTO E AS CONSEQUÊNCIAS
IMPREVISTAS (DISFUNÇÕES)

Adaptado de: James G. March e Herbert A. Simon, Teoria das Organizações, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1967, p. 53.

Modelo Burocrático de Merton

Merton procura representar a burocracia através de um conjunto bastante complexo de relações que se estabelecem entre um número relativamente grande de variáveis.

O modelo de Merton se baseia nas consequências não previstas (disfunções) de orga-

nizar de acordo com os princípios da máquina: começa com a exigência de controle por

parte da organização, a fim de reduzir a variabilidade do comportamento humano a padrões

previsíveis, indispensáveis ao funcionamento da organização. A exigência de controle enfa-

tiza a previsibilidade do comportamento, a qual é garantida através da imposição de nor-

mas e regulamentos. Assim, a organização estabelece previamente os procedimentos-padrões

e institui as penalidades, bem como a supervisão hierárquica para assegurar a obediência. A

ênfase sobre o cargo e posição dos indivíduos diminui as relações personalizadas. Porém,

a confiança nas regras e em sua imposição desenvolvem uma rigidez de comportamento

(consequências imprevisíveis) e uma defesa mútua dentro da organização e não

atende às

expectativas da clientela 0, provocando dificuldades no atendimento aos clientes.

A rigidez

reduz a eficácia organizacional e põe em risco o apoio da clientela^{3s}. Assim, enquanto houver

qualquer pressão externa, o funcionário atende estritamente às regras internas da organiza-

^{3s} Daniel Katz e Robert L. Kahn, *Psicologia Social das Organizações*, cit., p.

94.

ção e não se preocupa com o problema do cliente, mas com a defesa e justificação do seu próprio comportamento na organização, pois é a ela a quem deve prestar contas.

March e Simon procuram representar graficamente o modelo de Merton da seguinte maneira⁹:

Sentimento de defesa
da ação individual

-J

= Conseqüências previstas (características)
-- = Conseqüências não-previstas (distinções)

O MODELO BUROCRÁTICO DE MERTON

Adaptado de: James G. March e Herbert A. Simon, Teoria das Organizações. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Serviço de Publicações. 1967, p. 53.

No fundo, para Merton, a burocracia é uma estrutura grupal secundária, destinada a desempenhar determinadas atividades que não podem ser cumpridas satisfatoriamente por critérios grupais primários. Para ele, a burocracia não é tão eficiente como salientava Weber, mas apresenta, na prática, uma série de distorções (disjunções) que prejudicam o seu funcionamento e a levam à ineficiência.

⁹ James G. March e Herbert A. Simon, Teoria das Organizações, cit., p. 53.

Robert K. Merton, "Estrutura Burocrática e Personalidade", in op. cit., p. 68.

MODELO BUROCRÁTICO DE ORGANIZAÇÃO

INTERAÇÃO DA BUROCRACIA COM O AMBIENTE

Ao formular o modelo burocrático de organização, Weber não previu a possibilidade de flexibilidade da burocracia para atender a duas circunstâncias:

1. A adaptação da burocracia às exigências externas dos clientes.
2. A adaptação da burocracia às exigências internas dos participantes.

Philip Selznick realizou um estudo sobre a organização da TVA (Tennessee Valley

Authority em 1942, onde procurou demonstrar a flexibilidade e o ajustamento da burocracia

às aquelas duas demandas acima referidas. A partir das conclusões dessa pesquisa, Selznick

propõe uma nova abordagem da Sociologia da Burocracia e um modelo burocrático diferente do weberiano.

De um modo geral, as conclusões de Selznick são as seguintes³:

a) A TVA era uma organização responsável pela aplicação de verbas em um extenso

vale dos Estados Unidos, cujo desenvolvimento econômico era precário, e que abrangia seis

estados americanos. A TVA era formada por divisões operacionais e divisões de serviço.

As divisões de serviço tinham agentes agrícolas que faziam visitas aos fazendeiros e efetuavam

contatos que se envolviam em problemas e injunções políticas locais, as quais visavam

sempre aos seus próprios interesses.

b) Os compromissos que a TVA desenvolveu, através dos agentes agrícolas com os

poderes locais, exigiam concessões de caráter político-ideológico, mas em contrapartida

asseguravam o apoio dos políticos locais no Congresso. Houve uma interação entre a organização

(que planejava instalações de fábricas, de energia elétrica, melhorias etc.) e o meio

ambiente (interesses políticos locais dos fazendeiros, sua influência política no Congresso e

as vantagens dela decorrentes, como a votação e aprovação de verbas extras à TVA etc.).

c) A partir dessa interação, a TVA passou a assumir outros compromissos ideológicos

e transformou o seu objetivo inicial (agência de recuperação econômica de uma área

empobrecida, atuando nos moldes do New Deal americano); passando a delegar o programa

agrícola às instituições locais. A TVA modificou paulatinamente a sua figura de agência

de reconstrução e de conservação, devido ao seu ajustamento progressivo às facções locais.

Uma série de consequências não antecipadas (isto é, não previstas) modificou o

seu papel no

cenário nacional americano. É o que Selznick denominou "Grass Roots Policy" (política do "enraizamento").

d) Baseado nessa pesquisa, Selznick salienta alguns princípios que ajudam o estudo da organização formal, isto é, da burocracia :

4 Sociólogo, professor da Universidade da Califórnia, em Berkeley.

4z phi ip Selznick, T. V. A. and the Grass Roots, Berkeley, The University of California Press, 1947.

43 Baseado-nos na seqüência de apresentação seguida por João Bosco Lodi, Administração por Objetivos,

1r., pp. 95 a 99.

Philip Selznick apud Amitai Etzioni, "Fundamentos da Teoria de Organização", Organizações Complexas, 1975, pp. 30 a 43.

1. A organização burocrática é uma estrutura social adaptativa: Todas as organizações formais estão sujeitas às pressões do ambiente e necessitam se ajustar e modificar seus objetivos continuamente. As organizações formais são moldadas por forças exteriores à sua estrutura racional e aos seus objetivos.
2. Dentro da organização formal/ desenvolve-se uma estrutura informal que gera as atitudes espontâneas dos indivíduos e subgrupos para controlarem as condições de sua existência.
3. Essa estrutura informal, em seguida, torna-se indispensável e paralela ao próprio sistema formal de delegação e controle.
4. A burocracia deve ser analisada sob o ponto de vista estrutural e funcional (análise estrutural e funcional da organização) e não sob o ponto de vista de um sistema fechado e estável, como no modelo weberiano.
5. Essa análise deve refletir os aspectos do comportamento organizacional interno, bem como os sistemas de manutenção da organização formal:
6. As tensões e dilemas da organização serão esclarecidas através das restrições ambientais e da limitação das alternativas de comportamento.

e) Para atingir os seus objetivos (malgrado os compromissos), a organização lança mão de dois mecanismos de defesa:

1. A ideologia: que é um conjunto de crenças e idéias desenvolvidas pela organização e que serve de justificativa ou de barreira racional para as ações da empresa.
2. A cooptação: que é o processo de absorção de novas pessoas vindas de outras organizações do ambiente externo e que ingressam na estrutura de decisão da organização como um meio de evitar ameaça à sua estabilidade.

A cooptação ocorre Quando uma organização, para obter apoio de uma outra, admite em seus quadros elementos dessa outra organização. A cooptação traz novas soluções, muitas vezes inconsistentes com aquelas vigentes, mas apresenta a vantagem de ser menos dramática do que a confrontação com a outra organização, podendo surtir o mesmo efeito da resolução do conflito sem precipitar qualquer tipo de mudança estrutural⁵. A cooptação aumenta a certeza de apoio futuro por parte da empresa cooptante. É o caso de aceitação de representantes de instituições financeiras no quadro da diretoria de uma empresa, para aumentar a possibilidade de acesso a empréstimos ou aos recursos financeiros, enquanto durar o acordo de cooptação.

f) Com seu modelo, Selznick pretende mostrar que a burocracia, ao empregar a

técnica

de controle, gera uma série de conseqüências não-previstas. Da mesma forma que Merton,

Selznick demonstra que essas conseqüências não-previstas provêm dos problemas ligados à organização informal (sistemas interligados de relações pessoais).

O modelo de Selznick começa com a exigência de controle feita pela alta administração. Como resultado

dessa exigência, institui-se uma progressiva delegação de autoridade. Assim, cada subunidade procura

adaptar a sua política à doutrina oficial da organização, produzindo subobjetivos. Ao mesmo tempo,

reforça-se a internalização de subobjetivos nos participantes por uma influência da rotina diária. Essas

decisões dependem dos critérios operacionais estabelecidos pela organização. E são reforçadas pelo grau

de treinamento em assuntos especializados que cada subunidade recebe. Evidentemente, a internaliza-

ção de subobjetivos depende, em grande parte, da operacionalidade dos objetivos da organização.

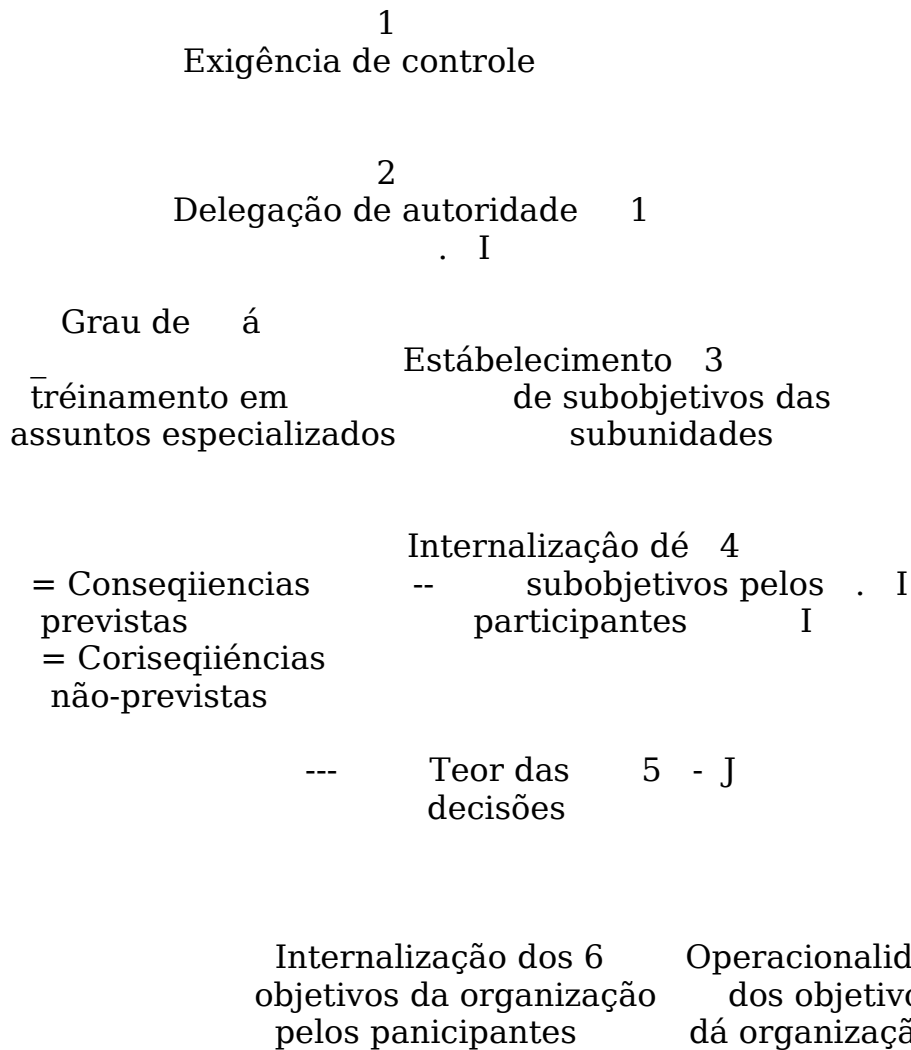
Qualquer variação na operacionalidade dos objetivos da organização afeta o conteúdo das decisões diárias,

modificando-o gradativamente. Por aí se verifica, claramente, que a delegação traz conseqüências funcionais

assim como disfuncionais para a realização dos objetivos da organização.

as Philip Selznick, T. V. A. and the Grass Roots, cit., 1949, p. 13

MODELO BUROCRÁTICO DE ORGANIZAÇÃO



O MODELO SIMPLIFICADO DE BUROCRACIA DE SELZNICK

Adaptado de: James G. March e Herbert A. Simon, Teoria das Organizações, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1967, p. 56.

Em resumo, para Selznick; a burocracia não é rígida nem estática, como o afirmava Weber, mas adaptativa e dinâmica, interagindo intensamente com o ambiente externo e adaptando-se a ele. O estudo de Selznick é um exemplo claro do efeito que surge quando os resultados de uma organização não são em princípio aceitos pelo meio ambiente. A T. I. A. teve de alterar drasticamente a sua atividade e a sua estruturação antes de alcançar a sua aceitação local. Quando o produto ou serviço de uma organização não é aceito pelo seu meio ambiente, a organização deixa de existir, a não ser que receba subsídios de uma organização matriz ou modifique o produto ou serviço.

Uma estrutura burocrática pode absorver muita mudança superficial sem modificar sua estrutura. Porém, a eficiência interna é menor comparada à da organizada burocrática-

4 Peter M. Blau apud Amitai Etzioni, "A Dinâmica da Burocracia", in Organizações Complexas, 1ª ed., pp. 334 a 345.

mente": "a burocratização é útil até o ponto em que traz eficiência, mas nem sempre essa eficiência compensa a rigidez com que está associada"s.

Qualquer organização tende a fazer frente ao problema de adaptação a mudanças: os

eventos podem ser planejados e transformados em rotina, como quando ocorrem mudanças

de modelos na indústria automobilística, ou então quando ocorrem mudanças de tempos em

tempos. É o que Selznick conta a respeito de uma crise na Ford americana entre 1926 e 1927,

quando do abandono do modelo T por novos modelos de automóveis⁹.

GRAUS DE BUROCRATIZAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

Alvin W. Gouldner⁵⁰ realizou uma pesquisa que lhe permitiu concluir que não há um único tipo

ou modelo de burocracia, mas uma enorme variedade de graus diferentes de burocratização.

Esse trabalho de Gouldner⁵⁰ foi realizado entre 1948 e 1951 em uma fábrica e mina de

gesso (sulfato de cálcio hidratado), cujo nome fictício é General Gypsum Co., situada perto

de uma cidade próxima aos Grandes Lagos, nos Estados Unidos. A mina extraía a matéria-

prima e uma fábrica localizada na superfície a transformava em chapas de revestimento de

paredes. O trabalho na mina implicava grande risco pessoal e exigia auxílio recíproco entre

os mineiros, independentemente de atribuição de tarefas ou diferenças de status. Havia muita

insegurança no trabalho (como colocar postes de segurança ou sustentar o teto das galerias

subterrâneas). Devido aos riscos que corriam e à dureza do trabalho, os mineiros costumava-

vam desabafar nas horas de folga, sendo elevado o nível de absenteísmo. Mesmo assim,

eram pagos de acordo com a produção e as faltas ao serviço não interferiam na produtividade.

Aparentemente, estabeleciam acordos entre si para proteger o companheiro ausente,

resultando ineficazes as medidas para punir os faltosos.

A pesquisa pode ser assim resumida:

a) Durante longos anos, a empresa fora administrada de maneira muito informal, com

intervalos de almoço amplos, horários de entrada e saída bem folgados, permissão aos em-

pregados para utilizarem material da companhia (como dinamite e chapas de revestimento)

para uso próprio, política de não demitir ninguém e de somente admitir novos empregados

considerando laços de família e de amizade e residência na

comunidade semi-rural em que se situava a empresa. Antes de 1948, o padrão de atitudes do pessoal para com a fábrica era favorável e positivo. Os operários consideravam as normas disciplinares da fábrica como "lenientes" ; suaves e orientadas para os objetivos da produção e internalizavam o seu papel por um conjunto de normas técnicas. O padrão de comportamento dos operários se caracterizava por um sistema de julgamentos, atitudes e sentimentos positivos que predispunham a uma reação favorável dos operários à fábrica e a uma confiança nos seus superiores. Essa atitude era uma fonte importante de satisfação no trabalho, de cumprimento dos papéis,

a Charles Perrow, *Análise Organizacional: Um Enfoque Sociológico*, cit., pp. 88 e 99.

4s Charles Perrow, *Análise Organizacional: Um Enfoque Sociológico*, cit., p. 74.

49 Philip Selznick, *Leadership in Administration*, Evanston, Ill., Row, Peterson & Co., 1957, pp. 109 e 110.

so, Alvin W. Gouldner, sociólogo americano, professor da Universidade de Illinois, um dos grandes expoentes da Teoria da Burocracia.

5 Alvin W. Gouldner, *Patterns of Industrial Bureaucracy*, Glencoe, Ill., The Free Press, 1954.

MODELO BUROCRÁTICO DE ORGANIZAÇÃO

de dedicação e de lealdade à companhia. Apesar das precárias condições ambientais de tra-

balho e dos riscos fatais de soterramento no interior das minas de gesso, o moral de trabalho

era elevado devido aos laços de amizade e de informalidade: Em contrapartida, a administração

adotava um "padrão de indulgência" caracterizado por:

1. A administração controlava com suavidade e sem muita freqüência o comportamento dos operários.

2. As regras formais eram ignoradas e os compromissos se tornavam puramente pessoais.

3. As infrações raramente eram punidas e os infratores sempre tinham novas oportunidades.

4. Havia pouca pressão para produzir.

5. Em decorrência, havia uma atitude favorável e positiva dos operários com relação à fábrica e o ambiente era amistoso.

b) Em 1948, assumiu um novo gerente (Peele), que veio alterar substancialmente essa

situação. Peele era bastante apoiado pelos executivos do Escritório Central, que criticavam a

tolerância excessiva do seu antecessor falecido e lhe solicitavam melhor organização da

fábrica e melhoria da produção, chegando mesmo a pressioná-lo sob este aspecto.

c) Começou por aplicar com maior rigidez as regras formais da fábrica, implantando

relatórios e controles de produção, diários e semanais, e cortando os favores pessoais, em

contraposição à maneira de administrar do seu antecessor, que era tolerante e avesso ao

papelório. Os novos relatórios e controles eram eficientes, porém requeriam trabalho suple-

mentar dos supervisores para sua elaboração.

d) A introdução dos métodos burocráticos do novo gerente passou a ser sentida como uma violação das antigas regras e padrões informais e uma provocação à agressividade

dos mineiros. Assim, o processo de súbita burocratização imposto por Peele passou a encon-

trar três barreiras:

1. o sistema de crenças e expectativas dos mineiros;

2. os perigos e ameaças de riscos físicos nas minas;

3. a solidariedade informal dos operários.

e) O novo gerente passou a sofrer duas formas de pressão opostas e contraditórias: de

um lado, os executivos do Escritório Central que lhe exigiam um endurecimento e, de outro

lado, os supervisores, seus antigos conhecidos, que lhe solicitavam favores especiais. Para

não ceder, Peele resolveu endurecer e botar os velhos supervisores, conhecidos seus, dentro

das normas formais, preocupado que estava com as expectativas que a direção geral colocava no seu trabalho. Não se preocupou com as expectativas dos supervisores e operários, nem com os seus antecedentes. Voltou-se apenas para o futuro, subestimando a capacidade dos operários de controlarem a situação. Não cuidou de considerar a organização informal da fábrica, violando os acordos informais com os operários, tacitamente desenvolvidos pela gerência anterior.

f) O controle do gerente sobre os supervisores tornou o controle sobre os operários. Estes passaram a modificar substancialmente as suas atitudes para com a organização. A supervisão fechada desenvolvida por Peele passou a encerrar a administração dentro de um círculo vicioso:

1. o supervisor exerce uma supervisão fechada e sob pressão sobre o operário;
2. o supervisor passa a perceber o operário como uma pessoa não motivada (baixa motivação) para o trabalho;

3. o supervisor passa a vigiar e a controlar com mais pressão o operário (supervisão cerrada para obter dele maior rendimento;
 4. esse cerco e essa pressão despertam o rancor ou a apatia no operário (reforço do baixo desempenho);
 5. o supervisor passa a perceber mais irritantemente o operário como uma pessoa não motivada (realimentação do processo) para o trabalho.
- E assim por diante, numa tensão crescente.

Supervisão fechada
sobre o operário

Supervisor percebe
o operário ainda 5
mais desmotivado

2 Supervisor percebe
o operário não
motivado

Rancor ou apatia do 4
operário reduz o
rendimento

3 Supervisão mais
fechada para aumentar
o rendimento

O CICLO DA SUPERVISÃO FECHADA

g) Os supervisores e os operários reagiram, passando a até desafiar a legitimidade do novo gerente e a rejeitá-lo, colocando-o fora do "tecido social" da fábrica e isolando-o das comunicações internas.

h) Por isso, afastado por essa barreira, começou a suspeitar do que estava ocorrendo nos níveis inferiores. Fez algumas substituições estratégicas; passou a controlar mais rigidamente a supervisão, ganhou a lealdade de alguns supervisores e conseguiu silenciar outros. Em outros termos, o novo gerente passou a adotar um elevado padrão burocrático de conduta, impondo normas e regulamentos, controles, relatórios, documentos etc.

Conclusões de Gouldner

a) A hipótese central de Gouldner é a de que a supervisão cerrada deteriora as relações entre superior e subordinado e viola as normas informais do grupo. Por outro lado, a excessiva formulação de regras burocráticas funciona como um símbolo de desconfiança nas pessoas e nas suas intenções, pois elas representam uma tentativa de conseguir as coisas sem as pessoas.

b) Para Gouldner, as regras burocráticas têm várias funções, a saber:

1. representam um equipamento funcional da supervisão cerrada, pois elas:
 - a) são uma forma de comunicação dirigida para aqueles que são percebidos como desejosos de fugir às responsabilidades, evitar obrigações e não desempenhar satisfatoriamente as suas tarefas;
 - b) oferecem um substituto para a repetição pessoal de ordens pelo superior, livrando este da necessidade de continuamente dar ordens aos subordinados;
2. apóiam o respeito à autoridade, sem necessidade de utilização de métodos violentos e repressivos de legitimação. Por outro lado, permitem ao empregado que aceite ordens sem se sentir submetido a uma pessoa, evitando o sentimento de desigualdade e inferioridade pessoal;
3. legitimam o castigo e as sanções. Elas constituem um aviso formal antecipado das consequências das infrações às normas formalmente estabelecidas e legalizam e legitimam as medidas punitivas;
4. especificam um nível mínimo de desempenho aceitável.

Gouldner salienta que essas funções das regras burocráticas servem para avaliar as tensões provocadas pela supervisão cerrada. Elas não removem toda a tensão gerada, mas levam ao ciclo dinâmico já descrito.

c) Gouldner distingue três tipos de comportamento burocrático

- a) burocracia fingida: onde as normas são impostas de fora. No caso concreto, as regras de segurança (como não fumar dentro das minas) eram impostas pela companhia de seguros, sem a participação dos dois partidos internos da fábrica: a administração e os empregados. Essas regras passaram a não ser exigidas nem reforçadas. A sua violação dava status aos infratores. Nesse tipo de burocracia, o moral costuma ser elevado, porquanto os valores informais do grupo são reforçados pela possibilidade de violação conjunta das regras impostas de fora e mal controladas;
- b) burocracia representativo: onde as regras são promulgadas por especialistas ou entendidos, cuja autoridade é aceita pelos supervisores e operários. As regras têm o apoio de todos, pois elas integram o sistema de valores predominante na fábrica. No caso concreto, a alta qualidade do trabalho esperada, tanto pelos supervisores como pelos colegas, confere prestígio. Embora essa situação provoque uma tensão, não chega a produzir um conflito aberto, porquanto os mesmos valores são compartilhados por todos os membros, originando uma atitude de solidariedade e de exortação aos infratores;
- c) burocracia puniliva: onde as regras são impostas através das pressões da

administração ou dos empregados, na tentativa de coagir a outra parte. No caso concreto, a administração introduziu horários, relógios de ponto e controles severos sobre a produção. A autoridade e o comando são fortemente realçados e a infração às regras é severamente punida.

, Segundo Gouldner, esses três tipos de burocracia podem coexistir em diferentes graus numa organização, formando uma situação complexa e um tipo misto de burocracia. Notou que Weber analisara a burocracia sob um ponto de vista puramente rítmico e não político, preocupando-se em mostrar como as normas e leis são estabelecidas e obedecidas. Weber não considerou os aspectos subjetivos e informais da aceitação dessas normas e da legitimidade da autoridade, nem a reação formal da organização perante a falta de consentimento dos subordinados.

d) Gouldner salienta que qualquer modelo burocrático leva a consequências não previstas por Max Weber, como:

1. as regras burocráticas, gerais e impessoais, definem o que é permitido e o que não é permitido e estabelecem um padrão de comportamento mínimo aceitável, que passa a ser considerado o nível de comportamento que a organização espera do empregado;

2. esse comportamento-padrão reduz a eficiência, uma vez que abaixa a motivação de produzir;
3. a redução da eficiência leva a uma intensificação da burocracia punitiva;
4. reinicia-se o ciclo.

No modelo de Gouldner, o processo burocrático é um ciclo instável, buscando sempre a estabilidade e o equilíbrio, mas provocando tensões e conflitos interpessoais. A organização é visualizada como um sistema instável.

gerais e impessoais

Conhecimento
dos padrões mínimos
aceitáveis
I

Visibilidade
das relações
de poder
I

6
Diferença
entre objetivos da
organização e sua realização

Rigor na
supervisão

= Resultados intencionais
--- = Resultados não-intencionais

O MODELO SIMPLIFICADO DE BUROCRACIA DE GOULDNER

Adaptado de: James G. March e Herbert A. Simon, Teoria das organizações, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1967, p. 58.

No modelo de Gouldner, a adoção de normas gerais e impessoais, regulando os processos de trabalho, constitui parte da solução para a questão do controle exigido pela direção da empresa. Uma das consequências de tais normas é que elas diminuem a visibilidade das relações de poder. Gouldner sustenta, ainda, que a sobrevivência do grupo de trabalho como unidade operacional é substancialmente favorecida pelo estabelecimento dessas normas gerais.

e) Assim, para Gouldner, não há um tipo único de burocracia, mas uma infinidade de tipos, variando dentro de um continuum, que vai desde o excesso de

burocratização (num

extremo) até uma ausência quase completa de burocracia (no extremo oposto)5z:

sz V, S. N. Eisenstadt àpud Amitai Etzioni, "Burocracia, Burocratização e Desburocratização: Condições do Desenvolvimento de Organizações Burocráticas" Organizações Complexas, cit., pp. 263-270.

Excessivamente
burocratizada:

Excesso de
normas e
regulamentos

Muito pouco
burocratizada

Escassez de
normas e
regulamentos

O CONTÍNUUM DOS GRAUS DE BUROCRATIZAÇÃO

APRECIÇÃO CRÍTICA DA TEORIA DA BUROCRACIA

A burocracia, segundo Weber, proporciona uma maneira consciente de organizar pessoas e atividades no sentido de alcançar objetivos específicos. A burocracia enfatiza a organização racional e eficiente em função de determinados objetivos.

A burocracia tem defensores e tem adversários entre os diversos autores da Teoria

Administrativa.

Por exemplo; Perrow mostra-se advogado da burocracia: "Após quinze anos de estudo das organizações complexas, cheguei a duas conclusões que colidem com muita coisa da

literatura organizacional. A primeira é que os erros geralmente atribuídos à burocracia não são erros de todo ou são consequências do fracasso em burocratizar

suficientemente. Neste sentido, eu defendo a burocracia como o princípio dominante de organização em nossas grandes e complexas organizações. A segunda conclusão que eu alcancei é que a preocupação extensiva com a reforma, 'humanização' e descentralização das burocracias, enquanto

salutares, têm servido apenas para obscurecer a verdadeira natureza da burocracia dos teóricos organizacionais e têm-nos desviado do seu impacto sobre a sociedade: O impacto sobre a sociedade é incalculavelmente mais importante do que o impacto sobre os membros de uma particular organização' 53 .

Mais adiante, Perrow acrescenta que as burocracias não têm sido adequadamente julgadas, pois elas representam uma alternativa superior a todas as outras alternativas de organização: "em minha opinião, a burocracia é uma forma de organização superior a todas as outras que conhecemos ou que esperamos alcançar em futuro próximo e médio; as chances

tle levá-la adiante ou mudá-la são provavelmente inexistentes no Ocidente, neste século"⁵⁴.

Perrow insiste: "não concordamos em ter como origem da burocracia funcionários

nervosos, inseguros; mesquinhos, ocupados apenas em manter o status quo a todo custo, ou

em aumentar sua força e influência pessoal. Tampouco encontramos situações em que as

organizações menos burocráticas (não-burocráticas, como as chamamos) possam encarnar o

espírito democrático, a autonomia individual, o bom relacionamento humano e coexistência

sem temores. Ao contrário; insistimos em que a forma burocrática resulta de uma tentativa

⁵³ Charles Perrow, *Complex Organizations: A Critical Essay*, Glencview; III., Scott, Foresman and Company, 1972, p: 6.

⁵⁴ Charles Perrow, *Complex Organizations: A Critical Essay*, cit., p. 7.

bem sucedida de atingir o que todas as organizações buscam - diminuir o impacto de influências externas sobre seus membros; propiciar um alto grau de especialização para garantir eficiência e competência e controlar tanto quanto possível as inseguranças e variabilidade do ambiente"⁵⁵.

Vejamos, contudo, alguns dos principais aspectos críticos da Teoria da Burocracia.

O Excessivo Racionalismo da Burocracia

Katz e Kahn salientam que a organização burocrática é super-racionalizada e não leva em

conta a natureza organizacional, bem como as condições circunjacentes do ambiente. As vantagens da burocracia têm sido exageradas. Para estes autores, o sistema burocrático con- segue sobrevivência e eficiência apenas quando:

- " 1. As tarefas individuais são mínimas em requisitos criativos, de modo que a submissão à autoridade legítima é quanto basta, e não há necessidade de identificação com as metas organizacionais.
2. As exigências do ambiente sobre a organização são claras e suas implicações óbvias, de modo que a informação é redundante e pode ser esbanjada, e a organização não precisa utilizar todos os recipientes e processadores de informação em potencial entre seus membros.
3. A rapidez em tomada de decisão é um requisito de importância, de modo que cada pessoa adicional envolvida no processo é adicionada significativamente aos custos e riscos organizacionais.
4. As circunstâncias organizacionais se aproximam das do sistema fechado, com requisitos mínimos de mudança do meio"⁵⁶.

Perrow⁵⁷ chama a teoria burocrática de visão "instrumental" das organizações: as organizações são vistas como arranjos conscientes, racionais, dos meios para fins particulares.

Perrow salienta que a burocratização envolve:

1. especialização;
2. necessidade de controlar as influências exercidas pelos fatores externos sobre os componentes internos da organização
3. necessidade de lidar com um ambiente externo imutável e estável.

As Dimensões da Burocracia

A burocracia está atualmente sendo entendida mais como uma condição que

existe como um

continuum do que de uma maneira absoluta, tal como estar totalmente presente ou total-

mente ausente⁵⁵. Há ¹⁵⁹propõe-seja o grau variável de burocratização determinado pela men-

suração de dimensões da burocracia, ou seja, o conceito de burocracia como uma série e

⁵⁵ Charles Perrow *Complex Organizations: A Critical Essay*, cit., p. 217.

⁵⁶ Daniel Katz e Robert L. Kahn, *Psicologia Social das Organizações*, cit., p. 247.

⁵⁷ Charles Perrow, *Complex Organizations: A Critical Essay*, cit., pp. 73-74.

⁵⁸ Beatriz Marques de S. Wahrlich, *Uma Análise das Teorias de Organização*, p. 56.

⁵⁹ Richard H. Hall, "The Concept of Bureaucracy: An Empirical Assessment", *American Journal of Sociology*, jul. 1962, n° 60, pp. 32-40.

MODELO BUROCRÁTICO DE ORGANIZAÇÃO

dimensões, cada qual delas em forma de um continuum. Cada continuum pode ser medido, d

modo que pode não ocorrer variação concomitante em todas as dimensões. O conceito de

rocracia é mais válido empiricamente quando abordado desta maneira, do que considerando a

organização como sendo totalmente burocrática ou não-burocrática . Após analisar as dimen-

sões principais da burocracia propostas por Weber e por outros importantes estudiosos do

assunto³, Hall selecionou seis dimensões contínuas da estrutura organizacional, a saber :

1. uma divisão de trabalho baseada na especialização funcional;
2. uma bem definida hierarquia de autoridade;
3. um sistema de regras que cobre todos os direitos e deveres dos ocupantes de posições;
4. um sistema de procedimentos para lidar com as situações de trabalho;
5. impessoalidade nas relações interpessoais;
6. promoção e seleção para emprego baseadas na competência técnica.

Hall mediu cada dimensão acima através de questionários para todos os níveis e funções

em dez organizações. Verificou diferentes estruturas percebidas entre departamentos com

tarefas incertas e não uniformes e departamentos com tarefas previsíveis e uniformes: aque-

les são significativamente menos burocratizados do que estes em metade das dimensões pes-

quisadas . Essas dimensões existem em alto grau no tipo ideal de burocracia e em graus mais

baixos em organizações menos burocráticas.

Hall defende a idéia de que as organizações variam em termos de sua estrutura (forma-

lização, complexidade e centralização, p. ex.) e processos. Estes elementos estão presentes no

tipo ideal de burocracia descrito por Weber: sua presença permite determinar o grau em que

uma organização está burocratizada. Como o conceito geral é uma variável contínua, os atributos

devem ser tratados como um conjunto de dimensões, isto é, como uma variável multi-

dimensional. As organizações são portadoras de características do modelo burocrático

em diversos graus ao longo das várias dimensões da burocracia. Estes atributos variam inde-

pendentemente. Isso significa que uma organização pode estar altamente burocratizada

quanto ao conjunto de especificações operativas ao mesmo tempo em que está escassamente

burocratizada quanto à sua divisão do trabalho³.

A Teoria Tradicional - cujos três modelos clássicos são os de Taylor (Administração Científica), de Fayol (Teoria Clássica) e de Weber (modelo burocrático) - deu origem ao caráter

Richard H. Hall, "The Concept of Bureaucracy...", American Journal of Sociology, cit., p. 32.

6 R. K. Merton, A. P. Gray, B. Hockey e H. Selvin, Readers in Bureaucracy, cit., Stanley H. Udy, Jr.,

"Bureaucracy and Rationality in Weber's Organization Theory: an Empirical Study"; American Sociological

Review, vol. XXIV, p. 792, dez. 1959; Ferrel Heady, "Bureaucratic Theory and Comparative Administration",

Administrative Science Quarterly, vol. III, n° 4, p. 516, mar. 1959; Talcott Parsons, The Structure of Social Action,

New York, McGraw-Hill Book Co., 1937, p. 506; Morroe Berger, Bureaucracy and Society in Modern Egypt, Prin-

ceton, N. J., Princeton University Press, 1957, p. 48; Robert Michels, Political Parties, Glencoe, Ill., The Free

Press, 1949, pp. 33-34; Marshall E. Dimock, Administrative Vitality, New York, Harper & Bros., 1959, p. 5.

sz Richard H. Hall, "The Concept of Bureaucracy...", American Journal of Sociology, cit., p. 33.

63 Richard H. Hall, Organizaciones: Estructura y Proceso, Madrid, Editorial Prentice-Hall Internacional,

1973, pp. 61-64.

de suas estruturas internas, abordando os problemas organizacionais muito mais em termos de sistema fechado do que aberto. O termo "teoria da máquina" (proposto anteriormente por Worthy em 1950) pode ser aplicado aos três modelos, uma vez que, neles, a organização, embora constituída por pessoas, é considerada uma máquina construída para cumprir uma tarefa. Katz e Kahn explicam que alguns dos principais conceitos explícitos ou implícitos da teoria da máquina são .

1. Especialização do processo das tarefas, para se obter eficiência com a subdivisão da operação em seus elementos básicos.
2. Padronização de desempenho da junção, para acompanhar o fracionamento das operações e garantir ausência de erros.
- 3 . Unidade de comando e centralização da tomada de decisão. A organização não é necessariamente autodirigida, embora concebida como uma máquina. Para manter a coordenação do todo, as decisões devem ser centralizadas num só comando e deve haver unidade de comando através da responsabilidade de homem para homem dentro da cadeia escalonada. Além disso, é importante a amplitude de controle limitada como reforço do bom funcionamento da unidade de comando.
4. Uniformidade de práticas institucionalizadas, além da padronização das tarefas. As maneiras de lidar com o pessoal são uniformes para cada nível ou status.
5. Não-duplicação de funções a fim de se garantir a centralização.

Katz e Kahn os salientam as principais fraquezas da teoria da máquina, a saber:

1. pouca importância do intercâmbio do sistema com seu ambiente e negligência quanto às influências do meio, em mudança constante, exigindo modificação constante da organização;
2. limitação na concepção de muitos tipos de intercâmbio com o ambiente. Assim, as entradas restringiam-se a matérias-primas e mão-de-obra, omitindo-se os valores e necessidades que as pessoas trazem consigo para a organização, e o apoio social da comunidade e do público. As saídas se restringiam ao produto físico que a organização coloca no ambiente;
3. pouca atenção aos subsistemas da organização, com suas dinâmicas diferenciadas e seu próprio intercâmbio dentro da organização;
4. negligência quanto à organização informal criada dentro da organização formal, como reação à institucionalização;
5. concepção da organização como um arranjo rígido e estático de peças e órgãos.

Em suma, o modelo weberiano é altamente mecanicista e tem mais coisas em

comum

com os teóricos da gerência administrativa (como Fayol) do que com os autores posteriores que desenvolveram estudos a partir do modelo burocrático .

Conservantismo da Burocraeia

Bennis aponta as seguintes críticas à burocracia:

" I . A burocracia não leva adequadamente em conta o crescimento pessoal e o desenvolvimento da personalidade madura das pessoas.

90-91 Daniel Katz e Robert L. Kahn, Psicologia Social das Organizações, cit., pp.

92-93 6 Daniel Katz e Robert L. Kahn, Psicologia Social das Organizações, cit., pp.

James G. March e Herbert A. Simon; Teoria das Organizações. cit.

MODELO BUROCRÁTICO DE ORGANIZAÇÃO

2. Ela desenvolve a conformidade e 'pensamento-de-grupo'.
3. Ela considera a 'organização irreal' e os problemas emergentes e não antecipadamente previstos.
4. Seu sistema de controle e de autoridade está irremediavelmente ultrapassado.
5. Ela não tem um adequado processo jurídico.
6. Ela não possui meios adequados para resolver diferenças e conflitos entre classes e, mais particularmente, entre grupos funcionais.
7. As comunicações (e idéias criativas) são bloqueadas ou distorcidas por causa das divisões hierárquicas.
8. Os recursos humanos da burocracia não são plenamente utilizados por causa da desconfiança, medo de represálias etc.
9. Ela não pode assimilar o influxo de novas tecnologias ou cientistas que ingressam na organização.
10. Ela pode modificar a estrutura da personalidade daquelas pessoas que refletem o homem obtuso, obscuro, isto é, o condicionado 'homem organizacional'"6 .

Ao explicar as maneiras pelas quais a burocracia pode ser modificada para defrontar-se com mais sucesso com os problemas que enfrenta, Bennis salienta que todas as organizações burocráticas - desde as levatãs de produção-em-massa até indústrias de serviços como as universidades ou hospitais - são unidades complexas destinadas a alcançar objetivos. Para sobreviver, a organização burocrática deve cumprir também tarefas secundárias, como :

1. manter o sistema interno e integrar o "lado humano da empresa" (organização informal) - um processo de mútua concordância denominado "reciprocidade" e
2. adaptar-se e moldar-se ao ambiente externo, o que denomina "adaptabilidade". Estes dois dilemas organizacionais permitem visualizar os meios pelos quais os mecanismos burocráticos podem ser alterados.

No fundo, a burocracia tem-se revelado um processo essencialmente conservador e contrário à inovação (segundo Michels e Von Mises): o burocrata se comporta como um indivíduo ritualista, apegado a regras, que passa por um processo de "deslocamento de objetivos" (segundo Merton). Se bem que a burocracia tenha representado uma resposta adequada às condições do século XIX, ela se tem mostrado tremendamente vulnerável às condições contemporâneas do mundo atual. Da mesma forma como a burocracia se revelou uma solução criativa a condições subitamente novas e diferentes, no decorrer do século passado, ela

está sendo levada ao desaparecimento por novas e diferentes condições do moderno mundo industrializado. Bennis sintetiza essas condições em quatro ameaças impostas à burocracia :

1. Transformações rápidas e inesperadas do ambiente.
2. Aumento de tamanho, onde o simples acréscimo das atividades tradicionais da organização não é suficiente para sustentar o seu crescimento.
3. Crescente complexidade da tecnologia moderna, exigindo, cada vez mais, maior integração entre atividades e pessoas altamente especializadas e de competências muito diferentes.
4. Mudanças radicais no comportamento administrativo e na filosofia dos negócios, impondo a necessidade de maior flexibilidade da organização.

6 Warren G. Bennis, "The Decline of Bureaucracy and Organizations of the Future" in Readings on Behavior in Organizations. EdB F. Huse, James L. Bowditch e Dalmar Fisher (eds.), Readings, Mass, Addison-Wesley Publishing Company 1975, p. 27.

Warren G. Bennis, "The Decline...", in Readings on Behavior in Organizations, cit., p. 28.

Warren G. Bennis, desenvolvimento Organizacional: Sua Natureza, Origens e Perspectivas, São Paulo, Editora Edgard Blöcher; 1972, p. 23.

Kast e Rosenzweig'o salientam que o caminho moderno consiste em utilizar o modelo burocrático de Weber como ponto de partida, mas reconhecendo as suas limitações e consequências disfuncionais. Estes autores afirmam que, correndo o risco de supersimplificar, o ponto de vista que prevalece indica que:

1. a forma burocrática é a mais apropriada para as atividades rotineiras e repetitivas da organização, atividades essas em que a eficiência e a produtividade constituem o objetivo mais alto;
2. a forma burocrática não é adequada às organizações altamente flexíveis que se vêem à frente de muitas atividades não-rotineiras, e em que a criatividade e a inovação sejam importantes.

Abordagem de Sistema Fechado

Ao analisar a literatura até então existente sobre as organizações complexas, Gouldner dividiu dois modelos fundamentais":

1. os modelos "racionalis" de organização que adotam a estratégia de sistema fechado, em busca da certeza e da previsão exata. É o caso da Administração Científica de Taylor, da Teoria Clássica de Fayol ou da Teoria da Burocracia de Weber;
2. os modelos "naturais" de organização que adotam uma estratégia de sistema aberto, na expectativa da incerteza, uma vez que o sistema contém mais variáveis do que somos capazes de compreender de uma só vez, estando algumas sujeitas a influências que não podemos prever ou controlar, obedecendo a uma outra lógica.

"A estratégia do sistema fechado busca a certeza, incorporando apenas as variáveis positivamente associadas ao empreendimento que se tem por meta e sujeitando-se a uma rede de controle monolítica. A estratégia do sistema aberto alterna sua atenção entre o empreendimento que tem por meta a sobrevivência e incorpora a incerteza, reconhecendo a interdependência entre a empresa e seu ambiente. Uma tradição mais recente nos permite conceber a empresa como um sistema aberto e que se confronta com a incerteza..."

Em outros termos, a Teoria da Burocracia concebe as organizações como se elas fossem entidades absolutas, existindo no vácuo, como sistemas fechados. Essa teoria não leva em

consideração o contexto externo onde a organização está inserida, as mudanças ambientais e as suas repercussões no comportamento da organização. A burocracia define o seu próprio modo de recrutar seus funcionários, as relações internas entre eles, os esquemas de produção etc., não dependendo para isto da coletividade que a sustenta ou do ambiente que a rodeia. Neste aspecto, a burocracia é totalmente livre de qualquer intervenção externa. Porém, isto não significa que ela não mantenha nenhuma interação com elementos ou organizações do ambiente que a circunda.

o Fremont E. Kast e James E. Rosenzweig, Organization and Management. A Systems Approach, New York, McGraw-Hill Book Co., 1970.

Alvin W. Gouldner, "Organizational Analysis" Sociology Today, Robert K. Merton, Leonard Broom

and Leonard S. Cottrell Jr., (eds.), New York, Basic Books, Inc. Publ., 1959.

2 James D. Thompson, Dinâmica Organizacional. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1976, p. 27.

Abordagem Descritiva e Explicativa

Até agora, todas as teorias administrativas estudadas - a Administração Científica, a Teoria

Clássica e a Teoria das Relações Humanas - foram predominantemente prescritivas e nor-

mativas, ou seja, todas elas estavam voltadas para e preocupadas com esquemas segundo os

quais o administrador deveria lidar com as organizações. Em outros termos, estas teorias são

prescritivas porque pretendem estabelecer prescrições e receituários e são normativas porque

essas prescrições são consideradas a melhor maneira de se lidar com as organizações e devem

funcionar como normas para o administrador.

A Teoria da Burocracia, contudo, não tem esta preocupação. Ao invés de estabelecer

como o administrador deverá lidar com as organizações, o modelo burocrático se preocupa

em descrever, analisar e explicar as organizações, a fim de que o administrador possa esco-

lher qual a maneira mais apropriada de lidar com elas, levando em conta a sua natureza, as

tarefas, os participantes, os problemas envolvidos, a situação, as restrições etc., aspectos

estes que variam enorme e intensamente.

Assim, a Teoria da Burocracia se caracteriza por uma abordagem descritiva e explica-

tiva, capaz de lidar o administrador a compreender a situação e verificar qual a maneira

mais adequada de lidar com a organização, ao invés de lhe impor princípios ou esquemas

previamente enlatados que devam ser aplicados a todas as situações.

A abordagem descritiva e explicativa tem a enorme vantagem de proporcionar um

conhecimento mais profundo sobre o objeto de estudo e uma ampla flexibilidade e versatili-

dade na solução dos problemas, sem a preocupação de confiná-la a prescrições ou normas

pré-fabricadas visando a uma aplicação universal.

Apesar de todas as críticas ao mecanicismo da burocracia como forma organizacional,

a abordagem metodológica da Teoria da Burocracia voltada para a descrição e explicação

dos fatos - e não à intervenção baseada em normas e prescrições - trouxe uma nova impos-

tação à teoria administrativa, que começou a se libertar dos grilhões até então impostos pelos

padrões antecipadamente estabelecidos como dogmas de atuação do administrador.

Críticas Multivariadas à Burocracia

Algumas outras críticas à perspectiva burocrática de Weber podem ser embradas, a saber:

Embora Weber reconheça a importância da estrutura informal, não a incluiu no, seu tipo ideal de burocracia. Os membros são vistos como seguidores de regras e procedimentos mais num sentido altamente mecanístico do que como criaturas sociais interagindo dentro de relacionamentos sociais 3.

A organização burocrática é influenciada por fatores ligados ao comportamento humano que não foram cogitados por Weber. Tanto que Merton, ao estudar as disfunções da burocracia, procura mostrar como a forma burocrática exerce influência sobre a personalidade dos seus membros e estimula uma aderência inflexível às normas e regulamentos por mero e rígido respeito a essas normas e regulamentos, que de meios se tornam fins em si mesmos, deslocando os objetivos da organização. Selznick ao estudar o modelo burocrático sugere modificações, enfatizando particularmente a delegação de autoridade e a manu-

3 J. Eugene Haas e Thomas E. Drabek, *Complex Organizations: A Sociological Perspective*, New York, The Macmillan Company, 1973, pp. 29-31.

tenção da organização como um sistema adaptável e cooperativo. Gouldner ao pesquisar as dimensões

burocráticas mostrou que os mecanismos burocráticos originam certas formas de liderança e controle

autocráticos que levam a consequências disfuncionais para a organização.

2. As distinções de Weber entre tipos de autoridade são exageradas, muito embora o mestre tenha discutido

a "combinação de diferentes tipos de autoridade". Como Etzioni sugeriu, há muitos tipos mistos, como

organizações semitradicionais, semiburocráticas, que existiram no antigo Egito, China Imperial e Bizâncio Medieval 4.

3. O conflito interno na organização é considerado altamente indesejável. De fato, dentro da imagem de um

conjunto de estruturas integradas racionalmente, em que pessoas seguem comportamentos prescritos,

assume-se que o conflito não parece existir.

4. O conceito de objetivos organizacionais apresenta uma variedade de problemas: são válidos somente os

objetivos determinados por escrito em documentos oficiais? ou também são válidos os objetivos estabele-

cidos oralmente? Se são estabelecidos oralmente, quem deve fazê-lo? Qual o grau de consenso a respeito

dos objetivos que deve ser considerado?

Posição da Teoria da Burocracia Dentro da Teoria das Organizações

Para alguns autores, o modelo burocrático constitui um terceiro pilar da Teoria Tradicio-

nal da Organização, ao lado do "Taylorismo" (Escola da Administração Científica) e da

obra de Fayol e Gulick (Teoria Clássica propriamente dita). Esse modelo foi o ponto de par-

tida para os sociólogos e cientistas políticos no estudo das organizações.

Weber é tido como o precursor do estruturalismo⁶, e mesmo como "o mais influente

fundador do estruturalismo" em teoria da organização. "Atualmente - nos Estados Uni-

dos - é Max Weber o sociólogo europeu mais citado." Weber está mais identificado com a

organização formal do que propriamente com a síntese ou fusão da organização formal com

a informal⁹, síntese esta que é a base do estruturalismo, como veremos no próximo capítulo.

Weber propõe um modelo mecanicista bastante consistente dentro das linhas gerais da

teoria da organização formal desenvolvida por Taylor e Mooney¹. Neste sentido, há maior

semelhança entre Weber e Urwick, Fayol, Gulick e outros do que propriamente com aqueles

que se consideram seus sucessores, como Selznick, Gouldner e Etzioni².

De um modo geral, podemos concluir que a teoria weberiana se assemelha à Teoria

Clássica da organização quanto à ênfase colocada na eficiência técnica e na estrutura hierár-

quica da organização, bem como na predominância da organização industrial, propondo

4 Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit., p. 91.

5 Fremont E. Kast e James E. Rosenzweig, Organization and Management. A Systems Approach, cit.

6 Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit., p. 81.

Ralf Dahrendorf, Sociedad y Sociología, Madrid, Ediciones Tecnos, 1966, p. 229.

7 James G. March e Herbert A. Simon, Teoria das Organizações, cit.

8 Fremont E. Kast e James E. Rosenzweig, Organization and Management. A Systems Approach, cit.,

p. 73.

9 Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit., p. 81.

10 Fremont E. Kast e James E. Rosenzweig, Organization and Management. A Systems Approach, cit.,

p. 73.

11 J. G. March e H. A. Simon, Teoria das Organizações, cit., pp. 47 e 48.

uma solução ao problema. Contudo, ambas as teorias acusam certas diferenças entre si, como:

1. A Teoria Clássica preocupou-se com detalhes, como a amplitude ótima, a alocação de autoridade e responsabilidade, número de níveis hierárquicos, agrupamento de funções etc., enquanto a teoria de Weber preocupou-se mais com os grandes esquemas de organização.
2. Quanto ao método, os autores clássicos utilizaram uma abordagem predominantemente dedutiva, enquanto Weber é essencialmente indutivo.
3. A Teoria Clássica se refere quase que exclusivamente à moderna organização industrial, enquanto a teoria de Weber é parte integrante de uma teoria geral da organização social e econômica.
4. A Teoria clássica apresenta uma orientação francamente normativa, prescritiva, enquanto a orientação de Weber é mais descritiva e explicativa.

Ao verificar as semelhanças entre a teoria de Weber e as de Taylor e Fayol, as contribuições respectivas desses autores, dentro de uma simplificação apenas didática, podem ser assim comparadas:

1. Taylor procurava meios científicos, métodos para realizar o trabalho rotineiro das organizações. Sua maior contribuição foi para a gerência.
2. Fayol estudava as funções de direção. Sua maior contribuição foi para a direção.
3. Weber se preocupava com as características, com o crescimento e com as consequências da burocracia. Sua maior contribuição foi para a organização, considerada em conjunto.

Todos os três se ocuparam daquilo que se poderia chamar de componentes estruturais da organização.

SUMÁRIO

1. A Teoria da Burocracia surgiu na Teoria Geral da Administração ao redor da década de 40, quando a Teoria Clássica e a Teoria das Relações Humanas lutavam entre si pela conquista de espaço na teoria administrativa e já apresentavam sinais de obsolescência para sua época.
2. Muito embora as origens da burocracia remontem à Antiguidade histórica, a burocracia,

o capitalismo e a ciência moderna constituem três formas de racionalidade que surgiram a partir das mudanças religiosas (protestantismo). Dentre as três formas de dominação - a tradicional, a carismática e a burocrática -, esta última apresenta um aparato administrativo que corresponde à burocracia.

3. O modelo burocrático de Max Weber foi profundamente estudado e analisado em todas as suas características, no sentido de se buscar nele a inspiração para uma nova teoria administrativa.

s3 George B. Strohmer, "The Social Science of Organization", in The Social Science of Organization, cit.

s4 Keith M. Henderson "Introdução ao Conceito Americano de Administração Pública", Rev. do Ser. Público, vol. 97, pp. 82-120, abr./maio/jun. 1955.

4. O modelo weberiano oferecia várias vantagens, já que o sucesso das burocracias em nossa sociedade se deve a inúmeras causas. Contudo, a racionalidade burocrática, a omissão das pessoas que participam da organização e os próprios dilemas da burocracia, apontados por Weber, constituem problemas que a burocracia não consegue resolver adequadamente.
5. Merton passou a diagnosticar e caracterizar as disfunções do modelo burocrático weberiano e notou que, ao invés da máxima eficiência, tais disfunções levavam à ineficiência da organização.
6. Em um estudo, Selznick verificou a interação entre a burocracia e o seu ambiente, trazendo à tona a burocracia como um sistema aberto em transações ambientais.
7. Igualmente, Gouldner verificou que existem diversos graus de burocratização nas organizações. Assim, o modelo proposto por Weber passou a constituir o modelo ideal de burocracia e não o modelo absoluto.
8. Uma cuidadosa apreciação crítica da burocracia leva-nos à conclusão de que, apesar de todas as suas limitações e restrições, a burocracia é talvez uma das melhores alternativas de organização, provavelmente muito superior a várias outras alternativas tentadas no decorrer deste século.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Exponha as origens da Teoria da Burocracia e as origens da burocracia.
2. Explique os tipos de sociedade e os tipos de autoridade para Weber.
3. Defina as características principais da burocracia, para Weber.
4. Quais as vantagens da burocracia?
5. Explique a racionalidade burocrática e os dilemas da burocracia.
6. Quais as disfunções da burocracia?
7. O que é superconformidade?
8. O que significa resistências quando se fala em disfunções da burocracia?
9. Explique sucintamente o modelo burocrático segundo Merton.
10. Ao analisar a interação da burocracia com o ambiente, Selznick verificou que a organização, para atingir seus objetivos, lança mão de dois mecanismos de defesa. Explique-os.
11. Explique sucintamente o modelo burocrático de Selznick.
12. Quais as funções das regras burocráticas segundo Gouldner?
13. O que significa padrão de indulgência para Gouldner?
14. Quais os três tipos de comportamento burocrático para Gouldner?
15. Quais os dois modelos fundamentais que Gouldner verificou a respeito das organizações?

complexas?

16. O que significa modelo racional e sistema natural para Gouldner?
17. Explique o excessivo racionalismo da burocracia.
18. O que significa limitações da "teoria da máquina" quando se fala em burocracia?
19. Quais as diferentes dimensões da burocracia?
20. Explique a burocracia como modo de exploração.
21. Explique a burocracia como um fenômeno cultural.
22. Comente a respeito da burocracia, inovação e sobrevivência.
23. Como você situaria a burocracia dentro da Teoria das Organizações?

CASO INDÚSTRIA MOBILENHA S.A.

A Indústria Mobilenha S.A. é uma fábrica de móveis de escritório, cujo Gerente-Geral,

Jacinto Fujita, dava grande ênfase às grandes e pequenas vendas, sem se preocupar muito

com os aspectos administrativos, deixando invariavelmente a organização dos diversos

departamentos da empresa em segundo plano. Sua meta principal era vender, mesmo desor-

ganizadamente, para colher resultados rápidos e imediatos.

Realmente, grandes sucessos eram alcançados nas vendas e a equipe de vendedores

sempre atingia resultados alvissareiros. Porém, Fujita era avesso aos problemas que afeta-

vam os demais departamentos da empresa.

A Seção de Faturamento reclamava que o Departamento de Vendas cometia freqüentes

e graves erros na emissão dos pedidos, o que provocava inúmeros problemas na emissão das

notas fiscais. O Departamento de Produção se via constantemente às voltas com ordens con-

traditórias e contra-ordens de urgência, pois, para atender certos clientes, Fujita solicitava

à produção uma maior produtividade, não ligando se o produto estava dentro das especi-

ficações de qualidade aceitáveis ou o quanto custaria à empresa o apressamento de certos

pedidos.

Um dos aspectos que davam ao Gerente-Geral grande força perante seus subordinados

era o fato de ser amigo pessoal do Diretor-Presidente da empresa, Emílio Caruso. Este, des-

lumbrado pelos números apresentados por Fujita, não dava ouvidos aos demais chefes de

departamentos de sua empresa.

Fujita era uma pessoa muito humana e muito querido por todos os empregados da

empresa, valendo-lhe certa simpatia pessoal e livre trânsito em todas as áreas da

companhia.

Em certa ocasião, quando tudo transcorria dentro dos desencontros comuns e cotidia-

nos e as vendas em elevado índice, Fujita solicita sua demissão da empresa, deixando todos

surpresos, pois pretendia dedicar-se a atividades agrícolas em função de uma herança recebida.

Durante o período decorrido para a admissão de um novo Gerente-Geral, os chefes de

departamentos mantinham contato direto com o Diretor-Presidente e conseguiram provar-

lhe que seria necessário inicialmente cuidar dos aspectos organizacionais internos para poste-

riormente garantir a estabilidade ou crescimento das vendas. Partindo dessa hipótese, o Dire-

tor-Presidente resolveu admitir um novo Gerente-Geral com características capazes de "p8r a casa em ordem" ' ' .

O novo Gerente-Geral escolhido, Jorge Ikeda, era formado em Administração e com

profundos conhecimentos de organização e métodos. Rapidamente dedicou-se à tarefa de

organizar todos os departamentos da empresa, individualmente, deixando provisoriamente

relegado a segundo plano o Departamento de Vendas. Porém, devido ao seu formalismo e

sua tendência pessoal de mandar e não ouvir, Ikeda provocou em seus subordinados certas

dificuldades de adaptação aos novos e rígidos métodos de trabalho. Como a instrução que

recebera do Diretor-Presidente era a de organizar e estruturar a empresa, Ikeda pretendia

fazê-lo o mais rapidamente e da melhor forma procurando queimar etapas, se possível.

Com se tratava de pessoa não acostumada a lidar ou manejar com uma quantidade muito

grande de subordinados, Ikeda passou a exigir de todos os departamentos que seguissem à

risca todas as suas instruções, cobrando resultados em períodos curtíssimos de tempo. Isto

lhe valeu alguns desentendimentos com o pessoal. O descontentamento por parte dos empre-

gados não tardou a aparecer, principalmente daqueles que admiravam a luta do gerente ante-

rior para manter a amizade do pessoal apesar da desorganização reinante.

O resultado foi desastroso para o atual Gerente-Geral. A produção passou a sofref

inúmeros reveses. O faturamento limitou-se a trabalhar apenas em ritmo normal dentro dos

procedimentos impostos. O Departamento de Vendas totalmente desanimado e sem motiva-

ção não conseguia atingir os objetivos de vendas impostos. Enquanto o gerente anterior pro-

curava incentivar os resultados de vendas, o Gerente-Geral procurava os métodos corretos

de emitir os pedidos e despachar as mercadorias. Enquanto o primeiro procurava conseguir

do pessoal do faturamento um número maior de horas extras para faturar mais pedidos, o

segundo pretendia que o trabalho fosse executado totalmente dentro do expediente normal

de trabalho. O primeiro, através de seu relacionamento e amizade com os operários e vende-

dores, conseguia uma produção maior; embora de qualidade discutível; o segundo exigia a

melhor qualidade possível em troca de uma produção dentro do seu esquema.

Os chefes de departamentos se reuniram e decidiram reclamar ao Diretor-Presidente,

mostrando-lhe que o excesso de métodos e procedimentos de trabalho traz um

estrangula-

mento da iniciativa e da liberdade no trabalho. O Diretor-Presidente não deu ouvidos, ale-

gando que os chefes de departamento haviam solicitado um organizador e não um vendedor.

CASO SUPERVISOR HENRICÃO

Henrique Soares e Silva é um sujeito muito orgulhoso de sua trajetória profissional. É o mais

jovem supervisor de primeira linha de uma importante indústria automobilística, e tem sob

seu comando cerca de dez encarregados e cento e dez operários em uma seção do Departa-

mento de Manufatura, onde existem várias linhas de montagem de chassis de automóveis.

Henricão - tal como é chamado pelos colegas e pelos subordinados - quer ser um

"cara legal", mas com o devido respeito de todos. Sempre lhe passa pela cabeça - e isto ele

nunca esquece - que foi admitido na companhia há três anos como operário horista e sem

nenhuma qualificação. Em outros termos, entrou como "peão" naquela imensa fábrica de

autombveis que lhe parecia um mundo sem fim. Começou como snstituto: dava cobertura aos operários da linha de montagem quando tinham de sair por qualquer motivo da seq o, seja para ir ao ambulatbrio, para ir falar com o "chefão", para ir ao banheiro etc. Quando alguém entrava em férias, Henricão ficava durante todo o mês em uma única tarefa, o que lhe dava uma sensação de importância, pois podia dizer aos amigos que já tinha ocupação fixa, uma coisa terrivelmente séria. Aos seis meses de firma foi convocado pelo Treinamento para fazer um curso interno, já que tinha demonstrado certas habilidades manuais e mecânicas. Ficou durante uma semana em uma oficina separada onde recebia aulas, explicações, demonstrações e onde tinha de executar certas tarefas relativamente fáceis. Henricão ganhou boas notas e for parar na linha de montagem de chassis de autombveis. Já tinha um bom ordenado e fazia muitas horas extras. Mas dava um duro danado. Sua linha sempre ou quase sempre ganhava os troféus de produtividade do Departamento. E ele não deixava a peteca cair. Esforçava-se bastante. E a recompensa não tardou a chegar. Com dois anos e meio de firma foi convidado a fazer uns testes na Seleção de Mensalistas, pois a companhia pretendia escolher alguns operários horistas para promovê-los a posições mais altas. Henricão nunca tinha entrado lá. Saiu-se bem e sabia que as avaliações de seu desempenho sempre foram muito boas. Sua ficha no Departamento do Pessoal era impa. Branca, branca. Não havia nada que o desabonasse. E Henricão foi escolhido para ser treinado como supervisor. Muitos de seus colegas tinbam muito mais tempo de casa e uma letra muito mais bonita. Após dois meses de cursos e de estágios, Henricão foi nomeado supervisor de seção no maior Departamento que existia na indústria. Henricão teve de superar os ressentimentos de seus amigos e ganhar o seu respeito. Sabia que, quando o operário é relapso como horista e quando ganha uma promoção para supervisão, ninguém lhe dá nenhuma importância ou valor. Se sabem que é agressivo e firme, então passam a respeitá-lo. Haviam lhe ensinado uma coisa extremamente importante: ser firme, mas justo. Se um horista passa a relaxar seu trabalho, torna-se preciso adotar medidas disciplinares, pressionando progressivamente, confocme a situação. Primeiro, é preciso argumentar e convencer. Depois, manter a cobrança. Senão, o

negbcio é

adotar o caminho disciplinar, como uma admoestação, uma
reprimenda, uma advertência

verbal ou ainda encaminhá-lo ao Departamento do Pessoal. Muitas vezes, o
operário não

chega a compreender que este é o caminho progressivo para a demissão. Em
casos graves,

como roubo, brigas, mau comportamento, o primeiro passo é a demissão direta.

Henricão encucou uma porção de coisas. Sabe que antes de passar para a
supervisão -

do outro lado do balcão -, todos raciocinam como horistas e se preocupam
exclusivamente

com seus prbprios problemás pessoais. Mas quando o sujeito passa a fazer parte
dos quadros

da administração, ele tem de cuidar principalmente dos interesses da émpresa e
apresentar

resultados ao chêfão. O papel muda de figura e o sujeito tem de apresentar uma
atitude de

administração. Não se trata de botar banca, mas de seguir rigidamente alguns
princípios

básicos. Assim, não se corre o perigo de errar, pois as situações sempre são
diferentes e varia-

das, os operários entram e saem da companhia, as coisas mudam e o supervisor
corre o risco

de agir erradamente em tanta coisa mutável que ocorre ao seu redor. Existem
nocmas da em-

presa e elas precisam ser seguidas de qualquer maneira. Para isto existem os
supervisores.

Tanto mais de perto segui-las tanto melhor supervisor será. Quando a firma
contrata um

supervisor, o negbcio é mostrar que é firme e durão com o pessoal. Se os
operários o respei-

tarem, farão aquilo que ele mandar. É uma questão de saber fazer as coisas.
Existem operá-

rios com que se pode fazer amizade, mas convém não se aproximar muito deles,
pois quanto

mais se conhece uma pessoa mais difícil fica a distinção entre chefe e amigo. Essa
confusão

não faz bem à posição do supervisor. Pode-se trabalhar junto, viver junto, até comer na mesma mesa do restaurante da companhia. Mas os operários têm de entender que o supervisor é sempre o chefe. E às vezes é difícil esquecer isto. O chefe pode estar errado, mas é sempre o chefe, pois recebe instruções e ordens da alta administração, que tem condições e gente muito fina capaz de ver o quadro inteiro das coisas. Às vezes o supervisor pode não concordar com as ordens e instruções, mas tem de fazê-las executar sem pestanejar. Os horistas são pagos para executarem as ordens transmitidas pelo supervisor. E ponto final.

CAPÍTULO 12

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

Objetivos Deste Capítulo

- Identificar as origens da Teoria Estruturalista na TGA.
- Mostrar o enfoque de fora para dentro da organização: em uma sociedade de organizações, cada organização deve ser estudada no seu contexto e não apenas no seu interior.
- Proporcionar uma análise organizacional sob uma abordagem múltipla e abrangente.
- Mostrar as diversas tipologias de organizações, a fim de facilitar o estudo comparativo das organizações.
- Proporcionar uma ideia dos objetivos organizacionais que orientam a dinâmica e a estrutura das organizações.
- Identificar os conflitos organizacionais e sua influência nas mudanças e na inovação dentro das organizações.
- Permitir um levantamento das diversas sátiras das organizações desenvolvidas por diversos autores.
- Proporcionar uma apreciação crítica do estruturalismo dentro da Administração.

Ao final da década de 50, a Teoria das Relações Humanas - experiência tipicamente democrática e americana - entrou em declínio. Essa primeira tentativa sistemática de introdução das ciências do comportamento na teoria administrativa, através de uma filosofia humanista acerca da participação do homem na organização, trouxe uma profunda reviravolta na Administração. Se, de um lado, combateu profundamente a Teoria Clássica, por outro lado não proporcionou as bases adequadas de uma nova teoria que a pudesse substituir. A oposição entre a Teoria Clássica e a Teoria das Relações Humanas criou um impasse dentro da Administração o que mesmo a Teoria da Burocracia não teve condições de ultrapassar.

De uma certa forma, a situação àquela época era aproximadamente a seguinte:

- a) A Abordagem Clássica proposta por Taylor (Escola da Administração Científica) e por Fayol (Teoria Clássica), separadamente, deu ênfase às tarefas e à estrutura organizacional, proporcionando uma abordagem rígida e mecanicista que considerava o homem de um ponto de vista atomístico e simplista, como um apêndice da máquina, ou como mero ocupante de um cargo dentro de uma hierarquia estritamente centralizada. A ciência foi o objeto básico perseguido por esta teoria. O que importava era unicamente a organização formal da indústria. Essa teoria mostrou-se incompleta e parcialista.
- b) A Teoria das Relações Humanas proposta inicialmente por Mayo a partir da Experiência de Hawthorne, foi uma reação de oposição ao tradicionalismo da Abordagem Clássica. Deu ênfase ao homem e ao clima psicológico de trabalho. As expectativas dos empregados, as suas necessidades psicológicas, a organização informal e a rede não convencional de comunicações passam a ser os componentes principais dos estudos da Administração. A liderança passa a substituir a autoridade hierárquica formal. Ao superestimar os aspectos informais e emocionais da organização, dentro de uma visão romântica e ingênua do trabalho, essa teoria também mostrou-se incompleta e parcialista, reforçando apenas exatamente aqueles aspectos organizacionais omitidos ou rejeitados pela Abordagem Clássica.
- c) A Teoria da Burocracia pretendeu dar as bases de um modelo ideal e racional de organização que pudesse ser aplicado às empresas, qualquer que fosse o seu ramo de atividade. Weber descreveu as características mais importantes da organização burocrática ou racional. Porém seguidores como Merton, Selznick, Gouldner e outros comprovaram uma série de distorções, disfunções e tensões dentro da burocracia, o que tornava crítica a sua aplicação às empresas. Apesar de representar um passo à frente da organização formal proposta pela Abordagem Clássica, a organização burocrática mostrou-se carente da flexibilidade e inovação necessárias e imprescindíveis a uma sociedade moderna em processo de contínua e acelerada mudança.
- d) A Teoria Estruturalista veio representar um verdadeiro desdobramento da Teoria da Burocracia e uma leve aproximação em direção à Teoria das Relações Humanas. Representa também uma visgo extremamente crítica da organização formal.

De um modo geral, as origens da Teoria Estruturalista na Administração foram as seguintes:

1. A oposição surgida entre a Teoria Tradicional e a Teoria das Relações Humanas - incompatíveis entre si
- tornou necessária uma posição mais ampla e mais compreensiva, que abrangesse os aspectos que, considerados por uma, eram omitidos pela outra e vice-versa. A Teoria Estruturalista prete de ser uma síntese da Teoria Clássica (forma!) e da Teoria das Relações Humanas (informal), inspirando-se na abordagem de Max Weber e, até certo ponto, nos trabalhos de Karl Marx.
2. A necessidade de se visualizar "a organização como uma unidade social grande e complexa, onde interagem muitos grupos sociais" que compartilham com alguns dos objetivos da organização (como a viabilidade econômica da organização), mas que se podem incompatibilizar com outros (como a maneira de distribuir os lucros da organização). Nesse sentido, o diálogo maior da Teoria Estruturalista foi com a Teoria das Relações Humanas.
3. A influência do estruturalismo nas ciências sociais e a repercussão destas no estudo das organizações. Nas ciências sociais, as idéias de Lévy-Strauss (estruturalismo abstrato: a estrutura é uma construção abstrata de modelos para representar a realidade empírica), de Gurwitsch e de Radcliffe-Brown (estruturalismo concreto: a estrutura é o conjunto de relações sociais num dado momento), de Karl Marx (estruturalismo dialético: a estrutura é constituída de partes que, ao longo do desenvolvimento do todo, se descobrem, se diferenciam e, de uma forma dialética, ganham autonomia umas sobre as outras, mantendo a integração e

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

a totalidade sem fazer soma ou reunião entre si, mas pela reciprocidade instituída entre elas) e d A :

Weber (estruturalismo fenomenológico: a estrutura é um conjunto que se constitui, se organiza e se al ,

e os seus elementos têm uma certa função sob uma certa relação, o que impede o tipo ideal de estrutura de

retratar fielmente e integralmente a diversidade e variação do fenómeno real) trouxeram novas concepções

a respeito do estudo das organizações sociais. Os autores estruturalistas dentro da teoria das organizações

têm variado entre o estruturalismo fenomenológico e o dialético², concentrando-se no estudo das organi-

zações sociais.

4. Novo conceito de estrutura. O conceito de estrutura é bastante antigo. Heráclito, nos primórdios da histó-

ria da Filosofia, já concebia o "logos" como uma unidade estrutural que domina o fluxo ininterrupto do

devir e o torna inteligível. É a estrutura que permite reconhecer o mesmo rio, embora suas águas jamais

sejam as mesmas, devido à contínua mudança de todas as coisas. Estrutura é o conjunto formal de dois ou

mais elementos e que subsiste inalterado seja na mudança, seja na diversidade de conteúdos, ou seja, a

estrutura se mantém mesmo com a alteração de um dos seus elementos ou relações. A mesma estrutura

pode ser apontada em diferentes áreas e a compreensão das estruturas fundamentais em alguns campos de

atividade permite o reconhecimento das mesmas estruturas em outros campos.

Muito antes do estruturalismo, o conceito de estrutura possibilitou, dentre outras

5

coisas, o surgimento do tipo de sociedade de Max Weber e do conceito de Gestalt na Psicologia da Forma.

Com o estruturalismo ocorreu a preocupação exclusiva com as "estruturas", em pre-

julzo de outros modos, para se compreender a realidade. Estruturalismo é um método analí-

tico e comparativo que estuda os elementos ou fenómenos com relação a uma totalidade,

salientando o seu valor de posição. O conceito de estrutura significa a análise interna de uma

totalidade em seus elementos constitutivos, sua disposição, suas inter-relações etc., permitindo

uma comparação, pois pode ser aplicado a coisas diferentes entre si. Além do seu aspecto

totalizante, o estruturalismo é fundamentalmente comparativo³.

O estruturalismo, portanto, se preocupa com o todo e com o relacionamento das partes

na constituição do todo. A totalidade, a interdependência das partes e o fato de que o todo é

maior do que a simples soma das partes são as características básicas do

estruturalismo.

O TODO ORGANIZACIONAL É MAIOR DO QUE A SOMA DAS PARTES

"O todo não é de nenhuma maneira a soma de suas partes. ... Para que haja estrutura é

necessário que existam entre as partes outras relações que não a simples justaposição, e que

z Fernando C. Prestes Motta, "O Estruturalismo e a Teoria das Organizações", Revista de Administração

de Empresas, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol. 10, n° 4, p. 25, dez. 1970.

3 Jean Viet, Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1977, p. 8.

cada uma das partes manifeste propriedades que resultam da sua dependência à totalidade."''

Há estrutura (em seu aspecto mais geral, para Jean Viet) "quando elementos são reunidos

numa totalidade e quando as propriedades dos elementos dependem inteiramente ou parcialmente

mente desses caracteres da totalidade". Assim, "toda modificação de um elemento acarreta

a modificação dos outros elementos e relações"⁶.

A Teoria Estruturalista é representada por grandes figuras da Administração'.

A SOCIEDADE DE ORGANIZAÇÕES

Para os estruturalistas, a sociedade moderna e industrializada é uma sociedade de organiza-

ções, das quais o homem passa a depender para nascer, viver e morrer. Essas organizações

são altamente diferenciadas e requerem dos seus participantes determinadas características

de personalidade.

Essas características permitem a participação simultânea das pessoas em várias organi-

zações, nas quais os papéis desempenhados variam, podendo até chegar à inversão; os desli-

gamentos bruscos de organizações e de pessoas, de um lado, e os novos relacionamentos

correspondentes, de outro, não trazem grandes desgastes emocionais.

O estruturalismo ampliou o estudo das interações entre os grupos sociais, iniciado pela

Teoria das Relações Humanas, para o das interações entre as organizações sociais. Da mesma

forma como interagem entre si os grupos sociais, também interagem entre si as organizações.

As organizações não são recentes. Existem desde os faraós e os imperadores da antiga

China. A Igreja elaborou a sua organização ao longo dos séculos e os exércitos desde a Anti-

güidade desenvolveram formas de organizações. Com o desenvolvimento da humanidade

um número crescente de organizações foi sendo solicitado para atender às crescentes neces-

sidades sociais humanas. Atualmente, a sociedade moderna tem tantas e tão diversas orga-

nizações que se torna necessário todo um conjunto de organizações secundárias para orga-

4 Jean Viet, Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais, cit., p. 8.

5 Jean Viet, Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais, cit., p. 8.

6 Jean Viet, Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais, cit., p. 8.

Os principais expoentes da Teoria Estruturalista são:

- James D. Thompson

- Victor A. Thompson
- = Amitai Etzioni
- Peter M. Blau
- David R. Sills
- Burton R. Clarke
- Jean Viet

No fundo, os autores da Teoria da Burocracia também podem ser considerados estruturalistas:

- Max Weber; Robert K. Merton; Philip Selznick; Alvin Gouldner.

Alguns autores neo-estruturalistas ou em sua fase neo-estruturalista serão também abordados neste livro:

- James D. Thompson; Charles Perrow; Jay R. Galbraith.
- Robert Prethus, The Organizational Society, New York, Vintage Books, 1975.

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

nizá-las e controlá-las, como a maioria dos órgãos públicos. Para os estruturalistas, a Teoria das Organizações é um campo definido dentro da Administração, derivado de várias fontes, especialmente dos trabalhos de Taylor e Fayol, da psicologia e da sociologia, da Escola das Relações Humanas, tendo sido desenvolvido, mais intensamente, a partir do momento em que incorporou a chamada Sociologia da Burocracia de Max Weber. Segundo Etzioni⁹, as organizações sofreram um longo e penoso desenvolvimento, através de quatro etapas, a saber¹⁰:

1. Etapa da natureza: é a etapa inicial, onde os fatores naturais, ou seja, os elementos da natureza, constituíam a base única de subsistência da Humanidade. O papel do capital e do trabalho é irrelevante nesta etapa da história da civilização.
2. Etapa do trabalho: a partir da natureza, surge um fator perturbador determinando verdadeira revolução no desenvolvimento da Humanidade: o trabalho. Os elementos da natureza passam a ser transformados através do trabalho, que conquista rapidamente o primeiro plano entre os elementos que concorrem para a vida da Humanidade. É o trabalho que passa a condicionar as formas de organização da sociedade.
3. Etapa do capital: é a terceira etapa pela qual passou a Humanidade. O capital passa a preponderar sobre a natureza e o trabalho, tornando-se um dos fatores básicos da vida social.
4. Etapa da organização: o desenvolvimento da Humanidade levou gradativamente as forças naturais, o trabalho e o capital a uma submissão à organização. Sob uma forma rudimentar, a organização já existia desde os primórdios da evolução humana, do mesmo modo que o capital existia antes da fase capitalista, pois, desde o momento em que surgiram os instrumentos de trabalho, o capital ali estava presente. O desenvolvimento social caracterizado pelo domínio da organização revelou gradativamente o caráter independente da organização, que passou a existir independentemente da natureza, do trabalho e do capital, seja utilizando-se deles para atingir os seus fins, seja dispensando-os de certo modo.

Para atingir o mais alto grau de industrialização, a sociedade passou sucessivamente por várias etapas dentro da etapa da organização, a saber:

1. o universalismo da Idade Média, caracterizado pela predominância do espírito religioso;
2. o liberalismo econômico e social dos séculos XVIII e XIX, caracterizado pelo abrandamento da influência estatal e pelo desenvolvimento do capitalismo;
3. o socialismo, com o advento do século XX, obrigando o capitalismo a

enveredar pelo caminho do máximo desenvolvimento possível;
4. a atualidade, que se caracteriza por uma sociedade de organizações.

Nessas etapas, Etzioni⁹ visualiza uma verdadeira revolução da organização, cada uma delas revelando as características políticas e filosóficas que constituem os aspectos mais marcantes dos diversos sistemas de organização econômica. Uma análise histórica das organizações permite estabelecer as relações de causa e efeito nos fenômenos econômicos e tirar conclusões interessantes. De um ponto de vista mais amplo, a sociedade moderna, na atualidade, envolve um contínuo crescimento e evolução das organizações, cada vez mais complexas em formas bastante variadas e cumprindo papéis diversos. A sociedade está em contínua evolução. Novas formas sociais emergem, enquanto as antigas modificam suas formas e alteram suas funções, adquirindo novos significados. Essa evolução traz como consequência o aparecimento de muitas variedades de organizações, das quais a sociedade passa

⁹ Amitai Etzioni é professor da Universidade de Colúmbia.
o Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit.
Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit.

a depender mais intensamente. O crescimento de empresas de serviços, de associações comerciais, de instituições educacionais, de hospitais, sindicatos etc. resultou da necessidade de integração cada vez maior das atividades humanas em formas organizacionais mais envolventes. Estas organizações não são satélites de nossa sociedade, como muitos têm chamado, mas fazem parte integrante e fundamental de uma nova espécie de sociedade que está se desenvolvendo rapidamente. Assim, o aparecimento de organizações complexas em todos os campos da atividade humana não é separado de outras mudanças sociais: elas fazem parte integrante e fundamental da sociedade moderna.

A organização moderna é mais eficiente que as organizações antigas e medievais, por duas razões fundamentais 2:

1. as mudanças históricas ocorridas na própria natureza da sociedade permitiram paulatinamente um ambiente social mais compatível com as organizações;
2. as teorias da Administração permitiram um desenvolvimento das técnicas de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar, bem como um aumento do alcance e racionalismo das organizações.

Ainda segundo Etzioni, a sociedade moderna, ao contrário das sociedades anteriores, atribui um elevado valor moral ao racionalismo, à eficiência e à competência, pois a civilização moderna depende, em grande parte, das organizações, como as formas mais racionais e eficientes que se conhecem de agrupamento social. "A organização cria um poderoso instrumento social, através da coordenação de um grande número de ações humanas. Combina o pessoal e os recursos, ao reunir líderes, especialistas, operários, máquinas e matérias-primas. Ao mesmo tempo, avalia continuamente sua realização e procura ajustar-se, a fim de atingir seus objetivos . ' ' ' 3

1. As Organizações

As organizações constituem a forma dominante de instituição em nossa sociedade: são a manifestação de uma sociedade altamente especializada e interdependente, que se caracteriza por um crescente padrão de vida. As organizações permeiam todos os aspectos da vida moderna e envolvem a atenção, tempo e energia de numerosas pessoas. Cada organização é res-

tringida por recursos limitados, e por isso não pode tirar vantagens de todas as oportunidades que surgem: daí o problema de determinar a melhor alocação de recursos. A eficiência é obtida quando a organização aplica seus recursos na alternativa que produz o maior resultado.

A Teoria Estruturalista concentra-se no estudo das organizações, principalmente na sua estrutura interna e na sua interação com outras organizações. As organizações são concebidas como "unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas; a fim de atingir objetivos específicos. Incluem-se nesse conceito as corporações, os exércitos, as escolas, os hospitais, as igrejas e as prisões; excluem-se as tribos, as classes, os grupos étnicos, os grupos de amigos e as famílias". As organizações são caracte-

2 Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit.

3 Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit.

4 Talcott Parsons, Structure and Process in Modern Society, Glencoe, Ill., The Free Press, 1960, p. 17

rizadas por um "conjunto de relações sociais estáveis deliberadamente criadas, com a expli-
cita intenção de alcançar objetivos ou propósitos". Assim, "uma organização é uma uni-
dade social dentro da qual as pessoas alcançam relações estáveis (não necessariamente face a
face) entre si, no sentido de facilitar o alcance de um conjunto de objetivos ou metas".

Um tipo específico de organizações são as chamadas organizações formais. As organi-
zações formais constituem uma forma de agrupamento social, que é estabelecido de uma
maneira deliberada ou proposital para alcançar um objetivo específico⁶. Uma organização
formal é caracterizada principalmente pelas regras, regulamentos e estrutura hierárquica que
ordenam as relações entre seus membros. A organização formal permite reduzir as incertezas
decorrentes da variabilidade humana (diferenças individuais entre as pessoas), tirar vantagens
dos benefícios da especialização, facilitar o processo decisório e assegurar a implementação
apropriada das decisões tomadas. Esse esquema formal "que tenta regular o comportamento
humano para o alcance eficiente de objetivos explícitos torna a organização formal única
entre as instituições da sociedade moderna e digna de estudo especial". A organização
formal é formalmente estabelecida para atingir objetivos explícitos e constitui um sistema
preestabelecido de relações estruturais impessoais, resultando daí um relacionamento formal
entre as pessoas, o que permite reduzir a ambiguidade e a espontaneidade e aumentar a pre-
visibilidade do comportamento's.

Dentre as organizações formais avultam as chamadas organizações complexas. Nas
organizações complexas, a estrutura e o processo apresentam elevado grau de complexidade
devido ao grande tamanho (proporções maiores) ou à natureza complicada das operações
(como os hospitais e universidades). Nas organizações complexas a convergência dos esfor-
ços entre as partes componentes (departamentos, seções etc.) é mais difícil, pois existem
inúmeras variáveis (como o enorme tamanho, a estrutura diferenciada, a diversificação das
atividades, a complexidade das comunicações, as diferentes características pessoais dos par-
ticipantes) que complicam enormemente o seu funcionamento. Os estruturalistas dedicam
enorme atenção às organizações complexas por causa dos desafios que estas impõem à aná-

lise organizacional.

As organizações formais por excelência são as burocracias.

Daí o fato de a Teoria

Estruturalista ter como principais expoentes figuras que se iniciaram com a Teoria da Burocracia.

2. O Homem Organizacional

Enquanto a Teoria Clássica caracteriza o "homo economicus" e a Teoria das Relações

Humanas, o "homem social", a Teoria Estruturalista caracteriza o "homem organizacional", ou seja, o homem que desempenha papéis em diferentes organizações.

5 Arthur L. Stinchcombe, "Social Structure and Organizations", in Handbook of Organizations, James G.

March (ed.), Chicago, Ill., Rand McNally College Publishing Co., 1965, p. 142.

6 Joseph A. Litterer, Organizations' Structure and Behavior, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1963, p. 5.

Nicos P. Mouzelis, Organization and Bureaucracy, cit., p. 4.

7 Rocco Carzo Jr. e John N. Yanouzas, Formal Organizations. A Systems Approach, Homewood, Ill.,

Richard D. Irwin, Inc. e The Dorsey Press, 1971, p. 12.

9 William F. Whyte Jr., The Organization Man, New York, Doubleday & Co., 1966.

Nessa sociedade de organizações, moderna e industrializada, avulta a figura do "homem organizacional": ao participar simultaneamente de várias organizações, o homem moderno, ou seja, o homem organizacional, para ser bem sucedido, precisa ter as seguintes características de personalidade:

1. flexibilidade, em face das constantes mudanças que ocorrem na vida moderna, bem como da diversidade dos papéis desempenhados nas diversas organizações, que podem chegar à inversão, aos bruscos desligamentos das organizações e aos novos relacionamentos;
2. tolerância às frustrações, para evitar o desgaste emocional decorrente do conflito entre necessidades organizacionais e necessidades individuais, cuja mediação é feita através de normas racionais, escritas e exaustivas que procuram envolver toda a organização;
3. capacidade de adiar as recompensas, e poder compensar o trabalho rotineiro dentro da organização, em detrimento das preferências e vocações pessoais por outros tipos de atividade profissional;
4. permanente desejo de realização, para garantir a conformidade e cooperação com as normas que controlam e asseguram o acesso às posições de carreira dentro da organização, proporcionando recompensas e sanções sociais e materiais.

Essas características de personalidade não são exigidas sempre ao nível máximo pelas organizações, mas a partir de composições e combinações que variam enormemente e de acordo com a organização e com o cargo ocupado. Assim, o "homem organizacional" reflete uma personalidade eminentemente cooperativa e coletivista, que parece destoar de algumas das características da ética protestante - eminentemente individualista - definidas por Max Weber. É que Weber havia relacionado as características do protestantismo ascético com o espírito do capitalismo moderno, a saber, o espírito de realização, a busca da propriedade, a laboriosidade, o sacrifício e a pontualidade, a integridade e o conformismo: virtudes importantes no comportamento do homem organizacional, que procura através da competição obter o progresso e a riqueza. Como o conformismo exigido pelas organizações não é encontrado em um grande número de pessoas, avultam daí os conflitos encontrados nas organizações e que geram a mudança organizacional, conforme veremos mais adiante.

As organizações sociais são as conseqüências da necessidade que o homem tem de relacionar seu comportamento com os comportamentos dos outros, a

fim de poder realizar seus objetivos. Em toda organização social encontramos elementos - que são os comportamentos, isto é, as respostas dadas a determinado estímulo - e estrutura - que são as categorias de comportamentos ou conjuntos de comportamentos agrupados. Dentro da organização social, as pessoas são destinadas a certos papéis. Papel é o nome dado a um conjunto de comportamentos solicitados a uma pessoa. Papel é a expectativa de desempenho por parte do grupo social e conseqüente internalização dos valores e normas que o grupo explícita ou implicitamente prescreve para o indivíduo. Muitas vezes, o papel prescrito para um indivíduo é reforçado pela sua própria motivação em desempenhá-lo eficazmente. Como cada pessoa pertence a vários grupos e a várias organizações, desempenha diversos papéis, ocupa muitas posições, suporta igualmente grande número de normas diferentes. As normas do grupo ou da organização são também pressões para que os indivíduos se restrinjam ao seu papel. Uma norma de grupo ou da organização é como uma exigência de uniformidade de

William F. Whyte Jr., *The Organization Man*, cit., p. 435.

Zi Fernando C. Prestes Motta, "O Estruturalismo e a Teoria das Organizações, in op. cit., p. 31. V também

João Bosco Lodi, *Administração por Objetivos*, cit., pp. 139 a 142.

comportamento entre dois ou mais de seus membros e que é mantida pelas pressões do grupo ou da organização.

ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES

Os estruturalistas estudam as organizações através de uma análise organizacional muito mais ampla do que a de qualquer outra teoria anterior. Neste sentido, a Teoria Estruturalista pretende conciliar a Teoria Clássica e a Teoria das Relações Humanas, baseando-se também na Teoria da Burocracia. Assim, a análise das organizações, do ponto de vista estruturalista, é feita a partir de uma abordagem múltipla que leva em conta simultaneamente os fundamentos da Teoria Clássica, os da Teoria das Relações Humanas e os da Teoria da Burocracia.

Essa abordagem múltipla utilizada pela Teoria Estruturalista envolve:

1. Tanto a organização formal, como a organização informal.
2. Tanto as recompensas salariais e materiais, como as recompensas sociais e simbólicas.
3. Todos os diferentes níveis hierárquicos de uma organização.
4. Todos os diferentes tipos de organizações.
5. Tanto a análise intra-organizacional, como a análise interorganizacional.

1. Abordagem Múltipla: Organização Formal e Informal

Enquanto a Teoria Clássica se concentrava exclusivamente na organização formal e a Teoria das Relações Humanas se concentrava somente na organização informal, a Teoria Estruturalista passou a estudar o relacionamento entre ambas as organizações: a formal e a informal, numa abordagem múltipla.

Para os estruturalistas, a Teoria das Relações Humanas não permitia uma visão completa da organização e essa visão parcial favorecia a administração e iludia os trabalhadores. Os estruturalistas vêem a organização como uma unidade social grande e complexa, onde estão integrados muitos grupos sociais. A Teoria das Relações Humanas dedicou muita atenção às relações informais entre os trabalhadores e supervisores, descuidando-se das relações formais, ou da articulação destas com as relações informais. No fundo, houve pouco esforço sistemático para ligar os dois conjuntos de fatores. Uma das

contribuições da Teoria

Estruturalista foi exatamente a de relacionar as relações formais e informais dentro e fora da organização. Os estruturalistas não alteram os conceitos, em si, da organização formal e

informal. Para eles, a organização formal refere-se, geralmente, ao padrão de organização

determinado pela administração: o esquema de divisão do trabalho e poder de controle, as

regras e regulamentos de salários, controle de qualidade etc. A organização informal refere-

se às relações sociais que se desenvolvem espontaneamente entre o pessoal ou os trabalhadores-

res, acima e além da formal (não só trabalham na mesma equipe, mas também são amigos)²².

A Teoria Estruturalista se situa no problema das relações entre a organização formal e

22 Amitai Etzioni, *Organizações Complexas*, cit., p. 15.

informal. Nesse sentido, o estruturalismo é uma síntese da Teoria Clássica (formal) e da Teoria das Relações Humanas (informal) : ` ` encontrar equilíbrio entre os elementos racionais e não-rationais do comportamento humano constitui um ponto principal da vida, da sociedade e do pensamento modernos. Constitui também o problema central da Teoria das Organizações ' ' z3 .

O estruturalismo critica a visão ingênua e romântica da Teoria das Relações Humanas e a substitui por uma visão de abordagem múltipla da organização formal e informal. Segundo essa abordagem múltipla, a organização formal deve ser estudada, levando em consideração a organização informal, e vice-versa. Ambas estão intimamente relacionadas entre si e se interpenetram mutuamente. O entendimento de uma somente será completo com o estudo simultâneo da outra.

O estruturalismo critica também a afirmação de alguns teóricos da Teoria das Relações Humanas, segundo a qual o controle, na maioria das organizações (principalmente as organizações industriais), é utilizado para auxiliar as pessoas de posições superiores a controlar as de posições inferiores. Os indivíduos de posição inferior são convidados a participar de discussões "democráticas" que os levam a aceitar a decisão, quando, na verdade, as decisões já estão tomadas e o verdadeiro propósito da reunião é fazer com que as posições inferiores as aceitem. O que se cria aqui, dizem os estruturalistas, é um sentido falso de participação, intencionalmente provocado, a fim de despertar a cooperação dos operários ou reduzir sua resistência. As "urnas de sugestões", por exemplo, são recursos utilizados para reduzir a alienação dos operários, sem melhorar contudo a sua vida na organização. Os autores de Relações Humanas dizem que, de certa forma, os operários e a administração tentam controlar uns aos outros. No entanto, é preciso reconhecer que muitas organizações industriais, que estão entre as que pagam mais, oferecem melhores condições de trabalho e podem melhorar a situação social do operário, sem sacrificar os interesses econômicos da organização.

Essa perspectiva mais extensa e equilibrada ao incluir a organização formal e a organização informal conjuntamente, não somente encoraja o desenvolvimento de um estudo não-valorativo - nem a favor da administração, nem a favor do operário -, mas também amplia

o seu campo, a fim de incluir todos os elementos da organização.

2. Abordagem Múltipla: Recompensas Materiais e Sociais

Quanto às recompensas utilizadas pela organização para motivar as pessoas, os estruturalistas combinaram os estudos da Teoria Clássica e os das Relações Humanas. Salientam que tanto a abordagem da Teoria Clássica como a da Teoria das Relações Humanas são fragmentárias e parciais. Concluíram que é grande a importância tanto das recompensas salariais, como das sociais e que tudo o que se inclui nos símbolos de posição (tamanho da mesa ou do escritório, carros da companhia etc.) é importante na vida de qualquer organização. Todavia, para que as recompensas sociais e simbólicas sejam eficientes, quem as recebe deve estar identificado com a organização que as concede. Além disso, os símbolos e signif-

z3 Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit., pp. 75 a 80.
za Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit., pp. 78 a 79.

cados devem ser também prezados e compartilhados pelos outros, como a esposa, os colegas, os amigos, os vizinhos etc. Por essas razões, as recompensas sociais são menos eficientes com os funcionários de posições mais baixas do que com os de posições mais altas. Para o operário, por exemplo, um reconhecimento oficial pode tornar-se motivo de sua ridicularização pelos colegas. Contudo, embora as recompensas sociais sejam importantes, elas não diminuem a importância das recompensas materiais e salariais.

3. Abordagem Múltipla: Os Diferentes Enfoques e Diferentes Níveis da Organização

Segundo os estruturalistas, as organizações podem ser concebidas segundo duas diferentes concepções: modelo racional e modelo do sistema natural²⁵.

I. Modelo racional da organização concebe a organização como um meio deliberado e racional de alcançar metas conhecidas. Os objetivos organizacionais são explicitados ou apenas considerados evidentes (como a suposição de que o objetivo de uma empresa comercial privada é maximizar os lucros). Todos os aspectos e componentes da organização são deliberadamente escolhidos em função de sua contribuição ao objetivo e as estruturas organizacionais são deliberadamente cuidadas para atingir a mais alta eficiência. E todos esses aspectos e componentes da organização visam trazer uma contribuição máxima para o resultado geral: os recursos são adequados e alocados de acordo com um plano diretor e todas as ações são apropriadas e iniciadas por planos e seus resultados devem coincidir com os planos. Daí a enorme ênfase sobre o planejamento e o controle. Tudo na organização está sujeito ao controle e o controle é exercido de acordo com um plano diretor, que relaciona as causas e os efeitos do modo mais econômico ao objetivo diretor. As partes da organização são completamente submissas a uma rede monolítica de controle. Dentro dessa condição, a organização funciona como um sistema fechado de lógica, que exclui a incerteza. O modelo racional de organização inclui a abordagem da Admi-

nistração Científica, onde a única incógnita importante na equação era o operador humano, razão pela qual a administração era equacionada pela realização do controle sobre este. Inclui também o modelo burocrático de Weber, no qual toda contingência é prevista e manipulada por especialistas orientados por regras, e onde as influências ambientais sob a forma de clientes são controladas através do tratamento impessoal da clientela, também através de regras padronizadas.

2. Modelo natural de organização: concebe a organização como um conjunto de partes interdependentes que, juntas, constituem um todo: cada parte contribui com alguma coisa e recebe alguma coisa do todo, o qual, por sua vez, é interdependente com

55 - Gouldner, "Organizational Analysis", in Sociology Today, cit.

James D. Thompson "Modelos de Organização e Sistemas Administrativos", in L. von Bertalanffy, A.

Raport, J. D. Thompson, W. J. M: Mackenzie e P. K. Anshin, Rio de Janeiro, FGV-Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1976, p. 48.

um ambiente mais amplo. O objetivo básico é a sobrevivência do sistema: as partes e os modos como elas se vinculam mutuamente em interdependência são presumivelmente determinados através de processos evolutivos. O modelo de sistema natural procura tornar tudo funcional e equilibrado, podendo ocorrer disfunções. A auto-regulação é o mecanismo fundamental que espontânea ou naturalmente governa as relações entre as partes e suas atividades, mantendo o sistema equilibrado e estável ante as perturbações providas do ambiente externo. O modelo de sistema natural presume uma interdependência com um ambiente incerto, flutuante e imprevisível, havendo um delicado equilíbrio das complicadas interdependências dentro do sistema ou entre o sistema e o meio ambiental. Aqui, o conceito de sistema fechado de lógica é inadequado, bem como as tentativas planejadas de controlar ou regular o sistema natural levam inevitavelmente a consequências indesejadas e não planejadas porque perturbam o delicado equilíbrio. O sistema natural se acha aberto às influências ambientais e não pode ser abordado sob o aspecto de completa certeza e pelo completo controle. Seu comportamento não é governado por uma monolítica e toda-poderosa rede de controle, pois é determinado pela ação do meio ambiente. É uma lógica de sistema aberto. O modelo de sistema natural traz, como consequência, o inevitável aparecimento da organização informal nas organizações. Aliás, não existe nenhuma organização que esteja fechada ao ambiente ou que esteja inteiramente de acordo com os planos ou que consiga completo poder sobre todos os seus componentes.

Em toda organização podem ser vistos elementos de ambos os sistemas, que são opostos entre si.

Modelo de organização	Lógica utilizada	Características	Abordagens típicas
Racional	Sistema fechado	Visão focalizada	apenas nas
Administração Científica de		partes internas do sistema, com ênfase no	Taylor.
planejamento e controle.		Teoria Clássica de Fayol.	Teoria da Burocracia de Weber.
		Expectativa de certeza e de pre-	,

visibili ade.

Natural teorias da Adminis- fundamentadas na Teoria	Sistema aberto	Visão foéalizada sobre o siste- ma e sua interdependência com o ambiente. Expectativa de incerteza e de imprevisibilidade.	Modernas
		tração	
		de Sistemas.	

O MODELO RACIONAL E O MODELO NATURAL

4. Abordagem Múltipla: Os Diferentes Níveis da Organização

As organizações se caracterizam por uma diferenciação de poder, isto é, por uma hierarquia-

zação da autoridade, como já vimos no modelo burocrático de Weber. Parsons' sugere que

todas as organizações se defrontam com uma multiplicidade de problemas a resolver e que

esses problemas são classificados e categorizados para que a responsabilidade pela solução

desses problemas seja atribuída a diferentes níveis hierárquicos da organização. Nesse senti-

do, Parsons salienta que as organizações possuem três grandes níveis organizacionais, a saber;

a) nível institucional' é o nível organizacional mais elevado, composto dos dirigentes ou de altos funcioná-

rios. É também denominado nível estratégico, pois é o responsável pela definição dos principais objetivos

e das estratégias da organização, lida com os assuntos relacionados com o longo prazo e com a totalidade

da organização. É o nível que se relaciona com o ambiente externo da organização;

b) nível gerencial: é o nível intermediário situado entre o nível institucional e o nível técnico, cuidando do

relacionamento e da integração desses dois níveis. Uma vez tomadas as decisões no nível institucional, o

nível gerencial é o responsável pela sua transformação em planos e em programas para que o nível técnico

os execute. O nível gerencial trata do detalhamento dos problemas, da captação dos recursos necessários,

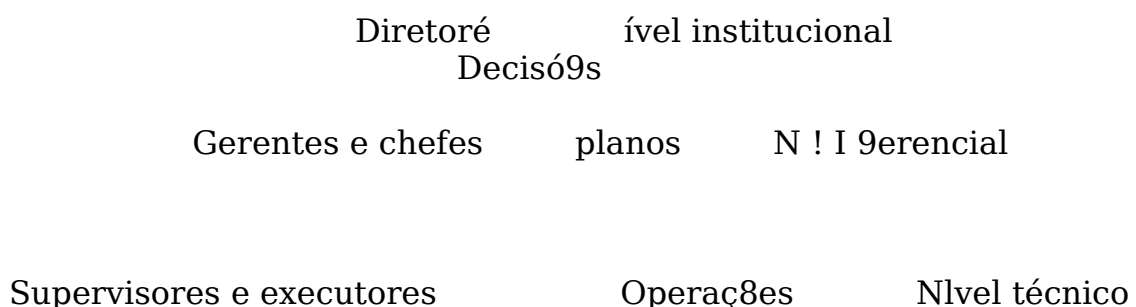
alocando-os dentro das diversas partes da organização e da distribuição e colocação dos produtos e serviços da organização;

c) nível técnico: é o nível mais baixo da organização. Também denominado nível operacional, é o nível onde

as tarefas são executadas, os programas são desenvolvidos, as técnicas são aplicadas. É o nível que cuida

da execução das operações e tarefas, voltado ao curto prazo e que segue os programas e rotinas desenvol-

vidos no nível gerencial.



OS TRES NÍVEIS ORGANIZACIONAIS

5. Abordagem Múltipla: A Diversidade de Organizações

Enquanto as Relações Humanas e a Administração Científica focalizaram quase que exclusivamente as fábricas, a abordagem estruturalista ampliou o campo da análise da organização,

2 Talcott Parsons, "Suggestions for a Sociological Approach to the Theory of Organization", Administrative Science Quarterly, jun.1956, p. 67.

3 Talcott Parsons: "Some Ingredients of a General Theory of Formal Organization", in Structure and Process in Modern Society, cit.

a fim de incluir maior variedade de organizações. A partir do estruturalismo, passou-se a analisar outros tipos diferentes de organizações, além das fábricas. Assim: organizações pequenas, médias e grandes, públicas e privadas, empresas dos mais diversos tipos (indústrias ou produtoras de bens, prestadoras de serviços, comerciais, agrícolas etc.), organizações militares (exército, marinha, aeronáutica), organizações religiosas (Igreja), organizações filantrópicas, partidos políticos, prisões, sindicatos etc.²⁹. A partir do estruturalismo, a Administração não fica mais restrita às fábricas, mas passa a ser estendida para todos os tipos possíveis de organizações.

Toda organização, à medida que cresce, se torna complexa e precisa ser adequadamente administrada. As organizações complexas, pelas suas características de tamanho e complexidade, passaram a interessar profundamente os autores estruturalistas³⁰.

6. Abordagem Múltipla: Análise Inter organizacional

Todas as teorias administrativas anteriores se preocuparam exclusivamente com os fenômenos que ocorrem dentro da organização. Tanto assim que essas teorias são criticadas pelo fato de se basearem em uma abordagem restrita de sistema fechado, ou seja, pelo fato de utilizarem o modelo racional de organização, como base de seus estudos.

Os estruturalistas ampliam enormemente essa abordagem limitada e restritiva e se preocupam também com os fenômenos que ocorrem externamente às organizações, mas que afetam poderosamente os fenômenos que ocorrem dentro delas. Aliás, muitos fenômenos internos são melhor compreendidos quando se conhecem os fenômenos externos que os provocaram.

Assim, os estruturalistas se baseiam em uma abordagem de sistema aberto e utilizam o modelo natural de organização como base de seus estudos.

Desse modo, a análise organizacional passa a ser feita através de uma abordagem múltipla, ou seja, através da análise intra-organizacional (fenômenos internos) e da análise interorganizacional (fenômenos externos em função das relações da organização estudada com outras organizações do meio ambiente)³¹.

Assim, além da análise interna das organizações, os estruturalistas inauguraram a preocupação com a análise interorganizacional. Aliás, a análise do comportamento interorganizacional somente se tornou significativa a partir da

crescente complexidade ambiental e da gradativa interdependência das organizações²⁹. Até então, os autores não se preocuparam com o ambiente organizacional como uma unidade de observação e análise³⁰. Essa aparente

²⁹ Amitai Etzioni, *Organizações Modernas*, cit., p. 79.

³⁰ Amitai Etzioni, *Organizações Complexas*, cit.

³¹ Roland C. Warren, Ann F. Burgunder, J. Wayne Newton e Stephen M. Rose, "The Interaction of Community Decision Organizations: Some Conceptual Considerations and Empirical Findings", in *Modern Organization Theory. Contextual, Environmental, and Socio-Cultural Variables*. Anant R. Negandhi (ed.), The Kent State University Press, 1973, p.146. Vê o mesmo trabalho em: Anant R. Negandhi (ed.), *Interorganization Theory*, Center for Business and Economic Research, The Kent State University Press, 1975, p.168.

³² Harold Guetzkow, "Relations Among Organizations", in *Studies on Behavior in Organizations*, A

Research Symposium, Raymond V. Bowers (ed.), Athens, Georgia, University of Georgia Press, 1966, pp.1 a 12.

³³ Uma das mais notáveis exceções que levam em conta certos aspectos do ambiente é: Philip Selznick,

The Grass Roots: A Study in the Sociology of Organizations, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1949.

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

negligência com respeito às relações interorganizacionais surpreende mais ainda quando se

nota que todas as organizações formais estão envolvidas em um ambiente de outras organi-

zações, bem como em um complexo de normas, valores e coletividades de uma sociedade

maior. Essa relação entre a organização formal e seu ambiente revela o grau de dependência

da organização quanto ao seu ambiente. Mais recentemente, o campo da teoria organizacio-

nal foi ampliado com pesquisas sobre relações interorganizacionais.

A análise das relações interorganizacionais parte do pressuposto de que toda organiza-

ção funciona na base de transações com outras organizações. Essas transações provocam

uma intensa interação entre as organizações. Mais ainda, passa a existir uma forte interde-

pendência entre elas. Cada organização interage com o seu ambiente externo e interage com

as demais organizações nele contidas.

TIPOLOGIAS DAS ORGANIZAÇÕES

Não existem duas organizações iguais. As organizações são diferentes entre si e apresentam

enorme variabilidade. Contudo, elas apresentam certas características que permitem clas-

sificá-las em certos grupos ou tipos. Essas classificações ou taxonomias³ - e que denomina-

remos tipologias das organizações - permitem uma análise comparativa das organizações

do ponto de vista de uma determinada característica comum ou de uma variável relevante.

Com a tipologia - como em qualquer esquema de classificação - a individualidade é sacri-

ficada para alcançar um razoável número de agrupamentos genéricos que facilitam a compa-

ração. A tipologia apresenta a vantagem de reduzir a variedade e possibilitar análises compa-

rativas. A utilização de tipologias baseadas em características comuns do objetivo de estudo

não é recente no campo das organizações. O fato de se classificarem as empresas em tipos

conforme seu tamanho (empresas pequenas, médias e grandes), ou sua natureza (empresas

primárias ou de base, secundárias ou de transformação e terciárias ou de serviços), ou seu

mercado (indústrias de bens de capital ou indústrias de bens de consumo) ou ainda sua depen-

dência (empresas públicas ou empresas privadas), bem o demonstra.

Para facilitar a análise comparativa das organizações, boa parte dos autores estrutura-

listas desenvolveu tipologias de organizações, tentando classificá-las de acordo com certas características distintivas.

1. Tipologia de Etzioni

Segundo Etzioni, as organizações possuem as seguintes características³⁵:

a) Divisão de trabalho e atribuição de poder e responsabilidades' de acordo com um planejamento intencional, a fim de intensificar a realização de objetivos específicos.

A palavra taxonomia é usada aqui como sinônimo de classificação ou tipologia.

³⁵ Itai Etzioni, Organizações Modernas, cit.

b) Centros de poder: controlam os esforços combinados da organização e os dirigem para seus objetivos; esses centros de poder precisam também reexaminar continuamente a realização da organização e, quando necessário reordenar sua estrutura, a fim de aumentar sua eficiência.

c) Substituição do pessoal: as pessoas com desempenho pouco satisfatório podem ser demitidas e substituídas por outras pessoas para as suas tarefas. A organização também pode recombina seu pessoal, através de transferências e promoções.

Todas as unidades sociais controlam os seus membros. As organizações, como unidades sociais com finalidade específica, são unidades artificiais: são planejadas e deliberadamente estruturadas; revêem constantemente as suas realizações e se reestruturam de acordo com os resultados. Neste sentido, diferem das unidades sociais naturais, como a família, os grupos étnicos ou a comunidade. A artificialidade das organizações é uma característica decorrente de duas coisas: a preocupação com a realização e a sua tendência para serem muito mais complexas do que as unidades naturais. Nas organizações, o controle informal não é adequado, pois não pode confiar na identificação dos seus participantes com as tarefas que devem realizar. Quase nunca as organizações podem confiar que a maioria dos participantes interiorize suas obrigações e, sem outros incentivos, cumpra voluntariamente seus compromissos. Por isso, as organizações exigem uma distribuição formalmente estruturada de recompensas e sanções para garantir a obediência às suas normas, regulamentos e ordens. Daí os meios de controle. Para Etzioni, os meios de controle aplicados por uma organização podem ser classificados em três categorias: físico, material ou simbólico³⁶.

a) Controle físico: é o controle baseado na aplicação de meios físicos ou de sanções ou ameaças físicas. O controle físico procura fazer com que as pessoas obedeçam através de ameaças de sanções físicas, da coação da imposição, da força e do medo das consequências. A motivação é negativa e se baseia em punições. Corresponde ao poder coercitivo.

b) Controle material é o controle baseado na aplicação de meios materiais e de recompensas materiais. As recompensas materiais são constituídas de bens e de serviços oferecidos. E a concessão de símbolos (como o dinheiro ou salário) que permite adquirir bens e serviços é classificada como material, porque o resul-

'1 tado para quem recebe é semelhante ao de meios materiais. É o controle baseado no interesse, na vantagem pretendida e nos incentivos econômicos e materiais.

c) Controle normativo: é o controle baseado em símbolos puros cuja utilização não constitui ameaça física nem possibilidade de recompensas materiais. Existem símbolos normativos (como os de prestígio e de estima) e os símbolos sociais (como os de amor e aceitação). É o controle moral e ético, por excelência, e se baseia na convicção, na fé, na crença e na ideologia. A utilização do controle normativo corresponde ao poder normativo-social, ou simplesmente poder normativo.

Cada um desses tipos de controle revoca um determinado padrão de obediência, em face do tipo de interesse em obedecer ao controle. Assim, existem três tipos de interesse ou de envolvimento dos participantes da organização:

- a) Alienation' o indivíduo não está psicologicamente interessado em participar mas é coagido a permanecer na organização.
- b) Calculated' o indivíduo sente-se interessado na medida em que seus esforços imediatos tenham uma compensação econômica imediata ou alguma vantagem.
- c) Moral: o indivíduo atribui valor à missão da organização e ao seu trabalho dentro dela, desempenhando-o da melhor forma possível, porque lhe atribui valor.

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

Etzioni elabora sua tipologia de organizações" classificando as organizações de acordo com o uso e significado da obediência. Para ele, a estrutura de obediência em uma organização é

determinada pelos tipos de controles aplicados aos participantes. Assim, a tipologia das

organizações, segundo Etzioni, é a seguinte:

a) Organizações coercitivas onde o poder é imposto pela força física ou por controles baseados em prêmios

ou punições. Utilizam a força - latente ou manifesta - como o significado principal de controle sobre os

participantes antes de nível inferior. O envolvimento dos participantes tende a ser "alienativo" em relação aos

objetivos da organização. As organizações coercitivas incluem exemplos como os campos de concentração, prisões, instituições penais etc.

b) Organizações utilitárias: onde o poder se baseia no controle dos incentivos econômicos. Utilizam a remuneração como base principal de controle. Os participantes de nível inferior contribuem para a organização

com um envolvimento tipicamente "calculativo" baseado quase exclusivamente nos benefícios que esperam obter. O comércio e as corporações trabalhistas estão incluídos nesta classificação.

c) Organizações normativas: onde o poder se baseia em um consenso sobre objetivos e métodos da organização. Utilizam o controle moral como a força principal de influência sobre os participantes. Os participantes têm um alto envolvimento "moral" e motivacional. As organizações normativas são também chamadas "voluntárias" e incluem a Igreja, universidades, hospitais e muitas organizações políticas e

sociais. Aqui, os membros tendem a buscar seus próprios objetivos e a expressar seus próprios valores pessoais.

Tipo de poder
utilizado:

Normativo

Utilitário

Coercitivo

Alienado

Calculista

Moral

COMPORTAMENTO DOS PARTICIPANTES

ç q sobre os siste-
A tipologia de Etzioni é muito utilizada em face da o é ádar pou f
onsideração
mas psicossociais das organizações. Contudo, sua desva
estrutura, à tecnologia utilizada e ao ambiente externo. Trata-se de uma
tipologia simples e
unidimensional, baseada exclusivamente nos tipos de controle.

3 Amitai Etzioni, A Comparative Analysis ofComplex Organizations,
Glencoe, Ill., The Free Press, Cap. 3,
1%1

Tipos de organizações	Ingresso e permanência		Envolvimento	
	Controle	dos participantes	através de	pessoal dos
Motivo do	Tipo de poder	utilizado		participantes
Coercitivas	Coercitivo	Prêmios e	Coação, imposição,	Alienativo
Negativa.		punições	força, ameaça, medo	Punições
Normativas	Normativo	Moral e Ético	Convicção, fé, crença,	Moral e
Auto-		ideologia	motivacional	expressão
Utilitárias	Remunerativo	Incentivos	Interesse, vantagem	Calculativo
& efeitos		econômicos	percebida	vantagens

TIPOLOGIA DE ETZIONI

2. Tipologia de Blau e Scott

As tipologias de organização geralmente se baseiam em determinadas características e dimensões comuns a várias organizações, como se as organizações existissem no vácuo. Elas estão inseridas em comunidades e sociedades e as relações existentes entre os membros da organização, de um lado, e o público, os clientes e as instituições externas, de outro, são aspectos importantes que as tipologias anteriores omitiram incompreensivelmente. É necessário considerar que as organizações existem para proporcionar benefícios. Assim, Blau e Scott apresentam uma tipologia das organizações baseada no benefício principal (principal do 'cui bono'), ou seja, de quem se beneficia com a organização. Os benefícios para a parte principal constituem a essência para a existência da organização's. Para Blau e Scott, há quatro categorias de participantes que podem se beneficiar com uma organização formal:

- a) os próprios membros da organização;
- b) os proprietários ou dirigentes da organização;
- c) os clientes da organização;
- d) o público em geral.

Em função dessas quatro categorias de beneficiário principal que a organização visa

atender, existem quatro tipos básicos de organizações:

- a) associações de benefícios mútuos' onde o beneficiário principal são os próprios membros da organização, como as associações profissionais, as cooperativas, os sindicatos, os fundos mútuos; os consórcios etc.;
- b) organizações de interesses comerciais: onde os proprietários ou acionistas são os principais beneficiários da organização, como a maior parte das empresas privadas, sejam sociedades anônimas ou sociedades de responsabilidade limitada;

3s peter M. Blau e W. Richard Scott, Organizações Formais, São Paulo, Ed. Atlas, 1970, pp. 54 a 74.

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

e) organizações de serviços: onde um grupo de clientes é o beneficiário principal. Exemplo: ;

universidades, escolas, organizações religiosas e agências sociais;

d) organizações de Estado: onde o beneficiário é o público em geral. Exemplo: a organização militar, cor-

reios, instituições jurídicas e penais, segurança pública, saneamento básico etc.

A tipologia de Blau e Scott apresenta a vantagem de enfatizar a força de poder e de

influência do beneficiário sobre as organizações, a ponto de condicionar a sua estrutura e

objetivos. Sua classificação, baseada no "cui bono", proporciona um melhor agrupamento

natural das organizações com objetivos similares.

Beneficiário Principal	Tipo de Organização	Exemplos
Os próprios membros da organização	Associação de beneficiários mútuos	Associações profissionais, cooperativas, sindicatos, fundos mútuos, consórcios
		etc.
Os proprietários ou acionistas da organização	Organizações de interesses comerciais	Sociedades anônimas ou familiares
Os clientes	Organizações de serviços	Hospitais, universidades, religiosas e agências sociais, organizações filantrópicas
O público em geral	Organizações de Estado	Organização militar, correios e telégrafos, saneamento básico, organização jurídica e penal

TIPOLOGIA DE BLAU E SCOTT

Todavia, da mesma forma como ocorre com a tipologia de Etzioni, sua classificação

não nos fornece informações a respeito das diferentes tecnologias e estruturas ou sistemas

psicossociais e administrativos existentes nas organizações. Trata-se igualmente de uma tipo-

logia simples e unidimensional.

OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS

As organizaç' es são unidades sociais que procuram atingir objetivos específicos :
a sua razão

de ser é servir a esses objetivos. Um objetivo organizacional é uma situação
desejada que

a organização tenta atingir. É uma imagem que a organização pretende para o
seu futuro.

Porém, se o objetivo é atingido, ele deixa de ser a imagem orientadora da
organização e é

assimilado à organização como algo real e atual.

Quando um objetivo se torna realidade, deixa de ser o oójetivo desejado. Nesse
senti-

do, um objetivo nunca existe; é um estado que se procura e não um estado que se
possui. As

situações futuras, embora sejam imagens, têm uma força sociológica muito real e
influem

nas opções e reações atuais de todos os seus membros. Quase todas as organizações possuem

um órgão formal destinado a estabelecer os objetivos iniciais e as suas modificações. Em

algumas organizações, os objetivos são formalmente estabelecidos por votos dos acionistas;

em outras, pelo voto dos membros; em outras, por um pequeno número de provedores; e em

algumas outras, por um indivíduo que possui e dirige a organização.

A eficiência real de uma organização é determinada pela medida em que esta atinge

seus objetivos. E a competência de uma organização é medida pela quantidade de recursos

utilizados para fazer uma unidade de produção. A competência está muito ligada aos obje-

tivos da organização, mas não se confunde com eles. A competência cresce à medida que os

custos (os recursos utilizados) decrescem⁹.

Existem muitas organizações que, simultânea e legitimamente, têm dois ou mais objeti-

vos. Algumas acrescentaram novos objetivos aos originais e muitas outras se formaram ini-

cialmente para atingir mais de um objetivo ao mesmo tempo. No campo acadêmico, por

exemplo, existem mais organizações que combinam ensino e pesquisa do que organizações

que se dedicam separadamente a ensino ou a pesquisa. Alguns hospitais funcionam também

como centros de preparação para médicos ou como centros de pesquisas.

Os objetivos organizacionais têm muitas funções, a saber :

a) pela apresentação de uma situação futura, indicam uma orientação que a organização procura seguir.

Dessa forma, estabelecem linhas mestras para a atividade da organização;

b) os objetivos constituem uma fonte de legitimidade que justifica as atividades de uma organização e, na

verdade, até a sua existência

c) os objetivos servem como padrões, através dos quais os membros de uma organizaC o e os estranhos a ela

podem avaliar o êxito da organização isto é, a sua eficiência e o seu rendimento;

d) os objetivos servem de maneira semelhante, como unidade de medida para o estudioso de organizações

que tenta verificar e comparar a sua produtividade.

Os objetivos são unidades simbólicas, são ideais que a organização pretende atingir e

transformar em realidade. Toda organização deve buscar condições para poder manter-se e

funcionar com eficiência. Neste sentido, Etzioni¹⁰ se refere a dois modelos de organiza ão, a

saber:

a) modelos de sobrevivência: é quando a organização desenvolve objetivos que lhe permitem existir simples-

mente e manter sua continuidade;

b) modelo de eficiência: quando a organização desenvolve objetivos que lhe permitem não apenas existir, mas também funcionar dentro de padrões de crescente eficiência.

O estabelecimento de objetivos por uma organização é intencional, mas não necessariamente racional, pois é um processo de interação entre a organização e o ambiente: consiste em determinar as relações da organização com a sociedade mais ampla, ao que a sociedade deseja que seja feito ou pode ser persuadida a apoiar.

39 V. David L. Sills, apud Amitai Etzioni, "A Modificação de Objetivos", *Organizações Complexas*, cit., pp. 148 a 160.

Amitai Etzioni, *Organizações Modernas*, cit., pp. 13 a 35.

4 Amitai Etzioni, *Organizações Modernas*, cit., p. 35.

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

Há cinco categorias de objetivos organizacionais²:

1. Objetivos da sociedade cujo ponto de referência é a sociedade em geral.
Ex.: produzir bens e serviços, manter a ordem pública, criar e manter valores culturais. Procuram preencher as necessidades da sociedade.
2. Objetivos de produção: cujo ponto de referência é o público que entra em contato com a organização.
Ex.: bens de consumo, serviços a empresas, educação. Trata-se de tipos de produtos definidos em termos das funções do consumidor.
3. Objetivos de sistemas: cujo ponto de referência é o estado ou maneira de funcionar da organização, independentemente dos bens e serviços que ela produz, ou dos objetivos daí resultantes. Ex.: ênfase nos lucros, no crescimento e na estabilidade da organização. Trata-se da maneira como funciona o sistema e o que este cria, independentemente dos produtos ou serviços que produz e que pode tornar-se o objetivo para os participantes da organização.
4. Objetivos de produtos: cujo ponto de referência são as características dos bens e serviços produzidos. Ex.: ênfase sobre qualidade ou quantidade de produtos, variedade; estilo, disponibilidade, originalidade ou inovação dos produtos.
5. Objetivos derivados: cujo ponto de referência são os usos que a organização faz do poder originado na consecução de outros objetivos. Ex.: metas políticas, serviços comunitários, política de investimento e localização das instalações, de maneira a afetar a economia e o futuro de comunidades específicas. As organizações criam considerável poder, que pode ser utilizado para influenciar seus próprios membros e o ambiente. Esse poder é utilizado independentemente dos objetivos de produto ou de sistema.

O estudo dos objetivos das organizações permite identificar as organizações pela sociedade em geral³.

Um dos assuntos preferidos pelos estruturalistas são as mudanças organizacionais.

Como as organizações são unidades sociais planejadas, orientadas para objetivos específicos, sob liderança relativamente racional e autoconsciente, representam, provavelmente, maior inclinação para a mudança do que previamente outra unidade social". As organizações podem alterar profundamente seus objetivos, bem como alterar intencionalmente seus objetivos no processo de ajustamento a problemas e situações emergentes e imprevistas. Por sua vez, tais alterações podem criar novas necessidades de mudanças que vão exigir ajustes

adicionais. Determinados fatores internos ou externos podem provocar as mudanças organizacionais. Seu estudo, contudo, constitui ainda uma área pouco desenvolvida.

Para os estruturalistas, há uma relação íntima entre os objetivos organizacionais e o meio'. A estrutura dos objetivos é que estabelece a base para a relação entre uma organização e o seu meio ambiente. O processo de estabelecer e fixar objetivos é complexo e altamente dinâmico. Uma organização não busca unicamente um só objetivo, pois necessita satisfazer uma quantidade enorme de requisitos impostos a ela pelo meio ambiente e pela organização interna dos participantes. Assim, ao invés de um objetivo, é mais apropriado referir-se a um total de objetivos que forma a estrutura dos objetivos de uma organização. Esses objetivos também não são estáticos, pois estão em contínua evolução, modificando as relações da organização com o seu meio. É necessária uma constante reavaliação dos objetivos em face das alterações do meio ambiente e da organização.

z Charles Perrow, *Análise Organizacional*, rit., pp. 167 a 168.

4' Amitai Etzioni, *Organizações Complexas*, cil., pp. 146 a 148.

' Amitai Etzioni, *Organizações Modernas*. cit., p. 35.

5 James D. Thompson e William J. McEwen, in Amitai Etzioni, "Objetivos Organizacionais e Ambiente"
Organizações Complexas, rit. , pp. 177 a 187 .

AMBIENTE ORGANIZACIONAL

"As organizações vivem em um mundo humano, social, político, econômico." Ambiente é tudo o que envolve externamente uma organização. Para os estruturalistas, o ambiente é constituído pelas outras organizações que formam a sociedade. Uma organização depende de outras organizações para seguir o seu caminho e atingir seus objetivos. A interação entre a organização e o ambiente torna-se fundamental para a compreensão do estruturalismo. A sociedade moderna é uma sociedade de organizações. Os estruturalistas criticam o fato de que conhecemos muito a respeito de interação entre pessoas, alguma coisa sobre a interação entre grupos e pouquíssimo sobre a interação entre organizações e seus ambientes. Resta saber como interagem as organizações entre si, assunto que não foi ainda cuidado sistematicamente. Há uma perspectiva de novas abordagens da teoria da organização a partir dos estudos sobre a interação entre a organização e o seu ambiente externo.

CONFLITOS ORGANIZACIONAIS

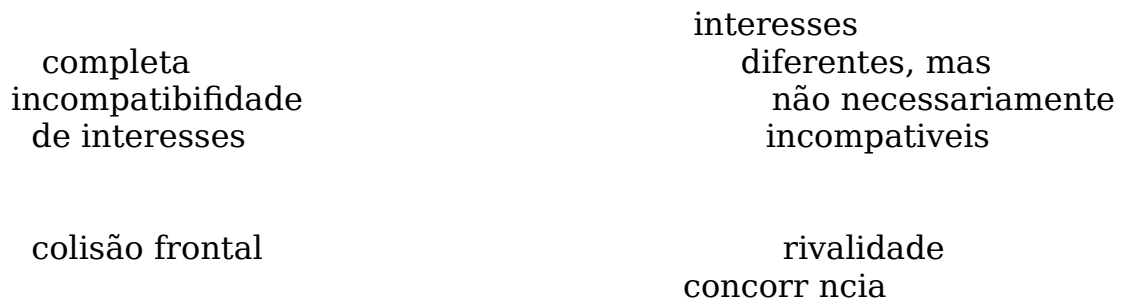
Os estruturalistas discordam de que haja harmonia de interesses entre patrões e empregados (como afirmava a Teoria Clássica) ou de que essa harmonia deva ser preservada pela Administração, através de uma atitude compreensiva e terapêutica, nivelando as condutas individuais (como afirmava a Teoria das Relações Humanas). Ambas as teorias punham fora de discussão o problema do conflito, provavelmente em decorrência do seu caráter prescritivo. Para os estruturalistas, os conflitos - embora nem todos sejam desejáveis - são os elementos geradores das mudanças e do desenvolvimento da organização. Conflito significa a existência de idéias, sentimentos, atitudes ou interesses antagônicos e colidentes que podem se chocar. Sempre que se fala em acordo, aprovação, coordenação, resolução, unidade, consentimento, consistência, harmonia, deve-se lembrar que essas palavras pressupõem a existência ou a iminência de seus opostos, como desacordo, desaprovacão, dissensão, desentendimento, incongruência, discordância, inconsistência, oposição - o que significa conflito. O conflito é

condição geral do mundo animal". O homem sobressai-se
dentre os animais pela sua capacidade de atenuar, embora nem
sempre de eliminar esta con-
dição. A sociedade e a civilização - requisitos básicos da vida humana
- são viáveis graças
a um alto grau de congruência de objetivos entre os homens, o pelo
menos devido a alguns
mecanismos ou regras que imponham ordem e acomodação. Na
organização, a obtenção da
congruência interoperacional e interdepartamental e a prevenção de
uma futura proliferação
de incongruência e disparidade constituem problemas amplamente
ventilados pelos estrutu-
ralistas.
Se as fontes da cooperação residem nas semelhanças de interesses,
reais ou supostas,
entre indivíduos e organizações, da mesma forma, as fontes de
conflitos se acham em algum
grau de divergência real ou suposta de interesses.

'u' Fernando C. Prestes Motta, Teoria Geral da Administração -
Uma Introdução, cit., p. 31
" Konrad Lorenz, On Aggression, New York, Harcourt, Brace &
World, Inc., 1966.

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

As fontes de conflitos podem ser caracterizadas dentro de um continuum que varia de uma colisão frontal de interesses e completa incompatibilidade, em um extremo, até interesses diferentes mas não necessariamente incompatíveis, em outro extremo:

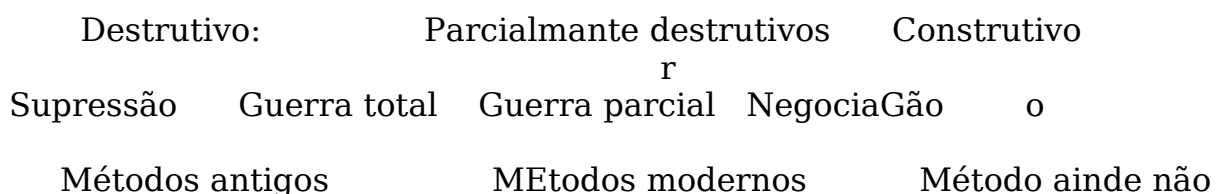


O CONTINUUM DAS FONTES DE CONFLITO

Conflito e cooperação são elementos integrantes da vida de uma organização. Ambos têm recebido muita atenção por parte das recentes teorias da organização. As teorias administrativas anteriores ignoraram completamente o problema conflito-cooperação. Hoje, considera-se cooperação e conflito como dois aspectos da atividade social, ou, melhor ainda, dois lados de uma mesma moeda, sendo que ambos estão inseparavelmente ligados na prática. Tanto que a resolução do conflito é muito mais vista como uma fase do esquema "conflito-cooperação" do que um "fim do conflito" ou uma "resolução final" do conflito.

O pensamento administrativo tem se preocupado profundamente com os problemas de obter cooperação e de sanar conflitos.

Sheppard's salienta que o propósito da Administração deveria ser o de criar condições ou situações em que o conflito - arte integrante da vida da organização - pudesse ser controlado e dirigido para canais úteis ou produtivos. Em situações de conflito, as respostas possíveis de um grupo (ou de um indivíduo) podem ser caracterizadas em uma escala geral, variando desde os métodos de supressão total e parcial, até os métodos de negociação e solução de problemas, dentro de um continuum expresso da seguinte forma:



atingido
SITUAÇÕES DE CONFLITO E MÉTODOS DE RESOLUÇÃO

as H. A. Sheppard, "Responses to Situations of Competition and Conflict",
in Conflict Management in
Organizations, Foundation for Research on Human Behavior. Ann Arbor,
Michigan, 1962, p. 33.

Os estruturalistas indicam as numerosas importantes funções sociais do conflito e não concordam com qualquer repressão artificial deste. Através do conflito, pode-se proceder a uma verificação do poder e do ajustamento do sistema da organização à situação real e, assim, atingir a harmonia na organização. O conflito gera mudanças e provoca inovação, na medida em que as soluções são alcançadas. Todavia, essas soluções constituirão a base de novos conflitos que gerarão novas mudanças, as quais provocarão outras inovações, e assim por diante. Se o conflito for disfarçado e sufocado, ele procurará outras formas de expressão, tais como o abandono do emprego ou o aumento de acidentes que, no fim, apresentam também desvantagens, tanto para o indivíduo como para a organização".

Existem vários tipos de situações dentro das organizações que provocam conflitos. Vejamos algumas delas.

1. Conflito entre a Autoridade do Especialista (Conhecimento) e a Autoridade Administrativa (Hierarquia)

Uma das situações conflitivas típicas é a tensão imposta à organização pela utilização do conhecimento: como criar, cultivar e aplicar o conhecimento sem solapar a estrutura hierárquica da organização. Muitas vezes, o conhecimento traz conflitos com a hierarquia. A autoridade do especialista (que se baseia no conhecimento) se choca frequentemente com a autoridade administrativa (que se baseia na hierarquia). Para melhor estudar este tipo de conflito, Etzioni sugere três tipos de organização⁵, do ponto de vista de como se organiza o conhecimento, ou seja, três maneiras de organizar o conhecimento:

- a) Organizações especializadas: como as universidades, escolas superiores, quase todas as escolas, organizações de pesquisa, hospitais, por exemplo, onde o conhecimento é criado e aplicado numa organização criada especialmente para esse objetivo. As organizações especializadas empregam especialistas com grande preparo profissional, geralmente superior a cinco anos e que se dedicam principalmente à criação e aplicação do conhecimento. A gestão é exercida pelo técnico (o professor como diretor da escola, o médico como dirigente do hospital etc.) e a estrutura administrativa serve como mero apoio subsidiário, como staff.
- b) Organizações não especializadas: como as empresas e o exército, por

exemplo, onde o conhecimento é instrumental e subsidiário para o alcance dos objetivos. A gestão é exercida pelo administrador que se identifica com os objetivos globais, e a estrutura técnica é subsidiária ou subalterna.

c) Organizações de serviços: como as empresas especializadas em consultoria ou assessoria, os centros de pesquisa e desenvolvimento, por exemplo, onde os especialistas recebem instrumentos e recursos para o seu trabalho, mas não são empregados da organização principal, nem estão, subordinados aos seus administradores, a não ser por contratos de assessoria ou de prestação de serviços.

Os conflitos entre os especialistas e os administradores podem ocorrer da seguinte forma nesses tipos de organização :

57

- y Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit., pp- 72 a 73.
- 5o Amitai Etzioni, Organizações Modernas. cit., p. I 19.
- 5 Amitai Etzioni, Organizações Modernas, cit.. pp. 121 a 124.
- 5z Amitai Etzioni, Organizações Modernas. cit. pp- 119 a 147.

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

- a) Organizações especializadas: a correlação entre corpo de auxiliares-especialização e hierarquia-administração, se é que pode ser aplicada, é invertida neste tipo de organização. Aqui, os administradores cuidam das atividades secundárias em relação aos objetivos da organização: administram meios para a atividade principal, que é desempenhada pelos especialistas. Em outros termos, se houver alguma relação de entrosamento, os especialistas devem ter a principal autoridade, enquanto os administradores devem ter a autoridade secundária de corpo de auxiliares. A decisão final fica nas mãos dos especialistas. Enquanto os administradores aconselham. Nas organizações especializadas, os administradores estão excessivamente comprometidos com as suas especialidades (papel que os especialistas desempenham nas organizações não especializadas).
- b) Organizações não-especializadas' geralmente são as organizações de produção, de propriedade e administração p r tculares, e os principais meios são a produção e a troca. Os especialistas usualmente estão subordinados à autoridade dos administradores, pois estes se sintonizam melhor com os objetivos da organização, que se situam ao redor do lucro. Os administradores têm a principal autoridade /hierarquia), enquanto os especialistas tratam unicamente dos meios e atividades secundárias. Enquanto os administradores formam a hierarquia, os especialistas formam o chamado corpo de auxiliares que aplica o conhecimento.
- c) Organizações de serviço: a principal origem de tensão reside no pequeno controle sobre a produção que a organização de serviços (como fonte de recursos) pode desenvolver, pois está à mercê dos especialistas. Estes recebem recursos, instrumentos e meios da organização para desenvolverem o seu trabalho, porém nem são empregados da organização nem estão sob o seu controle. Podem receber algum controle administrativo a respeito dos projetos realizados, do ritmo de trabalho e do público a que se dirige o produto ou o serviço da organização (como o caso dos professores de uma universidade). Os especialistas tendem a sentir que estão perdendo seu tempo com trabalho administrativo que geralmente é depreciado neste tipo de organização.

2. Dilemas da Organização Segundo Blau e Scott

Para Blau e Scotts' existem dois tipos de conflitos, em um processo fundamentalmente dinâmico e dialético, importantes no desenvolvimento das organizações, a saber:

- a) o conflito entre a organização informal e a organização formal;
- b) o conflito existente na relação entre clientes e a organização.

Para esses dois autores há uma relação de mútua dependência entre conflito e mudança.

pois as mudanças precipitam conflitos e os conflitos geram inovações.

Existem processos

de mudança baseados em alguns conflitos da organização. Esses conflitos, mesmo ocultos

ou reprimidos pela rigidez burocrática, se tornam a fonte inevitável da mudança organizacional.

Assim, os conflitos entre os funcionários e clientes levam ao aparecimento de novas

práticas e novas técnicas, que ajudam a resolver esses conflitos e reduzir

temporariamente as

tensões. Porém, as inovações aplicadas para resolverem um conflito muitas vezes criam

outros. As inovações na organização, ou na melhoria das condições de trabalho dos empregados,

afetam, interferem e prejudicam outras inovações e melhorias já obtidas e levam a

uma dialética e a uma dinâmica entre a organização formal e a organização informal.

Enquanto o conflito representa um choque de interesses antagônicos, o dilema representa

uma situação em que se deseja atender a dois interesses inconciliáveis entre si : o atendimento

3 Peter M. Blau e W. Richard Scott, Organizações Formais, cit.

mento de um dos interesses impede o atendimento do outro. A figura abaixo permite uma idéia da diferença entre conflito e dilema.

CONFLITO

DILEMA

Todas as organizações se confrontam com dilemas, isto é, com escolhas entre alternativas nas quais algum objetivo importante e valioso terá de ser sacrificado no interesse de um outro. O conceito de conflito e de dilema permite uma compreensão dos processos de mudança gerados internamente em uma organização. A mudança e o ajustamento ocorrem sempre que novas situações o exijam, novos problemas surjam e novas soluções devam ser criadas. Daí a inovação. Os problemas são endêmicos e atuam como condição interna contínua de mudança dentro do sistema.

Segundo Blau e Scott, há três dilemas básicos em toda organização formal:

- a) dilema entre coordenação x comunicação livre. Para desempenhar suas funções, as organizações exigem uma coordenação eficiente e uma eficaz solução dos problemas administrativos. Mas a coordenação - seja interdepartamental ou interindividual - é profundamente dificultada quando se permite a livre comunicação entre as partes envolvidas. É que a livre comunicação introduz novas soluções e situações não previstas para a adequada coordenação. Os escalões hierárquicos tendem a proporcionar coordenação eficiente, mas, por outro lado, restringem o fluxo de comunicações, impedindo a solução criativa e diferenciada dos problemas. Com os processos de livre comunicação, consegue-se um desempenho superior dos indivíduos tomados isoladamente quando em atividades de solução de problemas, porém consegue-se um desempenho inferior dos indivíduos agrupados quando a atividade é de coordenação. As exigências de coordenação e de comunicação livre são conflitantes entre si;
- b) dilema entre disciplina burocrática x especialização profissional. Há uma oposição entre os princípios que governam o comportamento burocrático e os que governam o comportamento profissional. Os princípios burocráticos estão ligados aos interesses da organização, enquanto os princípios profissionais se referem a normas técnicas e códigos de ética da profissão. Enquanto o especialista profissional deve representar os interesses de sua profissão, o burocrata deve representar os da organização. Enquanto a autoridade do profissional se baseia no conhecimento da especialização técnica, a autoridade do buro-

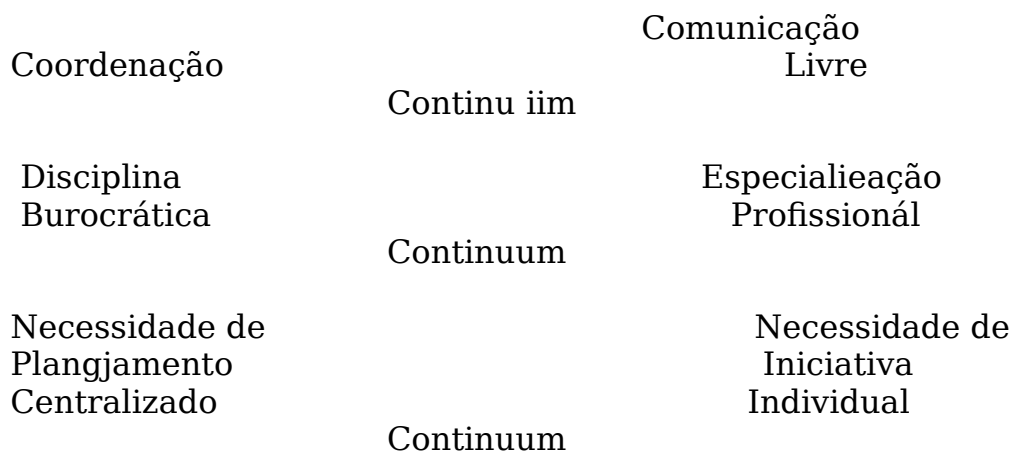
crata se baseia em um contrato legal. Enquanto o profissional decide com base em padrões profissionais universais, o burocrata decide com base em diretrizes disciplinares estabelecidas pela sua organização.

Quando uma decisão de um profissional não é bem aceita, tal julgamento cabe à associação de seus colegas de profissão, enquanto em uma decisão de um burocrata, o julgamento final cabe à administração da organização⁵⁵. Há um dilema entre a orientação cosmopolita dos profissionais e a orientação local dos burocratas. O dilema ocorre por três motivos: porque as organizações modernas têm de empregar tanto profissionais quanto burocratas, porque o trabalho dos profissionais vem sendo cada vez mais realizado dentro das organizações burocráticas e porque as atividades dentro das burocracias parecem estar se tornando cada vez mais profissionalizadas;

c) dilema entre a necessidade de um planejamento centralizado x a necessidade de iniciativa individual/. As organizações procuram enfrentar o avanço tecnológico através de um grande esforço criador que lhes permita crescer e sobreviver. O destino das organizações depende, em grande parte, da iniciativa e da criatividade individual. Porém, a necessidade de planejamento e de controle é vital para a organização, de um lado, mas tende a inibir a iniciativa e a criatividade individual, por outro lado: Quanto maior o planejamento centralizado, menor a iniciativa individual é vice-versa.

⁵⁵ Peter M. Blau e W. Richard Scott, *Organizações Formais*, cit., pp. 276 a 288. Al in W. Gouldner, *Patterns of Industrial Bureaucracy*, cit.

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO



OS DILEMAS A ORGANIZAÇÃO SEGUNDO BLAU E SCOTT

Esses três dilemas organizacionais são manifestações do dilema maior entre ordem e liberdade. Tais dilemas são responsáveis pelo desenvolvimento das organizações: no processo de resolver problemas antigos, novos problemas são criados e a experiência obtida na decisão contribuirá para a busca de soluções de novos problemas, tornando o desenvolvimento organizacional um processo essencialmente dialético.

3. Conflitos entre Linha e Assessoria (Staff)

Vimos no capítulo dedicado a tipos de organização que a estrutura linha-staff é caracterizada por possíveis confrontos entre o pessoal de linha que detém autoridade linear e o pessoal de assessoria que detém autoridade de staff. Como precisam conviver entre si, numa dependência mútua, surgem fatalmente conflitos entre linha e assessoria. Tais conflitos tendem a surgir por três motivos básicos:

- a) a ambição desmesurada e o comportamento individualístico dos funcionários que ocupam posições elevadas na linha;
- b) a constante oferta de serviços da assessoria para poder justificar sua existência;
- c) quando a promoção para posições mais altas da assessoria depende da aprovação de funcionários de linha ou vice-versa.

Um dos conceitos da Teoria Estruturalista é o homem organizacional, isto é, o homem que tem que se adaptar não só a uma organização, mas a múltiplas organizações,

exercendo,

muitas vezes concomitantemente, vários papéis diferentes e submetido a pressões resultantes

de conflitos. Os conflitos envolvem aspectos positivos e negativos. Geralmente, as possibilidades negativas e destrutivas do conflito - tanto interno como externo - são mais visíveis.

h Melville Dalton, Men Who Manage: Fusion of the Individual and the Group in Administrative Structure. cit.

Melville Dalton apud Amitai Etzioni. "The Individual in the Bureaucracy, Administrative Systems of 'Staff' and of

Line", in Organization and Society: Critical Essays. pp. 212 a 221 .

Um conflito íntimo de um casal pode resultar em alguma forma de dissolução ou dificuldade no relacionamento. Em organizações mais complexas, os resultados podem levar à insurreição, desligamento ou até à alienação e desinteresse. Não há melhor maneira de se comprometer a saúde de uma organização do que promover um conflito interno. Também o conflito externo, provocado por forças que vêm de fora da organização (ou do indivíduo), pode exercer pressão desintegradora.

Por outro lado, o conflito pode apresentar potencialidades altamente positivas permitindo o fortalecimento da unidade grupal, seja pelos conflitos internos entre aqueles que compartilham valores básicos, seja pelos conflitos externos com grupos de fora.

SÁTIRAS À ORGANIZAÇÃO

Os estruturalistas abordam a organização sob um ponto de vista eminentemente crítico. Contudo, surgiram ultimamente livros de cunho humorístico, pitorescos e irreverentes, e que expõem à sátira o paradoxo e o aparente absurdo de certos aspectos tradicionalmente aceitos dentro das organizações. Os autores desses livros procuram demonstrar o ridículo de certos princípios dogmáticos, utilizam afirmações jocosas e absolutas, exemplos perfuntórios e, sobretudo, demonstram uma visão apocalíptica da irreparável entropia das organizações.

Apesar de não proporem qualquer tipo de solução, esses autores satíricos - da abordagem do non-sense - apontam falhas e incongruências no processo aparentemente racional da organização. Seu sucesso literário, entretanto, tende a popularizar uma visão eminentemente crítica e negativa do funcionamento das organizações. Obviamente, pecam pelo exagero.

Incluimos tais autores na abordagem estruturalista devido apenas à dificuldade de enquadrá-los adequadamente na teoria administrativa. Na realidade, tais autores somente têm em comum a crítica acerba e contundente à organização, aspecto que notamos em quase todos os autores estruturalistas. Foi apenas este traço comum que nos levou a colocá-los neste capítulo, como a menos pior das colocações.

Northcote Parkinson, inglês, catedrático de História na Universidade de Maláia e autor de

diversas obras sobre história naval e militar, publicou um livro onde faz uma análise irreve-

rente e implacável da administração burocrática⁵⁹. O livro de Parkinson está dividido nas

seguintes partes :

a) a "Lei do Trabalho";

b) a "Lei da Banalidade";

SB João Bosco Lodi, "Parkinson e Peter: Non-Sense e Teoria de Administração", in Revista IDORT, São

Paulo, Instituto de Organização Racional do Trabalho, n° 463/464, set./out. 1970, pp. 14 a 17.

59 C. Northcote Parkinson, Parkinson's Law, Houghton Mifflin Co., Boston, 1957:

C. Northcote Parkinson, A Lei de Parkinson, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967.

- c) o "Princípio da Comissão";
- d) o "Princípio do Bloco da Administração";
- e) a "Hipótese da Paralisia das Organizações";
- f) a "Hipótese da Demora-Padrão";
- g) o "Princípio da Aposentadoria Acelerada pela combinação de viagens constantes e preenchimento de formulários".

Vejamos rapidamente as suas teses fundamentais:

a) "Lei do Trabalho": É mais conhecida como a "Lei de Parkinson: "O trabalho aumenta a fim de preencher o tempo disponível para sua execução". Esta lei procura demonstrar que "um trabalho sempre se prolonga de maneira a tomar todo o tempo que para ele se tem disponível". Em outros termos, "quanto mais tempo se tem para fazer uma coisa, tanto mais tempo se levará para fazê-la".

O autor procura demonstrar essa lei por exemplos na vida prática e nas empresas. Se o trabalho é elástico em relação à necessidade de tempo para a sua execução, e se pouca relação existe entre o trabalho a ser executado e a quantidade de pessoas necessárias para sua execução, então a falta de uma tarefa real não resulta necessariamente em falta de atividade: pode-se produzir muito sem aparente trabalho, como também pode-se perfeitamente gastar enormes esforços sem se realizar nada. Para Parkinson, o número de funcionários de uma repartição e a quantidade de trabalho existente não têm absolutamente nenhuma relação entre si.

Da "Lei do Trabalho" derivam dois princípios que ocasionam a chamada "Pirâmide em Ascensão", a saber:

- Lei da multiplicação de subordinados: um chefe de seção deseja, sempre, aumentar o número de seus subordinados, desde que não sejam seus rivais.
- Lei da multiplicação do trabalho: um chefe de seção sempre inventa trabalho para outros funcionários.

Segundo esses dois princípios, todo chefe procura provocar a impressão de grande atividade e de grande responsabilidade em função do número de subordinados e, com isto, ascender a posições mais elevadas dentro da organização.

b) "Lei da Banalidade": "O tempo despendido na discussão de cada item de uma agenda está na razão inversa da soma discutida". Segundo Parkinson, a discussão de uma diretoria é curta e incisiva quando se trata de assuntos relativos a grandes despesas e torna-se longa e detalhada quando se trata de assuntos

banais e sem importância alguma.

- c) "Princípio da Comissão": "Uma comissão é orgânica em vez de mecânica em sua natureza. Uma comissão não é uma estrutura, mas uma planta que deita raízes, cresce, floresce, murcha e morre, espalhando as sementes que farão outras comissões florescerem por sua vez". Parkinson propõe uma nova ciência, a Comissologia, para o devido estudo da praga das comissões.
- d) "Princípios do Bloco da Administração": "A perfeição da estrutura planejada só é alcançada quando a instituição está no ponto de colapso". Quando uma organização atinge sua perfeição já se tornou obsoleta ou está no fim de sua vida. As organizações são imperfeitas e os seus objetivos só são alcançados muito tardiamente e quando são atingidos já estão obsoletos.
- e) "Hipótese da Paralisia das Organizações": "Se o chefe da organização não é dos melhores, ele tratará de se cercar de empregados que sejam ainda piores; e eles, por sua vez, providenciarão subordinados que sejam piores que todos. Haverá logo uma verdadeira competição de estupidez, em que as pessoas fingem ser ainda mais estúpidas do que realmente são". Para se defenderem da concorrência profissional os chefes levam as organizações a uma fossilização e a uma consequente paralisia.
- f) "Hipótese da Demora-Padrão": É o tempo normal decorrido entre o recebimento de uma correspondência ou documentação em uma organização burocrática e a sua posterior distribuição e resposta. Geralmente, a reação da organização é lenta e demorada, dentro de um padrão de tempo que o autor implacavelmente procura exagerar.
- g) "Princípio da Aposentadoria": Algumas tribos primitivas liquidavam o chefe quando as suas forças vitais já se haviam consumido. Também a organização moderna procura liquidar o chefe programando

viagens e conferências, relatórios repletos de formulários etc. que passam a ocupar totalmente o seu tempo, desviando-se de suas funções.

A obra de Parkinson reflete uma experiência pessoal do autor na administração pública de seu país que pode ser tranquilamente transferida para a organização privada de qualquer localidade. Suas críticas ferinas se enquadram perfeitamente no revisionismo dos estruturalistas.

2. Princípio de Peter

Peter e Hull publicaram um livro dentro da mesma orientação de Parkinson e da abordagem do "non-sense". Procuram demonstrar que a ação administrativa revela sempre uma busca de justificativas para o desempenho ineficiente. No fundo, sua tese é de que as organizações parecem fadadas à presença constante da mediocridade e da incompetência.

O Princípio de Peter, também chamado Princípio da Incompetência, é assim enunciado: "Numa hierarquia, todo empregado tende a subir até chegar ao seu nível de incompetência". Esse princípio tem o seu corolário: "Todo cargo tende a ser ocupado por um funcionário que é incompetente para cumprir seus deveres". A sociedade moderna, além de tolerar, reserva uma posição especial para o desempenho incompetente, não só na indústria, no governo, como também nas escolas, nas igrejas, nos sindicatos, enfim, em todas as organizações. Assim, "o trabalho é feito pelos demais funcionários que ainda não atingiram seu nível de incompetência".

Como todo princípio tem as suas exceções, o "Princípio de Peter" também apresenta as seguintes exceções, a saber:

a) "Sublimação percussiva" quando um funcionário incompetente bloqueia o serviço, ele é promovido para uma posição que, embora possa ser mais elevada, não poderá impedir que o trabalho seja feito.

b) "Árabesco lateral" quando o funcionário incompetente recebe um cargo ou título novo ou maior e é transferido para um escritório numa parte mais distante do mesmo escritório.

c) "Inversão de Peter": quando o regulamento interno tem mais valor do que o serviço eficiente. É o caso do hospital, onde o atendente gasta um enorme e precioso tempo em

preencher os formulários antes de

socorrer a vítima acidentada, pois quem avalia a sua competência não é o paciente ou o público, mas o seu

chefe imediato através do cumprimento dos regulamentos.

d) "E (olho hierárquico)": quando o funcionário produtivo, além de não ser promovido, é demitido do

seu posto, pois a supercompetência muito mais condenável do que a incompetência, porquanto ela

subverte a hierarquia e acrescenta um comportamento não esperado.

e) "Pisla paterna": quando o chefe da organização admite o filho já num posto elevado, sem passar pelos

escalões inferiores, ou, quando não havendo um cargo para uma pessoa, cria-se um novo.

Para Peter e Hull, a organização não é uma meritocracia e o processo de promoção e

encarreamento não leva em consideração a competência dos funcionários, mas a

"puxada" e o "empurrão". A puxada é a "relação do empregado com a pessoa que está

b Laurence J. Peter e Raymond Hull, *The Peter Principle*, London, Morrow, 1969.

62 Laurence J. Peter e Raymond Hull, *Todo Mundo é Incompetente*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1970.

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

acima dele na hierarquia", pois "o chefe é uma pessoa superior na hierarquia que pode ajudá-lo a subir". O puxador deve procurar um patrono e estimulá-lo a propor sua promoção e, quando o conseguir, procurar outros patronos mais elevados. O empurrão se baseia no esforço de se promover com a ajuda do fator antiguidade e demonstração de um anormal interesse no estudo, treinamento e autodesenvolvimento. Todavia, o sucesso é prejudicial por envolver contestação à hierarquia, podendo levar à demissão. Se o sucesso leva à demissão, deduz-se que nada tem tanto sucesso como o insucesso.

Peter e Hull também dão grande importância à "ciência do arranjo da mesa de escritório" e catalogam as seguintes categorias de comportamentos de arranjos de mesa:

- a) jonofilia: é a instalação de diversos telefones e intercomunicadores para justificar a falta de contato com os colegas. O fonbfilo costuma utilizar dois ou mais telefones ao mesmo tempo
- b) papirojobia: é a intolerância quanto a papéis ou livros sobre a mesa. O papirbjobo tem verdadeira fobia por papéis, porque provavelmente eles podem lembrá-lo do trabalho que deveria ser feito;
- c) papiromania: é o oposto da papirofobia. O papir8mano costuma acumular pilhas de papéis em sua mesa, na tentativa de mascarar a sua incompetência dando a impressão de que tem muita coisa a fazer;
- d) jileojilia: é a mania de colecionar e classificar papéis, geralmente acompanhada de um mbrbido medo de perder qualquer documento;
- e) gigantismo tabulatbrio é a obsessão por mesas grandes, maiores do que as dos colegas;
- f) tabulofobia privada: é a fobia por mesas de escritbrio observada nos executivos dos escalees mais elevados.

Peter e Hull não apontam as causas da incompetência, mas apenas as suas manifestações. Preocupam-se com a incompetência apenas no nível de chefia e, mais especificamente,

com o processo de promoção e o arranjo físico do escritbrio.

Em livro posteriorb', Peter apresenta cerca de sessenta e seis maneiras de se combater o

mal do Princípio de Peter, humoristicamente entremeadas com citações, a fim de se impedir

a inevitável ascensão dos menos eficientes.

3. Dramaturgia Administrativa de Thompson

Victor A. Thompson publicou um livroó5, no qual dedica todo um capítulo àquilo

que deno-

mina "dramaturgia administrativa". Defende a tese de que, em uma organização, existe

sempre um forte desequilíbrio entre o direito de decidir (que é a autoridade) e o poder de rea-

lizar (que é a habilidade e especialização). Assim, habilidade, especializa ão e competência

são aspectos que entram continuamente em choque com a autoridade, generalização e hie-

rarquia.

63 Laurence J. Peter, The Peter Prescription, New York, William Morrow & Co.,1972.

Victor A. Thompson, professor de Administração do Instituto de Tecnologia de Illinois, é autor muito

identificado com o behaviorismo, tendo passado posteriormente ao estruturalismo. É muito famoso pelas críticas

aos princípios clássicos de organização. Colaborou com Simon e Smithsburg no livro behaviorista Public Adminis-
tration em 1951.

65 Victor A. Thompson, Moderna Organizaç8o, Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos (USAID - Aliança
para o Progresso), 1977.

O tema central escolhido por Thompson é o jogo do conhecimento e da inovação dentro do processo burocrático, agindo como forças dinâmicas de auto-atualização da organização, em oposição às forças conservadoras que procuram manter o status quo. É o conflito entre o conhecimento (inovação) e a hierarquia (conservação). Desse conflito entre as forças inovadoras e as forças conservadoras, Thompson conclui que a hierarquia monocrática está em decadência em face do crescente poder dos especialistas, uma vez que estes detêm maior competência técnica.

Esse conflito gera grande tensão e insegurança no sistema de autoridade das organizações, enfraquecendo a capacidade de controlar a situação por parte dos administradores como resultado da crescente especialização. Assim, os administradores, executivos e burocratas tendem a desenvolver uma série de mecanismos de defesa para reforçar a sua posição de autoridade às custas da racionalidade da organização. Os mecanismos de defesa da hierarquia são os seguintes:

- a) manipulação do sistema de informações: para protegerem e reforçarem suas posições de mando, os chefes tomam grande precaução no controle e distribuição das informações, manipulando-as como meios de poder;
- b) desenvolvimento do comportamento dramático: a habilidade dramática torna-se fundamental no desempenho dos papéis hierárquicos. Os chefes procuram sempre dar a impressão de serem os mais capazes, os mais honestos, os mais ocupados e, principalmente, os mais indispensáveis;
- c) implantação da ideologia administrativa: é o desenvolvimento dentro da organização de uma crença de que o chefe é um herói sobre-humano, atribuindo-lhe traços carismáticos para ajudar a legitimar sua posição hierárquica e a desviar a atenção sobre a necessidade de mudanças na instituição. A própria constituição da organização oferece oportunidades para a chamada "administração de impressões". Os chefes tomam suas refeições em refeições isoladas, dispõem de carro e motorista da empresa, sala individualizada com carpete e ar-condicionado, tendo a possibilidade de se distanciar socialmente das outras pessoas. Esses recursos são manipulados para criar uma relação sagrada entre o homem e o trabalho: quando uma pessoa ocupa uma posição elevada, deduz-se automaticamente que ela tem as qualificações necessárias para ocupá-la;
- d) desenvolvimento da burocracia: cada chefe apegase aos regulamentos e às

rotinas, aos subobjetivos e às categorias preestabelecidas de julgamento e resiste a qualquer forma de mudança na organização. O comportamento burocrático do chefe tem sua origem nos sentimentos de insegurança pelo temor de perder o cargo. Como a hierarquia detém o monopólio do sucesso, cada chefe mantém a obediência às normas e aos regulamentos e controla os subordinados, ajustando-os aos padrões preestabelecidos. Por seu turno, cada funcionário passa a respeitar religiosamente a rotina e os regulamentos, passa a resistir à mudança, a insistir nos seus direitos e, sobretudo a se tornar apático e indiferente à mudança. Daí a aversão que o cliente passa a ter pela organização (burose), frustrado por não ver o seu caso tratado individual e pessoalmente. Surge, em consequência um círculo vicioso entre burocracia e burose, que leva à alienação e perda do cliente, que é a própria finalidade da organização. .

Analisando a origem da hierarquia, Thompson salienta que ela é mágica e religiosa. A hierarquia passou a ser burocrática quando foi organizada racionalmente através de uma cadeia de níveis, onde as funções são dispostas numa relação escalar de poder do superior sobre o respectivo subalterno. As funções hierárquicas passaram assim a ser estritamente disciplinadas. Porém, nem sempre a hierarquia detém a competência de conhecimentos novos capaz de proporcionar decisões e desempenho técnico adequado. A evolução da especialização veio trazer enormes pressões no sentido de modificar as funções hierárquicas.

Victor A. Thompson, *Bureaucracy and Innovation*, University of Alabama Press, 1969.

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

Thompson cita as seguintes deficiências da hierarquia:

- a) põe exagerada ênfase ao direito de veto e de negação à inovação e pouco destaque à sua aprovação;
- b) ressalta o direito de esperar obediência e lealdade dos subalternos, o que dificulta as sugestões de inovação;
- c) coloca no chefe o monopólio da comunicação, o que lhe permite bloquear a informação tanto para cima como para baixo;
- d) a relação hierárquica se incompatibiliza com a amizade e com o relacionamento informal. Tira a sensibilidade do chefe para com as necessidades pessoais dos subordinados;
- e) a posição hierárquica é tipicamente baseada no comando e, portanto, incompatível com a igualdade democrática;
- f) a hierarquia permite certa confusão entre o cargo do chefe e a sua pessoa, dá oportunidade ao carisma, bem como à utilização de distribuição de satisfações aos subordinados (como salário, status, consideração, poder etc.) como meios para o chefe alcançar objetivos pessoais.

Dessa forma, a hierarquia passa a assumir caráter carismático : de racional retorna ao irracional, de burocrática regride à mágica, e, acima de tudo, transforma-se numa organização monística, na qual toda autoridade vem de cima e onde o superior comanda e controla fortemente o subordinado. A hierarquia burocrática herdou os direitos e privilégios do líder carismático de outras eras. Para ser bem sucedido em uma organização, o indivíduo precisa estar protegido por uma certa posição hierárquica. A autoridade do especialista (autoridade não-hierárquica) é mais específica: o especialista não tem muita possibilidade de sucesso e de ascensão, a não ser que abra mão de sua especialidade e faça sua adesão à hierarquia, sujeitando-se a ela, o que desvalorizaria sua capacidade intelectual, suas aptidões e a sua criatividade.

Enquanto a sociedade moderna de organizações caminha para as instituições pluralistas, compostas de diversos centros de autoridade que se equilibram mutuamente e se auto-regulam, a organização burocrática ainda reflete uma instituição monística (com um só centro de autoridade) que reprime o conflito, pois o considera indesejável à manutenção do status quo. A organização somente poderá alcançar um caráter pluralista quando o conflito entre a autoridade hierárquica e a autoridade do conhecimento do especialista for reconhecido e aceito. A cooperação entre a hierarquia e a

especialização depende de uma mútua aceitação da interdependência dessas duas importantes funções dentro da organização.

As burocracias foram criadas e adequadas a uma época de escassez de informações e de

lentidão no processo inovador, não estando preparadas ou ajustadas a uma época de abundância de informações e de rapidez nas mudanças e inovações, que requerem utilização adequada da inteligência, criatividade, adaptação rápida e auto-atualização constante dos indivíduos^b.

A conclusão geral de Thompson é de que:

- a produção e a inovação variam inversamente: quanto maior uma, menor a outra, e vice-versa;
- a hierarquia fundamenta-se numa estrutura monocrática e rotineira e, portanto, contrária à criatividade e à inovação.

^b Victor A. Thompson, *Bureaucracy and Innovation*, cit.

^{bs} Esta afirmação lembra a Lei de Gresham, segundo a qual a rotina destrói toda atividade não-programada.

Para Thompson, a organização burocrática é incapaz de lidar com mudanças e inovações, em decorrência, principalmente, de sua ideologia de produção.

A crítica à organização feita por Thompson é das mais sérias, apesar de o enquadrarmos nesta seção de sátiras à organização. Pena que Thompson permanecesse na crítica negativa sem chegar a tentar construir uma nova teoria administrativa capaz de substituir aquela que tão intensamente criticou.

4. Maquiavelismo nas Organizações

Um produtor da TV inglesa, Antony Jay, publicou um livro⁹ no qual procura demonstrar que "a nova ciência da Administração não é, na verdade, mais do que uma continuação da velha arte de governar", baseando-se no livro "O Príncipe" de Maquiavel. O autor procura demonstrar que o maquiavelismo é plenamente aplicado nas organizações de hoje com uma frequência impressionante e procura livrar o nome de Maquiavel das intrigas, do oportunismo e da astúcia inescrupulosa. Maquiavel foi um conselheiro de príncipes que fez a primeira tentativa de teorizar o governo como arte de dominação. Jay utiliza o método comparativo fazendo confrontos entre a história moderna e a história da empresa.

Para Jay, os reis e barões correspondem aos presidentes e gerentes operacionais das grandes organizações, enquanto os cortesãos que frequentam a corte real correspondem ao staff de conselheiros e assessores que trabalham na matriz. Historicamente, os baronatos foram submetidos à monarquia central durante a época pré-medieval, caminhando para uma descentralização e delegação progressiva até a época atual. Os barões se encarregam da defesa territorial e da arrecadação dos impostos da mesma forma que os gerentes operacionais cuidam da manutenção do mercado e do faturamento da organização. Ambos, barões e gerentes operacionais, são os responsáveis pela sobrevivência e expansão da organização. Por outro lado, os cortesãos além do divertimento abastecem o rei de conselhos e recomendações, da mesma forma que o staff suprime o presidente de planos e sugestões para as suas decisões. Os barões executam as decisões reais, enquanto os cortesãos assessoram o rei em todas as suas atividades. Há todo um jogo de interesses nessa situação: os barões possuem força em função das suas operações, mas se encontram geralmente distantes da corte e, principalmente,

Antony Jay, Monagement and Machiavelli, London, Hodder & Stoughton, 1967.

o Niccoló Machiavelli (1469-1527), escritor, pensador político e dramaturgo florentino, escreveu o livro O

Príncipe em 1513, oferecido a Lourenço de Médici, como sugestões para a difícil arte de governar. Nesse livro expõe

a sua teoria política, conhecida como maquiavelismo, cujos principais aspectos são:

a) independência completa da política em relação à moral: os fins justificam os meios empregados;

b) o príncipe deve agir de acordo com o interesse, sem grandes considerações à palavra empenhada ou a acordos estabelecidos;

c) o príncipe deve ser oportunista: deve identificar-se com o povo e ter sempre em mira o bem público;

d) a ação do príncipe é necessária, mas não santificada: acima do ideal está a realidade implacável, férrea e iníqua.

A característica principal da obra política de Maquiavel é o seu relativismo moral, ou, em outras palavras, o

seu desapego à moral. Para Maquiavel, a moral é contingente e circunstancial. Por isso, a palavra maquiavelismo

passou a ser usada, tanto na esfera pública como na particular, para designar ações sagazes e hipócritas, as quais

os fins são mais importantes do que os meios utilizados para alcançá-los. Os fins alcançados justificam os meios em-

pregados, por piores que sejam. Em termos gerais, o livro procura retratar a arte de governar pela força e pela malícia, pela intimidação e pela astúcia.

Antony Jay, Maquiavel e a Gerência de Empresas, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

do rei, da mesma forma como os gerentes operacionais que cuidam das atividades regionais ou distritais da organização. Os cortesãos (assim como os elementos do staff,) se servem da proximidade real para aumentar o seu poder e a sua influência, competindo tenazmente com os interesses dos longínquos barões. O rei (como o presidente ou o chefe) procura estabelecer e manter a sua autoridade através de um equilíbrio de forças que garanta a sua liderança. Jay assevera que "os barões julgam que os cortesãos estão afastados dos assuntos principais (atividades voltadas para a manutenção da organização), remotos, alheados e que, durante algumas semanas, deveriam ocupar os postos que eles ocupam a fim de saberem o que está realmente acontecendo; os cortesãos julgam que os barões não têm discernimento, que são antiquados, que pecam por falta de organização e não passam de peões incapazes de enxergar um palmo adiante do nariz. Com muita frequência, ambas as partes podem provar os seus pontos de vista" 2. "A ligação entre essas partes se faz pelo rei, pelo general ou pelo presidente da empresa, que tem, naturalmente, a tentação de inclinar-se demasiado para um ou para outro dos lados. Na prática, porém a tentação é, normalmente, a de dar mais valor ao cortesão do que ao barão. O cortesão está perto e o barão, em geral, está longe. O cortesão tem muito maior acesso ao rei, pode observá-lo de muito próximo e saber que pessoas e que idéias lhe são simpáticas, fazendo suas sugestões e pedidos, de conformidade com as tendências da ocasião..." "Aparentemente, os cortesãos sempre têm tempo de escrever longos relatórios persuasivos para favorecerem seus esquemas, enquanto os barões dizem que estão muito ocupados para poderem escrever e que de nada serve o telefone. Os cortesãos são hábeis na lisonja, os barões têm orgulho de ser inábeis nesse ponto." O barão demonstra o seu sucesso em termos reais e objetivos de produção, enquanto o sucesso do cortesão, eminentemente subjetivo, está na dependência do julgamento pessoal de seu superior. O cortesão procura implantar modificações e inovações na organização, o que geralmente desperta a desconfiança do barão que julga estar o cortesão lhe inventando trabalho extra ou tentando favorecer algum interesse particular. Por sua vez o cortesão não acreditará nas objeções do barão, argumentando que sua resistência é devida à pouca inteligência e teimosia.

Já faz uma diferenciação entre o tipo de personalidade "iogues" e o tipo de personalidade "comissário" já que ambas desenvolvem um intenso conflito entre si. O "iogues" é um homem corintoplático, pensador, geralmente encontrado nos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento ou nos escritórios de planejamento ou projeto. É um homem criativo e de idéias, mas não é capaz de organizar ou dirigir. Por outro lado, o

"comissário" é um homem de ação, mas de poucas idéias. Encontra sucesso em cargos de chefia, pois faz com que todos cumpram suas obrigações, desde que estas estejam previamente definidas. Todavia, é incapaz de discutir ou argumentar com consistência. Um erro comum nas organizações está no fato de não enquadrarem o seu pessoal em cargos adequados às suas personalidades. O líder cria or, para Jay, precisa ser "iogue" e "comissário" ao mesmo tempo. Os cortesdos tendem para o tipo "iogue", enquanto os burões tendem para o tipo "comissário".

Jay tira de Maquiavel alguns princípios de chefia. O chefe:

- a) deve sempre manter a evidência inquietadora entre os subordinados;
- b) deve tender sempre para o grupo mais poderoso da organizaCgo;
- c) deve assumir a responsabilidade mais pesada;
- d) deve conseguir a adesão dos opositores ou então levá-los à neutralidade, nunca dirigindo contra eles o seu exército;
- e) deve usar sua habilidade profissional não para sua defesa, mas para o seu avanço calculista.

Além disso, Jay se refere à chamada "religião Industrial": as grandes organizações também cultivam uma fé: "algumas empresas são extremamente religiosas. Organizam, periodicamente, sessões de `revitalização da fé', onde hinos solenes são cantados, para a lória da companhia e de seus produtos, e onde os vendedores são encorajados a prestar apaixonados testemunhos pessoais dos motivos de sua fé"". Há incisivos sermões do prega- dor (o chefe mais antigo) e ataques ao diabo (o concorrente mais forte). Há também uma

z Antony Jay, Moquiavel e a Gerência de Empresas, cit.
3 Antony Jay, Maquiavel e a Gerência de Empresas, cil.

infinidade de práticas religiosas e de formas de obediência religiosa dentro das organizações modernas, a saber' :

- a) os batismos: como almo os oferecidos an novo empregado da sc
ão:
- b) os junerais' como jantares de despedida, acompanhados de discursos- crmões, oferecido aos que se des-
ligam ou se aposentam;
- c) as missas regulares: como as reunides departamentais ou regionais, rom os sermõe ibranies do gerente,
reafirmando pontos de fé ou de doutrina, sempre que surgem sinais de divergência nu de lassidão;
- d) as comunhões' como as reuniões de chefes, onde fatos altamente confidenriais, relativos à direGão geral,
são divulgados entre os crismados e mantidos em segredo para o resto da congrega à;
- e) as sessões ecumênicas: como as reuniões dos chefes e líderes de todas as partes da organiza à;
- f) a recompensa do além: "a religião industrial também tem o seu além, com a diferenCa de que surge aos
sessenta ou sessenta e cinco anos e não após a morte. A promessa é a de uma aposentadoria confortável e
razoavelmente rica; a ameaça é o asilo de velhos e nada mais do que umas parcas economias. O plano de
aposentadoria é, freq entemente, o instrumento por meio do qual operam essas esperanCas e esses temo-
res, a gaiola de ouro que prende o empregado à firma, à medida que este envelhece. As antigas esperan as
e os antigos sonhos vão desaparecendo, o empregado compreende que não atingirá os elevados postos que
esperava alcan ar, e a aposentadoria, como uma pensão moderadamente satisfatória, torna-se o único
objetivo real de sua vida".

Em suma, o humorismo de Jay dá muito no que pensar. A estratégia de agir no próprio
interesse pessoal, tão bem tratada por Maquiavel, é um assunto que durante séculos empol-
gou os políticos. O estratagema maquiavélico, de procurar visualizar macroscopicamente (e
não microscopicamente) as situações e ponderar cuidadosamente os riscos e benefícios de
cada decisão de obedecer ou de contrariar, é uma posição que encontramos posteriormente
definida pela Teoria Comportamental no campo da teoria das decisões.

perfeitamente distinta na TGA,

ganhou nesta obra um lugar especial, para efeito didático.

De fato, o estruturalismo trouxe para a teoria administrativa uma considerável contri-

buição. Numa rápida apreciação, pode-se relevar o seguinte:

1. Convergência de Várias Abordagens Divergentes

Com o estruturalismo, nota-se uma convergência gradual de várias abordagens, a saber:

a Teoria Clássica, a Teoria das Relações Humanas e a Teoria da Burocracia, numa nítida

tentativa de integração e de ampliação dos conceitos dessas teorias. É a chamada abordagem

múltipla na análise das organizações.

4 Antony Jay, Maquiavel e a Gerência de Empresas, cit

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

2. Ampliação da Abordagem

O estruturalismo muda o foco de atenção voltado para o indivíduo (Teoria Clássica) e para o grupo (Teoria das Relações Humanas) para a estrutura da organização como um todo. Neste contexto, a Teoria Estruturalista não se interessa mais em como o indivíduo percebe a organização e seu meio ambiente, mas passa a se preocupar com a organização total como um sistema social, cuja estrutura deve ser estudada em si mesma. A relação indivíduo-organização é estudada, porém a ênfase se desloca totalmente para a organização. Esta se tornou o foco principal de atenção do analista. A visão é mais ampla. Com o neo-estruturalismo surge a preocupação com o ambiente.

3. Dupla Tendência Teórica

Com o estruturalismo, pode-se notar duas tendências teóricas bem marcantes: a integrativa e a de conflito:

- a) Alguns autores dão maior ênfase à estrutura e aos aspectos integrativos da organização. O objeto de análise é a organização como um todo.
- b) Outros autores dão maior ênfase aos aspectos de conflito e de divisão na organização. O objeto de análise são os conflitos.

No estudo de certos tipos de organizações, o ponto de vista do conflito pode ser mais relevante (como nas empresas, nas prisões, p. ex.), enquanto, em outros tipos de organizações, a abordagem integrativa parece mais útil (como em organizações de juventude, nas cooperativas). Parece óbvio que uma teoria geral deve explicar tanto o aspecto integrativo como o de conflito de poder dos sistemas sociais. As duas abordagens - a integrativa e a de conflito - podem ser combinadas, pois não há contradição inerente entre ambas. O estruturalismo conduz a uma visão mais ampla de que os conflitos e antagonismos não podem ser relegados simplesmente à esfera de atritos interpessoais: sua compreensão exige uma atenção maior à sua base, que é a estrutura organizacional e societária. O estruturalismo se preocupa com os problemas de conflito social e com os problemas de poder, os quais propositadamente deixamos de lado neste livro.

4. Análise Organizacional mais Extensa

A Teoria Estruturalista estimulou o interesse no estudo de organizações não-industriais e de organizações não-lucrativas, como escolas, universidades, hospitais, sindicatos, penitenciárias etc. Isto indica uma conscientização da inadequação dos conceitos administrativos derivados exclusivamente de empresas industriais - campo de estudo preferido pela Teoria Clássica e pela Teoria das Relações Humanas.

5 Nicos P. Mouzelis, *Organization and Bureaucracy*, cit., Cap. 7

O estruturalismo trata sobretudo das organizações complexas e volta-se predominante-mente para o estudo e análise das organizações formais. O termo organizações formais refere-se às organizações sociais formalmente estabelecidas para alcançar propósitos explícitos. O termo inclui tanto os aspectos informais como os aspectos formalizados de tais organizações. As organizações complexas - aquelas cuja estrutura e processo apresentam elevado grau de complexidade, independentemente do seu tamanho, como os hospitais e universidades - constituem o objeto preferido de estudo dos estruturalistas. Contudo, a expressão "organizações complexas" - ao se referir às organizações sociais de proporções maiores - parece conceituar muito mais os autores estruturalistas que a utilizam largamente do que propriamente as organizações em si. Alguns autores falam em organizações formais - como Blau e Scott -, porém, o importante é que a análise da organização pode ser feita ao nível total da sociedade (ou macronível!), ou a nível intergrupal ou ainda a nível interpersoal (micronível). As organizações, na forma como as conhecemos, fazem parte de uma sociedade mais geral, intercambiando com ela influências recíprocas.

5. Inadequação das Tipologias Organizacionais

As tipologias das organizações oferecidas pelos estruturalistas são criticadas pelas suas limitações quanto à aplicação prática e pelo fato de se basearem em um único princípio ou aspecto básico. Sua aplicabilidade é discutível em certos casos e sua validade igualmente discutível. Realmente, "os projetos de classificação são necessários para o pensamento e a ação em cada faceta da vida social. Apesar da necessidade das tipologias, não se dispõe de um esquema adequado para as organizações. As divisões de 'sentido comum' entre organizações lucrativas e não-lucrativas ou governamentais e não-governamentais trazem mais confusão que claridade. As tipologias apoiadas em um simples princípio básico, como as de Etzioni e Blau e Scott, não discriminam suficientemente as organizações e somente as dividem com base em um aspecto significativo. A intenção de derivar uma taxonomia a partir de um conjunto de dados empíricos peca pela debilidade dos dados e pelas limitações sobre a importân-

cia das variáveis medidas"⁶. Em suma, essas tipologias são simples e unidimensionais, reduzindo as organizações a uma única dimensão para poder compará-las.

6. Teoria de Crise

A Teoria Estruturalista pode ser denominada "teoria de crise", pois tem mais a dizer sobre os problemas e patologias das organizações complexas do que propriamente acerca de sua normalidade. Os autores estruturalistas são profundamente críticos, preocupando-se em localizar nas organizações o cerne de suas problemáticas.

⁶ Richard D. Hall, *Organizaciones: Estructura y Proceso*, cit., p. 72.

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

7. Teoria de Transição e de Mudança

A Teoria Estruturalista é uma teoria de transição e de mudança, onde o campo todo parece estar num estado de crescimento acelerado, faltando ainda uma exata definição dos componentes e relações que a Teoria de Sistemas definiu posteriormente. Os estruturalistas se queixam freqüentemente de que certas áreas de estudo carecem de estudo e de definição, como no estudo do ambiente, das relações interorganizacionais etc.

O estruturalismo não é propriamente uma teoria, mas, antes de tudo, um método que Lévy-Stráuss trouxe da lingüística e introduziu nas ciências sociais com bastante êxito. Esse método se estendeu posteriormente ao campo de estudo da Economia, da Psicologia, da Sociologia, chegando rapidamente à Administração".

No fundo, a idéia da integração dos elementos numa totalidade, como apregoa o estruturalismo, é a mesma idéia básica que sustenta a Teoria dos Sistemas: a compreensão da interdependência recíproca de todas as organizações e da conseqüente necessidade de integração. A própria palavra sistema dá idéia de plano, método, ordem, organização. Em resumo, os autores estruturalistas são muitíssimo conhecidos e a sua contribuição é enorme para o campo da teoria administrativa. A tentativa de conciliação e integração dos conceitos clássicos e humanísticos, a visão crítica do modelo burocrático e seu desenvolvimento teórico, a ampliação da abordagem no estudo das organizações envolvendo o contexto ambiental e as relações interorganizacionais (variáveis externas), além de um redimensionamento das variáveis organizacionais internas (a múltipla abordagem estruturalista) e o avanço rumo à abordagem sistêmica, são aspectos que marcaram profundamente a teoria administrativa. Em resumo, o estruturalismo representa uma nítida trajetória em direção à abordagem sistêmica. Aliás, os autores neo-estruturalistas - que serão indicados mais adiante - são os responsáveis pelo surgimento da Teoria da Contingência.

SUMÁRIO

1. A Teoria Estruturalista surgiu por volta da década de 50, como um desdobramento das análises dos autores voltados para a Teoria da Burocracia que tentaram conciliar as teses propostas pela Teoria Clássica e pela de Relações Humanas.
2. Os autores estruturalistas (mais voltados para a Sociologia Organizacional)

procuram

inter-relacionar as organizações com seu ambiente externo, que é a sociedade maior, ou seja, a sociedade de organizações, caracterizada pela interdependência entre as organiza-

des. Daí um novo conceito de organização e um novo conceito do homem: o homem

organizacional, que desempenha papéis concomitantes em diversas organizações diferentes.

3 . A análise das organizações sob o ponto de vista estruturalista é feita dentro de uma abordagem

múltipla e globalizante: tanto a organização formal como a informal devem ser

compreendidas (numa alusão à Teoria Clássica e à de Relações Humanas), bem como as

C. H. Escobar, O Método Estruturalista, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, pp. 7 a 13.

S. Patrícia Marques de S. Wahrlich, Uma Análise das Teorias da Organização, cit., p. 124.

recompensas e sanções materiais e sociais devem ser consideradas no comportamento das pessoas; todos os diferentes tipos de organizações devem ser levados em conta (empresas industriais, comerciais, de serviços, organizações de serviços, exército, igrejas, partidos políticos, universidades, hospitais etc.), os diferentes níveis hierárquicos devem ser abrangidos pela análise organizacional, bem como as relações externas da organização com outras organizações (análise interorganizacional).

4. A análise organizacional, dentro dessa abordagem múltipla e globalizante, é extremamente facilitada com a utilização de tipologias organizacionais, assunto em que os estruturalistas são mestres: Etzioni, Blau e Scott sugerem tipologias simples e unidimensionais.

5. Para melhor avaliar a realização das organizações, os objetivos organizacionais representam as intenções das organizações e o seu alcance mostra até que ponto as organizações são eficazes.

6. A Teoria Estruturalista inaugura os estudos acerca dos ambientes dentro do conceito de que as organizações são sistemas abertos em constante interação com seu meio ambiente.

Até então, a teoria administrativa havia se confinado aos estudos dos aspectos internos da organização dentro de uma concepção de sistema fechado. Os diversos estratos do ambiente são traçados; o ambiente geral e o ambiente operacional, constituídos das partes relevantes do ambiente geral, são devidamente definidos.

7. Todavia, as organizações não funcionam dentro de um mar de rosas. Existem conflitos e dilemas organizacionais que provocam tensões e antagonismos envolvendo aspectos positivos e negativos, mas cuja resolução conduz a organização à inovação e à mudança.

8. A Teoria Estruturalista é eminentemente crítica, e algumas sátiras à organização como as

de Parkinson, Peter, Thompson e Jay são citadas e comentadas.

9. Numa apreciação crítica do estruturalismo dentro da Administração, com seus aspectos positivos e suas profundas restrições e limitações, conclui-se que esta é uma teoria de transição para a Teoria de Sistemas.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Comente as origens da Teoria Estruturalista.

2. Defina o conceito de estrutura. t
3. O que se entende por sociedade de organizações?
4. Defina organização, organização formal e organização complexa
5. O que significa homem organizacional?
6. Como a Teoria Estruturalista concebe a análise das organizações?
7. Explique os três níveis das organizações.
8. Explique a tipologia de Etzioni.
9. Explique a tipologia de Blau e Scott.
10. Comente os objetivos organizacionais.

TEORIA ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO

11. Defina conflitos e dilemas nas organizações.
12. Defina a Lei de Parkinson.
13. O que são as sátiras à organização?
14. Defina o Princípio de Peter.
15. Defina a dramaturgia administrativa de Thompson.
16. Quais os mecanismos de defesa da hierarquia segundo Thompson e quais são as deficiências da hierarquia?
17. Explique o maquiavelismo nas organizações.
18. Quais são as práticas religiosas e formas de obediência religiosa dentro das organizações segundo Jay?
19. Existem duas grandes tendências teóricas dentro do estruturalismo: a integrativa e a de conflito. Explique-as.
20. Por que a Teoria Estruturalista é chamada "teoria de crise"?
21. Por que a Teoria Estruturalista é uma teoria de transição e de mudança?

CASO INDÚSTRIA DE CALÇADOS NEW YORK LTDA.

A Indústria de Calçados New York Ltda., conhecida firma no ramo de calçados, conta com

700 funcionários, distribuídos pelos vários departamentos da empresa.
A Diretoria da New York é composta de:

Diretor-Presidente: Antonio de Almeida Capolina
Vice-Presidente: Augusto dos Santos
Diretor Industrial: João Lima
Diretor Financeiro: José Carlos Bosco

O Diretor-Presidente, advogado de 50 anos de idade, reuniu-se com o Diretor Vice-

Presidente objetivando traçar planos para a implantação de um sistema atualizado de produção que pudesse fazer frente ao desenvolvimento tecnológico, já que o sistema de produção atual tornara-se bastante obsoleto.

Debatido o problema concluíram que era necessário o levantamento de vários relatórios do Departamento de Produção. Esses relatórios foram solicitados ao Gerente Industrial,

Sr. Américo Guimarães, engenheiro mecânico de 48 anos de idade, que se comprometeu a executá-los prontamente. Como o Sr. Américo tinha inúmeros outros encargos dentro da organização precisou relegar tais relatórios a segundo plano, não obstante o pedido de urgência feito pela Diretoria.

Percebendo que não era atendida em suas solicitações, visto que o Sr. Américo não fornecia os relatórios a resmungando desculpas fortuitas, a Diretoria decidiu

nomear o Sr.

Roberto de Freitas recém-formado em Administração, com 30 anos de idade, para a função

de Coordenador, com autonomia total para coligir e obter todos os dados suficientes, tendo,

inclusive, livre acesso ao Departamento de Produção. Percebendo que fora colocado à margem, Américo ficou revoltado com a empresa passando a dificultar o trabalho de Roberto no desempenho de suas funções, isto é, elaborar o relatório de normas e diretrizes exigido pela Diretoria.

Decorrido algum tempo, Roberto percebeu que Américo, mercê de seu bom relacionamento com seus funcionários e da dedicação que estes lhe devotavam, influenciara-os, incitando-os a dificultar ao máximo o seu trabalho. Assim sendo, os funcionários forneciam informações incorretas, para que, na incerteza do seu relatório, surgissem algumas dúvidas por parte da Diretoria em relação aos dados apresentados, visto que existia certo desconhecimento de dados e informações. Américo esperava que a Diretoria, ao analisar o relatório, percebesse os dados incorretos que este continha e voltasse atrás dando um voto de confiança a ele, que já havia dado 13 anos de dedicação e bons serviços à empresa.

Possivelmente a Diretoria o incumbiria de fazer um levantamento em toda a indústria, a fim de apurar as irregularidades existentes.

Dado o seu profundo conhecimento administrativo, Roberto percebeu a trama em que estava envolvido e apresentou o problema à Diretoria para que esta tomasse as necessárias medidas cabíveis.

PARTE 7

ABORDAGEM

COMPORTAMENTAL DA

ADMINISTRAÇÃO

A partir dos trabalhos de dinâmica de grupo desenvolvidos por Kurt Lewin, ainda na sua fase de impulsionador da Teoria das Relações Humanas, com a divulgação do livro de Chester Barnard¹ e, posteriormente, dos estudos de George Homans sobre sociologia funcional de grupos, culminando com a publicação do livro de Herbert Simon³ sobre o comportamento administrativo, uma nova configuração passa a dominar a teoria administrativa.

As raízes profundas dessa nova abordagem podem ser localizadas muito mais adiante, como veremos a seguir. Todavia, é a partir da década de 50 que se desenvolve inicialmente nos Estados Unidos uma nova concepção de Administração trazendo novos conceitos, novas variáveis e, sobretudo, uma nova visão da teoria administrativa baseada no comportamento humano nas organizações.

A abordagem comportamental marca a mais forte ênfase das ciências do comportamento na teoria administrativa e a busca de soluções democráticas e flexíveis para os problemas organizacionais. Enquanto o estruturalismo foi profundamente influenciado pela sociologia - e mais especificamente pela sociologia organizacional -, a abordagem comportamental originou-se das ciências comportamentais - e, mais especificamente, da psicologia organizacional.

As ciências comportamentais têm brindado a teoria administrativa com uma multiplicidade de conclusões acerca da natureza e características do homem, a saber:

1. O homem é um animal social dotado de necessidades. Dentre essas necessidades sobressaem as necessidades gregárias, isto é, o homem tende a desenvolver relacionamentos cooperativos e interdependentes que o levam a viver em grupos ou em organizações sociais.

Chester I. Barnard, *The Functions of the Executive*, Cambridge, Mass.,
Harvard University Press, 1938

2 George Homans, *The Human Group*, New York, Harcourt, Brace & Co. 1950.

3 Herbert A. Simon, *Administrative Behavior*, New York, The Macmillan
Co., 1945.

2. O homem é um animal dotado de um sistema psíquico, isto é, o homem tem capacidade de organizar suas percepções em um todo integrado. Esse sistema psíquico permite uma organização perceptiva e cognitiva comum a todo homem.

3. O homem tem capacidade de articular linguagem com raciocínio abstrato, em outros termos, o homem tem capacidade de comunicação.

4. O homem é um animal dotado de aptidão para aprender, isto é, de mudar seu comportamento e atitudes em direção a padrões mais elevados e eficazes.

5. O comportamento humano é orientado para objetivos. Esses objetivos são muito complexos e mutáveis.

Dai a importância de se compreender os objetivos humanos básicos na sociedade a fim de se compreender claramente o comportamento do homem.

6. O homem se caracteriza por um padrão dual de comportamento: tanto pode cooperar como pode competir com os outros. Cooperar quando os seus objetivos individuais somente podem ser alcançados através do esforço comum coletivo. Compete quando seus objetivos são disputados e pretendidos por outros. O conflito torna-se parte virtual de todos os aspectos da vida humana.

É com a abordagem comportamental que a preocupação com a estrutura se desloca para a preocupação com os processos e com a dinâmica organizacionais, isto é, com o comportamento organizacional. Aqui ainda predomina a ênfase nas pessoas, inaugurada com a Teoria das Relações Humanas.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS DA TEORIA BEHAVIORISTA

Ano	Autones	Livros
1910 - I. B. Watson	Behaviorist	Psychology from the Standpoint of the Behaviorism
1925 - J. B. Watson		Purposive Behavior in Animals and Men
1932 - E. C. Tolman		Personality: A Psychological Interpretation
1937 - G. W. Allport		The Functions of the Executive
1938 - Chester Barnard		Administrative Behavior
1945 - Herbert A. Simon		
1950 - H. A. Simon, D. W. Smithsburg & V. A. Thompson		Public Administration
- E. W. Bakke		Bonds of Organization
1954 - Abraham H. Maslow		Motivation and Personality
1956 - Herbert A. Simon		Models of Man
1957 - Chris Argyris		Personality and Organization
1958 - J. G. March & H. A. Simon		Organizations
- H. J. Leavitt		Managerial Psychology
1959 - F. Herzberg, F. Mausner & B. Snyderman		The Motivation to Work
- Mason Haire		Organization Theory
1960 - Douglas M. McGregor		The Human Side of Enterprise
- Chris Argyris		Understanding Organizational Behavior
- G. Strauss & L. R. Sayle		The Human Problems of Management
- Herbert A. Simon		The New Science of Management Decision
1961 - Rensis Likert		New Patterns of Management
- D. C. McClelland		The Achieving Society
- R. Tannenbaum, I. R. Weschler & F. Massarik		Leadership and Organization
1962 - Chris Argyris		Interpersonal Competence and Effectiveness
- H. J. Leavitt		Unhuman Organizations (HBR)
- R. T. Golembiewski		Behavior and Organization
- G. B. Stroh		Social
Science Approaches to Business Behavior		
- Abraham Maslow		Toward a Psychology of Being
1963 - R. M. Cyert & J. G. March		A Behavioral Theory of the Firm
- Saul Gellerman		Motivation and Productivity
1964 - Chris Argyris		Integrating the Individual and the Organization
- A. Zalesnik & D. Moment		The Dynamics of Interpersonal Behavior
- W. W. Cooper, H. I. Leavitt & M. W. Shelley II		New Perspectives in Organization Research
1965 - I. G. March		Handbook of Organizations
- P. R. Lawrence & J. A. Seiler		Organizational Behavior and Administration
- J. W. Gardner		Renewal
1967 - Douglas M. McGregor		The Professional Manager
- W. G. Scott		Organization Theory - A Behavioral Analysis for Management
- F. E. Fiedler		A Theory of Leadership Effectiveness
- Rensis Likert		The Human Organization: Its Management and

	Value	
- Herbert G. Hicks & C. Ray Gullett		The Management of Organizations
1968 - A. G. Athos & R. E. Coffey		Behavior in Organizations: A
Multidimensional		
	View	
- G. H. Litwin & R. A. Stringer		Motivation and Organizational Climate
1970 - J. D. Thompson & D. R. Van Houten		The Behavioral Sciences: An
Interpretation		
- J. P. Campbell, M. D. Dunnette,		Managerial Behavior, Performance
and		
E. E. Lawler & K. E. Weick		Effectiveness
- F. G. Goble		The Third Force: The Psychology of Abraham
	Maslow	
1975 - L. W. Porter, E. E. Lawler &		Behavior in Organizations
J. R. Hackman		

CAPÍTULO 13

TEORIA COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO

Objetivos deste Capítulo

- Caracterizar uma das mais democráticas teorias administrativas e sua fundamentação sobre a natureza humana e a realização humana acima de tudo.
- Definir os estilos de Administração, os sistemas administrativos e suas características.
- Caracterizar as organizações como sistemas sociais cooperativos e como sistemas de decisões.
- Definir o comportamento organizacional e as relações entre participantes e organizações, seus conflitos e suas interações.
- Estabelecer um balanço crítico da contribuição behaviorista à Administração.

A Teoria Comportamental (ou Teoria Behaviorista) da Administração veio significar uma nova direção e um novo enfoque dentro da teoria administrativa: a abordagem das ciências do comportamento (behavioral sciences approach), o abandono das posições normativas e prescritivas das teorias anteriores (Teoria Clássica, Teoria das Relações Humanas e Teoria da Burocracia) e a adoção de posições explicativas e descritivas: A ênfase permanece nas pessoas.

A Teoria Behaviorista da Administração não deve ser confundida com a Escola Behaviorista que se desenvolveu na Psicologia a partir dos trabalhos de Watson'. Ambas se fundamentam no comportamento humano. Porém, o behaviorismo que Watson fundou trouxe à Psicologia uma metodologia objetiva e científica baseada na comprovação experimental, em oposição ao subjetivismo da época, mas centrando-se no indivíduo, estudando o

John B. Watson, *Psychology from the Standpoint of Behaviorism*, Filadélfia, J. B. Lippincott & Co., 1919

John B. Watson, *Behaviorism*, New York, People's Institute Publishing Co., 1924.
e Robert S. Woodworth, *Contemporary Schools of Psychology*. London, Methuen & Co., 1956, p. 71.

TEORIA COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO

seu comportamento (aprendizagem, estímulo e reações de respostas, hábitos etc :) forma concreta e manifesta no laboratório e não através de conceitos subjetivos e t (como sensação, percepção, emoção, atenção etc.). A psicologia individual fluiu posteriormente para um estágio mais avançado, voltado para o comportamento dos grupos humanos com a Teoria das Relações Humanas e os trabalhos de Kurt Lewin: a chamada psicologia social/. Esta evoluiu para a psicologia organizacional que trata mais do comportamento organizacional, no sentido amplo da palavra, do que do comportamento humano propriamente dito ou do comportamento de pequenos grupos sociais, muito embora estes não tenham sido deixados de lado. É exatamente a psicologia organizacional a maior influenciadora desta teoria administrativa eminentemente democrática e humanística.

A Teoria Comportamental da Administração tem o seu maior expoente em Herbert Alexander Simon, curiosamente detentor do Prêmio Nobel de Economia de 1978. Chester Barnard, Douglas McGregor, Rensis Likert, Chris Argyris são autores importantíssimos desta teoria. Estritamente dentro do campo da motivação humana salientam-se Abraham Maslow, Frederick Herzberg e David McClelland.

ORIGENS DA TEORIA COMPORTAMENTAL

As origens da Teoria Comportamental da Administração são as seguintes:

1. A oposição ferrenha e definitiva da Teoria das Relações Humanas (com sua profunda ênfase nas pessoas) em relação à Teoria Clássica (com sua profunda ênfase nas tarefas e na estrutura organizacional) caminhou lentamente para um segundo estágio: a Teoria Comportamental. Esta passou a representar uma nova tentativa de síntese da teoria da organização formal com o enfoque das relações humanas.
2. A Teoria Comportamental é, no fundo, um desdobramento da Teoria das Relações Humanas, com a qual se mostra eminentemente crítica e severa. Se bem que compartilha com alguns dos seus conceitos fundamentais, utilizando-os apenas como pontos de partida ou pontos de referência e reformulando-os profundamente, a Teoria Comportamental rejeita as concepções ingênuas e românticas da Teoria das Relações Humanas.
3. A Teoria Comportamental critica severamente a Teoria Clássica, havendo autores que vêem no behaviorismo uma verdadeira antítese à teoria da organização formal, aos princípios

gerais de Administração, ao

conceito de autoridade formal e à posição rígida e mecanística dos autores clássicos.

4. Com a Teoria Comportamental deu-se a incorporação da Sociologia da Burocracia, ampliando o campo da teoria administrativa³. Também com relação à Teoria da Burocracia, a Teoria Comportamental

mostra-se muito crítica, principalmente no que se refere ao "modelo de máquina" que aquela adota como

representativo da organização.

5. Em 1947 surge nos Estados Unidos um livro que marca o início da Teoria Comportamental na administração:

O Comportamento Administrativo de Herbert A. Simon⁵. Este livro, que alcançou grande repercussão,

constitui um ataque indiscriminado aos princípios da Teoria Clássica e, a aceitação - com os

devidos reparos e correções - das principais idéias da Teoria das Relações Humanas. O livro constitui

também o início da chamada Teoria das Decisões.

Assim, a Teoria Comportamental surge no final da década de 40 com uma redefinição

total de conceitos administrativos: ao criticar as teorias anteriores, o behaviorismo na

³ Fernando C. Prestes Motta, Teoria Geral da Administração - Uma Introdução, cit., p. 29.

⁴ James G. March e Herbert A. Simon, Teoria das Organizações, cit., cap. 3.

⁵ Herbert A. Simon, O Comportamento Administrativo, cit.

Administração não somente reescala as abordagens, mas principalmente amplia o seu conteúdo e diversifica a sua natureza.

NOVAS PROPOSIÇÕES SOBRE A MOTIVAÇÃO HUMANA

Para explicar o comportamento organizacional, a Teoria Comportamental se fundamenta no comportamento individual das pessoas. Para poder explicar como as pessoas se comportam, torna-se necessário o estudo da motivação humana. Assim, um dos temas fundamentais da Teoria Comportamental da Administração é a motivação humana, campo no qual a teoria administrativa recebeu volumosa contribuição.

No decorrer da Teoria das Relações Humanas, verificamos que o homem é considerado um animal complexo dotado de necessidades complexas e diferenciadas. Essas necessidades orientam e dinamizam o comportamento humano em direção a certos objetivos pessoais. Assim que uma necessidade é satisfeita, logo surge outra em seu lugar, dentro de um processo contínuo, que não tem fim, desde o nascimento até a morte das pessoas. Os autores behavioristas verificaram que o administrador precisa conhecer as necessidades humanas para melhor compreender o comportamento humano e utilizar a motivação humana como poderoso meio para melhorar a qualidade de vida dentro das organizações.

Hierarquia das Necessidades de Maslow

Maslow, um psicólogo e consultor americano, apresentou uma teoria da motivação', segundo a qual as necessidades humanas estão organizadas e dispostas em níveis, numa hierarquia de importância e de influência. Essa hierarquia de necessidades pode ser visualizada como uma pirâmide. Na base da pirâmide estão as necessidades mais baixas (necessidades fisiológicas) e no topo as necessidades mais elevadas (as necessidades de auto-realização).

1. Necessidades fisiológicas: constituem o nível mais baixo de todas as necessidades humanas, mas de vital importância. Neste nível estão as necessidades de alimentação (fome e sede), de sono e repouso (cansaço), de abrigo (frio ou calor), o desejo sexual etc. As

necessidades fisiológicas estão relacionadas com a sobrevivência do indivíduo e com a preservação da espécie. São necessidades instintivas e que já nascem com o indivíduo. São as mais prementes de todas as necessidades humanas: quando alguma dessas necessidades não está satisfeita, ela domina a direção do comportamento. O homem com o estômago vazio não tem outra preocupação maior do que se alimentar. Porém, quando come regularmente e de maneira adequada, a fome deixa de ser uma motivação importante. Quando todas as necessidades humanas estão insatis-

b Abraham H. Maslow (1908-1970), um dos maiores especialistas em motivação humana.

Abraham H. Maslow, *Motivation and Personality*, New York, Harper & Row, Publishers, 1954.

e Abraham H. Maslow; "Uma Teoria da Motivação Humana", in *O Comportamento Humano na Empresa*

- Uma Antologia, Yolanda Ferreira Balcão e Laerte Leite Cordeiro, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas,

Instituto de Documentação, 1971, pp. 340-355.

NECESSIDADES
SECUNDARIAS

NECESSIDADES
PRIMÁRIAS

A HIERARQUIA DAS NECESSIDADES, SEGUNDO MASLOW

feitas, a maior motivação será a das necessidades fisiológicas e o comportamento do indivíduo terá a finalidade de encontrar alívio na pressão que essas necessidades produzem sobre o organismo.

2. Necessidades de segurança: constituem o segundo nível das necessidades humanas. São as necessidades de segurança ou de estabilidade, a busca de proteção contra a ameaça ou privação, a fuga ao perigo. Surgem no comportamento quando as necessidades fisiológicas estão relativamente satisfeitas. Quando o indivíduo é dominado por necessidades de segurança, o seu organismo no todo age como um mecanismo de procura de segurança e as necessidades de segurança funcionam como elementos organizadores quase exclusivos do comportamento. As necessidades de segurança têm grande importância no comportamento humano, uma vez que todo empregado está sempre em relação de dependência à empresa, onde ações administrativas arbitrárias ou decisões incoerentes podem provocar incerteza ou insegurança no empregado quanto à sua permanência no emprego. Se essas ações ou decisões refletem discriminação ou favoritismo ou alguma política administrativa imprevisível, podem se tornar poderosos ativadores de insegurança em todos os níveis hierárquicos da empresa.

3. Necessidades sociais surgem no comportamento, quando as necessidades mais baixas (fisiológicas e de segurança) se encontram relativamente satisfeitas. Dentre as necessidades sociais estão a necessidade de associação, de participação, de aceitação por parte dos companheiros de troca de amizade, de afeto e amor. Quando as necessidades sociais não estão suficientemente satisfeitas, o indivíduo se torna resis-

tente, antagônico e hostil com relação às pessoas que o cercam. Em nossa sociedade, a frustração das

necessidades de amor e de afeição conduzem à falta de adaptação social e à solidão. A necessidade de dar e

receber afeto são importantes forças motivadoras do comportamento humano.

4. Necessidades de estima: são as necessidades relacionadas com a maneira pela qual o indivíduo se vê e se

avalia. Envolvem a auto-apreciação, autoconfiança, a necessidade de aprovação social e de respeito, de

status e de prestígio, e de consideração. Envolvem ainda o desejo de força e de adequação, de confiança

perante o mundo, independência e autonomia. A satisfação das necessidades de estima conduz a senti-

mentos de autoconfiança, de valor, força, prestígio, poder, capacidade e utilidade. A sua frustração pode

produzir sentimentos de inferioridade, fraqueza, dependência e desamparo que, por sua vez, podem levar

ao desânimo ou a atividades compensatórias.

5. Necessidades de auto-realização' são as necessidades humanas mais elevadas e que estão no topo da

hierarquia. São as necessidades de cada pessoa realizar o seu próprio potencial e de continuamente auto-

desenvolver-se. Essa tendência geralmente se expressa através do impulso de a pessoa tornar-se sempre

mais do que é e de vir a ser tudo o que pode ser.

Necessidades Humanas Totais A HIERARQUIA DAS NECESSIDADES DE MASLOW

Essas necessidades tomam formas e expressões que variam enormemente de pessoa para pessoa.

Sua intensidade ou manifestação também são extremamente variadas, obedecendo às diferenças individuais entre as pessoas.

A teoria da hierarquia de necessidades de Maslow pressupõe os seguintes aspectos:

1. Somente quando um nível inferior de necessidades está satisfeito ou adequadamente atendido é que o nível imediatamente mais elevado surge no comportamento. Em outros termos, quando uma necessidade de nível mais baixo é atendida, ela deixa de ser motivadora de comportamento, dando oportunidade para que um nível mais elevado possa se desenvolver.

2. Nem todas as pessoas conseguem chegar ao topo da pirâmide de necessidades. Algumas pessoas - graças às circunstâncias de vida - chegam a se preocupar fortemente com necessidades de auto-realização; outras estacionam nas necessidades de estima; outras ainda nas necessidades sociais, enquanto muitas outras ficam preocupadas exclusivamente com necessidades de segurança e fisiológicas, sem que consigam satisfazê-las adequadamente.

3. Quando as necessidades mais baixas estão razoavelmente satisfeitas, as necessidades localizadas nos níveis mais elevados começam a dominar o comportamento. Contudo, quando alguma necessidade de nível mais baixo deixa de ser satisfeita, ela volta a predominar no comportamento; enquanto gerar tensão no organismo. A necessidade mais importante ou mais premente monopoliza o indivíduo e tende automaticamente a organizar a mobilização das diversas faculdades do organismo para atendê-la.

4. Cada pessoa possui sempre mais de uma motivação. Todos os níveis atuam conjuntamente no organismo, dominando as necessidades mais elevadas sobre as mais baixas, desde que estas estejam suficientemente satisfeitas ou atendidas. Toda necessidade está intimamente relacionada com o estado de satisfação ou insatisfação de outras necessidades. Seu efeito sobre o organismo é sempre global e conjunto e nunca isolado.

5 . Qualquer comportamento motivado é como um canal pelo qual muitas necessidades fundamentais podem ser expressas ou satisfeitas conjuntamente.

6. Qualquer frustração ou possibilidade de frustração da satisfação de certas necessidades passam a ser consideradas ameaças psicológicas. Essas ameaças é que produzem as reações gerais de emergência no comportamento humano.

INDIVÍDUO

Estímulos

/Necessidades

Comportamento

A MOTIVAÇÃO DO INDIVÍDUO

Várias pesquisas não chegaram a confirmar cientificamente a teoria de Maslow e algumas delas até mesmo a invalidaram. Entretanto, a teoria de Maslow é suficientemente bem estruturada para poder oferecer um esquema orientador e útil para o comportamento do administrador.

Frustrações podem ser derivadas de:

futo-
reali-
zação

Satisfações podem ser derivadas de:

Insucesso na profissão
Baixo salário
Sensação de desigualdadelauto-
atualizaçãoSucesso na profissão
Prazer no trabalhoBaixo salário
Sensação de desigualdade

Estima

Satisfação pelo arranjo físico
Prestígio na profissão

Baixa interação e relacionamento com colegas, chefia e

Sociais
Inter-relaciona-

Falta de interação e relacionamento com colegas, chefia e

Insegurança no ambiente de trabalho
mal-estruturados
bem-estruturados
Políticas da empresa

Segurança

Seguro ambiente de trabalho

Políticas estáveis e

Insatisfação com o trabalho
Remuneração

Fisiológicas

Satisfação para a satisfação das necessidades

A SATISFAÇÃO E A NÃO-SATISFAÇÃO E A FRUSTRAÇÃO DAS NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS

Teoria dos Dois Fatores de Herzberg

Frederick Herzberg⁹ formulou a chamada teoria dos dois fatores para melhor explicar o comportamento das pessoas em situação de trabalho. Para Herzberg existem dois fatores que orientam o comportamento das pessoas o:

1. Fatores higiênicos ou fatores extrínsecos, pois se localizam no ambiente que rodeia as pessoas e abrange as condições dentro das quais elas desempenham seu trabalho. Como essas condições são administradas e decididas pela empresa, os fatores higiênicos estão fora do controle das pessoas. Os principais fatores higiênicos são: o salário, os benefícios sociais, o tipo de chefia ou supervisão que as pessoas recebem de seus superiores, as condições físicas e ambientais de trabalho, as políticas e diretrizes da empresa, o clima de relações entre a empresa e as pessoas que nela trabalham, os regulamentos internos etc. São fatores de contexto e se situam no ambiente externo que circunda o indivíduo. Herzberg salienta que tradicionalmente apenas os fatores higiênicos eram levados em conta na motivação dos empregados: o trabalho anticamente era considerado uma atividade desagradável e para fazer com que as pessoas trabalhassem mais tornava-se necessário o apelo para prêmios e incentivos salariais, liderança democrática, políticas empresariais abertas e estimuladoras, isto é, incentivos situados externamente ao indivíduo em troca do seu trabalho. Outros ainda incentivavam as pessoas a trabalhar por meio de recompensas (motivação positiva) ou punições (motivação negativa). Contudo, de acordo com as pesquisas de Herzberg, quando os fatores higiênicos são ótimos, eles apenas evitam a insatisfação dos empregados, pois não conseguem elevar consistentemente a satisfação e, quando a elevam, não conseguem sustentá-la elevada por muito tempo. Porém, quando os fatores higiênicos são péssimos ou precários, eles provocam a insatisfação dos empregados. Por causa dessa influência mais voltada para a insatisfação, Herzberg chama-os de fatores higiênicos, pois são essencialmente profiláticos e preventivos: eles apenas evitam a insatisfação, mas não provocam a satisfação. Seu efeito é similar ao de certos remédios higiênicos: evitam a infecção ou combatem a dor de cabeça, mas não melhoram a saúde. Pelo fato de estarem mais relacionados com a insatisfação, Herzberg também os chama de fatores insatisfacientes.
2. Fatores motivacionais ou fatores intrínsecos, pois estão relacionados com o conteúdo do cargo e com a natureza das tarefas que o indivíduo executa. Assim sendo, os fatores motivacionais estão sob o controle do indivíduo, pois estão relacionados com aquilo que ele faz e desempenha.

Os fatores motivacionais

envolvem os sentimentos de crescimento individual, de reconhecimento profissional e as necessidades de auto-realização e dependem das tarefas que o indivíduo realiza no seu trabalho. Tradicionalmente, contudo, as tarefas e os cargos têm sido arranjados e definidos com a única preocupação de atender aos princípios de eficiência e de economia, esvaziando os aspectos de desafio e oportunidade para a criatividade individual. Com isto, perdem o significado psicológico para o indivíduo que os executa e passam a ter um efeito de "desmotivação", provocando a apatia, o desinteresse e a falta de sentido psicológico, já que a empresa nada mais oferece além de um lugar decente para trabalhar.

Segundo as pesquisas de Herzberg, o efeito dos fatores motivacionais sobre o comportamento das pessoas é muito mais profundo e estável. Quando os fatores motivacionais são

ótimos, eles provocam a satisfação nas pessoas. Porém, quando são precários, eles evitam a satisfação. Pelo fato de estarem ligados à satisfação dos indivíduos, Herzberg chama-os também de fatores satisfacientes.

Herzberg salienta que os fatores responsáveis pela satisfação profissional das pessoas

são totalmente desligados e distintos dos fatores responsáveis pela insatisfação profissional.

Para ele, "o oposto da satisfação profissional não seria a insatisfação, mas sim nenhuma

9 Frederick Herzberg (n. 1923), psicólogo e consultor americano, professor de Administração da Universidade de Utah.

o Frederick Herzberg, *Work and Nature of Man*, Cleveland, Ohio, The World Publishing Co., 1966.

Não-satisfação
(neutros)

FATORES MOTIVACIONAIS

Satisfação

Insatisfação

FATORES HIGIÊNICOS

Não-satisfação

FATORES SATISFACIENTES E FATORES INSATISFACIENTES COMO ENTIDADES SEPARADAS

satisfação profissional e, da mesma forma, o oposto da insatisfação profissional seria

nenhuma insatisfação profissional e não a satisfação".

Em outros termos, a teoria dos dois fatores de Herzberg afirma que:

a satisfação no cargo é função do conteúdo ou das atividades desafiantes e estimulantes do cargo que a

pessoa desempenha: são os fatores motivacionais ou satisfacientes;

a insatisfação no cargo é função do contexto, isto é, do ambiente de trabalho, do salário, dos benefícios

recebidos, da supervisão, dos colegas e do contexto geral que envolve o cargo ocupado: são os fatores

higiênicos ou insatisfacientes.

FATORES MOTIVACIONAIS (Satisfacientes)

FATORES HIGIÊNICOS (Insatisfacientes)

<p>relação</p> <p>Conteúdo do Cargo (Como o indivíduo se sente em relação a seu CARGO)</p>	<p>Contexto do Cargo (Como o indivíduo se sente em à sua EMPRESA)</p>
--	---

1. O trabalho em si
2. Realização
3. Reconhecimento
4. Progresso profissional
5. Responsabilidade

1. As condições de trabalho
2. Administração da empresa
3. Salário
4. Relações com o supervisor
5. Benefícios e serviços sociais

FATORES MOTIVACIONAIS E FATORES HIGIÊNICOS

Fonte: Andrew F. Sikula, *Personnel/ Administration and Human Resources Management*, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1976, p. 88.

Para proporcionar continuamente motivação no trabalho, Herzberg propõe "enriquecimento de tarefas", também chamado de "enriquecimento do cargo", (job enrichment). O

Frederick Herzberg, "O Conceito de Higiene como Motivação e os Problemas do Potencial Humano de Trabalho", in Conceitos de Comportamento na Administração, David R. Hampton (org.), São Paulo, EPU, 1973, p. 54.

enriquecimento de tarefas consiste em uma constante substituição de tarefas mais simples e elementares do cargo por tarefas mais complexas, a fim de acompanhar o crescimento individual de cada empregado, oferecendo-lhe condições de desafio e de satisfação profissional no cargo: Assim, o enriquecimento de tarefas depende do desenvolvimento de cada indivíduo e deve ser feito de acordo com suas características individuais.

O enriquecimento de tarefas pode ser feito verticalmente (eliminação das tarefas mais simples e adição das tarefas mais complexas) ou horizontalmente (eliminação das tarefas relacionadas com certas atividades e adição de outras tarefas diferentes, mas no mesmo nível de dificuldade).

Outras atribuições
adicionadas:

Atribuições
básicas do
cargo

Adição de atribuições
incorporadas:
incorporada:

Enriquecimento vertical
do cargo

Enriquecimento lateral

Segundo Herzberg, o enriquecimento de tarefas traz efeitos altamente desejáveis, como o aumento da motivação, aumento da produtividade, redução do absenteísmo (faltas e atrasos ao serviço) e redução da rotatividade do pessoal (demissões de empregados). Contudo, alguns críticos desse sistema apontam uma série de efeitos indesejáveis, como o aumento de ansiedade pelo constante defrontamento com tarefas novas e diferentes, principalmente quando não são bem sucedidas nas primeiras experiências, aumento do conflito entre as expectativas pessoais e os resultados de seu trabalho nas novas tarefas enriquecidas, sentimentos de exploração quando a empresa não acompanha o enriquecimento de tarefas com o enriquecimento da remuneração, redução das relações interpessoais em face da maior dedicação às tarefas enriquecidas.

ALGUNS EFEITOS POSSIVEIS DO ENRIaUECIMENTO DO CARGO

Fonte: David R. Hampton, Contemporary Management, New York. McGraw-Hill Book Co., 1977. p. 262.

As teorias de motivação de Maslow e de Herzberg apresentam pontos de concordância que permitem um quadro mais amplo e rico sobre o comportamento humano. Os fatores higiênicos de Herzberg se referem às necessidades primárias de Maslow (necessidades fisiológicas e necessidades de segurança, principalmente, incluindo algumas necessidades sociais), enquanto os fatores motivacionais se referem às chamadas necessidades secundárias (necessidades de estima e de auto-realização).

FATORES DE MOTIVAÇÃO	MODELO DA HIERARQUIA DE NECESSIDADES DE MASLOW	MODELO DE HIGIENE-MOTIVACIONAL DE HERZBERG
----------------------	--	--

UMA COMPARAÇÃO DOS MODELOS DE MOTIVAÇÃO DE MASLOW E DE HERZBERG

Fonte: Keith Davis, Human Behavior at Work, New York, McGraw-Hill Book Co., 1972, p. 59

ESTILOS DE ADMINISTRAÇÃO

A Teoria Comportamental procura demonstrar a variedade de estilos de Administração que estão à disposição do administrador. A Administração das organizações em geral (e das empresas em particular) está fortemente condicionada pelos estilos com que os administradores dirigem, dentro delas, o comportamento das pessoas. Por sua vez, os estilos de Administração dependem substancialmente das convicções que os administradores têm a respeito do comportamento humano dentro da organização. Essas convicções moldam não

apenas a

maneira de conduzir as pessoas, mas também a maneira pela qual se divide o trabalho, se

planejam e organizam as atividades. As organizações são projetadas e administradas de

acordo com certas teorias administrativas. Cada teoria administrativa se fundamenta em cer-

tas convicções sobre a maneira pela qual as pessoas se comportam dentro das organizações.

Teoria X e Teoria Y

McGregor², um dos mais famosos autores behavioristas da Administração, preocupou-se em comparar dois estilos opostos e antagônicos de administrar: de um lado, um estilo baseado na teoria tradicional, excessivamente mecanística e pragmática (a que deu o nome de Teoria X) e, de outro, um estilo baseado nas concepções modernas a respeito do comportamento humano (a que denominou Teoria Y).

a) Teoria X

É a concepção tradicional de Administração e se baseia em convicções errôneas e incorretas

sobre o comportamento humano, como, por exemplo:

O homem é indolente e preguiçoso por natureza: ele evita o trabalho ou trabalha o mínimo possível, em troca de recompensas salariais ou materiais.

Falta-lhe ambição: não gosta de assumir responsabilidades e prefere ser dirigido e sentir-se seguro nessa dependência.

O homem é fundamentalmente egocêntrico e seus objetivos pessoais opõem-se, em geral, aos objetivos da organização.

A sua própria natureza o leva a resistir às mudanças, pois procura sua segurança e pretende não assumir riscos que o ponham em perigo.

A sua dependência o torna incapaz de autocontrole e autodisciplina: ele precisa ser dirigido e controlado pela administração.

Em função dessas concepções e premissas a respeito da natureza humana, a Teoria X

reflete um estilo de administração duro, rígido e autocrático e que se limita a fazer as pessoas

trabalharem dentro de certos esquemas e padrões previamente planejados e organizados e

tendo em vista exclusivamente os objetivos da organização. As pessoas são visualizadas

como meros recursos ou meios de produção. A administração segundo a Teoria X se caracteriza

pelos seguintes aspectos:

. A administração é responsável pela organização dos recursos da empresa (dinheiro, materiais, equipa-

mentos e pessoas) no interesse exclusivo de seus objetivos econômicos.

A administração é um processo de dirigir os esforços das pessoas, incentivá-las, controlar suas ações e

modificar o seu comportamento para atender às necessidades da empresa.

Sem esta intervenção ativa por parte da direção, as pessoas seriam totalmente passivas em relação às neces-

sidades da empresa, ou mesmo resistiriam a elas. As pessoas, portanto, devem ser persuadidas, recompensadas, punidas, coagidas e controladas: as suas atividades devem ser padronizadas e dirigidas em função dos objetivos e necessidades da empresa. Como as pessoas são primariamente motivadas por incentivos econômicos (salários), a empresa deve utilizar a remuneração como um meio de recompensa (para o bom trabalhador) ou de punição (para o empregado que não se dedique suficientemente à realização de sua tarefa).

z Douglas M. McGregor, "O Lado Humano da Empresa" in O Comportamento Humano no Empresa -

Uma Antologia, Yolanda Ferreira Balcão e Laérte Leite Cordeiro (orgs.), Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas; Serviço de Publicações, 1971, pp. 45-60.

A Teoria X representa o estilo de administração tal como foi definido pela Administração Científica de Taylor, pela Teoria Clássica de Fayol e pela Teoria da Burocracia de Weber em diferentes estágios da teoria administrativa: o bitolamento da iniciativa individual, o aprisionamento da criatividade do indivíduo, o estreitamento da atividade profissional através do método preestabelecido e da rotina de trabalho. Em outros termos, a Teoria X leva as pessoas a fazerem exatamente aquilo que a organização pretende que elas façam, independentemente de suas opiniões ou objetivos pessoais. Toda vez que um administrador imponha arbitrariamente e de cima para baixo um esquema de trabalho e passe a controlar externamente o comportamento de trabalho de seus subordinados, ele estará fazendo Teoria X.

O fato de ele impor autocriticamente ou de impor suavemente não faz diferença segundo McGregor: ambas são formas diferentes de se fazer Teoria X. Neste sentido, a própria Teoria das Relações Humanas, em seu caráter demagógico e manipulativo, também é uma forma suave, macia e enganosa de se fazer Teoria X.

b) Teoria Y

É a moderna concepção de Administração, de acordo com a Teoria Comportamental. A Teoria Y se baseia em concepções e premissas atuais e sem preconceitos a respeito da natureza humana, a saber:

O homem médio não tem desprazer inerente em trabalhar. Dependendo de condições controláveis, o trabalho pode ser uma fonte de satisfação e de recompensa (quando é voluntariamente desempenhado) ou uma fonte de punição (quando é evitado sempre que possível pelas pessoas). A aplicação do esforço físico ou mental em um trabalho é tão natural quanto jogar ou descansar.

As pessoas não são, por sua natureza intrínseca, passivas ou resistentes às necessidades da empresa: elas podem tornar-se assim, como resultado de sua experiência profissional negativa em outras empresas.

As pessoas têm motivação básica, potencial de desenvolvimento, padrões de comportamento adequados e capacidade para assumir responsabilidades. O homem deve exercitar a autodireção e o autocontrole a serviço dos objetivos que lhe são confiados pela empresa. O controle externo e a ameaça de punição não são os únicos meios de obter a dedicação e o esforço de alcançar os objetivos

empresariais.

O homem médio aprende sob certas condições não somente a aceitar, mas também a procurar responsabilidade. A fuga à responsabilidade, a falta de ambição e a preocupação exagerada com a segurança pessoal são geralmente conseqüências da experiência insatisfatória de cada um e não uma característica humana inerente a todas as pessoas. Esse comportamento não é causa; é efeito de alguma experiência negativa em alguma empresa.

I

. A capacidade de alto grau de imaginação e de criatividade na solução de problemas empresariais é amplamente - e não escassamente - distribuída entre as pessoas. Sob certas condições da vida moderna, as potencialidades intelectuais do homem são apenas parcialmente utilizadas.

Em função dessas concepções e premissas a respeito da natureza humana, a Teoria Y

desenvolve um estilo de administração muito aberto e dinâmico, extremamente democrático,

através do qual administrar é um processo de criar oportunidades, libertar potenciais, remo-

ver obstáculos, encorajar o crescimento individual e proporcionar orientação quanto a

objetivos. A administração segundo a Teoria Y se caracteriza pelos seguintes aspectos:

A motivação, o potencial de desenvolvimento, a capacidade de assumir responsabilidade, de dirigir o com-

portamento para os objetivos da empresa, todos esses fatores estão presentes nas pessoas. Esses fatores

não são criados nas pessoas pela administração. É responsabilidade da administração proporcionar condições para que as pessoas reconheçam e desenvolvam, por si próprias, estas características.

A tarefa essencial da administração é criar condições organizacionais e métodos de operação por meio dos quais as pessoas possam atingir melhor os seus objetivos pessoais, dirigindo seus próprios esforços em direção aos objetivos da empresa.

A Teoria Y propõe um estilo de administração francamente participativo e democrático, baseado nos valores humanos e sociais. Enquanto a Teoria X é uma administração através de controles externos impostos ao indivíduo, a Teoria Y é uma administração por objetivos que realça a iniciativa individual. As duas teorias são opostas entre si.

No fundo, a Teoria X se fundamenta em uma série de pressuposições errôneas acerca do comportamento humano e apregoa um estilo de administração onde a fiscalização e o controle externo rígido (representado por uma variedade de meios que garantem o cumprimento do horário de trabalho, a exata execução das tarefas através dos métodos ou das rotinas e procedimentos de operação, a avaliação do resultado do trabalho, as regras e regulamentos e as decorrentes medidas disciplinares pela sua não-obediência etc.) constituem mecanismos para neutralizar a desconfiança da empresa quanto às pessoas que nela trabalham, já que, por sua natureza, as pessoas são indolentes, preguiçosas, fogem da responsabilidade e somente trabalham quando recebem uma recompensa econômica (o salário) para tanto. Se o estímulo salarial não vem, o trabalho não sai. Dentro dessa perspectiva, para vencer a preguiça e a indolência humanas, o salário deve ser utilizado como recompensa (o salário deve ser maior à medida que o resultado do trabalho é maior) ou como punição (o salário deve ser menor à medida que o resultado do trabalho for menor). Contudo, o salário passa a ser o único estímulo válido para a Teoria X, pois prevalece sempre o ambiente de desconfiança, de vigilância e de controle, tirando-se das pessoas qualquer possibilidade de iniciativa própria ou de escolha quanto à maneira de trabalhar ou de realizar as tarefas. Em oposição à Teoria X, McGregor aponta a Teoria Y, segundo a qual, administrar é basicamente um processo de criar oportunidades, liberar potenciais rumo

ao autodesenvolvimento das pessoas. Segundo a Teoria Y, as condições impostas pela Teoria X, nestes últimos cinquenta anos, condicionaram as pessoas a tarefas superespecializadas e bitoladas, amax-rando-as a empregos limitados e mecanizados por métodos e processos de trabalho rígidos e

DA TEORIA Y	PRESSUPOSIÇÕES DA TEORIA X	PRESSUPOSIÇÕES
es'forçadas e gostam de ter	As pessoas são preguiçosas e indolentes.	As pessoas são
	. o que fazer.	
atividade tão natural	As pessoas evitam o trabalho.	O trabalho é uma
		como brincar ou descansar.
e aceitam responsa-	As pessoas evitam a responsabilidade, a	As pessoas procuram
	fim de se sentirem mais seguras.	bilidades e desafios.
automotivadas e	As pessoas precisam ser controladas e	As pessoas podem ser
	dirigidas.	autodirigidas.
criativas e competentes.	As pessoas são ingênuas e sem iniciativa.	As pessoas são

A TEORIA X E A TEORIA Y COMO DIFERENTES CONCEPCÕES A RESPEITO DA NATUREZA HUMANA

TEORIA COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO

nísticos, e que não utilizam todas as capacidades das pessoas, desencorajam a iniciativa e a aceitação de responsabilidades, desenvolvem a passividade e tiram todo o significado

psicológico do trabalho. Assim, no longo período de predomínio da Teoria X, as pessoas se

acostumaram a ser dirigidas, controladas e manipuladas pelas empresas e a encontrar fora

do trabalho as satisfações para as suas necessidades pessoais de auto-realização.

Segundo McGregor, a Teoria Y é geralmente aplicada nas empresas através de um

estilo de uma direção baseado em uma série de medidas inovadoras e humanistas, dentre as

quais salienta as seguintes:

a) Descentralização das decisões e delegação de responsabilidades a fim de permitir maior grau de liberdade

para que as pessoas dirijam elas próprias as suas tarefas, assumam os desafios delas decorrentes e satisfaçam suas necessidades de auto-realização.

b) Ampliação do cargo para maior satisfação do trabalho: ao invés da superespecialização e do continuação

mento de tarefas, a Teoria Y conduz à ampliação do cargo através de sua reorganização e extensão de

atividades, para que as pessoas possam conhecer o significado daquilo que fazem e, principalmente, ter

uma idéia da contribuição de seu trabalho pessoal para as operações da empresa como um todo.

c) Participação nas decisões mais altas e administração consultiva: desde que as pessoas possam também ter

alguma participação nas decisões mais elevadas e que as afetam direta ou indiretamente, elas passarão a

comprometer-se com o alcance dos objetivos empresariais. A administração consultiva nada mais é do

que a concessão de oportunidades para que os empregados sejam consultados a respeito de suas opiniões e

pontos de vista a respeito de decisões a serem tomadas pelo nível institucional da empresa.

d) Auto-avaliação do desempenho: os programas tradicionais de avaliação do desempenho, nos quais os

chefes medem o desempenho dos subordinados como se fosse um produto que está sendo inspecionado ao

longo de uma linha de montagem, devem ser substituídos por programas de auto-avaliação do desempenho,

nos quais a participação dos próprios empregados envolvidos é de capital importância. O importante é

é fazer com que as próprias pessoas sejam encorajadas a planejar e avaliar a sua própria contribuição

para os objetivos empresariais e a assumir maiores responsabilidades.

SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO

Likert, outro importante expoente da Teoria Comportamental, considera a Administração

como um processo relativo, onde não existem normas e princípios válidos para todas as circunstâncias e ocasiões. Ao contrário, a Administração nunca é igual em todas as organizações e pode assumir feições diferentes, dependendo das condições internas e externas da organização.

Tomando por base suas pesquisas, Likert propõe uma classificação de sistemas de

Administração, definindo quatro diferentes perfis organizacionais (Perfis Organizacionais de Likert).

Para maior facilidade de compreensão, os quatro sistemas administrativos serão caracterizados apenas em relação a quatro variáveis: processo decisório, sistema de comunicações, relacionamento interpessoal e sistema de recompensas e punições. Em cada um dos quatro sistemas administrativos abaixo, essas quatro variáveis apresentam diferentes características:

3 Rensis Likert, Novas Padrões de Administração, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971 A Organização Humana, São Paulo, Editora Atlas, 1975; Administrar de Conflitos: Novas Abordagens, São Paulo, Editora McGraw-Hill do Brasil, 1980.

a) Sistema I: "Autoritário Coercitivo": é um sistema administrativo autocrático e

forte, coercitivo e fortemente arbitrário e que controla rigidamente tudo o que ocorre dentro

da organização. É o sistema mais duro e fechado. Suas principais características são:

1. Processo decisório: totalmente centralizado na cúpula da organização. Todas as ocorrências imprevistas e não-rotineiras devem ser levadas à cúpula para resolução e todos os eventos devem ser exclusivamente decididos pela cúpula empresarial. Neste sentido, o nível institucional torna-se sobrecarregado com a tarefa decisória.

2. Sistema de comunicações: é bastante precário. As comunicações ocorrem sempre verticalmente, no sentido descendente, carregando exclusivamente ordens e raramente orientações. Não existem comunicações laterais. As pessoas não são solicitadas a gerar informação, o que faz com que as decisões tomadas na cúpula se alicerces em informações limitadas e geralmente incompletas ou errôneas.

3. Relacionamento interpessoal: o relacionamento entre as pessoas é considerado prejudicial ao bom andamento dos trabalhos. A cúpula empresarial vê com extrema desconfiança as conversas informais entre as pessoas e procura coibi-las ao máximo. A organização informal é simplesmente vedada. Para evitá-la, os cargos e tarefas são desenhados para controlar e isolar as pessoas umas das outras e evitar o seu relacionamento.

4. Sistema de recompensas e punições: há uma ênfase nas punições e nas medidas disciplinares, gerando um ambiente de temor e de desconfiança. As pessoas precisam obedecer às regras e regulamentos internos à risca e executar suas tarefas de acordo com os métodos e procedimentos em vigor. Se as pessoas realmente cumprem fielmente as suas obrigações, elas não estão fazendo nada mais do que sua obrigação. Daí a ênfase nas punições, para assegurar o cumprimento das obrigações. As recompensas são raras e, quando eventualmente ocorrem, são predominantemente materiais e salariais.

b) Sistema 2: "Autoritário Benevolente": é um sistema administrativo autoritário que constitui uma variação atenuada do Sistema 1. No fundo, é um Sistema 1 mais condescendente e menos rígido. Suas principais características são:

1. Processo decisório: centralizado na cúpula administrativa, permitindo uma diminuta delegação quanto a decisões de pequeno porte e de caráter rotineiro e repetitivo, baseadas em rotinas e prescrições e sujeitas a aprovação posterior, prevalecendo o aspecto centralizador.

2. Sistema de comunicações' relativamente precário, prevalecendo as comunicações verticais e descendentes, embora a cúpula se oriente em comunicações ascendentes, vindas dos escalões mais baixos, como retroação de suas decisões.

3. Relacionamento interpessoal: a organização tolera que as pessoas se relacionem entre si, em um clima de condescendência relativa. Contudo, a interação humana é ainda pequena e a organização informal é incipiente. Embora muitas vezes se possa desenvolver, a organização informal ainda é considerada uma ameaça aos interesses e objetivos da empresa.

4. Sistema de recompensas e punições: ainda há ênfase nas punições e nas medidas disciplinares, mas o sistema é menos arbitrário e oferece algumas recompensas materiais e salariais mais frequentes e raras!
recompensas do tipo simbólico ou social.

c) Sistema 3: Consultivo: trata-se de um sistema que pende mais para o lado participativo do que para o lado autocrático e impositivo, como nos dois sistemas anteriores. Representa um gradativo abrandamento da arbitrariedade organizacional. Suas principais características são as seguintes:

1. Processo decisório: é do tipo participativo e consultivo. Participativo porque as decisões específicas são delegadas aos diversos níveis hierárquicos e devem orientar-se pelas políticas e diretrizes definidas pelo nível institucional para balizar todas as decisões e ações dos demais níveis. Consultivo porque a opinião e pontos de vista dos níveis inferiores são considerados na definição das políticas e diretrizes que os afetam. Obviamente, todas as decisões são posteriormente submetidas à aprovação da cúpula empresarial.

TEORIA COMPORTAMENTAL DA

2. Sistema de comunicações prevê comunicações verticais no sentido descendente (mais voh :

tação ampla do que para ordens específicas) e ascendente, bem como comunicações laterais entre os

A empresa desenvolve sistemas internos de comunicação para facilitar o seu fluxo.

3. Relacionamento interpessoal: o temor e a ameaça de castigos e sanções disciplinares não chegam a consti-

tuir elementos ativadores de uma organização informal clandestina, como ocorre no Sistema 1 e, em menor

grau, no Sistema 2. A confiança depositada nas pessoas já é bem mais elevada, embora ainda não com-

pleta e definitiva. A empresa cria condições relativamente favoráveis a uma organização informal sadia e positiva.

4. Sistema de recompensas e punições: há ênfase nas recompensas materiais (como incentivos salariais, atra-

tivos de promoções e novas oportunidades profissionais) e simbólicas (como prestígio e status, embora

eventualmente ocorram punições e castigos.

d) Sistema 4: "Participativo" é o sistema administrativo democrático, por excelência.

É o mais aberto de todos os sistemas apontados por Likert. Suas principais caracte-

rísticas são as seguintes:

1. Processo decisório: as decisões são totalmente delegadas aos níveis organizacionais. Embora o nível insti-

tucional defina as políticas e diretrizes, ele apenas controla os resultados, deixando as decisões totalmente

a cargo dos diversos níveis hierárquicos. Apenas em ocasiões de emergência, os altos escalões assumem

decisivamente, porém sujeitando-se à ratificação explícita dos grupos envolvidos.

2. Sistema de comunicações: as comunicações fluem em todos os sentidos e a empresa faz investimentos em

sistemas de informação, pois são básicos para sua flexibilidade e eficiência.

3. Relações interpessoais: o trabalho é quase totalmente realizado em equipes. A formação de grupos espon-

tâneos é importante para o efetivo relacionamento entre as pessoas. As relações interpessoais baseiam-se

principalmente na confiança mútua entre as pessoas e não em esquemas formais (como descrições de

cargos, relações formais previstas no organograma etc.). O sistema permite participação e envolvimento

grupal intensos, de modo que as pessoas se sintam responsáveis pelo que decidem e fazem em todos os

níveis organizacionais.

4. Sistema de recompensas e punições: há uma ênfase nas recompensas, notadamente as simbólicas e sociais,

embora não sejam omitidas as recompensas materiais e salariais. Muito

raramente ocorrem punições, as
quais quase sempre são decididas e definidas pelos grupos envolvidos.

Os quatro sistemas apontados por Likert têm a vantagem de mostrar as
diferentes e
gradativas alternativas existentes para administrar as empresas (ver quadro na
página seguinte) .

Enquanto o Sistema I se refere ao comportamento organizacional autoritário e
auto-

crático, que lembra em muitos sentidos a Teoria X caracterizada por McGregor, o
Sistema 4

- no lado diametralmente oposto - lembra a Teoria Y.

O Sistema I geralmente é encontrado em empresas que utilizam mão-de-obra
intensiva e tecnologia rudi-

mentar, onde o pessoal empregado é de nível extremamente baixo, como
ocorre na área de produção das

empresas de construção civil ou construção industrial (como nos casos de
construções de hidrelétricas, pavi-
mentação de estradas etc.).

O Sistema 2 é freqüentemente encontrado em empresas industriais que
utilizam tecnologia mais apurada e

mão-de-obra mais especializada, mas mantendo ainda alguma forma de
coerção para não perder o controle

sobre o comportamento das pessoas (como no caso da área de produção e
montagens de empresas indus-

triais, e nos escritórios de certas fábricas etc.).

O Sistema 3 é usualmente empregado em empresas de serviços (como é o caso
dos bancos e financeiras) e em

certas áreas administrativas de empresas industriais mais organizadas e
avançadas em termos de relações com
empregados.

O Sistema 4 é pouco encontrado na prática - tem sido localizado em empresas
que utilizam sofisticada

tecnologia e onde o pessoal é extremamente especializado e desenvolvido
(como é o caso de empresas de

SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO

Variáveis Principais			
	3	4	
	Autoritário- Coercitivo	Autoritário- &nevolente	Consultivo Participativo
Totalmente delega- do e descentraliza- Decisório institucio- políticas e	Totalmente centrali- do na cúpula.	Centralizado na cúpula mas permi- tindo diminuta dele- gação de caráter ro- tineiro.	Consulta aos níveis inferiores, permitin- do participaç o e do. Nível nal define controla resultados.
Sistemas de comu- nicação eficientes de são fundamentais Comunicações ascendente) e	Bastante precário. Apenas comunica- ções verticais des- cendentes carregan- do para o sucesso da ordens.	Relativamente pre- cário, prevalecendo comunicações des- cendentes sobre as ascendentes.	Procura-se facilitar o fluxo no sentido vertical(descenden- te e horizontal. empresa.
Trabalho realizado em equipes. Forma- ção de grupos tor- na-se importante. Confiância mútua, participação e en- grupal	Provocam descon- fiança. Organização informal é vedada e considerada preju- dicial. Cargos e ta- refas confinam as pessoas.	São toleradas, com certa condescendên- cia. Organização in- formal incipiente e considerada como uma ameaça à em- presa.	Certa confiança nas pessoas e nas suas relações. A empresa procura facilitar o desenvolvimento de uma organização informal sadia. En- volvimento intensos.
Enfase nas recom- pensas sociais. Récompensas mate- riais e salariais fre- quentes.	Enfase em punições e medidas discipli- nares. Obediência estrita aos regula- mentos internos. Punições Raras recompensas	Enfase em punições e medidas discipli- nares, mas com me- nor arbitrariedade. Recompensas sala- riais mais freqüen- tais.	Enfase nas recom- pensas materiais (principalmente sa- lários). Recompên- sas sociais Raras puni-

são raras e, quando (de cunho estritamente. Recompensas ções ou castigos. ocorrem algo definitivamente salarial). sociais são raras. nidas pelos grupos.

OS QUATRO SISTEMAS ADMINISTRATIVOS SEGUNDO LIKERT

% "

TEORIA Y Participativo

:i

; TEORIA X Autoritário
1 2 3 4

SISTEMA

OS QUATRO SISTEMAS DE LIKERT E A TEORIA X E TEORIA Y DE McG

REGOR

TEORIA COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO

serviços de propaganda, de consultoria em engenharia e em administração); onde os produtos vêm uma atividade extremamente complexa. Likert salienta que os quatro sistemas não têm limites definidos entre si: uma empresa pode estar acima do Sistema 2 e abaixo do Sistema 3, ou seja, ao redor de 2,5. Pode também ser caracteristicamente 2 no processo decisório e 3 nos sistemas de recompensas. Igualmente, pode ter um departamento ou uma subunidade (como a área de produção) onde predomine o Sistema 1, enquanto em outro departamento ou subunidade (como a área de processamento de dados) predomina o Sistema 4. Likert construiu uma espécie de questionário para detectar as características organizacionais das empresas no sentido de saber qual sistema administrativo elas estão utilizando. Esse questionário define o chamado "Perfil Organizacional de Likert" e situa a empresa em função do estilo de administração que nela predomina.

De acordo com suas pesquisas, Likert constatou que, quanto mais próximo do Sistema 4 estiver situado o estilo de administração da empresa, tanto maior será a probabilidade de haver alta produtividade, boas relações no trabalho e elevada rentabilidade. Por outro lado, quanto mais uma empresa se aproximar do Sistema 1, tanto maior a probabilidade de ser ineficiente, de manter péssimas relações no trabalho e de se deparar com repetidas crises financeiras. Uma rápida transformação de estilo de administração rumo ao Sistema 4 não produz geralmente aumentos rápidos de produtividade e melhoria substancial nas relações no trabalho. O importante é que o Sistema 4 constrói lentamente uma estrutura firme de espírito de equipe, flexível e responsável e que proporciona uma espécie de "verdadeiro guia" para o comprometimento dos empregados com as suas relações no trabalho.

Um aspecto importante é que a estrutura organizacional tradicional (representada pelos Sistemas 1 e 2) utiliza apenas a forma individual de administração: o modelo de interação homem-a-homem, isto é, a vinculação direta e exclusiva entre superior-subordinado.

Fonte: Rensis Likert, *Novos Padões de Administração*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora. 1971, p. 132.

As novas estruturas organizacionais (representadas pelos Sistemas 3 e 4) utilizam o modelo de organização grupal.

Na realidade, o Sistema 4 utiliza um modelo de organização grupal que se superpõe.

Cada grupo de trabalho vincula-se ao restante da empresa através de pessoas que são mem-

bros de mais de um grupo. Essas pessoas que superpõem sua vinculação e seu relacionamento

com mais de um grupo são denominadas "elos de vinculação superposta". São os verdadeiros

D. Anthony Butterfield e George F. Fams, "O Perfil Ideal de Likert: Análise Metodológica e

Teste da Teoria do Sistema 4 no Brasil", *Revista de Administração Pública*, Fundação Getúlio Vargas, vol. 7, n° 3, pp.19-31, jul./set., 1973.

PADRÃO GRUPAL DE ORGANIZAÇÃO

Fonte: Rensis Likert, Novos Padrões de Administração, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971, p. 132.

elos de ligação entre diferentes grupos de trabalho, o que proporciona uma dinâmica total-mente nova no sistema. Na prática, a estrutura organizacional permite uma vinculação de grupos superpostos da seguinte maneira:

A FORMA DE ORGANIZAÇÃO EM GRUPOS SUPERPOSTOS

Fonte: Rensis Likert, Novos Padrões de Administração, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971, p. 130.

A interação ocorre não somente entre os subordinados, mas entre os subordinados e superiores. Em cada nível hierárquica, todos os subordinados componentes de um grupo de trabalho afetados por uma determinada decisão nela se envolvem consideravelmente.

Cada grupo de trabalho se compõe de um superior e de todos os subordinados a esse superior. Desta forma, um ou mais indivíduos de cada grupo passam a comportar-se como elos de vinculação com os demais grupos da empresa. Daí os "elos de vinculação superpostos".

Assim, o Sistema 4 repousa basicamente em três aspectos principais:

a) A utilização de princípios e técnicos de motivação ao invés da dialética tradicional de "recompensas e

punições".

b) A composição de grupos de trabalho altamente motivados, estreitamente entrelaçados e capazes de se empenharem totalmente para alcançar os objetivos empresariais. A competência técnica não deve ser esquecida. O papel dos "elos de vinculoção superposta" é fundamental.

TEORIA COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO

c) A adoção dos princípios de relações de apoio" a administração adota metas de elevado desempenho para si própria e para todos os empregados, e estabelece os meios adequados para atingi-las. Essas metas de eficiência e produtividade podem ser melhor alcançadas através de um sistema de administração que permita condições de satisfazer também aos objetivos individuais dos empregados.

ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO COMPOSTA DE GRUPOS FUNCIONAIS COM ELOS DE VINCULAÇÃO ENTRE ELES

Likert preocupa-se com a avaliação do comportamento humano na organização. Para ele as variáveis administrativas (como o estilo de Administração, as estratégias, a estrutura organizacional, a tecnologia empregada etc.) são chamadas "variáveis causais", enquanto os itens de comportamento (como a lealdade, capacidades, atitudes, comunicações, interação efetiva, tomada de decisões etc.) são chamados "variáveis intervenientes". As variáveis causais provocam estímulos que atuam nos indivíduos (variáveis intervenientes) e criam certas respostas, que são as "variáveis de resultado".

O MODELO DE ORGANIZAÇÃO DE LIKERT

As variáveis intervenientes dependem, em grande parte, das variáveis causais e têm influência nas variáveis de resultado final. Muitos executivos calculam a eficiência da organização apenas em termos de produtividade ou produção física (variáveis de resultado), negligenciando as variáveis intervenientes. Assim, frequentemente, surge uma dificuldade: executivos que se baseiam apenas nos resultados de produção são rapidamente promovidos para cargos mais elevados em consequência do êxito demonstrado deixando a seus sucessores uma grande quantidade de fragmentos intervenientes, cuja ordenação e correção exigem longo período de trabalho árduo.

Se o administrador
está:

SISTEMAS 1 ou 2

Variáveis
causais:

Variáveis
interveniências

Variáveis
de estudo

empregados

empregados

DECORRÊNCIAS DOS SISTEMAS 1 E 2 OU 4

Adaptado de: Rensis Likert. "New Patterns in Sales Management. " In: Martin R. Warshaw ed., Changing Perspectives in Marketing Management, Ann Arbor, Mich., University of Michigan Bureau of Business Research, 1962.

ORGANIZAÇÃO COMO UM SISTEMA SOCIAL COOPERATIVO

- Antecipando-se ao surgimento da Teoria Comportamental, um executivo americano,

Chester Barnard, publicou em 1939 um livro propondo uma teoria da cooperação para explicar as organizações.

5 Chester I. Barnard, As Funções do Executivo, São Paulo, Ed. Atlas, 1971

TEORIA COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO

Para Barnard, as pessoas não atuam isoladamente, mas através de interações com outras pessoas, para poderem alcançar da melhor maneira os seus objetivos. Nas interações humanas, as pessoas envolvidas se influenciam mutuamente: são as relações sociais. Graças às diferenças individuais, cada pessoa tem as suas próprias características pessoais, suas capacidades e suas limitações. Para poderem sobrepujar suas limitações e ampliar suas capacidades, as pessoas precisam cooperar entre si para melhor alcançar seus objetivos. É através da participação pessoal e da cooperação entre as pessoas que surgem as organizações.

Assim, as organizações são sistemas cooperativos e que têm por base a racionalidade.

Trocando em miúdos: as organizações são sistemas sociais baseados na cooperação entre as pessoas. Uma organização somente existe quando ocorrem três condições:

- a) interação entre duas ou mais pessoas;
- b) desejo e disposição para a cooperação;
- c) finalidade de alcançar objetivo comum

A cooperação é o elemento essencial da organização e ela varia de pessoa para pessoa.

A contribuição de cada pessoa para o alcance do objetivo comum é variável e depende do resultado das satisfações e insatisfações obtidas realmente ou percebidas imaginariamente pelas pessoas como resultado de sua cooperação. Dáí decorre a racionalidade. As pessoas cooperam desde que o seu esforço proporcione satisfações e vantagens pessoais que justifiquem tal esforço.

A cooperação é fruto da decisão de cada pessoa em função dessas satisfações e vantagens pessoais.

Quando a organização é composta de poucas pessoas, os objetivos organizacionais se confundem com os objetivos pessoais de cada uma delas. Se um grupo de pessoas se reúne para formar um empreendimento, os objetivos desse empreendimento são decorrentes dos objetivos pessoais que levaram cada pessoa a cooperar nele.

Mas, à medida que esse empreendimento cresce e requer um volume maior de atividades e, conseqüentemente, de pessoas, torna-se necessária uma maior divisão do trabalho e

um desdobramento da hierarquia. Assim, os objetivos organizacionais (como p. ex.: lucratividade, produtividade, redução de custos, manutenção de disciplina, de ordem, do horário

c,) permanecem comum aos objetivos pessoais daqueles que criaram a organização, e que estão na cúpula da hierarquia, mas se distanciam gradativamente dos objetivos pessoais daqueles que estão nos níveis mais baixos da hierarquia (como p. ex.: salários, benefícios, maior conforto no trabalho, regalias pessoais etc.).

A organização é um sistema de forças ou atividades, conscientemente coordenadas, de dois ou mais indivíduos. O desejo de cooperar depende dos incentivos oferecidos pela organização e esta precisa influir no comportamento das pessoas através de incentivos materiais (como salário e benefícios sociais), de oportunidades de crescimento, de consideração, prestígio ou poder pessoal, de condições físicas adequadas de trabalho etc. Em outros termos, a organização oferece uma variedade de incentivos para obter a cooperação das pessoas em todos os níveis hierárquicos.

Dentro desse esquema, cada pessoa precisa alcançar simultaneamente os objetivos organizacionais (para se manter ou crescer na organização) e os seus objetivos pessoais (para obter satisfações). Em outros termos utilizados por Barnard: a pessoa precisa ser eficaz (alcançar objetivos organizacionais) e precisa ser eficiente (alcançar objetivos pessoais) para sobreviver no sistema.

EFICÁCIA

EFICIÊNCIA

EFICÁCIA E EFICIÊNCIA SEGUNDO BARNARD

A função do executivo, isto é, de cada administrador dentro da organização, é a de criar e manter um sistema de esforços cooperativos. Como a cooperação é essencial para a sobrevivência da organização, essa função básica do executivo consiste na tomada de decisões capazes de incentivar a coordenação da atividade organizada.

PROCESSO DECISORIAL

A teoria da decisão nasceu com Herbert Simon⁶, que a utilizou como base para explicar o comportamento humano nas organizações". A Teoria Comportamental concebe a organização como um sistema de decisões. Neste sistema, cada pessoa participa racional e conscientemente, escolhendo e tomando decisões individuais a respeito de alternativa# mais ou menos racionais de comportamento. Assim, a organização está permeada de decisões e de ações. Nas teorias anteriores muita importância foi dada às ações e nenhuma às decisões que as provocaram. Para a Teoria Comportamental não é somente o administrador quem toma as decisões. Todas as pessoas dentro de uma organização, em todas as áreas de atividades, em todos os níveis hierárquicos e em todas as situações estão continuamente tomando decisões relacionadas ou não com o seu trabalho. A organização é um complexo sistema de decisões.

i Herbert Alexander Simon, da Escola Superior de Administração Industrial do Carnegie Institute of Technology é uma das maiores figuras do behaviorismo e o criador da Teoria das Decisões. É o ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1978.
Herbert A. Simon, O Comportamento Administrativo, cit.

TEORIA COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO

A Organização como um Sistema de Decisões

O comportamento humano nas organizações é visualizado diferentemente pelas várias e

sucessivas teorias de Administração's:

a) para a Teoria Clássica da Administração, desenvolvida por Taylor e Fayol separadamente os indivíduos

participantes da organização são instrumentos passivos cuja produtividade varia e pode ser elevada

mediante um incentivo econômico (plano de remuneração de acordo com a produção) e condições físicas

ambientais de trabalho favoráveis. É uma posição simplista e mecanicista;

b) para a Teoria dos Relações Humanas, desenvolvida a partir de Mayo e Lewin, os indivíduos participantes

da organização possuem necessidades, atitudes, valores e objetivos pessoais que precisam ser identifica-

dos, estimulados e compreendidos, para se conseguir a sua participação na organização, condição para

sua eficiência. É uma posição limitada;

c) para a Teoria Behaviorista da Administração, os indivíduos participantes da organização percebem,

raciocinam e agem racionalmente e defendem a sua participação ou a não-participação na organização,

como indivíduos tomadores de opinião e decisão e resolvidores de problemas. Porém, os indivíduos se

comportam racionalmente apenas com relação a um conjunto de dados característicos de determinada

situação tal como se apresenta a eles, como veremos adiante.

A organização é um sistema de decisões onde cada pessoa participa consciente e racio-

nalmente, escolhendo e decidindo entre alternativas mais ou menos racionais que se lhes

apresentam pela frente, de acordo com sua personalidade, motivações e atitudes. Os pro-

cessos de percepção das situações e o raciocínio são básicos para a explicação do comporta-

mento humano nas organizações: o que uma pessoa aprecia e deseja, influencia aquilo que

vê e interpreta, assim como o que vê e interpreta influencia o que aprecia e deseja. Em outros

termos, a pessoa decide em função de sua percepção das situações.

Teoria da Decisão

Decisão é o processo de análise e escolha, entre várias alternativas disponíveis, do curso

de ação que a pessoa deverá seguir. Existem, no mínimo, seis elementos comuns a toda

decisão's:

1. Tomador de decisão: é a pessoa que faz uma escolha ou opção entre várias alternativas de ação.

2. Objetivos: são os objetivos que o tomador de decisão pretende alcançar com suas ações.
3. Preferências: são os critérios que o tomador de decisão usa para fazer sua escolha.
4. Estratégia: é o curso de ação que o tomador de decisão escolhe para melhor atingir os objetivos. Depende dos recursos de que pode dispor.
5. Situação: são os aspectos do ambiente que envolve o tomador de decisão, muitos dos quais fora do seu controle, conhecimento ou compreensão e que afetam sua escolha.
6. Resultado: é a consequência ou resultante de uma dada estratégia.

s H. A. Simon, D. W. Smithsburg & V. A. Thompson, Public Administration, New York, Knopf, 1950, pp. 381 e 382.

9 Richard J. Tersine, "Organization Decision Theory - A Synthesis", in Management, Selected Readings, George R. Terry (ed.), Homewood, Ill., Richard D. Irwin, Inc., 1973, p.139.

Para um indivíduo seguir um curso de ação, ele deve abandonar outros cursos que se lhe apresentem como alternativas. Há sempre um processo de seleção, isto é, de escolhas de alternativas. Esse processo de seleção pode ser tanto uma ação reflexa condicionada (como o fato de uma datilógrafa bater as teclas de sua máquina), como um produto de uma cadeia complexa de atividades chamada planejamento ou projeção. Em qualquer caso, porém, todo curso de ação é orientação no sentido de um objetivo a ser alcançado. A racionalidade está implícita nesta atividade de escolha. O tomador de decisão escolhe uma alternativa entre i ; outras: se ele escolhe os meios apropriados para alcançar um determinado fim, a decisão é considerada racional. A racionalidade, portanto, reside na escolha dos meios (estratégia) mais adequados para o alcance de determinados fins (objetivo), no sentido de obter os melhores resultados. Porém, as pessoas se comportam racionalmente apenas em função daqueles aspectos da situação que conseguem perceber e tomar conhecimento (cognição). Os demais aspectos da i situação que não são percebidos ou não são conhecidos pelas pessoas - embora existam na realidade - não interferem sobre suas decisões. A esse fenômeno se dá o nome de racionalidade limitada: as pessoas tomam decisões racionais (adequação de meios-fins) apenas em relação aos aspectos da situação que conseguem perceber e interpretar.

Etapas do Processo Decisorial

O processo decisorial é complexo e depende tanto das características pessoais do tomador de decisões quanto da situação em que está envolvido e da maneira como percebe essa situação.

A rigor, o processo decisorial se desenvolve em sete etapas, a saber:

1. percepção da situação que envolve algum problema;
2. análise e definição do problema;
3. definição dos objetivos;
4. procura de alternativas de solução ou de cursos de ação;
5. escolha (seleção) da alternativa mais adequada ao alcance dos objetivos;
6. avaliação e comparação dessas alternativas;
7. implementação da alternativa escolhida.

O gráfico a seguir permite uma visualização melhor. Cada uma dessas etapas influencia as demais e todo o conjunto do processo.

Nem sempre essas sete etapas são seguidas à risca. Se a pressão for muito forte para uma solução imediata, as etapas 3, 5 e 7 podem ser abreviadas ou suprimidas. Quando não há nenhuma pressão, algumas delas podem ser ampliadas ou estendidas no tempo.

Decorrências da Teoria das Decisões

Simon salienta que o processo decisório começa com o indivíduo e permite-lhe solucionar problemas ou defrontar-se com situações. A subjetividade nas decisões individuais é muito grande. Simon dá alguns recadosm:

zo Her r A. Simon, O Comportomcnto Administra ivo, cil.

TEORIA COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO

1
Percepção
da
situação

2
Análise e
definição do
problema

3
Definição
dos
objetivos

4
Procura de
alternativas
de solução ,

5
Avaliação e
comparação
dessas alternativas

6 \
selecção
da alternativa
adequada

7.
Implementação
da alternativa
selecionada

ETAPAS DO PROCESSO DECISÓRIO

a) Racionalidade limitada: para tomar decisões a pessoa precisaria de um número muito grande de informações a respeito da situação, para que pudesse analisá-las e avaliá-las. Como isto está além da capacidade

individual de coleta e análise, a pessoa toma decisões através de "pressuposições", isto é. de premissas que ela assume subjetivamente e nas quais baseia a sua escolha. As decisões, portanto, se relacionam com uma parte da situação ou com alguns aspectos dela.

- b) Imperfeição das decisões: não existem decisões perfeitas: apenas umas são melhores do que outras quanto aos resultados reais que acarretam. Para proceder de maneira racional em suas ações, a pessoa precisa frequentemente escolher entre diferentes alternativas, as quais se diferenciam entre si pelos seus resultados; estes, por sua vez, devem estar ligados aos objetivos que a organização, como um todo, pretende atingir. O processo decisório racional implica a comparação de caminhos (cursos de ação) distintos através da avaliação prévia dos resultados decorrentes de cada um deles e do confronto entre tais resultados e os objetivos que se deseja atingir. O critério norteador empregado na decisão é a eficiência, isto é, a obtenção de resultados máximos com meios limitados.
- c) Relatividade das decisões: no processo decisório, a escolha de uma alternativa qualquer implica a renúncia das demais alternativas e a criação de uma sequência de novas situações e alternativas ao longo do tempo. A esses leques de alternativas em cada decisão se dá o nome de "árvore de decisões". De um modo genérico, toda decisão é, até certo ponto, uma acomodação, pois a alternativa escolhida jamais permite a realização completa ou perfeita dos objetivos visados, representando apenas a melhor solução encontrada naquelas circunstâncias. A situação do meio ambiente inevitavelmente limita as alternativas disponíveis, estabelecendo o nível que se pode atingir na consecução de um objetivo. Este nível nunca é ótimo, mas apenas satisfatório.
- d) Hierarquização das decisões: o comportamento é planejado sempre que é guiado por objetivos, e é racional quando escolhe as alternativas mais adequadas que levam à consecução dos objetivos. Simon utiliza o conceito de hierarquia para distinguir o que seja um meio e o que seja um fim. Uma contração muscular é meio para obtenção do movimento de um dedo. Esta ação pode ser vista como um fim apenas parcial, pois ela em si é meio para se atingir um fim de ordem maior, como o de apertar a tecla de uma máquina de escrever; por sua vez, este movimento é apenas meio para se conseguir uma carta datilografada, a qual, além de ser fim parcial, constitui um meio de algum modo expressar ideias a outras pessoas, através da comunicação escrita. Portanto, os objetivos visados pelas ações das pessoas obedecem entre si a uma hierarquia, onde um nível qualquer é fim em relação ao nível mais baixo e meio em relação aos de ordem maior. O problema, para Simon, é que nunca os indivíduos têm, de uma maneira consciente, uma ideia completa desta hierarquia de objetivos da organização, sendo os objetivos finais muitas vezes formulados de maneira obscura e contraditória.
- e) Racionalidade administrativa: para Simon, existe uma

racionalidade no comportamento administrativo,
pois o comportamento dos indivíduos nas organizações é planejado,
isto é, orientado no sentido de
alcançar objetivos previamente definidos da maneira mais adequada.
As situações simples, nas quais um homem planeja e executa o seu
próprio trabalho, exigem decisões
pessoais. Porém, à medida que esta tarefa se expande e aumenta,
exigindo o esforço de várias pessoas,
para levá-la a cabo, a simplicidade desaparece, tornando necessário
o trabalho organizado do grupo. As
técnicas que facilitam a aplicação do trabalho organizado
constituem os processos administrativos.

Assim, os processos administrativos são basicamente processos
decisórios pois consistem no estabelecimento de métodos de rotina para selecionar e determinar os cursos
de ação mais adequados e sua
comunicação às pessoas por eles afetados. Se a tarefa do grupo
consiste em construir um barco, com a-se
pela preparação do seu desenho, o qual, uma vez aprovado pela
organização, passa a limitar e guiar a
atividade das pessoas que deverão construir o barco.

f) 1) Influência organizacional: a organização retira de seus participantes
a faculdade de decidir independentemente sobre certos assuntos e a substitui por um processo decisório
próprio e previamente estabelecido

As decisões que a organização toma pelo indivíduo consistem,
ordinariamente, em:

a) Divisão de tarefas: a organização focaliza e limita a atenção de
cada um dos seus funcionários para
atividades e funções específicas, que são os seus cargos.

b) Padrões de desempenho: são padrões que servem de guia e
orientação para o comportamento racional
das pessoas e para a atividade de controle pela organização.

c) Sistemas de autoridade: constituem meios importantes para
influenciar e condicionar o comporta-
mento das pessoas. São estabelecidos pela hierarquia formal e pelo
sistema informal de influência
das pessoas.

d) Canais de comunicação: se estendem em todas as direções,
proporcionando o fornecimento de infor-
mações vitais no processo decisório de toda a organização.

i) Indocinação ou doutrinação: a organização pretende por estes
meios inculcar nos seus participantes os
critérios de decisão que ela pretende manter.

HOMEM ADMINISTRATIVO

Para abastecer o processo decisório, a organização precisa coletar e processar uma enorme variedade de informações para permitir a escolha de alternativas, em situações que nunca revelam todas as opções disponíveis, nem os possíveis resultados dessas alternativas. A capacidade da organização de coletar e processar tais informações para proporcionar às pessoas que decidem, no tempo hábil, as bases para que possam ser bem sucedidas na escolha, é bastante limitada. Assim, o tomador de decisão não tem condição de analisar integralmente todas as situações nem de procurar todas as alternativas possíveis. Muito menos de buscar a melhor alternativa ou a alternativa mais adequada entre todas. Desta maneira, o comportamento administrativo não é otimizador nem procura a melhor maneira, mas é satisfatório, pois procura a maneira satisfatória entre aquelas que conseguiu comparar.

O próprio indivíduo, para Simon, é um homem que se contenta (um "satis, ficer"): para sua satisfação não precisa do máximo absoluto, mas sim do suficiente para se contentar, dentro das possibilidades ou da situação. O termo "satisficer" foi introduzido por Simon² para significar que o homem geralmente considera suas satisfações contentando-se com o que está ao seu alcance, mesmo que seja um mínimo, mas que, na situação ou no momento, represente para ele o máximo. Com isto atenua-se o conceito do "homem econômico", cujas aspirações são predominantemente objetivas, procurando sempre a maximização absoluta ou a melhor maneira de fazer algo.

O behaviorismo põe ênfase no "homem administrativo" ao invés do "homem econômico" (Teoria Clássica) ou do "homem social" (Teoria das Relações Humanas). O homem administrativo procura apenas a "maneira satisfatória" e não a melhor maneira ("the best way") de fazer um trabalho. O comportamento administrativo é satisfatório ("satisficer") e não otimizador, pois o homem administrativo toma decisões, sem poder procurar todas as alternativas possíveis: não procura o máximo lucro, mas o lucro adequado; não o preço ótimo, mas o preço razoável.

A Teoria Clássica sustentava que as organizações ao buscarem alcançar racionalmente os seus objetivos procuravam infundavelmente um comportamento racional ótimo, ou seja, o

melhor padrão possível de orga-

nização, só se detendo quando o conseguiam. Ao explicar o comportamento de busca de soluções, March e

Simon²² salientam que as organizações procuram uma solução satisfatória e não uma solução ótima: o

comportamento de busca se deterá quando a organização encontrar um padrão considerado aceitável ou

razoavelmente bom. Quando a realização da organização cair abaixo desse nível, nova busca de soluções será

tentada.

O processo decisório se caracteriza pelos seguintes aspectos:

1. O tomador de decisões evita incerteza e segue as regras padronizadas para as decisões.

2. Ele mantém as regras e as redefine somente quando sob pressão.

3. Quando o ambiente muda subitamente e novas estatísticas afloram ao processo decisório, a organização é

relativamente lenta no ajustamento. Ela tenta utilizar seu modelo atual para lidar com as condições modificadas.

Contudo, os órgãos de pesquisa e desenvolvimento de certas organizações continuam

intencionalmente suas atividades de descoberta e inovação (pesquisa e desenvolvimento),

Z Herbert A. Simon, O Comportamento Administrativo, cit.

zz J. G. March e H. A. Simon, Teoria das Organizações, cit., pp. 174-175.

mesmo quando a organização funciona bem. Esses órgãos, para Etzioni, não levam a organização para a sua capacidade máxima, nem se detêm quando funciona bem, mas prosseguem. Vêm gradativamente elevados de satisfação para a organização, melhorando os seus padrões. Isto explica a criação de mecanismos internos das organizações que as tornam racionalmente insatisfeitas, buscando continuamente o seu aperfeiçoamento.

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Comportamento organizacional é o estudo do funcionamento e da dinâmica das organizações e como os grupos e os indivíduos se comportam dentro delas. É uma ciência interdisciplinar e quase independente. Só nela somente pode alcançar Como a organização é um sistema cooperativo racional, coordenarem seus esforços a fim de alcançar seus objetivos se as pessoas que a compõem, a organização se caracterize algo que individualmente jamais conseguiriam. Por essa razão, há uma racional divisão do trabalho e por uma determinada hierarquia. Da mesma forma, quanto às suas aptidões, que uma organização tem expectativas acerca de seus membros têm suas expectativas em participantes, que talentos e potencial de desenvolvimento, também ou formam uma organização porque elas têm relação à organização. As Pessoas procuram atender às suas necessidades pessoais. Para isso, elas participam nela satisfazendo certos custos ou a fazer obter essas satisfações; as Pessoas estão dispostas a fazer, a fim de procurar certos investimentos pessoais na organização. Por outro lado, elas têm, seguramente, expectativas de que elas trabalhem e desenvolvam o desempenho e reciprocidade na organização, a que se dá o nome de pressão entre pessoas e organizações. Cada uma espera que as Pessoas trabalhem e esperando certas satisfações, as pessoas realizem suas tarefas e conceder-lhes incentivos e recompensas a partir de que. Assim, em quanto as pessoas oferecem suas atividades dentro da organização pessoais, As pessoas estão dispostas a cooperar com seus próprios objetivos pessoais. A organização contribua diretamente para o alcance e

behavioral Assim a VCT a

Ao estudar os motivos pelos quais as pessoas se comportam antes sob a forma de organização como um sistema que recebe contribuições dos membros em troca oferece alíquotas e incentivos.

Os conceitos básicos dessa teoria são os seguintes :
- as suas partes

ta (conceito 08,

"pagamentos" fatos para ser

to e promoção, e o'

a) Incentivos ou alíquotas: são os benefícios, elogios, oportunidades de promoção, aumento de produção, benefícios etc.).

. 51-53.

Oitavio Etzioni, O B. M. e " cit. 1977, pp. 1, conforme H. A. Simon, D.

W

z, a, Mercho H. A. Simon, Teoria das Organizações cit. p
S. Nathanson V. A. Thompson, Administração, cit., pp. 381 e 382:

TEORIA COMPORTAMENTAL DA

: : a ~

b) Utilidade das incentivos: cada incentivo possui um determinado valor de utilidade para o indivíduo.

para indivíduo: É a função utilidade, eminentemente subjetiva para cada indivíduo em suas necessidades pessoais.

c) Contribuições: são os "pagamentos" que cada participante efetua à organização a que está ligado (como o trabalho, a dedicação, o esforço e desempenho, assiduidade, pontualidade, lealdade, reconhecimento etc.)

d) Utilidade das contribuições: a utilidade de uma contribuição é o valor que o esforço de um indivíduo tem para a organização, a fim de que esta alcance seus objetivos.

Os postulados básicos da teoria do equilíbrio organizacional são os seguintes:

a) "uma organização é um sistema de comportamentos sociais inter-relacionados de numerosas pessoas, que são os participantes da organização;

b) cada participante e cada grupo de participantes recebe incentivos (recompensas) em troca dos quais faz contribuições à organização;

c) todo participante somente manterá sua participação na organização enquanto os incentivos (recompensas) que lhe são oferecidos forem iguais ou maiores (medidos em termos dos valores que representam para o participante e das alternativas que se lhe oferecem) do que as contribuições que lhe são exigidas;

d) as contribuições trazidas pelos vários grupos de participantes constituem a fonte na qual a organização se sustenta e se alimenta dos incentivos que oferece aos participantes;

e) donde: a organização será sustentável - e continuará existindo somente enquanto as contribuições forem suficientes para proporcionar incentivos em quantidade bastante para induzirem os participantes à prestação de contribuições".

A decisão de participar é parte essencial da teoria do equilíbrio organizacional.

O equilíbrio reflete o êxito da organização em remunerar seus participantes com quantias

adequadas (sejam de dinheiro ou de satisfações não-materiais) e motivá-los a continuarem

fazendo parte da organização e com isto garantir a sua sobrevivência.

Tipos de Participantes

A teoria do equilíbrio organizacional procura identificar os principais participantes de uma

organização e os fatores que afetam as suas decisões quanto à participação. A organização

é um sistema social que se caracteriza por diferentes participantes que

interagem entre

ai dentro de uma diferenciação de tarefas produzida pela divisão do trabalho. Os

participantes incluem como participantes da organização todos aqueles indivíduos que dela recebem

incentivos e que trazem contribuições para sua existência. Assim há cinco classes de participantes:

Empresários: empregados, investidores, fornecedores, distribuidores e consumidores. Em determinadas

circunstâncias, alguns desses participantes podem assumir papel dominante para o

equilíbrio da organização. Nem todos os participantes atuam necessariamente dentro da

organização. O importante é que todos eles mantenham relações de reciprocidade com a

organização: proporcionam suas contribuições em troca de incentivos úteis, enquanto a

organização proporciona incentivos em troca de contribuições úteis. Em uma organização

comercial típica, por exemplo, podemos distinguir três tipos de participantes: empresários, empregados

e clientes. Os empresários distinguem-se pelo fato de que suas decisões controlam as atividades

dos empregados; os empregados, pelo fato de que contribuem com seu tempo e esforço para a organização, em troca de salários; os clientes, pelo fato de contribuírem com

dinheiro para a organização, em troca de seus produtos. Cada um dos participantes tem motivos pessoais próprios para se dedicar à organização. O empresário busca o lucro (isto é, um excesso das receitas sobre as despesas), os empregados buscam salários e benefícios e os clientes, os produtos que pretendem comprar. Ao contratar empregados, o empresário pretende pagá-los com o resultado das vendas aos clientes e, se estas trouxerem uma receita maior que as despesas, o empresário lucra e a organização continua a existir. Caso contrário, o empresário torna-se incapaz de conservar os clientes, de manter consigo os empregados em atividade organizada e pode perder até o próprio estímulo de preservar sua organização. Neste caso, a organização desaparece, a menos que se possa conseguir um equilíbrio num nível compensador. Em qualquer organização, o empresário dependerá também, sem dúvida, de muitos alicientes, além daqueles de natureza puramente econômica, tais como prestígio, boa vontade, lealdade e assim por diante.

Teoria da Aceitação de Autoridade

Barnard desenvolveu também uma teoria a respeito da autoridade e que se contrapõe completamente aos ensinamentos da Teoria Clássica. Verificou, durante muitos anos, como a autoridade algumas vezes é inefetiva, como as ordens são desobedecidas e como a desobediência e a violação são reveladas pelos que detêm a autoridade. Chegou à conclusão de que a autoridade não repousa no poder de quem a possui; ela não vem de cima para baixo, conforme os autores clássicos. Ao contrário, a autoridade repousa na aceitação ou no consentimento dos subordinados. O indivíduo obedece, não pela legitimação da autoridade, mas decidindo entre as alternativas de obedecer ou não: se a obediência lhe traz vantagens que quer obter ou se a desobediência lhe traz desvantagens que quer evitar. Dentro dessa nova visão, a autoridade é um fenômeno psicológico através do qual as pessoas aceitam as ordens e decisões dos superiores, sob certas condições. A teoria da aceitação da autoridade, proposta por Barnard, parte do pressuposto de que um subordinado somente pode aceitar e aceita uma ordem como autoritária quando quatro condições

ocorrem simultaneamente:

- a) quando o subordinado pode entender ou compreender a ordem;
- b) quando não a julga incompatível com os bjetivos da organização;
- c) quando não a julga incompatível com seus objetivos pessoais;
- d) quando é mental e tisticamente capaz de cumpri-la.

Assim, a autoridade depende, não do superior, mas da decisão do subordinado de

aceitá-la ou não. A decisão sobre a autoridade é da pessoa a quem a ordem é dirigida e não

de quem a emite. É o receptor da comunicação da ordem ao qual é endereçada quem pode

decidir se vai encará-la como uma ordem ou não. A desobediência a uma ordem constitui a

própria negação da autoridade.

Desse novo conceito de autoridade decorre a enorme importância das comunicações,

pois se elas não forem entendidas não irão gerar autoridade. Além disso, o administrador

não deve emitir ordens que não serão ou não poderão ser obedecidas, pois isso destrói a

TEORIA COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO

autoridade; a disciplina e o moral da organização. As relações de autoridade de motivos pelos quais as pessoas aceitam as decisões e ordens dos superiores:

A ACEITAÇÃO DA AUTORIDADE

CONFLITO ENTRE OS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS E OS OBJETIVOS INDIVIDUAIS

Um dos temas referidos pelos behavioristas é o conflito entre os objetivos que as organizações procuram atingir e os objetivos que individualmente cada participante pretende alcançar. As metas organizacionais e as metas individuais nem sempre se deram muito bem.

Barnard²⁵ afirmava que o indivíduo deve ser eficaz (na medida em que o seu trabalho consegue atingir objetivos da organização) e ser eficiente (na medida em que seu trabalho consegue atingir objetivos pessoais). Em outros termos, o indivíduo precisa ser eficaz (atingindo os objetivos organizacionais através de sua participação) e ser eficiente (satisfazendo suas necessidades individuais) para sobreviver no sistema. Daí Barnard distinguir entre eficácia e eficiência.

Os autores behavioristas têm feito distinção entre problema, dilema e conflito. Um problema envolve uma dificuldade que pode ser solucionada dentro do quadro de referência formulado pela organização pelos precedentes utilizados, pela solução ou pela aplicação das diretrizes existentes.

Um dilema não é suscetível de solução dentro das suposições contidas explícita ou implicitamente em sua apresentação. Ele requer reformulação, ou seja, o abandono da abordagem habitual e a descoberta de novas maneiras de contemplá-lo. Requer, sobretudo, inovação na sua abordagem. Um indivíduo ou

Um conflito significa um colapso nos mecanismos decisórios normais, em virtude do qual um grupo experimental dificuldades na escolha de uma alternativa de ação. Existe o conflito quando um indiví-

duo ou grupo se defronta com um problema de decisão entre duas alternativas incompatíveis entre si: ou adota uma e se contrapõe à outra ou vice-versa. Chris Argyris²⁶ desenvolveu uma concepção segundo a qual existe um inevitável conflito entre o indivíduo e a organização. O autor salienta que esse conflito básico entre o indivíduo e a organização formal é devido a

25 Chester I. Barnard, As Funções do Executivo. cit.

26 Chris Argyris, Personalidade e Organização: O Conflito entre o Indivíduo e o Sistema, Rio de Janeiro, Ed. Renes, 1968.

uma incompatibilidade entre a auto-realização de ambos. Para Argyris, a estrutura, a liderança dirMiva c os regulamentos e controles administrativos existentes nas organizações são inadequados para os indivíduos maduros. Boa parte das tarefas e situações que os indivíduos enfrentam no seu cotidiano dentro das organizações exigem liderança diretiva, regulamentos e controles administrativos para que a organização consiga funcionar de acordo com as suas expectativas. Por outro lado, os indivíduos provêm a organização de liderança, inovação, dedicação e desempenho espontâneo, dos quais também depende o sucesso da organização e a própria satisfação dos indivíduos. À medida que a organização fortalece as suas exigências quanto a uma liderança diretiva mais reforçada e quanto a regulamentos e controles mais acentuados, obviamente o desempenho espontâneo, a criatividade, a inovação etc. serão cerceados. Desta forma, o conflito potencial ou mesmo real entre a personalidade madura dos indivíduos e as exigências da organização formal se accentua irremediavelmente.

Para Argyris, os princípios de organização formal fazem exigências aos indivíduos que as compõem. Algumas dessas exigências são incongruentes com as necessidades dos indivíduos, daí surgindo a frustração, o conflito, o malogro e a curta perspectiva temporal como resultantes previstos dessas incongruências.

A empresa típica confina a maioria de seus empregados em tarefas onde há pouca oportunidade para a manifestação de responsabilidade, de autoconfiança, ou de independência. Por outro lado, grande parte das tarefas são definidas de modo a exigir o mínimo das capacidades de um indivíduo, e de tal forma que coloca a responsabilidade pelas decisões mais importantes não em suas mãos e sim nas do superior. Se se retira todo sentido social e psicológico da tarefa de um trabalhador, este começa a se adaptar, deixando de considerar o trabalho como um prazer e um desafio, cuja realização resultava num orgulho pessoal. Torna-se, sem demora, indiferente à qualidade de seu trabalho, enquanto for pago, mas atrás dessa apatia e dessa indiferença ele se sente humilhado e hostil, pois, se não recebe responsabilidade, nenhuma responsabilidade evidencia; se é tratado como um autômato, comporta-se como tal. Aos poucos torna-se passivamente hostil seja pela redução de sua produção, seja pelos erros deliberados. Não se passa muito e começa a sentir um abismo amplo e profundo entre ele e aqueles que controlam a situação.

Argyris conclui que:

1. É perfeitamente possível a integração das necessidades

individuais de auto-expressão com os requisitos de produção de uma organização, em grau muito mais elevado do que se poderia imaginar.

2. As organizações que apresentam alto grau de integração entre objetivos individuais e organizacionais são mais produtivas do que as outras.

3. Ao invés de reprimir o desenvolvimento e o potencial do indivíduo, as organizações podem contribuir enormemente para sua melhoria.

Para Argyris, a parcela maior de responsabilidade pela integração entre os objetivos da organização e os dos indivíduos recai sobre a alta administração.

Enquanto os indivíduos buscam suas satisfações pessoais (como o salário, o lazer, o conforto, o horário mais favorável, oportunidades de crescimento etc.), as organizações, do mesmo modo, têm necessidades (capital, edifícios, equipamentos, potencial humano, lucratividade e, sobretudo, oportunidades para se ajustar a um ambiente constantemente em mudança).

Prioritariamente, entre estas necessidades estão as de elemento humano, recurso indispensável e inestimável, que pode ser sumamente desenvolvido, pois o ser humano pode aprender e ampliar poderosamente a sua competência.

A interdependência entre as necessidades do indivíduo e da organização é imensa: a vida e os objetivos de ambos estão inseparavelmente entrelaçados. O importante é que o alcance do objetivo de uma das partes nunca venha a prejudicar ou a tolher o alcance do objetivo de outra. Ambas as partes devem contribuir mutuamente para o alcance dos seus respectivos objetivos.

TEORIA COMPORTAMENTAL DA

APRECIÇÃO CRÍTICA DA TEORIA COMPORTAMENTAL

A contribuição da Teoria Comportamental à TGA é, sem dúvida alguma, definitiva e inarredável. Em alguns aspectos, contudo, a Teoria Comportamental apresenta fragilidades, pontos críticos e aspectos bem característicos. Entre eles podemos citar:

Ênfase nas Pessoas

A Teoria Comportamental marca definitivamente a transferência da ênfase na estrutura da organização (influência da Teoria Clássica e Neoclássica e da Teoria da Burocracia, principalmente) para a ênfase nas pessoas (influência da Teoria das Relações Humanas). Porém, ao transferir essa ênfase dos aspectos estruturais e estáticos da organização para os aspectos comportamentais e dinâmicos, a Teoria Comportamental tenta realinhar e redefinir os

p 8

conceitos de tarefa e de estrutura sob uma roupagem mais democrática e humana. Todavia, em muitos aspectos, os behavioristas pecam pela psicologização de certos aspectos organizacionais, ao considerar os participantes em termos de "racional e não-racional", "eficientes e não-eficientes", "satisfeitos e insatisfeitos". Esse exagero é passível de críticas.

Abordagem Mais Descritiva e Menos Prescritiva

A análise descritiva (que mostra o que é) e a análise prescritiva (que mostra o que deve ser) são também aspectos importantes no estudo do comportamento organizacional. Enquanto a abordagem da Teoria Clássica e Neoclássica e da Teoria das Relações Humanas era prescritiva e normativa (preocupação em prescrever como lidar com os problemas administrativos, ditando princípios ou normas de alteração, o que deve e o que não deve ser feito), a abordagem da Teoria Comportamental é predominantemente descritiva e explicativa (preocupação em explicar apenas, sem ditar princípios ou normas de atuação). Os behavioristas preocupam-se muito mais em explicar e descrever as características

do comportamento organizacional do que em construir modelos e princípios de aplicação prática. Nisto reside a relativa dificuldade de aplicação dessa teoria, que muito pouco tem de normativa, mas cuja riqueza conceitual é impressionante. Porém, muito embora a análise descritiva seja predominante no estudo do comportamento organizacional, nota-se uma certa tendência para uma posição prescritiva, enfatizando o que é "melhor" para as organizações e para as pessoas que nelas trabalham, como é o caso da Teoria Y, do Sistema 4 etc.

z C. Wright Mills, A Imaginação Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1955, pp.106-107.

Profunda Reformulação na Filosofia Administrativa

O antigo conceito de organização baseado no esquema autocrático, coercitivo e de diferencia-

ção de poder (autoridade x obediência) é profundamente analisado e criticado. Em contra-

posição a ele, os behavioristas indicam um novo conceito de "colaboração-consenso" e de

"equalização do poder", eminentemente democrático e humanos. A Teoria Comportamen-

tal privilegia as organizações mais democráticas, menos estruturadas hierarquicamente e

menos autocráticas, baseadas na equalização do poder. Bennis salienta que ao cabo da

última década vem ocorrendo uma mudança fundamental do comportamento administra-

tivo em três áreas, a saber :

a) um novo conceito de homem a partir do conhecimento profundo de suas complexas e mutáveis necessi-

dades. Esse novo conceito substitui o antigo conceito ultra-simplificado do homem padronizado e quase

automato;

b) um novo conceito de poder baseado na colaboração, na decisão e na razão. Esse novo conceito substitui

o antigo modelo de poder, baseado na coação e na ameaça;

c) um novo conceito de valores organizacionais, baseado numa orientação humanista e democrática. Esse

novo conceito substitui o antigo sistema de valores despersonalizados e mecânicos da burocracia.

Os principais meios para se desenvolver condições satisfatórias nas organizações são,

aproximadamente, os seguintes:

a) Delegação real de responsabilidades para objetivos conjuntos.

b) Utilização de grupos de trabalho semi-autônomos.

c) Ampliação do cargo (amplitude de variedade e de significado).

d) Retroação (feedback), como elogios, críticas construtivas etc. sobre o desempenho.

e) Promoções em escada para pessoal não-gerencial.

f) Treinamento mais amplo no cargo.

g) Simplificação do cargo pelo próprio ocupante.

Dimensões Bipolares da Teoria Comportamental

Os principais temas da Teoria Comportamental são permeáveis entre si e são geralmente

abordados em dimensões bipolares, como:

zs Harold J. Leavitt, "Applied Organizational Change in Industry: Structural, Technological and Humanistic Approaches", in Management and Motivation, Selected Readings, Victor H. Vroom e Edward L. Deci (eds.), Middlesex, Penguin Books, 1973, pp. 363 a 375.

z9 Warren G. Bennis, Desenvolvimento Organizacional: Sua Natureza, Origens e Perspectivas, cit., pp. 25 i e 26.

3Q Lyman W. Porter, Edward E. Lawler, III, e J. Richard Hackman, Behavior in Organizations, Tokyo, McGraw-Hill Kogakusha Ltd., 1975, pp. 15 a 25.

TEORIA COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO

a) Análise Teórica x Empírica

O estudo do comportamento organizacional tem sido mais voltado para aspectos empíricos (como pesquisas, experiências, investigações etc.) do que para aspectos teóricos (especificação de proposições ou conceitos consistentes a respeito das variáveis envolvidas). A teoria especifica o que se espera que ocorra - quais as variáveis que na situação organizacional se relacionam com outras variáveis - enquanto os dados empíricos mostram o grau em que as previsões ocorrem na realidade. Há uma relação simbiótica entre estas duas abordagens: os dados empíricos não têm sentido sem um alinhamento teórico, enquanto a teoria não avança apenas com a abstração. Dados empíricos e teoria se completam reciprocamente.

b) Análise Macro x Micro

A análise do comportamento organizacional pode ser feita na base de uma perspectiva global de uma organização (macroabordagem) ou na visão de pequenos detalhes da organização, que são as pessoas (microabordagem). Ambas as perspectivas - macro (a unidade de análise é a organização) ou micro (a unidade de análise é o indivíduo) - são necessárias para a compreensão dos complexos processos humanos e comportamentais que ocorrem nas organizações.

c) Organização Formal x Informal

As organizações complexas nas quais as pessoas vivem e trabalham são sistemas sociais previamente construídos. Envolvem uma organização formal, porque envolvem certas atividades e relações especificadas e antecipadamente definidas; envolvem também uma organização informal, porque envolvem certas atividades e relações não especificadas nem antecipadamente definidas que ocorrem dentro e fora da organização formal. Na realidade, ambas não estão separadas. Pelo contrário, se interpenetram profundamente e se influenciam reciprocamente.

d) Análise Cognitiva x Afetiva

Pode-se distinguir dois modos de comportamento: o cognitivo (dirigido pelos processos de raciocínio dos indivíduos e que se baseia na racionalidade, na lógica e no uso da mente e da inteligência) e o afetivo (dirigido pelos sentimentos dos indivíduos e que se baseia nas emoções e na afetividade). A preponderância de um modo de comportamento sobre o outro depende da natureza da situação que envolve o indivíduo. Em situação em que o indivíduo não recebe diretamente o impacto dos eventos nem sofre pressões de tempo para decidir, seu comportamento é predominantemente cognitivo e racional. Porém, quando os eventos ou pessoas produzem tensão ou ansiedade, seu comportamento tende a ser predominantemente afetivo e emocional. Para a Teoria Comportamental, os fenômenos humanos dentro da organização são melhor compreendidos quando os comportamentos cognitivo-racionais

são estudados em conjunto com os comportamentos qfetivo-emocionais. As pessoas - seja rlo trabalho ou fora dele - são criaturas que pensam e sentem.

A Relatividade das Teorias de Motivação

As teorias de motivação apresentadas por Maslow e Herzberg são muito relativas. Algumas pesquisas recentes apontam resultados que põem dúvidas à sua validade. A contribuição das teorias de motivação para a TGA pode ser assim resumida³ :

- a) Os indivíduos podem ser vistos como possuidores de necessidades e/ou motivos generalizados. Estas necessidades podem ser arranjadas em uma hierarquia partindo das necessidades fisiológicas e de segurança movendo-se até as necessidades de auto-realização.
- b) Estas necessidades e motivos podem ser compreendidos como exercendo uma influência direta sobre o componamento .
- c) O comportamento é então explicado por uma necessidade ou motivo sobre o qual é baseado.
- d) Há um conflito básico entre as necessidades dos indivíduos e os objetivos das organizações.
- e) Este conflito é melhor resolvido não por técnicas de relações humanas mas por mudanças na estrutura organizacional.
- f) A melhor for a de organização é aquela que procura otimizar a satisfação das necessidades individuais e organizacionais através dos seguintes meios: encorajamentp da formação de grupos de trabalho estáveis da participação dos trabalhadores na tomada de decisões; boas comunicações e supervisão expressiva; estruturas não-burocráticas que funcionam mais pela colocação de objetivos do que através da hierarquia de autoridade.

Porém, algumas questões críticas sobre as teorias da motiva ão permanecem ainda sem resposta convincente³² :

- a) Cómo validar a existência das necessidades humanas? Elas são "reais" ou são apenas "construções" dos psicólogos? Como estabelecer quais são elas? São universais ou sua expressão é contingente em face das circunstâncias?
- b) Em que extensão é legítimo usar as necessidades como variáveis independentes? Elas realmente explicam o comportamento? Há uma contcação básica entre elas e a perspectiva sociológica?
- c) Se as necessidades existem, por qué elas devem ser satisfeitas dentro das organizações industriais? Por que

não podem ser satisfeitas fora do trabalho?

Profunda Influência das Ciências do Comportamento sobre a Administração

As ciências do comportamento marcam, através da Teoria Comportamental, a mais profunda influência sobre a Administração, seja através de novos conceitos sobre o homem e suas motivações ou sobre a organização e seus objetivos. A Teoria das Organizações precisa

3 David Silverman, *The Theory of Organization: A Sociological Framework*, Heineman, London, 1976; pp. 77-78.

32 David Silverman, *The Theory of Organization: A Sociological Framework*, cit., p. 78.

TEORIA COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO

sempre de um modelo de homem para melhor explicar e justificar seus principais. Assim três aspectos são importantes na Teoria Comportamental³³.

- a) As organizações surgem quando os objetivos a serem alcançados são demasiado complexos para um indivíduo sozinho. A sequência de eventos necessária para a organização alcançar estes objetivos pode ser dividida em unidades administrativas pelos indivíduos.
- b) Os indivíduos são, eles mesmos, organizações complexas. Eles produzem a atividade e energia para uma organização se isto representa alguma vantagem para eles. A vantagem dos indivíduos pode ser compreendida pela satisfação de suas necessidades pessoais.
- c) Há uma variedade de conceitos de necessidades listas argumentos e concepções diferentes acerca do grau de profundidade em que elas existem. Os indivíduos buscam satisfazer às suas necessidades e são profundamente influenciados pelo contexto organizacional, como o conteúdo ou o contexto do cargo que ocupam.

Os behavioristas preferem fazer alterações organizacionais (seja na estrutura, nas tarefas ou nos processos) para obter melhorias no comportamento humano e organizacional.

Para eles, "há um potencial enorme nas organizações, para um ataque direto ao comportamento, sem esforço intermediário para alterar atitudes ou personalidades. É possível controlar a estrutura de reconhecimentos e recompensas (principalmente o tipo de comportamento que dá resultados positivos); os estímulos ou sinais apresentados ao indivíduo, para provocar sua reação; o regulamento que governa sua atuação e a percepção exata do que é bem visto na organização, através de táticas como o caminho mais curto para os altos postos ou a ênfase sobre a estabilidade ou mudança, volume ou qualidade. Este imenso potencial de mudança de comportamento pode ser utilizado sem se retirar quantidade razoável de recursos e de tempo da atividade produtiva, sem violar a intimidade e sem descontinuidade entre o que se diz permitir e o que se permite, realmente. O desenho e a administração da estrutura da organização são a chave de tudo. O comportamento evocado por instrumentos tais como regulamentos, descrições de funções, estruturas de recompensa e linhas de comunicação é reforçado constantemente, e torna-se parte das expectativas normais dos empregados. É possível planejar tarefas e determinar papéis para o indivíduo médio (pressupondo-se um determinado nível de treinamento e experiência) mais do que esperar que o elemento

humano tenha qualidades sobre-humanas para desempenhar um papel impossível"3'.

Á Organização como um Sistema de Decisões

A Teoria das Decisões, defendida por Simon, parece se referir mais aos efeitos dos processos formais sobre a tomada de decisões, deixando de lado os processos interpessoais que não estão incluídos na organização formal. Até parece que, segundo os conceitos da Teoria das I J Cisões, a organização tem um único e exclusivo objetivo: enfrentar e resolver problemas que surgem e à medida que surgem³⁵.

³³ David Silverman, *The Theory of Organization: A Sociological Framework*, cit., p. 78.

³⁴ Chris Argyris, "Personality and Organization Theory Revisited", in *Readings on Behavior in Organizations*, Edgar F. Huse, James L. Bowditch e Dalmar Fisher (eds.); Readings, Mass., Addison-Wesley Publishing Company 1975, pp. 73 a 75.

³⁵ Charles Perrow, *Análise Organizacional: Um Enfoque Sociológico*, cit., p. 214.

Análise Organizacional a Partir do Comportamento

A Teoria Comportamental analisa a organização sob o ponto de vista dinâmico do seu com-

portamento e está profundamente preocupada com o indivíduo como indivíduo. Porém, a

análise organizacional varia conforme o autor behaviorista, a saber:

a) Há autores cuja preocupação se centra no indivíduo, suas predisposições, reações e personalidade dentro

do panorama organizacional. É uma abordagem psicanalítica que vê as organizações compostas por indi-

víduos que apresentam diversos tipos de relações familiares, atuando em contínuo estado de desenvolvi-

mento e que se comportam nas organizações sobre a base de suas predisposições individuais somente. É o

caso de Argyris e, de certa forma, de Barnard.

b) Há autores que consideram a organização como um meio para proporcionar ao indivíduo uma série de

recompensas com distintos graus de satisfação e que salientam que as organizações devem tratar de ofere-

cer aos seus membros o mais alto (autocrescimento e autodesenvolvimento) nível de motivação e de

recompensa. É o caso de Maslow e de Herzberg.

c) Há autores que consideram a organização como um conjunto de indivíduos comprometidos em um

processo de tomada de decisões. Como as pressões organizacionais são importantes nesse processo, os

autores se voltam para as motivações individuais. É o caso de March e Simon cuja abordagem da organi-

zação utiliza uma perspectiva individual.

Sejam quais forem as críticas, contudo, a Teoria Comportamental deu novos rumos e

dimensões à TGA, enriquecendo profundamente o seu conteúdo e a sua abordagem.

SUMARIO

1. A Teoria Comportamental marca a mais profunda influência das ciências do comporta-

mento na Administração. Para muitos, representa a aplicação da Psicologia Organizacio-

nal à Administração. Surgiu em 1947 nos Estados Unidos, dentro de uma fundamentação

amplamente democrática.

2. Esta teoria se assenta em novas proposições acerca da motivação humana, notadamente

as contribuições de McGregor, Maslow e Herzberg. O administrador precisa conhecer os

mecanismos motivacionais para poder dirigir adequadamente as pessoas.

3. Um dos assuntos prediletos dos behavioristas é o que trata dos estilos de administração.

McGregor traça dois extremos: a Teoria X e a Teoria Y, enquanto Likert propõe quatro sistemas organizacionais variando desde um sistema autoritário explorador até um sistema participativo grupal eminentemente democrático.

4. Outro aspecto importante da Teoria Comportamental é o Processo Decisorial. Todo indivíduo é um tomador de decisão, baseando-se nas informações que recebe do seu ambiente, processando-as de acordo com suas convicções e assumindo atitudes, opiniões ó pontos de vista em todas as circunstâncias. A organização, neste sentido, é vista como um sistema de decisões, onde todos se comportam racionalmente apenas em relação a um

36 Derek S. Pugh, "Modern Organization Theory: A Psychological Study", *Psychological Bulletin*, vol. 71, n° 21, p. 241, out. 1966.

TEORIA COMPORTAMENTAL DA

conjunto de informações que conseguem obter a respeito de seus participantes tomem decisões consentâneas com as da organização, esta lança uma série de artifícios para orientar as decisões.

A idéia de um tomador de decisões, dentro de uma racionalidade limitada pela escassez de

informações que pode obter e processar, conduz ao conceito do homem administrativo,

que se comporta buscando soluções satisfatórias e não soluções ótimas.

5. Nas organizações existem sempre conflitos entre os objetivos individuais e os objetivos

organizacionais. Na medida em que as organizações pressionam para alcançar os seus

objetivos, elas privam os indivíduos da satisfação de seus objetivos pessoais, e vice-versa.

Uma série de modelos e proposições é apresentada pelos autores behavioristas para evitar

os aspectos negativos de tal conflito.

6. O comportamento organizacional é o tema preferido pelos behavioristas na teoria administrativa.

A reciprocidade entre indivíduos e organizações e suas relações de intercâmbio

são importantes para o estudo das organizações.

7. Por fim, uma extensa apreciação crítica a respeito da Teoria Comportamental na Administração

como uma tentativa de balanço de suas contribuições e de suas limitações.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Quais as origens da Teoria Comportamental na Administração?

2. Qual a abordagem de McGregor a respeito da motivação humana?

3. Explique a hierarquia das necessidades segundo Maslow.

4. Explique a teoria dos dois fatores de Herzberg.

5. O que Herzberg quer dizer por "enriquecimento das tarefas"?

Quais os efeitos desejáveis e indesejáveis do Enriquecimento do Cargo?

Faça um confronto entre a abordagem de Maslow e a de Herzberg a respeito da motivação humana.

8. Explique as Teorias X e Y de McGregor.

9. Qual a concepção tradicional de Administração segundo McGregor?

10. Qual a moderna concepção de Administração segundo McGregor?

11. Quais são os aspectos inovadores condizentes com a Teoria Y que existem nas organizações?

12. Explique os 4 sistemas administrativos, as variáveis causais, intervenientes e resultantes.

13. Defina a organização como um sistema social cooperativo.

14. Explique o processo decisório, suas etapas e a Teoria da Decisão.

15. O que significa o homem administrativo?

16. Conceitue o comportamento organizacional.

17. Explique o conflito entre objetivos organizacionais e os objetivos individuais.

CASO ELETRO BIMBA S.A.

A Eletro Bimba S.A. é uma empresa estabelecida há 40 anos, atuando no ramo da indústria eletromecânica, fabricando produtos eletrônicos de consumo. Começou suas atividades no sul do País, importando produtos do ramo. Pouco depois, iniciou a montagem dos aparelhos com componentes importados. Posteriormente, passou a fabricar, sob licença, também os componentes com a marca estrangeira. Atualmente, após haver desenvolvido tecnologia própria, a Eletro Bimba fabrica inteiramente os seus próprios produtos. Hoje, além da matriz no sul, a Eletro Bimba possui duas fábricas adicionais, uma no Norte (SUDAM) e outra no Nordeste (SUDENE), as quais, embora sendo duas pessoas jurídicas independentes, funcionam como filiais. A empresa conta com 1 400 funcionários espalhados pelas três fábricas. Embora seja uma sociedade anônima de capital aberto, tem o seu controle acionário sob o poder de algumas famílias. O Diretor-Presidente, Alberto Novaes, é o maior acionista individual. Tem 50 anos de idade e é uma figura excepcional que começou na indústria, sob a gestão do pai, como engenheiro na fábrica, galgando posições de destaque por seu próprio mérito. Com a aposentadoria do pai, assumiu o cargo de Presidente, estando à testa da empresa há mais de 15 anos. É visto pelos empregados com respeito e admiração, e possui um vasto relacionamento externo com pessoas influentes no mundo político, tendo ocupado fora da empresa cargos de relevante importância em Federações, Associações de Classe etc.

O Diretor Industrial, Sérgio Gomes, tem 40 anos. É também engenheiro e já conta com 15 anos de casa. Representa a segunda família maior acionista da empresa. Substitui por força dos Estatutos da empresa o Diretor-Presidente em suas ausências. É do tipo autocrático, dispersivo e não tem poder de decisão, transferindo os problemas para os subalternos, e ; t cobrando incessantemente do seu pessoal as soluções, sem dar-lhes condições adequadas para tanto.

" O Diretor-Financeiro, José Gonçalves, é um economista, em vias de se aposentar, com 60 anos de idade. Vem ocupando o cargo há mais de 12 anos. Anteriormente trabalhou 25 anos em um banco. Trata-se de pessoa amável, porém

muito formalista. É um bom planeja-
dor, bastante respeitado por todos, porém muito pouco eficiente nas
atividades administra-
tivas. Possui pequeno número de ações da empresa.
Tendo de se afastar por um longo período da direção ativa da empresa,
por motivos de
; ordem política, o Diretor-Presidente delegou o cargo ao seu substituto,
Sérgio Gomes.
Alguns tempos depois, ao retornar à empresa, encontrou-a com inúmeros
graves problemas
sem solução. Na área de produção vinham ocorrendo problemas de
controle de qualidade; o
desenvolvimento de novos produtos dificultado por uma situação
financeira apertada; a
linha de produtos mesmo restrita e com boa participação no mercado
nacional - mais ou
menos 34% - apresentava pouco intercâmbio entre as três unidades fabris,
cada qual resol-
vendo à sua maneira e estilo os problemas técnicos que eventualmente
surgiam; cada unidade
fabril sendo vendida exclusivamente em sua própria região etc.
Na área de vendas, a inexistência de um plano mercadológico global
levava cada
fábrica a ter um Gerente de Vendas subordinado ao Superintendente da
unidade fabril. As
vendas ocorrem de forma direta, quando para clientes especiais ou para o
governo, mas na
generalidade a venda para o público ocorre através da distribuição
varejista.. Cada filial
fornece a assistência técnica, as verbas de propaganda são definidas por
cada Superinten-

TEORIA COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO

dente de acordo com a necessidade regional, não existindo um esquema unificado de vendas.

Na área de pessoal, quase 80% dos empregados contam com mais de 8 anos de

empresa, 10% do pessoal não-optante estão na fábrica do Sul. O pessoal se ressentiu de falta

de supervisão adequada; a autoridade é rígida, o moral dos empregados está baixo, não

existe avaliação do desempenho, e todos os operários se sentem nivelados por baixo. A

rotatividade de pessoal é muito elevada, pois os bons operários têm deixado a empresa em busca

de melhores condições de trabalho. Os salários são considerados baixos, não existem comu-

nicações satisfatórias e não há intercâmbio de pessoas entre filiais.

A área financeira está atravessando uma fase profundamente crítica devido a uma

forte recessão no mercado. Os custos operacionais têm-se tornado muito elevados e, como

consequência, o lucro do último exercício foi igual a zero. Por outro lado, as tomadas de

capital têm comprometido todo o realizável da empresa.

CASO GRUPO XYZ

"XYZ" é um grande grupo comercial e industrial com sede em São Paulo, constituído de

mais de 14 empresas, e suas operações estão espalhadas por todo o País. Possui ao todo mais

de 5.000 empregados. É uma organização sólida e lucrativa que cresceu enormemente nos

últimos 15 anos. Empresa nacional, pertence a uma única família, mas, além do Presidente e

do Diretor Comercial, os demais administradores da empresa são profissionais, sem nenhuma

relação de parentesco com os proprietários.

A Diretoria da Empresa está assim constituída:

Abaixo da Diretoria vêm os demais níveis hierárquicos, a saber:

- Gerência
- Chefia de Departamentos
- Encarregados de Setores
- Funcionários

A organização possui um grande edifício onde se localiza toda a administração central das diversas empresas do grupo e nele trabalham mais de 1.000 funcionários.

Durante vários anos a empresa utilizou uma política salarial bastante liberal, nunca se prevalecendo da cláusula legal que lhe facultava fazer a compensação dos aumentos espontâneos concedidos a determinados empregados, por ocasião dos reajustes salariais.

A empresa adotara como verdadeira "norma de procedimento" não compensar os aumentos salariais espontâneos, razão pela qual seus empregados, quando da aproximação dos acordos sindicais, calculavam seus novos salários pelo valor recebido no último mês anterior ao dissídio coletivo.

Todavia, em 1974, o Diretor Financeiro sugeriu à Diretoria, em reunião, e esta aprovou, que a empresa devia levar em consideração a cláusula que lhe facultava compensar os reajustes espontâneos. Entretanto, por algum lapso, deixou de fazer qualquer comunicação prévia, principalmente aos funcionários envolvidos pela medida.

Tal medida, conforme argumentação do Diretor Financeiro à Diretoria, iria trazer uma economia mensal de aproximadamente Cr. 300.000,00 e vinha de encontro à política de contenção de despesas que vinha sendo adotada pela alta administração, a fim de reduzir seus custos operacionais e dar prosseguimento, em ritmo cada vez mais acelerado, à implantação de novos projetos que permitissem uma expansão mais acentuada.

Tal fato gerou uma situação sumamente desagradável, pois a maioria dos funcionários atingidos havia assumido compromissos, a partir do mês seguinte, tendo por base o novo valor de seus vencimentos e não julgavam coerente a adoção de uma medida dessa natureza sem uma comunicação prévia.

Uma pequena comissão composta dos elementos mais representativos dirigiu-se para reclamar ao Diretor do Pessoal. Este simplesmente alegou que se tratava do cumprimento de uma cláusula do dissídio coletivo, estando a empresa, portanto, agindo legalmente. Pessoalmente, nada poderia fazer pois se tratava de uma resolução adotada em reunião de Diretoria dentro da competência que a lei faculta à empresa.

Não se conformando com a argumentação, a comissão foi ao Sindicato da classe e este,

após utilizar todas as tentativas possíveis, não conseguiu demover a direção da empresa a modificar sua resolução. Por outro lado, o Sindicato não encontrou meios legais de acionar juridicamente a empresa. Criou-se, assim, umá situação desagradável, envolvida em um ambiente de grande irritabilidade e insatisfação.

CASO EUTERPE LTDA.

Como Presidente da Euterpe Ltda. - uma empresa de porte médio, fabricante de tecidos - Milton Mascarenhas se considerava um homem bem sucedido. Havia fundado sua empresa em 1940, em uma época de muitas dificuldades, e em 1956 adquirira uma outra tecelagem para aumentar a capacidade produtiva da Euterpe. Assim, contava agora com duas fábricas localizadas em bairros diferentes do Rio de Janeiro. Contava com a ajuda de um grupo bastante competente de profissionais. Há um Diretor Industrial - Jaime Barcellos - que praticamente iniciou na época da fundação da empresa e bastante conhecido pela sua enorme resistência a mudanças e inovações, sobretudo no que se relaciona ao comportamento dos

operários nas duas fábricas. A fábrica n° 1 tem como Gerente de Produção um engenheiro industrial, Beraédito Corrêia, muito bem cotado por Barcellos pela sua. Forte preocupação com a produção e com a eficiência da fábrica. O Gerente de Produção da fábrica n° 2 é um administrador de empresas, Renato Ribeiro, cuja mentalidade mais aberta às vezes se choca com as idéias e atitudes do seu Diretor Industrial a quem se reporta. Renato acha que o trabalho dos operários pode ser muito mais agradável - e consistentemente muito mais eficiente - se forem introduzidas certas modificações nos processos de produção e no regulamento interno da fábrica que considera extremamente rígido e autocrático. Renato não aceita os métodos utilizados por Benedito Correia na fábrica n° 1, achando-os quase desumanos. Contudo, como Correia traz sempre bons resultados de produção, não vê como convencê-lo a humanizar sua forma de administração. Na fábrica n° 1, os operários não podem conversar em serviço, não podem se atrasar em hipótese alguma, são advertidos ou punidos em qualquer violação do regulamento interno, não recebem benefícios sociais, não recebem prêmios de produção e são simplesmente substituídos por outros quando fazem alguma reclamação sobre suas condições de trabalho. Por outro lado, Renato não consegue autorização de Barcellos para introduzir modificações que julga necessárias para dinamizar sua fábrica e utilizar mais eficientemente os recursos humanos de que dispõe. Há também um Diretor Administrativo e Financeiro - o Sr. Ralph Hartman - homem bastante conservador e metódico e que trata a sua área quase que mecanicamente, como se fora uma máquina e como se as pessoas fossem autômatos. Hartman é uma figura quase prussiana e grande defensor de esquemas fortemente burocratizados de trabalho, pois acha que nas finanças não se pode cometer o menor deslize. Há também um Diretor Comercial - o Sr. Alberto Cesarini - um administrador de empresas especializado na área mercadológica e ferrenho defensor do trabalho em equipe e da delegação de responsabilidades. Cesarini acha que o sucesso de sua organização de vendas repousa no ambiente extremamente liberal e amistoso que reina entre seus subordinados. Frequentemente faz reuniões com todo o seu pessoal e incrementa o espírito de equipe e o trabalho em conjunto e a troca de

idéias e

experiências entre vendedores e o pessoal da seção de faturamento e de expedição. Os operá-

rios que trabalham no depósito de produtos acabados também têm um sistema de trabalho

bastante liberal e sem grandes pressões. Cesarini geralmente consulta seus subordinados e

estabelece objetivos em conjunto com cada um deles, para depois cobrar os resultados,

deixando a critério de cada um a maneira pela qual deverão alcançá-los. Quando sente que

alguém está em dificuldades, oferece ajuda. Todavia, acha que não deve interferir na área

dos demais outros diretores, pois não pretende meter a mão em casa de abelhas.

Mas, como já vimos dizendo, Milton Mascarenhas se considera um homeni bem sucedido

- mas apenas em relação ao progresso que conseguiu em sua empresa. Uma preocupação

contudo o atormenta. Vez por outra recebe informações a respeito de como os empregados

de sua empresa são tratados em diversas seções. Seus sessenta e cinco anos de idade lhe ensi-

naram que a dignidade humana e os valores democráticos são as coisas mais importantes

para um empresário que deseja que sua empresa sirva à comunidade e ao País e não simples-

mente aos interesses egoístas de alguns poucos. Mascarenhas pensa em reunir seus diretores

para discutir o problema e criar uma comissão para estudar as possíveis alternativas de solu-

ção. Sabe que encontrará uma resistência férrea da parte de alguns deles, mas não se

encontra suficientemente esclarecido sobre a maneira de conduzir a discussão nem como

focalizar o problema, pois existem operários e funcionários em sua empresa e eles sempre

foram tratados diferentemente.

CAPÍTULO 14

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (D.O.)

Objetivos Deste Capítulo

Introduzir uma nova mentalidade aberta, democrática e eminentemente participativa voltada muito mais para a administração de pessoas do que para a administração de coisas e técnicas.
Destacar as mudanças ambientais e o papel da cultura organizacional no processo de mudança organizacional.
Desenvolver uma ideia do Desenvolvimento Organizacional, seus pressupostos básicos, o seu processo e os diversos modelos de D. O. baseados em alterações estruturais, comportamentais e ambas em conjunto.
Permitir uma visão crítica das diversas modalidades de intervenção nas organizações.

Na década de 60, um grupo de cientistas sociais nos Estados Unidos desenvolveu certos trabalhos que dão relevante ênfase ao desenvolvimento planejado das organizações (Desenvolvimento Organizacional). Desde então, muita coisa foi escrita sobre o assunto, principalmente por profissionais ligados às ciências do comportamento e que exercem funções de consultores de organização. O assunto tem sido entendido de modos bastante diferentes pelos numerosos autores, não havendo um consenso geral bem definido sobre o que é o Desenvolvimento Organizacional (D.O.).

ORIGENS DO D.O.

O movimento de Desenvolvimento Organizacional surgiu a partir de 1920, não com um único autor, mas com um complexo conjunto de ideias a respeito do homem, da organização

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (D.O)

e do ambiente, no sentido de propiciar o crescimento e desenvolvimento segundo as suas

potencialidades. No sentido restrito, o D.O. é um desdobramento prático e operacional da

Teoria Comportamental a caminho da abordagem sistêmica.

No sentido amplo, as origens do D.O. podem ser atribuídas a uma série complexa de

fatores, a saber:

a) A relativa dificuldade encontrada em se operacionalizar os conceitos das diversas

teorias sobre a organização, cada qual trazendo uma abordagem diferente e, muitas

vezes, conflitante com as demais. Assim:

1. A Teoria Clássica proposta por Taylor (Escola de Administração do Cientista) e por Fayol (Escola Administrativa ou Fisiologista, separadamente, deu ênfase à organização formal e

à racionalização dos

métodos de trabalho (engenharia industrial). A organização científica do trabalho trouxe uma abordagem

rígida e mecanicista, que considerava o homem sob um ponto de vista atomístico e simplista

(homem econômico, como um apêndice da máquina. A eficiência foi o objetivo básico perseguido por

esta teoria. Essa teoria mostrou-se incompleta e parcialista.

2. A Teoria das Relações Humanas proposta inicialmente por Mayo, a partir da Experiência de

Hawthorne e dos trabalhos de Lewin, foi uma reação de oposição ao tradicionalismo da Teoria

Clássica. Deu ênfase ao homem (homem social) e ao clima psicológico do trabalho. As expectativas

dos empregados, as suas necessidades psicológicas, a organização informal e a rede não convencional

de comunicações passam a ser componentes principais dos estudos de Administração. A liderança

passa a substituir a autoridade hierárquica formal. Ao superestimar os aspectos informais e emocionais

da organização, dentro de uma visão romântica e ingênua do trabalho, essa teoria também

mostrou-se incompleta e parcialista, reforçando apenas exatamente aqueles aspectos organizacionais

omitidos ou rejeitados pela Teoria Clássica.

3. A Teoria da Burocracia pretendeu, a seguir, dar as bases de um modelo ideal e racional de organização

que pudesse ser copiado e aplicado às empresas, qualquer que fosse o seu ramo de atividade. Weber

descreveu as características mais importantes da organização burocrática ou racional, baseando-se na

estrutura militar do exército prussiano. Porém, seguidores de Weber comprovaram uma série de

distorções, distorções e tensões dentro da burocracia, o que tornava crítica sua aplicação às empresas.

Apesar de representar um passo à frente da organização

formal proposta pela Teoria Clássica, a organização burocrática, ideal e teórica mostrou-se carente da flexibilidade às inovações necessárias e impiedosa a uma sociedade moderna em processo de contínua e acelerada mudança.

4. A Teoria Estruturalista veio representar, logo depois, um desdobramento da Teoria da Burocracia e uma visão mais crítica da organização. Os estruturalistas concebem a sociedade moderna como uma sociedade de organizações. Uma organização deve ser interpretada como a síntese da organização

formal e da informal. Dentro de uma organização encontramos os objetivos organizacionais (maior lucro, maior eficácia, crescimento, consolidação dos negócios etc.) em conflito com os objetivos individuais dos participantes (maiores salários, melhor horário de trabalho, auto-realização, prestígio, segurança pessoal etc.). Desse conflito resultam os dilemas e tensões que caracterizam as organizações.

Todavia, a Teoria Estruturalista aponta mais os problemas e aspectos críticos das organizações do que propriamente as soluções. É muito mais uma teoria descritiva e crítica do que propositiva. Não apresenta uma teoria de organização: apenas critica as teorias já então existentes e oferece um método de análise e comparação das organizações.

5. A Teoria Comportamental (ou Teoria Behaviorista) surgiu a partir da Teoria das Relações Humanas, resultando em enfoque predominantemente sociológico e motivacional. A organização é visualizada como um organismo social que tem vida e cultura próprias, onde se desenvolvem estilos de administração e sistemas de organização para lidar com as pessoas. Emerge, daí, o comportamento organizacional, fruto dos intercâmbios e padrões de relacionamentos e expectativas das pessoas, bem como os conflitos entre objetivos organizacionais e objetivos individuais dos participantes. Porém, a Teoria

Comportamental mostrou-se mais uma teoria que trouxe novos conceitos e não as contribuições do que uma teoria definitiva da Administração.

6. Da Teoria Comportamental resultou o movimento do Envolvimento Organizacional (D.O.1 no

sentido de se obter mudança e flexibilidade organizacional. Verificou-se que não basta apenas desenvolver um treinamento ou a equação individual ou grupal, sem provocar mudança específica, mas que é necessário também estabelecer um padrão de desempenho e um programa coerente de mudança de toda a organização.

b) O aprofundamento dos estudos sobre a motivação humana e a sua interferência dentro da dinâmica das organizações. As teorias sobre a motivação vieram demonstrar a necessidade de uma nova abordagem da Administração, capaz de interpretar uma nova concepção do homem moderno e da organização atual, baseada na dinâmica motivacional. Verificou-se que os objetivos dos indivíduos nem sempre conjugam explicitamente com os objetivos organizacionais, levando os participantes da organização a um comportamento alienado e ineficiente que retarda e muitas vezes impede o atingimento dos objetivos da organização. Dentro da Teoria Comportamental! podemos encontrar as principais teorias da motivação, a saber:

1. Teoria de Maslow

Segundo Maslow, as pessoas são dominadas por motivos ou solicitações de suas necessidades internas insatisfeitas, que orientam e determinam o comportamento. Há uma hierarquia de necessidades humanas, ou seja, há uma escala de prioridade das necessidades humanas, indo desde as necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de auto-realização. No fundo, Maslow contribui com uma psicologia da personalidade dos subordinados baseada no estudo da motivação humana dando apenas ênfase às necessidades internas do homem, não considerando a situação onde está colocado.

2. Teoria de McGregor

McGregor admite a existência de um conflito básico entre as necessidades dos indivíduos e as da organização: nenhuma das partes pode ser plenamente satisfeita, porém o administrador deve orientar seus esforços nesse sentido. Propõe uma tipologia dicotômica de estilos de Administração, a saber: a Teoria "X" (que corresponde à suposição de que o homem é uma criatura indolente e que foge à responsabilidade, daí a necessidade de organizar todo o seu trabalho e controlá-lo tenazmente, como o fazia a Teoria Clássica) e a Teoria "Y" (que corresponde à suposição de que o homem é uma criatura que tem motivações e necessidades que precisa satisfazer,

daí a necessidade do conhecimento da motivação humana como meio de obtenção de eficiência no trabalho). A Teoria "Y" é o estilo mais adequado em todas as situações e gera um clima de trabalho favorável que estimula, por si mesmo, a alta produtividade, o autocontrole e a criatividade. A teoria de McGregor (o homem renova suas próprias necessidades) é normativa e fornece uma descrição interessante de uma filosofia da organização baseada no humanismo e na tentativa de integrar as necessidades individuais e organizacionais. Propõe uma administração participativa ou consultiva, na qual os indivíduos participam ou são consultados quanto às decisões que devem ser tomadas a seu respeito. Por outro lado, alguns autores têm feito sérias críticas a respeito da Teoria "Y" de McGregor.

3. Teoria de Herzberg:

Herzberg propõe uma teoria de motivação no trabalho, acentuando que o homem pode ser caracterizado por dois tipos de necessidades diferentes e que afetam diferentemente o comportamento humano, a saber:

Fatores ambientais ou higiênicos, que são: condições de trabalho, tipo de supervisão, políticas administrativas, status e prestígio, relações interpessoais, dinheiro e segurança pessoal. Qualquer mudança ou melhoria nesses fatores diminuirá a insatisfação, mas não aumentará a satisfação.

Fatores motivacionais ou de função, que são: reconhecimento, trabalho estimulante, maior responsa-

Abraham Zalesnick, "The Management of Disappointment", Harvard Business Review, nov./dez. 1967

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (D.O)

bilidade, crescimento e desenvolvimento pessoal. Qualquer mudança ou melhora nessas fatores poderá motivar melhor desempenho. Assim, a insatisfação tem maior possibilidade de surgir a partir dos elementos intrínsecos à própria função ou tarefa que o indivíduo estiver executando. Para Herzberg, a estratégia de desenvolvimento organizacional mais adequada é a reorganização que ele denomina "enriquecimento de tarefas" (job enrichment) e consiste basicamente em aumentar a responsabilidade do cargo adicionando tarefas gradativamente mais elevadas e desafiantes.

A crítica geralmente feita à teoria de Herzberg reside na dificuldade de reorganização dos cargos em face dos aspectos tecnológicos e culturais envolvidos. Se, de um lado, é difícil reorganizar-se as tarefas de certos funcionários (um vigia, p. ex., ou um operador de máquina) também não é possível reorganizar-se toda a empresa toda vez que muda a função de algum funcionário. Herzberg dá pouca importância ao estilo de Administração e o classifica como fator higiênico, o que também tem sido alvo de severas críticas. É uma teoria interessante para casos de reorganização com vistas ao aumento de produtividade, onde não haja necessidade de apreciação da situação global.

- c) A criação do National Training Laboratory (N.T.L.) de Bethel em 1947 e as primeiras pesquisas de laboratório sobre o comportamento de grupo. As técnicas de laboratório feitas sobre o Treinamento da Sensitividade visavam principalmente a melhorar o comportamento de grupo. O treinamento de laboratório é uma aplicação sofisticada dos princípios de Lewin, uma modalidade de pesquisa de dinâmica de grupo, destinada a melhorar o comportamento humano e melhorar as relações sociais. Através de uma série de reuniões, os participantes diagnosticam e experimentam o seu comportamento em grupo, atuando como sujeitos e experimentadores ao mesmo tempo e recebendo assessoria de um psicólogo. O treinamento da sensibilidade (ou educação em laboratório) utiliza o chamado Training Group (T Group) que recebe denominações diversas como grupo "L" (Learning Group), grupo de encontro, grupo auto-analítico etc.
- d) A publicação de um livro², em 1964, por um grupo de psicólogos do National Training Laboratory, expondo suas pesquisas sobre T Group, os resultados com o treinamento da sensibilidade e as possibilidades de sua aplicação dentro das organizações. Leland Bradford, o coordenador do livro T Group Theory and Laboratory Methods, é considerado por alguns autores o precursor do movimento chamado Desenvolvimento Organizacional (D. O.).
- e) A pluralidade de mudanças no mundo que deram origem ao desenvolvimento organizacional, a saber:

1. uma transformação rápida e inesperada do ambiente organizacional;
2. um aumento do tamanho das organizações, fazendo com que o volume das atividades tradicionais da organização não seja suficiente para sustentar o crescimento;
3. uma crescente diversificação e gradativa complexidade da tecnologia moderna, exigindo íntima integração entre atividades e pessoas altamente especializadas e de competência muito diferentes;
4. uma mudança no comportamento administrativo devido a:

"- um novo conceito de homem baseado num crescente e maior conhecimento de suas complexas e mutáveis necessidades, o qual substitui uma idéia de homem ultra-simplificado, inocente e do tipo 'aperta-botoes';
- um novo conceito de poder, baseado na colaboração e na razão, o qual substitui um modelo de poder baseado na coação e na ameaça;

z Leland Bradford (ed.), T Group Theory and Laboratory Methods, New York, John Wiley, 1964.

- um novo conceito de valores organizacionais, baseado em ideais humanístico-democráticos, o qual substitui o sistema de valores despersonalizado e mecanístico da burocracia"³.

f) A jusdo de duas tendências no estudo das organizações: o estudo da estrutura, de um lado, e o estudo do comportamento humano nas organizações, de outro lado, integrados através de um tratamento sistêmico. A teoria de sistemas aglutinou os aspectos estruturais e os aspectos comportamentais, possibilitando, daí para a frente, o surgimento do desenvolvimento organizacional.

Há uma diferença entre processo (procedimento) em oposição à estrutura⁴. Os aspectos estruturais são os elementos estáticos da organização e se referem ao arranjo dos seus diferentes componentes (divisão do trabalho, autoridade e responsabilidade, número de níveis hierárquicos, tipos de departamentalização a serem utilizados, amplitude de controle etc.) e têm sido tradicionalmente a principal preocupação da escola da administração científica e das outras teorias que desenvolveram o "modelo de máquina". A deficiência dessa abordagem não está no fato de ser errada, mas sim no fato de ser incompleta. A simples mudança da estrutura formal não conduz necessariamente a uma mudança na organização.

O processo (procedimento), por outro lado, é dinâmico e refere-se às normas culturais que determinam o ambiente de uma organização, a qualidade das comunicações humanas, os cargos e funções assumidos pelas pessoas dentro de seus grupos, as maneiras pelas quais os problemas são visualizados e resolvidos e as decisões tomadas, os valores e métodos da organização, a maneira pela qual são exercidas a liderança e a autoridade, a competição e a cooperação entre grupos.

Uma das ilusões mais perigosas é a de que o desenvolvimento da organização pode ser gerado por modificações apenas de estrutura ou, ainda mais simplesmente, pela destruição das estruturas. Além da mudança estrutural, o desenvolvimento organizacional exige mudanças nos procedimentos que ocorrem entre pessoas e grupos'.

g) Inicialmente o D.O. limitou-se ao nível de conflitos interpessoais, de pequenos grupos', passando à Administração Pública e posteriormente a todos os tipos de organizações humanas (indústrias, empresas de serviços, organizações militares etc.), recebendo modelos⁹, procedimentos¹⁰, meios de diagnóstico de

situação e de

ação', bem como técnicas de diagnósticos e de tratamento para os diversos níveis

organizacionais.

O D.O. pretende ser uma especialidade da Psicologia, embora sua aplicação não se

restringa a uma abordagem meramente psicológica. O D.O. é uma continuação da

3 Warren G. Bennis, Desenvolvimento Organizacional: Sua Natureza, Origens e Perspectivas, cit., pp. 23

a 27.

4 Edgar H. Schein, Consultoria de Procedimentos: Seu Papel no Desenvolvimento Organizacional, São

Paulo, Ed. Edgar Blitcher, 1972, pp.10 a 12.

5 Edgar H. Schein, Consultoria de Procedimentos: Seu Papel no Desenvolvimento Organizacional, cit.,

pp.11 e 12.

6 Richard E. Walton, Psicologia Interpessoal: Conceitos e Consultoria de uma Terceira Parte, São

Paulo, Ed. Edgar Blitcher 1972.

Edgar H. Schein & Warren Bennis, Personal and Organizational Change Through Group Methods, New

York, John Wiley, 1955.

7 Warren G. Bennis, The Planning of Change, New York, Holt, 1959.

8 Warren G. Bennis, Changing Organizations, New York, McGraw-Hill Book Co. 1966.

9 Edgar H. Schein, Organizational Psychology, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1955.

Paul R. Lawrence e Jay W. Lorsch, O Desenvolvimento de Organizações: Diagnóstico e Ação, São Paulo,

Ed. Edgar Blitcher, 1972.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (D.O)

uma Teoria das Relações Humanas, que se prolonga até o Behaviorismo, propondo uma teoria social de âmbito organizacional. Alguns autores salientam ser o D.O. um passo intermediário entre o Behaviorismo e a Teoria dos Sistemas². O D.O. somente se firmou quando incorporou a abordagem sistêmica no tratamento das organizações. Vamos mais longe ainda: é com o D.O. que a Teoria da Contingência firmou suas bases definitivas e partiu para a divulgação de suas premissas básicas.

Apenas para efeito didático, separamos os capítulos dedicados ao D.O. e à Teoria da Contingência. Na realidade, ambos se interpenetram e naturalmente as organizações são ambas.

Os principais expoentes da Teoria do Desenvolvimento são os behavioristas a caminho da Teoria da Contingência.

h) Os diversos modelos de D.O. consideram basicamente quatro variáveis:

1. O meio ambiente, focalizando aspectos como a turbulência ambiental, a explosão do conhecimento, a explosão tecnológica, a explosão das comunicações, o impacto dessas mudanças sobre as instituições e a organização abordando o impacto sofrido em decorrência da turbulência ambiental e as características necessárias de dinamismo e flexibilidade organizacional para sobreviver em um ambiente dinâmico e mutável, onde surgem novas tecnologias, novos valores sociais, novas expectativas, onde os produtos têm vida mais curta etc.
3. O grupo social, considerando aspectos de liderança, comunicação, relações interpessoais, conflitos etc.
4. O indivíduo, ressaltando as motivações, atitudes, necessidades etc.

Essas quatro variáveis básicas são abordadas com especial atenção sobre seu inter-relacionamento e interdependência.

Assim, os diversos autores analisam as quatro variáveis básicas, ambiente, organização, de maneira a poderem explorar sua interdependência, diagnosticar a situação de cada uma em variáveis estruturais ou comportamentais, para que uma mudança permita o atingimento tanto dos objetivos organizacionais, quanto individuais.

AS MUDANÇAS E A ORGANIZAÇÃO

O conceito de Desenvolvimento Organizacional está intimamente ligado aos conceitos de mudança e de capacidade adaptativa da organização à mudança. O D.O. parte de conceitos dinâmicos, por excelência, a saber:

2 João Bosco Lodi, História da Administração, São Paulo Livraria Pioneira, 1978, p. 1.

Dentre eles, destacam-se: Leland Bradford (o fundador do movimento);

Schmin; Richard Beckhard; Paul R. Lawrence; Jay W. Lorsch; Chris Argyris; Kenneth

Thompson; Robert R. Blake;
Jane S. Mouton; Jack Gibb; Robert Tannenbaum; Irving Wexler; Fred

Massarik; W. Warner Burke.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (D.O.)

Ano	Autores	Livros
1954	Carl R. Rogers & R. Dymond	Psychoterapy and Personality Changes
1958	R. Lippett, J. Watso & B. Westley	The Dynamics of Planned Change
1961	R. R. Blake & J. S. Mouton	Group Dynamics - Key to Decision Making
	- Warren G. Bennis	The Planning of Change
1962	Chris Argyris	Interpersonal Competence and Organizational Effectiveness
1963	R. R. Blake & J. S. Mouton	The Managerial Grid
	- Harold J. Leavitt	The Social Science of Organization
1964	Leland Bradford	Group Theory and Laboratory Methods
1965	Edgard H. Schein	Organizational Psychology
	- E. H. Schein & W. G. Bennis	Personal and Organizational Change Through Group
		Methods: The Laboratory Approach
1966	Warren G. Bennis	Changing Organizations
1969	Richard E. Walton	Interpersonal Peacemaking: Confrontations and Third-Party Consultation
1969	P. R. Lawrence & J. W. Lorsch	Developing Organizations: Diagnosis and Action
	- Richard Beckhard	Organization Development: Strategies and Models
	- R. R. Blake & J. S. Mouton	Building a Dynamic Corporation Through Grid Organization Development
	- Edgar H. Schein	Process Consultations: Its Role in Organization Development
	- Warren G. Bennis	Organization Development: Its Nature, Origins, and Prospects
1970	William J. Reddin	Managerial Effectiveness
1971	Chris Argyris	Management and Organizational Development: The Path from XA to YB
1972	Harry Levinson	Organizational Diagnosis
	- N. Margulies & A. P. Raia	Organizational Development: Values, Process, and Technology
1973	N. Margulies & J. Wallace	Organizational Change: Techniques and Applications
	- Richard J. C. Roebber	The Organization in a Changing Environment
	- W. L. French & C. H. Bell	Organization Development
	- Gordon Lippitt	Organization Renewal
1976	Glenn H. Varney	An Organizational Development Approach

a) Conceito de Organização

O conceito de organização para os autores especialistas em D. O. é tipicamente behaviorista:

"uma organização é a coordenação de diferentes atividades de contribuintes individuais com

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZAÇONAL (D.O)

a finalidade de efetuar transações planejadas com o ambiente". Esse conceito utilizai a

noção tradicional de divisão do trabalho ao se referir às diferentes atividades e à coordenação

existente na organização e se refere às pessoas como contribuindo para as organizações.

em vez de estarem elas próprias, as pessoas, totalmente nas organizações. As contribuições

de cada participante à organização variam enormemente em função não somente das diferenças

individuais, mas também do sistema de recompensas e contribuições pela organização.

Os

Toda organização atua em determinado meio ambiente e sua existência e sobrevivência

dependem da maneira como ela se relaciona com esse meio. Assim, ela deve ser estruturada e

dinamizada em função das condições e circunstâncias que caracterizam o meio em que ela

opera.

Os autores do D. O. adotam uma posição antagônica ao conceito tradicional da organização=

organização, salientando as diferenças fundamentais existentes entre os sistemas mecânicos

(típicos do conceito tradicional) e os sistemas orgânicos (abordagem do D. O.) '6 . Os sistemas

orgânicos permitem uma conscientização social dos participantes, tornando as organizações

coletivamente conscientes dos seus destinos e da orientação necessária para melhor se dirigir

a eles. Desenvolvem uma nova conscientização social dos participantes das organizações, os

quais, ao lado de sua vivência particular, do seu passado pessoal e da sua autoconscientização,

definem o papel não somente deles em relação à sua organização, mas também e principalmente

o papel que eles imaginam tenha a organização em relação ao ambiente em que se

inscreve".

SISTEMAS MECÂNICOS

- A ênfase é exclusivamente individual.
entre e dentro

dos grupos.

- Relacionamento do tipo autoridade-obediência.
recíprocas.

- Uma rígida adesão à delegação e à responsabilidade compartilhada.

- Divisão do trabalho e supervisão hierárquica
responsabilidade multigrupal.

rígidas.

- A tomada de decisões é centralizada.

SISTEMAS ORGÂNICOS

- A ênfase é nos relacionamentos

- Confiança e crença

- Interdependência e

- Participação e

- Amplo compartilhamento de

responsabilidade

e de controle.

- Solução de conflitos por meio de repressão,
de negociação ou arbitramento e/ou hostilidade.

- Solução de conflitos através
de solução de problemas.

DIFERENÇAS ENTRE SISTEMAS MECÂNICOS E SISTEMAS ORGÂNICOS

Fonte' Warren G. &nnis, Desenvolvimento Organizacional: Sua Natureza, Origens e Perspectivas, São Paulo, Eá .
Edgard Blticher, 1972, p. 15.

` Paul R. Lawrence e Jay W. Lorsch, O Desenvolvimento de Organizações:
Diagnbstico e Açdo, rit., p. 3.

5 V. Cap.13, "O Equillbrio Organizacional".

6 Warren G. &nnis, Desenvolvimento Organizacional, cit., p.'15.

Rensis Likert, Novos PadrBes em Administroçao, cit.

b) Conceito de Cultura Organizacional

O conceito de "cultura organizacional" procura explicar que a única maneira viável de mudar as organizações é mudar sua "cultura" ou seja, mudar os sistemas dentro dos quais os homens trabalham e vivem". Cultura Organizacional significa um modo de vida, um sistema de crenças e valores, uma forma aceita de interação e de relacionamento típicos de determinada organização. Para que as organizações possam sobreviver e se desenvolver, para que exista a revitalização e a renovação, deve-se mudar a respectiva cultura organizacional.

O clima organizacional constitui o meio interno de uma organização, a atmosfera psicológica característica que existe em cada organização. A dificuldade na conceituação do clima organizacional reside no fato de que o clima é percebido de maneiras diferentes por diferentes indivíduos. Alguns indivíduos são mais ou menos sensíveis do que outros em relação a aspectos desse clima. Além disso, uma característica que parece ser positiva para um membro de uma organização pode ser percebida como negativa ou insatisfatória por outros. Assim, o clima é constituído por "aquelas características que distinguem a organização de outras organizações e influenciam o comportamento das pessoas na organização".

O conceito de clima organizacional envolve diferentes aspectos da situação, que se sobreponem mutuamente em graus diversos, como o tipo de organização, a tecnologia envolvida, as políticas da companhia, as metas operacionais formais, os regulamentos internos (fatores estruturais), além de atitudes, sistemas de valores, formas de comportamento social que são encorajadas ou sancionadas (fatores sociais). Assim, o clima organizacional resulta de um complexo envolvimento de componentes relacionados com aspectos formais e informais da estrutura, dos sistemas de controle, regras e normas e relações interpessoais existentes na organização.

Cada organização é um sistema complexo e humano, com características próprias, com a sua própria cultura e com um sistema de valores e que determinam os sistemas de informações e os procedimentos de trabalho. Todo esse conjunto de variáveis deve ser continuamente observado, analisado e aperfeiçoado para que resultem produtividade e motivação ótimas. Para mudar o clima organizacional, a organização

precisa ter capacidade

inovadora, ou seja, deve ter as seguintes características:

a) adaptabilidade ou seja, capacidade de resolver problemas e de reagir de maneira flexível às exigências

mutáveis e inconstantes do meio ambiente.

Para ser adaptável, a organização deve

- ser flexível, para poder adaptar e integrar novas atividades;

- ser receptiva e transparente a novas ideias, venham elas tanto de dentro como de fora da organização;

b) senso de identidade, ou seja, o conhecimento e a compreensão do passado e do presente da organização,

bem como a compreensão e compartilhamento dos objetivos da organização por todos os seus partici-

pantes. Aqui não há lugar para a alienação do empregado, mas para o comprometimento do participante;

Richard Beckhard, *envolvimento Organizacional: Estratégia e Modelos*, São Paulo, Ed. Edgard

Bloch, 1972, p.19.

Frederick Luthans, *Psicologia Social das Organizações*, Rio de Janeiro, Alameda Editores, 1976, p. 80.

W. L. Gore, *Industrial and Organizational Psychology*, New York, McGraw-Hill Book Co., 1971, p. 81.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

- c) perspectiva exata do meio ambiente, ou seja, entender o ambiente; diagnosticar e compreender o meio ambiente;
- d) integrar todos os departamentos, de tal forma que a organização funcione.

c) Conceito de Mudança

O mundo de hoje se caracteriza por um constante ambiente de mudança. O ambiente geral que envolve as organizações é extremamente dinâmico, exigindo delas uma elevada capacidade de adaptação como condição básica de sobrevivência. A década dos anos 60 e a década da explosão" e caracteriza os novos ambientes, a saber:

1. o ambiente geral extremamente dinâmico envolvendo a explosão do conhecimento, a explosão da tecnologia, a explosão das comunicações e a explosão econômica. Essa conturbação impacta e afeta completamente as dificuldades sobre a Administração e os participantes, modificando inteiramente o relacionamento entre eles;
2. o ambiente empresarial, diferente de toda a experiência dos mercados da vida mais curta dos produtos, da crescente importância do "marketing", diferentes tipos de relações entre linha e "staff", das participações múltiplas dos indivíduos em diferentes grupos e organizações e da natureza mutável do trabalho, produz uma série de exigências inteiramente novas sobre o administrador;
3. os atuais valores em mutação à medida que melhoram as condições humanas.

Toda essa multiplicidade de variáveis, complexas, mutáveis, explosivas e poderosas conduz a uma conclusão: apenas esforços isolados, lentos e graduais de se taparem alguns dos buracos da organização são insuficientes para se levar o barco adiante.

Hoje, é imperiosa a necessidade de estratégias coordenadas e de mais longo prazo com o objetivo de desenvolver climas dentro da organização, melhorar o trabalho, relações, sistemas de comunicações e sistemas de informação. O prognóstico dos anos 90 já foi lançado: o futuro. E foi a partir destas necessidades que surgiram os sistemas de mudança organizacional.

O processo de mudança organizacional começa com o aparecimento de forças que vêm de fora ou de algumas partes da organização. Essas forças podem ser ótimas ou endógenas.

à organização

As fontes exógenas do ambiente, como as novas tecnológicas e sociais. Essas fontes

criam novas oportunidades ou limites do ambiente econômico, podendo mudar a estrutura interna. Podem ser

criam a necessidade de mudança organizacional interna. As tentativas conscientemente planejadas para que o ajuste às novas condições externas se processa com a mínima

distúrbio do equilíbrio estrutural e de comportamento e estabilidade dentro da organização

2 Richard Beckhard, Desenvolvimento Organizacional: Estratégias e Modelos, cit., pp. 2 a 7.

Richard Beckhard, Desenvolvimento Organizacional: Estratégias e Modelos, Cit., p. 9.

Robert Shirley, "Um Modelo para a Mudança Organizacional", Revista de Administração de

Empresas, Rio de Janeiro, 16 (6), p. 37, nov./dez. 1976.

As forças endógenas que criam a necessidade de mudança estrutural e comportamental provêm da tensão

organizacional: tensão nas atividades, interações, sentimentos ou resultados de desempenho no trabalho.

Essas forças de mudança representam condições de equilíbrio já perturbado dentro de uma ou mais partes da organização.

O desenvolvimento organizacional é necessário sempre que a organização concorra e

lute pela sobrevivência em condições de mudança. Toda mudança é um problema que deve

ser solucionado de forma racional e eficiente. Cada época desenvolve uma forma organizacional

mais adequada e característica à sua natureza. As mudanças que estão ocorrendo no

mundo moderno, tornam necessário revitalizar e reconstruir as nossas organizações. Estas

têm de se adaptar às mudanças do ambiente. As mudanças organizacionais não devem ser

feitas ao acaso, ao sabor da inércia ou da improvisação, mas têm de ser planejadas.

Enquanto a mudança genérica envolve alterações no ambiente em geral, a mudança

organizacional é um conjunto de alterações estruturais e comportamentais dentro de uma

organização. Esses dois tipos fundamentais de alterações - estruturais e comportamentais

- são interdependentes e se interpenetram intimamente.

d) Conceito de Desenvolvimento

A tendência natural de toda organização é crescer e desenvolver-se. Essa tendência tem suas

origens em fatores endógenos (internos, sejam estruturais ou comportamentais, e relacionados com a própria organização em si) e exógenos (externos e relacionados com as demandas e influências do ambiente).

O desenvolvimento é um processo lento e gradativo que

conduz ao exato conhecimento de si próprio e à plena realização de suas potencialidades.

Assim, o desenvolvimento de uma organização lhe permite:

1. um conhecimento profundo e realístico de si própria e de suas possibilidades;

2. um conhecimento profundo e realístico do meio ambiente em que opera;

3. um planejamento adequado e realização bem sucedida de relações com o meio ambiente e com os seus

participantes;

4. uma estrutura interna suficientemente flexível com condições para se adaptar em tempo às mudanças que

ocorrem, tanto no meio ambiente com que se relaciona, como entre os seus participantes;

5. os meios suficientes de informação do resaltado dessas mudanças e da adequação de sua resposta adaptativa.

Bennis salienta que "se encararmos as organizações como estruturas orgânicas adaptá-

veis, capazes de resolver problemas, as inferências quanto à sua eficiência não se devem

basear em medidas estáticas de produção, embora estas possam ser úteis, mas nos processos

pelos quais a organização aborda os problemas"u. A eficiência da organização relaciona-se

dfretamente com sua capacidade de sobreviver, de adaptar-se, de nianter sua estrutura e

tornar-se independente da função particular que preenche. A fim de que uma organização

possa alcançar um certo nível de desenvolvimento, ela pode utilizar diferentes estratégias de mudança.

u W. G. &nnis, C Jionging Organizations cit.

Blake e Mouton salientam três diferentes tipos de desenvolvimento :

1. **mudança evolucionária**: "quando a mudança de um estágio para a outra que a substitui é pequena e dentro dos limites das expectativas e dos arranjos do status Quo". Geralmente a mudança evolucionária é lenta, suave e não transgride as expectativas daqueles que nela estão envolvidos ou são por ela afetados. Há uma tendência de se repetirem e reforçarem as soluções que se demonstrem sólidas e eficientes e em se abandonarem as soluções fracas e deficientes;
2. **mudança revolucionária**: "quando a mudança de uma ação para a ação que a substitui contradiz ou destrói os arranjos do status quo". Geralmente a mudança revolucionária é rápida, intensa, brutal, transgride e rejeita as antigas expectativas e introduz expectativas novas. Enquanto as mudanças evolucionárias, por ocorrerem aos poucos, não provocam geralmente grande entusiasmo ou forte resistência, o mesmo não acontece com as mudanças revolucionárias, geralmente súbitas e causadoras de grande impacto;
3. **o desenvolvimento sistêmico**: É diferente de ambos os tipos de mudança citados. No desenvolvimento sistêmico, os responsáveis pela mudança delineiam modelos explícitos do que a organização deveria ser em comparação com o que é, enquanto aqueles cujas ações serão afetadas pelo desenvolvimento sistêmico, estudam, avaliam e criticam o modelo de mudança, para recomendar alterações nele, baseados em seu próprio discernimento e compreensão. Assim, dizem os autores, dimensões adicionais de composição e de experiência humanas são trazidas para a dinâmica da mudança, o que não ocorre com os dois tipos de mudanças. As tensões intelectuais e emocionais criadas entre todos os responsáveis pelo planejamento e implementação estimulam a mudança. Essas tensões se baseiam em compreensão, discernimento, comprometimento e convicção quanto à correção da mudança do que é para o que deveria ser. Assim, as mudanças resultantes se traduzem por apoio e não por resistências ou ressentimentos.

Esses três tipos de estratégias de mudança podem ser observados na conduta das organizações, seja na sua forma pura ou em um número quase infinito de combinações. Esses autores se preocupam com a última das estratégias mencionadas, propondo o **approach** ao desenvolvimento sistêmico do qual nos ocuparemos mais adiante.

e) Fases da Organização

Os resultados de pesquisas convergem para a confirmação das hipóteses da existência de

fases de vida e estágios de desenvolvimento de organizações, grupos e indivíduos.

As organizações assumem diferentes formas organizacionais em diferentes ambientes e

em diferentes épocas.

Uma organização, durante sua existência, percorre cinco fases bastante distintas :

Fase I . Fase pioneira: é a fase inicial da organização pelos seus fundadores ou empresários, Por ser ainda

pequena, os seus processos são facilmente supervisionáveis e controláveis. Há poucas tarefas de

rotina e um enorme volume de improvisações. Com os poucos procedimentos preestabelecidos, a

capacidade da empresa para realizar inovações é bastante elevada.

Fase 2. Fase de crescimento é a fase em que a organização cresce e expande as suas atividades, intensificando

suas operações e aumentando o número de seus participantes. A preocupação básica é o aproveitamento

de Robert R. Blake e Jane S. Mouton, A Estrutura Formal de uma Empresa Dinâmica por meio do Desenvolvimento Organizacional, São Paulo, Ed. Edgard Blücher, 1972.

Larry E. Greiner, "Evolution and Revolution as Organizations Grow", Harvard Business Review, julho de 1972.

1972.

mento das oportunidades que surgem e o nivelamento entre a produção da organização e as necessidades ambientais.

Fase 3. Fase de regulamentação: com o crescimento das atividades da organização, esta é obrigada a estabelecer normas de coordenação entre os diversos departamentos ou setores que vão surgindo, bem como definir rotinas e processos de trabalho.

Fase 4. Fase de burocratização: com o desenvolvimento das operações e de acordo com a sua dimensão, a organização passa a necessitar de uma verdadeira rede de regulamentação burocrática, preestabelecendo todo o comportamento organizacional dentro de padrões rígidos e de um sistema de regras e de procedimentos para lidar com todas as contingências possíveis relacionadas com as atividades do trabalho.

Desenvolve-se uma cadeia de comando bem definida, uma detalhada divisão do trabalho baseada na especialização e uma impersonalidade nas relações entre os participantes. Essa organização piramidal e monocrática apresenta pouquíssima flexibilidade para as mudanças e para a inovação.

Fase 5. Fase de re/lexibilização: ou seja, de readaptação à flexibilidade, de reencontro com a capacidade inovadora perdida, através da introdução consciente de sistemas organizacionais flexíveis. O desenvolvimento organizacional é exatamente um esforço de re/lexibilização.

CATEGORIA	FASE 1	FASE 2	FASE 3	FASE 4
FASE 5				
META DA Consolidação da GERENCIA resolvidose	Feitura e venda	Eficiência de operações	Expansão de mercado	Expa,ts o de organização inovação
ESTRUTURA DA Quadro de pessoal ORGANIZAÇÃO de equipes	Informal	Centralizada e funcional	Descentralizada e geográfica	Descentralizada e grupos
ESTILO DA ALTA Observador ADMINISTRAÇÃO	Individualista e empresarial	Diretivo	Delegativo	
SISTEMA DE Planos e centros CONTROLE de investimentos	Resultados do mercado	Modelos e centros de preço	Relatórios e centros de lucro	

RELEVO DA	Posse	Salários e	BBnus	Lucros
divididos Hd nus de				
REMUNERAÇd O		mecerimentos	individuais	e
opç8es de equipe				
DA GERENCIA		aumentados		estoque

PRATICAS DA ORGANIZAÇAO DURANTE A EVOLUÇÃO NAS CINCO FASES DE CRESCIMENTO

Fonte: Larry E. Greiner, "Patterns ot Organization Change", Harvard Business Review, vol. 45, n" 3, maio-jun. 1%7.

f) Críticas às Estruturas Convencionais

Os especialistas em D. O. salientam que as estruturas convencionais de organização não têm condições de estimularem atividade inovadora nem de se adaptarem a circunstâncias em muélançá. As principais críticas que fazem às estruturas convencionais de organizaç o são as seguintes:

1. O poder do adminrstraçdo Jrustra e aliena o empregado. É atravEs do poder e da autoridade formal que a organização controla os sèus participantes e consegue cumprir os seus objetivos. O poder E inerente e indispensável a toda organizaç o. atravEs do poder que a organização possui o empregado e ngo o !

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (D.O)

contrário. O poder diferencia os interesses da organização dos interesses dos empregados, f
vezes com estes não se identificam com ela, alienando-se no desempenho de suas funções ou, então, opondo-se ao poder organizacional sob inúmeras formas de comportamento e atitudes negativas.
A divisão do trabalho e a fragmentação de funções impedem o compromisso emocional do empregado.
A organização é dividida em partes como departamentos, e estes divididos em divisões, e estas em seções, e assim por diante, ocorre uma fragmentação onde o ser humano é limitado a fazer aquilo que foi previamente estabelecido dentro das rotinas predeterminadas e rígidas. Os sentimentos, emoções e atitudes dos indivíduos antes não são considerados no processo, pois este deve ser racional e lógico. O comprometimento pessoal é a tarefa passada a ser executada mecanicamente, automaticamente, sem motivação numa organização de espírito relacionado diretamente com a emoção. Enquanto a emoção não há, não haverá comprometimento pessoal dos indivíduos no emprego, sendo negativo.
3. A autoridade única ou unidade de comando restringe a comunicação. Cada emissor passa a ser apenas um canal de comunicação. Cada emissor encontra uma barreira e perde o contato, o único, com a organização. A partir daí, não há como se falar em comprometimento pessoal.
4. As funções rígidas e permanentes, uma vez designadas, tornam-se fixas e imutáveis. Isto leva a uma inflexibilidade, tornando as organizações estáticas. O movimento dentro das organizações é limitado pelas demissões, aposentadorias, mortes e alguns novos cargos criados externamente. Muitas vezes, a organização tem de perder pessoal para criar possibilidades de movimentação para os empregados que permanecerem. As tarefas são executadas por longos períodos de tempo dentro da mesma rotina, levando à perda da participação espontânea e à monotonia.

TÓPICOS DA
ADMINISTRAÇÃO TRADICIONAL
ORGANIZACIONAL

TÓPICOS DO
DESENVOLVIMENTO

Concepção do homem como essencialmente mau. Concepção do homem como essencialmente bom.
Avaliação negativa dos indivíduos ou simples- Consideração dos indivíduos

sobretudo como seres

meMe abstenção de avaliação. humanos.

Visão do homem como um ser rígido ou definido- Visão do homem como um ser em processo e em

crescimento.

tivo.

Resistência e temor à aceitação das diferenças individuais. Aceitação plena e utilização das diferenças indi-

viduais.

viduais. ç . Visão do indivíduo como uma personalidade

. Utilização dos indivíduos basicamente em relação integral. descrição de seu cargo. P q

Sucesso da possibilidade de expressão dos sentimentos. Possibilidade ampla de expressão adequada e uso

eficaz dos sentimentos.

mentos.

. Adoção do comportamento autêntico.

. Utilização de máscara e representação no comportamento.

Uso do status para o alcance dos objetivos relevantes.

tamento.

. Uso do status para a manutenção do poder e prestígio. vantagens da organização.

, Confiança nas pessoas.

tolerância social.

. Respeito e aceitação

Desconfiança das pessoas. . Concepção de que o processo de elaboração de um

. Concepção de que o processo de elaboração de um

. Fuga à aceitação de riscos.

trabalho é essencial ao cumprimento

. Concepção de que o processo de elaboração de um plano de trabalho é improdutivo. plano de trabalho

plano de trabalho é improdutivo.

plano de trabalho é improdutivo.

. Ênfase primária na competição entre as pessoas. Ênfase primária na colaboração entre as pessoas. ';

VALORES ORGANIZACIONAIS

Adaptado de: Robert Tannenbaum e Sheldon A. Davis apud Newton Margulies e Anthony P. Raia, "Values, Man, and Organizations", in Organization Development. New York, McGraw-Hill Book Co., 1972, pp. 9 a 30.

O QUE É DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Desenvolvimento Organizacional, em princípio, é toda mudança planejada. O conceito do planejamento organizacional tem suas raízes justamente na idéia de que uma organização é um sistema social. O desenvolvimento da organização é um processo planejado de modificações culturais e estruturais, permanentemente aplicado a uma organização, visando a institucionalizar uma série de tecnologias sociais, de tal forma que a organização fique habilitada a diagnosticar, planejar e implementar essas modificações com ou sem assistência externa.

O D. O. é uma resposta da organização às mudanças. É um esforço educacional muito complexo, destinado a mudar atitudes, valores, comportamentos e a estrutura da organização, de tal maneira que esta possa adaptar-se melhor às novas conjunturas, mercados, tecnologias, problemas e desafios que estão surgindo em uma crescente progressão.

Como a Administração funciona dentro de um ambiente altamente dinâmico e sujeito a uma mutação acentuada, torna-se mais do que necessário um esforço planejado de mudança, um programa de desenvolvimento organizacional destinado a proporcionar e manter novas formas de organização, bem como desenvolver procedimentos mais eficientes de planejamento e determinação de metas, de tomada de decisões e de comunicação. O desenvolvimento organizacional abrange o sistema total de uma organização e a modificação planejada a fim de aumentar a eficiência e eficácia da organização.

Toda organização interage com o meio ambiente: ela influencia e recebe influências do

ambiente. Há três soluções básicas para se enfrentar as mudanças que ocorrem no ambiente:

- a) esperar indefinidamente uma solução sem se comprometer ou aceitar, que
- b) pretender reformar através do artifício de ordens e regras não sensíveis;
- c) recorrer ao D.O. como um processo de mudança planejada.

O D. O. visa a clara percepção do que está ocorrendo nos ambientes interno e externo

da organização, a análise e decisão do que precisa ser mudado e a intervenção necessária

para provocar a mudança, tornando a organização mais eficaz, perfeitamente adaptável às

mudanças e conciliando as necessidades humanas fundamentais com os objetivos e metas da

organização. O D.O. exige a participação ativa, aberta e não manipulada de todos

os ele-

mentos que serão sujeitos ao seu processo e, mais do que tudo, um profundo respeito pela

pessoa humana.

t . Procura aplicar a dinâmica de grupo

O D. O. se baseia nas ciências do comportamento

nos processos de mudança planejada da organização e, portanto, a utilização de técnica de

laboratório (como o treinamento da sensibilidade) para o desenvolvimento da organização

como um todo, em direção a determinadas metas. Parte do princípio de que a mudança

planejada é uma técnica especializada, cujo propósito é criar ação e mudança conscientes e

racionais.

Para o D.O. uma abordagem tradicional do tipo de análise administrativa, baseada exclusivamente no levan-

tamento do estado anatômico da organização, permite um diagnóstico parcial do problema: Um dos aspectos

básicos da aplicação do D.O. é o de provocar motivação para a mudança no meio onde atua. Não há uma

fórmula definitiva para se impulsionar a motivação, mas a pesquisa tem indicado que ela se manifesta no

momento em que os indivíduos são solicitados e recebem oportunidades efetivas de liberarem o seu

potencial de criatividade, de auto-afirmação dentro de um ambiente, o de os canais de comunicação sejam

desobstruídos e o relacionamento interpessoal seja franco, aberto e amistoso.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (D.O)

a) Pressupostos Básicos do D.O.

A maioria dos autores especialistas em D.O., conquanto tenham idéias e abordagens bastante diversificadas, apresentam muitos pontos de concordância, principalmente no que se refere aos pressupostos básicos que fundamentam o D.O. Dentre uma multiplicidade de pressupostos básicos, selecionamos aqueles que se nos apresentam os mais importantes:

1. A constante e rápida mutação do ambiente. O mundo moderno caracteriza-se por mudanças rápidas, constantes e numa progressão explosiva. Há mudanças científicas, tecnológicas, econômicas, sociais, políticas etc., que forçosamente estão atingindo e influenciando o desenvolvimento e o êxito das organizações em geral (empresas industriais, empresas de serviços, administração pública, hospitais, universidades etc.).

2. A necessidade de contínua adaptação. O indivíduo, o grupo, a organização e a comunidade são sistemas dinâmicos e vivos de adaptação, ajustamento e de reorganização, como condição básica de sobrevivência em um ambiente em contínua mudança. São sistemas vivos, abertos, que dependem de intercâmbios com o ambiente para sua sobrevivência e desenvolvimento. Para o indivíduo, o grupo e a organização constituem o seu ambiente, enquanto a organização está inserida num contexto ambiental maior, que é a comunidade à qual pertence.

3. A interação entre organização e ambiente. Ambiente e organização estão em íntima e contínua interação. Uma das qualidades mais importantes de uma organização é exatamente a sua sensibilidade e adaptabilidade: a sua capacidade de percepção e de mudança adaptativa ante a mudança de estímulos externos. Uma organização sensível e flexível tem capacidade e versatilidade de redistribuir rapidamente seus recursos de maneira a maximizar a sua aplicação e a melhorar seu rendimento no alcance dos seus objetivos dentro de um ambiente instável. Ela tem de se adaptar constantemente a condições modificadas pela inovação com um mínimo de tempo e de dispêndio.

4. A interação entre indivíduo e organização. Toda organização é um sistema social. O D.O. parte de uma filosofia acerca do homem: o ser humano tem aptidões para a produtividade e que podem permanecer inativas se o ambiente em que ele vive e trabalha lhe é restrito.

tivo e hostil, impedindo o crescimento e a expansão de suas potencialidades. Os cientistas

sociais, particularmente Maslow, salientam que, se fazemos da organização um ambiente

capaz de satisfazer as exigências dos indivíduos, estes poderão crescer, expandir-se e encon-

trar sua maior satisfação e auto-realização ao promover os objetivos da organização.

5. Os objetivos individuais e os objetivos organizacionais. É plenamente possível o

esforço no sentido de se conseguir que as metas dos indivíduos se integrem com os objetivos

da organização, num plano em que o significado do trabalho seja realmente estimulante e

gratificante e comporte possibilidades de desenvolvimento pessoal.

É interessante lembrar que há dois aspectos básicos a respeito da eficiência pessoal do executivo. Em pri-

meiro lugar, é preciso distinguir entre a eficiência pessoal de um executivo e sua eficiência como adminis-

trador. Os alvos individuais não correspondem necessariamente aos do sistema e um executivo pode ser

extraordinariamente eficiente na realização de seus objetivos pessoais, mas um retumbante malogro quando

se trata de alcançar os alvos da organização.

Em segundo lugar, há grande diferença entre um executivo bem sucedido e um executivo eficiente. O

executivo bem sucedido leva seus subordinados a fazerem o que ele deseja, ao passo que o executivo eficiente

leva seus subordinados a fazerem o que ele deseja que façam, porque assim podem atender suas próprias

necessidades e, portanto, fazem-no de boa vontade. A capacidade de alimentar uma atitude favorável parece fazer parte essencial da administração e Gcientista.

6. A mudança organizacional! deve ser planejada. A liderança pessoal por intuição (espontânea e improvisada) deve ser substituída por uma liderança organizacional baseada no diagnóstico e planejamento das decisões, prevalecendo a autoridade do conhecimento sobre a autoridade hierárquica da posição. A confrontação com conflitos e riscos é um desafio e não uma ameaça ou perigo. A mudança planejada é um processo contínuo, que leva anos e que não é resolvido em alguns momentos.

Blake e Mouton citam algumas condições que, se cumpridas em maior ou menor grau, aumentam a probabilidade do êxito da mudança, a saber:

- a) "Para mudar uma empresa, é necessário mudar a empresa toda"2 , envolvendo todos os membros da organização em compromisso conjunto.
- b) "Para mudar uma empresa, é necessário que aqueles que a dirigem, liderem a mudança"2s, para que a atitude positiva à mudança seja comunicada de cima para baixo.
- c) "Para mudar uma empresa, o esforço deve ser uma operação do tipo 'faça-o você mesmo' ou 'vire-se por conta própria'29, ou seja, a mudança deve ser responsabilidade pessoal de todos os que são responsáveis pelos resultados da empresa."
- d) "Para mudar uma empresa, é necessário aplicar maneiras sistemáticas de pensamento e de análise, com o que se atinge um modelo empresarial de excelência" o a ser atingido.

7. A necessidade de participação e de comprometimento. A mudança planejada é uma conquista coletiva e não o resultado de poucas pessoas. As resistências são perfeitamente normais quando se trata de explorar atitudes, crenças, valores e comportamentos já sedimentados e aprovados como sólidos nas relações entre os participantes. O aprendizado de novos comportamentos através de variadas técnicas (desenvolvimento de equipes, reuniões de confrontação, laboratório de sensibilidade etc.)-introduz, além da competência interpessoal (relacionamento humano isento de bloqueios e preconceitos), maior adaptabilidade às mudanças. Se os indivíduos que se encontram em postos-chave da organização estão convencidos a respeito de idéias adequadas à mudança organizacional, eles tenderão a agir de acordo com tais idéias.

Blake e Mouton dão ainda outras condições para o êxito da mudança:

a) "Para mudar uma empresa, É necessário ver, compreender e conseguir o comprometimento das pessoas para que mudem todas as atividades que no presente não são o que elas deveriam ser."³

Nada do que existe atualmente na empresa deve ser considerado a última palavra ou a melhor maneira ou a maneira mais eficiente.

b) "Para mudar uma empresa, É necessário que aqueles que a lideram c administram estudem a situação em termos específicos e operacionais (como as atividades identificáveis de marketing, produção, pesquisa e

2 Robert R. Blake e Jane S. Mouton, A Estruturação de uma Empresa Dinâmica, cit., p. 11.

3 Robert R. Blake e Jane S. Mouton, A Estruturação de uma Empresa Dinâmica, cit., p. 12.

29 Robert R. Blake e Jane S. Mouton, A Estruturação de uma Empresa Dinâmica, cit., p.13.

Robert R. Blake e Jane S. Mouton, A Estruturação de uma Empresa Dinâmica, cit., p. 14.

3 Robert R. Blake e Jane S. Mouton, A Estruturação de uma Empresa Dinâmica, cit., p.15.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (D.O)

desenvolvimento, finanças e pessoal), bem como quanto ao estabelecimento da direção da empresa e a revisão dos resultados alcançados pela empresa." z

Para os especialistas em D. O. não basta simplesmente avaliar o moral e as atitudes do

soal em relação à organização, à supervisão ou ao tipo de trabalho executado.

Atitudes

favoráveis e um excelente moral, somente, não asseguram necessariamente uma motivação

devida, um alto rendimento e uma organização humana eficaz. A maneira correta de fazer

D. O. é ter a participação ativa, aberta e não manipulada de todos os elementos que serão

sujeitos de seu processo. Fazer D.O. é, antes de tudo, promover um profundo respeito pela

pessoa humana. A motivação humana e a eficácia organizacional envolvem outras variáveis

dentro de uma abordagem mais profunda e ampla.

8. O incremento da eficácia organizacional e do bem-estar da organização dependem

de uma correta compreensão e aplicação dos conhecimentos acerca da natureza humana. As

ciências do comportamento buscam localizar e criar nas organizações o ambiente de trabalho

ótimo, em que cada indivíduo possa dar sua melhor contribuição e, ao mesmo tempo, ter

consciência do seu potencial. As ciências do comportamento estão sendo empregadas igual-

mente para fazer alterações e mudanças de maneira a criar o mínimo de perturbação e inter-

ferências negativas.

9. A variedade de modelos e estratégias de D.O. Não há uma estratégia ideal nem

ótima para o D.O. Existem, isto sim, modelos e estratégias mais adequados ou menos ade-

quados para determinadas situações ou problemas, em face das variáveis envolvidas e do

diagnóstico efetuado. Trata-se de verificar, em face das condições específicas existentes em

cada organização e no seu ambiente, qual o caminho mais adequado. Esse caminho pode

assumir infinitas variações. A rigor, cada autor apresenta um modelo próprio de D.O., con-

tribuindo assim para uma variedade enorme de contribuições.

10. O D. O. é uma resposta às mudanças. É um esforço educacional muito complexo

destinado a mudar atitudes, valores, comportamentos e estrutura da organização, de tal

maneira que esta possa se adaptar melhor às demandas ambientais, caracterizadas por novas

tecnologias, novos mercados, novos problemas e desafios. O D.O. é uma metodologia que

indica a maneira pela qual uma organização se ajusta ao imperativo de

um processo

em rápida mudança. O campo do D. O. em geral desenvolveu uma ênfase sobre a mudança e

a mudança planejada.

A qualidade mais importante de uma organização é a sua sensibilidade' a capacidade

para mudar ante às mudanças de estímulos ou de situações. A organização sensível e flexível

deveria ser a mais proveitosa, porque teria a capacidade de redistribuir seus recursos de

forma a otimizar a realização da sua tarefa.

11. Um objetivo essencial dtrs organizações é o de melhorar a qualidade da vida. As

meras alterações estruturais (rearranjos no organograma, mudanças na hierarquia etc.) ou

funcionais (alterações de rotinas e procedimentos), bem como os métodos científicos que

visam a melhorar a eficiência organizacional (emprego de computadores, aplicação de pro-

gramação linear, pesquisa operacional etc.) podem desenvolver estratégias de forma paralela

às intervenções mais amplas para melhorar o processo de relações entre indivíduos entre

grupos, organização e seu ambiente etc.

3z Robert R. Blake e Jane S. Mouton, A Estruturação de uma Empresa Dinâmica, cit., p. 16.

12. As organizações são sistemas abertos. ` ` As organizações não são sistemas fechados obedientes às suas próprias leis, mas sim sistemas abertos, sensíveis e responsivos às mudanças em seus ambientes. Podemos chamá-las sistemas porque elas têm limites (embora estes não sejam facilmente definidos) e a capacidade para autopropagação e crescimento. São "abertos" porque eles existem pelo intercâmbio de matéria, energia e informação com o ambiente e sua transformação dentro de seus limites. O propósito fundamental das organizações, como de todos os sistemas, é sua sobrevivência ou a manutenção de sua estabilidade interna. Mas isto presume uma multiplicidade de objetivos e funções através das quais a estabilidade é alcançada, envolvendo múltiplas interações com o ambiente. A organização em si consiste em um número de subsistemas dinamicamente interdependentes, e mudanças em alguns deles podem afetar os outros subsistemas. Da mesma forma, a organização é em si um subsistema em um ambiente que consiste em muitos outros sistemas, todos dinamicamente interdependentes. ' '33

b) Aplicações do D.O.

Há certas condições organizacionais que exigem aplicações e esforços de D.O. Porém, a condição essencial de qualquer programa de mudança é a de que alguém numa posição estratégica da organização sinta a necessidade de modificação.

Programas de D. O. podem ser aplicados aos seguintes tipos de condições organizacionais ou necessidades sentidas de mudança³:

- a) necessidade de modificar uma estratégia administrativa (padrões de comunicação, sistema de remuneração, localização de tomada de decisões etc.);
- b) necessidade de tornar a organização um clima mais consistente com as necessidades individuais e com as necessidades constantemente mutáveis do ambiente;
- c) necessidade de mudar normas "culturais", ou seja, a cultura organizacional;
- d) necessidade de mudar estruturas e posições, ou seja, os aspectos formais da organização;
- e) necessidade de melhorar a colaboração intergrupal;
- t) necessidade de aperfeiçoar o sistema de comunicações, seja quanto à sua estrutura, seja quanto à qualidade das comunicações;
- g) necessidade de melhor planejamento e estabelecimento de metas, principalmente quando há envolvimento de várias pessoas;

- h) necessidade de enfrentár os problemas de fusão, seja de empresas ou de divisões de empresas, a fim d resolver os problemas humanos, tantb da parte sobrevivente, como da parte absorvida;
- i) necessidade de mudanCa na motivação da equipe de trabalho, visando a mudar a maneira pela qual q trabalho está organizado e pela qual as funções estão definidas;
- j) necessidade de adaptação a um novo ambiente, seja pela mudança de produto ou de mercado, e de fazer face às alterações do novo ambiente.

33 Rjchard J. C. Roeber, The Organizotion in a Changing Environment, Reading, Mass., Addison-Wcsley Publishing Co.,1973, pp. IX e X.

3 Richzrd &ckhard, escnvolvimento Organizacional' Estratégia e Modelos cit., pp.18 a 22.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (D.O)

PROCESSO DE D.O.

A tecnologia do desenvolvimento organizacional consiste em uma coleção de técnicas e métodos que aumenta rapidamente e que emergiu das ciências comportamentais. O D.O.

não pretende restringir-se à solução de problemas específicos e atuais, mas desenvolver novas rendizagens organizacionais e novas maneiras de enfrentar e lidar com problemas.

O D.O. pretende melhorar os meios pelos quais os sistemas técnico, administrativo e pessoal-cultural em entre si, bem como os meios pelos quais a organização se relaciona com o

ambiente externo. A tecnologia do D.O. está basicamente voltada para novas maneiras de

lidar com assuntos organizacionais. ; colheita de dados, diagnóstico

O processo de D.O. consiste fundamentalmente em diagnóstico organizacional e ação de intervenção.

1. Colheita de dados: envolve a determinação da natureza e disponibilidade de dados necessários e os

métodos utilizáveis para coletá-los. A colheita e análise de dados é uma das atividades mais difíceis do

D.O. Envolve técnicas e métodos para descrever o sistema organizacional, as relações entre seus elementos

ou subsistemas e maneiras de identificar problemas e assuntos mais importantes.

2. Diagnóstico organizacional: focaliza principalmente o processo de solução-de-problemas. A análise de

problemas em D.O. envolve um número de técnicas relacionadas com a identificação de preocupação e

consciências, estabelecimento de prioridade, e translaciona-se em alvos e objetivos. Envolve também

geração de estratégias alternativas e desenvolvimento de planos para sua implementação. Considerável

atenção é dada ao desenvolvimento e verificação de novas abordagens à solução-de-problemas organiza-

cional e à preparação do sistema para a mudança.

3, rito de intervenção: há uma quantidade enorme de técnicas disponíveis para a fase de implementação do

9

processo de D.O. Chegou-se a desenvolver uma resposta para cada preocupação comumente surge repeti-

damente nas organizações. O inventário dessas técnicas é amplo e variado. A ação de intervenção pode ser

feita através de treinamento da sensibilidade e métodos de laboratório, até formação de grupos ou inter-

ruções etc. A ação de intervenção é uma fase do processo de D.O. que pode ser definida como uma ação

realizada a seguir à fase de diagnóstico. O ato de obter dados e/ou diagnóstico é uma maneira de "inter-

vir" no sistema e pode provocar profundo impacto sobre a cultura organizacional. Há necessidade de

escolher qual a intervenção mais apropriada à situação e que é desejada para um particular problema organizacional. Por m a ação de intervenção não é a fase final do D.O., mas uma etapa capaz de facilitar o processo sobre uma base de continuidade.

PROCESSO DE D.O.	FASES DA MUDANÇA PLANEJADA
Colheita de dados	Desenvolvimento de uma necessidade de mudança (descongelamento)
Diagnóstico organizacional	Estabelecimento de uma relação de mudança
(movimento)	Trabalho em direção à mudança
	. Generalização e estabilização da mudança (congelamento)
Ação de intervenção	Alcance de um relacionamento
terminal	

O PROCESSO DO D.O. E AS FASES DA MUDANÇA PLANEJADA

35 Newton Margulies e Anthony P. Raia, Organization Development, New York, McGraw-Hill Book Co., 1972, p. 5.

1
Colheita de
dado:

2 Ação interven ão	2 Diagnóstico organi donal
--------------------------	----------------------------------

O PROCESSO DO D.O. EM UMA BASE CONTINUA

MODELOS DE D.O.

O D. O. exige alterações estruturais na organização formal (como alterações no organograma, nos métodos e processos, rotinas e procedimentos de trabalho, alterações no projeto do trabalho como enriquecimento ou ampliação do cargo etc.) e alterações comportamentais'; (na cultura organizacional, no relacionamento interpessoal, intergrupar etc.), conjuntamente.

Há fusão de duas tendências no estudo das organizações: o estudo da estrutura, de um lado, e o estudo do comportamento humano nas organizações, de outro lado, integrados através de um tratamento sistêmico. A teoria de sistemas aglutinou os aspectos estruturais e os aspectos comportamentais, possibilitando, daí para a frente, o surgimento de vários modelos de D.O.

Muitos autores preferem alterações comportamentais às alterações de estrutura organizacional, em alguns casos, por achá-las mais realísticas e autênticas. Muito embora existam estruturas organizacionais flexíveis mais adequadas para determinados tipos de organizações, muitos autores mostram uma preferência, aliás discutível, de mudar o comportamento humano e mudar também a estrutura organizacional.

1. Modelos de D.O. Relacionados com Alterações Estruturais

Existem alterações iniciadas geralmente pela administração que incidem sobre a situação ou ambiente de trabalho de um indivíduo, ou sobre a estrutura ou tecnologia adotada pela orga-

nização. Existem certos tipos de mudanças orientados para seis objetivos a longo prazo, a saber⁶:

Arnold S. Judson, *Relações Humanas e Mudanças Organizacionais*, São Paulo; Ed. Atlas, 1999, pp. 24 a 26.

1. Mudanças nos métodos de operação:

- e) maneiras de realizar o trabalho;
- b) localização do trabalho;
- c) disposição das áreas de trabalho;
- d) natureza dos materiais usados;
- e) natureza da fábrica e das instalações;
- f) maquinaria, ferramentas e equipamentos;
- g) práticas de segurança e de manutenção, e
- h) normas operacionais.

2. Mudanças nos produtos:

- a) especificação dos produtos;
- b) especificação de processos;
- c) materiais componentes., e
- d) padrões de qualidade.

3. Mudanças na organização:

- a) estrutura da organização e atribuição de responsabilidades;
- b) níveis de supervisão;
- c) extensão da delegação de padrões;
- d) tamanho e natureza dos grupos de trabalho;
- e) supervisão dos grupos de trabalho, e
- f) colocação de indivíduos em tarefas específicas.

4. Mudanças no ambiente de trabalho:

- a) condições de trabalho;
- b) sistemas de recompensa e punição;
- c) padrões de desempenho, e
- d) diretrizes e métodos de ação.

2. Modelos de D.O.

Relacionados com Alterações Comportamentais

O D. O. é fundamentalmente antiautoritário. A maior parte dos modelos relacionados exclu-

sivamente com alterações comportamentais destina-se a encorajar uma maior participação e

comunicação dentro da organização.

Os modelos de D. O. voltados exclusivamente para as variáveis comportamentais são os

seguintes:

- a) Desenvolvimento de Equipes.
- b) Suprimento de Informações Adicionais.
- c) Análise Transacional.
- d) Reuniões de Confrontação.

- e) Tratamento de Conflito Intergrupar.
- f) Laboratório de Sensitividade.

a) Desenvolvimento de Equipes

Os tipos convencionais de estrutura organizacional apresentam geralmente uma influência

inibidora sobre a inovação e criatividade. Uma técnica de alteração comportamental muito

utilizada é a formação e desenvolvimento de equipes. Grupos de empregados de vários níveis

e especializações se reúnem sob a coordenação de um especialista ou consultor e criticam-se

mutuamente, procurando um ponto de encontro em que a colaboração seja mais frutífera,

eliminando-se as barreiras interpessoais de comunicação pelo esclarecimento e compreensão

das suas causas. Assim, a equipe auto-avalia o seu comportamento através de determinadas

variáveis descritas nos quadros seguintes. No trabalho de equipe são eliminadas as diferenças

hierárquicas, e os interesses específicos de cada departamento, de onde se originam os parti-

cipantes, já não se tornam relevantes, proporcionando uma predisposição sadia para a

inovação.

Através do desenvolvimento de equipes, as características de uma eficiente equipz

administrativa passam a ser:

1. compreensão, entendimento mútuo e identificação no que se refere às metas do grupo;
2. comunicações francas e abertas;
3. confiança mútua e recíproca;
4. apoio mútuo e recíproco;
5. tratamento eficiente dos conflitos;
6. desenvolvimento de um uso seletivo e adequado do conceito de equipe;
7. utilização adequada das habilidades dos seus membros; e
8. desenvolvimento de uma liderança adequada.

McGregor recomenda uma interessante escala para avaliar a eficiência de uma equipe"

1. Grau de confiança recíproca:

Muita confiança I1 I I4) I7) Confiança elevada

2. Comunicações:

Restritas, cautelosas I1 I I4I I7I Francas, aut nticas

3. Grau de apoio recíproco:

Cada um por si I11 I4) I7I egttima preocupação uns pelos outros

4. Objetivos da equipe:

Não-compreendidos Ill I4I I7)

Compreendidosclaramente

5. Tratamento dos conflitos dentro da equipe:

Através da recusa, escapatb- I1) I4) I7) Aceitação e solução de conflitos

ria, repres ão ou acomodação

3 Douglas M. McGregor, The Projessional Manager, New York, McGraw-Hill
Book Co.,1%7

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (b.0)

6. Utilização das habilidades dos membros:

As habilidades da equipe são I11 I4I I7I Não são utilizadas as habilidades utilizadas da equipe

7. Métodos de controle:

O controle é imposto I1 I I4I I7I O controle é ;feito internamente

8. Ambiente organizacional:

Restritivo, pressão para que I1 I I4 I7I Livre, de apoio, éom respeito por haja conformismo , diferenças

ESCALA DE DESENVOLVIMENTO DE EQUIPE IMcGREGORI

Em outra técnica de desenvolvimento de equipe, esta é coordenada por um consultor, cuja atuação varia enormemente. A coordenação permite certas intervenções sobre a equipe, no sentido de torná-la sensível aos seus processos internos de metas, participação, sentimentos etc. Schein sugere o quadro seguinte, para a análise da eficiência grupal's :

		A: Metas											
		Fraco	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Bom
partilhadas por	pelas	Confusas, divergentes, conflitantes, indiferentes, pouco interessadas.										Claras para todos,	
												todos, todos se interessam	
										metas, sentem-se envolvidos.			
		B: Participação											
		Fraco	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Bom
ouvem		Poucos dominam, alguns são passivos, outros não prestam atenção, vários falam ao mesmo tempo ou interrompem.										Todos participam, todos	
												com atenção.	
		C: Sentimentos											
		Fraco	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Bom
reações		Inesperados, ignorados ou criticados.										Expressados livremente,	
												respostas categóricas.	
		D: Diagnose dos problemas grupais											
		Fraco	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Bom
		Passa diretamente para as propostas de soluções, trata dos sintomas em vez de atacar as causas básicas.										Quando surgem problemas, a situação é diagnosticada cuidadosamente antes de se propor	
												uma ação; as soluções atacam as causas básicas.	

is Edgar H. Schein, Consuttoria de Procedimentos: Seu Pvpe! no
Desenvolvimento OrganizQcional, cit.,
p. 50.

		E: Liderança											
		Fraco	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Bom
supri-qualquer	As necessidades de liderança do grupo não coincidem, o grupo depende demais de uma única pessoa ou de algumas pessoas.											A medida que necessidades de liderança surgem, elas são das por diversos membros I"liderança distribuida"/:	
		membro se sente à vontade para participar quando surge uma necessidade do grupo.											
		F: Decisões											
		Fraco	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Bom
testado, apreciadas e deei-	As decisões necessárias não são tomadas, decisões tomadas por uma parte do grupo, os demais não participam.											O consenso é buscado e as divergências são utilizadas para melhorar a	
		são; quando :tomadas, as decisões são amplamente apoiadas.											
		G: Confiança											
		Fraco	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Bom
mutua-	Os membros não têm confiança entre si, são' ducados, cuidadosos, fechados, reservados, ou vem com superficialidade, mas por dentro rejeitam o que os outros dizem, têm medo de criticar ou de serem criticados.											Os membros se confiam mente, revelam ao grupo aquilo que teriam relutância em expor a outros, respeitam e utilizam as reações que recebem, podem expressar livremente reações	
		gativas sem temerem uma represália.											
		H: Criatividade e crescimento											
		Fraco	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Bom
caminhos	Os membros e o grupo estão numa rotina, trabalham rotineiramente, os indivíduos são estereotipados e rigidizados nas suas funções, não há progresso.											Grupo flexível, procura novos e melhores, os indivíduos se modificam e se desenvolvem crescem/, são criativos, são apoiados individualmente.	

AValiação DA EFICIÊNCIA GRUPAL

Fonte: Edgar H. Schein, Consultoria de Procedimentos: Seu Papel no Desenvolvimento Organizacional, São Paulo, Ed. Edgar Blücher, 1972, pp. 46 e 4

O desenvolvimento de uma equipe passa pelos seguintes estágios:

1. Formulação do problema, a partir da necessidade sentida.
2. Apresentação de propostas para a solução.
3. Previsão das conseqüências e teste das propostas.
4. Planejamento para a ação.
5. Tomada das providências para a ação.
6. Avaliação dos resultados.

Na prática, o desenvolvimento de equipes pode ser também feito através de duas outras abordagens:

1. Seminários de Treinamento ou Seminários de D. O., utilizando a comunidade de aprendizagem constituída de participantes e equipes de consultores, trabalhando em conjunto. O objetivo é promover o desenvolvimento pessoal e organizacional, de modo a viabilizar o alcance dos objetivos individuais dos membros da equipe ao mesmo tempo em que são atendidos os objetivos da organização. Através desses seminários procuram-se desenvolver conhecimentos e habilidades de trabalhar em grupo, de resolver problemas complexos, de diagnosticar unidades ou organizações, de reconhecer e tornar mais eficazes estilos individuais de gerência e liderança etc. Geralmente, os participantes da equipe são grupos de pessoas da empresa que trabalham com os problemas reais com que estão se defrontando.
2. Seminários de Fortalecimento de Equipes sob a forma de uma seqüência de módulos de instrução programada, que leva os participantes à análise de quatro áreas:

- o estabelecimento de metas e prioridades;
- a definição de papéis;
- as normas e processos gerenciais;
- o relacionamento interpessoal.

Essa tendência de intervenções programadas demonstra que a inicial preocupação do

D. O. sobre a pessoa do líder ou do executivo está se tornando mais abrangente e passando a focalizar também o impacto que a estrutura e a tecnologia causam na organização. Essa

tendência parece se basear na convicção de que é mais fácil alterar a estrutura e a tecnologia

do que provocar mudança de atitude e personalidade. Contudo, essa tendência, embora

ainda inicial, é perfeitamente compatível com uma das metas de intervenção do D.O., que é

autocapacitação da organização através da utilização de uma tecnologia que diminua a

dependência em relação ao conhecimento especializado.

Motta³⁹ salienta que, em geral, as alterações comportamentais são dirigidas principalmente

para o desenvolvimento de equipes administrativas coesas e homogêneas, para a

melhoria da comunicabilidade e da criatividade, para a quebra da resistência à mudança e

para a valorização dos aspectos humanos do trabalho.

b) Suprimento de Informações Adicionais ou "Feedback" de Dados

É uma técnica de mudança de comportamento que parte do princípio de que, quanto mais dados cognitivos o indivíduo receber, tanto maior será a sua possibilidade de organizar os dados e agir criativamente. O suprimento de informações (feedback) de dados proporciona aprendizagem de novos dados a respeito de si mesmo, dos outros, dos processos grupais ou da dinâmica organizacional - dados que nem sempre são tomados em consideração. Feedback se refere às atividades e processos que "refletem" e "espelham" a maneira pela qual uma pessoa é percebida ou visualizada pelas outras pessoas. O suprimento de informações parte de levantamentos de dados obtidos através de entrevistas e/ou questionários aplicados a alguma parte da organização, para verificar certos aspectos do processo organizacional, como o moral, o sistema de recompensas; o estilo

39 Fernando C: Prestes Motta, Teoria Geral da Administração 'ão' Uma Introdução, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975, p. 86.

administrativo etc. Os dados são devidamente triados e submetidos a reuniões com pessoal

de diferentes níveis da organização de cada vez, para:

1. analisar os resultados;
2. planejar as medidas de correção para cada nível da organização.

O suprimento de informações requer que haja um fluxo adequado de informações,

através de:

1. distribuição interna de informações de acordo com certas chaves e esquemas de posições ocupadas;
2. documentação e distribuição de resultados de pesquisas;
3. realização de discussões periódicas entre elementos de diferentes áreas da organização;
4. realização de palestras sobre campos de atuação internos, sobre programas e planos de trabalho etc.

O uso criativo de novas informações para reuniões e conferências pode ser uma das

melhores e mais dinâmicas diretrizes para o desenvolvimento organizacional.

Todavia, a pre-

sunção de que o simples suprimento sistemático de informações garante a ação criativa e

inovadora parece-nos bastante discutível. Não resta dúvida de que a criação de um centro de

documentação e distribuição de informações em uma organização é bastante interessante

para a atualização dos participantes quanto às mudanças tecnológicas, sociais, econômicas

etc. havidas no ambiente, porém, isto apenas não garante a mudança organizacional .

c) Análise Transacional (A. T.)

Análise Transacional (A. T.) é uma técnica recentemente divulgada" que visa o autodiagnós-

tico das relações interpessoais (transações). Transação significa qualquer forma de comuni-

cação ou de relação com os demais. A A. T. é uma técnica indicada para indivíduos, não para

grupos. Na A. T. há toda uma singular terminologia, como pai, criança, adulto, carícia,

jogos, posições em vida etc.

A A. T. se baseia nos seguintes conceitos:

1. Os três Estados do Eu: a A. T. explica que as pessoas não têm comportamentos

imutáveis, mas apresentam mudanças nos sentimentos, nas atitudes e nos pensamentos, con-

forme as situações e variáveis externas, bem como as variáveis internas. Existem como que

"pessoas" diferentes dentro de cada indivíduo, muitas vezes com atitudes antagônicas,

ou seja, essas "pessoas"

surgindo uma ou outra conforme a situação. Essas "pessoas" são denominadas estados do

eu", tendo cada um deles seu vocabulário específico, tonalidade de voz, expressões típicas e atitudes diferentes, bem como idéias distintas sobre o mundo e como devem ser feitas as coisas.

Warren C. Bennis, *Changlng Organizutlons*, cll.

4 Eric Berne, *Jogos da Vida*, Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1973; Thomas A. Harris, *Eu Estou OK, Voci Está OK*, Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1973; Just Meininger, *O Sucesso Através do Análise Transacional*, Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1973; Roy Hill, "Como Tratar a los Tres `Egos' que hay en Nosotros", in *International Manugement*, pp. 32 a 35, jul./ago. 1974.

As três posições típicas em que o "ego" se manifesta nas relações com os semelhantes

(egograma) :

a) o pai: é a posição do ego que aflora no comportamento pela influência marcada da observação na infância

sobre o comportamento dos pais e dos adultos. O ego na posição de pai exorta, moraliza, castiga e se impõe. É o ego protetor ou dominante.

b) a criança: é a posição do ego que se manifesta através de reações típicas da infância, como o choro e a

necessidade de proteção à frente de estímulos ou situações do mundo exterior (como o frio, calor, chuva

ou fome, p. ex.). É o ego inseguro e dependente.

c) o adulto: é a posição do ego que se manifesta através do raciocínio lógico, da classificação dos dados que

interessam, do controle e frenagem da posição de pai ou de criança e que estabelece relações construtivas

de adulto com adulto nos contatos com semelhantes.

Enquanto as posições de pai e de criança são tipicamente reativas e emocionais, a posi-

ção de adulto é racional e pensante.

Pai

Adulto

Criança

2. Os tipos de inter-relações (transações)' as transações podem ser de dois tipos:

a) Transações paralelas, quando duas pessoas discutem

- De pai a pai, onde as contra-argumentações vencem a possibilidade de acordo

Gerente Alpail: Estes supervisores
acham que já conhecem tudo!
a aprender !

Gerente B Ipail: Sim, mas logo
descobrirão que ainda têm muito

- De pai a criança e criança a pai, ou vice-versa, onde uma pessoa é a dominadora e a outra é a protegida ou dominada, desenvolvendo uma relação de dominação e submissão ou vice-versa.

A B

Pai

Gian Criança

Supervimr (psil: Vooi: devem fazer hora: extra: arr>enh t Subordinado: laianças! Não 8 ju ol Por que devemos: trabalhar horas extrat ao: domingo:?

- De adulto a adulto, onde ambas assumem comportamentos racionais, maduros e lógicos. É a transação mais desejável.

A B

Chefe (adultoj: Creio que hoje 8 o Empr do (adultol: Sim. DeverB dia de apresantaç o de u rela- etar pronto hoje à tarde, quando tório. o apre ntarsi.

- De criança a criança, onde predomina o comportamento emocional e inseguro.

- As transações paralelas se caracterizam por um prolongamento indefinido das comunicações .

b) Transações cruzadas ou bloqueadas: caracterizam-se por um entravamento ou paralisação das comunicações. O bloqueio dos entendimentos leva a uma impossibilidade de acordo entre as partes. As transações bloqueadas ocorrem quando duas pessoas discutem:

- De pai a criança e de pai a criança, quando cada pessoa quer, na posição de pai, tratar a outra dominadoramente.

Supervimr A ipeil: Mende provi- Supervi r B Iaiançe ferida qua
denciar o conserto dsquela m6 rea9e Po= do pei I : Não rr
ordsns. Mande wo6 rr>

- De adulto a adulto e de pai a criança, quando uma inter-relação madura é respondida por um atitude dominadora.

Criança Criança

Empregado ladulto: Sinto haver- Supervisor Ipail: Procure não re-
me atrasado. Meu ônibus sofreu peti-lo outra vez. Não devia morar
um acidente. tão longe da cidade!

respon- - De adulto a adu/to e de criança a pai, quando uma inter-relação adulta é
dida por uma atitude insegura, submissa e dependente.

Chefe ladulto: O relatório de ven- Subordinado laiançal : Nem pense,
das estará pronto amanhã? estou tão ocupado que nem sei
por onde começar.

A A. Z transparece como um conjunto de normas de terapia psicológica para melhorar o relacionamento interpessoal: as técnicas de A. Z permitem ao indivíduo autodiagnosticar sua inter-relação e modificá-la oportunamente. Além das aplicações internas, muitas empresas têm utilizado a A. T. também para melhorar as relações entre o seu pessoal e os clientes (empresas aéreas, bancos, hospitais) e facilitar a prestação de seus serviços e melhorar sua imagem. A própria polícia de New York estuda a sua aplicação para melhorar a sua imagem, pois os policiais públicos tendem a se comportar mais como pais do que como adultos, expondo-se a problemas de relacionamento com a população. A "transação" é a unidade básica da relação social. Envolve um estímulo ("Bom dia", p. ex.) de uma pessoa e uma resposta ("Olá") de outra. Estudando as transações,

uma

uma pessoa pode determinar em que estado do ego ela e as pessoas que a rodeiam estão "operando". Isto pode exigir que ela reaja como adulto, pai ou criança - para se ajustar ao papel no qual a outra pessoa a coloca e realizar o que se chama de "transação paralela". Caso contrário, haverá uma "transação cruzada" e a comunicação simplesmente será bloqueada.

O ideal, para os defensores da A. T., é que todas as transações sejam paralelas do tipo adulto x adulto. A A. T. é uma tentativa de transformar todas as transações - sejam paralelas ou cruzadas - em transações do tipo adulto x adulto e desta maneira melhorar as relações interpessoais.

3. As "carícias" ou "estímulos" a A. Z dá muita importância às carícias (versão psicológica do reconhecimento, elogio, estímulo) que uma pessoa concede às outras. Palmas nas costas ou felicitações são carícias positivas importantes na manutenção do bom relacionamento. Ao lado das carícias positivas, existem as negativas, como a advertência, a admoestação etc. Os autores recomendam expressar as carícias negativas ao invés de guardá-las em segredo. O conceito dessas carícias (estímulos ou "toques") tem grande importância para a motivação.

4. As "posições de vida": são as atitudes que as pessoas expressam na sua visão do mundo e que estão presentes em todas as suas inter-relações. Existem quatro posições de vida básicas (ou posições existenciais):

a) Não estou bem - Você está bem: descreve a atitude típica de dependência da criança em um mundo de adultos. Muitas pessoas entram na fase de maturidade, mas continuam necessitando de orientação e de auto-segurança.

b) Estou bem - Você não está bem: descreve a atitude desconfiada que pode traduzir a violência causada pelo mundo adulto durante a infância.

c) Não estou bem - Você não está bem: corresponde a situações depressivas e altamente negativas.

d) Estou bem - Você está bem: corresponde à atitude racional e madura, na qual pode haver discussão, mas dentro de respeito mútuo. É a posição ideal na vida.

Assim, a A.T. aplicada a uma organização é um assunto mais pragmático do que teórico, e que canaliza relacionamentos dentro de uma forma positiva e construtiva. A

identificação de situações com que cada indivíduo se defronta no dia a dia já é, em si, meio caminho andado para o bom relacionamento humano.

d) Reuniões de Confrontação

É uma técnica de alteração comportamental desenvolvida através de algum consultor interno ou externo (terceira parte) e que diagnostica o conflito duradouro existente entre duas ou mais pessoas e, baseado no conhecimento da dinâmica de situações e de conflitos interpessoais, facilita uma confrontação, no sentido de superá-lo⁴². Conflitos são divergências entre membros da organização quanto a:

- a) discordâncias interindividuais quanto a problemas essenciais da organização, ou
- b) antagonismos pessoais de ordem emocional ou pessoal decorrentes das relações de interdependência dos indivíduos no trabalho.

⁴² Warren G. Bennis, 'Desenvolvimento Organizacional: Sua Natureza; Origens e Perspectivas', cit

A reunião de confrontação é basicamente uma técnica de enfoque socioterapêutico. O consultor pode acompanhar as críticas entre as pessoas confrontadas e, com isenção de ânimo, ponderar as críticas e orientar a discussão para a solução construtiva do conflito, eliminando as barreiras interpessoais.

e) Tratamento de Conflito Intergrupal

É uma técnica de alteração comportamental baseada também na confrontação, não de pessoas, mas de grupos. Dois grupos antagônicos em conflito (desconfiança recíproca, hostilidade etc.) podem ser tratados através de reuniões de confrontação, nas quais cada grupo se auto-avalia, bem como avalia o comportamento do outro, como que defronte a um espelho. Nessas reuniões, cada grupo apresenta ao outro os resultados daquelas avaliações e é interrogado no que se refere às suas percepções. Segue-se uma discussão, inicialmente acalorada, tendendo a uma posição de compreensão e entendimento recíprocos quanto ao comportamento das partes envolvidas.

f) Laboratório de Sensitividade

É uma técnica de alteração comportamental muito difundida. "Laboratório de Sensitividade é uma comunidade residencial temporária, estruturada de acordo com os requisitos de aprendizagem dos participantes. O termo laboratório é intencional e significa que o treinamento se dá em comunidade dedicada a apoiar a mudança e a aprendizagem experimental. Novos padrões de comportamento são inventados e testados num clima que favorece a mudança e onde os participantes estão protegidos das consequências práticas da ação inovadora. A parte central dessa espécie de treinamento é uma inovação educacional chamada "T Group", grupo relativamente não estruturado no qual os indivíduos participem como aprendizes. Os dados para cada aprendizagem estão dentro dos indivíduos e decorrem de sua experiência imediata no "T Group": são as transações entre os participantes, seu próprio comportamento no grupo, à medida que se esforçam em criar uma organização produtiva e viável, uma sociedade em miniatura, e à medida que eles procurem estimular e apoiar a aprendizagem recíproca dentro dessa sociedade. Os membros do "T Group" precisam estabelecer um processo de investigação, no qual os dados

acerca de seu próprio comportamento sejam coletados e analisados, simultaneamente com sua experiência geradora. A aprendizagem assim conseguida é testada e generalizada para uso contínuo."43

O laboratório de sensibilidade pressupõe o afastamento da situação que normalmente

o indivíduo ocupa na organização e a existência de relações prévias entre os participantes.

Os principais objetivos do laboratório de sensibilidade são o desenvolvimento do autoconhe-

cimento, o desenvolvimento do conhecimento do impacto que o indivíduo exerce sobre as

outras pessoas e o aperfeiçoamento da comunicação pela eliminação de suas barreiras.

O laboratório de sensibilidade geralmente é aplicado de cima para baixo, a começar

pelo nível de cúpula da organização e descendo até os níveis mais baixos da administração.

Pode ser aplicado em seccionamentos diagonais envolvendo vários níveis hierárquicos, sem

que participem indivíduos que mantenham relações de mando e subordinação.

3 C. Ildido BUMO de AZCVCdO, "Os LBbOfBtbrfOs de tIISiTIVidHdc e O ZiCáCnVOIVlinCntO d8s OrgBniZBçÕCS",

Rcvrsta d AdministraçDo de E npnsos, Rio de Janeiro, lio Verges, pp. 45 e 46, vol. 9, n° 3, 1969.

O grande problema do laboratório de sensibilidade é o retorno do indivíduo à situação de trabalho, quando a autenticidade da comunicação pode criar problemas com os demais " indivíduos que não passarão pelo mesmo tipo de treinamento. Também chamado de treinamento da sensibilidade ou T group, tem demonstrado ser um dos métodos mais eficazes na melhoria da comunicação interpessoal, na diminuição da ansiedade e na redução do conflito pessoal e intergrupal.

Os principais objetivos do treinamento da sensibilidade são os seguintes :

1. Aumentar a autoconsciência acerca do próprio comportamento em um contexto social aprendendo como os outros veem e interpretam o próprio comportamento e alcançar uma compreensão de como as pessoas agem em diferentes situações interpessoais.
2. Aumentar a sensibilidade quanto ao comportamento dos outros. Este objetivo é recíproco ao objetivo 1.
Refere-se ao próprio indivíduo quanto à sua maior conscientização dos estímulos emitidos pelas outras pessoas e o desenvolvimento da capacidade de inferir acuradamente as bases emocionais das comunicações interpessoais.
3. Aumentar a conscientização dos tipos de processos que facilitam ou inibem o funcionamento do grupo.
Por exemplo, por que alguns membros participam ativamente e outros não? Por que formam e mantêm guerras uns contra os outros? Por que grupos diferentes, que podem colaborar juntos para os mesmos objetivos, muitas vezes criam situações conflitivas insolúveis?
4. Aumentar as habilidades orientadas para o diagnóstico e ação nas situações sociais, interpessoais e intergrupais.
5. Ensinar a pessoa a aprender - ensiná-la a como analisar continuamente seu próprio comportamento interpessoal, no sentido de encontrar e engajar-se com interações interpessoais mais eficazes com os outros.

Se alcançados os objetivos acima, o indivíduo se tornará menos defensivo acerca de si mesmo, menos temeroso das intenções dos outros, mais responsivo aos outros e suas necessidades deixarão de ser interpretadas pelos outros de uma maneira negativa. O resultado será maior criatividade (menos temor dos outros e menos defensivo), menor hostilidade quanto aos outros (devido à melhor compreensão dos outros) e maior sensibilidade às influências sociais e psicológicas sobre o comportamento em trabalho .
Treinamento da sensibilidade é uma abordagem projetada

para desenvolver a sensibilidade social de uma pessoa e sua flexibilidade de comportamento com relação aos outros.

g) Outros Modelos de D. O. Relacionados

Exclusivamente com Alterações Comportamentais

1. estabelecimento de grupos de trabalho;
2. grupos de procura e de identificação de novas soluções
3. equipes de projeto compostas de pessoal de diversos departamentos;
4. intercâmbio interdepartamental de pessoal;
5. estágios e rotação em cargos diferentes;
6. palestras e discussões;
7. comunicação mais intensa entre as áreas de pesquisa e desenvolvimento, produção, comercialização e distribuição.

J. P. Campbell e M. D. Dunnette, "Effectiveness of T-Group Experiences in Management Training and Development" Psychological Bulletin, vol. 70 pp. 73 a 104, 1968.

45 Abrahams, K. Korman, Industrial and Organizational Psychology, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, Inc., 1971, p. 272.

3. Modelos de D.O. Relacionados com Alterações Estruturais e Comportamentais

Os modelos de D.O. que introduzem simultaneamente alterações estruturais e comportamentais são modelos integrados e mais complexos. Constituem uma variedade de abordagens, cada qual desenvolvendo conceitos, estratégias, seqüências, esquemas, que variam enormemente.

Os principais modelos - que abordaremos adiante - são:

- Managerial Grid ou D.O. do tipo Grid, proposto por Blake e Mouton
- Modelo de D.O. de Lawrence e Lorsch.
- Modelo 3-D de Eficácia Gerencial, de Reddin.

a) "Managerial Grid" ou D. O. do tipo Grid"

Blake e Mouton foram os pioneiros na introdução de uma tecnologia integrada e pré-programada de D. O. Os autores partem da pressuposição de que a mudança organizacional começa com a mudança individual como um mecanismo de descongelamento e que os problemas de processos aos níveis interpessoais, grupais e intergrupais devem ocorrer antes das mudanças na estratégia e no ambiente interno da organização. É possível induzir a mudança e alcançar os resultados desejados de uma maneira ordenada, rigorosa e controlada em toda a organização.

A tecnologia de D. O. adotada por Blake e Mouton repousa sobre três premissas sobre as organizações's:

Os indivíduos e as organizações reduzem dissonâncias entre sua auto-imagem e realidade: isto tende a aumentar a autoconsciência da parte do indivíduo e da organização. Esse processo inicia a mudança no ambiente interno da organização (políticas, estrutura, sistemas etc.). As organizações alcançam "satisfações" abaixo do seu potencial: tanto o seu funcionamento quanto o seu desempenho precisam ser melhorados para que as organizações sejam mais competitivas e coerentes com o mundo atual que se caracteriza por transformações aceleradas e incessantes. Uma tremenda quantidade de energia das organizações é devotada a comportamentos disfuncionais, como vimos nas burocracias, provocando o que se denomina "cultura drag": a organização torna-se inábil em adaptar-se e mudar em resposta aos problemas internos e externos. Torna-se necessária uma nova forma de obter mudanças - a mudança sistemática - que oferece uma nova alternativa de aprender com base na experiência. Os autores propõem a tecnologia de D. O. para

analisar a cultura orgonizacional,
mudar o comportamento e os valores, melhorar o clima organizucional e os
estilos gerenciais e consolidar
e institucionalizar tais mudanças para aumentar a eficiência da organização
como um todo, da equipe e do
indivíduo.

^ Manageria! Grid é marca registrada dos autores, razão pela qual citaremos
o nome original e não a sua

tradução, que seria grade gerencia!.

4 Robert R. Blake e Jane S. Mouton, A Estruturação de uma Empresa
Dinâmica Através do Desenvolvi-

mento Organizacionaldo Tipo Grid, São Paulo, Ed. Edgard BIOcher,1972.

Consultamos também: Robert R. Blake

& Jane S. Mouton, The Manageria! Grid, Houston, Gulf Publishing, 1964, e a trad
ção brasileira: O Crid

Gerencial, São Paulo, Livraria Pioneira Editora,1976.

4s J. M. Dutton, "Review of R. R. Blake & J. S. Mouton, "Corporate Excellence
Through Grid Organiza-

tion Development: A Systems Approach", Administrative Science Quarterly,
vol.14, pp. 608 a 610,1969.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (D.O)

Blake e Mouton partem do princípio de que como a empresa é um sistema complexo deve-se analisá-la globalmente e verificar qual é o seu excellence gap (discrepância em relação ao seu padrão de excelência).

I. O "Excellence Gap": os dirigentes de uma empresa podem delinear modelos do que

a empresa seria se eles a dirigissem mediante os critérios de excelência; criados tais modelos

de excelência, a maneira pela qual a empresa está sendo administrada pode ser comparada à

maneira pela qual ela deveria ser administrada. Os dirigentes podem identificar facilmente os

"gaps" (discrepâncias e contradições) entre o que a empresa é e o que deveria ser, bem como

delinear e implementar providências que façam a empresa movimentar-se de suas posições

atuais na direção da excelência. O "excellence gap" entre o que a empresa é e o que ela

deveria ser pode ser explicado pelos seguintes aspectos:

a) Lucratividade por meio de produtos ou serviços. As empresas visam satisfazer desejos e necessidades da

sociedade por via da inovação, produção e distribuição de produtos ou serviços e proporcionar lucrativi-

dade, a qual constitui a principal fonte de impulso para inovar, mudar e desenvolver suas atividades. Uma

razão para o "gap" pode residir no fato de que os dirigentes não têm um modelo concebido para atingir a

verdadeira excelência ou simplesmente têm um modelo evolucionário.

b) Lucratividade por meio de pessoas. Toda organização se compõe de pessoas. A medida que essas pessoas

trabalham orientadas para os objetivos de lucro da empresa, desenvolvem-se padrões de como fazer as

coisas, como as normas, procedimentos, diretrizes, políticas, previsões etc., e, por outro lado, atitudes,

convicções, expectativas, lealdades etc. Outra razão para o "gap" é que as tradições e antecedentes

acumulados e estabilizados podem se desviar significativamente daquilo que está relacionado com o

alcance dos objetivos da lucratividade da empresa.

c) Sociedade em mudança. A empresa insere-se em uma sociedade que se move, que se muda, fazendo com

que se desenvolvam e mudem também suas necessidades e desejos. As mudanças ocorridas fora da

empresa constroem-na a mudanças urgentes, para se manter competitiva e alcançar os objetivos de

lucratividade. Surge um paradoxo: a resistência-impulso. As práticas empresariais adotadas regularmente,

as tradições, a ineficiência dos riscos tendem a constituir uma resistência ao avanço da eficiência da empresa.

Por outro lado, ela necessita de um impulso para a inovação, para assumir

riscos. A resistência tende a diminuir a capacidade de impulso da empresa. O objetivo do D.O. do tipo Grid consiste em alterar a relação resistência-impulso, a fim de conseguir o máximo de impulso com o mínimo de resistência.

2. Rubrica da excelência empresarial: para se verificar se a empresa é ou não excelente, os autores propõem a utilização da rubrica empresarial. A rubrica permite a avaliação das seis funções da empresa por três perspectivas e através de quatro orientações, para se avaliar cada aspecto de comportamento ou desempenho da organização. As seis funções mais importantes da empresa são:

- recursos humanos;
- administração financeira;
- operações (produção);
- "marketing" ;
- pesquisa e desenvolvimento;
- empresa, como um todo.

Cada uma das funções contribui com algo para a empresa e para a excelência como um todo ou contém barreiras que impedem que a empresa atinja um desempenho global mais alto.

As três perspectivas são:

- eficiência vigente: refere-se à avaliação de quão bem as coisas estão sendo feitas no momento, indicando as áreas de fraqueza e de força nas operações da empresa;
- flexibilidade: refere-se à capacidade de a empresa poder mudar rápida, correta e solidamente para enfrentar mudanças imprevisíveis que tenham efeito a curto prazo, indicando a força de reserva, de sustentação e de solução de problemas;
- desenvolvimento: refere-se às estratégias de longo prazo (2, 5 ou 10 anos) que podem aumentar a possibilidade de que a empresa atinja mais adiante um crescimento programado.

As quatro orientações são:

- ações empresariais, classificadas como internas (ações influenciadas por fatores sob controle direto da empresa);
- ações externas (influência fora do controle direto da empresa) de um lado;
- ações agressivas (ações que pretendem acrescentar impulso, isto é, estimular oportunidades, aceitar desafios, aumentar a capacidade de a empresa atingir o estágio da excelência);
- ações defensivas (ações que pretendem diminuir a resistência ao avanço, repelir ou afastar ameaças, reduzir ou eliminar fraquezas ou deficiências, reduzir ou neutralizar obstáculos que limitem as realizações da empresa) de outro lado.

As quatro combinações destas duas orientações são

"os esforços agressivos internos, que tiram proveito de oportunidades que se encontram dentro da empresa e abrangem problemas, como o uso correto de homens, de recursos monetários, de máquinas e de materiais;

"os esforços defensivos internos, que lidam com as fraquezas internas de comportamento, de desempenho e de resultados, as quais, se não forem corrigidas, puxam a organização para baixo;

"os esforços agressivos externos, que tratam de quão bem uma empresa está tirando proveito de oportunidades que se encontram no ambiente externo às suas fronteiras; esforços que são ações que acrescentam impulso à empresa e abrem novas oportunidades;

"os esforços defensivos externos se referem à conscientização da empresa a respeito das ações do concorrente ou da dinâmica do mercado ou do fornecedor de seu ambiente empresarial, influências que, negligenciadas

ou ignoradas, podem reduzir ou liquidar as possibilidades de êxito da empresa".

3. O Managerial Grid (Grade Gerencial): o administrador que trabalha em uma empresa sempre está voltado para dois assuntos:

- a produção' ou seja, os resultados dos seus esforços;
- as pessoas' ou seja, os chefes, colegas ou aqueles cujo trabalho ele dirige.

O Managerial Grid é uma grade composta de dois eixos

- O eixo horizontal do Grid representa a preocupação com a produção. É uma série contínua de nove pontos, na qual 9 significa uma elevada preocupação pela produção e 1 uma baixa preocupação pela produção.

- O eixo vertical do Grid representa a preocupação pelas pessoas. Também é uma série contínua de nove pontos, onde 9 é um grau elevado e 1 um grau baixo de preocupação com as pessoas.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (D.O)

Alta									Estilo 9.9
	g	Estilo 1.9							
		Atenção concentrada nas							A realização do trabalho é
									conseguida da parte de pessoas
		ne ssidade d							comprometidaa:
	8	relacionamentos satisfatórios							
		conduzem a uma atmosfera							a interdependência através de
		confortáveis e a um ritmo de							um "interesse comum" no
	7	trabalho de organização cordial							objetivo da organização
									conduz a relacionamento_s de
									confiança e de respeito.
									Estilo 5.5
	5	Um adequado desempenho							
		organizacional torna-se							
		possível através do equilíbrio							
		entre a necessidade de							
	4	conseguir que o trabalho seja							
		executado e a manutenção							
	á	do moral das pessoas num							
		nível satisfatório.							
		Estilo 1.1	= --						Estilo 9.1
		A aplicação de um esforço mínimo							A eficiência fazê- njo
	2	para se conseguir que o trabalho							
		necessário seja executado é adequado.							- das condições de trabalho de
		e suficiente para se conservar a							tal modo que os elementos
	1	prerrogativa de membro da							humano: interfiram num
		organização.							grau mínimo.
Baixa									
	1		g	4	5	6	7	8	
	Baixa			Preocupação Pela Produção					Alta
				resultados					

O MANAGERIAL GRID GRADUADO GERENCIAL

Fonte: Robert R. Blake e Jane S. Mouton, A Estruturação de uma Empresa Dinâmica Através do Desenvolvi-

mento Organizacional do Teio Grid, São Paulo. Ed. Edward Blucher, 1972. 6. ou Robert R. Blake e Jane S.

Mouton, O Grid Gerencial, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1976. p

O Grid representa estas duas preocupações e a sua interação. Os autores colocam nos pontos de interação (nos quatro cantos e no centro do Grid) os cinco principais estilos que os administradores utilizam:

Estilos de
Administração

Significado:

pela pro-
que pro-
9.1: no canto inferior direito do Grid. Representa forte preocupação
dução e muito pouca preocupação pelas pessoas que se espera
duzam.

- com muito
- 1.9: no canto superior esquerdo. É o estilo que enfatiza as pessoas pouca preocupação pelos resultados da produção.
- produção e
- 1.1: no canto inferior esquerdo. Quase nenhuma preocupação pela pelas pessoas. Não são executores, mas encostadores.
- adota a ati-
- 5.5: no centro. É o estilo do meio-termo, no qual o administrador tude de conseguir resultados mas sem muito esforço. Para os autores o administrador 5.5 é um homem organizacional.
- produção e
- 9.9: no canto superior direito. Demonstra alta preocupação pela igualmente uma forte preocupação pelas pessoas. Aqui, os problemas são discutidos em profundidade, de maneira aberta, para alcançarem compreensão mútua e amplo comprometimento em relação às conclusões obtidas. A equipe desenvolve no estilo 9. 9 um interesse comum, no resultado do seu esforço. A teoria 9.9 é uma teoria sinérgica.

OS ESTILOS PRINCIPAIS DO GR/D GERENCIAL

Adaptado de: Robert R. Blake e Jane S. Mouton, A Estruturação de uma Empresa Dinâmica Através do Desenvolvimento Organizacional ,do Tipo Grid. São Paulo, Ed. Edgard Blücher, 1972, pp. 65 a 67.

Fases do D. O. do tipo Grid o Programa de D. O. do tipo Grid inclui seis fases, a saber:

1. Treinamento através de seminário de laboratório.
2. Desenvolvimento de equipes. Desenvolvimento Gerencial
3. Reuniões de confrontação intergrupais.
4. Estabelecimento de objetivos organizacionais.
5. Implementação através de equipes. Desenvolvimento Organizacional
6. Avaliação dos resultados.

AS SEIS FASES DO GR/D

Fase 1: Seminários de laboratório para todos os membros da organização, partindo do

topo para a base, a fim de analisar a cultura organizacional através do Grid.

Cada uma das funções da empresa é avaliada por sua equipe através do Grid, em três alternativas

- desempenho excelente
- desempenho regular
- desempenho inaceitável

A equipe utiliza a crítica para verificar o que está certo e para avaliar as correções necessárias ou não, completando o estudo de toda a organização.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (D.O)

Fase 2: Desenvolvimento de equipes em todos os grupos da organização; , do topo, para estudar a dinâmica comportamental da organização. Cada membro da equipe utiliza o Grid para avaliar a qualidade e a natureza da participação (ação da equipe e dos esforços individuais) com o objetivo de localizar dificuldades e verificar o rumo da melhoria.

Teorias
ou Estilos:

Tipos de Participação:

- g,1 ; 1 o há muita oportunidade para participar. As pessoas sentem que, embora tenham contribuições a fazer, estas procuradas e provavelmente serão rejeitadas se apresentadas mente.
- 1.9: As pessoas procuram não criticar para não serem mal-interpretadas receio de não receberem apoio imediato. As soluções são do "mínimo denominador comum" e o comportamento é superficial e efêmero.
- 1.1: Há pouco envolvimento e pouco comprometimento. As pessoas fisicamente presentes, mas mentalmente ausentes.
- 5.5: A tomada de decisões é do tipo acomodativo ou do meio-do-caminho, do "remendo de acolchoado". que deixa a todos descontentes.
- 9.9.: A participação se faz necessária para alcançar melhor resposta. A problema se dá pela participação e pelo comprometimento. Todavia, 9.9. para ser efetiva, deve basear-se em pessoas que tenham conhecimento e competência, sem o que poderá levar a soluções errôneas.

TIPOS DE PARTICIPAÇÃO

Nesta fase, o desenvolvimento de equipe ajuda cada um a aprender o que os colegas de equipe observam em seu comportamento no trabalho de estilo Grid. Os colegas de equipe preparam uma descrição de Grid para cada membro, visando a fortalecer o desempenho individual e fornecendo a cada um informações e avaliações sobre ele próprio na situação que está vivendo. A seguir, se estabelecem objetivos para o desempenho da equipe e dos indivíduos, após a rejeição de práticas culturais inaceitáveis da

equipe e de desempenhos individuais também inaceitáveis. A equipe seleciona cada problema-chave, analisa as causas, explora possibilidades alternativas da solução e delineia a melhor estratégia de ação, atribuindo responsabilidade a cada membro sobre sua contribuição para a solução e a sequência de passos a serem dados. Esta fase encarece a participação e o comportamento para aumentar a contribuição e o auto-interesse de cada membro.

Fase 3: Reuniões de confrontação intergrupal para desenvolver a interface entre os grupos, ou seja, para melhorar a coordenação entre grupos.

É o desenvolvimento intergrupal. Como nem todos os problemas de dinâmica do comportamento de uma empresa se restringem a equipes naturais de trabalho, esta fase cuida das relações de trabalho entre unidades organizadas da empresa, enfatizando a cooperação e a coordenação. As empresas são departamentalizadas e seccionalizadas, ou seja, são segmentadas com vistas à ordem e à eficiência. A segmentação cria fronteiras entre as divisões: segregam e separam, tornando a coordenação e cooperação essenciais à realização empresarial. Esta fase busca aprender como atingir o máximo de coope-

ração e coordenação enquanto se mantêm as eficiências possíveis, decorrentes da segmentação da empresa em seus componentes naturais. As unidades que mantêm inter-relação de trabalho se reúnem duas de cada vez, para identificarem, em termos operacionalmente exatos, o que deveria ser um bom inter-relacionamento de trabalho entre elas. Verificam-se quais as barreiras da eficiência e os "gaps" entre o que é e o que deveria ser. Nessas sessões de troca de informações entre os membros chave de cada segmento da empresa, predominam descrições, interpretação de conclusões e perguntas para esclarecer intenções, visando a conseguir um tipo de comunicação desobstruída que conduza a uma legítima compreensão. Em seguida, estabelecem-se os objetivos que nortearão os passos para retificar a situação atual. A Fase 3 é uma atividade de três a quatro dias. Ao completar esta fase, quatro resultados de aprendizagem de Grid devem ser alcançados:

- a) os administradores adquiriram compreensão dos estilos de comportamento administrativo para a mobilização de energias humanas;
- b) todos estudaram, avaliaram e puderam ter oportunidade de melhorar a qualidade de sua supervisão em situações de trabalho;
- c) todas as equipes organizadas que precisam alcançar resultados sinérgicos foram estudadas, avaliadas e tiveram oportunidade de fortalecer a qualidade e a natureza do seu trabalho em equipe;
- d) as situações intergrupais que exigem cooperação e coordenação foram estudadas, avaliadas e os responsáveis por tais situações tiveram oportunidade de fortalecer a qualidade e a natureza de seus esforços coordenadores.

Teorias
ou Estilos:

Tipos de Fronteiras Intergrupais:

9.1: De hostilidade intergrupal, baseada em suspeita e desconfiança mútua. Pode desenvolver disputas estimulantes entre os envolvidos, mas provoca perda da eficiência empresarial. A atitude predominante é a de ganhar-perder.

1.9: De coexistência pacífica, quando os participantes de ambos os lados das fronteiras procuram aceitar o mínimo apoio mútuo, fazendo-o agradável e amistosamente, evitando problemas que perturbariam ou impediriam as relações recíprocas. Mantém-se a harmonia, mas se sacrifica o potencial

para a realização.

1.1: De isolamento. Não há aspirações quanto à solução de problemas de coordenação e cooperação intergrupais. Os indivíduos retrocedem de ambos os lados da fronteira, procurando tornar desnecessária a cooperação. Ocorre duplicação de esforços, pois cada departamento duplica certas competências dentro dele mesmo para não utilizar as habilidades e dos outros.

5.5: De trégua inquietada, quando os participantes utilizam a negociação, o rateio e a acomodação para obterem algum grau de coordenação e cooperação.

9.9: De comunicações abertas e francas, enfrentando situações de discordância e controvérsia, mas encarando-as de frente, com flexibilidade suficiente para solucionarem os problemas. As fronteiras existem, pois a divisão é uma estruturação corrente e válida da empresa, mas a atitude das pessoas se volta para o tratamento construtivo dos problemas e necessidades através dela.

OS TIPOS DE FRONTEIRAS INTERGRUPAIS

Fase 4: Estabelecimento de objetivos organizacionais pela cúpula (equipe de topo) da

organização, através da Rubrica da Excelência Empresarial.

Esta fase proporciona os conceitos e técnicas de lógica empresarial para se mudar de uma abordagem evolu-

cionista ou revolucionária para um modelo de desenvolvimento sistêmico.

A lógica empresarial é a verificação da história e desenvolvimento da empresa para a compreensão do pre-

sente e da sua cultura empresarial atual: o modo pelo qual a empresa dirigiu seu rumo para evitar obstáculos

e para aproveitar oportunidades que iam sendo reconhecidas. A análise dessa lógica empresarial evidencia

distorções, distorções e omissões que não atendem aos critérios de excelência empresarial. Na fase 4, os

membros da equipe da cúpula definem um modelo estratégico ideal, ou seja, ao qual a empresa deveria se

assemelhar se ela fosse verdadeiramente excelente. Os outros membros coligem e reúnem dados, fazem suas

análises de revisão e crítica. Nesta fase os membros devem "ir para fora da empresa para ver o que se passa

dentro dela". É a fase em que a cúpula define o delineamento do modelo estratégico a ser seguido pela orga-

nização como um todo.

Fase 5 : Implementação através de equipes: trata-se da implementação do modelo orga-

nizacional ideal, através do desenvolvimento planejado.

Para essa implementação, a equipe de cúpula indica uma equipe de planejamento para cada centro de lucro

identificado, bem como o coordenador da Fase 5, que poderá ser membro da equipe de cúpula mas se

reportando sempre ao homem de cúpula da empresa.

O coordenador da Fase 5 deve ajudar as equipes de planejamento a se organizarem e a adquirirem as técnicas

essenciais para o estudo da maneira pela qual cada centro de lucro operaria em todos os seus aspectos,

mediante os critérios do modelo estratégico ideal.

A implementação exige que cada equipe de planejamento elabore seu plano operacional, como se o seu

centro de lucro fosse independente dos demais, examinando exaustivamente cada aspecto de suas atividades.

Fase 6: Avaliação dos resultados, isto é, das mudanças ocorridas no sentido de estabi-

lizar os objetivos organizacionais e estabelecer novos objetivos para o futuro.

Deve-se utili-

zar a crítica sistemática, ou seja, uma maneira organizada de avaliar e criticar o progresso,

de identificar as barreiras que estão dificultando os resultados almejados e de entrever as

oportunidades de melhores resultados. É um trabalho de crítica e avaliação.

A utilização sistemática da rubrica de excelência empresarial serve para avaliar o desempenho e as condições

existentes em cada passo do desenvolvimento obtido, confrontado com o grau de excelência que se pretende alcançar.

Através desta abordagem sistemática à crítica, os membros da organização ganham um senso de proporção a

respeito do que alcançaram, do que estão fazendo diferentemente do que faziam antes preparando um novo

ciclo. E como o desenvolvimento é uma atividade contínua e sem fim, novos desafios e novas situações

surgirão, demandando novas mudanças.

o I quanto a motos pao- b I quanto o 0onoomon- cl quanto ao conformio-
d I quanto H do0icaGBo o al quanto B crltico o g

Eotilon: soais o objetivoo am- too o omoçDoo: mo o B criotividade:
comPromotimanto: aprandizagom:
pranorioin:

O odminintradw sooofor- N8o hB "choquo" do Sufoca-oa a criotivido do
Podo ocorrer elovado Os chofos onsìnom aos

ço om roloçHo ao Bxito idBioo nam amoG a do Ouondo so anpora quo os
comprometimento com subordinodos, falando,
possool mas B ineficionto antagoniomo, pwquanto homono oa conformom,
a roalizaç8o om alguno asparondo corri9ir arroa

om trabalho com a otro- osto ootilo controla qual- om voz do oo dofronto-
mombros a, ìguolmanta, a toz8-los eprondor a

vBs do outros, n8o sa- Quor contlito, torçondo rom ou comPoraram. O
grondoa rassantimantos fazer corto som discutir

bondo Orovocar o com- H submisnóo pala adoç8o conformismo B obtido
ocultos o frustraçDan am o problemo. Provevol-

portomonto a liborar o do fOrmula autoridade- Oolo modolo nutoridade-
outron mombros. monto os subordinodoa

9.1 criatividade do 0ossool. obodiBncia. obodiBncia. A iniciotiva
nHo comproondarHo as

Tanta atineir os motaa aquivalo B insubordina-
cousas don problemas

organizacionaio ompur- ç8o. A comPlacBncio a
nam os condiç8os Pore

rHndo ou conduzindo os submíss8o, porBm, po-
sue correçHo.

outron, diminuindo o Pru dom sar su Parficieis, ori-
babilidade de olconçB- 9inando frustraçeos que

se evidonciam om das-
forra ou dostruiçBo.

O administrador se osfor- O contlito de idBios podo E o contormismo
que As boos raloçDes s6o 0 chota cumprimanta

ço por manter um rolo- sor obrondado pela boju- procura o melhor
rolo- mantidon H custa da eti- Por umdosemponhobom

cionamento humono, laç8o a o engodo doi- cionamanto humano.
Evi- ciBncia omprasarial. A ou mBdio, mos evita crl-

cordial a tranq0ilo, on- xando-sa qua a possoo to-sa a diocordHncia
pero organizoç8o db muito e ticas Quando o 2rabalho

quanto a empresa sa tor- saibo qua, com PaciBn-

n8o provocar o ressonti- podo pouco, produzindo B mau ou inocoitBvol.

no trouxa, morosa e indi- cio, olo concluirB Que monto. A criatividade
ume frouxid8o qua B o N Ho promovo e motiva-

teronta aos aeuo proble- tudo ost8 corrato. Este ngo tam oportunidade
vorso da axcalHncia. G8o 0ara a méhora do

1 9 mos do produçHo a opor- ooTilo Produz contiança para so
dosanvolvar. N Bo so roconhoco o mB- desempenho, mes opa-

tunidados raois. Pravale- ainda quo injustificada, rito,
toloro-so o incom- nas a imPrassBo de que

ce o dasojo da sor opro- lovando o uma harmonia
petBncia e doscul Po-sa o trabalho estB sendo

ciado o ngo o daseío do aporonta, ambora o pro- a
indiforonço. É o bom aPreciado.

sor aficiente, entro os blomn parsisto o Posse
tretomen2o dispansado

mambros da organizo- doteriorar.

Ho

pasaoal, simples-
 çgo. E outro tipo de
 As pessoas abandonam. O administrador fica do
 conforto. A apatia e a indiferença. É um "oOProech" do
 seus objetivos de sucesso. lado de fora dos situa-
 substituem o moral posi- tipo "laissez-faire". O
 pasaoal a, Paradoxalmente- çDonde se promovam o a torna o não com
 a tivo a o comprometido- subordinado profundo su- substância da vida
 am- monto. Não há lealdade. zinho a partir do onsoio-
 Pessoas sa nem dedicação. e-erro e do autodidatis-
 tontam só montar am-izam discordância a con- conformom
 trebelhando mo. Cada qual dá o seu
 um rodeio do racional- troversos. Torna-se tran-
 monotona- errar sozinho.
 1.1 montos sociais. Contri- qüilíbrio por não só envol-
 que Duom com o mínimo que vor am conflito e Por deles se espera. N
 Há há Ihes Permite o monocrático evitar que os outros no- motivações Para a
 crie- no emprego, sorpassos e também seu falto de asan-
 imi- usufruir das vantagens envolvidas. tação. O Que veio sHo as
 do cargo e do emprego.
 aporBências externas em
 foca das pressões com
 vistas ao conformismo
 As pessoas procuram Administra-ne o conflito É o conformismo
 organi- 0 mais e o comprometo- Os chefes ensinam por
 meio-termo para a a- acomodação, apo- :ação-homem. A
 aceita- 2imanto sHo Pouco evi- meio de sugestões indi-
 que matas organizacionais e ziguezagueando-se o discor-
 GHo cega do srros
 imitativo pessoas, Procurando dHncia Pola na educação
 tom uma atitude boa trenQueze, não sincori-
 leva a um tipo
 acomodamPonhar o ajustar, e solucionando-a pola da
 pseudocriatividade. com relação H emPresença dede Os chefes a su-
 As novaa idBias
 ngo sgo porqua-elas se sentem bordados exploram o
 5.5 solucionar Problemas. O ça aqui B evoluçãoria. mais do que
 Oequonos se9uros a protegidas e assunto som se a talar Oi-
 atastamentos do passa-
 nHo porque contribuem retamente Não se pro-
 conciliar os práticas cul- do absoluto, racoman-
 pessoalmente pere seu move a compreensão dados PorQue i8 toram
 turais vigantes e a mu-
 sucesso. raal do problema Ape-
 tentados anteriormente.
 nes pequenas mudan-
 cionários.
 çes podem ser espe-
 Procure-se imitar, am
 vez de inovar
 E é função dos dois obje- A discordância B tomada O conformismo

H epre- A empresa busce eleve- A mudena 9 ume ques-
 quando sa- tivos elevados ao mais como resul2ado de inavi- ciado, mas
 do grau de identiticeGHO tHo de o Prendizado.
 alto greu: os objotivos tabilidade de Que es pos- rolacione com
 objetivos c3m as metas de desem- Aprender envolve o em- soas osclaracidas te- o promissas
 vBlidas e penho de organizaHo, o preBo do crltica e com- nham convic Des Pr0- corrotos. 0
 conformis- Oue so evidoncia no
 mo- paraGHO entre as coisas
 toma- rel positivo e no com- e, em seguida, o iulge- prias acarca do quo B mo com decisDes
 malho- odministrativa O resul- corra2o. A discord Hncia des e cepozos da
 de cres- Frometimento pessoal mento por meio do ava- a o conflito tázam 0arte rer e capacidade
 emPrese B HH loeldado edadicaHo. liaeo e ponderaHo. da dinHmice do compor- cimento da
 busco do sei sfoo dos adminis- tamento As omoDes que p omove e
 9.9 trodoros. sBo entron2odas 0ola dis- soluGOes crl2icos e
 ino-

cussHo deles com a pas- vádoras. Ouando e cul-
 soa envolvido ne discor- tura da emPrese es2imula
 dHncia. Fermite-sa qua a experimentaHo e Pro-
 os homens discordom, move uma etividoda
 que desenvolvem e ra- construtiva pere com a
 solvom sues discordHn- descoberta e inoveo,
 cies por vio da fatos e se o potencial criativo tor-
 compreendam uns aos na-se ume fonte de im-
 outros. pulso pere e omPrase.

CARACTERÍSTICAS DA CULTURA

ORGANIZACIONAL

Fonte: Idalberto Chi venato, "Uma Abordagem ao Desenvolvimento Organizacional", IDORT, Reviste Bresi-
 leire de Produtividade, n" 487/490, p. 71, set./dez. 1972.

b) Modelo de Lawrence e Lorsch

Lawrence e Lorsch, autores já analisados no capítulo referente à Teoria Comportamental, evoluíram para o Desenvolvimento Organizacional e para a Teoria Sistêmica. Dentro dessa concepção, propõem um modelo de diagnóstico e ação para o D.O. "9. Os principais pontos de referência do modelo de Lawrence e Lorsch são:

a) Conceito de sistema e de organização: sistema é qualquer unidade que processa certos insumos a fim de obter certos produtos. A organização "é a coordenação de diferentes atividades de contribuintes individuais com a finalidade de efetuar transações planejadas com o ambiente"50. Desta maneira, se vários contribuintes individuais vão trabalhar numa organização, eles terão de forçosamente dividir o trabalho. A divisão de trabalho

8

provoca a diferenciação dos órgãos e conduz à necessidade da concepção. Os autores propõem o modelo de diferenciação e integração das organizações como sistemas: ao invés de fornecer uma receita universal da melhor maneira de organizar, ele fornece uma referência, baseado nas demandas do ambiente da organização, para que se compreenda quais são as características organizacionais exigidas a fim de que uma organização tenha um desempenho altamente eficiente em seu ambiente particular.

A diferenciação51 depende de quais características internas cada grupo deve desenvolver

para levar a efeito transações planejadas com a parte do ambiente que lhe foi designada.

Mas a diferenciação exige integração52.

A integração traz dois problemas: quais as unidades que são solicitadas a trabalharem

quais e quão prementes são a exigência e a necessidade de interdependência entre elas.

Quando as unidades são

Como exige forte relação inversa entre diferenciação e integração, quando altamente diferenciadas (devido às suas tarefas particulares), torna-se mais difícil atingir-se

integração entre elas do que quando os indivíduos nas unidades têm maneiras semelhantes de

pensar e de se comportar. Daí, quanto maior a diferenciação, mais necessária a integração.

O modelo de diferenciação e de integração proporciona um conjunto de conceitos que

permite acitar a compreender quais as características que uma organização deve ter para

performar num conjunto particular de circunstâncias ambientais. Como as

organizações

come am com indivíduos que tomam medidas coletivas e formam uma organização para

melhÇrar sua capacidade para enfrentar seu ambiente, a organização se torna um esquema

de mediação entre o indivíduo e seu ambiente mais amplo. Ela proporciona um ambiente que

estrutura e canaliza suas transações com o ambiente.

A organização tem uma natureza sistêmica: ela é um sistema aberto, complexo, multifunciorial, com várias

fmalidades, em rocesso de modificação contínua, interagindo de múltiplas formas com o ambiente e com-

posta de uma s pie de subsistemas em interação constante, apresentando interdêpendência e ativação recí-

roca. Já não se pode manter o conceito tradicional de organização como uma unidade fechada, com limites

definidos, em que o ambiente não pode produzir modificaçdes. Longe disto, a organizaC o éstá sob intensa

a9 paul R. Lawrence e Jay W. Lorsch, O Desenvolvimento de OrgonizuÇ es: Diagnóstico e Açdo, São Paulo,

Ed. Edgard Bl cher, 1972.

5 Paut R. Lawrence e Jay W. Lorsch. O Desens,nlvirnen n de Or uni:uG'des: Dia nóslico e Ação, cir., p. 3.

5i V. ó conceito de diferenciação no capítulo dedicado à Teoria da Contingência.

52 V, o conceito de integração no capítulo dedicado à Teoria da Contingência.

Contribuintes Organização
 individuais: Diferenciação . Ambiente
 integração

REALIZAR OS DEFRONTAMENTOS EM UMA ORGANIZAÇÃO PARA AS TRANSAÇÕES PLANEJADAS COM O AMBIENTE

pressão devido às modificações produzidas pelo ambiente e que exigem constantes renovações de diagnósticos e readaptações contínuas. Justamente devido a esta alteração ambiental constante e cada vez mais rápida, não se pode manter o conceito tradicional da organização como uma estrutura sólida, apegando-se a noções estreitas porque resultaram bem no passado. Também já não se pode apegar às regras fixas da burocracia, no sentido exato da palavra. O comportamento reativo ao ambiente deve ser substituído pelo comportamento proativo: a organização deve antecipar-se e influenciar as modificações e não ficar à mercê delas.

b) Os subsistemas: o sistema total da organização pode ser encarado em termos de uma série de sistemas que, por sua vez, podem ser divididos em uma porção de subsistemas. Esses sistemas formam um padrão complexo de fios entrelaçados de dependência mútua e ativação recíproca. Para se diagnosticar uma organização a fim de intervir em qualquer setor particular de sua estrutura, precisa-se saber o lugar exato em que se quer agir e antecipar as modificações que essa intervenção possa provocar nos outros.

c) O sistema social. todas as organizações podem ser encaradas como sistemas essenciais; ; cialmente sociais. Ela é concebida como a coordenação de diferentes atividades de contribuintes individuais para realizar transações planejadas com o ambiente.

Todo sistema social pode ser encarado em termos de grupos de pessoas ocupadas em intercambiar seus recursos com base em certas expectativas. Esses recursos são constantemente permutados e, sem dúvida, não se limitam apenas a recursos materiais, pois abrangem idéias, sentimentos, habilidades e valores. Além disso, no intercâmbio de recursos nos sistemas sociais, desenvolvem-se contratos psicológicos (defrontamentos)

entre homens e sistemas, homens e grupos e entre sistemas e subsistemas, onde prevalece o sentimento de reciprocidade: cada um avalia o que está oferecendo e o que está recebendo em troca. Nesse intercâmbio de recursos, se desaparecer ou diminuir o sentimento de reciprocidade, ocorre uma modificação dentro do sistema. De um modo mais amplo, o objetivo da organização é atender às suas próprias necessidades e, ao mesmo tempo, atender às necessidades da sociedade por meio de produção de bens ou de serviços, pelos quais recebe uma compensação monetária. No intercâmbio de recursos o defrontamento (interface) pode gerar problemas. Segundo os autores, as principais áreas de problemas, quando se deseja mudar a organização, residem nas seguintes relações interfaciais:

- defrontamento organização x ambiente;
- defrontamento grupo-para-grupo;
- defrontamento indivíduo x organização.

d) Estúgios do D. O. : os autores propõem um modelo de diagnóstico e ação baseado em quatro estágios, formando um ciclo, a saber: Diagnóstico, Planejamento da ação, Implementação da ação e Avaliação.

ESTÁGIOS DO D.O. SEGUNDO LAWRENCE E LORSCH

fonte: Paul R. Lawrence e Jay W. Lorsch, O Desenvolvimento de Organizações: Diagnóstico e Ação, São Paulo, Ed. Edgard Blücher, 1972, p. 98.

Cada tipo de defrontamento deve ser submetido aos quatro estágios acima

1. Diagnóstico: É o primeiro estágio do D.O. e se inicia por um levantamento da situação: a partir do levantamento do defrontamento organização e seu ambiente, surgem as primeiras alterações estruturais; um segundo passo é o levantamento dos defrontamentos entre grupos de participantes, do qual surgem tanto alterações estruturais como alterações comportamentais; um terceiro passo é o levantamento dos defrontamentos entre participantes individuais e a organização, do qual surgem geralmente alterações de ordem comportamental. Este primeiro estágio é, portanto, o diagnóstico da situação real e da situação desejada. Nele se determina a direção para o D.O., que parte da situação real para a situação desejada.

Situação atual Mudança planejada D.O. n

2. Planejamento da ação: constitui o planejamento da ação da mudança que tirará a alteração requerida.

Aqui se delineiam os métodos de mudança a seqüência necessária etc., capazes de modificar o desempenho do sistema para a direção desejada. As ações de mudança são ações intervencionistas e podem ser:

- de natureza educacional: delineadas para mudar as expectativas dos contribuintes;
- de natureza estrutural: através da modificação da direção do trabalho, da rede de comunicações, do contrato de contribuição - incentivos etc.;
- uma mudança na estratégia transacional básica da

organização.

3. Implementação da Ação: É a etapa em que obtém o comprometimento dos participantes e se dota a mudança dos recursos necessários. Faz-se também o acompanhamento do processo Follow-up

4. Avaliação: É a etapa que fecha o processo que, aGás, funciona como um circuito fechado: o resultado da avaliação implica alteração do diagnóstico o que leva a novos levantamentos, novo planejamento, implementação etc. e assim por diante. Deve haver um momento em que o processo ganhe uma dinâmica própria passando a desenvolver-se sem necessidade de intervir na sua actuação.

Esses quatro estágios podem se superpor.

e) Níveis de mudança: existem diversos níveis em que a mudança pode ser planejada e implementada, tendo-se em conta as alterações comportamentais envolvidas.

	"Mix" dos aspectos Método de mudança
Objetivos da mudança cognitivos e emocionais Mudança modesta de comportamento Padrões de interação diferentes	
Expectativas de funções diferentes	
Orientações e valores diferentes Motivos básicos diferentes Realização, poder, atiliação etc.	

Mudança fundamental de comportamento

NÍVEIS EM QUE A MUDANÇA PODE SER PLANEJADA E IMPLEMENTADA

Fonte: Paul R. Lawrence e Jay W. Lorsch, O Desenvolvimento de Organizações: Diagnóstico e Ação, São Paulo, Ed. Edgard Blücher, 1972, p. 96.

No quadro há uma relação entre alterações estruturais e expectativas de papel. Tal relação leva os autores a enfatizarem um cuidado especial para o fato de que alterações na organização formal implicam alteração na organização informal, ou, ainda, de que alterações estruturais planejadas implicam alterações comportamentais, mesmo que não previstas. Daí a dificuldade de se trabalhar nessa área com apenas um tipo de alteração.

c) Teoria 3-D da Eficácia Gerencial de Reddin

Reddin apresenta uma Teoria sobre o Desenvolvimento da Eficácia Gerencial, também denominada Teoria 3-D⁵³. O modelo conceptual proposto por Reddin⁵⁴ se baseia no fato de que o administrador é solicitado a ser eficaz em uma variedade de situações e a sua eficácia pode ser medida na proporção em que ele é capaz de transformar o seu estilo, de maneira apropriada, em situação de mudança. Para Reddin, a eficácia administrativa é o grau no

53 William J. Reddin, Managerial Effectiveness, New York, McGraw-Hill
Book Co.,1971

5 William J. Reddin, Ejickcio Gerencial, São Paulo, Ed. Atlas,1975.

qual um administrador alcança as exigências de "produto" (resultado de sua posição na organização. A única tarefa do administrador é a de ser eficaz,

1. Eficácia Gerencial: a eficácia gerencial deve ser avaliada em termos de produto (resultado) em vez de insumo, ou seja, mais por aquilo que o administrador alcança do que por aquilo que ele realmente faz. É resultado, não insumo. Todas as posições são criadas para uma finalidade que pode ser avaliada em termos de resultado. A eficácia administrativa não é um aspecto de personalidade do administrador, mas é função da correta manipulação da situação. É desempenho: não é o que o administrador faz, mas o que ele obtém.

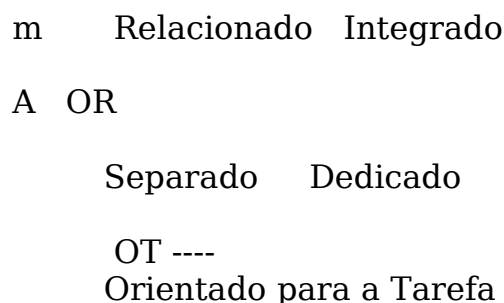
Há muita diferença entre o gerente eficiente e o gerente eficaz, a saber:

Gerente Eficiente:	Gerente Eficaz:
- Faz as coisas de maneira certa.	- Faz as coisas certas.
- Resolve problemas.	- Produz alternativas criativas.
- Cuida dos recursos.	- Otimiza a utilização dos recursos.
- Cumpre seu dever.	- Obtém resultados.
- Reduz custos.	- Aumenta lucros.

2. Estilos Gerenciais: o núcleo da Teoria 3-D é a afirmação de que o comportamento gerencial é composto de dois elementos básicos: -

- a tarefa de realizar;
- as relações com outras pessoas

Os gerentes podem enfatizar um ou outro elemento básico. Há o gerente "orientado para a tarefa" (OT) e o gerente "orientado para as relações" (OR). Na figura a seguir estão os quatro estilos básicos:



Os quatro estilos básicos servem como ponto de referência, uma vez que nem sempre o comportamento gerencial se ajusta rigorosamente a eles. O Estilo Relacionado se caracteriza

por exclusiva orientação pura as

nejações, enquanto o Estilo l>rdicado, por exclusiva orientação pura a ianela
O Estilo Se Farado se caracteriza

por deficiente orientação tanto para as relações como para a tarefa, enquanto o Estilo Inlegrado, por orientação integrada tanto para as relações como para a tarefa. Esses quatro estilos básicos podem ter um equivalente mais efetivo ou menos efetivo, dando lugar assim a oito estilos gerenciais, que constituem uma utilização respectivamente mais eficaz ou menos eficaz dos quatro estilos básicos.

Assim:

Estilos Básicos:	Estilos Gerenciais menos Eficazes:	Estilos Gerenciais mais Eficazes:
Integrado	De Transação Itransigente	Executivo
Dedicado	Autocrata	Autocrata Benevolente
Relacionado	Missionário	Promotor
Separado	Desertor	Burocrata

Daí as três dimensões (3-D) de estilos de comportamento gerencial no Modelo 3-D:

Missionário Transigente SeParado^t Dsdica

c e

t

MODELO DE ESTILO 3-D

O modelo com leto de Estilo 3-D consiste em quatro estilos básicos, quatro estilos gerenciais mais eficazes e

quatro estilos gerenciais menos eficazes.

Fonte: William J. Reddin, Eficácia Gerencial, São Paulo, Ed. Atlas, 1975, p. 58.

Para Reddin, não existe um estilo ideal. Cada situação requer sua própria estratégia. A

eficácia não é uma qualidade administrativa, mas sim o resultado de se aplicar a estratégia

ou o estilo gerencial mais apropriado à situação.

3. As Habilidades Gerenciais Básicas: a Teoria 3-D visa a desenvolver três habilidades

gerenciais básicas, a saber:

1. Sensitividade situacional' é a habilidade para diagnosticar situações (que forças jogam na situação?).

2. Flexibilidade de estilo' é a habilidade de adequar-se às forças em jogo, uma vez analisadas e diagnosticadas.

3. Destreza de gerência situacional: é a habilidade de gestão situacional, ou seja, a capacidade de modificar uma situação que precisa ser modificada.

Segundo o autor, essa abordagem permite rever a situação real, com plena abertura e

honestidade, em termos de eficácia gerencial e organizacional.

4. Conceitos Teóricos Básicos: a Teoria 3-D baseia-se em cinco conceitos teóricos básicos:

1. A mudança organizacional é um processo de reunir gerentes, por vezes em combinações pouco usuais,

para intercambiar critérios sobre temas que deveriam, de qualquer modo, ser discutidos em um clima de

confiança e com interesse, visando a conquista da eficácia. Os executivos - mais que consultores externos

- são os que conhecem ou devem fixar a melhor direção para a organização.

2. O programa 3-D não dá uma direção: propõe apenas que se considere a eficácia como valor central, mas

reconhece que os meios de obtê-la variam. Não se propõe um estilo ideal. Busca-se insistentemente uma

resposta para a pergunta: "que fazer para ser eficaz nesta situação?"

3. Os executivos não aplicam tudo o que sabem. Por isto os cursos e conferências que fornecem mais infor-

mação não resolvem o problema. A solução está em dar aos executivos a oportunidade de aplicarem efetivamente o que sabem. A Teoria 3-D trata de criar as condições para isto.

4. A mudança deve envolver todas as unidades sociais. Uma organização é integrada por indivíduos, con-

juntos de colegas, equipes, departamentos, relações verticais etc. Para que a mudança afete a totalidade

da organização, todos devem participar do processo. Para isto, as etapas 3-D estão preparadas para

"unidades sociais" diferentes.

5. A flexibilidade é condição necessária da mudança. Deve ser estimulada e deve-se criar condições para

ela, se se deseja a mudança.

O programa de ação da teoria é flexível. Conquanto tenha nove etapas amplamente instrumentadas, podem ser utilizadas isoladamente ou em conjunto para alcançarem objetivos específicos. O objetivo do programa 3-D é liberar e canalizar a grande reserva de eficácia potencial que todo executivo sabe que pode coaseguir.

5 . O Programa de D. O. da Teoria 3-D: o Programa de D. O. 3-D proposto por Reddin é constituído de nove etapas. As quatro primeiras requerem necessariamente assessoramento externo, segundo o autor, sendo que as cinco etapas restantes visam a melhorar as inter-relações horizontais e verticais das equipes administrativas. As nove etapas são:

De Jorgo Chnpiro e Edith Ikutsch de Chapiro, "Desenvolvimento da Eficácia Organizacional", Revista IDORT, jul./ago.1912, pp. 7 a 13.

Programação

Etapa: Denominação: para melhorar:
Duração: Quem participa:

Resultado5 básicos:

I Seminário de Eficácia
Cinco dias Todos os administradores, iniciando com o dirigente mais alto. Os

. Eficácia administrativa

Eficácia Gerencial

melhorada

administradores integram equipes

. Flexibilidade

1. outros administradores com

incrementada com

quais em geral não trabalham,

. Objetivos preliminares os

desconhecidos.

estabelecidos ou com

Três dias Laboratório Estrutura de Rol
Cada equipe administrativa, integrada por um superior e todos os

. Objetivos estabelecidos

Equipe

para a equipe

seus subordinados participam e

. Equipe reorganizada, se

como uma 5ª equipe. A

necessário atuam

2. melhor Parte dos administradores

Métodos de trabalho

participa, primeiro como subordinado

introduzidos na equipe

seu superior e uma

nados com

como superior com

segunda vez

Outros subordinados.

seus pr

Meio dia Conferência Fixação de
Cada dupla de superior-subordinado, a saber.

. Objetivos administrativos

de Eficácia Objetivo5

tivos confirmados

Gerencial Gerenciais

. Bloqueio superior-subordinado superado

3.

. Relação de guia e estímulo estabelecida

dias Laboratório Fixação de
Somente o Comitê Executivo, ou de Estratégia Estrutura da
a equipe mais alta da Direção, uma

. Diagnóstico organizacional TrBs

zacional feito

4. Empresarial Organização
vez. Esta etapa também pode ser a

. Estrutura organizacional

revisada primeira.

. Políticas administrativas compensadas

Um dia I Comissão de Relacionamento
Igual ao Laboratório de Rol de

. Objetivos estabelecidos

5. Eficácia de Interpessoal

para a equipe

Equipe.

	Equipe		
	Comissão de	Relacionamento	. bloqueios improdutivos
Um dia	Dois departamentos, funções ou		
	6. Eficácia	entre as Equipes	entre setores organiza-
Equipes que desejam melhorar sua			
	Interequipes		cionais superados
forma de interação			
	Comissão de	Relacionamento	. Inter-relações horizon-
Um dia	Uma cadeia vertical de gerentes		
	7. Eficácia	Horizontal e	tais e verticais
com relações de subordinação e			
	Divisional	Vertical	melhoradas
colaboradores selecionados.			
	Comissão de	Integração Geral	Inter-relações entre
Meio dia	Um supervisor e seus operários		
	B. Unidade de	entre os	todos os participantes
	Trabalho	Participantes	melhoradas
	Comissão de	Eficácia	. Comunicação dos poll-
Meio dia	O Presidente e todos os gerentes,		
	Eficácia	Organizacional	
	táticas e objetivos globais		e possivelmente os operários, com
	9, Empresarial		estabelecidos
uma série de Grupos de trabalho ta-			
			. Estabilização da situa-
manhos e composição.			
			ção. Após o programa de
			mudança

PROGRAMA DE EFICÁCIA ORGANIZACIONAL 3-D

Nove elementos de treinamento podem ser usados numa variedade de combinações

para atingir objetivos específicos.

Adaptado de: William J. Reddin, Eficácia Gerencial, São Paulo, Ed. Atlas, 1975, p. 319.

6. Relação entre Eficácia e Situação: as situações administrativas podem ser visualizadas como campos de forças exercidas pelo superior, subordinados, colaboradores, organização e tecnologia.

OS ELEMENTOS SITUACIONAIS 3-D

Numa situação, estes são os cinco aspectos que um gerente deve reconhecer, reagir a, ou mudar.

Fonte: William J. Reddin, Eficácia Gerencial, São Paulo, Ed. Atlas, 1975, p. 85

A eficácia é o grau em que o executivo alcança os resultados desejados de sua função.

Para alcançar eficácia é necessário conhecer as "áreas de eficácia" (resultados desejados) e possuir as três habilidades gerenciais (diagnóstico, flexibilidade e gestão situacional).

O autor recomenda que cada executivo analise o rol de sua função (não o insumo, mas o produto, o resultado) e verifique o que faltaria na empresa se a sua função fosse suprimida

simplesmente. Isto identificaria os resultados que somente a sua função específica consegue

para a empresa. LÉ o papel. A não-identificação dos resultados necessários das posições

administrativas confunde os papéis, e papéis confusos impedem a obtenção de eficácia⁵⁶.

A identificação de papéis exige uma perfeita diferenciação entre insumo e produto, como por exemplo:

INSUMO	PRODUTO
- manutenção de máquinas	-- - máquinas disponíveis
- atendimento de pacientes	-- - pacientes curados
- concessão de créditos	. - cobranças pontuais
- educação rural	-- - aumento da
colheita	
- freqüência à Igreja	-- - vida cristã
- mudança de atitude	--- - mudança de comportamento

A eficácia é resultado do produto, não do insumo. Um executivo que identifique com precisão suas "áreas de eficácia" pode estabelecer e alcançar objetivos claros. E pode medir sua eficácia:

Reddin propõe que o executivo também faça o mesmo com relação aos seus subordinados (3 ou 4 níveis), verificando as suas "áreas de eficácia" e concentrando-se no controle do produto (resultado) de cada posição subordinada ao invés de procurar controlar as atividades, da seguinte maneira:

Insumo
Produto

APRECIÇÃO CRÍTICA DO D.O.

1 O D.O. tem proporcionado à T.G.A. uma literatura realmente ampla e rica de abordagens bastante variadas. No fundo, porém, existe uma convicção de que o D.O. é um rótulo utilizado para a embalagem de descobertas e princípios da Teoria das Relações Humanas e da Teoria Comportamental, dentro de novas formulações. Com a crise das Relações Humanas e do Behaviorismo, o D.O. passou a ser uma nova saída para o aumento da eficácia organizacional.

V.: Alvin W. Gouldner, *The Coming Crisis of Western Sociology*, New York, Basic Books, Inc., Publishers, 1950. C. Wright Mills, *A Imaginação Sociológica*, cil., pp.106-107.

1. Aspecto Mágico do D.O.

Existem algumas características mágicas do D.O. criadas a partir de quatro mitos, a saber:

- a) O mito da disciplina em D.O.: tem-se dado ênfase ao D.O. como uma disciplina perfeitamente delimitada, independentemente e baseada no método científico. Alguns autores chegam a considerar o uso do treinamento da seriedade e as relações entre cliente e consultor como áreas pertencentes exclusivamente ao D.O. Na verdade, são áreas de conhecimento que o D.O. vem absorvendo de outras disciplinas com campos de atuação muito bem delimitados.
- b) O mito das variáveis não-pesquisáveis: parece haver alguma resistência à pesquisa convencional dentro do D.O. A suposição mais frequente é a de que os programas de D.O. são mais difíceis de se pesquisar do que outros fenômenos sociais; que as variáveis envolvidas são mais difíceis de medir e que o próprio processo de pesquisa pode interferir no processo de D.O. Há uma contradição entre a afirmação de que o D.O. é baseado no conhecimento científico e a resistência encontrada na utilização de métodos científicos na pesquisa e estudos dos fenômenos de D.O.
- c) O mito da novidade: existe uma noção de que o D.O. é um novo processo ou um conjunto de novas técnicas que facilitam a mudança. Todavia, os métodos e processos do D.O. são relativamente antigos, embora catalogados com novos nomes e rótulos e utilizados em diferentes situações. O mito da novidade insere uma qualidade mágica ao D.O. e que, como técnica nova, mais efetiva do que as antigas, facilita sobremaneira o processo de mudança.
- d) O mito da eficácia aumentada: os autores do D.O. argumentam que suas técnicas aumentam a capacidade da organização de atingir seus objetivos com eficácia. Todavia, salienta Margulies, os resultados são realmente discutíveis. Relações mais autênticas entre o pessoal não significam necessariamente um aumento dos lucros da organização.

2. Imprecisão no Campo do D.O.

O desenvolvimento dos grupos-T, do treinamento de laboratório e de outras formas de incremento da interação ou de terapia de grupo provocou o surgimento do D.O., o qual passou a ser um código para designar programas e atividades originadas de várias escolas e tendências, mas dentro de uma nova abordagem de educação e treinamento. Essa imprecisão no campo do D.O. dificulta enormemente a sua própria definição.

Apesar das várias conceituações parece que todas concordam em que o D. O. procura integrar as necessidades dos indivíduos e as da organização através de técnicas de laboratório. Para o D.O. as necessidades da organização são a adaptabilidade de suas unidades e indivíduos à frente de mudanças ambientais, aumentando a produtividade e identificação e lealdade dos participantes. De outro lado, o indivíduo sofre; dentro da organização, de um sentimento de inautenticidade, de alienação, de solidão e de falta de poder. O D. O. pretende satisfazer a essas necessidades pessoais incentivando no indivíduo maiores habilidades sociais, maior abertura e relacionamento interpessoal e maior segurança, habilidades estas aplicáveis em qualquer nível e tipo de organização.

Júlio Lobos critica que "É evidente que o D.O. constitui, teoricamente, uma operacionalmente, um assunto muito controvertido. Teoricamente, para começar, a base do D.O. É por demais heterogênea e pouco precisa na

e Newton Margulies, "The Myth and the Magic in D. O.", Business Horizons Indiana University, Graduate School of Business, vol. XV, n° 4, ago.1972.

medida em que ela tira partido de apenas algumas descobertas isoladas no campo da teoria do comportamento organizacional. Operacionalmente, a confusão é ainda maior. Se m dúvida, a assim chamada `tecnologia do D. O. ' é nem mais, nem menos, que um conjunto disparatado de intervenções engenhosas destinadas a tentar a solução de diversos tipos de problemas específicos em organizações específicas. Assim, por exemplo, as intervenções de D.O. de uso mais freqüente tentam mudar fatores de comportamento que afetam apenas uma pequena parte da variância do funcionamento organizacional (p. ex., exagerada ênfase na formação de grupos de trabalho, orientados para simulação de processos decisórios), sem qualquer consideração de outros fatores relacionados mais importantes (como modificações na estrutura organizacional). Nestas condições, fazer generalizações que permitam enriquecer a bagagem científica da teoria do comportamento organizacional é, certamente, uma questão de muita laboriosidade analítica e não poucas esperanças' ' 59.

Dentro desse panorama, dificilmente o campo do D.O. poderá ser adequadamente delimitado .

3. Ênfase na Educação Emocional"

O D.O. vis uneiramente um ângulo do treinamento de `habilidades" no relacionamento interpessoal, tendo por base as ciências do comportamento. Ele não envolve as habilidades técnicas de direção, por exemplo, mas apenas, como todas as técnicas de relações humanas, "funciona como óleo lubrificante que facilita o progresso organizacional à custa do indivíduo, para compensar a incapacidade natural do homem em manter relações humanas num universo técnico. As relações são desenvolvidas para adaptar o indivíduo ao ambiente técnico, para forçá-lo a aceitar sua escravidão e encontrar a felicidade na "normalização" de suas relações com o grupo, submetendo-se cada vez mais completamente a este mesmo grupo' ' . Porém, o treinamento de habilidades é importante, mas não é a essência da administração. O D.O., ao dar ênfase ao treinamento da sensibilidade em laboratório e ao fundamentar-se exclusivamente nas ciências do comportamento, corre o perigo de se transformar numa técnica eminentemente terapêutica, afastada dos reais objetivos da

organização e à
custa de todo um complexo de interesses econômicos em jogo.

4. As Aplicações Distorcidas do D.O.

As organizações ainda se aproximam muito do modelo monocrático sustentado exclusivamente no direito da propriedade privada. Os dirigentes das organizações - sejam proprietários ou não destas - possuem um poder muito grande e um elevado status social e econômico. Na medida em que a legitimidade baseada no direito de propriedade privada vai perdendo substância, os dirigentes recorrem a procedimentos diversos para manter ou até

59 ⁹úlio Lobos, "Desenvolvimento Organizacional: Teoria e Aplicações",
Revista de Administração de
Empresas, Rio de Janeiro, IS(3), p. 30, maio/junho 1975.
Jacques Ellul, *The Technological Society*, New York, Vintage Books, 1964.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (D.O)

melhorar o seu status quo e promoção pessoal. Em muitos casos, o D.O. tem sido usado como um instrumento para assegurar tais objetivos, e sua utilização decorre do efeito

demonstração, visando muito mais a procura da legitimação externa e seus efeitos sobre a

imagem pública da organização do que propriamente a legitimação interna.

Perrow duvida da utilidade que apresenta o ato de enfocar as organizações sob uma

perspectiva do D.O. pois não há ainda nenhuma razão objetiva para fazê-lo. Para Perrowó'

a não é de se esperar que as organizações devam reagir flexivelmente à frente das mutações em um

ambiente incerto é irreal, pois nem o ambiente é incerto, nem muitas organizações conseguem sobreviver sem adotar padrões burocráticos de funcionamento e estrutura.

Na prática os métodos de D. O. não parecem ser novos ou cientificamente válidos. Até

o momento, nenhuma comprovação científica demonstrou que as técnicas de D.O. podem

melhorar efetivamente a capacidade da organização de alcançar os seus objetivos. Contudo,

apesar de todas essas restrições e do utopismo de muitas abordagens, o D.O. afigura-se, hoje

em dia, como a melhor opção humanista de abordagem da Administração.

SUMÁRIO

1. O D. O. nasceu na década de 60 em função da intensa mudança que ocorre em nosso

mundo e em função da inadequação das estruturas convencionais às novas circunstâncias.

2. O D.O. tem sua origem na Teoria Comportamental e nos pesquisadores que, ao final da

Teoria das Relações Humanas, haviam-se dedicado a estudos de dinâmica de grupos e

modificação de comportamento grupal. Aos poucos, o D.O. foi ampliando sua área de

atuação até que, ao abordar a organização como um todo, assumiu a abordagem sistêmica.

Neste ponto, passou a ganhar ares de teoria administrativa.

3. O D.O. apresenta conceito dinâmico de organização, de cultura organizacional e de

mudança organizacional dentro de pressupostos bastante avançados para a nossa prática

administrativa.

4. O processo de D. O. é constituído principalmente por coleta de dados, diagnóstico orga-

nizacional e ação de intervenção.

5 : Existe uma variedade de modelos de D. O. Alguns baseiam-se em alterações estruturais na

organiza ão formal. Outros, em alteraçõs comportamentais (na cultura organizacional, no relacionamento interpessoal, intergrupar etc.), como. o desenvolvimento de equipes, suprimimento de informações adicionais, análise transaccional, reuniões de confronto, tratamento de conflito intergrupar e laboratório de sensibilidade.

6. Existem modelos mais complexos, como o de Blake e Mouton (Managerial Grid), o de

Lawrence e Lorsch, o de Reddin (Teoria 3-D da Eficácia Gerencial).

7 . Muito embora pare a uma moda passageira dentro da Administração, o D. O. é uma

alternativa democrática e participativa muito interessante para a renovação e revitalização

das organizações, que não podemos desprezar.

6 Charles Perrow, A Disent on Technology. Structure and the Environment, Unpublished, Cornell Conference, State University of New York at Stony Brook.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

Explique sucintamente as origens do D.O

2. Os diversos modelos de D.O consideram basicamente quatro variáveis.

Explique-as.

3 . Quais as fases da organização segundo o D. O. ?

4. Quais as críticas às estruturas convencionais feitas pelos partidários do

D. O. ?

5. Defina organização e cultura organizacional para o D.O.

6. Defina mudança para o D.O.

7. Quais os objetivos de mudança para o D.O.?

; 8. Explique o conceito de desenvolvimento para o D.O.

9 . O que é D. O. ?

10. Quais os pressupostos básicos do D. O. ?

11. Por que se fala em necessidade de participação e comprometimento?

12. Explique as organizações como sistemas abertos para o D.O.

13 . Quais as aplicações do D. O. ?

14. Explique o processo do D.O.

15 . Explique a coleta de dados em D. O.

16. Explique o que é diagnóstico organizacional em D.O.

17. O que é ação de intervenção em D.O.?

18 . Quais os papéis de consultor em D. O. ?

19. Classifique os modelos de D.O.

20. Quais os modelos de D.O. relacionados exclusivamente com alterações estruturais?

21. Quais os modelos de D. O. relacionados exclusivamente com alterações comportamentais?

22. O que é Desenvolvimento de Equipes?

23. O que é Suprimento de Informações Adicionais?

24. O que é Análise Transacional?

25. O que são Reuniões de Confrontação?

26. O que é Tratamento de Conflito Intergrupar?

27. O que é Laboratório de Sensitividade?

28. Quais os objetivos do Laboratório de Sensitividade?

29. Explique sucintamente o Managerial Grid.

30. O que é excellence gap?

31. Explique as seis fases do D. O. tipo Grid:

32. Explique o modelo de D.O. de Lawrence e Lorsch.

33. Quais os confrontamentos encontrados em D.O. segundo Lawrence e Lorsch?

34. Explique o modelo diferenciação-integração.

35. Explique sucintamente a Teoria 3-D da Eficácia Gerencial de Reddin.

36. Quais os estilos gerenciais segundo Reddin?

37. Quais as habilidades gerenciais básicas segundo Reddin?

38. Explique a relação entre eficácia e situação para Reddin.

39. Por que se fala em imprecisão no campo do D.O. ?

40. O D.O. enfatiza a educação "emocional"? Explique.

41. Existem aplicações distorcidas do D. O. ? Explique.

CASO ENGECONSULT

A Engeconsult é uma empresa cujo ramo de atividades é a prestação de serviços de Engenharia Consultiva, tanto em território nacional como no exterior. Trata-se de uma das maiores firmas de consultoria em projetos complexos de engenharia industrial e civil. Possui perto de 3.000 funcionários, sendo que cerca de 20% são de nível universitário, 45% são técnicos especializados e os demais 35% de diversas qualificações profissionais e variados níveis operacionais.

A empresa possui pouco menos de 15 anos de existência. Porém, em face da enorme demanda do mercado nacional e internacional de projetos de engenharia, o seu desenvolvimento foi espetacularmente rápido; até atingir as proporções que atualmente a empresa apresenta. Em face do cumprimento fiel dos contratos com os clientes, e a perfeição com que os serviços foram prestados, novos contratos foram sendo feitos, fazendo com que a empresa tivesse de, continuamente, aumentar suas instalações e pessoal especializado. Com o seu crescimento organizacional, os problemas da empresa foram também crescendo em proporções gigantescas. Até o momento, não existe planejamento para a solução desses problemas. Muito embora existam elementos plenamente capacitados em todas as áreas da empresa - seja técnica, administrativa, financeira -; a administração apenas se contenta em resolvê-los "fazendo consertos" em pequenos setores, sem tentar envolver a totalidade da organização de maneira integrada e coesa. Assim, a grosso modo, a empresa mais parece uma "colcha de retalhos", onde cada área vai crescendo e se desenvolve do à parte, sem

nenhuma conexão com as demais. A estrutura atual da organização pode ser visualizada

através do organograma da página seguinte.

Um dos aspectos mais críticos é a excessiva centralização do processo decisório nas

mãos do Diretor Presidente. Todos os contratos técnicos são desenvolvidos e fechados pelo

Diretor-Presidente, que em alguns casos utiliza sua Assessoria direta e subordinada a

ele. Obviamente, tais contratos dependem muito de ligações pessoais e do intenso relaciona-

mento político que o Diretor-Presidente conseguiu desenvolver no decurso de sua vida pro-

fissional: Porém, a excessiva centralização envolve quase todas as atividades cotidianas da

organização: Quase todas as decisões dependem da aprovação do Diretor-Presidente. A

própria Diretoria - envolvendo os Diretores Técnicos responsáveis por cada um dos grandes

projetos de engenharia e o Diretor Administrativo - funciona em intensa dependência

ORGANOGRAMA DA ENGECONSULT

Diretor Presidente. Apesar de parte da empresa estar organizada em função de projetos em desenvolvimento, no fundo a empresa funciona dentro dos padrões clássicos de organização linear, dentro de um alto grau de centralização das decisões. A departamentalização por projetos, na realidade, apenas funciona ao nível operacional. Todas as admissões de pessoal mensalista, por exemplo, devem ter o visto do Diretor-Presidente, havendo ocasiões em que, por falta de tempo ou por motivos de constantes viagens do Diretor-Presidente ao exterior, existem admissões de funcionários que aguardam mais de trinta dias para a sua definição e aprovação, após as entrevistas e testes de seleção.

Em face da extrema dependência ao Diretor Presidente, muitos executivos de alto nível preferem não permanecer na companhia. No decorrer de sete meses, por exemplo, a área financeira teve três elementos que ocuparam a Gerência Financeira, e o último deles não completou ainda um mês de atividade no cargo. Apesar da elevada remuneração, a rotatividade do pessoal de alto nível é muito grande. Apesar da complexidade técnica dos projetos complexos que a empresa desenvolve, sua estrutura organizacional ainda é bastante precária.

Apesar do vulto das operações da empresa, cujos contratos para os próximos cinco anos lhe permitirão um faturamento garantido de dez milhões de dólares mensais, a empresa caminha solidamente mas sem uma administração adequada. Tecnicamente,

o nível atingido tem proporcionado uma excelente imagem da empresa. Internamente, porém, os Diretores das diversas áreas sentem que sua autoridade depende quase sempre de uma confirmação da Presidência. Poucos executivos se empenham realmente e evitam assumir responsabilidades já que sua autoridade é discutível. Não existe planejamento, nem fixação de objetivos, a não ser nos aspectos técnicos relacionados com os projetos em andamento ou em contratação.

PARTE 8

ABORDAGEM SISTÊMICA I

DA ADMINISTRAÇÃO,

O biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy elaborou uma teoria interdisciplinar capaz de transcender aos problemas exclusivos de cada ciência e proporcionar princípios gerais (sejam físicos, biológicos, psicológicos, sociológicos, químicos etc.) e modelos gerais para todas as ciências envolvidas, de modo que as descobertas efetuadas em cada ciência pudessem ser utilizadas pelas demais. Essa teoria interdisciplinar - denominada Teoria Geral dos Sistemas - demonstra o isomorfismo das várias ciências, permitindo maior aproximação entre as suas fronteiras e o preenchimento dos espaços vazios (espaços brancos) entre elas. Essa teoria é essencialmente totalizante: os sistemas não podem ser plenamente compreendidos apenas pela análise separada e exclusiva de cada uma de suas partes. Ela se baseia na compreensão da dependência recíproca de todas as disciplinas e da necessidade de sua integração. Assim, os diversos ramos do conhecimento - até então estranhos uns aos outros pela intensa especialização e isolamento conseqüente - passaram a tratar os seus objetos de estudo (sejam físicos, biológicos, psíquicos, sociais, químicos etc.) como sistemas. E inclusive à Adminis-

tração.

A Teoria Geral da Administração passou por uma gradativa e crescente ampliação do enfoque desde a Abordagem Clássica - passando pela humanística, neoclássica, estruturalista e behaviorista - até a abordagem sistêmica. Na sua época, a abordagem clássica havia sido profundamente influenciada por três princípios

intelectuais dominantes em quase todas as ciências no início deste século: o reducionismo, o pensamento analítico e o mecanicismo.

a) O reducionismo é o princípio que se baseia na crença de que todas as coisas podem ser decompostas e reduzidas em seus elementos fundamentais simples que constituem as suas unidades indivisíveis. O reducionismo desenvolveu-se na Física (estudo dos átomos), na Química (estudo das substâncias simples), na

Biologia (Estudo das células), na Psicologia (instintos e necessidades básicas), na Sociologia (indivíduos sociológicos). O taylorismo na Administração É um Exemplo clássico de reducionismo.

b) O reducionismo serve ao pensamento analítico para explicar as coisas ou para tentar compreendê-las melhor. A análise consiste em decompor o todo, tanto quanto possível, em partes mais simples, independentes umas das outras, que são mais facilmente solucionadas ou explicadas, posteriormente, através de soluções ou explicações parciais em uma solução ou explicação do todo. A solução ou explicação do todo constitui a soma ou resultante das soluções ou explicações das partes. O conceito de divisão do trabalho e de especialização do operário são manifestações típicas do pensamento analítico.

c) O mecanicismo É o princípio que se baseia na relação simples de causa-e-efeito entre dois fenômenos. Um fenômeno constitui a causa de outro fenômeno (seu efeito), quando e somente quando o primeiro o provoca. Como a causa É suficiente para o efeito nada além dela é considerado para explicá-lo. Essa relação compreendia o que hoje chamamos sistema fechado: o ambiente era totalmente subtraído na explicação das causas. As leis excluíam os efeitos do meio. Por outro lado, as leis de causa-efeito não previam as consequências. Os efeitos são totalmente determinados pelas causas, numa visão determinística das coisas.

Com o advento da Teoria Geral dos Sistemas, os princípios do reducionismo, do pensamento analítico e do mecanicismo já se encontram totalmente substituídos pelos princípios opostos do expansionismo, do pensamento sintético e da teleologia.

Abordagem Clássica	Abordagem Sistêmica
Reduccionismo -	- - Expansionismo
Pensamento analítico - -	- - Pensamento sintético
Mecanicismo - -	---- Teleologia

A REVOLUÇÃO DA ABORDAGEM SISTÊMICA

a) O expansionismo É o princípio que sustenta que todo fenômeno É parte de um fenômeno maior. O todo é o princípio de um sistema de como ele se relaciona com o todo maior que o envolve o qual faz parte. O expansionismo não nega que cada fenômeno seja constituído de partes, mas a sua ênfase reside na focalização do todo do qual aquele fenômeno faz parte. Essa transferência da visão voltada para os elementos fundamentais para a visão voltada para o todo denomina-se abordagem sistêmica.

b) Segundo o pensamento sintético, o fenômeno que se pretende explicar É

visto como parte de um sistema

maior e é explicado em termos do papel que desempenha nesse sistema maior. Os órgãos do organismo humano, por exemplo, são explicados pelo papel que desempenham no organismo e não pelo comportamento de seus tecidos ou de suas estruturas de organização. A abordagem sistêmica está mais interessada em

em juntar as coisas do que em separá-las.

c) A teleologia é o princípio segundo o qual a causa é uma condição necessária, mas nem sempre suficiente

para que surja o efeito. Em outros termos, a relação causa-efeito não é uma relação determinística ou mecanicista, mas sim probabilística. A teleologia é o estudo do comportamento com finalidade

de alcançar objetivos e passou a influenciar profundamente as ciências. Enquanto na concepção mecanicista

o comportamento é explicado pela identificação de suas causas e nunca do seu efeito, na concepção

teleológica, o comportamento é explicado por aquilo que ele produz ou por aquilo que é seu propósito ou

objetivo produzir. A partir desta concepção, os sistemas passam a ser visualizados como entidades globais

e funcionais em busca de objetivos e finalidades

Com esses três princípios - expansionismo, pensamento sintético e teleologia - a

Teoria Geral de Sistemas (TGS) proporcionou o surgimento da Cibernética, da Pesquisa Operacional

e desaguou na Teoria Geral da Administração, redimensionando suas concepções.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS DA TEORIA DOS SISTEMAS

Ano	Autor	Livros
1932	W. J. Cannon	Wisdom of the Body
1944	J. V. Neumann & O. Morgenstern	Theory of Games and Economic Behavior
1948	Norbert Wiener	Cybernetics or Control and Communication in the
		Animal and the Machine
1949	C.E. Shannon & W. Weaver	The Mathematical Theory of Communication
1950	Norbert Wiener	The Human Use of Human Beings
1956	L. von Bertalanffy	General Systems Theory
	A. Newell & H. A. Simon	The Logic Theory Machine - Transactions of the
		Information Theory
	W. R. Ashby	Introduction to Cybernetics
1957	C. W. Churchman & E. C. Arnoff	Introduction to Operations Research
	Pierre de Latil	Thinking by Machine: A Study of Cybernetics
1960	R. A. Johnson, F. E. Kast & J. E. Rosenzweig	The Theory and Management of Systems
1962	F. Kast & J. Rosenzweig	Science Technology and Management
	E. L. Trist, G. W. Higgin & A. B. Pollock	Organizational Choice
1963	A. K. Rice	The Enterprise and its Environment: A System
		Theory of Management Organization
1964	R. L. Kahn, D. M. Wolfe, R. P. Quinn, J. D. Sneed & R. A. Roth	Organizational Stress
	H. A. Simon	The Shape of Automation
	R. Antony	Planning and Control Systems: A Framework of
		Analysis
1966	D. Katz & R. L. Kahn	The Social Psychology of Organizations
1967	Rensis Likert	The Human Organization
	H. G. Hicks	The Management of Organizations
	J. A. Seiber	A Systems Approach to Organizational Behavior
1968	L. von Bertalanffy	General Systems Theory
1970	F. E. Kast & J. E. Rosenzweig	Organizational Management - A Systems Approach
1971	R. L. Katz	Management of the Total Enterprise

CAPÍTULO 15

CIBERNÉTICA E ADMINISTRAÇÃO

Objetivos Deste Capítulo

Introduzir o estudante nos complexos meandros da Cibernética que interessam à

Administração.

. Definir os principais conceitos derivados da Cibernética intensamente utilizados na

Administração: sistemas, sua classificação, propriedades e representação (modelos),

conceito de entrada, caixa negra, retroação, homeostasia e informação.

Verificar as principais conseqüências da Cibernética na Administração.

A Cibernética é uma ciência relativamente jovem. Foi criada por Norbert Wiener' entre os

anos de 1943 e 1947, justamente na época em que Von Neumann e Morgenstern (1947) cria-

vam a Teoria dos Jogos' e Shannon e Weaver (1949) criavam a Teoria Matemática da Infor-

mação'. Nessa mesma época, Von Bertalanffy (1947) já definia a Teoria Geral dos Sistemas⁵.

A palavra Cibernética vem do grego "kybernetiky". Etimologicamente, a palavra parece ter sua origem no

século VI a.C., quando a mitologia grega conta que Teseu fez uma viagem a Creta, conduzido por dois pilo-

Norbert Wiener (1894-1963), matemático americano, considerado o fundador da Cibernética.

2 Norbert Wiener, *Cybernetics' or Control and Communication in the Animal and The Machine*, Cam-

bridge, Mass., The Technology Press of Massachusetts Institute of Technology, 1948.

3 Johann Von Neumann e Oskar Morgenstern, *Theory of Games and Economic Behavior*, Princeton University Press, 1947.

4 Claude E. Shannon e Warren Weaver, *The Mathematical Theory of Communication*, Urbana, Ill., University of Illinois Press, 1949.

5 Ludwig von Bertalanffy, "The Theory of Open Systems in Physics and Biology", *Science*, vol. 111, pp. 23 a 28, 1947.

CIBERNÉTICA E ADMINISTRAÇÃO

tos de barco pelo mar. Para glorificar o feito, Teseu instituiu festa aos "cibernésios", os pilotos do mar.

Posteriormente, Platão (427-347 a.C.) utilizou a palavra *kyúernytiky* em seus diálogos "Alceblades" e "Górgias" (com o sentido de arte de dirigir um navio ou um carro), em "Clítofo" (com o significado de arte de dirigir homens) e na "República" (significando governar em geral). Mais recentemente em 1834, Ampère (1775-1836) retomou a palavra com o sentido de significar controle ou direção e, em 1868, James Maxwell (1831-1879) a utilizou com o significado de regulador ou governador.

Realmente, o conceito originário de cibernética decorre aproximadamente das funções desenvolvidas por um barco, a saber:

- o capitão estabelece um alvo para o barco: o porto B;
- o barco sai do porto A em direção ao porto B;
- o piloto observa o roteiro da viagem, bem como os desvios do rumo ideal (causados pelos ventos, pelas correntes marítimas etc.) e decide a cada momento quais as modificações do roteiro para corrigir os desvios;
- o timoneiro executa as correções decididas pelo piloto, a fim de manter o barco no roteiro certo.
- os remadores fornecem a energia propulsora do barco.

Assim, o piloto não executa trabalho físico algum, mas transforma a mensagem dada pelo capitão (o valor desejado) no valor real, estabelecendo as relações entre ela (a mensagem) e as mensagens obtidas no meio exterior (ventos, correntes marítimas etc.). A arte de governar navios (*kybeinytiky*) seria um atributo do piloto e não do capitão, do timoneiro ou do remador. O piloto é o processador da informação entre o alvo e o meio ambiente para conduzir a ação. A própria raiz grega deu origem à palavra latina "gubernator". que serviria para designar a arte, tanto de governar navios, como estados.

Assim, a Cibernética surgiu como a ciência destinada a estabelecer relações entre as várias ciências, no sentido de preencher tanto os espaços vazios interdisciplinares não pesquisados por nenhuma ciência, como também de permitir que cada ciência utilizasse para o seu desenvolvimento os conhecimentos desenvolvidos pelas demais ciências.

ORIGENS DA CIBERNÉTICA

As origens da Cibernética, em resumo, estão intimamente ligadas aos seguintes fatos:

a) O movimento iniciado por Norbert Wiener ao redor de 1943 para esclarecer as chamadas "áreas brancas no mapa da ciência". Em companhia de professores da Universidade de Harvard entre os quais médicos, físicos, pesquisadores etc., Wiener iniciou uma série de debates, partindo da verificação de que a ciência, que se iniciara com generalistas (como Gauss, Newton, Darwin, Faraday etc.), caminhou para especialidades isoladas e resacas, deixando de lado fecundas áreas fronteiriças do conhecimento humano, que passaram a ser negligenciadas e impedindo ao cientista o conhecimento do que se passava nos outros campos científicos. A única maneira de se explorar essas áreas brancas e inexploradas das ciências, segundo Wiener, era reunir uma equipe de cientistas de diversas especialidades, cada qual uma autoridade no seu campo, mas com razoáveis conhecimentos dos campos de seus colegas, e criar uma ciência que orientasse o desenvolvimento de todas as demais. A Cibernética começou, assim, como uma ciência interdisciplinar, isto é, uma ciência de conexão entre as outras ciências. E mais do que isso, uma ciência diretiva: "kybernetikys" das demais ciências.

6 Para a melhor informação histórica: Pierre de L. GI, Thinking by Machine: A Study of Cybernetics, Boston. Houghton Mifflin, 1957.

- b) Os primeiros estudos sobre o cálculo de variações da Matemática, o princípio da incerteza na mecânica quântica, a descoberta dos filtros de onda, o aparecimento da mecânica estatística etc. levaram a uma série de inovações na Engenharia, na Física, na Medicina etc., e que exigiram maiores ligações entre esses novos domínios, ou seja, maior intercâmbio de descobertas nas áreas brancas entre essas ciências. A ciência que cuidaria dessas ligações foi chamada por Wiener de cibernética: era um novo campo de comunicação e controle.
- c) Os primeiros estudos e experiências com computadores para a solução de equações diferenciais. Já em 1940, Wiener se preocupava com os requisitos que deveriam ter os equipamentos de computação. As máquinas de calcular, rápidas e precisas, deveriam imitar o complexo sistema nervoso humano. O comportamento da máquina deveria ter como modelo o comportamento humano. A comunicação e o controle no homem e no animal deveriam ser imitados pela máquina. Procuravam-se para os computadores as condições de autocontrole e de auto-regulação, independentes de ação humana exterior, típicas do comportamento dos seres vivos para o processamento eletrônico de dados.
- d) A II Guerra Mundial provocou o desenvolvimento dos equipamentos de artilharia aérea na Inglaterra em face do tremendo aperfeiçoamento da força aérea alemã. Wiener colaborou no projeto de um engenho de defesa aérea baseado no computador em uso na época, o analisador diferencial de Bush. Esse engenho prestabelecia a orientação de vôo dos aviões rápidos, para dirigir projéteis terra-ar capazes de interceptá-los em vôo. No entanto, exigia-se um servomecanismo de precisão capaz de autocorrigir-se rapidamente a fim de ajustar-se a um alvo em movimento variável. Surgiu o conceito de retroação (feedback): o instrumento detectava o padrão de movimento do avião e ajustava-se a ele, autocorrigindo o seu funcionamento. A variação do movimento do avião funcionava como uma entrada de dados (retroação) que fazia a parte regulada reorientar-se no sentido do alvo em movimento.
- e) A Cibernética logo ampliou o seu campo de ação com o desenvolvimento da Teoria Geral dos Sistemas, iniciado por Von Bertalanffy, em 1947, e com a criação da Teoria da Comunicação, por Shannon e Weaver, em 1949.
- f) Inicialmente, a Cibernética restringiu suas aplicações (como ciência aplicada) à criação de máquinas de comportamento auto-regulável, semelhantes a aspectos do comportamento do homem ou do animal (como o robô, o computador eletrônico denominado cérebro eletrônico graças à sua capacidade de ser programado para tomar decisões; o radar - baseado no comportamento do morcego; o piloto automático).

tico dos avies etc.), e onde se faziam necessários os conhecimentos vindos de diversas ciências⁹. Posteriormente, as aplicações da Cibernética se estenderam da Engenharia para a Biologia, Medicina, Psicologia, Sociologia etc., chegando rapidamente à Administração.

PRINCIPAIS CONCEITOS DA CIBERNÉTICA

Os conceitos desenvolvidos pela Cibernética são hoje amplamente utilizados na teoria administrativa. As noções de sistema, retroação, homeostasia, comunicação, autocontrole etc.

fazem parte integrante da linguagem utilizada em Administração. ,

Dentre os principais conceitos derivados da Cibernética estão: .

a) Conceito de Cibernética

Cibernética é a ciência da comunicação e do controle, seja no animal (homem, seres vivos),

seja na máquina. A comunicação é que torna os sistemas integrados e coerentes e o controle

Ludwig von Bertalanffy, "The Theory of Open Systems in Physics and Biology", Science, cit.

de Claude E. Shannon e Warren Weaver, The Mathematical Theory of Communication, cit.

⁹ W. R. Ashby, Introduction to Cybernetics, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1956.

é que regula o seu comportamento. A Cibernética compreende os processos e sistemas de transformação da informação e sua concretização em processos físicos, fisiológicos, psicológicos etc. de transformação da informação. O seu núcleo são os sistemas de processamento das mensagens.

A Cibernética é uma ciência que permite que conhecimentos e descobertas de uma ciência possam ter condições de aplicação a outras ciências. É uma ciência interdisciplinar e que oferece sistemas de organização e de processamento de informações e controles que auxiliam as outras ciências.

Os aspectos operacionais da Cibernética estão relacionados com qualquer campo científico de estudo (como a Engenharia, a Biologia, a Física, a Sociologia, a Psicologia etc.) mas os seus aspectos formais procuram uma teoria geral que, muito embora seja abstrata de todos os campos de aplicação, é apropriada para todos eles.

Bertalanffy salienta que "A Cibernética é uma teoria dos sistemas de controle baseada na comunicação (transferência de informação) entre o sistema e o meio e dentro do sistema, e do controle (retroação) da função dos sistemas com respeito ao ambiente".

b) Campo de Estudo da Cibernética

O campo de estudo da Cibernética são os sistemas. Beer define o sistema "como qualquer conjunto de elementos que estão dinamicamente relacionados". Para esse autor, o sistema dá a ideia de conectividade: "o universo parece estar formado de conjuntos de sistemas, cada qual contido em outro ainda maior, como um conjunto de blocos para construção".

Sob um ponto de vista mais prático, podemos definir um sistema como um conjunto de elementos dinamicamente relacionados entre si, formando uma atividade para atingir um objetivo, operando sobre entradas (informação, energia ou matéria) e fornecendo saídas (informação, energia ou matéria) processadas. Os elementos, as relações entre eles e os objetivos (ou propósitos) constituem os aspectos fundamentais na definição de um sistema. Os elementos constituem as partes ou órgãos que compõem o sistema. Estão dinamicamente relacionados entre si, mantendo uma constante interação. A rede que caracteriza as relações entre os elementos (rede de comunicações entre os elementos)

define o estado do sistema, isto

é, se ele está operando todas essas relações (estado dinâmico ou estável) ou não.

As linhas

que formam a rede de relações constituem as comunicações existentes no sistema. A posição

das linhas reflete a quantidade de informações do sistema, e os eventos que fluem para a rede

que constitui o sistema são as decisões. Essa rede é fundamentalmente um processo decisório;

as decisões são descritíveis (e mesmo previsíveis) em termos de informação no sistema e

de estruturação das comunicações. Assim, no sistema, temos:

- um conjunto de elementos (que são as partes ou órgãos do sistema)
- dinamicamente relacionados em uma rede de comunicações (em decorrência

da

interação dos elementos)

o Ludwig von Bertalanffy, Teoria Geral dos Sistemas, Petrópolis Ed. Vozes, 1975, p. 41.

Stafford Beer, Cibernética e Administração Industrial, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1979, p. 25.

- formando uma atividade (que é a operação ou processamento do sistema)
- para atingir um objetivo ou propósito (finalidade do sistema)
- operando sobre dados/energia/matéria (que são os insumos ou entradas de recursos para o sistema operar)
- para fornecer informação/energia/matéria (que são as saídas do sistema).

Um sistema é

Um conjunto de elementos

Dinamicamente relacionados

Formando uma atividade

Para atingir um objetivo

Operando sobre dados/energia/matéria

Para fornecer informação/energia/matéria.

c) Classificação Arbitrária dos Sistemas

Beer² propõe uma classificação arbitrária dos sistemas para facilitar o seu estudo. Essa classificação se baseia em dois critérios diferentes:

a) Quanto à complexidade, os sistemas podem ser:

1. comp/exos simples, mas dinâmicos: são os menos complexos;
2. complexos descritivos: não são simples, são altamente elaborados e profusamente inter-relacionados;
3. excessivamente complexos: extremamente complicados e que não podem ser descritos de forma precisa e detalhada.

b) Quanto à diferença entre sistemas determinísticos e probabilísticos:

1. Sistema determinístico é aquele no qual as partes interagem de uma forma perfeitamente previsível, não dando lugar a dúvidas. A partir do último estado do sistema e do programa de informação, pode-se prever, sem nenhum risco ou erro; o seu estado seguinte 3. Por exemplo, quando se gira a roda da máquina de costura, pode-se prever o comportamento da agulha.
2. Sistema probabilístico é aquele para o qual não poderá ser fornecida uma previsão detalhada. Estudado intensamente, pode-se prever probabilisticamente o que acontecerá em determinadas circunstâncias 4. Não é predeterminado. A previsão se enquadrará nas limitações lógicas da probabilidade. Por exemplo, o comportamento de um cão, quando se lhe oferece um osso: poderá aproximar-se, não ligar ou afastar-se.

² Stafford Beer, *Cibernética e Administração Industrial*, cit., p. 28.

³ Para maiores informações sobre modelos determinísticos, recomendamos

as seguintes obras: Daniel

Teichroen, Introduction to Management Science: Deterministic Models, New York, John Wiley, 1964; Saul I. Gass,

Linear Programming, New York, McGraw-Hill Book Co., 1969.

4 A respeito de modelos probabilísticos, recomendamos as seguintes obras: William A. Spurr & Charles P.

Bonini, Statistical Analysis for Business Decisions, New York, Richard D. Irwin, 1969; David W. Miller & Martin

CIBERNÉTICA E ADMINISTRAÇÃO

Daí a sua classificação de seis categorias de sistemas:

- a) Sistema determinístico simples: é aquele que possui poucos componentes e inter-relações e que revelam comportamento dinâmico completamente previsível. É o caso do jogo de bilhar que, quando adequadamente definido, é um sistema de geometria dinâmica muito simples (enquanto abstrato). Quando real, o jogo de bilhar torna-se probabilístico.
- b) Sistema determinístico complexo: é o caso do computador eletrônico. Se o seu comportamento não for totalmente previsível, ele estará funcionando mal.
- c) Sistema determinístico excessivamente complexo: esta categoria está vazia, pois não existe nenhum sistema que possa enquadrar-se nela.
- d) Sistema probabilístico simples: é um sistema simples mas imprevisível, como jogar-se uma moeda. O controle estatístico de qualidade é um sistema probabilístico simples.
- e) Sistema probabilístico complexo: é um sistema probabilístico que, embora complexo, pode ser descrito. O estoque é um exemplo. O conceito de lucratividade na indústria é outro.
- f) Sistema probabilístico excessivamente complexo: é um sistema tão complicado que não pode ser totalmente descrito. É o caso do cérebro humano ou da economia nacional. O melhor exemplo de um sistema industrial dessa categoria é a própria empresa.

A CLASSIFICAÇÃO DE SISTEMAS SEGUNDO STAFFORD BEER

Segundo Beer a Cibernética se refere aos sistemas excessivamente complexos e probabilísticos. Os sistemas vivos, pela sua eficácia e coesão, são modelos muito importantes para a Cibernética, porque são muito superiores à eficácia e à coesão dos sistemas não-biológicos.

"A velocidade da resposta, a integração de informações, a capacidade de deduzir conclusões

relativamente fidedignas a partir de informações incompletas são atributos animais superiores aos atributos das máquinas."⁵

K. Starr, A Estrutura das Decisões Humanas, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações.

1970; Robert Schlaifer, Probability and Statistics for Business Decisions. New York, McGraw-Hill Book Co..
p. 959.

⁵ Stafford Beer, Cibernética e Administração Industrial, cit.

d) Propriedades dos Sistemas Cibernéticos

Os sistemas são conjuntos coerentes de coisas. As máquinas são sistemas orientados para objetivos e propósitos.

Para Beer⁶ os sistemas cibernéticos apresentam três propriedades principais:

- a) são excessivamente complexos: portanto, devem ser focalizados através da carcaça negra, conceito que vamos adiante;
- b) são probabilísticos: portanto, devem ser focalizados através da estatística para a teoria da informação;
- c) são auto-regulados: portanto, devem ser focalizados através da retroação que garante a homeostase.

Das três propriedades principais dos sistemas cibernéticos (probabilísticos, excessivamente complexos e auto-regulados) ressalta o probabilismo ou indeterminação. A indeterminação no nível dos sistemas mais simples pode ser abordada pela estatística. Nos sistemas mais complexos, as noções estatísticas elementares são substituídas por critérios mais avançados de pesquisa operacional. Nos sistemas excessivamente complexos (cibernéticos), a pesquisa operacional é substituída pela Teoria da Informação.

O sistema cibernético apresenta diversidade e é extremamente complexo. No fundo, é uma máquina manipuladora de informações, pelas suas relações com o ambiente. A atividade do seu mecanismo (seja o cérebro, a economia etc.) depende de sua capacidade de receber, armazenar, transmitir e modificar informações. É uma máquina de operar informações: pela sua grande diversidade possui grande grau de incerteza, sendo descritível apenas em termos de probabilidades. À medida que aumenta a diversidade, aumenta a capacidade permutativa das condições da máquina.

Beer⁶ classifica a empresa na categoria dos sistemas excessivamente complexos e probabilísticos. Apesar de não ter vida, Beer concebe-a como um organismo vivo que desenvolve técnicas de sobrevivência num ambiente em alteração contínua. O modelo biológico fornece à indústria os critérios de sobrevivência que têm de ser encontrados na natureza interna da organização e no modelo que ela faz do ambiente para si própria.

e) Hierarquia dos Sistemas

Os sistemas são hierárquicos ou pyramid is, isto é, são constituídos de sistemas ou

de subsis-

temas relacionados entre si por um processo ou padrão de interação. O próprio universo é

um sistema constituído por uma infinidade de sistemas e subsistemas intimamente relacionados entre si.

Kenneth Boulding's propõe uma hierarquia de sistemas, de acordo com sua complexi-

dade, em nove diferentes níveis de sistemas:

6 Stafford Beer, *Cibernética e Administração Industrial*, cit. ., pp. 34 e 35.

Stafford Beer, *Cibernética e Administração Industrial*, cit.

s Kenneth Boulding, "General Systems Theory: The Skeleton of Science", in *Management Science*, abr 1956

1. nível dos sistemas estóicos (frameworks), compostos de estruturas e armazéns. É o nível mais estudado e o que tem maior número de descrições. Ex.: o universo, o sistema solar;
2. nível dos sistemas dinâmicos simples (clockworks), compostos de movimentos predeterminados e invariáveis, como os mecanismos de relojoaria, as alavancas, roldanas etc. São os sistemas previsíveis por natureza, próprios das ciências naturais clássicas, como a Física, a Química etc.;
3. nível dos sistemas cibernéticos simples ou mecanismos de controle. É o caso do termostato, no qual o sistema mantém o seu equilíbrio por autorregulação, dentro dos limites estabelecidos. Este nível recebeu muita atenção ultimamente, porém carece ainda de modelos teóricos adequados;
4. nível dos sistemas abertos, de existência autônoma e auto-regulável. Neste nível começa a diferenciação entre a vida e a não-vida, entre o orgânico e o não-orgânico. É o nível da célula, dos sistemas de circuito aberto com estruturas autônomas e capacidade de reprodução. Rios e chuvas de fogo são sistemas abertos extremamente simples;
5. nível genético-social, da vida vegetal e que integra o mundo da botânica. Aqui ocorre uma divisão de trabalho entre as células formadoras das sociedades de raízes, folhas, sementes etc. Seu protótipo é a planta;
6. nível do sistema animal, que se caracteriza pelo aumento da mobilidade e comportamento teleológico. Os órgãos sensoriais captam informações através de receptores (olhos, ouvidos etc.) e desenvolve-se o sistema nervoso, permitindo ao cérebro organizar as informações tendo em vista a mobilidade e o comportamento;
7. nível humano, ou seja, a criatura humana, considerada como um sistema que possui consciência de si mesma e capacidade de utilizar linguagem e simbolismo na sua comunicação. O homem possui a qualidade de auto-reflexiva, inteligência, memória altamente desenvolvida, capacidade de falar, de absorver e interpretar símbolos e de armazenar conhecimentos;
8. nível do sistema social, isto é, o sistema de organização humana. A unidade, neste caso, não é o indivíduo, mas o papel por ele desempenhado: aquela parte do indivíduo relacionada com a organização ou com a situação em questão. As organizações sociais são conjuntos de papéis enfiados em sistemas pelos seus respectivos canais de comunicação;
9. nível dos sistemas transcendentais, que completa a classificação dos níveis de sistemas. São os sistemas superiores, absolutos, inevitáveis, mas ignorados ou conhecidos apenas parcialmente em face da sua excessiva complexidade, e que também obedecem a uma estrutura sistemática lógica.

- # Sistemas abertos

Adaptado de: Kenneth Bouldirig, "General Systems Theory: The Skeleton of Science", in Management

À medida que se sobe aos níveis mais elevados, a teoria torna-se progressivamente precária e insuficiente. Em cada um dos níveis pode-se também detalhar os demais níveis inferiores, isto é, cada nível também se caracteriza por um sistema de sistemas.

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Assim, para o economista Boulding, a teoria de sistemas proporciona um arcabouço ou esqueleto para todo o conhecimento científico, provendo um modelo viável para compreensão dos fenômenos em seus próprios níveis de análise ou de pesquisa.

f) Representação dos Sistemas: Os Modelos

Um dos grandes problemas da Cibernética é a representação de sistemas originais através de outros sistemas comparáveis, que são denominados modelos. No sentido literal da palavra.

Modelo é a representação de alguma coisa. A Cibernética dá muita importância aos modelos, sejam físicos ou matemáticos, para a compreensão do funcionamento dos sistemas.

Modelo é uma representação simplificada de alguma parte da realidade. Starr⁹ aponta três razões para a utilização de modelos:

1. a manipulação de entidades reais (pessoas ou organizações) é socialmente inaceitável ou legalmente proibida;
2. o volume de incerteza com que a Administração está lidando cresce rapidamente e aumenta desproporcionalmente às consequências dos erros. A incerteza é o anátema da Administração.
3. a capacidade de construir modelos que constituem boas representações da realidade aumentou enormemente.

Na construção de um modelo, deve-se considerar o isomorfismo e o homomorfismo.

Os sistemas são isomorfos quando possuem semelhança de forma. Um sistema é iso-

morfo a outro quando, pelo menos formalmente, suas partes forem intermutáveis. Os produtos de um determinado artigo, ao final da linha de montagem, são exemplos de sistemas

isomorfos, pois são perfeitamente iguais, entre si, pelo menos na sua forma.

Os sistemas são homomórficos (ou homomorfos) quando guardam entre si proporcionalidade de formas, embora nem sempre do mesmo tamanho. Em sempre a construção

de modelos de sistemas extremamente complexos permite o isomorfismo, principalmente

quando haja impossibilidade de se conseguir fazê-lo ou verificá-lo. Assim, o sistema deve ser

representado por um modelo reduzido e simplificado, através do homomorfismo do sistema

original. É o caso de maquetes ou plantas de edifícios, diagramas de circuitos elétricos ou

eletrônicos, organogramas de empresas, de fluxograma de rotinas e procedimentos, de modelos matemáticos de decisão etc.

CONCEITO DE ENTRADA (INPUT")

O sistema recebe entradas (inputs) ou insumos para poder operar, processando ou transformando essas entradas em saídas (outputs). A entrada de um sistema é aquilo que o sistema

9 Martin K. Starr, Management: A Modern Approach, New York, Harcourt Brace Jovanovich, Inc., 1971 , pp. 32-33.

importa do seu mundo exterior. A entrada pode ser constituída de um ou mais dos seguintes

ingredientes: informação, energia e materiais.

1. Informação: é tudo aquilo que reduz a incerteza a respeito de alguma coisa. Quanto maior a informação, tanto menor a incerteza. A informação proporciona orientação, instrução e conhecimento a respeito de algo, permitindo planejar e programar o comportamento ou funcionamento do sistema.

2. Energia é utilizada para movimentar e dinamizar o sistema, fazendo-o funcionar.

3. Materiais são os recursos a serem utilizados pelo sistema como meios para produzir as coisas (produtos ou serviços). Os materiais são chamados operacionais quando são usados para transformar ou converter outros recursos (p. ex.: máquinas, equipamentos, instalações, ferramentas, instruções e utensílios) e são chamados produtivos (ou matérias-primas) quando são transformados ou convertidos em coisas (isto é, em produtos ou serviços).

Através da entrada, o sistema importa insumos do seu meio ambiente.

CONCEITO DE SAÍDA (OUTPUT)

Saída (output) é o resultado final da operação ou processamento de um sistema. Todo sistema produz uma ou várias saídas. Através da saída, o sistema exporta o resultado de suas operações para o seu meio ambiente. É o caso das organizações que produzem bens ou serviços e uma infinidade de outras saídas (informações, lucros, pessoas aposentadas ou que se desligam, poluição e detritos etc.).

CONCEITO DE CAIXA NEGRA (BLACK BOX)

Utiliza-se o conceito de caixa negra em duas circunstâncias.

quando o sistema é impenetrável ou inacessível, por alguma razão (p. ex. : cérebro humano, corpo humano etc.);

quando o sistema é excessivamente complexo, de difícil explicação ou detalhamento (p. ex.: computador eletrônico, economia nacional).

O conceito de caixa negra refere-se a um sistema cujo interior não pode ser desvendado, cujos elementos internos são desconhecidos e que se pode

ser conhecido "por fora",
através de manipulações externas ou de observação externa.

Na Engenharia Eletrônica, o processo de caixa negra é utilizado quando se manipula uma caixa hermetica-

mente fechada, com terminais de entrada (onde se aplicam tensões ou qualquer outra perturbação) e termi-

nais de saída (onde se observa o resultado causado pela perturbação).

O mesmo se dá em Medicina, quando o médico clínico observa externamente o paciente queixoso, ou na

Psicologia, quando o experimentador observa o comportamento do rato no labirinto quando sujeito a perturbações ou estímulos.

Na Cibernética, a caixa negra é uma caixa onde existem entradas (insumos) que condu-

zem perturbações ao interior da caixa, e de onde emergem saídas (resultados), isto é, outras

perturbações resultantes das primeiras. Nada se sabe sobre a maneira pela qual as perturbações de entrada se articulam com as perturbações de saída, no interior da caixa. Daí o nome caixa negra, ou seja, interior desconhecido.

Entradas ;xa negra Saídas

Como o sistema cibernético é extremamente complexo, ele é aceito como indefinível

nos seus pormenores é requer que se aplique a ele a técnica de pesquisa operacional de construir modelos que tornem mais fácil a sua visualização e compreensão.

O conceito de caixa negra é totalmente interdisciplinar e apresenta importantes conotações na Psicologia, na Biologia, na Eletrônica, na Cibernética etc. Na

Psicologia Comportamental, o conceito de caixa negra relaciona-se com os "estímulos" e "respostas" do organismo, sem se considerarem os conteúdos do processo mental.

; Entradas Caixa negra Saídas

Ações	Reações
Estímulos	Respostas
Causa	Efeito

O DESVENDAMENTO DA CAIXA NEGRA

Muitos problemas científicos ou administrativos são tratados inicialmente pelo método

da caixa negra atuando apenas entradas e saídas e, posteriormente, quando esta é transformada em caixa branca (quando descoberto o conteúdo interno), passa-se a

trabalhar nos aspectos operacionais e de processamento ou seja, nos aspectos internos do sistema.

CONCEITO DE RETROAÇÃO ("FEEDBACK")

A retroação é um mecanismo segundo o qual uma parte da energia de saída de um sistema ou

de uma máquina volta à entrada. A retroação (também chamada de servomecanismo,

retroalimentação ou realimentação - em inglês, feedback) é basicamente um sistema de comunicação de retorno proporcionado pela saída do sistema à sua entrada, no sentido de alterá-la de alguma maneira.

CIBERNÉTICA E ADMINISTRAÇÃO

Entra	Saídas

Retroação

A retroação serve para comparar a maneira como um sistema funciona em relação ao padrão estabelecido para ele funcionar: quando ocorre alguma diferença (desvio ou discrepância) entre ambos, a retroação se incumbe de regular a entrada para que a saída se aproxime do padrão estabelecido.

RETROAÇÃO EM UM SISTEMA

O sistema nervoso do homem e dos animais obedece a um mecanismo de retroação: quando se pretende pegar algum objeto, por exemplo, o cérebro transmite a ordem aos músculos, e, durante o movimento destes, os órgãos sensoriais (visão, tato, coordenação visual-motora etc.) informam continuamente o cérebro sobre a posição da mão e do objeto; o cérebro vai repetindo a ordem para corrigir eventuais desvios até que o objeto seja alcançado. O sistema nervoso funciona através de processos circulares de ida e de retorno (retroação) de comunicação, que partem dele para os músculos e retornam através dos órgãos dos sentidos. A retroação confirma se o objetivo foi cumprido, o que é fundamental para o equilíbrio do sistema.

As principais funções da retroação são

- a) controlar a saída enviando mensagens geradas após a saída ao regulador de entrada;
- b) manter um estado relativamente estável da operação do sistema quando se defronta com variáveis externas que podem ocasionar sua flutuação;
- c) por causa disto, aumentar a probabilidade de que o sistema sobreviva em

face das pressões externas.

Como a retroação é basicamente uma ação pela qual o efeito (saida) refluí sobre a causa (entrada), seja incentivando-a ou inibindo-a, podemos identificar dois tipos de retroação a positiva e a negativa.

- a) Retroação positiva: é a ação estimuladora da saída que atua sobre a entrada do sistema. Na retroação positiva, o sinal de saída amplifica e reforça o sinal de entrada. É o caso em que, quando as vendas aumentam e os estoques saem com maior rapidez, ocorre a retroação positiva no sentido de aumentar a produção e a entrada de produtos no estoque, para manter um volume adequado.
- b) Retroação negativa é a ação frenadora e inibidora da saída que atua sobre a entrada do sistema. Na retroação negativa o sinal de saída diminui e inibe o sinal de entrada. É o caso em que, quando as vendas diminuem e os estoques saem com menor rapidez, ocorre a retroação negativa no sentido de diminuir a produção e reduzir a entrada de produtos no estoque, para evitar que o volume de estocagem aumente em demasia.

A retroação impõe correções no sistema, no sentido de adequar suas entradas e saídas e reduzir os desvios ou discrepâncias.

CONCEITO DE HOMEOSTASIA

O conceito de homeostasia nasceu na fisiologia animal, com Claude Bernard (1813-1878), ao propor que "todos os mecanismos vitais têm por objetivo conservar constantes as condições de vida no ambiente interno". Claude Bernard definia a noção de "meio interior" e salientava que "a estabilidade do meio interno é a condição primordial da vida livre". Cada porção do corpo é cercada por seu meio, o qual é importante não só para o seu funcionamento, como para a sua integridade.

Em 1929, Walter B. Cannon (1871-1945) ampliava o conceito de "meio interior" com a noção de homeostasia (do grego *homeos* = semelhante; e *statis* = situação): cada parte do organismo funciona normalmente, em um estado de equilíbrio. Todos os seres vivos - desde os mais simples unicelulares até as aves e mamíferos - precisam manter certa estabilidade interna. Sempre que uma de suas partes sai do equilíbrio, algum mecanismo é acionado para restaurar a normalidade. Os seres vivos vivem através de um processo contínuo e incessante de desintegração e de reconstituição: a homeostase. A tendência à manutenção de um equilíbrio interno manifesta-se em todos os níveis da atividade orgânica. O organismo serve-se dos mais variados recursos (mecanismos homeostáticos) para anular o efeito de qualquer fator estranho que venha a ameaçar o seu equilíbrio. Assim, todo organismo apresenta mecanismos de regulação que lhe permitem manter o equilíbrio.

interno, alheio às variações que ocorrem no ambiente externo. Nos seres mais evoluídos na escala animal, as funções reguladoras são orientadas pelo sistema nervoso e pelos hormônios produzidos pelo sistema endócrino.

Cannon adotou o termo "homeostase" para os sistemas biológicos para evitar qualquer conotação estática e a fim de realçar suas propriedades dinâmicas, processuais, mantenedoras de potencial dos sistemas fisiológicos basicamente instáveis. A palavra não implica uma coisa fixa e imóvel, uma estagnação. Significa uma condição - condição que pode variar, mas que é relativamente constante².

A homeostasia é um equilíbrio dinâmico obtido através da auto-regulação, ou seja, através do autocontrole. É a capacidade que tem o sistema de manter certas variáveis dentro de limites, mesmo quando os estímulos do meio externo forçam essas variáveis a assumirem valores que ultrapassam os limites da normalidade. Todo mecanismo homeostático é um dis-

zo Walter B. Cannon, *The Wisdom of the Body*, New York, W. W. Norton & Company, Inc., 1939.

² Walter B. Cannon, *The Wisdom of the Body*, cit., pp. 20 e 24.

CIBERNÉTICA E ADMINISTRAÇÃO

positivo de controle para manter certa variável dentro de limites desejados (como é o caso do piloto automático em aviação). A homeostasia apresenta enorme importância para os sistemas e organismos estudados pela Cibernética.

A homeostase é obtida através de dispositivos de retroação (feedback), também chamada-

dos de servomecanismos. Os dispositivos de retroação são basicamente sistemas de comunicação que reagem ativamente a uma entrada de informação. O resultado dessa ação-reação

transforma-se, a seguir, em nova informação, que modifica seu comportamento subsequente. A homeostase é um equilíbrio dinâmico que ocorre quando o organismo ou sistema dis-

õe de mecanismos de retroação capazes de restaurarem o equilíbrio perturbado por estímu-

los externos. A base do equilíbrio é, portanto, a comunicação e a consequente retroação positiva ou negativa.

A eficiência de um sistema em manter sua homeostasia em relação a uma ou mais

variáveis pode ser avaliada pelos seus erros ou desvios, ou seja, pelas sub ou supercorreções

que faz quando pretende restabelecer seu equilíbrio. Se o número de erros tende a aumentar

ao invés de diminuir, o objetivo jamais será atingido: O sistema entrará em oscilação e perderá sua integridade.

Os seres humanos vivem através de um processo contínuo de desintegração e de reconstituição dentro do

ambiente: é a homeostase. Se esse equilíbrio homeostático não resistir àquele fluxo de desintegração e cor-

rupção, o ser humano começa a desintegrar mais do que podemos eg adores de retroação que per-

A homeostase que garante o processo vital é obtida através e através de novos dados e informação.

mitem ao organismo corrigir e ajustar rapidamente o processo através dos sentidos, da alimentação etc.),

O organismo humano recebe informações do ambiente onde vive e processa-as através do sistema nervoso central e comunica as ordens pelo sistema motor que lhe permite

a ir nos dados do ambiente. Caso haja alguma alteração do ambiente ou caso a reação do organismo não

seja adequada, então há uma retroação no sentido de assegurar o ajustamento de uma reação a um ambiente em mudança²².

CONCEITO DE INFORMAÇÃO

O conceito de informação, tanto do ponto de vista popular, como do ponto de

vista científica-

ficou, envolve um processo de redução de incerteza. Na

linguagem diária, a idéia de informação = ;

informação está ligada à novidade e utilidade, pois informação é o conhecimento (não qualquer

conhecimento) disponível para uso imediato e que permite orientar a ação, ao reduzir a mar-

gem de incerteza que cerca as decisões cotidianas²³. Na sociedade moderna, a importância da

disponibilidade da informação ampla e variada cresce proporcionalmente ao aumento da

complexidade da própria sociedade. f deve-se envolvê-lo

Para se compreender adequadamente o conceito de informação,

com dois outros conceitos: o de dados e o de comunicação.

1. Informação é um registro ou anotação a respeito de um determinado evento ou ocorrência. Um banco de dados,

por exemplo, é um meio de se acumular e armazenar conjuntos de dados para serem posteriormente com-

W. R. Ashby, "Adaptation in the Multistable System", in Systems Thinking, F. E. Emery (ed.), Middlesex, Penguin Books, 1972.

²³ Isaac Epstein, "Informação", in Enciclopédia Abril, São Paulo, Ed. Abril, p. 2556.

binados e processados. Quando um conjunto de dados possui um significado (um conjunto de números ao formar uma data, ou um conjunto de letras ao formar uma frase), temos uma informação.

2. Informação: É um conjunto de dados com um significado, ou seja, que reduz a incerteza a respeito de algo

ou que aumenta o conhecimento a respeito de algo.

3. Comunicação: É quando uma informação é transmitida a alguém, sendo então compartilhada também

por esse alguém. Para que haja comunicação, É necessário que o destinatário da informação a receba e a

compreenda. A informação é simplesmente transmitida, mas não recebida, não foi comunicada. Comuni-

car significa tornar comum a uma ou mais pessoas uma determinada informação.

1. Teoria da Informação

A teoria da informação é um ramo da Matemática aplicada que utiliza o cálculo da probabi-

lidade. Originou-se em 1920, com os trabalhos de Leo Szilar e H. Nyquist, desenvolvendo-se

com as contribuições de Hartley, Claude Shannon, Kolmogorov, Norbert Wiener e outros.

Em 1832, um dos precursores da teoria da informação, Samuel Morse, ao observar uma caixa de tipos gráfi-

cos para tipografia, verificou um fenômeno que o levaria a criar um código telegráfico que leva o seu nome:

as divisões da caixa reservadas para certas letras (como a letra "e" ou "a") eram maiores do que para outras.

Fez um levantamento estatístico e estabeleceu uma tabela de frequência de utilização das letras na língua

inglesa e aplicou uma codificação de pontos e traços. Para economizar tempo, associou sinais mais curtos às

letras mais frequentemente utilizadas.

Em 1928, Hartley no seu livro "Transmissão da Informação", salienta que "a informação é tanto maior

quanto mais possibilidades forem excluídas". A frase "as maçãs são vermelhas" contém mais infor-

mação do que a frase "as maçãs são de cor", pois naquele o substantivo exclui tudo o que não for maçã e o adje-

tivo exclui todas as cores que não forem vermelhas. Afirma Hartley que "a informação é proporcional à

quantidade de alternativas". Assim, a transmissão da informação precisa ser direta e inequívoca. Os sinais

usados na comunicação visual, por exemplo, possuem uma potencialidade própria: alguns carregam maior

ou menor taxa de informação.

Realmente, a teoria da informação surgiu em definitivo com as pesquisas de Claude E.

Shannon e Warren Weaver para a Bell Telephone Company, no campo da telegrafia e telefonia, em 1949. Ambos formularam uma teoria geral da informação, desenvolvendo um método para medir e calcular a quantidade de informação, com base em resultados da física estatística.

A preocupação básica de Shannon era uma análise quantitativa de informações. A sua teoria sobre comunicações diferia das anteriores em dois aspectos :

1. Shannon introduziu noções de estatística que ainda não tinham utilização generalizada em assuntos dessa natureza.
2. Sua teoria era macroscópica e não microscópica, pois concentrava a atenção em aspectos amplos e gerais dos dispositivos de comunicações.

ver Claude E. Shannon e Warren Weaver, *The Mathematical Theory of Communication*, cit.

David Slepian apud Joseph McCloskey e Florence N. Trefethen, "Teoria das Informações", in *Pesquisa Operacional como Instrumento de Gestão* São Paulo, Ed. Edgard Blücher, 1966.

Para Shannon, o sistema de comunicação tratado pela teoria das informações
eonsiste
em seis componentes: fonte, transmissor, canal, receptor, destino e ruído.

O SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SEGUNDO SHANNON E WEAVER

Cada um desses componentes do sistema de comunicação tem o seu papel

1. Fonte significa a pessoa, coisa ou processo que emite ou fornece as mensagens por intermédio do sistema.

2. Transmissor significa o processo ou equipamento que opera a mensagem, transmitindo-a da fonte ao

canal/. O transmissor codifica a mensagem fornecida pela fonte para poder transmiti-lá. É o caso dos

impulsos sonoros (voz humana da fonte) que são transformados e codificados em impulsos elétricos pelo

telefone (transmissor/ para serem transmitidos para um outro telefone (receptor/ distante. Em princípio,

todo transmissor é um codificador de mensagens.

3. Canal significa o equipamento ou espaço intermediário entre o transmissor e o receptor, no sistema de

comunicação. Em telefonia, o canal/ é o circuito de fios condutores da mensagem de um telefone para

outro. Em radiotransmissão, o canal é o espaço livre através do qual a mensagem se difunde a partir da

antena.

4. Receptor significa o processo ou equipamento que recebe a mensagem no canal/. Para tanto, o receptor

decodifica a mensagem para poder colocá-la à disposição do destino. É o caso dos impulsos elétricos

(canal telefônico) que são transformados e decodificados em impulsos sonoros pelo telefone receptor/

para serem interpretados pelo destino (pessoa que está ouvindo o telefone receptor). Em princípio, todo

receptor é um decodificador de mensagens.

5. Destino significa a pessoa, coisa ou processo a quem é destinada a mensagem no ponto final do sistema de

comunicação.

6. Ruído significa a quantidade de perturbações indesejáveis que tendem a deturpar e a gerar, de maneira

imprevisível, as mensagens transmitidas. Usa-se a palavra ruído para conotar as perturbações geralmente

presentes ao longo dos diversos componentes do sistema, como é o caso das perturbações provocadas pelos defeitos no transmissor ou no receptor, ligações inadequadas nos circuitos etc. A palavra interferência, por vezes, é utilizada para conotar uma perturbação de origem externa ao sistema, mas que influencia negativamente o seu funcionamento, como é o caso de ligações cruzadas, ambiente barulhento, interrupções, interferências climáticas etc. Num sistema de comunicações, toda fonte de erros ou distorções está incluída no conceito de ruído. Uma informação ambígua ou que induz a erro é uma informação que contém ruído.

A teoria da informação procura substituir cada bloco da figura anterior por um modelo matemático que possa reproduzir o comportamento em grande escala do bloco correspondente. Estuda, inclusive, a interação desses modelos matemáticos, a sua interdependência,

	Sistema tele Jenico	Porta automática	
FONTE	Voz humana.	Afluência de pessoas interrompendo um raio de luz.	Programa de TV.
TRANSMISSOR	Aparelho telefônico.	Célula fotoelétrica e circuitos auxiliares.	Câmera, antenas.
CANAL	Fio condutor que liga um aparelho a outro.	Fios conduzindo ao solo.	Espaço livre.
RECEPTOR	O outro aparelho telefônico.	Mecanismo solenoidal:	Antena e
DESTINO	Ouvido humano.	Pessoa.	Telespectador.
RUÍDO	Estática, interferência, linha cruzada, ruídos.	Mau funcionamento de algum dos componentes.	Estática, funcionamento de

EXEMPLOS DE SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES

dentro de um ponto de vista macroscópico, considerando principalmente o aspecto probabilístico .

Kaplan afirma que "trabalhando com esses conceitos de comunicação e controle, a Cibernética se torna relevante para o estudo do homem porque há em muitos sentidos um paralelismo entre o comportamento humano e as máquinas de comunicação. Esse paralelo não é simples metáfora, pois consiste numa semelhança de estrutura entre os processos da máquina e os do comportamento humano"26.

Em todos os sistemas de informação, a fonte serve para fornecer mensagens. O transmissor opera nas mensagens emitidas pela fonte, transformando-as em forma adequada ao canal. O canal leva a mensagem sob a nova forma para um local distante. O ruído perturba a mensagem no canal. O receptor procura decifrar a mensagem gravada no canal e a transformar numa forma adequada ao destino. A partir daí, podemos generalizar que a teoria da informação parte do princípio de que a "função macroscópica das partes é a mesma para todos os sistemas"27. I

Wiener28 salienta que, no indivíduo, toda a informação do ambiente é recebida e coordenada pelo sistema nervoso central, que seleciona, arquiva e ordena os dados, enviando ordens aos músculos, as quais voltam recebidas pelos órgãos de movimentação, passando a combinar com o conjunto de informações já armazenadas para influenciarem as ações atuais e futuras. Assim, o conteúdo do que

permutamos com o ambiente, aó

nos adaptarmos a ele, é a própria informação. O processo de receber e utilizar informações é justamente o

processo de ajustamento do indivíduo à realidade e o que lhe permite viver e sobreviver no ambiente.

26 Abraham Kaplan, "Sociology Learns the Language of Mathematics",
Commentary, vol. 14, pp. 274 a
284, 1952.

2 Abraham Kaplan, "Sociology Learns...", Commentary, cit., p. 169.

s Norbert Wiener, Cibernética, São Paulo, Ed. Polígono, 1970.

CIBERNÉTICA E ADMINISTRAÇÃO

2. Conceito de Redundância

Redundância é a repetição da mensagem para que sua recepção correta seja mais garantida.

A redundância introduz no sistema de comunicação uma certa capacidade de eliminar o

ruido e prevenir distorções e enganos na recepção da mensagem. Por isso, quando se quer

entrar em uma sala, bate-se na porta mais de duas vezes, ou quando se quer comprovar o

resultado de uma operação aritmética relativamente complexa, torna-se a fazê-la.

3. Conceito de Entropia

Entropia (do grego, entropé = uma transformação) é um conceito bastante controverso

nas ciências da comunicação. A entropia é a segunda lei da termodinâmica e refere-se à perda

de energia em sistemas isolados, levando-os à degradação, à desintegração e ao seu desaparecimento.

A segunda lei da termodinâmica explica que a entropia cresce em qualquer mudança espontânea e que, se a

mudança for reversível, ela permanece constante. Também a informação sempre sofre uma perda por ser

transmitida. Quando nenhum ruído é introduzido na transmissão, ela permanece constante. A entropia é

uma função que representa a quantidade de energia que se torna inaproveitável em um sistema. Wiener gene-

ralizou o conceito para a teoria da informação: um conjunto de mensagens também possui entropia. A informação

só pode existir quando há pelo menos um bit, isto é, quando há pelo menos uma alternativa do tipo

sim/não ou 1/0. Assim, todo sistema de informação possui uma tendência entrópica. Daí decorre o conceito de ruído.

Se a entropia significa a tendência à perda, à desintegração e à desorganização, o reves-

so é a segunda lei da termodinâmica é a entropia negativa, ou seja, o suprimento de infor-

mação adicional capaz, não apenas de repor as perdas, mas proporcionar integração e organiza-

ção no sistema.

4. Conceito de Informática

A informática é considerada a disciplina que lida com o tratamento racional e sistemático da

ir ormaçto por meios automáticos. Embora ngo se deva confundir a ir ormática com com-

O conceito de 1r %rma do está intimamente ligado à noção de selcção e escolha. Quanto mais freqUente for um sinal, menos ele informa, pois a sua ocorrência pode ser parte de outras mensagens. A escolha mais simpla entre duas possibilid E representada pela alternativa sim/não (ou 1/0, ou cara/coroa ou interruptor ligado/desliado). A quantidade de lqjorm 0o produzida por essa colha pode ser considerada como uma unidade básica que E denominada blt do informação (bit é uma palavra formada do prefixo bi = binary e do sufvco t = digit; blnary d gft = nbrnero bio rio). A medida de i jorma ão se fundamenta na possibilidade quantitativa de comparar oin ados: um, no qual o sistema ainda nlo dispõe da informação' e outro, no qual o sistema já tevc a da. Em face da sua extrcma nimplicidade, o sistema binário foi escolhido como sintema bgsico de refer ncia nos modelos matelnádcon dos sinte nan de comunicação<s. É o cano, por aemplo, do computaõdr.

putadores, na verdade ela existe porque existem os computadores. Na realidade, a informática é a parte da Cibernética que trata da relação entre as coisas e suas características, de maneira a representá-las através de suportes de informação; trata ainda da forma de manipular esses suportes, ao invés de manipular as próprias coisas. A informática é um dos fundamentos da teoria e dos métodos que fornecem as regras para o tratamento da informação.

O processamento da informação levou ao surgimento do computador eletrônico, o qual deu início à era da informática, a partir de 1945. O primeiro computador eletrônico foi provavelmente o Eniac, construído para o Exército Americano entre 1942 e 1945, na Universidade de Pensilvânia.

Para Wiener há um sistema análogo e paralelo de recepção e processamento de informações entre o indivíduo e o computador, isto é, há um paralelismo e uma analogia entre o funcionamento físico do indivíduo e o das máquinas de comunicação. Ambos buscam dominar a entropia (tendência à deterioração, à desorganização, à indiferenciação) através da retroação. Em ambos, há um mecanismo de recepção de informações do ambiente externo a níveis muito baixos, de energia, tornando-as acessíveis. Ainda em ambos, as informações são acolhidas, não no seu estado puro, mas através de meios internos de transformação. Os sistemas nervosos do homem e do animal funcionam como sistemas de computação e contêm neurônios ou células nervosas que funcionam como relés. Cada nervo tem dois estados típicos do relé: disparo e repouso. A informação é passada ou retida. Também o computador é um sistema que lê, registra e processa informações, guardando os resultados desse processamento em uma memória, acessível por dispositivos de entrada e de saída. De um modo simplificado, o computador é constituído por uma unidade central de processamento (U.C.P.), uma memória e dispositivos de entrada e de saída.

PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DA CIBERNÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO

Com a mecanização que se iniciou com a Revolução Industrial, o esforço muscular do homem passou para a máquina. Porém, com a automação provocada pela Cibernética, muitas tarefas que cabiam ao cérebro humano passaram para a máquina.

Wiener" salienta que, se a primeira Revolução Industrial desvalorizou o esforço muscular humano, a segunda Revolução Industrial (provocada pela Cibernética) está levando a uma desvalorização do cérebro humano. O computador tende a substituir o homem em uma gama crescente de atividades, e com grande vantagem.

Duas são as principais conseqüências da Cibernética na Administração: a automação e a informática.

a) Automação

A automação é uma síntese de ultramecanização, super-racionalização (melhor combinação dos meios), processamento contínuo e controle automático (pela retroação que alimenta a máquina com o seu próprio produto). Com a automação surgiram as fábricas autogeridas.

Algumas indústrias químicas, como as refinarias de petróleo, apresentam uma automação

CIBERNÉTICA E AH

quase total. O mesmo ocorre em organizações cujas reações ou estáveis e cíclicas, como as centrais elétricas, ferrovias, metrô etc.

Os autômatos, em cibernética, são engenhos que contêm dispositivos capazes de receber informações (ou estímulos) que recebem do meio exterior e produzir ações (ou respostas). O

autômato cibernético trata a informação de tal maneira que pode mudar até a sua própria

estrutura interna (aprendizagem) em função dela. Pode ser também um engenho ou um pro-

grama que tenha capacidade de aprendizagem por tentativa-e-erro, ou seja, que melhora seu

desempenho graças à sua própria experiência. O aprendizado corresponde a um novo arranjo

interno da estrutura.

A "teoria dos autorriato" estuda de forma abstrata e simbólica as maneiras pelas quais

um sistema pode tratar as informações recebidas. As máquinas automáticas são capazes de

realizar uma seqüência de operações até certo ponto semelhantes aos processos mentais

humanos, podendo ainda corrigir erros que ocorrem no curso de suas operações, seguindo

critérios preestabelecidos. Os equipamentos automatizados podem cuidar das funções de

observação, memorização e decisão.

Automação, de um modo geral, abrange três setores bem distintos:

a) integração, em cadeia contínua, de diversas operações realizadas separadamente, como o processo de

fabricação, por exemplo;

b) utilização de dispositivos de retroação e regulação automática (retroação), para que as próprias máqui-

nas corrijam os seus erros;

c) utilização de calculadoras e computadores eletrônicos capazes de acumular grandes volumes de dados

e analisá-los através de operações matemáticas complexas, com incrível rapidez (inclusive na tomada de

decisões).

b) Informática

A informática está se transformando em um importante ferramental tecnológico à disposi-

ção do homem para promover o seu desenvolvimento econômico e social, pela agilização do

processo de decisão e pela otimização da utilização dos recursos existentes.

A sociedade do futuro terá de se fundamentar em outros valores humanos mais eleva-

dos. A Futurologia tem se incumbido de fazer sérias advertências nesse sentido. Grande parte

dos livros de ficção científica, talvez a maior parte, dedica-se a um tema muito debatido que

é o domínio do homem pela máquina. Muitos autores têm projetado e extrapolado tendências no sentido de estabelecerem prognósticos para a Humanidade.

SUMÁRIO

1. Embora seja uma ciência recente, a Cibernética proporcionou uma profunda influência sobre a Administração, não apenas em termos de conceitos e de idéias, mas principalmente pelos seus produtos como máquinas, computadores etc.

2. Alguns conceitos da Cibernética ultrapassaram as suas fronteiras e foram rapidamente incorporados à teoria administrativa: o conceito de sistema, a classificação de sistemas,

propriedades dos sistemas e a representação de sistemas através de modelos. Igualmente outros conceitos, como entrada, saída, processamento, caixa negra, retroação, homeostasia e informação, são utilizados hoje na linguagem comum da teoria administrativa. A Teoria da Informação proporcionou uma visão mais ampla dos fenômenos de informação e comunicação dentro das organizações.

3. Assim, a Cibernética trouxe uma série de conseqüências e influências muito poderosas sobre a Administração.

"

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Explique as origens e o advento da Cibernética.
2. Conceitue Cibernética.
3. Qual o campo de estudo da Cibernética?
4. Dê a classificação arbitrária dos sistemas.
5. Quais as propriedades dos sistemas cibernéticos?
6. Explique a hierarquia dos sistemas.
7. Explique a representação dos sistemas através dos modelos. Quais os tipos de modelos?
8. O que é um modelo? Qual o propósito?
9. Dê o conceito de caixa negra.
10. Defina entrada.
11. Defina retroação.
12. Quais os tipos de retroação? Como funcionam?
13. Defina homeostasia.
14. Defina dados, informação e comunicação.
15. Explique a teoria de informação e os componentes de um sistema de comunicação.
16. Defina entropia e entropia negativa.
17. Defina ruído e redundância.
18. Defina informática.
19. Quais as principais conseqüências da Cibernética na Administração?

'

S.A.

CASO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA REMÉDIO

A I.F. Remédio é uma empresa familiar, de porte médio, adquirida recentemente por um grupo estrangeiro. A direção da empresa era muito patriarcal, mantendo elementos da antiga

administração, que mantém grande intercâmbio de idéias e cooperação entre si, mesmo que

isto signifique prejuízo à empresa.

Anteriormente, mantendo um nível de negócios em volume regular, a empresa obtinha

bons resultados econômicos. Agora,

este deve ser a expansão dos negócios a qualquer custo que investimento realizado pelo grupo estrangeiro,

custo.

Ao adquirir a Remédio, o grupo estrangeiro pretendia movimentar a sua estrutura em

função de uma expansão a curto prazo, para triplicar seus negócios. O novo grupo realizou

grandes investimentos, arregimentou elementos administrativos e produtivos de outros laboratórios

para poder, com pessoal já participante deste ramo de negócios, em pouco tempo obter a

expansão desejada.

Como principal forma de expandir-se rapidamente, estendeu o regime de vendas -

que poderia ter sido à venda aos grandes distribuidores (atacadistas)

armazéns. Alugou um prédio para melhorar as suas condições de armazenagem e distribuição dos produtos.

Nesta situação de urgência em crescimento, alguns erros básicos foram cometidos:

a) O critério de escolha dos distribuidores foi superficial e apressado, concedendo-se vultosos créditos a

quem não teria condições de obtê-los em situação normal.

b) Dilataram-se as condições de pagamento de 30 dias para 60-90 dias. Muitos acordos foram

feitos, e a data de vencimento dos prazos ainda mais por ocasião da cobrança, que também era responsabilizada

c) Foram aumentadas as comissões dos vendedores de 3% para 5%, aumentando-se também a revisão de vendas consideravelmente.

d) Aumentou-se o número de vendedores de 100 para 180, assim como a frota de veículos, sem uma medida anterior das necessidades.

e) Foi dada uma campanha de Promoção e Propaganda insuficiente para dar vazgo às grandes quantidades

de produtos colocados nos distribuidores, que passaram a ter muita dificuldade em promover a

venda desses produtos no mercado.

f) Foram adquiridas grandes quantidades de matérias-primas, provocando uma superprodução e consequente

elevação das contas a pagar a fornecedores.

Os aspectos acima provocaram uma situação realmente difícil, que passou a agravar-se

tendo em vista o seguinte:

a) Os distribuidores passaram a atrasar seus pagamentos, diminuindo gradativamente o seu volume de compras.

b) A cadeia de contas a receber passou a crescer cada vez mais, pois:

1. A área de Finanças passou a lançar $n \geq 0$ dos papéis para desconto bancário.

2. A área de Finanças passou a utilizar sua condição de empresa tradicional na praça para obter empréstimos bancários a partir da situação de seu balanço que demonstrava razoável prejuízo, pelo lançamento

3 em seus registros do investimento para compra feita pelo grupo estrangeiro.

Quanto ao crédito começou a ser restringido a área de Finanças não tinha condição de cumprir seus

compromissos, principalmente com relação às importações de matérias-primas, apesar de ter muitas duplicatas.

c) As despesas operacionais, com a queda das vendas, cresceram assustadoramente para 46%. As despesas

administrativas chegaram ao nível de 12% ao mês.

d) Verificou-se que 5% de seus clientes ativos detinham 71 % de sua carteira, que em números absolutos era:

Total de clientes = 4:671 = 100%

5% de clientes - 239 = 71%

e) O lucro suspenso da empresa, em milhares de cruzeiros, teve o seguinte comportamento:

1971	3.430.429
1972	10.524.919
1973	(-12.343.490)
1974	(-18.557.078)

Por outro lado, permanecia na empresa o sistema de manter ao máximo possível o

 pessoal antigo, a qualquer preço, mesmo que muitos funcionários permanecessem vegetando

 sem nada produzir. Isto provocou um custo administrativo muito elevado, pois a indústria

 possuía quase que o mesmo número de pessoal produtivo e administrativo: ao piorar a situa-

 ção, muitos dos elementos produtivos foram dispensados.

CAPÍTULO 16

TEORIA MATEMÁTICA DA ADMINISTRAÇÃO

Objetivos Deste Capítulo

Proporcionar uma visão rápida da influência de técnicas matemáticas sobre a Administração, principalmente sobre o processo decisório.
Mostrar as potencialidades da aplicação de modelos matemáticos em Administração.
Introduzir os conceitos preliminares de pesquisa operacional e suas variadas técnicas.

A Teoria Geral da Administração tem recebido no decorrer dos últimos trinta anos uma infinidade de contribuições da Matemática sob a forma de modelos matemáticos capazes de proporcionar soluções de problemas empresariais, seja na área de recursos humanos, de produção, de comercialização, de finanças ou na própria área de administração geral. Boa parte das decisões administrativas podem ser tomadas na base de soluções assentadas em equações matemáticas que simulam certas situações reais, que obedecem a determinadas "leis" ou regularidades.

A Teoria Matemática aplicada aos problemas administrativos é mais conhecida como Pesquisa Operacional. Embora a denominação Pesquisa Operacional (P. O.) seja consagrada universalmente, ela é muito genérica e não há uma ideia efetiva a respeito dos seus objetivos.

Muito embora a Teoria Matemática não seja propriamente uma escola bem definida (como a Teoria Clássica ou a Teoria das Relações Humanas), ela é uma tendência muito ampla que encontramos em um grande número de autores e estudiosos, cujo número de adeptos e defensores aumenta gradativamente. A Teoria Matemática põe ênfase no processo decisório.

ORIGENS DA TEORIA MATEMÁTICA NA ADMINISTRAÇÃO

Grosso modo, a Teoria Matemática surgiu na Administração a partir de quatro causas básicas:

- a) O trabalho clássico sobre a Teoria dos Jogos de Von Neumann e Morgenstern (1947): posteriormente, Wald (1954) e Savage (1954) propiciaram enorme desenvolvimento para a teoria estatística da decisão, para o que também contribuíram especialmente os trabalhos de H. Raiffa e R. Schlaifer da Universidade de Harvard e de R. Howard da Universidade de Stanford .
- b) O estudo do processo decisório: por Herbert Simon e com o surgimento da Teoria das Decisões, os estudos da Administração começaram a ressaltar a importância mais da decisão do que da ação dentro da dinâmica organizacional. A tomada de decisão, tão importante para a teoria comportamental, passou a ser considerada um elemento de primeira importância no sucesso de qualquer sistema cooperativo.
- c) A existência de decisões programáveis: Herbert Simon já definira as decisões qualitativas (não-programáveis e somente possíveis de serem tomadas pelo homem) e as decisões quantitativas (programáveis e possíveis de serem tomadas pelo homem ou programadas para a máquina). Apesar da complexidade do processo decisório e das variáveis envolvidas, algumas decisões podem ser quantificadas e representadas por modelos matemáticos.
- d) O desenvolvimento dos computadores: os computadores possibilitaram a aplicação e o desenvolvimento de técnicas matemáticas nestes últimos tempos. Essa aplicação e desenvolvimento só se tornaram viáveis e exequíveis graças ao computador, capaz de realizar em minutos operações que demandariam anos se efetuadas em máquinas de calcular convencionais.

A Teoria Matemática surgiu com a concepção da P.O. no decorrer da II Guerra Mundial. A preocupação de se aplicar o método científico de investigação e experimentação na melhoria dos armamentos e técnicas militares levou os aliados a estenderem suas investigações de laboratórios ao âmbito das próprias operações de guerra. Após 1945 , a P. O. passou gradualmente a ser empregada em empresas públicas americanas e posteriormente às privadas, em face do seu sucesso nas operações militares.

PROCESSO DECISORIAL

O processo decisório é a seqüência de etapas que formam uma decisão. Constitui o campo

de estudo da Teoria da Decisão, que é aqui considerada como uma Teoria Matemática.

A tomada de decisão é o ponto focal da abordagem quantitativa, isto é, da Teoria

Matemática. A tomada de decisão pode ser estudada sob duas perspectivas: a do processo e a

do problema.

R. D. Luce & H. Raiffa, Games and Decisions, New York, Wiley, 1957. B. E. Collins & B. H. Raven ,

"Group Structure: Attraction, Coalitions, Communications and Power", in The Handbook of Social Psychology.

G. Lindzey & E. Aronson (ed.), New York, Wiley, 1969. J. W. Thibault & H. H. Kelley, The Social Psychology of

Groups, New York, Wiley & Sons, 1959.

2 Herbert A. Simon, The New Science of Management Decision, New York, Harper & Row, Publishers, Inc., 1960, p. 2.

1. A perspectiva do processo: É uma perspectiva muito genérica e concentra-se nas etapas da tomada de decisão, isto é, no processo decisório como uma sequência de atividades. O objetivo da Administração, dentro desta perspectiva, é selecionar a melhor alternativa no período; trata-se de uma abordagem muito criticada por se relacionar quase exclusivamente com o procedimento e não com o conteúdo da decisão. Dentro desta perspectiva, o processo decisório envolve uma sequência de três etapas simples:

- a) determinação de qual é o problema;
- b) quais as alternativas possíveis de solução;
- c) qual é a melhor alternativa no caso (escolha).

Esta perspectiva concentra-se mais na escolha dentre as alternativas de solução. Há muitos modelos matemáticos que procuram retratar teoricamente realisticamente como os administradores tomam decisões e que variam desde a completa racionalidade (meios visando objetivos) até a completa irracionalidade (o que predominam as escolhas baseadas em emoções e impulsos irracionais), baseando-se na perspectiva de processo.

2. Perspectiva do problema: É uma perspectiva orientada para a resolução de problemas. Esta perspectiva é criticada pelo fato de não indicar os meios suficientes para implementação direta pela sua deficiência quando as situações identificadas demandam diferentes modelos de implementação. Na perspectiva de problemas, o tomador de decisão pode aplicar métodos quantitativos para tornar o processo decisório mais racional possível, concentrando-se principalmente na determinação e acompanhamento do problema a ser resolvido.

r	P	A	E	P	C	V
Fator:s	Problema	Alternativa	Efeito: da	Probabilidade	Classificação	Escolha da
á ;			de solução	alternativas da qual, a melhor é;		
				efeito ocorra	conformemente	alternativa
				probabilidade		
			E11P11C11			
F1			12		C12	V1
		1n	Pln Cln			
		E21	P21		C21	
	C22	V2	D			
		n	P2n		C2n	
		E p				
		n1	n1		Cn1	
		2	Pn2		Cn2	V3
		Enn	pnn			

Ret P ta o ambienta
FLUXOGRAMA DO PROCESSO DECISORIAL

Segundo a Teoria da Decisão, todo problema administrativo equivale a um processo de decisão. Existem dois tipos extremos de decisão: as decisões programadas e as decisões não-programadas. Esses dois tipos não são mutuamente exclusivos, mas representam dois pontos extremos, entre os quais existe uma gama contínua de decisões.

Decisões Programadas	Decisões Não-programadas
Dados adequados	Dados inadequados
Dados repetitivos	Dados únicos
Condições estáticas	Condições dinâmicas
Certeza	Incerteza

CARACTERÍSTICAS DAS DECISÕES PROGRAMADAS E NÃO-PROGRAMADAS

Fonte: David R. Hampton. Contemporary Management, New York, McGraw-Hill Book Co., 1977, p. 175

Técnicas de Tomada de Decisão

Tipos de Decisão	Técnicas de Tomada de Decisão	
	Tradicionais	Modernos
Decisões repetitivas de rotina	Hábito Rotina (Procedimentos padronizados de ação).	Pesquisa operacional Análise matemática Modelos Simulação em computador.
Decisões programadas Processamento eletrônico	Decisões através de processos específicos estabelecidos pela organização	Estrutura organizacional de dados. (Expectativas comuns, Sistema de objetivos, Canais de informação bem definidos).
Decisões de momento, mal estruturadas e de novas políticas	Julgamento, intuição e criatividade. Regras empíricas. Seleção e treinamento de executivos.	Técnica de solução de aplicada a: a) treinamento de homens para b) estabelecimento de programas heurísticos para computador.
Decisões não-programadas	Decisões tratadas pelos processos gerais de solução de problemas	

OS TIPOS DE DECISÃO E AS TÉCNICAS DE TOMADA DE DECISÃO

Fonte: Herbert A. Simon, The Shape of Automation for Man and Management, New

York, Harper & Row, Publishers, Inc., 1955, p. 62.

3 Herbert A. Simon, "The New Science of Management Decision", in *The Shape of Automation for Men and Management*, New York, Harper & Row, Publishers, Inc., 1955, Chap. I II.

TEORIA MATEMÁTICA DA ADMINISTRAÇÃO

Simon observa que dentro das próximas décadas deverá ocorrer uma completa revolução nas técnicas de tomada de decisão. A análise matemática, a pesquisa operacional, o processamento eletrônico de dados, a análise de sistemas e a simulação pelo computador são técnicas utilizadas em operações programadas que antes eram executadas pelo pessoal de escritório. Gradativamente, outros elementos não programados vêm sendo operacionalizados através dessas técnicas (planejamento e controle de produção, inventário, controle e tráfego, materiais etc.). O computador com suas técnicas já assumiu o trabalho do auxiliar de escritório, está assumindo o da média administração e logo mais assumirá o da alta direção, provavelmente produzindo decisões programadas dentro de um escritório automático que governará a empresa. A automação e a racionalização da decisão permitirão um sistema bem estruturado onde, ao invés de lidar com pessoas imprevisíveis e variáveis (e que devem ser persuadidas, estimuladas e recompensadas), o administrador diagnosticará e solucionará problemas de forma analítica e objetiva.

NECESSIDADE DE MODELOS MATEMÁTICOS EM ADMINISTRAÇÃO

A Teoria Matemática se preocupa em construir modelos matemáticos capazes de simular situações reais na empresa. A criação de modelos matemáticos volta-se principalmente para a resolução de problemas de tomada-de-decisão. Vimos que o modelo é a representação de alguma coisa ou o padrão de algo a ser feito. É através do modelo que se fazem representações da realidade. Na Teoria Matemática o modelo é usado geralmente como simulação de situações futuras e a avaliação da probabilidade de sua ocorrência. O modelo procura delimitar a área de ação de forma a proporcionar o alcance de uma situação futura com uma razoável esperança de ocorrência. Em síntese os modelos servem para representar simplificações da realidade. Sua vantagem reside nisso: manipular simuladamente as complexas e difíceis situações reais através de simplificações da realidade. Sejam matemáticos ou comportamentais, os modelos proporcionam um instrumento valioso de trabalho para a administração lidar com problemas. Um problema é uma discrepância entre o que é (isto é, a realidade) e o que poderia

ou deveria I I

ser (isto é, os valores, metas, objetivos) . Geralmente, a organização se defronta ao mesmo !

tem o com uma tremenda variedade de problemas que variam consideravelmente em graus ;

P P

de complexidade. Os problemas podem ser classificados em dois grandes grupos': os proble-

mas estruturados e os não-estruturados. Um problema estruturado é aquele que pode ser

perfeitamente definido, pois suas principais variáveis - como os vários esta os da natureza,

ações possíveis, possíveis conseqüências e utilidades das conseqüências - são conhecidas.

O problema estruturado pode ser subdividido em três categorias, como :

1. Decisões sob certeza, onde as variáveis são conhecidas e a relação entre a ação e as conseqüências é determinística.

Ralph H. Kilmann, Social Systems Science, Normative Theory and the Management Technology, New York, Elsevier North-Holland, Inc. 1977, p. 210.

s I. I. Mitroff e F. Sagasti, "Epistemology as General Systems Theory: An Approach to the Design of Complex Decision-Making Experiments", in Philosophy of Social Science, 3:117-134, 1973.

6 H. Raiffa, Decision Analysis, Reading, Mass., Addison-Wesley Publishing Co., 1968.

2. Decisões sob risco, onde as variáveis são conhecidas e a relação entre a consequência e a ação é conhecida em termos probabilísticos.
3. Decisões sob incerteza, onde as variáveis são conhecidas, mas as probabilidades para determinar a consequência de uma ação são desconhecidas ou não podem ser determinadas com algum grau de certeza.

Completa
certeza

Risco

Completa
incerteza

I Probabilidades objetivas I Probabilidades subjetivas ;

CONTINUUM CERTEZA-INCERTEZA

Fonte: Don Hellriegel e John W. Slocum, Jr., *Management: A Contingency Approach*, Reading, Mass., Addison Wesley Publ. Co., 1974, p. 159.

O problema não-estruturado é aquele que não pode ser claramente definido, pois uma ou mais de suas variáveis é desconhecida ou não pode ser determinada com algum grau de confiança.

O modelo matemático permite as seguintes vantagens sobre os demais modelos':

1. permite descobrir e entender os fatos de uma dada situação, melhor do que permitiria uma descrição verbal;
2. descobre relações existentes entre os vários aspectos do problema, que não transpareceriam por si sós, na descrição verbal;
3. indica que dados devem ser recolhidos para tratar quantitativamente com o problema que se pretende resolver;
4. estabelece medidas sobre a eficácia;
5. explica situações que no passado não foram esclarecidas, ao proporcionar relações de causa-e-efeito;
6. permite tratar do problema em seu conjunto e considerar todas as variáveis principais simultaneamente;
7. é susceptível de ampliação por etapas, até chegar a incluir fatores abandonados nas descrições verbais;
8. torna possível a utilização de técnicas matemáticas que de outra maneira pareceriam alheias ao problema;
9. conduz freqüentemente a uma solução que pode descobrir-se e justificar-se adequadamente, com base

nas descrições verbais;

10. Como os fatores que integram um problema são tão numerosos, apenas os modelos matemáticos de processamento dos dados permitem proporcionar respostas imediatas e em escala gigantesca, através de computadores e equipamentos eletrônicos.

PESQUISA OPERACIONAL

O ramo da Pesquisa Operacional descende - sob vários aspectos - da Administração Científica, à qual acrescentaram métodos mais refinados (principalmente matemáticos): a tecnologia.

Andrew Vazsonyi, Scientific Programming in Business and Industry, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1958, p. 18.

TEORIA MATEMÁTICA DA ADMINISTRAÇÃO

logia computacional e uma orientação rumo aos problemas mais amplQss. A P.O: ot o método científico como estrutura para a solução dos problemas, dando maior ênfas i julgamento objetivo que ao julgamento subjetivo. Os autores da escola matemática, na maioria, provieram da matemática, da estatística, da engenharia e da economia e possuem uma orientação nitidamente técnico-econ8mica e estritamente racional e lbgica. As definições de P. O. variam desde técnicas matemáticas específicas até o método cien- tífico em si. Muitas das definições incluem três aspectos básicos comuns à abordagem de P.O. à tomada de decisão administrativa9:

1. Uma visão sistêmica do problemá a ser resolvido.
2. Uma concordância quanto ao uso do método científico na resolução de problemas.
3. A utilização de técnicas específicas de estatística, probabilidade e modelos matemáticos para ajudar o tomador de decisão a resolver o problema.

A P.O. é considerada simplesmente uma "teoria da decisão aplicada": "A pesquisa operacional utiliza qualquer meio científico, matemático ou lógico, para fazer frente aos problemas que se apresentam quando o executivo procura um raciocínio eficaz para enfren- tar seus problemas de decisão"o. "No seu sentido mais amplo, a P.O. pode ser caracterizada ' como a aplicação de métodos científicos, técnicas científicas e instrumentos científicos a pro-

, P
blemas que envolvem o era ees de sistemas de modo a,munir os executivos res onsáveis pelas operações, de soluções btimas para os problemas. A abordagem de P.O. incorpora a abordagem sistêmica ao reconhecer que as variáveis internas e externas nos problemas decisoriais são inter-relacionadas e interdependentes.

A P. O. está relacionada com a análise de operações de um sistema e não simplesmente i com um problema particular. Ela utiliza:

1. a probubilidade na abordagem de P.O. para decisees sob condições de risco e de incerteza;
2. a estatística na sistematização e análise de dados no sentido de .obter soluções significativas;
3. a matemática na formulação de modelos quantitativos.

Pesquisa Operacional é "a aplicação de métodos, técnicas e instrumentos científicos a problemas ue envolvem as operações de um sistema, de modo a proporcionar, aos que con- trolam o sistema, soluções btimas para o problema em foco"2.

Ela se "ocupa geralmente de operações de um sistema existente...", isto é, "materiais, energias, pessoas e máquinas já existentes..."³. "O objetivo da Pesquisa Operacional é capacitar a administração a resolver problemas e tomar decisões. ' ' "

s Fremont E. Kast e James E. Rosenzweig, Organization and Management. A Systems Approach, cil.

9 Fred Luthans, Introduction to Management!. A Contingency Approach, New York, McGraw-Hill Book Co., 1976, p. 202.

a David W. Miller e Martin K. Starr, Executive Decisions and Operations Research, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, Inc., 1960, p. 104.

C. West Churchman, Russell L. Ackoff e Leonard Anoff, Introduction to Operations Research, New York, John Wiley & Sons, Inc. 1957, pp. 8 e 9.

2 C. West Churchman, Russell L. Ackoff e E. Leonard Anoff, Introduction to Operations Research, cit.,

3 Arthur D. A. Hall, A Methodology for Systems Engineering, New York, D. Van Nostrand, 1962, p. 18.

4 G. D. Siegel, "A Unidade do Método Sistemático", Revista de Administração Pública, vol. 5, n. 1, p. 26, 1º semestre 1971.

A P. O. utiliza um modelo de ação desenvolvido analiticamente segundo um método-

lógica e, quando praticável, matemática. Embora haja diversidade nas definições sobre

a P.O., há unanimidade quanto ao entendimento do seu objetivo: ela visa a fornecer subsí-

dios racionais para a tomada de decisões nas organizações. A P. O. pretende tornar cientí-

fico, mais racional, mais lógico o processo decisório nas organizações, sejam elas industriais,

prestadoras de serviços, militares, governamentais etc.

A P.O. é desenvolvida em seis fases, a saber⁵:

a) Formular o problema. É preciso fazer uma análise dos sistemas, dos objetivos e das alternativas de ação.

b) Construir um modelo matemático para representar o sistema em estudo. Esse modelo expressa a eficácia

do sistema em estudo como função de um conjunto de variáveis, das quais pelo menos uma está sujeita a controle.

c) Deduzir uma solução do modelo. Existem, essencialmente, dois tipos de procedimento para derivar uma

solução ótima (ou aproximadamente ótima) de um modelo: o processo analítico e o processo numérico.

d) Testar o modelo e a solução. Um modelo nunca é mais do que a representação parcial da realidade. O

modelo é bom quando, apesar dessa deficiência, for capaz de prever, com exatidão, o efeito das mudanças no sistema sobre a eficácia geral do sistema.

e) Estabelecer controle sobre a solução. Uma solução baseada num modelo somente será uma solução

enquanto as variáveis incontroladas conservarem seus valores e as relações entre as variáveis no modelo se mantiverem constantes.

f) Passar a solução em funcionamento (implementação). A solução testada precisa ser transformada numa

série de processos operacionais susceptíveis de serem entendidos e aplicados pelo pessoal que será responsável pelo seu emprego.

A P.O. apresenta as seguintes características principais⁶:

a) A P. O. se preocupa mais com as operações de toda a organização do que propriamente com apenas alguma

divisão ou órgão dessa organização.

b) A P.O. visa, não apenas ao aperfeiçoamento, mas a dinamização das operações a fim de proporcionar

maior segurança para a organização, a curto e a longo prazo.

c) Aplica os mais recentes métodos e técnicas científicas.

d) Visa projetar e aplicar operações experimentais que representem operações reais.

e) Baseia-se em técnicas avançadas de análise quantitativa.

f) Refere-se, não às máquinas ou aos homens individualizados, mas à operação como um todo. A P.O. é

pesquisa ao nível operacional, ou seja, ao nível de execução.

Os principais campos de aplicação da P.O. são":

a) Relativamente a pessoas:

1. Organização e gerência.
2. Absenteísmo e relações de trabalho.
3. Economia.
4. Decisões individuais.
5. Pesquisas de mercado.

5 C. West Churchman, Russell L. Ackoff e E. Leonard Annoff, Introduction to Operations Research, cóp.

6 Ellis A. Johnson apud Joseph F. McCloskey e Florence N. Trefethen, "A Direção Executiva, a Organização e a Pesquisa Operacional", in Pesquisa Operacional como Instrumento de Gerência, São Paulo, Ed. Edgard
B I Úcher, 1966, p. 16.

Charles Goodeve apud Joseph F. McCloskey e Florence N. Trefethen, "A Direção Executiva..." in Pesquisa Operacional. . . , cit.

TEORIA MATEMÁTICA DA ADMINISTRAÇÃO

b) -Relativamente a pessoas e máquinas:

1. Eficácia e produtividade.
2. Organização de fluxos em fábricas.
3. Métodos de controle de qualidade, inspeção e amostragem.
4. Prevenção de acidentes.
5. Organização de mudanças tecnológicas.

c) Relativamente a movimentos:

1. Transporte.
2. Estoque, distribuição e manipulação.
3. Comunicações.

A P. O. utiliza ferramentas próprias, quase todas quantitativas. As ferramentas quantitativas são os modelos (ou técnicas) matemáticos de P. O. Os modelos da P. O. são apenas uma representação simbólica e simplificada da realidade organizacional que se pretende abordar. Como essa realidade organizacional é extremamente complexa, a única maneira de se lidar racionalmente com ela em processos decisórios é através de um modelo simplificado.

Os modelos quantitativos de P. O. mais empregados são os modelos matemático-analíticos e os modelos de simulação. Existem modelos já desenvolvidos (enlatados), tanto analíticos como de simulação, já prontos para serem utilizados. Todavia, as situações mais complexas exigem forçosamente o desenvolvimento de modelos ou, pelo menos, sua adaptação.

Os modelos de simulação geralmente são confeccionados sob medida.

Técnicas da P.O.

A resolução de um modelo analítico de P. O. quase sempre se apóia matematicamente sobre uma ou mais das seguintes teorias:

- Teoria dos Jogos.
- Teoria das Filas de Espera.
- Teoria da Decisão.
- Teoria dos Grafos.
- Programação Linear.
- Probabilidade e Estatística Matemática.
- Programação Dinâmica.

I'

1. Teoria dos Jogos

A Teoria dos Jogos foi proposta inicialmente pelo matemático húngaro Johann von

Neumann (1903-1957), sendo divulgada amplamente a partir de 1947, com sua obra em parceria com Oskar Morgenstern (1902)'s, propondo uma formulação matemática para a análise dos

s !. von Neumann & O. Morgenstern, Theory of Games and Economic Behavior, cit

conflitos. O conceito de conflito aqui envolve oposição de forças ou de interesses ou de pessoas que origina uma ação dramática. Porém, essa oposição não se dá de forma imediata e explícita, mas a partir da formação e desenvolvimento de uma situação, até chegar a um ponto mais ou menos irreversível, onde se desencadeia a ação dramática. Uma situação de conflito é sempre aquela em que, onde um ganha, outro perde, pois os objetivos visados são indivisíveis e incompatíveis pela sua própria natureza. A teoria dos jogos é aplicada apenas aos tipos de conflitos (chamados jogos) que envolvem disputa de interesses entre dois ou mais intervenientes, no qual cada parceiro, em determinados momentos, pode ter uma variedade de ações possíveis, delimitadas contudo pelas regras do jogo. O número de estratégias disponíveis é finito e, portanto, enumerável. Cada estratégia descreve o que será feito em qualquer situação. Conhecidas as estratégias possíveis dos jogadores, pode-se estimar todos os resultados possíveis.

A aplicação da teoria dos jogos é possível, apenas quando:

- a) o número de participantes seja finito;
- b) cada participante dispõe de um número finito de cursos possíveis de ação;
- c) cada participante conhece todos os cursos de ação ao seu alcance;
- d) cada participante conhece todos os cursos de ação ao alcance do adversário, embora desconheça qual será o curso de ação escolhido por ele;
- e) duas partes intervêm de cada vez e o jogo é "zero-soma", ou seja, puramente competitivo: os benefícios de um jogador são as perdas do outro, e vice-versa.

Uma vez que os participantes tenham escolhido seus respectivos cursos de ação, o resultado do jogo acusará as perdas ou ganhos finitos, que são dependentes dos cursos de ação escolhidos. Assim, os resultados de todas as combinações possíveis de ações são perfeitamente calculáveis.

A teoria dos jogos possui uma terminologia própria⁹:

- a) jogador: cada parte interessada;
- b) partida (ou disputa): quando cada jogador escolhe um curso de ação;
- c) estratégia: regra de decisão pela qual o jogador determina seu curso de ação. Para escolher sua estratégia não há necessidade de o jogador conhecer a estratégia do adversário;
- d) estratégia mista: quando o jogador decide usar todos ou alguns de seus cursos de ação disponíveis, numa proporção fixa;
- e) estratégia pura: quando o jogador utiliza apenas um curso de ação;
- f) matriz: é a tabela que mostra quantitativamente os resultados de todas as

partidas possíveis. Os números da matriz representam os valores ganhos pelo jogador cujo nome é indicado à esquerda da tabela. Os valores negativos traduzem perdas. É muito difícil montar-se uma matriz satisfatoriamente quantificada, como também é difícil identificarem-se todas as variáveis que intervêm para reduzir seus efeitos a uma escala homogênea de valores. Além do mais, a teoria é estática (pois trabalha apenas com valores dados, fixos e independentes do resultado do jogo), enquanto as situações concretas são dinâmicas (seus valores não são fixos). Porém, como qualquer outra teoria científica, a teoria dos jogos procura representar um mapa simplificado, isomorfo, da realidade. Portanto, sua utilidade reside na razão direta do isomorfismo alcançado em relação a algum aspecto do mundo real.

9 Isaac Epstein, "Teoria dos Jogos", in Enciclopédia Abril, São Paulo, Ed. Abril, pp. 2680 e 2681

TEORIA MATEMÁTICA 3

2. Teoria das Filas

A Teoria das Filas refere-se à otimização de arranjos em condições de aglomeração.

A teoria das filas é a teoria que cuida dos pontos de estrangulamento, dos tempos de espera, ou seja, das demoras verificadas em algum ponto de serviço. As técnicas matemáticas

que utiliza são extremamente variadas.

A maior parte dos trabalhos de teoria das filas situa-se geralmente em algumas das categorias abaixo:

- a) problemas de ligação telefónica;
- b) problemas de tráfego;
- c) problemas de avarias de máquinas e de suprimentos.

Numa situação de fila, existem geralmente os seguintes componentes:

- a) clientes ou operações;
- b) uma passagem ou ponto de serviço por onde devem passar os clientes ou as operações;
- c) um processo de entrada (input);
- d) alguma disciplina sobre a fila;
- e) alguma organização de serviço.

Segundo a ordenação acima, a situação ocorre quando clientes desejam a prestação de serviço; quando cada cliente se aproxima do ponto de serviço ocorre um período de prestação de serviço que termina quando o cliente se retira. Os outros clientes que chegam, enquanto o primeiro está sendo atendido, esperam a sua vez, isto é, formam uma fila.

Na teoria das filas, os pontos de interesse são:

- a) o tempo de espera dos clientes;
- b) o número de clientes na fila;
- c) a razão entre o tempo de espera e o tempo de prestação de serviço.

3. Teoria dos Grafos

Da Teoria dos Grafos derivam as técnicas de planeamento e programação por redes (CPM,

Pert etc.) bastante utilizadas nas atividades de construção civil e montagem industrial, principalmente.

Tanto o Pert (Programm Evaluation Review Technique) como o CPM (Critical

Path Method) são diagramas de flechas que procuram identificar o caminho crítico estabelecendo uma relação direta entre os fatores tempo e custo, indicando o chamado

"ótimo econômico" de um projeto. Esse "ótimo econômico" é alcançado através de uma determi-

nada seqüência de operações na execução de todas as operações de um projeto que permite o

melhor aproveitamento possível dos recursos disponíveis através de um prazo otimizado: O

Neopert constitui uma variação simplificada do Pert, possibilitando economia de tempo na

sua elaboração.

em Byron O. Marshall !r. apud Joseph McCloskey e Florence N. Trefethen, "Teoria das Filas", Pesquisa

Operacional como Instrumento de Gerência São Paulo, ed: Edgard Blöcher, 1966, p. 152.

As redes ou diagramas de flechas apresentam nítidas vantagens sobre o emprego de quadros de barras tradicionalmente utilizados em atividades de planejamento, a saber:

- a) permitem a execução do projeto no prazo mais curto e ao menor custo;
- b) mostram o inter-relacionamento das diversas etapas e operações do projeto;
- c) permitem a distribuição ótima dos recursos disponíveis e facilitam a sua redistribuição em caso de modificações posteriores;
- d) fornecem diversas alternativas para a execução do projeto facilitando a tomada de decisão a respeito;
- e) identifica as tarefas ou operações "críticas" ou seja, aquelas que não oferecem folga de tempo para a sua execução. As tarefas ou operações "críticas" são aquelas que afetam diretamente o prazo para o término do projeto global, exigindo que a administração concentre nelas a sua atenção;
- f) estabelece clara definição da responsabilidade de todos os órgãos ou pessoas envolvidos no projeto.

4. Programação Linear

A Programação Linear apresenta as seguintes características:

- a) Preocupa-se em alcançar uma posição ótima em relação a certo objetivo. Geralmente, sua finalidade é minimizar os custos e maximizar os benefícios, porém a minimização e a maximização podem ser aplicadas a qualquer objetivo prefixado.
- b) Supe a escolha entre várias alternativas ou a combinação apropriada destas alternativas.
- c) Considera certos limites ou obrigações, no interior dos quais deve-se alcançar necessariamente a decisão.
Por exemplo, se o problema se baseia em decidir quais as quantidades de vários produtos distintos deve um dado programa de fabricação prever, deve-se considerar a capacidade dos vários departamentos.
- d) Não somente requer que as variáveis sejam quantificáveis, mas que ao mesmo tempo haja uma suposição de que entre as diversas variáveis haja relações lineares.

5. Probabilidade e Estatística Matemática

A utilização de métodos estatísticos permite o máximo de informações possíveis a partir dos dados disponíveis. Em outros termos, a análise estatística é o método de obter a mesma informação com uma quantia menor de dados. É bastante utilizada em casos onde os dados são difíceis de se obter. Uma das aplicações mais conhecidas da análise estatística é o con-

trole de qualidade na administração da produção. O controle estatístico da qualidade é baseado nas técnicas de determinação precisa do momento em que os erros tolerados na produção começam a ultrapassar os limites de tolerância, quando então a ação corretiva se torna necessária.

A teoria estatística fornece meios para a escolha de amostras, quais as características que estas devem apresentar para serem "representativas" do universo de dados e qual o risco associado na decisão de aceitar ou rejeitar um lote, em face das informações fornecidas pelo exame da amostra.

6. Programação Dinâmica

A programação dinâmica é aplicada em problemas que possuem várias fases inter-relacionadas, onde se deve adotar uma decisão adequada a cada uma das fases, sem perder porém

de vista o objetivo último. Somente quando o efeito de cada decisão for determinado é que poderá ser efetuada a escolha final.

A técnica pode ser ilustrada através de um exemplo supersimplificado do problema de um motorista que deseja ir de um ponto a outro, devendo ainda interromper a viagem para almoçar. Normalmente, o motorista soluciona o problema por fases. Primeiramente seleciona vários locais intermediários nos quais poderá tomar a refeição. Em seguida, determina o trajeto ótimo de seu ponto de partida para cada local intermediário até seu ponto de chegada. A menor distância (ou o menor tempo de percurso, conforme o caso) determina o melhor ponto intermediário. Sua primeira decisão consiste em escolher o local da refeição e a segunda, o melhor trajeto para esse local. Mas em ambas as soluções estará presente a preocupação última de procurar o menor percurso ou o menor dispêndio de tempo.

Entre os problemas empresariais nos quais se aplica a programação dinâmica figura a opção entre investimento (compra), troca ou manutenção de equipamentos, na qual as decisões devem ser tomadas a intervalos regulares, geralmente anuais. Como norma, o problema consiste em verificar se é ou não aconselhável, do ponto de vista econômico, o dispêndio de capital para se obter o barateamento ou a melhoria de um processo, a troca ou ainda a manutenção do equipamento existente.

APRECIACÃO CRÍTICA DA TEORIA MATEMÁTICA

A teoria matemática tem trazido enorme contribuição a todos os campos da administração, permitindo novas técnicas de planejamento e controle no emprego de recursos materiais, financeiros, humanos etc. e, sobretudo, um formidável suporte na tomada de decisões, no sentido de otimizar a execução de trabalhos, como também de diminuir os riscos envolvidos em todos os planos que afetem o futuro a curto ou longo prazo. Todavia, a teoria matemática apresenta, do ponto de vista de uma teoria administrativa, enormes restrições:

1. A Teoria matemática se presta a aplicações individualizadas de projetos ou de trabalhos envolvendo indivíduos ou grupos de pessoas. Porém, se bem que tentada, não apresenta

ainda condições de aplicações

globais envolvendo toda a organização como um conjunto, em todos os seus aspectos múltiplos e complexos. Em outros termos, a teoria matemática é perfeitamente aplicável a problemas específicos dentro da organização, mas não dá cobertura global à organização, por não ter condições de envolvê-la em todas as suas variáveis no conjunto. Nesse sentido, a teoria matemática é muito mais um conglomerado de técnicas de aplicação individualizada do que propriamente um arcabouço teórico e abrangente da organização.

2. Baseia-se na total quantificação dos problemas administrativos, abordando-os exclusivamente do ponto de vista estatístico ou matemático. Todas as situações devem ser reduzidas a números ou a expressões matemáticas para poderem ser adequadamente resolvidas. Do ponto de vista organizacional, a maior parte dos conceitos, situações ou problemas nem sempre apresenta condições de redutibilidade a expressões numéricas ou simplesmente quantitativas, donde a impossibilidade de aplicação da pesquisa operacional.

3. Oferece excelentes técnicas de aplicação a níveis organizacionais situados na esfera de execução, mas poucas técnicas em níveis mais elevados na hierarquia empresarial. Quase sempre as técnicas de pesquisa operacional oferecem recursos de tomada de decisão visualizando a execução de projetos ou trabalhos. Em outros termos, a pesquisa operacional quase sempre se restringe à pesquisa e investigação das operações situadas no nível executivo.

Koontz e O'Donnell resumiriam os métodos essenciais de pesquisa operacional da seguinte forma:

- " 1. A ênfase em modelos - a representação lógica de um problema. Estes, é claro, podem ser simples ou complexos. Por exemplo, a fórmula contábil 'ativo menos passivo igual a propriedade' é um modelo, pois representa uma idéia e, dentro dos limites dos termos empregados, simboliza a relação das variáveis envolvidas.
2. A ênfase nos objetivos numa área-problema e o desenvolvimento de medidas de eficiência a fim de determinar se uma solução promete atingir o objetivo. Por exemplo, se o objetivo é lucro, a medida de eficiência pode ser o índice de retorno sobre o investimento, e todas as soluções propostas farão com que as variáveis sejam dispostas de forma que, no final, se possa medir o resultado em relação a esta medida. Algumas variáveis podem ser controláveis pelo administrador; outras podem apresentar fatores incontroláveis num sistema.
3. A tentativa de incorporar todas as variáveis num problema, ou pelo menos aquelas que parecem ser importantes para sua solução, em uma análise.
4. A tentativa de quantificar as variáveis num problema até o ponto em que for possível, uma vez que somente dados quantificados podem ser inseridos num modelo para proporcionar um resultado definido de valor para previsão.
5. A tentativa de suplementar dados quantificáveis com recursos matemáticos e estatísticos úteis, como, por exemplo, as probabilidades numa situação, fazendo assim com que o problema matemático e de computação se torne prático, suando apenas a margem pequena e relativamente insignificante de erro.

Alguns autores salientam que a P. O. é orientada operacionalmente, enquanto a administração é dirigida para a elaboração de uma teoria ampla e genérica. O campo da P. O. e o da Administração se confundem em muitos pontos, a ponto de Simon afirmar que "não se pode mais traçar qualquer linha divisória expressiva para fixar os limites entre a P.O. e a Administração Científica, ou entre a Administração Científica e a Ciência da Administração". Leavitt opina que a P. O. e a Ciência da Administração descendem da Administração Científica: "Ambas criaram um corpo de métodos técnicos para a solução dos problemas do trabalho. Habitualmente, ambas apresentam uma abordagem externa, essencialmente criativa".

do uma separação entre o planejamento dos programas para solução dos problemas e as rotinas criadas com base nas soluções. Igualmente, a P.O. está criando com rapidez, na sua forma operacional, uma nova classe de ativos especialistas de staff, em muitos pontos reproduções perfeitas do antigo homem de staff, eficiente. . . Substitua-se Taylor por Charnes e Cooper, e no lugar do cronômetro coloque-se o computador. De um modo ou de outro, é a mesma velha história do conflito entre a tecnologia e a humanidade"2'. Além do mais, a P.O. apresenta outras limitações, a saber:

1. P.O. é apenas uma ferramenta capaz de auxiliar o tomador de decisões. Ela não é, em si, a própria tomadora de decisões.
2. Muitos problemas não podem ser expressos em termos quantitativos, tornando inviável a aplicação da P. O.

2 Harold Koontz e Cyril O'Donnell, *Princípios de Administração. Uma Análise das Funções Administrativas*, cit., p. 115.

22 Herbert A. Simon, *The New Science of Management Decision*, cit., pp. 14 e 15.

23 Harold J. Leavitt, "Applied Organization Change in Industry: Structural, Technical, and Human Approaches", in *New Perspectives in Organization Research*, W. W. Cooper, H. J. Leavitt e M. W. Shelly II (eds.). New York, John Wiley & Sons, Inc., 1964, pp. 61 e 62.

TEORIA MATEMÁTICA DA ADMINISTRAÇÃO

3. Muitos problemas são demasiadamente amplos para serem resolvidos através de técnicas analíticas de P.O., mesmo com a ajuda do computador.

Assim, para os defensores desta teoria, a Administração ou a organização ou o planejamento ou a tomada de decisões constituem processos lógicos que podem ser expressos em termos de símbolos e relações matemáticas". A abordagem central desta escola é o modelo que representa o problema em suas relações básicas e em termos de objetivos predeterminado. Na Koontz⁵, trata-se mais de uma abordagem matemática dos problemas de Administração do que propriamente de uma escola definida de Administração. Talvez muito mais uma "escola" situada na Física, na Engenharia ou na Química, do que na Administração. Não se trata de subestimar o impacto da Matemática na teoria e prática da Administração, mas de se colocarem as coisas nos seus devidos lugares. Afirma Koontz que seria o mesmo que retender desenvolver uma teoria matemática da Astronomia, por exemplo.

SUMÁRIO

1. A Teoria Matemática é relativamente recente no campo da Administração.
2. Sua maior área de aplicação na Administração é o processo decisório, principalmente quando as decisões são relativamente programáveis.
3. Alguns autores enfatizam o enorme potencial dos modelos matemáticos em Administração.
4. A pesquisa operacional (P. O.) é uma das alternativas de métodos quantitativos de enorme aplicação dentro da Administração, através de variadas técnicas, como a Teoria dos Jogos, a Teoria das Filas, a Teoria dos Grafos, a Programação Linear, a Probabilidade e Estatística Matemática e a Programação Dinâmica.
5. Todavia, fazendo-se uma apreciação crítica da Teoria Matemática da Administração, verifica-se que realmente a sua aplicação é predominantemente voltada para os níveis organizacionais próximos à esfera da execução e relacionada exclusivamente com as operações e tarefas.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

I

a

1. Explique as origens da Teoria Matemática na Administração.
2. Explique o processo decisório do ponto de vista da Teoria Matemática

z4 Harold Koontz, "The Management Theory Jungle", in The Munagement Process. Coses and ReadinRs,

cit . 22. nagement Process. Cases and ReadinRs, ci . ,

zs Harold Koontz, "The Management Theory..." in The Ma p. 22.

3. Quais as quatro dimensões de uma boa decisão?
4. Explique a necessidade de modelos matemáticos em Administração.
5. O que é um problema?
6. O que é um problema estruturado? Como se divide?
7. Quais as vantagens do modelo matemático?
8. O que é programação operacional?
9. Quais as seis fases do procedimento da P. O. ?
10. Quais as características principais da P.O. ?
11. Quais as principais técnicas de P. O. ?
12. Explique sucintamente a Teoria dos Jogos.
13. Explique sucintamente a Teoria das Filas.
14. Explique sucintamente a Teoria dos Grafos.
15. Explique sucintamente Probabilidade e Estatística Matemática.
16. Explique sucintamente a Programação Dinâmica.
17. Quais as principais restrições apresentadas pela Teoria Matemática da Administração?
18. A Teoria Matemática da Administração é realmente uma teoria ou uma simples abordagem dos problemas de Administração? Comente.

CASO COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

No início de 1979, o Sr. Nivaldo Soares, Diretor Financeiro da Companhia de Navegação do Rio São Francisco, cuja sede está localizada em Salvador, Bahia, pretendia preparar um relatório para a Diretoria da empresa para decidir sobre a reforma de um dos barcos fluviais a vapor da empresa ou sua substituição por um barco novo movido a óleo diesel.

A Companhia de Navegação do Rio São Francisco dedica-se ao transporte de pessoas e de cargas entre as cidades situadas ao longo do leito navegável do Rio São Francisco. Todos os barcos da companhia são movidos a vapor e sua idade varia entre 15 a 30 anos.

O Diretor Financeiro queria decidir se o barco a vapor, chamado Carolina, com 23 anos de uso, deveria ser reformado logo ou substituído por outro barco a diesel.

Nivaldo estimava que o Carolina teria uma vida útil de mais 20 anos, desde que devidamente reformado e desde que se cuidasse da sua manutenção preventiva periodicamente. O valor contábil do Carolina é de Cr 1.580.000,00, mas Nivaldo acreditava que poderia ser vendido em 1979 por um preço ao redor de Cr 1.000.000,00. O total dos custos imediatos de reforma do Carolina era estimado em Cr 4.600.000,00. Esses gastos gerais de reforma aumentariam a

vida útil do Carolina em 20 anos, aproximadamente.

TEORIA MA n' A CA DA AD NISTRA

Havia algumas peças novas sobressalentes de outro barco que fora retirado do em 1977 e que poderiam ser aproveitadas na reforma do Carolina. O valor contábil

ç p as diminuiria realmente os custos in'< peças era de Cr 1.740.000,00 e a utiliza o d r= 2.860.000,00 essas peças fossem vendi- diatos da zeforma de Cr 4.600.000,00 para das no mercado poderiam render somente Cr 1.200.000,00 e não poderiam ser usadas etn nenhum dos outros barcos a vapor da companhia.

O Carolina era operado por uma tripulação de 20 homens. Os custos operacionais

anuais com essa tripulação de 20 homens eram aproximadamente os seguintes:

	Cr
	.. 4.648.000,00
Salários e Encargos Sociais . .	616.000,0 ;
Suprimentos de Bordo . . .	
Consertos e Manutenção Penódica	, , . 1.380.000,
Combustfvel	, 22.000,
Lubrificantes . . .	480.000,00
Serviços e Suprimentos Diversos . .	, , , , 8.122.000,
Total	

Nivaldo estimava que o custo de desmontar e separar as p as usadas do Carolina, no

ffm de sua vida útil, depois da reforma, seria compensado pelo seu valor de venda. Além da !

alternativa de reforma do barco a vapor, havia a alternativa de compra de um barco movido i ,

a óleo diesel. A Estaleiros Macalé Ltda. pedia o preço de CrZ 13.000.000,00 para um barco

a diesel novo em folha. Seriam necessários Cr 3.000.000,00 adicionados para um estoque

mínimo de peças para reposição e manutenção de um barco a diesel. Tal estoque poderia ser '!

su lciente para servir até três barcos movidos a diesel. A vida útil de um barco a diesel era

barco seria convertido em refugio ou então estimada em 25 anos; período ao fnal do qual o b o novo. Á possibilidade de ; ; i

reformado completamente a um custo aproximado de um arc substitui ão do motor a diesel durante a vida de 25 anos não foi cogitada por Nivaldo, uma

vez que as informa ões obtidas em outras companhias que tinham alguma experiência com i I barcos fluviais a di el não indicavam que fosse necessário prever tais custos. Porém, devia-

se considerar um recondicionamento gerál dos motores a cada 10 anos de utilização, a um I

00 cada recondieionamento, aos preços atuais.

custo de C 2 alé entretanto a ontava uma forte vantagem que era o aumento de !

12% em velocidade média dos barcos diesel em relação aos barcos a vapor. Nivaldo, porém, desconsiderou este aspecto, porque as travessias curtas e as demoras nas passagens pelas comportas do Rio São Francisco, envolvidas no tráfego fluvial local, impediriam os barcos diesel de tirar partido de sua velocidade maior, já que poucas oportunidades teriam de ultrapassar outros barcos, pois tinham de operar na fila seguindo a passagem dos barcos mais lentos.

Em 1979, somente dois barcos diesel num total de 40 barcos aproximadamente, estavam operando no rio. Nivaldo achava que levaria muitos anos até que os barcos diesel expulsa-se os barcos mais lentos, se é que isto chegaria a acontecer algum dia.

Depois de consultar a Estaleiros Macalé e outras companhias que operavam com barcos a diesel, Nivaldo estimou que os custos operacionais anuais de um barco a diesel totalizariam Cr\$ 6.265.600, assim discriminados:

CrI

Salários e Encargos Sociais para uma tripulação de 13 homens. .	
3.258.800,00	
Suprimento de Bordo .	
Consertos e Manutenção (sem o recondicionamento dos motores) . .	
868.000,00	
Combustível .	1.152.000,00
Reparos Eventuais e Popa . . .	
Serviços e Suprimentos Diversos	506.000,00
Tota Í...	6.265.600,00

No fim do 20º ano de vida, o barco diesel teria um valor realizável de Cr 1.300.000,00 e o estoque de peças teria um valor de Cr 1.500.000,00. Estes dois números não foram considerados por Nivaldo.

Porém, um aspecto a considerar foi uma Lei Estadual sancionada em 1977 e que deveria entrar em vigor a partir de 1981, a respeito da poluição causada por fumaça. Para cumprir essa lei, todos os barcos a vapor alimentados a mão teriam de ser convertidos em barcos

com fornalhas de alimentação automática. O Carolina era alimentado manualmente e o custo adicional para convertê-lo para alimentação automática era estimado em CrS 1.600.000,00,

desde que essa conversão fosse realizada ao mesmo tempo que a reforma geral do barco.

Estes Cr 1.600.000,00 incluíam o custo dos alimentadores automáticos e a conversão do casco extra. Nivaldo sabia também que, se fossem gastos os Cr 4.600.000,00 apenas na

reforma do Carolina e se depois não se conseguisse nenhuma prorrogação, mesmo que temporária de um ou dois anos, para a aplicação da lei, o custo de converter para alimentação automática não seria mais de Cr 1.600.000,00, mas cerca de Cr 2.800.000,00, devido à

reconstrução de partes do barco.

A conversão para alimentação automática reduziria a tripulação de 20 para 18, com os seguintes detalhes:

	Cr:	
Salários e Encargos Sociais . . .		4.244.800,00
Suprimentos de Bordo.		555.200,00
Consertos e Manutenção' . . .		976.000,00
Combustível'		1.380.000,00
Lubrificantes'		22.000,00
Serviços e Suprimentos Diversos'		480.000,00
Total1		7.658.000,00

Todos os dados operacionais que Nivaldo havia coletado com relação às despesas da

tripulação se baseavam em uma jornada diária de trabalho de 12 horas, em dois

turnos, que

era o padrão adotado nos barcos fluviais locais. No entanto, o sindicato da classe reivindi-

cava uma mudança para uma jornada diária de 8 horas, com três turnos. Se o sindicato insis-

tisse nessa jornada, as acomodações a bordo dos barcos teriam de ser aumentadas. Nivaldo

estava preocupado, porque sabia que os barcos a diesel poderiam ser prontamente converti-

dos para acomodar três tripulações, enquanto os barcos a vapor não teriam nenhuma condi-

' Custos inalterados para tripulação de 20 ou 18 homens.

TEORIA MATEMÁTICA DA ADMINISTRAÇÃO

ção. Nivaldo acreditava que o sindicato teria bastante trabalho para a aceitação das exigências de 3 turnos de 8 horas nos barcos a vapor, já que seria muito difícil, e não valia a pena adaptá-los para conduzir tripulações maiores, por causa de limitações de espaço. Nivaldo -

achava que o sindicato poderia conseguir a aceitação de suas exigências apenas no caso

dos barcos a diesel. A Estaleiros Macalé se oferecia para construir barcos a diesel para acomodar

três tripulações sem nenhum custo adicional.

A Companhia de Navegação do Rio São Francisco era dirigida de maneira previdente

e, em 1979, não tinha nenhuma dívida a longo prazo. Seu valor patrimonial excedia Cr

80.000.000,00. Apenas ocasionalmente a companhia utilizava empréstimos bancários. Em

1979, o passivo da companhia em empréstimos bancários montava a Cr 6.000.000,00,

tomados emprestados a juros de 4% ao mês. A taxa mais favorável de juros sobre empréstimos

que se podia obter na praça de Salvador era de 3% na época. Como um incentivo para

obter um contrato de venda de um barco a diesel, a Macalé oferecia o aluguel de um barco a

diesel à Companhia de Navegação na base de pagamentos anuais de Cr 868.000,00, durante

15 anos e mais Cr 228.000,00 por ano a título de juros. Ao fim dos 15 anos, quando a Macalé

tivesse efetivamente recuperado o valor do barco passaria a cobrar um aluguel nominal

de Cr 114.000,00 por ano. A reserva de domínio permaneceria nas mãos da Macalé e a

Companhia de Navegação arcaria com todos os custos de operar e de manter o barco, inclusive

condicionamento geral a cada 10 anos, tendo ainda de investir Cr 3.000.000,00 num

estoque mínimo de peças sobressalentes.

Nivaldo, entretanto, não poderia deixar de considerar outras alternativas de aplicações

de fundos. A Direção da empresa estava estudando outros projetos de aplicação de dinheiro

que poderiam proporcionar uma renda anual estimada em pelo menos 10%, já descontado o

Imposto de Renda.

Todas essas alternativas se revezavam na cabeça de Nivaldo. Mas como escolher entre

elas? Qual decisão tomar?

CAPÍTULO 17

TEORIA DE SISTEMAS

Objetivos Deste Capítulo

- Permitir ao aluno uma visão sistêmica das organizações ou de alguns aspectos delas.
- Introduzir os conceitos típicos de sistemas e suas aplicações à Administração, principalmente o conceito de sistema aberto e de intercâmbio com o ambiente.
- Proporcionar uma idéia da abordagem sistêmica de Katz e Kahn.
- Proporcionar uma idéia da abordagem sociotécnica de Tavistock.
- Efetuar uma apreciação crítica da Teoria de Sistemas.

A Teoria de Sistemas (T.S.) é um ramo específico da Teoria Geral de Sistemas (T.G.S.J.).

ORIGENS DA TEORIA DE SISTEMAS

A Teoria Geral de Sistemas (T. G. S.) surgiu com os trabalhos do biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy, publicados entre 1931 a 1968'.

L. von Bertalanffy, "The Theory of Open Systems in Physics and Biology", Science, cit., vol. III, pp. 23 a 29, 1950; "General Systems Theory: A New Approach to Unity of Science", in Human Biology, dez. 1951; "General Systems Theory", in Yearbook of the Society for General Systems Research, 1956; General Systems Theory, New York, George Braziller, 1968.

A ZG.S. não busca solucionar problemas ou tentar soluções práticas; mas sim produzir teorias e formulações conceituais que possam criar condições de aplicações na realidade empírica. Os pressupostos básicos da Teoria Geral dos Sistemas são:

- a) "Existe uma nítida tendência para a integração nas várias ciências naturais e sociais.
- b) Essa integração parece orientar-se rumo a uma teoria dos sistemas.
- c) Essa teoria dos sistemas pode ser uma maneira mais abrangente de estudar os campos não-físicos do conhecimento científico, especialmente as ciências sociais.
- d) Essa teoria dos sistemas, ao desenvolver princípios unificadores que atravessam verticalmente os universos particulares das diversas ciências envolvidas, aproxima-nos do objetivo da unidade da ciência.
- e) Isto pode nos levar a uma integração muito necessária na educação científica".

A Teoria Geral dos Sistemas afirma que as propriedades dos sistemas não podem ser descritas significativamente em termos de seus elementos separados. A compreensão dos sistemas somente ocorre quando estuda os sistemas globalmente, envolvendo todas as interdependências dos seus subsistemas.

A T.G.S. fundamenta-se em três premissas básicas², a saber:

- a) Os sistemas existem dentro de sistemas. As moléculas existem dentro de células, as células dentro de tecidos, os tecidos dentro dos órgãos, os órgãos dentro dos organismos, os organismos dentro de colônias, as colônias dentro de culturas nutrientes, as culturas dentro de conjuntos maiores de culturas, e assim por diante.
- b) Os sistemas são abertos. É uma decorrência da premissa anterior. Cada sistema que se examine, exceto o menor ou o maior, recebe e descarrega algo aos outros sistemas, geralmente aqueles que lhe são contíguos. Os sistemas abertos são caracterizados por um processo de intercâmbio infinito com seu ambiente, que são os outros sistemas. Quando o intercâmbio cessa, o sistema se desintegra, isto é, perde suas fontes de energia.
- c) Asjunções de um sistema dependem de sua estrutura. Para os sistemas biológicos e mecânicos esta afirmação é intuitiva. Os tecidos musculares, por exemplo, se contraem porque são constituídos de uma estrutura celular que permite contrações.

Não é propriamente a T.G.S., mas as características e parâmetros que ela estabelece para todos os sistemas, a nossa área de interesse. Doravante, pois, ao invés de falarmos em Z G. S. , falaremos da Teoria de Sistemas.

O 'conceito de sistema passou a dominar as ciências e, principalmente, a Administração. Se se fala em Astronomia, pensa-se em sistema solar; se o assunto é Fisiologia, pensa-se no sistema nervoso, no sistema circulatório, no sistema digestivo. A Sociologia fala em sistema social, a Economia em sistemas monetários, a Física em sistemas atômicos e assim por diante. A abordagem sistêmica hoje, em Administração, é tão comum que às vezes nem nos ocorre que estamos a utilizá-la a todo momento.

A empresa se apresenta como uma estrutura autônoma com capacidade de se reproduzir e pode ser focalizada através de uma teoria de sistemas capaz de propiciar uma visualização de um sistema de sistemas de tomadas de decisões, tanto do ponto de vista individual como coletivo, ou seja, da organização como um conjunto. A abordagem sistêmica tem por objetivo representar, de forma compreensiva e objetiva, o meio em que tem lugar a tomada de decisões, uma vez que a tarefa de decisão seria muito mais fácil se se contasse com uma descrição concreta e objetiva do sistema dentro do qual ela deve ser tomada.

z F. K. Berrien, General and Social Systems, New Brunswick, N. J., Rutgers University Press, 1968.

De um ponto de vista histórico, verifica-se que³:

- a) A Teoria da Administração Científica utilizou o conceito de sistema homem-máquina, mas limitou-se ao nível do trabalho fabril. Preocupou-se com a produtividade e com os procedimentos de trabalho que beneficiassem os operários, os chefes e os empresários.
- b) A Teoria das Relações Humanas ampliou o enfoque da unidade homem-máquina estendendo-o às relações entre as pessoas dentro da organização. A compreensão do efeito das relações sociais entre pessoas, da conduta social do indivíduo e a dos pequenos grupos provocou uma profunda revisão dos critérios e técnicas gerenciais.
- c) A Teoria Estruturalista concebe a empresa como um sistema social, reconhecendo a existência tanto de uma organização formal, como de uma organização informal dentro de um sistema total/ integrado. A organização ou a empresa é sujeita a pressão externa por parte do meio ambiente, isto é, a empresa é considerada como parte integrante de um sistema social mais amplo.
- d) A Teoria Comportamental, entre outras coisas, trouxe a Teoria das Decisões, mostrando que a organização pode ser concebida como um complexo sistema de decisões: todos os participantes das organizações são tomadores de decisões dentro de um emaranhado de relações de intercâmbios que caracterizam o comportamento organizacional.
- e) Após a II Guerra Mundial intensificou-se através da Teoria Matemática a aplicação da pesquisa operacional/ à resolução de problemas grandes e complexos, com grande número de variáveis, principalmente na programação da produção, operações de carga e descarga, tráfego etc:

A Teoria das Filas foi aprofundada e formularam-se modelos capazes de representar uma grande variedade de situações típicas de prestação de serviços em que é necessário programar a quantidade ótima de servidores para uma esperada afluência de clientes. Porém, se essas técnicas científicas propiciaram a solução de muitos problemas complexos e com elevado número de variáveis, elas não bastam para analisar a organização empresarial. Pela sua natureza, tais técnicas devem estruturar os sistemas, quantificando apenas os elementos que os compõem.

Verifica-se que "as teorias tradicionais da organização têm propendido a ver a organização humana como um sistema fechado. Essa tendência nos tem levado a desconsiderar os diferentes ambientes organizacionais e a natureza da dependência organizacional quanto ao ambiente. Ela também nos levou a uma superconcentração nos princípios de funcionamento

organizacional interno, com a conseqüente falha em desenvolver e compreender os processos

de retroação (feedback) que são essenciais à sobrevivência".

Por outro lado, "o ponto fraco da microabordagem no passado foi duplo:

a) lidou com pouquíssimas das variáveis significantes da situação total e

b) muitas vezes ela tem se agarrado a variáveis impróprias"⁵.

A Teoria de Sistemas penetrou rapidamente na teoria administrativa por duas razões

, básicas:

a) por um lado, em face da necessidade de uma síntese e uma integração maior das teorias que a precederam,

esforço tentado com considerável sucesso pela aplicação das ciências do comportamento ao estudo da

organização desenvolvido pelos behavioristas;

³ Richard A. Johnson, Fremont E. Kast e James E. Rosenzweig, *The Theory and Management of Systems*,

New York, McGraw-Hill Book Co., 1977, pp. 44-70.

⁴ Daniel Katz e Robert L. Kahn, *Psicologia Social das Organizações*, cit., 1972, p. 45.

⁵ Daniel Katz e Robert L. Kahn, *Psicologia Social das Organizações*, cit., p. 25.

b) por outro lado, a Matemática, a Cibernética, de um modo geral, e a tecnologia da informação, de um modo especial, vieram trazer imensas possibilidades de desenvolvimento e operacionalização das idéias que convergiam para uma teoria de sistemas aplicada à Administração.

O conceito de sistemas não é uma tecnologia em si, mas é resultante dela, permitindo uma visão compreensiva, abrangente e "gestáltica" de um conjunto de coisas complexas, dando-lhe configuração total.

A análise sistêmica das organizações vivas permite revelar o "geral no particular", podendo mostrar as propriedades gerais das espécies que são capazes de se adaptar e sobreviver em seu ambiente típico. Neste sentido, as propriedades "gestálticas" das organizações vivas não são reveladas pelos demais métodos ordinários de análise científica. Os sistemas vivos, sejam indivíduos ou organizações, são analisados como "sistemas abertos", mantendo um contínuo intercâmbio de matéria/energia/informação com o ambiente. A Teoria de Sistemas permite reconceituar os fenômenos dentro de uma abordagem global, permitindo a inter-relação e integração de assuntos que são, na maioria das vezes, de natureza completamente diferentes.

CONCEITO DE SISTEMAS

A palavra "sistema" tem muitas conotações: "um conjunto de elementos interdependentes e interagentes; um grupo de unidades combinadas que formam um todo organizado e cujo resultado (output) é maior do que o resultado que as unidades poderiam ter se funcionassem independentemente. O ser humano, por exemplo, é um sistema que consiste em um número de órgãos e membros, e somente quando estes funcionam de modo coordenado o homem é eficaz. Similarmente, pode-se pensar que a organização é um sistema que consiste em um número de partes interagentes. Por exemplo, uma firma manufatureira tem uma seção devoteda à produção, outra devoteda às vendas, uma terceira devoteda às finanças e várias outras. Nenhuma delas é mais do que as outras, em si. Mas quando a firma tem todas essas seções, e quando elas são adequadamente coordenadas, pode-se esperar que elas funcionem eficazmente e façam lucro". O conceito de sistemas foi abordado no capítulo dedicado à Cibernética.

1. Características dos Sistemas

Sistema é "um todo organizado ou complexo; um conjunto ou combinação de coisas ou partes, formando um todo complexo ou unitário"⁹. Um sistema é um conjunto de objetos

6 A "Gestalt" é uma corrente da Psicologia, cuja tese principal é a de que "o todo é mais do que a soma das partes". O todo não deve ser comparado com agregações aditivas. Não se trata de somar as partes. O todo pode ser

tanto um objeto concretamente organizado como pode ser uma organização. Aagyal (Foundations for a Science of

Personality, Harvard University Press, 1941) propõe que a palavra todo seja utilizada para designar um objeto con-

cretamente organizado, enquanto a palavra organização seja chamada sistema.

F. E. Emery, Systems Thinking. Middleséx, England, Penguin Books, 1972, p. 8.

K Pradip N. Khandwalla, The Design of Organization, cit., p. 224.

y Richard A. Johnson, Fremont E. Kast e James E. Rosenzweig, "Designing Management Systems", in

Management Systems, Peter P. Schoderbeck, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1968, p. 113.

unidos por alguma forma de interação ou interdependência. Qualquer conjunto de partes

unidas entre si pode ser considerado um sistema, desde que as relações entre as partes e o

comportamento do todo seja o foco de atenção. Um conjunto de partículas que se atraem

mutuamente (como o sistema solar), ou um grupo de pessoas em uma organização, uma rede

industrial, um circuito elétrico, um computador ou um ser vivo podem ser visualizados como

sistemas.

Realmente, é difícil dizer onde começa e onde termina determinado sistema. Os limites

(fronteiras) entre o sistema e o seu ambiente admitem certa arbitrariedade. O próprio uni-

verso parece estar formado de múltiplos sistemas que se interpenetram. É possível passar de

um sistema para outro que o abrange, como também passar para uma versão menor e nele

contida.

Da definição de Bertalanffy, segundo a qual o sistema é um conjunto de unidades

reciprocamente relacionadas, decorrem dois conceitos: o de propósito (ou objetivo) e o de

globalismo (ou totalidade). Esses dois conceitos retratam duas características básicas em um

sistema. As demais características dadas a seguir são derivadas desses dois conceitos.

a) Propósito ou objetivo: todo sistema tem um ou alguns propósitos ou objetivos. As unidades ou elementos

(ou objetos), bem como os relacionamentos, definem um arranjo que visa sempre a um objetivo a alcançar.

b) Globalismo ou totalidade: todo sistema tem uma natureza orgânica, pela qual uma ação que produza

mudança em uma das unidades do sistema, com muita probabilidade deverá produzir mudanças em todas

as outras unidades deste. Em outros termos, qualquer estímulo em qualquer unidade do sistema

afetará todas as demais unidades, devido ao relacionamento existente entre elas. O efeito total dessas mu-

danças ou alterações se apresentará como um ajustamento de todo o sistema. O sistema sempre reagirá

globalmente a qualquer estímulo produzido em qualquer parte ou unidade. Há uma relação de causa-e-

efeito entre as diferentes partes do sistema. Assim, o sistema sofre mudanças e o ajustamento sistemático

é contínuo. Das mudanças e dos ajustamentos contínuos do sistema decorrem dois fenômenos: o da

entropia e o da homeostasia.

c) Entropia é a tendência que os sistemas têm para o desgaste, para a desintegração, para o afrouxamento

dos padrões e para um aumento da aleatoriedade. À medida que a entropia aumenta, os sistemas se

decompõem em estados mais simples. A segunda lei da termodinâmica explica que a entropia nos sistemas aumenta com o correr do tempo, como já vimos no capítulo sobre Cibernética.

À medida que aumenta a informação, diminui a entropia, pois a informação é a base da configuração e da ordem. Se, por falta de comunicação ou por ignorância, os padrões de autoridade, as funções, a hierarquia etc, de uma organização formal passam a ser gradativamente abandonados, a entropia aumenta e a organização vai se reduzindo a formas gradativamente mais simples e rudimentares de indivíduos e de grupos. Daí o conceito de negentropia, ou seja, a informação como meio ou instrumento de ordenação do sistema ".

d) Homeostasia: é o equilíbrio dinâmico entre as partes do sistema. Os sistemas têm uma tendência a se adaptarem a fim de alcançarem um equilíbrio interno em face das mudanças externas do meio ambiente.

A definição de um sistema depende do interesse da pessoa que pretenda analisá-lo.

Uma organização, por exemplo, poderá ser entendida como um sistema ou subsistema ou ainda supersistema dependendo da análise que se queira fazer: que o sistema tenha um grau de autonomia maior do que o subsistema e menor do que o supersistema. É, portanto, uma questão de abordagem. Assim, um departamento pode ser visualizado como um sistema, composto de vários subsistemas (seções ou setores) e integrado em um supersistema (a em-

o Ludwig von Bertalanffy, Teoria Geral dos Sistemas, cit.

James G. Miller, "Living Systems: Basic Concepts", Behavioral Science, 10 jul.1965, p.196.

TEORIA DE SISTEMAS

presa), como também pode ser visualizado como um subsistema composto por outros subsistemas.

temas (seções ou setores), pertencendo a um sistema (a empresa) que está integrado em um

supersistema (o mercado ou a comunidade). Tudo depende da forma da abordagem.

O sistema total é aquele representado por todos os componentes e relações necessários

à realização de um objetivo, dado um certo número de restrições. O objetivo do sistema total

define a finalidade para a qual foram ordenados todos os componentes e relações do sistema.

ma, enquanto as restrições do sistema são as limitações introduzidas em sua operação, que

definem os limites (fronteiras) do sistema e possibilitam explicitar as condições sob as quais

ele deve operar.

O termo sistema é geralmente empregado no sentido de sistema total. Os componentes

necessários à operação de um sistema total são chamados subsistemas que, por sua vez, são

formados pela reunião de novos subsistemas, mais detalhados. Assim, tanto a hierarquia dos

sistemas como o número dos subsistemas dependem da complexidade intrínseca do sistema

total. Os sistemas podem operar simultaneamente, em série ou em paralelo. Não há sistemas

fora de um meio específico (ambiente) : os sistemas existem em um meio e são por ele condi-

cionados. Meio (ambiente) é o conjunto de todos os objetos que, dentro de um limite especí-

fico, possam ter alguma influência sobre a operação do sistema. Os limites (fronteiras) são a

condição ambiental dentro da qual o sistema deve operar.

2. Tipos de Sistemas

Há uma grande variedade de sistemas e uma ampla gama de tipologias para classificá-los, de

acordo com certas características básicas.

a) Quanto à sua constituição, os sistemas podem ser físicos ou abstratos:

a) sistemas físicos ou concretos, quando compostos de equipamentos de maquinaria e de objetos e coisas

reais. Em suma, quando compostos de "hardware". Podem ser descritos em termos quantitativos de

desempenho;

b) sistemas abstratos, quando compostos de conceitos, planos, hipóteses e idéias. Aqui, os símbolos repre-

sentam atributos e objetos, que muitas vezes só existem no pensamento das

pessoas. Em suma, quando
compostos de "software".

Na realidade, em certos casos, o sistema físico (hardware) opera em
conjunção com o
sistema abstrato (software). É o exemplo de uma escola com suas salas de aulas,
carteiras,
lousas, iluminação etc. (sistema físico) para desenvolver um programa de
educação (sistema
abstrato); ou um centro de processamento de dados, onde o equipamento e
circuitos proces-
sam programas de instruções ao computador.

Stanford L. Optner, A Análise de Sistemas Empresariais, Rio de Janeiro, Ao
Livro Técnico, 1971.

3 "Hardware" termo da linguagem dos computadores e da literatura
científica. Não é traduzível. Significa !
a totalidade dos componentes físicos de um sistema. Pode ser utilizado mais
restritivamente para significar o equi-
pamento, em oposição a "só, software".
"Software": termo também não traduzível, significa um conjunto de
programas e instruções. Pode ser
utilizado mais restritivamente para significar manejo.

b) Quanto à sua natureza, os sistemas podem ser fechados ou abertos

a) **Sistemas fechados:** são os sistemas que não apresentam intercâmbio com o meio ambiente que os circunda, pois são herméticos a qualquer influência ambiental. Sendo assim, os sistemas fechados não recebem nenhuma influência do ambiente e, por outro lado, também não influenciam o ambiente. Não recebem nenhum recurso externo e nada produzem que seja enviado para fora. A rigor, não existem sistemas fechados, na acepção exata do termo. Os autores têm dado o nome de sistemas fechados àqueles sistemas cujo comportamento é totalmente determinístico e programado e que operam com muito pequeno intercâmbio de matéria e energia com o meio ambiente. Também o termo é utilizado para os sistemas completamente estruturados, onde os elementos e relações combinam-se de uma maneira peculiar e rígida produzindo uma saída invariável. São os chamados sistemas mecânicos, como as máquinas.

b) **Sistemas abertos:** são os sistemas que apresentam relações de intercâmbio com o ambiente, através de entradas e de saídas. Os sistemas abertos trocam matéria e energia regularmente com o meio ambiente.

São eminentemente adaptativos, isto é, para sobreviverem devem reajustar-se constantemente às condições do meio. Mantêm um jogo recíproco com as forças do ambiente e a qualidade de sua estrutura é otimizada quando o conjunto de elementos do sistema se organiza, aproximando-se de uma operação adaptativa. A adaptabilidade é um contínuo processo de aprendizagem e de auto-organização.

Os sistemas abertos não podem viver em isolamento. Os sistemas fechados - isto é, os sistemas que estão isolados de seu meio ambiente - cumprem o segundo princípio da termodinâmica que diz que "uma certa quantidade, chamada entropia, tende a aumentar a um máximo"¹⁵. A conclusão é que existe uma "tendência geral dos eventos na natureza física em direção a um estado de máxima desordem". Porém, um sistema aberto "mantém a si próprio, em um contínuo fluxo de entrada e saída, uma manutenção e sustentação dos componentes, nunca estando ao longo de sua vida em um estado de equilíbrio químico e termodinâmico, obtido através de um estado firme, chamado homeostasia". Os sistemas abertos, portanto, "evitam o aumento da entropia e podem desenvolver-se em direção a um estado de crescente ordem e organização" (entropia negativa). Através da interação ambiental, os sistemas abertos "restauram sua própria energia e reparam perdas em sua própria organização".

O conceito de sistema aberto pode ser aplicado a diversos níveis de abordagem: ao nível

do indivíduo, ao nível do grupo, ao nível da organização e ao nível da sociedade, indo desde um microssistema até um supra-sistema. Em termos mais amplos, vai da célula ao universo.

Ambiente I Y " " " " y ou I ll " " " " I) Ambiente

MODELO GENÉRICO DE SISTEMA ABERTO

PARÂMETROS DOS SISTEMAS

O sistema é um processo em marcha. Para Optner, qualquer coisa que esteja em movimento ou que mude de estado, em um processo, pode ser considerado um sistema. Essa definição é

5 Stanford L. Optner, A Análise de Sistemas Empresariais, cit

TEORIA DE SISTEMAS

carretà, mas incompleta, porquanto existem sistemas (como o telefônico, de radiocomunicação etc.) que carecem de movimento no sentido convencional. Assim, Optner salienta que uma definição mais geral consideraria o sistema como um conjunto de elementos que possui uma série de relações com seus atributos.

Além dos elementos (ou partes ou objetos), o sistema se caracteriza pelas relações entre

eles. As relações são os laços que ligam os elementos (ou objetos) entre si.

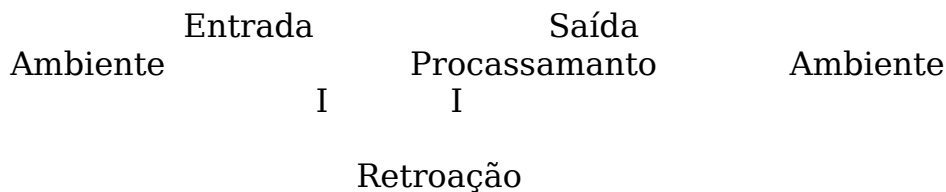
O sistema se caracteriza por determinados parâmetros. Parâmetros são constantes

arbitrárias que caracterizam, por suas propriedades, o valor e a descrição dimensional de um ?

sistema específico ou de Vm componente do sistema.

Os parâmetros dos sistemas são:

- entrada ou insumo ("input");
- processamento ou transformador ("throughput");
- saída ou resultado ou produto ("output");
- retroação ou retroalimentação ou retroinformação ("feedback");
- ambiente ("environment").



1. Entrada ou insumo ou impulso ("input") é a força de arranque ou de partida do sistema, no dizer de Optner, que fornece o material ou energia para a operação do sistema.
2. Saída ou produto ou resultado ("output") é a finalidade para a qual se reuniram elementos e relações do sistema. Os resultados de um processo são as saídas. Estas devem ser congruentes (coerentes) com o objetivo do sistema. Os resultados dos sistemas são finais (conclusivos), enquanto os resultados dos subsistemas são intermediários.
3. Processamento ou processador ou transformador ("throughput") é o fenômeno que produz mudanças, é o mecanismo de conversão das entradas em saídas ou resultados. O processador caracteriza a ação dos sistemas e define-se pela totalidade dos elementos (tanto elementos como relações) empenhados na produção de um resultado. O processador é geralmente representado pela caixa negra: nela entram os insumos.

mos e dela saem coisas diferentes, que são os produtos. Quando temos poucas infor-
mações sobre o processador, podemos fazer certas inferências a partir de observa-
ções controladas: controlamos determinados insumos e observamos os resultados
decorrentes até obtermos um número suficiente de possibilidades e de combinações
que nos permitam concluir sobre o que é e o que faz. Geralmente quando estudamos
sistemas em atividade, os detalhes sobre o mecanismo processador poueo interes-
sam, a não ser quando tragam informações que os esclareçam. A exploração deta-

lhada da caixa negra é feita através de informações e definições comportamentais e operacionais. Quando temos diagramas de séries de caixas negras, podemos indicar relações de causa-e-efeito, para melhor análise dos detalhes. Podemos também sintetizar essas séries de processamento relacionadas entre si, reduzindo-as a uma ou poucas caixas negras.

4. Retroação ou retroalimentação ou retroinformação ("feedback") ou alimentação de retorno é a função de sistema que visa comparar a saída com um critério ou padrão previamente estabelecido. A retroação tem por objetivo o controle, ou seja, o estado de um sistema sujeito a um monitor (monitorial). Monitor é um termo que compreende uma função de guia e de direção. Assim, a retroação é um subsistema planejado para "sentir" a saída (registrando sua intensidade ou qualidade) e, conseqüentemente, compará-la com um padrão ou critério preestabelecido, mantendo-a controlada dentro daquele padrão ou critério. Os desvios da saída em relação ao planejado, projetado ou esperado devem ser medidos através de meios previamente programados. A retroação visa manter ou aperfeiçoar o desempenho do processo fazendo com que seu resultado esteja sempre adequado ao padrão ou critério escolhido. Diz-se que há um estado de controle quando as operações dos subsistemas são mantidas mediante a correção das diferenças entre a saída (resultados, produtos) e os critérios (especificações prévias, limites de segurança, tolerância).

5. Ambiente: é o meio que envolve externamente o sistema. O sistema aberto recebe entradas (inputs) do ambiente, processa-as e efetua saídas (outputs) novamente ao ambiente, de tal forma que existe entre ambos - sistema e ambiente - uma constante interação. O sistema e o ambiente encontram-se pois inter-relacionados e interdependentes. O sistema recebe influências do ambiente através da entrada e efetua influências sobre o ambiente através da saída. Todavia, à medida que ocorrem estas influências, a própria influência do sistema sobre o ambiente retorna ao sistema através da retroação (feedback). Para que o sistema seja viável e sobreviva, ele deve adaptar-se ao ambiente através de uma constante interação. Assim, a

viabilida-

de ou sobrevivência de um sistema depende de sua capacidade de adaptar-se, mudar e responder às exigências e demandas do ambiente externo. O ambiente serve como uma fonte de energia, materiais e informações ao sistema. Como o ambiente está continuamente mudando, o processo de adaptação do sistema é um processo dinâmico e sensitivo. Esta abordagem "ecológica" é importante para a compreensão do funcionamento do sistema aberto. Se bem que o ambiente possa ser um recurso para o sistema, ele também pode ser uma ameaça à sua sobrevivência.

O SISTEMA ABERTO

O sistema aberto mantém um intercâmbio de transações com o ambiente. Bertalanffy interessou-se principalmente pelos sistemas de circuito aberto, no caso o organismo vivo, que se mantém constantemente no mesmo estado (auto-regulação), apesar da matéria e energia que o integram se renovarem constantemente (equilíbrio dinâmico ou

homeostase). O organismo humano, por exemplo, não pode ser considerado uma mera

mera coleção de elementos separados, mas um sistema definido que possui integridade e organi-

zação. Assim, o sistema aberto, como o organismo, é influenciado pelo meio ambiente e

influi sobre ele, alcançando um estado de equilíbrio dinâmico nesse meio. O modelo de siste-

ma aberto é sempre um complexo de elementos em interação e em intercâmbio contínuo com

o ambiente. Dentro desse novo posicionamento, a abordagem sistêmica teve profundas reper-

cussões na teoria administrativa.

A categoria mais importante dos sistemas abertos são os sistemas vivos. Muitos autores

fazem analogias entre a empresa e os organismos vivos, salientando que a empresa cresce em

tamanho pelo acréscimo de partes e ela gera coisas e as processa em produtos ou serviços.

, 8

Nesse processo há uma entrada e uma saída e um processo intermediário necessário à vida. A

empresa reage ao seu ambiente (ajustando-se e adaptando-se a ele para sobreviver e muda

seus mercados, produtos, técnicas e estrutura. Pode até reproduzir-se em empresas subsi-

diárias.

Existem diferenças fundamentais entre os sistemas abertos (como os sistemas biológi-

cos e sociais, a saber a célula, a planta o homem, a organização, a sociedade), e os sistemas

fechados (como os sistemas físicos, a saber, as máquinas, o relógio, o erro 6

t fechado) :

1. "o sistema aberto está em constante interação dual com o ambiente. Dual no sentido de que o influencia e

é por ele influenciado; atua, pois, a um tempo, como variável independente e como variável dependente

do ambiente. O sistema fechado não interage com o ambiente;

2. o sistema aberto tem capacidade de crescimento, mudança, adaptação ao ambiente e até auto-reprodução

naturalmente, sob certas condições ambientais. O sistema fechado não tem essa capacidade. Portanto, o

estado atual e final ou futuro do sistema aberto não é, necessária nem rigidamente, condicionado por seu

estado original ou inicial. Isso porque o sistema aberto tem reversibilidade. Per contra, o estado atual e

futuro ou final do sistema fechado será sempre o seu estado original ou inicial;

3. é contingência do sistema aberto competir com outros sistemas, o que não ocorre com o sistema fechado".

Tal como os organismos vivos, as empresas têm seis funções primárias ou principais

que mantêm estreita relação entre si, mas que podem ser estudadas individualmente, a saber :

- a) Ingestão: As empresas fazem ou compram materiais para processá-los de alguma maneira. As empresas adquirem dinheiro, máquinas e pessoas do ambiente no sentido de assistirem outras funções, exatamente como os organismos vivos (animais e plantas) ingerem alimentos, água e ar para suprirem outras funções e manterem sua fonte de energia.
- b) Processamento: No animal a comida é ingerida e processada pelo organismo e transformada em energia e em suprimento das células orgânicas. Na empresa, a produção é equivalente a esse ciclo animal. Os materiais são processados (com rejeição de refugos), havendo certa relação entre a entrada e a saída no qual o excesso é o equivalente à energia necessária à sobrevivência da empresa. A venda é o estágio final do processamento.
- c) Reação ao ambiente: O animal reage a mudanças ambientais e, para sobreviver, deve adaptar-se à mudança ajustando-se, ou deve fugir, ou então deve atacar. Essas reações podem variar de acordo com as situações específicas. Também a empresa reage ao seu ambiente, mudando seus materiais, consumidores, empregados e recursos financeiros. As alterações podem se efetuar no produto, no processo ou na estrutura.

6 Kleber T. Nascimento, "A Revolução Conceptual da Administração: Implicações para a Formulação dos Papéis e Funções Essenciais de um Executivo", Revista de Administração Pública, vol. 6, nº 2, p. 33, abr./jun. 1972.

T. T. Paterson, Management Theory, London, Business Publications. Ltda., 1979.

- d) Suprimento das partes: As várias partes do organismo vivo podem ser supridas com materiais, exatamente como o sistema sanguíneo abastece de alimento as partes do corpo humano. Os participantes da empresa são supridos, não só do significado de suas funções, mas também são supridos de dados de compras, produção, vendas ou contabilidade, e são recompensados principalmente sob a forma de salários e de benefícios. O dinheiro é muitas vezes considerado o sangue da empresa.
- e) Regeneração das partes: As partes do organismo vivo perdem sua eficiência, adoecem ou morrem, por uma série de causas, e devem ser regeneradas ou recolocadas no sentido de sobreviverem no conjunto. Os membros da empresa também podem adoecer, podem se aposentar ou se desligar da firma ou então morrer. As máquinas podem se tornar obsoletas. Ambos, homens e máquinas, devem ser mantidos ou recolocados - daí as funções de pessoal e de manutenção.
- f) Organização: A organização das cinco funções descritas é uma função que requer um sistema de comunicações para o controle e tomada de decisões. É o caso de animais que exigem cuidados na adaptação. A organização necessita de um sistema nervoso central, pois as várias funções de produção, compras, comercialização, recompensas e manutenção devem ser coordenadas. Isto é obtido pela administração e envolve problemas de controle, tomadas de decisão, planejamento e, às vezes, de reprodução, no sentido de adaptá-la ao ambiente. Num ambiente de constantes mudanças, a previsão, o planejamento, a pesquisa e desenvolvimento são aspectos necessários para a administração assegurar o ajustamento.

Sistemas Vivos (organismos)	Sistemas Organizados (organizações)
Nascem, herdam seus traços estruturais. São organizados, adquirem sua estrutura em estágios.	
Morrem, seu tempo de vida é limitado. Podem ser reorganizados, teoricamente têm uma vida ilimitada, podem ser ressurgidas.	
Têm um ciclo de vida predeterminado. Não têm ciclo de vida definido.	
São concretos - o sistema pode ser descrito em termos físicos e químicos.	São abstratos - o sistema pode ser descrito em termos psicológicos e sociológicos.
! São completos - parasitismo e simbiose são exceções - dependem de cooperação com outros organismos - suas partes componentes são sempre intercambiáveis e geralmente distribuíveis.	São incompletos -

Doença é definida como um distúrbio no processo
como um desvio nas normas
vital.

Problema é definido
sociais.

SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE SISTEMAS VIVOS E ORGANIZADOS

Fonte: Eric Rhénman, Organization Theory for Long-Range Planning, London, John Wiley & Sons Ltd., 1973, p. 12.

A descrição de sistema aberto é exatamente aplicável a uma organização empresarial.

Uma empresa é um sistema criado pelo homem e mantém uma dinâmica
interação com o seu

meio ambiente, sejam os clientes, os fornecedores, os concorrentes, as entidades
sindicais, os

órgãos governamentais e muitos outros agentes externos. Influencia sobre o meio
ambiente e

recebe influências dele. Além disso, é um sistema integrado por diversas partes
relacionadas

entre si, que trabalham em harmonia umas com as outras, com a finalidade de
alcançar uma

série de objetivos, tanto da organização como de seus participantes.

Em suma, o sistema aberto "pode ser compreendido como um conjunto de
partes em

constante interação (o que ressalta a característica de interdependência das
partes) consti-

TEORIA DE SISTEMAS

tuindo um todo sinérgico (o todo é maior do que a soma das partes), orientado para determinados propósitos (com um comportamento teleológico, orientado, portanto, para fins) e em permanente relação de interdependência com o ambiente externo (essa interdependência há de ser entendida como a dupla capacidade de influenciar o meio externo e ser por ele influenciado)".

A ORGANIZAÇÃO COMO UM SISTEMA ABERTO

A idéia de se tratar a organização como um sistema aberto não é nova. Herbert Spencer já afirmava na virada deste século:

"Um organismo social assemelha-se a um organismo individual nos seguintes traços essenciais:

- no crescimento;
- no fato de se tornar mais complexo à medida que cresce;
- no fato de que, tornando-se mais complexo, suas partes exigem uma crescente interdependência;
- porque sua vida tem imensa extensão comparada com a vida de suas unidades componentes... "
- porque em ambos os casos há crescente integração acompanhada por crescente heterogeneidade

Segundo terminologia da Teoria Estruturalista, Taylor, Fayol e Weber utilizaram o

modelo racional, isto é, abordaram as organizações dentro de uma perspectiva de sistema

fechado. Os sistemas são fechados quando eles são isolados das influências das variáveis

externas e quando são determinísticos ao invés de probabilísticos. Um sistema determinístico

é aquele em que uma mudança específica em uma de suas variáveis produzirá um resultado

particular com certeza. Assim, o sistema requer que todas as variáveis sejam conhecidas e

controláveis (ou previsíveis). Visualizando-se as organizações desta maneira, pode-se argu-

mentar - como fazia Fayol - que a eficácia organizacional sempre prevalecerá se as variá-

veis organizacionais forem controladas dentro de certos limites conhecidos, isto é, se a admi-

nistração seguir um conjunto de regras que são determinadas para manter relações desejadas

entre as várias partes da organização.

Características das Organizações como Sistemas Abertos

As organizações possuem todas as características dos sistemas abertos, já anteriormente definidas em parte. Antes de introduzirmos o leitor em modelos mais sofisticados de organizações, torna-se premente alinhar algumas características básicas das organizações. As demais serão discutidas ao longo da apresentação dos modelos, ainda neste capítulo.

s Kleber T. Nascimento, "A Revolução Conceptual...", Revista de Administração Pública. cit.. p. 34.

9 Herbert Spencer; Autobiography, New York, 1904, vol. II, p. 56.

I. Comportamento Probabilístico e Não-Determinístico das Organizações

As organizações, como todos os sistemas sociais, são sistemas abertos, afetados por mudanças, em seus ambientes, denominadas variáveis externas. O ambiente é potencialmente sem fronteiras e inclui variáveis desconhecidas e incontroladas. Por outro lado, as consequências dos sistemas sociais são probabilísticas e não-determinísticas. O comportamento humano nunca é totalmente previsível. As pessoas são complexas, respondendo a muitas variáveis, que não são totalmente compreensíveis, incluindo aquelas que pertencem ao autocontrole. Por estas razões, a Administração não pode esperar que consumidores, fornecedores, agências reguladoras e outros tenham um comportamento previsível²⁰.

2. As Organizações como Partes de uma Sociedade Maior e Constituídas de Partes Menores

As organizações são vistas como sistemas dentro de sistemas. Os sistemas são "complexos de elementos colocados em interação"²¹. A focalização é estabelecida mais sobre as relações entre os elementos interagentes. Essa interação entre os elementos produz um todo que não pode ser compreendido pela simples investigação das várias partes tomadas isoladamente.

Talcott Parsons preocupa-se constantemente com a visão global, com a integração.

Nesse sentido, é considerado um precursor da teoria dos sistemas. Salienta que "aquilo que do ponto de vista da organização é sua meta específica, constitui, do ponto de vista do sistema maior, do qual representa parte diferenciada ou mesmo um subsistema, uma função especializada ou diferenciada. Esta relação constitui o vínculo básico entre uma organização e o sistema maior de que é parte e proporciona uma base para a classificação dos tipos de organização"²².

Parsons adota como ponto de partida o tratamento da organização como um sistema social, dentro da seguinte abordagem²³:

1. a organização deve ser abordada como um sistema caracterizado por todas as propriedades essenciais a qualquer sistema social;
2. a organização deve ser abordada como um subsistema funcionalmente diferenciado de um sistema social maior. Os outros subsistemas de um sistema maior compõem a

situação ou ambiente em que opera a

organização;

3. a organização deve ser analisada como um tipo especial de sistema social, organizado em torno da primazia de interesses pela consecução de determinado tipo de meta sistêmica. Alguns de seus aspectos especiais serão originados da primazia de metas em geral enquanto outros aspectos serão originados da primazia de determinado tipo de meta;

4. as características da organização devem ser definidas pela espécie de situação em que precisa operar, e que consistirá nas relações que prevalecem entre ela e os outros subsistemas especializados. componentes do

z George F. Wieland e Robert A. Ullrich, *Organizations, Behavior, Design and Change*, Homewood, Ill.,

Richard D. Irwin, Inc., 1976, p. 7.

2 Ludwig von Bertalanffy, *General System Theory*, cit., p. 33.

zz Talcott Parsons, *Suggestions for a Sociological Approach of the Theory of Organizations*, Chicago, Aldine Publish., 1959, p. 45.

z3 Talcott Parsons, *Suggestions for a Sociological Approach of the Theory of Organizations*, cit., pp. 45 e 46.

sistema maior do qual é parte. Este último poderá ser considerado - para determinados fins - como sendo uma sociedade.

A organização é um sistema social com partes independentes e inter-relacionadas.

Como um sistema, ela está continuamente submetida a uma mudança dinâmica, requerendo

um balanço. Cada organização é imbuída dos valores dominantes do seu ambiente. Mas, ao

mesmo tempo, os membros ultrapassam ativamente seus ambientes externos e podem afetar

apreciavelmente a estrutura social e cultural. Os membros de uma organização de trabalho

são simultaneamente membros de muitos outros grupos, competindo entre si ou mantendo

relações complementares. Sua posição de poder dentro das organizações depende muito de

suas relações com tais grupos.

3. Interdependência das Partes

"O sistema organizacional compartilha com os sistemas biológicos a propriedade de uma

intensa interdependência de suas partes, de modo que uma mudança em uma das partes provoca

um impacto sobre as outras." Uma organização não é um sistema mecânico, no qual

uma das partes pode ser mudada sem um efeito concomitante sobre as outras partes. Em

face à diferenciação das partes provocada pela divisão do trabalho, as partes precisam ser

coordenadas através de meios de integração e de controle.

As interações internas e externas do sistema refletem diferentes escalões de controle e

de autonomia. Uma variedade de subsistemas deve cumprir a função do sistema e as suas

atividades devem ser coordenadas. Essa coordenação se assemelha com "as hierarquias nos

sistemas vivos, cada nível tem uma certa autonomia e até um certo grau ele é controlado por

níveis que estão acima e abaixo dele.

4. Homeostase ou 'Estado Firme'

A organização pode alcançar um "estado firme" somente quando ocorrerem dois requisitos

a unidirecionalidade e o progresso.

a) Unidirecionalidade ou constância de direção: isto é, apesar das mudanças do ambiente ou da empresa, os

mesmos resultados ou condições focais são atingidos. Através de outros

meios, o sistema continua orientado para o mesmo fim.

b) Progresso com respeito ao fim, isto é, o sistema mantém, em relação ao fim desejado um grau de progresso que está dentro dos limites definidos como toleráveis: O grau de progresso pode ser melhorado quando a empresa alcança a condição focal com menor esforço, com maior precisão para um esforço relativamente não maior e sob condições de grande variabilidade.

4 Gertrude M. Gross, As Empresas e sua Administração. Um Enfoque Sistêmico, Petrópolis, Ed. Vozes, 1973, p. 135.

5 Paul R. Lawrence e Jay W. Lorsch, Desenvolvimento Organizacional: Diagnóstico e Ação, cil., pp. 9 e 10.

6 James G. Miller, "Living Systems: Basic Concepts", Behaviorol Science, vol.10, pp.193 a 237 e 229, jul.

7 F. E. Emery, Systems Thinking, cil., p. 9.

Dados estes dois requisitos - unidirecionalidade e progresso -, a tarefa da Administração é governada pela necessidade de correlacionar constantemente as capacidades atuais e potenciais da empresa com os requisitos atuais e potenciais do ambiente. Só dessa maneira pode e habilitar a empresa a alcançar um "estado firme".

Um "estado firme" de um sistema não pode ser alcançado apenas por alguma combinação finita de dispositivos regulatórios ou mecanismos que são acionados para alcançar um estado firme para algum aspecto parcial do problema (como grau de insumo/resultado, mudança organizacional interna ou contato ambiental). Na organização humana, os dois requisitos para um estado firme - a unidirecionalidade e o progresso - podem ser alcançados apenas por liderança e comprometimento. Em segundo lugar, os membros de uma organização devem estar comprometidos com o estado final que eles devem alcançar mesmo sobrevindo emergência ou exigências de maiores esforços. A regra básica de um sistema aberto é a auto-regulação - regulação intrínseca que emerge da própria natureza das partes que constituem o sistema.

5. Fronteiras ou Limites

É a linha que serve para demarcar o que está dentro e o que está fora do sistema. Nem sempre a fronteira de um sistema existe fisicamente. Uma definição operacional de fronteira, por exemplo, consiste em uma linha fechada ao redor de variáveis selecionadas entre aquelas que tenham maior intercâmbio (de energia, informação etc.) com o sistema. Os sistemas sociais, por exemplo, podem ter fronteiras que se superpõem. É o caso de um indivíduo X ser membro de duas organizações, concomitantemente: o sistema A e o sistema B. As organizações têm fronteiras que as diferenciam dos ambientes. As fronteiras variam quanto ao grau de permeabilidade. As fronteiras são linhas de demarcação que podem deixar passar maior ou menor intercâmbio com o ambiente. As transações entre organização e ambiente são geralmente feitas por elementos situados nas fronteiras organizacionais, isto é,

Sistema A

```

x x x x x x x x | x \ x x x x x x
! x x x x x x x | x x x x ; x x x | x
i , ,

```

1

x x x x x x , x x x x x x x I x x
x x x x x x x x I x x x x ` x x x x
x x x x x x x x I x x x x x ! x x x
x x x x x x x I x x x x x I x x x x
x x x x x x x x x x x x I x x x x

Sistema B .

xlxtxlx x xlxlxlx x x xlx x x x

x x x x x x I x I x x x x x x x x

ICUSTRAÇÃO DE SUPERPOSIÇÃO DE FRONTEIRAS

Fonte: J. Eugene Haas e Thomas E. Drabek, Complex Organizations: A
Sociological Perspective, New York,
The Macmillan Company, 1973. p. 17.

TEORIA DE SISTEMAS

na periferia da organização. A permeabilidade das fronteiras definirá o grau de abertura do sistema em relação ao ambiente:

Para Perrow, as organizações são "entidades estáveis, duradouras, com limites bem precisos e características bem marcadas que as distinguem de tudo o mais ao redor. As organizações têm um local, um endereço, enfim, e os indivíduos são parte delas. Trabalham lá durante certo tempo, diariamente, e depois voltam para casa. A organização existe nos fins de semana e durante as férias, mesmo quando não está presente a força de trabalho. Enfim, ela parece estar separada de tudo o mais, no mundo". Porém, continua Perrow, as organizações são uma casa aberta: "os que por ela transitam têm consigo sinais muito fortes do mundo de fora; é como se trouxessem os pés cheios de lama da rua, ao entrarem em casa. Além disso, as janelas e portas estão sempre abertas, porque a organização industrializa a matéria-prima, que entra por uma porta, é trabalhada, e sai pela outra. Este processo exige ainda outras portas e janelas para entrada de maquinário, 'know-how' etc."

6. Morfogênese

O sistema organizacional, diferentemente dos sistemas mecânicos e mesmo dos sistemas biológicos, tem a capacidade de modificar a si próprio de maneiras estruturais básicas: é a propriedade morfogênica das organizações, considerada por Buckley²⁹ como a principal característica identificadora das organizações. Uma máquina não pode mudar suas engrenagens e um animal não pode criar uma cabeça a mais. Porém, a organização pode modificar sua constituição e estrutura por um processo cibernético, através do qual os seus membros comparam os resultados desejados com os resultados obtidos e passam a detectar os erros que devem ser corrigidos, para modificar a situação.

MODELOS DE ORGANIZAÇÕES

Ao analisar alguns dos vários modelos de organização que veremos neste capítulo, Schein³⁰ propõe uma relação de aspectos que uma teoria de si temas deveria considerar na definição de organização, a saber:

1. A organização deve ser considerada um sistema aberto, em constante interação com o meio, recebendo matéria-prima, pessoas, energia e informações e transformando-as ou convertendo-as em produtos e serviços que são exportados para o meio ambiente.
2. A organização deve ser concebida como um sistema com objetivos ou funções múltiplas, que envolvem interações múltiplas com o meio ambiente.
3. A organização deve ser visualizada como consistindo em muitos subsistemas que estão em interação dinâmica.

29 Charles Perrow, *Análise Organizacional: Um Enfoque Sociológico*, cit., pp. 79 e 80.

30 Charles Perrow, *Análise Organizacional: Um Enfoque Sociológico*, cit., p. 80.

31 Walter Buckley, *A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas*, São Paulo, Ed. Cultrix, 1974, pp. 92 a 102.

32 Edgar H. Schein, *Organizational Psychology*, cit., p: 95.

micamente uns com os outros. Deve-se analisar o comportamento de tais subsistemas ao invés de se analisarem

simplesmente os fenômenos organizacionais em função de comportamentos individuais.

4. Uma vez que os subsistemas são mutuamente dependentes, as mudanças ocorridas em um deles provavelmente

afetarão o comportamento de outro ou dos outros.

5. A organização existe em um ambiente dinâmico que compreende outros sistemas. O funcionamento de

determinada organização não pode ser compreendido sem consideração explícita das demandas e limita-

ções impostas pelo meio ambiente.

6. Os múltiplos elos entre a organização e o seu meio ambiente tornam difícil a clara explicação das fronteiras

de qualquer organização.

Determinemos, a seguir, na análise e discussão de dois modelos de organização, a

saber :

- Modelo de Katz e Kahn.

- Modelo Sociotécnico de Tavistock.

Modelo de Katz e Kahn

Katz e Kahn desenvolveram um modelo de organização mais amplo e complexo através da

aplicação da Teoria dos Sistemas à teoria das organizações. Após compararem as possibilidades

de aplicação das principais correntes sociológicas e psicológicas na análise organizacional,

propõem aqueles autores que a teoria das organizações se liberte das restrições e limita-

ções das abordagens anteriores e utilize a Teoria Geral dos Sistemas.

Segundo o modelo proposto por ambos, a organização apresenta as seguintes características

típicas de um sistema aberto:

a) A Organização como um Sistema Aberto

Para Katz e Kahn, a organização como um sistema aberto apresenta as seguintes características:

1. Importação /entradas : A organização recebe insumos do ambiente e necessita de suprimentos renovados

de energia de outras instituições, ou de pessoas, ou do meio ambiente material. Nenhuma estrutura social

é auto-suficiente ou autocontida. !

2. Transformação (processamento) : Os sistemas abertos transformam a energia disponível. A organização

processa e transforma seus insumos em produtos acabados, mão-de-obra treinada, serviços etc. Essas

atividades acarretam alguma reorganização das entradas.

3. Exportação (saídas)' Os sistemas abertos exportam certos produtos para o meio ambiente.

4. Os sistemas como ciclos de eventos que se repetem "O funcionamento de qualquer sistema aberto con-

siste em ciclos recorrentes de importação-transformação-exportação. Destes três processos sistêmicos

básicos, a importação e a exportação são transações que envolvem o sistema e certos setores de seu

ambiente imediato; a transformação (processamento) é um processo contido dentro do próprio sis-

tema"³².

3 Daniel Katz e Robert L. Kahn, Psicologia Social das Organizações, cit., 1972, pp. 34-45

32 Daniel Katz e Robert L. Kahn, Psicologia Social das Organizações, cit., p. 508.

TEORIA DE SISTEMAS

Eventos

Tempo

O SISTEMA COMO CICLOS DE EVENTOS

5. Entropia negativa: A entropia é um processo pelo qual todas as formas organizadas tendem à exaustão, à desorganização, à desintegração e, no fim, à morte. Para sobreviver, os sistemas abertos precisam mover-se para deterem o processo entrópico e se reabastecerem de energia mantendo indefinidamente a sua estrutura organizacional. A esse processo reativo de obtenção de reservas de energia dá-se o nome de entropia negativa ou negentropia.
6. Informação como insumo, retroação negativa e processo de codificação: Os sistemas vivos recebem, como insumos, materiais contendo energia, que são transformados ou alterados pelo trabalho feito. Porém, recebem também entradas de caráter informativo, que proporcionam sinais à estrutura sobre o ambiente e sobre seu próprio funcionamento em relação a ele. O tipo mais simples de entrada de informação é a retroação negativa (negative feedback), que permite ao sistema corrigir seus desvios da linha certa. As partes do sistema enviam de volta informação sobre os efeitos de sua operação a algum mecanismo central ou subsistema, o qual atua sobre tal informação e mantém o sistema na direção correta. Quando a retroação negativa é interrompida, o estado firme do sistema desaparece, enquanto sua fronteira se desvanece, pois tal dispositivo permite que o sistema se mantenha no curso certo sem absorver excesso de energia ou gastá-la em demasia. Por outro lado, o processo de codificação permite ao sistema reagir seletivamente apenas em relação aos sinais de informação para os quais esteja sintonizado. A codificação é um sistema de seleção de entradas através do qual os materiais são rejeitados ou aceitos e traduzidos para a estrutura. A confusão do ambiente é simplificada em algumas categorias significativas e simplificadas para o sistema.
7. Estado firme e homeostase dinâmica: O sistema aberto procura manter uma certa constância no intercâmbio de energia importada e exportada do ambiente, assegurando o seu caráter organizacional e evitando o processo entrópico. Assim, os sistemas abertos se caracterizam por um estado firme: existe um influxo contínuo de energia do ambiente exterior e uma exportação contínua dos produtos do sistema, porém o quociente de intercâmbios de energia e as relações entre as partes

continuam os mesmos. O esta-

do firme é observado claramente no processo homeostático que regula a temperatura do corpo: as condi-

ções externas de temperatura e umidade podem variar, mas a temperatura do corpo permanece a mesma.

Porém, apesar de que a tendência mais simples do estado já seja a homeostase, o seu princípio básico

é a preservação do caráter do sistema: o equilíbrio quase-estacionário proposto por Lewin. Segundo este

conceito, os sistemas reagem à mudança ou antecipam-na por intermédio do crescimento que assimila as

novas entradas de energia na natureza de suas estruturas. Os altos e baixos desse ajustamento contínuo

nem sempre trazem o sistema de volta ao seu nível primitivo. Assim, os sistemas vivos apresentam um

crescimento ou expansão no qual maximizam seu caráter básico, importando mais energia do que a

necessária para a sua salda a fim de garantirem a sua sobrevivência e obterem alguma margem de segu-

rança além do nível imediato de existência.

8. Diferenciação: A organização, como todo sistema aberto, tende à diferenciação, isto é, à multiplicação e

à elaboração de funções, o que também traz multiplicação de papéis e diferenciação interna. Os

padrões difusos e globais são substituídos por funções mais especializadas, hierarquizadas e altamente

diferenciadas. A diferenciação é uma tendência para a elaboração de estrutura.

9. Equifinalidade Os sistemas abertos são caracterizados pelo princípio de equifinalidade: um sistema

pode alcançar, por uma variedade de caminhos, o mesmo estado final, partindo de diferentes condições

iniciais. À medida que os sistemas abertos desenvolvem mecanismos regulatórios (homeostase) para

regular suas operações, a quantidade de equifinalidade pode ser reduzida. Porém, a equifinalidade

permanece: existe mais de um modo de o sistema produzir um determinado resultado ou seja, existe mais de um método para a consecução de um objetivo. O estado estável do sistema pode ser atingido a partir de condições iniciais diferentes e através de meios diferentes.

,10. Limites ou fronteiras: Sendo um sistema aberto, a organização apresenta limites ou fronteiras, isto é, barreiras entre o sistema e o ambiente. Os limites ou fronteiras definem a esfera de ação do sistema, bem como o seu grau de abertura (receptividade de insumos) em relação ao ambiente.

b) As Organizações como Classe de Sistemas Sociais

As organizações constituem uma classe de sistemas sociais, os quais, por sua vez, constituem uma classe de sistemas abertos.

Como classes especiais de sistemas abertos as organizações têm propriedades que lhes são peculiares, mas compartilham de outras propriedades em comum com todos os sistemas abertos, como a entropia negativa, retroin Jormação, homeostase, diferenciação e eqiiifinalidade. Os sistemas abertos não se acham em repouso, mas tendem à elaboração e à diferen- cia ão, tanto devido à dinâmica de subsistemas como pela relação entre crescimento e sobre- vivência.

Todos os sistemas sociais, inclusive as organizações, consistem em atividades padroni- zadas de uma quantidade de indivíduos. Essas atividades padronizadas são complementares ou interdependentes em relação a alguma saída ou resultado comum. Elas são repetidas, relativamente duradouras e ligadas em espaço e tempo. A estabilidade ou recorrência de ati- vidades existe em relação à entrada de energia no sistema, em relação à transformação de energias dentro do sistema e em relação ao produto resultante ou saída de energia. Manter esta atividade padronizada requer renovação contínua do influxo de energia, o que, nos sis- temas sociais, é garantido pelo retorno de energia do produto ou resultado. O sistema aberto não se esgota porque pode importar energia do mundo que o rodeia: por isso, a operação da entropia é contrariada pela importa ão de energia e o sistema vivo se caracteriza mais pela entropia negativa do que positiva. É o que os autores chamam de negentropia.

c) Características de Primeira Ordem

Para Katz e Kahn, as características das organizações como sistemas sociais são

as seguintes³³:

Os sistemas sociais, ao contrário das demais estruturas básicas, não têm limitação de amplitude. As organizações sociais estão vinculadas a um mundo concreto de seres humanos, de recursos materiais, de fábricas e de outros artefatos, porém esses elementos não se encontram em qualquer interação natural entre si.

O sistema social é independente de qualquer parte física determinada, podendo alijá-la ou substituí-la.

O sistema social é a estruturação de eventos ou acontecimentos e não a estruturação de partes físicas.

Enquanto os sistemas físicos ou biológicos têm estruturas anatômicas que podem ser identificadas (como

os automóveis ou organismos), mesmo que não estejam em funcionamento, os sistemas sociais não podem

ser representados através de modelos físicos. Há uma enorme diferença entre a estrutura socialmente

planejada do sistema social e a estrutura física da máquina ou do organismo humano e do sistema físico ou biológico.

Daniel Katz e Robert L. Kahn, *Psicologia Social das Organizações*, cit., pp. 46

2. Os sistemas sociais necessitam de entradas de produção e de energia que sustentam o sistema; as entradas são processadas para proporcionar um resultado produtivo. Dentre as entradas

de

que atraem as pessoas para sistemas sociais e as mantêm funcionando dentro deles.

3. Os sistemas sociais têm sua natureza planejada, isto é, são sistemas essencialmente inventados, e tope o

homem e imperfeitos. Os sistemas sociais firmam-se em atitudes, percepções, crenças, motivações, hábitos e expectativas dos seres humanos. Apesar do giro (rotação) do pessoal, apresentam constância nos padrões de relações.

4. Os sistemas sociais apresentam maior variabilidade que os sistemas biológicos. Assim, os sistemas sociais

precisam utilizar forças de controle para reduzir a variabilidade e instabilidade das ações humanas, situando-as em padrões uniformes e dignos de confiança por parte do sistema social.

5. As funções, normas e valores como os principais componentes do sistema social: "As funções descrevem

formas específicas de comportamento associado a determinadas tarefas. Originalmente, as funções se

desenvolvem a partir dos requisitos da tarefa". Dentro da organização, "constituem formas padronizadas de comportamento, requeridas de todas as pessoas que desempenham

uma parte em dada relação funcional, sem que se considerem os desejos pessoais ou obrigações

interpessoais, que são irrelevantes a tal relação"³⁴.

"As normas são expectativas gerais com caráter de exigência, atingindo a todos os incumbidos de desempenho de função, em um sistema ou subsistema."³⁵

"Valores são as justificações e aspirações ideológicas mais generalizadas." Dessa maneira, os comportamentos de função dos membros, as normas que prescrevem e sancionam esses

comportamentos e os valores em que as normas se acham implantadas constituem as bases sociopsicológicas dos sistemas sociais,

fornecendo as bases para a sua integração.

6. As organizações sociais representam o desenvolvimento mais claro de um padrão de funções interligadas

que delineiam formas de atividades prescritas ou padronizadas. Constituem um sistema formalizado de

funções, onde "as regras que definem o comportamento independente esperado dos incumbidos de posi-

ções no sistema são explicitamente formuladas; e para a imposição das regras existem as sanções"³⁶.

7. O conceito de inclusão parcial: a organização utiliza apenas os conhecimentos e habilidades das pessoas

que lhe são importantes. Os demais aspectos das pessoas são simplesmente ignorados. Assim, a organização

nem requer, nem solicita a pessoa inteira. As pessoas pertencem a muitas organizações e um único

ambiente organizacional é capaz de obter o pleno empenho das suas personalidades. As pessoas se induem

apenas parcialmente nas organizações.

8. A organização em relação ao seu meio ambiente: o funcionamento organizacional deve ser estudado em relação às transações contínuas com o meio ambiente que a envolve. Essa relação envolve os conceitos de sistemas, subsistemas e supersistemas: "os sistemas sociais, como sistemas abertos, dependem de outros sistemas sociais; sua caracterização como subsistemas, sistemas ou supersistemas é relativa a seu grau de autonomia na execução de suas funções e aos interesses particulares do investigador. Do ponto de vista da sociedade, a organização é um subsistema de um ou mais sistemas maiores e sua vinculação ou integração com eles afeta seu modo de operação e seu nível de atividade"³.

d) Cultura e Clima Organizacionais

Lembram os autores que "toda organização cria sua própria cultura ou clima, com seus próprios tabus, costumes e usos. O clima ou cultura do sistema reflete tanto as normas e valores do sistema formal como sua reinterpretação no sistema informal; bem como reflete as pressões internas e externas dos tipos de pessoas que a organização atrai, de seus processos

34 Daniel Katz e Robert L. Kahn, *Psicologia Social das Organizações*, cit., pp. 53 e 54.

35 Daniel Katz e Robert L. Kahn, *Psicologia Social das Organizações*, cit., p. 54.

36 Daniel Katz e Robert L. Kahn, *Psicologia Social das Organizações*, cit., p. 67.

¹ Daniel Katz e Robert L. Kahn, *Psicologia Social das Organizações*, cit., p. 68.

de trabalho e distribuição física, das modalidades de comunicação e do exercício da autoridade dentro do sistema. Assim como a sociedade tem uma herança cultural, as organizações sociais possuem padrões distintivos de sentimentos e crenças coletivos, que são transmitidos aos novos membros do grupo"s.

e) Dinâmica de Sistema

As organizações sociais, para se manterem, recorrem à multiplicação de mecanismos, uma vez que lhes faltam as estabilidades intrínsecas dos sistemas biológicos. Assim, as organizações sociais criam estruturas de recompensas, a fim de vincularem seus membros ao sistema, estabelecem normas e valores para justificarem e estimulem as atividades requeridas e dispositivos de autoridade para controlarem e dirigirem o comportamento organizacional.

Enquanto em teoria de sistema se fala em homeostasia dinâmica (ou manutenção de equilíbrio por ajustamento constante e antecipação), usa-se o termo dinâmica de sistema em organizações sociais: o sistema principal e os subsistemas que o compõe são caracterizados por sua própria dinâmica ou complexo de forças motivadoras, que impelem uma determinada estrutura para que ela se torne cada vez mais aquilo que basicamente é. Para sobreviver (e evitar a entropia), a organização social deve assegurar-se de um suprimento contínuo de materiais e homens (entropia negativa).

f) Conceito de Eficácia Organizacional³⁹

"Como sistemas abertos, as organizações sobrevivem somente enquanto forem capazes de manter negentropia, isto é, importação sob todas as formas de quantidades maiores de energia do que elas devolvem ao ambiente, como produto. A razão é óbvia. A entrada de energia em uma organização em parte é investida diretamente e objetivada como safda organizacional. Porém, uma parte da entrada absorvida é consumida pela organização. Para poder fazer o trabalho de transformação, a própria organização precisa ser criada, receber energia a ser mantida, e tais requisitos estão refletidos na inevitável perda de energia entre a entrada e a safda. ' ' "

A eficiência, para Katz e Kahn, se refere a quanto de entrada de uma

organização surge

como produto e quanto é absorvido pelo sistema. A eficiência se relaciona com a necessidade

de sobrevivência da organização. A eficácia organizacional se relaciona com a extensão em

que todas as formas de rendimento para a organização são maximizadas, o que é determinado por uma combinação da eficiência da organização como um sistema e seu

êxito em obter condições vantajosas ou entradas de que necessita. A eficiência busca incrementos

através de soluções técnicas e econômicas, enquanto a eficácia procura a maximização do

rendimento para a organização, por meios técnicos e econômicos (eficiência) e por meios

políticos (não-econômicos).

38 Daniel Katz e Robert L. Kahn, *Psicologia Social das Organizações*, cit., p. 85.

39 Daniel Katz e Robert L. Kahn, *Psicologia Social das Organizações*, cit., pp. 175 a 198.

40 Daniel Katz e Robert L. Kahn, *Psicologia Social das Organizações*, cit., pp. 176 e 177.

g Organização como um Sistema de Papéis

Papel é o conjunto de atividades solicitadas de um indivíduo que ocupa uma determinada posição em uma organização. Os requisitos podem ser bbvios ao indivíduo, em face do seu conhecimento do processo técnico e da tarefa da organização ou suborganização, ou lhe podem ser comunicados pelos outros membros da organização que solicitam ou dependem de seu comportamento em papel para que possam atender às expectativas de seus prbprios cargos. A organização, assim, pode ser considerada como consistindo em papéis ou aglomerados de atividades esperadas dos indivíduos e de conjuntos de papéis ou de grupos que se superpõem, cada qual formado de pessoas que têm tais expectativas quanto a um determinado indivíduo. A organização é uma estrutura de papéis.

Modelo Sociotécnico de Tavistock

O modelo sociotécnico de Tavistock foi proposto por sociólogos e psicólogos do Instituto de Relações Humanas de Tavistock", com base em resultados de pesquisas por eles efetuadas

em minas de carvão inglesas e em empresas têxteis indianas.

A organização é concebida como um sistema sociotécnico. Além de ser considerada

como um sistema aberto em interação constante com seu ambiente, a organização também é

abordada como um sistema sociotécnico estruturado sobre dois subsistemas:

1. o subsistema técnico: que compreende as tarefas a serem desempenhadas, as instalações físicas, o equipamento e instrumentos utilizados, as exigências da tarefa, as utilidades e técnicas operacionais, o ambiente físico e a maneira como está disposto, bem como a duração da operação das tarefas. Em resumo, o subsistema

técnico envolve a tecnologia, o território e o tempo6z. O subsistema técnico é o responsável pela eficiência potencial da organização;

2. o subsistema social. que compreende os indivíduos, suas características físicas e psicológicas, as relações

sociais entre os indivíduos encarregados de execução da tarefa, bem como as exigências de sua organização tanto formal como informal, na situação de trabalho. O subsistema social transforma a eficiência potencial em eficiência real.

Os subsistemas tecnológico e social apresentam um íntimo

inter-relacionamento, são interdependentes e cada um influencia o outro.

A abordagem sociotécnica concebe a organização como uma combinação de tecnologia

(exigências da tarefa, ambiente físico, equipamento disponível) e ao mesmo tempo um sub-

sistema social (um sistema de relações entre aqueles que realizam a tarefa). O subsistema

tecnológico e o social se acham em uma interação mútua e recíproca e cada um determina o

outro, até certo ponto. A natureza da tarefa influencia (e não determina) a natureza da orga-

4 É o chamado Modelo de Tavistock. Dentre eles: A. K. Rice, *The Enterprise and Its Environment*, Tavistock Publications, London, 1963. F. E. Emery e E. L. Trist, "Sociotechnical

Systems", in *Management Sciences: Models and Techniques*, C. West Churchman e Michel Verhulst (eds.), Pergamon Press, New York, 1960.

4z Eric J. Miller, "Technology, Territory and Time: The Internal Differentiation of Complex Production

Systems", in *Organization Structuring*, H. Eric Frank (ed.), London, McGraw-Hill Book Co., 1971, pp. 81 a 115.

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Produto

Subsistema social

Válor Eficiência real a o res
Aspire P a
s Norrp s ; NOrr_r s---

Subsistema
técnico

Eficiência potencial

9p
s
, 05 40
r c o ó
a
g m b6 os
O' x v
a m

O MODELO SOCIOTÉCNICO DE TAVISTOCK

nização das pessoas, bem como as características psicossociais das pessoas influenciam (e não determinam) a forma em que determinado posto de trabalho será executado. O modelo de sistema aberto proposto pela abordagem sociotécnica⁴³ parte do pressuposto de que toda organização "importa" várias coisas a partir do meio ambiente e utiliza estas importações em certos tipos de processos de "conversão", para então "exportar" produtos, serviços etc. que resultam do processo de conversão. As importações são constituídas de informações sobre o meio ambiente, matérias-primas, dinheiro, equipamento e pessoas implicadas na conversão em algo que deve ser exportado e que cumpre certas exigências do meio ambiente. A tarefa primária da organização é algo que lhe permite sobreviver dentro desse processo de:

1. importação a aquisição de matérias-primas;
2. conversão a transformação das importações em exportações;
3. exportação: a colocação dos resultados da importação e da conversão

43 A. K. Rice, Productivity and Social Organization: The Ahmedabad Experiment. London, Tavistock Publications, 1958.

A organização eficiente é aquela que considera tanto as importações que o subsistema técnico, o faz do ambiente - matérias-primas, máquinas e equipamentos - como também as importações que o subsistema social faz do ambiente - valores e inspirações. Assim, há múltiplos canais de interação entre o meio ambiente e a organização. A organização não somente deve tratar das exigências e das restrições impostas pelo meio ambiente sobre as matérias-primas, o dinheiro e as preferências do consumidor, como também deve tratar com as expectativas, os valores e as normas das pessoas que devem operar dentro da organização. As capacidades, preferências e expectativas do empregado são, deste ponto de vista, não somente algo que deve levar em conta, como também algo que é influenciado pela natureza da tarefa e pela estrutura da organização que atua através da trajetória da tarefa. O problema envolve a consideração da natureza da tarefa (subsistema técnico) como da natureza das pessoas (subsistema social).

O fundamento dessa abordagem é de que qualquer sistema de produção requer tanto uma organização tecnológica (equipamentos e arranjos de processos) como uma organização de trabalho (envolvendo aqueles que desempenham as tarefas necessárias). As demandas tecnológicas condicionam e limitam a espécie de organização de trabalho possível, porém a organização de trabalho apresenta propriedades sociais e psicológicas próprias mas independentes da tecnologia.

As organizações são visualizadas "em termos do trabalho desempenhado na base de um material a ser alterado, mais do que focalizadas sobre a interação dos membros organizacionais ou a função para a sociedade". As organizações são definidas "como sistemas que utilizam energia (proporcionada por esquemas humanos e não-humanos) em um esforço padronizado, dirigido para alterar a condição dos materiais básicos de uma maneira predeterminada"⁴⁵. A tecnologia é definida como "as ações que um indivíduo desempenha sobre um objeto, com ou sem a ajuda de ferramentas ou esquemas mecânicos, no sentido de fazer qualquer mudança no objeto. O objeto ou "matéria-prima" pode ser um ser humano ou, de outro modo, um símbolo ou um objeto inanimado". A partir dessas definições focais, a hipótese que emerge é a de que a tecnologia determina a estrutura organizacional.

Assim, as organizações têm dupla função: técnica (relacionada com a coordenação do trabalho e identificação da autoridade) e social (referente aos meios de relacionar as pessoas umas com as outras, de modo a fazê-las trabalharem juntas). O subsistema técnico é determinado pelos requisitos típicos das tarefas que são executadas pela organização. Variam

muito de uma organização para outra: o subsistema técnico de uma refinaria de petróleo é completamente diferente daquele utilizado para a fabricação de automóveis, ou para um hospital, universidade etc. O subsistema técnico é moldado pela especialização dos conhecimentos e das habilidades exigidas, pelos tipos de máquinas, equipamentos e matérias-primas utilizados e pelo arranjo físico das instalações. Quase sempre, é a tecnologia quem determina o tipo de entrada humana necessário à organização: cientistas e engenheiros para a tecnologia computacional ou empregados braçais para a execução das construções civis. Também é a tecnologia o fator principal na determinação da estrutura organizacional e das relações entre os serviços. Todavia, o subsistema técnico não pode ser visualizado isoladamente, pois ele é o responsável pela eficiência potencial da organização. Além do subsistema técnico, toda organização possui em seu interior um subsistema social: ambos não podem ser encarados isoladamente, mas no contexto da organização total. Qualquer alteração em um provocará repercussões no outro.

As empresas desenvolvem muitas tarefas com caráter simultâneo. As empresas industriais e comerciais adquirem matérias-primas, fabricam e distribuem produtos, proporcionam emprego, preocupam-se com

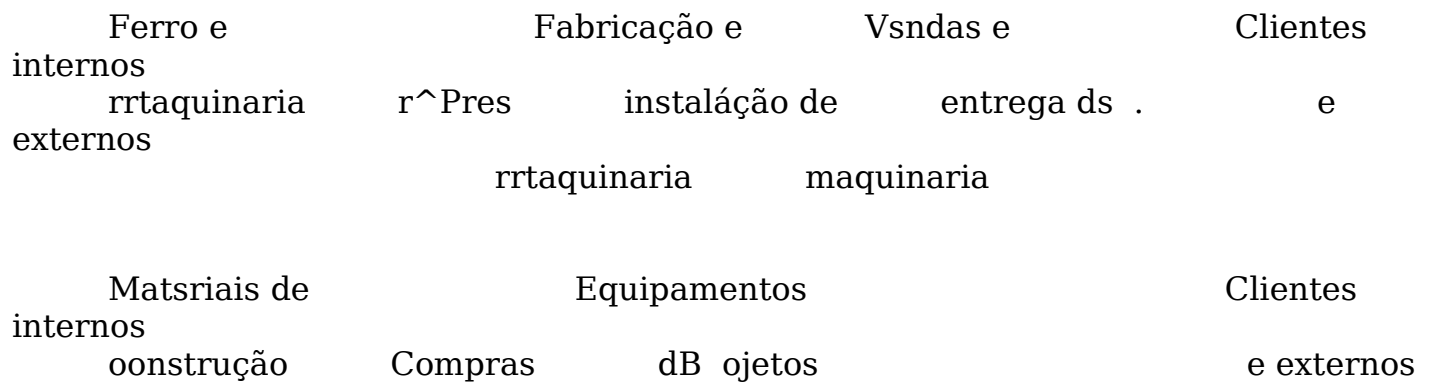
Charles Perrow, "A Framework for the Comparative Analysis of Organizations", *American Sociological Review*, vol. 32, n° 2, p. 194, abr.1967.

45 Charles Perrow, "A Framework...", *American Sociological Review*. cit., p. 195.

Charles Perrow, "A Framework...", *American Sociological Review*, cit., p.195.

O modelo básico adotado pela abordagem sociotécnica é o modelo de importação-conversão-exportação derivado da teoria de sistema aberto : a organização de qualquer empresa ou parte dela pode ajustar-se perfeitamente a este modelo, pois ela realiza muitas importações e muitas exportações de materiais, pessoal, dinheiro, produtos. O processo importação-conversão-exportação dominante é aquele através do qual a tarefa primária da empresa é levada a cabo. Partindo de diferentes suposições a respeito do ambiente e as relações cam-biantes entre ele e a empresa, pode-se desenvolver modelos baseados nas diferentes relações

	Sistemas de	Sistemas de	Sistemas de	
	Matérias-primas	importação	conversão	exportação
	Produtos			
	Armazenistas	Compra e	Fabricação de	Mercadização de
	Vasilhames	errr namento	r dicamantos	rnedicamentos
	Produtos		Fabricação de	Venda de
	químicos	Compra e	odutos químicos	produtos químico
Usuários				
	Vasilhames	err' namsnto	de elta qualidade	de alta qualidade
industriais				
		Fabriceção e		Clientes internos
	Areia etc.	Compras	venda de frascos	
		e eventualmente		
		de vidro		externos



OS PROCESSOS DE IMPORTAÇÃO-CONVERSÃO-EXPORTAÇÃO IENTRADA-PROCESSAMENTO-SAI

Fonte: A. K. Rice, Reorganización de Empresas - Un Modo Sistemático de Organización de la Dirección, Barcelona, Editorial Hispano Europea, 1968. p. 152.

importação-canversão-exportação e compará-los, tanto entre si como com a organização existente⁴.

APR CIAÇÃO CRÍTICA DA TEORIA DE SISTEMAS

De todas as teorias apresentadas até agora, a Teoria de Sistemas é a menos criticada, talvez pelo fato salientado por Mottas de que ainda não houve tempo para sua análise mais aprofundada, uma vez que as obras mais importantes dessa teoria são muito recentes, e também pelo fato de que a perspectiva sistêmica parece concordar com a preocupação estrutural-funcionalista típica das ciências sociais dos países capitalistas de hoje. Motta aponta ainda o fato de que a teoria de sistemas evitou tratar dos temas negligenciados pela teoria behaviorista e estruturalista, procurando apenas desenvolver algumas de suas idéias através de um método. Com isto, os autores da Teoria de Sistemas puseram-se a salvo de críticas dos estruturalistas e behavioristas. Todavia, uma apreciação crítica da Teoria de Sistemas nos conduz obrigatoriamente aos seguintes aspectos:

Confronto entre Teorias de Sistema Aberto e de Sistema Fechado

O conceito de sistemas tem suas origens em várias disciplinas científicas, como a Biologia e Sociologia. Estas têm um denominador comum: o chamado sistema aberto, que descreve as ações e interações dentro de um ambiente. Assim, em Biologia o desenvolvimento do corpo se inicia com a fertilização de uma célula operada pela ação e interação com seu meio ambiente. A descrição de sistema aberto é perfeitamente aplicável a uma organização empresarial. Uma empresa é um sistema criado pelo homem e mantém uma dinâmica interação com o seu meio ambiente (caracterizado pelos clientes, fornecedores, concorrentes, entidades sindicais, órgãos governamentais e muitos outros agentes externos). Influxo sobre o meio e dele recebe influências. Além disso, é um sistema por diversas partes inter-relacionadas, que trabalham em harmonia umas com as outras, com a finalidade de alcançar uma série de

objetivos, tanto da organização como de seus participantes.

Em suma, o sistema aberto "pode ser compreendido como um conjunto de partes em constante interação (o que ressalta a característica da interdependência das partes), constituindo um todo sinérgico (o todo é maior que a soma das suas partes), orientado para determinados propósitos (com um comportamento teleológico orientado portanto para fins) e em permanente relação de interdependência com o ambiente externo (essa interdependência há

4 E. L. Trist e K. W. Bamforth. "Some Social and Psychological Consequences of the Lonwall Method of

Coal-Getting", Human Relations, vol. 4, pp. 3 a 38, 1951.

48 Fernando C. Prestes Motta. Teoria Geral da Administração - Uma Introdução, cit., p. 78.

de ser entendida como a dupla capacidade de influenciar o meio externo e ser por ele influenciado)' "9 .

Entre "as implicações críticas da distinção entre sistema aberto e fechado para a moderna concepção de Administração, destacam-se as seguintes⁵⁰;

a) a natureza essencialmente dinâmica do ambiente conflita com a tendência essencialmente estática da orgo-

nização. Esta é, em geral, co,nstitufda para autoperpetuar-se ou, na pior hipótese, para autoperpetuar sua estrutura, critérios, métodos e metas, ao invés de para mudar esses elementos de acordo com as transformações do ambiente;

b) um sistema organizacional rígido não poderá sobreviver na medida em que não conseguir responder

eficazmente às mudanças contínuas e rápidas do ambiente;

c) um srstema uberto, como um clube, um hospital ou um governo precisa garantir a absorção dos seus

produtos pelo ambiente. Mais do que isso (especialmente no caso de sistemas educacionais), o sistema

precisa, às vezes, 'anestesiá-lo' certas necessidades 'inadequadas' do ambiente, e 'educá-lo', criando nele

necessidades 'adequadas', isto é, de produtos que o sistema 'crê' sejam 'melhores' para o ambiente.

Assim, para garantir sua viabilidade, a organização deve oferecer ao ambiente produtos por ele necessita-

dos ou, se for o caso, criar nele a necessidade de tais produtos, pois só assim garantirá a continuidade da

provisão de insumos e da absorção dos produtos;

d) o sistema precisa, portanto, de constante e apurada informação do ambiente, não sb quanto à natureza

desse meio, como também à qualidade e quantidade dos insumos disponíveis e, principalmente, quanto à

eficácia ou adequação dos produtos ou respostas da organização ao ambiente. Numa palavra, ao sistema

é indispensável constante, apurada e rápida retrooção. Isso porque a continuidade da oferta de produtos

indesejáveis ou desnecessários resultará, a prazo médio, na redução dos insumos, ou seja, dos recursos,

reduzindo portanto a capacidade da organização para auto-sustentar-se e alcançar seus propósitos".

Contrariando essa abordagem de sistema aberto, a perspectiva de sistema fechado tem

levado a Teoria Geral da Administração às seguintes distorções⁵¹ :

a) conduz "o estudo e a prática da Administração a uma concentração em regras de funcionamento interno,

à apologia da ej ciência como critério primário da viabilidade organizacional e, conseq0entemente, à

ênfase em procedimentos e não em programas;

b) a perspectiva de organização como sistema fechado é responsável pela insensibilidade da administração

tradicional às diferenças entre ambientes organizacionais e pela desatenção à dependência entre a organização e o seu ambiente. É isso que explica a transferibilidade inadequada, a importação acrítica de certas soluções e técnicas que, embora eficazes em outros ambientes, não funcionaram no nosso. A premissa, aparentemente lógica, de perspectiva da organização como sistema fechado, é que soluções, instrumentos e técnicas são intertransferíveis, já que o ambiente não faz diferença; c) a perspectiva da organização como sistema fechado resulta na insensibilidade para a necessidade de mudanças e adaptação contínua e urgente das respostas da organização ao ambiente. Quanto a isso, é considerável, no Brasil, o número de organizações que vivem 'sacando sobre o passado'. Porque alcançaram realizações de vulto, porque ofereceram respostas importantes para o ambiente num determinado momento de sua história, acomodaram-se e passaram a viver 'banking on the past', ou seja, sacando sobre louros de 15 ou 20 anos atrás, sem se renovarem. Num ambiente em que a velocidade da mudança não seja tão grande, essas organizações ainda podem sobreviver por algum tempo; na medida em que o ritmo de mudança for muito grande, porém, elas tenderão a desaparecer, por tornarem-se desnecessárias ao ambiente: os seus produtos não mais atendem às necessidades, anseios e solicitações do contexto".

49 Kleber T. Nascimento, "A Revolução Conceptual...", Revista de Administração Pública, vol. 6, nº 2, pp. 5 a 52, abr./jun. 1972.

so Kleber T. Nascimento, "A Revolução Conceptual...", Revista de Administração Pública, cit., p. 36.

Kleber T. Nascimento, "A Revolução Conceptual...", Revista de Administração Pública, cit., p. 37.

Características Básicas da Análise Sistêmica

As principais características da moderna teoria da Administração baseada na análise sistêmica são as seguintes:

1. Ponto de vista sistêmico: A moderna teoria visualiza a organização como um sistema constituído de cinco partes básicas: entidade, processo, saída, retroação e ambiente. A T.G.S. inclui todos os tipos de sistemas - biológicos, físicos e comportamentais. Ideias de controle, estrutura, propósito e processos operacionais de sistemas, provindos da T.G.S., Cibernética e demais áreas relacionadas são importantes na moderna teoria administrativa.
2. Abordagem dinâmica: A ênfase da teoria moderna é sobre o dinâmico processo de interação que ocorre dentro da estrutura de uma organização. Esta abordagem contrasta com a visão clássica que enfatizava quase que somente a estrutura estática. A moderna teoria não desloca a ênfase na estrutura, mas simplesmente adiciona a ênfase sobre o processo de interação entre as partes que ocorre dentro da estrutura.
3. Multidimensional e multinivelada: A moderna teoria considera uma organização do ponto de vista micro e macroscópico. A organização é micro quando considerada dentro do seu ambiente (ao nível da sociedade, da comunidade ou do país); é macro quando se analisam as suas unidades internas. A teoria sistêmica considera todos os níveis e reconhece a importância das partes, bem como a "Gestalt" ou totalidade e portanto a interação existente entre as partes em todos os níveis. Dado o efeito sinérgico que ocorre dentro das organizações.
4. Multimotivacional: A Teoria de Sistemas reconhece que um ato pode ser motivado por muitos desejos ou motivos. As organizações existem porque seus participantes esperam satisfazer a certos objetivos através delas. Esses objetivos não podem ser reduzidos a um objetivo único, como o lucro.
5. Probabilística: A teoria moderna tende a ser probabilística. Suas frases estão saturadas de expressões como "em geral", "pode ser" etc., demonstrando que muitas variáveis podem ser explicadas em termos preditivos é não com certeza.
6. Multidisciplinar: A Teoria de Sistemas é uma teoria multidisciplinar, buscando conceitos e técnicas de muitos campos de estudo, como a Sociologia, Psicologia, teoria administrativa, Economia, Ecologia, pesquisa operacional etc. A teoria moderna representa uma síntese integrativa de partes relevantes de todos os campos no desenvolvimento de uma teoria geral das organizações e da Administração.
7. Descritiva: A teoria moderna é descritiva. Ela procura descrever as

características das organizações e da

Administração. Enquanto as teorias mais antigas eram normativas e prescritivas, preocupadas em sugerir

o que fazer e como fazer, a teoria moderna contenta-se em procurar compreender os fenômenos organizacionais e deixar a escolha de objetivos e métodos ao indivíduo.

8. Multivariável: A teoria moderna tende a assumir que um evento pode ser causado por numerosos fatores

que são inter-relacionados e interdependentes. Esta abordagem contrasta com as teorias antigas que pres-

supõem causação simples e de fator único. A teoria moderna reconhece a possibilidade de que fatores

causais sejam afetados por coisas que eles próprios causaram através da retroação.

9. Adaptativa' Um dos pontos de vista mais importantes da moderna teoria administrativa é sua visão de que

a organização é um sistema adaptativo. Se uma organização pretende permanecer viável (continuar a

existir) em seu ambiente, ela deve continuamente adaptar-se aos requisitos cambiantes do ambiente.

Assim, a organização e seu ambiente são vistos como interdependentes e em um contínuo equilíbrio dinâmico, rearranjando suas partes quando necessário em face da mudança. A

moderna teoria visualiza uma organização em um sentido ecológico, como um sistema aberto que se

adapta através de um processo de retroação negativa para permanecer viável. Esta abordagem adaptativa,

ecológica, das organizações traz como consequência uma focalização nos resultados (output da organização

ao invés da ênfase sobre o processo ou as atividades da organização, como o faziam as antigas teorias.

52 Herbert G. Hicks e C. Ray Gullett, Organizations: Theory and Behavior Tokyo, McGraw-Hill Kogakusha, Ltd., 1975, p. 213 a 219.

Caráter Integrativo e Abstrato da Teoria de Sistemas

Muitos autores consideram a Teoria de Sistemas demasiado abstrata e conceptual e, portanto, de difícil aplicação a situações gerenciais práticas⁵³. Muito embora venha predominando fortemente na teoria administrativa, e tendo "uma aplicabilidade geral ao comportamento de diferentes tipos de organizações e indivíduos em diferentes meios culturais"⁵⁴, a abordagem sistêmica é basicamente uma teoria geral compreensiva, cobrindo amplamente todos os fenômenos organizacionais. Ela é uma teoria geral das organizações e da administração⁵⁵, uma síntese integrativa dos conceitos clássicos, neoclássicos, estruturalistas, neoestruturalistas e behavioristas. Obviamente, algumas variáveis novas passaram a ser estudadas nesse contexto. Todavia, embora o esquema mais amplo dessa abordagem pareça virtualmente completo no seu todo, muitos detalhes da teoria ainda permanecem por estudar e pesquisar⁵⁶.

O Efeito Sinérgico das Organizações como Sistemas Abertos

Uma das fortes razões para a existência das organizações é o seu efeito sinérgico isto é, no resultado de uma organização pode diferir em quantidade ou em qualidade a soma dos insumos. A "aritmética organizacional" pode dar um resultado como $2 + 2 = 5$, ou, então, 2 mais 2 unidades de insumo podem dar, 3, 4, 7, 13, A, X, Z unidades de saída. As unidades de saída podem ser iguais, maiores ou menores do que as unidades de entrada. No caso acima, a saída 3 significa uma organização mal sucedida. A saída 4 é uma organização em ponto de equilíbrio. As saídas 7 e 13 significam uma organização bem sucedida, pois a saída é maior do que seu custo. As saídas A, X ou Z representam dimensões de saída que podem ser qualitativamente diferentes das unidades de entrada⁵⁷. Da mesma forma, cada participante da organização espera que os benefícios pessoais de sua participação em uma organização sejam maiores do que seus custos pessoais de participação. Neste sentido, também as organizações produzem valor através do efeito sinérgico. De um modo global, os recursos materiais, financeiros e humanos - quando considerados como fatores de produção - geram riqueza através da sinergia organizacional. A palavra sinergia provém do grego (syn = com e ergos = trabalho) e significa literalmente

trabalho

conjunto. Existe sinergia quando duas ou mais causas produzem, atuando conjuntamente,

um efeito maior do que a soma dos efeitos que produziriam atuando individualmente. É o

caso da aspirina que é um febrífugo e a cafeína também. Ambas as substâncias atuando

simultaneamente produzem um efeito febrífugo multiplicado.

53 William G. Scott e Tecence R. Mitchell, Organization Theory: A Structural and Behavioral Analysis,

Homewood, Ill., Richard D. Irwin, Inc., 1976, p. 67.

54 Walter Isard, General Theory, Cambridge, Mass., Massachusetts Institute of Technology Press, 1959,

p. 494.

55 John A. Beckett, Management Dynamics: The New Synthesis, New York, McGraw-Hill Book Co., 1971,

pp. 72, 159 e 208.

56 Herbert G. Hicks e C. Ray Gullett, Organizations: Theory and Behavior, cit., pp. 219 e 220.

57 Herbert G. Hicks e C. Ray Gullett, The Management of Organizations, New York, McGraw-Hill Book

Co., 1976, p. 12.

TEORIA DE SISTEMAS

O Homem Funcional"

A Teoria de Sistemas baseia-se no conceito do "homem funcional" em contraste com o conceito do "homo economicus" da Teoria Clássica, do "homo socialis" da Teoria das Relações Humanas, do "homem organizacional" da Teoria Estruturalista e do "homem administrativo" da Teoria Behaviorista. O indivíduo comporta-se em um papel dentro das organizações, inter-relacionando-se com os demais indivíduos, como um sistema aberto. Nas suas ações, em um conjunto de papéis, mantém expectativas quanto ao papel dos demais participantes e procura enviar aos outros as suas expectativas. Essa interação altera ou reforça o papel. As organizações são sistemas de papéis, nas quais os indivíduos agem como transmissores de papel e pessoas focais.

SUMÁRIO

1. A Teoria dos Sistemas é uma decorrência da Teoria Geral de Sistemas desenvolvida por Von Bertalanffy e que se espalhou por todas as ciências; influenciando notavelmente a Administração.
2. A abordagem sistêmica contrapõe-se à microabordagem do sistema fechado.
3. O conceito de sistemas é complexo: para sua compreensão torna-se necessário o conhecimento de algumas características dos sistemas - propósito, globalismo, entropia e homeostasia - bem como dos tipos possíveis e dos parâmetros dos sistemas - entrada, processo, saída, retroação e ambiente. O sistema aberto é o que melhor permite uma análise ao mesmo tempo profunda e ampla das organizações.
4. As organizações são abordadas como sistemas abertos, pois o seu comportamento é probabilístico e não-determinístico; as organizações fazem parte de uma sociedade maior, constituídas de partes menores; existe uma interdependência entre as partes das organizações; a organização precisa alcançar uma homeostase ou estado firme; as organizações possuem fronteiras ou limite mais ou menos definidos; têm objetivos; caracterizam-se pela morfogênese.
5. Dentro dessa abordagem avulta o modelo de Katz e Kahn - importação-processamento-exportação - com características de primeira e segunda ordem.
6. Por outro lado, o modelo sociotécnico de Tavistock

representa igualmente uma abordagem sistêmica calcada sobre dois subsistemas: o técnico e o social.

7. Em uma apreciação crítica da Teoria de Sistemas, verifica-se que essa abordagem trouxe

uma fantástica ampliação na visão dos problemas organizacionais em contraposição à

antiga abordagem do sistema fechado. Seu caráter integrativo e abstrato e a possibilidade

de compreensão dos efeitos sinérgicos, da organização são realmente surpreendentes. A

visão do homem funcional dentro das organizações é a ideologia principal sobre a

concepção da natureza humana. Apesar do enorme impulso, a Teoria de Sistemas ainda

carece de melhor sistematização e detalhamento, pois sua aplicação prática é ainda

incipiente.

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. O que é Teoria Geral de Sistemas?
2. Explique as origens da Teoria de Sistemas.
3. O que significa a abordagem sistêmica?
4. Quais são as características dos sistemas?
5. O que é globalismo ou totalidade?
6. O que é propósito ou objetivo?
7. O que é entropia?
8. O que é homeostasia?
9. O que é sistema total?
10. Explique os tipos de sistemas.
11. Quais são os parâmetros dos sistemas?
12. O que é ambiente?
13. Explique o sistema aberto.
14. Alguns autores fazem analogia entre a organização (empresa) e os organismos vivos.
Explique.
15. O que se pretende dizer com comportamento probabilístico e não-determinístico das organizações?
16. As organizações são partes de uma sociedade maior e constituídas de partes menores.
Explique.
17. O que se pretende dizer por interdependência das partes, quando se fala em sistemas?
18. Explique a homeostase ou estado firme.
19. O que é auto-regulação?
20. O que são fronteiras ou limites?
21. Explique os objetivos das organizações do ponto de vista da abordagem sistêmica.
22. O que é morfogênese?
23. Quais são as três categorias de objetivos que toda organização persegue?
24. Explique a organização como um sistema aberto, de acordo com Katz e Kahn.
25. Por que os sistemas são ciclos de eventos?
26. O que é entropia negativa?
27. O que é eq ifinalidade?
28. Quais as características de primeira ordem para Katz e Kahn?
29. O que são funções, normas e valores?
30. Quais os tipos genéricos de subsistemas dos sistemas sociais?

CASO INPEL - INDÚSTRIA NACIONAL DE PAPÉIS S.A.

A INPEL, indústria do ramo de papéis e gráfica, distribui para todo o território cartões em geral, papéis e papelão. O seu maior movimento ocorre justamente em épocas de festas,

como Natal, Ano Novo, Páscoa etc., quando é maior a procura de cartões no mercado.

Além desse tipo de cartões, o movimento durante o ano todo é considerado muito bom, pois

grande parte de sua produção é absorvida para a confecção de cartões postais, cartões de

visitas, comerciais, convites de casamento etc. No setor de cartões, ainda no setor gráfico, é

bem grande o volume de impressão de livros.

Recentemente, a empresa admitiu um Diretor de Pessoal, o Sr. Jácomo Venti, para dar

cobertura aos 550 elementos que trabalham nas diversas lojas que a INPEL possui em várias

localidades do Estado. Na área de produção existe um Gerente, o Sr. Cássio Dias, que

responde diretamente à Presidência da empresa. O Sr. Hilário França exerce a função de

Gerente de Vendas com total responsabilidade pelas vendas em geral da empresa, existindo

ainda vários Gerentes Regionais para a orientação em outras localidades situadas fora do

Estado.

O Controlador Tesoureiro, Sr. Ernani Pierro, é um funcionário admitido recentemente,

vindo de uma empresa do ramo têxtil, onde supervisionava o Departamento de Auditoria.

Os Gerentes de Produção e de Vendas foram promovidos há dois anos. O Gerente de Produ-

ção era anteriormente Supervisor de Produção, enquanto o Gerente de Vendas era um dos

Gerentes Regionais de Vendas, tendo tido sempre uma boa atuação dentro dos campos que

se lhe ofereceram. O Presidente da empresa, Sr. Maximiano Ferreira Cruz, tem 58 anos de

idade e acredita na necessidade de treinamento e de programas educacionais para a adminis-

tração da empresa, admitindo que a "reforma" deva começar pela Presidência. Assim, em

contato com o Diretor de Pessoal, solicitou o estudo para a aplicação de vários tipos de trei-

namento, incluindo um trabalho de organização e métodos para cada um dos setores, no

sentido de revitalizar a empresa.

Todavia, tratando-se de uma empresa já com um esquema de trabalho com muitos

vícios por parte dos empregados, a idéia encontrou diversos obstáculos, pois, entre outras

coisas, previa-se uma reclassificação de cargos e remanejamento de pessoal. Os Gerentes; embora sejam até certo ponto novos "de casa", têm procurado modificar os sistemas atuais que foram empiricamente desenvolvidos por determinados funcionários que se julgam os melhores e que sem sua participação fatalmente a empresa não irá funcionar jamais.

Como o mercado no ramo é bastante concorrido, qualquer posição tomada sem uma determinada precaução e que, porventura, vier a provocar uma reação negativa por parte dos funcionários contra a administração, poderá redundar em uma queda de produção e conseqüente perda de mercado se a situação se prolongar por um determinado período.

Que alternativas ou espécies de programas deveriam ser considerados para atender às necessidades da empresa nesse sentido?

Que espécies de informação deveriam ser levadas em conta pelo Diretor de Pessoa! para a tomada de uma decisão?

Qual seria a reação dos funcionários? Haveria solicitação de demissão, principalmente pelos que se consideram pontos-chave em qualquer decisão da Diretoria?

S;=

1"
p

PARTE 9

ABORDAGEM CONTINGENCIAL DA ADMINISTRAÇÃO

A palavra contingência significa algo incerto ou eventual, que pode suceder ou não. Refere-se a uma proposição cuja verdade ou falsidade somente pode ser conhecida pela experiência e pela evidência e não pela razão. Dentro de um aspecto mais amplo, a abordagem contingencial salienta que não se atinge a eficácia organizacional seguindo um único e exclusivo modelo organizacional, ou seja, não existe uma forma única que seja a melhor para organizar no sentido de se alcançar os objetivos altamente variados das organizações dentro de um ambiente também altamente variado. Os estudos atuais sobre as organizações complexas levaram a uma nova perspectiva teórica: a estrutura de uma organização e seu funcionamento são dependentes da interface com o ambiente externo. A mais notável contribuição dos autores da abordagem contingencial está na identificação das variáveis que produzem maior impacto sobre a organização, como o ambiente e a tecnologia, para então predizer as diferenças na estrutura e no funcionamento das organizações devidas às variáveis.

Assim, diferentes ambientes requerem diferentes relações organizacionais para uma eficácia ótima. Torna-se necessário um modelo apropriado para cada situação dada. Por outro lado, diferentes tecnologias conduzem a diferentes desenhos organizacionais. Variações no ambiente ou na tecnologia conduzem a variações na estrutura organizacional.

Estudos de Dill¹, Burns e Stalker², Chandler³, Fouraker e Stopford⁴, Woodward⁵, Lawrence

William R. Dill, "Environment as an Influence on Managerial Autonomy", *Administrative Science Quarterly*, vol. II, pp. 409-443, 1958.

2 Tom Burns e G. M. Stalker, *The Management of Innovation*, London, Tavistock Publications, 1961.

3 Alfred D. Chandler Jr. , *Strategy and Structure: Chapters in the History of the American Industrial Enterprise*, Cambridge, Mass., The M.I.T. Press, Massachusetts Institute of Technology, 1962.

4 Lawrence E. Fouraker e John M. Stopford, "Organizational Structure and the Multinational Strategy", *Administrative Science Quarterly*, jun. 1968, pp. 47 a 64.

5 Joan Woodward, *Industrial Organizations, Theory and Practice*, cit.

e Lorschó, entre outros, demonstraram particularmente a questão do impacto ambiental sobre a estrutura e funcionamento da organização. O paradigma demonstrado é similar ao modelo de estímulo-resposta proposto por Skinner, que se preocupa basicamente com a adequação da resposta, deixando de lado os processos pelos quais um estímulo resulta na emissão de uma resposta. Para Skinner', o comportamento aprendido opera sobre o ambiente externo para provocar alguma mudança no ambiente. Se o comportamento causa uma mudança no ambiente, então a mudança ambiental será contingente em relação ao comportamento. A contingência é uma relação do tipo se-então. O conceito skinneriano de contingência envolve três elementos principais:

1. um estado ambiental anterior ou sinal;
2. um comportamento;
3. uma consequência.

Skinner procura enfatizar as consequências ambientais como mecanismos controladores do comportamento aprendido. O comportamento atua sobre o ambiente para produzir uma consequência determinada. Ele pode ser mantido, reforçado, alterado ou suprimido de acordo com as consequências produzidas. Assim, o comportamento é função de suas consequências. Essa abordagem é eminentemente externa: enfatiza o efeito das consequências ambientais sobre o comportamento observável e objetivo das pessoas.

A abordagem contingencial marca uma nova etapa na TGA, pelas seguintes razões:

1. A Teoria Clássica concebera a organização como um sistema fechado, rígido e mecânico ("teoria da máquina", sem nenhuma conexão com o seu ambiente exterior. A preocupação básica dos autores clássicos era encontrar a "melhor maneira" (the best way) de organizar, válida para todo e qualquer tipo de organização. Com este escopo delirava-se uma teoria normativa e prescritiva (como fazer bem as coisas), impregnada de princípios e receitas aplicáveis a todas as circunstâncias, levando-se em conta uma apreciável dose de bom senso. O que era válido para uma organização era válido e generalizável para as demais organizações. Além do mais, a concepção atomística do homem (tomado isoladamente como mero apêndice da máquina ou como ocupante de cargo) e monista de seu comportamento (o homem motivado apenas por recompensas e sanções salariais e materiais) era extremamente limitada.
2. A Teoria das Relações Humanas movimento eminentemente

humanizador da teoria das organizações,
apesar de todas as críticas que fez à abordagem clássica, não se livrou da
concepção da organização como
um sistema fechado, já que também sua abordagem era totalmente voltada
para o interior da organização.
Nessa abordagem introvertida e introspectiva, a maior preocupação era o
comportamento humano e o
relacionamento informal e social dos participantes em grupos sociais que
moldavam e determinavam o
comportamento individual. A tônica das relações humanas foi a tentativa de
deslocar o fulcro da teoria
das organizações do processo e dos aspectos técnicos para o grupo social e os
aspectos sociais e comporta-
mentais. Também o que era válido para uma organização humana era válido e
generalizável para as
demais organizações. Da mesma forma, permeou o caráter normativo
expressivo da teoria, impreg-
nada de princípios e receitas aplicáveis a todas as circunstâncias. A
concepção do homem passara de
atomística a gregária e social (o comportamento do indivíduo é influenciado
pelas normas grupais) e a
explicação monista de seu comportamento passou a pluralista (o homem é
motivado por recompensas e
sanções sociais e simbólicas), mas permeadas de noções ingênuas e
românticas, que dificultavam a sua
aceitação na prática.

3. Igualmente a Teoria da Burocracia, iniciada a partir da tradução das obras
de Max Weber para o inglês, se
caracterizava por essa concepção introvertida, restrita e limitada da
organização, já que preocupada

6 Paul R. Lawrence, "Differentiation and Integration in Complex
Organizations", Administrative Science
Quarterly, jun. 1967. Paul R. Lawrence e Jay W. Lorsch, As Empresas e o
Ambiente: A Interação das Teorias
Administrativas, Petrópolis, Ed. Vozes, 1973.
B. F. Skinner, Science and Human Behavior, New York, The Free Press, 1953.

apenas com os aspectos internos e formais de um sistema fechado, hermético e monolítico. A ênfase na divisão racional do trabalho, na hierarquia de autoridade, na imposição de regras e disciplina rígida, e a busca de um caráter racional, legal, impessoal e formal para o alcance da máxima eficiência conduziram a uma estrutura organizacional calcada na padronização do desempenho humano e na rotinização das tarefas para evitar a variedade das decisões individuais. Com o diagnóstico das disjunções burocráticas e dos conflitos inicia-se a crítica à organização burocrática e a revisão no modelo weberiano. Verifica-se que o modelo descrito por Weber não cogitara da interação da organização com o ambiente através de fronteiras relativamente permeáveis de um sistema não totalmente fechado e da sua adaptabilidade às demandas externas.

4. Os primeiros passos dos estudos sobre a interação organização-ambiente e a concepção incipiente da organização como um sistema aberto têm início com a Teoria Estruturalista. A sociedade de organizações aproxima-se bastante do conceito de um sistema de sistemas, de uma macroabordagem inter e extra-organizacional. Além do mais, o conceito de organização e do homem são ampliados e redimensionados numa tentativa de integração entre as abordagens clássica e humanística a partir de uma moldura fornecida pela Teoria da Burocracia. Dentro de uma visualização, a um só tempo eclética e crítica, os estruturalistas desenvolvem análises comparativas das organizações e formulam tipologias no sentido de facilitar a localização de características e objetivos organizacionais, dentro de uma abordagem explicativa e descritiva.

5. A Teoria Neoclássica marca um retorno aos postulados clássicos devidamente atualizados e realinhados em uma perspectiva de inovação e adaptação à mudança. É um enfoque novo, utilizando velhos conceitos de uma teoria que, sem dúvida alguma, é a única que até aqui apresenta um caráter universalista fundamentada em princípios que podem ser universalmente aplicados. Ao mesmo tempo em que realça a Administração como um conjunto de processos básicos (escola operacional), de aplicação de várias funções (escolajuncional), de acordo com princípios fundamentais e universais para atingir objetivos, também os objetivos são realçados (Administração por Objetivos). Levanta-se aqui o problema da eficiência no processo e da eficácia nos resultados em relação aos objetivos. Igualmente, o elemento humano e os aspectos ambientais são considerados dentro de um pragmatismo destinado a tornar a ação administrativa tão eficaz quanto possível. A abordagem torna-se normativa

eprescritiva, embora em alguns aspectos

tenha a preocupação explicativo e descritiva.

; 6. A Teoria Comportamental, a partir da herança deixada pela Teoria das Relações Humanas, ampliou os

conceitos de comportamento social para o comportamento organizacional, procurando comparar o estilo

tradicional de Administração com o moderno estilo baseado na compreensão dos conceitos comporta-

mentais e motivacionais. A organização é estudada sob o prisma de um sistema de trocas de alíquotas e de

contribuições dentro de uma complexa trama de decisões. É com o aparecimento do movimento denomi-

nado Desenvolvimento Organizacional que o impacto da interação entre a organização e o mutável e

inimico ambiente que a circunda toma impulso em direção a uma abordagem de sistema aberto. É enfa-

tizada a necessidade de flexibilização das organizações e sua adaptabilidade às mudanças ambientais como

imperativo de sobrevivência e de crescimento. Para que uma organização mude e se adapte dinâmica-

mente, é necessário mudar não somente a sua estrutura formal mas principalmente o comportamento dos

participantes e suas relações interpessoais. Apesar da abordagem nitidamente descritiva e explicativa,

alguns autores do movimento do D. O. se aproximam levemente da abordagem normativa e prescritiva.

Até aqui, a preocupação dos autores está centrada ainda dentro das organizações, mesmo embora se cogite do ambiente.

7. É com a Teoria de Sistemas que surge a preocupação fundamental com a construção de modelos abertos

mais ou menos definidos e que interagem dinamicamente com o ambiente e cujos subsistemas denotam

uma complexa interação igualmente interna e externa. Os subsistemas que formam uma organização são

interconectados e inter-relacionados, enquanto o supra-sistema ambiental interage com os subsistemas e

com a organização como um todo. Os sistemas vivos - sejam indivíduos ou organizações - são anali-

sados como "sistemas abertos", isto é, abertos ao intercâmbio de matéria-energia-informação com um

ambiente circundante. Todavia, a ênfase é colocada nas características organizacionais e seus ajusta-

mentos contínuos às demandas ambientais. Assim, a Teoria de Sistemas desenvolveu uma ampla visão do

funcionamento organizacional, mas demasiado abstrata para resolver problemas específicos da organiza-

ção e de sua administração. A tarefa de analisar interações com ambientes complexos e mutáveis tem

levado a uma tendência a isolar conceptualmente as organizações e a considerar sistemas sociais como

entidades isoladas e, por que não, autônomas.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS DA TEORIA DA CONTINGENCIA

Ano:	Autores:	Livros:
1953	B. F. Skinner	Science and Human Behavior
1958	Joan Woodward	Management and Technology
	William R. Dill	Environment as an Influence on Managerial Autonomy
1961	Tom Burns & G. M. Stalker	The Management of Innovation
1962	Alfred D. Chandler, Jr.	Strategy and Structure
1964	Harold J. Leavitt	Applied Organization Change in Industry
1965	Joan Woodward	Industrial Organizations: Theory and Practice
	F. E. Emery & E. L. Trist	The Causal Texture of Organizational Environments
1966	Harvey Sherman	It All Depends: A Pragmatic Approach to Organization
	William M. Evan	Organization Set: Toward the Theory of Interorganizational Relations
1967	P. R. Lawrence & J. W. Lorsch	Organization and Environment: Managing Differentiation and Integration
	James D. Thompson	Organizations in Action
	Fred E. Fiedler	A Theory of Leadership Effectiveness
	Charles Perrow	Organizational Analysis: A Sociological View
1968	L. E. Fouraker & J. M. Stopford	Organizational Structure and the Multinational Strategy
	Shirley Terreberry	The Evolution of Organizational Environments
	Edgar H. Schein	Organizational Psychology
1969	P. R. Lawrence & J. W. Lorsch	Developing Organizations: Diagnosis and Action
	Karl E. Weick	Social Psychology of Organization
1970	Alvin Toffler	The Future Shock
	J. W. Lorsch & P. R. Lawrence	Studies in Organization Design
	J. J. Morse & J. W. Lorsch	Beyond Theory 'Y'
	Joan Woodward	Industrial Organizations: Behavior and Control
1971	G. W. Dalton & P. R. Lawrence	Organizational Structure and Design
1972	Peter A. Clark	The Design of Organizations
1973	Jay R. Galbraith	Designing Complex Organizations
	Donald R. Kingdon	Matrix Organization. Managing Information Technologies
	F. E. Kast & J. E. Rosenzweig	Contingency Views of Organization and Management
	Anant R. Negandhi	Modern Organizational Theory
1974	D. Hellriegel & J. W. Slocum, Jr.	Management: A Contingency Approach
	J. W. Lorsch & J. J. Morse	Organizations and Their Members
1976	R. H. Kilmann, L. E.	The Management of Organization Design: Research and

	Pondy & D. P. Slevin	Methodology
	W. H. Starbuck	Organizations and Their Environments
1977	Ralph H. Kilmann	Social Systems Design
	Pradip N. Khandwalla	The Design of Organizations
	Jay R. Galbraith	Organization Design
	John Child	Organization ' A Guide to Problems and Practice
	John Child	Organizational D'esign

8. Somente com a Teoria do Conting2ncio é que ocorre o deslocamento da visualização de dentro para fora da organização: a 2nfase E colocada no ambiente e nas demandas ambientais sobre a dinâmica organizacional. A abordagem contingencial salienta que são as características ambientais que condicionam as características organizacionais. É no ambiente que se pode localizar as explicações causais das características das organizações. Assim, não há uma única melhor maneira (the best way) de se organizar. Tudo depende (it depends) das características ambientais relevantes para a organização. Os sistemas culturais, políticos, econômicos etc. afetam inteiramente as organizações ao mesmo tempo em que estão intimamente relacionados em uma dinâmica iterativa com cada organização. As características organizacionais somente podem ser entendidas mediante a análise das características ambientais com as quais aquelas se defrontam.

A CONTRIBUIÇÃO DAS DIVERSAS TEORIAS DA ORGANIZAÇÃO A TEORIA DA CONTINGENCIA

Adaptado de: Herbert G. Hicks e C. Ray Gullet, Organizations' TheorY and Behavior Tokyo, McGraw-Hill
Kogekusha Ltd., 1975, p. 426.

A Teoria da Contingência é um passo além da Teoria dos Sistemas em Administração.

'A visão contingencial da organização e de sua administração sugere que uma organização é

um sistema composto de subsistemas e delineado por limites identificáveis em relação ao seu

sua-sistema ambiental. A visão contingencial procura compreender as relações dentro e

entre os subsistemas, bem como entre a organização e seu ambiente, e definir padrões de

relações ou configuração de variáveis. Ela enfatiza a natureza multivariada das organizações

e procura compreender como as organizações operam sob condições variáveis e em circunstâncias específicas.

A visão contingencial está dirigida acima de tudo para a recomendação

de desenhos organizacionais (organizational designs) e sistemas gerenciais mais apropriados

para situações específicas."

Management", Academy of Management Journal, dez.1972, p.
4 .

CAPÍTULO 18

TEORIA DA CONTINGENCIA

Objetivos Deste Capítulo

Introduzir a visão relativista e contingencial das organizações, de seus ambientes e das pessoas que nelas participam, mostrando que não existe uma única melhor maneira de se atuar, administrar e organizar.

Permitir uma caracterização dos ambientes organizacionais, de seus estratos, de suas variedades e tipologias, bem como das dificuldades da análise ambiental.

Proporcionar uma visão da tecnologia utilizada pelas organizações e as diversas abordagens à sua caracterização.

Verificar os níveis da organização e suas interfaces com o ambiente e com a tecnologia.

Proporcionar uma apreciação crítica da Teoria da Contingência.

A Teoria da Contrrigência enfatiza que não há nada de absoluto nas organizações ou na teoria administrativa. Tudo é relativo. Tudo depende. A abordagem contingencial explica que existe uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas apropriadas para o alcance eficaz dos objetivos da organização. As variáveis ambientais são variáveis independentes, enquanto as técnicas administrativas são as variáveis dependentes dentro de uma relação funcional. Na realidade, não existe uma causalidade direta entre essas variáveis independentes e dependentes, pois o ambiente não causa a ocorrência de técnicas administrativas. Ao invés de uma relação de causa-e-efeito entre as variáveis independentes do ambiente e as variáveis administrativas dependentes, existe uma relação funcional entre elas. Essa relação funcional é do tipo "se-então" e pode levar a um alcance eficaz dos objetivos da organização.

A relação funcional entre as variáveis independentes e dependentes não implica que haja uma relação de causa-e-efeito, pois a Administração é ativa e não passivamente dependente na prática da administração contingencial, procurando aquelas relações funcionais entre o ambiente independente e as técnicas administrativas dependentes que melhorem a eficácia da prática da administração contingencial'. Há um aspecto proativo e não meramente reativo na abordagem contingencial neste sentido, a administração contingencial pode ser intitulada de abordagem do "se-então". O reconhecimento, diagnóstico e adaptação à situação são certamente importantes para a abordagem contingencial. Porém, eles não são suficientes. As relações funcionais entre as condições ambientais e as práticas administrativas devem ser constantemente identificadas e especificadas.

A ABORDAGEM CONTINGENCIAL

Fonte: David R. Hampton, *Contemporary Management*, New York, McGraw-Hill Book Co., 1977, p. 26

ORIGENS DA TEORIA DA CONTINGENCIA

A Teoria da Contingência nasceu a partir de uma série de pesquisas feitas para verificar quais os modelos de estruturas organizacionais mais eficazes em determinados tipos de indústrias². Os pesquisadores, cada qual isoladamente, procuraram confirmar se as organizações eficazes de determinados tipos de indústrias seguiam os pressupostos da Teoria Clássica, como a divisão do trabalho, a amplitude de controle, a hierarquia de autoridade etc. Os resultados surpreendentemente conduziram a uma nova concepção de organização: a estrutura de uma organização e o seu funcionamento são dependentes da interface com o ambiente externo. Em outros termos, não há uma única e melhor forma (the best way) de organizar.

Essas pesquisas e estudos foram contingentes, no sentido em que procuraram compreender e explicar o modo como as empresas funcionavam em

diferentes condições. Essas condições variam de acordo com o ambiente ou contexto que a empresa escolheu como seu domínio de operação. Em outras palavras, essas condições são ditadas "de fora" da empresa, isto é, do seu ambiente. Essas contingências externas podem ser consideradas como

31. Fred Luthans, Introduction to Management. A Contingency Approach, cit., p.

2 Daí o nome de Neoestruturalismo dado por Schein a Lawrence, Lorsch, Galbraith etc., pela abordagem inicialmente dada à estrutura organizacional como resposta às demandas ambientais.

V.: Edgard H. Schein, Psicologia da Organização, Madrid, Editorial Prentice/Hall Internacional, -1972, pp.125 a 127.

oportunidades ou como restrições que influenciam organização³.

1. Pesquisa de Chandler " s s

Em 1962, Chandler' realizou uma das mais sérias investigações históricas :: estruturais de grandes organizações relacionando-as com a estratégia de n

O

estuda pormenorizadamente a experiência de quatro grandes empresas DuPont, a General Motors, a Standar Oil Co. (New Jersey) e a Sears Roebuck áE Zo. - é

examina comparativamente as maiores corporações americanas, demonstrando como t _ , estrutura daquelas empresas foi continuamente sendo adaptada e ajustada à sua estratégiaQ.

' A conclusão de Chandler é de que, na histbria industrial dos últimos cem anos, a eslrutu a

organ as gran empres izacional d des as americanasfoi sendo gradativamente determinadapptd

t sua estratégia mercadológica. A estrutura organizacional corresponde ao desenho da organi=

zação, isto é, à forma organizacional que ela assumiu para integrar seus recursos, enquanto a

"r estratégia corresponde ao planõ g obal de alocação dos seus recursos para atender a uma demanda do ambiente.

A conclusão do autor é que as grandes organizaç8es passaram por um processo histó-

i rico, envolvendo quatro fases distintas⁵:

1 ') Acumulação de recursos: iniciada após a Guerra da Secessão Americana (1865), com a expansão da rede ferroviária que provocou o fortalecimento do mercado para ferro e aço e o moderno mercado de capitais.

Com a migração rural e início da imigração europeia, a característica fundamental do período é o rápido

crescimento urbano, facilitado pela estrada de ferro. Nessa fase, as empresas preferiam ampliar suas

instalações de produção a org izar uma rede de distribuição. A preocupação com as matérias-primas

favoreceu o crescimento dos órg os de compra e a aquisição de empresas fornecedoras que detinham o

mercado de matérias-primas. Daí o controle por integração vertical que permitiu o aparecimento da economia em escala.

2') Racionalização do uso dos recursos' iniciada em pleno período da integração vertical. As novas empresas

verticalmente integradas tornaram-se grandes e precisavam ser organizadas, pois acumularam mais

recursos (instalaCdes e pessoal) do que era necessário. Os custos precisavam ser contidos através da

criação de uma estrutura funcional, com clara definição de linhas de autoridade e de comunicação. Os lucros dependeriam da racionalização da empresa e sua estrutura deveria ser adequada às oscilações do mercado..Para reduzir os riscos das flutuações do mercado, as empresas se preocuparam com o planejamento, to (planejamento e controle da produção determinação de prazos de entrega), organização (criação de departamentos funcionais) e coordenação (relacionamento entre fábrica e engenharia, desenho de produto e comercialização, compras e fabricação).

3') Continuação do crescimento: a reorganização geral das empresas na segunda fase possibilitou um aumento de eficiência nas vendas, compras, produção e distribuição fazendo com que as diferenças de custo entre as várias empresas diminuíssem. Em consequência, os lucros baixaram, o mercado foi se

3 Paul R. Lawrence e Jay W. Lorsch, *As Empresas e o Ambiente* Diferenciação e Integração Administrativas, Petrópolis Ed. Vozes, 1973, p. 210.

4 Alfred Chandler Jr., *Strategy and Structure* Chapters in the History of American Industrial Enterprises, ~, cit., 1976.

5 Alfred Chandler Jr., *Strategy and Structure: Chapters in the History of American Industrial Enterprises*, I cit., pp. 380-390.

tornando saturado, diminuindo as oportunidades de reduzir ainda mais os custos. Daí a decisão para diversificação e a procura de novos produtos e novos mercados. Como a velha estrutura funcional criada na fase anterior não estava ajustada para essa diversificação, a nova estratégia de diversificar provocou o surgimento de departamentos de pesquisa e desenvolvimento, engenharia de produto e desenho industrial.

4') Racionalização do uso de recursos em expansão: a ênfase reside na estratégia mercadológica para abranger novas linhas de produtos e novos mercados. Os canais de autoridade e de comunicação da estrutura funcional, inadequados para responder à complexidade crescente de produtos e operações, levaram à nova estrutura divisional departamentalizada. A General Motors e a DuPont foram as pioneiras na estrutura multidepartamentalizada: cada linha principal de produtos passou a ser administrada por uma divisão autônoma e integrada que envolvia todas as funções de staff necessária. Daí a necessidade de racionalizar a aplicação dos recursos em expansão, a preocupação crescente com o planejamento a longo prazo, a administração voltada para objetivos e a avaliação do desempenho de cada divisão. E de um lado a descentralização das operações e, de outro, a centralização de controles administrativos.

As diferentes espécies de estruturas organizacionais foram necessárias para fazer frente eficientemente a diferentes estratégias e ambientes. A alteração ambiental é o fator principal na escolha da estrutura adequada: "durante todo o tempo em que uma empresa pertence a uma indústria cujos mercados, fontes de matérias-primas e processos produtivos permanecem relativamente invariáveis, são poucas as decisões empresariais que devem ser tomadas... mas quando tecnologia, os mercados e as fontes de suprimento mudam rapidamente, os defeitos dessa estrutura tornam-se mais evidentes"⁶.

Em resumo, diferentes ambientes levam as empresas a adotar novas estratégias e as novas estratégias exigem diferentes estruturas organizacionais para poderem ser implementadas com eficiência e eficácia.

2. Pesquisa de Burns e Stalker

Tom Burns e G. M. Stalker', dois sociólogos industriais, pesquisaram vinte indústrias inglesas, para verificar a relação existente entre as práticas administrativas e o

ambiente externo

dessas indústrias. Ficaram impressionados com os métodos e procedimentos administrativos

nitidamente diferentes encontrados nessas indústrias.

Classificaram as indústrias pesquisadas em dois tipos: organizações "mecanísticas" e

"orgânicas".

As organizações mecanísticas apresentam as seguintes características principais:

- estrutura burocrática assentada em minuciosa divisão do trabalho;
- cargos ocupados por especialistas com atribuições perfeitamente definidas;
- altamente centralizadas, as decisões são geralmente tomadas nos níveis superiores da empresa;
- hierarquia rígida;
- sistema simples de controle: a informação ascendente sobe através de uma sucessão de filtros e as decisões descem através de uma sucessão de amplificadores;

6 Alfred Chandler Jr., *Strategy and Structure: Chapters in the History of American Industrial Enterprises*, cit., p. 41.

Tom Burns e G. M. Stalker, do Tavistock Institute of Human Relations de Londres.

s Tom Burns e G. M. Stalker, *The Management of Innovation*, cit.

ó =

- predomínio da interação vertical entre superior-subordinado
- amplitude de controle do supervisor mais estreita
- maior confiança nas regras e procedimentos formais;
- ênfase nos princípios da Teoria Clássica.

As organizações orgânicas apresentam as seguintes características principais:

- estruturas flexíveis que nem sempre podem sofrer divisão de trabalho e fragmentação bem definida;
- cargos continuamente redefinidos por interação com outros indivíduos participantes da tarefa;
- relativamente descentralizadas, com decisões delegadas aos níveis inferiores;
- tarefas são executadas à luz do conhecimento que os indivíduos têm das tarefas da empresa como um todo;
- predomínio da interação lateral sobre a vertical;
- amplitude de controle do supervisor mais ampla;
- maior confiança nas comunicações;
- ênfase nos princípios da Teoria das Relações Humanas.

Salientam os autores que parecia haver dois sistemas divergentes de prática administrativa-

" parecia ser apropriado a uma empresa que
 tiva. . . Um sistema, denominado mecanista , p
 , g " parecia exigido
 o era em condições ambientais relativamente estáveis. O outro " orgânico", p
 pelas condições ambientais em transformação. Em termos de tipos ideais , suas
 principais
 características são, em resumo, as seguintes:
 - Nos sistemas mecanistas, os problemas e as tarefas com que o conjunto se
 defronta são divididos por
 especialistas. Cada indivíduo se empenha na sua tarefa como se esta fosse
 distinta das tarefas reais da
 firma, enquanto totalidades, como se a tarefa fosse objeto de um subcontrato.
 Alguém na cúpula tem a
 responsabilidade de cuidar da importância dela. Os métodos, obrigações e
 poderes técnicos atribuídos a
 cada função estão precisamente definidos. A interação dentro da
 administração tende a tornar-se vertical,
 isto é, a se passar entre o superior e o subordinado. As operações e o
 comportamento de trabalho são
 governados por instruções e decisões emitidas pelos superiores. Esta
 hierarquia de comando é mantida
 pela implícita suposição de que todo o conhecimento relativo à situação da
 firma e suas tarefas só se
 encontra, ou só deveria se encontrar no vértice da
 firma. A administração, freqüentemente visualizada
 como a hierarquia completa bem conhecida nos organogramas opera um
 sistema de controle simples, no
 qual a informação flui para cima através de uma sucessão de filtros e as
 decisões e instruções decorrem
 para baixo através de uma sucessão de amplificadores.
 - Os sistemas orgânicos são adaptados a condições instáveis, quando surgem
 problemas e exigências de

ação que não podem ser fragmentados e distribuídos entre especialistas numa hierarquia claramente definida. Os indivíduos têm de realizar suas tarefas especiais à luz do conhecimento que possuam das tarefas da firma em totalidade. Os trabalhos perdem muito da sua definição formal em termos de métodos, obrigações e poderes, pois estes têm de ser continuamente redefinidos por interação com outros indivíduos participantes de uma tarefa. A interação efetua-se tanto lateralmente como verticalmente. A

B

9

comunicação entre pessoas de categorias diferentes assemelha-se mais à consulta lateral do que ao comando vertical. Não se pode mais atribuir onisciência à chefia do consórcio ..

A conclusão de Burns e Stalker é que a forma mecânica de organização é mais apropriada sob condições ambientais relativamente estáveis, enquanto a forma orgânica é mais apropriada para condições ambientais de mudança e inovação. Em resumo, existe um imperativo ambiental é o ambiente que determina a estrutura e o funcionamento das organizações .

y Tom Burns e G. M. Stalker, The Management of Innovation, cit., pp. 5-6.

CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS ORGANIZACIONAIS

AUTOR	Fechado/EstBvel/Mecantstico	Sistema aberto
Aberto/Adaptativo/OrgBnico		
James D. Thompson	Sistema fechado	Sistema aberto
	Certo, deterministico, racional	Irlcerto, indeterministico,
natùral		
Fremont E. Kast &	Princtpios de sistema fechado	Conceitos de sistema
aberto		
James E. Rosenzweig	Concentraç8o sobre o subsistema	Concentraç8o
sobre a interdepen-		
	Individual	d.8ncia e integraç8o de subsistemas
Tom Burns & G. M. Stalker	Mecantstico	OrgBnico
Lawrence & Lorsch	Certo, homog8neo	Incerto, heterog8neo
John J. Morse	Certo, prediztvel, rotineiro, imut8-	Incerto, imprediztvel,
éo-rotineiro,		
	vel, estruturado	mut8vel, não-estruturado

CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS FECHADOS E ABERTOS

Adeptado de: Fremont E. Kast e James E. Rosenzweig, Contingency Views of Organization and Management Chicago, Science Resssrch Assoeiates, Inc., 1973, pp. 311-312.

A Teoria da Contingência salienta que as características das organizações são variávC JS dependentes do ambiente e da tecnologia. Dai a enorme importância do estudo sobre o ambiente e a tecnologia.

TEORIA DA CONTINGÊNCIA

Em suma, a Teoria da Contingência procura explicar que não há nada de absoluto nos

princípios de organização. Os aspectos universais e normativos devem ser substituídos pelo

critério de ajuste entre organização e ambiente e tecnologia.

AMBIENTE

Ambiente é tudo aquilo que envolve externamente uma organização (ou um sistema). É o

contexto dentro do qual uma organização está inserida. Como a organização é um sistema

aberto, ela mantém transações e intercâmbio com seu ambiente. Isto faz com que tudo o que

ocorre externamente no ambiente passe a influenciar internamente o que ocorre na organização.

A análise das organizações dentro de uma abordagem múltipla envolvendo a interação

entre organização e ambiente foi iniciada pelos estruturalistas. A medida que essa análise

organizacional começou a ser fortemente influenciada pelas abordagens de sistemas abertos,

aumentou a ênfase no estudo do meio ambiente como base para a compreensão da legitimidade e eficácia das organizações. Todavia, essa ênfase na análise ambiental ainda

não produziu uma adequada sistematização e operacionalização dos conhecimentos acerca do meio

ambiente.

Ênfase

Intra-organizacional

Ênfase no

Ambiente

Teoria da Administração

Clássica	Comportamental	Estruturalista	Sistemas	D.O.	Contingência
----------	----------------	----------------	----------	------	--------------

Relações Humanas

Burocracia

As teorias da administração e o ambiente:

Continuum da ênfase voltada para o interior e para o exterior da

organização

" g

Como o ambiente é vasto, complexo, envolvendo o mundo inteiro além da organização,

Hall prefere analisá-lo em dois segmentos: o ambiente geral e o ambiente de tarefa :

a) Ambiente geral: é o macroambiente, ou seja, o ambiente

genérico e comum a todas as organizações. Tudo o que acontece no ambiente geral afeta direta ou indiretamente todas as organizações. O ambiente geral é constituído de um conjunto de condições semelhantes para todas as organizações. As principais dessas condições são as seguintes:

- a) Condições tecnológicas: o desenvolvimento tecnológico que ocorre nas organizações provoca profundas influências nas organizações, principalmente quando se trata de tecnologia sujeita a inovações, ou

o V. o capítulo dedicado à Teoria Estruturalista da Administração.

Richard H. Hall, Organizaciones: Estructura y Proceso, cit., pp. 276-300.

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

seja, tecnologia dinâmica e de futuro imprevisível. As organizações precisam se adaptar e incorporar tecnologia que provém do ambiente geral para não perderem a sua competitividade.

b) Condições legais: constituem a legislação vigente e que afeta diretamente ou indiretamente as organizações, auxiliando-as ou impondo-lhes restrições às suas operações. São leis de caráter comercial, trabalhista, fiscal, civil etc. que constituem elementos normativos para a vida das organizações.

c) Condições políticas: são as decisões e definições políticas tomadas ao nível federal, estadual e municipal que influenciam as organizações e que orientam as próprias condições econômicas.

d) Condições econômicas: constituem a conjuntura que determina o desenvolvimento econômico, de um lado ou a retração econômica, de outro lado, e que condicionam fortemente as organizações. A inflação, a balança de pagamentos do País, a distribuição da renda interna etc. constituem problemas econômicos que não passam despercebidos pelas organizações.

e) Condições demográficas: como taxa de crescimento, população, raça, religião, distribuição geográfica, distribuição por sexo e idade são aspectos demográficos que determinam as características do mercado atual e futuro das organizações.

f) Condições ecológicas: são as condições relacionadas com o quadro demográfico que envolve a organização. O ecossistema se refere ao sistema de intercâmbio entre os seres vivos e seu meio ambiente. No caso das organizações, existe a chamada ecologia social: as organizações influenciam e são influenciadas por aspectos como poluição, clima, transportes, comunicações etc.

g) Condições culturais: a própria cultura de um povo penetra nas organizações através das expectativas de seus participantes e de seus consumidores.

Enquanto o ambiente geral é genérico e comum para todas as organizações, cada uma delas tem o seu ambiente particular: o ambiente de tarefa.

b) Ambiente de tarefa é o ambiente mais próximo e imediato de cada organização. É o segmento do ambiente geral do qual uma determinada organização extrai as suas entradas e deposita as suas saídas. É o ambiente de operações de cada organização.

O ambiente de tarefa é constituído por:

a) Fornecedores de entradas: isto é, fornecedores de todos os tipos de recursos de que uma organização necessita para trabalhar: recursos materiais (fornecedores de matérias-primas, que formam o mercado de fornecedores), recursos financeiros (fornecedores de capital que formam o mercado de capitais), recursos

humanos (fornecedores de pessoas que formam o mercado de recursos humanos) etc.

b) Clientes ou usuários' isto é, consumidores das saídas da organização.

c) Concorrentes: cada organização não está sozinha, nem existe no vácuo, mas disputa com outras organi-

zações os mesmos recursos (entradas) e os mesmos tomadores de suas saídas: Daí os concorrentes quanto

a recursos e os concorrentes quanto a consumidores.

d) Entidades reguladoras cada organização está sujeita a uma porção de outras organizações que procuram

regular ou fiscalizar as suas atividades. É o caso dos sindicatos, associações de classe, órgãos regulamen-

tadores do governo, órgãos protetores do consumidor etc.

Quando uma organização escolhe o seu produto ou serviço (ou uma linha de produtos

ou serviços) e quando escolhe o mercado onde pretende colocá-los, ela está definindo o seu

ambiente de tarefa. É no ambiente de tarefa que uma organização estabelece o seu domínio,

ou, pelo menos, procura estabelecê-lo. O domínio depende das relações de poder ou depen-

dência de uma organização quanto às suas entradas ou saídas. Uma organização tem poder

sobre seu ambiente de tarefa quando as suas decisões afetam as decisões dos fornecedores de

entradas ou consumidores de saídas. Por outro lado, uma organização tem dependência em

relação ao seu ambiente de tarefa quando as suas decisões dependem das decisões tomadas

pelos seus fornecedores de entradas ou consumidores de saídas. As organizações procuram

aumentar o seu poder e reduzir sua dependência quanto ao seu ambiente de tarefa e estabelecer o seu domínio.

O reconhecimento do ambiente de tarefa corresponde à resposta à indagação: quais os elementos do ambiente que são ou podem ser oportunidades ou ameaças para a organização? Isto permite verificar:

1. quais os clientes (reais e potenciais) da organização?
2. quais os fornecedores (reais e potenciais)?
3. quais os concorrentes (para entradas e saídas)?
4. quais os elementos regulamentadores (reais e potenciais)?

Cada um desses elementos pode ser uma organização, grupo, instituição ou indivíduo. Por outro lado, a característica de ser uma ameaça ou oportunidade para a organização será uma decorrência do papel que cada elemento desempenha no ambiente. A identificação de cada elemento do ambiente de tarefa (seja ameaça ou oportunidade) decorrente de um domínio estabelecido pela organização é fundamental para a ação organizacional, pois localiza os agentes que produzem as coações e contingências que a organização precisa atender: a interação da organização com esses elementos pode então produzir a incerteza. O simples ato de reconhecer os elementos ambientais relevantes já diminui a incerteza de uma organização que inicialmente nem essa informação possuía e pode ainda favorecer a diminuição progressiva dessa incerteza na medida em que a organização consiga obter controle sobre esses elementos. A incerteza que se produz na organização acerca do seu ambiente é a incerteza de saber quais as oportunidades e ameaças desse ambiente e como utilizá-las ou evitá-las.

O grande problema com que as organizações de hoje se defrontam é a incerteza. Aliás, a incerteza é o grande desafio atual da Administração. Contudo, a incerteza não está no ambiente. A incerteza está na percepção e na interpretação das organizações e não na realidade ambiental percebida. Parece mais adequado falar-se em incerteza na organização, pois o mesmo ambiente pode ser percebido de maneiras diferentes por duas organizações.

Tipologia de Ambientes

Muito embora o ambiente seja um só, cada organização está exposta a apenas uma parte dele, e essa parte pode apresentar certas características que a diferem das demais. Para facilitar o

estudo e a análise ambiental, existem certas tipologias de ambientes. Certamente, estamos nos referindo a características do ambiente de tarefa. Os ambientes podem ser classificados em:

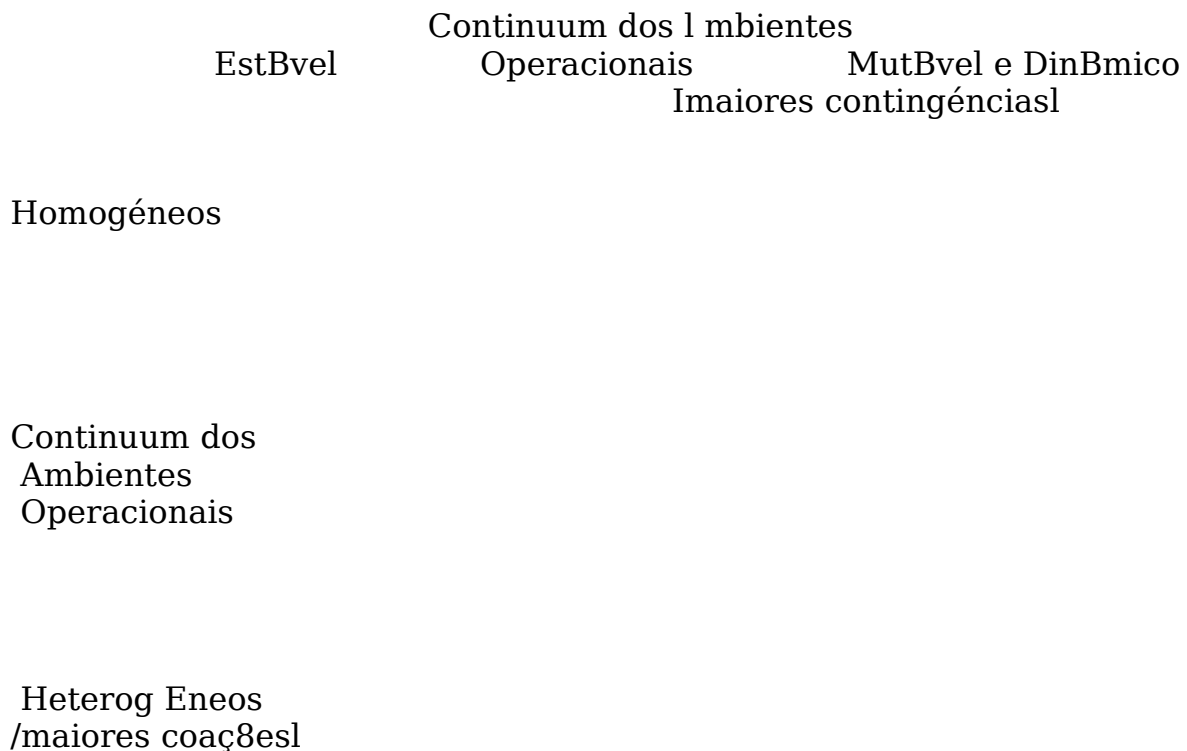
- a) Ambientes homogêneos: quando compostos de fornecedores ou clientes semelhantes e que impõem problemas semelhantes à organização. Em outros termos, quando há pouca segmentação nos mercados.
- b) Ambientes heterogêneos: quando ocorre muita diferenciação de fornecedores e de clientes, provocando uma diversidade de problemas diferentes à organização. Em outros termos, quando há muita segmentação nos mercados. as se caracterizam por um
- c) Ambientes estáveis: quando ocorrem poucas mudanças ou quando as mudanças desenvolvem-se lentamente e são previsíveis.
- d) Ambientes instáveis ou dinâmicos: quando ocorrem muitas mudanças ou quando as mudanças se caracterizam por imprevisibilidade e turbulência.

2 James D. Thompson, Dinâmica Organizacional. Fundamentos Sociológicos da Teoria Administrativa, cit., pp. 87-95.

	ESTÁTICA AMBIENTAL	I	DINÂMICA AMBIENTAL
ambiente	Autopreocupação com a organização		Heteropreocupação com o
	Intra-orientação para a produção		Extra-orientação para o mercado
	Burocracia		Adhocracia
	Previsibilidade		Incerteza e risco
	Manutenção do status quo		Inovação e criatividade
	Sistema fechado		Sistema aberto
	Eficiência		Eficácia
	Empresas de âmbito nacional		Empresas de âmbito multinacional
	Empresas de pequeno porte		Empresas de grande porte
	Competição		Colaboração

O CLIMA AMBIENTAL E SUA REPERCUSSÃO NAS ORGANIZAÇÕES

Essa tipologia pode ser reduzida a dois continúos: homogeneidade-heterogeneidade e estabilidade-instabilidade. O gráfico abaixo permite uma ilustração melhor:



CORRELAÇÃO ENTRE O CONTINUUM DO AMBIENTE E O CONTINUUM DOS AMBIENTES OPERACIONAIS

Adaptado de James D. Thompson, Dinâmica Organizacional. Fundamentos Sociológicos da Teoria Administrativa, São Paulo, Ed. McGraw-Hill, 1976, p. 93.

Quanto mais homogêneo um ambiente de tarefa menor diferenciação será

exigida da

organização, pois as limitadas coações impostas à organização poderão ser tratadas através

de uma estrutura organizacional simples e com pouca departamentalização. Porém, quanto

mais heterogêneo o ambiente de tarefa, maiores e diferentes serão as coações impostas à organização, exigindo maior diferenciação através de maior departamentalização. Quanto mais estável o ambiente de tarefa, menores as contingências impostas à organização, permitindo-lhe adotar uma estrutura burocrática e conservadora, já que o ambiente se caracteriza por poucas mudanças e inovações. Quanto mais dinâmico o ambiente de tarefa, maiores as contingências impostas à organização, exigindo que esta absorva a incerteza através de uma estrutura organizacional mutável e inovadora.

Pesquisa de Lawrence e Lorsch sobre a Organização e o Ambiente

A pesquisa de Lawrence e Lorsch sobre o defrontamento organização x ambiente marca o aparecimento da Teoria da Contingência. O próprio nome Teoria da Contingência derivou desta pesquisa. Preocupados com as características que devem ter as empresas para enfrentar com eficiência as diferentes condições externas, tecnológicas e de mercado, fizeram uma pesquisa comparando dez empresas em três diferentes meios industriais - plásticos, alimentos empacotados e recipientes (containers) '3. Os autores concluíram que os problemas organizacionais básicos são a diferenciação e a integração.

1. Conceito de diferenciação: as organizações apresentam a característica de diferenciação: é a divisão da organização em subsistemas ou departamentos, cada qual desempenhando uma tarefa especializada em um contexto ambiental também especializado. Cada subsistema ou departamento tende a reagir unicamente àquela parte do ambiente que é relevante para a sua própria tarefa especializada. Se os ambientes específicos diferirem quanto às demandas que fazem, aparecerão diferenciações na estrutura e na abordagem empregada pelos departamentos. Do ambiente geral emergem assim ambientes específicos, a cada qual correspondendo um subsistema ou departamento da organização.

2. Conceito de integração a integração refere-se ao processo oposto, isto é, ao processo gerado por pressões vindas do ambiente global da organização no sentido de alcançar unidade de esforços e coordenação entre os vários

departamentos (ou subsistemas).

Os autores verificaram que, quanto mais complexos os problemas de integração (seja pela diferenciação acentuada em uma organização ou seja pelas pressões ambientais), mais meios de integração serão utilizados. Quanto mais simples os problemas de integração, maior a utilização de soluções mais simples ou de meios como sistema formal e relacionamento administrativo direto entre departamentos.

Ambos os estados - diferenciação e integração - são opostos e antagônicos: quanto mais diferenciada é uma organização, mais difícil é a solução de pontos de vista conflitantes dos departamentos e a obtenção de colaboração efetiva.

Ao lidar com ambientes externos, as empresas vão se segmentando em unidades, cada uma com a tarefa de tratar com uma parte das condições existentes fora da organização (p. ex., as unidades de vendas, de produção e de pesquisa). Cada um desses segmentos atua com um segmento do universo exterior à empresa.

3 Paul R. Lawrence e W. W. Lorsch, *As Empresas e o Ambiente: Diferenciação e Integração Administrativas*. cit.

560

Essa divisão do trabalho entre departamentos (subsistemas) marca um estado de diferenciação. Mas os mesmos departamentos precisam fazer um esforço convergente e unificado para atingir os objetivos estabelecidos pela organização. Em consequência, ocorre também um processo de integração.

3. Conceito de diferenciação requerida e de diferenciação requerida: a diferenciação e a integração "requeridas" referem-se a previsões de exigências do ambiente da empresa. Sustentam que a empresa que mais se aproxima das características requeridas pelo ambiente está mais sujeita ao sucesso do que a empresa que se afasta muito delas. "À medida que os sistemas crescem de tamanho, diferenciam-se em partes e o funcionamento dessas partes separadas tem de ser integrado para que o sistema inteiro seja viável."

Diferenciação

Integração

INTEGRAÇÃO
e5

OS MECANISMOS DE DIFERENCIAÇÃO E DE SEGUNDO LAWRENCE E LORSCH

4. O desenvolvimento da pesquisa: a pesquisa foi desenvolvida da seguinte maneira":

- a) os autores escolheram indústrias de plásticos, de alimentos empacotados e de recipientes (containers) de alto e de baixo desempenho (sucesso nos negócios);
- b) escolheram ambientes industriais de diferentes graus de certeza e de estabilidade indo desde ambientes de rápida mudança mercadológica e inovação tecnológica (que exigem marcantes diferenciação e integração em face da incerteza e instabilidade do mercado) até ambientes estáveis (que exigem pequena diferenciação organizacional e menores exigências de integração);
- c) consideraram o ambiente geral através de três setores de mercado (ambientes específicos):
 - o ambiente mercadológico;
 - o ambiente técnico-econômico;
 - o ambiente científico relacionado com a indústria.

SUBSISTEMAS

AMBIENTES ESPECÍFICOS

I Departamentos)

Vendas
Produção
Pesquisa

Mercado
Técnico-Económico
Científico

A CORRESPONDÊNCIA ENTRE SUBSISTEMAS E SEUS RECURSOS ESPECÍFICOS

4 Paul R. Lawrence e Jay W. Lorsch, *As Empresas e o Ambiente: Diferenciação e Integração Administrativas*, cit., p. 24.

João Bosco Lodi, *História da Administração*, cit., pp. 206 a 210.

d) concluíram que as indústrias com elevado desempenho apresentam as seguintes características:

- melhor ajustamento às necessidades do ambiente através de alta diferenciação, principalmente nos departamentos relacionados diretamente com o problema ambiental;
- integração interdepartamental através de uma necessidade de trabalho conjunto e integrado.

5. Teoria da Contingência daí, os autores formularam a teoria da contingência não

existe uma única maneira melhor de organizar; ao invés disto, as organizações precisam ser

sistematicamente ajustadas às condições ambientais. Assim, a Teoria da Contingência apresenta os seguintes aspectos básicos:

- a) a organização é de natureza sistêmica, isto é, ela é um sistema aberto;
- b) as variáveis organizacionais apresentam um complexo inter-relacionamento entre si e com o ambiente.

Isto explica a íntima relação entre as variáveis externas (como a certeza e a estabilidade do ambiente) e os

estados internos da organização (diferenciação e integração organizacionais), bem como o tipo de solução utilizado nos contextos interdepartamentais e interpessoais.

TECNOLOGIA

Além do ambiente, a tecnologia constitui a outra variável independente que influencia

potentemente as características organizacionais (variáveis dependentes).

Além do impacto ambiental (para muitos autores, imperativo ambiental) existe o

impacto tecnológico (para muitos outros autores, imperativo tecnológico) sobre as organizações.

Todas as organizações utilizam alguma forma de tecnologia para executar suas operações

e realizar suas tarefas. A tecnologia adotada poderá ser tosca e rudimentar (como a

faxina e limpeza através da vassoura ou do escovão), como poderá ser sofisticada (como o

processamento de dados através do computador). Porém, algo é evidente: todas as organizações

dependem de um tipo de tecnologia ou de uma matriz de tecnologias para poderem

funcionar e alcançar seus objetivos.

Dentro de um ponto de vista puramente administrativo, consideraremos a tecnologia

como algo que se desenvolve predominantemente nas organizações, em geral, e nas empresas,

em particular, através de conhecimentos acumulados e desenvolvidos sob e o

significado ;

e execução de tarefas - know-how - e pelas suas manifestações físicas decorrentes

- máquinas, equipamentos, instalações, constituindo um enorme complexo de técnicas usadas

na transformação dos insumos recebidos pela empresa em resultados, isto é, em produtos ou

serviços .

A tecnologia pode estar ou não incorporada a bens físicos. A tecnologia incorporada

está contida em bens de capital, matérias-primas básicas, matérias-primas intermediárias ou

componentes etc. Assim, por exemplo, uma placa de metal é constituída pelo metal mas a

tecnologia que tornou possível a sua fabricação que está incorporada no equipamento indus-

trial. Neste sentido, a tecnologia corresponde o conceito de hardware. A tecnologia não

incorporada encontra-se nas pessoas - como técnicos, peritos, especialistas, engenheiros,

esquisadores - sob formas de conhecimentos intelectuais ou operacionais, facilidade

mental ou manual para executar as operações, ou em documentos que a registram e visam a

INTRODUÇÃO A TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

assegurar sua conservação e transmissão - como mapas, plantas, desenhos, projetos, patentes, relatórios. Corresponde aqui ao conceito de software. As duas formas de tecnologia frequentemente se confundem⁶.

Na realidade, a tecnologia não somente permeia toda a atividade industrial, como também participa profundamente em qualquer tipo de atividade humana, em todos os campos

de atuação. O homem moderno utiliza no seu comportamento cotidiano e quase sem o

perceber uma imensa avalanche de contribuições da tecnologia: o automóvel, o relógio, o

telefone, as comunicações etc. Sem toda essa parafernália, o comportamento do homem

moderno seria completamente diferente. Muito embora exista conhecimento que não possa

ser considerado conhecimento tecnológico, a tecnologia é um determinado tipo de conhecimento

que, apesar de sua origem, é utilizado no sentido de transformar elementos materiais

- matérias-primas, componentes etc. - ou simbólicos - dados, informações, etc. -

em bens ou serviços, modificando sua natureza ou suas características.

A tecnologia pode ser considerada, ao mesmo tempo, sob dois ângulos diferentes:

como uma variável ambiental e externa e como uma variável organizacional e interna.

a) Tecnologia como variável ambiental. A tecnologia é um componente do meio ambiente, na medida em

que as empresas adquirem, incorporam e absorvem as tecnologias criadas e desenvolvidas pelas outras

empresas do seu ambiente de tarefa em seus sistemas.

b) Tecnologia como variável organizacional. A tecnologia é um componente organizacional na medida em

que faça parte do sistema interno da organização, já incorporada a ela, passando assim a influenciá-la

profundamente e, com isto, influenciando também o seu ambiente de tarefa.

Assim, a tecnologia pode ser compreendida como uma variável ambiental - interna -

quando a organização no sentido de fora para dentro, como se fora uma força externa e

muitas vezes estranha à organização e sobre a qual a organização possui muito pouco conhecimento

e sobretudo controle - e como uma variável organizacional -, influenciando a

organização como se fora um recurso próprio e interno influenciando os demais recursos e

capaz de proporcionar melhor desempenho na ação e maior capacidade para a organização

defrontar-se com as forças ambientais.

Do ponto de vista de sua administração, a tecnologia pode ser abordada e analisada

sob vários ângulos e perspectivas, tal a sua complexidade. Vários autores tentaram propor classificações ou tipologias de tecnologias para facilitar o estudo de sua administração.

Tipologia de Thompson

Thompson assinala que "a tecnologia é uma importante variável para a compreensão das ações das empresas". A ação das empresas se fundamenta nos resultados desejados e nas convicções sobre as relações de causa-e-efeito. À frente de um resultado desejado, o conheci-

ib João Franco da Costa, "Condições e Fatores Determinantes para uma Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico: Aspectos Externos", Revista de Administração de Empresas. 14 (3), maio/jun. 1974 (83-100), p. 83:

Jamcs D. Thompson, Dinâmica Organizacional: Fundamentos Sociológicas do Teoria Administrativa, cit., p. 30.

mento humano dita quais as ações necessárias e a maneira de conduzi-las para alcançar

aqueles resultados. Essas ações são ditadas pelas convicções do homem para conduzir aos

resultados desejados e constituem a tecnologia ou racionalidade técnica. A racionalidade

técnica pode ser avaliada por critérios vários, dentre os quais o critério instrumental (que

permite conduzir aos resultados desejados) e o critério econômico (que permite alcançar os

resultados desejados com a mínima despesa de recursos necessários). Assim, a tecnologia

instrumentalmente perfeita produziria inevitavelmente o resultado desejado, enquanto uma

tecnologia menos perfeita prometerá um resultado altamente provável ou mesmo possível.

Thompson propõe uma tipologia de tecnologias, na qual identifica três tipos de tecnó-

logias, de acordo com seu arranjo dentro da organização's:

1. Tecnologia de elos em seqüência: é baseada na interdependência serial das tarefas necessária para com-

pletar um produto: o ato Z poderá ser executado depois de completar com êxito o ato Y que, por sua vez,

depende do ato X e assim por diante dentro de uma seqüência de elos encadeados e interdependentes. É o

caso da linha de montagem da produção em massa.

C D Produto

TAREFAS RELACIONADAS SERIADAMENTE TECNOLOGIA DE ELOS EM SEQUÊNCIA

Adaptado de: James D. Thompson, Dinâmica Organizacional. Fundamentos Sociológicos da Teoria

Administrativa, São Paulo, Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1976, pp. 30-31.

Aproxima-se da perfeição instrumental quando produz um único tipo de produto-padrão, repetitivamente

e a uma taxa constante. "Um único tipo de produto significa a necessidade de uma única tecnologia e,

portanto, de critérios definidos para as escolhas de máquinas e ferramentas, construção de dispositivos

para o fluxo do trabalho, aquisição de matérias-primas e seleção de operadores humanos. A repetição dos

processos produtivos proporciona a experiência como meio de eliminar imperfeições na tecnologia; a

é portanto possível levar a modificações do maquinário e proporcionar a base para uma manutenção preven-

tiva programada. A repetição significa que os movimentos humanos

podem também ser examinados através de treinamento e prática, reduzindo os erros e as perdas de energia a um mínimo. É talvez neste sentido que o movimento da Administração Científica prestou sua maior contribuição."

2. Tecnologia mediadora: algumas organizações têm por função básica a ligação de clientes que são ou desejam ser interdependentes. O banco comercial liga os depositantes com aqueles que tomam empréstimo. A companhia de seguros liga aqueles que desejam associar-se em riscos comuns. A empresa de propaganda vende tempo ou espaço, ligando os veículos às demais organizações. A companhia telefônica liga aqueles que querem chamar com os que querem ser chamados. A agência de colocações media a procura com a oferta de empregos.

olvi-
100), s James D. Thompson, *Dinâmica Organizacional: Fundamentos Sociológicos da Teoria Administrativa*, cit., pp. 30-33.
rtiva, 9 James D. Thompson, *Dinâmica Organizacional: Fundamentos Sociológicos da Teoria Administrativa*, cit., p. 31.

Cliente

EMPRESA
MEDIADORA

Cliente

TECNOLOGIA MEDIADORA

Adaptado de: James D. Thompson, *dinâmica Organizacional. Fundamentos Sociológicos da Tecnologia Mediadora*, São Paulo, Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1976, pp. 31-32.

A complexidade da tecnologia mediadora reside no fato - não da necessidade de ter cada atividade engendrada às necessidades da outra, como na tecnologia de elos em seqüência - de requerer um funcionamento dentro das modalidades padronizadas e, extensivamente, envolvendo clientes ou compradores múltiplos distribuídos no tempo e no espaço. O banco comercial precisa encontrar e agregar depósitos de diversos depositantes; mas, por mais diversos que sejam os depositantes, a transação deve corresponder aos termos-padrão e a procedimentos de escrutinação e contabilização uniformes. Por outro lado, é preciso também encontrar os que querem tomar emprestado; mas não importa quão variados seus desejos ou necessidades, os empréstimos precisam ser feitos de acordo com critérios-padrão e a condições aplicadas de maneira uniforme à categoria adequada especificamente àquele que toma emprestado. Riscos desfavoráveis que recebam tratamento preferencial prejudicam a solvência do banco. A padronização permite à companhia de seguros definir categorias de risco, e consequentemente classificar seus clientes ou compradores em potencial em categorias agregadas convenientes. "A padronização permite o funcionamento da tecnologia mediadora pelo tempo e através do espaço, assegurando a cada segmento da empresa que outros segmentos estão funcionando de maneira compatível. É em situações como estas que as técnicas burocráticas de categorização e de aplicação pessoal dos regulamentos têm sido mais benéficas."20

3. Tecnologia intensivo representa a focalização de uma ampla variedade de habilidades e especializações sobre um único cliente. A organização emprega uma variedade de técnicas para conseguir uma modificação em algum objeto específico e a seleção, combinação e ordem de aplicação são determinadas pela realimentação pelo próprio objeto. O hospital representa uma espécie deste tipo de organização, assim como a indústria de construção e a pesquisa.

segundo James D. Thompson, Dinâmica Organizacional, 6ª edição, Teoria Administrativa, cit., p. 32.

g t cnicas espB
N 4o5
58

Cia/iz

Cliente

TECNOLOGIA INTENSIVA

Adaptado de: James D. Thompson, Dinâmica Organizacional. Fundamentos Socio/bgicos da Teoria Administrativa, São Paulo, Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1976, pp. 32-33.

O hospital geral ilustra bem a aplicação da tecnologia intensiva: a qualquer momento, uma interconexão de emergência pode exigir alguma combinação de serviços dietéticos, radiológicos, de laboratório etc., em conjunto com diversas especialidades médicas, serviços farmacêuticos, terapias ocupacionais, serviços de trabalho social e serviços espirituais religiosos. Qual destes, é quando, só poderá ser determinado pela evidência do estado do paciente ou da sua resposta ao tratamento. A tecnologia intensiva requer a aplicação de parte ou de toda a disponibilidade das aptidões potencialmente necessárias, dependendo da correta combinação conforme exigidas pelo caso ou projeto individual. Ela conduz praticamente a uma organização do tipo de projeto.

TECNOLOGIA: I PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS:

Elos em seqüência Interdependência serial entre as diferentes tarefas:
 Ênfase no produto.
 . Tecnologia fixa e estável.
 Repetitividade do processo produtivo, que é cíclico
 Abordagem típica da Administração Científica.

Mediadora Diferentes tarefas padronizadas são distribuídas extensivamente em diferentes locais.
 mediados Ênfase em clientes separados, mas interdependentes que são pela empresa .
 Tecnologia fixa e estável, produto abstrato.
 Repetitividade do processo produtivo, que é padronizado e sujeito a normas .
 e procedimentos.
 Abordagem típica da Teoria da Burocracia.

Intensiva Diferentes tarefas são focalizadas e convergidas sobre cada cliente tomado individualmente.

técnicas
objeto

- . Ênfase no cliente.
 - . Tecnologia flexível.
 - . Processo produtivo envolvendo variedade e heterogeneidade de
que são determinadas através da retroação fornecida pelo próprio
cliente.
- Abordagem típica da Teoria da Contingência.

A TIPOLOGIA DE TECNOLOGIAS SEGUNDO THOMPSON

Em outra obra², Thompson classifica a tecnologia em dois tipos básicos

1. Tecnologia flexível: a flexibilidade da tecnologia refere-se à extensão em que as máquinas, o conhecimento técnico e as matérias-primas podem ser usados para outros produtos ou serviços.

2. Tecnologia fixa: é aquela que não permite utilização em outros produtos ou serviços.

As influências da tecnologia - seja flexível ou fixa - são melhor perceptíveis quando

associadas com o tipo de produto da organização. Os autores classificam os produtos em

dois tipos básicos:

1. Produto concreto: produto que pode ser descrito com grande precisão, identificado com grande especificidade, medido e avaliado.

2. Produto abstrato: não permite descrição precisa, nem identificação e especificação notáveis.

Ambas as classificações binárias podem ser reunidas em uma tipologia de tecnologia e

produtos que permite considerar as suas consequências para a elaboração da política administrativa

global de uma organização. Daí as quatro combinações:

1. Tecnologia fixa e produto concreto: típica de organizações onde as possibilidades de mudanças tecnológicas são muito pequenas e mesmo difíceis. A grande preocupação reside na possibilidade de que o mercado venha a rejeitar ou dispensar o produto oferecido pela organização. A formulação da estratégia global da organização procura enfatizar a colocação ou a distribuição do produto, com especial reforço na área mercadológica. O exemplo típico são as empresas do ramo automobilístico.

2. Tecnologia fixa e produto abstrato: a organização é capaz de mudar, embora dentro dos limites impostos

pela tecnologia rígida ou inflexível. A formulação da estratégia global da organização procura enfatizar a obtenção do suporte ambiental necessário para a mudança. Assim, as partes relevantes do ambiente de

trabalho precisam ser influenciadas para que aceitem novos produtos que a organização deseja oferecer. O

exemplo típico são as instituições educacionais baseadas em conhecimentos altamente especializados e que oferecem cursos variados.

3. Tecnologia flexível e produto concreto: a organização pode efetuar com relativa facilidade mudanças para

um produto novo ou diferente através da adaptação das máquinas e equipamentos, técnicas, conheci-

mentos, pessoal etc. A estratégia global procura enfatizar a inovação através da pesquisa e desenvolvi-

mento, isto é, a criação constante de produtos diferentes ou de características novas para antigos produtos. O exemplo típico são as empresas do ramo de plásticos, de equipamentos eletrônicos, tremendamente sujeitos a mudanças e inovações tecnológicas fazendo com que as tecnologias adotadas sejam constantemente reavaliadas e modificadas ou adaptadas.

4. Tecnologia flexível e produto abstrato: encontrada em organizações com grande adaptabilidade ao meio ambiente. A estratégia global enfatiza a obtenção do consenso externo em relação ao produto ou serviço a ser oferecido ao mercado (consenso de clientes) e aos processos de produção (consenso dos empregados), já que as possibilidades de mudanças tecnológicas são muitas e o problema maior da organização reside na escolha entre qual a alternativa mais adequada entre elas. O exemplo típico são as organizações secretas ou mesmo abertas, mas extra-oficiais, as empresas de propaganda e de relações públicas, as empresas de consultoria administrativa, de consultoria legal, de auditoria etc. As condições e contingências impostas por diferentes tecnologias e diferentes produtos são importantes para a organização e para sua administração, pois em um nível de análise mais amplo, todas as organizações apresentam problemas semelhantes nestes dois aspectos. Uma organização comprometida com uma tecnologia específica pode perder a oportunidade de produzir determinado produto para outras organizações de tecnologias mais flexíveis, pois, à medida que uma tecnologia se torna mais especializada, a flexibilidade da organização de passar de um produto para outro com relativa rapidez tende a decrescer.

2 James D. Thompson e Frederick L. Bates, *Technology, Organization and Administration*, Ithaca, Business and Public Administration School, Cornell University, 1959.

	PRODUTO	
	Concreto	Abstrato
lento		
possibilidades de mu-	Poucas possibilidades de mudan-	. Algumas
impos-	ças: pouca flexibilidade.	danças, dentro dos limites
ndo	Estratégia voltada para a coloca-	tos pela tecnologia.
a obten-	ção do produto no mercado.	Estratégia voltada para
novos pro-	Enfase na área mercadológica	ção da aceitação de
mercado	da empresa.	dutos pelo mercado.
logia	Receio de ter o produto rejeitado	Enfase na área de
pro-	pelo mercado.	/especialmente promoção e
		pagandal.
		Receio de não obter o suporte
		ambiental necessário.
TECNOLOGIA		
adaptabilidade ao meio	Mudanças relativamente frequentes	Grande
flexibilidade.	nos produtos, através de adap-	ambiente: grande
para obtenção	tação ou mudança tecnológica.	Estratégia voltada
ó-	Estratégia voltada para a inova-	de consenso externo
/quanto aos	ção e criação constante de novos	novos produtos/ e
o o	produtos ou serviços.	interno /quanto aos novos
consenso		
pro-		
ina	Flexível	Enfase na área de pesquisa e
produção .		cessos de
	desenvolvimento.	. Enfase nas áreas de
pesquisa e		
tós		desenvolvimento
r a		Inovos produ-
de		tos e novos processos, merca-
		dologia
		Consenso dos clientes e
		recursos humanos /consenso dos
		empregados.

MATRIZ DE TECNOLOGIA/PRODUTO DE THOMPSON E BATES

Adaptado de: James D. Thompson e Frederick L. Bates, "Technology Organizations and Administration",
Administrative Science Quarterly, vol. 2, pp. 31-32, dez. 1957.

Porém, à medida que uma tecnologia se torna mais complicada, torna-se

mais difícil a entrada de novos concorrentes em um determinado mercado de produtos ou serviços. Essa entrada ocorre mais facilmente nos casos em que uma empresa já existente e dotada de grandes recursos aplica uma parte deles em um novo campo de atividades ou de produtos ou então nos casos em que uma nova organização aproveita o surgimento de uma nova tecnologia, usufruindo a sua vantagem de não estar condicionada ou aprisionada a uma tecnologia já existente. Também, à medida que uma tecnologia se torna mais complexa, a organização que dela se utiliza passa a ter menos controle sobre o processo tecnológico global, tornando-se mais dependente de outras empresas do ambiente de tarefa, o que tende a diminuir também a sua flexibilidade na formulação de objetivos e na administração de seus recursos. A dependência crescente de especialistas, no caso, significa mais dependência do treinamento prévio feito por outras organizações, como universidades e instituições de treinamento especializado. O treinamento especializado, por sua vez, desde que requerido pelo desenvolvimento tecnológico, aumenta a heterogeneidade da organização, exigindo um maior esforço de integração e de coordenação. À medida que ocorre a diferenciação pela heterogeneidade, aumenta a necessidade de integração para que a organização assegure a sua unidade.

Impacto da Tecnologia

A influência da tecnologia sobre a organização e seus participantes é muito grande. Em resumo, podemos dizer que :

- a) A tecnologia tem a propriedade de determinar a natureza da estrutura organizacional e do comportamento organizacional das empresas. Alguns autores falam de imperativo tecnológico para se referirem ao fato de que é a tecnologia que determina (e não influencia simplesmente) a estrutura da organização e o seu comportamento. Apesar do exagero da afirmação, não resta dúvida alguma de que existe um forte impacto da tecnologia sobre a vida, natureza e funcionamento das organizações.
- b) A tecnologia, isto é, a racionalidade técnica tornou-se um sinônimo de eficiência. E a eficiência tornou-se o critério normativo pelo qual os administradores e as organizações são costumeiramente avaliados.
- c) A tecnologia, em nome do progresso, cria incentivos em todos os tipos de empresas, para levar os administradores a melhorarem cada vez mais a eficácia, mas sempre dentro dos limites do critério normativo de produzir eficiência.

CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS

ORGANIZACIONAIS:

DIMENSÕES-CHAVES DA TECNOLOGIA:

	Fechado/Mecanístico	Aberto/Orgânico
Natureza geral das tarefas rotineiras, mais	Repetitivas, rotineiras, rigidamente estabelecidas.	Variadas, não-rotineiras, mais flexíveis.
Entrada (input/ dos processos de transformação)	Homogênea.	Heterogênea.
Saída (output/ dos processos de transformação)	Estandarizada, fixada.	Não-estandarizada, variável.
Conhecimento	Especializado e limitado.	Generalizado
Base ampla.		
Métodos	Programados, algoritmos.	Não-programados, intuitivos.
Propensão à mudança	Estabilidade.	Dinamismo.

VISÃO CONTINGENCIAL SOBRE O SISTEMA TÉCNICO

Adaptado de: Fremont E. Kast e James E. Rosenzweig, *Contingency Views of Organization and Management*, Chicago, Science Research Associates, Inc., 1973, pp. 314-315.

Pesquisa de Joan Woodward

Joan Woodward, socióloga industrial inglesa, organizou uma investigação para saber se os princípios de Administração propostos pelas várias teorias administrativas, se correlacionavam com o êxito do negócio quando postos em prática²³. A pesquisa envolveu uma amostra

zz V,rliam G. Scott e Terence R. Mitchell, *Organization Theory: A Structural and Behavioral Analysis*, cit., pp. 307-308.

2j Joan Woodward; *Management and Technology*, London, Her Majesty's Stationery Office, 1958.

de 100 firmas de diferentes tipos de negócios, cujo tamanho oscilava de 100 a 8.000 empregados, situadas em uma área geográfica do sul da Inglaterra. As 100 firmas foram classificadas em três grupos amplos de tecnologia de produção, cada um delas envolvendo uma diferente maneira de produzir:

1. produção unitária ou oficina: a produção é feita por unidades ou por pequenas quantidades, cada produto a seu tempo sendo modificado à medida que é feito. Os trabalhadores utilizam uma variedade de instrumentos e ferramentas. O processo produtivo é menos padronizado e menos automatizado. É o caso da produção de navios, geradores e motores de grande porte, aviões comerciais, locomotivas e confecções sob medida;
2. produção em massa ou mecanizada: a produção é feita em grande quantidade. Os operários trabalham em linha de montagem ou operando máquinas que podem desempenhar uma ou mais operações sobre o produto. É o caso da produção de equipamentos operados pelo homem e linhas de produção ou montagem padronizadas, como as empresas montadoras de automóveis;
3. produção em processo ou automatizada: produção em processamento contínuo em que um ou poucos operários monitorizam um processo total ou parcialmente automático de produção. A participação humana é mínima. É o caso do processo de produção empregado nas refinarias de petróleo, produção química ou petroquímica, siderúrgicas etc.

Os três tipos de tecnologia - produção unitária, em massa e por processamento contínuo - envolvem diferentes abordagens na manufatura dos produtos, cada qual com processos de produção diferentes.

As conclusões de Woodward, tomadas de seus três livros⁵, são as seguintes:

1. O desenho organizacional é profundamente afetado pela tecnologia utilizada pela organização: as firmas de produção em massa bem sucedidas tendiam a ser organizadas em linhas clássicas, com deveres e responsabilidades claramente definidos, unidade de comando, clara distinção entre linha e staffe estreita amplitude de controle (5 a 6 subordinados para cada chefe executivo). Na tecnologia de produção em massa a forma burocrática de organização mostra-se associada com sucesso. Porém, nos outros tipos de tecnologias, a forma organizacional mais viável não é aquela desenhada pelos princípios clássicos.

2. Há uma forte correlação entre estrutura organizacional e a previsibilidade das técnicas de produção: a previsão de resultados é alta para a tecnologia de produção por processamento contínuo e baixa para a tecnologia de produção unitária (oficina).

Previsibilidade das
Tecnologias de Produção: Técnicas de Produção:

Produção Unitária	Baixa
Produção em Massa	Média
Produção Contínua	Alta

4 A pesquisa envolveu 100 firmas: 24 de produção unitária, 31 de produção em massa, 25 de produção por processo e 20 de sistemas combinados de produção.

Os três livros de Woodward são: Management and Technology, cit.; Industrial Organizations: Behavior and Control, London, Oxford University Press, 1970; Industrial Organizations: Theory and Practice, cit.

A previsibilidade dos resultados afeta o número de níveis hierárquicos da organização, fazendo com que haja uma forte correlação entre ambas as variáveis: quanto menor a previsibilidade dos resultados, menor a necessidade de aumentar os níveis hierárquicos, e quanto maior a previsibilidade, tanto maior o número de níveis hierárquicos da organização.

Tecnologia de Produção: Número de Níveis Hierárquicos:

Produção Unitária	Menor
Produção em Massa	Médio
Produção Contínua	Maior

3. As empresas com operações estáveis necessitam de estruturas diferentes daquelas organizações com tecnologia mutável. Organizações altamente estruturadas e burocráticas com um sistema mecanístico de administração são mais apropriadas para operações estáveis, enquanto a organização inovativa com tecnologia mutável requer um sistema "orgânico" mais adaptativo²⁶.

Grau de Padronização
Tecnologia de Produção: e Automação:

Unitária (oficina)	Menor
Em Massa (mecanizada)	Médio
Contínua (processo automatizado)	Maior

4. Predomínio das funções da empresa: a conclusão é que a importância de vendas, produção ou engenharia, na empresa, depende da tecnologia específica empregada.

Tecnologia: Predomínio:

Produção Unitária	Pessoal de Engenharia (Pesquisa e Desenvolvimento)
Produção em Massa	Pessoal de Produção (Operações)
Produção em Processo	Pessoal de Marketing (Vendas)

TECNOLOGIA E PREDOMÍNIO

Em resumo, para Woodward há um imperativo tecnológico: é a tecnologia adotada pela empresa que determina a sua estrutura e o seu comportamento organizacional.

TEORIA DA CONTINGENÇA

AS ORGANIZAÇÕES E SEUS NÍVEIS

Para a Teoria da Contingência não existe uma universalidade dos princípios de Administração nem uma única melhor maneira de organizar e estruturar as organizações. A estrutura e comportamento organizacional são variáveis dependentes. As variáveis independentes são o ambiente e a tecnologia. O ambiente impõe desafios externos à organização, enquanto a tecnologia impõe desafios internos. Para se defrontar com os desafios externos e com os desafios internos, as organizações se diferenciam em três níveis organizacionais, qualquer que seja a natureza ou tamanho da organização, a saber²:

a) Nível Institucional ou Nível Estratégico

Corresponde ao nível mais elevado da empresa, composto dos diretores, dos proprietários ou acionistas e dos altos executivos. É o nível onde as decisões são tomadas e onde são estabelecidos os objetivos da organização, bem como as estratégias para alcançá-los. O nível institucional é predominantemente extrovertido: é o nível que mantém a interface com o ambiente. Lida com a incerteza, exatamente pelo fato de não ter poder ou controle algum sobre os eventos ambientais presentes e muito menos capacidade de prever com razoável precisão os eventos ambientais futuros.

b) Nível Intermediário

Também chamado nível mediador ou nível gerencial, é o nível colocado entre o nível institucional e o nível operacional, e que cuida da articulação interna entre estes dois níveis. Trata-se da linha do meio de campo. Cuida também da escolha e captação dos recursos necessários, bem como da distribuição e colocação do que foi produzido pela empresa nos diversos segmentos do mercado. É o nível que lida com os problemas de adequação das decisões tomadas ao nível institucional (no topo) com as operações realizadas no nível operacional

(na base da organização). O nível intermediário é geralmente composto da média administração da empresa, isto é, as pessoas ou órgãos que transformam as estratégias elaboradas para atingir os objetivos empresariais em programas de ação. O nível institucional está geralmente ligado ao nível operacional por uma cadeia de administradores de linha-média com autoridade formal. Essa cadeia de autoridade é escalar, pois ela liga através de uma linha simples o topo à base da organização, fazendo com que cada subordinado tenha apenas um supervisor.

2 Talcott Parsons, "Some Ingredients...", in *Structure and Process in Modern Society*, cit

alcançar e dedicar à operações internas que são a realidade
no nível
conter os impactos e pressões externos. Pode dilatar ou reduzir certas
demandas e exigências
racionais, bem como deve ser capaz
de externalizar
compatibilizá-la com as possibilidades internas do nível operacional. Em
outros termos, como o operacional tem pouca flexibilidade, cabe ao nível intermediário servir de
bolsão mediador que possa
os ritmos mais rápidos ou mais lentos das forças ambientais com as
possibilidades rotineiras e cotidianas de
atuação do nível operacional.

Cabe ao nível intermediário administrar o nível operacional e cuidar das
decisões aos
e atividades relacionadas com o dimensionamento e alocação dos
recursos necessários
níveis da
nos às atividades da organização. Daí Thompson chamá-lo de nível
administrativo.

2. James D. Thompson, *Diagrama Organizacional. Fundamentos
Sociológicos da Teoria Administrativa*,
; p. 30.

c) Nível Operacional

Também denominado nível técnico ou núcleo técnico, é o nível localizado nas áreas inferiores da organização. Está relacionado com os problemas ligados à execução cotidiana e eficiente das tarefas e operações da organização e orientado quase que exclusivamente para as exigências impostas pela natureza da tarefa técnica a ser executada, com os materiais a serem processados e com a cooperação de numerosos especialistas necessários ao andamento dos trabalhos. É o nível onde as tarefas são executadas e as operações realizadas: envolve o trabalho básico relacionado diretamente com a produção dos produtos ou serviços da organização.

Ambiente
do
Sistema

Entradas
Sistema

NÍVEL =
OPERA-
CIONAL

Saídas
para o
Ambiente

Penetração de forças
ambientais

Fronteiras dos níveis
do sistema

RELAÇÃO SISTÊMICA ENTRE A ORGANIZAÇÃO E SEU

AMBIENTE

Adaptado de: James D. Thompson, *Organização Organizacional. Fundamentos Sociológicos da Teoria Administrativa*, São Paulo, Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1976, pp. 29-40.

O nível operacional é geralmente composto pelas áreas encarregadas de programar e executar as tarefas e operações básicas da organização. É nele que estão as máquinas e equipamentos, as instalações físicas, as linhas de montagem, os escritórios e os

balcões de atendi-

mento etc., cujo funcionamento deve atender a determinadas rotinas e procedimentos

programados dentro de uma regularidade e continuidade que assegurem a utilização plena

dos recursos disponíveis e a máxima eficiência das operações.

As organizações são, de um lado, sistemas abertos, defrontando-se com a incerteza que

provém das coações e contingências externas impostas pelo ambiente e que nelas penetram

através do nível institucional. Sua eficácia reside na tomada de decisões capazes de permitir

que a organização se antecipe às oportunidades, se defenda das coações e se ajuste às contingências do ambiente.

Por outro lado, as organizações são sistemas fechados, tendo em vista que o nível

operacional funciona em termos de certeza e de previsibilidade, operando a tecnologia de

acordo com critérios de racionalidade limitada. Sua eficiência reside nas operações executa-

das dentro de programas, rotinas e procedimentos estandardizados, cíclicos, repetitivos, nos

moldes da "melhor maneira" (the best way) e da otimização na aplicação dos recursos dis-

poníveis .

Ambiente externo

sistema
aberto

Nível Institucional Incerteza
É o componente estratégico.
Formulação de políticas gerais.

Nível Intermediário
É o componente tático.
Elaboração de planos e programas específicos. Mediação /limitação da incerteza/

Nível Operacional/
É o componente técnico.
Execução de rotinas e procedimentos.

Lógica de
sistema
fechado

Racionalidade
limitada

Núcleo técnico

OS NÍVEIS INSTITUCIONAL, INTERMEDIÁRIO E OPERACIONAL
E SEU RELACIONAMENTO COM A INCERTEZA

Fonte: Idalberto Chisvenato, Administração de Empresas: Uma Abordagem Contingencial, São Paulo, Ed. McGraw-Hill, 1982, p. 76. (

Em resumo, a estrutura e comportamento organizacional são Contingentes, pelos

seguintes motivos:

a) As organizações enfrentam condições inerentes em suas tecnologias e ambientes de tarefa. Como estes

diferem para cada uma organização, a base de estrutura e de comportamento difere, não havendo "uma

melhor maneira" de estruturar as organizações complexas.

29 James D. Thompson, Dinâmica Organizacional/. Fundamentos Sociológicos da Teoria Administrativa, cit.

b) Dentro dessas condições, as organizações complexas procuram minimizar as contingências e lidar com as contingências necessárias, isolando-as para disposição local. Como as contingências surgem de maneiras diferentes para cada organização, há uma variedade de reações estruturais e comportamentais à contingência.

A estrutura e comportamento organizacional "ótima" é basicamente dependente do ambiente externo e da estrutura utilizada.

CONCLUSÕES

Cada uma das teorias administrativas aqui comentadas apresenta uma diferente abordagem para a administração das organizações. Cada uma delas reflete os fenômenos históricos sociais, culturais e econômicos de sua época, bem como os problemas que afligiam os seus autores. Cada teoria representa a solução ou soluções encontradas para determinadas circunstâncias, tendo em vista as variáveis localizadas e os temas mais relevantes. Dizer que uma teoria está mais certa do que a outra não é correto. Melhor seria dizer que cada teoria representa a solução dentro da abordagem escolhida tendo em vista as variáveis selecionadas dentro ou fora das organizações. O administrador pode tentar resolver um determinado problema administrativo dentro do enfoque clássico quando a solução clássica lhe parecer a mais apropriada de acordo com as circunstâncias ou contingências. Pode também tentar resolvê-lo dentro do enfoque comportamental ou estruturalista se as circunstâncias ou contingências assim o aconselharem. Nisto reside o encanto da TGA: mostrar uma variedade de opções à disposição do administrador. A ele cabe diagnosticar a situação e entrever a abordagem mais indicada a ser aplicada no caso.

APRECIÇÃO CRÍTICA DA TEORIA DA CONTINGÊNCIA

A abordagem contingencial procura compreender as relações dentro e entre os subsistemas bem como entre a organização e seu ambiente e definir os padrões de relações ou configurações das variáveis. Ela enfatiza a natureza multivariada das organizações e tenta

com reen- !

der como as organizações operam sob condições variadas e em circunstâncias específicas. A !

visão contingencial é, no final das contas, orientada para sugerir delineamento p organiza-

cionais e ações gerenciais mais apropriadas para situações específicas³⁰.

Os autores que defendem a teoria contingencial mostram um impressionante consenso

30

p. 313. Fremont E. Kast e James E. Rosenzweig, *Contingency Views of Organization and Management*, cit.,

3 Fremont E. Kast e James E. Rosenzweig, *Contingent Views of Organization and Management*, cit., !
pp. 329-344.

1. são unânimes na rejeição dos princípios universais de Administração: não existe uma melhor maneira de administrar ou de organizar. O que os administradores fazem depende das circunstâncias ou do ambiente.

A prática administrativa é eminentemente situacional e circunstancial. Em outros termos, é contingente;

2. como a prática administrativa é situacional, segue-se que o administrador deve desenvolver suas habilidades de diagnóstico para que tenha a idéia certa no momento certo. A abordagem contingencial supre a administração de conceitos, instrumentos, diagnósticos, métodos e técnicas apropriadas para a análise e resolução de problemas situacionais;

3. a abordagem contingencial é aplicável a um sem-número de habilidades administrativas, principalmente aquelas que envolvem componentes comportamentais.

A abordagem contingencial representa, de fato, a primeira tentativa séria de responder

à questão de como os sistemas intercambiam com seu ambiente. A abordagem contingencial

tenta proporcionar algo mais útil e prático para a administração de organizações complexas.

A falta de consonância entre uma organização e seu ambiente conduz à ineficiência.

Quando um subsistema de uma organização "comporta-se" em resposta a outro sistema ou

subsistema, dizemos que a resposta foi "contingente" sobre o ambiente...

Portanto, uma

abordagem "contingencial" é uma abordagem na qual o comportamento de uma subuni-

dade é dependente de suas relações ambientais com outras unidades ou subunidades que têm

algum controle sobre as conseqüências... desejadas por aquela subunidade³². As conseqüên-

cias são sempre contingentes sobre o comportamento dentro do ambiente. Esta afirmação

lembra o behaviorismo de Skinner, pois se o administrador deseja mudar o comportamento,

ele deve alterar as contingências ambientais para alcançar conseqüências diferentes mais

adiante.

Como dizem Scott e Mitchell, "a visão contingencial das coisas parece ser algo mais do

que simplesmente colocar vinho velho em botijas novas"³. Dizem aqueles autores que a

relação existente entre a abordagem contingencial e a teoria dos sistemas é paralela à relação

existente entre a abordagem neoclássica e a abordagem clássica. Os neoclássicos tentaram

estender a Teoria Clássica adicionando aspectos das teorias comportamentais, mantendo

contudo intactas as premissas básicas da Teoria Clássica. A abordagem contingencial fez a

mesma coisa com relação à Teoria de Sistemas: aceitou as premissas básicas da Teoria de Sistemas a respeito da interdependência e a natureza orgânica da organização, bem como o caráter aberto e adaptativo das organizações e a necessidade de preservar a sua flexibilidade em face das mudanças ambientais. Porém, como a Teoria de Sistemas é muito abstrata e de difícil aplicação a situações gerenciais práticas, a abordagem contingencial permite proporcionar meios para mesclar a teoria com a prática dentro de uma integração sistêmica.

A abordagem contingencial é eminentemente eclética e integrativa, manifestando uma tendência a absorver os conceitos das diversas teorias administrativas - cada qual criticando as demais - no sentido de alargar os horizontes e mostrar que nada é absoluto. A tese central da abordagem contingencial é de que não há um método ou técnica geralmente válidos, ótimos ou ideais para todas as situações: o que existe é uma variedade de alternativas de métodos ou técnicas proporcionados pelas diversas teorias administrativas, um dos quais poderá ser o mais apropriado para uma situação determinada. A abordagem contingencial

3z Henry L. Tosi e W. Clay Hamner, *Organizational Behavior and Management: A Contingency Approach*, Chicago, Sz. Clair Press, 1974, p. 1.

33 William G. Scott e Terence R. Mitchell, *Organization Theory: A Structural and Behavioral Analysis*, cit., p. 67

está sendo aplicada em quase todos os campos da teoria administrativa com resultados animadores.

Um dos aspectos curiosos da abordagem contingencial é o fato de que quase todos os conceitos utilizados são colocados não em termos absolutos, mas em termos relativos, como em um continuum. Assim, a Teoria X e a Teoria Y propostas por McGregor não são duas teorias, mas sim dois extremos de um continuum de estilos administrativos. O modelo mecanístico e o modelo orgânico não são dois modelos antagônicos, mas dois extremos de um continuum de variedades de desenhos organizacionais. A tarefa pode ser num extremo rotineira, e, no outro, não-rotineira; o ambiente da tarefa pode ser, num extremo estável e

~ ,allclic a um lato
~ u uraiista toi levantado: as fronteiras entre as diversas teorias e bio de idé ornám cada ito ais incertas e permeáveis com um crescente e pujante intercâm-

1 S ÁRIO

1. A Teoria da Contingência é a última novidade dentro da teoria administrativa e marca um passo além da Teoria de Sistemas. Suas origens remontam às recentes pesquisas de Chandler, Burns e Stalker, Woodward, e Lawrence e Lorsch a respeito das organizações e seus ambientes. Todas essas pesquisas revelaram que a teoria administrativa disponível até então era insuficiente para explicar os mecanismos de ajustamento das organizações aos seus ambientes de maneira proativa e dinâmica.

2. Verificou-se que muita coisa existente dentro das organizações era decorrente do que existia fora delas, nos seus ambientes. Passou-se a estudar os ambientes e a interdependência entre a organização e o meio ambiente. As organizações escolhem seus ambientes e depois passam a ser condicionadas por eles, necessitando adaptar-se a eles para poderem sobreviver e crescer. O conhecimento do ambiente passou a ser vital para a compreensão dos mecanismos organizacionais. Todavia, a análise ambiental ainda é bastante recária, requerendo muita pesquisa pela frente.

3. Outra variável que condiciona a estrutura e o comportamento organizacional é a tecnologia utilizada pela organização. Para defrontar-se com o ambiente a or

tecnologias que irão condicionar a sua estrutura organizacional e o seu funcionamento. A partir da Teoria da Contingência, a variável tecnológica assumiu um importante papel na teoria administrativa. Alguns autores chegaram a falar em imperativo tecnológico sobre a estrutura organizacional.

4. Em uma apreciação crítica, verifica-se que a Teoria da Contingência é eminentemente descritiva e integrativa, mas ao mesmo tempo relativista e situacional. Em alguns aspectos

PERGUNTAS PARA REVISÃO E DISCUSSÃO

1. Explique o conceito de contingência para Skinner.
2. O que é contingência?
3. Explique sucintamente as origens da Teoria da Contingência
4. Comente a pesquisa de Chandler.
5. Comente a pesquisa de Burns e Stalker.
6. Compare os sistemas mecânicos e os orgânicos.
7. Comente a pesquisa de Woodward.
8. Explique a classificação de indústrias de Woodward.
9. Comente a pesquisa de Lawrence e Lorsch.
10. Quais os componentes da diferenciação?
11. Quais os componentes da integração?
12. O que significa integração requerida e diferenciação requerida?
13. Explique o conceito de 'certeza'.
14. Defina ambiente.
15. Explique a tipologia de ambientes.
16. Defina tecnologia.
17. Explique a tipologia de tecnologias.
18. Compare o imperativo ambiental e o imperativo tecnológico.
19. Defina os níveis das organizações e o seu papel.

CASO COMPANHIA DE
PERFURADEIRAS CARNEIRO S.A.

A Companhia de Perfuradeiras Carneiro S.A., subsidiária de uma grande firma de equipamentos de ar comprimido, foi organizada em 1970, para produzir máquinas perfuradeiras, usadas na mineração de metais. A Carneiro primeiramente distribuía seus produtos em pequena escala, através de um vendedor que viajava pelas zonas mineiras, vendendo diretamente às companhias de mineração. Em 1974, a fábrica da Carneiro separou-se da Matriz e, desde então, intensificou seus esforços de vendas, aumentando seu corpo de vendedores para vendas diretas. Em 1974, com certas mudanças nos modelos, a companhia adaptou suas ferramentas de mineração aos serviços de pedreiras, aos de demolição de concreto e aos que exigissem uso de martelo pneumático. Portanto, a Administração tinha de considerar as vias de distribuição a serem usadas na nova linha de ferramentas.

A Companhia de Perfuradeiras Carneiro S.A. afirmava que seus produtos possuíam, sobre seus concorrentes, vantagens tais como maior velocidade de corte, menor vibração

TEORIA DA CONTINGÊNCIA

com conseqüente redução da fadiga dos operadores, melhor manejo, peso leve - embora

durável - o que permitia menores despesas de reparos e de operação. Estas afirmações

tinham sido confirmadas em condições reais de operação, mediante testes comparativos com

os principais produtos concorrentes.

De 1970 a 1974, as vendas da Carneiro tinham sido irregulares, apesar de que em

média, representavam ligeiro aumento. As vendas de 1974 atingiam cerca de CrZ 8.000.000,00,

ao dinheiro da época.

Quando a companhia foi organizada, a Administração preferia vender diretamente às

companhias mineradoras, porque seus três maiores concorrentes se achavam firmes no

mercado e a Carneiro acreditava que podia enfrentar melhor a competição através de vendas

e demonstrações pessoais, o que as firmas fornecedoras ou os representantes dos fabricantes

não proporcionavam às minas. Em 1974, quando a companhia tinha uma fábrica separada e

decidira desenvolver mais ativamente o mercado representado pelas mineradoras, a Administração estudou a possibilidade de servir-se de firmas fornecedoras ou de

representantes mas finalmente decidiu-se pelas vendas diretas.

Havia diversas firmas fornecedoras das minas em cada distrito de mineração. Algumas

destas firmas funcionavam como representantes exclusivos para concorrentes da Companhia

Carneiro. Outras eram distribuidoras dos produtos da companhia, seja como representantes

exclusivos, ou mantendo estoques próprios ou ainda trabalhando à base de comissão sendo

as perfuradeiras despachadas sob consignação. As firmas fornecedoras estocavam grande

variedade de equipamentos e suprimentos para mineração e, freqüentemente, trabalhavam

os melhores artigos de vários fabricantes de diferentes maquinarias para mineração.

Os concorrentes da Carneiro, que distribuía através das firmas fornecedoras das

minas, empregavam Inspetores de Vendas para visitarem os Superintendentes e os Chefes de

Compras das minas, a fim de interessá-los através de vendas diretas e de demonstrações. As

firmas fornecedoras estocavam peças para reparos, punhos novos para as perfuradeiras e

brocas para substituições.

Havia distribuidores que vendiam os produtos Carneiro mediante comissão de 13 a

18%. Tais distribuidores não mantinham estoques e comumente vendiam três ou mais tipos

de equipamento de mineração de firmas não competidoras. Eles representavam, geralmente fabricantes de equipamento pesado ou de maquinaria que exigem serviço de instalação e de assistência técnica constante. As companhias por eles representadas eram, na maioria dos casos, suficientemente grandes para garantir a manutenção de uma organização de vendas diretas. Quando as negociações de compra já estavam encaminhadas para uma grande instalação ou um grande pedido, o fabricante geralmente enviava um engenheiro especializado para ajudar o vendedor a arrematar a venda. Pela experiência de seus três vendedores a Companhia Carneiro aprendera que os Engenheiros e Superintendentes de minas eram fatores-chave para venda de perfuradeiras. Ambos - os engenheiros e os superintendentes - especificavam as marcas das máquinas que desejavam usar nas minas e os Chefes de Compras das minas faziam os pedidos. Para convencer um Superintendente de minas das vantagens de uma máquina, o vendedor familiarizado com a técnica de mineração tinha de visitar o Superintendente no subterrâneo da mina e demonstrar a máquina em condições reais de trabalho. Os compradores das minas - compreendeu-se - preferiam comprar certos equipamentos, como brocas, por exemplo, diretamente do fabricante, do que através de representantes ou fornecedores, por questões de custo e rapidez.

As companhias mineradoras mantinham suas próprias oficinas de reparos e mariuten-
ção e mantinham estoques de peças para substituição. Mantinham as ferramentas em boas
condições de trabalho e tinham uma grande reserva de ferramentas prontas para serem
usadas no subsolo quando ocorressem quebras. Uma das minas, por exemplo, tinha 170
perfuradeiras, 60 das quais estavam em uso no subsolo e as 110 restantes eram mántidas em
reserva ou na oficina de reparo.

Quando a companhia decidiu continuar a vender diretamente às companhias minerà-
doras, começou a expandir seu corpo de vendas. Por volta de 1974, tinha 12 vendedores
vendendo a perto de 220 companhias mineradoras. Os vendedores escolhidos eram pessoas
com experiência em mineração e, em alguns casos, conheciam pessoalmente diretores das
companhias de mineração em seus territórios. Cada vendedor tinha um território determi-
nado pela localização dos centros mineiros, por fronteiras naturais e por práticas comerciais.

Os vendedores estabeleciam suas sedes em seus respectivos territórios. Geralmente, cada um
possuía um escritório ou compartilhava de uma sala de amostras com um vendedor de
alguma companhia não-concorrente. Cada vendedor recebia de salário Cr 10.500,00 por
mês e a companhia pagava as despesas de viagem e de escritório até Cr 13.000,00 em média
mensal. O vendedor recebia uma gratificação de 3% de seu salário se suas vendas, em qual-
quer período contábil, excedessem seis vezes suas despesas de vendas diretas, ou uma grati-
ficação de 4%, se suas vendas superassem 7 vezes suas despesas de vendas diretas. As vendas
subiram a Cr 12.500.000,00 em 1969 e a Cr 17.800.000,00 em 1970.

Durante 1970, a companhia experimentou sua nova linha de ferramentas entre as
empresas construtoras de estradas e as de edifícios. As experiências mostravam que as ferra-
mentas eram mais eficientes para um dado período de tempo, exigiam menor consumo de ar,
menor custo de reparo e de substituição e causavam menos fadiga aos operadores do que
qualquer outra ferramenta dos concorrentes. Os preços das máquinas perfuradeiras da
companhia para uso em trabalhos de construções eram de Cr 8.000,00 a Crf 8.250,00, os
preços dos martelos pneumáticos variavam de Cr 9.000,00 a Cr 10.000,00, e os preços das
espadas pneumáticas manuais para cavar argila oscilavam entre Cr 5.000,00 e Cr 6.000,00.

Os diretores da Companhia Carneiro não tinham ainda experiência em vender aos tipos

de fregueses que representavam o mercado potencial para sua nova linha. As pedreiras

constituíam apenas uma pequena parte do mercado potencial. Elas não eram geográfica-

mente concentradas nem ofereciam grandes partidas de compra, como no caso das minas. O

maior mercado para a nova linha de ferramentas achava-se entre as empresas construtoras,

especialmente aquelas empenhadas na construção e manutenção de estradas e ruas.

Os municípios que executavam os serviços de pavimentação e reparos de suas ruas, em

vez de empreitá-los, eram também compradores potenciais. O mercado para a nova linha de

produtos, portanto, era de âmbito nacional e o número de fregueses potenciais era enorme.

As necessidades individuais da maioria dos construtores que constituíam os fregueses poten-

ciais de tais instrumentos, como martelos pneumáticos, eram pequenas, provavelmente infe-

riores a sete martelos. Além disso, geralmente compravam um martelo por vez, enquanto as-

minas faziam, freqüentemente, pedidos de dez ou mais máquinas por vez.

Pelo estudo dos boletins comerciais e técnicos da indústria de construção e pela entre-

vista com empreiteiros locais, com fornecedores de empreiteiros e com autoridades munici-

pais, a companhia compreendeu que os empreiteiros - em regra - compravam seus equipa-

mentos e ferramentas de firmas fornecedoras e de distribuidores de material para constru-

ção. Freqüentemente, os distribuidores arrendavam equipamento aos empreiteiros. Os

distribuidores de material para construção ou compravam equipamento para a revenda ou ofereciam, em consideração para venda aos empreiteiros. Estes distribuidores algumas vezes atuavam como representantes exclusivos junto aos empreiteiros. Muitas vezes, porém, eles eram várias fábricas concorrentes e não-concorrentes, sem qualquer direito de exclusividade e equipavam também grandes empresas. Alguns dos distribuidores também tinham exclusividade. Alguns dos distribuidores tinham demandas em áreas de construções. Uma vez que um distribuidor, a fim de suprir as necessidades de suprimento dos empreiteiros, usualmente representava diversas indústrias, nenhuma destas podia esperar que o distribuidor vendesse sua linha particular com mais agressividade.

Apesar de o método mais comum de distribuição de equipamento aos empreiteiros ser através de distribuidores de equipamento, poucas firmas que produziam tal equipamento, como escavadeira a vapor, betoneiras, caminhões e compressores a ar, mantinham filiais e vendedores para vender diretamente aos empreiteiros. Os diretores da Companhia Carneiro, porém, eram de opinião de que o problema da proteção de serviços da companhia podia tornar-se sério se a venda direta fosse tentada. Em regra, os empreiteiros não tinham à mão um suprimento de peças para reparos, como o tinham as minas. Devido ao tipo de trabalho rude para o qual tais máquinas eram usadas e ao delicado mecanismo de aplicação e controle de pressão, elas frequentemente precisando de reparos. A companhia observava que os empreiteiros tomavam menos cuidado com suas ferramentas do que o faziam as companhias mineradoras, e que os empregados dos empreiteiros, recrutados entre mão-de-obra não-especializada, muitas vezes trabalhavam com as máquinas apesar de estas estarem carecendo de reparos. Apesar de as máquinas terem sido feitas de tal modo a facilitar substituição de peças e as ferramentas quebradas, o trabalho de reparos estava além dos conhecimentos do trabalhador comum. Os empreiteiros contavam, portanto, com as firmas fornecedoras e com as distribuidoras de equipamento para serviço imediato de suprimento de peças e para serviços de reparos e manutenção.

Como os outros fabricantes estavam, durante vários anos vendendo tais ferramentas de empreitadas como martelos pneumáticos, a Companhia

Carneiro estava em desvantagem para selecionar distribuidores. A maioria dos grandes distribuidores de equipamento já estava representando concorrentes da companhia. A Carneiro possuía ainda outra desvantagem por não produzir compressores de ar portáteis. Os compressores de ar usados em minas eram geralmente fixos, enquanto os usados em construções eram montados em caminhões a fim de serem transferidos de uma obra à outra. Dois dos maiores competidores da companhia produziam compressores portáteis e equipamento para instrumentos de ar comprimido. As ferramentas da Companhia Carneiro podiam ser ajustadas a qualquer tamanho de compressor ou meio de mangueira de ar. Em 1970, a fim de minorar a desvantagem em que sofreu perante a concorrência, por não produzir compressores portáteis, a Companhia Carneiro contratou vendas com cinco firmas que produziam compressores portáteis, mas que não possuíam ferramentas para ar comprimido. Tais companhias vendiam a todas as indústrias que faziam uso de maquinaria de ar comprimido, vendiam a empreiteiros, através de distribuidores de equipamento. De acordo com o contrato, as cinco firmas concordaram em vender os martelos pneumáticos da Carneiro como equipamento-padrão de seus compressores sem que um empreiteiro desejasse adquirir o conjunto completo. Eles receberiam uma pequena comissão nas vendas de martelos pneumáticos que vendessem como equipamento de seus compressores.

Que plano de distribuição deveria adotar a Companhia de Perfuradeiras Carneiro S.A. para sua nova linha de ferramentas.

C

Cerrcterteticee	En enherie Hu-	Aplicede	
Or anize ões e temen e p			
bleicee de Admi-	mene/EnBe^haria		treço por Obje-
Abord888m ú		ciel	
nietreção:	do Produção	tivos	
ConceDção do	"Homo Econo-	"Homo 5ociel"	ené Ádm i em
Or enize-	m m Or enize-	H mem Adminis-	Homem Funcionel Homem
Com lexo			
	; micue"	tretivo	
nho de	Desempenho de		
	ue Ser eociel que	58r racional e so-	58r ieoleado que
dentro d q ani	medo de deci bes	pap8	pePéie
h,cer,. I^centivoe mete-	Incentivos socieie	Incentivos mis-	Incentivoe
mete-	Incentivos mis-	Incentivos mistos	I^centivos miero
	e eimolicos	tos, tento mete-	rieie e selarieis
tos, tento mete-			
	riei: e 88leriais	riais como eocienie	rieis
como eocienis			
ossl- Conflitos de pa-	Conflitos de pa-		
	de inte-	Identidade de inte-	Integração entre N8o hé
conflito Conflit esmo de-	veisf neHociá-	Péis	péis
	88. Todo con-	Objetivos Organi-	perceptível.
Pre- veis e ue Ie- veis. Releção e			
obNtfvoe á08^i-	reenee. Nbo hb	reee	gvel zecioneie e Obje-
velBncie dos obje-	sel8v q	uiltbrio entre	
e objeti-	conflito perceptl-	flito é indesej itedo	tivos Individueie
de organize-	vem à inoveção	eficácia e efici8n-	
			eq
	e deve s		cie
l ra.	M xime efiálncie	58tiefeção do	EficiBncie e eficb-
Máxime efici6ncie	Máxima aficiBncia	EficiBncie setiefe-	Mbxime eficiBncie Efici
ncia e efic8-			
tbrie	cie		
	operério	cie	

BIBLIOGRAFIA

- ACKOFF, Russell L. Planejamento Empresarial. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1976.
- . "Toward: a system of system concepts". In: George R. Terry. Management: Selected Readings. Homewood, Ill., Richard D. Irwin, 1973, p. 97-111.
- e Maurice W. Sasieni. Fundamentals of Operations Research. New York, John Wiley & Sons, 1968.
- , ADAMS, J. D. (org.). Theory and Method in Organization Development: An Evolutionary Process. Washington, D.C. NTL Institute for Applied Behavioral Science, 1974.
- AGUILLAR, F. J. Scanning the Business Environment. New York, The Macmillan Press, 1967.
- AIKEN M. e J. Hage. Organizational Interdependence and Intraorganizational Structure. American Sociological Review. 3(6), 1968, p. 912-931.
- ALBERS Henry. Principles of Management: A Modern Approach. New York, John Wiley & Sons, 1974.
- ALBROW Martin. Bureaucracy. London, The Macmillan Company, 1970.
- ALLEN, Louis A. The Management Profession. New York, McGraw-Hill, 1964.
- . "Developing Sound Line and Relationships." In: Harold Koontz e Cyril O'Donnell. Readings on Management. New York, McGraw-Hill, 1959, p. 119-131.
- AMT, Michel. "Disfonctions Administratives on Exigences du Système." In: Sociologie du Travail. Paris Edit. du Seuil, jan./69, p. 103-108.
- ANDERSON, Richard C. Management Strategies. New York, McGraw-Hill, 1965.
- ANSOFF, H. Igor. Corporate Strategy. New York, McGraw-Hill, 1964.
- ARGYRIS, Chris. A Integração do Indivíduo à Organização. São Paulo, Atlas, 1975.
- . Intervention Theory and Method A Behavioral Science View. Mass., Addison-Wesley Publishing Co., 1970.
- . Management and Organizational Development: The Paths From XA to YB. New York, McGraw-Hill, 1971.
- . Personalidade e Organização: Conflito entre o Sistema e o Indivíduo. Rio de Janeiro (USAID), Renes, 1968.
- . The Applicability of Organizational Sociology. New York, Cambridge University Press, 1974.
- ATKINSON, W. Ross. Introdução à Cibernética. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- BALCÃO Yolanda Ferreira e Laerte Leite Cordeiro (orgs.). O Comportamento Humano na Empresa. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Serv. Publicações, 1967.
- CHANDLER, Charles W. "Organizing for Changes." In: Herbert G. Hicks e James Donald Powell. Management, Organizations, and Human Resources. Selected Readings. New York, McGraw-Hill, 1976, p. 152-156.

- BÁRNARD, Chester. As Funções do Executivo, São Paulo, Atlas, 1971.
- BLAU
 . Organization and Management. Cambridge, Harvard University Press, 1956.
- BONC
 BARTLETT, Alton C. e Thomas A. Kayser (orgs.). Changing Organizational Behavior. Englewood Cliffs, N. J.,
 Prentice-Hall, 1913. g0T71
- BARTON, R. F. Manual de Simulação e Jogos. Petrópolis, Vozes, 1975.
- BASIL, Douglas C. e Curtis W. Cook. O Empresário diante dos ?Y'onsformações Socioeconômicas e Tecnológicas. São Paulo, McGraw-Hill, 1978.
- BATTEN, Joe D. Beyond Management by Objectives. New York, American Management Association, 1966. BRA1
- BAUGHMAN, James P. The History of American Management. Selections from the Business History Review.
 Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1969.
- BEARD, Donald W. The Structure of Organizational Environments: A Factor Analytic Approach. Organization and Administrative Sciences. v. 8, nº 4, inverno 1977/1978.
- BRO
 BECKER, S. e Neuhauser. The Efficient Organization. New York, Elsevier, North-Holland, 1975. BRO
- BECKETT, John A. Management Dynamics: The New Synthesis. New York, McGraw-Hill, 1971.
- BECKETT, Richard. Desenvolvimento Organizacional: Estratégias e Modelos. São Paulo, Edgard Blücher, BRC
 1972. BUC
- BEER, Stafford. Management Science. New York, Garden City, Doubleday & Company, 1968. BUF
- . Cibernético e Administração Industrial. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
 . Pathways for Change. New York, John Wiley & Sons, 1975.
- BUF
 BELL, Gerald D. (org.). Organizations and Human Behavior. A Book of Readings. Englewood Cliffs, N. J.,
 Prentice-Hall, 1967. , BU1
- BENNIS, Warren G. Beyond Bureaucracy: Essays on the Development and Evolution of Human Organization.
 New York, McGraw-Hill, 1973.
- CAI
 . Changing Organization. New York, McGraw-Hill, 1966.
- CÁ
 . Desenvolvimento Organizacional: Sua Natureza, Origens e Perspectivas. São Paulo, Edgard
 Blücher, 1972. CA
- . The Planning of Change. New York, Holt, 1969.
- BENNIS, Warren G., K. D. Benne e R. Chin (orgs.). The Planning of Change. New York, Holt, Rinehart and CA
 Winston, 1961. CA
- BENNIS, W. G. e P. E. Slater. The Temporary Society. New York, Harper & Row, 1968.
- BENVENISTE, Guy B. Bureaucracy. San Francisco, Boyd and Fraser, 1977.
- BERELSON Bernard e Gary A. Steiner. Human Behavior: An Inventory of Scientific Findings, New York,
 Harcourt, Brace and World, 1964.

BERGAMINI, Cecilia Whitaker. Objetivos Motivacionais e Estilos de Comportamento. *Revista de Administração*. C1
 FEA-USP.v.13,jan.mar.1978,p. 11-32.

BERNE, Eric. *Os Jogos do Vício*. Rio de Janeiro, Artenova,1973.

BERRIEN, F. K. *General and Social Systems*. New Brunswick, N. J., Rutgers University Press,1968.

BETHEL, Lawrence L., Franklin S. Atwater, George H. E. Smith e Harvey A. Stackman. *Industrial Organization and Management*. New York; McGraw-Hill,1971.

BLAKE, R. R. e J. S. Mouton. *Group Dynamics - Key to Decision Making*. Houston, Gulf Publ. Co.,1961.

. *Consultation*. Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co.,1976. .

. *A Estruturação de uma Empresa Dinâmica por meio do Desenvolvimento Organizacional*. São Paulo, Edgar Blücher,1972.

. *O Ciclo Gerencial*. São Paulo, Pioneira,1976.

. *The Managerial Grid*. Houston, Gulf Publ.1964.

BLAU, Peter M. *Dynamics of Bureaucracy*. Chicago University Press,1955.

. *On the Nature of Organizations*. New York, John Wiley & Sons, Inc.,1974.

. *Bureaucracy in Modern Society*. New York, Random House,1956.

. *The Dynamics of Bureaucracy. A Study of Interpersonal Relations in two Government Agencies*
 Chicago, University of Chicago Press,1963.

e Marshall W. Meyer. *Bureaucracy in Modern Society*. New York, Random House,1971.

e Richard A. Schoenherr. *The Structure of Organizations*. New York, Basic Books,1971.

e W. Richard Scott. *Organizações Formais*. São Paulo, Atlas, 1970.

, M. Falke, W. McKinley e P. Tracy. *Technology and Organization in Manufacturing*. *Administrative Science Quarterly*. 21 (1),1976, p. 20-40. .

- UNER, R. Alienation and Freedom. Chicago, University of Chicago Press, 1964.
- IGE, John W. e Bruce P. Coleman. Concepts for Corporate Strategy. Readings in Business Policy. New York, The Macmillan Company, 1972.
- ILDING, Kenneth. The Organizational Revolution - A Study in the Ethics of Economic Organizations. New York, Harper & Bros., 1953.
- ERS, Raymond V. (org.). Studies on Behavior in Organizations. A Research Symposium. Athens, Ga., University of Georgia Press, 1966.
- FORD; L. P., J. R. Gibb e K. D. Benne (orgs.). The Group Theory and Laboratory Methods: Innovation in Re-Education. New York, John Wiley & Sons, Inc., 1964.
- FONSECA PEREIRA, Luiz Carlos. Empresários e Administradores no Brasil. Rio, Brasiliense, 1974.
- _____. Tecnocracia e Contes (ação). Petrópolis, Vozes, 1972.
- ILSON, Alvin. Organizational Psychology. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1947.
- ILY, D. Centralized Control With Decentralized Responsibilities. Annual Conference Series. n.º 57, New York, American Management Association, 1927.
- ILSON, J. A. C. Psicologia Social da Indústria. São Paulo, Atlas, 1967.
- ICLEY, Walter. A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas. São Paulo, Cultrix, 1974.
- ILACK, Elmer H. Organization Analysis: Theory and Applications. Hinsdale, Ill., Dryden-Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1975.
- ILKE, W. W. (org.). Contemporary Organization Development: Conceptual Orientations and Interventions. Washington, D. C., NTL Institute for Applied Behavioral Science, 1972.
- ILNS, Thomas e G. M. Stalker. The Management of Innovation. London, Tavistock Publ., 1961.
- ILPOS, Edmundo. Sociologia da Burocracia. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- ILVANTES, Geraldo Ronchetti. Administração por Objetivos, Uma Abordagem Sociotécnica. São Paulo, McGraw-Hill, 1977.
- ILROL, Jr., Stephen J., Frank T. Paine e John B. Miner. The Management Process, Cases and Readings. New York, Macmillan Publ. Co., 1973.
- ILTRWRIGHT, Dorwin e Alvin Zander. Dinâmica de Grupo: Pesquisa e Teoria. São Paulo, EPU e USP, 1975.
- ILZO, Jr., Rocco e John N. Yanouzas. Formal Organization: A System Approach. Homewood, Ill., Richard D. Irwin, Inc., and The Dorsey Press, 1971.
- ILNDLER, Jr., Alfred D. Strategy and Structure. Chapters in the History of the American Industrial Enterprise. Cambridge, Mass., The M.I.T. Press Massachusetts Institute of Technology, 1976.
- ILNON, Derek F. The Strategy and Structure of British Enterprise. London, The Macmillan Co., 1973.
- ILPIRO, Jorge e Edith Deutsch Chapiro. Desenvolvimento da Eficácia Organizacional. Revista Brasileiro de Produtividade. IDORT, 1972.

PPLE, Efiot e Leonard R. Sayles. "Workflow as the basis of Organizational Design." In: D. Hampton, C. Summer e R. Webber (orgs.). Organizational Behavior and the Practice of Management. Glenview, 111., Scott, Foresman and Co.,1968.

:D, John. Organization. A Guide to Problems and Practice. London, Harper and Row Publ.,1977.

. Organization Structure and Strategies of Control: A Replication of the Astron Study. Admi-
nistrative Science Quarterly. v.17,1972, p.163-177.

.Organizational Structure Environment, and Performance: The Role of Strategic Choice. Sociology. jan.1972, p: 2-22.

. What Determines Organization Performance? Ttte Universals vs. the It-All-Depends? Organiza-
tional Dynamics. Verão 1974.

e R. Mansfield. Technology, Size and Organization Structure. Sociology. v. 6, 1972, p. 369-393.

RAFAS, Dimitti N. Operations Research for Industrial Management. New York, Reinhold Publ., 1958.

RCHMAN, C. West. Introdução à Teorw dos Sistemas. Petrópofis, Vozes.

, Russell L. Ackoff e Leonard Anoff. Introduction to Operotions Research. Néw York, John Wiley and Sons., Inc.,1957.

RK; Peter A. Action Research and Orgonrzationol Change. London, Harper and Row Publ. Co., 1972.

. "Key Problems in Organizational Design." In: Ralph H. Kilmann, Louis R. Pondy e Dennis P. Slevin (orgs.). The Management of Orga izatwn l7esign. v. I, Strategies and Implementation. New York, Elsevier North-Holland, Inc.,1976.

. Organúotional Des gn: Theory ãnd Pmctice. London, Tavistock Publ.,1972.

- CLELAND, David I. e William R. King. *Management: A Systems Approach*. New York, McGraw-Hill, 1974.
- _____. *Systems Analysis and Management*. New York, McGraw-Hill, 1975.
- _____. *Systems, Organizations, Analysts, Management: A Book of Readings*. New York, McGraw-Hill, 1969.
- COOPER, W. W., J. Leavitt e M. W. Shelley II (orgs.). *New Perspectives in Organization Research*. New York, John Wiley and Sons, 1964.
- COWPERTHWALTER, Gordon H. "Management: Its Changing Patterns." In: Herbert G. Hicks e James Donald Fowell. *Management, Organizations, and Human Resources. Selected Readings*. New York, McGraw-Hill, 1976.
- CROZIER, Michel. *The Bureaucratic Phenomenon. An Examination of Bureaucracy in Modern Organization and its Cultural Setting*. Chicago, University of Chicago Press 1964.
- CYERT, R. M. e J. G. March. *A Behavioral Theory of the Firm*. New Jersey, Prentice-Hall 1963.
- CYERT, R. M. e K. R. MacCrimmon. "Organizations." In: G. Lindzey e E. Aronson (orgs.). *The Handbook of Social Psychology*. v.1 Menlo Park Calif., Addison Wesley Publ., 1969.
- CYERT, R. M. e L. A. Welsch (orgs.). *Management Decision Making: Selected Readings*. London, Penguin Books.
- DAHRENDORF, Ralf. *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Stanford, Calif., Stanford University Press, 1959.
- DALE, Ernest. Centralization versus Decentralization. *Advanced Management*. v. 21, n. 6, jun. 1956, p. 11-16.
- _____. *Management Theory and Practice*. New York, McGraw-Hill, 1973.
- _____. "The Division of Basic Company Activities." In: Harold Koontz e Cyril O'Donnell. *Readings in Management*. New York, McGraw-Hill, 1959, p. 60-73.
- _____. *The Great Organizers*. New York McGraw-Hill 1960.
- _____. *The Great Organizers: Theory and Practice of Organization*. New York, McGraw-Hill, 1971.
- _____. *Planning and Developing the Company Organizations Structures*. New York, Research Report 20, American Management Association, 1952.
- _____. *Readings in Management*. New York, McGraw-Hill, 1975.
- _____. e L. C. Michelon. *Gerência Empresarial: Métodos Modernos*. Rio de Janeiro, Bloch, 1969.
- _____. e Lynda O. F. Urwick. *Organização e Assessorio*. São Paulo, Atlas, 1971.
- DALTON, Gene W. e Paul R. Lawrence (orgs.). *Motivation and Control in Organizations*. Homewood, Ill., Richard D. Irwin, Inc. e The Dorsey Press, 1973.
- DALTON, Gene W. Paul R. Lawrence e Larry Greiner. *Organizational Change and Development*. Homewood, Ill., Richard D. Irwin, Inc. e The Dorsey Press, 1970.
- DALTON, Melville. Conflicts Between Staff and Line Managerial Officers. *American Sociological Review*, v.15,

1950, p. 342-351.

DAVIS, Gordon B. Introduction to Management Information Systems. New York, McGraw-Hill, 1974.

DAVIS, Keith. "Group Behavior and the Organization Chart." In: Herbert G. Hicks e James Donald Powell

(orgs.). Management Organizations, and Human Resources. Selected Readings. New York, McGraw-Hill,

1976, p.146-151.

. Human Relations at Work. The Dynamic of Organizational Behavior. New York, McGraw-Hill,

1972.

. Organizational Behavior: A Book of Readings. New York, McGraw-Hill, 1974.

e Robert L. Blomstrom. Business, Society and Environment: Social Power and Social Response.

New York, McGraw-Hill, 1971.

DAVIS, Morton D. Teoria dos Jogos. São Paulo, Cultrix, 1975.

DAVIS, Ralph C. The Fundamentals of Top Management. New York, Harper and Bros., 1951.

DENNING, B. W. Corporate Planning: Selected Concepts. New York, McGraw-Hill, 1971.

DENNISON, Henry S. Organization Engineering. New York, McGraw-Hill, 1931.

DESMONDE, William H. Os Computadores e sua Utilização. São Paulo, Pioneira, 1974.

DESSLER, Gary S. Organization and Management: A Contingency Approach. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-

Hall Inc., 1976.

DEUTSCHER, Isaac. "Les Racines de la Bureaucratie. L'Homme et la Société, n° 14-6, 1969, p. 63-81.

DEWAR, Boert e Jerald Hage. Size, Technology, Complexity and Structural Differentiation: Toward a Theoretical

Synthesis. Administrative Science Quarterly. mar. 1978, v. 23, n° 1; p. 111-136.

- Williem R. Environment as an Intluence on Managerial Autommy. Adminf rative Science Quurterly. v. 2, mar.1958, p. 409-443.
- ;E, Richard I. e Peter J. Smith. Comportamento Humuno rm Indústria. São Paulo, McGraw-Hill,1975.
- :KER, Peter F. Administmção Lucmtiva. Rio de Janeiro, Zahar,1968.
- . A Nowr Sociaatade. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura,1964.
- . Fientcims do Amanhã. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura,1964.
- . "New Templates for Today's Organizations." In: Herbert G. Hicks e James D. Powell. Munage-ment, Orgonizutions, and Humun Remources. Selected Readings. New York, McGraw-Hill, 1976, p.157-167.
- . O Genente E)icaz. Rio de Janeiro, Zahar,1968.
- . Frótku de Administração de Empn>ra. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura,1962.
- . Tccnologm, Gerénciu .e Sociedade: As ?yunsforntaFões da Empreem ne Soci dode Tecnológ:ca. Ensaios. Petrópolis, Vozes,1972.
- . The Concept ofCorporntwn. New York, John Day,1946.
- . Uma Era de Descontlnuidade: Ortentações paro uma Sociedade em Mudança. Rio de Janeiro, Zahar,1970.
- V, Robert. Reluçõcr HumanQs r a Administração. São Paulo, Atlas,1969.
- , George C. Homans, Floyd C. Mann e Delbert C. Miller. Lcadershhip und Pmductivity. San Fran-cisco, Chandler Publ. Co.,1965.
- 'AN, R. B. Characteristics of Organizational Environments and Perceived Environmental Uncertainty. Adminxstrative Science Quarterly. v.17,1972, p. 313-327.
- ,OP, John T. (org.). Automatwn and Technological Change. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall,1962.
- IETTE, Marvin D. (org.). Handbook ofIndustriol and Orgonizotional Prychology. Chicago, Rand McNally College Publ. Co.,1976.
- WARDS, Elwyn. Introdução ù Teoria da Informação. São Paulo, Cultrix,1975.
- RY, F. E. Systems Thinking. Middlesex, Penguin Books,1972.
- e E. L. Trist. "Social-technical Systems." In: C. W. Churchman e M. Verhulst (orgs.). Management Science, Models und Technrquex London, Pergamon Press,1960, p. 83-97.
- . The Causal Texture of Organizational Environments. Humun Relations. v. 8, fev.1965, p. 21-32.
- TEIN, Isaac (org.). Ciõernética e Comunicação. São Paulo, Cultrix,1977.
- t'ZIONI, Amitai. Análise CorponQtlv de Orgon oçõer Complexns. São Paulo, Atlas,1974.
- , . Organúações Complexas. São Paulo, Atlas,1967.
- . . Organrzaçõcs Modernas. São Paulo, Pioneira,1967.
- aVAN, William M. "Organization-Set: Toward a Theory of Interorganizational Relations." In: James D. Thompson (org.). Appinuches to Organúutionol Des gn. Pittsburgh, Pa., The University of Pittsburgh Press,1966.
- . Orgunúation Theory: Structures, Systems, und Envirnnments. New York,

Wiley-Interscience,
1976.

(org.). *Interorganizational Relationships*. London, Penguin Books, 1976.

VANS, R. W. *The Theory of Practice in Management*. London, MacDonald, 1966.

AYOL, Henri. *Administração Industrial e Geral*. São Paulo, Atlas, 1950.

ERRIER, Jacques. *Les Sept Piliers du Management ou L'Administration Scientifique*. Paris, Dunod, 1969.

IEDLER, Fred E. *A Theory of Leadership Effectiveness*. New York, McGraw-Hill, 1967.

. Engineer the Job to Fit the Manager. *Harvard Business Review*. set. ut. 1965, p. 115-122.

ILLEY, Allan C. *Interpersonal Conflict Resolution*. Glenview, Ill., Scott, Foresman and Co., 1975.

e Robert J. House. "Classical Theory." In: Henry L. Tosi, Robert J. House e Marvin D. Dunnette

(orgs.). *Managerial Motivation and Compensation*. East Lansing, Michigan State University, 1972, p. 49-50.

. "Some Empirical Evidence About Classical Theory." In: Henry L. Tosi, Robert J. House e Marvin

D. Dunnette (orgs.). *Managerial Motivation and Compensation*. East Lansing, Michigan State University, 1972, p. 209-214.

e Steven Kerr. *Managerial Process and Organizational Behavior*. Glenview, Ill., Scott, Foresman and Co., 1976.

- FINCH, Frederic E., Joseph Litterer e Halsey Jones. Managing Organizational Effectiveness An Experiential Approach. New York, McGraw-Hill, 1976.
- FISCH, Gerald G. Line-Staff is Obsolete. Harvard Business Review. v. 39, nº 5, set.out.1961, p. 67-79.
- FLIPPO, Edwin B. Management: A Behavioral Approach. Englewood Cliffs, N. J., Allyn and Bacon, 1966.
- FOLLETT, Mary Parker. "Dynamic Administration." In: Henry C. Metcalf e Lyndall F. Urwick (orgs.). The Collected Papers of Mary Parker Follett. New York, Harper and Bros., 1942:
- FORDYCE, J. K. e R. Weil. Managing With People: A Manager's Handbook of Organization Development Methods. Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co., 1971.
- FOURAKER, Lawrence E. e John M. Stopford. Organizational Structure and the Multinational Strategy. Administrative Science Quarterly. jun.1968, p. 47-64.
- FRANK, H. Cibernética. Un Puente entre las Ciencias. Madrid, Ediciones Zeus, 1966.
- FRENCH, Wendell L. e Cecil H. Bell Jr. Organization Development Behavioral Science Interventions for Organization Improvement. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, Inc., 1973.
- FREUND, Jürgen. Sociologia de Max Weber. Rio de Janeiro, Forense, 1969.
- GALBRAITH, Jay. Designing Complex Organizations. Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co., 1973.
- "Environmental and Technological Determinants of Organizational Design." In: Jay W. Lorsch e P. R. Lawrence (orgs.). Studies in Organization Design. Homewood, Ill., Richard D. Irwin, Inc. e The Dorsey Press, 1970, p.113-139.
- _____. Matrix Organization Design : How to Combine Functional and Project Forms. Business Horizons v.14, 1971, p. 29-40.
- _____. "Organizational Design: An Information Processing View." In: Jay Lorsch e P. R. Lawrence (orgs.) Organization Planning: Cases and Concepts. Homewood, Ill., Richard D. Irwin, Inc. e The Dorsey Press, 1972.
- _____. Organization Design. Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co., 1977.
- _____. e L. L. Cummings. An Empirical Investigation of the Motivational Determinants of Task Performance: Interactive Effects Between Instrumentality - Valence and Motivation - Ability. Organizational Behavior and Human Performance. v. 2, 1967, p. 237-257.
- GARDNER, John. Self-Renewal: The Individual and the Innovative Society. Harper and Row, 1964.
- GÉLINIER, Octave. Direção Participativa por Objetivos. Lisboa, Editorial Pórtico, s.d.
- _____. Le Secret des Structures Compétitives. Paris, Ed. Hommes et Techniques, 1966.

I GELLERMAN, Saul W. Management by Motivation. New York, American Management Association, 1968.

Motivotion and Productivity. New York, American Management Association, 1963.

GEORGE, Jr., Claude S. História do Pensamento Administrativo. São Paulo, Cultrix, 1974.

GEORGOPOULOS, Basil S. "An Open-System Theory Model for Organizational Research." In: Anant R. Negandhi (org.). Modern Organúacwnal Theory. Center for Business and Economic Research, Kent State University, Kent State University Press, 1975.

, G. Mahoney e N. Jones. A Path oal Approach to Productivity. .lownalofAppliedPsychology. v. 41, 1957, p. 345-353.

GERTH, Hans e Wright Mills (orgs.). FYom Max Weber Essays in Sociology. New York, Oxford Univerúty Press, 1946.

GILMAN, Glenn. The Manager and the Systerirs Concept. Business Horúonà v. 12, n. 4, ago. 1969, p. 221-228.

GINTIS, Herbert. Alienation ond Power. The Review of Raúicol Political Ecónomics. URPE, v. 4, n. 5, 1972.

GLUECK, William F. Business Policy : Strategy Formation ond Management Action. New York, McGraw-Hill, 1976.

GOBLE, Frank G. 77re Third Force. New York, Grossman Publ., 1970.

GOFFMAN, Erving. The Presentation of Self in Everyday Life. Garden City, L. I., Doubleday-Anchor Books, 1955.

GOLEMBIEWSKI, R. T. e A. Blumberg (orgs.). Sensitivity 7Yaining and the Laboratory Approach. Itacca, Ill., F. B. Peacock, 1970.

GORDON; R. A. Business Leadership in the Large Corporotwn. Washington, D. C., Brookings Institution, 1945.

GOULDNER, Alvin W. Patterns ofIndustrral Bweaucrocy. Glencoe, Ill., The Free Press, 1954.

GRANGER, C. H. The Hierarchy of Objectives. Harvard Business Review. maio jun. 1964.

GREENBERGER, Martin (org.). Management and the Computer of the Future. Cambridge, Mass., the M.I.T. Press, 1962.

- NE, K. B. de (org.). *Systems Psychology*. New York, McGraw-Hill, 1970.
- YER, Lany E. *Evolução e Revolução no Desenvolvimento das Organizações*.
Revista Expnns o. São Paulo, 1913.
- e Virgínia E. Schein. *A Correlação entre D. E. e Necessidades Burocráticas*. ?
Seinamento de Executivos. Rio, nó 43, ju1.1977, p.10-16.
- DLE, Kit e John W. Humble. *The Effective Computer (A Management by Objectives Approach)*. New York, American Management Association.
- S, Bertram M. *As Empresas e sa Administroção: Um Enfoque Sistémico*.
PetrópioHs, Vozes, 1973.
- RM, Alain e Yvon Bourdet. *Autogestão: Uma Mudança Rodicol*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- LÁUMAUD, Jacques. *Norbert lWiener et la Cybernetrque*. Paris, Seghers, 1971.
- K, Luther e Lyndall F. Urwick (orgs.). *Popers on the Science of Admintstration*.
Columbia University, Institute of Public Administration, 1937.
- A, Shiv K. e John M: Cozzolino. *Fundamentals of Operations Research for Managcment*. New York, McGraw-Hill, 1974.
- S, J. Eugene e Thomas E. Drabek. *Complex Organizations: A Sociological Perspectives*. New York, The Macmillan Co., 1913.
- AN, Theo. *Ilrrección y Gerenem*. Barcelona, Ed. Hispano Europea, 1965.
- RE, Mason (org.). *Teoria do Organizogão Moderno*. São Paulo, Atlas, 1966.
- L, Jor^ nsychology of Motivation. Chicago, J. B. Lippincott, 1961.
- ' ra H. *Organúociones: Estructuray Precesn*. Madrid, Prentice-Hall, 1973.
- , J. E> ene Haas e Norman J. Johnson. *An Examination of the Blau-Scott and Etzioni Typologies*.
American Science Quarterly. v.12, jun.1967, p.118-139.
- biPTON, David R. *Conceitos de Comportamento no Organização*. São Faulo, EPU, 1973.
- . *Contemporary Management*. New York, McGraw-Hill, 1971.
- . C. Summer e R. Weber. *Organizotional Behavior and the Fractice of Monogement*. Glenview, Ill., Scott, Foresman and Co., 1968.
- RRIS, Thomas A. *Eu Estou OK, Você Está OK*. Rio de Janeiro, Artenova, 1973.
- YNES, W. Warren e Joseph L. Massie. *Management: Arralysis, Concepts, Cases*.
Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1969.
- :ALD, Gordon (org.). *Appnoaches to the Study of Organizational Behaviour*.
Operationul Research and the Behaviourul Sciences. London, Tavistock Institute, 1970.
- iLLRIEGEL, Don e John W. Slocum, Jr. *Management. A Contingency Approach*.
Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co., 1974.
- . *Management in the World Today: A Book of Readings*. Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co., 1975.
- . *Orgonizational Behavior Contingency Views*. St. Paul, Minn., West Publ. Co., 1976.
- . *Organizotional llesign. A Contingency Approoch*. Business Horizons. abr.1973,

p. 59.

IRSEY, Paul e Kenneth H. Blanchard. Psicologia para Administradores de Empresa. A Utilização de Recursos

Humanos. São Paulo, EPU, 1974.

RZBERG, Frederick. One More Time: How do You Motivate Employees? Harvard Business Review.

jan.-fev. 1968.

, Bernard Mausner e Barbara B. Snyderman. The Motivation to Work. New York, John Wiley,

1959.

YDEBRANI (org.). Comparative Organizations: The Results of Empirical Research. Englewood Cliffs,

N. J., Prentice-Hall, 1973.

CKS, Herbert G. e C. Ray Gullett. The Management of Organizations. New York, McGraw-Hill, 1976.

. Organizations: Theory and Behavior. Tokyo, McGraw-Hill Kogakusha, 1975.

CKS, Herbert G., William M. Pride e James D. Powell. Business: An Involvement Approach. New York,

McGraw-Hill, 1975.

CKSON, D., D. Pugh, C. Hinnings e D. Pheysey. Operations Technology and Formal Organizations: An

Empirical Reappraisal. Administrative Science Quarterly. v.14, n.9 3.

LL, Raymond E. Managing Interpersonal Conflict. In : Project Teams, Sloan Management Review. Cambridge,

inverno 1977.

PEMAN, Richard J. Análise de Sistemas e Gerência de Operações Petrópolis, Vozes, 1975.

- HUGHES, Charles L. Goal Setting': Key to Individual and Organizational Effectiveness. New York, American Management Association, 1965.
- HUMBLE, John W. Como Melhorar os Resultados da Empresa. Salvador, Editora EDBB, 1973.
- . How to Manage by Objectives. New York, American Management Association.
- . Improving the Performance of the Experienced Manager. London, McGraw-Hill, 1973.
- . Improving Management Performance. London, British Institute of Management, 1967.
- . Management by Objectives in Action. London, McGraw-Hill, 1970.
- HUNT, E. E. Scientific Management Since Taylor. New York, McGraw-Hill, 1924.
- HUNT, Raymond G. Technology and Organization. Academy of Management Journal. v. 13, n.º 3, set. 1970
p. 236-252.
- HUSE, Edgar. Organization Development and Change. St. Paul, Minn., West Publ. Co., 1975.
- de James L. Bowditch. Behavior in Organizations: A Systems Approach to Managing Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co., 1973.
- de Dalmar Fisher. Readings on Behavior in Organizations. Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co., 1975.
- HURLEY, Morris. Elements of Business Administration New York, Prentice-Hall, 1953.
- INKSON, J. H. K., D. Pugh e D. J. Hickson. Organizational Context and Structure: An Abreviated Replication. Administrative Science Quarterly. v.15, set. 1970, p. 318-426.
- JACOBY Henry. La Burocratización del Mundo. Mexico, Siglo Veintiuno, 1972.
- JACQUES, Elliot. A General Theory of Bureaucracy. London, Heinemann; New York, Halstead Press, 1976.
- . The Changing Culture of a Factory. London, Tavistock Publ. 1951.
- JAIN, Harish e R. N. Kanungo. Behavioral Issues in Management: The Canadian Context. New York, McGraw-Hill, 1978.
- JAY, Antony. Moquravel e a Gerência de Empresas. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- JENNINGS, Eugene. Liderança nas Organizações e na História. São Paulo, Brasiliense 1970.
- JOHNSON, Richard A., Fremont E. Kast e James E. Rosenzweig. The Theory and Management of Systems New York, McGraw-Hill, 1970.
- JUCIUS, Michael J. e Wilgam E. Schlender. Introdução à Administração: Elementos de Ação Administrativa. São Paulo, Atlas, 1972.
- JUDSON, Arnold J. Relações Humanas e Mudanças Organizacionais. São Paulo, Atlas, 1969.
- JUN, Jong S. e William B. Storm (orgs.). Tomorrow's Organizations: Challenges and Strategies. Glenview, Ill., Scott, Foresman and Co., 1973.
- KAHN, Robert L., Donald M. Wolfe, Robert P. Quinn, J. Diedrick Snoek e Robert A. Rosenthal. Organizationol

- Stress. New York, John Wiley and Sons, 1964.
- KAST, Fremont e James E. Rosenzweig. Contingency Views of Organization and Management. Chicago, Science Research Associates, 1973.
- . General Systems Theory: Applications for Organization and Management. Academy of Management Journal. v.15, 1972.
- . Organization and Management: A Systems Approach. New York, McGraw-Hill, 1970; 1976.
- . Organization and Management: Experiential Exercises. New York, McGraw-Hill, 1976.
- KATZ, Daniel e Robert L. Khan. Psicologia Social das Organizações. São Paulo, Atlas 1970.
- KATZ, Efihu e Brenda Danet (orgs.). Bureaucracy and the Public. A Reader in Official-Client Relations. New York, Basic Books, 1973.
- KAUFMAN, H. A Ciência da Tomada de Decisão. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- e D. Seidman. The Morphology of Organizations. Administrative Science Quarterly. v.15, dez. 1970, p: 439-452.
- KAZMIER, Leonard J. Principles of Management. New York, McGraw-Hill, 1974.
- KEMENY, John G. Homem e Computador. São Paulo, Editora Lux, 1975.
- KEMPNER Thomas. A Handbook of Management. London, Weidenfeld and Nicolson, 1971.
- KHANDWALLA, Pradip N. Design of Organizations. New York, Harcourt Brace Jovanovich, Inc., 1977.
- KILMANN, Ralph H. Social Systems Design, Normative Theory and the MAPS Design Technology. New York, Elsevier North-Holland, Inc., 1977.

BIBLIOGRAFIA

- , Louis R. Pondy e Deanis P. Skvia. The Mona <ment of Orgartirotion North-Holland, Inc.,1916.
- KINGDON, Donald RaIpÍ. MoMx OrBonlzati3n. Manaetr Information Tcchnolog ex Publ., Assen, Van Gorcum;1973.
- KLEIN, Josephine. O Estudo de Grupos. Rio de Janeiro, Zahar,1972.
- KLEIN, Lisl. New Forms of Work Orgonnation: Cambridgé, Cambridge University Press 1916.
- KOHN, Mervin. !)ynomic Marragir gT Prtncipks, Frnccss, Fractkc. Reading, Mass:, Addison-Wesiey Publ. <.,. 1977.
- KOLB, David A., Irwin M. Rubin e James M. Mdntyre. Organizational Fsycho8y. A BookofReod3r s. wood Cliffs, N. J., Prentice-Hall,1971.
- , p bg Organrzocwnal: Uma Abordogcm Vivencial. S3o Paulo, Atlas 1978.
- KOONTZ, Harold. Toward o Unijed Theory ofMonoBement. New York, McGraw-fwl 1964.
- e Lj ril O'Donnell. Es:ential: ofManogement. New York, McGraw-Hill,1914.
- . Management: A Systems and Contingency Anolysis of the Managerial Function:. New York, McGraw-Hill,1976.
- . Prfnctfpios de Adminisno33o. Umo An3lisc das Furt333es Adminirtrativas. S3o Paulo,1976.
- . Readin8son Manogement. New York, McGraw-Hill,1959.
- KORMAN, Absaham. Industrwl ond OrBan ononol Psychology. Enelewood Cliffs, N. J., Prentice-flall,19?I.
- KRUPP, Sherman. Pbttern in Orgonrzotionol Analysis. A C5'iticol Examination. New York, Holt, Rinehart and Winston, Inc.,1961.
- LANDSBERGER, Henry A. Hawthorne Revisited. Ithaca, New York, Cornell University Press 1958.
- LAU, James B. Beh3vior in OrBonizotions. An Expaiential Appreach. Homewood, Ill., Richard D. hwin, Inc., 1975.
- LAWLER, III, Edward E. Motivotion in Work Orgon3u3tions. Belmont, Calif., Brooks/Cole,1974.
- e John Grant Rhole. Information and Control in Organrzations. Pacific PaGsades, Calif., Goodyear, 1976.
- LAWRENCE, Paul R. e Jay W. Loisch. As Empres3s e o Ambiente: Difenencia33o e Integra33o Adminfstnatfvas. Petr3pofis Vozes,1973.
- . O l7esenvolvimento de Organiza333es: D gn3stico e Agdo. S3o Paulo Edgard Bliicher, 1972.
- . Studies in Organizotional llesign. Homewood, I11., Richard D. Irwin, Inc. e The Dorsey Press, 1970.
- (orgs.). Organizational Structure and Design. Homewood, Ill., Richard D. Irwin, Inc. e The Dorse Press 1970.
- LEAVITT, Harold. "Applied Organizational Change in Industry " In: James G. March (org.). Hondbook of

Organizations. Chicago Rand McNally Publ.,1965.

. "AppGed Organization Change in Industry: Structural, Technical and Human Approaches. '
 In: Victor V. Vroom e Edward L. Deci (orgs.).ManagementandMotivotfon. Selected Readings. London, Penguin Books;1973.

. Drreção de Empresas (Psicoloeia e Problemos de Administragão e ChèfioJ. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura,1963.

I
 . Monagerial Prychology. Chicago, University of Chicago Press 1964.

, William R. Dil1 e Henry B. Eyring. "Organizátional Task Objective and Goal: What Are We Doing Here?" In: Herbert G. -Hicks e James D. Powell. Manogement, Or84nlzations, and Human Re9ounes Selected Readings. New York McGraw-Hil1,1976, p.130-133:

. The Organúational World. New York, Harcoùrt, Bráce Jovanovich, Inc.,1913.

LEFORT Claude. Que s la Burocracra? Madrid, Ruedo Ibórico,1974.

LEWIN, Kurt. A Dymomic Theory ofPersvnlity. New York, McGraw-Hill 1935.

.PrincrplesofTopologicalFpsychology,NewYork McGráw-Hill 1936.

LIEBERMAN, M. Á., I. D. Yalom M. B. Miles: Encountér Gnoups: Firrt Focta New York, Basic Books, Inc., Publ. ,197 3 .

LIIEERT, Rensis. A Oreanaofoo Humano. São Paulo, Atlas,1975.

. New W ys ofManaging Contlict. New York, McGraw-Hill 1976.

.NovosPodrSesdeAdmin troção.SãoP ulo Pioneira 1971.

LIPPITf, Gordon. Organizational Renewal. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hal1, Inc.,1973.

- McGREGOR, Douglas. *Motivação e Liderança*. S. Paulo, Brasiliense, 1973.
- . *The Human Side of Enterprise*. New York, McGraw-Hill, 1960.
- . *The Professional Manager*. New York, McGraw-Hill, 1967.
- McGUIRE, Joseph W. *Contemporary Management. Issues and Viewpoints*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, Inc., 1974.
- McNICHOLS, Thomas J. *Policy Making and Executive Action*. New York, McGraw-Hill, 1917.
- McWHINNEY, William H. *Organizational Form, Decision Models and the Environment*. Research Paper. n° 17, The Graduate School of Business Administration, University of California at Los Angeles, 1967.
- MEININGER, Just. *O Sucesso através da Análise Funcional*. Rio de Janeiro, Artenova, 1973.
- MERRILL, Harwood F. (org.). *Classics in Management*. New York, American Management Association, 1960.
- MERRY, Ury e Mel in E. Allershand. *Developing Teams and Organizations: A Practical Handbook for Managers and Consultants*. Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co., 1977.
- MERTON, Robert K. *Sociology, Theory and Structure*. São Paulo, Mestre Jou, 1968.
- . A. P. Gray, B. Hockey e H. Selvin. *Readers in Bureaucracy*. Glenview, Ill., The Free Press, 1952.
- MICHELSON, Robert. *The Political Parties*. New York, Dover, 1959.
- MILES, Raymond E. *Theories of Management: Implications for Organizational Behavior and Development*. Tokyo, McGraw-Hill Kogakusha, 1975.
- MILLER, David W. e Martin K. Stan. *Executive Decisions and Operations Research*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, Inc., 1960.
- . *Estrutura das Decisões Humanas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1970.
- MILLER, E. C. *Objectives and Standards*. New York, American Management Association.
- MILLER, Erie J. e A. K. Rice. *Systems of Organization, The Control of Task and Sentient Boundaries*. London, Tavistock Publ., 1967.
- MILLER, James G. *Living Systems*. New York, McGraw-Hill, 1977.
- . *Living Systems: Basic Concepts*. Behavior Science. 10 jul. 1965.
- MILLS, C. Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- MINER, John B. *The Management Process. Theory, Research, and Practice*. New York, Macmillan, 1973.
- MIZE, J. H. e J. C. Cox. *Essentials of Simulation*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, Inc., 1968.
- MOONEY, James D. *The Principles of Organization*. New York, Harper and Bros., 1947.
- MOORE, Franklin G. *Management: Organization and Practice*. New York, Harper and Row Publ., 1964.
- MORENO, Jacob L. *Psicanálise*. São Paulo, Cultrix, 1970.
- MORIN, Pierre. *Le Développement des Organisations*. Paris, Bordas, Dunod, Gauthier-Villars, 1976.
- MORSE, Philip M. (org.). *Operations Research for Public System*. Cambridge, Mass., Institute of Technology Press, 1967.
- MOSCOVICI, Fela. *Laboratório de Sensibilidade. Um Estudo Exploratório*. Rio de

Janeiro, FGV, Serviço de Publicações, 1965.

MOTTA, Fernando C. Prestes. A Teoria Geral dos Sistemas na Teoria das Organizações. Revista Administração de Empresas. v.11, nº 1, mar.1971.

. Teoria Geral da Administração. Uma Introdução. São Paulo, Pioneira, 1972.

MOUSEN, R. Joseph. Business and the Changing Environment. New York, McGraw-Hill, 1973.

MOUZELIS, Nicos P. Organization and Bureaucracy. Chicago, Aldine Publ., 1968.

! . Organization and Bureaucracy: An Analysis of Modern Theories. London, Routledge, 1971.

NADLER, Gerald. Work Simplification. New York, McGraw-Hill, 1957.

NASCIMENTO, Kleber T. A Revolução Conceptual da Administração: Implicações para a Formulação dos Papéis e Funções de um Executivo. Revista de Administração Pública. v. 6, nº 2, abr. jun. 1972.

NAVILLE, Fierre. Critique de la Bureaucratie. Cahiers Internationaux de Sociologie. v. XV, 1953.

NEGANDHI, Anant R. Organization Theory in a Open System. New York, Dunellen Publ., 1974.

(org.). Interorganizational Theory. Center for Business and Economic Research, Kent State University Press, 1975.

. Modern Organizational Theory. Contextual, Environmental and Socio-cultural Variables. Kent State University Press, 1973.

NEGANDHI, Anant R. e Bernard C. Reimann. A Contingency Theory of Organization Re-Examined in the Context of a Developing Country. Academy of Management Journal. jun. 1972, p.137-146.

- NEUSCHEL Richard F. Management by System, New York McGraw-Hill 1960.
- NEWMAN, William H. A Administração: As Técnicas do Organismo e Gerenciamento. São Paulo, Atlas, 1972.
- Nonaka, Ikuo. Knowledge in the Firm. Harvard Business Review, 1994.
- Charks E. Summer e E. Kirly Warren. The Process of Management: Concepts, Behavior and Practice. Engkwood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1961.
- NEWMAN, John W., William E. Reif e Robert M. Monczar (orgs.). Contingency Approach to Management: Readings. New York, McGraw-Hill, 1975.
- ODIORNE, George S. Administração por Objetividade Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1976.
- Odiorne, George S. Management by Objectives New York, Pitman, 1965.
- OPTNER, Stenford L. Análise de Sistemas Empresariais. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1971.
- Optner, Stenford L. Análise de Sistemas para Administração de Empresas. São Paulo, EPU, 1973.
- OSBORN, Richard N. e James G. Hunt. Environment and Organizational Effectiveness. Administrative Science Quarterly. jun. 1974, p. 231-246.
- PARKE, E. Lauck e Curt Tausky. The Mythology of Job Enrichment. Personnel. set. out. 1975.
- PARKINSON C. Northcote. A Lei de Parkinson. São Paulo, Pioneira, 1967.
- PARSONS, Talcott. "Three Levels in the Hierarchical Structure of Organization." In: William M. Evan (org.). International Relations London Penguin Books, 1976, p. 69-71.
- Parsons, Talcott e Edward A. Shils (orgs.). Toward a General Theory of Action. New York, Evanston, Harper and Row, 1962.
- PARTIN, J. Jennings (org.). Current Perspectives in Organization Development. Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co. 1973.
- PATERSON, T. T. Management Theory. London, Business Publ., 1969.
- PATTEN, Jr., Thomas H. (org.). OD - Emerging Dimensions and Concepts. Washington, D.C., American Society for Training and Development, 1973.
- PENNINGS, Johannes M. The Relevance of the Structural-Contingency Model for Organizational Effectiveness. Administrative Science Quarterly. set. 1975.
- PEREL, Vicente L., José G. Ader, Jorge R. Etkin; Mario Kutnowski, Jesus D. López Cascante e Fernando Mtigdakna. Teoria e Técnicas de Administração. Petrópolis, Vozes, 1974.
- 'PERROW, Charles. Análise Organizacional. Um Enfoque Sociológico. São Paulo, Atlas, 1976.
- Perrow, Charles. "The Short and Glorious History of Organizational Theory." In: Fred Luthans (org.). Contingency Theory in Organizational Behavior. New York, McGraw-Hill, 1977.
- PZL'ER, Laurence J. e Raymond Hull. Todo Mundo é Incompetente. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.
- PETIT Thomas A. The Moral Crisis in Management. New York, McGraw-Hill 1967.
- PFEFFER, J. Size and Composition of Corporate Board of Directors: The

Organizations and Its Environment.

Administrative Science Quarterly. n° 17, 1972, p. 218-228.

PFIFFNER, John M. e Franck P. Sherwood. Organizational Behavior. São Paulo, Best-seller; 1965.

PIEL E. Joseph e John G. Truxal. Man and His Technology. New York, McGraw-Hill, 1973.

PORTER, Lyman W., Edward E. Lawler, III e J. Richard Hackman. Behavior in Organizations. New York,

McGraw-Hill 1975.

PRESTHUS, Robert. The Organizational Society. New York, Vintage Books, 1965.

RAIFFA, Howard. Teoria da Decisão. Petrópolis, Vozes e Ed. da USP 1971.

REDDIN, W. J. Effective Management by Objectives New York, McGraw-Hill, 1971.

. Eficácia Gerencial. São Paulo, Atlas 1975.

RICE A. K. Public Enterprise and its Environment. London, Tavistock Publ., 1963.

RICHARDS, Max D. e William A. Nienlander: Readings in Management. Cincinnati, Ohio, South-Western Publ. Co., 1958.

RIGGS, James L. e Michael S. Inone. Introduction to Operations Research and Management Science: A General

Systems Approach. New York, McGraw-Hill 1975.

ROEBER, Richard J. C. Public Organization in a Free Society. Reading, Mass., Addison-Wesley Publ., 1973.

ROETHLISBERGER, Fritz J. Management and Morale. Cambridge, Mass., Harvard University Press,

e William J. Dickson. A Organização e o Trabalho. São Paulo, Atlas, 1971.

BIBLIOGRAFIA

- RUBENSTEIN, Albert H. e Ch:dwiclc J. H berstroh. Some Thcwlc<r of Qr an ation. Homewood, Ill., The Dorsey Pnss e Richard D. Irwin, Inc.,1960.
- SAYLES, Leonard R. Mars cri0l Bchavfor. Adminútration in Corrrplcx n a onx New Yorlc, McGraw-Hi0, 1964.
- e George Streuss. Comportamento Humano nas O nhações. São Paulo, Atlas,1969.
- SBRAGIA, Sérgio. Algumas caraderístic:s da Estrutura Metrici l. Rcvista dc Admin ração. FÈA-USP, v.13, nó 1 jan: mar.1978, p. 45-66.
- SCHEIN, E r H. Conntltoria dc Pnoccdimcnto:: Seu Pbpel no Ik:cnvnlvimcnto n acáanal. São Paulo, Bl cher,1972.
- . Organ ationalFrychology. E kwood Cliffs, N. J., PrenticoHall,1965.
- . e Warren G. Bennis. Pcrmncl and nnational CharrBc thr rgh Gmttp Mc:hod:. New York, John Wiley and Sons.,1965.
- SCHLEH, Edw rd C. Monagcmnt by Rc tltx New York, McGraw-Hill,1961.
- . Succu ul Exenitivc Action. Engkwood Cliffs, N.1., Prentice-Hall,1955.
- . The Managcmnt Tacticwn: Exccutivc Tactic: for Gettir g Rc lta New York, McGraw=Hil1, 1975.
- SCHODERBECK, Peter P. Mana cmnt Sy enu:. New York lohn Wiley and Sons,1911.
- SCOTT, William G. Organfzatdon Thoory. A Bchaviornl Analy:is for Managcmnt. Homewood, Ill., R. D. Irwin,1967.
- , Organization .Theory: An Overview and an Appraisal. Jounol of Aaademy ofManogcmnt. v. 4, nó 1, abr.1961, p.1-26.
- e Terence R. Mitchell. Orgonúationol Thaary. A S:ntctural and Behov oral Analys!: Homewood, Ill., Richard D. Irwin, Inc.,1976.
- SECKLER-HUDSON, Catherin. Organization and Ìanagcmnt: 7heory and ctice. Washington, American University Press,1955.
- SEILER, John. Sy:tem: Analysis :n Organizational Behavior. Homewnod, Ill. Richard D. hwin, Inc., 1967.
- SELZNICK, Philip. An Approach to a TheorY of Bureauaacy. Americon Sociologicaln Revicw. v. 8, 1954, p. 47-54. .
- SHERMAN, H. It All Ikpend: - A tic Appnonch to Organáation. A1 ., Unirersity of Alabama Press, 1967.
- SHILLS, Edward B. Automotion and Indu:trial Relationx New York, Holt, Rinehart and Winston,1963.
- SHULL, F. A. Delbecq e L. Cummings. Organfzational Ikcirion Making New York McGraw-Hil1 1910.
- SILBER, Mark B. e V. Clayton Sherman. Manaeerial Performance and Fromotability (The Maki of an Exe- c tive). New York, Ama'ican Managcmnt Association.
- SILVA, Bened to. Taylor e Fayol. Rio de Janeno, FGV, Serviço dé

Publicações,1972.

SILVERMAN, David. The Theory of Organization London, Heinemann,1976.

SIMON, Herbert A. A Capacidade de Lógica e o Líder. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura,1963.

_____. O Comportamento Administrativo. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas 1965.

_____. The New Science of Management. New York, Harper and Row, Publ.,1960.

_____, D. W. Smith e V. A. Thompson. Public Administration. New York, Knopf,1950.

SKERTCHLY, Allan R. B. Estratégia na Empresa. São Paulo Atlas 1973.

SKINNER, B. F. Contingência de Reforço. New York, Appleton Century Crofts,1969.

_____. Science and Human Behavior. New York, Random House,1971.

SLOAN, Jr., Alfred P. My Year: with General Motors New York, Sidgwick and Jackson 1965.

SOFER, C. R. Organização: em Teoria e Prática. Londão, Heinemann, Educational Books,1972.

SOMMER, Robert. Economia. São Paulo, EPU,1973.

SOUZA, Edela Lanzer Pereira de. Desenvolvimento Organizacional - Censo e Instrumento: Brasil e São

Paulo, Edgud Blücher; Porto Alegre, F. D. R. H.,1975.

SOUZA, Sérgio Alves de. Tipologias Organizacionais e Atributos Administrativos: Revista de Administração.

FEA-USP v.13, nº 2, abr.jun.1978 p. 9-23.

SPRIEGEL, W. R. e C. E. Meyers (orgs.). The Writing of the Gilbreth's. Homewood, Prentice-Hall 1953.

STACEY, Chelmers L. e Manfred F. De Martino (orgs.). Understanding Human Motivation. Cleveland, Ohio,

H. Allen 1963.

STARBUCK, William H. Organização e Desenvolvimento. New York, Penguin Books,1971.

Impressão é AcabBmento

GRÁ,FICA E E ITORA FCA

? AV. HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, 3972 - TEL.:419-0200
\$AO BERNARDO DOCAMPO-CEP09700-SP

- "Organizations and their Environments." In: Marvin D. Dunnette (org.). *Handbook of Industrial and Organizational Psychology*. Chicago, Rand McNally College Publ. Co., 1976, p.1069-1082.
- STARR, Martin K. *Management: A Modern Approach*. New York, Harcourt Brace Jovanovich, Inc., 1971.
- STEELE, Fred. *Conciliating Organization Character*. Amherst, Mass., University of Massachusetts, 1974.
- _____. *Psychological Settings and Organizational Development*. Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co., 1973.
- _____. *The Open Organization: The Impact of Secrecy and Disclosure on People and Organization*. Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co., 1975.
- _____. e Stephen Jenks. *The Feel of the Work Place: Understanding and Improving Organization Climate*. Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co., 1977.
- STEINER, Gary A. (org.). *The Creative Organization*. Chicago, The University of Chicago Press, 1965.
- STEINER, George A. *Business and Society*. New York, Random House, 1971.
- _____. *Managerial Long-Range Planning*. New York, McGraw-Hill, 1963.
- _____. *Top Management Planning*. New York, The Macmillan Co., 1969.
- STEPHEN, J. Carroll e Henry L. Tosi. *Management by Objectives: Applications and Research*. London, McGraw-Hill, 1975.
- STOPFORD John M. e Louis T. Wells Jr. *Managing the Multinational Enterprise*. London, Longmans, 1972.
- SUTERMEISTER, Robert A. *People and Productivity*. New York, McGraw-Hill, 1976.
- SWANSON G. E., T. M. Newcomb e E. L. Hartley (orgs.). *Readings in Social Psychology*. New York, Hold and Company, 1952.
- TANNENBAUM, R., Irving Weschler e Fred Massarik. *Liderança e Organização: Uma Abordagem das Ciências do Comportamento*. São Paulo, Atlas, 1970.
- TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo, Atlas, 1970.
- TEAD, Ordway. *A Arte da Administração*. Rio de Janeiro, Agir, 1956.
- TERREBERY, Shirley. *The Evolution of Organizational Environments*. *Administrative Science Quarterly*, vol.12, nº 4, mar.1968, p. 590-613.
- TERRY, George R. *Management: Selected Readings*. Homewood, Ill., Richard D. Irwin, Inc., 1973.
- _____. *Principles of Management*. Homewood, Ill., Richard D. Irwin, Inc., 1953.
- THOMPSON, C. B. *The Theory and Practice of Scientific Management*. New York, McGraw-Hill, 1917.
- THOMPSON, Gerald E. *Management Science: An Introduction to Modern Quantitative Analysis and Decision Making*. New York, McGraw-Hill, 1976.
- THOMPSON, James D. *Dinâmica Organizacional Fundamentos Sociológicos da Teoria Administrativa*. São Paulo, McGraw-Hill, 1976.

(org.). *Approaches to Organizational Design*. Pittsburgh, Pa., The University of Pittsburgh Press, 1966.

THOMPSON, Victor A. *Moderna Organização*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1967.

TOSI, Henry L. *Readings in Management: Contingencies, Structure, and Process*. Chicago, Ill., St. Clair Press, 1976.

. *Theories of Organization*. Chicago, St. Clair Press, 1972.

and C. Hamner. *Organization, Behavior and Management: A Contingency Approach*. Chicago, St. Clair Press, 1976.

, Robert J. House and Marvin D. Dunnette (orgs.). *Managerial Motivation and Compensation: A Selection of Readings*. East Lansing, Michigan State University, 1972.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo, Atica, 1974.

TRIST E. L., G. W. Higgin, M. Murray and A. B. Pollock. *Organizational Choice: Capabilities of Groups at the Coal Face Under Changing Technologies*. London, Tavistock Publ., 1963.

UDY, Jr., Stanley H. "Bureaucracy" and "Rationality" in Weber's Organization Theory: An Empirical Study. *American Sociological Review*. v. 24, 1959, p. 791-795.

URIS, Auren. *Mastery of Management*. New York, Playboy Press, 1968.

URWICK, Lyndall F. *The Elements of Administration*. New York, Harper and Bros., 1943.

VALENTINE Raymond F. *Performance Objectives for Managers*. New York, American Management Association, 1969.

- VARNEY, Glenn H. An Organizationol Deurlopment Appronch of Management Developmnt. Reading, Mass., ' Addison-Wesley Publ. Co.,1976.
- wn BERTALANFFY, Ludwig. Teoria Geraldor Sistemas. Petrópolis, Vozes,1976.
- von MISES, Ludwig. Burocraciu. Madrid, Unión Editorial,1974.
- vo NEUMAN, Johann. 7lie Computer and the Brain. New Haven, Yale University Press,1958.
- WADIA, Maneck S. The Noture and Scope of Manqgement. A Book of Readings. Chicago, Scott, Foresman and Co .,1966.
- WAHRLICH, Beatriz Marques de S. Uma Anólise das Teorias de Orgonização. Rio de Janeiro, FGV, Serv. de Publicações,1911.
- WALKER, C. R. Life in the Automatic Factory. Harvard Busincsr Review. jan: fev.1958, p.111-119.
- . Technològy, Industry and Man. New York, McGraw-Hill,1968.
- e Robert Guest. Man on the Assembly Line. Cambridge, Mass., Harvard University Press,1952.
- WALL, T. D. e J. A. Lischeron. Worker Particrpatation: 1 Critique of the Literature ond Somc FYemlr Evidence. London, McGraw-Hill,1976.
- WAL?' RS, Roy W. !ob Enrichment for Results - Strategies for Successful ImplementatiDn. Reading, Mass., Addison-Wesley Publ. Co.,1975.
- WARREN, Roland L. Socrol Change and Human Furpose: Tox rd Understanding ond Action. Chicago, Rand McNally Publ. Co.,1977.
- WALTON, Richard E. Paciftcação Interpersoal: Confrnntag8er e Con ltoria de uma Tercerra Parte. São Paulo, Edgerd Bliicher,1972.
- WARWICK, D. Bureaucracy. London, Longmans,1974.
- WEBER, Max. Ensoios de Sociologia. Rio de Janeiro, Zahár,1971.
- WEICK, Karl E. A Psicologio Social da Organrzação. São Paulo, Edgard Bl cher e Ed. da USP,1973.
- WEIL, Pierre, Anne Ancelin Schutzenberger, C6lio Garcia e outros. Dinômico de Grupo e Desenvolvimento em RelaçBes Humanas. Belo Horizonte, Itatiaia,1967.
- WEILER, Nicholas W. Reality and Coreer Pifonnir g: A Guide for Per onal Growth. Readings, Mass., Addison-Wesley Publ. Co.,1977.
- WHITE, W. F. Human Relations in the Restaurant Indurtry. New York, McGraw-Hill,1948.
- WHITEHEAD, T. N. The Industrwl Worker. Cambridge, Mass., Harvard University Press,1938.
- WHYTE, Jr., William Foote. Men at Work. Homewood, I11., Richard D. Irwin e The Dorsey Press, 1961.
- . The Organization Man. New York, Doubleday 8c Co.,1956.
- WIELAND, George F. e Robert A. Ullrich. Organnations: Behavior, Design, and Change. Homewood, IU., Richard D. hwin, Inc.,1976.
- WIENER, Norbert. Cibernética e Sociedode. O Usn Humano de Serer Humonoa São Paulo, Cbltrix, 1973.
- . Cibernética ou Comunicação no Anfmal c na Móquino. São Paulo, Ed. da

USP e Polígono,1910.

WORTHY, James. Organizational Structure and Employee Morale. American Sociological Review. v. 15, p.169-179.

WORTHMAN, Jr., Max S. e Fred Luthans (orgs.). Emerging Concepts in Management. Process, Behavioral,

Quantitative, and Systems. New York, The Macmillan Co.,1969.

WREN, Daniel. The Evolution of Management Thought. New York, The Ronald Press Co., 1972.

ZALEZNIK, Abraham. Managers and Leaders: Are They Different? Harvard Business Review. maio/jun.1977, 5 (3) : 67-68.

ZALTMAN, Gerald e Robert Duncan. Strategies for Planned Change. New York, John Wiley and Sons, Inc., 1977.

ZWERMAN, William L. New Perspectives: on Organization Theory. Westpoint, Conn., Greenwood Publ. Co., 1970.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Aitken, Hugh G. F., 57,11?
 336, 337, 344, 358
 Akoff Russell L. 499
 Alford, Leon Pratt, 36
 Allen, Louis A., 208
 Annoff, Leonard, 499
 Anohin, P. K., 329
 Argyris, Chris, 8, 395, 396, 401
 Aron, Raymond, 276
 Ashby, W. R., 412
 Azevedo, Cândido Bueno de, 440

 Babbage, Charles, 36
 Bacon, Francis, 22
 Balcão, Yolanda Ferreira, 98,125,132,140,142
 Barnard, Chester I., 361, 384, 394, 395
 Barrett, Dermot,135
 Basil, Douglas C.,12
 Bates, Frederick L., 568
 Bavelas; Alex,125,132,135
 Bayer, Gustavo F.,190, 278
 Beckett, John A., 540
 Beckhard, Richard, 8, 416, 417
 Beer, Stafford, 473-476
 Behling, Orlando, 77
 Bendix, Reinhard, 276, 289
 Bennis, Warren G., 8,12, 271, 308, 309, 398, 418
 D., 224, 227, 545, 553
 Berger, Morrell, 307
 Chapiro, Jorge e Edith Deutsch, 457
 Beralanffy, Ludwig von, 8, 329, 467, 470, 472, 512,
 516, 520
 576
 Berrien, F. K., 513
 Bittel; Lester R., 55
 Blake, Robert R., 419, 424, 442
 Blanchard, Kenneth H., 3,126

 Blau, Peter M., 276, 299, 322,

 Blauner, R. 288
 Boulding, Kenneth, 416
 Bowditch, James L., 309
 Bowers, Raymond V., 332
 Bradford, Leland, 411
 Brand, Charles A., 276
 Broom, Leonard, 310
 Brown, Alvin,168
 Brown, J. A. C.,151,153
 Browne, Philip J., 207
 Buckley, Walter, 527
 Burgunder, Ann F., 332
 Burnham, James, 272
 Burns, Edward McNall, 26
 Bums, Tom, 545, 554, 556
 Burke, W. Warner, 413
 Byars, Lloyd L., 62

 Campbell, J. P., 441
 Cannon, Walter B., 482
 Carlyle, Thomas,127
 Carroll, Jr., Stephen,12, 224
 Cartwright, Dorwin,140,144
 Carzo, Jr., Rocco, 325
 Chandler, Jr., Alfred

 Chedaux, Gene,118
 Chiavenato, Idalberto, 9,130, 450,

 Child, John, 548
 Church, Alexander Hamilton, 36
 Churchmann, C. West, 499
 Clark, Peter A., 548

INDICE ONOMASTICO

- Clarke, Burton R., 322
 Clausewitz, Carl wn, 25
 Cook, Curtis, W.,12
 Cordeiro, ãerte Leite, 98,125,132,140,142,143
 Cottrell, Jr., Leonard S., 310
 Datuendorf, Relf, 312
 Dsk, Ernost,18,113,174,175,118,199
 220-224
 Dalton, Gene W., 548
 Dalton, Melv , 206, 345
 Davis, Ralph C., 203; 207
 De>cartes, RenE, 23
 Dickson, William, 98,105,108,136,144
 Dil1, W tliem R., 545
 Dimock, Marshall H., 307
 Dnbek, Thomas E., 62, 311, 526
 Drucka, Ftta F., 5, 8,163,164,166,110,111,116,
 111, 242, 243, 249
 Dubia, Robert,138,141,156
 Dunnette, Marvin D., 441
 Eisonstadt, S. N., 304
 Ellul, Jacques, 462
 Emason, n, 44, 53,112
 Emay, Fred E., 8, 515, 533
 Engels, Friedrich, 23
 Epstein, I , 502
 Escober, C. H., 357
 Etziom, Amitai, 60,105,111,146,147,153; 217,
 284, 286, 290, 297, 299, 304, 312, 320, 322, 323,
 327, 328, 332, 333, 334, 335, 338, 339
 Evaa, Williem M., 548
 Fayol, Henri, 8, 34, 35, 36, 71-89,164,118,190,
 31 , 313, 320, 409
 262
 Fi dler, Fred E., 548
 Finch, I , A., 216
 Fisha, , 309
 Foast, Jr., Joscph F., 62
 Follett, Mary Parka, 36
 Ford, Henry, 33, 35, 37, 53-54
 Form, Wflsm tl.,150
 Fourrka, Lawrence E., 545
 Fnund, Julien, 276
 Gaddis, Paul O., 234
 Galb aith, Jay R., 322 .
 514, 528 532
 Gantt, Henry Lawrenco, 33, 35-37
 Gélinia, Octave,165
 556
 George, Jr., Qaude S., 30, 39
 Gouldner, Alvin, 300, 302-304, 329, 344
 Granga, Charks H., 249
 Grey, A. P., 301
 Gnina, Iarry E., 419
 Gmdzins, Morton, 59
 Gmss, Batram M., 525
 Guetzkon, Harobd, 332
 GuGck, Lutha, 71,18,19, 81-83,178,
 Gullett, C. Rgy, 539
 Gurvitch, Georges, 320
 Haas, J. Eu ene, 62, 311, 526
 Hackman, J. Richard, 398
 Haiman, Theo, 22,188,190
 H811, Richard H., 306, 301, 356, 499
 Hantmor, W. C., 578
 ond, W iám Rogers, 62
 Hampton, David R., 200, 224, 221, 228, 496
 Hartley, E. L.,104,129
 Haynes, W. Warren, 43
 Heady, Farel, 301
 Hellriegel, Don, 498, 548
 Hendason, A. M., 215
 Hendason, Keith M., 313
 Hasey, Paul; 3,126
 Hazbag, Frederick, 370, 313, 400, 410
 Hicks, Habert G., 539
 Hobbes, Thomas, 23
 Hockéy, B., 307
 Homans, George C., 91-102
 Hopkine, Taence, 216
 Hopt, Harry Arthur, 36
 Hoxie, R. F., 97
 Hul1, Raymond, 348
 Humbk, John W., 243, 253-255, 257, 259,
 Hurky, Morris, 203
 Huse, Edgar F., 309
 Isard, Walter, 540
 Jay, Antony, 353-354, 358
 Jennings, Eugene,128
 Johnson, Richard A., 515
 Jucius, Michael J.,199
 Judson, ArnoW S., 428
 Kahn, Robert L., 56, 51,126, 306, 308,
 Kapãn, Abrahathn, 486
 Kast, Fremont E., 8, 310, 312, 515, 550,
 Katz, Daa l, 56, 51,126,143, 306, 308,

514,

Gath, H. H., 216, 285, 286, 288, 289

Gibb, Cec A., 125

Gilbreth, Frank B., 8, 33, 35-37, 43-45

Gilbreth, Liliaa M., 44

Gokmbricwski, Robat T., 201

528-532

Katz, RobaY L., 3

Khsndwallg, Prapid N., 19, 515

Ki , Ralph H., 548

Kimball, Dexta, 51

- Kingdon, Donald Ralph, 548
 Knickerlocker, Irvin B., 125, 126
 Kohn, Mervin, 127
 Koontz, Harold, 8, 22, 164, 177, 178, 208, 210, 506, 507
 Korman, Abraham K., 441
 Kreiken, J., 172
 Landsberger, Henry A., 147
 I. aski, H., 288
 Lassell, H. D., 132
 Lawler, III Edward E., 398
 Lawrence, Paul R., 8, 131, 134, 146, 414, 451, 545,
 Prestes, 149, 321, 326, 340,
 556, 561
 Leavitt, Harold J., 136, 148, 506
 Lerner, D., 132
 Levenson, Bernas, 290
 Levinson, Harry, 262, 263
 Levitt, Theodore, 2
 LóW-Strauss, C., 320
 Lewin, Kurt, 8, 97, 103, 104, 118, 128, 139, 409
 Likert, Rensis, 8, 377, 380
 Lindzey, G., 125
 Lippitt, Ronald, 128-130
 Litterer, Joseph A., 325
 Lobos, Júlio, 461
 Lodi, João Bosco, 107, 109, 177, 247-251, 260,
 261, 264, 326, 346
 Lorenz, Konrad, 340
 Lorsch, Jay W., 8, 131, 134, 146, 224, 414, 451,
 546, 556, 561
 Luthans, Fred, 77, 552
 Machline, Claude, 237
 Mackenzie, W. J. M., 329
 Machiavelli, Nicolás, 352
 Maio, G. Elton, 97, 98, 106-108, 150
 Mannheim, Karl, 289
 March, James G., 57, 60, 85, 87, 237, 238, 296,
 299, 304, 312, 325
 Margulies, Newton, 427
 Marshall, Jr. Byron O., 503
 Marx, Karl, 23, 163, 277, 320
 Maslow, Abraham H., 366, 373, 400, 410
 Mill, James, 30
 Mill, John Stuart, 31
 Miller, David W., 499
 Miller, Delbert C., 150
 Miller, James G., 516
 Mills, C. Wright, 276, 285, 286, 288,
 Miner, John B., 12, 178, 224
 Mitchell, Terence R., 540, 578
 Mooney, James D., 24, 25, 29, 77,
 Moore, W. E., 289
 Morgenstern, Oskar, 470, 501
 Morse, John J., 556
 Motta, Fernando C.
 433, 537
 Motta, Ivan de Sá, 237
 Mouton, Jane S., 419, 424, 442
 Mouzefis, Nicos P., 278-280, 289, 325,
 Nascimento, Kleber
 154, 521, 523, 538
 Negandhi, Anant R., 332
 Newcomb, T. M., 104, 129
 Newmann, Johann, 470, 501
 Newman, Wm H., 8, 170, 178, 207, 209,
 Newton, J. Wayne, 332
 Nielander, William A., 208
 Nyquist, H., 484
 O'Donnell, Cyril, 8, 22, 164, 177, 178, 208,
 Odiorne, George, 242, 243, 257,
 Optner, Stanford L., 517, 518
 Owen, Robert, 36
 Paine, Frank T., 12, 224
 Parkinson, C. Northcote, 346-348, 358
 Parsons, Talcott, 275, 282, 307, 324,
 Paterson, T. T., 521
 Perrow, Charles, 154, 300, 305, 306,
 Peter, Lawrence J., 34, 8, 349, 358
 Pfiffner, John M., 85, 8, 7
 Presthus, Robert V., 322
 Pugh, Derek S., 402

Massie Joseph L. 43	Raia, Anthony P. 427
Mayo, Elton, 8, 97,104,106,108,150, 320, 409	Rapoport A., 329
McCloskey, Joseph, 503	Reddin, Wilfiam J. 454
McEwen, William J., 339	Ricardo, David 30
McGregor, Douglas M., 8, 374, 380, 410, 430, 431	Rice, A. K., 534 536
Meigniez, Robert, 58, 59,152	Richards, Max D., 208
Merritl, Hai'wood F., 36	Robb, Russell, 36
Merton, Robert K. 284, 291, 296, 307, 310, 322	Roeber, Richard J. C., 426
Mescon, Michael H., 62	Roethlisberger Friz J.
98,105,108,123,136,144	
Metcalfe, Henry, 36	Rose, Stephen M., 332
Michels, liobert, 307	Rosenzweig, James E., 8, 310, 312, 515,
550, 556	

- Rousseau, Jean-lacques, 23
 Sbragia, Roberto, 234
 Schein, Edgar H. 8 431, 527
 I50,
 Schleh Edgard, 242
 Schlender William E. 199
 Schmidt, Warren H.,132,133
 Schoderbeck, P. P. , 515
 Schoeps Wolfgang 237
 Scott, W. Richard, 336, 337, 343 358
 Scott, Witliam G. 58 86,147, 540
 SeligmaH E R A á288 82
 Selvin, H., 291, 307
 Selznick, Philip, 276, 297, 298, 300, 332
 Shannon, Claude E., 470, 472, 484
 Sheldon, Oliver, 36
 Sheppard, H. A., 341
 Sherwood, Franck P., 85
 Shirley, Robert, 417
 Siegel G. D. 499
 Sills, David L., 338
 84, 85,
 Silverman, David, 400
 Simon Herbert A., 8 57, 58, 60, 85-87, 237, 238, 296, 299 304, 308, 312, 365, 386, 506
 Skinner B. F., 546
 Slevin, Dennis, P., 548
 Slocum Jr., John W., 498, 548
 Smith, Adam, 30
 299,
 Stallcer, G. M., 545, 554-556
 Starr, Mart K., 478, 499
 Stinchcombe, Arthur L., 325
 Stogdill Ralph M.,127,128, 220
 Stopford, John M., 545
 Strother, George B.,148, 313
 Suojanen, Waino W., 86
 Swanson G. E. 104,129
 Szilar, Leo, 484
 'fannenbaum, Robert,132,133
 Taylor, Frederick W., 33-63,104,163,195, 409
 Tenebeny, Shirley, 548
 Tersine, Richard J. 387
 Thoffler, Alvin, 548
 Thompson, James D., 220, 310, 322, 329, 339, 556, 564
 Thompson, Victor A., 322, 349-352, 358
 Tosi, Henry L. 578
 Towne, Henry Robinson 36
 Tragtenberg, Maurício, 27, 57, 59, 86,148-152,153
 Trefethen, Florence N., 503
 Trist, E. L., 8, 533
 Udy, Jr. Stanley H. 307
 Ulhich, Robert A., 524
 Uris, Auren,131
 Urwick, Lyndall F., 71, 79, 81, 83,199
 Vazsonyi Andrew, 498
 Veblen, Thorstein, 293
 Verhulst, Michel, 533
 Viet, Jean, 321, 322
 Viteles, Morris S.,150
 Wadia, Maneck S., 88,178
 Wahrlich Beatriz M. de Souza, 40, 41, 55, 59, 106, 306, 357
 Wa , thur H., 224
 Walton, Richard E., 412
 Warren, Roland C., 332
 Watson, John B., 364
 Weaver, Warren, 470, 472
 Weber Max, 8 271 275-282, 287-291, 295, 303, 305, 307, 311-313
 Weick, Karl E., 548
 Weil, Kurt E., 237
 White, Ralph K.,128-130
 Whyte, William F.,105,147,149
 Whyte, Jr., William F., 325, 326
 Wieland, George F., 524
 Wiener, Norbert, 470, 471, 486, 488
 Woodward, Joan, 8,146, 545, 570
 Woodworth, Robert S., 364
 Worthy, J. C., 56, 308
 Wortman, Jr., Max S., 77 1
 Yanouzas, John N., 325
 Zalesnick, Abraham, 410
 Zander, Alvin,140,144

ÍNDICE ANALÍTICO

		especialização da 285-286
		estilos de, 313-384
		Futura, 2
		Mercado local 2
		na Sociedade Moderna, 10
e 11	Abordagem	
	ação administrativa, 167	
	ampliação da 355	
	clássica, 33-91 163-164, 320	
	comportamental, 361~463	
	contingencial 545-584	perspectivas futuras ,12,13
	convergência de, 354	por objetivos 241-267
	das ciências do comportamento 361-362	
	descritiva e explicativa 311 397, 584	
	de sistema aberto 7 329-330	psetica da, lú7
	de sistema fechado, 62, 88, 310, 329	Primórdios da 17-31
	do non-sense, vide Sátiras à Organ> ação	processos da, 167-168
	estruturas , 271-358	teorias da, 6 7, 8, 9, 10
	humanística, 93-162, 361-362	Administração Científica 33 3
		apreensão crítica da 55 2
		m istno da, 56-57
	múltipla, 7, 327-333	principais características da 40-
55	neoclássica, 163-267	
	rescrita e normativa, 61-62, 84, 266, 391, 584	Adm> isuação por o
ativos, 241-267		
	p	apreciação científica da A , 262-265
	quantitativa, 493-507	características da, 242
	sistêmica, 467-542	
	situacional da liderança, 131-133	ciclo da APO, 255: 258
	sociotécnica, 533-537	crítica de Levinson 262-263
	tradicional, vide Abordagem clássica	crítica de Lodi, 264
	universalista, vide Teoria Neoclássica	críticas à, 265
		definições de, 242, 243, 246
		desenvolvimento de executivos,
	Administração	
259-262		
	antecedentes históricos da, 21-31	definição de objetivos, 246-
249		
	científica, 8	
	como ciência, 40 1, 60, 62	modelo de Humble, 255-257
	como técnica soc> , 170-172	modelo de Odiorne 257-
258		
	conceito de, 6, 170, 177-180	origens da, 242-246
	conteúdo da, 6 a 8, 10, 11	planejamento estratégico 250-
254		
	da Produção, 2	planejamento tático, 254-255
	de Pessoal, 2	Administrador
	desafios da, 12-13	
	e organização, 74-75	funções do, 177-180
de de controle		Alcance de controle, vide Amp

INDICE ANALITICO

- Alicientes, 392
- Ambiente
 - conceito de, 340 511, 518, 519, 520, 557
 - condições do, 557-558
 - de tarefa, 558-559
 - domínio, 558
 - ênfassa na, 7, 8, 9,10, 274
 - estável, 559
 - exigências do, 423
 - geral, 557-558
 - heterogêneo, 559
 - homogêneo, 559
 - incerteza ambiental, 559
 - instável, 559
 - macroambiente 551-558
- 343, 351
 - organizacionat 340
 - percepção ambiental,118
 - púcológico,118
 - tipologia de, 559-561
- Amplitude de controle, vide Princípio da Amplitude
 - de controle
- Análise
 - ambiental, 7
 - comparativa das o ações, vide Anátise
 - organizacional
 - do trabalho, 42-44
 - interorganizacional, 7, 332
 - intraorganizacional, 7, 332
 - sistêmica, 7, 539
 - transacional, 434 39
- Anelise organizacional
 - abordagem múltipla, 327-333
 - a partir do cómportamento, 402
 - através de tipologias organizacionais, 333-337
 - através dos objetivos organizacionais 337-339
 - do ponto de vista estruturalista, 327 339, 355
 - interorganizacionat, 332-333
 - intraor izacional, 332
- Antig idade,17-20
- Aparato administrativo, 278-282
- APO, vide Administração por Objetivos
- 288
- 298
- 295, 298
- Apreciação crítica
 - da Administração Científica, 55 2
 - Administração por objetivos (APO), 262-265
 - da Departamentalização 23 7-238
 - da Teoria Comportamentat, 397 402
 - da Teoria da Burocracia, 305, 313
 - da Teoria da Contingência, 517-579
 - da Teoria das Relações Humanas,144-154
 - da Teoria de Sistemas, 537-541
- Atvon de Decisões, 495
- Assessoria, vide Smjj
- como função admin atrna, 81
- Associações de benefícios mútuos, 336-331
- Atitude,123
- Auto-avaliação do desempenho, 377
- Auto-regulação, vide Homeostasia
- Automação, 488 89 .
- Autoridade
 - administrativa (hierarquia), 342-343, 351
 - carismáuca, 219-280
 - conceito de, 80 190-191, 278, 394
 - conceito de Weber, 278
 - de comando, 80
 - do especialista (conhecimento), 342-
 - e responsabiLdade,190-191
 - estrutura de, 284
 - exibição de sinais de, 293
 - funcional, 50-51, 80
 - hierarquia de, 284
 - leggt, racional ou burocrática, 280-282
 - legitimação da, 27&282
 - linear, 80
 - teoria da aceitação da, 394-395
 - tipos de, 278-282
 - tradicional, 279
- Barreira,118,122
- Behaviorismo
 - na Administração, 364-365
 - na Psicolo a; 364-365
 - Beneficiários das orgarúzações, 336
 - Black box, vide Caixa Negra
 - Burocrsia
 - ameaças relevantes à, 309-310
 - aparecimento da, 271
 - caráter formal da, 283
 - eareterlegat da, 283
 - caráter racionat da, 283-284
 - caráter impessoal da, 284
 - características principais da, h82-
 - conseq ências deszjadas da 287 294 295
 - conseq ências indes jadas da, 291-
 - conservantismo da, 308-310
 - críticas à, 308-310, 311
 - dilemas da, 290
 - dimensões da, 306-307
 - disfunções da, 291-295, 296
 - Gngida, 303
 - funções das re as burocráticas, 283

da Teoria Estruturalista, 354-357 impacto sobre o indivíduo, vide
disfunções de
da Teoria Matemática da Administração, 505-507 burocracia
do Desenvolvimento Organizacional, 460-463 interação com o ambiente, 297-
300
Arabesco lateral, 348 modelo de Gouldner, 300-305
Aristocracia, 22 modelo de Merton, 295-296

- modelo de Sehnick, 297-300
 - modelo de Weber, 282-288
 - origens da, 276-282
 - posição na Teoria das Organizações, 312-313
 - punitiva, 303
 - racionalidade da, 289, 306
- 362, 400 401, 422
- regras da, 283-285, 303
- fechada, 301-302
- representativa, 303
 - Sociologia da, 276-282
- Tipologia
- vantagens da, 288-289
- Lurocratas, vide Participantes
- burocracia
- Burocratização
- Disfunções
- conceito de, 289
 - crescente, 301
 - graus de, 300-305, 306-307
 - Burocracia, 350
 - Burose, 350
- Cadeia escalar, 76-77
- Caixa Negra,
 - como sistema homomórfico, 479-480
 - conceito, 479, 520
 - conceito de, 479, 520
 - Capitalismo, 271-273, 277, 282
- Hoxie
- Teoria da, 118-119
- Canal, 485 86
- ! Características principais
 - da Administração Científica, 40-55
- conceito de, 207
- ~ da Administração por Objetivos, 242
- da Teoria Clássica, 76-84
- da Teoria das Relações Humanas, 117-144
- da Teoria Neoclássica, 166-170
- do modelo burocrático de Weber, 282-288
- permanentes, 208
- Cargo
 - conceito de, 46
 - conteúdo do, 106
- Cargos
 - ampliação de, 377
 - desenho de, 46-47
- burocracia
 - enriquecimento de, 371-372
- Carisma" 278, 279-280
- Caso, método do, 14-16
- Categorização, 292
- comportamento,
 - Centralização, 173
- origens da, 471 72
- principais conceitos da, 472 78
- Ciclo administrativo, 177-180
- Ciclo motivacional, 121-123
- Ciência da Administração, 35, 40 1
- Ciências do comportamento, 361, 362
- Círculo vicioso da supervisão
- Civilização industrializada, 106-108
- Classificação das organizações, vide
- Qientes
- conflitos com, vide Disfunções da
- dificuldades no atendimento a, vide
- da burocracia
- interação com a organização, 558
- Clima organizacional
- conceito de, 531
- dimensões de, 531
- Coesão grupal, vide Dinâmica de Grupo
- Colaboração
 - espontânea, 105, 108
 - grupal, 105
 - humana, 109
- Comando, 72-73, 81
- Comissão Hoxie, vide Pesquisa
- Comissões, Comissário, 353
- características das 208-209
- compensação, 122
- desvantagens das, 210
- esfera de aplicação das, 210-211
- formais, 208
- informais, 208
- relativamente
- temporárias, 208
- vantagens das, 209-210
- Comportamento
 - dramatúrgico, 350
 - humano, 103-104, 118-119
 - rigidez no, vide Disfunções da
- Comportamento social, 103-104
- Comportamento organizacional
- conceito de, 392
- contribuição das Ciências do
- 361-362

Centros de poder, 334	Comunicação
Certeza,	conceito de,133-134, 483-484, 485-486
conceito de, 329	e informação, 484
ênfase na, 310-329	em cadeia,135
Cibemética	em círculo,135
advento da, 471-472	em roda,135
aplicações da, 488-489	Comunicações,
como ciência da comunicação e controle, 470	redes de,135-136
como ciência interdisciplinar, 471	Concepção
conceito da, 470-71	moderna da Administração, vide
Teoria Y	consequências na administração, 488-489
Administração, vide Teoria X	tradicional da

- ncorrentes, 558, 559
- Condições ambientais
- culturais 557
 - demogr'is, 557
 - el 8icas, 557
 - eonômicas, 557
 - legais, 557
 - polfticas, 557
 - tecnológicas, 557
- nftito
- anágse do 501, 502
 - conceito de, 340 355 395, 502
 - e operação, 108, 340
 - e dilema, 340-345
 - entre a d da e do especialista e da
- ordena o
- o como função administrativa, 72-73, 81-83, 177-180
 - princípio de adr i o, 7g 0
 - coneeito de, 72-73, 79.80
- CorPoração, 176-177
- M, vide Teor)a te ti
- Crise de sucessão, vide Teoria da B
- C'<ítica
- vide tambEm Sátiras à organ) o
- às estruturas convenáonais, 420-421
- Lodi à APO, 263
- de
- de Levinson à APO, 262
- do D. O. 420-421
- Ctonologia dos Frin pa E ntos
- da Abordagem Clássica, 35
- entre for s inovadoras e oonservadoras, 342
- enue erarquia e conhecimento, 342
- da Abordagem Estruturalista, 273
- , 350
- da Teoria ge horista, 362
- entre)inl e staf 345-346
- da Teoria das Relações Humanas, g5
- entre objetivos o anizacinais e individuais, 395
- da Teoria de Contingência,
- entre público e funcionários, 294
- da Teoria de Sistemas, 469
- funções do 108 340-346
- da Teoria Neoclássica, 163
- industrial 108, 147
- do D. O., 413
- inevitabilidade do, 355
- dos Pr)i rdios da Administração, 19
- interno, 340
- Ctti bono vide Beneficiários das orga es
- Id1034- 343
- Cultura organizacional, 416-417, 531-532
- Conseqüências
- desejadas, vide Conseqüências previstas Dado, 483-484
 - disfuncionais vide Conseq ências imprevistas Decisão
 - imprevistas, 291-295, 298-299
- oonceito de, 386-387
- indesejadas, vide Conseq ências imprevistas
- previstas, 287, 294, 295, 298-299
- elementos da 387-388
- Consultoria, vide Sruff
- teoria da, 387-388
- Contingência
- tomada de, 388
- Deásões
- árvores de, 495
- descentralir o das, 377
- hierarquia das, 390
- influências da organização nas, 3 0
- o ogra eis, 496
- Iaçdes d erca93bio, 393 3
- 94
- utilidade das, 393
- Participação nas, 377
- Controle
- programáveis, 494, 496
 - relatividade'tias, 390
- mo função administrativa, 72-73, 177-180
- sob certeza, 4g7
- físico, 334
- tnaterial, 334
- sob incerteza, 498
- meios de, 334
- sob risco, 498

	Teoria das, 387-388, 494
normativo 334	Definição funcional, vide Princípio de
Definição	
Conversão, vide Processamento	Funcional
Coopção, 298	
ração	Deformação profissional, vide Disfunções da
Coope	burocracia
como ação conjunta, 384-386	Delegação de autoridade, vide
Descentraliza o	
conceito de, 384-385	Democracia, 22
incentivos à , 385	
Cooptação, vide coopção	Departamentalização
	apreciação crítica da, 237-238

- combinada, 237
- como divisão de trabalho, 78-79
- estruturais e
 - como princípio de homogeneidade, 79
 - conceito de, 79, 217-220
 - escolhas de alternativas de, 235
 - fatores de, 220
 - funcional, vide Departamentalização por funções
 - intermediária, 236-237
 - por cliente, 79, 220
 - por funções, 79, 220, 221-224 230-231
 - por localização geográfica, 79, 220, 228-230
- 454 460
 - por outros critérios, 235
 - por processo, 79, 220, 231-232
- 292
 - por produtos ou serviços, 224-228
 - por projetos, 232-235
 - por serviços, vide Departamentalização por produtos ou serviços
 - principal, 236
 - tipos de, 220-237
- Descentralização
 - características da 173-175
 - da autoridade, 176-177
- 344-345
 - da execução, 176-177
- especialização
 - da organização, 174
 - desvantagens da, 175-171
- iniciativa
 - fatores que afetam a, 174-175
 - vantagens da, 175, 177
- Desempenho
 - auto avaliação do, 377
 - individual, 171
- organização formal, 344
- Desenho
 - de cargos, 46 7
 - de tarefas, 46 17
- Desenvolvimento
 - conceitos de, 418 19
 - de executivos, 259-262
 - de equipes, 430-433
 - sistemático, 419
- Desenvolvimento Organizacional (D. O.)
 - ação de intervenção, 453
- 83, 177-180
 - análise transacional, 434 39
 - aplicações do, 426, 462 63
- 79, 186-187, 217,
 - apreciação crítica do, 460 63
 - conceito de, 414, 422
 - desenvolvimento de equipes, 430 33
- 428-429
 - modelos baseados em alterações
- comportamentais, 442-460
- modelos de 428 60
- origens do, 408-414
- pressupostos básicos de, 423 426
- processo de, 427-428
- reuniões de confrontação, 439 440
- seminários, 446
- suprimento de dados, 433 34
- teoria 3 D da eficácia gerencial,
 - tratamento de conflito intergrupal, 440
- Despersonalização do relacionamento,
 - Destino, 485-486
- Diferenciação
 - conceito, 451 529 561
 - e integração 451-452
 - requerida, 562
- Dilema
 - conceito de, 343-345 395
 - e conflito, 343-344
 - entre coordenação X comunicação livre,
 - entre disciplina burocrática X
 - profissional, 344-345
 - entre planejamento centralizado X
- individual 344-345
- tipos de, 343-345
- Dilemas
 - da burocracia, 290
 - da
- Dimensões
 - bipolares da Teoria Comportamental, 398
 - da burocracia, 306-307
 - Dinâmica ambiental, 560
 - Dinâmica de grupo
 - conceito de, 139-144
 - Escola da, 144
 - Estudos sobre, 143-144
 - Direção
 - como função administrativa 81-
 - 1 Disfunções da burocracia 291-295
 - Divisão do trabalho 45-46, 75, 77-
 - 283-284, 333
 - Dominação
 - conceito de, 278, 352

diagnóstico organizacional, 452 53	estatal 281-282
grade gerencial, 442. 50	forma feudal de, 279, 352
grupos T, 441	forma patrimonial de, 279
laboratório de sensibilidade, 440 41	Domínio
managerial grid, 442 50	conceito de, 558
modelo de Lawrence e Lorsch 451 54	defesa do, 558-559
modelo sociotécnico de, 533-537	Dramaturgia administrativa, 349-352
modelos baseados em alterações comportamentais, 429 41	
modelos baseados em alterações estruturais,	Ecletismo, 169-170

- Economistas Gerais, 29-31
- Efeito sinérgico, 248-249, 540
- Eficácia
 - externo, 108-109
 - aumento da, 455-456, 459
 - conceito de, 171-173, 385, 395
 - conceito de Barnard, 385-386
 - gerencial, 455-460
 - organizacional, 532
- Eficiência
 - administrativa, 70, 289, 532
 - ênfase na, 45-46, 49, 58-60, 70, 108
 - conceito de, 44-46, 107-108, 171-173
- 241-267
 - segundo Barnard, 385-386, 395
- Organização, vide
 - Elementos da Administração, 72, 80-83
 - Elite administrativa, 107
- Relações
 - Elos de vinculação superposta, 381-382
 - Empurrão, 348
 - na certeza, 310, 329
 - na estrutura, 7, 8, 9, 10, 33-34, 274
 - na incerteza, 329-330
- Humanas
 - na tecnologia, 7, 8, 9, 10
 - nas ciências comportamentais, 361-362
- Clássica
 - nas pessoas, 7, 8, 9, 10, 274, 362, 397
 - nas tarefas, 7, 8, 9, 10, 33-34
 - no ambiente, 7, 8, 9, 10, 274
 - nos princípios gerais da administração, 167
- Departamentalização
 - Enfoque descritivo e explicativo, 311, 397, 584
 - Enfoque prescritivo e normativo, 61-62, 84, 266, 397, 584
- Engenharia de eficiência, vide Administração
- 220
 - Científica
- Enriquecimento
 - de cargos, vide Enriquecimento de tarefas
 - de tarefas, 371-372
- Ensaio de federalismo, 176
- Entrada
 - como parâmetro de sistema, 478-479, 519, 528
- 377-384
 - conceito de, 478-479, 528
 - de dados, 528
 - tipos de, 479
- Entrevista não diretiva, vide Experiência de Hawthorne
- Entropia
 - conceito de, 487, 516
 - negativa, 487; 529
- e homeostasia, 520
- externo, 108-109
- interno, 108-109
- psicológico, 121, 122
- social, 109
- Escala hierárquica, vide Princípio Escalar
- Escola da Administração Científica vide Administração Científica
- Behaviorista, 364
- Comportamental, 364
- da Administração por Objetivos,
- da Anatomia e Fisiologia da
- Teoria Clássica
- de Relações Humanas, vide Teoria das
- Humanas
- do Processo Administrativo, vide Teoria Neoclássica
- Funcional, vide Teoria Neoclássica da Administração
- Humanística, vide Teoria das Relações
- Operacional, vide Teoria Neoclássica
- Universalista, vide Teoria
- Especialização
- como atributo organizacional, 187
- conceito de, 78-79
- da organização, vide
- das tarefas, 187
- do operário, 45-46, 58-59
- ênfase na, 45-46, 58-59, 78-79
- horizontal da organização, 217-
- vertical da organização, 217-218
- Estabilidade, 482-83
- Estado firme, vide Homeostasia
- Estática ambiental, 560
- Estilos de Administração
- gerenciais, 454-60
- Sistemas de Administração,
- Teoria X, 374
- Teoria Y, 375
- Estratégia
- conceito de, 250-254
- global, 250
- planejamento estratégico, 251-254
- tipologia de, 251
- Estrutura

negentropia, 487, 516, 529
positiva, 487
Envolvimento
afienatório, 334
calculativo, 334
moral, 334
Eq ifinalidade, 529-530
Equilíbrio
dinâmico, 520

oonceito de, 321-322
ênfase na, ?, 8
formal, vide Organização Formal
funcional, vide Organização Funcional
informal, vide Organização Informal
linear, vide Organização Linear
mecanística, 554-555
orgânico, adaptativa, 555-556
organiTacional, vide Tipos de Organização

- Estruturalismo
 abstrato, 320
 apreciação crítica da, 354-357
 conceito de, 320-322
 concreto, 320
 aíticas à Teoria das Relações Humanas, 320, 322, 328
 dialético, 320
 fenomenológico, 320
 influência do, 320
 Estudos de Tempos e Movimentos, 38, 42 45, 56-57
 Ztapa
- Científica
 da natureza, 323
 Administração por
 da organização, 323
 do capital, 323
 do trabalho, 323
 I Ética Protestante, 277
 F, executivos
 desenvolvimento de, 259-262
 ,ií ExfoLação hierárquica, 348
 ', Exibição de sinais de autoridade, vide Disfunções da
 mudança, 140
 Burocracia
 Expansionismo, 468
 101
 ! Experiência de Hawthorne, 97-106, 124, 147
 Fadiga humana, 44-45, 58-60
 Fator fisiológico, 98
 I Fator psicológico, 98-99
 ` Fatores higiênicos, 370, 371
 Fatores
 insatisfacientes, 370-371
 satisfacientes, 370-371
 Fatores motivacionais, 370-371
 Feedback, vide Retroação
 ! Fileofilia, 349
 Filosofia, 22-23, 398
 I Fonofilia, 349
 Fonte, 485-486
 Formalismo
 Hawthorne
 ênfase no, 283
 excesso de, 292
 Formaliração organizacional
 caráter formal da buroaacia, 283
 342, 349
 coneeto de, 283
 Forneoedores, 558, 559
 Fronteiras, vide Limites
 hierarquia de
- econômica, 108-109
 financeira, 71, 72
 social, 108-109
 técnica, 71, 72
 Funções
 da Empresa, 71-74
 do administrador, 72-73, 75, 177-180
 proporcionaLdade das, 73-74
 universais de Fayol, 73
 Gerência Científica, vide Administração
 Gerência por Objetivos, vide
 Objetivos
 globalismo, 516
 GerenciaGsmo, 271
 Gigantismo tabulatório 349
 Grade Gerencial, 442 50
 Grupo
 como agente de mudança 141
 como instrumento de
 mudança, 141
 como meta de mudança, 141
 de referência ou de controle, 98-
 dinâmica de, 139-144
 experimental, 98-101
 social, 103-106, 107-108
 Grupos
 características dos, 103-105 141-143
 informais, 105, 136-139, 150-151
 -T, 441
 Habifidades
 conceitual, 3, 4
 8 erencial, 454-460
 humana, 3, 4
 técnica, 3, 4
 Hnrdwore, 517, 563
 Harmonia industrial, 108, 147
 Hawthorne, vide Experiência de
 Hierarquia
 vide Princípio Escahr
 conceito de, 187-189
 conflito entre conhecimento e,
 das necessidades, 366-369
 deficiências da, 350-351
 de objetivos, vide Objetivos,

Frustração
das necessidades, 122
reações à, 123
! Função
administrativa, 71, 72, 75, 177-180
comercial, 71, 72
contábil, 71, 72
de segurança, 71, 72
mecanismos de defesa da, 350
monocrática, 351
origem da, 350-351
Higiene, 370-371
Hipótese
da banalidade, 347
da demora-padrão, 347
da multiplicação dos subordinados,

- da multiplicação do trabalho, 347
- da parafisia das organizações, 347
- Homem
 - administrativo, 391-392
 - como satisfazer, 391
 - econômico, 489, 59-60, 104, 107, 116, 325, 391, 541
 - funcional, 541
 - organizacional, 325-327, 345, 391, 541
 - social, 104, 107, 116, 117, 325, 391, 541
- Homeostase, vide Homeostasia
- com a sociedade,
 - Homeostasia
 - através da retroação, 483, 529
- Disfunções da
 - como auto-regulação, 482, 529
 - como equilíbrio dinâmico, 483
 - conceito de; 482, 516, 525-526
- Homo Economicus, 489, 590, 104, 107, 116, 325, 391, 541
- Homo social, 104, 107, 116, 117, 325, 391, 541
- Homomorfismo, vide Modelos
- Ideologia, 298
- Igreja, 1, 24
- Impessoalidade das regras burocráticas, 284
- Importação, vide Entrada
- Incapacidade treinada, vide Disfunções de Burocracia
- Incentivos
 - à cooperação, 385-386, 392
 - conceito de, 392
 - relações de intercâmbio 313-314
 - salariais e materiais, 479
- paralisia das organizações, 347
- utilidade dos, 393
- Incerteza
 - conceito de, 329, 559
 - ênfase na, 329-330
- Incompetência, Princípio da, 348
- Informação
 - canal, 485
 - como entrada, 485
 - como função administrativa, 81-82
 - como tipo de entrada, 485
 - conceito de, 483, 84, 497
 - e comunicação, 484
 - e entropia, 516
 - fonte, 485
 - teoria da, 484-486
- Informática
 - como tratamento da informação, 487-89
 - conceito de, 487
 - e automação, 488, 489
- Input, vide Entrada
- conceito de, 451, 561
- e diferenciação, 451-452, 561-562
- indivíduo organização, 395
- requerida, 562
- social, 103
- Interação
 - da organização com o ambiente, 520, 557
 - humana, 392
- norma de reciprocidade, 392-394
- relações de intercâmbio, 392-394
- Interdependência das organizações
 - 520, 557
- Internalização das diretrizes, vide
 - Burocracia
 - Investigação
 - como função administrativa, 81, 83
 - Inversão de Peter, 348
 - Logue, 353
 - Isomorfismo, vide Modelos
 - Laboratório de Sensitividade, 440-41
 - Legitimação, 278
 - Legitimidade, 278, 302
 - do poder, 278-282
 - fontes de, 278
 - tipos de, 278
 - Lei de Parkinson, 346
 - da banalidade, 346-347
 - do trabalho, 346-347
 - Hipótese da demora-padrão, 347
 - Hipótese da
 - Princípio da aposentadoria, 347-348
 - Princípio da comissão, 347
 - Princípio de bloco da administração, 347
 - Liberalismo, 323
 - Liderança
 - autocrática (ou autoritária) 129
 - como qualidade pessoal, 125, 127-128
 - como redução de incerteza do grupo, 125
 - conceitos de, 124-133
 - conceito situacional, 131-133
 - continuum de padrões de, 131-133
 - democrática 128-130
 - estilos de, 128-131
 - experiência de Lippitt e White 128-130
 - Liberal (ou laissez-faire), 129-130
 - teorias sobre, 126-133
 - Limites
 - como barreiras ao ambiente, 517
 - conceito de 517-526
 - de sistema 517-526-527

Insatisfação, vide Fatores higiênicos permeabilidade dos, 526-527
Insumos, vide Entrada Linha
Inicição autoridade de, 80

- conflitos entre staff e, 345-346
- Tempos e
- Linha, vide Organização
- LinhaStaff
- Linha, vide Organização
- LinhaStaff
- LinhaStaff
- LinhaStaff
- Macroambiente, 557-558
- Maneja 'l Grid, 442-50
- ManageriaGsmo, vide GerenciaGsmo
- Manipulação, 151-152
- Maquiavelismo, 352-354
- Máquina, teoria da, vide T r
- Meeanicismo, 467-68
- Mecanismos de defesa da hierarquia, vide Hierarquia
- Meio, vide Ambiente
- Melhor maneira, 43-4
- Membros das organizações, vide Participantes
- Método do caso, 14-16
- Método de trabalho, 45-7, 60
- Modelo
- burocrático de Gouldner, 300-305
- burocrático de Merton, 295-296
- burocrático de Sehnick, 297-300
- burocrático de Weber, 282-288
- conceito de, 478
- da máquina, vide Teoria da Máquina
- de diferenciação-integração, 451-454
- de D.O., 428-60
- de D. O. de Lawrence e Lorsch, 451-454
- de Humble, 255-257
- de Katz e Kahn, 528-533
- reações à
- de Odiorne, 257-258
- natural ou do sistema natural, 310, 329
- racional da organização, 310, 329
- sociotécnico de Tavistock, 533-537
- sociais, 367
- Modelos
- como representações de sistemas, 478
- de decisão, 494-97
- de simulação, 478
- matemáticos, 501
- quantitativos, 501
- Monarquia, 22
- Moral
- baixa, 123-124
- e atitude, 123-124, 143
- elevada, 123-124
- Morfogênese, 527
- Motivação humana
- abordagem de McGregor, 374-377
- Organização
- ciclo motivacional, 121-123
- Motion-time study, vide Estudos de
- Movimentos
- Movimentos
- análise dos, 42-44
- elementares, 43-4
- economia, 43-4
- Mudança
- conceito de, 417-418
- Evolucionária, 419
- planejada, 424
- revolucionária, 419
- tipos de, 419
- Nacional 1y'aining Laboratory, 414
- Neoessidades
- conceito de, 119-120, 366
- de afeição, 120
- de autoconfiança, 120
- de auto-realização, 120-121, 367
- de estima, 367
- de participação, 107, 120
- de reconhecimento, 107
- de segurança, 367
- de segurança íntima, 120
- fisiológicas, 119-120, 366-367
- frustração das, 122-123
- hierarquia das, 366-369
- humanas básicas, 119-121, 366
- pirâmide das, vide Hierarquia das
- não-satisfação das, 122, 369
- primárias, 366
- satisfação das, 121, 368
- secundárias, 367
- Negentropia, vide Entropia
- Negociação, vide Ajuste
- Níveis
- da organização, 331, 573-575
- de sistemas, 573-575
- t. Nível
- estratégico, 331, 573
- gerencial, 331, 573
- institucional, 331, 573
- intermediário, 573
- operacional, 331, 575
- técnico, 331, 575
- Non-sense, vide Sábias à
- Norma de reciprocidade, 392-394

e a teoria X, 374

e a teoria Y 375

hierarquia das necessidades, 366-369

Obediência, 278

nc;a da,117-124

Objetivos

novas proposições sobre a, 366-373

administração por, 241-265

teoria dos dois fatores de Herzberg, 370-373

categorias de, 339

- conceito de, 169, 246-247, 337
- critérios de escolha de, 248-249
- da Empresa, 247
- de eficiência, 338
- de sobrevivência, 338
- ênfase nos, 169
- fixação dos, 241-248
- funções dos, 338
- hierarquia de, 249
- importância dos, 247
- individuais, 385
- organizacionais, 169, 337-339, 385-386
- subobjetivos, 249
- Organização linear
 - características da, 80, 192-193
 - conceito, 80
 - desvantagens da, 194
 - esfera de aplicação da, 194-195
 - vantagens da, 193-194
 - Organização fina, staff
 - características da, 201-205
 - conceito de, 199-201
 - desvantagens da, 206-207
 - esfera de aplicação da, 207
 - vantagens da, 205-206
- Organização Racional do Trabalho, 34, 41-51,
- 62
- Orçamento
 - como função administrativa, 81-82
- Organização
 - Organizações
 - análise das, 327-333
 - classificação das, vide Tipologia das
 - coercitivas, 335
 - complexas, 325
 - conflitos, 340
 - diversidade das, 331-332
 - etapas, 323
 - formais, 325
 - mecanísticas, 554-556
 - normativas, 335
 - objetivos das, 337-340
 - orgânicas, 555-556
 - sociedade de, 322-327
 - tipologias das, vide Tipologia das
 - tipologias de, 333-337
 - tipos de,
 - utilitárias, 335
- Origens
 - da abordagem clássica, 34-36
 - da Cibernética, 471-472
 - da teoria comportamental, 365
 - da teoria da burocracia, 276
 - da teoria da contingência, 552-557
 - da teoria das relações humanas, 97
 - da teoria de sistemas, 512-515
 - da teoria matemática da administração,
- organizações
 - como função administrativa, 72-73, 75, 81-83, 177-180
 - como sistema aberto, 523-533
 - como sistema de decisões, 387, 401
 - como sistema social cooperativo, 384-386
 - como sistema sociotécnico, 533-537
 - como um sistema de papéis, 533
 - conceito de, 185-191, 324-325, 414-415
 - eclesiástica, 24
 - fases da, 419-420
 - formal, vide Organização formal
 - humana, 108-109
 - industrial, 108-109
 - informal vide Organização informal
 - vide Tipologia de organizações
 - miGtar, 24-25, 77
 - modelo natural, 329
 - modelo racional, 329
 - níveis da, 573-577
 - por funções, vide Departamentação por Funções
 - sátiras à, 346
 - social 108-109
 - tipos de, 192-207
- Organização formal
 - características da, ?, 74-75, 77-78, 136-137, 185, 191
 - características do modelo burocrático, 282-288
 - conceito de, 327
 - racionalismo da, 85-86
- Organização funcional
 - características da 80 137-138 195-197
 - conceito de, 50-51 80, 195-196
 - desvantagens da, 198
- Organizações
 - Padrão, 50
 - Padrão de indulgência, 301
 - padronização
 - de métodos, 49-50
- 494
- características da, ?, 74-75, 77-78, 136-137, 185, 191
- características do modelo burocrático, 282-288
- conceito de, 327
- racionalismo da, 85-86
- Organização funcional
 - características da 80 137-138 195-197
 - conceito de, 50-51 80, 195-196
 - desvantagens da, 198
- Organizações
 - Padrão, 50
 - Padrão de indulgência, 301
 - padronização
 - de métodos, 49-50

esfera de aplicação da, 198-199
vantagens da, 197
Organização informal ,
características, 7, 75 124
conceito de 101-102, 105, 109, 327
origens da, 138-139

das máquinas, 49-50
conceito de, 326, 459
Papirofobia, 349
g p omania, 349
Parkinson, Lei de, 346-348

- Participantes
 categorias de, 336, 393
 comportamento dos, 393
 profissionalização dos, 286-287
 rigidez no comportamento dos, vide Disfunções
 de burocracia
- Pensamento
 analítico, 467-468
- 84
 sintético, 468
- , i Pesquisa
 de Burns E. Stalker, 554-556
 de Chandler, 553-554
 de Hoxie, 57, 97, 117
 de Lawrenoe e Lorsch, 561-563
 de Woodward, 570-572
- cadeia escalar
 Pesquisa Operacional (PO)
 campos de aplicação da, 500-501
 características principais da, 498-501
 conceito de, 498-501
 fases da, 500
 limitações da, 506-507
 origens da, 499
 técnicas da, 501-505, 506
- individuais aos
 vantagens da, 506
- 84 Peter, Princípio de, 348-349
- Pista paterna, 348
- Planejamento
 como função administrativa, 81-83, 177-180
- Descartes, 23
 estratégico, 250-254
 tático, 254-255
- Poder
 carismático, 279-280
 centros de, 334
 coercitivo, 335
 conceito de Weber, 278
 legal, 280
 normativo, 335
 tradicional, 279
 utilitário, 335
- organizações
 POSDCORB, 81-83, 87
 Pragmatismo, 86
 Prática da administração, 167
- escalar
 azo
 curto, 255
 longo, 251, 254
 médio, 255
- da cadeia escalar, 76, 77
 da centralização, 76, 77
 da comissão, 347
 da coordenação, 79-80
 da definição, 84
 da descentralização, 175
 da disciplina, 76
 da divisão do trabalho, 75, 77, 78, 79,
 da economicidade, 54
 da equidade, 76
 da especialização, 78-79, 83-84
 da estabilidade, 76
 da exceção, 54-55
 da execução, 52
 da hierarquia, vide Princípio da
 da homogeneidade, 79, 217
 da incompetência, 348
 da iniciativa, 76
 da intensificação, 54
 da ordem, 76
 da produtividade, 54
 da remuneração do pessoal, 76
 da subordinação dos interesses
 gerais, 76
 da unidade de comando, 76, 77,
 da unidade de direção, 76, 77
 de Bloco da Administração, 347
 de
 de economia de movimentos, 45
 de eficiência de Emerson, 53
 de espírito de equipe, 76
 de Ford, 53-54
 de maior interesse, 235
 de maior uso, 235
 de organização, 168
 de Peter, 348-349
 de Taylor, 51-52
 do controle, 52
 do cubo, vide Beneficiários das
 do planejamento, 52
 do preparo, 52
 escalar, vide Princípio da cadeia
 gerais de administração, 75-76, 83-84, 85,
 167-169
 universais de Fayol, 75-76
 Probabilidade e Estatística Matemática,

Prêmios de produção, vide Incentivos salariais Problema
Previsão, 72-73, 81. 83 conceito de, 497
Previsibilidade do comportamento, 288 estruturado, 497 98
Princípio nãoestruturado, 498
da Administração Científica. 51-55 resolução de, 498
da amplitude de controle (administrativa). 83-84 Procedimentos escritos,
vide FormaH ação
da aposentadoria . 34 7 organizacional
da autoridade, 83 Processador, vide Processamento
da autoridade e responsabilidade. 75. 77 Processamento, 519-520

INDICE AN ALFABETICO

- Processo administrativo, 72-74, 177-180
- Processo de D. O., 427-428
- Processo decisório
 - aspectos do, 391
- burocracia
 - características do, 386-390, 494 97
 - etapas do, 388
 - modelo matemático, 498
 - perspectiva do problema, 495
 - perspectiva do processo, 495
 - racionalidade limitada, 388, 389
 - racionalidade no, 387-388, 389
 - teoria da decisão, 387-388
- Processo de reciprocidade, 392-394
- Produtividade, 44, 57
- Produto, vide Saída
- Profissionalização dos participantes, 286-287
- Programa de entrevistas, 101-102
- Programação dinâmica, 504-505
- Programação Linear, 504
- Projetos, vide Pesquisa operacional (PO)
- Psicologia, 364-365
- Puxada, 348
- Racionalidade
 - administrativa, 390
 - burocrática, 289
 - conceito de, 289, 388
 - das decisões, 385, 387-389
 - das organizações, 385
 - funcional, 289
 - limitada, 388, 389
 - no processo decisório, 388-389
- Racionalismo, 85-86, 191
- Racionalização, 289
- Racionalização do trabalho, 42, 46
- Reatuação, vide Retroação
- Receptor, 485-486
- Reciprocidade, 392-394
- Recompensas
 - salariais e materiais, 328-329
 - sociais e simbólicas 328-329
- Reduccionismo, 467-468
- Redundância, 487
- Regras burocráticas
 - excessiva imposição de, 300-303
 - funções das, 283, 285, 303
 - impessoalidade das, 284
- Regulamentos
 - devoção aos, 285
 - funções dos, 283, 285
- Relações de intercâmbio, 392
- Relações Humanas, 105-106, 142-143
- Relações Industriais, 147-148
- intrínsecas, 142
- Religião industrial, 353
- Remuneração do pessoal, 76
- Resistência à mudança, vide Disfunções da
 - Resistências às mudanças, 292
- Responsabilidade
 - conceito de, 190-191
 - delegação de, 377
 - e autoridade, 190-191
- Resultado, vide Saída
- Resultados, vide Objetivos
- Retroação
 - conceito de, 480 82, 520, 529
 - e homeostasia, 480 82
 - negativa, 482 , 529
 - positiva, 482
 - principais funções da, 481
- Retroalimentação, vide Retroação
- Revolução gerencial, 271-272
- Revolução industrial
 - fase, 26-27
 - influência da, 25-29
 - primeira, 26
 - segunda, 26-27
- Reuniões de confrontação, 431-440
- Ruído
 - conceito de, 485-486
 - e informação, 486
- Saída
 - como parâmetro do sistema, 479, 519, 528
 - conceito de, 479, 519, 528
 - Sátiras à organização, 346-354
- Satisfação, vide Fatores motivacionais
 - Satisfacientes, 370-371
 - Seminários, 446
- Simplificação, 46 7
- Simulação, 501
- Sinergia
 - conceito de, 248-249; 537-538
 - efeito de, 248-249 5 0
 - organizacional, 249, 37, 540
- Sinergismo, 248-249
- Sistema
 - aberto, 7, 518, 520-523, 523-533
 - autoritário benevolente, 378-380
 - autoritário coercitivo, 378-380
 - conceito de, 473 74, 513, 515-520
 - consultivo, 378-379, 380
 - determinístico, 474, 523
 - fechado, 62, 88, 310, 519, 537-538
 - participativo, 379-380
 - probabilístico, 474, 523

Relações
extrínsecas,142

sociotécnico , 5 3 3-5 37
total, 516-517

- Sistemas ênfase nas, 78
 abordagem de, 467-542 Tática
 abstratos, 517 conceito de, 250
 características dos, 515-517, 520-523 planejamento tático, 254-255
 abernéticos, 476 Taxonomias, vide Tipologia das organizações
 classificação arbitrária dos, 474-475 Taylor
 físicos, 517 primeiro período, 38-39
 ltardware, 517 segundo período, 39 0
 lúerarquia dos, 476-477, 517 Taylorismo, vide Administração
- Científica
 mecânicos, 554-556 Taylorismo, 58-59
 orgânioos, 555-556 Tecnologia
 parâmetros dos, 518-520 abordagem de Thompson, 564-570
 representação dos, 478 conceito de, 563-564
 software, 517 de elos de seqüência, 565
 teoria de, 512-542 ênfase na, 7, 8, 9,10, 545
 tipos de, 517-518 impacto da, 570
 Sistemas de administração de Likert, 377-381 incorporada, 563
 SociaGsmo, 323 intensiva, 566-567
 Sociedade mediadora, 565-566
 carismática, 278, 279-280, 281 não-incorporada, 563
 de organizações,322-327 tipos de, 564-570
 industrial,106-108 Teleologia, 468
 legal, racional ou bwocrática, 278, 280-282 Tempo padrão, 42, 47 8
 tipos de, 277-282 Tempos e movimentos, 38, 42-45
 tradicional, 277, 279, 281 Teoria
 Sociologia da burocracia, 276, 277-282, 323 Behaviorista, vide Teoria do
- Comportamento
 Software 517 , 564 Organizacional
 Solução de confótos, vide Conflitos Clássica, 7, 8, 9,10 33 34, 70-89, 93,
- 96, 275,
 Span of control, vide Princípio da Amplitude de 276, 312-313, 320
 Controle da aceitação
 da autoridade, 394-395
 Staff da Administração Científica, 8 33-36 37-63
 autoridade de, 80, 200 da Burocracia, 7, 8, 9, 56, 275-313, 320
 oonceito de, vide Organiração linha-staff da Contingência, 7, 8, 9,10, 545-
- 583
 conflito entre tinha e, 206-207 da cooperação, 384-385
 fases do, 203-206 da aise, 356-357 .
 origem do, 203-206 da Dinâmica de Grupo,144
 Sublimação percussiva, 348 da hierarquia das necessidades, 366
 Subobjetivo, 249 da informação, 484 86
 Subsistema da máquina, 56, 86, 307-308
 oonceito de, 516-517 1 da Organização,1, 7,7-78, 84-88
 social, 533, 535 das filas, 503
 técnico, 533, 535 das decisões, 8, 365, 387-388, 424
 Superconformidade, 293 das organizações,1
 Superespecialização, 58-59 das Relações Humanas, 7, 8, 9, 62, 96-
- 162, 275,
 Supersistema, 516-517 27 6, 320
 Supervisão de campo, I 18-119,144
 fechada, 301-302 de sistemas, 512-542
 funcional, 50-51 do Comportamento Organizacional, 7, 8,

361,
Suprimimento de dados, 433-434
do Desenvolvimento Organizacional, 7, 8, 9,
403
408-463
Tabulofobia privada, 349
do equilibrio organizacional, 392-393
Tarefas
dos dois fatores, 30-373
conceito de, 46
dos grafos, 503-504
desenho de, 46
dos jogos, 501-502

Estruturalista, 7, 8 9, 319, 358 Trabalho
 Geral da Administra o, 1, 4, 8, 9, 10, 467 eondições de, 49
 geral de sistemas, 467-468, 512 , satisfação no, 370, 371
 Matemática, 493-507 7Yaining Groups (T Groups), 422
 Neoclássica, 7 8, 9 83, 163-167 Transformador, vide Processamento
 Neo Estruturalista, 7 Tratamento de contlitos, 440
 psicanalítica, 144 Treinamento da sensibilidade, 422
 sobre Gderança 126-133 TS, vide Teoria de Sistemas
 ciométrica, 144
 3D da eficácia gere_ncial, 454-460

Y, 375-377

Unidade de comando, hde Princípio da unidade

de

Teorias mando
 Universalismo, 323
 administrati s, 6-10 UtiGdade
 da ti< ção, vide Motivação humana das contribuições, 393
 TGA, vide Teoria Geral da Administração dos incentivos, 393
 TGS; vide Teoria Geral de Sistemas
 Therb&gs, 43-44 Valência
 T t>nughput, vide Processo negativa, 118
 positiva, 118
 das organizações, 333-337, 356 Vantagem competitiva, 249
 de Blau e Soott 336-337 Variáveis
 de Estratégias, 251
 causais, 383
 de Etzioni, 333-336 de resultado, 383
 TO, vide Teoria das Organizações intervenientes, 383
 To d 51 ' nde Processo deásoial Vetor psicológico, 118
 Vetores de cresá nen; , 248-249